TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO NR.: PCG 0145605/70
CONSELHEIRO RELATOR
SALOMÃO ANTONIO RIBAS JUNIOR
DATA : 10 / 04 / 97

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FLS. 00 a 04
RUB.

CONSELHEIRO RELATOR
DISTRIBUÍDO AO CONSELHEIRO
PROCURADOR
DISTRIBUÍDO AO RELATOR

MOVIMENTO

DE	DATA	PARA
SEG/DIPRO	10-04-97	RELATOR
GCSRJ	05 06 97	Didec

REPARTIÇÃO DE ORIGEM

GABINETE DO GOVERNADOR

4022

INTERESSADO DE ORIGEM

DR. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

8000

ASSUNTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO
DE 1996

1º VOL.

DILIGÊNCIA

IDA EM _____ VOLTA EM _____
IDA EM _____ VOLTA EM _____

ANEXOS

OFÍCIO Nº 6181/97 DOCUMENTOS COMPROVANTES FLS DE 02 A 421/97

O. S. 659



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG

BALANÇO GERAL

DO EXERCÍCIO DE 1996

GESTÃO: GOVERNADOR PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

01/01/96 a 31/12/96

03

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Paulo Afonso Evangelista Vieira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA
Renato Luiz Hinning

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
Wanderlei Pereira das Neves
Contador CRC-SC 15.874

04

ÍNDICE

1. Ofício do Senhor Secretário de Estado da Fazenda ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado 07

2. Ofício do Diretor de Contabilidade Geral ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda 08

3. INTRODUÇÃO 09

4. RELATÓRIO E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

4.1 Relatório dos Dados Consolidados da Administração Direta 12

4.2 Demonstrativos Contábeis - Administração Direta:

4.2.1 Balanço Orçamentário - Administração Direta (Anexo 12, da Lei 4.320/64) 38

4.2.2 Balanço Financeiro - Administração Direta (Anexo 13, da Lei 4.320/64) 39

4.2.3 Balanço Patrimonial - Administração Direta (Anexo 14, da Lei 4.320/64) 41

4.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta (Anexo 15, da Lei 4.320/64) 45

4.2.5 Demonstrativo Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções do Governo - Administração Direta 46

4.2.6 Demonstrativo da Receita e Despesa Seg. as Categ. Econômicas - Adm. Direta (Anexo 1, da Lei 4.320/64) 47

4.2.7 Programa de Trabalho - Administração Direta (Anexo 6, da Lei 4.320/64) 48

4.2.8 Dem. de Funções, Prog. e Subprogramas por Proj. e Atividades - Ad. Direta (Anexo 7, da Lei nº 4.320)/64 97

4.2.9 Dem. Desp. Por Funções, Prog.e Subprogramas cfe. o Vínculo c/ os Recursos (Anexo 8, da Lei nº 4.320/64) 105

4.2.10 Demonstrativo das Despesas por Órgãos , Segundo as Categorias Econômicas - Administração Direta 113

4.2.11 Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções - Administração Direta (Anexo 9, da Lei 4.320/64) 114

4.2.12 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Administração Direta (Anexo 10, da Lei 4.320/64) 118

4.2.13 Demonstrativo da Execução Orçamentária - Administração Direta 130

4.2.14 Despesas por Créditos Especiais e Extraordinários - Administração Direta 134

4.2.15 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Administração Direta (Anexo 11, da Lei nº 4.320/64) 135

4.2.16 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Por Órgãos (Anexo 11, da Lei nº 4.320/64): 136

4.2.17 Consolidação da Despesa por Sua Natureza - Administração Direta (Anexo 2 da Lei 4.320/64) 163

4.2.18 Classificação da Despesa Segundo a sua Natureza - Por Órgãos 165

4.2.19 Balanço Financeiro - Analítico - Administração Direta 190

4.2.20 Síntese Interpretativa do Balanço Financeiro - Administração Direta 196

4.2.21 Fluxo de Caixa Mensal e Anual - Administração Direta 198

4.2.22 Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada (Mês a Mês) - Administração Direta 201

4.2.23 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada (Mês a Mês) - Administração Direta 205

4.2.24 Demonstrativo da Receita Líquida Disponível (Lei de Diretrizes Orçamentárias, nº 9.900, de 21/07/95) 208

4.2.25 Receita Corrente Líquida X Despesas com Pessoal -Empenhadas - LC 82/95 (Pagas c/ Rec. do Tesouro) 209

4.2.26 Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras - Administração Direta 211

4.2.27 Demonstrativo da Conta Bancos - Tesouraria Geral do Estado 214

4.2.28 Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17, da Lei 4.320/64) 216

4.2.29 Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas 217

4.2.30 Posição das Ações do Estado de Santa Catarina 218

4.2.31 Demonstração da Dívida Fundada Interna - Administação Direta (Anexo 16, da Lei 4.320/64) 219

4.2.32 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Interna 221

4.2.33 Demonstrativo das Letras Financeiras do Tesouro do Estado - L.F.T.C 233

4.2.34 Lançamentos Efetuados de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - 1976/1996 235

4.2.35 Demonstrativo das Apólices Inalienáveis 237

4.2.36 Demonstrativo dos Recebimentos de Operações de Crédito e Pagamentos da Dívida Pública 238

4.2.37 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Interna e Encargos dos AROS 239

4.2.38 Demonstração da Dívida Fundada Externa (Anexo 16, da Lei 4.320/64) 241

4.2.39 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Externa 245

4.2.40 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Externa 279

4.2.41 Demonstração das Operações de Crédito por Antecipação da Receita 282

5. RELATÓRIO E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DAS AUTARQUIAS

5.1 Relatório dos Dados Consolidados das Autarquias 285

5.2 Demonstrativos Contábeis - Autarquias: 297

5.2.1 Balanço Orçamentário - Consolidado das Autarquias (Anexo 12, da Lei 4.320/64) 298

5.2.2 Balanço Financeiro - Analítico - Consolidado das Autarquias (Anexo 13, da Lei 4.320/64) 299

5.2.3 Balanço Patrimonial - Consolidado das Autarquias (Anexo 14, da Lei 4.320/64) 303

5.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidado das Autarquias (Anexo 15 da Lei 4.320/64) 307

5.2.5 Demonstrativo da Receita e Despesa Seg. as Categ. Econômicas - Autarquias (Anexo 1, da Lei 4.320/64) 308

5.2.6 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Consolidado das Autarquias (Anexo 10, da Lei 4.320/64). 309

5.2.7 Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada - Mês a Mês - Consolidado das Autarquias 314

5.2.8 Demonstrativo da Execução Orçamentária 316

5.2.9 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada - Mês a Mês - Consolidado das Autarquias 319

5.2.10 Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras - Consolidado das Autarquias 321

5.2.11 Fluxo de Caixa - Mensal e Anual - Consolidado das Autarquias 323

5.2.12 Síntese Interpretativa do Balanço Financeiro - Consolidado das Autarquias 325

5.2.13 Demonstrativo da Dívida Flutuante - Consolidado das Autarquias (Anexo 17, da Lei 4.320/64) 327

6. RELATÓRIO E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DAS FUNDAÇÕES

6.1 Relatório dos Dados Consolidados das Fundações 328

6.2 Demonstrativos Contábeis - Fundações:

6.2.1 Balanço Orçamentário - Consolidado das Fundações (Anexo 12, da Lei 4.320/64) 339

6.2.2 Balanço Financeiro - Analítico - Consolidado das Fundações (Anexo 13, da Lei 4.320/64) 340

6.2.3 Balanço Patrimonial - Consolidado das Fundações (Anexo 14, da Lei 4.320/64) 343

6.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidado das Fundações (Anexo 15 da Lei 4.320/64) 346

6.2.5 Demonstrativo da Receita e Despesa Seg. as Categ. Econômicas - Fundações (Anexo 1, da Lei 4.320/64) 347

6.2.6 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Consolidado das Fundações (Anexo 10, da Lei 4.320/64) 348

6.2.7 Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada - Mês a Mês - Consolidado das Fundações 352

6.2.8 Demonstrativo da Execução Orçamentária 354

6.2.9 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada - Mês a Mês - Consolidado das Fundações 357

6.2.10 Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras - Consolidado das Fundações 359

6.2.11 Fluxo de Caixa - Mensal e Anual - Consolidado das Fundações 361

6.2.12 Síntese Interpretativa do Balanço Financeiro - Consolidado das Fundações 364

6.2.13 Demonstrativo da Dívida Flutuante - Consolidado das Fundações (Anexo 17, da Lei 4.320/64) 366

7. RELATÓRIO E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOS FUNDOS ESPECIAIS

7.1 Relatório dos Dados Consolidados dos Fundos Especiais 367

7.2 Demonstrativos Contábeis - Fundos Especiais:

7.2.1 Balanço Orçamentário - Consolidado dos Fundos Especiais (Anexo 12, da Lei 4.320/64) 382

7.2.2 Balanço Financeiro - Analítico - Consolidado dos Fundos Especiais (Anexo 13, da Lei 4.320/64) 383

7.2.3 Balanço Patrimonial - Consolidado dos Fundos Especiais (Anexo 14, da Lei 4.320/64) 387

7.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidado dos Fundos (Anexo 15 da Lei 4.320/64) 390

7.2.5 Demonstrativo da Receita e Despesa Seg. as Categ. Econômicas - Fundos (Anexo 1, da Lei 4.320/64) 391

7.2.6 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Consolidado dos Fundos (Anexo 10, da Lei 4.320/64) 392

7.2.7 Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada - Mês a Mês - Consolidado dos Fundos 397

7.2.8 Demonstrativo da Execução Orçamentária 399

7.2.9 Demonstrativo da Despesa Orçamentária Empenhada - Mês a Mês - Consolidado dos Fundos Especiais. 402

7.2.10 Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras - Consolidado dos Fundos Especiais 404

7.2.11 Fluxo de Caixa Mensal e Anual - Consolidado dos Fundos 406

7.2.12 Síntese Interpretativa do Balanço Financeiro - Consolidado dos Fundos Especiais 409

7.2.13 Demonstrativo da Dívida Flutuante - Fundos Especiais (Anexo 17, da Lei 4.320/64) 411

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

8.1 Conclusão 413

8.2 Equipe Técnica da Secretaria de Estado da Fazenda em 31/12/96 415

8.3 Órgãos e Entidades da Administração Estadual / Responsáveis pela Escrita Contábil 417

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Fazenda
Gabinete do Secretário

10

Ofício SEF/GABS Nº 291/97
Florianópolis, 07 de abril de 1997

A Sua Excelência o Senhor
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado
NESTA

Senhor Governador

Para o cumprimento dos dispositivos constitucionais vigentes, tenho a honra de encaminhar-lhe o Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 1996, que se constitui na Prestação de Contas do segundo ano de sua gestão.

Este documento reveste-se da maior importância, pois além de ser o retrato fiel da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 1996 é peça fundamental em quaisquer análises econômicas que venham a ser efetuadas.

Durante o exercício encerrado foram tomadas algumas medidas objetivando melhorar o controle interno dos órgãos e entidades do Estado, bem como fornecer ao Tribunal de Contas dados mais tempestivos e confiáveis. Nesse sentido foram editadas e alteradas algumas legislações separando as atividades de execução orçamentária e financeira das atividades de registro e controle, foram revisadas diversas rotinas informatizadas do Estado, bem como foi constituída a equipe de Auditores Internos, o que nos permite afirmar que os números apresentados refletem a realidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado.

Por ser uma peça técnica vai enriquecido de relatórios técnico contábeis elaborados pela Diretoria de Contabilidade Geral, cujos dados estão consolidados em quatro grupos: Consolidado da Administração Direta; Consolidado das Autarquias; Consolidado das Fundações e Consolidado dos Fundos Especiais.

Respeitosamente

PAULO SÉRGIO GALLOTTI PRISCO PARAÍSO
Secretário de Estado da Fazenda

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral - DCOG

Ofício SEF/DCOG Nº 054/97
Florianópolis, 04 de abril de 1997

Excelentíssimo Senhor
PAULO SÉRGIO GALLOTTI PRISCO PARAÍSO
Secretário de Estado da Fazenda
NESTA

Senhor Secretário

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência o Balanço Geral do Estado, que constitui a prestação de contas do Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. Paulo Afonso Evangelista Vieira, referente ao exercício de 1996.

Os documentos que integram o presente foram elaborados segundo a legislação, normas e técnicas contábeis vigentes, motivo pelo qual estão em condições de serem encaminhados à Egrégia Assembléia Legislativa para o cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 71 da Constituição do Estado.

O Balanço Geral contém dados consolidados dos órgãos e entidades do Estado, obedecendo a seguinte seqüência: dados consolidados da administração direta; dados consolidados das autarquias; dados consolidados das fundações e dados consolidados dos fundos especiais. Nos dados consolidados da administração direta estão anexados (incluídos), nos termos do inciso I do artigo 59 da Constituição do Estado, os dados dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Em cumprimento à legislação vigente, em especial à Resolução n°TC-16/94, de 21/12/94, todos os dados da execução orçamentária e financeira estão delineados nos relatórios desta Diretoria, elaborados em linguagem simples e didática, objetivando a compreensão e transparência que as contas requerem.

Respeitosamente

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC n° 15.874

INTRODUÇÃO

Conforme dispõe o Art. 11, da Resolução nº TC-16/94, de 21 de dezembro de 1994, *"as contas anuais de gestão do Governador do Estado serão remetidas ao Tribunal de Contas, por meio documental, no prazo constitucional, consubstanciadas em:*

I - Relatório circunstanciado do órgão competente, sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira estadual;

II - Demonstrativos dos resultados gerais do exercício, na forma do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, e dos quadros demonstrativos constantes dos anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964."

Segundo a Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, alterada pela Lei nº 10.185, de 17 de julho de 1996, que dispõe sobre a organização da Administração Pública, *"À Secretaria de Estado da Fazenda, como órgão central do Sistema de Orçamentação e Administração Financeira, do Sistema de Administração Contábil e Auditoria e do Sistema de Informática e Automação compete:*

I - formular a política de crédito do Governo do Estado;

II - definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso;

III - formular e executar a política de informática do Governo do Estado;

IV - coordenar os assuntos afins e as ações interdependentes que tenham repercussão financeira;

V - elaborar projetos de lei e outros atos relacionados com:

a) as diretrizes orçamentárias;

b) a proposta orçamentária anual;

c) A legislação tributária estadual.

VI - desenvolver atividades relacionadas com:

a) tributação, arrecadação e fiscalização;

b) administração financeira, orçamentária, contábil e auditorial;

c) despesa e dívida públicas;

d) contencioso administrativo-tributário;

e) supervisão, coordenação e acompanhamento do desempenho das entidades financeiras do Estado.

f) atos de registro de comércio."

Face aos dispositivos legais citados, à Diretoria de Contabilidade Geral, núcleo técnico do Sistema de Administração Contábil e Auditoria, subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, compete elaborar o Balanço Geral do Estado e orientar tecnicamente os órgãos setoriais e seccionais, supervisionando-lhes as atividades e estabelecendo normas para a padronização, racionalização e controle das ações referentes aos serviços de contabilidade.

Esta Diretoria, consciente de suas responsabilidades e da importância do controle interno para a comprovação da legalidade de atos, para a avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, não poupou esforços no sentido de melhorar os controles internos, em especial dos sistemas informatizados que atendem o Estado.

Em busca de um controle mais eficiente e eficaz procuramos manter vivo o intercâmbio com outros Estados, iniciado no exercício de 1995, objetivando o conhecimento e atualização de

técnicas e métodos de controle que possibilitem maior tempestividade e confiabilidade nos registros contábeis.

Assumimos a Diretoria de Contabilidade Geral em janeiro de 1995, e no decorrer do exercício de 1995 passamos a receber diversas solicitações de dados e informações a respeito da Execução Orçamentária , Financeira e Patrimonial do Estado, muitas delas por grupo de órgãos e entidades, (órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos).

As solicitações e comparativos de informações eram difíceis de serem atendidas, face a centralização dos dados não seguirem uma uniformidade. Centralizava-se as receitas e despesas da Administração Direta, mas não as das Autarquias, Fundações e Fundos; contudo centralizava-se no Balanço Geral o Patrimônio total desses órgãos e entidades, pela variação ocorrida mensalmente.

Fruto das experiências adquiridas com o intercâmbio mantido com outros Estados, das dificuldades em atender os pedidos de informações de órgãos internos e externos, bem como da participação em eventos de abrangência nacional, fomos analisando de uma forma mais crítica a consolidação dos balancetes e balanços dos órgãos e entidades da administração estadual.

Visando eliminar as dificuldades na obtenção das informações, demonstrar de uma forma mais transparente os dados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como estabelecer um padrão similar ao adotado por outras Unidades da Federação, tomou-se a decisão de alterar a forma de elaboração do Balanço Geral do Estado, buscando na legislação existente dispositivos que nos permitissem a melhor escolha.

A Constituição Estadual (a exemplo da Federal) em seu art. 120, parágrafo 4°, assim determina:

"A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública;

II - o orçamento de investimento das empresas cujo controle seja, direta ou indiretamente, detido pelo Estado;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos e fundos da administração pública a ela vinculados."

O artigo supracitado superou (S.M.J.) o artigo 107 da Lei Federal n° 4.320/64, que previa a aprovação por Decreto do Poder Executivo, dos orçamentos das entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e estabeleceu a observância dos **princípios da unidade e da universalidade**.

Face a unicidade da Lei Orçamentária prevista na Constituição Federal, art. 165, § 5°, inciso I, II e III e o disposto na Lei Federal n° 4.320/64, art. 110, parágrafo único, a interpretação que obteve-se (S.M.J.) é que os balanços dos órgãos da administração indireta devem ser consolidados em uma única peça, a exemplo da Lei Orçamentária, carro chefe da administração pública, demonstrando de uma forma universal os dados da gestão não só patrimonial, mas também da gestão orçamentária e financeira.

Esta decisão permitiu-nos analisar com maior propriedade a aplicação dos recursos públicos arrecadados, oriundos da fonte "00" - RECURSOS DO TESOURO - Recursos Ordinários, ou de qualquer outra fonte de recurso, consolidados segundo o órgão ou entidade responsável por sua gestão.

Conforme comentários de J. Teixeira Machado Júnior e Heraldo da Costa Reis, Lei 4.320/64 comentada, 26° edição, art. 111, *"Um*

balanço consolidado não é a soma de todos os números, dotação a dotação, parcela a parcela, dos balanços públicos, mas um documento que resulta da análise dos dados neles contidos, expurgando-se aqueles elementos que, como as transferências, poderiam figurar em duplicata".

Dos estudos elaborados, e face as alterações legais introduzidas pelas Constituições Federal e Estadual, buscou-se aperfeiçoar o plano de contas único do Estado, tornando-o mais sintético em alguns grupos de contas, eliminando as duplicidades de registros, permitindo dessa forma a centralização automatizada dos órgãos e entidades e a ampliação das informações disponíveis nos sistemas, com a criação dos seguintes Balancetes e Balanços Consolidados:

- Consolidado da Administração Direta;
- Consolidado das Autarquias;
- Consolidado das Fundações;
- Consolidado dos Fundos.

Face as inovações introduzidas a partir de janeiro/96, o Patrimônio do Estado apresentado no exercício de 1995, comparado ao patrimônio do Balanço consolidado - Administração Direta, apresentou uma variação de R$ 126.528.437,97.

Patrimônio em 32/12/95:

Administração Direta	R$	(790.499.323,69)
Autarquias	R$	47.109.124,60
Fundações	R$	1.753.123,99
Fundos	R$	77.666.189,38
Total apresentado no Balanço/95	R$	(663.970.885,72)

A elaboração do Balanço Consolidado Geral ainda demandará estudos e adaptações no sistema informatizado de contabilidade, face as deduções a serem efetuadas visando evitar o cômputo de valores em dobro. A análise desse balanço evidenciará o patrimônio global do Estado, no conjunto de todos os seus órgãos e entidades sujeitos ao regramento da Lei Federal 4.320/64.

Os relatórios do Balanço Geral estão divididos em partes distintas, conforme o grupo de órgãos ou entidades que compõem os demonstrativos consolidados. As análises consolidadas obedecem a seguinte seqüência:

Relatório dos dados consolidados da Administração Direta;

Relatório dos dados consolidados das Autarquias;

Relatório dos dados consolidados das Fundações;

Relatório dos dados consolidados dos Fundos.

Os relatórios que elaboramos visam atender a exigência legal, bem como permitir uma melhor compreensão dos demonstrativos contábeis. Buscamos em sua elaboração e apresentação a forma mais didática possível, com análises percentuais e gráficas, haja vista ser o Balanço Geral um compromisso do Governador do Estado não só para com o Poder Legislativo, mas, sobretudo, para com a população em geral.

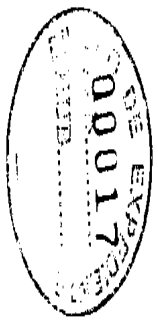
Florianópolis, 12 de março de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

15

RELATÓRIO DO BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 1996

CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA



INTRODUÇÃO

A administração estadual acha-se estruturada em simetria com a *administração federal*, atenta ao mandamento constitucional de observância, pelos Estados federados, dos princípios estabelecidos na Constituição da República (Arts. 25 a 28) e às normas da Lei Complementar 20, de 01.07.74, relativamente ao atendimento dos princípios fundamentais adotados pela Reforma Administrativa (preâmbulo e art. 1°.).

Como em todos os Estados-membros o Poder Executivo é exercido, unipessoalmente, pelo *Governador*, auxiliado por *Secretários de Estado*. Variam as Secretarias em número, denominação e atribuições, mas todas elas constituem órgãos dirigentes da administração estadual, cabendo aos respectivos Secretários funções de supervisão, através de orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos inferiores, como ocorre com os Ministros de Estado, no caso da União.

No presente relatório teceremos alguns comentários sobre as contas dos órgãos da administração direta, as quais estão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, nos termos do Art. 59, I da CE/89.

DOS ORÇAMENTOS

Por força de disposição constitucional, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais são estabelecidos em Leis de iniciativa do Poder Executivo (CE/89, art. 120).

PLANO PLURIANUAL

O projeto do Plano Plurianual deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, até quatro (4) meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do Governo que assumir o comando geral do Estado` e devolvido para sanção até encerramento da Sessão Legislativa, com vigência até o final do primeiro exercício financeiro do Governo subseqüente.

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 1996-1999, foi aprovado pela Lei nº 10.057, de 29 de dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial do Estado nº 15.337 de 29 de dezembro de 1995.

Conforme dispõe o § 1º do artigo 120 da Constituição Estadual, "o plano plurianual exporá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Consoante o disposto na Lei que instituiu o Plano Plurianual, para efeito de aplicação, acompanhamento, avaliação e atualização do Plano Plurianual, consideram-se:

DIRETRIZES - o conjunto de critérios de ação e de decisão que disciplinam e orientam a atuação dos órgãos da administração pública;

OBJETIVOS - os resultados a serem alcançados pela administração pública;

METAS - a especificação física ou monetária dos objetivos estabelecidos.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 120 § 3º da Constituição Estadual, a Lei nº 9.900, de 21 de julho de 1995, publicada no

Diário Oficial do Estado nº 15.232 de 25 de julho de 1995, fixou as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 1996, compreendendo:

I - metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício financeiro subsequente;

II - *orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;*

III - participação relativa na receita líquida disponível dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, para elaboração das propostas orçamentárias desses órgãos;

IV - disposições relativas às políticas de recursos humanos da administração pública estadual;

V - disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;

VI - política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento.

ORÇAMENTO ANUAL

A estimativa da receita e a fixação da despesa do Estado de Santa Catarina para o exercício financeiro de 1996, foi aprovada pela Lei nº 10.056, de 29 de dezembro de 1995, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos da administração pública direta e indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, a administração pública direta e indireta, bem como seus fundos;

III - o Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto.

DAS ESTIMATIVAS DAS RECEITAS

As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital previstas na legislação vigente, foram estimadas, a preços de junho de 1995, conforme segue:

RECEITA ESTIMADA - PREÇOS DE JUNHO/95

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	1996
1 - RECURSOS DO TESOURO (ADM. DIRETA)	**2.668.919.569**
1.1 - RECEITAS CORRENTES	2.255.228.434
1.1.1 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.791.064.828
1.1.2 - RECEITA PATRIMONIAL	-
1.1.3 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	439.156.506
1.1.4 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.007.100
1.2 - RECEITA DE CAPITAL	413.691.135
1.2.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	197.712.344
1.2.2 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	109.338.748
1.2.3 - ALIENAÇÃO DE BENS	-
1.2.4 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	106.640.043
2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADM. INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS (excluídas as transf. do Tesouro do Estado)	**615.953.090**
2.1 - RECEITAS CORRENTES	502.155.757
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	113.797.333
TOTAL GERAL	3.284.872.659

FIXAÇÃO DA DESPESA

A despesa para 1996, foi fixada também a preços de junho de 1995, nos mesmos montantes da receita, obedecendo aos preceitos constitucionais, ao Plano Plurianual, bem como à Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme demonstrado a seguir:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA FIXADA - 1996

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ORÇADO 1996	
	RECURSOS TESOURO	OUTRAS FONTES
DESPESAS CORRENTES	**1.998.747.427**	**405.757.934**
PESSOAL E ENCARGOS	1.080.261.170	110.928.604
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	105.838.829	1.220.000
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	14.050.068	-
OUTRAS DESP. CORRENTES	798.597.360	293.609.330
DESPESAS DE CAPITAL	**668.172.142**	**210.195.156**
INVESTIMENTOS	301.632.270	98.667.087
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	213.486.617	2.611.500
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	12.354.330	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	140.698.925	108.916.569
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	**2.000.000**	-
TOTAL	**2.668.919.569**	**615.953.090**

EXECUÇÃO DA RECEITA

Consoante o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, "a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital."

O texto legal inicia os dispositivos sobre a classificação das transações governamentais, adotando a dicotomia básica: Operações Correntes e Operações de Capital.

As Operações Correntes, em termos de receita, basicamente são as que não provenham da alienação de um bem de capital, não estejam, na lei, definidas como de capital e estejam, por ato do poder público, vinculadas a uma despesa corrente (transferências correntes).

Já as Operações de Capital, em termos de receita, são as que provêm da alienação de um bem de capital, as que estejam na lei definidas como operações de capital (obtenção de empréstimo), recebimento das amortizações de empréstimos concedidos e as que estejam, por ato do poder público, vinculadas a uma operação de capital (transferências de capital).

Em resumo, a Receita Orçamentária da Administração Direta no exercício de 1996 apresentou os seguintes valores:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - ADM.DIRETA

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS ECONÔMICAS	RECEITA		% DE	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZAÇÃO	PART.
RECEITAS CORRENTES	2.255.228.434,00	2.592.381.782,14	114,95	72,75
Tributária	1.791.064.828,00	1.967.970.907,52	109,88	55,23
Patrimonial	-	28.179.409,74		0,79
Transferências Correntes	439.156.506,00	478.857.261,08	109,04	13,44
Outras Receitas Correntes	25.007.100,00	117.374.203,80	469,36	3,29
RECEITAS DE CAPITAL	413.691.135,00	971.011.889,21	234,72	27,25
Operações de Crédito	307.051.092,00	939.022.756,28	305,82	26,35
Alienação de Bens	-	11.800,00		0,00
Transferências de Capital	106.640.043,00	31.977.332,93	29,99	0,90
TOTAL	2.668.919.569,00	3.563.393.671,35	133,51	100,00

Conforme demonstrado acima, as Receitas Correntes do Estado, no exercício de 1996, corresponderam a 72,75% do total, cabendo os 27,25% restantes à Receita de Capital.

O demonstrativo evidencia uma maior arrecadação no valor de R$ 894.474.102,35 (oitocentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cento e dois reais e trinta e cinco centavos), correspondente a 33,51% superior ao previsto.

Com relação as Receitas Correntes, cabe destacar a participação de duas grandes fontes de receita: a Tributária e as Transferências Correntes.

RECEITA TRIBUTÁRIA

Como já analisado, as receitas públicas classificam-se comumente, de acordo com as fontes de onde promanam seus recursos, ou segundo suas origens. Assim, conforme a feição com que se reveste a sua obtenção, adquirem denominação própria; quando a receita advém da exploração econômica do patrimônio público, denomina-se "originária"; quando é resultante da manifestação do "jus imperi", da autoridade impositiva do Estado, denomina-se "derivada".

O direito de tributar do Estado decorre do seu "poder de império", pelo qual pode fazer "derivar" para seus cofres uma parcela do patrimônio das pessoas sujeitas à sua jurisdição e que são chamadas "receitas derivadas" ou tributos divididos em impostos, taxas e contribuição de melhoria.

A Receita Tributária no exercício encerrado correspondeu a 55,23% da receita total e 75,91% das Receitas Correntes do Estado.

Analiticamente, as fontes de Receitas Tributárias apresentaram o seguinte desempenho:

RECEITA TRIBUTÁRIA

(EM REAIS)

FONTES	VALORES ARRECADADOS	% DE PARTICIPAÇÃO S/AS RECEITAS		
		TOTAIS	CORRENTES	TRIBUTÁRIAS
ICMS	1.873.491.071,06	52,58	72,27	95,20
IPVA	86.478.538,92	2,43	3,34	4,39
ITCMD	5.923.535,65	0,17	0,23	0,30
ITBI/IALGRC	131.725,78	0,00	0,01	0,01
TAXAS	1.946.036,11	0,05	0,08	0,10
TOTAL	1.967.970.907,52	55,23	75,91	100,00
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				3.563.393.671,35
RECEITAS CORRENTES				2.592.381.782,14

Obs.: Valores brutos, não deduzidos as participações constitucionais dos municípios.

Do quadro anterior, destaca-se a importância do ICMS, que se apresenta como a maior fonte de recursos do Estado, correspondendo em 1996 a 52,58% da receita total, 72,27% das receitas correntes e a 95,20 % das receitas tributárias.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

É uma subcategoria econômica, destinada ao registro dos recursos financeiros recebidos de outras entidades de direito público ou privado, quando destinados ao atendimento de despesas classificáveis em despesas correntes.

As Transferências Correntes no exercício de 1996, corresponderam a 13,45% das receitas totais e 18,47% das receitas correntes.

Analiticamente, as fontes de receitas que compõem a subcategoria econômica das transferências correntes tiveram o seguinte desempenho:

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

FONTES	VALOR ARRECADADO	% PARTICIPAÇÃO SOBRE TOTAL	% PARTICIPAÇÃO SOBRE RECEITAS CORRENTES	% PARTICIPAÇÃO SOBRE TRANSF. CORRENTES
COTA-PARTE IPI- EXPORTAÇÃO	148.525.153,74	4,17	5,73	31,02
COTA-PARTE DO F.P.E.	111.803.059,49	3,14	4,31	23,35
COTA-PARTE F. ESP. PETROBRAS	28.357,85	0,00		
I.R.R.F.	64.083.103,67	1,80	2,47	13,38
COTA-PARTE SAL. EDUCAÇÃO	56.488.763,23	1,59	2,18	11,80
CONVÊNIOS E AUXÍLIOS	85.814.487,79	2,41	3,31	17,92
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	12.114.335,31	0,34	0,47	2,53
TOTAL	478.857.261,08	13,44	18,47	100,00
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				3.563.393.671,35
RECEITAS CORRENTES				2.592.381.782,14

Obs.- 25% da Cota-Parte do IPI é repassada aos municípios.

A Cota-Parte do IPI-Exportação, fonte de recurso que mais se destacou dentre as receitas de Transferências Correntes, refere-se à distribuição efetuada pela União nos termos do art. 159, II, da CF/88, que determina que "do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento (10%) serão entregues aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. No exercício de 1996, a Cota-Parte do IPI-exportação correspondeu a 4,17% do total das receitas do Estado, 5,73% das receitas correntes e 31,02% do montante das Transferências Correntes.

A cota-parte do Fundo de Participação do Estado, segunda maior fonte de recursos do grupo das Transferências Correntes tem sua origem na Constituição Federal, art. 159.

Em 1989 os Secretários Estaduais da Fazenda e Finanças definiram o coeficiente individual para cada Estado, conforme estabelecido no anexo único da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, cabendo ao Estado de Santa Catarina 1,2798% do montante do F.P.E.

Os únicos Estados que recebem percentual inferior a Santa Catarina são o Distrito Federal, com 0,6902% e São Paulo com 1,0000% do montante. A maior participação é do Estado da Bahia com 9,3962%.

No exercício de 1996 a Cota-Parte do F.P.E. correspondeu a 3,14% do total das receitas, 4,31% das receitas correntes e 23,35% das transferências correntes.

Conforme o art. 157, inciso I da Constituição Federal, pertence ao Estado o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas Autarquias e pelas Fundações que instituir e mantiver.

No exercício de 1996 o I.R.R.F. pelo Estado correspondeu a 1,80% da receita total, e 2,47% das receitas correntes e 13,38% das transferências correntes.

A Cota-Parte do Salário-Educação é fonte de recursos financeiros adicionais para a manutenção do ensino fundamental, previstos na Constituição Federal, art. 212 § 5º.

Os recursos do salário-educação são utilizados como fonte de investimentos para cobrir necessidades do ensino fundamental das redes públicas (ensino gratuito) na:

- expansão e manutenção da rede física escolar;

- ampliação do acervo de equipamentos técnicos;

- aquisição de livros e materiais pedagógicos;

- capacitação de recursos humanos;

- assistência ao educando.

No exercício de 1996 a Cota-Parte do Salário-Educação correspondeu a 1,59% da receita total, 2,18% das receitas correntes e 11,80% das transferências correntes.

RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital, no exercício de 1996, originaram-se basicamente de Operações de Crédito e de Transferências de Capital. Corresponderam a 27,25% da receita total, sendo que destes, 26,35% originaram-se de empréstimos internos e externos.

RECEITAS DE CAPITAL

FONTE	ARRECADADA	% DE PARTICIPAÇÃO	
		S/TOTAL	S/REC.CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	939.022.756,28	26,35	96,71
Internas	911.783.757,24	25,59	93,90
Externas	27.238.999,04	0,76	2,81
ALIENAÇÃO DE BENS	11.800,00	0,00	0,00
Móveis	11.800,00	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00
TRANSFER. DE CAPITAL	31.977.332,93	0,90	3,29
Transferências da União	31.977.332,93	0,90	3,29
TOTAL	971.011.889,21	27,25	100,00

Destaca-se no quadro apresentado a participação das Operações de Crédito Internas, com 25,59% das receitas totais e 93,90% das Receitas de Capital.

Do montante das Operações de Créditos Internas, R$ 215.778.858,46 (duzentos e quinze milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e quarenta e seis centavos), referem-se a rolagem da dívida mobiliária ocorrida no mês de junho/96.

Outro valor de destaque no montante das Operações de Crédito refere-se à emissão, lançamento e colocação de Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - L.F.T.SC, nos termos da Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996, e Resolução do Senado nº 76, de 1996, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro de 1996. O montante captado com a venda desses títulos do tesouro totalizou R$ 604.498.433,54 (seiscentos milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e tinta e três reais e cinqüenta e quatro centavos).

22

EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução da despesa constitui a concretização anual dos objetivos e metas determinados no processo de planejamento, cujo resultado anual é consolidado na Lei Orçamentária aprovada pelo Poder Legislativo.

A execução da despesa orçamentária deve percorrer os seguintes caminhos:

1. Fixação - os valores são fixados na Lei Orçamentária;
2. Empenho - é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (Art. 58 da Lei 4.320/64);
3. Liquidação - consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (Art. 63 da Lei 4.320/64);
4. Pagamento - é o ato pelo qual a Fazenda Pública satisfaz o credor e extingue a obrigação.

Pode-se observar no demonstrativo a seguir, as despesas efetivamente realizadas (empenhadas) com a manutenção da máquina administrativa, identificadas pelos números do Custeio, pelas Transferências Correntes, os Investimentos efetuados, as Inversões Financeiras e as Transferências de Capital:

DESPESA REALIZADA

ESPECIFICAÇÃO	1995		1996		VAR
	REALIZAÇÃO	PARTIC.	REALIZAÇÃO	PARTIC.	95/96
DESPESAS CORRENTES	**2.180.440.640,52**	**83,28**	**2.706.299.526,43**	**81,04**	**24,12**
Despesas de Custeio	**951.556.539,25**	**36,34**	**1.050.913.189,28**	**31,47**	**10,44**
Pessoal	783.311.583,92	29,92	807.825.084,69	24,19	3,13
Material de Consumo	26.660.417,25	1,02	37.399.243,42	1,12	40,28
Serviços de Terceiros e Encargos	128.228.720,24	4,90	171.524.597,27	5,14	33,76
Diversas Despesas de Custeio	13.355.817,84	0,51	34.164.263,90	1,02	155,80
Transferências Correntes	**1.228.884.101,27**	**46,93**	**1.655.386.337,15**	**49,57**	**34,71**
Transferências Intragovernamentais	219.969.423,60	8,40	247.109.565,35	7,40	12,34
Transferências Intergovernamentais	505.763.413,86	19,32	572.405.990,37	17,14	13,18
Transf. a Instituições Privadas	31.774.071,90	1,21	29.638.038,44	0,89	-6,72
Transferências à Pessoas	347.110.052,81	13,26	446.532.458,29	13,37	28,64
Encargos da Dívida Interna	96.163.207,45	3,67	325.426.533,38	9,74	238,41
Encargos da Dívida Externa	15.987.874,31	0,61	18.363.082,30	0,55	14,86
Cont. p/ Formação do PASEP	11.320.689,50	0,43	14.108.706,08	0,42	24,63
Div. Transferências Correntes	795.367,84	0,03	1.801.962,94	0,05	126,56
DESPESAS DE CAPITAL	**437.870.224,19**	**16,72**	**633.334.181,64**	**18,96**	**44,64**
Investimentos	**66.814.931,24**	**2,54**	**60.885.833,29**	**1,82**	**-8,60**
Obras e Instalações	26.019.704,35	0,99	29.698.754,54	0,89	14,14
Equipamento e Material Permanente	9.244.267,89	0,35	19.916.578,53	0,60	115,45
Const. ou Aum.de Cap. de Emp. I.A	22.117.540,26	0,84	7.323.400,00	0,22	-66,89
Diversos Investimentos	9.233.418,74	0,35	3.947.100,22	0,12	-57,25
Inversões Financeiras	**9.681.211,89**	**0,37**	**17.819.272,19**	**0,53**	**81,99**
Aquisição de Imóveis	67.502,48	0,00	-	0,00	-100,00
Aquis. de Tít. Rep. do Cap. já Int.	73.425,20	0,00	450.617,48	0,01	513,71
Const. ou Aum. de Cap. de Empr C.F	9.540.284,21	0,36	17.168.654,71	0,51	79,96
Transferências de Capital	**361.574.081,06**	**13,81**	**554.829.076,16**	**16,61**	**53,45**
Transferências Intragovernamentais	132.637.046,68	5,07	205.109.596,51	6,14	54,64
Transferências Intergovernamentais	35.361.488,70	1,35	31.597.045,60	0,95	-10,65
Transf. a Instituições Privadas	462.900,00	0,02	3.066.894,81	0,09	562,54
Amortização da Dívida Interna	176.765.353,32	6,75	295.098.511,01	8,84	66,94
Amortização da Dívida Externa	16.347.292,36	0,62	19.476.048,23	0,58	19,14
Diversas transferências de Capital	0,00		480.980,00		
TOTAL GERAL	**2.618.310.864,71**	**100,00**	**3.339.633.708,07**	**100,00**	**27,55**

Do montante das despesas do Estado, 81,04% foram gastos correntes, sendo 31,47 % com o custeio da máquina e 49,57% com Transferências Correntes.

Em Despesas de Capital foram alocados 18,96% do montante dos gastos, sendo 1,82% em Investimentos, 0,53% em Inversões Financeiras e 16,61% em Transferências de Capital.

DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar n° 82, de 27 de março de 1995, disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do artigo 169 da Constituição Federal, da seguinte forma:

"Art. 1° As despesas totais com pessoal ativo e inativo da Administração direta e indireta, inclusive fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, pagas com receitas correntes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão, em cada exercício financeiro exceder:

I - .....

II - no caso dos Estados, a sessenta por cento das respectivas receitas correntes líquidas, entendidas como sendo os totais das respectivas receitas correntes, deduzidos os valores das transferências por participações, constitucionais e legais, dos municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados".

O legislador ao elaborar a Lei Complementar nº 82/95 (SMJ) analisou as receitas sob o ponto de vista da União, uma vez que foram incluídos como receitas correntes líquidas dos Estados, fontes de recursos tipicamente vinculados, conforme segue:

1. recursos de auxílios e convênios (Transferências Correntes), cuja aplicação não pode ser em despesas de pessoal;
2. Cota-parte da contribuição do salário-educação (recursos vinculados ao ensino fundamental);
3. 25% da cota parte do I.P.I. - exportação, (tributos de competência federal), que conforme a Constituição Federal/88 deverão ser repassados aos municípios (**a Lei estipula a dedução apenas de participações constitucionais e legais dos municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados**).

A Lei Complementar nº 82 estipula um prazo máximo de 3 exercícios financeiros, a contar daquele em que a Lei Complementar entrar em vigor (vigorou a partir de 1996), para que os Estados se ajustem ao mandamento legal, caso as despesas com pessoal ativo e inativo excederem, no exercício de publicação da referida lei, ao limite de comprometimento previsto.

No decorrer dos exercícios de 1995 e 1996, a despesa com pessoal ativo e inativo da Administração direta, bem como das autarquias, fundações e empresas dependentes de recursos do Tesouro apresentou os seguintes valores (inclusive 13º salário):

COMPROMETIMENTO DA DESPESA DE PESSOAL - CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	1995		1996		VAR
	VALORES	%	VALORES	%	96/96
1 Pessoal (Adm Direta + Poderes)	1.126.561.257,88	87,94	1.252.416.611,86	88,86	11,17
1.1 Pessoal Civil	635.505.066,42	49,61	668.913.948,21	47,46	5,26
1.2 Pessoal Militar	119.810.565,97	9,35	127.496.518,79	9,05	6,42
1.3 Obrigações Patronais	27.995.951,53	2,19	11.414.617,69	0,81	(59,23)
1.4 Inativos	328.168.438,18	25,62	428.642.981,27	30,41	30,62
1.5 Pensionistas	11.395.950,58	146,48	12.151.578,14	134,54	6,63
1.6 Salário Família	3.685.285,20	0,29	3.796.967,78	0,27	3,03
2 Autarquias (Transf. Operacionais)	27.701.309,96	2,16	30.468.562,53	2,16	9,99
3 Fundações (Transf. Operacionais)	7.780.029,90	0,61	9.032.269,55	0,64	16,10
4 Empresas Deficitárias (Subvenções)	118.945.637,25	9,29	117.475.717,37	8,34	(1,24)
5 Custo Total (1+2+3+4)	1.280.988.234,99	100,00	1.409.393.161,33	100,00	10,02
6 Receitas Correntes Totais	2.177.863.138,92	100,00	2.592.381.782,14	100,00	19,03
7 Cota-parte dos municípios	487.995.736,47	22,40	561.786.147,62	21,67	15,14
8 Receitas Cor. Líquidas(LC 82/95)	1.689.957.402,45	77,60	2.030.595.634,52	78,33	20,16
9 Cota-parte do Salário-Educação	40.240.258,05	1,85	56.488.763,23	2,18	40,38
10 Recursos de Aux. e Convênios	36.383.999,99	1,67	85.814.487,79	3,31	135,86
11 Baixas de Passivos Financeiros	0,00		66.011.606,12	2,55	
12 Alienação de Bens	750.239,69	0,03	11.800,00	0,00	(98,43)
13 Rec. Líquida Disponível-LDO (6-8-10-11+12)	1.614.093.397,09	74,11	1.822.292.577,39	70,29	12,90
14 Custo em Relação às Rec. Correntes Totais		58,82		54,37	(7,57)
15 Custo em Relação às Rec. Cor. Liq.(LC82/95)		75,80		69,41	(8,43)
16 Custo em Relação à Rec. Líquida Disp.(LDO)		79,36		77,34	(2,55)

No demonstrativo anterior foram considerados, na despesa, os valores empenhados no itens 3111, 3112, 3113, 3251, 3252 e 3253, bem como os valores transferidos para pagamento de pessoal das autarquias, fundações e empresas dependentes do Tesouro. Na receita adotou-se as definições da Receita Corrente Líquida data pela Lei Complementar 82/95, bem como da receita líquida disponível, estipulada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 9.900 de 21 de julho de 1995, que assim conceitua:

"*Art. 11, § 5º - Entende-se por receita líquida disponível aquela apurada deduzindo-se, da receita total do Tesouro do Estado, as operações de crédito, os convênios, ajustes e acordos administrativos, as transferências constitucionais aos municípios e a receita proveniente da contribuição social do salário-educação.*"

Os dados apresentados estão a preços correntes, evidenciando um crescimento nas despesas com pessoal da ordem de 10,02%, tendo os inativos apresentado uma variação em relação a 1995 da ordem de 30,62%.

Em relação às Receitas Correntes Líquidas, conforme definido na Lei Complementar 82/95, o custo da folha totalizou 69,41%.

Em relação às Receitas Líquidas Disponíveis, pelo conceito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o custo da folha totalizou 77,34%, conforme demonstração por ógão a seguir.

25

DESPESA COM PESSOAL - POR ÓRGÃO - EXERCÍCIO DE 1995 e 1996

ESPECIFICAÇÃO	1995		1996	
	VALOR	% da R.L.D.	VALOR	% da R.L.D.
1 - Receitas Totais	2.335.079.454,21		3.563.393.671,35	
2 - Receitas vinculadas	720.986.057,12		1.741.101.093,97	
3 - Receita Líquida Disponível (1 - 2)	1.614.093.397,09	100,00	1.822.292.577,38	100,00
4- Despesa Com Pessoal	1.280.988.234,99	79,36	1.409.393.161,33	77,34
4.1 - Órgãos Com Vinculação na R.L.D.	200.595.096,43	12,43	217.788.746,36	11,95
4.1.1 - Assembléia Legislativa	47.945.423,64	2,97	53.631.983,36	2,94
4.1.2 - Tribunal de Contas	18.205.719,61	1,13	19.980.743,29	1,10
4.1.3 - Tribunal de Justiça	95.072.118,05	5,89	101.608.272,61	5,58
4.1.4 - Ministério Público	39.371.835,13	2,44	42.567.747,10	2,34
4.2 - Demais Órgãos da Adm. Direta	925.966.161,45	57,37	1.034.627.865,52	56,78
4.2.1 - Sec.Cultura e Comunicação Social (até maio/96)	733.171,41	0,05	355.798,43	0,02
4.2.2 - Gabinete do Governador	2.680.521,37	0,17	3.422.615,16	0,19
4.2.3 - Gabinete do Vice-Governador	500.454,82	0,03	597.409,09	0,03
4.2.4 - Polícia Militar	164.033.940,16	10,16	180.391.607,37	9,90
4.2.5 - Proc. Geral da Fazenda J/ ao T.C.	3.713.939,88	0,23	3.999.587,85	0,22
4.2.6 - Proc. Geral do Estado	6.403.103,30	0,40	7.807.793,76	0,43
4.2.7 - Sec. Desenv. Urbano e Meio Ambiente	897.494,85	0,06	1.176.284,34	0,06
4.2.8 - Sec. Des. Rural e Agricultura	6.150.788,75	0,38	7.241.011,40	0,40
4.2.9 - Sec. da Educação	400.080.553,68	24,79	463.583.131,74	25,44
4.2.10 - Sec. da Administração	5.998.721,24	0,37	6.683.085,92	0,37
4.2.11 - Sec. da Saúde	112.509.184,33	6,97	123.103.298,38	6,76
4.2.12 - Sec. da Segurança Pública	49.724.426,22	3,08	50.735.398,12	2,78
4.2.13 - Sec. da Justiça e Cidadania	7.288.706,76	0,45	10.991.536,19	0,60
4.2.14 - Sec. da Fazenda	156.384.571,41	9,69	163.020.638,20	8,95
4.2.15 - Sec. dos Transportes e Obras	1.001.931,04	0,06	1.229.529,00	0,07
4.2.16 - Sec. Des. Social e Família	4.959.680,80	0,31	6.045.103,46	0,33
4.2.17 - Sec. Des. Econ. Cient. e Tec.(até maio/98)	2.924.971,43	0,18	1.373.548,25	0,08
4.2.18 - Sec. de Estado do Governo	0,00	0,00	809.577,14	0,06
4.2.19 - Sec. do Des. Econ. e Integração ao Mercosul	0,00	0,00	2.060.911,72	0,95
4.3 - Adm. Indireta - Dependentes do Tesouro	154.426.977,11	9,57	156.976.549,45	8,61
4.3.1 - Autarquias Dependentes do Tesouro	27.701.309,96	1,72	30.468.562,53	1,67
4.3.1.1 - D.E.R.	22.433.577,60	1,39	24.538.872,91	1,35
4.3.1.2 - D.E.O.H.	5.267.732,36	0,33	5.929.689,62	0,33
4.3.2 - Fundações Dependentes do Tesouro	7.780.029,90	0,48	9.032.269,55	0,50
4.3.2.1 - F.A.T.M.A.	2.718.698,70	0,17	3.348.880,49	0,18
4.3.2.2 - F.C.E.E.	2.300.335,77	0,14	2.596.855,90	0,14
4.3.2.3 - F.C.C.	2.155.458,89	0,13	2.382.776,48	0,13
4.3.2.4 - FESPORTE	605.536,54	0,04	703.756,68	0,04
4.3.3 - Empresas Dependentes do Tesouro	118.945.637,25	7,37	117.475.717,37	6,45
4.3.3.1 - EPAGRI	77.315.125,29	4,79	79.182.285,22	4,35
4.3.3.2 - CIDASC	34.853.837,19	2,16	36.003.919,12	1,98
4.3.3.3 - SANTUR	2.401.867,54	0,15	2.289.513,03	0,13
4.3.3.4 - COHAB	4.374.807,23	0,27		0,00

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

Visando estabelecer um esquema de classificação que forneça informações mais amplas sobre a programação do Governo, e ao mesmo tempo uniformizar a terminologia a nível de Governo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, foi instituído pela Lei 4.320/64, a Classificação Funcional-Programática (Anexo 5 da Lei 4.320).

No exercício de 1996, as funções apresentaram os valores a seguir:

DESPESAS POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	1995		1996	
	VALOR	%	VALOR	%
Legislativa	53.501.185,34	2,04	63.823.852,22	1,91
Judiciária	143.629.824,04	5,49	165.501.094,99	4,96
Administração e Planejamento	992.005.248,00	37,89	1.464.957.566,46	43,87
Agricultura	140.396.765,50	5,36	139.124.180,04	4,17
Defesa Nacional e Seg.Pública	182.299.848,74	6,96	184.873.814,15	5,54
Desenvolvimento Regional	1.510.189,36	0,06	301.970,00	0,01
Educação e Cultura	395.693.208,01	15,11	448.323.370,55	13,42
Energia e Recursos Minerais	15.001.731,08	0,57	-	0,00
Habitação e Urbanismo	16.215.317,17	0,62	11.492.133,88	0,34
Indústria Comércio e Serviços	46.777.142,05	1,79	32.767.995,67	0,98
Saúde e Saneamento	145.556.790,69	5,56	141.567.412,36	4,24
Trabalho	10.320.958,53	0,39	34.562.470,55	1,03
Assistência e Previdência	348.836.657,67	13,32	447.337.442,47	13,39
Transporte	126.565.998,53	4,83	205.000.404,73	6,14
TOTAL	2.618.310.864,71	100,00	3.339.633.708,07	100,00

Analisando o quadro acima, verificamos que na função Administração e Planejamento a aplicação de recursos correspondeu a 43,87% do total. Tal fato deve-se aos programas que compõem esta função, conforme evidenciamos a seguir.

PROGRAMAS	1995		1996	
	VALORES	%	VALORES	%
Administração	145.716.013,87	14,69	152.211.496,43	10,39
Administração Financeira	342.261.282,88	34,50	746.650.416,89	50,97
Planejamento Governamental	292.710,52	0,03	181.637,52	0,01
Ciência e Tecnologia	6.482.049,52	0,65	5.044.712,31	0,34
Progr. a Cargo de Est. e Municípios	497.204.320,21	50,12	560.742.603,31	38,28
Assistência	48.871,00	0,00	-	0,00
Proteção ao Meio Ambiente	0,00	0,00	126.700,00	0,00
TOTAL	992.005.248,00	100,00	1.464.957.586,46	100,00

No programa Administração Financeira, além dos subprogramas Supervisão e Coordenação Superior, Administração de Receitas e Assistência Financeira, encontramos a Dívida Interna com um total de R$ 620.525.044,39 (encargos e amortizações) e a Dívida Externa com R$ 37.839.130,53 (encargos e amortizações) sendo responsáveis por 44,94% da função e 19,97% do total.

O programa - Programação a Cargo de Estados e Municípios, compõe-se exclusivamente das Transferências Constitucionais aos Municípios, correspondendo a 38,28% da função Administração e Planejamento e 16,79% do total das funções.

Na função Assistência e Previdência, o sub programa Previdência Social a Inativos e Pensionistas contribui com 95,41% do total desta função, ou seja, R$ 426.782.528,22. A Assistência Financeira ao Menor, Social Geral e Comunitária ficam com 1,44%, e o Programa Formação ao Patrimônio do Servidor Público com 3,15%.

Já na função Transportes o que mais sobressai é o Transporte Rodoviário com 99,32% da função. O Transporte Aéreo correspondeu a 0,17% e o programa Administração 0,50%.

Da função Educação e Cultura que corresponde a 13,42% do total, o programa Ensino Fundamental contribuiu de forma expressiva com R$ 235.465.572,98 (52,52% da função).

Os gastos com a função Educação e Cultura foram divididos conforme os seguintes programas:

ESPECIFICAÇÃO	1995		1996	
	VALOR	%	VALOR	%
Administração	40.607.090,67	10,26	40.788.361,99	9,10
Educação da Criança de 0 a 6 anos	3.713.025,63	0,94	3.633.822,00	0,81
Ensino Fundamental	245.608.350,73	62,07	235.465.572,98	52,52
Ensino Médio	42.788.085,59	10,81	92.813.931,04	20,70
Ensino Superior	41.483.196,44	10,48	34.009.294,64	7,59
Ensino Supletivo	376.333,35	0,10	471.429,30	0,11
Educação Física e Desportos	6.061.849,93	1,53	10.195.686,40	2,27
Assistência a Educandos	7.349.778,24	1,86	23.262.336,10	5,19
Cultura	4.378.274,19	1,11	4.443.317,28	0,99
Educação Especial	3.327.223,24	0,84	3.239.618,82	0,72
TOTAL	395.693.208,01	100,00	448.323.370,55	100,00

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	1992	1993	1994	1995	1996	MÉDIA
Legislativa	1,72	1,85	1,65	2,04	1,91	1,83
Judiciária	4,53	6,06	4,01	5,49	4,96	5,01
Administração e Planejamento	39,78	30,76	40,44	37,89	43,87	38,55
Agricultura	5,08	6,78	4,57	5,36	4,17	5,19
Comunicação	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Defesa Nacional e Seg. Pública	6,48	7,51	5,53	6,96	5,54	6,40
Desenvolvimento Regional	0,05	0,04	0,01	0,06	0,01	0,03
Educação e Cultura	15,28	16,46	15,82	15,12	13,42	15,22
Energia e Recursos Minerais	0,19	0,01	0,01	0,57	0,00	0,16
Habitação e Urbanismo	0,98	0,60	0,58	0,62	0,34	0,62
Indústria Comércio e Serviços	1,69	2,11	1,41	1,79	0,98	1,60
Saúde e Saneamento	4,16	4,79	5,30	5,56	4,24	4,81
Trabalho	0,05	0,05	0,06	0,39	1,03	0,32
Assistência e Previdência	11,87	12,40	10,21	13,32	13,39	12,24
Transporte	8,08	10,58	10,40	4,83	6,14	8,01
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quanto aos gastos na Educação, prevê a Constituição Federal (art. 212) e Estadual (art. 167) que o "Estado aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Os valores aplicados pelo Estado na Educação totalizaram R$ 540.324.045,36, correspondendo a 31,02% da receita de impostos e de transferências federais disponíveis ao Estado. Neste valor não estão incluídos os valores aplicados oriundos da cota-parte do salário educação, nem os recursos de convênios recebidos pelo Estado para aplicação na área da educação.

A seguir apresentamos um demonstrativo analítico dos recursos recebidos e o montante aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

28

ARRECADAÇÃO/APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(EM REAIS)

RECEITA ARRECADADA	1996
1 Impostos	**1.454.356.661,25**
1.1 50% do ITBI	65.863,01
1.2 50% do IPVA	43.239.393,26
1.3 100% do ITCMD	5.923.535,65
1.4 75% do ICMS	1.405.127.869,33
2 Transferências Federais	**287.308.386,38**
2.1 Cota -Parte do F.P.E.	111.803.059,49
2.2 Cota-Parte do F.E.P	28.357,85
2.3 Transferências do I.R.R.F	64.083.103,67
2.4 Cota-Parte do IPI-Exportação (75%)	111.393.865,37
3 Total Arrecadado (1+2)	**1.741.665.047,63**
4 Valor Aplicado na Educação	**540.324.045,36**
4.1 Aplicação Líquida da Sec. da Educação	504.055.141,48
4.1.1 Total da Secretaria	587.530.777,49
4.1.2 (-) Fonte 06 - Salário Educação	57.898.195,04
4.1.3 (-) Fonte 10 - Recursos de Convênios	25.577.440,97
4.2 Fundação UDESC (100%)	33.012.113,17
4.3 Fund. Catarinense de Educação Especial	3.239.618,82
4.4 Centro de Ensino da Polícia Militar	17.171,89
5 Valor Mínimo a Aplicar (25%)	**435.416.261,91**
6 Valor Aplicado (31,02%)	**540.324.045,36**
7 Aplicação a Maior (6-5) = (6,02%)	**104.907.783,45**

Cabe destacar que no montante da aplicação não estão computados as despesas centralizadas (energia elétrica, informática, telefone e água) que são empenhadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, através de Encargos Gerais do Estado.

Conforme evidencia o demonstrativo anterior, mesmo sem computar as despesas centralizadas, os recursos aplicados foram 6,02% superior à exigência constitucional.

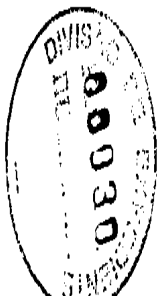
DOS BALANÇOS

Os resultados da atividade econômico-financeira são expressos através das chamadas contas finais de gestão, que encontram sua relevação sintética extrema no denominado Balanço Geral.

Nas entidades públicas o Balanço Geral é formado por um conjunto de balanços e demonstrações tendentes a relevar os resultados do exercício, a composição do patrimônio e o resumo das operações realizadas.

A lei 4.320/64 em seu artigo 101 determina que, "os resultados gerais do exercício serão demonstrados através das seguintes peças:

1 - no Balanço Orçamentário;
2 - no Balanço Financeiro;
3 - no Balanço Patrimonial;
4 - na Demonstração das Variações Patrimoniais."



1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário consiste em uma comparação das receitas previstas e realizadas com as despesas que se autorizaram e executaram, cujos totais gerais são balanceados, evidenciando o resultado financeiro previsto e o obtido na execução orçamentária.

A diferença entre a receita prevista e a despesa fixada, quando não forem equivalentes, é igualada mediante a inclusão da parcela correspondente ao "superávit" ou "déficit" previsto. Do mesmo

modo, quando as receitas e despesas efetuadas não tiverem alcançado o mesmo montante, anota-se a diferença respectiva, que indicará o "superávit" ou "déficit" orçamentário obtido.

Sinteticamente, o resultado da execução orçamentária da Administração Direta no exercício de 1996 apresentou-se da seguinte forma:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
1 - Receita Arrecadada	3.563.393.671,35	106,70
2 - Despesa Realizada	3.339.633.708,07	100,00
3 - Superávit Orçamentário de Execução (1-2)	223.759.963,28	6,70

Pode ser apresentado ainda da seguinte forma:

1 - Receita Estimada	2.668.919.569,00
2 - Receita Arrecadada	3.563.393.671,35
3 - Maior Arrecadação (2 - 1)	894.474.102,35
4 - Despesa Fixada	2.668.919.569,00
5 - Despesa Realizada	3.339.633.708,07
5.1 - Por Crédito Orçamentário e Suplementares	3.332.139.708,07
5.2 - Por Créditos Especiais	7.494.000,00
6 - Maior Despesa (5 - 4)	(670.714.139,07)
7 - Superávit Orçamentário de Execução (3 - 6)	223.759.963,28

Analisando os Balanços Gerais dos últimos 5 exercícios, percebe-se que ocorreram déficit's orçamentários de execução nos exercícios de 1992 a 1995, e um superávit no exercício de 1996, ficando os percentuais conforme abaixo demonstrados:

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO - EM %

EXERCÍCIO	1992	1993	1994	1995	1996	MÉDIA
DÉFICIT/SUPERÁVIT	(17,02)	(9,07)	(9,65)	(12,13)	6,28	(8,32)

Verifica-se no quadro acima que a média dos últimos 5 exercícios é de 8,32% de despesas efetuadas sem cobertura de receitas.

No exercício de 1996 cabe destacar o lançamento das Letras do Tesouro do Estado - LFTSC, efetuado no mês de outubro/96, no valor de R$ 604.498.433,53, bem como os deságios e encargos no montante de R$ 120.106.033,34.

Excluindo esses valores o resultado da execução orçamentária apresentaria um déficit orçamentário de execução no montante de R$ 260.632.436,92, equivalente a 8,81% de despesas sem cobertura de receitas.

A ocorrência de déficit orçamentário de execução fica difícil de ser revertida, haja vista que a Administração passa a executar dois orçamentos por ano: o orçamento do exercício corrente e o saldo de despesas comprometidas e não pagas em exercícios anteriores, inscritas em Restos a Pagar.

A atual administração vem desenvolvendo rotinas e controles objetivando zerar o déficit orçamentário de execução, o que pode ser percebido com o resultado obtido em 1996. Apesar do resultado teoricamente deficitário foi o melhor obtido no último qüinqüênio, refletindo as ações desenvolvidas no controle dos gastos.

2 - BALANÇO FINANCEIRO

Conforme dispõe o artigo 103 da lei 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Pela definição acima percebe-se a importância do referido balanço, pois nele está demonstrado as disponibilidades do administrador ao iniciar um exercício financeiro, todos os recebimentos auferidos no decorrer do ano, suas destinações e o saldo restante.

30

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITA					DESPESA				
	1995	%	1996	%		1995	%	1996	%
ORÇAMENTÁRIA	2.335.079.454,21	100,00	3.563.393.671,35	100,00	ORÇAMENTÁRIA	2.618.310.864,71	100,00	3.339.633.708,07	100,00
Receitas Correntes	2.177.863.138,92	93,27	2.592.381.782,14	72,75	Despesas Correntes	2.180.440.640,52	83,28	2.706.299.526,43	81,04
Receita Tributária	1.740.293.409,75	74,53	1.967.970.907,52	55,23	Desp. de Custeio	951.556.539,25	36,34	1.050.913.189,28	31,47
Rec. Patrimonial	24.910.713,10	1,07	28.179.409,74	0,79	Transf. Correntes	1.228.884.101,27	46,93	1.655.386.337,15	49,57
Transf. Correntes	373.285.916,12	15,99	478.857.261,08	13,44					
Outras Rec. Correntes	39.373.099,95	1,69	117.374.203,80	3,29					
Receita de Capital	157.216.315,29	6,73	971.011.889,21	27,25	Despesa de Capital	437.870.224,19	16,72	633.334.181,64	18,96
Operações de Crédito	145.238.554,87	6,22	939.022.756,28	26,35	Investimentos	66.614.931,24	2,54	60.885.833,29	1,82
Alienação de Bens	750.239,69	0,03	11.800,00	0,00	Inversões Financeiras	9.681.211,89	0,37	17.619.272,19	0,53
Transf. de Capital	11.227.520,73	0,48	31.977.332,93	0,90	Transf. de Capital	361.574.081,06	13,81	554.829.076,16	16,61
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.966.938.110,95	100,00	9.192.977.907,74	100,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.669.428.792,29	100,00	9.027.612.199,24	100,00
Realizável	15.825.112,55	0,23	8.611.450,03	0,09	Realizável	40.001.761,73	0,60	13.489.862,24	0,15
Passivo Financeiro	3.978.977.070,91	57,11	5.562.011.658,21	60,50	Passivo Financeiro	3.657.291.103,07	54,84	5.392.987.412,35	59,74
Resultado Pendente	378.384.711,06	5,43	392.534.282,01	4,27	Resultado Pendente	378.384.711,06	5,67	391.314.407,16	4,33
Contas de Interferência	2.593.751.216,43	37,23	3.229.820.517,49	35,13	Contas de Interferência	2.593.751.216,43	38,89	3.229.820.517,49	35,78
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR					SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE				
SALDO TOTAL	21.334.252,13	100,00	35.612.160,29	100,00	SALDO TOTAL	35.612.160,29	100,00	424.737.832,07	100,00
Disponível	21.205.347,04	99,40	28.516.428,67	80,07	Disponível	28.516.428,67	80,07	43.509.726,03	10,24
Bcos e Correspondentes	15.890.504,39	74,48	10.891.084,77	30,58	Bcos e Correspondentes	10.891.084,77	30,58	8.762.770,81	2,06
Aplic. no Merc.Financeiro	5.314.842,65	24,91	17.625.343,90	49,49	Aplic. no Merc.Financeiro	17.625.343,90	49,49	34.746.955,22	8,18
Vinculado em C/C	128.905,09	0,60	7.095.731,62	19,93	Vinculado em C/C	7.095.731,62	19,93	381.228.106,04	89,76
Bcos C/Dep.Div.Origens	119.637,31	0,56	15.762,11	0,04	Bcos C/Dep.Div.Origens	15.762,11	0,04	177.928,05	0,04
Depósitos Especiais do Est.	9.267,78	0,04	97.010,34	0,27	Depósitos Especiais do Est.	97.010,34	0,27	5.288,61	0,00
Aplic. no Merc.Financeiro	-	-	6.982.706,44	19,61	Aplic. no Merc.Financeiro	6.982.706,44	19,61	381.044.889,38	89,71
Bcos.C/Consignações	-	-	252,73	0,00	Bcos.C/Consignações	252,73	0,00	-	-
TOTAL	9.323.351.817,29	100,00	12.791.983.739,38	100,00	TOTAL	9.323.351.817,29	100,00	12.791.983.739,38	100,00

Receita extra-orçamentária são aquelas que se realizam à margem do orçamento, compreendendo a movimentação a crédito do grupo denominado dívida flutuante, e das contas do ativo financeiro, excluídas as que identifiquem saldos transferidos, bem como das contas de resultados pendentes e das contas de interferências.

Por despesas extra-orçamentárias, entende-se aquelas que se realizam à margem do orçamento, compreendendo a movimentação a débito das contas citadas acima.

A dívida flutuante está disciplinada no artigo 92 da lei 4.320/64, da qual compreende:

1 - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

2 - os serviços da dívida a pagar;

3 - os depósitos;

4 - os débitos da tesouraria.

Resumindo, os Balanços Financeiros da Administração Direta nos exercícios de 1995 e 1996 evidenciam a seguintes movimentações de recursos:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	1995	1996
1 - Saldo Inicial	21.334.252,13	35.612.160,29
2 - Recebimentos	9.302.017.565,16	12.756.371.579,09
2.1 - Extra-Orçamentários	6.966.938.110,95	9.192.977.907,74
2.2 - Orçamentários	2.335.079.454,21	3.563.393.671,35
3 - Total de Recursos Disponíveis	9.323.351.817,29	12.791.983.739,38
4 - Aplicação de Recursos	9.287.739.657,00	12.367.245.907,31
4.1 - Extra-Orçamentários	6.669.428.792,29	9.027.612.199,24
4.2 - Orçamentários	2.618.310.864,71	3.339.633.708,07
5 - Saldo Para o Exercício Seguinte	35.612.160,29	424.737.832,07

Percebe-se que os recursos extra-orçamentários apresentaram valores superiores aos orçamentários. Tal fato deve-se a dois fatores principais:

1 - movimentação das contas de interferências, usadas como artifício contábil para repasse das cotas financeiras aos órgãos, entidades e poderes, haja vista o registro contábil da receita da administração direta ser centralizado na Secretaria de Estado da Fazenda;

2 - toda despesa empenhada é lançada automaticamente, via sistema, em despesa empenhada a liquidar - DOL (receita-extra) sendo posteriormente, pela liquidação, baixada para Despesas Empenhadas a Pagar - DEP (receita e despesa extra), e posteriormente as importâncias pagas (despesa-extra), são baixadas em contrapartida com banco (líquido) ou consignações (valores retidos).

Do demonstrativo da Dívida Flutuante pode-se verificar um aumento das exigibilidades de curto prazo, conforme abaixo:

PASSIVO FINANCEIRO:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	1995	1996
1 - Formação de Dívidas Flutuante	3.978.977.070,91	5.562.011.658,21
2 - Pagamento de Dívidas Flutuante	3.657.291.103,07	5.392.987.412,35
3 - Aumento de Exigibilidades de Curto Prazo (1 - 2)	321.685.967,84	169.024.245,86

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

No Balanço Patrimonial são relevadas as composições qualitativas e quantitativas do patrimônio à disposição da entidade ao final do exercício financeiro.

32

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	1995	1996	ESPECIFICAÇÃO	1995	1996
Ativo Financeiro	**71.042.286,24**	**463.826.495,38**	**Passivo Financeiro**	**500.887.308,28**	**669.911.554,14**
Disponível	**28.516.428,67**	**43.509.726,03**	Restos a Pagar	280.183.191,90	398.432.514,01
Bancos	10.891.084,77	8.762.770,81	Dep. de Div. Origens	77.563.544,41	150.388.643,49
Aplic.Merc.Financeiro	17.625.343,90	34.746.955,22	Depósitos Especiais	35,47	76.818,82
Vinculado em C/C Bancária	**7.095.731,62**	**381.228.106,04**	Consignações	20.140.536,50	22.821.412,86
Bancos c/D.D.D.	15.762,11	177.928,05	Débitos da Tesouraria	123.000.000,00	98.192.164,96
Bcos.C/Dep.Especiais	97.010,34	5.288,61			
Aplic.Merc.Financeiro	6.982.706,44	381.044.889,38			
Bcos.C/Consig.Est.	252,73	-			
Realizável	**35.430.125,95**	**40.308.538,16**			
Div. Responsáveis	18.673.848,00	15.469.006,74			
Obrig.Tes.do Estado	0,38	0,38			
Tesouro Est.C/Val.Realizáveis	16.756.274,67	24.839.528,14			
Valores a Disp. da Jus.	2,90	2,90			
Resultado Pendente	-	**(1.219.874,85)**			
Despesas Impugnadas	-	(1.221.640,26)	**Passivo Permanente**	**2.305.863.818,89**	**3.317.076.268,64**
Bcos C/Pendências de Arrec.	-	1.765,41			
			Dívida Fundada Interna	2.090.088.848,80	3.081.386.197,84
Ativo Permanente	**1.945.209.517,24**	**2.023.820.929,02**	Em Títulos	644.641.377,64	1.451.371.299,50
			Por Contratos	1.445.447.471,16	1.630.014.898,34
Bens	86.084.649,22	113.662.936,98	Dívida Fundada Externa	211.116.867,93	231.031.968,64
Créditos	637.524.577,90	755.780.755,98	Por Contratos	211.116.867,93	231.031.968,64
Valores	1.221.600.290,12	1.154.377.236,06	Credores	4.658.102,16	4.658.102,16
Soma do Ativo Real	**2.016.251.803,48**	**2.487.647.424,40**	**Soma do Passivo Real**	**2.806.751.127,17**	**3.986.987.822,78**
Saldo Patrimonial					
Passivo Real Descoberto	790.499.323,69	1.499.340.398,38			
Ativo Compensado	**186.293.134,01**	**322.975.659,41**	**Passivo Compensado**	**186.293.134,01**	**322.975.659,41**
TOTAL GERAL	**2.993.044.261,18**	**4.309.963.482,19**	TOTAL GERAL	**2.993.044.261,18**	**4.309.963.482,19**

33

Conforme dispõe o artigo 105 da lei 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstra:

1 - o Ativo Financeiro;

2 - o Ativo Permanente;

3 - o Passivo Financeiro;

4 - o Passivo Permanente;

5 - o Saldo Patrimonial;

6 - as Contas de Compensação.

Abaixo apresentamos um quadro resumo do Balanço Patrimonial do Estado em 31/12/96.

Analisando o Balanço Patrimonial do exercício de 1996 verifica-se que ocorreu um saldo patrimonial negativo, ou seja, um Passivo Real Descoberto de R$ 1.499.340.398,38 (um bilhão, quatrocentos e noventa e nove milhões, trezentos e quarenta mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos). O Passivo Real Descoberto relativo ao exercício de 1995 difere do apresentado no Balanço daquele exercício, haja vista a mudança da rotina de centralização, onde os balanços passaram a ser consolidados por grupo de órgãos/entidades, conforme exposto na introdução.

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	1995	1996
Ativo Financeiro	71.042.286,24	463.826.495,38
Passivo Financeiro	500.887.308,28	669.911.554,14
Saldo Patrimonial Financeiro	429.845.022,04	206.085.058,76
Ativo Permanente	2.250.411.450,66	2.023.820.929,02
Passivo Permanente	2.484.537.314,34	3.317.076.268,64
Saldo Patrimonial Permanente	234.125.863,68	1.293.255.339,62
Saldo Patrimonial Total	663.970.885,72	1.499.340.398,38

Dos dados apresentados acima, podemos concluir que para cada R$ 1,00 disponível em 31/12/96 (Ativo Financeiro) o Estado deve aproximadamente R$ 1,44, de dívidas flutuantes (Passivo Financeiro).

O comprometimento financeiro a curto prazo apresentado, deve-se principalmente a quatro grandes grupos do Passivo Financeiro: Restos a Pagar e Depósitos de Diversas Origens, Consignações e Débitos da Tesouraria.

Por Restos a Pagar entende-se as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro (art. 36 da Lei nº 4.320/64).

São considerados processados os Restos a Pagar referentes a despesas empenhadas e liquidadas até o encerramento do exercício, faltando apenas o pagamento da despesa para extinguir a obrigação do Estado.

São considerados não processados os saldos dos empenhos emitidos, cuja liquidação não ocorreu até o término do exercício financeiro.

Conforme o Art. 63 da Lei 4.320/64, *"A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito".*

DIVISÃO DE PROTOCOLO 00035

Em 31/12/96, os Restos a Pagar estavam assim distribuídos:

RESTOS A PAGAR

Em R$

ÓRGÃO	POSIÇÃO EM 31/12/95				POSIÇÃO EM 31/12/96				VARIAÇÃO
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	%	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	%	% 95/96
Assembléia Legislativa do Estado	519.919,59	200.778,73	720.698,32	0,26	111.623,31	83.120,23	194.743,54	0,05	-72,98
Tribunal de Contas do Estado	83.338,92	97.317,16	180.656,08	0,06	136.731,66	398,64	137.130,30	0,03	-24,09
Tribunal de Justiça do Estado	642.759,50	13.622.521,38	14.265.280,88	5,09	1.456.633,20	34.651.669,99	36.108.303,19	9,06	153,12
Ministério Público	3.195.734,46	86.684,54	3.282.419,00	1,17	371.718,36	414.755,50	786.473,86	0,20	-76,04
Gab. do Governador	1.191.419,32	10.418.560,66	11.609.979,98	4,14	8.897.987,45	-	8.897.987,45	2,23	-23,36
Gab. do Vice-Governador	437,34	52.910,42	53.347,76	0,02	93.405,69	-	93.405,69	0,02	75,09
Proc. Geral do Estado	575.423,49	0,00	575.423,49	0,21	1.469.523,16	-	1.469.523,16	0,37	155,38
Proc. Geral da Fazenda J/ T.C.	337.807,89	1.216,72	339.024,61	0,12	611.212,30	-	611.212,30	0,15	80,29
Sec.Est. do Des. Rural e Agricultura	7.788.538,76	20.083.945,86	27.872.484,62	9,95	20.313.938,03	456.937,23	20.770.875,26	5,21	-25,48
Sec.Est. da Educação e do Desporto	23.482.074,42	11.783.529,91	35.265.604,33	12,59	81.266.040,24	22.121.407,09	103.387.447,33	25,95	193,17
Sec.Est. do Des. Social e da Família	2.938.327,47	2.374.274,87	5.312.602,34	1,90	2.467.652,84	11.459.760,61	13.927.413,45	3,50	162,16
Sec.Est. da Administração	746.227,73	300.461,37	1.046.689,10	0,37	1.413.257,27	38.549,12	1.451.806,39	0,36	38,70
Sec.Est. da Saúde	10.141.898,93	1.145.715,99	11.287.614,92	4,03	18.120.716,47	1.195.845,15	19.316.561,62	4,85	71,13
Sec.Est. da Segurança Pública	10.111.536,76	626.347,78	10.737.884,54	3,83	7.542.486,07	938.647,60	8.481.133,67	2,13	-21,02
Sec.Est. Des. Econ., Cient. e Tecnol.	613.903,62	4.793.028,76	5.406.932,38	1,93	-	-	-	0,00	-100,00
Sec.Est. da Cultura e Comun.Social	1.523.544,88	1.142.924,74	2.666.469,62	0,95	-	-	-	0,00	-100,00
Sec.Est. da Fazenda	32.042.494,24	14.097.335,42	46.139.829,66	16,47	50.733.306,96	11.205.709,29	61.939.016,25	15,55	34,24
Sec.Est. dos Transporte e Obras	92.615,67	82.668.599,81	82.761.215,48	29,54	76.840.310,68	586.407,86	77.426.718,54	19,43	-6,45
Sec.Est.Des.Urbano e M. Ambiente	499.646,65	191.406,47	691.053,12	0,25	529.562,27	447.183,98	976.746,25	0,25	41,34
Sec.Est. Justiça e Cidadania	3.342.054,87	20.308,88	3.362.363,75	1,20	4.439.325,49	296.066,72	4.735.392,21	1,19	40,84
Polícia Militar	15.214.059,07	1.391.558,85	16.605.617,92	5,93	25.162.492,36	883.984,69	26.046.477,05	6,54	56,85
Sec. de Est. Integração Mercosul	-	-	-	-	640.618,66	1.845.820,00	2.486.438,66	0,62	
Sec. de Estado do Governo	-	-	-	-	6.555.707,84	2.632.000,00	9.187.707,84	2,31	
TOTAL GERAL	115.083.763,58	165.099.428,32	280.183.191,90	100,00	309.174.250,31	89.258.263,70	398.432.514,01	100,00	42,20

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 000036

Os depósitos existentes em 31/12/96, referem-se aos saldos financeiros dos órgãos recolhidos à Tesouraria Geral do Estado, cauções e outros depósitos cujo pagamento independa de autorização legislativa. Os mesmos apresentam-se assim distribuídos:

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

ÓRGÃO	SALDO EM 1995	SALDO EM 1996	VARIAÇÃO % 95/96
Tribunal de Justiça do Estado	794.808,97	521.291,32	-34,41
Ministério Público	0,25	-	-100,00
Sec.Est. Des. Rural e da Agricultura	0,01	0,01	0,00
Sec.Est. da Educação e do Desporto	535.300,81	1.800.668,54	236,38
Sec.Est. Desenv. Social e da Família	27,50	19.683,20	71475,27
Sec.Est. da Administração	245,63	269,49	9,71
Sec.Est. da Segurança Pública	23.754,95	6.309,38	-73,44
Sec. Des. Econ., Ceintífico e Tecnol.	3.803,27	-	-100,00
Sec.da Cultura e Comun.Social	1.308,25	-	-100,00
Sec.Est. da Fazenda	78,70	81.222,69	103105,45
Polícia Militar	1,27	350.501,27	27598425,20
Sec. Est. do Des. Urb. Meio Ambiente	-	9,80	
Sec. de Est. do Governo	-	5.505,77	
Gab. do Governador	-	1.081,03	
Sec. da Justiça e Cidadania	-	30.536,27	
Sec. da Integ. Mercosul	-	21.350,00	
Tesouraria Geral do Estado	76.204.214,80	147.550.214,72	93,62
TOTAL	77.563.544,41	150.388.643,49	93,89

Consignações são retenções efetuadas nos pagamentos efetuados a terceiros, que deverão ser recolhidos a quem de direito (IPESC, INSS, Seguros, etc..).

Os Débitos de tesouraria referem-se aos empréstimos por antecipação da receita orçamentária realizados com o Banco B.M.C S/A, Banco B.M.G. S/A e Banco do Brasil S/A, cuja posição em 31/12/96 apresentou os seguintes valores:

DÉBITOS DA TESOURARIA

ESPECIFICAÇÃO	1995		1996	
	VALOR	%	VALOR	%
BANCO B.M.C. S/A	39.000.000,00	31,71	39.686.887,44	40,42
BANCO B.M.G. S/A	39.000.000,00	31,71	31.910.277,52	32,50
BANCO DO BRASIL S/A	45.000.000,00	36,59	26.595.000,00	27,08
TOTAL	123.000.000,00	100,00	98.192.164,96	100,00

O artigo 106 da Lei 4.320/64, trata da avaliação dos elementos patrimoniais, facultando a administração pública a reavaliação de bens móveis e imóveis. Como foi facultado, e não obrigado, a administração pública não tem efetuado reavaliação de bens, salvo quando de sua baixa por alienação ou permuta.

Quanto aos créditos do Estado estão resumidos em dois grandes grupos de contas, avaliados a preços de 31/12/96, conforme abaixo evidenciado:

CRÉDITOS

ESPECIFICAÇÃO	SALDO 31/12/95	SALDO 31/12/96	ACRÉS./DECRÉSCIMO	VAR. %
Dívida Ativa	409.890.334,58	653.812.219,30	243.921.884,72	59,54
Ações Int.não rec.Cx Valores	227.260.595,05	101.594.888,41	(125.665.706,64	-55,30
Outros	573.648,27	573.648,27	0,00	0,00
TOTAL	637.524.577,90	755.780.755,98	118.256.178,08	18,55

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA 00037

A dívida ativa merece um comentário a parte, face ao seu crescimento ao longo dos anos. Nesta conta estão demonstrados os créditos da Fazenda Pública provenientes de obrigação legal relativa a tributos e outros créditos, acrescidos dos adicionais e multas.

No exercício de 1996 houve um acréscimo no montante da dívida ativa de 59,54%, refletindo a inadimplência dos contribuintes com seus débitos junto ao Estado, assim como a fragilidade do Poder Público na cobrança de seus haveres.

A conta Valores compõe-se basicamente de participações acionárias do Estado em Sociedades de Economia Mista, que apresentou em 31/12/96 o montante de R$1.128.153.110,51 (um bilhão, cento e vinte e oito milhões, cento e cinqüenta e três mil, cento e dez reais e cinqüenta e um centavos) correspondente a 97,28% do montante da conta.

Os valores dos bens móveis e imóveis, não merecem maiores comentários, pois estão subavaliados. Cabe apenas ressaltar que em virtude do baixo valor neles registrados o Estado, via de regra, apresenta um passivo real descoberto, como ocorreu no exercício de 1996.

O Passivo Permanente compõe-se basicamente da Dívida Fundada Interna e Externa.

DÍVIDA FUNDADA

A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos (Art. 98 da Lei Federal 4.320/64).

A dívida fundada é considerada interna quando assumida dentro do país. É externa quando assumida fora do país e com autorização do Senado Federal, conforme inciso V do Art. 52 da Constituição Federal.

A dívida fundada provém de títulos (Letras do Tesouro) ou de contratos.

A seguir demonstramos a composição da Dívida Pública Fundada Interna e Externa, cujos valores apresentados estão atualizados até 31/12/96, conforme os índices previstos nos contratos e variações dos títulos a que se referem. No exercício a dívida fundada interna e externa oriunda de títulos e contratos totalizou R$ 3.312.418.166,48 (três bilhões, trezentos e doze milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

POSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EM 31/12/1996

ESPECIFICAÇÃO	INTERNA	EXTERNA	TOTAL
Saldo em 31/12/95	2.090.088.848,80	211.116.867,93	2.301.205.716,73
(+) Rectos./incorporações	917.485.608,23	27.238.999,04	944.724.607,27
(+) C/M e Variação Cambial	374.405.445,83	12.152.149,90	386.557.595,73
(-) Amortizações	300.593.705,02	19.476.048,23	320.069.753,25
Saldo em 31/12/96	3.081.386.197,84	231.031.968,64	3.312.418.166,48

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00939

37

DETALHAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM 31/12/1996

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 1994	%	SALDO EM 1995	%	VARIAÇÃO	SALDO EM 1996	%	VARIAÇÃO
1 - DÍVIDA INTERNA	**1.585.712.347,91**	**90,35**	**2.090.088.848,80**	**90,83**	**31,81**	**3.081.386.197,84**	**93,03**	**47,43**
1.1 - POR TÍTULOS	423.065.697,87	24,10	644.641.377,64	28,01	52,37	1.451.371.299,50	43,82	**125,14**
1.2 - POR CONTRATOS	1.162.646.650,04	66,24	1.445.447.471,16	62,81	24,32	1.630.014.898,34	49,21	**12,77**
1.2.1 - BANCO DO BRASIL	777.133.699,73	44,28	963.110.490,44	41,85	23,93	1.012.833.984,94	30,58	**5,16**
1.2.2 - CELESC	237.822.007,94	13,55	308.512.719,04	13,41	29,72	351.184.653,29	10,60	**13,83**
1.2.3 - BRDE	130.368.338,03	7,43	149.524.700,99	6,50	14,69	167.327.879,62	5,05	**11,91**
1.2.4 - BNDES	17.322.604,34	0,99	22.393.525,13	0,97	29,27	21.684.741,87	0,65	**(3,17)**
1.2.5 - FINEP	-	-	1.906.035,56	0,08	-	3.652.661,90	0,11	**91,64**
1.2.6 - CAIXA EC. FEDERAL	-	-	-	-	-	73.330.976,72	2,21	
2 - DÍVIDA EXTERNA	**169.401.255,65**	**9,65**	**211.116.867,93**	**9,17**	**24,63**	**231.031.968,64**	**6,97**	**9,43**
2.1- POR CONTRATOS	169.401.255,65	9,65	211.116.867,93	9,17	24,63	231.031.968,64	6,97	**9,43**
2.1.1 - BID	85.635.352,89	4,88	100.518.068,50	4,37	17,38	108.317.763,43	3,27	**7,76**
2.1.2 - BIRD	31.140.707,46	1,77	45.419.452,93	1,97	45,85	58.873.498,36	1,78	**29,62**
2.1.3 - KFW	15.898.493,27	0,91	17.680.621,92	0,77	11,21	16.742.717,96	0,51	**(5,30)**
2.1.4 - BANCO DO BRASIL	7.535.359,00	0,43	8.622.223,73	0,37	14,42	9.214.414,29	0,28	**6,87**
2.1.5 - LLOYDS	7.369.499,98	0,42	8.432.441,98	0,37	14,42	9.011.597,98	0,27	**6,87**
2.1.6 - COMMERZBANK	6.393.424,52	0,36	7.315.581,98	0,32	14,42	7.818.029,93	0,24	**6,87**
2.1.7 - MLW - INTERMED	5.686.350,42	0,32	5.903.342,85	0,26	3,82	6.777.798,48	0,20	**14,81**
2.1.8 - MANUFACTURES	4.910.384,75	0,28	5.618.636,22	0,24	14,42	6.004.534,74	0,18	**6,87**
2.1.9 - EUREPEAN B. BANK	2.833.333,36	0,16	3.242.000,03	0,14	14,42	3.464.666,69	0,10	**6,87**
2.1.10 - HARRIS TRUST	1.297.100,00	0,07	1.484.187,60	0,06	14,42	1.586.124,40	0,05	**6,87**
2.1.11 - INTERFIRST BANK	701.250,00	0,04	802.395,00	0,03	14,42	857.505,00	0,03	**6,87**
2.1.12 - SIEMENS		-	6.077.915,19	0,26		2.363.317,38	0,07	**(61,12)**
TOTAL (1+2)	**1.755.113.603,56**	**100,00**	**2.301.205.716,73**	**100,00**	**31,11**	**3.312.418.166,48**	**100,00**	**43,94**

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00039

37

Nas contas de compensação estão registrados valores, bens, obrigações e situações não compreendidos nos demais grupos de contas e que, mediata ou imediatamente, possam vir a afetar o patrimônio, conforme dispõe o artigo 105, § 5º da Lei nº 4.320/64.

Os valores registrados nas contas de compensação totalizam R$ 322.975.659,41 (trezentos e vinte e dois milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinqüenta e nove reais e quarenta e um centavos), apresentando-se conforme tabela abaixo:

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	SDO 1995	SDO 1996	VARIAÇÃO
Valores em Poder de Terceiros	1.181.792,39	1.238.081,47	-4,76
Valores de Terceiros	51.000,31	35.051,61	31,27
Responsabilidade de Terceiros	185.060.341,30	321.702.526,32	-73,84
Contrapartida de Responsabilidade	0,01	0,01	0,00
TOTAL GERAL	186.293.134,01	322.975.659,41	-73,37

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Este demonstrativo evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e o resultado patrimonial do exercício. Em síntese, é um quadro resumo das contas de resultados.

Sinteticamente, o resultado patrimonial pode ser apresentado da seguinte forma:

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
	1996		1996
RESULTANTE EX. ORÇAM.	3.935.850.224,40	RESULTANTE EX. ORÇAM.	4.287.955.221,25
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.563.393.671,35	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.339.633.708,07
Receitas Correntes	2.592.381.782,14	Despesas Correntes	2.706.299.526,43
Receitas de Capital	971.011.889,21	Despesas de Capital	633.334.181,64
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	372.458.553,05	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	948.321.513,18
COTAS DE DESP. RECEBIDAS	3.229.812.842,99	COTAS DE DESP. CONCEIDAS	3.229.812.842,99
INDEP. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	672.837.550,95	INDEP. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	1.029.573.628,79
TOTAL DAS VAR. ATIVAS	7.838.500.618,34	TOTAL DAS VAR. PASSIVAS	8.547.341.693,03
DÉFICIT VERIFICADO	(708.841.074,69)		
TOTAL GERAL	8.547.341.693,03	TOTAL GERAL	8.547.341.693,03

O demonstrativo acima evidencia as alterações sobre o patrimônio estadual no exercício de 1996. Não é conveniente denominar este demonstrativo de balanço econômico nem fazer uso da expressão resultado econômico do exercício, pois o resultado que nele se evidencia não expressa o verdadeiro resultado. Este é determinável quando o líquido patrimonial resulta da avaliação completa dos bens, o que não ocorre na prática, haja vista a não reavaliação de alguns componentes do Ativo, nem o registro dos bens de uso comum do povo.

O relatório analisado deve ser relacionado ao Balanço Patrimonial, no tocante ao Saldo Patrimonial, que apresentou a seguinte variação:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE

39

Passivo Real a Descoberto de 1995	(790.499.323,69)
Déficit Verificado em 1996	(708.841.074,69)
Passivo Real a Descoberto de 1996	(1.499.340.398,38)

Estes, Senhor Secretário, foram alguns comentários julgados oportunos para uma análise global das contas da administração direta do segundo ano da gestão do Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira.

Para uma análise mais profunda deverão ser verificados os anexos do Balanço Geral, na parte relativa aos dados consilidados da administração direta, que apresentam uma variedade de dados e informações, alguns elaborados por exigência legal, outros de cunho gerencial e estatístico.

Florianópolis, 12 de março de 1997.

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
Contador CRC-SC - 15.874 - MAT. 209.888-1

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00041

40

ANEXOS

DADOS CONSOLIDADOS DA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00042

40

42

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 12, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS				DESPESAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	2.255.228.434,00	2.592.381.782,14	337.153.348,14	CRÉDITOS	3.945.594.356,52	3.339.633.708,07	605.960.648,45
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.791.064.828,00	1.967.970.907,52	176.906.079,52	ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	3.938.100.356,52	3.332.139.708,07	605.960.648,45
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	28.179.409,74	28.179.409,74	ESPECIAIS	7.494.000,00	7.494.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	439.156.506,00	478.857.261,08	39.700.755,08	EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.007.100,00	117.374.203,80	92.367.103,80				
RECEITAS DE CAPITAL	413.691.135,00	971.011.889,21	557.320.754,21				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	307.051.092,00	939.022.756,28	631.971.664,28				
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	11.800,00	11.800,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	106.640.043,00	31.977.332,93	(74.662.710,07)				
SUB-TOTAL	**2.668.919.569,00**	**3.563.393.671,35**	**894.474.102,35**	**SUB-TOTAL**	**3.945.594.356,52**	**3.339.633.708,07**	**605.960.648,45**
DÉFICIT	**1.276.674.787,52**	**0,00**	**0,00**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**223.759.963,28**	**288.513.453,90**
TOTAL	**3.945.594.356,52**	**3.563.393.671,35**	**894.474.102,35**	**TOTAL**	**3.945.594.356,52**	**3.563.393.671,35**	**894.474.102,35**

BAP/PCDIR96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00043

41

42

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 13, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.563.393.671,35	100,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.339.633.708,07	100,00
RECEITAS CORRENTES	2.592.381.782,14	72,75	DESPESAS POR CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	3.332.139.708,07	99,78
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.967.970.907,52	55,23	LEGISLATIVA	63.823.852,22	1,91
RECEITA PATRIMONIAL	28.179.409,74	0,79	JUDICIÁRIA	165.501.094,99	4,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	478.857.261,08	13,44	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.457.463.566,46	43,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	117.374.203,80	3,29	AGRICULTURA	139.124.180,04	4,17
RECEITAS DE CAPITAL	971.011.889,21	27,25	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	184.873.814,15	5,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	939.022.756,28	26,35	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	301.970,00	0,01
ALIENAÇÃO DE BENS	11.800,00	0,00	EDUCAÇÃO E CULTURA	448.323.370,55	13,42
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.977.332,93	0,90	HABITAÇÃO E URBANISMO	11.492.133,88	0,34
			INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.767.995,67	0,98
			SAÚDE E SANEAMENTO	141.567.412,36	4,24
			TRABALHO	34.562.470,55	1,03
			ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	447.337.442,47	13,39
			TRANSPORTE	205.000.404,73	6,14
			DESPESAS POR CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	7.494.000,00	0,22
			ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	7.494.000,00	0,22
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.192.977.907,74	100,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.027.612.199,24	100,00
REALIZÁVEL	8.611.450,03	0,09	REALIZÁVEL	13.489.862,24	0,15
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	8.197.419,59	0,09	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	4.992.578,33	0,06
VALORES REALIZÁVEIS	413.939,61	0,00	VALORES REALIZÁVEIS	8.497.193,08	0,09
TÍTULOS E CAUÇÕES	90,83	0,00	TÍTULOS E CAUÇÕES	90,83	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	5.562.011.658,21	60,50	PASSIVO FINANCEIRO	5.392.987.412,35	59,74
RESTOS A PAGAR	460.138.470,23	5,01	RESTOS A PAGAR	341.889.148,12	3,79
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	768.923.853,00	8,36	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	696.098.753,92	7,71
DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	693.148,72	0,01	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	616.365,37	0,01
CONSIGNAÇÕES	300.216.578,81	3,27	CONSIGNAÇÕES	297.535.702,45	3,30
DÉBITOS DE TESOURARIA	165.515.780,49	1,80	DÉBITOS DE TESOURARIA	190.323.615,53	2,11
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	3.494.326.343,02	38,01	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	3.494.326.343,02	38,71
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	282.863.282,41	3,08	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	282.863.282,41	3,13
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	89.334.201,53	0,97	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	89.334.201,53	0,99

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00044

43

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 13, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RESULTADO PENDENTE	392.534.282,01	4,27	RESULTADO PENDENTE	391.314.407,16	4,33
DESPESAS IMPUGNADAS	1.221.640,26	0,01	RENTENÇÕES BANCÁRIAS	391.310.222,37	4,33
RENTENÇÕES BANCÁRIAS	391.310.222,37	4,26	BANCOS CONTA PENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	4.184,79	0,00
BANCOS CONTA PENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	2.419,38	0,00			
CONTAS DE INTERFERÊNCIAS	3.229.820.517,49	35,13	CONTAS DE INTERFERÊNCIAS	3.229.820.517,49	35,78
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.674,50	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.674,50	0,00
COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS	3.229.812.842,99	35,13	COTAS DE DESPESAS CONCEDIDAS	3.229.812.842,99	35,78
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	35.612.160,29	100,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	424.737.832,07	100,00
DISPONÍVEL	28.516.428,67	80,07	DISPONÍVEL	43.509.726,03	10,24
BANCOS E CORRESPONDENTES	10.891.084,77	30,58	BANCOS E CORRESPONDENTES	8.762.770,81	2,06
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	17.625.343,90	49,49	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	34.746.955,22	8,18
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	7.095.731,62	19,93	VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	381.228.106,04	89,76
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	15.762,11	0,04	BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	177.928,05	0,04
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	97.010,34	0,27	BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	5.288,61	0,00
BANCOS CONTA CONSIGNAÇÕES DO ESTADO	252,73	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	381.044.889,38	89,71
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	6.982.706,44	19,61			
TOTAL GERAL	12.791.983.739,38	100,00	TOTAL GERAL	12.791.983.739,38	100,00

RNP/PC12D96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00045

44

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
ATIVO FINANCEIRO	463.826.495,38	100,00	PASSIVO FINANCEIRO	669.911.554,14	100,00
DISPONÍVEL	43.509.726,03	9,38	RESTOS A PAGAR	398.432.514,01	59,48
BANCOS E CORRESPONDENTES	8.762.770,81	1,89	EXERCÍCIO DE 1993	407.979,41	0,06
BESC S/A	8.529.618,85	1,84	NÃO PROCESSADOS	407.979,41	0,06
BANCO DO BRASIL S/A	233.099,56	0,05	EXERCÍCIO DE 1994	8.946.386,96	1,34
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	50,00	0,00	PROCESSADOS	1.784.154,87	0,27
BANERJ S/A	2,40	0,00	NÃO PROCESSADOS	7.162.232,09	1,07
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	34.746.955,22	7,49	EXERCÍCIO DE 1995	25.407.912,96	3,79
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	32.887.631,55	7,09	PROCESSADOS	13.559.478,13	2,02
BESC S/A	26.099.967,78	5,63	NÃO PROCESSADOS	11.848.434,83	1,77
BANCO DO BRASIL S/A	6.763.526,31	1,46	EXERCÍCIO DE 1996	363.670.234,68	54,29
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	24.137,46	0,01	PROCESSADOS	293.830.617,31	43,86
APLICAÇÕES EM CDB/RDB	1.859.323,67	0,40	NÃO PROCESSADOS	69.839.617,37	10,43
BESC S/A	1.859.323,67	0,40	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	150.388.643,49	22,45
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	381.228.106,04	82,19	EXERCÍCIO DE 1990	1,39	0,00
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	177.928,05	0,04	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	1,26	0,00
BESC S/A	177.928,05	0,04	CAUÇÕES	0,13	0,00
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	5.288,61	0,00	EXERCÍCIO DE 1991	28,54	0,00
BESC S/A	0,67	0,00	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	23,90	0,00
BANCO DO BRASIL S/A	5.287,94	0,00	CAUÇÕES	4,64	0,00
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	381.044.889,38	82,15	EXERCÍCIO DE 1992	344,90	0,00
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	1.531.420,77	0,33	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	193,36	0,00
CADERNETA DE POUPANÇA	334.062,40	0,07	CAUÇÕES	151,54	0,00
APLICAÇÕES EM OVER/OPEN	379.179.406,21	81,75	EXERCÍCIO DE 1993	45.356,12	0,01
REALIZÁVEL	40.308.538,16	8,69	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	19.868,16	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	15.469.006,74	3,34	DEPÓSITOS JUDICIAIS	22.527,74	0,00
PAGAMENTOS INDEVIDOS	13.080.250,50	2,82	CAUÇÕES	2.960,22	0,00
EXERCÍCIO DE 1990	0,06	0,00	EXERCÍCIO DE 1994	1.011.036,27	0,15
EXERCÍCIO DE 1991	288,40	0,00	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	838.724,17	0,13
EXERCÍCIO DE 1992	541,05	0,00	CAUÇÕES	172.277,10	0,03
EXERCÍCIO DE 1993	561.140,25	0,12	FIANÇAS	35,00	0,00
EXERCÍCIO DE 1994	2.610.431,12	0,56	EXERCÍCIO DE 1995	18.686.635,80	2,79
EXERCÍCIO DE 1995	9.025.547,24	1,95	DEPÓSITOS POR GARANTIA DE RECURSOS	65.929,80	0,01
EXERCÍCIO DE 1996	882.302,38	0,19	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	18.157.149,51	2,71
SALDOS NÃO RECOLHIDOS	456.084,25	0,10	DEPÓSITOS JUDICIAIS	33.449,06	0,00
EXERCÍCIO DE 1995	455.757,74	0,10	CAUÇÕES	426.051,93	0,06
EXERCÍCIO DE 1996	326,51	0,00	VENCIMENTOS E SALÁRIOS NÃO RECLAMADOS	2.115,50	0,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00046

45

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
DESFALQUES OU DEVIOS	368.112,61	0,08	FIANÇAS	1.940,00	0,00
EXERCÍCIO DE 1993	90,65	0,00	EXERCÍCIO DE 1996	130.645.240,47	19,50
EXERCÍCIO DE 1996	368.021,96	0,08	DEPÓSITOS POR GARANTIA DE RECURSOS	109.535,01	0,02
RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	1.564.559,38	0,34	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	128.678.268,44	19,21
EXERCÍCIO DE 1991	0,54	0,00	DEPÓSITOS JUDICIAIS	182.846,30	0,03
EXERCÍCIO DE 1992	187,99	0,00	CAUÇÕES	664.030,50	0,10
EXERCÍCIO DE 1993	135,97	0,00	DEPÓSITOS ABANDONADOS	9,80	0,00
EXERCÍCIO DE 1994	1.549.378,61	0,33	VENCIMENTOS E SALÁRIOS NÃO RECLAMADOS	1.866,05	0,00
EXERCÍCIO DE 1995	446,53	0,00	VENCIMENTOS EM VERIFICAÇÃO DE DIREITO	1.007.370,04	0,15
EXERCÍCIO DE 1996	14.409,74	0,00	FIANÇAS	1.314,33	0,00
OBRIGAÇÕES DO TESOURO DO ESTADO	0,38	0,00	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	76.818,82	0,01
BESC S/A	0,38	0,00	CONVÊNIO COM A UNIÃO	66.183,46	0,01
VALORES REALIZÁVEIS	24.839.528,14	5,36	SES - HOSPITAL COLÔNIA SANTANA PACIENTES INTERNADOS	10.635,36	0,00
TESOURO DO ESTADO CONTA VALORES REALIZÁVEIS	24.839.528,14	5,36	CONSIGNAÇÕES	22.821.412,86	3,41
VALORES A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA	2,90	0,00	EXERCÍCIO DE 1990	40,80	0,00
EXERCÍCIO DE 1992	2,90	0,00	EXERCÍCIO DE 1991	104,24	0,00
RESULTADO PENDENTE	(1.219.874,85)	(0,26)	EXERCÍCIO DE 1992	1,88	0,00
			EXERCÍCIO DE 1993	3.414,63	0,00
			EXERCÍCIO DE 1994	124.527,96	0,02
			EXERCÍCIO DE 1995	3.181.866,35	0,47
			EXERCÍCIO DE 1996	19.511.457,00	2,91
			DÉBITOS DE TESOURARIA	98.192.164,96	14,66
			BANCOS COM ANTECIPAÇÃO DE RECEITA	98.192.164,96	14,66
			BANCO DO BRASIL S/A	26.595.000,00	3,97
			BANCO BMC CONTRATO 9408/96	7.810.173,67	1,17
			BANCO BMC CONTRATO 9410/96	31.876.713,77	4,76
			BMG CONTRATO 10596000275	31.910.277,52	4,76
ATIVO PERMANENTE	2.023.820.929,02	100,00	PASSIVO PERMANENTE	3.317.076.268,64	100,00
BENS	113.662.936,98	5,62	DÍVIDA FUNDADA	3.312.418.166,48	99,86
BENS MÓVEIS	98.839.446,32	4,88	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	3.081.386.197,84	92,89
BENS MÓVEIS DO ÓRGÃO	97.603.998,94	4,82	EM TÍTULOS	1.451.371.299,50	43,75
VEÍCULOS	12.624.365,10	0,62	POR CONTRATOS	1.630.014.898,34	49,14
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	75.182.088,77	3,71	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	231.031.968,64	6,96
MAT. BIBL., DISC., FILM., OBJ. HISTÓRICOS E DE ARTE	372.779,55	0,02	POR CONTRATOS	231.031.968,64	6,96
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	238.117,60	0,01	CREDORES	4.658.102,16	0,14
MOBILIÁRIO	8.086.197,13	0,40			
ANIMAIS	1,31	0,00			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00047

46

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
UTENSÍLIOS	1.082.843,19	0,05			
SOFTWARE DIVERSOS	17.606,29	0,00			
BENS MÓVEIS DA UNIÃO	1.235.447,38	0,06			
VEÍCULOS	148.809,66	0,01			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	748.314,74	0,04			
MAT. BIBL., DISC., FILM., OBJ. HISTÓRICOS E DE ARTE	295,64	0,00			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	71.242,20	0,00			
MOBILIÁRIO	266.469,81	0,01			
UTENSÍLIOS	315,33	0,00			
BENS IMÓVEIS	14.823.490,66	0,73			
BENS IMÓVEIS DO ÓRGÃO	14.823.490,66	0,73			
EDIFÍCIOS	10.032.373,37	0,50			
INSTALAÇÕES	163.496,05	0,01			
OBRAS EM ANDAMENTO	4.136.676,98	0,20			
FAZENDAS	0,00	0,00			
PRÉDIOS RESIDENCIAIS	168.630,42	0,01			
BENS DE NATUREZA MILITAR	0,00	0,00			
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	0,82	0,00			
TERRENOS	322.313,02	0,02			
CRÉDITOS	755.780.755,98	37,34			
DÍVIDA ATIVA	653.612.219,30	32,30			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	653.599.731,24	32,30			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	12.488,06	0,00			
RESPONSÁVEIS POR DANOS MATERIAIS	1,69	0,00			
DEVEDORES POR AQUISIÇÃO DE BENS	0,39	0,00			
AÇÕES INTEGRALIZADAS NÃO RECOLHIDAS A CAIXA DE VALORES	101.594.888,41	5,02			
CRÉDITO C/ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,04	0,00			
RESPONSÁVEIS POR BENS MÓVEIS PENDENTE DE REGULARIZAÇÃO	0,01	0,00			
RESPONSÁVEIS POR BENS IMÓVEIS PENDENTE DE REGULARIZAÇÃO	2,17	0,00			
OUTROS CRÉDITOS	573.643,97	0,03			
CRÉDITOS POR GLOSAS E IMPGNAÇÕES	573.643,97	0,03			
VALORES	1.154.377.236,06	57,04			
AÇÕES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	1.128.153.110,51	55,74			
TÍTULOS E DOCUMENTOS DIVERSOS	1.827,79	0,00			
ALMOXARIFADO	26.222.297,76	1,30			
ALMOXARIFADO GERAL	26.222.297,76	1,30			
MATERIAL DE CONSUMO	13.128.030,46	0,65			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00049

47

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
MATERIAL PERMANENTE	4.298.346,46	0,21			
ALMOXARIFADO SETOR SAÚDE	8.795.920,84	0,43			
SOMA DO ATIVO REAL	2.487.647.424,40	100,00	SOMA DO PASSIVO REAL	3.986.987.822,78	100,00
SALDO PATRIMONIAL	1.499.340.398,38	100,00			
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	1.499.340.398,38	100,00			
ATIVO COMPENSADO	322.975.659,41	100,00	PASSIVO COMPENSADO	322.975.659,41	100,00
VALORES EM PODER DE TERCEIROS	1.238.081,47	0,38	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	1.238.081,47	0,38
DEVEDORES POR TÍTULOS CAUCIONADOS	106.613,17	0,03	TÍTULOS CAUCIONADOS	106.613,17	0,03
RESPONSÁVEIS POR ADMINISTRAÇÃO DE BENS DO ESTADO	2.634,30	0,00	BENS DO ESTADO SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE TERCEIROS	2.634,30	0,00
POSSUIDORES DE APÓLICES INALIENÁVEIS	1.128.834,00	0,35	POSSUIDORES DE APÓLICES INALIENÁVEIS	1.128.834,00	0,35
VALORES DE TERCEIROS	35.051,61	0,01	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	35.051,61	0,01
CAIXA DE DEPÓSITOS E CAUÇÕES	35.051,60	0,01	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	35.051,60	0,01
CAIXA DE VALORES PERTENCENTES A TERCEIROS	0,01	0,00	DEPÓSITOS EM CAUÇÕES	0,01	0,00
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	321.702.526,32	99,61	CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	321.702.526,32	99,61
RESPONSABILIDADES POR ADIANTAMENTOS	20.219.593,21	6,26	FUNCIONÁRIOS DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.219.593,21	6,26
RESPONSÁVEIS POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	124.784.049,64	38,64	DEVEDORES POR EXECUÇÃO POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	124.784.049,64	38,64
RESPONSÁVEIS POR CONTRIBUIÇÕES	4.215.249,98	1,31	DEVEDORES DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	4.215.249,98	1,31
RESPONSÁVEIS POR AUXÍLIOS	1.682.666,46	0,52	DEVEDORES DE AUXÍLIOS RECEBIDOS	1.682.666,46	0,52
RESPONSÁVEIS POR SUBVENÇÕES	170.800.952,55	52,88	DEVEDORES DE SUBVENÇÕES RECEBIDAS	170.800.952,55	52,88
RESPONSÁVEIS DIVERSOS	14,48	0,00	DEVEDORES DIVERSOS POR RECEBIMENTO DE ADIANTAMENTO	14,48	0,00
CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADE	0,01	0,00	RESPONSABILIDADES	0,01	0,00
GUARDA DE BENS MÓVEIS DE TERCEIROS	0,01	0,00	GUARDA DE BENS MÓVEIS DE TERCEIROS	0,01	0,00
TOTAL GERAL	4.309.963.482,19	100,00	TOTAL GERAL	4.309.963.482,19	100,00

RAP/PCDIR96.XLS

Florianópolis, 31 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00049

47

48

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ANEXO 15, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.165.663.067,39	83,83	RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.517.768.064,24	87,95
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.563.393.671,35	41,69	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.339.633.708,07	39,07
RECEITAS CORRENTES	2.592.381.782,14	30,33	DESPESAS CORRENTES	2.706.299.526,43	31,66
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.967.970.907,52	23,02	DESPESAS DE CUSTEIO	1.050.913.189,28	12,30
RECEITA PATRIMONIAL	28.179.409,74	0,33	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.655.386.337,15	19,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	478.857.261,08	5,60			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	117.374.203,80	1,37			
RECEITAS DE CAPITAL	971.011.889,21	11,36	DESPESAS DE CAPITAL	633.334.181,64	7,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	939.022.756,28	10,99	INVESTIMENTOS	60.885.833,29	0,71
ALIENAÇÃO DE BENS	11.800,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	17.619.272,19	0,21
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.977.332,93	0,37	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	554.829.076,16	6,49
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	372.456.553,05	4,36	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	948.321.513,18	11,09
AQUISIÇÃO DE BENS	4.148.026,31	0,05	ALIENAÇÃO DE BENS	11.800,00	0,00
AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS	7.756.930,68	0,09	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	9.286.956,90	0,11
AQUISIÇÃO DE VALORES	45.977.036,82	0,54	PASSIVOS PERMANENTES CONTRAÍDOS	939.022.756,28	10,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA	314.574.559,24	3,68			
COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS	3.229.812.842,99	37,79	COTAS DE DESPESAS CONCEDIDAS	3.229.812.842,99	37,79
ÓRGAOS C/VINCULADAS A RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	293.859.560,89	3,44	ÓRGAOS C/VINCULADAS A RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	293.859.560,89	3,44
DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	2.935.953.282,10	34,35	DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	2.935.953.282,10	34,35
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	672.837.550,95	7,87	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.029.573.628,79	12,05
INCORPORAÇÃO DE BENS	25.242.866,10	0,30	BAIXA DE BENS	1.812.566,55	0,02
INSCRIÇÕES DE CRÉDITOS	283.792.382,62	3,32	BAIXA DE CRÉDITOS	164.006.178,32	1,92
INSCRIÇÃO DE VALORES	339.919.919,42	3,98	BAIXA DE VALORES	453.120.010,30	5,30
REAVALIÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	11.761,90	0,00	INSCRIÇÃO DE DÍVIDAS	410.627.199,12	4,80
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	23.862.946,41	0,28	POR EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS	3.837,25	0,00
POR EXTINÇÃO DE ÓRGÃO	3.837,25	0,00	POR TRANSFERÊNCIA	3.837,25	0,00
POR TRANSFERÊNCIA	3.837,25	0,00			
SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	7.838.500.618,34	91,71	**SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**	8.547.341.693,03	100,00
SALDO PATRIMONIAL (DÉFICIT VERIFICADO)	708.841.074,69	8,29	**SALDO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT VERIFICADO)**	0,00	0,00
TOTAL GERAL	8.547.341.693,03	100,00	**TOTAL GERAL**	8.547.341.693,03	100,00

RSP/PCD096.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00050

48

49

DEM. GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS/FONTES			DESPESAS/FUNÇÕES		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES	2.592.381.782,14	72,75	LEGISLATIVA	63.823.852,22	1,79
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.967.970.907,52	55,23	JUDICIÁRIA	165.501.094,99	4,64
RECEITA PATRIMONIAL	28.179.409,74	0,79	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.464.957.566,46	41,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	478.857.261,08	13,44	AGRICULTURA	139.124.180,04	3,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	117.374.203,80	3,29	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	184.873.814,15	5,19
RECEITAS DE CAPITAL	971.011.889,21	27,25	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	301.970,00	0,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	939.022.756,28	26,35	EDUCAÇÃO E CULTURA	448.323.370,55	12,58
ALIENAÇÃO DE BENS	11.800,00	0,00	HABITAÇÃO E URBANISMO	11.492.133,88	0,32
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.977.332,93	0,90	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.767.995,67	0,92
			SAÚDE E SANEAMENTO	141.567.412,36	3,97
			TRABALHO	34.562.470,55	0,97
			ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	447.337.442,47	12,55
			TRANSPORTE	205.000.404,73	5,75
SUB-TOTAL	**3.563.393.671,35**	**100,00**	**SUB-TOTAL**	**3.339.633.708,07**	**93,72**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**SUPERÁVIT**	**223.759.963,28**	**6,28**
TOTAL	**3.563.393.671,35**	**100,00**	**TOTAL**	**3.563.393.671,35**	**100,00**

RNP/PCTDR96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEY PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00051

49

50

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANEXO 1, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES	2.592.381.782,14	72,75	DESPESAS CORRENTES	2.706.299.526,43	75,95
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.967.970.907,52	55,23	DESPESAS DE CUSTEIO	1.050.913.189,28	29,49
RECEITA PATRIMONIAL	28.179.409,74	0,79	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.655.386.337,15	46,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	478.857.261,08	13,44	DESPESAS DE CAPITAL	633.334.181,64	17,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	117.374.203,80	3,29	INVESTIMENTOS	60.885.833,29	1,71
RECEITAS DE CAPITAL	971.011.889,21	27,25	INVERSÕES FINANCEIRAS	17.619.272,19	0,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	939.022.756,28	26,35	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	554.829.076,16	15,57
ALIENAÇÃO DE BENS	11.800,00	0,00			0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.977.332,93	0,90			0,00
SUB-TOTAL	**3.563.393.671,35**	**100,00**	**SUB-TOTAL**	**3.339.633.708,07**	**93,72**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**SUPERÁVIT**	**223.759.963,28**	**6,28**
TOTAL	**3.563.393.671,35**	**100,00**	**TOTAL**	**3.563.393.671,35**	**100,00**

RNP/PCDIR96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00052

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

51

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996 EM R$

I ORGAO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
101	LEGISLATIVA	1.817.496,10	47.109.397,56	48.926.893,66
10101	PROCESSO LEGISLATIVO	1.817.496,10	47.109.397,56	48.926.893,66
10101001	ACAO LEGISLATIVA	1.813.977,27	47.109.397,56	48.923.374,83
101010011.516	REFORMA DO PALACIO BARRIGA VERDE	1.813.977,27		1.813.977,27
101010012.001	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATI			
	VOS		47.109.397,56	47.109.397,56
10101024	PROCESSAMENTO DE DADOS	3.518,83		3.518,83
101010241.045	MODERNIZACAO E APARELHAMENTO DO PODER LEGISLATIVO	3.518,83		3.518,83
115	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		13.281.888,80	13.281.888,80
11581	ASSISTENCIA		1.659.908,46	1.659.908,46
11581487	ASSISTENCIA COMUNITARIA		1.659.908,46	1.659.908,46
115814872.413	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS A INSTITUICOES PRIVADAS		1.659.908,46	1.659.908,46
11582	PREVIDENCIA		11.621.980,34	11.621.980,34
11582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		11.621.980,34	11.621.980,34
115824952.414	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVO E PENSIONISTA		11.621.980,34	11.621.980,34
	T O T A L	1.817.496,10	60.391.286,36	62.208.782,46

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00053

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

52

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
101	LEGISLATIVA	57.081,85	14.839.876,71	14.896.958,56
10102	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENT EXTERNA	57.081,85	14.764.246,91	14.821.328,76
1010200 2	CONTROLE EXTERNO		14.764.246,91	14.764.246,91
101020022.003	FISCALIZACAO E CONTROLE DA ARRECADACAO E APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS		14.764.246,91	14.764.246,91
1010202 4	PROCESSAMENTO DE DADOS	57.081,85		57.081,85
101020241.179	AMPLIACAO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	57.081,85		57.081,85
10107	ADMINISTRACAO		75.629,80	75.629,80
1010721 7	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		75.629,80	75.629,80
101072172.207	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS		75.629,80	75.629,80
115	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		7.047.090,00	7.047.090,00
11581	ASSISTENCIA		28.386,04	28.386,04
1158148 6	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		28.386,04	28.386,04
115814862.336	ASSISTENCIA SOCIAL		28.386,04	28.386,04
11582	PREVIDENCIA		7.018.703,96	7.018.703,96
1158249 5	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		7.018.703,96	7.018.703,96
115824952.002	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS		7.018.703,96	7.018.703,96
	TOTAL	57.081,85	21.886.966,71	21.944.048,56

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00054

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

53

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
I02	JUDICIARIA	457.496,17	118.671.219,65	119.128.715,82
I0204	PROCESSO JUDICIARIO	457.496,17	111.335.315,74	111.792.811,91
I0204013	ACAO JUDICIARIA		111.335.315,74	111.335.315,74
I02040132.004	ADMINISTRACAO E COORD. DOS SERVICOS JUDICIARIOS		81.819.299,91	81.819.299,91
I02040132.006	ENCARGOS COM EXECUCAO DE SENTENCAS		29.516.015,83	29.516.015,83
I0204025	EDIFICACOES PUBLICAS	457.496,17		457.496,17
I02040251.040	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS DO PO			
	DER JUDICIARIO	457.496,17		457.496,17
I0282	PREVIDENCIA		7.335.903,91	7.335.903,91
I0282495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		7.335.903,91	7.335.903,91
I02824952.221	ENCARGOS PREV. JUIZES DE PAZ, AUXIL. E SERVENT. DE			
	JUSTICA, EXTRAJUDICIAIS E INATIVOS		7.335.903,91	7.335.903,91
I15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		23.514.898,41	23.514.898,41
I1582	PREVIDENCIA		23.514.898,41	23.514.898,41
I1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		23.514.898,41	23.514.898,41
I15824952.723	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS COM PESSOAL INATIVO E PEN			
	SIONISTAS - PJ		23.514.898,41	23.514.898,41
	TOTAL	457.496,17	142.186.118,06	142.643.614,23

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 0095

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

54

EM R$

I ORGAO : MINISTERIO PUBLICO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : MINISTERIO PUBLICO

I CODIGO	I ESPECIFICACAO	I PROJETOS	I ATIVIDADES	I TOTAL
I02	JUDICIARIA	3.987.882,24	30.811.699,78	34.799.582,02
I0204	PROCESSO JUDICIARIO	3.987.882,24	30.811.699,78	34.799.582,02
I0204013	ACAO JUDICIARIA		30.811.699,78	30.811.699,78
I02040132.016	DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS		30.811.699,78	30.811.699,78
I0204025	EDIFICACOES PUBLICAS	3.987.882,24		3.987.882,24
I02040251.696	AQUISICAO, CONSTRUCAO E/OU REFORMA DE INSTALACOES DO MINISTERIO PUBLICO	3.987.882,24		3.987.882,24
I15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		14.901.716,81	14.901.716,81
I1582	PREVIDENCIA		14.901.716,81	14.901.716,81
I1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		14.901.716,81	14.901.716,81
I15824952.490	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - PGJ		14.901.716,81	14.901.716,81
	T O T A L	3.987.882,24	45.713.416,59	49.701.298,83

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 000056

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

55

EM R$

ORGAO : GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO
UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		5.935.317,19	5.935.317,19
0307	ADMINISTRACAO		5.921.648,40	5.921.648,40
0307020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR		5.908.689,66	5.908.689,66
03070202.007	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		5.908.689,66	5.908.689,66
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		7.479,54	7.479,54
03070212.574	COORDENACAO DO PROGRAMA DE QUALIDADE E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GOVERNO		6.853,00	6.853,00
03070212.722	COORDENACAO DAS ACOES DE INTEGRACAO AO MERCOSUL		626,54	626,54
0307217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		5.479,20	5.479,20
03072172.573	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS		5.479,20	5.479,20
0308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		13.668,79	13.668,79
0308020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR		13.668,79	13.668,79
03080202.166	ENCARGOS COM O CONSELHO DE POLITICA FINANCEIRA		13.668,79	13.668,79
13	SAUDE E SANEAMENTO	8.000.000,00		8.000.000,00
1376	SANEAMENTO	8.000.000,00		8.000.000,00
1376035	PARTICIPACAO SOCIETARIA	8.000.000,00		8.000.000,00
13760351.093	PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA CASAN	8.000.000,00		8.000.000,00
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		952.015,52	952.015,52
1582	PREVIDENCIA		952.015,52	952.015,52
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		952.015,52	952.015,52
15824952.151	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - GGE		952.015,52	952.015,52
	TOTAL	8.000.000,00	6.887.332,71	14.887.332,71

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00037

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

56

EM R$

I ORGAO : GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

I CODIGO	I ESPECIFICACAO	I PROJETOS	I ATIVIDADES	I TOTAL
I02	JUDICIARIA		6.973.558,79	6.973.558,79
I0204	PROCESSO JUDICIARIO		6.973.558,79	6.973.558,79
I0204013	ACAO JUDICIARIA		1.204.925,13	1.204.925,13
I02040132.451	ENCARGOS COM EXECUCAO DE SENTENCAS		1.204.925,13	1.204.925,13
I0204014	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO		5.768.633,66	5.768.633,66
I02040142.429	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATI			
	VOS		5.768.633,66	5.768.633,66
I15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		2.513.174,13	2.513.174,13
I1582	PREVIDENCIA		2.513.174,13	2.513.174,13
I1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		2.513.174,13	2.513.174,13
I15824952.122	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - PGE		2.513.174,13	2.513.174,13
	TOTAL		9.486.732,92	9.486.732,92

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00053

36

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

57

EM R$

I ORGAO : GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : DIRETORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

I CODIGO	I ESPECIFICACAO	I PROJETOS	I ATIVIDADES	I TOTAL
I06	IDEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA		47.633,46	47.633,46
I0630	I SEGURANCA PUBLICA		47.633,46	47.633,46
I0630178	I DEFESA CONTRA SINISTROS		47.633,46	47.633,46
I06301782.605	I COORDENACAO E MANUTENCAO DA DIRETORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL		47.633,46	47.633,46
	TOTAL		47.633,46	47.633,46

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00059

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

58

EM R$

I ORGAO : GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		479.423,61	479.423,61
0307	ADMINISTRACAO		479.423,61	479.423,61
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		479.423,61	479.423,61
03070212.015	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		479.423,61	479.423,61
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		169.522,87	169.522,87
1582	PREVIDENCIA		169.522,87	169.522,87
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		169.522,87	169.522,87
15824952.152	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - GVG		169.522,87	169.522,87
	TOTAL		648.946,48	648.946,48

CONFERE COM O ORIGINAL
FOLHA Nº 00060

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

59

EM R$

I ORGAO : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
I UNIDADE ORCAMENTARIA : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		1.779.907,21	1.779.907,21
0307	ADMINISTRACAO		1.779.907,21	1.779.907,21
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		1.779.907,21	1.779.907,21
03070212.581	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		1.779.907,21	1.779.907,21
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		2.331.712,45	2.331.712,45
1582	PREVIDENCIA		2.331.712,45	2.331.712,45
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		2.331.712,45	2.331.712,45
15824952.170	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - PGF		2.331.712,45	2.331.712,45
	TOTAL		4.111.619,66	4.111.619,66

DIVERSOS
FOLHA Nº 00061

56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

60

EM R$

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA
UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDA

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	AGRICULTURA	4.715.495,30	17.155.488,18	21.870.983,48
0407	ADMINISTRACAO		4.159.060,23	4.159.060,23
0407021	ADMINISTRACAO GERAL		4.159.060,23	4.159.060,23
04070212.022	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		4.159.060,23	4.159.060,23
0409	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		3.614.390,75	3.614.390,75
0409040	PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO		3.614.390,75	3.614.390,75
04090402.023	PLANEJAMENTO E INFORMACOES AGRICOLAS		3.614.390,75	3.614.390,75
0410	CIENCIA E TECNOLOGIA		98.471,67	98.471,67
0410055	PESQUISA APLICADA		98.471,67	98.471,67
04100556.021	INTEGRALIZACAO NO FUNDO ROTATIVO DE ESTIMULO A PESQUISA AGROPEC. DO ESTADO DE SC		98.471,67	98.471,67
0413	ORGANIZACAO AGRARIA		258.469,00	258.469,00
0413066	REFORMA AGRARIA		258.469,00	258.469,00
04130666.006	INTEGRALIZACAO NO FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA		258.469,00	258.469,00
0414	PRODUCAO VEGETAL		2.816.724,20	2.816.724,20
0414077	IRRIGACAO		2.816.724,20	2.816.724,20
04140772.648	IRRIGACAO E DRENAGEM		2.816.724,20	2.816.724,20
0417	PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	4.715.495,30		4.715.495,30
0417105	CONSERVACAO DO SOLO	4.715.495,30		4.715.495,30
04171051.618	RECUPERACAO, CONSERVACAO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM MICR HIDROGR - BIRD	4.715.495,30		4.715.495,30
0418	PROMOCAO E EXTENSAO RURAL		5.749.767,33	5.749.767,33
0418112	PROMOCAO AGRARIA		5.749.767,33	5.749.767,33
04181126.024	INTEGRALIZACAO NO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		5.749.767,33	5.749.767,33
0440	PROGRAMAS INTEGRADOS		458.605,00	458.605,00
0440183	PROGRAMACAO ESPECIAL		458.605,00	458.605,00
04401832.715	ACOES SUPLEMENTARES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL		458.605,00	458.605,00
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		4.085.655,81	4.085.655,81

DIVISÃO DE PROCEDENTE
FOLHA Nº 00062

CONTINUA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

61

EM R$

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA
UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDA

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
1582	PREVIDENCIA		4.085.655,81	4.085.655,81
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		4.085.655,81	4.085.655,81
15824952.150	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - SAA		4.085.655,81	4.085.655,81
	T O T A L	4.715.495,30	21.241.143,99	25.956.639,29

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00063

61

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

62

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	AGRICULTURA		117.253.196,56	117.253.196,56
0410	CIENCIA E TECNOLOGIA		80.485.947,53	80.485.947,53
0410055	PESQUISA APLICADA		80.485.947,53	80.485.947,53
04100552.503	PROGRAMACAO A CARGO DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPE CUARIA E DIFUSAO DE TECNOLOGIA DE SC S.A		80.485.947,53	80.485.947,53
0416	ABASTECIMENTO		211.500,00	211.500,00
0416096	SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS		211.500,00	211.500,00
04160962.719	PROGRAMACAO A CARGO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA		211.500,00	211.500,00
0418	PROMOCAO E EXTENSAO RURAL		36.555.749,03	36.555.749,03
0418112	PROMOCAO AGRARIA		36.555.749,03	36.555.749,03
04181122.505	PROGRAMACAO A CARGO DA COMPANHIA INTEGRADA DE DE SENVOLVIMENTO AGRICOLA DE SANTA CATARINA		36.555.749,03	36.555.749,03
	TOTAL		117.253.196,56	117.253.196,56

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00064

67

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

63

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SED

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	EDUCACAO E CULTURA	29.687.713,64	376.798.901,19	406.486.614,83
0807	ADMINISTRACAO	55.343,52	40.733.018,47	40.788.361,99
0807021	ADMINISTRACAO GERAL		32.115.352,40	32.115.352,40
08070212.031	COORDENACAO E MANUTENCAO DAS ASSOCIACOES DE PAIS E PROFESSORES		17.335.661,30	17.335.661,30
08070212.069	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		5.054.111,89	5.054.111,89
08070212.071	SUPERVISAO E NORMATIZACAO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO		391.014,13	391.014,13
08070212.214	MANUTENCAO DA REDE ESCOLAR DE ENSINO		2.319.423,12	2.319.423,12
08070212.220	INTEGRACAO COMUNITARIA NO PROCESSO EDUCACIONAL		211.372,35	211.372,35
08070212.389	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA I COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		553.034,08	553.034,08
08070212.390	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA II COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		306.360,38	306.360,38
08070212.391	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA III COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		277.838,55	277.838,55
08070212.392	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA IV COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		276.691,45	276.691,45
08070212.393	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA V COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		261.017,12	261.017,12
08070212.394	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA VI COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		189.623,81	189.623,81
08070212.395	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA VII COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		516.330,81	516.330,81
08070212.396	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA VIII COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		166.947,45	166.947,45
08070212.397	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA IX COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		188.605,03	188.605,03
08070212.398	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA X COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		174.977,33	174.977,33
08070212.399	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XI COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		265.623,32	265.623,32
08070212.403	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XII COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		316.790,65	316.790,65
08070212.404	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XIII COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		262.713,42	262.713,42
08070212.405	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XIV COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		239.605,91	239.605,91
08070212.406	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XV COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		267.956,00	267.956,00
08070212.407	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XVI COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCACAO		190.144,95	190.144,95

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00065

CONTINUA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

64

EM R$

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SED

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
I08070212.408I	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XVII COORDENADORIA R			
I	EGIONAL DE EDUCACAO		165.096,70	165.096,70
I08070212.409I	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XVIII COORDENADORIA			
I	REGIONAL DE EDUCACAO		167.462,68	167.462,68
I08070212.410I	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XIX COPORDENADORIA R			
I	EGIONAL DE EDUCACAO		152.680,54	152.680,54
I08070212.450I	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XX COORDENADORIA REG			
I	IONAL DE EDUCACAO		144.691,93	144.691,93
I08070212.478I	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XXI COORDENADORIA RE			
I	GIONAL DE EDUCACAO		124.144,99	124.144,99
I08070212.527I	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA XXII COORDENADORIA R			
I	EGIONAL DE EDUCACAO		107.624,42	107.624,42
I08070212.661I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES COMPLEMENTARES PARA MELHO			
I	RIA DO SISTEMA EDUCACIONAL		1.487.808,09	1.487.808,09
I0807025	EDIFICACOES PUBLICAS	55.343,52		55.343,52
I08070251.480I	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS PARA A			
I	ADMINISTRACAO EDUCACIONAL	55.343,52		55.343,52
I0807217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		8.617.666,07	8.617.666,07
I08072172.660I	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS		8.617.666,07	8.617.666,07
I				
I0841	EDUCACAO DA CRIANCA DE 0 A 6 ANOS		3.633.822,00	3.633.822,00
I0841190	EDUCACAO PRE - ESCOLAR		3.633.822,00	3.633.822,00
I08411902.215I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE EDUCACAO INFANTIL		3.633.822,00	3.633.822,00
I				
I0842	ENSINO FUNDAMENTAL	20.578.390,17	214.887.182,81	235.465.572,98
I0842021	ADMINISTRACAO GERAL		13.475.454,37	13.475.454,37
I08420212.662I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA EXPANSAO E MELHORIA			
I	DO ENSINO MUNICIPAL		13.475.454,37	13.475.454,37
I0842025	EDIFICACOES PUBLICAS	12.994.755,43	950.807,85	13.945.563,28
I08420251.019I	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS ESCOLA			
I	RES	12.994.755,43		12.994.755,43
I08420252.327I	CONSERVACAO E MANUTENCAO DA REDE ESCOLAR		950.807,85	950.807,85
I0842188	ENSINO REGULAR	7.583.634,74	200.460.920,59	208.044.555,33
I08421881.022I	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO, MOBILIARIO, MATERIAL DI			
I	DATICO E ESCOLAR	7.583.634,74		7.583.634,74
I08421882.017I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
I	GIO ESTADUAL TANIA M.F.S.LOCKS-BIGUACU		10.134,49	10.134,49
I08421882.024I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
I	GIO ESTADUAL LAURA LIMA-FLORIANOPOLIS		7.824,84	7.824,84
I08421882.029I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA NANUTENCAO DO COLE			
I	GIO ESTADUAL IRINEU BORNHAUSEN-FPOLIS		11.129,30	11.129,30
I08421882.032I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
I	GIO ESTADUAL IRMA MARIA TERESA-PALHOCA		7.754,85	7.754,85
I08421882.042I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
I	GIO ESTADUAL JOAO SILVEIRA-PALHOCA		1.031,00	1.031,00
I08421882.043I	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
I	GIO ESTADUAL DOM JOAQUIM-BRACO DO NORTE		10.573,80	10.573,80
I				

FOLHA Nº 00006

64

CONTINUA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

65

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SED

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
08421882.044	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL TONEZA CASCAES-ORLEANS		14.261,18	14.261,18
08421882.045	DESENVOLVIMENTO DE ACOES P/ MANUTENCAO DO COLEGIO			
	ESTADUAL FRANCISCO B. GALLOTTI-TUBARAO		12.870,12	12.870,12
08421882.048	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL IRMA EDVIGES-CRICIUMA		4.172,18	4.172,18
08421882.049	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL PADRE SCHULER-URUSSANGA		3.690,50	3.690,50
08421882.051	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL HERCILIO DEEKE-BLUMENAU		3.254,20	3.254,20
08421882.053	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL HERIBERTO J.MULLER-BLUMENAU		4.329,90	4.329,90
08421882.054	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL PE. JOSE MAURICIO-BLUMENAU		9.246,23	9.246,23
08421882.056	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL JOAO WIDEMANN-BLUMENAU		3.709,75	3.709,75
08421882.058	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL FREDERICO HARDT-INDAIAL		2.297,35	2.297,35
08421882.059	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL DR.PAULO MEDEIROS-JOINVILLE		14.201,10	14.201,10
08421882.062	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL PRESIDENTE MEDICE-JOINVILLE		20.680,18	20.680,18
08421882.063	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL JOAO COLIN-JOINVILLE		11.481,10	11.481,10
08421882.064	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL SANTA CATARINA-SAO FCO. DO SUL		7.683,63	7.683,63
08421882.066	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL HENRIQUE S. FONTES-RIO DO SUL		11.715,95	11.715,95
08421882.067	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL GOV. CELSO RAMOS-JOACABA		5.579,36	5.579,36
08421882.070	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL SANTA TERESINHA-CURITIBANOS		11.862,83	11.862,83
08421882.072	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO E MELHO			
	RIA DO ENSINO FUNDAMENTAL		199.377.248,58	199.377.248,58
08421882.073	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO INSTITU			
	TO ESTADUAL DE EDUCACAO-FLORIANOPOLIS		88.959,58	88.959,58
08421882.075	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL NOSSA SRA. DO ROSARIO-LAGES		11.652,83	11.652,83
08421882.077	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL RUBENS DE A. RAMOS-LAGES		8.744,22	8.744,22
08421882.078	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL ZULMIRA A. DA SILVA-LAGES		10.705,49	10.705,49
08421882.079	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL SAO J. TADEU-LAGES		7.550,87	7.550,87
08421882.080	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL VIRGILIO VARZEA-ITAIOPOLIS		10.855,90	10.855,90

CONTINUA

FOLHA Nº 00057

62

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

66

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SED

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
08421882.083	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL ALINOR V. CORTE-PAPANDUVAS		10.420,39	10.420,39
08421882.086	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL PAULO BLASI-CAMPOS NOVOS		9.913,51	9.913,51
08421882.087	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL SAO JOSE-HERVAL D'OESTE		6.209,50	6.209,50
08421882.088	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL CORONEL LARA RIBAS-CHAPECO		14.333,16	14.333,16
08421882.089	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL LOURDES A. S. LAGO-CHAPECO		13.366,52	13.366,52
08421882.090	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL SARA C.KLEINKAUF-GUARACIABA		10.508,05	10.508,05
08421882.091	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL NOSSA SRA. DA SALETE-MARAVILHA		10.149,74	10.149,74
08421882.092	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL CEDRENSE-SAO J. DO CEDRO		4.530,80	4.530,80
08421882.094	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL VITOR MEIRELLES-ITAJAI		15.677,11	15.677,11
08421882.095	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL DOM AFONSO NIEHUES-ITAJAI		10.844,61	10.844,61
08421882.104	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL JULIA M.DE SOUZA-NAVEGANTES		9.474,60	9.474,60
08421882.105	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL PAULO SCHIEFFLER-CACADOR		12.461,54	12.461,54
08421882.106	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL PROF. ADELINA REGIS-VIDEIRA		14.005,65	14.005,65
08421882.107	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL BERNARDINO S. CAMPOS-ARARANGUA		6.646,34	6.646,34
08421882.108	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL PROF. MARIA G. PESSI-ARARANGUA		11.371,91	11.371,91
08421882.109	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL CATULO DA P. CEARENSE-SOMBRIO		12.797,40	12.797,40
08421882.110	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL CRUZ E SOUZA-TIJUCAS		9.883,28	9.883,28
08421882.112	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL ARTUR DA C. E SILVA-XANXERE		14.209,77	14.209,77
08421882.114	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL PROF.NEUSA MASSOLINI-XAXIM		7.320,35	7.320,35
08421882.115	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL CID GONZAGA-PORTO UNIAO		11.549,34	11.549,34
08421882.116	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL GERMANO WAGENFHUR-PORTO UNIAO		8.177,40	8.177,40
08421882.119	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COLE			
	GIO ESTADUAL LAURO ZIMERMANN-GUARAMIRIM		7.995,16	7.995,16
08421882.120	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL ABDON BATISTA-JARAGUA DO SUL		4.364,00	4.364,00

DIVULGAÇÃO E EDIÇÃO
FOLHA Nº 00068

CONTINUA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

67

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SED

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
08421882.121	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO DO COL.			
	ESTADUAL ROBERTO GRANT-SAO BENTO DO SUL		9.213,35	9.213,35
08421882.658	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL DE ARARANGUA-ARARANGUA		14.446,30	14.446,30
08421882.659	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL DOM PEDRO II-BLUMENAU		10.059,06	10.059,06
08421882.663	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO CONJUNTO			
	EDUCACIONAL GOV. CELSO RAMOS-BLUMENAU		13.959,65	13.959,65
08421882.664	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL PRES.JOAO GOULART-BALN.CAMBORIU		12.963,94	12.963,94
08421882.665	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL LUIZ DELFINO-BLUMENAU		10.445,65	10.445,65
08421882.666	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL SEBASTIAO T.DOS SANTOS-CRICIUMA		12.035,96	12.035,96
08421882.667	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL BOM PASTOR-CHAPECO		14.982,76	14.982,76
08421882.668	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL PROF. ZELIA SCHARF-CHAPECO		17.038,72	17.038,72
08421882.670	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	SANTA CRUZ-CANOINHAS		13.445,91	13.445,91
08421882.671	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	SECUNDARIO CASIMIRO DE ABREU-CURITIBANOS		10.755,96	10.755,96
08421882.672	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ADERBAL RAMOS DA SILVA-FLORIANOPOLIS		21.769,84	21.769,84
08421882.673	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COL.ESTA			
	DUAL PROF. ANIBAL N. PIRES-FLORIANOPOLIS		15.236,09	15.236,09
08421882.674	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL GETULIO VARGAS-FLORIANOPOLIS		8.521,04	8.521,04
08421882.677	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL DEP. NILTON KUCKER-ITAJAI		12.903,96	12.903,96
08421882.678	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COL.ESTA			
	DUAL JOSE D. MAGALHAES-JARAGUA DO SUL		8.320,03	8.320,03
08421882.679	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO CONJUNTO			
	EDUCACIONAL CELSO RAMOS-JOINVILLE		15.964,44	15.964,44
08421882.680	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL PLACIDO O.DE OLIVEIRA-JOINVILLE		16.290,93	16.290,93
08421882.681	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL ENG. ANNES GUALBERTO-JOINVILLE		12.710,69	12.710,69
08421882.682	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL DR. TUFI DIPPE-JOINVILLE		26.642,54	26.642,54
08421882.683	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL PROF. JANDIRA D'AVILA-JOINVILLE		13.955,33	13.955,33
08421882.684	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COL.ESTA			
	DUAL PROF.ANTONIA A. C. SANTOS-JOINVILLE		31.724,57	31.724,57
08421882.685	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL ARNALDO MOREIRA DOUAT-JOINVILLE		16.061,04	16.061,04

FOLHA Nº 00069

CONTINUA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

68

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SED

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
08421882.688	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO CENTRO			
	EDUCACIONAL VIDAL RAMOS JUNIOR-LAGES		16.609,26	16.609,26
08421882.689	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL ARISTILIANO RAMOS-LAGES		11.892,35	11.892,35
08421882.690	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	INDUSTRIAL DE LAGES-LAGES		7.803,39	7.803,39
08421882.691	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO CONJUNTO			
	EDUCACIONAL ALMIRANTE LAMEGO-LAGUNA		14.044,23	14.044,23
08421882.692	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL BARAO DE ANTONINA-MAFRA		19.003,11	19.003,11
08421882.693	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL GOV. IVO SILVEIRA-PALHO^A		15.008,74	15.008,74
08421882.694	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL WANDERLEY JUNIOR-SAO JOSE		10.880,64	10.880,64
08421882.695	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL SAO BENTO-SAO BENTO DO SUL		13.410,35	13.410,35
08421882.696	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL SAO MIGUEL-SAO MIGUEL D'OESTE		13.545,33	13.545,33
08421882.697	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL PROF. OLAVO C. RIGON-CONCORDIA		9.948,28	9.948,28
08421882.704	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	NEREU RAMOS-ITAJAI		12.873,86	12.873,86
08421882.708	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	COMERCIAL LAGUNENSE-LAGUNA		5.925,19	5.925,19
08421882.718	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DA ESCOLA			
	TECNICA DIOMICIO FREITAS-TUBARAO		22.288,30	22.288,30
08421882.721	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	AGRICOLA SAO JOSE-ITAPIRANGA		6.828,36	6.828,36
0843	ENSINO MEDIO		92.813.931,04	92.813.931,04
0843196	FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO		51.169,04	51.169,04
08431962.698	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	TECNICO JALDYR B. F. SILVA-AGUA DOCE		16.700,01	16.700,01
08431962.701	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	AGRICOLA VIDAL RAMOS-CANOINHAS		22.162,36	22.162,36
08431962.709	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO COLEGIO			
	ESTADUAL CAETANO COSTA-SAO J. DO CERRITO		12.306,67	12.306,67
0843197	FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO		76.002,00	76.002,00
08431972.699	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DA ESCOLA			
	TECNICA HERMANN HERING-BLUMENAU		30.057,04	30.057,04
08431972.703	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA O ENSINO DO CENTRO			
	INTERESCOLAR DE II ABILIO PAULO-CRICIUMA		3.510,00	3.510,00
08431972.706	DESENVOLVIMENTO DE ACOES P/ O ENS. DO CENTRO INTER			
	ESCOLAR II GRAU DARIO G.SALLES-JOINVILLE		21.423,26	21.423,26
08431972.707	DESENVOLVIMENTO DE ACOES P/ O ENS. DO CENTRO INTER			
	ESCOLAR II GRAU RENATO R. SILVA-LAGES		21.011,70	21.011,70

CONTINUA

DIVULGAÇÃO - E. EM ... FOLHA Nº 000079

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

69

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SED

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
0843199	ENSINO POLIVALENTE		92.686.760,00	92.686.760,00
0843199 2.074	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA MANUTENCAO E MELHO			
	RIA DO ENSINO MEDIO		92.511.760,00	92.511.760,00
0843199 2.216	ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES PRIVADAS DE II			
	GRAU		175.000,00	175.000,00
0844	ENSINO SUPERIOR		997.181,47	997.181,47
0844205	ENSINO DE GRADUACAO		997.181,47	997.181,47
0844205 2.218	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR		997.181,47	997.181,47
0845	ENSINO SUPLETIVO		471.429,30	471.429,30
0845213	CURSOS DE SUPLENCIA		471.429,30	471.429,30
0845213 2.081	DESENVOLVIMENTO DE ACOES PARA A MANUTENCAO E MELHO			
	RIA DO ENSINO SUPLETIVO		471.429,30	471.429,30
0846	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	9.053.979,95		9.053.979,95
0846228	PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS	9.053.979,95		9.053.979,95
0846228 2.216	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESPACOS ESPORTI			
	VOS NAS UNIDADES ESCOLARES	9.053.979,95		9.053.979,95
0847	ASSISTENCIA A EDUCANDOS		23.262.336,10	23.262.336,10
0847486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		23.262.336,10	23.262.336,10
0847486 2.076	ASSISTENCIA AO EDUCANDO		23.262.336,10	23.262.336,10
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		181.044.162,66	181.044.162,66
1582	PREVIDENCIA		181.044.162,66	181.044.162,66
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		181.044.162,66	181.044.162,66
15824952.124	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS		181.044.162,66	181.044.162,66
	T O T A L	29.687.713,64	557.843.063,85	587.530.777,49

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00071

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

70

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	EDUCACAO E CULTURA		37.393.438,44	37.393.438,44
0844	ENSINO SUPERIOR		33.012.113,17	33.012.113,17
0844031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		33.012.113,17	33.012.113,17
08440312.085	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA		33.012.113,17	33.012.113,17
0846	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS		1.141.706,45	1.141.706,45
0846031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		1.141.706,45	1.141.706,45
08460312.147	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO CATARINENSE DE DESPORTOS		1.141.706,45	1.141.706,45
0849	EDUCACAO ESPECIAL		3.239.618,82	3.239.618,82
0849031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		3.239.618,82	3.239.618,82
08490312.084	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO CATARINENSE DE EDUCACAO ESPECIAL		3.239.618,82	3.239.618,82
	TOTAL		37.393.438,44	37.393.438,44

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00072

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

· EXERCICIO DE 1996

71

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDF

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	10.038,08	45.504.964,21	45.515.002,29
0307	ADMINISTRACAO	10.038,08		10.038,08
0307217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	10.038,08		10.038,08
03072171.021	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.038,08		10.038,08
0308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		45.504.964,21	45.504.964,21
0308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		45.504.964,21	45.504.964,21
03080316.027	INTEGRALIZACAO NO FUNDO ESTADUAL DE HABITACAO POPULAR		25.462.427,17	25.462.427,17
03080316.028	INTEGRALIZACAO NO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		20.042.537,04	20.042.537,04
10	HABITACAO E URBANISMO		6.402.804,95	6.402.804,95
1007	ADMINISTRACAO		6.402.804,95	6.402.804,95
1007021	ADMINISTRACAO GERAL		6.402.804,95	6.402.804,95
10070212.055	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		6.402.804,95	6.402.804,95
14	TRABALHO		34.562.470,55	34.562.470,55
1480	RELACOES DO TRABALHO		34.562.470,55	34.562.470,55
1480478	SERVICO SOCIAL		34.562.470,55	34.562.470,55
14804782.549	IMPLANTACAO E IMPLEMENTACAO DE ACOES NAS AREAS DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA		34.562.470,55	34.562.470,55
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	2.929.671,27	1.525.499,54	4.455.170,81
1581	ASSISTENCIA	2.929.671,27	652.046,00	3.581.717,27
1581483	ASSISTENCIA AO MENOR		461.754,37	461.754,37
15814832.011	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE		11.755,89	11.755,89
15814836.020	INTEGRALIZACAO NO FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA		449.998,48	449.998,48
1581486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		190.291,63	190.291,63
15814862.424	MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAIS		190.291,63	190.291,63

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00073

CONTINUA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA I
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDF I

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
1581487	ASSISTENCIA COMUNITARIA	2.929.671,27		2.929.671,27
15814871.617	APOIO AS ORGANIZACOES COMUNITARIAS	2.929.671,27		2.929.671,27
1582	PREVIDENCIA		873.453,54	873.453,54
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		873.453,54	873.453,54
15824952.141	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - SHD		873.453,54	873.453,54
	TOTAL	2.939.709,35	87.995.739,25	90.935.448,60

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00074

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

73

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	HABITACAO E URBANISMO		4.641.328,93	4.641.328,93
1057	HABITACAO		4.641.328,93	4.641.328,93
1057316	HABITACOES URBANAS		4.641.328,93	4.641.328,93
10573162.492	PROGRAMACAO A CARGO DA COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DE SANTA CATARINA		4.641.328,93	4.641.328,93
	TOTAL		4.641.328,93	4.641.328,93

DIVULGADO NO B.I. FOLHA Nº 00075

73

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

74

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SEA

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		5.327.128,13	5.327.128,13
0307	ADMINISTRACAO		5.327.128,13	5.327.128,13
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		5.286.392,76	5.286.392,76
03070212.200	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		5.286.392,76	5.286.392,76
0307217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		40.735,37	40.735,37
03072172.483	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS		40.735,37	40.735,37
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		2.898.936,50	2.898.936,50
1582	PREVIDENCIA		2.898.936,50	2.898.936,50
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		2.898.936,50	2.898.936,50
15824952.177	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - SJA		2.898.936,50	2.898.936,50
	TOTAL		8.226.064,63	8.226.064,63

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00076

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

75

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
I13	SAUDE E SANEAMENTO		129.923.239,09	129.923.239,09
I1307	ADMINISTRACAO		108.575.435,20	108.575.435,20
I1307021	ADMINISTRACAO GERAL		108.575.435,20	108.575.435,20
I13070212.111	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		108.575.435,20	108.575.435,20
I1308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		42.750,87	42.750,87
I1308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		42.750,87	42.750,87
I13080312.113	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS A INSTITUICOES PUBLICAS E PRIVADAS		42.750,87	42.750,87
I1375	SAUDE		21.305.053,02	21.305.053,02
I1375428	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		21.305.053,02	21.305.053,02
I13754286.016	INTEGRALIZACAO NO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		21.305.053,02	21.305.053,02
I15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		17.929.204,02	17.929.204,02
I1582	PREVIDENCIA		17.929.204,02	17.929.204,02
I1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		17.929.204,02	17.929.204,02
I15824952.143	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - SES		17.929.204,02	17.929.204,02
	TOTAL		147.852.443,11	147.852.443,11

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00077

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

76

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SSP

I CODIGO	I ESPECIFICACAO	I PROJETOS	I ATIVIDADES	I TOTAL
I06	IDEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	I	5.232.345,15	5.232.345,15
I0630	I SEGURANCA PUBLICA	I	5.232.345,15	5.232.345,15
I0630020	I SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	I	5.232.345,15	5.232.345,15
I06300202.582	I COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATI	I		
	I VOS	I	5.232.345,15	5.232.345,15
I15	IASSISTENCIA E PREVIDENCIA	I	2.861.002,83	2.861.002,83
I1582	I PREVIDENCIA	I	2.861.002,83	2.861.002,83
I1582495	I PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	I	2.861.002,83	2.861.002,83
I15824952.164	I PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	I		
	I - SSP	I	2.861.002,83	2.861.002,83
	TOTAL	I	8.093.347,98	8.093.347,98

DIVISÃO DE ORÇAMENTO
FOLHA Nº 00078

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : POLICIA CIVIL DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA		45.115.444,04	45.115.444,04
0630	SEGURANCA PUBLICA		45.115.444,04	45.115.444,04
0630174	POLICIAMENTO CIVIL		45.088.273,52	45.088.273,52
06301742.123	COORDENACAO E MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL		45.088.273,52	45.088.273,52
0630179	SERVICOS ESPECIAS DE SEGURANCA		27.170,52	27.170,52
06301796.015	INTEGRALIZACAO NO FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANCA PUBLICA		27.170,52	27.170,52
	TOTAL		45.115.444,04	45.115.444,04

DIVERSOS
FOLHA Nº 000079

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

· EXERCICIO DE 1996

78

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : DIRETORIA ESTADUAL DE TRANSITO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA		1.329.714,10	1.329.714,10
0630	SEGURANCA PUBLICA		1.329.714,10	1.329.714,10
0630573	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO URBANO		1.329.714,10	1.329.714,10
06305732.126	COORDENACAO E MANUTENCAO DA DIRETORIA ESTADUAL DE TRANSITO		1.329.714,10	1.329.714,10
	T O T A L		1.329.714,10	1.329.714,10

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 000080

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

79

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO,CIENTIFICO E TECNOLOGICO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDT

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	15.409,43	1.775.520,09	1.790.929,52
0307	ADMINISTRACAO		890.759,51	890.759,51
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		890.759,51	890.759,51
03070212.415	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		890.759,51	890.759,51
0308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		732.487,77	732.487,77
0308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		732.487,77	732.487,77
03080312.008	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA LEGAL		732.487,77	732.487,77
0309	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	15.409,43		15.409,43
0309044	INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	15.409,43		15.409,43
03090441.671	IMPLANTACAO DO PLANO DIRETOR DE GEOPROCESSAMENTO	15.409,43		15.409,43
0310	CIENCIA E TECNOLOGIA		152.272,81	152.272,81
0310055	PESQUISA APLICADA		152.272,81	152.272,81
03100552.600	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE PONTA		17.000,58	17.000,58
03100556.007	INTEGRALIZACAO NO FUNDO ROTATIVO DE FOMENTO A PESQUISA CIENT. E TECNOLOGICA DO ESTADO		135.272,23	135.272,23
11	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS	163.556,00		163.556,00
1162	INDUSTRIA	163.556,00		163.556,00
1162346	PROMOCAO INDUSTRIAL	163.556,00		163.556,00
11623461.161	DESENVOLVIMENTO DE ACOES VOLTADAS A PROMOCAO DO ESTADO E DA EXPANSAO INDUSTRIAL	163.556,00		163.556,00
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		120.703,31	120.703,31
1582	PREVIDENCIA		120.703,31	120.703,31
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		120.703,31	120.703,31
15824952.179	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - STM		120.703,31	120.703,31
	T O T A L	178.965,43	1.896.223,40	2.075.188,83

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00081

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO,CIENTIFICO E TECNOLOGICO I
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIENTIFICO E TECNOLOGICO - ENT. SUPERV. I

I CODIGO	I ESPECIFICACAO	I PROJETOS	I ATIVIDADES	I TOTAL
111	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS		986.206,05	986.206,05
11165	TURISMO		986.206,05	986.206,05
11165363	PROMOCAO DO TURISMO		986.206,05	986.206,05
111653632.491	PROGRAMACAO A CARGO DA SANTA CATARINA TURISMO S.A.		986.206,05	986.206,05
	T O T A L		986.206,05	986.206,05

FOLHA Nº 00052

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E COMUNICACAO SOCIAL
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SCS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		3.775.089,32	3.775.089,32
0307	ADMINISTRACAO		3.775.089,32	3.775.089,32
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		445.657,95	445.657,95
03070212.145	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		445.657,95	445.657,95
0307023	DIVULGACAO OFICIAL		3.329.431,37	3.329.431,37
03070232.146	DIVULGACAO DE FATOS, ATOS, OBRAS E SERVICOS DE INTERESSE DO ESTADO		3.329.431,37	3.329.431,37
	TOTAL		3.775.089,32	3.775.089,32

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00083

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

82

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E COMUNICACAO SOCIAL
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E COMUNICACAO SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	EDUCACAO E CULTURA		1.224.385,30	1.224.385,30
0848	CULTURA		1.224.385,30	1.224.385,30
0848031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		1.224.385,30	1.224.385,30
08480312.068	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO CATARINENSE DE CUL TURA		1.224.385,30	1.224.385,30
	TOTAL		1.224.385,30	1.224.385,30

FOLHA Nº 000084

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

83

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SEF

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		68.838.249,55	68.838.249,55
0307	ADMINISTRACAO		68.566.461,45	68.566.461,45
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		67.196.196,45	67.196.196,45
03070212.010	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATI			
	VOS		67.196.196,45	67.196.196,45
0307030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		1.366.850,00	1.366.850,00
03070302.402	CAMPANHA DE CARATER EDUCATIVO		1.366.850,00	1.366.850,00
0307217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		3.415,00	3.415,00
03072172.644	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS		3.415,00	3.415,00
0308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		271.788,10	271.788,10
0308030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		271.788,10	271.788,10
03080302.645	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO TRIBUTARIA		271.788,10	271.788,10
11	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS		4.464.550,67	4.464.550,67
1162	INDUSTRIA		4.464.550,67	4.464.550,67
1162346	PROMOCAO INDUSTRIAL		4.464.550,67	4.464.550,67
11623466.011	INTEGRALIZACAO NO FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMEN			
	TO EMPRESARIAL DE SANTA CATARINA-FADESC		4.464.550,67	4.464.550,67
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		88.443.050,46	88.443.050,46
1582	PREVIDENCIA		88.443.050,46	88.443.050,46
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		88.443.050,46	88.443.050,46
15824952.149	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS - SPF		88.443.050,46	88.443.050,46
	T O T A L		161.745.850,68	161.745.850,68

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00085

83

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

84

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS		2.500.000,00	2.500.000,00
11164	SERVICOS FINANCEIROS		2.500.000,00	2.500.000,00
11164362	SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS		2.500.000,00	2.500.000,00
111643622.825	PROGRAMACAO A CARGO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA		2.500.000,00	2.500.000,00
	TOTAL		2.500.000,00	2.500.000,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00036

64

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

. EXERCICIO DE 1996

85

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO _ STO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		417.960,02	417.960,02
1582	PREVIDENCIA		417.960,02	417.960,02
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		417.960,02	417.960,02
15824952.158	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - STO		417.960,02	417.960,02
16	TRANSPORTE	347.963,31	4.280.065,25	4.628.028,56
1607	ADMINISTRACAO		1.017.608,97	1.017.608,97
1607021	ADMINISTRACAO GERAL		1.017.608,97	1.017.608,97
16070212.131	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		1.017.608,97	1.017.608,97
1609	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		17.750,00	17.750,00
1609040	PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO		17.750,00	17.750,00
16090402.633	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS		17.750,00	17.750,00
1687	TRANSPORTE AEREO	347.963,31		347.963,31
1687523	INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA	347.963,31		347.963,31
16875231.074	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	347.963,31		347.963,31
1688	TRANSPORTE RODOVIARIO		3.244.706,28	3.244.706,28
1688031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		3.244.706,28	3.244.706,28
16880312.711	APOIO AOS SISTEMAS VIARIOS MUNICIPAIS		3.244.706,28	3.244.706,28
	T O T A L	347.963,31	4.698.025,27	5.045.988,58

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00037

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		6.290.307,65	6.290.307,65
0307	ADMINISTRACAO		6.290.307,65	6.290.307,65
0307025	EDIFICACOES PUBLICAS		6.290.307,65	6.290.307,65
03070252.020	PROGRAMACAO A CARGO DO DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E OBRAS HIDRAULICAS		6.290.307,65	6.290.307,65
16	TRANSPORTE		200.372.376,17	200.372.376,17
1688	TRANSPORTE RODOVIARIO		200.363.376,17	200.363.376,17
1688031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		200.363.376,17	200.363.376,17
16880312.135	PROGRAMACAO A CARGO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM		200.363.376,17	200.363.376,17
1690	TRANSPORTE HIDROVIARIO		9.000,00	9.000,00
1690031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		9.000,00	9.000,00
16900312.136	PROGRAMACAO A CARGO DA ADMINISTRACAO DO PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL		9.000,00	9.000,00
	TOTAL		206.662.683,82	206.662.683,82

GOVERNO DE SANTA CATARINA
FOLHA Nº 000038
EXPEDIENTE

86

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

87

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDM

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		2.024.650,05	2.024.650,05
0307	ADMINISTRACAO		1.829.950,05	1.829.950,05
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		1.829.950,05	1.829.950,05
03070212.263	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		1.829.950,05	1.829.950,05
0309	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		68.000,00	68.000,00
0309043	ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA		68.000,00	68.000,00
03090432.725	PROMOCAO DO PLANEJAMENTO REGIONAL E MUNICIPAL		68.000,00	68.000,00
0377	PROTECAO AO MEIO AMBIENTE		126.700,00	126.700,00
0377021	ADMINISTRACAO GERAL		126.700,00	126.700,00
03770212.554	GERENCIAMENTO DE ACOES DE EDUCACAO AMBIENTAL		126.700,00	126.700,00
07	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	301.970,00		301.970,00
0739	DESENVOLVIMENTO DE MICRORREGIOES	258.970,00		258.970,00
0739045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	258.970,00		258.970,00
07390451.087	ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO DE SANTA CATARINA	258.970,00		258.970,00
0740	PROGRAMAS INTEGRADOS	43.000,00		43.000,00
0740183	PROGRAMACAO ESPECIAL	43.000,00		43.000,00
07401831.088	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MUNICIPAL DE SANTA CATARINA - PRODEM	43.000,00		43.000,00
10	HABITACAO E URBANISMO	448.000,00		448.000,00
1058	URBANISMO	448.000,00		448.000,00
1058323	PLANEJAMENTO URBANO	448.000,00		448.000,00
10583231.086	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO	448.000,00		448.000,00
13	SAUDE E SANEAMENTO	8.000,00		8.000,00
1376	SANEAMENTO	8.000,00		8.000,00
1376448	SANEAMENTO GERAL	8.000,00		8.000,00
13764481.517	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO BASICO	8.000,00		8.000,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00089

CONTINUA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

88

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDM

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

89

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE I
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE - ENTID. SUPERVISIONADAS I

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	SAUDE E SANEAMENTO		3.554.310,22	3.554.310,22
1377	PROTECAO AO MEIO AMBIENTE		3.554.310,22	3.554.310,22
1377021	ADMINISTRACAO GERAL		3.554.310,22	3.554.310,22
13770212.013	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE		3.554.310,22	3.554.310,22
	T O T A L		3.554.310,22	3.554.310,22

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00091

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

90

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E CIDADANIA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SJC

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
02	JUDICIARIA	1.328.431,54	723.650,30	2.052.081,84
0204	PROCESSO JUDICIARIO	1.328.431,54	723.650,30	2.052.081,84
0204015	CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	1.328.431,54	723.650,30	2.052.081,84
02040151.611	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE SEG URANCA PUBLICA	1.328.431,54		1.328.431,54
02040152.188	MANUTENCAO DE CENTROS EDUCACIONAIS		703.258,30	703.258,30
02040152.612	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO CONSELHO PENITENCIA RIO DO ESTADO		20.392,00	20.392,00
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		10.175.716,48	10.175.716,48
0307	ADMINISTRACAO		10.175.716,48	10.175.716,48
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		10.175.716,48	10.175.716,48
03070212.265	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATI VOS		10.175.716,48	10.175.716,48
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		1.847.304,48	1.847.304,48
1581	ASSISTENCIA		85.729,09	85.729,09
1581483	ASSISTENCIA AO MENOR		11.030,60	11.030,60
15814832.018	CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES		11.030,60	11.030,60
1581486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		74.698,49	74.698,49
15814862.009	PROGRAMA ESTADUAL DE DEFESA AO CONSUMIDOR		74.698,49	74.698,49
1582	PREVIDENCIA		1.761.575,39	1.761.575,39
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		1.761.575,39	1.761.575,39
15824952.266	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		1.761.575,39	1.761.575,39
	T O T A L	1.328.431,54	12.746.671,26	14.075.102,80

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00032

87

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E CIDADANIA
I UNIDADE ORCAMENTARIA : DIRETORIA DE ADMINISTRACAO PENAL

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
I02	JUDICIARIA		2.547.156,52	2.547.156,52
I0204	PROCESSO JUDICIARIO		2.547.156,52	2.547.156,52
I0204015	CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL		2.400.876,42	2.400.876,42
I02040152.607	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA PENITENCIARIA DE FLO RIANOPOLIS		498.775,83	498.775,83
I02040152.608	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA PENITENCIARIA AGRICO LA DE CHAPECO		572.543,60	572.543,60
I02040152.609	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA PENITENCIARIA REGIO NAL DE CURITIBANOS		316.577,84	316.577,84
I02040152.610	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO HOSPITAL DE CUSTODIA E TRATAMENTO PSIQUIATRICO		55.791,72	55.791,72
I02040152.611	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DOS PRESIDIOS E CASA DE ALBERGADOS		957.187,43	957.187,43
I0204021	ADMINISTRACAO GERAL		146.280,10	146.280,10
I02040212.606	COORDENACAO E MANUTENCAO DA DIRETORIA DE ADMINIS TRACAO PENAL		146.280,10	146.280,10
	TOTAL		2.547.156,52	2.547.156,52

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00033

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

92

EM R$

I ORGAO : POLICIA MILITAR
I UNIDADE ORCAMENTARIA : POLICIA MILITAR

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	429.918,77	131.926.499,58	132.356.418,35
0630	SEGURANCA PUBLICA	429.918,77	131.926.499,58	132.356.418,35
0630177	POLICIAMENTO MILITAR	429.918,77	131.896.338,42	132.326.257,19
06301771.182	MELHORIA DA POLICIA MILITAR	429.918,77		429.918,77
06301772.127	POLICIAMENTO OSTENSIVO		2.315.319,36	2.315.319,36
06301772.344	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		129.581.019,06	129.581.019,06
0630178	DEFESA CONTRA SINISTROS		12.989,27	12.989,27
06301782.128	DEFESA CONTRA SINISTROS, BUSCA E SALVAMENTO		12.989,27	12.989,27
0630217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		17.171,89	17.171,89
06302172.129	ENSINO E INSTRUCAO		17.171,89	17.171,89
13	SAUDE E SANEAMENTO		81.863,05	81.863,05
1375	SAUDE		81.863,05	81.863,05
1375428	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		81.863,05	81.863,05
13754282.130	SAUDE E PROMOCAO SOCIAL		81.863,05	81.863,05
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		50.810.588,31	50.810.588,31
1582	PREVIDENCIA		50.810.588,31	50.810.588,31
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		50.810.588,31	50.810.588,31
15824952.160	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - PM		50.810.588,31	50.810.588,31
	TOTAL	429.918,77	182.818.950,94	183.248.869,71

FOLHA Nº 00093

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

93

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SGO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		13.592.400,24	13.592.400,24
0307	ADMINISTRACAO		8.699.960,74	8.699.960,74
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		1.105.289,76	1.105.289,76
03070212.803	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		1.105.289,76	1.105.289,76
0307023	DIVULGACAO OFICIAL		7.594.670,98	7.594.670,98
03070232.804	DIVULGACAO DE FATOS, ATOS, OBRAS E SERVICOS DE INTERESSE DO ESTADO		7.594.670,98	7.594.670,98
0310	CIENCIA E TECNOLOGIA		4.892.439,50	4.892.439,50
0310055	PESQUISA APLICADA		4.892.439,50	4.892.439,50
03100552.805	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE PONTAS		1.706.000,00	1.706.000,00
03100556.032	INTEGRALIZACAO NO FUNDO ROTATIVO DE FOMENTO A PESQUISA CIENT E TECNOLOGICA DO ESTADO		3.186.439,50	3.186.439,50
	TOTAL		13.592.400,24	13.592.400,24

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00035

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

94

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	EDUCACAO E CULTURA		3.218.931,98	3.218.931,98
0848	CULTURA		3.218.931,98	3.218.931,98
0848031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		3.218.931,98	3.218.931,98
08480312.807	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO CATARINENSE DE CULTURA		3.218.931,98	3.218.931,98
	TOTAL		3.218.931,98	3.218.931,98

DIVISÃO ... EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00096

94

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996 95 EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INTEGRACAO AO MERCOSUL
I UNIDADE ORCAMENTARIA : GABINETE DO SECRETARIO - SDE

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	83.228,09	2.421.741,88	2.504.969,97
0307	ADMINISTRACAO		1.276.666,64	1.276.666,64
0307021	ADMINISTRACAO GERAL		1.276.666,64	1.276.666,64
03070212.813	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS			
	ADMINISTRATIVOS		1.269.606,64	1.269.606,64
03070212.820	COORDENACAO DAS ACOES DE INTEGRACAO AO MERCOSUL		7.060,00	7.060,00
0308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		1.130.075,24	1.130.075,24
0308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		1.130.075,24	1.130.075,24
03080312.814	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA LEGAL		1.130.075,24	1.130.075,24
0309	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	83.228,09	15.000,00	98.228,09
0309044	INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	83.228,09		83.228,09
03090441.049	IMPLANTACAO DO PLANO DIRETOR DE GEOPROCESSAMENTO	83.228,09		83.228,09
0309045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS		15.000,00	15.000,00
03090452.817	DESENVOLVIMENTO DE ACOES VOLTADAS A MELHORIA			
	DE INFRA ESTRUTURA E DA COMPET.DO ESTADO		15.000,00	15.000,00
11	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS	32.571,66	1.931.470,00	1.964.041,66
1162	INDUSTRIA	32.571,66		32.571,66
1162346	PROMOCAO INDUSTRIAL	32.571,66		32.571,66
11623461.052	DESENVOLVIMENTO DE ACOES VOLTADAS A PROMOCAO			
	DO ESTADO E DA EXPANSAO INDUSTRIAL	32.571,66		32.571,66
1163	COMERCIO		1.931.470,00	1.931.470,00
1163355	PRODUCAO EXTERNA DO COMERCIO		1.931.470,00	1.931.470,00
11633552.818	DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS E ACOES NA AREA DE			
	COMERCIO EXTERIOR		1.931.470,00	1.931.470,00
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		242.375,00	242.375,00
1582	PREVIDENCIA		242.375,00	242.375,00
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		242.375,00	242.375,00
15824952.819	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS -STM		242.375,00	242.375,00
	T O T A L	115.799,75	4.595.586,88	4.711.386,63

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00097

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996 96

EM R$

I ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INTEGRACAO AO MERCOSUL
I UNIDADE ORCAMENTARIA : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INTEGRACAO AO MERCOSUL-ENT SUP

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS		2.570.188,44	2.570.188,44
1165	TURISMO		2.570.188,44	2.570.188,44
1165363	PROMOCAO DO TURISMO		2.570.188,44	2.570.188,44
11653632.821	PROGRAMACAO A CARGO DA SANTA CATARINA TURISMO S.A		2.570.188,44	2.570.188,44
	T O T A L		2.570.188,44	2.570.188,44

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00093

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

97

EM R$

I ORGAO : ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	41.955.877,09	694.229.994,85	736.185.871,94
0307	ADMINISTRACAO	1.352.790,68	35.835.648,48	37.188.439,16
0307021	ADMINISTRACAO GERAL	1.352.790,68	35.835.648,48	37.188.439,16
03070211.079	PROJETOS ESPECIAIS	209.925,21		209.925,21
03070211.340	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA ADMINISTRACAO PUBLICA	1.142.865,47		1.142.865,47
03070212.139	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		4.205.468,05	4.205.468,05
03070212.140	DESPESAS CENTRALIZADAS		31.630.180,43	31.630.180,43
0308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	40.603.086,41	658.394.346,37	698.997.432,78
0308030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		30.171,45	30.171,45
03080302.144	REPOSICOES E RESTITUICOES DE TRIBUTOS		30.171,45	30.171,45
0308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	30.575.760,63		30.575.760,63
03080311.589	PROGRAMA DE PARTICIPACAO EM PROJETOS MUNICIPAIS E COMUNITARIOS	30.575.760,63		30.575.760,63
0308033	DIVIDA INTERNA		620.525.044,39	620.525.044,39
03080332.361	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE CONTRATOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS		620.525.044,39	620.525.044,39
0308034	DIVIDA EXTERNA		37.839.130,53	37.839.130,53
03080342.365	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE CONTRATOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS		37.839.130,53	37.839.130,53
0308035	PARTICIPACAO SOCIETARIA	10.027.325,78		10.027.325,78
03080351.036	PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DO BESC	10.027.325,78		10.027.325,78
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA		792.259,05	792.259,05
0630	SEGURANCA PUBLICA		792.259,05	792.259,05
0630178	DEFESA CONTRA SINISTROS		792.259,05	792.259,05
06301782.253	SUBVENCAO SOCIAL A CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS		792.259,05	792.259,05
11	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS		20.119.452,85	20.119.452,85
1107	ADMINISTRACAO		20.119.452,85	20.119.452,85
1107024	PROCESSAMENTO DE DADOS		20.119.452,85	20.119.452,85
11070242.526	MANUTENCAO E IMPLANTACAO DE SISTEMAS CORPORATIVOS DE INFORMATICA		20.119.452,85	20.119.452,85
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		27.469.309,27	27.469.309,27

CONTINUA

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00099

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

98

EM R$

I ORGAO : ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
I UNIDADE ORCAMENTARIA : ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
I1581	ASSISTENCIA		1.090.467,31	1.090.467,31
I1581031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		865.610,74	865.610,74
I15810312.520	ASSISTENCIA MEDICO-CIRURGICA		865.610,74	865.610,74
I1581486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		224.856,57	224.856,57
I15814862.142	AUXILIO FUNERAL		224.856,57	224.856,57
I1582	PREVIDENCIA		12.270.135,88	12.270.135,88
I1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		12.270.135,88	12.270.135,88
I15824952.065	ENCARGOS COM PENSOES ESPECIAIS		12.270.135,88	12.270.135,88
I1584	PROGRAMA DE FORMACAO PATRIM SERVIDOR PUBLICOBLICO		14.108.706,08	14.108.706,08
I1584021	ADMINISTRACAO GERAL		14.108.706,08	14.108.706,08
I15840212.162	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP		14.108.706,08	14.108.706,08
	T O T A L	41.955.877,09	742.611.016,02	784.566.893,11

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00100

93

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO 6, DA LEI N. 4320/64

· EXERCICIO DE 1996

99

EM R$

I ORGAO : TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS
I UNIDADE ORCAMENTARIA : TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		560.742.603,31	560.742.603,31
0338	PROGRAMACAO A CARGO DE ESTADOS E MUNICIPIOS		560.742.603,31	560.742.603,31
0338181	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E		560.742.603,31	560.742.603,31
03381812.168	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICIPIOS		560.742.603,31	560.742.603,31
	TOTAL		560.742.603,31	560.742.603,31

DIVISÃO DE EX. CORRENTE
FOLHA Nº 00101

99

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
101	LEGISLATIVA	1.874.577,95	61.949.274,27	63.823.852,22
10101	PROCESSO LEGISLATIVO	1.817.496,10	47.109.397,56	48.926.893,66
10101001	ACAO LEGISLATIVA	1.813.977,27	47.109.397,56	48.923.374,83
10101024	PROCESSAMENTO DE DADOS	3.518,83		3.518,83
10102	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENT EXTERNA	57.081,85	14.764.246,91	14.821.328,76
10102002	CONTROLE EXTERNO		14.764.246,91	14.764.246,91
10102024	PROCESSAMENTO DE DADOS	57.081,85		57.081,85
10107	ADMINISTRACAO		75.629,80	75.629,80
10107217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		75.629,80	75.629,80
102	JUDICIARIA	5.773.809,95	159.727.285,04	165.501.094,99
10204	PROCESSO JUDICIARIO	5.773.809,95	152.391.381,13	158.165.191,08
10204013	ACAO JUDICIARIA		143.351.940,65	143.351.940,65
10204014	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO		5.768.633,66	5.768.633,66
10204015	CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	1.328.431,54	3.124.526,72	4.452.958,26
10204021	ADMINISTRACAO GERAL		146.280,10	146.280,10
10204025	EDIFICACOES PUBLICAS	4.445.378,41		4.445.378,41
10282	PREVIDENCIA		7.335.903,91	7.335.903,91
10282495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		7.335.903,91	7.335.903,91
103	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	42.064.552,69	1.422.893.013,77	1.464.957.566,46
10307	ADMINISTRACAO	1.362.828,76	150.848.667,67	152.211.496,43
10307020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR		5.908.689,66	5.908.689,66
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00102

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
10307021	ADMINISTRACAO GERAL	1.352.790,68	126.309.088,44	127.661.879,12
10307023	DIVULGACAO OFICIAL		10.924.102,35	10.924.102,35
10307025	EDIFICACOES PUBLICAS		6.290.307,65	6.290.307,65
10307030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		1.366.850,00	1.366.850,00
10307217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	10.038,08	49.629,57	59.667,65
10308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	40.603.086,41	706.047.330,48	746.650.416,89
10308020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR		13.668,79	13.668,79
10308030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		301.959,55	301.959,55
10308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	30.575.760,63	47.367.527,22	77.943.287,85
10308033	DIVIDA INTERNA		620.525.044,39	620.525.044,39
10308034	DIVIDA EXTERNA		37.839.130,53	37.839.130,53
10308035	PARTICIPACAO SOCIETARIA	10.027.325,78		10.027.325,78
10309	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	98.637,52	83.000,00	181.637,52
10309043	ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA		68.000,00	68.000,00
10309044	INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	98.637,52		98.637,52
10309045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS		15.000,00	15.000,00
10310	CIENCIA E TECNOLOGIA		5.044.712,31	5.044.712,31
10310055	PESQUISA APLICADA		5.044.712,31	5.044.712,31
10338	PROGRAMACAO A CARGO DE ESTADOS E MUNICIPIOS		560.742.603,31	560.742.603,31
10338181	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E		560.742.603,31	560.742.603,31
10377	PROTECAO AO MEIO AMBIENTE		126.700,00	126.700,00
10377021	ADMINISTRACAO GERAL		126.700,00	126.700,00
	CONTINUA			

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00103

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
04	AGRICULTURA	4.715.495,30	134.408.684,74	139.124.180,04
0407	ADMINISTRACAO		4.159.060,23	4.159.060,23
0407021	ADMINISTRACAO GERAL		4.159.060,23	4.159.060,23
0409	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		3.614.390,75	3.614.390,75
0409040	PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO		3.614.390,75	3.614.390,75
0410	CIENCIA E TECNOLOGIA		80.584.419,20	80.584.419,20
0410055	PESQUISA APLICADA		80.584.419,20	80.584.419,20
0413	ORGANIZACAO AGRARIA		258.469,00	258.469,00
0413066	REFORMA AGRARIA		258.469,00	258.469,00
0414	PRODUCAO VEGETAL		2.816.724,20	2.816.724,20
0414077	IRRIGACAO		2.816.724,20	2.816.724,20
0416	ABASTECIMENTO		211.500,00	211.500,00
0416096	SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS		211.500,00	211.500,00
0417	PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	4.715.495,30		4.715.495,30
0417105	CONSERVACAO DO SOLO	4.715.495,30		4.715.495,30
0418	PROMOCAO E EXTENSAO RURAL		42.305.516,36	42.305.516,36
0418112	PROMOCAO AGRARIA		42.305.516,36	42.305.516,36
0440	PROGRAMAS INTEGRADOS		458.605,00	458.605,00
0440183	PROGRAMACAO ESPECIAL		458.605,00	458.605,00
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	429.918,77	184.443.895,38	184.873.814,15
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0107

102

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

103

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
0630	SEGURANCA PUBLICA	429.918,77	184.443.895,38	184.873.814,15
0630020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR		5.232.345,15	5.232.345,15
0630174	POLICIAMENTO CIVIL		45.088.273,52	45.088.273,52
0630177	POLICIAMENTO MILITAR	429.918,77	131.896.338,42	132.326.257,19
0630178	DEFESA CONTRA SINISTROS		852.881,78	852.881,78
0630179	SERVICOS ESPECIAS DE SEGURANCA		27.170,52	27.170,52
0630217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		17.171,89	17.171,89
0630573	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO URBANO		1.329.714,10	1.329.714,10
07	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	301.970,00		301.970,00
0739	DESENVOLVIMENTO DE MICRORREGIOES	258.970,00		258.970,00
0739045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	258.970,00		258.970,00
0740	PROGRAMAS INTEGRADOS	43.000,00		43.000,00
0740183	PROGRAMACAO ESPECIAL	43.000,00		43.000,00
08	EDUCACAO E CULTURA	29.687.713,64	418.635.656,91	448.323.370,55
0807	ADMINISTRACAO	55.343,52	40.733.018,47	40.788.361,99
0807021	ADMINISTRACAO GERAL		32.115.352,40	32.115.352,40
0807025	EDIFICACOES PUBLICAS	55.343,52		55.343,52
0807217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		8.617.666,07	8.617.666,07
0841	EDUCACAO DA CRIANCA DE 0 A 6 ANOS		3.633.822,00	3.633.822,00
0841190	EDUCACAO PRE - ESCOLAR		3.633.822,00	3.633.822,00
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00105

103

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
10842	ENSINO FUNDAMENTAL	20.578.390,17	214.887.182,81	235.465.572,98
10842021	ADMINISTRACAO GERAL		13.475.454,37	13.475.454,37
10842025	EDIFICACOES PUBLICAS	12.994.755,43	950.807,85	13.945.563,28
10842188	ENSINO REGULAR	7.583.634,74	200.460.920,59	208.044.555,33
10843	ENSINO MEDIO		92.813.931,04	92.813.931,04
10843196	FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO		51.169,04	51.169,04
10843197	FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO		76.002,00	76.002,00
10843199	ENSINO POLIVALENTE		92.686.760,00	92.686.760,00
10844	ENSINO SUPERIOR		34.009.294,64	34.009.294,64
10844031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		33.012.113,17	33.012.113,17
10844205	ENSINO DE GRADUACAO		997.181,47	997.181,47
10845	ENSINO SUPLETIVO		471.429,30	471.429,30
10845213	CURSOS DE SUPLENCIA		471.429,30	471.429,30
10846	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	9.053.979,95	1.141.706,45	10.195.686,40
10846031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		1.141.706,45	1.141.706,45
10846228	PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS	9.053.979,95		9.053.979,95
10847	ASSISTENCIA A EDUCANDOS		23.262.336,10	23.262.336,10
10847486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		23.262.336,10	23.262.336,10
10848	CULTURA		4.443.317,28	4.443.317,28
10848031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		4.443.317,28	4.443.317,28
10849	EDUCACAO ESPECIAL		3.239.618,82	3.239.618,82
10849031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		3.239.618,82	3.239.618,82
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00106

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

105

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
110	HABITACAO E URBANISMO	448.000,00	11.044.133,88	11.492.133,88
11007	ADMINISTRACAO		6.402.804,95	6.402.804,95
11007021	ADMINISTRACAO GERAL		6.402.804,95	6.402.804,95
11057	HABITACAO		4.641.328,93	4.641.328,93
11057316	HABITACOES URBANAS		4.641.328,93	4.641.328,93
11058	URBANISMO	448.000,00		448.000,00
11058323	PLANEJAMENTO URBANO	448.000,00		448.000,00
111	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS	196.127,66	32.571.868,01	32.767.995,67
11107	ADMINISTRACAO		20.119.452,85	20.119.452,85
11107024	PROCESSAMENTO DE DADOS		20.119.452,85	20.119.452,85
11162	INDUSTRIA	196.127,66	4.464.550,67	4.660.678,33
11162346	PROMOCAO INDUSTRIAL	196.127,66	4.464.550,67	4.660.678,33
11163	COMERCIO		1.931.470,00	1.931.470,00
11163355	PRODUCAO EXTERNA DO COMERCIO		1.931.470,00	1.931.470,00
11164	SERVICOS FINANCEIROS		2.500.000,00	2.500.000,00
11164362	SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS		2.500.000,00	2.500.000,00
11165	TURISMO		3.556.394,49	3.556.394,49
11165363	PROMOCAO DO TURISMO		3.556.394,49	3.556.394,49
113	SAUDE E SANEAMENTO	8.008.000,00	133.559.412,36	141.567.412,36
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 107

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
I1307	ADMINISTRACAO		108.575.435,20	108.575.435,20
I1307021	ADMINISTRACAO GERAL		108.575.435,20	108.575.435,20
I1308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		42.750,87	42.750,87
I1308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		42.750,87	42.750,87
I1375	SAUDE		21.386.916,07	21.386.916,07
I1375428	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		21.386.916,07	21.386.916,07
I1376	SANEAMENTO	8.008.000,00		8.008.000,00
I1376035	PARTICIPACAO SOCIETARIA	8.000.000,00		8.000.000,00
I1376448	SANEAMENTO GERAL	8.000,00		8.000,00
I1377	PROTECAO AO MEIO AMBIENTE		3.554.310,22	3.554.310,22
I1377021	ADMINISTRACAO GERAL		3.554.310,22	3.554.310,22
I14	TRABALHO		34.562.470,55	34.562.470,55
I1480	RELACOES DO TRABALHO		34.562.470,55	34.562.470,55
I1480478	SERVICO SOCIAL		34.562.470,55	34.562.470,55
I15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	2.929.671,27	444.407.771,20	447.337.442,47
I1581	ASSISTENCIA	2.929.671,27	3.516.536,90	6.446.208,17
I1581031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		865.610,74	865.610,74
I1581483	ASSISTENCIA AO MENOR		472.784,97	472.784,97
I1581486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		518.232,73	518.232,73
I1581487	ASSISTENCIA COMUNITARIA	2.929.671,27	1.659.908,46	4.589.579,73
	CONTINUA			

EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS
POR PROJETOS E ATIVIDADES

ANEXO 7, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	CONTINUACAO			
1582	PREVIDENCIA		426.782.528,22	426.782.528,22
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		426.782.528,22	426.782.528,22
1584	PROGRAMA DE FORMACAO PATRIM SERVIDOR PUBLICOBLICO		14.108.706,08	14.108.706,08
1584021	ADMINISTRACAO GERAL		14.108.706,08	14.108.706,08
16	TRANSPORTE	347.963,31	204.652.441,42	205.000.404,73
1607	ADMINISTRACAO		1.017.608,97	1.017.608,97
1607021	ADMINISTRACAO GERAL		1.017.608,97	1.017.608,97
1609	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		17.750,00	17.750,00
1609040	PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO		17.750,00	17.750,00
1687	TRANSPORTE AEREO	347.963,31		347.963,31
1687523	INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA	347.963,31		347.963,31
1688	TRANSPORTE RODOVIARIO		203.608.082,45	203.608.082,45
1688031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		203.608.082,45	203.608.082,45
1690	TRANSPORTE HIDROVIARIO		9.000,00	9.000,00
1690031	ASSISTENCIA FINANCEIRA		9.000,00	9.000,00
	TOTAL	96.777.800,54	3.242.855.907,53	3.339.633.708,07

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00107

107

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
01	LEGISLATIVA	63.823.852,22		63.823.852,22
0101	PROCESSO LEGISLATIVO	48.926.893,66		48.926.893,66
0101001	ACAO LEGISLATIVA	48.923.374,83		48.923.374,83
0101024	PROCESSAMENTO DE DADOS	3.518,83		3.518,83
0102	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENT EXTERNA	14.821.328,76		14.821.328,76
0102002	CONTROLE EXTERNO	14.764.246,91		14.764.246,91
0102024	PROCESSAMENTO DE DADOS	57.081,85		57.081,85
0107	ADMINISTRACAO	75.629,80		75.629,80
0107217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	75.629,80		75.629,80
02	JUDICIARIA	143.173.240,86	22.327.854,13	165.501.094,99
0204	PROCESSO JUDICIARIO	135.837.336,95	22.327.854,13	158.165.191,08
0204013	ACAO JUDICIARIA	121.526.929,02	21.825.011,63	143.351.940,65
0204014	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIA	5.768.633,66		5.768.633,66
0204015	CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	3.950.115,76	502.842,50	4.452.958,26
0204021	ADMINISTRACAO GERAL	146.280,10		146.280,10
0204025	EDIFICACOES PUBLICAS	4.445.378,41		4.445.378,41
0282	PREVIDENCIA	7.335.903,91		7.335.903,91
0282495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	7.335.903,91		7.335.903,91
03	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	537.346.932,49	927.610.633,97	1.464.957.566,46
0307	ADMINISTRACAO	151.692.614,33	518.882,10	152.211.496,43
0307020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	5.908.689,66		5.908.689,66

CONTINUA .....

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00110

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
	CONTINUACAO			
10307021	ADMINISTRACAO GERAL	127.142.997,02	518.882,10	127.661.879,12
10307023	DIVULGACAO OFICIAL	10.924.102,35		10.924.102,35
10307025	EDIFICACOES PUBLICAS	6.290.307,65		6.290.307,65
10307030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.366.850,00		1.366.850,00
10307217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	59.667,65		59.667,65
10308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	380.396.027,65	366.254.389,24	746.650.416,89
10308020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	13.668,79		13.668,79
10308030	ADMINISTRACAO DE RECEITAS	301.959,55		301.959,55
10308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	52.153.098,60	25.790.189,25	77.943.287,85
10308033	DIVIDA INTERNA	280.060.844,40	340.464.199,99	620.525.044,39
10308034	DIVIDA EXTERNA	37.839.130,53		37.839.130,53
10308035	PARTICIPACAO SOCIETARIA	10.027.325,78		10.027.325,78
10309	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	86.878,20	94.759,32	181.637,52
10309043	ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	68.000,00		68.000,00
10309044	INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	3.878,20	94.759,32	98.637,52
10309045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	15.000,00		15.000,00
10310	CIENCIA E TECNOLOGIA	5.044.712,31		5.044.712,31
10310055	PESQUISA APLICADA	5.044.712,31		5.044.712,31
10338	PROGRAMACAO A CARGO DE ESTADOS E MUNICIPIOS		560.742.603,31	560.742.603,31
10338181	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ESTADOS E		560.742.603,31	560.742.603,31
10377	PROTECAO AO MEIO AMBIENTE	126.700,00		126.700,00
10377021	ADMINISTRACAO GERAL	126.700,00		126.700,00
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00111

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
	CONTINUACAO			
04	AGRICULTURA	132.448.889,33	6.675.290,71	139.124.180,04
0407	ADMINISTRACAO	4.054.129,61	104.930,62	4.159.060,23
040702 1	ADMINISTRACAO GERAL	4.054.129,61	104.930,62	4.159.060,23
0409	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	3.614.390,75		3.614.390,75
040904 0	PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	3.614.390,75		3.614.390,75
0410	CIENCIA E TECNOLOGIA	80.584.419,20		80.584.419,20
041005 5	PESQUISA APLICADA	80.584.419,20		80.584.419,20
0413	ORGANIZACAO AGRARIA	258.469,00		258.469,00
041306 6	REFORMA AGRARIA	258.469,00		258.469,00
0414	PRODUCAO VEGETAL	111.735,83	2.704.988,37	2.816.724,20
041407 7	IRRIGACAO	111.735,83	2.704.988,37	2.816.724,20
0416	ABASTECIMENTO	211.500,00		211.500,00
041609 6	SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PRODUTOS	211.500,00		211.500,00
0417	PRESERVACAO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS	2.618.701,55	2.096.793,75	4.715.495,30
041710 5	CONSERVACAO DO SOLO	2.618.701,55	2.096.793,75	4.715.495,30
0418	PROMOCAO E EXTENSAO RURAL	40.536.938,39	1.768.577,97	42.305.516,36
041811 2	PROMOCAO AGRARIA	40.536.938,39	1.768.577,97	42.305.516,36
0440	PROGRAMAS INTEGRADOS	458.605,00		458.605,00
044018 3	PROGRAMACAO ESPECIAL	458.605,00		458.605,00
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA	184.846.643,63	27.170,52	184.873.814,15
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00112

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
	CONTINUACAO			
10630	SEGURANCA PUBLICA	184.846.643,63	27.170,52	184.873.814,15
10630020	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR	5.232.345,15		5.232.345,15
10630174	POLICIAMENTO CIVIL	45.088.273,52		45.088.273,52
10630177	POLICIAMENTO MILITAR	132.326.257,19		132.326.257,19
10630178	DEFESA CONTRA SINISTROS	852.881,78		852.881,78
10630179	SERVICOS ESPECIAS DE SEGURANCA		27.170,52	27.170,52
10630217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	17.171,89		17.171,89
10630573	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO URBANO	1.329.714,10		1.329.714,10
107	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	226.880,00	75.090,00	301.970,00
10739	DESENVOLVIMENTO DE MICRORREGIOES	183.880,00	75.090,00	258.970,00
10739045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	183.880,00	75.090,00	258.970,00
10740	PROGRAMAS INTEGRADOS	43.000,00		43.000,00
10740183	PROGRAMACAO ESPECIAL	43.000,00		43.000,00
108	EDUCACAO E CULTURA	364.847.734,54	83.475.636,01	448.323.370,55
10807	ADMINISTRACAO	25.866.365,50	14.921.996,49	40.788.361,99
10807021	ADMINISTRACAO GERAL	25.805.905,02	6.309.447,38	32.115.352,40
10807025	EDIFICACOES PUBLICAS	55.343,52		55.343,52
10807217	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	5.116,96	8.612.549,11	8.617.666,07
10841	EDUCACAO DA CRIANCA DE 0 A 6 ANOS	3.633.822,00		3.633.822,00
10841190	EDUCACAO PRE - ESCOLAR	3.633.822,00		3.633.822,00
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00113

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

112

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
	CONTINUACAO			
10842	ENSINO FUNDAMENTAL	194.957.929,94	40.507.643,04	235.465.572,98
10842021	ADMINISTRACAO GERAL	6.013.921,87	7.461.532,50	13.475.454,37
10842025	EDIFICACOES PUBLICAS	17.576,93	13.927.986,35	13.945.563,28
10842188	ENSINO REGULAR	188.926.431,14	19.118.124,19	208.044.555,33
10843	ENSINO MEDIO	92.813.931,04		92.813.931,04
10843196	FORMACAO PARA O SETOR PRIMARIO	51.169,04		51.169,04
10843197	FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO	76.002,00		76.002,00
10843199	ENSINO POLIVALENTE	92.686.760,00		92.686.760,00
10844	ENSINO SUPERIOR	34.009.294,64		34.009.294,64
10844031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	33.012.113,17		33.012.113,17
10844205	ENSINO DE GRADUACAO	997.181,47		997.181,47
10845	ENSINO SUPLETIVO	100.947,85	370.481,45	471.429,30
10845213	CURSOS DE SUPLENCIA	100.947,85	370.481,45	471.429,30
10846	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	4.484.737,16	5.710.949,24	10.195.686,40
10846031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	1.141.706,45		1.141.706,45
10846228	PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS	3.343.030,71	5.710.949,24	9.053.979,95
10847	ASSISTENCIA A EDUCANDOS	1.297.770,31	21.964.565,79	23.262.336,10
10847486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	1.297.770,31	21.964.565,79	23.262.336,10
10848	CULTURA	4.443.317,28		4.443.317,28
10848031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	4.443.317,28		4.443.317,28
10849	EDUCACAO ESPECIAL	3.239.618,82		3.239.618,82
10849031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	3.239.618,82		3.239.618,82
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 0011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

113

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
	CONTINUACAO			
10	HABITACAO E URBANISMO	11.492.133,88		11.492.133,88
1007	ADMINISTRACAO	6.402.804,95		6.402.804,95
1007021	ADMINISTRACAO GERAL	6.402.804,95		6.402.804,95
1057	HABITACAO	4.641.328,93		4.641.328,93
1057316	HABITACOES URBANAS	4.641.328,93		4.641.328,93
1058	URBANISMO	448.000,00		448.000,00
1058323	PLANEJAMENTO URBANO	448.000,00		448.000,00
11	INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS	32.767.995,67		32.767.995,67
1107	ADMINISTRACAO	20.119.452,85		20.119.452,85
1107024	PROCESSAMENTO DE DADOS	20.119.452,85		20.119.452,85
1162	INDUSTRIA	4.660.678,33		4.660.678,33
1162346	PROMOCAO INDUSTRIAL	4.660.678,33		4.660.678,33
1163	COMERCIO	1.931.470,00		1.931.470,00
1163355	PRODUCAO EXTERNA DO COMERCIO	1.931.470,00		1.931.470,00
1164	SERVICOS FINANCEIROS	2.500.000,00		2.500.000,00
1164362	SERVICOS BANCARIOS E FINANCEIROS	2.500.000,00		2.500.000,00
1165	TURISMO	3.556.394,49		3.556.394,49
1165363	PROMOCAO DO TURISMO	3.556.394,49		3.556.394,49
13	SAUDE E SANEAMENTO	134.428.531,36	7.138.881,00	141.567.412,36
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

114

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
	CONTINUACAO			
1307	ADMINISTRACAO	108.575.435,20		108.575.435,20
1307021	ADMINISTRACAO GERAL	108.575.435,20		108.575.435,20
1308	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	42.750,87		42.750,87
1308031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	42.750,87		42.750,87
1375	SAUDE	14.248.035,07	7.138.881,00	21.386.916,07
1375428	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	14.248.035,07	7.138.881,00	21.386.916,07
1376	SANEAMENTO	8.008.000,00		8.008.000,00
1376035	PARTICIPACAO SOCIETARIA	8.000.000,00		8.000.000,00
1376448	SANEAMENTO GERAL	8.000,00		8.000,00
1377	PROTECAO AO MEIO AMBIENTE	3.554.310,22		3.554.310,22
1377021	ADMINISTRACAO GERAL	3.554.310,22		3.554.310,22
14	TRABALHO	14.715,86	34.547.754,69	34.562.470,55
1480	RELACOES DO TRABALHO	14.715,86	34.547.754,69	34.562.470,55
1480478	SERVICO SOCIAL	14.715,86	34.547.754,69	34.562.470,55
15	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	447.241.993,77	95.448,70	447.337.442,47
1581	ASSISTENCIA	6.350.759,47	95.448,70	6.446.208,17
1581031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	865.610,74		865.610,74
1581483	ASSISTENCIA AO MENOR	472.784,97		472.784,97
1581486	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL	422.784,03	95.448,70	518.232,73
1581487	ASSISTENCIA COMUNITARIA	4.589.579,73		4.589.579,73
	CONTINUA			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00116

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

ANEXO 8, DA LEI N. 4320/64

EXERCICIO DE 1996

115

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
	CONTINUACAO			
1582	PREVIDENCIA	426.782.528,22		426.782.528,22
1582495	PREV SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	426.782.528,22		426.782.528,22
1584	PROGRAMA DE FORMACAO PATRIM SERVIDOR PUBLICOBLI	14.108.706,08		14.108.706,08
1584021	ADMINISTRACAO GERAL	14.108.706,08		14.108.706,08
16	TRANSPORTE	134.741.012,30	70.259.392,43	205.000.404,73
1607	ADMINISTRACAO	1.017.608,97		1.017.608,97
1607021	ADMINISTRACAO GERAL	1.017.608,97		1.017.608,97
1609	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	17.750,00		17.750,00
1609040	PLANEJAMENTO E ORCAMENTACAO	17.750,00		17.750,00
1687	TRANSPORTE AEREO	219.396,16	128.567,15	347.963,31
1687523	INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA	219.396,16	128.567,15	347.963,31
1688	TRANSPORTE RODOVIARIO	133.477.257,17	70.130.825,28	203.608.082,45
1688031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	133.477.257,17	70.130.825,28	203.608.082,45
1690	TRANSPORTE HIDROVIARIO	9.000,00		9.000,00
1690031	ASSISTENCIA FINANCEIRA	9.000,00		9.000,00
	TOTAL	2.187.400.555,91	1.152.233.152,16	3.339.633.708,07

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00117

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGAOS, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

EXERCICIO DE 1996

EM R$

ORGAOS	CUSTEIO	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TOTAL	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	TOTAL	TOTAL GERAL
PODER LEGISLATIVO								
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO	46.514.974,52	13.414.421,05	59.929.395,57	2.279.386,89	,00	,00	2.279.386,89	62.208.782,46
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	14.875.885,40	6.778.426,07	21.654.311,47	289.403,09	334,00	,00	289.737,09	21.944.048,56
PODER JUDICIARIO								
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	105.754.648,27	31.586.361,07	137.341.009,34	5.300.036,26	2.568,63	,00	5.302.604,89	142.643.614,23
PODER EXECUTIVO								
MINISTERIO PUBLICO	29.740.910,81	15.296.534,33	45.037.445,14	4.640.838,24	23.015,45	,00	4.663.853,69	49.701.298,83
GABINETE GOVERNADOR ESTADO	12.336.201,36	3.474.774,75	15.810.976,11	8.610.722,98	,00	,00	8.610.722,98	24.421.699,09
GABINETE VICE GOVERNADOR	477.891,71	170.287,27	648.178,98	767,50	,00	,00	767,50	648.946,48
PROCURADORIA GER FAZ J TC	1.764.910,38	2.333.359,28	4.098.269,66	13.350,00	,00	,00	13.350,00	4.111.619,66
SEC EST DESENV RUR AGR	12.193.751,71	7.053.844,54	19.247.596,25	3.540.601,25	,00	3.168.441,79	6.709.043,04	25.956.639,29
SEC EST DESEN RUR AGR-ENT SUP	,00	116.939.796,56	116.939.796,56	313.400,00	,00	,00	313.400,00	117.253.196,56
SEC EST EDUCACAO DESPORTO	338.390.695,29	214.381.261,11	552.771.956,40	28.550.391,16	401.229,17	5.807.200,76	34.758.821,09	587.530.777,49
SEC EST EDUC DESP-ENT SUP	,00	37.393.438,44	37.393.438,44	,00	,00	,00	,00	37.393.438,44
SEC EST DES SOC FAMILIA	40.700.258,33	33.573.780,96	74.274.039,29	436.073,23	23.470,23	16.202.865,85	16.661.409,31	90.935.448,60
SEC EST DES SOC FAM-ENT SUP	,00	,00	,00	,00	4.641.328,93	,00	4.641.328,93	4.641.328,93
SEC EST ADMINISTRACAO	5.304.553,79	2.908.773,31	8.213.327,10	12.737,53	,00	,00	12.737,53	8.226.064,63
SEC DE ESTADO DA SAUDE	108.245.270,00	30.620.401,32	138.865.671,32	2.915,00	,00	8.983.856,79	8.986.771,79	147.852.443,11
SEC EST SEGUR PUBLICA	43.758.339,38	10.752.996,22	54.511.335,60	,00	,00	27.170,52	27.170,52	54.538.506,12
SEC EST DES ECON CIENT TECNOL	1.801.461,31	177.601,74	1.979.063,05	17.000,58	,00	79.125,20	96.125,78	2.075.188,83
SEC EST DES EC C & T - ENT SUP	,00	986.206,05	986.206,05	,00	,00	,00	,00	986.206,05
SEC EST CULT COMUN SOCIAL	3.762.986,27	4.000,05	3.766.986,32	8.103,00	,00	,00	8.103,00	3.775.089,32
SEC EST CUL COM SOC-ENT SUPERV	,00	1.224.385,30	1.224.385,30	,00	,00	,00	,00	1.224.385,30
SEC EST FAZENDA	68.654.910,52	88.510.654,63	157.165.565,15	115.734,86	,00	4.464.550,67	4.580.285,53	161.745.850,68
SEC EST FAZ-ENT SUPERVIS	,00	,00	,00	,00	2.500.000,00	,00	2.500.000,00	2.500.000,00
SEC EST TRANSP OBRAS	968.394,88	420.708,06	1.389.102,94	412.179,36	,00	3.244.706,28	3.656.885,64	5.045.988,58
SEC EST TRANSP OBRAS-ENT SUPER	,00	33.355.623,29	33.355.623,29	,00	,00	173.307.060,53	173.307.060,53	206.662.683,82
SEC EST DES URB MEIO AMBIENTE	2.627.371,52	754,00	2.628.125,52	131.494,53	,00	23.000,00	154.494,53	2.782.620,05
SEC EST DES URB M AMB-ENT SUP	,00	3.554.310,22	3.554.310,22	,00	,00	,00	,00	3.554.310,22
SEC EST JUST CIDADANIA	13.309.797,28	1.834.097,68	15.143.894,96	1.428.364,36	,00	50.000,00	1.478.364,36	16.622.259,32
POLICIA MILITAR	131.689.390,17	51.559.479,54	183.248.869,71	,00	,00	,00	,00	183.248.869,71
SECRET ESTADO DE GOVERNO	8.661.939,26	3.192.823,98	11.854.763,24	1.737.637,00	,00	,00	1.737.637,00	13.592.400,24
SECR EST GOVERNO - ENT SUP	,00	3.218.931,98	3.218.931,98	,00	,00	,00	,00	3.218.931,98
SECR EST DES EC INT MERCOSUL	2.565.281,03	243.274,60	2.808.555,63	1.902.831,00	,00	,00	1.902.831,00	4.711.386,63
SECR EST DES EC INT MER-EN SUP	,00	2.570.188,44	2.570.188,44	,00	,00	,00	,00	2.570.188,44
ENCARGOS GERAIS ESTADO	56.813.366,09	377.112.238,00	433.925.604,09	1.142.865,47	10.027.325,78	339.471.097,77	350.641.289,02	784.566.893,11
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	,00	560.742.603,31	560.742.603,31	,00	,00	,00	,00	560.742.603,31
TOTAL GERAL	1.050.913.189,28	1.655.386.337,15	2.706.299.526,43	60.885.833,29	17.619.272,19	554.829.076,16	633.334.181,64	3.339.633.708,07

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00118

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORÇAMENTAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
ANEXO 9 DA LEI 4320/64
EXERCÍCIO DE 1996

117

ÓRGÃOS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	FUNÇÕES	VALOR
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO		**62.208.782,46**
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO	LEGISLATIVA	48.926.893,66
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	13.281.888,80
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		**21.944.048,56**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	LEGISLATIVA	14.896.958,56
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	7.047.090,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO		**142.643.614,23**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	JUDICIÁRIA	119.128.715,82
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	23.514.898,41
MINISTÉRIO PÚBLICO		**49.701.298,83**
MINISTÉRIO PÚBLICO	JUDICIÁRIA	34.799.582,02
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	14.901.716,81
GABINETE DO GOVERNADOR		**24.421.699,09**
GABINETE DO GOVERNADOR	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	5.935.317,19
	SAÚDE E SANEAMENTO	8.000.000,00
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	952.015,52
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	JUDICIÁRIA	6.973.558,79
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	2.513.174,13
DIRETORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA	47.633,46
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR		**648.946,48**
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	479.423,61
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	169.522,87
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA JUNTO AO TC		**4.111.619,66**
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA JUNTO AO TC	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.779.907,21
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	2.331.712,45
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA		**143.209.836,85**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDA	AGRICULTURA	21.870.983,48
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	4.085.655,81
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA - ENT. SUPERVISIONADAS	AGRICULTURA	117.253.196,56
SEC. EST. DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO		**624.924.216,93**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SED	EDUCAÇÃO E CULTURA	406.486.614,83
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	181.044.162,66
SEC. EST. DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - ENT. SUPERVISIONADAS	EDUCAÇÃO E CULTURA	37.393.438,44

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00119

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORÇAMENTAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
ANEXO 9 DA LEI 4320/64
EXERCÍCIO DE 1996

118

ÓRGÃOS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	FUNÇÕES	VALOR
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA		**96.576.777,53**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDF	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	45.515.002,29
	HABITAÇÃO E URBANISMO	6.402.804,95
	TRABALHO	34.562.470,55
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	4.455.170,81
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA - ENT. SUPERVISIONADAS	HABITAÇÃO E URBANISMO	4.641.328,93
SEC. EST. DA ADMINISTRAÇÃO		**8.226.064,63**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SEA	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	5.327.128,13
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	2.898.936,50
SEC. EST. DA SAÚDE		**147.852.443,11**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SES	SAÚDE E SANEAMENTO	129.923.239,09
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	17.929.204,02
SEC. EST. DA SEGURANÇA PÚBLICA		**54.538.506,12**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SSP	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	5.232.345,15
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	2.861.002,83
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	45.115.444,04
DIRETORIA ESTADUAL DE TRÂNSITO	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	1.329.714,10
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		**3.061.394,88**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDT	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.790.929,52
	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	163.556,00
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	120.703,31
SEC. EST. DO DESENV. ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - ENT. SUPERVISIONADAS	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	986.206,05
SEC. EST. DA CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL		**4.999.474,62**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SCS	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.775.089,32
SEC. EST. DA CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - ENT. SUPERVISIONADAS	EDUCAÇÃO E CULTURA	1.224.385,30
SEC. EST. DA FAZENDA		**164.245.850,68**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SEF	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	68.838.249,55
	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.464.550,67
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	88.443.050,46
SEC. EST. DA FAZENDA - ENT. SUPERVISIONADAS	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500.000,00
SEC. EST. DOS TRANSPORTES E OBRAS		**211.708.672,40**
GABINETE DO SECRETÁRIO - STO	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	417.960,02
	TRANSPORTE	4.628.028,56
SEC. EST. DOS TRANSPORTES E OBRAS - ENT. SUPERVISIONADAS	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	6.290.307,65
	TRANSPORTE	200.372.376,17

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00120

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORÇAMENTAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES
ANEXO 9 DA LEI 4320/64
EXERCÍCIO DE 1996

119

ÓRGÃOS/UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	FUNÇÕES	VALOR
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		**6.336.930,27**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDM	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.024.650,05
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	301.970,00
	HABITAÇÃO E URBANISMO	448.000,00
	SAÚDE E SANEAMENTO	8.000,00
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE - ENT. SUPERVISIONADAS	SAÚDE E SANEAMENTO	3.554.310,22
SEC. EST. DA JUSTIÇA E CIDADANIA		**16.622.269,32**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SJC	JUDICIÁRIA	2.052.081,84
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	10.175.716,48
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	1.847.304,48
DIREITO ADMINISTRATIVO PENAL	JUDICIÁRIA	2.547.156,52
POLÍCIA MILITAR		**183.248.869,71**
POLÍCIA MILITAR	DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA	132.356.418,35
	SAÚDE E SANEAMENTO	81.863,05
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	50.810.588,31
SEC. EST. DO GOVERNO		**16.811.332,22**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SGO	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	13.592.400,24
SEC. EST. DO GOVERNO - ENT. SUPERVISIONADAS	EDUCAÇÃO E CULTURA	3.218.931,98
SEC. EST. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL		**7.281.576,07**
GABINETE DO SECRETÁRIO - SDE	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.504.969,97
	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.964.041,66
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	242.375,00
SEC. EST. DO DESENV. ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL -ENT. SUPERVISIONADAS	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.570.188,44
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO		**784.566.893,11**
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	736.185.871,94
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	792.259,05
	INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.119.452,85
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	27.469.309,27
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		**560.742.603,31**
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	560.742.603,31
TOTAL GERAL DOS ÓRGÃOS		**3.339.633.708,07**

DESPESA/ANEXO9

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00121

120

FUNÇÕES	VALOR
LEGISLATIVA	63.823.852,22
JUDICIÁRIA	165.501.094,99
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.464.957.566,46
AGRICULTURA	139.124.180,04
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	184.873.814,15
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	301.970,00
EDUCAÇÃO E CULTURA	448.323.370,55
HABITAÇÃO E URBANISMO	11.492.133,88
INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.767.995,67
SAÚDE E SANEAMENTO	141.567.412,36
TRABALHO	34.562.470,55
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	447.337.442,47
TRANSPORTE	205.000.404,73
TOTAL GERAL DAS FUNÇÕES	**3.339.633.708,07**

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00122

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇAO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

121

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.668.919.569,00	3.563.393.671,35	894.474.102,35	
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.255.228.434,00	2.592.381.782,14	337.153.348,14	
1100.00.00.00	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.791.064.828,00	1.967.970.907,52	176.906.079,52	
1110.00.00.00	IMPOSTOS	1.753.759.200,00	1.966.024.871,41	212.265.671,41	
1112.00.00.00	IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	73.029.600,00	92.533.800,35	19.504.200,35	
1112.03.00.00	IMP.SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS	-	131.725,78	131.725,78	
1112.03.01.00	I.T.B.I. - ESTADUAL	-	65.863,01	65.863,01	
1112.03.02.00	I.T.B.I. - MUNICIPAL	-	65.862,77	65.862,77	
1112.05.00.00	IMP.S/PROPR.DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	68.558.400,00	86.478.538,92	17.920.138,92	
1112.05.01.00	IPVA - ESTADUAL	34.279.200,00	43.239.393,26	8.960.193,26	
1112.05.02.00	IPVA - MUNICIPAL	34.279.200,00	43.239.145,66	8.959.945,66	
1112.07.00.00	IMP.S/TRANS.CAUSA MORTIS D. BENS DIREITOS	4.471.200,00	5.923.535,65	1.452.335,65	
1113.00.00.00	IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	1.680.729.600,00	1.873.491.071,06	192.761.471,06	
1113.02.00.00	IMP.OP.REL.CIRCUL. M.P.S.T.I.I.COMUNICAÇÕES	1.680.729.600,00	1.873.491.071,06	192.761.471,06	
1113.02.01.00	I.C.M.S. - ESTADUAL	1.260.547.200,00	1.405.127.869,33	144.580.669,33	
1113.02.02.00	I.C.M.S. - MUNICIPAL	420.182.400,00	468.363.201,73	48.180.801,73	
1120.00.00.00	TAXAS	37.305.628,00	1.946.036,11		35.359.591,89
1121.00.00.00	TAXAS P/EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	35.159.818,00	1.943.080,73		33.216.737,27
1121.01.00.00	TAXAS DE SERVIÇOS GERAIS	28.857.996,00	1.487.665,34		27.370.330,66
1121.02.00.00	ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	5.402.604,00	455.415,39		4.947.188,61
1121.03.00.00	TAXAS SEG. OSTENSIVA CONTRA DELITOS	899.218,00	-		899.218,00
1122.00.00.00	TAXAS P/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.145.810,00	2.955,38		2.142.854,62
1122.01.00.00	TAXA JUDICIÁRIA	400.000,00	-		400.000,00
1122.02.00.00	TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	317.608,00	-		317.608,00
1122.03.00.00	TAXA DE PREVENÇÃO C/ SINISTRO (COD. 3158)	23.202,00	-		23.202,00
1122.04.00.00	ATOS DA SEC.DE EST.AGRIC. E ABASTECIMENTO	1.405.000,00	974,52		1.404.025,48
1122.06.00.00	ATOS APOS.SERV. AUX. JUSTIÇA	-	1.980,86	1.980,86	
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	-	28.179.409,74	28.179.409,74	
1320.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	-	27.533.933,39	27.533.933,39	
1322.00.00.00	DIVIDENDOS	-	12.132,68	12.132,68	
1322.05.00.00	TELEBRAS	-	12.132,68	12.132,68	
1324.00.00.00	RENDAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	-	27.521.800,71	27.521.800,71	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00123

121

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇAO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

122

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	-	9.357.388,47	9.357.388,47	
1324.02.00.00	APLICAÇÕES EM LETRAS DE CÂMBIO	-	404.087,45	404.087,45	
1324.06.00.00	APLICAÇÕES DO FLDP OVER/OPEN - POSIÇÃO COMPR.	-	16.192.956,03	16.192.956,03	
1324.07.00.00	APLICAÇÕES FLDP - BBC POSIÇÃO PRÓPRIA	-	1.567.368,76	1.567.368,76	
1390.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	645.476,35	645.476,35	
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	439.156.506,00	478.857.261,08	39.700.755,08	
1720.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	439.156.506,00	478.857.261,08	39.700.755,08	
1721.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	439.156.506,00	478.857.261,08	39.700.755,08	
1721.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	395.954.248,00	380.928.437,98		15.025.810,02
1721.01.01.00	COTA-PARTE FUNDO DE PART.DOS EST.- F.P.E.	124.365.600,00	111.803.059,49		12.562.540,51
1721.01.03.00	COTA-PARTE FUNDO ESPECIAL PETROBRÁS	-	28.357,85	28.357,85	
1721.01.04.00	COTA-PARTE DO I.R.R.F.	76.838.400,00	64.083.103,67		12.755.296,33
1721.01.12.00	COTA-PARTE DO I.P.I. EXPORTAÇÃO	145.750.248,00	148.525.153,74	2.774.905,74	
1721.01.12.01	I.P.I. - ESTADUAL	109.627.200,00	111.393.865,37	1.766.665,37	
1721.01.12.02	I.P.I. - MUNICIPAL	36.123.048,00	37.131.288,37	1.008.240,37	
1721.01.30.00	COTA-PARTE CONTRIB. SALÁRIO-EDUCAÇÃO	49.000.000,00	56.488.763,23	7.488.763,23	
1721.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E AUXÍLIOS	43.202.258,00	85.814.487,79	42.612.229,79	
1721.02.04.00	SEC.DE EST.DES.ECON.CIENTÍFICO E TECNOLOGIA	-	1.316.002,85	1.316.002,85	
1721.02.04.01	CONV.INMETRO/SC- SDECT	-	733.000,00	733.000,00	
1721.02.04.02	CONV.CAPES/SEMTEC/SDT/SED	-	583.002,85	583.002,85	
1721.02.06.00	SEC.DE EST.DESENV. RURAL E DA AGRICULTURA	-	380.903,04	380.903,04	
1721.02.06.02	CONV.SEC.DES.AGR./MIN.AGR.R.A.	-	100.903,04	100.903,04	
1721.02.06.05	CONV.MIN.M.A./SEC.D.R.AGR./N.068/95	-	280.000,00	280.000,00	
1721.02.07.00	SECR. DE EST.DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA	-	51.992.255,98	51.992.255,98	
1721.02.07.03	CONV.SEDSF/MTB/SPES/CODEFAT N.001/96-SC	-	973.837,17	973.837,17	
1721.02.07.04	CONV.SEDSF/SAS - MPAS N.022/95	-	15.689.621,81	15.689.621,81	
1721.02.07.05	CONV.SEDSF/COTA/CJ N.40/96	-	349.990,00	349.990,00	
1721.02.07.06	CONV.MT/SEFOR/SEDSF N. 005/96	-	31.050.000,00	31.050.000,00	
1721.02.07.07	CONV.M.P.A.S./SEDSF-SC-N4400004996/96-03	-	2.753.541,00	2.753.541,00	
1721.02.07.08	CONV.FNAS/SC-SEDSF N.59/96	-	1.175.266,00	1.175.266,00	
1721.02.08.00	SEC.EST.DO DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	-	88.656,32	88.656,32	
1721.02.08.01	CONV.BNDES/FATMA/BIRD 3480	-	3.391,58	3.391,58	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00124

122

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇAO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

123

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1721.02.08.02	CONV.BNDES/EXIMBANK (JAPÃO)	-	10.174,74	10.174,74	
1721.02.08.03	CONV.SEC.ASSUNT.EST.PRES.REP/SDM N.05/95	-	75.090,00	75.090,00	
1721.02.09.00	SECR. DE EST. DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO	-	15.944.688,21	15.944.688,21	
1721.02.09.01	CONV.SEE/FAE/ALIM.ESC.N.1712-94/94	-	10.691.389,00	10.691.389,00	
1721.02.09.05	CONV.SED.FND/MEC/N.2827/95-ACORDA BRASIL	-	120.100,00	120.100,00	
1721.02.09.06	CONV. SED/TV - ESCOLA	-	10.102,35	10.102,35	
1721.02.09.07	CONV.FNDE/SED/SENSO EDUCACIONAL	-	25.756,00	25.756,00	
1721.02.09.09	CONV.FNDE/SED/N.5657/96 - RECONST.ESCOLA	-	869.118,36	869.118,36	
1721.02.09.10	CONV.FNDE/SED/N.3699/96 - ED. INDÍGENA	-	42.400,00	42.400,00	
1721.02.09.11	CV.FNDE/SED/N.4970/96 ACORDA BRASIL	-	23.500,00	23.500,00	
1721.02.09.12	CV.MEC/FAE/SED/N.309/96 TRANSPORTE ESCOLAR	-	1.680.000,00	1.680.000,00	
1721.02.09.13	CV.MEC/FAE/PNSE/SED/246/96 SAÚDE ESCOLAR	-	724.720,00	724.720,00	
1721.02.09.14	CV.MEC/FAE/SED/N.239/96 CESTA MATERIAL	-	1.466.402,50	1.466.402,50	
1721.02.09.15	CV.MEC/SEF/SED/N.04/96 ENSINO FUNDAMENTAL	-	291.200,00	291.200,00	
1721.02.10.00	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	-	7.250.000,00	7.250.000,00	
1721.02.10.02	CONV.SEF/DAFI/PLT/EMERG.MUNIC. JVLLE 20/95	-	2.250.000,00	2.250.000,00	
1721.02.10.05	CONV. 90/MPO/95 - LEI 8.666/93	-	5.000.000,00	5.000.000,00	
1721.02.11.00	SECRETARIA DE ES. DA JUSTIÇA E CIDADANIA	-	57.149,41	57.149,41	
1721.02.11.01	CONV.SUNAB/SJD-PROCON	-	56.090,24	56.090,24	
1721.02.11.02	CONV.SJC/PM-LAGES N.003/96	-	1.059,17	1.059,17	
1721.02.12.00	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	-	6.894.769,00	6.894.769,00	
1721.02.12.07	CONV.SES/MS/FNS/ N. 301/95	-	4.470.000,00	4.470.000,00	
1721.02.12.08	CONV.SES/MS/FNS/ N.302/95	-	373.396,00	373.396,00	
1721.02.12.09	CONV.SES/MS/FNS N.044/96	-	197.243,00	197.243,00	
1721.02.12.10	CONV.SES/MS/FNS N. 254/93	-	1.694.022,00	1.694.022,00	
1721.02.12.11	CONV.SES/INAN N. 10/95-1	-	150.000,00	150.000,00	
1721.02.12.12	CONV. SES/MS N. 837/96	-	10.108,00	10.108,00	
1721.02.21.00	SEC.EST.DES.ECON. E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL	-	1.190.062,98	1.190.062,98	
1721.02.21.01	CONV. INMETRO/SC-SDT/SDM	-	1.130.062,98	1.130.062,98	
1721.02.21.03	CONV. MMA/SDT/SDM	-	60.000,00	60.000,00	
1721.02.22.00	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	-	700.000,00	700.000,00	
1721.02.22.01	CONV.CAPES/SEMTEC/SEGOV	-	700.000,00	700.000,00	

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00125

123

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇAO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

124

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1721.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	12.114.335,31	12.114.335,31	
1721.99.01.00	ADIANTAMENTO DESONER.DO ICMS-LC87, 13/09/96	-	12.114.335,31	12.114.335,31	
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.007.100,00	117.374.203,80	92.367.103,80	
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	308.948,00	34.491.567,33	34.182.619,33	
1911.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TRIBUTOS	250.000,00	33.730.800,96	33.480.800,96	
1911.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE IMPOSTOS	-	33.720.130,01	33.720.130,01	
1911.01.01.00	I.T.B.I. - ESTADUAL	-	13.881,57	13.881,57	
1911.01.02.00	I.T.B.I. - MUNICIPAL	-	13.881,39	13.881,39	
1911.01.04.00	I.P.V.A. - ESTADUAL	-	2.384.949,20	2.384.949,20	
1911.01.05.00	I.P.V.A. - MUNICIPAL	-	2.384.598,01	2.384.598,01	
1911.01.06.00	I T C M D	-	101.924,02	101.924,02	
1911.01.07.00	ICM/ICMS - ESTADUAL	-	21.617.928,37	21.617.928,37	
1911.01.08.00	ICM/ICMS - MUNICIPAL	-	7.202.967,45	7.202.967,45	
1911.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	-	10.670,95	10.670,95	
1911.02.01.00	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	-	7.058,06	7.058,06	
1911.02.03.00	ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	-	3.589,29	3.589,29	
1911.02.09.00	ATOS DE APOS.DE SERV.E AUXIL.DA JUSTIÇA	-	23,60	23,60	
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	58.948,00	760.766,37	701.818,37	
1919.01.00.00	MULTAS DE TRÂNSITO	-	1.078,42	1.078,42	
1919.02.00.00	MULTAS P/INFRAÇÕES DE OBRAS E ACESSOS	-	94.549,60	94.549,60	
1919.03.00.00	MULTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	-	3.731,99	3.731,99	
1919.04.00.00	GLOSAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	-	4.110,03	4.110,03	
1919.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	58.948,00	657.296,33	598.348,33	
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	878.976,00	1.989.718,32	1.110.742,32	
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	236.424,00	683.588,58	447.164,58	
1921.01.00.00	COMPENSAÇÃO FINAN.UTIL.REC.HÍDRICOS	-	229.432,40	229.432,40	
1921.02.00.00	COMPENSAÇÃO FINAN.UTIL.REC.MINERAIS	-	137.724,49	137.724,49	
1921.04.00.00	NOTAS FISCAIS	-	138.555,52	138.555,52	
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	-	177.876,17	177.876,17	
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	642.552,00	1.306.129,74	663.577,74	
1930.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.468.146,00	13.580.171,10	10.112.025,10	
1931.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3.468.146,00	13.542.659,16	10.074.513,16	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00126

124

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇAO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

125

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1931.01.00.00	DÍVIDA ATIVA DO ITBI - ESTADUAL	-	896,78	896,78	
1931.02.00.00	DÍVIDA ATIVA DO ITBI - MUNICIPAL	-	896,77	896,77	
1931.04.00.00	DÍVIDA ATIVA DO IPVA - ESTADUAL	-	3.902,07	3.902,07	
1931.05.00.00	DÍVIDA ATIVA DO IPVA - MUNICIPAL	-	3.902,07	3.902,07	
1931.07.00.00	DÍVIDA ATIVA DO ICM/ICMS - ESTADUAL	-	10.152.658,07	10.152.658,07	
1931.08.00.00	DÍVIDA ATIVA DO ICM/ICMS - MUNICIPAL	-	3.380.403,40	3.380.403,40	
1932.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	-	37.511,94	37.511,94	
1932.99.00.00	OUTRAS RECEITAS	-	37.511,94	37.511,94	
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	20.351.030,00	67.312.747,05	46.961.717,05	
1990.01.00.00	RECEITAS DA LOTESC	-	60.223,66	60.223,66	
1990.05.00.00	BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIRO	-	66.011.606,12	66.011.606,12	
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	20.351.030,00	1.240.917,27		19.110.112,73
2000.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	413.691.135,00	971.011.889,21	557.320.754,21	
2100.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	307.051.092,00	939.022.756,28	631.971.664,28	
2110.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	197.712.344,00	911.783.757,24	714.071.413,24	
2110.01.00.00	FIN.FINEP/SC/UDESC L.9010/93	3.930.000,00	1.506.465,24		2.423.534,76
2110.02.00.00	FIN.J/BNDS/STO - LEI 8544 04/02/92	2.000.000,00	-		2.000.000,00
2110.05.00.00	FIN. J/BNDS/DER - LEI 8544 DE 04/02/92	9.450.000,00	-		9.450.000,00
2110.06.00.00	FIN. PROJ FRANCA/PM - L. 9828 03-02/95	18.762.500,00	-		18.762.500,00
2110.07.00.00	EMISSÃO DE LFTS - LEI 10168	-	604.498.433,54	604.498.433,54	
2110.08.00.00	LFTSC - PARA ROLAGEM	163.569.844,00	215.778.858,46	52.209.014,46	
2110.09.00.00	FIN.J/CEF/SEF-PROER VOTO 162/95	-	90.000.000,00	90.000.000,00	
2120.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	109.338.748,00	27.238.999,04		82.099.748,96
2120.01.00.00	FIN.KFW/SES - L.4.993 - 17/05/74	3.000.000,00	-		3.000.000,00
2120.02.00.00	FIN. BID-III/DER - L. 8538 19/01/92	28.817.000,00	10.367.900,00		18.449.100,00
2120.03.00.00	FIN. J/BIRD/PRODEM - L. 8826 29/12/92	16.000.000,00	-		16.000.000,00
2120.04.00.00	FIN. J/BIRD/DER - L. 8269 05/06/91	3.128.000,00	-		3.128.000,00
2120.05.00.00	FIN. J/BIRD/FATMA - L. 8269 05/06/91	1.147.050,00	-		1.147.050,00
2120.06.00.00	FIN. J/CREDIOP/SES - L. 9167 11/06/94	37.530.698,00	-		37.530.698,00
2120.08.00.00	FIN.J/BIRD/SAA - L.8269 -05/06/91	4.042.000,00	5.216.408,40	1.174.408,40	
2120.09.00.00	FIN. J/BIRD/DER - L 8536 19/01/92 E L. 8689 30/06/92	15.674.000,00	-		15.674.000,00
2120.10.00.00	FIN.HERMES/CLARING-LEI 7.698 25/07/89	-	1.327.549,63	1.327.549,63	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00127

123

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇAO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

126

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2120.29.00.00	FIN.S/BIRD/STO L.8689 30/06/92	-	10.327.141,01	10.327.141,01	
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	-	11.800,00	11.800,00	
2210.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	11.800,00	11.800,00	
2210.01.00.00	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	-	11.800,00	11.800,00	
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	106.640.043,00	31.977.332,93		74.662.710,07
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	31.977.332,93	31.977.332,93	
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	31.977.332,93	31.977.332,93	
2421.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE AUXILIOS E CONVÊNIOS	-	31.977.332,93	31.977.332,93	
2421.02.06.00	SEC. DO DES. RURAL E DA AGRICULTURA	-	2.817.401,00	2.817.401,00	
2421.02.06.01	CONV.SDRA/MMA/SRH-019/95	-	1.117.401,00	1.117.401,00	
2421.02.06.04	CONV.MIN.M.AMB./SDRA N.078/95	-	1.600.000,00	1.600.000,00	
2421.02.06.06	CONV. 001-96-UNIÃO FED-MAA-SEA	-	100.000,00	100.000,00	
2421.02.11.00	SEC. DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	-	499.997,08	499.997,08	
2421.02.11.03	CONV.DEPEN. S.J.C. MJ. N.017-96	-	499.997,08	499.997,08	
2421.02.12.00	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	-	244.112,00	244.112,00	
2421.02.12.10	CONV. SES/MS/FNS N. 254/93	-	244.112,00	244.112,00	
2421.02.14.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	-	28.415.822,85	28.415.822,85	
2421.02.14.01	CONV. STO/PG 023/91-00 -PJ-068/92	-	2.264.174,08	2.264.174,08	
2421.02.14.02	CONV.PG-023/91-00 - DNER/STO-SC 069/92	-	5.811.708,09	5.811.708,09	
2421.02.14.03	CONV.PG-023/91 - DNER/STO-SC - 004/93	-	2.086.510,89	2.086.510,89	
2421.02.14.04	CONV.STO/DNER-SC PG 023/91-00- PJ-067/92	-	7.503.557,46	7.503.557,46	
2421.02.14.05	CONV.STO/PG-051/90-00 - DNER PJ 108/90	-	2.999.999,94	2.999.999,94	
2421.02.14.06	CONV.STO/PG 384/87/-00 - DNER PJ 100/86	-	1.000.000,00	1.000.000,00	
2421.02.14.07	CONV.COMAR/STO/SC - PROFAA N.504/94	-	575.789,59	575.789,59	
2421.02.14.08	CONV. N. 848/MPO/CEF/STO/SC/DER/SC	-	6.001.606,39	6.001.606,39	
2421.02.14.09	CONV. PROFAA/COMAR/STO-SC N. 5.03/94	-	172.476,41	172.476,41	
2460.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	106.640.043,00	-		106.640.043,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00129

receita/adrnd

Florianópolis, 31 de dezembro de 1996

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

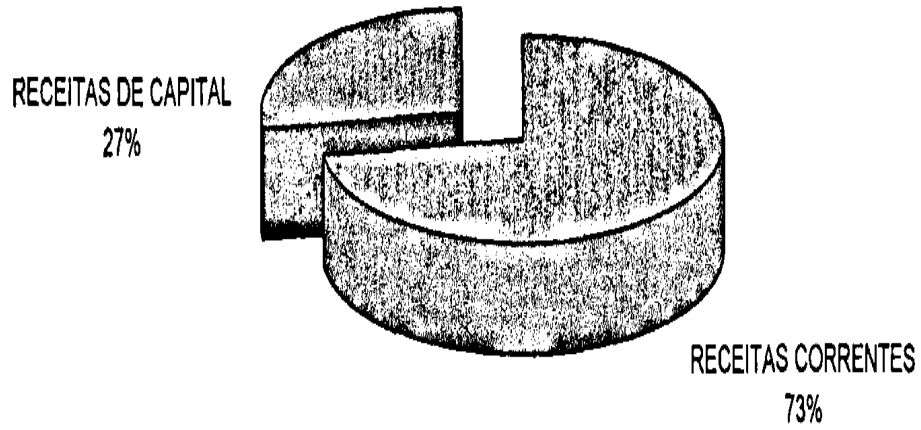
Wilmar Klauberg
Gerente de Contabilidade Financeira
Técnico em contabilidade CRC-SC 08.480

1/29

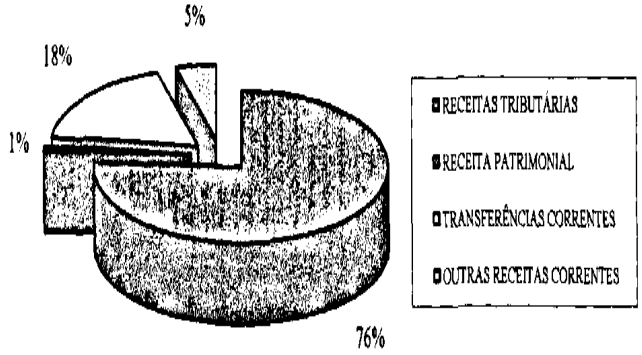
ANÁLISE GRÁFICA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

127

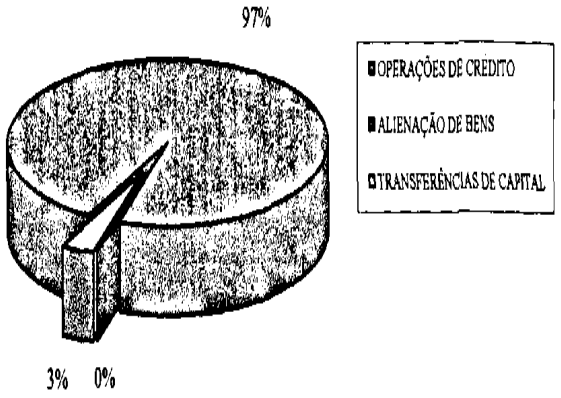
RECEITA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS



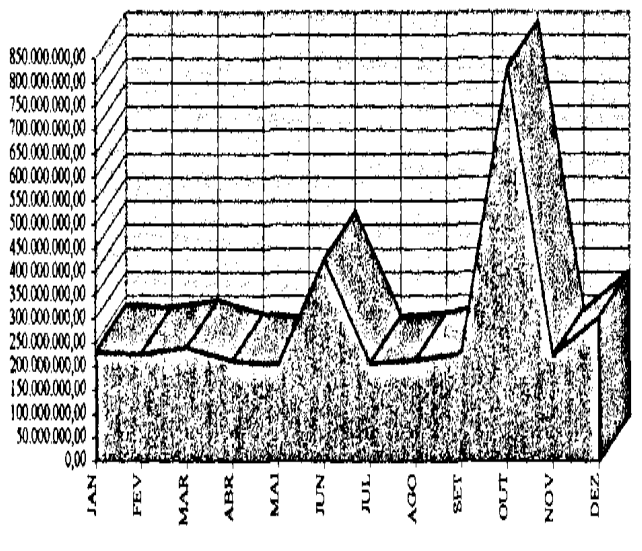
RECEITAS CORRENTES



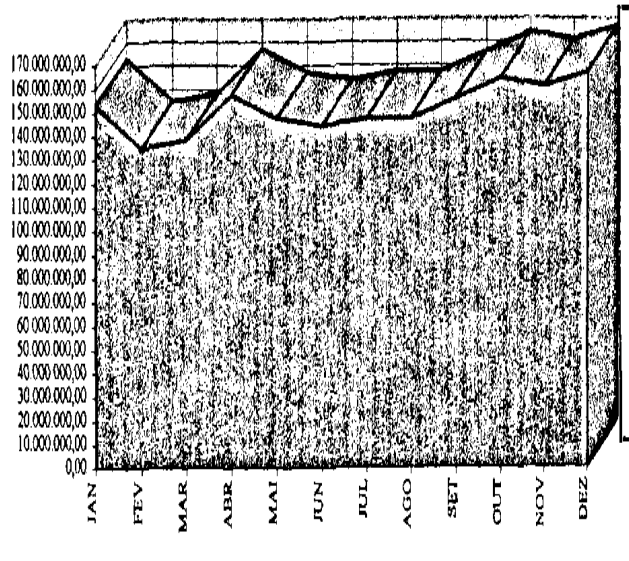
RECEITAS DE CAPITAL



RECEITA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL - EVOLUÇÃO MENSAL

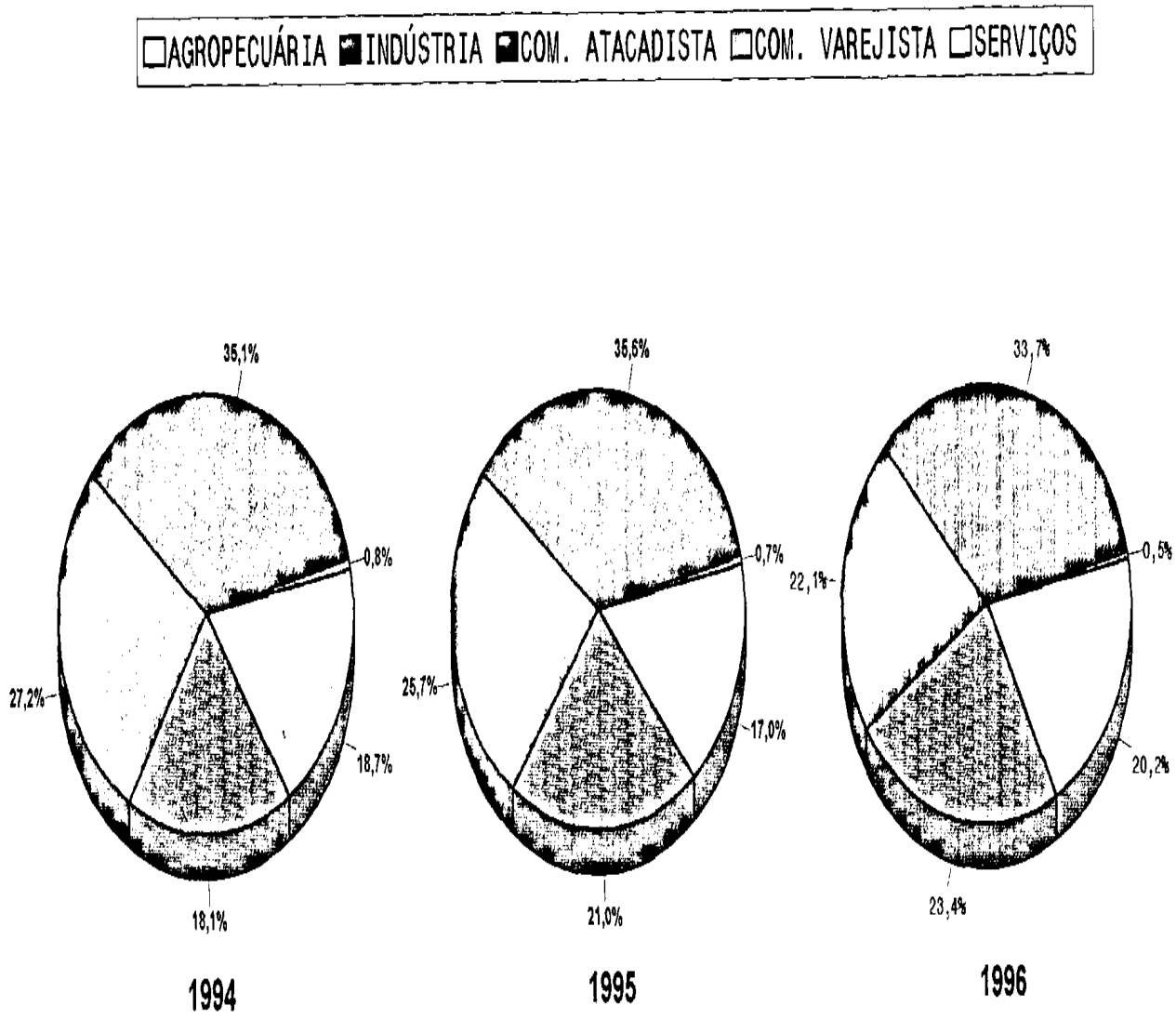


FOLHA Nº 00129

127

128

ARRECADAÇÃO DE ICMS - POR SETORES DE ATIVIDADE

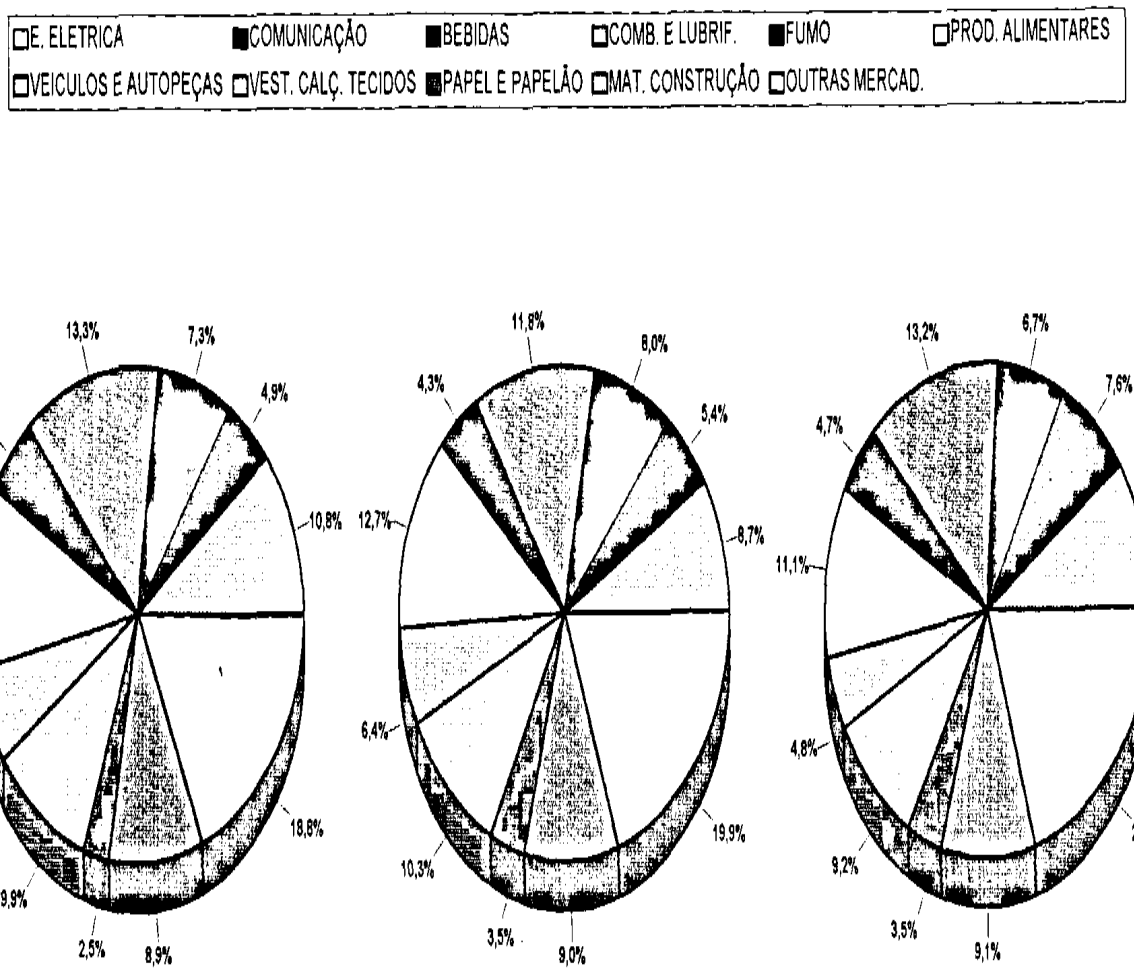


FONTE: SEF
ELABORAÇÃO: SEF/DIRP/GEPAC

FOLHA Nº 000130

128

ARRECADAÇÃO DE ICMS - POR MERCADORIA E SERVIÇO



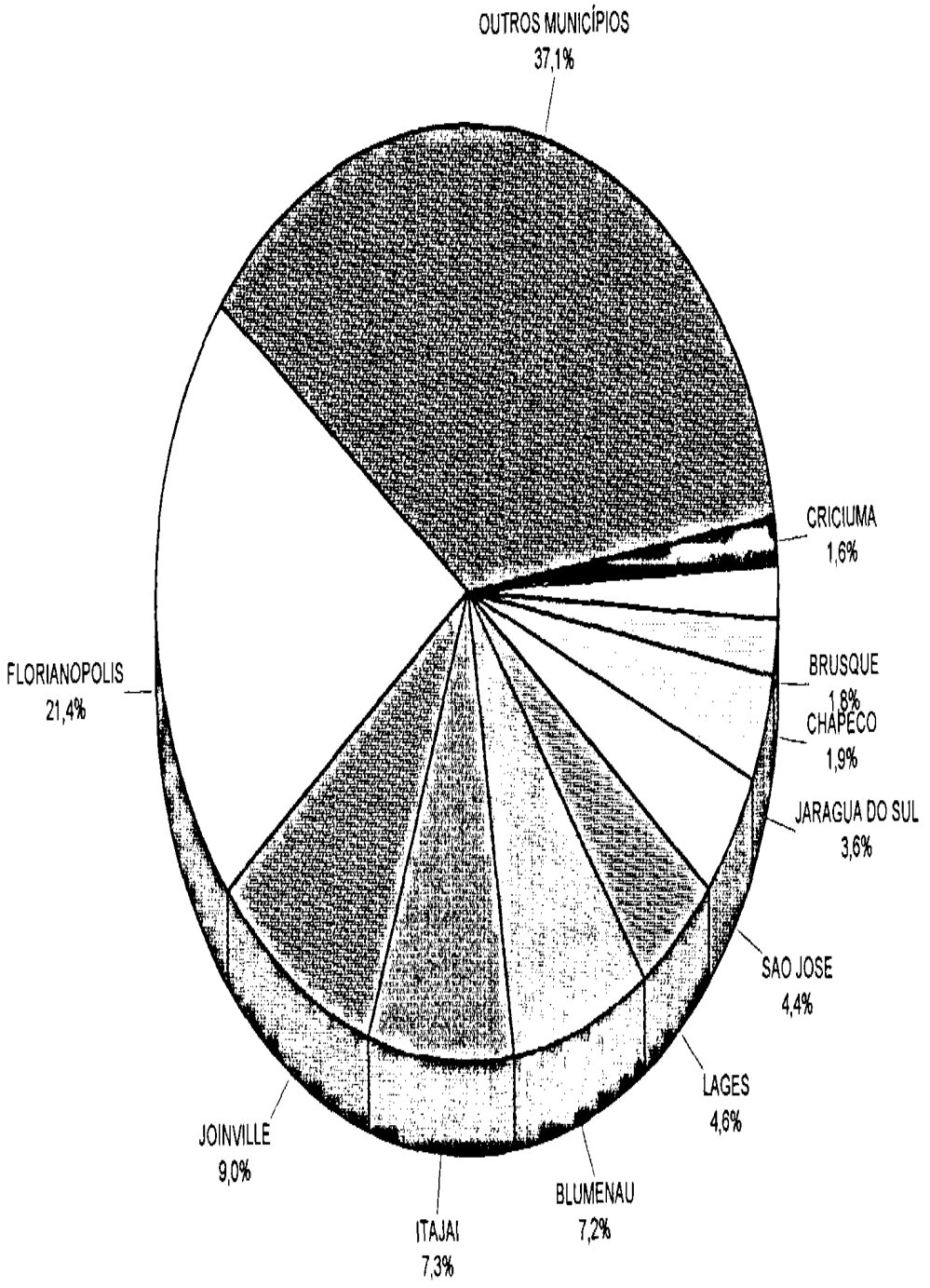
Elaboração: DIRP/GEPAC

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00131

130

ARRECADAÇÃO POR DOMICÍLIO DO CONTRIBUINTE

ACUMULADO: DEZ/96



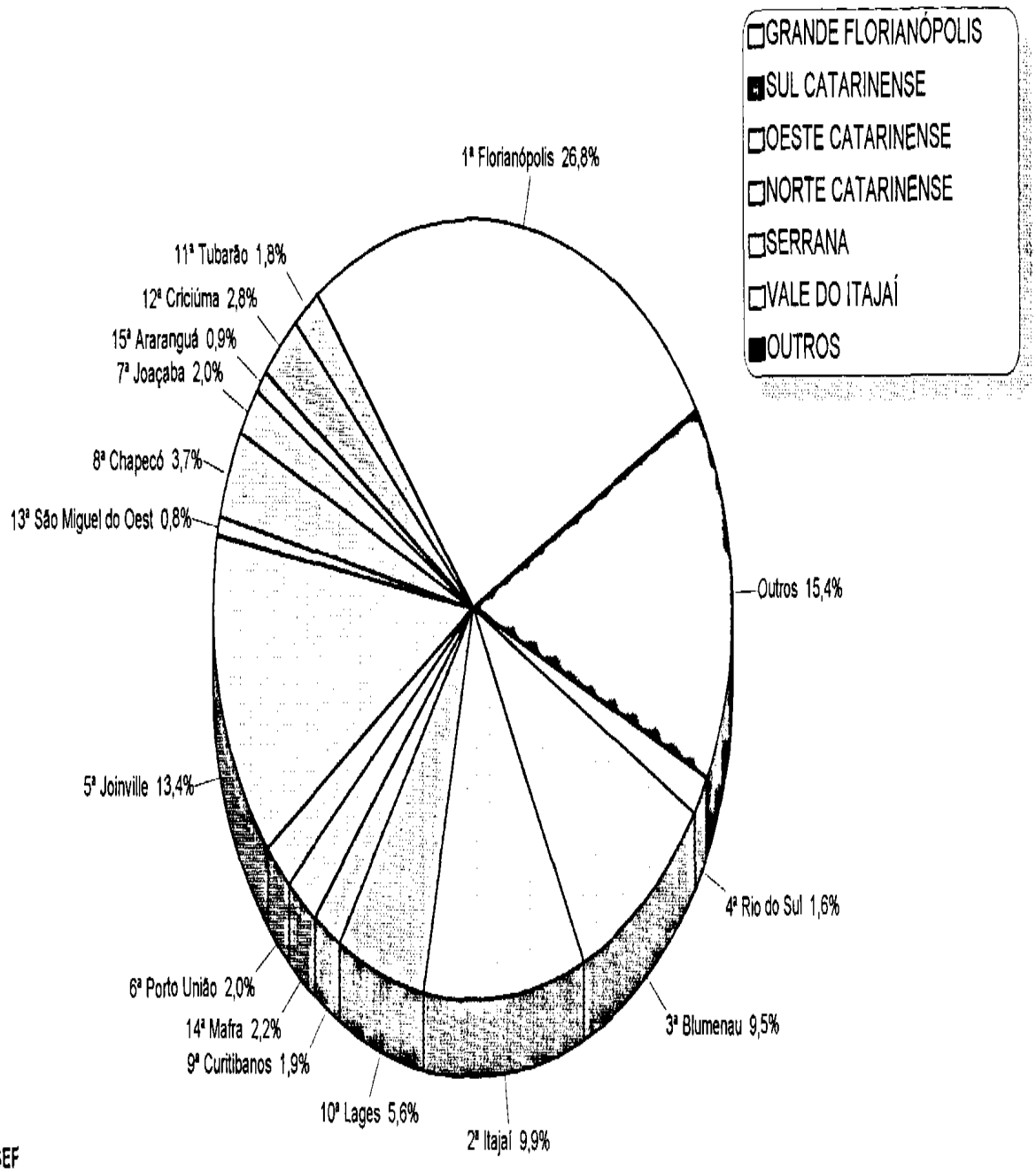
Elaboracão: SEF-DIRP-GEPAC

ENS

DIVISÃO DE EX FDIENTE
FOLHA Nº 00132

130

ARRECADAÇÃO DO I.C.M.S POR REGIÃO
ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/96



Fonte: SEF
Elaboração: SEF/DIRP/GEPAC
Obs: Valores Correntes

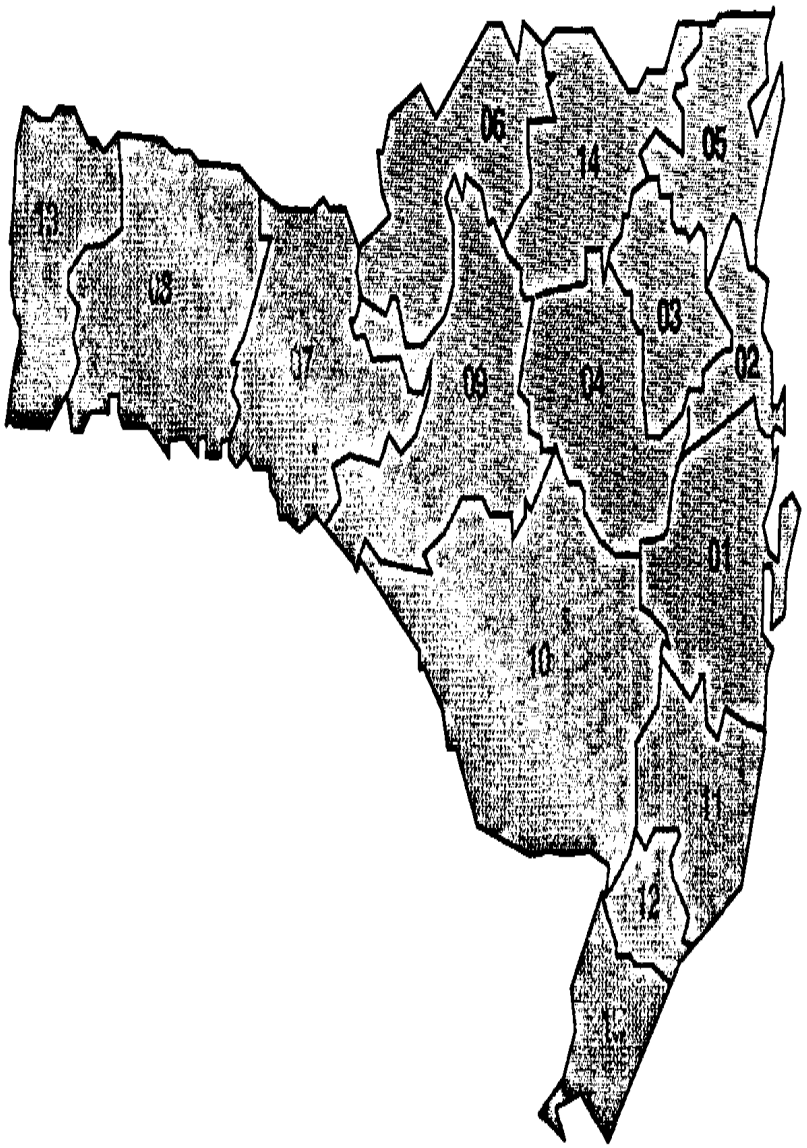
ENS

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
FOLHA Nº 00133

132

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS GERÊNCIAS REGIONAIS



1ª FLORIANÓPOLIS
2ª ITAJAÍ
3ª BLUMENAU
4ª RIO DO SUL
5ª JOINVILLE
6ª PORTO UNIÃO
7ª JOAÇABA
8ª CHAPECO
09ª - CURITIBANOS
10ª - LAGES
11ª - TUBARÃO
12ª - CRICIÚMA
13ª - SÃO MIGUEL D'OESTE
14ª - MAFRA
15ª - ARARANGUÁ

ENS

DIVISÃO DE ... DOCUMENTO
FOLHA Nº 00134

132

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANO DE 1996

133

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-NHADA NO ANO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
0000.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.668.919.569,00	1.524.236.229,91	247.561.442,39	3.945.594.356,52	3.339.633.708,07	605.960.648,45
3000.00	DESPESAS CORRENTES	1.998.747.427,00	1.146.472.191,22	181.651.114,41	2.963.568.503,81	2.706.299.526,43	257.268.977,38
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	862.418.925,00	414.998.450,05	129.665.414,68	1.147.751.960,37	1.050.913.189,28	96.838.771,09
3110.00	PESSOAL	666.328.048,00	249.502.899,39	60.455.944,02	855.375.003,37	807.825.084,69	47.549.918,68
3111.00	PESSOAL CIVIL	532.972.619,00	218.166.030,54	53.243.902,47	697.894.747,07	668.913.948,21	28.980.798,86
3112.00	PESSOAL MILITAR	104.942.737,00	25.349.599,53	0,00	130.292.336,53	127.496.518,79	2.795.817,74
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	28.412.692,00	5.987.269,32	7.212.041,55	27.187.919,77	11.414.617,69	15.773.302,08
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.293.669,00	17.218.499,03	18.732.712,30	48.779.455,73	37.399.243,42	11.380.212,31
3130.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	134.134.488,00	121.902.250,21	49.192.773,56	206.843.964,65	171.524.597,27	35.319.367,38
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	6.274.050,00	4.447.479,36	3.329.406,56	7.392.122,80	3.982.240,52	3.409.882,28
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	127.860.438,00	117.454.770,85	45.863.367,00	199.451.841,85	167.542.356,75	31.909.485,10
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	11.662.720,00	26.374.801,42	1.283.984,80	36.753.536,62	34.164.263,90	2.589.272,72
3191.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	8.994.020,00	18.281.879,49	100.000,00	27.175.899,49	25.554.003,24	1.621.896,25
3192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.668.700,00	8.092.921,93	1.183.984,80	9.577.637,13	8.610.260,66	967.376,47
3200.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.136.328.502,00	731.473.741,17	51.985.699,73	1.815.816.543,44	1.655.386.337,15	160.430.206,29
3210.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	219.769.876,00	96.101.317,36	11.356.251,48	304.514.941,88	247.109.565,35	57.405.376,53
3211.00	TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	65.832.489,00	24.560.389,75	1.963.009,45	88.429.869,30	78.746.689,23	9.683.180,07
3212.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	103.318.931,00	19.760.284,62	1.236.972,30	121.842.243,32	120.496.191,05	1.346.052,27
3214.00	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	50.618.456,00	51.780.642,99	8.156.269,73	94.242.829,26	47.866.685,07	46.376.144,19
3220.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	504.128.986,00	107.260.468,16	6.561.214,40	604.828.239,76	572.405.990,37	32.422.249,39
3221.00	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	20.000,00	805,68	20.000,00	805,68	0,00	805,68
3223.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	504.108.986,00	107.259.662,48	6.541.214,40	604.827.434,08	572.405.990,37	32.421.443,71
3230.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	30.907.173,00	24.574.977,54	23.460.635,00	32.021.515,54	29.638.038,44	2.383.477,10
3231.00	SUVENÇÕES SOCIAIS	12.521.956,00	23.680.393,37	4.308.635,00	31.893.714,37	29.638.038,44	2.255.675,93
3232.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	120.000,00	7.762,56	0,00	127.762,56	0,00	127.762,56
3233.00	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES	18.265.217,00	886.821,61	19.152.000,00	38,61	0,00	38,61
3250.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	248.880.802,00	217.896.517,73	10.083.371,15	456.693.948,58	446.532.458,29	10.161.490,29
3251.00	INATIVOS	227.770.839,00	210.451.917,34	3.426.934,65	434.795.821,69	428.642.981,27	6.152.840,42
3252.00	PENSIONISTAS	9.389.988,00	5.654.370,27	2.503.884,65	12.540.473,62	12.151.578,14	388.895,48

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00135

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-NHADA NO ANO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
3253.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	9.874.851,00	778.764,98	3.973.811,57	6.679.804,41	3.796.967,78	2.882.836,63
3254.00	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	970.440,00	860.137,90	7.884,00	1.822.693,90	1.562.549,44	260.144,46
3255.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	153.344,00	8.939,95	130.856,28	31.427,67	23.400,59	8.027,08
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	721.340,00	142.387,29	40.000,00	823.727,29	354.981,07	468.746,22
3260.00	ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	105.838.829,00	272.963.383,58	0,00	378.802.212,58	325.426.533,38	53.375.679,20
3261.00	JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA	84.900.992,00	104.041.612,12	0,00	188.942.604,12	171.522.174,80	17.420.429,32
3262.00	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA	3.303.300,00	1.005.487,68	0,00	4.308.787,68	4.109.279,41	199.508,27
3263.00	JUROS SOBRE TÍTULOS DO TESOURO	10.478.581,00	32.338.315,25	0,00	42.816.896,25	18.092.618,68	24.724.277,57
3264.00	DESCONTOS E COMISSÕES SOBRE TÍTULOS DO TESOURO	6.409.000,00	122.513.049,69	0,00	128.922.049,69	120.461.454,70	8.460.594,99
3265.00	JUROS DE OUTRAS DÍVIDAS	199.993,00	13.029.536,77	0,00	13.229.529,77	11.241.005,79	1.988.523,98
3267.00	CORREÇÃO MON.S/OP.DE CRÉD.POR ANTECIP.DA RECEITA	546.963,00	35.382,07	0,00	582.345,07	0,00	582.345,07
3270.00	ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	14.050.068,00	8.142.092,92	0,00	22.192.160,92	18.363.082,30	3.829.078,62
3271.00	JUROS DA DÍVIDA CONTRATATA	13.059.068,00	8.083.160,47	0,00	21.142.228,47	17.693.746,88	3.448.481,59
3272.00	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA	991.000,00	58.932,45	0,00	1.049.932,45	669.335,42	380.597,03
3280.00	CONTRIBUIÇÕES P/FORM.DO PATR. DO SERV.PÚB.-PASEP	12.029.101,00	2.161.551,14	0,00	14.190.652,14	14.108.706,08	81.946,06
3290.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	723.667,00	2.373.432,74	524.227,70	2.572.872,04	1.801.962,94	770.909,10
3291.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	100.010,00	165.847,66	0,00	265.857,66	265.699,23	158,43
3292.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	623.657,00	2.207.585,08	524.227,70	2.307.014,38	1.536.263,71	770.750,67
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	668.172.142,00	377.640.231,48	63.921.277,22	981.891.096,26	633.334.181,64	348.556.914,62
4100.00	INVESTIMENTOS	85.133.750,00	64.234.445,92	31.694.316,83	117.673.879,09	60.885.833,29	56.788.045,80
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	34.898.598,00	32.594.914,86	18.007.797,61	49.485.715,25	29.698.754,54	19.786.960,71
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	48.335.774,00	19.868.538,67	12.454.346,92	55.749.965,75	19.916.578,53	35.833.387,22
4140.00	CONST.OU AUMENTO DE CAP. DE EMPRESAS IND.OU AGRI.	1.078.000,00	8.395.852,68	990.000,00	8.483.852,68	7.323.400,00	1.160.452,68
4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	821.378,00	3.375.139,71	242.172,30	3.954.345,41	3.947.100,22	7.245,19
4191.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	811.000,00	1.336.518,25	0,00	2.147.518,25	2.145.107,31	2.410,94
4192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.378,00	2.038.621,46	242.172,30	1.806.827,16	1.801.992,91	4.834,25
4200.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	9.514.259,00	16.394.560,60	357.006,08	25.551.813,52	17.619.272,19	7.932.541,33
4210.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	262.743,00	15.647,15	247.407,99	30.982,16	0,00	30.982,16
4220.00	AQUIS. DE OUTROS BENS DE CAPITAL JÁ EM UTILIZAÇÃO	40.743,00	2.514,58	43.201,27	56,31	0,00	56,31

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00136

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-	SALDO NÃO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL	NHADA NO ANO	UTILIZADO
4250.00	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPR.DE CAP.JÁ INTEGRALIZADOS	204.753,00	461.304,68	62.201,27	603.856,41	450.617,48	153.238,93
4260.00	CONST.OU AUMENTO CAP. EMPR. COMERCIAIS OU FINANC.	9.005.000,00	15.915.028,32	4.195,55	24.915.832,77	17.168.654,71	7.747.178,06
4290.00	DIVERSAS INVERÇÕES FINANCEIRAS	1.020,00	65,87	0,00	1.085,87	0,00	1.085,87
4291.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	10,00	0,61	0,00	10,61	0,00	10,61
4292.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.010,00	65,26	0,00	1.075,26	0,00	1.075,26
4300.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	573.524.133,00	297.011.224,96	31.869.954,31	838.665.403,65	554.829.076,16	283.836.327,49
4310.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	320.127.101,00	141.827.115,85	23.431.814,88	438.522.401,97	205.109.596,51	233.412.805,46
4311.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	129.334.413,00	102.231.391,55	244.345,63	231.321.458,92	173.307.060,53	58.014.398,39
4313.00	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	190.792.688,00	39.595.724,30	23.187.469,25	207.200.943,05	31.802.535,98	175.398.407,07
4320.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.386.727,00	31.161.675,25	7.868.137,23	47.680.265,02	31.597.045,60	16.083.219,42
4321.00	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	203.009,66	0,00	203.009,66	200.000,00	3.009,66
4323.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	24.385.727,00	30.958.600,94	7.868.137,23	47.476.190,71	31.397.045,60	16.079.145,11
4324.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENT.	1.000,00	64,65	0,00	1.064,65	0,00	1.064,65
4330.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.168.358,00	2.978.468,80	570.002,20	5.576.824,60	3.066.894,81	2.509.929,79
4331.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	3.168.358,00	2.978.468,80	570.002,20	5.576.824,60	3.066.894,81	2.509.929,79
4350.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	213.486.617,00	111.611.803,60	0,00	325.098.420,60	295.098.511,01	29.999.909,59
4351.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	49.816.773,00	53.587.893,02	0,00	103.404.666,02	74.740.344,36	28.664.321,66
4352.00	RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	163.568.844,00	58.017.377,13	0,00	221.586.221,13	220.358.166,65	1.228.054,48
4353.00	CORREÇÕES SOBRE TÍTULOS DO TESOURO	1.000,00	64,65	0,00	1.064,65	0,00	1.064,65
4354.00	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	100.000,00	6.468,80	0,00	106.468,80	0,00	106.468,80
4360.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	12.354.330,00	8.829.627,81	0,00	21.183.957,81	19.476.048,23	1.707.909,58
4361.00	AMORTIZAÇÃO DÍVIDA CONTRATADA	12.354.330,00	8.829.627,81	0,00	21.183.957,81	19.476.048,23	1.707.909,58
4390.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000,00	602.533,65	0,00	603.533,65	480.980,00	122.553,65
4392.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	602.533,65	0,00	603.533,65	480.980,00	122.553,65
9000.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000.000,00	123.807,21	1.989.050,76	134.756,45	0,00	134.756,45

despesa/admd

Florianópolis, 13 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874 - mat.209.888-1

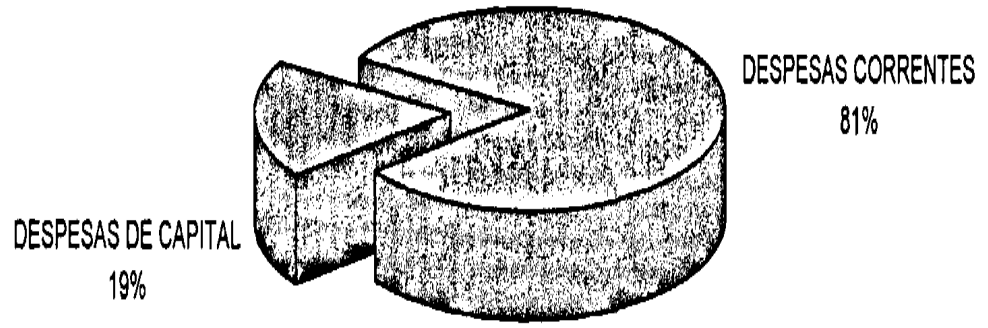
DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00137

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097 - mat. 199.830-7

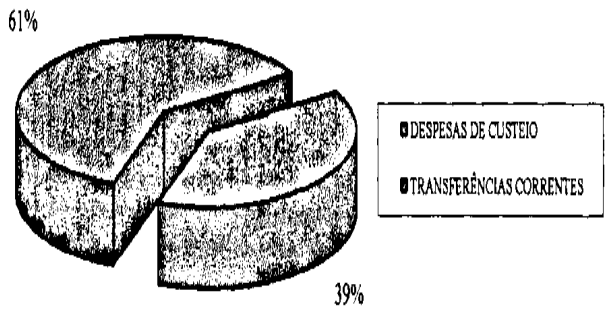
ANÁLISE GRÁFICA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

126

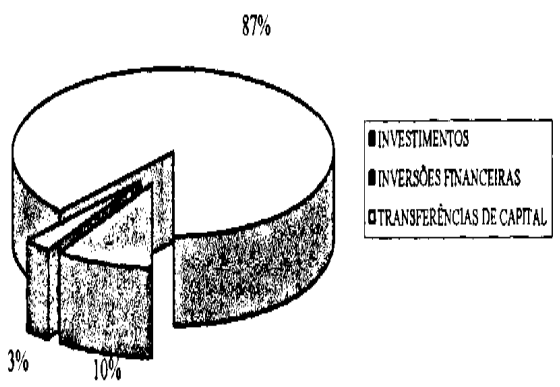
DESPESA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS



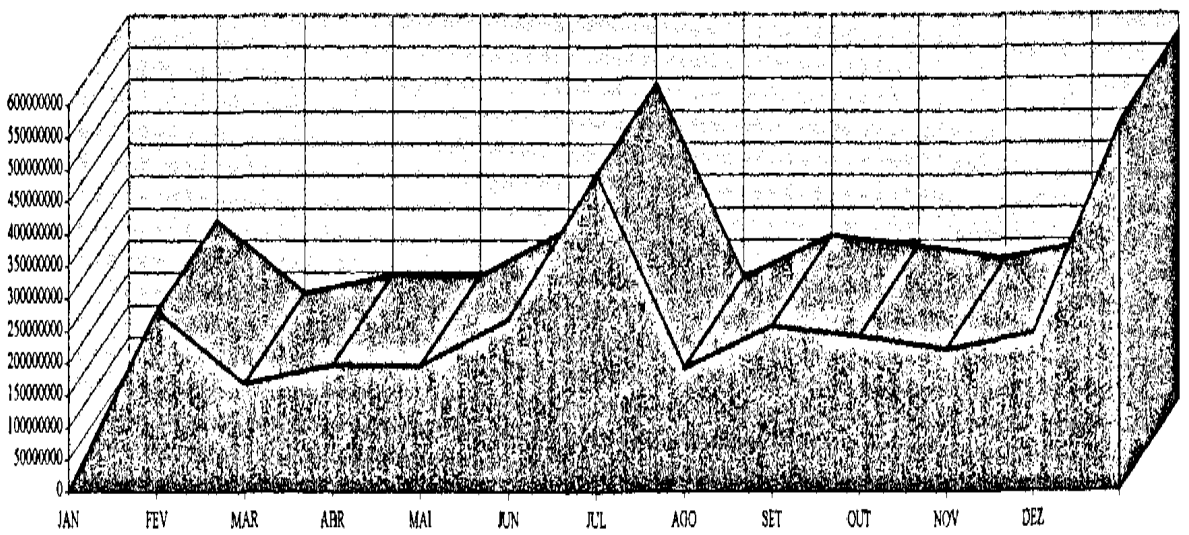
DESPESAS CORRENTES



DESPESAS DE CAPITAL



DESPESA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



DIVISÃO DE ENCAMINHAMENTO
FOLHA Nº 00139

136

137

DESPESAS POR CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

CÓDIGO GERAL		DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	VALOR	DESPESA REALIZADA	SALDO NÃO UTILIZADO
FUNÇÃO, PROGRAMA E SUBPROGRAMA	CATEGORIA ECONÔMICA				
		CRÉDITO ESPECIAL			
		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA			
0308031		Decreto nº 666, de 08.02.96 Atividade nº 6.028 Integralização no Fundo de Assistência Social			
	3210.00	Transferências Intragovernamentais			
	3214.00	Contribuições a Fundos	7.494.000,00	7.494.000,00	0,00
TOTAL GERAL			7.494.000,00	7.494.000,00	0,00

RNP/PCDIR96.XLS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00139

137

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

138

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO	62.637.473,95	,00	62.637.473,95	62.208.782,46	428.691,49
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	22.728.013,58	,00	22.728.013,58	21.944.048,56	783.965,02
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO	147.436.906,65	,00	147.436.906,65	142.643.614,23	4.793.292,42
MINISTERIO PUBLICO	52.594.789,71	,00	52.594.789,71	49.701.298,83	2.893.490,88
GABINETE GOVERNADOR ESTADO	29.234.117,14	,00	29.234.117,14	24.421.699,09	4.812.418,05
GABINETE VICE GOVERNADOR	684.680,76	,00	684.680,76	648.946,48	35.734,28
PROCURADORIA GER FAZ J TC	4.311.738,47	,00	4.311.738,47	4.111.619,66	200.118,81
SEC EST DESENV RUR AGR	165.195.152,38	,00	165.195.152,38	143.209.835,85	21.985.316,53
SEC EST EDUCACAO DESPORTO	670.854.131,92	,00	670.854.131,92	624.924.215,93	45.929.915,99
SEC EST DES SOC FAMILIA	164.160.107,49	7.494.000,00	171.654.107,49	95.576.777,53	76.077.329,96
SEC EST ADMINISTRACAO	11.872.322,88	,00	11.872.322,88	8.226.064,63	3.646.258,25
SEC DE ESTADO DA SAUDE	254.277.964,62	,00	254.277.964,62	147.852.443,11	106.425.521,51
SEC EST SEGUR PUBLICA	72.598.060,07	,00	72.598.060,07	54.538.506,12	18.059.553,95
SEC EST DES ECON CIENT TECNOL	3.061.394,88	,00	3.061.394,88	3.061.394,88	,00
SEC EST CULT COMUN SOCIAL	4.999.474,62	,00	4.999.474,62	4.999.474,62	,00
SEC EST FAZENDA	189.696.128,57	,00	189.696.128,57	164.245.850,68	25.450.277,89
SEC EST TRANSP OBRAS	273.431.362,54	,00	273.431.362,54	211.708.672,40	61.722.690,14
SEC EST DES URB MEIO AMBIENTE	26.300.879,99	,00	26.300.879,99	6.336.930,27	19.963.949,72
SEC EST JUST CIDADANIA	29.595.197,12	,00	29.595.197,12	16.622.259,32	12.972.937,80
POLICIA MILITAR	209.618.255,24	,00	209.618.255,24	183.248.869,71	26.369.385,53
SECRET ESTADO DE GOVERNO	35.101.366,92	,00	35.101.366,92	16.811.332,22	18.290.034,70
SECR EST DES EC INT MERCOSUL	17.939.922,19	,00	17.939.922,19	7.281.575,07	10.658.347,12
ENCARGOS GERAIS ESTADO	901.962.515,01	,00	901.962.515,01	784.566.893,11	117.395.621,90
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	587.673.643,37	,00	587.673.643,37	560.742.603,31	26.931.040,06
RESERVA DE CONTINGENCIA	134.756,45	,00	134.756,45	,00	134.756,45
TOTAL GERAL	3.938.100.356,52	7.494.000,00	3.945.594.356,52	3.339.633.708,07	605.960.648,45

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00140

138

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

139

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	46.736.330,74	,00	46.736.330,74	46.514.974,52	221.356,22
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.462.571,18	,00	13.462.571,18	13.414.421,05	48.150,13
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	60.198.901,92	,00	60.198.901,92	59.929.395,57	269.506,35
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	2.438.572,03	,00	2.438.572,03	2.279.386,89	159.185,14
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	2.438.572,03	,00	2.438.572,03	2.279.386,89	159.185,14
TOTAL DO ORGAO	62.637.473,95	,00	62.637.473,95	62.208.782,46	428.691,49

DIVULGADO NO BOLETIM FOLHA nº 00141

139

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

140

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	15.307.488,13	,00	15.307.488,13	14.875.885,40	431.602,73
TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.909.009,80	,00	6.909.009,80	6.778.426,07	130.583,73
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	22.216.497,93	,00	22.216.497,93	21.654.311,47	562.186,46
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	506.197,27	,00	506.197,27	289.403,09	216.794,18
INVERSOES FINANCEIRAS	5.318,38	,00	5.318,38	334,00	4.984,38
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	511.515,65	,00	511.515,65	289.737,09	221.778,56
TOTAL DO ORGAO	22.728.013,58	,00	22.728.013,58	21.944.048,56	783.965,02

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00142

140

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

141

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	108.708.476,33	,00	108.708.476,33	105.754.648,27	2.953.828,06
TRANSFERENCIAS CORRENTES	32.448.932,96	,00	32.448.932,96	31.586.361,07	862.571,89
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	141.157.409,29	,00	141.157.409,29	137.341.009,34	3.816.399,95
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	5.811.111,87	,00	5.811.111,87	5.300.036,26	511.075,61
INVERSOES FINANCEIRAS	42.510,20	,00	42.510,20	2.568,63	39.941,57
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	425.875,29	,00	425.875,29	,00	425.875,29
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	6.279.497,36	,00	6.279.497,36	5.302.604,89	976.892,47
TOTAL DO ORGAO	147.436.906,65	,00	147.436.906,65	142.643.614,23	4.793.292,42

FOLHA Nº 00143

141

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

142

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
MINISTERIO PUBLICO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	31.640.838,61	,00	31.640.838,61	29.740.910,81	1.899.927,80
TRANSFERENCIAS CORRENTES	15.485.204,90	,00	15.485.204,90	15.296.534,33	188.670,57
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	47.126.043,51	,00	47.126.043,51	45.037.445,14	2.088.598,37
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	5.441.193,85	,00	5.441.193,85	4.640.838,24	800.355,61
INVERSOES FINANCEIRAS	27.552,35	,00	27.552,35	23.015,45	4.536,90
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	5.468.746,20	,00	5.468.746,20	4.663.853,69	804.892,51
TOTAL DO ORGAO	52.594.789,71	,00	52.594.789,71	49.701.298,83	2.893.490,88

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00144

142

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

143

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
GABINETE GOVERNADOR ESTADO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	6.007.074,24	,00	6.007.074,24	5.321.673,82	685.400,42
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.027.069,40	,00	1.027.069,40	956.364,18	70.705,22
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	7.034.143,64	,00	7.034.143,64	6.278.038,00	756.105,64
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	9.854.071,56	,00	9.854.071,56	8.609.294,71	1.244.776,85
INVERSOES FINANCEIRAS	1.066.817,60	,00	1.066.817,60	,00	1.066.817,60
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	10.920.889,16	,00	10.920.889,16	8.609.294,71	2.311.594,45
PROCURADORIA GERAL ESTADO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	8.674.512,92	,00	8.674.512,92	6.966.894,08	1.707.618,84
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.534.940,68	,00	2.534.940,68	2.518.410,57	16.530,11
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	11.209.453,60	,00	11.209.453,60	9.485.304,65	1.724.148,95
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	11.289,71	,00	11.289,71	1.428,27	9.861,44
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.064,65	,00	1.064,65	,00	1.064,65
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	12.354,36	,00	12.354,36	1.428,27	10.926,09

CONTINUA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00145
FOLHA Nº

143

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

144

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
DIRETORIA EST DEFESA CIVIL					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	53.503,64	,00	53.503,64	47.633,46	5.870,18
TRANSFERENCIAS CORRENTES	55,24	,00	55,24	,00	55,24
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	53.558,88	,00	53.558,88	47.633,46	5.925,42
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	2.480,52	,00	2.480,52	,00	2.480,52
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.236,98	,00	1.236,98	,00	1.236,98
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	3.717,50	,00	3.717,50	,00	3.717,50
TOTAL DO ORGAO	29.234.117,14	,00	29.234.117,14	24.421.699,09	4.812.418,05

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00146

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

145

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
GABINETE VICE GOVERNADOR					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	495.256,10	,00	495.256,10	477.891,71	17.364,39
TRANSFERENCIAS CORRENTES	188.250,39	,00	188.250,39	170.287,27	17.963,12
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	683.506,49	,00	683.506,49	648.178,98	35.327,51
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	1.174,27	,00	1.174,27	767,50	406,77
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	1.174,27	,00	1.174,27	767,50	406,77
TOTAL DO ORGAO	684.680,76	,00	684.680,76	648.946,48	35.734,28

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 001147

193

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

146

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
PROCURADORIA GER FAZ J TC					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	1.868.551,41	,00	1.868.551,41	1.764.910,38	103.641,03
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.429.602,95	,00	2.429.602,95	2.333.359,28	96.243,67
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	4.298.154,36	,00	4.298.154,36	4.098.269,66	199.884,70
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	13.584,11	,00	13.584,11	13.350,00	234,11
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	13.584,11	,00	13.584,11	13.350,00	234,11
TOTAL DO ORGAO	4.311.738,47	,00	4.311.738,47	4.111.619,66	200.118,81

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00149

146

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

147

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST DESENV RUR AGR					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	13.337.873,56	,00	13.337.873,56	12.193.751,71	1.144.121,85
TRANSFERENCIAS CORRENTES	24.573.651,78	,00	24.573.651,78	7.053.844,54	17.519.807,24
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	37.911.525,34	,00	37.911.525,34	19.247.596,25	18.663.929,09
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	5.194.079,45	,00	5.194.079,45	3.540.601,25	1.653.478,20
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.708.217,35	,00	3.708.217,35	3.168.441,79	539.775,56
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	8.902.296,80	,00	8.902.296,80	6.709.043,04	2.193.253,76
SEC EST DESEN RUR AGR-ENT SUP					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	118.009.806,85	,00	118.009.806,85	116.939.796,56	1.070.010,29
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	118.009.806,85	,00	118.009.806,85	116.939.796,56	1.070.010,29
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	371.523,39	,00	371.523,39	313.400,00	58.123,39
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	371.523,39	,00	371.523,39	313.400,00	58.123,39
TOTAL DO ORGAO	165.195.152,38	,00	165.195.152,38	143.209.835,85	21.985.316,53

FOLHA Nº 00149

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

148

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST EDUCACAO DESPORTO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	355.194.842,06	,00	355.194.842,06	338.390.695,29	16.804.146,77
TRANSFERENCIAS CORRENTES	217.648.437,27	,00	217.648.437,27	214.381.261,11	3.267.176,16
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	572.843.279,33	,00	572.843.279,33	552.771.956,40	20.071.322,93
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	41.491.214,17	,00	41.491.214,17	28.550.391,16	12.940.823,01
INVERSOES FINANCEIRAS	403.224,14	,00	403.224,14	401.229,17	1.994,97
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	6.411.607,90	,00	6.411.607,90	5.807.200,76	604.407,14
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	48.306.046,21	,00	48.306.046,21	34.758.821,09	13.547.225,12
SEC EST EDUC DESP-ENT SUP					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	41.276.935,03	,00	41.276.935,03	37.393.438,44	3.883.496,59
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	41.276.935,03	,00	41.276.935,03	37.393.438,44	3.883.496,59
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	8.427.871,35	,00	8.427.871,35	,00	8.427.871,35
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	8.427.871,35	,00	8.427.871,35	,00	8.427.871,35
TOTAL DO ORGAO	670.854.131,92	,00	670.854.131,92	624.924.215,93	45.929.915,99

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00150

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

149

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST DES SOC FAMILIA					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	49.725.253,31	,00	49.725.253,31	40.700.258,33	9.024.994,98
TRANSFERENCIAS CORRENTES	44.671.849,78	7.494.000,00	52.165.849,78	33.573.780,96	18.592.068,82
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	94.397.103,09	7.494.000,00	101.891.103,09	74.274.039,29	27.617.063,80
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	882.726,38	,00	882.726,38	435.073,23	447.653,15
INVERSOES FINANCEIRAS	111.301,09	,00	111.301,09	23.470,23	87.830,86
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	64.050.500,59	,00	64.050.500,59	16.202.865,85	47.847.634,74
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	65.044.528,06	,00	65.044.528,06	16.661.409,31	48.383.118,75
SEC EST DES SOC FAM-ENT SUP					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.703,46	,00	1.703,46	,00	1.703,46
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	1.703,46	,00	1.703,46	,00	1.703,46
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	4.716.772,88	,00	4.716.772,88	4.641.328,93	75.443,95
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	4.716.772,88	,00	4.716.772,88	4.641.328,93	75.443,95
TOTAL DO ORGAO	164.160.107,49	7.494.000,00	171.654.107,49	95.576.777,53	76.077.329,96

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00151
FOLHA Nº

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

150

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST ADMINISTRACAO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	6.508.496,13	,00	6.508.496,13	5.304.553,79	1.203.942,34
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.100.757,48	,00	3.100.757,48	2.908.773,31	191.984,17
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	9.609.253,61	,00	9.609.253,61	8.213.327,10	1.395.926,51
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	2.263.068,24	,00	2.263.068,24	12.737,53	2.250.330,71
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1,03	,00	1,03	,00	1,03
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	2.263.069,27	,00	2.263.069,27	12.737,53	2.250.331,74
TOTAL DO ORGAO	11.872.322,88	,00	11.872.322,88	8.226.064,63	3.646.258,25

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00152

150

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

152

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC DE ESTADO DA SAUDE					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	114.183.990,76	,00	114.183.990,76	108.245.270,00	5.938.720,76
TRANSFERENCIAS CORRENTES	39.426.989,95	,00	39.426.989,95	30.620.401,32	8.806.588,63
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	153.610.980,71	,00	153.610.980,71	138.865.671,32	14.745.309,39
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	106.425,17	,00	106.425,17	2.915,00	103.510,17
INVERSOES FINANCEIRAS	31,83	,00	31,83	,00	31,83
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	100.560.526,91	,00	100.560.526,91	8.983.856,79	91.576.670,12
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	100.666.983,91	,00	100.666.983,91	8.986.771,79	91.680.212,12
TOTAL DO ORGAO	254.277.964,62	,00	254.277.964,62	147.852.443,11	106.425.521,51

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00153

151

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

152

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST SEGUR PUBLICA					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	5.231.700,72	,00	5.231.700,72	5.215.330,25	16.370,47
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.889.986,00	,00	2.889.986,00	2.878.017,73	11.968,27
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	8.121.686,72	,00	8.121.686,72	8.093.347,98	28.338,74
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	7.841,60	,00	7.841,60	,00	7.841,60
INVERSOES FINANCEIRAS	27,63	,00	27,63	,00	27,63
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4,14	,00	4,14	,00	4,14
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	7.873,37	,00	7.873,37	,00	7.873,37
POLICIA CIVIL ESTADO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	38.153.698,12	,00	38.153.698,12	37.213.295,03	940.403,09
TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.587.837,40	,00	8.587.837,40	7.874.978,49	712.858,91
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	46.741.535,52	,00	46.741.535,52	45.088.273,52	1.653.262,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	4,14	,00	4,14	,00	4,14
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	16.328.650,45	,00	16.328.650,45	27.170,52	16.301.479,93
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	16.328.654,59	,00	16.328.654,59	27.170,52	16.301.484,07

CONTINUA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00154

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

153

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
DIRETORIA ESTADUAL TRANSITO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	1.392.393,46	,00	1.392.393,46	1.329.714,10	62.679,36
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.657,69	,00	1.657,69	,00	1.657,69
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	1.394.051,15	,00	1.394.051,15	1.329.714,10	64.337,05
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	4.258,72	,00	4.258,72	,00	4.258,72
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	4.258,72	,00	4.258,72	,00	4.258,72
TOTAL DO ORGAO	72.598.060,07	,00	72.598.060,07	54.538.506,12	18.059.553,95

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00155

153

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

154

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST DES ECON CIENT TECNOL					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	1.801.461,31	,00	1.801.461,31	1.801.461,31	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	177.601,74	,00	177.601,74	177.601,74	,00
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	1.979.063,05	,00	1.979.063,05	1.979.063,05	,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	17.000,58	,00	17.000,58	17.000,58	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	79.125,20	,00	79.125,20	79.125,20	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	96.125,78	,00	96.125,78	96.125,78	,00
SEC EST DES EC C & T - ENT SUP					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	986.206,05	,00	986.206,05	986.206,05	,00
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	986.206,05	,00	986.206,05	986.206,05	,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL DO ORGAO	3.061.394,88	,00	3.061.394,88	3.061.394,88	,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00156

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

155

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST CULT COMUN SOCIAL					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	3.762.986,27	,00	3.762.986,27	3.762.986,27	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.000,05	,00	4.000,05	4.000,05	,00
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	3.766.986,32	,00	3.766.986,32	3.766.986,32	,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	8.103,00	,00	8.103,00	8.103,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	8.103,00	,00	8.103,00	8.103,00	,00
SEC EST CUL COM SOC-ENT SUPERV					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.224.385,30	,00	1.224.385,30	1.224.385,30	,00
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	1.224.385,30	,00	1.224.385,30	1.224.385,30	,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL DO ORGAO	4.999.474,62	,00	4.999.474,62	4.999.474,62	,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00157

153

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

156

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST FAZENDA					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	83.945.940,96	,00	83.945.940,96	68.654.910,52	15.291.030,44
TRANSFERENCIAS CORRENTES	89.499.243,11	,00	89.499.243,11	88.510.654,63	988.588,48
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	173.445.184,07	,00	173.445.184,07	157.165.565,15	16.279.618,92
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	789.937,28	,00	789.937,28	115.734,86	674.202,42
INVERSOES FINANCEIRAS	536,85	,00	536,85	,00	536,85
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	12.951.341,03	,00	12.951.341,03	4.464.550,67	8.486.790,36
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	13.741.815,16	,00	13.741.815,16	4.580.285,53	9.161.529,63
SEC EST FAZ-ENT SUPERVIS					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00	,00
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	2.509.129,34	,00	2.509.129,34	2.500.000,00	9.129,34
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	2.509.129,34	,00	2.509.129,34	2.500.000,00	9.129,34
TOTAL DO ORGAO	189.696.128,57	,00	189.696.128,57	164.245.850,68	25.450.277,89

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00158

130

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

157

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST TRANSP OBRAS					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	1.214.958,24	,00	1.214.958,24	968.394,88	246.563,36
TRANSFERENCIAS CORRENTES	469.689,54	,00	469.689,54	420.708,06	48.981,48
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	1.684.647,78	,00	1.684.647,78	1.389.102,94	295.544,84
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	6.801.693,82	,00	6.801.693,82	412.179,36	6.389.514,46
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	7.088.176,18	,00	7.088.176,18	3.244.706,28	3.843.469,90
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	13.889.870,00	,00	13.889.870,00	3.656.885,64	10.232.984,36
SEC EST TRANSP OBRAS-ENT SUPER					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	37.474.335,27	,00	37.474.335,27	33.355.623,29	4.118.711,98
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	37.474.335,27	,00	37.474.335,27	33.355.623,29	4.118.711,98
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	220.382.509,49	,00	220.382.509,49	173.307.060,53	47.075.448,96
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	220.382.509,49	,00	220.382.509,49	173.307.060,53	47.075.448,96
TOTAL DO ORGAO	273.431.362,54	,00	273.431.362,54	211.708.672,40	61.722.690,14

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00159

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

158

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST DES URB MEIO AMBIENTE					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	8.248.211,92	,00	8.248.211,92	2.627.371,52	5.620.840,40
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.579.923,54	,00	3.579.923,54	754,00	3.579.169,54
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	11.828.135,46	,00	11.828.135,46	2.628.125,52	9.200.009,94
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	605.126,69	,00	605.126,69	131.494,53	473.632,16
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	6.644.023,96	,00	6.644.023,96	23.000,00	6.621.023,96
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	7.249.150,65	,00	7.249.150,65	154.494,53	7.094.656,12
SEC EST DES URB M AMB-ENT SUP					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.235.273,74	,00	5.235.273,74	3.554.310,22	1.680.963,52
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	5.235.273,74	,00	5.235.273,74	3.554.310,22	1.680.963,52
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.988.320,14	,00	1.988.320,14	,00	1.988.320,14
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	1.988.320,14	,00	1.988.320,14	,00	1.988.320,14
TOTAL DO ORGAO	26.300.879,99	,00	26.300.879,99	6.336.930,27	19.963.949,72

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00160
FOLHA Nº

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

159

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SEC EST JUST CIDADANIA					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	13.674.043,40	,00	13.674.043,40	10.774.637,76	2.899.405,64
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.933.538,35	,00	1.933.538,35	1.834.097,68	99.440,67
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	15.607.581,75	,00	15.607.581,75	12.608.735,44	2.998.846,31
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	8.394.385,43	,00	8.394.385,43	1.416.367,36	6.978.018,07
INVERSOES FINANCEIRAS	10.646,85	,00	10.646,85	,00	10.646,85
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.254.192,58	,00	1.254.192,58	50.000,00	1.204.192,58
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	9.659.224,86	,00	9.659.224,86	1.466.367,36	8.192.857,50
DIRET ADM PENAL					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	4.164.052,51	,00	4.164.052,51	2.535.159,52	1.628.892,99
TRANSFERENCIAS CORRENTES	15.331,12	,00	15.331,12	,00	15.331,12
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	4.179.383,63	,00	4.179.383,63	2.535.159,52	1.644.224,11
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	149.006,88	,00	149.006,88	11.997,00	137.009,88
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	149.006,88	,00	149.006,88	11.997,00	137.009,88
TOTAL DO ORGAO	29.595.197,12	,00	29.595.197,12	16.622.259,32	12.972.937,80

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00161
FOLHA Nº

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

160

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
POLICIA MILITAR					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	134.577.499,15	,00	134.577.499,15	131.689.390,17	2.888.108,98
TRANSFERENCIAS CORRENTES	53.882.197,51	,00	53.882.197,51	51.559.479,54	2.322.717,97
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	188.459.696,66	,00	188.459.696,66	183.248.869,71	5.210.826,95
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	19.979.545,88	,00	19.979.545,88	,00	19.979.545,88
INVERSOES FINANCEIRAS	168,93	,00	168,93	,00	168,93
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.178.843,77	,00	1.178.843,77	,00	1.178.843,77
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	21.158.558,58	,00	21.158.558,58	,00	21.158.558,58
TOTAL DO ORGAO	209.618.255,24	,00	209.618.255,24	183.248.869,71	26.369.385,53

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00162

160

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SECRET ESTADO DE GOVERNO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	9.880.262,87	,00	9.880.262,87	8.661.939,26	1.218.323,61
TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.352.891,34	,00	8.352.891,34	3.192.823,98	5.160.067,36
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	18.233.154,21	,00	18.233.154,21	11.854.763,24	6.378.390,97
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	1.910.459,62	,00	1.910.459,62	1.737.637,00	172.822,62
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	11.476.204,10	,00	11.476.204,10	,00	11.476.204,10
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	13.386.663,72	,00	13.386.663,72	1.737.637,00	11.649.026,72
SECR EST GOVERNO - ENT SUP					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.218.939,96	,00	3.218.939,96	3.218.931,98	7,98
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	3.218.939,96	,00	3.218.939,96	3.218.931,98	7,98
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	262.609,03	,00	262.609,03	,00	262.609,03
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	262.609,03	,00	262.609,03	,00	262.609,03
TOTAL DO ORGAO	35.101.366,92	,00	35.101.366,92	16.811.332,22	18.290.034,70

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00163

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

162

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
SECR EST DES EC INT MERCOSUL					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	11.385.222,69	,00	11.385.222,69	2.565.281,03	8.819.941,66
TRANSFERENCIAS CORRENTES	961.917,30	,00	961.917,30	243.274,60	718.642,70
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	12.347.139,99	,00	12.347.139,99	2.808.555,63	9.538.584,36
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	2.213.824,32	,00	2.213.824,32	1.902.831,00	310.993,32
INVERSOES FINANCEIRAS	1.064,65	,00	1.064,65	,00	1.064,65
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	532.344,11	,00	532.344,11	,00	532.344,11
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	2.747.233,08	,00	2.747.233,08	1.902.831,00	844.402,08
SECR EST DES EC INT MER-EN SUP					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.844.484,47	,00	2.844.484,47	2.570.188,44	274.296,03
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	2.844.484,47	,00	2.844.484,47	2.570.188,44	274.296,03
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	1.064,65	,00	1.064,65	,00	1.064,65
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	1.064,65	,00	1.064,65	,00	1.064,65
TOTAL DO ORGAO	17.939.922,19	,00	17.939.922,19	7.281.575,07	10.658.347,12

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00164

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

163

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
ENCARGOS GERAIS ESTADO					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	71.877.040,81	,00	71.877.040,81	56.813.366,09	15.063.674,72
TRANSFERENCIAS CORRENTES	436.113.691,49	,00	436.113.691,49	377.112.238,00	59.001.453,49
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	507.990.732,30	,00	507.990.732,30	433.925.604,09	74.065.128,21
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	2.403.979,14	,00	2.403.979,14	1.142.865,47	1.261.113,67
INVERSOES FINANCEIRAS	16.655.646,15	,00	16.655.646,15	10.027.325,78	6.628.320,37
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	374.912.157,42	,00	374.912.157,42	339.471.097,77	35.441.059,65
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	393.971.782,71	,00	393.971.782,71	350.641.289,02	43.330.493,69
TOTAL DO ORGAO	901.962.515,01	,00	901.962.515,01	784.566.893,11	117.395.621,90

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00165

163

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

164

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	587.673.643,37	,00	587.673.643,37	560.742.603,31	26.931.040,06
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	587.673.643,37	,00	587.673.643,37	560.742.603,31	26.931.040,06
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL DO ORGAO	587.673.643,37	,00	587.673.643,37	560.742.603,31	26.931.040,06

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00156

161

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

165

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11, DA LEI 4320/64

EXERCICIO DE 1996

EM R$

TITULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENCA
	CREDITOS ORCAM. E SUPLEMENTARES MENOS ANULACOES	CREDITOS ESPECIAIS EXTRAORDINARIOS	TOTAL		
RESERVA DE CONTINGENCIA					
DESPESAS CORRENTES					
DESPESAS DE CUSTEIO	134.756,45	,00	134.756,45	,00	134.756,45
TRANSFERENCIAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CORRENTES	134.756,45	,00	134.756,45	,00	134.756,45
DESPESAS DE CAPITAL					
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSOES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
SOMA DAS DESPESAS CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL DO ORGAO	134.756,45	,00	134.756,45	,00	134.756,45

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00167

195

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

166

CONSOLIDACAO DA DESPESA POR SUA NATUREZA

RECURSOS DO TESOURO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR	%
3000.00	DESPESAS CORRENTES	2.706.299.526,43	81,03
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	1.050.913.189,28	31,46
3110.00	PESSOAL	807.825.084,69	24,18
3111.00	PESSOAL CIVIL	668.913.948,21	20,02
3112.00	PESSOAL MILITAR	127.496.518,79	3,81
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	11.414.617,69	,34
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	37.399.243,42	1,11
3130.00	SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	171.524.597,27	5,13
3131.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	3.982.240,52	,11
3132.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	167.542.356,75	5,01
3190.00	DIVERSOS DESPESAS DE CUSTEIO	34.164.263,90	1,02
3191.00	SENTENCAS JUDICIAIS	25.554.003,24	,76
3192.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES.	8.610.260,66	,25
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES.	1.655.386.337,15	49,56
3210.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	247.109.565,35	7,39
3211.00	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	78.746.689,23	2,35
3212.00	SUBVENCOES ECONOMICAS.	120.496.191,05	3,60
3214.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS.	47.866.685,07	1,43
3220.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	572.405.990,37	17,13
3223.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIO.	572.405.990,37	17,13
3230.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	29.638.038,44	,88
3231.00	SUBVENCOES SOCIAIS.	29.638.038,44	,88
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS.	446.532.458,29	13,37
3251.00	INATIVOS.	428.642.981,27	12,83
3252.00	PENSIONISTAS.	12.151.578,14	,36
3253.00	SALARIO FAMILIA.	3.796.967,78	,11
3254.00	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES.	1.562.549,44	,04
3255.00	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR.	23.400,59	,00
3259.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS.	354.981,07	,01
3260.00	ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA.	325.426.533,38	9,74
3261.00	JUROS DA DIVIDA CONTRATADA.	171.522.174,80	5,13
3262.00	OUTROS ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA.	4.109.279,41	,12
3263.00	JUROS SOBRE TITULOS DO TESOURO.	18.092.618,68	,54
3264.00	DESCONTOS E COMISSOES SOBRE TITULOS DO TESOURO	120.461.454,70	3,60
3265.00	JUROS DE OUTRAS DIVIDAS.	11.241.005,79	,33
3270.00	ENCARGOS DA DIVIDA EXTERNA.	18.363.082,30	,54
3271.00	JUROS DA DIVIDA CONTRATADA.	17.693.746,88	,52
3272.00	OUTROS ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA.	669.335,42	,02
3280.00	CONTRIBUICOES PARA FORMACAO DO PATRIMONIO DO SER	14.108.706,08	,42
3290.00	DIVERSAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.801.962,94	,05
3291.00	SENTENCAS JUDICIAIS	265.699,23	,00
3292.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.536.263,71	,04
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	633.334.181,64	18,96
4100.00	INVESTIMENTOS	60.885.833,29	1,82
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	29.698.754,54	,88

CONTINUA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00168

4/96

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CONSOLIDACAO DA DESPESA POR SUA NATUREZA

RECURSOS DO TESOURO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

167

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR	%
	CONTINUACAO		
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.916.578,53	,59
4140.00	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS I	7.323.400,00	,21
4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	3.947.100,22	,11
4191.00	SENTENCAS JUDICIAIS	2.145.107,31	,06
4192.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.801.992,91	,05
4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	17.619.272,19	,52
4250.00	AQUISICAO DE TITULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL	450.617,48	,01
4260.00	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS C	17.168.654,71	,51
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	554.829.076,16	16,61
4310.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	205.109.596,51	6,14
4311.00	AUXILIO PARA DESEPSAS DE CAPITAL.	173.307.060,53	5,18
4313.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	31.802.535,98	,95
4320.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	31.597.045,60	,94
4321.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	200.000,00	,00
4323.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	31.397.045,60	,94
4330.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	3.066.894,81	,09
4331.00	AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	3.066.894,81	,09
4350.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA	295.098.511,01	8,83
4351.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA	74.740.344,36	2,23
4352.00	RESGATE DE TITULOS DO TESOURO	220.358.166,65	6,59
4360.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA EXTERNA	19.476.048,23	,58
4361.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA	19.476.048,23	,58
4390.00	DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	480.980,00	,01
4392.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	480.980,00	,01
	T O T A L	3.339.633.708,07	100,00

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00169

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

168

ORGAO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
I3000.00	DESPESAS CORRENTES	59.929.395,57
I3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	46.514.974,52
I3110.00	PESSOAL	41.948.990,13
I3111.00	PESSOAL CIVIL	37.413.992,57
I3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	4.534.997,56
I3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	354.745,84
I3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	4.092.720,85
I3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	4.092.720,85
I3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	118.517,70
I3191.00	SENTENCAS JUDICIAIS	5.750,36
I3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	112.767,34
I3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.414.421,05
I3230.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS.	1.659.908,46
I3231.00	SUBVENCOES SOCIAIS	1.659.908,46
I3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	11.740.860,89
I3251.00	INATIVOS	11.554.177,87
I3253.00	SALARIO-FAMILIA.	128.815,36
I3255.00	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	21.895,52
I3259.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	35.972,14
I3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	13.651,70
I3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.651,70
I4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.279.386,89
I4100.00	INVESTIMENTOS	2.279.386,89
I4110.00	OBRAS E INSTALACOES	1.813.977,27
I4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	465.409,62
	T O T A L	62.208.782,46

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE FOLHA Nº 00170

169

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

169

ORGAO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	21.654.311,47
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	14.875.885,40
3110.00	PESSOAL	13.205.773,89
3111.00	PESSOAL CIVIL	12.453.219,93
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	752.553,96
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	202.278,61
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	1.467.570,91
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	29.538,46
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	1.438.032,45
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	261,99
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	261,99
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.778.426,07
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	6.778.426,07
3251.00	INATIVOS	6.691.794,91
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	83.174,49
3259.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	3.456,67
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	289.737,09
4100.00	INVESTIMENTOS	289.403,09
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	289.403,09
4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	334,00
4250.00	AQ.TITULOS REP.CAP.JA INTEG.	334,00
	TOTAL	21.944.048,56

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 001171

169

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

170

ORGAO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
I3000.00	DESPESAS CORRENTES	137.341.009,34
I3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	105.754.648,27
I3110.00	PESSOAL	70.425.636,42
I3111.00	PESSOAL CIVIL	67.351.588,14
I3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	3.074.048,28
I3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.036.133,40
I3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	7.739.535,07
I3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	155.088,00
I3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	7.584.447,07
I3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	25.553.343,38
I3191.00	SENTENCAS JUDICIAIS	25.524.418,24
I3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	28.925,14
I3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	31.586.361,07
I3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	31.254.172,56
I3251.00	INATIVOS	30.771.928,61
I3253.00	SALARIO-FAMILIA.	410.707,58
I3259.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	71.536,37
I3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	332.188,51
I3291.00	SENTENCAS JUDICIAIS	265.699,23
I3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	66.489,28
I4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.302.604,89
I4100.00	INVESTIMENTOS	5.300.036,26
I4110.00	OBRAS E INSTALACOES	457.496,17
I4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	1.204.051,37
I4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	3.638.488,72
I4191.00	SENTENCAS JUDICIAIS	2.145.107,31
I4192.00	DESP. EXERCICIOS ANTERIORES	1.493.381,41
I4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	2.568,63
I4250.00	AQ.TITULOS REP.CAP.JA INTEG.	2.568,63
	T O T A L	142.643.614,23

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 001172

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

ORGAO : MINISTERIO PUBLICO

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	45.037.445,14
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	29.740.910,81
3110.00	PESSOAL	27.386.091,26
3111.00	PESSOAL CIVIL	27.327.354,70
3112.00	PESSOAL MILITAR	37.223,91
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	21.512,65
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	249.061,77
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	2.094.215,13
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	364.067,05
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	1.730.148,08
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	11.542,65
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	11.542,65
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	15.296.534,33
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	15.200.350,16
3251.00	INATIVOS	15.137.781,24
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	43.874,60
3259.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	18.694,32
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	96.184,17
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	96.184,17
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.663.853,69
4100.00	INVESTIMENTOS	4.640.838,24
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	3.695.270,74
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	652.956,00
4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	292.611,50
4192.00	DESP. EXERCICIOS ANTERIORES	292.611,50
4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	23.015,45
4250.00	AQ.TITULOS REP.CAP.JA INTEG.	23.015,45
	TOTAL	49.701.298,83

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00173

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

172

ORGAO : GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	15.810.976,11
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	12.336.201,36
3110.00	PESSOAL	7.755.634,17
3111.00	PESSOAL CIVIL	7.750.636,07
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	4.998,10
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	358.006,11
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	2.986.259,85
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	13.673,73
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	2.972.586,12
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.236.301,23
3191.00	SENTENCAS JUDICIAIS	23.834,64
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	1.212.466,59
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.474.774,75
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	3.474.774,75
3251.00	INATIVOS	3.462.862,67
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	11.912,08
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	8.610.722,98
4100.00	INVESTIMENTOS	8.610.722,98
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	1.239.308,13
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	361.414,85
4140.00	CONST.AUMENTO CAP.EMP.IND.AGRI	7.010.000,00
	T O T A L	24.421.699,09

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00176

172

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

173

ORGAO : GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	648.178,98
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	477.891,71
3110.00	PESSOAL	427.121,82
3111.00	PESSOAL CIVIL	425.371,82
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.750,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	18.123,53
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	32.646,36
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	32.646,36
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	170.287,27
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	170.287,27
3251.00	INATIVOS	169.286,27
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	1.001,00
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	767,50
4100.00	INVESTIMENTOS	767,50
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	767,50
	TOTAL	648.946,48

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00173

173

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

174

ORGAO : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	4.098.269,66
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	1.764.910,38
3110.00	PESSOAL	1.679.394,09
3111.00	PESSOAL CIVIL	1.679.394,09
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.223,83
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	60.770,08
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	1.914,62
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	58.855,46
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	14.522,38
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	14.522,38
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.333.359,28
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	2.320.193,76
3251.00	INATIVOS	2.318.380,53
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	1.813,23
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	13.165,52
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.165,52
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	13.350,00
4100.00	INVESTIMENTOS	13.350,00
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	13.350,00
	T O T A L	4.111.619,66

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00176

174

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

175

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	136.187.392,81
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	12.193.751,71
3110.00	PESSOAL	3.125.433,07
3111.00	PESSOAL CIVIL	3.116.100,47
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	9.332,60
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	567.457,38
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	8.347.166,23
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	18.732,76
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	8.328.433,47
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	153.695,03
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	153.695,03
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	123.993.641,10
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	118.848.107,19
3212.00	SUBVENCOES ECONOMICAS	116.939.796,56
3214.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	1.908.310,63
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	4.115.578,33
3251.00	INATIVOS	4.085.655,81
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	29.922,52
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	1.029.955,58
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.029.955,58
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.022.443,04
4100.00	INVESTIMENTOS	3.854.001,25
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	3.489.425,75
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	51.175,50
4140.00	CONST.AUMENTO CAP.EMP.IND.AGRI	313.400,00
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.168.441,79
4310.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	2.687.461,79
4313.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	2.687.461,79
4390.00	DIV. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	480.980,00
4392.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	480.980,00
	TOTAL	143.209.835,85

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 001177

175

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

176

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO DESPORTO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	590.165.394,84
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	338.390.695,29
3110.00	PESSOAL	281.363.409,92
3111.00	PESSOAL CIVIL	281.079.877,54
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	283.532,38
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	25.471.943,11
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	30.211.818,64
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	1.241.601,27
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	28.970.217,37
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.343.523,62
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	1.343.523,62
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	251.774.699,55
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	37.393.438,44
3211.00	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	37.393.438,44
3220.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS.	9.097.847,61
3223.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIO.	9.097.847,61
3230.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS.	21.501.142,24
3231.00	SUBVENCOES SOCIAIS	21.501.142,24
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	183.782.271,26
3251.00	INATIVOS	180.817.657,78
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	1.402.064,04
3254.00	AP. FINACEIRO A ESTUDANTES	1.562.549,44
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	34.758.821,09
4100.00	INVESTIMENTOS	28.550.391,16
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	13.539.537,48
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	15.010.853,68
4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	401.229,17
4250.00	AQ.TITULOS REP.CAP.JA INTEG.	401.229,17
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	5.807.200,76
4320.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	5.807.200,76
4323.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	5.807.200,76
	T O T A L	624.924.215,93

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00178

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	74.274.039,29
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	40.700.258,33
3110.00	PESSOAL	5.158.340,43
3111.00	PESSOAL CIVIL	5.128.886,09
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	29.454,34
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	473.649,61
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	35.051.367,40
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	123.234,72
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	34.928.132,68
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	16.900,89
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	16.900,89
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	33.573.780,96
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	30.394.591,68
3214.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	30.394.591,68
3230.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS.	2.287.176,43
3231.00	SUBVENCOES SOCIAIS	2.287.176,43
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	886.763,03
3251.00	INATIVOS	866.750,32
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	20.012,71
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	5.249,82
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.249,82
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	21.302.738,24
4100.00	INVESTIMENTOS	435.073,23
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	435.073,23
4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	4.664.799,16
4250.00	AQ.TITULOS REP.CAP.JA INTEG.	23.470,23
4260.00	CONST.AUMENTO CAP.EMP.COM.FIN.	4.641.328,93
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	16.202.865,85
4310.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	15.560.371,01
4313.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	15.560.371,01
4320.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	104.000,00
4323.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	104.000,00
4330.00	TRANSF.A INSTITUICOES PRIVADAS	538.494,84
4331.00	AUX. PARA DESPESAS DE CAPITAL	538.494,84
	TOTAL	95.576.777,53

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 001179

197

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

178

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	8.213.327,10
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	5.304.553,79
3110.00	PESSOAL	3.834.484,90
3111.00	PESSOAL CIVIL	3.819.619,40
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	14.865,50
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	208.520,67
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	1.248.340,27
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	16.550,47
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	1.231.789,80
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	13.207,95
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	13.207,95
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.908.773,31
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	2.848.601,02
3251.00	INATIVOS	2.835.045,95
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	13.555,07
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	60.172,29
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	60.172,29
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	12.737,53
4100.00	INVESTIMENTOS	12.737,53
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	12.737,53
	T O T A L	8.226.064,63

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00180

178

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

179

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	138.865.671,32
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	108.245.270,00
3110.00	PESSOAL	104.981.200,70
3111.00	PESSOAL CIVIL	103.137.401,54
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.843.799,16
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	321.844,73
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	2.561.466,27
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	1.716.622,64
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	844.843,63
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	380.758,30
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	380.758,30
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	30.620.401,32
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	12.321.196,23
3214.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	12.321.196,23
3230.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS.	42.750,87
3231.00	SUBVENCOES SOCIAIS	42.750,87
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	18.122.097,68
3251.00	INATIVOS	17.767.346,25
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	354.751,43
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	134.356,54
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	134.356,54
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	8.986.771,79
4100.00	INVESTIMENTOS	2.915,00
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	2.915,00
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	8.983.856,79
4310.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	8.983.856,79
4313.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	8.983.856,79
	T O T A L	147.852.443,11

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00181

179

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

180

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	54.511.335,60
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	43.758.339,38
3110.00	PESSOAL	39.999.416,80
3111.00	PESSOAL CIVIL	39.952.041,61
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	47.375,19
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.512.516,57
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	2.109.370,45
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	2.109.370,45
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	137.035,56
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	137.035,56
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.752.996,22
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	10.735.981,32
3251.00	INATIVOS	10.595.333,41
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	140.647,91
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	17.014,90
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	17.014,90
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	27.170,52
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	27.170,52
4310.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	27.170,52
4313.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	27.170,52
	T O T A L	54.538.506,12

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00182

180

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO,CIENTIFICO E TECNOLOGICO

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	2.965.269,10
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	1.801.461,31
3110.00	PESSOAL	1.271.110,34
3111.00	PESSOAL CIVIL	1.132.080,60
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	139.029,74
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.454,80
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	499.896,17
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	1.254,00
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	498.642,17
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.163.807,79
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	1.042.353,08
3212.00	SUBVENCOES ECONOMICAS	986.206,05
3214.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	56.147,03
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	102.437,91
3251.00	INATIVOS	101.496,71
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	941,20
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	19.016,80
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.016,80
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	96.125,78
4100.00	INVESTIMENTOS	17.000,58
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	1.000,58
4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	16.000,00
4192.00	DESP. EXERCICIOS ANTERIORES	16.000,00
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	79.125,20
4310.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	79.125,20
4313.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	79.125,20
	TOTAL	3.061.394,88

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 001883

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

182

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E COMUNICACAO SOCIAL

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
I3000.00	DESPESAS CORRENTES	4.991.371,62
I3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	3.762.986,27
I3110.00	PESSOAL	351.798,38
I3111.00	PESSOAL CIVIL	351.523,38
I3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	275,00
I3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	26.753,39
I3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	3.383.345,70
I3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	150,00
I3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	3.383.195,70
I3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.088,80
I3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	1.088,80
I3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.228.385,35
I3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	1.224.385,30
I3211.00	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	1.224.385,30
I3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	4.000,05
I3251.00	INATIVOS	3.467,05
I3253.00	SALARIO-FAMILIA.	533,00
I4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	8.103,00
I4100.00	INVESTIMENTOS	8.103,00
I4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	8.103,00
	T O T A L	4.999.474,62

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00184

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

183

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	157.165.565,15
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	68.654.910,52
3110.00	PESSOAL	62.155.183,89
3111.00	PESSOAL CIVIL	62.138.305,26
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	16.878,63
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	417.606,92
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	5.999.620,58
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	173.154,55
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	5.826.466,03
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	82.499,13
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	82.499,13
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	88.510.654,63
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	88.506.910,66
3251.00	INATIVOS	88.415.313,66
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	91.597,00
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	3.743,97
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.743,97
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.080.285,53
4100.00	INVESTIMENTOS	115.734,86
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	85.398,72
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	30.336,14
4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	2.500.000,00
4260.00	CONST.AUMENTO CAP.EMP.COM.FIN.	2.500.000,00
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.464.550,67
4310.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	4.464.550,67
4313.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	4.464.550,67
	TOTAL	164.245.850,68

EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00185

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

184

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	34.744.726,23
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	968.394,88
3110.00	PESSOAL	810.245,58
3111.00	PESSOAL CIVIL	807.420,58
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.825,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	48.816,24
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	98.243,65
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	4.030,36
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	94.213,29
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	11.089,41
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	11.089,41
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	33.776.331,35
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	33.355.623,29
3211.00	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	33.355.623,29
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	419.283,42
3251.00	INATIVOS	417.484,23
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	1.799,19
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	1.424,64
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.424,64
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	176.963.946,17
4100.00	INVESTIMENTOS	412.179,36
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	365.713,31
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	46.466,05
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	176.551.766,81
4310.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	173.307.060,53
4311.00	AUXILIOS PARA DESP. DE CAPITAL	173.307.060,53
4320.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	3.244.706,28
4323.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	3.244.706,28
	TOTAL	211.708.672,40

FOLHA Nº 0015

184

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE

185

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	6.182.435,74
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	2.627.371,52
3110.00	PESSOAL	1.175.530,34
3111.00	PESSOAL CIVIL	1.175.530,34
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	89.474,81
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	1.360.554,78
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	11.766,00
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	1.348.788,78
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.811,59
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	1.811,59
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.555.064,22
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	3.554.310,22
3211.00	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	3.554.310,22
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	754,00
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	754,00
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	154.494,53
4100.00	INVESTIMENTOS	131.494,53
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	131.494,53
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	23.000,00
4320.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	23.000,00
4323.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	23.000,00
	T O T A L	6.336.930,27

DIVISAO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 001187

183

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E CIDADANIA

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
I3000.00	DESPESAS CORRENTES	15.143.894,96
I3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	13.309.797,28
I3110.00	PESSOAL	9.198.557,25
I3111.00	PESSOAL CIVIL	9.169.183,16
I3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	29.374,09
I3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.616.341,41
I3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	1.427.070,40
I3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	97.770,38
I3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	1.329.300,02
I3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	67.828,22
I3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	67.828,22
I3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.834.097,68
I3230.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS.	41.118,74
I3231.00	SUBVENCOES SOCIAIS	41.118,74
I3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	1.792.978,94
I3251.00	INATIVOS	1.750.612,43
I3253.00	SALARIO-FAMILIA.	42.366,51
I4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.478.364,36
I4100.00	INVESTIMENTOS	1.428.364,36
I4110.00	OBRAS E INSTALACOES	1.276.741,54
I4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	151.622,82
I4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	50.000,00
I4320.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	50.000,00
I4323.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	50.000,00
	TOTAL	16.622.259,32

FOLHA nº 001889

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

187

ORGAO : POLICIA MILITAR

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	183.248.869,71
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	131.689.390,17
3110.00	PESSOAL	128.835.933,96
3111.00	PESSOAL CIVIL	1.096.281,55
3112.00	PESSOAL MILITAR	127.459.294,88
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	280.357,53
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.239.739,67
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	607.163,69
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	607.163,69
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	6.552,85
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	6.552,85
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	51.559.479,54
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	51.557.643,48
3251.00	INATIVOS	50.649.474,61
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	906.198,80
3255.00	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	1.505,07
3259.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	465,00
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	1.836,06
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.836,06
	TOTAL	183.248.869,71

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00189

187

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

188

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	15.073.695,22
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	8.661.939,26
3110.00	PESSOAL	803.192,66
3111.00	PESSOAL CIVIL	803.192,66
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	80.929,39
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	7.777.817,21
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	7.777.817,21
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.411.755,96
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	6.405.371,48
3211.00	TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS	3.218.931,98
3214.00	CONTRIBUICOES A FUNDOS	3.186.439,50
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	6.384,48
3251.00	INATIVOS	5.547,28
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	837,20
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.737.637,00
4100.00	INVESTIMENTOS	1.737.637,00
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	1.706.000,00
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	31.637,00
	T O T A L	16.811.332,22

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00190

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INTEGRACAO AO MERCOSUL

EXERCICIO DE 1996

EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	5.378.744,07
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	2.565.281,03
3110.00	PESSOAL	1.834.173,64
3111.00	PESSOAL CIVIL	1.604.946,71
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	229.226,93
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	64.621,63
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	654.047,01
3131.00	REMUN.DE SERV.PESSOAIS	13.091,51
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	640.955,50
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	12.438,75
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	12.438,75
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.813.463,04
3210.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS.	2.570.188,44
3212.00	SUBVENCOES ECONOMICAS	2.570.188,44
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	226.738,08
3251.00	INATIVOS	225.583,68
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	1.154,40
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	16.536,52
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.536,52
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.902.831,00
4100.00	INVESTIMENTOS	1.902.831,00
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	1.900.000,00
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	2.831,00
	TOTAL	7.281.575,07

DIVERSOS DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00191

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

190

ORGAO : ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	433.925.604,09
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	56.813.366,09
3110.00	PESSOAL	98.431,05
3113.00	OBRIGACOES PATRONAIS	98.431,05
3130.00	SERVICOS DE TERC.E ENCARGOS	51.713.590,57
3132.00	OUTROS SERV.E ENCARGOS	51.713.590,57
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	5.001.344,47
3192.00	DESP. DE EXERC. ANTERIORES	5.001.344,47
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	377.112.238,00
3220.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS.	2.565.539,45
3223.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIO.	2.565.539,45
3230.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS.	4.105.941,70
3231.00	SUBVENCOES SOCIAIS	4.105.941,70
3250.00	TRANSFERENCIAS A PESSOAS	12.484.969,17
3252.00	PENSIONISTAS.	12.151.578,14
3253.00	SALARIO-FAMILIA.	108.534,46
3259.00	OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	224.856,57
3260.00	ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA	325.426.533,38
3261.00	JUROS DA DIVIDA CONTRATADA	171.522.174,80
3262.00	OUTROS ENC.DA DIV.CONTRATADA	4.109.279,41
3263.00	JUROS SOBRE TITULOS DO TESOURO	18.092.618,68
3264.00	DESC.E COM.SOBRE TITUL.TESOURO	120.461.454,70
3265.00	JUROS DE OUTRAS DIVIDAS	11.241.005,79
3270.00	ENCARGOS DA DIVIDA EXTERNA	18.363.082,30
3271.00	JUROS DA DIVIDA CONTRATADA	17.693.746,88
3272.00	OUTROS ENC.DA DIV. CONTRATADA.	669.335,42
3280.00	CONT.FORM.PAT.SERV. PUB- PASEP	14.108.706,08
3290.00	DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	57.465,92
3292.00	DESP. DE EXERCICIOS ANTERIORES	57.465,92
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	350.641.289,02
4100.00	INVESTIMENTOS	1.142.865,47
4110.00	OBRAS E INSTALACOES	128.884,85
4120.00	EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	1.013.980,62
4200.00	INVERSOES FINANCEIRAS	10.027.325,78
4260.00	CONST.AUMENTO CAP.EMP.COM.FIN.	10.027.325,78
4300.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	339.471.097,77

DIVULGAÇÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00192

190

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

191

ORGAO : ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
4320.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	22.368.138,56
4321.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	200.000,00
4323.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	22.168.138,56
4330.00	TRANSF.A INSTITUICOES PRIVADAS	2.528.399,97
4331.00	AUX. PARA DESPESAS DE CAPITAL	2.528.399,97
4350.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA	295.098.511,01
4351.00	AMORTIZACAO DA DIV.CONTRATADA	74.740.344,36
4352.00	RESGATE DE TITULOS DO TESOURO	220.358.166,65
4360.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA EXTERNA	19.476.048,23
4361.00	AMORTIZACAO DA DIV. CONTRATADA	19.476.048,23
	TOTAL	784.566.893,11

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00193

191

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ORCAMENTACAO

CLASSIFICACAO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

192

ORGAO : TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS

EXERCICIO DE 1996 EM R$

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR
3000.00	DESPESAS CORRENTES	560.742.603,31
3200.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	560.742.603,31
3220.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS.	560.742.603,31
3223.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIO.	560.742.603,31
	TOTAL	560.742.603,31

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00192

192

192

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.563.393.671,35	100,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.339.633.708,07	100,00
RECEITAS CORRENTES	2.592.381.782,14	72,75	DESPESAS CORRENTES	2.706.299.526,43	81,04
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.967.970.907,52	55,23	DESPESAS DE CUSTEIO	1.050.913.189,28	31,47
IMPOSTOS	1.966.024.871,41	55,17	PESSOAL	807.825.084,69	24,19
IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	92.533.800,35	2,60	PESSOAL CIVIL	668.913.948,21	20,03
I.T.B.I.	131.725,78	0,00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	617.266.264,07	18,48
I.T.B.I. ESTADUAL	65.863,01	0,00	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	609.933.697,74	18,26
I.T.B.I. MUNICIPAL	65.862,77	0,00	VVF - PESSOAL CLT	7.332.566,33	0,22
I.P.V.A.	86.478.538,92	2,43	DESPESAS VARIÁVEIS	51.647.684,14	1,55
I.P.V.A. ESTADUAL	43.239.393,26	1,21	AJUDA DE CUSTO	1.960.441,72	0,06
I.P.V.A. MUNICIPAL	43.239.145,66	1,21	DIÁRIAS	7.729.091,36	0,23
I.T.C.M.D.	5.923.535,65	0,17	SUBSTITUIÇÃO	1.705.999,45	0,05
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	1.873.491.071,06	52,58	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	699.570,48	0,02
I.C.M.S.	1.873.491.071,06	52,58	DESPESAS DIVERSAS PESSOAL CIVIL	39.552.581,13	1,18
I.C.M.S. ESTADUAL	1.405.127.869,33	39,43	PESSOAL MILITAR	127.496.518,79	3,82
I.C.M.S. MUNICIPAL	468.363.201,73	13,14	VVF - PESSOAL MILITAR	116.734.515,80	3,50
TAXAS	1.946.036,11	0,05	DESPESAS VARIÁVEIS	10.762.002,99	0,32
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.943.080,73	0,05	AJUDA DE CUSTO - MILITAR	768.593,07	0,02
TAXAS DE SERVIÇOS GERAIS	1.487.665,34	0,04	DIÁRIAS - MILITAR	935.592,02	0,03
ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	455.415,39	0,01	SUBSTITUIÇÃO - MILITAR	241.561,43	0,01
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.955,38	0,00	DESPESAS DIVERSAS - MILITAR	8.816.256,47	0,26
ATOS DA SEC. EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO	974,52	0,00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11.414.617,69	0,34
ATOS DA APOSENT. DE SERVID. AUXIL. JUSTIÇA	1.980,86	0,00	MATERIAL DE CONSUMO	37.399.243,42	1,12
RECEITA PATRIMONIAL	28.179.409,74	0,79	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	3.642.961,89	0,11
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	27.533.933,39	0,77	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	3.745.904,43	0,11
DIVIDENDOS	12.132,68	0,00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	124.569,66	0,00
TELEBRÁS	12.132,68	0,00	FORRAGEM E CORRELATOS	31.624,50	0,00
RENDAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	27.521.800,71	0,77	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	21.839.639,40	0,65
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	9.357.388,47	0,26	MATERIAL ESCOLAR DIDÁTICO	1.930.230,20	0,06
APLICAÇÕES EM LETRAS DE CÂMBIO	404.087,45	0,01	PEÇAS, ACESSÓRIOS E SOBRE PARA VEÍCULOS	676.570,87	0,02
APLIC. DO FLDP OVER/OPEN - POSIÇÃO COMPROMISSADA	16.192.956,03	0,45	MATERIAL PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	142.627,56	0,00
APLICAÇÕES DO FLDP - BBC POSIÇÃO PRÓPRIA	1.567.368,76	0,04	MED.PROD.QUIM.FARM.ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	559.970,56	0,02
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	645.476,35	0,02	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	1.650.100,35	0,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	478.857.261,08	13,44	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	2.707.384,57	0,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	478.857.261,08	13,44	FARDAMENTO	347.659,43	0,01
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	478.857.261,08	13,44	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	171.524.597,27	5,14
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	380.928.437,98	10,69	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	3.982.240,52	0,12

FOLHA Nº 0017

194

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
F.P.E.	111.803.059,49	3,14	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	167.542.356,75	5,02
COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL PETROBRÁS	28.357,85	0,00	ACORDOS E CONVÊNIOS	7.794.708,37	0,23
TRANSFERÊNCIAS DO I.R.R.F.	64.083.103,67	1,80	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	698.676,09	0,02
I.P.I.	148.525.153,74	4,17	COMUNICAÇÃO	15.003.329,79	0,45
I.P.I. ESTADUAL	111.393.865,37	3,13	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	595.582,36	0,02
I.P.I. MUNICIPAL	37.131.288,37	1,04	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	288.839,08	0,01
COTA-PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	56.488.763,23	1,59	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	7.387.958,89	0,22
TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	85.814.487,79	2,41	SERV. CONSERV. MANUT. BENS UTIL. COM. POVO	156,16	0,00
SEC.DE EST. DO DES. ECON., CIENT. E TECNOLÓGICO	1.316.002,85	0,04	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	9.830.350,85	0,29
CONVÊNIO IMETRO-SC/SDECT	733.000,00	0,02	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	15.890.669,16	0,48
CONVÊNIO CAPES/SEMTEC/SDT/SED	583.002,85	0,02	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	996.378,36	0,03
SEC. DE EST. DO DES. RURAL E AGRICULTURA	380.903,04	0,01	EVENTUAIS	76.798,14	0,00
CONVÊNIO SEDRA/MARA	100.903,04	0,00	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	5.337.142,22	0,16
CONVÊNIO MMA/SEDRA Nº 068/95	280.000,00	0,01	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	3.424.860,20	0,10
SEC. DE EST. DO DES. SOCIAL E DA FAMÍLIA	51.992.255,98	1,46	MANUTENÇÃO DE PALÁCIOS	147.086,57	0,00
CONVÊNIO SEDSF/MTB/SPES/CODEFAT Nº 001/96	973.837,17	0,03	PASSAGENS	1.426.050,82	0,04
CONVÊNIO SEDSF/SAS/MPAS - Nº 022/95	15.689.621,81	0,44	RECEPÇÕES E HOSPEDAGENS	22.455,42	0,00
CONVÊNIO SEDSF/COTA/CJ Nº 40/96	349.990,00	0,01	REFEIÇÕES	422.404,75	0,01
CONVÊNIO MT/SEFOR/SEDSF Nº 005/96	31.050.000,00	0,87	DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES, PRÊMIOS E MEDALHAS	1.427.374,49	0,04
CONVÊNIO MPAS/SEDSF-SC-Nº 4400004996/96-03	2.753.541,00	0,08	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONF., EX., E OUTROS	32.636.054,95	0,98
CONVÊNIO FNAS/SC - SEDSF Nº 59/96	1.175.266,00	0,03	SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	40.563.437,82	1,21
SEC. DE EST. DO DES.URBANO E DO MEIO AMBIENTE	88.656,32	0,00	SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	23.572.042,26	0,71
CONVÊNIO BNDES/FATMA/BIRD 3480	3.391,58	0,00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	34.164.263,90	1,02
CONVÊNIO BNDES/EXIMBANK (JAPÃO)	10.174,74	0,00	SENTENÇAS JUDICIAIS	25.554.003,24	0,77
CONVÊNIO SAEPR/SDM Nº 05/95	75.090,00	0,00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.610.260,66	0,26
SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO	15.944.688,21	0,45	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.655.386.337,15	49,57
CONVÊNIO SEE/FAE/ALIM. ESCOLAR Nº 1712/74	10.691.389,00	0,30	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	247.109.565,35	7,40
CV.SEED/FNDE/MEC/Nº 2827/95/ACORDA BRASIL	120.100,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	78.746.689,23	2,36
CONVÊNIO SED/TV - ESCOLA	10.102,35	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	41.524.732,30	1,24
CONVÊNIO FNDE/SED/SENSO EDUCACIONAL	25.756,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.221.956,93	1,11
CONV. FNDE/SED/Nº 5657/96/RECONST. ESCOLA	869.118,36	0,02	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	120.496.191,05	3,61
CONV. FNDE/SED/Nº 3699/96/EDUCAÇAO ÍNDIGENA	42.400,00	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	118.277.549,05	3,54
CONV. FNDE/SED/Nº 4970/96/ACORDA BRASIL	23.500,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.218.642,00	0,07
CONV. MEC/FAE/SED/Nº 309/96/TRANSPORTE ESCOLAR	1.680.000,00	0,05	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	47.866.685,07	1,43
CONV. MEC/FAE/PNSE/SED/Nº 246/96/SAÚDE ESCOLAR	724.720,00	0,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.866.685,07	1,43
CONV. MEC/FAE/SED/Nº 239/96/CESTA MATERIAL	1.466.402,50	0,04	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	572.405.990,37	17,14
CONV. MEC/SEF/SED/Nº 04/96/ENSINO FUNDAMENTAL	291.200,00	0,01	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	572.405.990,37	17,14

DIVULGAÇÃO
FOLHA Nº 00194

195

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	7.250.000,00	0,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.118.921,87	0,18
CONV. SEF/DAFI/PLEITOS EMERG. JOINVILLE 20/95	2.250.000,00	0,06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.544.465,19	0,17
CONVÊNIO 90/MPO/95	5.000.000,00	0,14	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES A MUNICÍPIOS	560.742.603,31	16,79
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	57.149,41	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	29.638.038,44	0,89
CONVÊNIO SUNAB/SEJC-PROCON	56.090,24	0,00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	29.638.038,44	0,89
CONVÊNIO SEJC/PM-LAGES Nº 003/96	1.059,17	0,00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	446.532.458,29	13,37
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	6.894.769,00	0,19	INATIVOS	428.642.981,27	12,84
CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 301/95	4.470.000,00	0,13	PROVENTOS DO PESSOAL CIVIL	378.035.742,10	11,32
CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 302/95	373.396,00	0,01	PROVENTOS DO PESSOAL MILITAR	50.607.239,17	1,52
CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 044/96	197.243,00	0,01	PENSIONISTAS	12.151.578,14	0,36
CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 254/93	1.694.022,00	0,05	ABONOS E PENSÕES	12.151.578,14	0,36
CONVÊNIO SES/INAN Nº 10/95-1	150.000,00	0,00	SALÁRIO-FAMILIA	3.796.967,78	0,11
CONVÊNIO SES/MS Nº 837-96	10.108,00	0,00	SALÁRIO-FAMILIA SERVIDORES CIVIS EM ATIVIDADE	2.334.848,12	0,07
SEC. DE EST. DO DES. ECON. E INT. AO MERCOSUL	1.190.062,98	0,03	SALÁRIO-FAMILIA DE INATIVOS CIVIS	453.010,20	0,01
CONVÊNIO INMETRO/SC-SDT/SDM	1.130.062,98	0,03	SALÁRIO-FAMILIA DE PENSIONISTAS	108.534,46	0,00
CONVÊNIO MMA/SDT/SDM	60.000,00	0,00	SALÁRIO-FAMILIA MILITAR EM ATIVIDADE	739.817,50	0,02
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	700.000,00	0,02	SALÁRIO-FAMILIA INATIVOS MILITARES	160.757,50	0,00
CONVÊNIO CAPES/SEMTEC/SEGOV	700.000,00	0,02	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.562.549,44	0,05
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	12.114.335,31	0,34	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	23.400,59	0,00
ADIANT. DESONER. DO I.C.M.S.-LC 87 13/09/96	12.114.335,31	0,34	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	354.981,07	0,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	117.374.203,80	3,29	ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	325.426.533,38	9,74
MULTAS E JUROS DE MORA	34.491.567,33	0,97	JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA	171.522.174,80	5,14
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	33.730.800,96	0,95	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA	4.109.279,41	0,12
MULTAS E JUROS DE MORA DOS IMPOSTOS	33.720.130,01	0,95	JUROS SOBRE DE TÍTULOS DO TESOURO	18.092.618,68	0,54
I.T.B.I. ESTADUAL	13.881,57	0,00	DESCONTOS E COMISSÕES SOBRE TÍTULOS DO TESOURO	120.461.454,70	3,61
I.T.B.I. MUNICIPAL	13.881,39	0,00	JUROS DE OUTRAS DÍVIDAS	11.241.005,79	0,34
I.P.V.A. ESTADUAL	2.384.949,20	0,07	ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	18.363.082,30	0,55
I.P.V.A. MUNICIPAL	2.384.598,01	0,07	JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA	17.693.746,88	0,53
I.T.C.M.D.	101.924,02	0,00	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA	669.335,42	0,02
I.C.M.S. ESTADUAL	21.617.928,37	0,61	CONTRIB. P/FORM. PATRIM. DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	14.108.706,08	0,42
I.C.M.S. MUNICIPAL	7.202.967,45	0,20	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.801.962,94	0,05
MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	10.670,95	0,00	SENTENÇAS JUDICIAIS	265.699,23	0,01
ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	7.058,06	0,00	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.536.263,71	0,05
ATOS DASAÚDE PÚBLICA	3.589,29	0,00			
ATOS DA APOSENT. DE SERVID. AUXIL. JUSTIÇA	23,60	0,00			
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	760.766,37	0,02			
MULTAS DE TRÂNSITO	1.078,42	0,00			

FOLHA Nº 0019

196

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
MULTAS POR INFRAÇÕES DE OBRAS E ACESSOS	94.549,60	0,00			
MULTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	3.731,99	0,00			
GLOSAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	4.110,03	0,00			
MULTAS DIVERSAS	657.296,33	0,02			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.989.718,32	0,06			
INDENIZAÇÕES	683.588,58	0,02			
COMP. FINANC. DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	229.432,40	0,01			
COMP. FINANC. DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS	137.724,49	0,00			
NOTAS FISCAIS	138.555,52	0,00			
OUTRAS INDENIZAÇÕES	177.876,17	0,00			
RESTITUIÇÕES	1.306.129,74	0,04			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.580.171,10	0,38			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	13.542.659,16	0,38			
DÍVIDA ATIVA DO I.T.B.I. ESTADUAL	896,78	0,00			
DÍVIDA ATIVA DO I.T.B.I. MUNICIPAL	896,77	0,00			
DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. ESTADUAL	3.902,07	0,00			
DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. MUNICIPAL	3.902,07	0,00			
DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. ESTADUAL	10.152.658,07	0,28			
DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. MUNICIPAL	3.380.403,40	0,09			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	37.511,94	0,00			
OUTRAS RECEITAS	37.511,94	0,00			
RECEITAS DIVERSAS	67.312.747,05	1,89			
RECEITA DA LOTESC	60.223,66	0,00			
BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIRO	66.011.606,12	1,85			
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	1.240.917,27	0,03			
RECEITAS DE CAPITAL	971.011.889,21	27,25	DESPESAS DE CAPITAL	633.334.181,64	18,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	939.022.756,28	26,35	INVESTIMENTOS	60.885.833,29	1,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	911.783.757,24	25,59	OBRAS E INSTALAÇÕES	29.698.754,54	0,89
FINANCIAMENTO J/FINEP/SC/UDESC LEI Nº 9010	1.506.465,24	0,04	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.916.578,53	0,60
EMISSÃO DE LFTSC - LEI 10168	604.498.433,54	16,96	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	12.196.783,93	0,37
LFTSC PARA ROLAGEM	215.778.858,46	6,06	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	157.272,97	0,00
FINANCIAMENTO CEF/SEF-PROER-VOTO 162/95	90.000.000,00	2,53	MOBILIÁRIO EM GERAL	4.264.113,35	0,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	27.238.999,04	0,76	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	1.460.407,60	0,04
FINANCIAMENTO BID-III/DER LEI Nº 8538 19/01/92	10.367.900,00	0,29	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	1.838.000,68	0,06
FINANCIAMENTO JUNTO AO BIRD/SAA LEI Nº 8269 05/06/91	5.216.408,40	0,15	CONST. OU AUM. DE CAP. EMPR. INDUSTRIAIS OU AGRÍCOLAS	7.323.400,00	0,22
FINANCIAMENTO HERMES/CLARING - LEI Nº 7698 25/07/89	1.327.549,63	0,04	DIVERSOS INVESTIMENTOS	3.947.100,22	0,12
FINANCIAMENTO JUNTO AO BIRD/STO LEI Nº 8689 30/06/92	10.327.141,01	0,29	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.145.107,31	0,06

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00193

197

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
ALIENAÇÃO DE BENS	11.800,00	0,00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.801.992,91	0,05
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.800,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	17.619.272,19	0,53
BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	11.800,00	0,00	AQUIS. DE TÍTULOS REPRES. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	450.617,48	0,01
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.977.332,93	0,90	CONST.OU AUMENTO CAPITAL EMPR. COM. OU FINANCEIRAS	17.168.654,71	0,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	31.977.332,93	0,90	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	554.829.076,16	16,61
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	31.977.332,93	0,90	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	205.109.596,51	6,14
TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	31.977.332,93	0,90	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	173.307.060,53	5,19
SEC. DE EST. DO DES. RURAL E AGRICULTURA	2.817.401,00	0,08	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	173.266.545,43	5,19
CONVÊNIO SEDRA/MMA/SRH - 019/95	1.117.401,00	0,03	AUXÍLIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	40.515,10	0,00
CONVÊNIO MMA/SEDRA Nº 078/95	1.600.000,00	0,04	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	31.802.535,98	0,95
CONVÊNIO 001/96-UNIÃO FED.-MAA-SEA	100.000,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	31.597.045,60	0,95
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	499.997,08	0,01	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	200.000,00	0,01
CONVÊNIO DEFEN/SJC/MJ Nº 017-96	499.997,08	0,01	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	31.397.045,60	0,94
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	244.112,00	0,01	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	29.612.045,60	0,89
CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 254/93	244.112,00	0,01	AUXÍLIOS PARA OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1.785.000,00	0,05
SEC. DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS	28.415.822,85	0,80	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.066.894,81	0,09
CONVÊNIO STO/PG.023/91-00-PJ-068/92	2.264.174,08	0,06	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	3.066.894,81	0,09
CONVÊNIO PG.023/91-00 - DNER/STO-SC - 069/92	5.811.708,09	0,16	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	3.066.894,81	0,09
CONVÊNIO PG.023/91- DNER/STO-SC - 004/93	2.086.510,89	0,06	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	295.098.511,01	8,84
CONVÊNIO STO/DNER-SC/PG.023/91-00-PJ-067/92	7.503.557,46	0,21	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	74.740.344,36	2,24
CONVÊNIO STO/PG.051/90-00-DNER PJ-108/90	2.999.999,94	0,08	RESGATE DE TÍTULOS DA TESOURARIA	220.358.166,65	6,60
CONVÊNIO STO/PG.384/87-00-DNER-PJ-100/86	1.000.000,00	0,03	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	19.476.048,23	0,58
CONVÊNIO COMAR/STO-SC - PROFAA Nº 504/94	575.789,59	0,02	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	19.476.048,23	0,58
CONVÊNIO Nº 848/MPO/CEF/STO/SC/DER/SC	6.001.606,39	0,17	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	480.980,00	0,01
CONVÊNIO PROFAA/COMAR/STO-SC Nº 503/94	172.476,41	0,00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	480.980,00	0,01
RECEITA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	9.192.977.907,74	100,00	DESPESA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	9.027.612.199,24	100,00
REALIZÁVEL	8.611.450,03	0,09	REALIZÁVEL	13.489.862,24	0,15
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	8.197.419,59	0,09	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	4.992.578,33	0,06
VALORES REALIZÁVEIS	413.939,61	0,00	VALORES REALIZÁVEIS	8.497.193,08	0,09
			TÍTULOS E CAUÇÕES	90,83	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	5.562.011.658,21	60,50	PASSIVO FINANCEIRO	5.392.987.412,35	59,74
RESTOS A PAGAR	460.138.470,23	5,01	RESTOS A PAGAR	341.889.148,12	3,79
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	768.923.853,00	8,36	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	696.098.753,92	7,71
DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	693.148,72	0,01	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	616.365,37	0,01
CONSIGNAÇÕES	300.216.578,81	3,27	CONSIGNAÇÕES	297.535.702,45	3,30
DÉBITOS DE TESOURARIA	165.515.780,49	1,80	DÉBITOS DE TESOURARIA	190.323.615,53	2,11
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	3.494.326.343,02	38,01	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	3.494.326.343,02	38,71

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00198

198

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	282.863.282,41	3,08	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	282.863.282,41	3,13
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	89.334.201,53	0,97	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	89.334.201,53	0,99
RESULTADO PENDENTE	392.534.282,01	4,27	RESULTADO PENDENTE	391.314.407,16	4,33
DESPESAS IMPUGNADAS	1.221.640,26	0,01	RENTENÇÕES BANCÁRIAS	391.310.222,37	4,33
RENTENÇÕES BANCÁRIAS	391.310.222,37	4,26	BANCOS CONTA PENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	4.184,79	0,00
BANCOS CONTA PENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	2.419,38	0,00			
CONTAS DE INTERFERÊNCIAS	3.229.820.517,49	35,13	CONTAS DE INTERFERÊNCIAS	3.229.820.517,49	35,78
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.674,50	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.674,50	0,00
COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS	3.229.812.842,99	35,13	COTAS DE DESPESAS CONCEDIDAS	3.229.812.842,99	35,78
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	35.612.160,29	100,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	424.737.832,07	100,00
DISPONÍVEL	28.516.428,67	80,07	DISPONÍVEL	43.509.726,03	10,24
BANCOS E CORRESPONDENTES	10.891.084,77	30,58	BANCOS E CORRESPONDENTES	8.762.770,81	2,06
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	17.625.343,90	49,49	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	34.746.955,22	8,18
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	7.095.731,62	19,93	VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	381.228.106,04	89,76
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	15.762,11	0,04	BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	177.928,05	0,04
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	97.010,34	0,27	BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	5.288,61	0,00
BANCOS CONTA CONSIGNAÇÕES DO ESTADO	252,73	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	381.044.889,38	89,71
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	6.982.706,44	19,61			
TOTAL GERAL	12.791.983.739,38	100,00	TOTAL GERAL	12.791.983.739,38	100,00

RNP\PCDIR96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00209

199

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
1 - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE SALDO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
DISPONÍVEL	28.516.428,67	14.993.297,36	43.509.726,03	PASSIVO FINANCEIRO	500.887.308,28	169.024.245,86	669.911.554,14
BANCOS E CORRESPONDENTES	10.891.084,77	(2.128.313,96)	8.762.770,81	RESTOS A PAGAR	280.183.191,90	118.249.322,11	398.432.514,01
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	17.625.343,90	17.121.611,32	34.746.955,22	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	77.563.544,41	72.825.099,08	150.388.643,49
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	7.095.731,62	374.132.374,42	381.228.106,04	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	35,47	76.783,35	76.818,82
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	15.762,11	162.165,94	177.928,05	CONSIGNAÇÕES	20.140.536,50	2.680.876,36	22.821.412,86
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	97.010,34	(91.721,73)	5.288,61	DÉBITOS DE TESOURARIA	123.000.000,00	(24.807.835,04)	98.192.164,96
BANCOS CONTA CONSIGNAÇÕES DO ESTADO	252,73	(252,73)	0,00				
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	6.982.706,44	374.062.182,94	381.044.889,38				
REALIZÁVEL	35.430.125,95	4.878.412,21	40.308.538,16				
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	18.673.848,00	(3.204.841,26)	15.469.006,74				
OBRIGAÇÕES DO TESOURO DO ESTADO	0,38	0,00	0,38				
VALORES REALIZÁVEIS	16.756.274,67	8.083.253,47	24.839.528,14				
VALORES A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA	2,90	0,00	2,90				
RESULTADO PENDENTE	0,00	(1.219.874,85)	(1.219.874,85)				
TOTAL	71.042.286,24	392.784.209,14	463.826.495,38	TOTAL	500.887.308,28	169.024.245,86	669.911.554,14

RNP/PCTDI96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI FERREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00201

200

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
2 - APURAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
71.042.286,24	392.784.209,14	463.826.495,38	500.887.308,28	169.024.245,86	669.911.554,14

RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1995	RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1996
DÉFICIT FINANCEIRO (429.845.022,04)	DÉFICIT FINANCEIRO (206.085.058,76)

MOVIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		RESULTADO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996		MOVIMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
2.06.01 RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.563.393.671,35	3.04.03 RESULT. PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 1996	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO 223.759.963,28	2.06.02 DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.339.633.708,07

RNP/PCDIR96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00202

200

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1 - SALDO	35.612.160,29	68.210.636,76	84.470.468,26	66.519.777,67	62.644.896,73	80.195.680,63	71.493.670,34	73.198.706,79	61.514.008,25	69.380.703,10	651.773.763,10	572.652.839,45	35.612.160,29
2 - ENTRADAS	1.064.754.911,94	744.684.800,17	775.224.788,66	791.882.430,92	916.620.241,34	1.565.082.329,88	790.144.110,31	914.289.824,78	898.199.687,19	1.417.806.122,77	949.124.485,74	1.928.557.845,39	12.756.371.579,09
2.1 - RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA	174.667.949,33	151.137.312,14	159.589.455,66	176.230.562,29	167.720.479,21	163.899.848,37	168.090.780,20	170.887.571,27	179.542.775,31	177.667.320,40	182.696.325,94	241.394.140,94	2.113.524.521,06
2.1.1 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS	169.616.067,44	146.188.234,81	154.420.790,80	170.329.408,78	163.145.116,13	159.001.403,00	161.401.223,54	164.260.283,80	173.802.330,34	168.695.915,95	168.367.399,52	168.742.733,41	1.967.970.907,52
2.1.1.1 - IMPOSTOS	169.408.038,77	146.030.995,32	154.202.735,30	170.119.249,08	162.970.225,94	158.870.899,15	161.241.966,58	164.107.278,25	173.654.201,59	168.560.503,04	168.242.625,74	168.616.152,65	1.966.024.871,41
2.1.1.1.01 - I.T.B.I. ESTADUAL	2.598,75	3.235,19	3.784,34	15.655,15	2.647,40	12.869,50	4.424,74	2.426,70	5.168,80	4.591,42	2.844,87	5.616,15	65.863,01
2.1.1.1.02 - I.T.B.I. MUNICIPAL	2.598,74	3.235,17	3.784,29	15.655,15	2.647,39	12.869,47	4.424,74	2.426,68	5.168,79	4.591,38	2.844,84	5.616,13	65.862,77
2.1.1.1.03 - I.P.V.A. ESTADUAL	2.230.497,33	2.835.179,18	3.506.704,52	3.336.852,85	3.705.201,07	3.233.950,77	3.885.719,02	3.778.430,27	4.516.711,25	7.186.946,63	2.821.999,27	2.201.201,10	43.239.393,26
2.1.1.1.04 - I.P.V.A. MUNICIPAL	2.230.480,20	2.835.161,61	3.506.683,95	3.336.833,16	3.705.178,74	3.233.931,73	3.885.695,78	3.778.407,36	4.516.689,19	7.186.922,34	2.821.979,32	2.201.182,28	43.239.145,66
2.1.1.1.05 - I.T.C.M.D.	295.180,61	349.078,77	467.445,71	389.814,85	538.779,40	509.323,53	892.334,09	487.218,64	468.704,32	400.565,29	560.237,60	564.852,84	5.923.535,65
2.1.1.1.06 - I.C.M.S. ESTADUAL	123.485.564,43	105.004.183,07	110.036.251,07	122.268.850,67	116.264.494,19	113.901.971,14	114.427.451,31	117.044.277,72	123.106.963,16	115.334.093,58	121.524.690,65	122.729.078,34	1.405.127.869,33
2.1.1.1.07 - I.C.M.S. MUNICIPAL	41.161.118,71	35.000.922,33	36.678.081,42	40.755.587,25	38.751.277,75	37.965.983,01	38.141.916,90	39.014.090,88	41.034.796,08	38.442.792,40	40.508.029,19	40.908.605,81	468.363.201,73
2.1.1.2 - TAXAS	208.028,67	157.239,49	218.055,50	210.159,70	174.890,19	130.503,85	159.256,96	153.005,55	148.128,75	135.412,91	124.773,78	126.580,76	1.946.036,11
2.1.1.2.01 - TAXAS P/EXERC. PODER DE POLÍCIA	207.925,47	157.047,59	217.944,87	209.933,05	174.545,03	129.974,75	158.800,96	152.925,45	147.867,95	135.389,26	124.543,98	126.182,37	1.943.080,73
2.1.1.2.02 - TAXAS PELA PREST. DE SERVIÇOS	103,20	191,90	110,63	226,65	345,16	529,10	456,00	80,10	260,80	23,65	229,80	398,39	2.955,38
2.1.3 - RECEITA PATRIMONIAL	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.112,44	982.373,41	659.964,90	757.858,33	3.304.393,63	8.543.935,05	8.304.779,37	28.179.409,74
2.1.3.2 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.112,44	982.373,41	659.964,90	757.858,33	2.658.917,28	8.543.935,05	8.304.779,37	27.533.933,39
2.1.3.2.02 - DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,49	12.115,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.132,68
2.1.3.2.04 - RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.094,95	970.258,22	659.964,90	757.858,33	2.658.917,28	8.543.935,05	8.304.779,37	27.521.800,71
2.1.3.9 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.476,35	0,00	0,00	645.476,35
2.1.9 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.779.775,22	3.973.861,02	4.340.681,21	5.089.679,60	3.803.151,01	3.931.332,93	5.707.183,25	5.967.322,57	4.982.586,64	5.667.010,82	5.784.991,37	64.346.628,16	117.374.203,80
2.1.9.01 - MULTAS E JUROS DE MORA	2.291.273,31	2.524.401,58	2.752.021,96	3.589.028,04	2.656.987,46	2.671.733,67	3.225.745,64	2.877.347,29	2.820.681,11	3.033.857,63	2.876.862,36	3.171.627,28	34.491.567,33
2.1.9.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150.884,94	77.291,02	128.979,85	345.037,36	73.204,99	121.344,48	255.771,40	122.314,73	111.614,28	89.712,26	82.433,70	431.129,31	1.989.718,32
2.1.9.03 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	898.079,05	963.982,57	975.191,92	848.946,78	1.027.777,34	1.037.956,47	1.329.969,45	1.275.991,38	1.154.956,79	1.335.081,64	1.180.231,15	1.552.006,56	13.580.171,10
2.1.9.09 - RECEITAS DIVERSAS	439.537,92	408.185,85	484.487,48	306.667,42	45.181,22	100.298,31	895.696,76	1.691.669,17	895.334,46	1.208.359,29	1.645.464,16	59.191.865,01	67.312.747,05
2.2 - RECEITAS TRANSFERIDAS	56.247.216,72	32.403.962,26	35.672.005,39	37.721.875,42	36.479.741,79	45.477.334,45	37.542.818,05	35.586.730,47	46.442.317,80	46.365.050,94	39.986.319,12	60.909.221,60	510.834.594,01
2.2.1 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.086.091,68	27.920.561,35	35.672.005,39	35.496.811,57	36.231.054,44	44.577.334,45	37.312.818,05	32.876.146,16	45.998.205,80	46.014.799,61	37.462.577,50	50.208.855,08	478.857.261,08
2.2.1.2 - TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	49.086.091,68	27.920.561,35	35.672.005,39	35.496.811,57	36.231.054,44	44.577.334,45	37.312.818,05	32.876.146,16	45.998.205,80	46.014.799,61	37.462.577,50	50.208.855,08	478.857.261,08
2.2.1.2.01 - COTA-PARTE DO F.P.E.	9.036.407,47	9.183.649,58	7.979.813,68	14.058.641,74	9.043.939,01	8.642.516,15	8.911.221,21	8.190.895,56	8.648.640,41	8.036.481,75	8.585.886,41	11.484.966,52	111.803.059,49
2.2.1.2.03 - COTA-PARTE FDO ESP. PETROBRÁS	2.581,53	2.154,76	1.813,82	2.336,72	2.349,18	2.479,05	2.391,72	2.533,48	2.390,80	2.369,59	2.400,63	2.556,57	28.357,85
2.2.1.2.04 - COTA-PARTE DO I.R.R.F.	5.475.739,77	5.283.712,29	4.878.378,20	4.151.026,23	5.738.490,17	5.447.598,67	5.247.189,26	4.880.616,35	5.478.502,13	4.882.317,32	5.534.583,10	7.084.950,18	64.083.103,67
2.2.1.2.05 - I.P.I. EXPORTAÇÃO ESTADUAL	8.405.672,91	8.597.546,60	7.788.539,89	8.913.980,06	8.875.779,58	8.981.179,85	9.448.700,31	9.352.231,28	9.918.029,80	9.800.463,75	10.505.604,29	10.806.137,05	111.393.865,37
2.2.1.2.06 - I.P.I. EXPORTAÇÃO MUNICIPAL	2.801.890,95	2.865.848,85	2.596.179,95	2.971.326,68	2.958.593,19	2.993.726,60	3.149.566,74	3.117.410,42	3.306.009,93	3.266.821,26	3.501.868,11	3.602.045,69	37.131.288,37
2.2.1.2.07 - COTA-PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO	8.733.961,75	1.593.549,27	9.160.798,79	1.533.988,55	6.872.892,75	1.659.489,80	7.071.347,19	1.769.640,25	6.896.688,41	2.059.205,16	7.306.046,49	1.831.154,82	56.488.763,23
2.2.1.2.08 - TRANSF. DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	14.629.837,30	394.100,00	3.266.481,06	3.865.511,59	2.739.010,56	16.850.344,33	3.482.401,62	5.562.818,82	11.747.944,32	5.852.805,47	2.026.188,47	15.397.044,25	85.814.487,79
2.2.1.2.09 - OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.114.335,31	0,00	0,00	12.114.335,31
2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.161.125,04	4.483.400,91	0,00	2.225.063,85	248.687,35	900.000,00	230.000,00	2.710.584,31	444.112,00	350.251,33	2.523.741,62	10.700.366,52	31.977.332,93
2.2.2.2 - TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	7.161.125,04	4.483.400,91	0,00	2.225.063,85	248.687,35	900.000,00	230.000,00	2.710.584,31	444.112,00	350.251,33	2.523.741,62	10.700.366,52	31.977.332,93
2.2.2.2.01 - TRANSF. DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	7.161.125,04	4.483.400,91	0,00	2.225.063,85	248.687,35	900.000,00	230.000,00	2.710.584,31	444.112,00	350.251,33	2.523.741,62	10.700.366,52	31.977.332,93
2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.134,10	45.083.715,27	46.661.965,69	668.565,50	875.306,62	218.445.183,15	2.560.740,49	10.323.943,67	4.057.700,53	606.248.032,77	771.288,71	2.376.179,78	939.022.756,28
2.3.01 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	45.000.000,00	45.000.000,00	0,00	0,00	215.778.858,46	0,00	1.506.465,24	0,00	604.498.433,54	0,00	0,00	911.783.757,24
2.3.02 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	950.134,10	83.715,27	1.661.965,69	668.565,50	875.306,62	2.666.324,69	2.560.740,49	8.817.478,43	4.057.700,53	1.749.599,23	771.288,71	2.376.179,78	27.238.999,04
2.4 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.800,00	11.800,00
2.4.01 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.800,00	11.800,00
2.7 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	832.889.611,79	516.059.810,50	533.301.361,92	577.261.427,71	711.544.713,72	1.137.259.963,91	581.949.771,57	697.491.579,37	668.156.893,55	587.525.718,66	725.670.551,97	1.623.866.503,07	9.192.977.907,74
2.7.1 - REALIZÁVEL	4.435.345,53	4.630,00	861.500,65	334.033,81	228.203,32	590.247,51	0,00	111.870,15	344.936,83	31.505,64	100.116,78	1.569.059,81	8.611.450,03
2.7.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	4.435.345,53	4.630,00	861.500,65	334.033,81	28.203,32	476.217,07	0,00	111.870,15	344.936,83	31.505,64	116,78	1.569.059,81	8.197.419,59

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00203

202

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

2.7.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	113.939,61	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	413.939,61
2.7.1.05 - TÍTULOS E CAUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,83
2.7.2 - PASSIVO FINANCEIRO	523.947.048,10	283.624.003,02	304.744.591,89	327.295.893,55	441.993.265,52	640.058.984,88	323.250.431,69	423.360.656,11	385.076.473,91	326.061.570,47	417.500.999,93	1.165.097.739,14	5.562.011.658,21
2.7.2.01 - RESTOS A PAGAR	10.395.196,76	5.743.137,40	5.554.194,13	8.112.953,67	4.905.967,10	1.032.094,52	931.800,91	2.868.886,50	6.706.231,40	408.489,58	47.760.644,78	365.716.873,48	460.138.470,23
2.7.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	62.878.532,49	17.077.034,32	56.621.517,97	47.096.592,72	90.770.791,19	82.984.785,93	75.324.927,33	91.376.331,60	68.268.487,72	51.655.319,46	60.745.329,02	64.124.203,25	768.923.853,00
2.7.2.04 - DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	0,00	106.469,72	1.595,72	1.877,25	1.708,61	1.553,80	1.194,09	1.051,40	11.903,92	1.066,90	558.991,65	5.735,66	693.148,72
2.7.2.05 - CONSIGNAÇÕES	24.511.856,46	20.770.463,18	22.138.759,75	27.809.424,94	27.269.617,79	24.223.538,05	24.950.660,40	24.583.386,12	24.320.081,44	24.939.212,55	26.688.014,84	28.011.563,29	300.216.578,81
2.7.2.06 - DÉBITOS DE TESOURARIA	120.515.780,49	45.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.515.780,49
2.7.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	255.552.412,75	181.851.480,48	204.229.849,64	232.665.927,19	280.451.935,47	466.542.007,27	201.307.220,32	277.538.419,17	249.803.181,40	235.535.469,73	271.806.196,20	637.042.243,40	3.494.326.343,02
2.7.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	44.410.239,15	11.432.175,73	13.288.052,54	8.086.015,71	32.404.955,77	22.016.065,69	19.409.542,66	13.518.101,90	35.666.740,85	12.119.600,54	6.968.563,73	63.543.228,14	282.863.282,41
2.7.2.09 - DESPESA EMP A LIQ. P/ESTIMATIVA	5.683.030,00	1.641.242,19	2.910.622,14	3.523.102,07	6.188.289,59	43.258.939,62	1.325.085,98	13.474.479,42	299.847,18	1.402.411,71	2.973.259,71	6.653.891,92	89.334.201,53
2.7.3 - RESULTADO PENDENTE	33.931.135,84	29.278.970,84	30.150.857,79	36.049.313,81	36.106.771,42	37.107.584,10	37.235.794,62	32.638.531,57	31.141.564,62	33.311.836,86	27.365.081,78	28.216.838,76	392.534.282,01
2.7.3.01 - DESPESAS IMPUGNADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.025,00	1.211.615,26	1.221.640,26
2.7.3.03 - RETENÇÕES BANCÁRIAS	33.931.135,84	29.278.970,84	30.150.857,79	36.049.313,81	36.106.771,42	37.107.584,10	37.235.794,62	32.637.251,28	31.141.564,62	33.311.836,86	27.355.056,78	27.004.084,41	391.310.222,37
2.7.3.04 - BCOS C/PEND. DE ARRECADAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,29	0,00	0,00	0,00	1.139,09	2.419,38
2.7.4 - CONTAS DE INTERFERÊNCIA	270.576.082,32	203.152.206,64	197.544.411,59	213.582.186,54	233.216.473,46	459.503.147,42	221.463.545,26	241.380.521,54	251.593.918,19	228.120.805,69	280.704.353,48	428.982.863,36	3.229.820.517,49
2.7.4.01 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.674,50	0,00	7.674,50
2.7.4.04 - COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS	270.576.082,32	203.152.206,64	197.544.411,59	213.582.186,54	233.216.473,46	459.503.147,42	221.463.545,26	241.380.521,54	251.593.918,19	228.120.805,69	280.696.678,98	428.982.863,36	3.229.812.842,99
3 - SAÍDAS	1.032.156.435,47	728.424.968,67	793.175.479,25	795.757.311,86	899.069.457,44	1.573.784.340,17	788.439.073,86	925.974.523,32	890.332.992,34	835.413.062,77	1.028.245.409,39	2.076.472.852,77	12.367.245.907,31
3.1 - DESPESAS CORRENTES	258.828.155,75	150.174.728,59	178.206.988,94	175.329.968,86	229.550.784,03	228.679.444,55	172.761.654,76	224.549.226,02	213.347.453,46	200.027.075,29	205.429.537,14	469.414.909,04	2.706.299.526,43
3.1.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	107.062.981,19	56.564.361,35	72.437.338,59	66.430.665,33	96.121.350,18	92.420.085,53	79.969.701,85	78.697.529,36	87.108.517,40	70.096.971,49	74.853.598,76	169.150.088,25	1.050.913.189,28
3.1.1.01 - PESSOAL	66.815.178,54	45.202.093,81	57.775.820,37	60.126.561,82	75.393.941,36	66.474.592,11	59.991.948,28	68.785.909,86	62.080.774,46	61.677.245,70	64.866.900,72	118.634.117,66	807.825.084,69
3.1.1.02 - MATERIAL DE CONSUMO	6.052.398,95	4.031.159,43	2.437.706,71	1.481.520,30	1.719.739,27	1.401.630,31	2.915.017,74	1.610.793,63	3.327.287,42	3.101.548,02	2.910.763,13	6.409.678,51	37.399.243,42
3.1.1.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	34.098.797,04	5.627.599,45	11.449.432,42	4.659.049,87	18.908.189,09	24.331.401,28	16.952.886,58	8.211.374,33	21.568.169,97	5.213.644,66	4.535.570,76	15.968.481,82	171.524.597,27
3.1.1.09 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	96.606,66	1.703.508,66	774.379,09	163.533,34	99.480,46	212.461,83	109.849,25	89.451,54	132.285,55	104.533,11	2.540.364,15	28.137.810,26	34.164.263,90
3.1.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	151.765.174,56	93.610.367,24	105.769.650,35	108.899.303,53	133.429.433,85	136.259.359,02	92.791.952,91	145.851.696,66	126.238.936,06	129.930.103,80	130.575.938,38	300.264.420,79	1.655.386.337,15
3.1.2.1 - TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	2.757.414,14	18.308.868,37	18.122.580,10	14.556.383,56	27.498.628,73	21.654.501,85	11.039.928,44	23.738.572,63	18.887.482,05	26.577.777,01	22.607.189,82	41.360.238,65	247.109.565,35
3.1.2.1.01 - TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	260.361,29	7.895.564,20	3.027.710,06	2.247.576,62	6.714.985,68	6.185.939,68	6.379.066,37	8.834.462,95	6.843.831,87	7.735.854,51	7.471.925,40	15.149.410,60	78.746.689,23
3.1.2.1.02 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	223.084,90	8.111.816,15	10.207.884,47	10.270.333,43	18.478.031,38	10.507.810,99	2.789.369,01	9.254.051,69	9.358.216,05	9.466.770,87	10.554.856,30	21.273.965,81	120.496.191,05
3.1.2.1.04 - CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	2.273.967,95	2.301.488,02	4.886.985,57	2.038.473,51	2.305.611,67	4.960.751,18	1.871.493,06	5.650.057,99	2.685.434,13	9.375.151,63	4.580.408,12	4.936.862,24	47.866.685,07
3.1.2.2 - TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	47.080.419,21	38.709.999,98	45.372.740,38	47.479.465,18	47.104.054,08	56.382.963,73	45.198.938,55	45.681.037,01	51.277.749,50	50.589.045,93	50.219.027,90	47.310.548,92	572.405.990,37
3.1.2.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	47.080.419,21	38.709.999,98	45.372.740,38	47.479.465,18	47.104.054,08	56.382.963,73	45.198.938,55	45.681.037,01	51.277.749,50	50.589.045,93	50.219.027,90	47.310.548,92	572.405.990,37
3.1.2.3 - TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.389.054,41	1.642.269,07	1.464.827,34	1.626.649,53	1.730.277,95	2.342.283,11	2.697.570,97	4.889.078,31	3.317.044,15	1.768.058,89	1.846.135,38	3.924.789,33	29.638.038,44
3.1.2.3.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.389.054,41	1.642.269,07	1.464.827,34	1.626.649,53	1.730.277,95	2.342.283,11	2.697.570,97	4.889.078,31	3.317.044,15	1.768.058,89	1.846.135,38	3.924.789,33	29.638.038,44
3.1.2.5 - TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	43.104.852,33	16.246.387,39	31.370.373,30	29.513.425,94	45.491.849,35	35.998.043,51	24.243.501,37	42.073.109,27	35.285.645,35	34.497.796,82	37.369.785,67	71.337.687,99	446.532.458,29
3.1.2.6 - ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	53.643.037,35	16.639.520,12	5.824.008,91	12.649.442,45	9.298.409,21	16.336.253,13	7.122.884,14	28.079.970,49	14.876.944,93	13.147.287,62	16.124.059,14	131.684.715,89	325.426.533,38
3.1.2.7 - ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	2.582.315,54	728.821,63	2.182.740,65	1.767.410,17	916.772,73	2.402.283,10	1.549.831,02	(62.442,72)	1.523.393,61	1.915.616,29	857.999,12	1.998.341,16	18.363.082,30
3.1.2.8 - P.A.S.E.P.	170.696,60	1.330.768,40	1.372.376,05	1.305.541,16	1.362.504,73	1.130.839,07	868.938,60	1.425.846,64	1.044.220,02	1.345.964,90	1.466.992,73	1.284.017,18	14.108.706,08
3.1.2.9 - DIVERSAS TRANSF. CORRENTES	37.384,98	3.732,28	60.003,62	985,54	26.937,07	12.191,52	70.359,82	26.525,03	26.456,45	88.556,34	84.748,62	1.364.081,67	1.801.962,94
3.2 - DESPESA DE CAPITAL	23.624.658,57	19.737.141,65	19.878.968,55	21.314.244,96	38.615.788,50	263.528.884,31	19.749.636,27	33.315.264,63	29.740.268,13	22.339.547,03	41.355.063,83	100.134.715,21	633.334.181,64
3.2.1 - INVESTIMENTOS	3.596.820,50	4.359.743,40	590.802,73	1.647.997,26	10.204.908,63	6.277.896,61	832.999,35	4.865.872,39	5.665.548,25	8.078.642,25	3.189.522,58	11.575.079,34	60.885.833,29
3.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS	1.117,00	709.964,38	1.451,63	0,00	1.082.986,88	370.065,57	0,00	5.805.838,44	2.096.295,74	2.095.741,13	2.124.546,89	3.331.264,53	17.619.272,19
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.026.721,07	14.667.433,87	19.286.714,19	19.666.247,70	27.327.892,99	256.880.922,13	18.916.636,92	22.643.553,80	21.978.424,14	12.165.163,65	36.040.994,36	85.228.371,34	554.829.076,16
3.2.3.1 - TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	8.359.919,95	6.788.911,62	8.474.194,79	10.687.874,23	18.728.712,02	6.653.846,77	5.519.829,48	11.367.737,50	14.421.896,31	5.339.984,41	27.596.442,17	81.170.247,26	205.109.596,51
3.2.3.1.01 - AUX. PARA DESPESAS DE CAPITAL	40.515,10	4.109.502,42	3.936.023,60	4.583.435,62	17.015.945,74	10.356.921,86	4.269.781,49	9.948.392,31	11.104.594,98	3.317.644,98	23.466.055,17	81.158.247,26	173.307.060,53
3.2.3.1.03 - CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	8.319.404,85	2.679.409,20	4.538.171,19	6.104.438,61	1.712.766,28	(3.703.075,09)	1.250.047,99	1.419.345,19	3.317.301,33	2.022.339,43	4.130.387,00	12.000,00	31.802.535,98
3.2.3.2 - TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	4.400.000,00	819.834,00	1.765.892,29	810.602,58	2.769.322,30	21.568.045,27	(20.860,27)	15.000,00	(7,46)	(118.158,41)	918.209,59	(1.350.834,29)	31.597.845,60
3.2.3.2.01 - TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
Fls. nº 0020

E/0/2

203

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

3.2.3.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.400.000,00	819.834,00	1.765.892,29	830.602,58	2.769.322,30	21.368.045,27	(20.860,27)	15.000,00	(7,46)	(118.158,41)	918.209,59	(1.350.834,29)	31.397.045,60
3.2.3.3 - TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	25.000,00	0,00	77.200,00	83.050,00	381.500,00	1.891.000,00	255.500,00	166.500,00	279.486,00	8.000,00	47.500,00	(147.841,19)	3.066.894,81
3.2.3.3.01 - AUX. PARA DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	77.200,00	83.050,00	381.500,00	1.891.000,00	255.500,00	166.500,00	279.486,00	8.000,00	47.500,00	(147.841,19)	3.066.894,81
3.2.3.5 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	4.992.201,11	6.178.452,44	7.296.237,84	5.838.416,91	3.011.075,77	225.526.347,53	11.266.722,68	10.463.004,00	5.754.531,46	4.818.180,89	4.898.609,24	5.054.731,14	295.099.511,01
3.2.3.6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	2.249.600,01	880.235,81	1.673.189,27	2.226.303,98	2.437.282,90	1.241.682,56	1.895.445,03	631.312,30	1.522.517,83	2.117.156,76	2.580.233,36	21.088,42	19.476.048,23
3.2.3.9 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.980,00	480.980,00
3.3 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	749.703.621,15	558.513.098,43	595.089.521,76	599.113.098,04	630.902.884,91	1.081.576.011,31	595.927.782,83	668.110.032,67	647.245.270,75	613.046.440,45	781.460.808,42	1.506.923.628,52	9.027.612.199,24
3.3.1 - REALIZÁVEL	1.277.212,25	747.205,52	101.344,40	559.633,93	401.123,63	3.562.144,16	813.281,14	577.000,00	510.179,45	1.127.856,24	140.025,00	3.672.856,52	13.489.862,24
3.3.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	1.217.212,25	747.205,52	6.344,40	499.633,93	1.032,80	448.204,55	10.281,14	0,00	9.200,29	827.856,24	10.025,00	1.215.582,21	4.992.578,33
3.3.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	60.000,00	0,00	95.000,00	60.000,00	400.000,00	3.113.939,61	803.000,00	577.000,00	500.979,16	300.000,00	130.000,00	2.457.274,31	8.497.193,08
3.3.1.05 - TÍTULOS E CAUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	90,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,83
3.3.2 - PASSIVO FINANCEIRO	432.865.832,29	331.400.985,44	368.447.955,89	343.575.741,22	362.674.748,67	583.557.139,99	336.688.007,12	395.808.214,95	364.390.236,73	351.086.934,21	470.612.200,52	1.051.879.415,32	5.392.907.412,35
3.3.2.01 - RESTOS A PAGAR	115.776.146,86	28.752.882,18	18.453.053,14	18.639.355,45	11.471.430,07	3.657.349,09	3.551.684,68	4.420.297,95	9.024.895,96	1.489.961,29	66.336.699,04	60.315.392,41	341.889.148,12
3.3.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.146.788,41	26.775.891,52	102.666.111,19	47.799.764,55	46.381.809,13	64.186.628,74	48.979.398,83	80.060.995,83	37.531.281,94	66.397.126,14	71.386.275,08	68.786.682,56	696.098.753,92
3.3.2.04 - DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	0,00	35,41	0,00	1.672,00	7.448,00	14.585,41	24.109,36	1.853,17	3.060,00	6.160,00	537.383,05	20.058,97	616.365,37
3.3.2.05 - CONSIGNAÇÕES	24.007.690,29	22.217.740,88	21.801.479,93	28.064.904,67	25.216.350,31	24.551.030,31	24.699.047,56	23.504.285,86	23.986.157,66	24.441.624,84	24.827.133,20	30.218.256,94	297.535.702,65
3.3.2.06 - DÉBITOS DE TESOURARIA	78.000.000,00	55.000.000,00	12.045.000,00	7.045.000,00	7.045.000,00	2.045.000,00	10.000.000,00	564.943,21	6.067.582,28	2.197.208,36	3.916.765,31	6.397.116,37	190.323.615,53
3.3.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	170.518.463,14	190.191.133,49	202.384.472,43	226.394.899,48	246.146.101,57	462.968.354,55	226.719.505,50	253.391.755,38	259.827.380,25	232.574.291,49	274.838.893,13	748.371.092,61	3.494.226.343,02
3.3.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	5.006.098,75	7.671.123,16	10.021.674,70	13.822.641,05	22.192.704,21	19.988.873,19	13.718.968,88	17.325.329,25	21.195.782,77	18.871.627,99	18.441.360,14	114.607.098,32	282.863.282,41
3.3.2.09 - DESPESA EMP.A LIQ. P/ESTIMATIVA	4.410.644,84	792.178,80	1.076.164,50	1.807.504,02	4.213.905,38	6.145.318,70	8.995.292,31	16.538.754,30	6.754.095,87	5.108.934,10	10.327.691,57	23.163.717,14	89.334.201,53
3.3.3 - RESULTADO PENDENTE	33.934.717,15	29.277.509,39	31.471.266,85	36.050.322,95	36.107.863,69	37.105.605,27	37.235.433,32	32.637.230,37	29.823.533,05	33.311.821,04	27.355.079,22	27.004.024,86	391.314.407,16
3.3.3.03 - RETENÇÕES BANCÁRIAS	33.932.971,07	29.277.509,39	31.471.266,85	36.050.322,95	36.106.725,30	37.104.324,98	37.235.433,32	32.637.210,34	29.823.533,05	33.311.821,04	27.355.079,22	27.004.024,86	391.310.222,37
3.3.3.04 - BCOS C/PEND. DE ARRECADAÇÕES	1.746,08	0,00	0,00	0,00	1.138,39	1.280,29	0,00	20,03	0,00	0,00	0,00	0,00	4.184,79
3.3.4 - CONTAS DE INTERFERÊNCIA	281.625.859,46	197.087.398,08	195.068.954,62	218.927.399,94	231.719.148,92	457.351.121,89	221.191.061,25	239.087.587,35	252.521.321,52	227.519.828,96	283.353.503,68	424.367.331,82	424.367.331,82
3.3.4.01 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.674,50	0,00	0,00
3.3.04.03 - COTAS DE DESPESAS CONCEDIDAS	281.625.859,46	197.087.398,08	195.068.954,62	218.927.399,94	231.719.148,92	457.351.121,89	221.191.061,25	239.087.587,35	252.521.321,52	227.519.828,96	283.345.829,18	424.367.331,82	424.367.331,82
4 - SALDO PARA MÊS SEGUINTE	68.210.636,76	84.470.468,26	66.519.777,67	62.644.896,73	80.195.680,63	71.493.670,34	73.198.706,79	61.514.008,25	69.380.703,10	651.773.763,10	572.652.839,45	424.737.832,07	424.737.832,07
4.1 - DISPONÍVEL	59.093.834,44	75.926.613,04	56.583.717,07	52.369.519,20	69.209.607,24	59.954.346,42	60.970.592,24	58.716.608,17	66.139.837,76	62.502.973,84	54.070.352,20	43.509.726,03	43.509.726,03
4.1.04 - BANCOS E CORRESPONDENTES	14.531.319,45	15.892.603,66	25.196.335,79	11.117.018,04	12.222.955,50	8.800.553,01	6.820.629,22	10.615.596,25	21.724.937,13	12.796.640,00	8.076.788,79	8.762.770,81	8.762.770,81
4.1.05 - APLIC. NO MERCADO FINANCEIRO	44.562.514,99	60.034.009,38	31.387.381,28	41.252.501,16	56.986.651,74	51.153.793,41	54.149.963,02	48.101.011,92	44.414.900,63	49.706.333,84	45.993.563,41	34.746.955,22	34.746.955,22
4.2 - VINCULADOS EM C/C BANCÁRIA	9.116.802,32	8.543.855,22	9.936.060,60	10.275.377,53	10.986.073,39	11.539.323,92	12.228.114,55	2.797.400,08	3.240.865,34	589.270.789,26	518.582.487,25	381.228.106,04	381.228.106,04
4.2.01 - BCOS C/DEP. DE DIVERSAS ORIGENS	24.861,38	10.462,70	1.434,96	14.938,20	1.738,41	233.249,92	12.672,64	9.062,29	22.315,21	120.425.568,32	465.719.919,93	177.928,05	177.928,05
4.2.02 - BCOS C/DEP. ESPECIAIS DO ESTADO	98.816,82	182.268,62	28.334,05	40.955,69	100.140,05	240.103,17	16.308,92	9.799,64	24.009,60	33.710,62	37.515,54	5.288,61	5.288,61
4.2.03 - BCOS C/CONSIGNAÇÕES DO ESTADO	303.523,56	338.369,07	646.732,03	334.532,20	301.797,04	397.225,59	378.472,02	351.925,03	385.443,86	369.222,65	362.805,67	0,00	0,00
4.2.04 - APLIC. NO MERCADO FINANCEIRO	8.689.600,56	8.012.754,83	9.259.559,56	9.884.951,44	10.582.397,89	10.668.745,24	11.820.660,97	2.426.613,32	2.809.096,67	468.442.287,67	52.462.246,11	381.044.889,38	381.044.889,38

RMPCDBA XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
FOLHA 00205

204

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	221.865.300,15	228.624.989,67	241.923.426,74	214.621.003,21	205.075.527,62	427.822.365,97	208.194.338,74	216.798.245,41	230.042.793,64	830.280.404,11	223.453.933,77	304.691.342,32	3.563.395.671,35
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	223.754.041,01	179.057.873,49	195.261.461,05	211.727.373,86	203.951.333,65	208.477.182,82	203.403.598,25	203.763.717,43	225.540.981,11	223.682.120,01	220.158.903,44	291.602.996,02	2.592.381.782,14
1100.00.00.00	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	169.616.067,44	146.188.234,81	154.410.790,80	170.329.408,78	163.145.116,13	159.001.403,00	161.401.223,54	164.260.283,80	173.802.330,34	168.695.915,95	168.367.399,52	168.742.733,41	1.967.978.907,52
1110.00.00.00	IMPOSTOS	169.408.038,77	146.030.995,32	154.202.735,30	170.119.249,08	162.970.225,94	158.870.899,15	161.241.966,58	164.107.278,23	173.654.201,59	168.560.503,04	168.242.625,76	168.616.152,65	1.966.024.871,41
1112.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	4.761.355,63	6.025.869,92	7.488.402,81	7.094.811,16	7.954.454,00	7.002.945,00	8.672.598,37	8.048.909,63	9.512.443,35	14.783.617,06	6.209.905,90	4.978.468,50	92.533.800,35
1112.03.00.00	I.T.B.I.	5.197,49	6.470,36	7.568,63	31.310,30	5.294,79	25.738,97	8.849,48	4.853,38	10.337,59	9.182,80	5.689,71	11.232,28	131.725,78
1112.03.01.00	I.T.B.I. ESTADUAL	2.598,75	3.235,19	3.784,34	15.655,15	2.647,40	12.869,50	4.424,74	2.426,70	5.168,80	4.591,42	2.844,87	5.616,15	65.863,01
1112.03.02.00	I.T.B.I. MUNICIPAL	2.598,74	3.235,17	3.784,29	15.655,15	2.647,39	12.869,47	4.424,74	2.426,68	5.168,79	4.591,38	2.844,84	5.616,13	65.862,77
1112.05.00.00	I.P.V.A.	4.460.977,53	5.670.340,79	7.013.388,47	6.673.686,01	7.410.379,81	6.467.882,50	7.771.414,80	7.556.837,63	9.033.600,44	14.373.868,97	5.643.978,59	4.402.383,38	86.478.538,92
1112.05.01.00	I.P.V.A. ESTADUAL	2.230.497,33	2.835.179,18	3.506.704,52	3.336.852,85	3.705.201,07	3.233.950,77	3.885.719,02	3.778.430,27	4.516.711,25	7.186.946,63	2.821.999,27	2.201.201,10	43.239.393,26
1112.05.02.00	I.P.V.A. MUNICIPAL	2.230.480,20	2.835.161,61	3.506.683,95	3.336.833,16	3.705.178,74	3.233.931,73	3.885.695,78	3.778.407,36	4.516.689,19	7.186.922,34	2.821.979,32	2.201.182,28	43.239.145,66
1112.07.00.00	IMP. S/TRANSM. CAUSA MÓRTIS DE BENS E DIREITOS	295.180,61	349.078,77	467.443,71	389.814,83	518.779,40	509.323,53	892.334,09	487.218,64	468.704,32	400.563,29	560.237,60	564.852,84	5.923.535,65
1113.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	164.646.683,14	140.005.105,40	146.714.332,49	163.024.437,92	155.015.771,94	151.867.954,15	152.569.368,21	156.058.368,60	164.141.759,24	153.776.885,98	162.032.719,84	163.637.684,15	1.873.491.071,86
1113.02.00.00	I.C.M.S.	164.646.683,14	140.005.105,40	146.714.332,49	163.024.437,92	155.015.771,94	151.867.954,15	152.569.368,21	156.058.368,60	164.141.759,24	153.776.885,98	162.032.719,84	163.637.684,15	1.873.491.071,86
1113.02.01.00	I.C.M.S. ESTADUAL	123.485.364,43	105.004.183,07	110.036.251,07	122.268.850,67	116.264.454,19	113.901.971,14	114.427.451,31	117.044.277,72	123.106.963,16	115.334.093,58	121.524.690,65	122.739.078,34	1.405.127.869,33
1113.02.02.00	I.C.M.S. MUNICIPAL	41.161.318,71	35.000.922,33	36.678.081,42	40.755.587,25	38.751.277,75	37.965.983,01	38.141.916,90	39.014.090,88	41.034.796,08	38.442.792,40	40.508.029,19	40.908.605,81	468.363.201,73
1120.00.00.00	TAXAS	208.028,67	157.239,69	218.055,50	210.159,70	174.890,19	130.503,83	159.256,96	153.005,55	148.128,75	135.432,91	124.773,78	126.580,76	1.946.036,11
1121.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	207.925,67	157.047,59	217.944,87	209.933,05	174.545,03	129.974,75	158.800,96	152.925,45	147.867,95	135.389,26	124.543,98	126.182,37	1.943.080,73
1121.01.00.00	TAXAS DE SERVIÇOS GERAIS	157.975,97	102.198,76	121.925,31	105.447,55	126.449,22	102.123,53	127.575,18	131.210,03	126.644,18	135.389,26	124.543,98	126.182,37	1.487.665,54
1121.02.00.00	ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	49.949,50	54.848,83	96.019,56	104.485,50	48.095,81	27.851,22	31.225,78	21.715,42	21.223,77	-	-	-	455.415,39
1122.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	103,20	191,90	110,63	226,65	345,16	529,10	456,00	80,10	260,80	23,65	229,80	398,39	2.955,38
1122.04.00.00	ATOS DA SEC. EST. DA AGRIC. E DO ABASTECIMENTO	-	-	6,56	15,55	226,56	529,10	132,60	19,50	-	23,65	-	-	974,52
1122.06.00.00	ATOS DA APOSENT. DE SERVID. AUXIL. JUSTIÇA	103,20	191,90	104,07	211,10	118,60	-	302,40	60,60	260,80	-	229,80	398,39	1.980,86
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.112,44	982.373,41	659.964,90	757.858,33	3.304.393,63	8.543.935,05	8.304.779,37	28.179.409,74
1320.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.112,44	982.373,41	659.964,90	757.858,33	2.658.917,28	8.543.935,05	8.304.779,37	27.533.933,39
1322.00.00.00	DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	17,49	12.115,19	-	-	-	-	-	12.132,68
1322.03.00.00	TELEBRÁS	-	-	-	-	-	17,49	12.115,19	-	-	-	-	-	12.132,68
1324.00.00.00	RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.094,95	970.258,22	659.964,90	757.858,33	2.658.917,28	8.543.935,05	8.304.779,37	27.521.800,71
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	775.518,33	731.027,52	938.273,54	970.258,22	659.964,90	700.388,78	566.227,30	502.496,06	436.927,19	9.357.588,47
1324.02.00.00	APLICAÇÕES EM LETRAS DE CÂMBIO	-	-	-	35.955,58	40.184,55	28.821,41	-	-	57.469,55	75.597,00	70.943,54	95.113,82	404.085,45
1324.06.00.00	APLIC. DO FLDP OVER/OPEN - POSIÇÃO COMPROMISSADA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.974.284,70	6.971.221,42	7.247.449,91	16.192.956,03
1324.07.00.00	APLICAÇÕES DO FLDP - BBC POSIÇÃO PRÓPRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.808,28	999.272,03	525.288,45	1.567.368,76
1390.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	645.476,35	-	-	645.476,35
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.086.091,68	27.920.561,35	35.672.005,39	35.496.811,57	36.231.054,44	44.577.334,45	37.312.818,05	32.876.146,16	45.998.203,80	46.014.799,61	37.462.577,50	50.208.855,08	478.857.261,00
1720.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	49.086.091,68	27.920.561,35	35.672.005,39	35.496.811,57	36.231.054,44	44.577.334,45	37.312.818,05	32.876.146,16	45.998.203,80	46.014.799,61	37.462.577,50	50.208.855,08	478.857.261,00
1721.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	49.086.091,68	27.920.561,35	35.672.005,39	35.496.811,57	36.231.054,44	44.577.334,45	37.312.818,05	32.876.146,16	45.998.203,80	46.014.799,61	37.462.577,50	50.208.855,08	478.857.261,00
1721.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	34.456.254,38	27.326.461,35	32.405.524,33	31.631.299,98	33.492.043,88	27.726.990,12	33.830.416,43	27.313.327,34	34.250.261,48	28.047.658,83	33.436.389,03	34.811.810,83	388.928.437,90
1721.01.01.00	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	9.036.407,47	9.183.649,58	7.979.813,68	14.038.641,74	9.043.939,01	8.642.516,15	8.911.221,21	8.190.895,56	8.648.640,41	8.036.481,75	8.585.886,41	11.484.966,53	111.883.059,49
1721.01.03.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL PETROBRÁS	2.581,53	2.134,76	1.813,82	2.336,72	2.349,18	2.479,05	2.391,72	2.533,48	2.390,80	2.369,59	2.400,63	2.556,57	28.357,85
1721.01.04.00	TRANSFERÊNCIAS DO I.R.R.F.	5.475.739,77	5.283.712,29	4.878.378,20	4.151.026,23	5.738.490,17	5.647.598,67	5.247.189,26	4.880.616,35	5.478.502,13	4.882.317,32	5.334.583,10	7.084.950,18	64.083.103,67
1721.01.12.00	COTA-PARTE DO I.P.I. - EXPORTAÇÃO	11.207.563,86	11.463.395,63	10.384.719,84	11.885.306,74	11.934.372,77	11.974.906,65	12.598.267,05	12.469.641,70	13.224.039,73	13.067.585,01	14.007.472,40	14.408.182,74	148.525.153,74
1721.01.12.01	I.P.I. ESTADUAL	8.403.672,91	8.597.546,60	7.788.539,89	8.913.980,06	8.875.779,58	8.981.179,85	9.448.700,31	9.352.231,28	9.918.029,80	9.800.463,75	10.505.604,29	10.806.137,05	111.393.865,37
1721.01.12.02	I.P.I. MUNICIPAL	2.801.890,95	2.865.848,85	2.596.179,95	2.971.326,68	2.958.593,19	2.993.726,80	3.149.566,74	3.117.410,42	3.306.009,93	3.266.821,26	3.501.868,11	3.602.045,69	37.131.288,37
1721.01.30.00	COTA-PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	8.733.961,75	1.593.549,27	9.160.798,79	1.533.988,53	6.872.892,75	1.659.489,80	7.071.347,19	1.769.640,25	6.896.688,41	2.059.205,16	7.306.046,49	1.831.154,82	56.488.763,23
1721.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	14.629.837,30	394.100,00	3.266.481,06	3.865.511,59	2.739.010,56	16.850.344,33	3.482.401,62	5.562.818,82	11.747.944,32	5.852.805,47	2.026.188,47	15.397.044,25	85.814.487,79

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00206

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1721.02.04.00	SEC.DE EST. DO DES. ECON., CIENT. E TECNOLÓGICO	830.000,00	169.000,00	136.000,00	160.000,00	138.000,00	-	-	-	-	-	-	(116.997,15)	1.316.002,85
1721.02.04.01	CONVÊNIO IMETRO-SC/SDECT	130.000,00	169.000,00	136.000,00	160.000,00	138.000,00	-	-	-	-	-	-	-	733.000,00
1721.02.04.02	CONVÊNIO CAPES/SEMTEC/SDT/SED	700.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.997,15)	583.002,85
1721.02.06.00	SEC. DE EST. DO DES. RURAL E AGRICULTURA	-	105.000,00	-	-	-	140.000,00	-	-	-	(4.096,96)	-	140.000,00	380.903,04
1721.02.06.02	CONVÊNIO SEDRA/MARA	-	105.000,00	-	-	-	-	-	-	-	(4.096,96)	-	-	100.903,04
1721.02.06.05	CONVÊNIO MMA/SEDRA Nº 068/95	-	-	-	-	-	140.000,00	-	-	-	-	-	140.000,00	280.000,00
1721.02.07.00	SEC. DE EST. DO DES. SOCIAL E DA FAMÍLIA	-	-	3.127.499,61	2.003.793,55	349.990,00	13.737.499,71	1.969.174,41	3.593.314,72	9.413.353,00	5.212.498,43	349.990,00	12.235.142,55	51.992.255,98
1721.02.07.03	CONVÊNIO SEDSF/MTB/SPES/CODEFAT Nº 001/96	-	-	-	2.003.793,55	-	-	-	-	-	-	-	(1.029.936,38)	973.857,17
1721.02.07.04	CONVÊNIO SEDSF/SAS/MPAS - Nº 022/95	-	-	3.127.499,61	-	-	1.737.499,71	1.969.174,41	3.243.324,72	-	5.212.498,43	-	399.624,93	15.689.621,81
1721.02.07.05	CONVÊNIO SEDSF/COTA/CJ Nº 40/96	-	-	-	-	349.990,00	-	-	349.990,00	(349.990,00)	-	-	-	349.990,00
1721.02.07.06	CONVÊNIO MT/SEFOR/SEDSF Nº 005/96	-	-	-	-	-	12.000.000,00	-	-	8.000.000,00	-	-	11.050.000,00	31.050.000,00
1721.02.07.07	CONVÊNIO MPAS/SEDSF-SC-Nº 44000499696-03	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063.363,00	-	-	1.690.178,00	2.753.541,00
1721.02.07.08	CONVÊNIO FNAS/SC - SEDSF Nº 59/96	-	-	-	-	-	-	-	-	699.980,00	-	349.990,00	125.296,00	1.175.266,00
1721.02.08.00	SEC. DE EST. DO DES.URBANO E DO MEIO AMBIENTE	-	-	-	-	-	13.566,32	75.090,00	-	-	-	-	-	88.656,32
1721.02.08.01	CONVÊNIO BNDES/FATMA/BIRD 3480	-	-	-	-	-	3.391,58	-	-	-	-	-	-	3.391,58
1721.02.08.02	CONVÊNIO BNDES/EXIMBANK (JAPÃO)	-	-	-	-	-	10.174,74	-	-	-	-	-	-	10.174,74
1721.02.08.03	CONVÊNIO SAEPR/SDN Nº 05/95	-	-	-	-	-	-	75.090,00	-	-	-	-	-	75.090,00
1721.02.09.00	SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO	3.956.441,30	120.100,00	2.981,45	1.701.718,04	1.020,56	2.519.665,00	1.285.588,50	1.825.989,20	343.361,66	634.240,00	1.319.947,50	2.231.635,00	15.944.688,21
1721.02.09.01	CONVÊNIO SEE/FAE/ALIM. ESCOLAR Nº 1712/74	3.956.441,30	-	-	1.695.617,70	-	2.519.665,00	1.259.832,50	1.259.832,50	-	-	-	-	10.691.389,00
1721.02.09.05	CV SEED/FNDE/MEC/Nº 2827/95/ACORDA BRASIL	-	120.100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.100,00
1721.02.09.06	CONVÊNIO SED/TV - ESCOLA	-	-	2.981,45	6.100,34	1.020,56	-	-	-	-	-	-	-	10.102,35
1721.02.09.07	CONVÊNIO FNDE/SED/SENSO EDUCACIONAL	-	-	-	-	-	-	25.756,00	-	-	-	-	-	25.756,00
1721.02.09.09	CONV. FNDE/SED/Nº 3637/96/RECONST. ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	523.756,70	343.361,66	-	-	-	869.118,36
1721.02.09.10	CONV. FNDE/SED/Nº 3699/96/EDUCAÇAO INDIGENA	-	-	-	-	-	-	-	42.400,00	-	-	-	-	42.400,00
1721.02.09.11	CONV. FNDE/SED/Nº 4970/96/ACORDA BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.500,00	-	-	23.500,00
1721.02.09.12	CONV. MEC/FAE/SED/Nº 309/96/TRANSPORTE ESCOLAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	240.000,00	720.000,00	720.000,00	1.680.000,00
1721.02.09.13	CONV. MEC/FAE/PNSE/SED/Nº 246/96/SAÚDE ESCOLAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.040,00	181.560,00	504.120,00	724.720,00
1721.02.09.14	CONV. MEC/FAE/SED/Nº 239/96/CESTA MATERIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.500,00	418.387,50	1.007.515,00	1.466.402,50
1721.02.09.15	CONV. MEC/SEF/SED/Nº 04/96/ENSINO FUNDAMENTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	291.200,00	-	-	291.200,00
1721.02.10.00	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	5.000.000,00	-	-	-	2.250.000,00	-	-	-	-	-	-	-	7.250.000,00
1721.02.10.02	CONV. SEF/DAFI/PLEITOS EMERG. JOINVILLE 20/95	-	-	-	-	2.250.000,00	-	-	-	-	-	-	-	2.250.000,00
1721.02.10.05	CONVÊNIO 90/MPO/95	5.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
1721.02.11.00	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	-	-	-	-	-	25.370,30	5.548,71	1.514,90	3.207,66	56,00	17.250,97	4.200,87	57.149,41
1721.02.11.01	CONVÊNIO SUNAB/SEJC-PROCON	-	-	-	-	-	25.000,29	5.103,55	1.458,90	3.131,66	-	17.223,97	4.172,87	56.099,24
1721.02.11.02	CONVÊNIO SEJC/PM-LAGES Nº 003/96	-	-	-	-	-	370,01	445,16	56,00	76,00	56,00	28,00	28,00	1.059,17
1721.02.12.00	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	4.843.396,00	-	-	-	-	197.243,00	-	-	1.844.022,00	10.108,00	-	-	6.894.769,00
1721.02.12.07	CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 301/95	4.470.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.470.000,00
1721.02.12.08	CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 302/95	373.396,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	373.396,00
1721.02.12.09	CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 044/96	-	-	-	-	-	197.243,00	-	-	-	-	-	-	197.243,00
1721.02.12.10	CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 254/93	-	-	-	-	-	-	-	-	1.694.022,00	-	-	-	1.694.022,00
1721.02.12.11	CONVÊNIO SES/INAN Nº 10/95-1	-	-	-	-	-	-	-	-	150.000,00	-	-	-	150.000,00
1721.02.12.12	CONVÊNIO SES/MS Nº 837-96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.108,00	-	-	10.108,00
1721.02.21.00	SEC. DE EST. DO DES. ECON. E INT. AO MERCOSUL	-	-	-	-	-	217.000,00	147.000,00	142.000,00	142.000,00	-	339.000,00	203.062,98	1.190.062,98
1721.02.21.01	CONVÊNIO INMETRO/SC-SDT/SDM	-	-	-	-	-	157.000,00	147.000,00	142.000,00	142.000,00	-	339.000,00	203.062,98	1.130.062,98
1721.02.21.03	CONVÊNIO MMA/SDT/SDM	-	-	-	-	-	60.000,00	-	-	-	-	-	-	60.000,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00207

206

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1721.02.22.00	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00	700.000,00
1721.02.22.01	CONVÊNIO CAPES/SEMTEC/SEGOV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00	700.000,00
1721.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.114.335,31	-	-	12.114.335,31
1721.99.01.00	ADIANT. DESONER. DO LC M.S.-LC 87 13/09/96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.114.335,31	-	-	12.114.335,31
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.779.775,22	3.973.861,02	4.340.681,21	5.089.679,60	3.803.151,01	3.931.332,93	5.707.183,25	5.967.332,57	4.902.506,64	5.667.010,82	5.784.991,37	64.346.628,16	117.374.283,80
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	2.291.273,31	2.524.401,38	2.752.021,96	3.589.028,04	2.636.987,46	2.671.733,67	3.223.743,64	2.877.347,29	2.820.681,11	3.033.857,83	2.876.862,36	3.171.627,28	34.491.567,33
1911.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	2.214.605,32	2.442.036,69	2.665.910,92	3.509.690,50	2.596.223,49	2.612.160,97	3.159.228,25	2.813.484,75	2.762.913,44	2.986.728,93	2.840.968,66	3.136.849,04	33.730.800,96
1911.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS IMPOSTOS	2.213.538,37	2.441.501,89	2.665.465,11	3.509.081,43	2.595.997,51	2.611.573,87	3.158.640,14	2.811.896,10	2.762.454,83	2.986.437,41	2.840.766,48	3.136.776,87	33.720.130,01
1911.01.01.00	I.T.B.I. ESTADUAL	415,43	892,71	1.167,75	1.757,18	868,21	724,66	1.510,86	982,84	1.015,08	1.970,11	1.327,07	1.249,69	13.881,57
1911.01.02.00	I.T.B.I. MUNICIPAL	415,41	892,71	1.167,75	1.757,18	868,20	724,62	1.510,86	982,80	1.015,08	1.970,08	1.327,04	1.249,66	13.881,39
1911.01.04.00	I.P.V.A. ESTADUAL	138.156,09	130.380,99	188.158,50	186.752,07	209.851,87	170.792,14	200.857,80	186.692,21	186.338,84	226.163,06	274.023,12	286.782,51	2.384.949,20
1911.01.05.00	I.P.V.A. MUNICIPAL	138.136,37	130.358,27	188.129,20	186.723,98	209.819,99	170.761,92	200.825,91	186.662,21	186.308,51	226.130,12	273.989,61	286.749,79	2.384.598,01
1911.01.06.00	IMP. S/TRANSM. CAUSA MÓRTIS DE BENS E DIREITOS	6.920,09	4.045,06	7.573,09	6.345,99	9.756,02	6.033,90	9.585,87	8.717,16	9.057,36	10.168,93	9.502,79	14.417,76	101.924,02
1911.01.07.00	I.C.M.S. ESTADUAL	1.447.406,56	1.631.482,38	1.709.662,88	2.344.506,82	1.613.303,97	1.697.067,63	2.058.474,02	1.821.124,67	1.784.195,14	1.890.147,83	1.710.693,97	1.909.862,50	21.617.928,37
1911.01.08.00	I.C.M.S. MUNICIPAL	482.088,42	543.449,77	569.605,94	781.238,21	537.529,23	565.467,02	685.874,81	606.734,11	594.524,82	629.887,28	570.102,86	636.464,96	7.202.967,45
1911.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	1.066,95	534,80	445,81	609,07	4.225,98	587,10	588,11	1.588,65	458,61	291,32	202,18	72,17	10.670,95
1911.02.01.00	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	329,57	281,38	141,58	115,53	3.752,59	147,94	228,68	1.319,21	175,71	291,32	202,18	72,17	7.858,86
1911.02.03.00	ATOS DASAÚDE PÚBLICA	737,38	253,42	304,23	493,54	473,39	439,16	359,43	269,44	282,90	-	-	-	3.589,29
1911.02.09.00	ATOS DA APOSENT. DE SERVID. AUXIL. JUSTIÇA	-	-	-	-	-	-	-	23,60	-	-	-	-	23,60
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	76.667,99	82.364,89	86.111,04	79.337,54	70.763,97	59.572,70	66.517,39	63.862,54	57.767,67	47.128,70	35.893,70	34.778,24	760.766,37
1919.01.00.00	MULTAS DE TRÂNSITO	-	256,00	317,39	-	185,86	-	-	-	29,55	289,62	-	-	1.078,42
1919.02.00.00	MULTAS POR INFRAÇÕES DE OBRAS E ACESSOS	6.426,28	9.414,49	14.319,20	7.693,33	14.156,45	10.187,01	6.459,77	10.112,81	5.308,52	4.311,48	3.524,47	2.433,79	94.549,60
1919.03.00.00	MULTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	88,19	117,70	19,78	670,39	967,60	-	269,34	1.201,55	141,28	22,80	32,96	200,00	3.731,99
1919.04.00.00	GLOSAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	1.068,00	146,63	425,35	503,56	571,79	-	64,73	824,11	457,18	-	18,29	30,37	4.110,03
1919.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	69.005,52	72.430,05	70.829,32	70.468,26	54.882,27	49.385,69	59.723,53	51.723,67	51.831,14	42.304,80	32.317,58	32.114,08	657.296,33
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150.884,94	77.291,02	128.979,85	345.037,36	73.204,99	121.344,48	255.771,40	122.314,73	111.614,28	89.712,26	82.433,70	431.129,31	1.909.718,32
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	46.848,55	49.421,00	51.666,81	54.571,37	60.608,27	55.853,10	57.720,04	62.494,64	44.634,96	72.442,43	66.039,10	61.288,31	683.588,58
1921.01.00.00	COMP. FINANC. DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	14.543,18	14.504,74	11.834,16	15.122,63	23.820,75	25.514,72	21.516,62	14.190,36	23.803,09	24.910,80	22.015,06	17.656,29	229.432,60
1921.02.00.00	COMP. FINANC. DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS	11.181,07	12.500,62	10.435,04	14.702,63	8.286,91	10.389,72	13.300,58	20.467,05	308,05	14.974,11	11.349,65	9.808,06	137.724,49
1921.04.00.00	NOTAS FISCAIS	-	12.873,55	19.686,22	13.487,30	14.904,97	9.952,09	12.771,21	11.003,56	10.186,49	10.497,43	10.691,75	10.500,85	138.555,52
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	21.123,30	9.542,09	9.691,29	9.258,81	13.595,64	9.996,57	10.131,63	16.833,67	10.137,33	22.060,09	22.182,64	23.323,11	177.876,17
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	104.036,39	27.870,02	77.313,04	290.465,99	12.596,72	65.491,38	198.051,36	59.820,09	66.979,32	17.269,83	16.394,60	369.841,00	1.386.129,74
1930.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	898.079,05	963.982,57	975.191,92	848.946,78	1.027.777,34	1.037.956,47	1.339.969,45	1.275.991,58	1.154.956,79	1.335.081,64	1.180.231,15	1.552.006,36	13.590.171,10
1931.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	896.581,15	960.333,53	971.388,91	843.270,31	1.025.379,18	1.036.525,99	1.335.255,33	1.271.997,75	1.150.323,98	1.332.931,00	1.177.466,42	1.551.203,61	13.542.659,16
1931.01.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.T.B.I. ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	896,78	-	-	-	896,78
1931.02.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.T.B.I. MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-	-	896,77	-	-	-	896,77
1931.04.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. ESTADUAL	-	-	-	-	3.902,07	-	-	-	-	-	-	-	3.902,07
1931.05.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. MUNICIPAL	-	-	-	-	3.902,07	-	-	-	-	-	-	-	3.902,07
1931.07.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. ESTADUAL	672.646,43	720.417,14	728.922,43	632.991,73	763.350,97	777.623,94	994.195,79	954.182,36	861.565,86	999.890,00	883.336,99	1.163.534,43	10.152.658,07
1931.08.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. MUNICIPAL	223.934,72	239.916,39	242.466,48	210.278,58	254.224,07	258.902,05	331.059,54	317.813,39	286.966,37	333.041,00	294.129,43	387.669,18	3.380.403,40
1932.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.497,90	3.649,04	3.803,01	5.676,47	2.398,16	1.430,48	4.714,12	3.993,63	4.630,81	2.150,64	2.764,73	802,95	37.511,94
1932.99.00.00	OUTRAS RECEITAS	1.497,90	3.649,04	3.803,01	5.676,47	2.398,16	1.430,48	4.714,12	3.993,63	4.630,81	2.150,64	2.764,73	802,95	37.511,94
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	439.537,92	408.185,83	484.487,48	306.667,42	43.181,22	100.298,31	895.696,76	1.691.669,17	895.334,46	1.208.359,35	1.645.464,16	59.191.865,01	67.312.747,85
1990.01.00.00	RECEITA DA LOTERJ	-	-	17.931,26	-	29.513,76	-	12.738,66	-	-	-	-	-	60.223,66
1990.05.00.00	BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIRO	666,52	29.478,45	214.275,62	258.958,10	3.590,20	10.711,44	882.736,77	1.691.669,17	888.577,44	1.208.145,33	1.640.260,22	59.182.516,86	66.811.686,12

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00209
5/26

207

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	438.871,40	378.707,40	252.260,62	47.709,33	12.077,26	89.586,87	181,33	-	6.757,02	213,96	5.203,94	9.348,15	1.240.917,27
2000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	8.111.259,14	49.567.116,18	46.661.965,69	2.893 629,35	1.123.993,97	219.345.183,15	2.790.740,49	13.034.527,98	4.501.812,53	606.190.284,10	3.295.030,33	13.088.346,30	971.811.089,21
2100.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.134,10	45.083 715,27	46.661.965,69	668.565,50	875.306,62	218.445.183,15	2.560.740,49	10.323.943,67	4.057.700,53	606.248 032,77	771 288,71	2.376 179,78	959.022.756,20
2110.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	45.000.000,00	45.000.000,00	-	-	213.778.858,46	-	1.506.465,24	-	604.498.433,54	-	-	911.783.757,24
2110.01.00.00	FINANCIAMENTO I/FINEP/SC/UDESC LEI Nº 9010	-	-	-	-	-	-	-	1.506.465,24	-	-	-	-	1.506.465,24
2110.07.00.00	EMISSÃO DE LFTSC - LEI 10168	-	-	-	-	-	-	-	-	-	604.498.433,54	-	-	604.498.433,54
2110.08.00.00	LFTSC PARA ROLAGEM	-	-	-	-	-	213.778.858,46	-	-	-	-	-	-	213.778.858,46
2110.09.00.00	FINANCIAMENTO CEF/SEF-PROER-VOTO 162/95	-	45.000.000,00	45.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.000.000,00
2120.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	950.134,10	83.715,27	1.661.965,69	668.565,50	875.306,62	2.666.324,69	2.560.740,49	8.817.478,43	4.057.700,53	1.749.599,23	771.288,71	2.376.179,78	27.238.999,04
2120.02.00.00	FINANCIAMENTO BID-III/DER LEI Nº 8538 19/01/92	-	-	-	-	-	-	-	7.772.000,00	2.595.900,00	-	-	-	10.367.900,00
2120.08.00.00	FINANCIAMENTO JUNTO AO BIRD/SAA LEI Nº 8269 05/06/91	375.090,08	83.715,27	592.836,89	482.073,91	875.306,62	146.440,86	529.644,12	350.891,41	400.075,37	506.475,00	252.406,61	421.451,46	5.216.408,60
2120.10.00.00	FINANCIAMENTO HERMES/CLARING - LEI Nº 7698 25/07/89	-	-	808.667,53	-	-	-	-	-	-	-	518.882,10	-	1.327.549,63
2120.29.00.00	FINANCIAMENTO JUNTO AO BIRD/STO LEI Nº 8689 30/06/92	375.044,02	-	260.461,27	186.491,59	-	2.519 883,83	2.031.096,37	694.587,02	1.061.725,16	1.243.123,63	-	1.954.728,32	10.327.141,01
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.800,00	11.800,00
2210.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.800,00	11.800,00
2210.01.00.00	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.800,00	11.800,00
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.161.125,04	4.483.400,91	-	2.225.063,85	248.687,35	900.000,00	230.000,00	2.710.584,31	444.112,00	350.251,33	2.523.741,62	10.700.366,52	31.977.332,93
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.161.125,04	4.483.400,91	-	2.225.063,85	248.687,35	900.000,00	230.000,00	2.710.584,31	444.112,00	350.251,33	2.523.741,62	10.700.366,52	31.977.332,93
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	7.161.125,04	4.483.400,91	-	2.225.063,85	248.687,35	900.000,00	230.000,00	2.710.584,31	444.112,00	350.251,33	2.523.741,62	10.700.366,52	31.977.332,93
2421.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	7.161.125,04	4.483.400,91	-	2.225.063,85	248.687,35	900.000,00	230.000,00	287.401,00	200.000,00	-	(100.000,00)	1.100.000,00	2.817.601,00
2421.02.06.00	SEC. DE EST. DO DES. RURAL E AGRICULTURA	-	-	-	400.000,00	-	900.000,00	230.000,00	287.401,00	200.000,00	-	-	-	1.117.401,00
2421.02.06.01	CONVÊNIO SEDRA/MMA/SRH - 019/95	-	-	-	400.000,00	-	-	230.000,00	287.401,00	200.000,00	-	-	1.000.000,00	1.600.000,00
2421.02.06.04	CONVÊNIO MMA/SEDRA Nº 078/95	-	-	-	-	-	600.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00
2421.02.06.06	CONVÊNIO MARA/SEDRA Nº 137/95	-	-	-	-	-	300.000,00	-	-	-	-	(300.000,00)	100.000,00	100.000,00
2421.02.11.00	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00	(2,92)	499.997,08
2421.02.11.03	CONVÊNIO DEFEN/SJC/MJ Nº 017-96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00	(2,92)	499.997,08
2421.02.12.00	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-	-	244.112,00	-	-	-	244.112,00
2421.02.12.10	CONVÊNIO SES/MS/FNS Nº 234/93	-	-	-	-	-	-	-	-	244.112,00	-	-	-	244.112,00
2421.02.14.00	SEC. DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS	7.161.125,04	4.483.400,91	-	1.825.063,85	248.687,35	-	-	2.423.183,31	-	350.251,33	2.323.741,62	9.600.369,44	28.415.823,85
2421.02.14.01	CONVÊNIO STO/PG.023/91-00-PJ-068/92	1.496.374,52	-	-	378.717,94	-	-	-	-	-	350.251,33	-	48.830,29	2.264.174,08
2421.02.14.02	CONVÊNIO PG.023/91-00 - DNER/STO-SC - 069/92	-	2.418.076,42	-	1.337.094,39	-	-	-	-	-	-	-	2.036.597,28	5.811.768,09
2421.02.14.03	CONVÊNIO PG.023/91- DNER/STO-SC - 004/93	-	765.591,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320.919,07	2.086.510,89
2421.02.14.04	CONVÊNIO STO/DNER-SC/PG.023/91-00-PJ-067/92	1.674.750,58	1.081.881,95	-	-	-	-	-	2.423.183,31	-	-	2.323.741,62	-	7.503.557,46
2421.02.14.05	CONVÊNIO STO/PG 051/90-00-DNER PJ-108/90	2.999.999,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.999.999,94
2421.02.14.06	CONVÊNIO STO/PG1.384/87-00-DNER-PJ-100/86	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
2421.02.14.07	CONVÊNIO COMAR/STO-SC - PROFAA Nº 504/94	-	217.850,72	-	109.251,52	248.687,35	-	-	-	-	-	-	-	575.789,59
2421.02.14.08	CONVÊNIO Nº 848/MPO/CEF/STO/SC/DER/SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.001.606,39	6.001.606,39
2421.02.14.09	CONVÊNIO PROFAA/COMAR/STO-SC Nº 503/94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172.476,41	172.476,41

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

WILMAR KLAUBERG
GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC-SC Nº 08.488

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00207

207

208

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	282.452.814,32	169.911.870,24	198.083.957,49	196.644.213,82	268.166.572,53	492.208.328,86	192.511.291,03	257.864.490,65	243.087.721,59	222.366.622,32	246.784.600,97	369.549.224,23	3.339.633.708,07
3000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	258.828.155,75	150.174.728,59	178.206.988,84	175.329.968,86	229.550.784,03	228.679.444,55	172.761.654,76	234.549.226,02	213.347.433,46	200.027.075,29	203.429.537,14	469.414.509,04	2.796.299.526,43
3100.00.00.00	DESPESAS DE CUSTEIO	107.062.981,19	56.564.361,35	72.437.338,59	66.430.665,33	96.123.350,18	92.420.085,53	79.969.701,85	78.697.329,36	87.108.517,40	70.096.971,49	74.853.598,76	169.150.088,23	1.050.913.189,28
3110.00.00.00	PESSOAL	66.815.178,54	45.202.093,81	57.775.820,37	60.126.561,82	75.393.941,36	66.474.592,11	59.991.948,28	68.783.909,86	62.080.774,46	61.677.245,70	64.866.900,72	118.634.117,66	807.825.884,69
3111.00.00.00	PESSOAL CIVIL	55.333.727,33	42.907.250,49	46.028.675,94	48.914.907,05	56.260.767,82	56.050.926,33	50.477.980,93	49.170.113,06	51.621.155,81	51.215.700,43	54.269.297,70	98.663.445,30	668.913.948,21
3111.01.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	53.836.826,45	41.574.597,57	44.943.246,06	47.927.940,37	55.014.002,42	54.875.823,94	57.246.229,24	47.942.183,22	50.531.466,77	50.164.119,56	53.203.992,72	60.005.835,75	617.266.264,07
3111.01.01.00	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	53.323.746,94	41.031.423,90	44.448.661,52	47.384.118,14	54.399.063,04	54.201.317,97	56.583.322,77	47.254.207,98	49.920.780,52	49.523.820,88	52.504.552,37	59.356.681,71	609.933.697,74
3111.01.02.00	VVF - PESSOAL CLT	513.079,51	543.173,67	494.584,54	543.822,23	614.939,38	674.505,97	660.906,47	687.975,24	610.686,25	640.298,68	699.440,35	651.154,04	7.332.566,33
3111.02.00.00	DESPESAS VARIÁVEIS	1.496.900,88	1.332.652,92	1.085.429,88	986.966,68	1.246.765,40	1.175.102,39	1.231.751,69	1.227.929,84	1.089.689,06	1.051.580,87	1.065.304,98	38.657.609,55	51.647.684,14
3111.02.01.00	AJUDA DE CUSTO	417.863,68	479.849,75	189.374,80	19.140,94	73.731,38	79.449,95	87.007,53	40.249,72	32.454,21	73.970,80	149.144,83	318.204,11	1.960.441,72
3111.02.03.00	DIÁRIAS	655.687,83	543.428,75	623.093,91	694.907,80	860.330,01	754.659,27	775.228,10	824.450,97	676.985,70	657.712,70	520.717,66	137.886,66	7.725.891,36
3111.02.04.00	SUBSTITUIÇÃO	309.990,82	193.622,62	143.518,45	107.997,49	117.469,42	110.170,00	137.678,39	120.772,75	111.925,15	97.657,76	116.893,47	138.303,13	1.705.999,45
3111.02.05.00	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	46.678,47	49.990,84	54.131,22	53.639,50	56.161,50	66.659,54	64.398,25	56.425,48	60.147,37	52.440,76	69.272,67	69.604,88	699.578,48
3111.02.06.00	DESPESAS DIVERSAS PESSOAL CIVIL	66.680,08	63.760,96	73.309,50	111.260,95	139.072,09	164.163,63	167.439,42	186.030,92	208.176,63	169.798,85	209.276,33	37.993.610,77	39.552.581,13
3112.00.00.00	PESSOAL MILITAR	10.681.622,03	1.748.843,92	8.959.092,35	10.505.283,47	18.203.954,53	9.736.117,56	634.208,46	18.981.259,94	9.822.805,27	9.809.757,17	9.957.631,19	18.435.942,90	127.496.518,79
3112.01.00.00	VVF - PESSOAL MILITAR	10.483.241,68	1.744.478,11	8.712.718,47	10.317.013,64	17.765.188,29	9.504.569,22	630.892,65	18.425.372,86	9.550.358,88	9.582.605,50	9.745.800,33	10.232.274,07	116.734.515,80
3112.02.00.00	DESPESAS VARIÁVEIS	198.380,35	4.365,81	246.373,88	188.267,83	438.766,24	231.548,34	3.315,81	555.887,08	272.446,39	227.151,67	211.830,86	8.183.668,83	10.762.002,99
3112.02.01.00	AJUDA DE CUSTO - MILITAR	23.746,09	-	152.250,33	69.225,45	97.487,98	31.284,23	-	212.962,70	97.502,38	38.282,70	25.851,19	-	748.593,07
3112.02.02.00	DIÁRIAS - MILITAR	97.205,91	1.050,00	68.606,83	88.880,35	174.337,15	83.346,36	-	139.097,27	77.882,91	82.412,42	75.012,08	45.960,74	935.592,02
3112.02.03.00	SUBSTITUIÇÃO - MILITAR	24.763,57	-	20.608,74	24.451,50	43.650,41	17.628,98	-	41.660,79	16.061,31	17.365,46	18.333,19	13.037,48	241.561,43
3112.02.04.00	DESPESAS DIVERSAS - MILITAR	52.664,78	3.315,81	5.107,98	5.710,53	121.290,70	97.288,65	3.315,81	162.166,32	80.999,79	69.091,09	92.634,40	8.122.670,61	8.816.256,47
3113.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	799.829,18	545.999,40	2.788.053,08	706.371,30	929.219,01	687.548,22	659.758,89	634.536,86	636.813,36	651.788,10	639.971,83	1.534.729,66	11.414.617,69
3120.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.052.398,95	4.031.159,43	2.437.706,71	1.481.520,30	1.719.739,27	1.401.630,31	2.915.017,74	1.610.793,63	3.327.287,42	3.101.548,02	2.910.763,13	6.409.678,51	37.399.243,42
3120.00.01.00	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	206.733,39	188.571,71	473.574,58	328.406,28	323.753,80	181.576,63	200.432,84	473.905,83	244.350,76	268.328,00	143.958,73	607.310,53	3.642.961,89
3120.00.02.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	2.140.882,92	664.028,06	93.254,10	195.230,57	335.573,66	52.158,32	159.098,49	80.471,43	34.971,91	52.282,55	31.812,38	(93.859,96)	3.745.904,43
3120.00.03.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	91.624,37	18.764,19	7.137,72	(51.106,06)	30.882,77	6.894,37	13.921,67	2.722,53	8.370,68	5.176,31	1.725,63	(11.744,52)	124.569,66
3120.00.04.00	FORRAGEM E CORRELATOS	9.250,00	1.699,88	2.274,40	14.684,52	1.958,20	-	765,00	-	222,00	303,00	-	467,50	31.624,50
3120.00.05.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	2.863.546,67	2.594.974,51	1.330.060,16	756.405,60	609.796,44	114.277,27	1.950.924,16	220.212,57	2.747.172,99	2.008.473,86	1.961.900,77	4.681.894,40	21.839.639,40
3120.00.06.00	MATERIAL ESCOLAR DIDÁTICO	58,85	97.863,04	132.429,33	24.742,13	25.536,66	463.481,56	13.200,30	2.733,69	16.496,89	21.164,51	526.350,11	606.173,33	1.930.238,20
3120.00.07.00	PEÇAS, ACESS. E SOBRESSALENTES PARA VEÍCULOS	79.600,82	201.503,17	50.201,00	(14.500,18)	57.684,52	83.946,40	55.972,07	53.676,92	40.643,59	45.284,66	20.510,61	2.047,49	676.570,07
3120.00.08.00	MATERIAL PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	43.176,00	85,39	6.610,63	1.557,04	5.264,66	51.176,43	(2.574,70)	8.436,50	6.419,21	11.329,70	7.263,70	3.682,00	142.627,56
3120.00.09.00	MED.PROD.QUÍM.FARM.ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	37.060,37	8.737,26	7.151,01	(9.832,56)	30.175,13	18.870,10	89.232,05	246.399,14	6.975,36	55.383,69	32.478,05	36.900,96	559.978,56
3120.00.10.00	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	68.641,95	138.659,80	140.690,37	162.732,57	189.019,77	165.607,98	95.328,32	257.909,74	120.195,33	120.956,90	77.850,32	112.505,10	1.650.100,35
3120.00.11.00	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	92.683,07	114.332,42	194.623,41	142.251,83	109.780,03	268.111,46	336.929,84	264.125,28	101.268,70	512.065,04	106.912,83	464.300,66	2.707.384,57
3120.00.12.00	FARDAMENTO	397.107,00	1.920,00	-	(47.208,90)	(1.666,17)	(4.470,00)	1.777,50	-	-	-	-	-	347.659,43
3120.00.13.00	MUNIÇÕES E CORRELATOS	21.842,54	-	-	(21.842,54)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3130.00.00.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	34.098.797,04	3.627.599,45	11.449.432,42	4.659.049,87	18.908.189,09	24.331.401,28	16.952.886,58	8.211.374,33	21.568.169,97	5.213.644,66	4.535.570,76	15.968.481,82	171.524.597,27
3131.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	359.920,14	110.375,32	1.342.742,90	309.750,44	163.092,02	233.888,32	30.305,24	425.360,08	378.435,24	180.829,03	345.981,35	99.560,44	3.982.240,52
3132.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	33.738.876,90	3.517.224,13	10.106.689,52	4.349.299,43	18.743.097,07	24.097.512,96	16.922.581,34	7.786.014,25	21.189.734,73	5.032.815,63	4.189.589,41	15.868.921,38	167.542.356,75
3132.00.01.00	ACORDOS E CONVÊNIOS	13.000,00	-	624.000,00	412.965,60	1.704.624,80	4.150.413,00	14.825,07	248.458,08	35.880,00	668.819,91	618.852,59	(697.130,60)	7.794.708,37
3132.00.02.00	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	216.938,41	32.491,64	146.577,36	46.549,22	15.774,72	27.326,08	49.386,39	13.893,08	70.549,50	12.115,04	34.918,51	32.135,84	698.676,09
3132.00.03.00	COMUNICAÇÃO	4.979.596,36	155.380,26	126.433,28	84.083,40	1.398.399,48	610.829,42	4.506.893,81	100.684,83	2.894.099,17	313.105,41	213.182,87	(79.358,50)	15.003.329,79
3132.00.04.00	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	126.273,98	47.635,41	60.482,29	39.967,61	59.209,40	54.474,47	61.100,84	46.600,01	33.295,82	53.006,23	35.649,80	(22.136,50)	595.582,36
3132.00.05.00	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	115.564,76	12.950,28	6.837,69	88.937,84	42.008,07	1.922,32	6.398,87	4.044,20	6.840,11	1.307,61	2.862,28	(874,95)	288.839,08
3132.00.06.00	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	2.509.023,44	1.324.438,91	(51.566,34)	144.767,30	1.418.160,12	355.365,94	151.876,04	213.551,00	462.625,00	483.624,17	258.616,96	117.476,33	7.387.958,89
3132.00.07.00	SERV. CONSERV. MANUT. BENS UTIL. COM. POVO	-	61,00	7,70	-	-	(7,70)	-	35,00	-	60,16	-	-	156,16
3132.00.08.00	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.221.502,86	790.658,46	419.087,89	749.773,74	949.076,30	1.451.690,15	473.263,24	939.832,70	786.041,23	1.013.179,30	496.596,82	539.647,96	9.830.350,85
3132.00.09.00	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	8.480.551,91	874.151,62	530.700,36	(193.109,92)	(4.183.277,91)	5.014.745,18	144.420,94	4.178.456,23	689.040,33	27.589,52	256.739,28	68.641,62	15.098.669,16
3132.00.10.00	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	185.792,00	40.333,16	84.609,45	36.261,58	111.823,47	(62.857,57)	142.296,86	37.814,81	166.464,33	282.865,17	44.235,96	(65.260,86)	996.378,36
3132.00.11.00	EVENTUAIS	4.260,00	1.722,12	7.184,68	6.181,80	3.331,98	6.000,00	1.879,77	3.293,66	14.489,63	16.397,30	4.570,09	7.487,11	76.798,14
3132.00.12.00	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.945.686,42	604.706,37	97.486,08	291.372,79	391.931,58	521.363,72	166.097,78	154.266,89	670.435,93	295.931,69	100.342,80	97.519,97	5.337.143,22
3132.00.13.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	2.707.777,41	395.519,84	139.858,70	(463.221,29)	93.925,06	324.760,68	49.563,62	83.635,66	5.596,48	128.104,57	72.796,14	(111.456,67)	3.424.860,20
3132.00.14.00	MANUTENÇÃO DE PALÁCIOS	10.000,00	3.998,53	14.481,42	7.960,80	19.443,63	14.000,00	6.500,00	11.000,00	18.857,04	14.437,24	11.095,46	15.292,45	147.066,57

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA 00211

46

209

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3132.00.15.00	PASSAGENS	568.735,72	54.494,52	98.812,73	(2.443,46)	123.398,69	100.529,23	125.698,42	21.075,41	32.438,86	306.399,28	54.562,00	(57.870,58)	1.426.850,82
3132.00.16.00	RECEPÇÕES E HOSPEDAGENS	109,90	68,37	1.878,54	365,13	335,72	4.304,00	1.693,37	8,40	1.181,00	3.719,05	6.046,74	2.545,20	22.455,42
3132.00.17.00	REFEIÇÕES	27.763,70	15.127,91	19.534,46	27.747,87	126.303,95	21.778,43	36.089,58	26.707,83	17.860,52	32.795,38	46.178,12	26.517,00	422.404,75
3132.00.18.00	DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES, PRÊMIOS E MEDALHAS	5.114,81	(2.823,52)	1.740,00	1.530,00	1.718,00	47.853,20	1.395.649,00	3.075,00	260,00	-	1.758,00	(28.500,00)	1.427.374,49
3132.00.19.00	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONE., EX., E OUTROS	3.627,29	-	6.609,81	24.451,00	7.432.509,12	10.366.252,41	1.737.698,80	142.453,40	831.121,41	5.943,71	861.939,50	11.223.448,50	32.636.854,95
3132.00.21.00	SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	10.166.930,04	1.132.995,47	7.768.240,42	1.086.438,98	1.032.140,89	835.235,31	8.125.500,74	1.555.277,12	4.334.581,03	1.370.317,59	1.051.726,49	2.104.053,74	40.563.457,82
3132.00.22.00	SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	450.627,89	33.293,58	3.690,00	1.970.519,34	8.000.260,00	251.534,69	22.748,00	3.850,94	10.118.017,34	2.877,10	16.899,00	2.696.724,38	23.572.842,26
3190.00.00.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	96.606,66	1.702.508,66	774.379,09	162.133,34	99.480,46	212.461,83	109.849,25	89.451,54	132.285,55	104.533,11	2.940.364,15	28.137.810,26	34.164.363,90
3191.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	5.750,36	-	-	-	21.674,64	-	2.160,00	22.033,79	25.502.385,45	25.554.003,24
3192.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	96.606,66	1.702.508,66	774.379,09	157.782,98	99.480,46	212.461,83	109.849,25	67.776,90	132.285,55	102.372,11	2.918.331,36	2.633.424,81	8.610.260,66
3200.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	151.765.174,36	93.610.367,24	105.769.650,35	108.899.303,53	133.429.433,85	136.259.359,02	92.791.952,91	145.851.696,66	126.238.936,06	129.930.103,80	130.573.938,38	300.264.420,79	1.655.386.337,15
3210.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.757.414,14	18.308.868,37	18.122.580,10	14.556.182,56	27.498.628,73	21.654.501,85	11.039.928,64	23.738.572,63	18.887.482,05	26.577.777,01	22.607.189,82	41.360.238,63	247.109.565,35
3211.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	360.361,39	7.895.564,20	3.027.710,06	2.247.576,62	6.714.983,68	6.103.939,68	6.379.066,37	8.834.462,93	6.843.831,87	7.735.854,51	7.471.925,40	13.149.410,60	78.746.689,23
3211.01.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	257.667,37	7.858.326,19	1.833.361,79	1.803.171,55	2.985.559,31	2.447.715,89	2.902.988,18	2.649.618,43	2.844.381,05	2.645.258,22	3.109.025,58	10.187.658,74	41.524.732,30
3211.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.693,92	37.238,01	1.194.348,27	444.405,07	3.729.426,37	3.738.223,79	3.476.078,19	6.184.844,52	3.999.450,82	5.090.596,29	4.362.899,82	4.961.751,86	37.221.956,93
3212.00.00.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	223.084,90	8.111.816,15	10.207.884,67	10.270.333,43	18.478.031,38	10.507.810,99	2.789.369,01	9.254.051,69	9.358.216,05	9.466.770,87	10.554.856,30	21.273.965,81	120.496.191,95
3212.01.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	158.084,90	7.861.816,15	10.177.884,67	10.230.333,43	18.205.531,38	10.157.438,99	2.640.703,09	9.336.051,69	9.180.406,05	9.441.370,87	9.646.259,32	21.261.668,81	118.277.549,85
3212.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00	250.000,00	30.000,00	40.000,00	272.500,00	350.372,00	148.665,92	(82.000,00)	177.810,00	25.400,00	908.597,08	32.297,00	2.218.642,00
3214.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	2.273.967,95	2.301.488,02	4.886.985,57	2.038.473,51	2.305.611,67	4.960.751,18	1.871.493,06	5.650.057,99	2.685.434,13	9.375.151,63	4.580.408,12	4.936.862,24	47.866.685,07
3214.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.273.967,95	2.301.488,02	4.886.985,57	2.038.473,51	2.305.611,67	4.960.751,18	1.871.493,06	5.650.057,99	2.685.434,13	9.375.151,63	4.580.408,12	4.936.862,24	47.866.685,07
3220.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.080.419,21	38.709.999,98	45.372.740,38	47.479.465,18	47.104.054,08	56.382.963,73	45.198.938,55	45.681.037,01	51.277.749,50	50.589.045,93	50.219.027,90	47.310.548,92	572.405.990,37
3223.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	47.080.419,21	38.709.999,98	45.372.740,38	47.479.465,18	47.104.054,08	56.382.963,73	45.198.938,55	45.681.037,01	51.277.749,50	50.589.045,93	50.219.027,90	47.310.548,92	572.405.990,37
3223.01.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	25.000,00	1.717.045,00	41.220,00	4.430.455,00	(35.000,00)	-	-	(572.098,13)	-	512.300,00	6.118.921,87
3223.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	76.223,00	101.852,24	93.753,00	192.000,00	4.557.243,23	35.000,00	-	(16,55)	60.000,00	231.993,27	216.425,00	5.564.465,19
3223.04.00.00	CONTRIBUIÇÕES CORRENTES A MUNICÍPIOS	47.080.419,21	38.633.776,98	45.245.888,14	45.668.667,18	46.870.834,08	47.395.265,50	45.198.938,55	45.681.037,01	51.277.776,05	51.101.144,06	50.007.034,63	46.981.823,92	566.742.683,31
3230.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.389.054,41	1.642.269,07	1.464.827,34	1.626.649,53	1.730.277,95	2.342.283,11	2.697.570,97	4.889.078,31	3.317.044,15	1.768.058,89	1.846.135,38	3.924.789,33	29.638.038,44
3231.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.389.054,41	1.642.269,07	1.464.827,34	1.626.649,53	1.730.277,95	2.342.283,11	2.697.570,97	4.889.078,31	3.317.044,15	1.768.058,89	1.846.135,38	3.924.789,33	29.638.038,44
3250.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	43.104.852,33	16.246.307,39	31.370.373,30	29.513.425,94	45.491.849,35	35.998.043,51	24.243.301,37	42.073.109,27	35.285.645,35	34.497.796,82	37.369.785,67	71.337.687,99	446.532.458,29
3251.00.00.00	INATIVOS	42.034.798,89	15.124.535,39	29.827.270,84	28.349.243,81	44.080.010,84	34.544.191,17	22.995.977,82	40.542.702,18	33.826.232,80	32.951.351,76	34.958.495,03	68.398.170,72	428.642.981,27
3251.00.01.00	PROVENTOS DO PESSOAL CIVIL	38.514.703,70	14.983.950,23	26.399.129,73	24.800.984,91	36.466.876,58	30.650.797,17	22.926.108,64	32.620.859,21	29.603.024,98	29.948.288,60	30.844.813,91	60.276.204,24	378.035.742,10
3251.00.02.00	PROVENTOS DO PESSOAL MILITAR	3.520.095,19	140.585,16	3.428.141,11	3.548.258,90	7.613.134,26	3.893.393,80	69.869,18	7.921.842,97	4.223.207,82	4.003.063,16	4.113.681,14	8.121.966,48	50.607.239,17
3252.00.00.00	PENSIONISTAS	730.631,33	761.473,15	979.808,65	826.035,09	1.001.353,56	910.298,84	936.373,83	910.632,61	899.096,14	-	1.757.033,85	2.438.841,09	12.151.578,14
3252.00.01.00	ABONOS E PENSÕES	730.631,33	761.473,15	979.808,65	826.035,09	1.001.353,56	910.298,84	936.373,83	910.632,61	899.096,14	-	1.757.033,85	2.438.841,09	12.151.578,14
3253.00.00.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	318.618,64	180.173,81	302.104,95	309.745,86	384.719,00	308.900,52	235.547,44	383.848,42	322.261,63	296.237,91	337.390,65	417.398,95	3.796.947,78
3253.00.01.00	SALÁRIO-FAMÍLIA SERVIDORES CIVIS EM ATIVIDADE	187.871,48	163.589,30	190.501,43	197.364,58	197.797,39	196.834,26	197.981,88	195.875,18	196.164,42	195.847,48	221.969,49	193.051,23	2.334.848,12
3253.00.02.00	SALÁRIO-FAMÍLIA DE INATIVOS CIVIS	36.093,47	16.584,51	36.714,66	37.069,43	37.507,92	37.235,89	37.363,56	37.594,25	37.707,12	38.144,53	40.024,13	40.768,73	453.010,20
3253.00.04.00	SALÁRIO-FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36,40	108.498,06	108.534,46
3253.00.05.00	SALÁRIO-FAMÍLIA MILITAR EM ATIVIDADE	61.240,56	-	61.528,68	61.798,53	122.598,16	61.380,57	-	123.545,95	61.710,29	62.192,40	62.035,39	61.787,13	739.817,50
3253.00.06.00	SALÁRIO-FAMÍLIA INATIVOS MILITARES	13.412,13	-	13.360,18	13.513,32	26.815,53	13.449,80	-	26.833,10	26.679,80	73,50	13.323,34	13.293,80	160.757,50
3254.00.00.00	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	-	146.024,45	236.157,61	-	-	188.783,41	41.000,00	179.200,00	199.293,70	217.060,27	302.830,00	52.200,00	1.562.549,44
3255.00.00.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	8.135,47	1.241,77	1.290,00	4.470,00	4.848,25	-	395,00	3.000,00	-	-	-	-	23.480,59
3259.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	12.648,00	32.938,62	23.741,45	23.931,18	20.917,60	43.869,57	34.207,28	53.726,06	28.761,08	33.126,88	14.036,12	31.077,23	354.981,07
3260.00.00.00	ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	53.643.037,35	16.639.520,12	5.824.008,91	12.669.442,65	9.298.409,21	16.336.253,13	7.122.884,14	28.079.970,45	14.876.944,95	13.147.287,62	16.124.059,14	131.684.715,89	325.426.533,58
3261.00.00.00	JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA	52.968.862,30	15.469.800,07	5.214.974,25	10.929.781,41	8.086.026,93	14.299.567,76	5.846.833,74	14.730.772,62	12.367.828,74	10.383.132,31	13.466.683,87	7.557.910,78	171.532.174,00
3262.00.00.00	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA	33.468,19	675.000,00	35.443,76	710.485,43	39.134,42	1.203.143,28	-	14.795,89	50.692,80	32.869,61	32.325,86	1.281.920,17	4.109.279,41
3263.00.00.00	JUROS SOBRE DE TÍTULOS DO TESOURO	547.251,03	426.688,66	573.590,90	975.046,34	1.110.117,45	759.884,95	1.276.050,40	2.090.153,34	2.258.453,39	2.711.509,21	2.623.049,41	2.738.851,60	18.092.618,68
3264.00.00.00	DESCONTOS E COMISSÕES SOBRE TÍTULOS DO TESOURO	93.453,83	68.031,39	-	34.129,27	63.130,39	73.657,14	-	3.240,85	-	19.776,49	-	120.106.033,34	120.461.454,70
3265.00.00.00	JUROS DE OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-	-	11.241.005,79	-	-	-	-	11.241.005,79
3270.00.00.00	ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	2.582.315,54	728.821,63	2.182.740,65	1.767.410,17	916.772,73	2.402.283,10	1.549.831,02	(62.442,72)	1.523.393,61	1.913.616,29	857.999,12	1.998.341,16	18.363.082,30
3271.00.00.00	JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA	2.573.123,40	728.121,63	2.143.929,29	1.743.238,26	907.993,41	2.234.946,93	1.543.921,50	(63.250,22)	1.496.999,72	1.770.974,73	849.000,07	1.764.768,16	17.693.766,88
3272.00.00.00	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA	9.192,14	700,00	38.811,36	24.171,91	8.779,32	167.336,17	5.909,52	807,50	26.413,89	144.641,56	8.999,05	233.573,00	669.335,42
3280.00.00.00	CONTRIB. P/FORM. PATRIM. DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	170.696,60	1.330.768,40	1.372.176,05	1.305.541,16	1.362.504,73	1.130.839,07	868.938,60	1.435.846,64	1.044.220,02	1.345.964,90	1.466.992,73	1.284.017,18	14.100.706,08
3290.00.00.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.384,98	3.732,28	60.003,62	985,54	26.937,07	12.191,52	70.359,82	26.525,03	26.436,45	88.536,34	84.748,62	1.364.081,67	1.801.962,94

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00211

210

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3291.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.376,85	212.322,38	265.699,23
3292.00.00.00	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.384,98	3.732,28	60.003,62	985,54	26.937,07	12.191,52	70.359,82	26.525,03	26.456,45	88.536,14	31.371,77	1.151.759,39	1.536.263,71
4000.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	23.624.658,57	19.737.141,65	19.878.968,55	21.314.244,96	38.613.788,30	263.528.884,21	19.749.636,27	33.315.264,63	29.740.268,13	22.339.547,03	41.355.063,83	100.134.715,21	633.334.181,64
4100.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.596.820,50	4.359.743,40	590.802,73	1.647.997,26	10.204.908,63	6.277.896,61	832.999,35	4.865.872,39	5.665.548,25	8.078.642,25	3.189.522,58	11.575.079,34	60.805.833,29
4110.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.699.638,62	2.783.006,16	157.764,38	227.593,22	2.913.107,22	4.154.866,88	226.017,01	3.770.371,28	4.891.361,30	4.336.667,81	1.788.202,73	1.750.157,83	29.698.754,54
4120.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	604.570,38	1.560.737,24	433.038,35	1.420.404,04	5.204.401,31	453.029,73	556.982,34	1.095.501,11	729.186,95	2.541.974,44	1.401.319,85	3.915.432,79	19.916.578,53
4120.00.01.00	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	26.446,00	1.364.749,02	43.968,09	706.876,23	5.099.987,09	59.543,53	221.512,74	146.689,92	365.556,94	803.506,60	1.032.034,92	2.325.912,85	12.196.783,93
4120.00.02.00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1.831,00	36.597,90	2.869,83	19.418,19	934,55	2.941,90	1.684,88	2.651,37	3.380,70	9.003,80	2.197,28	73.771,57	157.272,97
4120.00.03.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	570.616,00	142.563,09	360.284,46	331.693,84	39.224,11	32.017,51	57.082,90	98.279,37	320.946,52	1.471.609,67	169.327,78	670.468,10	4.264.113,35
4120.00.04.00	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	-	-	-	325.515,00	24.400,00	152.284,00	215.924,00	101.176,00	(938,40)	105.950,00	45.950,00	490.147,00	1.460.407,60
4120.00.05.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	5.677,38	16.827,23	25.915,97	36.900,78	39.865,56	206.242,79	60.777,82	746.704,45	40.241,19	151.904,37	151.809,87	355.133,27	1.838.000,68
4140.00.00.00	CONST. OU AUM. DE CAP. EMPR. INDUSTRIAIS OU AGRÍCOLAS	-	-	-	-	2.087.400,00	1.670.000,00	50.000,00	-	45.000,00	1.200.000,00	-	2.271.000,00	7.323.400,00
4190.00.00.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	292.611,50	16.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.638.488,72	3.947.100,22
4191.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.145.107,31	2.145.107,31
4192.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	292.611,50	16.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.493.381,41	1.801.992,91
4200.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.117,00	709.964,38	1.451,63	-	1.082.986,88	370.065,57	-	5.805.838,44	2.096.295,74	2.095.741,13	2.124.346,89	3.331.264,53	17.619.272,19
4250.00.00.00	AQUIS. DE TÍTULOS REPRES. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	1.117,00	-	1.451,63	-	2.038,00	8.233,89	-	2.233,26	5.254,15	2.235,26	19.058,38	398.993,91	450.617,48
4260.00.00.00	CONST.OU AUMENTO CAPITAL EMPR. COM. OU FINANCEIRAS	-	709.964,38	-	-	1.080.948,88	361.831,68	-	5.803.603,18	2.091.041,59	2.093.505,87	2.095.488,51	2.932.270,62	17.168.654,71
4300.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.026.721,07	14.667.433,87	19.286.714,19	19.666.247,70	27.327.892,99	256.880.922,13	18.916.636,92	22.663.553,80	21.978.424,14	12.165.163,65	36.040.994,36	85.228.371,34	554.829.976,16
4310.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8.359.919,95	6.788.911,62	8.474.194,79	10.687.874,23	18.728.712,02	6.653.846,77	5.519.829,48	11.367.737,50	14.421.896,21	5.339.984,41	27.596.442,17	81.170.247,26	205.109.596,51
4311.00.00.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	40.515,10	4.109.502,42	3.936.023,60	4.583.435,62	17.015.945,74	10.356.921,86	4.269.781,49	9.948.392,31	11.104.594,98	3.317.644,98	23.466.055,17	81.158.247,26	173.307.060,53
4311.01.00.00	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	-	2.904.502,42	3.936.023,60	5.788.435,62	17.015.945,74	10.356.921,86	4.269.781,49	9.948.392,31	11.104.594,98	3.317.644,98	23.466.055,17	81.158.247,26	173.266.545,43
4311.03.00.00	AUXÍLIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	40.515,10	1.205.000,00	-	(1.205.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	40.515,10
4313.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS	8.319.404,85	2.679.409,20	4.538.171,19	6.104.438,61	1.712.766,28	(3.703.075,09)	1.250.047,99	1.419.345,19	3.317.301,33	2.022.339,43	4.130.387,00	12.000,00	31.802.535,98
4320.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.400.000,00	819.834,00	1.765.892,29	830.602,58	2.769.322,30	21.368.045,27	(20.860,27)	15.000,00	(7,46)	(118.158,41)	918.209,59	(1.350.834,29)	31.597.845,60
4321.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	-	-	-	-	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	200.000,00
4323.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.400.000,00	819.834,00	1.765.892,29	830.602,58	2.769.322,30	21.368.045,27	(20.860,27)	15.000,00	(7,46)	(118.158,41)	918.209,59	(1.350.834,29)	31.397.845,60
4323.01.00.00	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	4.400.000,00	819.834,00	1.765.892,29	830.602,58	2.739.322,30	19.613.045,27	(20.860,27)	15.000,00	(7,46)	(118.158,41)	918.209,59	(1.350.834,29)	29.612.045,60
4323.05.00.00	AUXÍLIOS PARA OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	30.000,00	1.755.000,00	-	-	-	-	-	-	1.785.000,00
4330.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	25.000,00	-	77.200,00	83.050,00	381.500,00	1.891.000,00	255.500,00	166.500,00	279.486,00	8.000,00	47.500,00	(147.841,19)	3.066.894,81
4331.00.00.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	-	77.200,00	83.050,00	381.500,00	1.891.000,00	255.500,00	166.500,00	279.486,00	8.000,00	47.500,00	(147.841,19)	3.066.894,81
4331.01.00.00	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	25.000,00	-	77.200,00	83.050,00	381.500,00	1.891.000,00	255.500,00	166.500,00	279.486,00	8.000,00	47.500,00	(147.841,19)	3.066.894,81
4350.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	4.992.201,11	6.178.452,44	7.296.237,84	5.838.416,91	3.011.075,77	225.526.347,53	11.266.722,68	10.463.004,00	5.754.531,46	4.818.180,89	4.898.609,24	5.054.731,14	295.698.531,01
4351.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	4.992.201,11	6.178.452,44	7.296.237,84	5.838.416,91	3.011.075,77	5.168.180,88	11.266.722,68	10.463.004,00	5.754.531,46	4.818.180,89	4.898.609,24	5.054.731,14	74.740.344,36
4352.00.00.00	RESGATE DE TÍTULOS DA TESOURARIA	-	-	-	-	-	220.358.166,65	-	-	-	-	-	-	220.358.166,65
4360.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	2.249.600,01	880.235,81	1.673.189,27	2.226.303,98	2.437.282,90	1.241.682,56	1.895.445,03	631.312,30	1.522.517,83	2.117.156,76	2.580.233,36	21.088,42	19.476.848,23
4361.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	2.249.600,01	880.235,81	1.673.189,27	2.226.303,98	2.437.282,90	1.241.682,56	1.895.445,03	631.312,30	1.522.517,83	2.117.156,76	2.580.233,36	21.088,42	19.476.848,23
4390.00.00.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480.980,00	480.980,00
4392.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480.980,00	480.980,00

DEMONSTRATIVO XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 002

211

RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ARTIGO 11 DA LEI Nº 9.900 DE 21/07/95

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	153.348.911,92	135.420.960,67	138.833.806,60	157.809.515,43	147.911.999,49	144.754.268,83	147.566.217,38	147.715.059,24	156.075.395,20	164.469.808,19	161.212.137,84	167.174.496,59	1.822.292.577,38
RECEITAS CORRENTES	153.348.911,92	135.420.960,67	138.833.806,60	157.809.515,43	147.911.999,49	144.754.268,83	147.566.217,38	147.715.059,24	156.075.395,20	164.469.808,19	161.212.137,84	167.162.696,59	1.822.280.777,38
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	126.221.869,79	108.348.915,70	114.232.241,14	126.221.333,22	120.686.012,25	117.788.618,79	119.369.186,12	121.465.358,88	128.245.676,28	123.061.609,83	125.034.546,17	125.627.329,19	1.456.302.697,36
IMPOSTOS	126.013.841,12	108.191.676,21	114.014.185,64	126.011.173,52	120.511.122,06	117.658.114,94	119.209.929,16	121.312.353,33	128.097.547,53	122.926.196,92	124.909.772,39	125.500.748,43	1.454.356.661,25
I.T.B.I. ESTADUAL	2.598,75	3.235,19	3.784,34	15.655,15	2.647,40	12.869,50	4.424,74	2.426,70	5.168,80	4.591,42	2.844,87	5.616,15	65.863,01
I.P.V.A. ESTADUAL	2.230.497,33	2.835.179,18	3.506.704,52	3.336.852,85	3.705.201,07	3.233.950,77	3.885.719,02	3.778.430,27	4.516.711,25	7.186.946,63	2.821.999,27	2.201.201,10	43.239.393,26
I.T.C.M.D.	295.180,61	349.078,77	467.445,71	389.814,85	538.779,40	509.323,53	892.334,09	487.218,64	468.704,32	400.565,29	560.237,60	564.852,84	5.923.535,65
I.C.M.S. ESTADUAL	123.485.564,43	105.004.183,07	110.036.251,07	122.268.850,67	116.264.494,19	113.901.971,14	114.427.451,31	117.044.277,72	123.106.963,16	115.334.093,58	121.524.690,65	122.729.078,34	1.405.127.869,33
TAXAS	208.028,67	157.239,49	218.055,50	210.159,70	174.890,19	130.503,85	159.256,96	153.005,55	148.128,75	135.412,91	124.773,78	126.580,76	1.946.036,11
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	207.925,47	157.047,59	217.944,87	209.933,05	174.545,03	129.974,75	158.800,96	152.925,45	147.867,95	135.389,26	124.543,98	126.182,37	1.943.080,73
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	103,20	191,90	110,63	226,65	345,16	529,10	456,00	80,10	260,80	23,65	229,80	398,39	2.955,38
RECEITA PATRIMONIAL	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.112,44	982.373,41	659.964,90	757.858,33	3.304.393,63	8.543.935,05	8.304.779,37	28.179.409,74
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.112,44	982.373,41	659.964,90	757.858,33	2.658.917,28	8.543.935,05	8.304.779,37	27.533.933,39
DIVIDENDOS	-	-	-	-	-	17,49	12.115,19	-	-	-	-	-	12.132,68
RENDAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.272.106,67	975.216,31	827.983,65	811.473,91	772.212,07	967.094,95	970.258,22	659.964,90	757.858,33	2.658.917,28	8.543.935,05	8.304.779,37	27.521.800,71
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	645.476,35	-	-	645.476,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.920.401,68	23.067.063,23	20.648.545,59	27.125.984,75	23.660.557,94	23.073.773,72	23.609.502,50	22.426.276,67	24.047.563,14	34.835.967,72	24.628.474,43	29.378.610,32	299.422.721,69
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	22.920.401,68	23.067.063,23	20.648.545,59	27.125.984,75	23.660.557,94	23.073.773,72	23.609.502,50	22.426.276,67	24.047.563,14	34.835.967,72	24.628.474,43	29.378.610,32	299.422.721,69
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	22.920.401,68	23.067.063,23	20.648.545,59	27.125.984,75	23.660.557,94	23.073.773,72	23.609.502,50	22.426.276,67	24.047.563,14	22.721.632,41	24.628.474,43	29.378.610,32	287.308.386,38
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	9.036.407,47	9.183.649,58	7.979.813,68	14.058.641,74	9.043.939,01	8.642.516,15	8.911.221,21	8.190.895,56	8.648.640,41	8.036.481,75	8.585.886,41	11.484.966,52	111.803.059,49
COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL PETROBRÁS	2.581,53	2.154,76	1.813,82	2.336,72	2.349,18	2.479,05	2.391,72	2.533,48	2.390,80	2.369,59	2.400,63	2.556,57	28.357,85
TRANSFERÊNCIAS DO I.R.R.F.	5.475.739,77	5.283.712,29	4.878.378,20	4.151.026,23	5.738.490,17	5.447.598,67	5.247.189,26	4.880.616,35	5.478.502,13	4.882.317,32	5.534.583,10	7.084.950,18	64.083.103,67
I.P.I. ESTADUAL	8.405.672,91	8.597.546,60	7.788.539,89	8.913.980,06	8.875.779,58	8.981.179,85	9.448.700,31	9.352.231,28	9.918.029,80	9.800.463,75	10.505.604,29	10.806.137,05	111.393.865,37
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.114.335,31	-	-	12.114.335,31
ADIANT. DESONER. DO I.C.M.S -LC 87 13/09/96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.114.335,31	-	-	12.114.335,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.934.533,78	3.029.765,43	3.125.036,22	3.650.723,55	2.793.217,23	2.924.763,88	3.605.155,35	3.163.458,79	3.024.297,45	3.267.837,01	3.005.182,19	3.851.977,71	38.375.948,59
MULTAS E JUROS DE MORA	1.670.633,11	1.849.700,83	1.993.119,07	2.619.308,67	1.908.770,02	1.934.778,11	2.337.534,05	2.082.968,07	2.038.832,70	2.175.870,15	2.031.442,83	2.247.162,87	24.890.120,48
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	1.593.965,12	1.767.335,94	1.907.008,03	2.539.971,13	1.838.006,05	1.875.205,41	2.271.016,66	2.019.105,53	1.981.065,03	2.128.741,45	1.995.549,13	2.212.384,63	24.129.354,11
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	76.667,99	82.364,89	86.111,04	79.337,54	70.763,97	59.572,70	66.517,39	63.862,54	57.767,67	47.128,70	35.893,70	34.778,24	760.766,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150.884,94	77.291,02	128.979,85	345.037,36	73.204,99	121.344,48	255.771,40	122.314,73	111.614,28	89.712,26	82.433,70	431.129,31	1.989.718,32
INDENIZAÇÕES	46.848,55	49.421,00	51.666,81	54.571,37	60.608,27	55.853,10	57.720,04	62.494,64	44.634,96	72.442,43	66.039,10	61.288,31	683.588,58
RESTITUIÇÕES	104.036,39	27.870,02	77.313,04	290.465,99	12.596,72	65.491,38	198.051,36	59.820,09	66.979,32	17.269,83	16.394,60	369.841,00	1.306.129,74
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	674.144,33	724.066,18	732.725,44	638.668,20	769.651,20	779.054,42	998.909,91	958.175,99	867.093,45	1.002.040,64	886.101,72	1.164.337,38	10.194.968,86
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	672.646,43	720.417,14	728.922,43	632.991,73	767.253,04	777.623,94	994.195,79	954.182,36	862.462,64	999.890,00	883.336,99	1.163.534,43	10.157.456,92
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.497,90	3.649,04	3.803,01	5.676,47	2.398,16	1.430,48	4.714,12	3.993,63	4.630,81	2.150,64	2.764,73	802,95	37.511,94
RECEITAS DIVERSAS (*)	438.871,40	378.707,40	270.211,86	47.709,32	41.591,02	89.586,87	12.939,99	-	6.757,02	213,96	5.203,94	9.348,15	1.301.140,93
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.800,00	11.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.800,00	11.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.800,00	11.800,00

R:\PECTO\96.XLS

(*) OBS.: FOI EXCLUÍDO O VALOR RELATIVO A BAIXA DE PASSIVOS FINANCEIROS POR TRATAR-SE DE RECEITA FICTÍCIA (CONTA 2.06.01.01.09.09.05)

Florianópolis, 21 de março de 1997

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00213

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

WILMAR KLAUBERG
GERENTE CONTABILIDADE FINANCEIRA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC-SC Nº 08.480

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DESPESAS COM PESSOAL - EMPENHADAS
LEI COMPLEMENTAR Nº 82, DE 17.03.95 (LEI RITA CAMATA)
EXERCÍCIO DE 1996

EM REAIS

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	NO ANO
1 - RECEITAS CORRENTES	223.754.041,01	179.057.873,49	195.261.461,05	211.727.373,86	203.951.533,85	208.477.182,82	205.403.598,25	203.783.717,43	225.540.981,11	223.882.120,01	220.158.903,44	291.802.996,02	2.592.381.782,14
2 - TRANSFERÊNCIAS À MUNICÍPIOS (-)	47.040.663,52	41.619.785,10	43.788.068,98	48.259.400,19	46.424.040,85	45.202.368,42	48.400.875,29	47.024.529,85	49.932.375,74	50.082.155,86	47.974.270,42	48.029.583,50	561.786.147,62
3 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (1-2)	176.713.377,49	137.438.088,39	151.475.392,07	163.467.973,67	157.527.493,00	163.274.814,40	159.002.722,96	156.759.187,48	175.608.605,37	173.599.964,15	172.184.633,02	243.573.412,52	2.030.595.634,52
4 DESPESAS COM PESSOAL	122.338.293,34	73.080.039,62	100.908.167,50	102.295.246,20	138.073.114,41	115.034.977,65	96.505.015,89	127.929.800,71	109.681.118,85	108.490.565,76	113.288.233,15	208.772.588,25	1.409.393.161,33
4.1.1 - ÓRGÃOS C/ VINC. NA RECEITA	16.799.918,74	16.287.448,90	17.830.919,79	15.998.699,54	16.345.650,68	21.482.658,46	17.080.728,60	16.388.023,03	16.295.855,43	16.373.033,43	20.025.013,44	28.881.896,12	217.788.746,36
4.1.1.1 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	4.463.786,15	4.109.442,14	5.664.613,83	3.845.824,59	3.963.529,86	5.100.710,21	4.138.147,06	3.823.356,28	3.813.273,96	3.942.329,57	3.993.525,58	6.773.444,15	53.631.983,36
4.1.1.2 - TRIBUNAL DE CONTAS	1.424.244,84	1.445.382,92	1.457.312,13	1.475.317,07	1.478.007,37	1.851.521,38	1.580.480,70	1.617.453,89	1.522.478,77	1.512.736,40	1.728.368,72	2.889.481,32	19.980.743,29
4.1.1.3 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	7.662.889,32	7.545.352,66	7.575.557,19	7.538.519,76	7.583.378,07	11.033.540,54	8.147.183,53	7.725.236,43	7.675.072,21	7.661.807,45	11.018.244,24	10.441.513,21	101.608.272,61
4.1.1.4 - MINISTÉRIO PÚBLICO	3.248.998,43	3.187.271,18	3.133.436,64	3.139.038,12	3.322.737,58	3.496.786,35	3.214.957,31	3.219.976,85	3.286.030,49	3.258.160,01	3.284.876,90	6.777.477,44	42.567.747,10
4.1.2 - PODER EXECUTIVO - ADM.DIRETA	93.099.309,66	44.980.827,46	71.054.084,82	73.612.887,04	104.514.373,86	80.755.424,18	67.079.118,77	94.237.070,04	80.841.509,60	79.551.821,94	81.894.806,83	183.006.932,30	1.034.627.865,52
4.1.2.1 - GABINETE DO GOVERNADOR	280.166,83	257.137,41	264.708,96	257.992,15	296.356,31	253.948,75	248.809,96	254.349,82	288.833,73	250.398,61	266.872,67	493.039,84	3.422.615,16
4.1.2.2 - PROC.GERAL DO ESTADO	878.320,17	534.936,09	507.234,23	501.750,74	561.138,80	543.967,47	536.738,51	524.432,28	548.953,51	536.763,45	738.936,23	1.400.923,48	7.807.793,76
4.1.2.3 - GAB.E DO VICE-GOVERNADOR	49.675,36	46.681,18	47.013,22	43.276,28	47.969,98	42.069,27	45.748,62	42.968,12	45.652,52	47.874,11	44.085,62	84.394,51	597.409,09
4.1.2.4 - PROC.GERAL FAZ.J/T.CONTAS	339.817,10	315.199,15	299.969,05	276.222,90	358.075,15	309.809,04	256.894,00	256.920,97	293.350,43	370.931,60	313.744,37	611.854,09	3.999.587,85
4.1.2.5 - SEC. DES.RURAL E AGRICUL.	540.806,38	526.183,57	553.421,74	535.555,91	579.080,15	590.069,94	562.999,88	574.917,40	546.214,24	563.748,58	562.228,00	1.113.707,61	7.241.011,40
4.1.2.6 - SEC. DA EDUCAÇÃO	44.476.419,97	18.934.313,11	34.274.136,02	35.679.322,51	36.816.391,01	36.904.004,53	36.724.703,47	37.029.078,18	36.575.677,17	36.604.082,00	36.505.761,95	75.059.241,82	463.583.131,74
4.1.2.7 - SEC.DES. SOCIAL E FAMÍLIA	468.901,75	469.970,11	450.821,69	468.936,42	478.660,44	490.661,90	461.802,64	453.517,76	466.780,91	471.224,88	472.883,11	890.981,85	6.045.103,46
4.1.2.8 - SEC. DA ADMINISTRAÇÃO	470.879,21	479.359,28	511.769,86	479.720,50	541.633,25	522.318,86	507.941,60	540.804,91	538.134,84	522.878,44	538.072,90	1.028.572,27	6.683.085,92
4.1.2.9 - SEC. DE EST. DA SAÚDE	9.150.721,46	8.279.822,65	9.068.358,16	9.432.294,46	9.584.975,52	9.735.471,03	9.649.512,15	9.684.183,93	9.641.726,09	9.614.700,97	9.869.915,85	18.591.618,07	123.103.298,38
4.1.2.10 - SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA	7.415.088,10	502.632,93	3.862.596,00	3.667.928,51	3.954.380,41	3.827.466,21	3.852.578,03	4.049.713,25	4.019.069,27	3.962.605,28	4.008.564,70	7.612.797,43	50.735.398,12
4.1.2.11 - SEC.DES.EC.C E TECNOLÓGICO	251.983,83	281.372,17	271.035,18	268.440,60	300.718,47	-	-	-	-	-	-		1.373.548,25
4.1.2.12 - SEC.CULTURA E COM.SOCIAL	76.710,81	80.485,34	66.417,35	72.375,04	79.809,69	-	-	-	-	-	-		355.798,43
4.1.2.13 - SECRETARIA DA FAZENDA	13.334.982,44	12.322.004,71	7.347.851,82	8.873.851,81	23.721.373,95	12.260.205,38	12.183.017,96	12.223.150,78	12.223.892,04	11.170.839,36	12.971.220,58	26.808.547,39	163.020.638,20
4.1.2.14 - SEC.DOS TRANSP E OBRAS	85.184,92	100.493,71	92.900,22	90.743,50	105.218,99	95.361,20	97.896,93	89.444,75	93.561,83	90.648,67	102.410,74	185.843,74	1.229.529,00
4.1.2.15 - SEC.DES.URB E MEIO AMBIENTE	88.385,32	89.054,42	79.410,61	79.496,57	123.784,02	103.311,10	12.000,00	171.131,99	91.219,29	99.830,54	77.759,82	180.920,86	1.176.284,34
4.1.2.16 - SEC. JUSTIÇA E CIDADANIA	799.092,76	783.923,61	802.536,83	826.322,06	880.646,24	866.016,28	841.969,72	849.022,14	859.240,97	853.379,70	906.552,58	1.718.831,30	10.991.536,19
4.1.2.17 - POLÍCIA MILITAR	14.384.094,25	1.995.278,02	12.557.101,66	14.256.857,06	26.084.165,50	13.826.005,64	848.043,25	27.040.313,68	14.274.594,67	14.008.169,08	14.269.713,21	26.847.471,35	180.391.607,37
4.1.2.18 - SEC.EST DO GOVERNO						110.142,63	11.715,75	195.959,48	99.035,23	109.074,14	98.913,73	184.736,18	809.577,14
4.1.2.19 - SEC.DES ECON E INT.MERC						272.594,95	258.945,28	257.160,62	237.773,06	274.572,73	358.192,47	402.672,61	2.060.911,72

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00214

213

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DESPESAS COM PESSOAL - EMPENHADAS
LEI COMPLEMENTAR Nº 82, DE 17.03.95 (LEI RITA CAMATA)
EXERCÍCIO DE 1996

EM REAIS

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	NO ANO
4.1.3 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	12.439.085,94	11.811.763,28	12.021.182,89	12.683.981,62	17.213.089,65	12.796.995,21	12.345.168,32	12.306.707,64	12.542.753,82	12.565.710,39	11.386.412,88	16.664.057,83	156.976.549,45
4.1.3.1 - AUTARQUIAS	2.138.485,75	2.172.484,29	1.109.039,40	2.238.481,86	3.557.044,35	2.309.577,78	2.348.751,63	2.334.403,56	2.399.078,95	2.358.486,25	1.655.087,86	5.851.052,88	30.468.562,53
4.1.3.1.1 - D.E.R	1.725.014,13	1.753.266,16	714.824,76	1.817.422,48	3.104.223,39	1.889.416,80	1.875.405,47	1.873.373,89	2.021.689,23	1.824.278,29	1.145.957,18	4.794.201,03	24.538.872,91
4.1.3.1.2 - D.E.O.H.	413.471,62	419.218,13	394.414,64	421.039,38	452.820,96	420.160,98	471.346,16	461.029,56	377.987,72	532.207,96	509.140,68	1.056.851,85	5.929.689,62
4.1.3.2 - FUNDAÇÕES	778.186,98	48.699,38	828.800,19	443.046,57	1.113.349,43	824.533,91	803.234,12	842.499,30	672.121,98	816.613,29	873.137,02	1.387.747,40	9.032.269,55
4.1.3.2.2 - F.A.T.M.A	255.263,14	43.134,66	447.736,24	38.380,22	466.204,45	255.800,00	258.826,06	260.949,13	218.497,74	344.819,04	297.793,15	461.666,64	3.348.880,49
4.1.3.2.2 - F.C.E.E.	328.488,07	(100.624,80)	159.894,42	178.987,40	401.605,07	199.366,87	215.920,78	74.627,78	203.192,86	207.284,27	373.909,37	358.223,60	2.596.855,90
4.1.3.2.2 - F.C.C	149.874,25	57.281,04	170.909,82	182.705,44	181.239,22	323.139,50	55.954,27	229.206,53	189.743,01	198.355,28	158.347,60	485.220,52	2.382.776,48
4.1.3.2.2 - FESPORTE	44.781,52	49.208,28	50.259,71	44.963,51	64.300,69	46.227,54	72.732,98	77.715,86	60.668,37	66.154,70	42.088,60	84.636,84	703.756,68
4.1.3.3 - EMPRESAS	9.522.393,21	9.580.279,61	10.083.323,30	10.002.153,19	12.542.695,87	9.982.883,54	9.395.182,57	9.329.804,79	9.470.954,69	9.392.610,85	8.838.178,00	9.645.257,55	117.475.717,37
4.1.3.3.1 - EPAGRI	6.452.249,86	6.412.948,71	6.904.186,87	6.650.283,97	8.324.961,86	6.263.572,69	6.509.861,98	6.427.004,99	6.402.642,70	6.440.194,87	5.983.272,48	6.431.124,24	79.182.285,22
4.1.3.3.2 - CIDASC	2.850.340,70	2.970.293,39	2.968.797,32	3.159.422,94	4.020.057,76	3.203.222,78	2.704.412,96	2.753.318,91	2.906.746,87	2.784.379,02	2.684.449,43	2.998.477,04	36.003.919,12
4.1.3.3.3 - SANTUR	219.802,85	207.037,51	210.339,11	192.466,28	197.676,25	196.087,87	180.907,63	149.480,89	161.565,32	168.036,96	180.456,09	215.656,27	2.289.513,03
5 - COMPROMETIMENTO MENSAL	69,23	53,17	66,62	62,58	87,65	70,45	60,69	78,43	62,46	62,50	65,79	84,89	69,41
6 - COMPROMETIMENTO ACUMULADO	69,23	62,21	63,64	63,36	68,23	68,61	67,48	68,83	68,06	67,46	62,49	69,41	69,41

PC97-01.XLS

Obs.: INCLUI APENAS OS ÓRGÃOS DEPENDENTES DO TESOURO;
DADOS DAS EMPRESAS DEFICITÁRIAS FORAM FORNECIDOS PELA DAFI;
A DESPESA COM PESSOAL INCLUI PESSOAL ATIVO, OBRIGAÇÕES PATRONAIS, INATIVOS, PENSIONISTAS E SALÁRIO FAMÍLIA;
O 13º FOI EMPENHADO NO MÊS DE DEZEMBRO/96.

Florianópolis, 23 de janeiro de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC nº 15.874

Marisiela Reinert
Gerente de Contabilidade Patrimonial
Contadora CRC 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 0021

214

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO		TÍTULO / ÓRGÃO	VALOR
2.01		**DISPONÍVEL**	**43.509.726,03**
2.01.04		**BANCOS E CORRESPONDENTES**	**8.762.770,81**
	0101	Assembléia Legislativa	5.396.944,58
	0201	Tribunal de Contas	11.277,98
	0301	Tribunal de Justiça	70.554,01
	0401	Ministério Público	21.096,81
	1000	Tesouraria Geral do Estado	3.000.486,89
	4401	Sec. de Est. do Des. Rural e da Agricultura	100.048,08
	4501	Sec. de Est. da Educação e do Desporto	162.362,46
2.01.05		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**34.746.955,22**
	0201	Tribunal de Contas	3.693.038,53
	0301	Tribunal de Justiça	11.518.497,26
	0401	Ministério Público	3.375.845,35
	1000	Tesouraria Geral do Estado	2.415.825,54
	4401	Sec. de Est. do Des. Rural e da Agricultura	244.124,05
	4501	Sec. de Est. da Educação e do Desporto	4.066.803,74

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00216

215

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO		TÍTULO / ÓRGÃO	VALOR
	4601	Sec. de Est. do Desenv. Social e da Família	9.371.910,31
	4801	Sec. de Est. da Saúde	60.910,44
2.02		**VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA**	**381.228.106,04**
2.02.01		**BANCO CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**	**177.928,05**
	0201	Tribunal de Contas	4.687,59
	1000	Tesouraria Geral do Estado	150.029,22
	4501	Sec. de Est. da Educação e do Desporto	9.133,89
	4801	Sec. de Est. da Saúde	10.635,36
	4901	Sec. de Est. da Segurança Pública	4,60
	5601	Sec. de Est. da Justiça e Cidadania	3.437,39
2.02.02		**BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS**	**5.288,61**
	1000	Tesouraria Geral do Estado	15,65
	4801	Sec. de Est. da Saúde	5.272,96
2.02.04		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**381.044.889,38**
	0301	Tribunal de Justiça	328.466,34
	1000	Tesouraria Geral do Estado	379.769.728,02

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00217

216

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO	TÍTULO / ÓRGÃO	VALOR
4101	Gabinete do Governador	1.081,03
4501	Sec. de Est. da Educação e do Desporto	866.099,36
4701	Sec. de Est. da Administração	269,49
4901	Sec. de Est. da Segurança Pública	3.656,14
5201	Sec. de Est. da Fazenda	4.515,03
5601	Sec. Justiça e Cidadania	65.568,20
5801	Sec. de Est. do Governo	5.505,77
	TOTAL GERAL	**424.737.832,07**

bancos/admd

Florianópolis, 14 de março de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00213

217

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

DEMONSTRATIVO DA CONTA BANCOS - TESOURARIA GERAL DO ESTADO
POSIÇÃO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO	CONTA	TÍTULO	SALDO CONTÁBIL
2.01		**DISPONÍVEL**	**5.416.312,43**
2.01.04		**BANCOS E CORRESPONDENTES**	**3.000.486,89**
2.01.04.01		BESC S.A	2.982.702,01
2.01.04.01.02	901.103-2	BESC CONTA ARRECADAÇÃO	2.471.443,78
2.01.04.01.05	990.000-7	BESC - DIAF CONTA ÚNICA	511.258,23
2.01.04.02		BANCO DO BRASIL S.A	17.732,48
2.01.04.02.01	072.063-1	BANCO DO BRASIL S.A - CONTA MOVIMENTO	17.239,79
2.01.04.02.08	072.501-3	BANCO DO BRASIL S.A - CONTA ICMS IMPORTAÇÃO	480,98
2.01.04.02.11	075.609-1	BANCO DO BRASIL S.A - CONTA C.F.R.M.	11,71
2.01.04.04		CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	50,00
2.01.04.04.01	000.017-6	CEF - PROER - CONTA MOVIMENTO	50,00
2.01.04.15		BANERJ S.A	2,40
2.01.04.15.02	300.023-3	BANERJ S.A - CONTA ARRECADAÇÃO	2,40
2.01.05		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**2.415.825,54**
2.01.05.01		**APLICAÇÕES NO FUNDÃO**	**2.415.825,54**
2.01.05.01.02		BANCO DO BRASIL S.A	2.391.688,08
2.01.05.01.02.01		BANCO DO BRASIL S.A - CONTA MOVIMENTO	2.391.688,08
2.01.05.01.04		CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	24.137,46
2.01.05.01.04.01	000.017-6	C.E.F. - CONTA MOVIMENTO	24.137,46
2.02		**VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA**	**379.919.772,89**
2.02.01		**BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**	**150.029,22**
2.02.01.01		BESC S.A	150.029,22
2.02.01.01.01	801.801-7	BESC S.A - SPF - BLOQUEIO LIMINAR N. 7505	29,22
2.02.01.01.04	801.806-8	BESC S.A - SEF- JUÍZO VFPAT-CRIC. N. 3412	150.000,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00219

218

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

DEMONSTRATIVO DA CONTA BANCOS - TESOURARIA GERAL DO ESTADO
POSIÇÃO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO	CONTA	TÍTULO	SALDO CONTÁBIL
2.02.02		**BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO**	**15,65**
2.02.02.01		BESC S.A	0,67
2.02.02.01.01	801.803-3	BESC S.A - SEF/DAFI-INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0,67
2.02.02.02		BANCO DO BRASIL S.A	14,98
2.02.02.02.10	076.008-1	SEF/DAFI/PLEITOS EMERGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS	5,33
2.02.02.02.11	076.009-9	SEF/DAFI/PLEITOS EMERGÊNCIA DE JOINVILLE	1,44
2.02.02.02.12	076.026-9	SEF/DAFI/PNTE PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE	4,90
2.02.02.02.13	076.027-7	SEF/DAFI/CESTA BÁSICA	3,31
2.02.04		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**379.769.728,02**
2.02.04.01		**APLICAÇÕES NO FUNDÃO**	**590.321,81**
2.02.04.01.01		BESC S.A	475.363,08
2.02.04.01.01.01	801.801-7	BESC S.A - SPF - BLOQUEIO LIMINAR N. 7505	150.235,46
2.02.04.01.01.03	801.803-3	BESC S.A - SEF- JUÍZO VFPAT-CRIC. N. 3412	325.127,62
2.02.04.01.02		BANCO DO BRASIL S.A	114.958,73
2.02.04.01.02.02	076.008-0	SEF/DAFI/PLEITOS EMERGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS	78.072,63
2.02.04.01.02.04	076.026-9	SEF/DAFI/PNTE PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE	13.781,18
2.02.04.01.02.05	076.027-7	SEF/DAFI/CESTA BÁSICA	23.104,92
2.02.04.05		**APLICAÇÕES EM OPEN/OVER**	**379.179.406,21**
2.02.04.05.01		BESC S.A	379.179.406,21
2.02.04.05.01.01	801.805-0	SEF/DAFI - CONTA FLDP	379.179.406,21
		TOTAL GERAL	**385.336.085,32**

ANEXO2.XLS

Florianópolis, 12 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

WILMAR KLAUBERG
GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA
TÉC. CONTABILIDADE CRC-SC Nº 08.480

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00220

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO Nº 17 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 1997

219

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	280.183.191,90	460.138.470,23	341.889.148,12	398.432.514,01
Exercício de 1989	0,23	0,00	0,23	0,00
Processados	0,23	0,00	0,23	0,00
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício de 1990	2,08	0,00	2,08	0,00
Processados	1,22	0,00	1,22	0,00
Não Processados	0,86	0,00	0,86	0,00
Exercício de 1991	101,95	0,00	101,95	0,00
Processados	74,57	0,00	74,57	0,00
Não Processados	27,38	0,00	27,38	0,00
Exercício de 1992	24.095,80	0,00	24.095,80	0,00
Processados	1.945,11	0,00	1.945,11	0,00
Não Processados	22.150,69	0,00	22.150,69	0,00
Exercício de 1993	517.654,45	0,00	109.675,04	407.979,41
Processados	43.769,99	0,00	43.769,99	0,00
Não Processados	473.884,46	0,00	65.905,05	407.979,41
Exercício de 1994	56.088.130,55	49.607.141,10	96.748.884,69	8.946.386,96
Processados	1.280.744,71	47.510.407,83	47.006.997,67	1.784.154,87
Não Processados	54.807.385,84	2.096.733,27	49.741.887,02	7.162.232,09
Exercício de 1995	223.553.206,84	46.861.094,45	245.006.388,33	25.407.912,96
Processados	113.757.227,75	41.054.374,34	141.252.123,96	13.559.478,13
Não Processados	109.795.979,09	5.806.720,11	103.754.264,37	11.848.434,83
Exercício de 1996	0,00	363.670.234,68	0,00	363.670.234,68
Processados	0,00	293.830.617,31	0,00	293.830.617,31
Não Processados	0,00	69.839.617,37	0,00	69.839.617,37
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	77.563.544,41	768.923.853,00	696.098.753,92	150.388.643,49
DEPÓSITOS ESPECIAIS	35,47	693.148,72	616.365,37	76.818,82
CONSIGNAÇÕES	20.140.536,50	300.216.578,81	297.535.681,01	22.821.434,30
DÉBITOS DA TESOURARIA	123.000.000,00	165.515.780,49	190.323.615,53	98.192.164,96
DESPESA EMPENHADA A PAGAR	0,00	3.494.326.343,02	3.494.326.343,02	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	0,00	282.863.282,41	282.863.282,41	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	0,00	89.334.201,53	89.334.201,53	0,00
TOTAL GERAL	500.887.308,28	5.562.011.658,21	5.392.987.390,91	669.911.575,58

DIVIDA ADMD

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00221

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA - GECOF

220

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - TESOURARIA GERAL DO ESTADO

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

CÓDIGO	CONTA	VALORES
2000.00.00	**RECEITAS DE CAPITAL**	**939.022.756,28**
2100.00.00	**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**	**939.022.756,28**
2110.00.00	**OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS**	**911.783.757,24**
2110.00.01	FINANCIAMENTO FINEP/SC/UDESC - LEI 9010-24/04/93	1.506.465,24
2110.00.07	EMISSÃO DE LFTSC - LEI 10.168-11/07/96	604.498.433,54
2110.00.08	LFTSC - PARA ROLAGEM	215.778.858,46
2110.00.09	FINANCIAMENTO J/CEF/SEF-PROER-VOTO 162/95	90.000.000,00
2120.00.00	**OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS**	**27.238.999,04**
2120.00.02	FINANCIAMENTO BID-III/DER - LEI 8.538-19/01/92	10.367.900,00
2120.00.08	FINANCIAMENTO BIRD/SEAA LEI 8269/91	5.216.408,40
2120.00.10	FINANCIAMENTO MLW - HERMES/CLEARING - LEI 7.698-25/07/89	1.327.549,63
2120.00.29	FINANCIAMENTO J/BIRD/DER LEI 8689 DE 30/06/92	10.327.141,01

OC96.XLS

Florianópolis, 20 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC 15.874

WILMAR KLAUBERG
GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA
TÉC. CONT. CRC-SC 08.480

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00222

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

POSIÇÃO DAS AÇÕES DO ESTADO DE SC
POSIÇÃO EM 31/12/96

221

DISCRIMINAÇÃO	DISPONÍVEL	CRÉDITOS	TOTAL
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	-	28.418.608,82	28.418.608,82
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC	140.377.961,18	4.394.935,42	144.772.896,60
Indústria Carboquímica Catarinense - ICC	0,01	0,01	0,02
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN	448.009.327,00	14.914.796,72	462.924.123,72
Cia. de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB	0,01	17.311.794,28	17.311.794,29
Cia. de Turismo Empr. do Estado de Santa Catarina - SANTUR	3.413.873,00	-	3.413.873,00
Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC	35.198.025,39	-	35.198.025,39
Fundo Besc de Investimento	0,01	0,01	0,02
Cia. Distrito Industrial Sul Catarinense - CODISC	10.854.517,74	-	10.854.517,74
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC	7.920.529,34	-	7.920.529,34
Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	360.742.239,21	18.814.213,33	379.556.452,54
Companhia Hidromineral de Piratuba	1.180.742,00	-	1.180.742,00
Telecomunicações de Santa Catarina S/A - TELESC	197.168,08	53.693,15	250.861,23
Cia. Hidrelétrica de Piratuba	0,01	-	0,01
Centrais de Abastecimento do Estado de S.C. - CEASA	3.371.462,00	272.568,90	3.644.030,90
Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS	131,80	-	131,80
Cia Integrada de Desenv. Agrícola de Santa Catarina - CIDASC	40.222.658,59	-	40.222.658,59
Telecomunicações do Paraná - TELEPAR	2.700,26	-	2.700,26
Empresa de Pesquisa, Assistência Agropecuária e Edif. de Tecnologia - EPAGRI	16.664.327,04	105.400,00	16.769.727,04
SC Gás	177.100,23	-	177.100,23
INVESC	59.800.000,00	17.279.886,13	77.079.886,13
Tribunal de Justiça	-	28.991,64	28.991,64
Sec. de Estado do Desenv. Rural de Agricultura	0,01	-	0,01
Sec. de Estado do Desenv. Social e da Família	20.347,60	-	20.347,60
TOTAL GERAL	**1.128.153.110,51**	**101.594.888,41**	**1.229.747.998,92**

POACOES/EXCEL

Florianópolis, 14 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00223
FOLHA Nº.....

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

(ANEXO 16 DA LEI FEDERAL 4.320/64)

EXERCÍCIO DE 1996

222

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM REAIS		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS NÚMERO E DATA (INSTITUIÇÕES CREDORAS)	VALOR DA EMISSÃO		EM CIRCULAÇÃO				
	EM QUANTIDADE	EM REAIS	EM REAIS	EMISSÃO	RESGATE	EM QUANTIDADE	VALOR EM REAIS
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP							
Contrato de 28/11/94 - nº 6694068400 - Lei n. 9.010 de 29/04/93	URBT1 533.563,318	3.344.612,03	1.906.035,56	1.746.626,34	-	URBT1 533.563,318	3.652.661,90
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC							
Contrato de 24/10/94 - n. 040/94 - Lei n. 9.339 de 14/12/93	-	203.921.458,46	308.512.719,04	50.900.790,47	8.228.856,22	-	351.184.653,29
BANCO DO BRASIL S/A							
Contrato de 29/06/90 - 90/00044 - 7 - Lei n. 7.976 de 29/06/90	-	1,03	64.663.927,09	6.185.286,67	2.745.519,04	-	68.103.694,72
Contrato de 29/06/90 - 90/00045 - 5 - Lei n. 7.976 de 29/06/90	-	11,18	296.607.071,57	27.441.069,94	13.280.365,71	-	310.767.775,80
Contrato de 10/07/90 - 90/8725 - 0 - Lei n. 7.976 de 29/06/90	-	-	188.402.480,63	12.387.969,07	7.922.985,65	-	192.867.464,05
Contrato de 21/02/94 - GOVERNO - Lei n. 8.727 de 05/11/93	-	42.513.522,46	375.732.042,09	29.390.765,72	12.537.866,88	-	392.584.940,93
Contrato de 31/10/95 - IPESC - Lei n. 8.727 de 05/11/93	-	36.860.034,75	37.704.969,06	5.955.454,81	796.976,88	-	42.863.446,99
Contrato de 30/10/95 - BNP/SOFREMI - Lei n. 9.828 de 03/02/95	FRF 127.561.882,00	-	-	-	-	FRF -	-
Contrato de 24/06/96 - 96/20007-3 - Lei n. 7.976 de 29/06/90	US$ 5.809.737,18	5.701.850,99	-	6.031.881,54	385.219,09	US$ 5.434.915,43	5.646.662,45
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF							
Contrato de 14/02/96 - 20.1877.618 - Lei n. 10.066 de 25.01.96	-	90.000.000,00	-	90.000.000,00	16.669.023,28		73.330.976,72
BANCO REGIONAL DE DESENV. DO EXTREMO SUL - BRDE							
Contrato de 23/12/87 - 202822 - Lei n. 7.166 de 23/12/87	-	2,60	149.524.700,99	32.463.163,27	14.659.984,64	-	167.327.879,62
BANCO NACIONAL DE DESENV. ECON. E SOCIAL - BNDES							
Contrato de 18/02/94 - 93228431018- Lei n.8.544 de 04/02/92	URTJ15 5.765.995,2612	11.411.721,75	22.393.525,13	2.299.957,72	3.008.740,98	URTJ15 5.045.219,4949	21.684.741,87
LETRAS FINANCEIRAS DOTESOURO DO ESTADO DE S. C.							
Lei Estadual n. 7.546 de 27 de janeiro de 1989	LFT 730.877.635.333	325.894.044,17	644.641.377,64	397.444.012,39	220.358.166,65	LFT 691.311.096.029	821.727.223,38
Lei Estadual n. 10.168 de 11 de julho de 1996	LFT 552.152	604.498.433,54	-	629.644.076,12	-	LFT 552.152	629.644.076,12
TOTAL GERAL	FRF 127.561.882,00 URBT1 533.563,318 URTJ15 5.765.995,2612 US$ 5.809.737,18 LFT 730.878.187.485	1.324.145.692,96	2.090.088.848,80	1.291.891.054,06	300.593.705,02	FRF - URBT1 533.563,318 URTJ15 5.045.219,4949 US$ 5.434.915,43 LFT 691.311.648.181	3.081.386.197,84

PCDIV1A

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

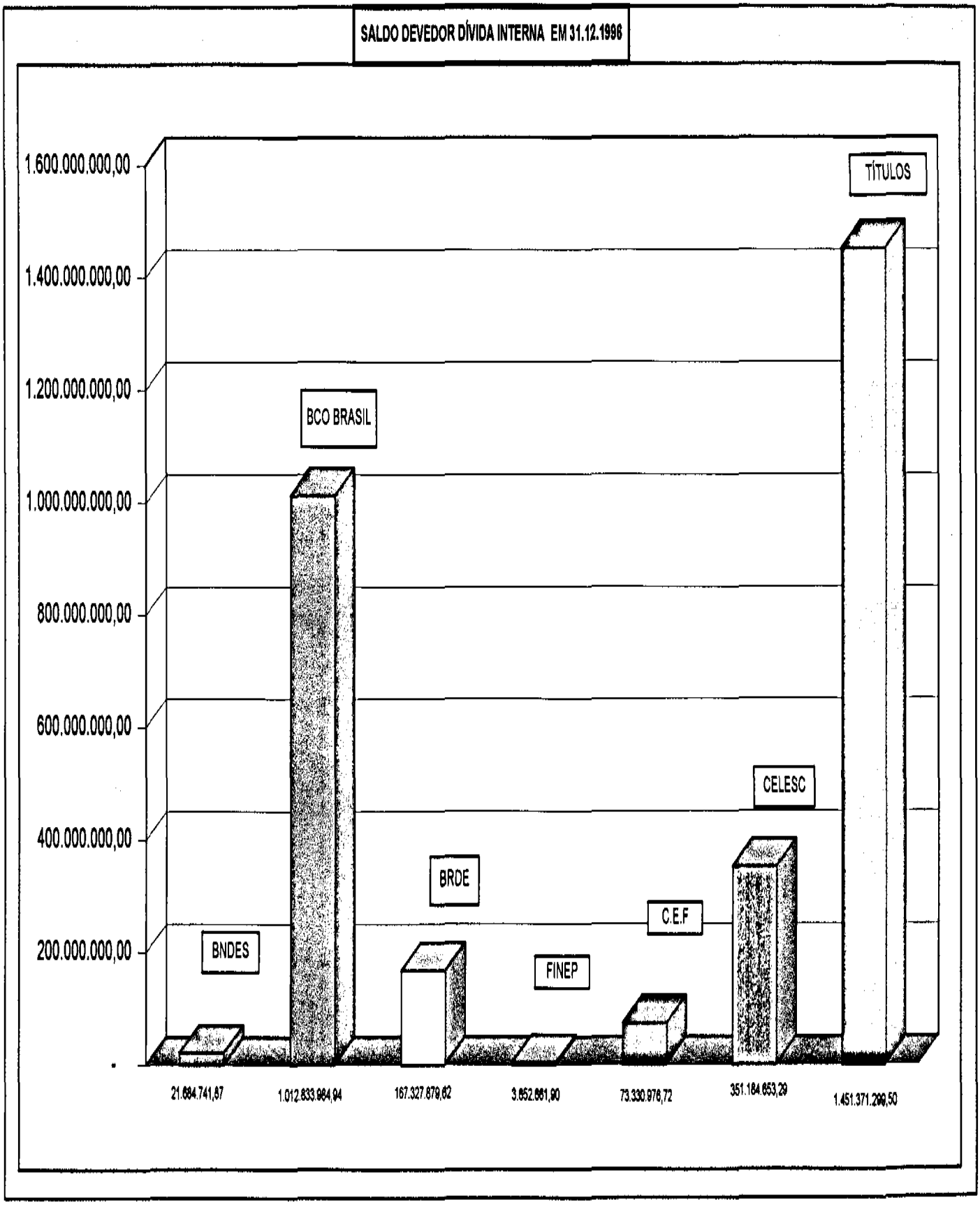
Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-3

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00224

Jaime José Silva
Supervisor da Dívida Pública
Matrícula nº 091.071-6

223



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00225
FOLHA Nº

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

224

EMPRÉSTIMO: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP - Nº 6694068400
CONTRATO ASSINADO EM 28/11/94
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	URBT/1 533.563,318
Circulação:	Lei Estadual nº 9.010 de 29/04/1993
Taxa:	9% ao ano calculado sobre o saldo devedor atualizado pela "TR"
Prazo:	120 meses
Pagamentos:	85 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15/11/1997 e a última em 15/11/2004
Vencimentos:	15/11/2004
Garantia:	F.P.E.
Objetivo:	Custear parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Modernização de Métodos de Gestão e da Infra-Estrutura Laboratorial da UDESC"
Governo:	Antonio Carlos Konder Reis

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	1.906.035,56	1.906.035,56	0,00	12.322,25	12.322,25
1996	**3.652.661,90**	1.746.626,34	0,00	206.123,06	206.123,06
TOTAL		**3.652.661,90**	**0,00**	**218.445,31**	**218.445,31**

PCDIV068

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00226

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

225

EMPRÉSTIMO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC - Nº 040/94
CONTRATO ASSINADO EM 24/10/94
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 203.921.458,46
Circulação:	Lei Estadual nº 9339 de 14/12/1993 e Lei Federal nº 8.727 de 05/11/1993
Taxa:	6,828% ao ano sobre o saldo devedor atualizado pela variação acumulada do INPC
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 24 meses de carência
Pagamentos:	216 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela "TABELA PRICE", vencendo-se a primeira em 15/08/1996
Vencimentos:	15/07/2014
Garantia:	Dividendos devidos ao Estado
Objetivo:	Utilização pelo Estado dos créditos da CELESC junto a União Federal
Governo:	Antonio Carlos Konder Reis

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	237.822.007,94	237.822.007,94	0,00	0,00	0,00
1995	308.512.719,04	70.690.711,10	0,00	0,00	0,00
1996	**351.184.653,29**	50.900.790,47	8.228.856,22	0,00	8.228.856,22
TOTAL		**308.512.719,04**	**8.228.856,22**	**0,00**	**8.228.856,22**

PCDIV067

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00227

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

226

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - VOTO 128 - 90/00044-7
CONTRATO ASSINADO EM 29/06/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: R$ 1,03
Circulação: Lei Federal nº 7.976 de 27/12/1989 e Lei Estadual nº 7.976 de 29/06/1990
Taxa: 10% a.a. de juros pagos mensalmente, mais 0,5% anual de comissão de serviço exigível em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e reajuste monetário com base na variação da "TR"
Prazo: 20 anos, sendo os primeiros 60 mese de carência
Pagamentos: 30 prestações mensais consecutivas, vencendo-se a primeira em 30/06/1995 e a última em 31/12/2009
Vencimentos: 31/12/2009
Garantia: F.P.E. e arrecadação de tributos de sua própria competência
Objetivo: Confissão de dívidas
Governo: Casildo Maldaner

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1987	1,30	1,30	0,00	0,00	0,00
1988	15,83	14,53	0,00	0,03	0,03
1989	246,82	230,99	0,00	0,06	0,06
1990	2.045,96	1.866,41	67,27	38,79	106,06
1991	9.932,67	7.973,28	86,57	468,51	555,08
1992	129.581,99	121.396,04	1.746,72	2.512,00	4.258,72
1993	4.563.043,95	4.472.277,44	38.815,48	40.477,75	79.293,23
1994	51.464.270,98	47.513.525,42	612.298,39	3.184.365,11	3.796.663,50
1995	64.663.927,09	16.802.015,07	3.602.358,96	5.508.378,53	9.110.737,49
1996	**68.103.694,72**	6.185.286,67	2.745.519,04	6.731.092,83	9.476.611,87
TOTAL		**75.104.587,15**	**7.000.892,43**	**15.467.333,61**	**22.468.226,04**

PCDIV079

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00223

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

227

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - VOTO 128 - 90/00045-5
CONTRATO ASSINADO EM 29/06/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: R$ 11,18
Circulação: Lei Federal nº 7.976 de 27/12/1989 e Lei Estadual nº 7.976 de 29/06/1990
Taxa: 12% a.a. de juros pagos mensalmente, mais 0,5% anual de comissão de serviço exigível em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e reajuste monetário com base na variação da "TR"
Prazo: 20 anos, sendo os primeiros 60 meses de carência
Pagamentos: 30 prestações semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 30/06/1995 e a última em 31/12/2009
Vencimentos: 31/12/2009
Garantia: F.P.E. e arrecadação de tributos de sua própria competência
Objetivo: Confissão de dívidas
Governo: Casildo João Maldaner

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1988	106,97	106,97	0,00	0,20	0,20
1989	1.708,53	1.601,56	0,00	0,55	0,55
1990	13.543,31	12.363,29	528,51	283,46	811,97
1991	68.968,95	55.970,66	545,02	3.044,88	3.589,90
1992	908.167,17	848.204,76	9.006,54	20.409,12	29.415,66
1993	31.607.332,66	30.914.024,13	214.858,64	432.019,02	646.877,66
1994	240.496.804,86	323.503.405,49	114.613.933,29	17.237.385,30	131.851.318,59
1995	296.607.071,57	74.059.211,76	17.948.945,05	28.875.585,10	46.824.530,15
1996	**310.767.775,80**	27.441.069,94	13.280.365,71	36.335.558,59	49.615.924,30
TOTAL		**456.835.958,56**	**146.068.182,76**	**82.904.286,22**	**228.972.468,98**

PCDIV080

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE E...
FOLHA Nº 00229

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

228

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - AVISO MF-9 - 90/8725-0
CONTRATO ASSINADO EM 10/07/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: R$ 0,00
Circulação: Lei Federal nº 7.976 de 27/12/1989 e Lei Estadual nº 7.976 de 29/06/1990
Taxa: Reajuste monetário com base na variação do DOLAR, juros calculados no último dia de cada mês pela LIBOR para depósito a 3 meses acrescido do SPRED de 0,8125 mais comissão de 0,20% a.a. exigível em 30/06 e 31/12 de cada ano
Prazo: 20 anos, sendo os primeiros 60 meses de carência
Pagamentos: 30 prestações semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30/06/1995 e a última em 31/12/2009
Vencimentos: 31/12/2009
Garantia: F.P.E. e arrecadação de tributos de sua própria competência
Objetivo: Refinanciamento e Financiamento de Dívida
Governo: Casildo João Maldaner

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1990	19.838,26	20.304,63	466,37	114,51	580,88
1991	124.234,47	105.486,21	1.090,00	2.872,56	3.962,56
1992	1.416.737,41	1.322.383,58	29.880,64	10.287,16	40.167,80
1993	36.864.279,23	35.536.751,03	89.209,21	312.603,40	401.812,61
1994	174.394.591,72	236.923.294,12	99.392.981,63	8.967.598,16	108.360.579,79
1995	188.402.480,63	25.480.438,86	11.472.549,95	12.643.074,28	24.115.624,23
1996	**192.867.464,05**	12.387.969,07	7.922.985,65	12.487.818,12	20.410.803,77
TOTAL		**311.776.627,50**	**118.909.163,45**	**34.424.368,19**	**153.333.531,64**

PCDIV081

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00230

4/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

229

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - LEI Nº 8.727 - GOVERNO
CONTRATO ASSINADO EM 21/02/94
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: R$ 42.513.522,46
Circulação: Lei Federal 8.727 de 05/11/1993, Lei Estadual nº 9.339 de 14/12/1993 e Resolução do Senado nº 36/92
Taxa: 6,8447% ao ano sobre o saldo devedor atualizado pelo IGPM, com capitalização mensa
Prazo: 240 meses
Pagamentos: 249 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela "TABELA PRICE", vecendo-se a primeira em 01/03/1994
Vencimentos: 01/02/2014
Garantia: ICMS
Objetivo: Confissão e composição de dívidas entre a União
Governo: Vilson Pedro Kleinubing

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	310.778.032,17	310.778.032,17	0,00	6.043.128,11	6.043.128,11
1995	375.732.042,09	85.124.121,78	20.170.111,86	19.054.979,64	39.225.091,50
1996	**392.584.940,93**	29.390.765,72	12.537.866,88	32.712.767,12	45.250.634,00
TOTAL		**425.292.919,67**	**32.707.978,74**	**57.810.874,87**	**90.518.853,61**

PCDIV094

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00231

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

220

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - IPESC - LEI Nº 8.727
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/95
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: R$ 36.860.034,75
Circulação: Lei Estadual nº 9.940 de 19/10/1995 (Lei Federal 8.727 de 05/11/1993)
Taxa: 7,027% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente
Prazo: 219 meses
Pagamentos: 219 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela "TABELA PRICE"
Vencimentos: 01/02/2014
Garantia: F.P.E.
Objetivo: Saneamento Financeiro
Governo: Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	37.704.969,06	37.704.969,06	0,00	0,00	0,00
1996	**42.863.446,99**	5.955.454,81	796.976,88	298.246,60	1.095.223,48
TOTAL		**43.660.423,87**	**796.976,88**	**298.246,60**	**1.095.223,48**

PCDIV070

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00232

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

231

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - BNP/SOFREMI
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/95
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: FRF 127.561.882,00
Circulação: Lei Estadual nº 9.828 de 03/02/1995
Taxa: 8,72% ao ano de juros calculados sobre o saldo devedor corrigido, pagos semestralmente juntamente com o principal, 3% a.a. de comissão de repasse, 0,5 a.a. comissão de gestão e 0,5 a.a. de comissão de compromisso.
Prazo: 5 anos e seis meses
Pagamentos: 10 prestações semestrais sucessivas
Vencimentos: 30/04/2001
Garantia: F.P.E.
Objetivo: Financiar importações brasileiras de bens de capital, máquinas e equipamentos, serviços e programas, unidades industriais, de origem francesa
Governo: Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	0,00	0,00	0,00	445.545,38	445.545,38
1996	0,00	0,00	0,00	299.375,17	299.375,17
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**744.920,55**	**744.920,55**

PCDIV069

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00233

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

232

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - BEA - Nº 96/20007 - 3
CONTRATO ASSINADO EM 24.06.1996
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 5.809.737,18
Circulação: Lei Estadual nº 7.976 de 29/06/1990 e Resolução 20/91 do Senado Federal
Taxa: Libor para 6 meses, acrescida de 13/16% ao ano, no período de 1º de janeiro de 1.994 a 31 de dezembro de 2.000 mais correção cambial
Prazo: 60 meses
Pagamentos: 10 prestações semestrais e concecutivas, vencendo-se a primeira em 28/06/96 e a ultima em 27/12/2000
Vencimentos: 27/12/2000
Garantia: F.P.E.
Objetivo: juros devidos a bancos comerciais estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, objeto de permuta por Bonus emitidos pela União
Governo: Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1996	**5.646.662,45**	6.031.881,54	385.219,09	400.054,83	785.273,92
TOTAL		**6.031.881,54**	**385.219,09**	**400.054,83**	**785.273,92**

PCDIV072

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00234

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

233

EMPRÉSTIMO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - Nº 20.1877.618
CONTRATO ASSINADO EM 14/02/1996
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 90.000.000,00
Circulação:	Lei Estadual nº 10.066 de 25/01/1996 e Resolução nº 70 de 14.12.1995 e voto 162 de 30.11.95 do Conselho Monetário Nacional
Taxa:	2,95% ao mes calculado sobre o saldo devedor, pagos mensalmente, repactuados trimestralmente.
Prazo:	34 meses
Pagamentos:	34 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price, vencendo-se a primeira em 14.03.96 e a ultima em 14.12.98
Vencimentos:	14/12/1998
Garantia:	I.C.M.S.
Objetivo:	Destinados ao pagamento de salários devidos aos servidores públicos estaduais
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1996	73.330.976,72	90.000.000,00	16.669.023,28	19.692.219,64	36.361.242,92
TOTAL		**90.000.000,00**	**16.669.023,28**	**19.692.219,64**	**36.361.242,92**

PCDIV071

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00235

233

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

234

EMPRÉSTIMO: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXETREMO SUL - BRDE - 202822
CONTRATO ASSINADO EM 23/12/87
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: R$ 2,60
Circulação: Lei Estadual nº 7.166 de 23/12/1987
Taxa: 12% a.a. de juros, calculado dia a dia s/ o saldo devedor reajustado monetariamente de acordo com a variação da "UFIR" e incorporada ao saldo devedor
Prazo: 15 anos
Pagamentos: 120 prestações mensais sucessivas de principal mais juros
Vencimentos: 31/12/2006
Garantia: ICMS
Objetivo: Termo de confissão, assunção, consolidação e renovação de dívidas
Governo: Pedro Ivo Figueiredo de Campos

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1987	7,08	7,08	0,00	0,00	0,00
1988	79,24	72,16	0,00	0,00	0,00
1989	808,24	729,00	0,00	0,00	0,00
1990	6.202,44	5.394,20	0,00	0,00	0,00
1991	42.255,55	36.053,11	0,00	0,00	0,00
1992	442.650,18	407.726,17	7.331,54	503,59	7.835,13
1993	11.753.862,29	11.311.212,11	0,00	0,00	0,00
1994	130.368.338,03	141.335.550,22	22.721.074,48	823,96	22.721.898,44
1995	149.524.700,99	44.393.554,93	25.237.191,97	0,00	25.237.191,97
1996	**167.327.879,62**	32.463.163,27	14.659.984,64	0,00	14.659.984,64
TOTAL		**229.953.462,25**	**62.625.582,63**	**1.327,55**	**62.626.910,18**

PCDIV088

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00230

234

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

235

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - 93228431018
CONTRATO ASSINADO EM 18/02/94
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: URTJ/15 - 5.765.995,2612
Circulação: Lei Estadual nº 8.544 de 04/02/1992
Taxa: 9% ao ano calculado sobre o saldo devedor atualizado pelo PIS/PASEP e pelo FAT
Prazo: 97 meses, sendo os 25 primeiros meses de carência
Pagamentos: 72 prestações mensais e sucessivas, vecendo-se a primeira em 15/04/1996 e a última em 15/03/2002
Vencimentos: 15/03/2002
Garantia: IPI/FPE
Objetivo: Execução de obras de melhoramento e pavimentação em 7 trechos rodoviários no Estado, perfazendo uma extensão de 146,186 km
Governo: Vilson Pedro Kleinubing

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	17.322.604,34	17.322.604,34	0,00	785.846,75	785.846,75
1995	22.393.525,13	5.070.920,79	0,00	1.786.796,26	1.786.796,26
1996	**21.684.741,87**	2.299.957,72	3.008.740,98	2.010.189,26	5.018.930,24
TOTAL		**24.693.482,85**	**3.008.740,98**	**4.582.832,27**	**7.591.573,25**

PCDIV098

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00237

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

236

DEMONSTRATIVO DAS LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LFTC - LEI Nº 7.546 DE 27.01.89

EXTRATO DA CONTA

PERÍODO DE 1976/1996

EXERCÍCIO SALDO/QUANTIDADE	SALDOS R$	INSCRIÇÃO R$	PAGAMENTOS - R$		
			AMORTIZAÇÃO	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1976 - 585.219	-	-	-	-	-
1977 - 849.831	-	-	-	-	-
1978 - 1.479.236	-	-	-	-	-
1979 - 2.434.086	-	-	-	-	-
1980 - 4.998.846	-	-	-	-	-
1981 - 12.789.558	-	-	-	-	-
1982 - 18.782.541	0,02	0,02	-	-	-
1983 - 18.503.039	0,06	0,04	-	-	-
1984 - 19.908.864	0,17	0,12	0,01	-	0,01
1985 - 19.103.881	0,49	0,38	0,06	0,03	0,09
1986 - 18.516.642	0,68	0,32	0,13	0,05	0,18
1987 - 19.908.864	3,72	4,18	1,14	0,15	1,29
1988 - 19.908.864	34,54	44,22	13,40	1,31	14,71
1989 - 791.162.025	1.021,80	1.292,26	305,00	10,34	315,34
1990 - 11.529.418.412	11.735,57	15.141,38	4.427,61	558,68	4.986,29
1991 - 29.702.844.273	69.697,55	66.353,36	8.391,38	2.909,90	11.301,28
1992 - 718.405.071.206	1.063.815,28	1.285.236,28	291.118,55	16.580,13	307.698,68
1993 - 718.405.071.206	33.458.495,66	32.394.680,38	-	461.408,76	461.408,76
1994 - 712.647.104.777	423.065.697,87	391.957.102,21	2.349.900,00	13.227.191,83	15.577.091,83
1995 - 704.961.861.255	644.641.377,64	334.396.328,60	112.820.648,83	9.005.341,06	121.825.989,89
1996 - 691.311.096.029	**821.727.223,38**	397.444.012,39	220.358.166,65	18.481.081,99	238.839.248,64
TOTAL		**1.157.560.196,14**	**335.832.972,76**	**41.195.084,23**	**377.028.056,99**

PCDIV5

OBS.: DE 1976 A 1988 SALDO/QUANTIDADE EM "ORTC/OTC"
DE 1989 A 1996 SALDO/QUANTIDADE EM "LFTC"

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00239

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

237

DEMONSTRATIVO DAS LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LFTC - LEI Nº 10.168 DE 11.07.96

EXTRATO DA CONTA

EXERCÍCIO DE 1996

EXERCÍCIO SALDO/QUANTIDADE	SALDOS R$	INSCRIÇÃO R$	PAGAMENTOS - R$		
			AMORTIZAÇÃO	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1996 - 552.152	629.644.076,12	629.644.076,12	-	120.109.966,44	120.109.966,44
TOTAL		**629.644.076,12**	-	**120.109.966,44**	**120.109.966,44**

PCDIV7

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXAME
FOLHA Nº 00239

237

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

238

LANÇAMENTOS EFETUADOS DE LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LFTC - LEI Nº 7.546 DE 27.01.89
PERÍODO DE 1976/1996

LANÇAMENTOS		
EXERCÍCIO	EM REAIS	EM QUANTIDADE
1976	-	585.219
1977	-	264.612
1978	-	1.214.624
1979	-	1.324.362
1980	-	3.103.028
1981	-	7.920.962
1982	-	6.533.879
1983	-	3.529.788
1984	0,02	3.270.697
1985	0,03	1.878.295
1986	0,11	3.304.983
1987	1,46	11.930.084
1988	14,57	16.715.159
1989	295,10	791.162.025
1990	4.155,27	11.183.300.317
1991	7.672,49	20.947.282.885
1992	249.729,75	697.464.784.825
1993	-	-
1994	-	-
1995	109.853.316,91	110.128.527
1996	215.778.858,46	220.358.165
SOMA	**325.894.044,17**	**730.778.592.436**

PCDIV/Q006

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

OBS.: DE 1976 A 1988 LANÇAMENTO/QUANTIDADE EM "ORTC/OTC"
DE 1989 A 1996 LANÇAMENTO/QUANTIDADE EM "LFTC"

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00240

238

239

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

LANÇAMENTOS EFETUADOS DE LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LFTC - LEI Nº 10.168 DE 11.07.96
EXECÍCIO DE 1996

LANÇAMENTOS		
EXERCÍCIO	EM REAIS	EM QUANTIDADE
1996	604.498.433,54	552.152
SOMA	**604.498.433,54**	**552.152**

PCDIV/Q008

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00241

239

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

240

DEMONSTRATIVO DAS APÓLICES INALIENÁVEIS
EXERCÍCIO DE 1996

(EM REAL)

LEIS E AUTORIZAÇÕES POSSUIDORES DE TÍTULOS	VALOR NOMINAL DOS TÍTULOS R$ 52.020,00	 36.256,48	TOTAIS R$	 %	JUROS ANUAIS PAGOS
LEI Nº 3.484, DE 24/07/1964					
ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DIOCESE DE TUBARÃO	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DIOCESE DE LAGES	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DIOCESE DE CHAPECÓ	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DIOCESE DE JOINVILLE	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DIOCESE DE CAÇADOR	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DIOCESE DE RIO DO SUL	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DIOCESE DE JOAÇABA	1	0	52.020,00	5	2.601,00
LEI Nº 5.372, DE 21/11/1977					
2º REGIÃO ECLESIÁSTICA DE JOINVILLE	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE BLUMENAU	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE FLORIANÓPOLIS	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE JARAGUÁ DO SUL	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE JOINVILLE	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE MÉDIO VALE DO ITAJAÍ	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE RIO DO SUL	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE SERRA DO MAR	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE ITAJAÍ MIRIN	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE NORTE DE BLUMENAU	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE CONTESTADO	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE CONCÓRDIA	1	0	52.020,00	5	2.601,00
DISTRITO ECLESIÁSTICO DE URUGUAI	1	0	52.020,00	5	2.601,00
LEI Nº 4.477, DE 03/07/1970					
ACADEMIA DE COMÉCIO DE SANTA CATARINA	0	1	36.414,00	5	1.820,70
TOTAL GERAL	**21**	**1**	**1.128.834,00**	**0**	**56.441,70**

PCDIV-Q004

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00242

240

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

241

DEMONSTRATIVO DOS RECEBIMENTOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PAGAMENTOS DA DÍVIDA PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 1996

EM REAIS

ESPECIFICAÇÕES	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS		
		PRINCIPAL	JUROS/ENCARGOS	SOMA
01 DÉBITOS DA TESOURARIA (ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS)	**165.515.780,49**	**190.323.615,53**	**64.421.033,94**	**254.744.649,47**
01.01 - BANCO BMC S/A	61.515.780,49	60.828.893,05	26.121.152,20	86.950.045,25
01.02 - BANCO BMG S/A	59.000.000,00	66.089.722,48	21.051.777,06	87.141.499,54
01.03 - BANCO DO BRASIL S. A.	45.000.000,00	63.405.000,00	17.248.104,68	80.653.104,68
02 DÍVIDA INTERNA	**911.783.757,24**	**295.098.511,01**	**261.005.499,44**	**556.104.010,45**
02.01 - LFTC	820.277.292,00	220.358.166,65	138.591.048,43	358.949.215,08
02.02 - BANCO DO BRASIL S/A	-	37.668.933,25	89.264.913,26	126.933.846,51
02.03 - BRDE	-	14.659.984,64	-	14.659.984,64
02.04 - OUTRAS DÍVIDAS	-	-	11.241.005,79	11.241.005,79
02.05 - BNDES	-	3.008.740,98	2.010.189,26	5.018.930,24
02.06 - CELESC	-	2.733.662,21	-	2.733.662,21
02.07 - FINEP	1.506.465,24	-	206.123,06	206.123,06
02.08 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	90.000.000,00	16.669.023,28	19.692.219,64	36.361.242,92
03 DÍVIDA EXTERNA	**27.238.999,04**	**19.476.048,23**	**18.363.082,30**	**37.839.130,53**
03.01 - BANCO DO BRASIL S/A GRAND CAYMAN	-	-	1.077.291,73	1.077.291,73
03.02 - MANUFACTURERS HANOVER LIMITED	-	-	646.036,01	646.036,01
03.03 - COMMERZBANK A. G.	-	-	904.450,37	904.450,37
03.04 - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID	10.367.900,00	8.534.413,34	7.626.361,90	16.160.775,24
03.05 - EUROPEAN BRAZILIAN BANK - EUROBRAZ	-	-	387.621,58	387.621,58
03.06 - INTERFIRST BANK DALLAS N. A.	-	-	86.138,12	86.138,12
03.07 - HARRIS TRUST AND SAVINGG	-	-	172.276,26	172.276,26
03.08 - KREDITANSTALT F. WIEDERAFBAU - KFW	-	771.853,80	1.006.494,68	1.778.348,48
03.09 - LLOYDS MERCHANT BANK	-	-	1.033.659,58	1.033.659,58
03.10 - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD	15.543.549,41	5.573.438,92	4.065.185,28	9.638.624,20
03.11 - MLW - INTERMED - ALEMANHA	1.327.549,63	898.850,46	495.084,51	1.393.934,97
03.12 - SIEMENS - RFA	-	3.697.491,71	862.482,28	4.559.973,99
TOTAL GERAL	**1.104.538.536,77**	**504.898.174,77**	**343.789.615,68**	**848.687.790,45**

PCDIV4

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC nº 15.874

Sebastião Cesar Klettemberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXP.
FOLHA Nº 00243

241

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANÁLITICO DOS PAGAMENTOS DÍVIDA INTERNA E ENCARGOS DOS AROS EXERCÍCIO DE 1996

242

(EM REAIS)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
CENTRAIS ELÉTRICAS DE S. C. S/A - CELESC 040/94 - Contrato assinado em 24/10/94 - Lei nº 9.339 de 14/12/93		
	2.733.662,21	
Juros, comissões e outras despesas	-	2.733.662,21
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP - Nº 6694068400 - Contrato assinado em 28/11/94 - Lei nº 9.010 de 29/04/93		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	206.123,06	206.123,06
BANCO DO BRASIL S/A - BNP/SOFREMI - Contrato assinado em 30/10/95 - Lei nº 9.828 de 03/02/95		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	299.375,17	299.375,17
BANCO DO BRASIL S/A - IPESC - Contrato assinado em 30/10/95 - Lei nº 8.727 de 05/11/93		
Amortizações	796.976,88	
Juros, comissões e outras despesas	298.246,60	1.095.223,48
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - nº 20.1877.618 - Contrato assinado em 14/02/96 - Lei nº 10.066 de 25/01/96		
Amortizações	16.669.023,28	
Juros, comissões e outras despesas	19.692.219,64	36.361.242,92
BANCO DO BRASIL S/A - BEA - Nº 96/20007-3Contrato assinado em 24/06/96 - Lei nº 7.976 de 29/06/90		
Amortizações	385.219,09	
Juros, comissões e outras despesas	400.054,83	785.273,92
BANCO DO BRASIL S/A Nº 90/00044-7 - Contrato assinado em 29/06/90 - Lei nº 7.976 de 29/06/90		
Amortizações	2.745.519,04	
Juros, comissões e outras despesas	6.731.092,83	9.476.611,87
BANCO DO BRASIL S/A Nº 90/00045-5 - Contrato assinado em 29/06/90 - Lei nº 7.976 de 29/06/90		
Amortizações	13.280.365,71	
Juros, comissões e outras despesas	36.335.558,59	49.615.924,30
BANCO DO BRASIL S/A Nº 90/8725-0 - (MF9) - Contrato assinado em 10/07/90 - Lei nº 7.976 de 29/06/90		
Amortizações	7.922.985,65	
Juros, comissões e outras despesas	12.487.818,12	20.410.803,77
BANCO REG. DE DESENV. DO EXTREMO SUL - BRDE Nº202822 - Contrato assinado em 23/12/87 - Lei nº 7.166 de 23/12/67		
Amortizações	14.659.984,64	
Juros, comissões e outras despesas	-	14.659.984,64
BANCO DO BRASIL S/A - Governo - Contrato assinado em 21/02/94 - Lei nº 8.727 de 05/11/93		
Amortizações	12.537.866,88	
Juros, comissões e outras despesas	32.712.767,12	45.250.634,00
BANCO NACIONAL DE DESENV.ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - Cont. ass. em 18/02/94 - 93228431018 - Lei nº 8.544 de 04/02/92		
Amortizações	3.008.740,98	
Juros, comissões e outras despesas	2.010.189,26	5.018.930,24

PCDIV-51

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00244

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANÁLITICO DOS PAGAMENTOS DÍVIDA INTERNA E ENCARGOS DOS AROS EXERCÍCIO DE 1996

243

(EM REAIS)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LFTC - Lei nº 7.546 de 27/01/89		
Amortizações	220.358.166,65	
Juros, comissões e outras despesas	18.481.081,99	238.839.248,64
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LFTC - Lei nº 10.168 de 11/07/96		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	120.109.966,44	120.109.966,44
OUTRAS DÍVIDAS		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	11.241.005,79	11.241.005,79
BMC S/A - 9176/95 - Contrato assinado em 23/02/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	20.961.724,99	20.961.724,99
BMG S/A - 1.05.95.00215-0 - Contrato assinado em 23/02/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	18.059.606,88	18.059.606,88
BMC S/A - 9323/95 - Contrato assinado em 28/09/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	1.554.055,50	1.554.055,50
BMG S/A - 1.05.95.00902-3 - Contrato assinado em 27/09/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	1.940.393,12	1.940.393,12
BANCO DO BRASIL S/A - 95/60273-9 - Contrato assinado em 30/11/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	7.913.269,15	7.913.269,15
BMC S/A - 9408/96 - Contrato assinado em 31/01/96 - Lei nº 10.056 de 29/12/95 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	668.593,43	668.593,43
BMC S/A - 9410/96 - Contrato assinado em 31/01/96 - Lei nº 10.056 de 29/12/95 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	2.936.778,28	2.936.778,28
BMG S/A - 1.05.96.00027-5 - Contrato assinado em 31/01/96 - Lei nº 10.056 de 29/12/95 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	1.051.777,06	1.051.777,06
BANCO DO BRASIL S/A - 96/00076-7 - Contrato assinado em 15/02/96 - Lei nº 10.056 de 30/12/95 - ARO		
Juros, comissões e outras despesas	9.334.835,53	9.334.835,53
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	**295.098.511,01**	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	**325.426.533,38**	
GERAL		**620.525.044,39**

PCDIV-51

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00243

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

243

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

(Anexo nº 16 da Lei Federal 4.320/64)

EXERCÍCIO DE 1996

244

AUTORIZAÇÕES				SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALOR DA EMISSÃO			EM CIRCULAÇÃO	VARIAÇÕES		EM MOEDA		VALOR
LEIS, NÚMERO E DATA	M MOEDA ESTRANGEIR		EM REAIS	EM REAIS	PARA +	PARA -	ESTRANGEIRA		EM REAIS
BANCO DO BRASIL S/A - GRAND CAYMAN - CR 541/053									
Contrato assinado em 07/02/86 - Lei n. 6.470 de 30/11/84	US$	19.946.538,54	0,10	8.622.223,73	592.190,56	-	US$	8.865.128,24	9.214.414,29
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 380-0/OC/BR - CR 121/0081									
Contrato assinado em 09/12/80 - Lei n. 5.713 de 20/06/80	US$	29.273.421,72	0,01	9.184.299,92	581.880,06	1.914.104,06	US$	7.554.431,33	7.852.075,92
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 380-0/OC/BR - CR 121/0081									
Contrato assinado em 09/12/80 - Lei n. 5.713 de 20/06/80	DM	18.942.059,19	-	4.131.959,65	(39.465,47)	816.036,14	DM	4.888.273,28	3.276.458,04
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 380-0/OC/BR - CR 121/0081									
Contrato assinado em 09/12/80 - Lei n. 5.713 de 20/06/80	Sw.Fr.	16.376.241,04	-	4.446.793,93	(339.577,74)	845.753,61	Sw.Fr.	4.226.126,72	3.261.462,58
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 624-0/SF/BR - CR 121/0082									
Contrato assinado em 09/12/80 - Lei n. 5.713 de 20/06/80	US$	17.000.000,00	0,01	5.333.612,84	337.587,09	1.111.251,62	US$	4.387.096,70	4.559.948,31
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 157-0/IC/BR-CR 521/007									
Contrato assinado em 26/06/86 - Lei n. 6.297 de 06/12/83	US$	33.500.000,00	1.720,85	29.735.847,98	1.911.048,01	2.881.567,90	US$	27.674.935,63	28.765.328,09
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 770-0/SF/BR - CR 521/007									
Contrato assinado em 26/06/86 - Lei n. 6.297 de 06/12/83	US$	18.500.000,00	877,06	15.152.084,18	994.326,32	965.700,01	US$	14.605.263,12	15.180.710,49
MANUFACTURERS HANOVER LIMITED - CR 141/24052									
Contrato assinado em 27/09/78 - Lei n. 5.433 de 08/06/78	US$	25.000.000,00	-	2.992.616,22	205.538,52	-	US$	3.076.923,94	3.198.154,74
MANUFACTURERS HANOVER TRUST COMPANY - CR 541/028									
Contrato assinado em 20/09/84 - Lei n. 5.853 de 14/04/81	US$	5.400.000,00	-	2.626.020,00	180.360,00	-	US$	2.700.000,00	2.806.380,00
COMMERZBANK AG. LONDRES - CR 141/24185									
Contrato assinado em 17/10/79 - Lei n. 5.540 de 07/06/79	US$	30.000.000,00	-	7.315.581,98	502.447,95	-	US$	7.521.675,90	7.818.029,93
EUROPEAN BRAZILIAN BANK LIMITED - EUROBRAZ - CR 541/007									
Contrato assinado em 26/07/83 - Lei n. 5.853 de 14/04/81	US$	10.000.000,00	-	3.242.000,03	222.666,66	-	US$	3.333.333,36	3.464.666,69
INTERFIRST BANK DALLAS N. A. - CR 541/024									
Contrato assinado em 22/06/84 - Lei n. 5.853 de 14/04/81	US$	1.650.000,00	-	802.395,00	55.110,00	-	US$	825.000,00	857.505,00
HARRIS TRUST AND SAVINGS BANK - CR 541/026									
Contrato assinado em 22/06/84 - Lei n. 5.853 de 14/04/81	US$	3.050.000,00	-	1.484.187,60	101.936,80	-	US$	1.526.000,00	1.586.124,40
LLOYDS MERCHANT BANK LIMITED - CR 541/051									
Contrato assinado em 03/02/86 - Lei n. 6.482 de 04/12/84	US$	10.000.000,00	0,05	8.432.441,98	579.156,00	-	US$	8.669.999,98	9.011.597,98

PCDIV2

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00246

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇAO DA DIVIDA FUNDADA EXTERNA

(Anexo nº 16 da Lei Federal 4.320/64)

EXERCÍCIO DE 1996

245

AUTORIZAÇÕES				SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALOR DA EMISSÃO			EM CIRCULAÇÃO	VARIAÇÕES		EM MOEDA		VALOR
LEIS, NUMERO E DATA	M MOEDA ESTRANGEIR		EM REAIS	EM REAIS	PARA +	PARA -	ESTRANGEIRA		EM REAIS
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 2623-0 BR - CR 521/008									
Contrato assinado em 26/06/86 - Lei n. 6.591 de 12/06/85	US$	24.206.049,93	657.499,55	9.072.856,67	542.867,77	2.185.859,69	US$	7.148.224,70	7.429.864,75
KREDITANSTALT F. WIEDERAUFBAU - KFW 7265770 - CR 121/23199									
Contrato assinado em 19/11/74 - Lei n. 4.993 de 17/05/74	DM	14.000.000,00	-	6.390.316,80	(59.378,90)	231.490,00	DM	9.100.000,00	6.099.447,90
KREDITANSTALT F. WIEDERAUFBAU - KFW 7965924 - CR 111/1228									
Contrato assinado em 23/09/81 - Lei n. 5.795 de 29/10/80	DM	14.116.543,74	11,99	6.272.980,94	(59.534,06)	320.117,60	DM	8.792.483,74	5.893.329,28
KREDITANSTALT F. WIEDERAUFBAU - KFW 8365280 - CR 521/009									
Contrato assinado em 29/06/87 - Lei n. 6.515 de 29/05/85	DM	9.750.618,62	1.438.299,00	5.017.324,18	(47.137,20)	220.246,20	DM	7.086.618,62	4.749.940,78
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 3160-0 BR - CR 521/0013									
Contrato assinado em 22/07/91 - Lei n. 8.269 de 05/06/91	US$	21.405.066,97	12.768.459,27	13.994.838,18	6.297.955,86	3.387.579,23	US$	16.264.397,55	16.905.214,81
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 3547-0 BR - CR 521/0017									
Contrato assinado em 22/12/92 - Lei n. 8.689 de 30/06/92	US$	33.229.188,76	25.316.447,71	22.351.758,08	12.186.660,72	-	US$	33.229.188,76	34.538.418,80
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 719-0/0C/BR-CR 521/0016									
Contrato assinado em 18/12/92 - Lei n. 8.538 de 19/01/92	US$	43.700.000,00	34.913.315,81	32.533.470,00	12.888.310,00	-	US$	43.700.000,00	45.421.780,00
MLW INTERMED - ESQUEMA 1 - CR 511/00428									
Contrato assinado em 01/03/93 - Lei n. 7.698 de 25/07/89	US$	2.420.042,73	542.450,38	2.039.902,42	127.763,08	323.044,39	US$	1.774.698,01	1.844.621,11
MLW INTERMED - ESQUEMA 2 - CR 511/00428									
Contrato assinado em 01/03/93 - Lei n. 7.698 de 25/07/89	US$	192.724,38	98.979,74	162.451,24	10.491,92	26.043,49	US$	141.331,22	146.899,67
MLW INTERMED - ESQUEMA 3 - CR 511/00428									
Contrato assinado em 01/03/93 - Lei n. 7.698 de 25/07/89	US$	1.858.767,89	1.592.964,10	1.687.315,14	108.229,85	249.942,32	US$	1.487.014,31	1.545.602,67
MLW INTERMED - ESQUEMA 4 - CR 511/00428									
Contrato assinado em 01/03/93 - Lei n. 7.698 de 25/07/89	US$	1.913.249,32	1.595.649,93	1.736.771,21	112.550,08	258.416,20	US$	1.530.599,47	1.590.905,09
MLW INTERMED - ESQUEMA 5 - CR 511/00428									
Contrato assinado em 01/03/93 - Lei n. 7.698 de 25/07/89	US$	305.039,70	258.673,67	276.902,84	18.147,83	41.404,06	US$	244.031,76	253.646,61
MLW INTERMED - ESQUEMA 6 - CR 511/00428									
Contrato assinado em 01/03/93 - Lei n. 7.698 de 25/07/89	US$	822.653,35	808.667,53	-	855.065,89	-	US$	822.653,35	855.065,89
MLW INTERMED - ESQUEMA 7 - CR 511/00428									
Contrato assinado em 01/03/93 - Lei n. 7.698 de 25/07/89	US$	520.547,84	518.882,10	-	541.057,44	-	US$	520.547,85	541.057,44

PCDIV2

DIVISÃO DE [illegible]
00247
FOLHA Nº

245

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

(Anexo nº 16 da Lei Federal 4.320/64)

EXERCÍCIO DE 1996

246

AUTORIZAÇÕES				SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALOR DA EMISSÃO			EM CIRCULAÇÃO	VARIAÇÕES		EM MOEDA		VALOR
LEIS, NÚMERO E DATA	M MOEDA ESTRANGEIR		EM REAIS	EM REAIS	PARA +	PARA -	ESTRANGEIRA		EM REAIS
SIEMENS - RFA - ESQUEMA 01 - TRANCHE "A"CR 511/00367									
Contrato assinado em 30/10/90 - Lei n. 8.066 de 13/09/90	DM	1.092.697,81	646.615,86	443.345,09	(2.054,93)	294.809,86	DM	218.539,57	146.480,30
SIEMENS - RFA - ESQUEMA 02 - TRANCHE "A"CR 511/00367									
Contrato assinado em 30/10/90 - Lei n. 8.066 de 13/09/90	DM	3.669.561,11	2.093.356,24	1.488.867,18	(13.407,48)	737.581,78	DM	1.100.868,34	737.877,92
SIEMENS - RFA - ESQUEMA 03 - TRANCHE "A"CR 511/00367									
Contrato assinado em 30/10/90 - Lei n. 8.066 de 13/09/90	DM	2.444.410,53	1.545.835,66	1.157.078,35	791,75	666.346,31	DM	733.323,18	491.523,79
SIEMENS - RFA - ESQUEMA 01 - TRANCHE "B" CR 511/00367									
Contrato assinado em 30/10/90 - Lei n. 8.066 de 13/09/90	DM	3.343.725,64	1.978.704,26	1.356.664,53	(2.275,73)	906.149,65	DM	668.745,16	448.239,15
SIEMENS - RFA - ESQUEMA 02 - TRANCHE "B"CR 511/00367									
Contrato assinado em 30/10/90 - Lei n. 8.066 de 13/09/90	DM	656.811,86	386.027,24	266.491,18	1.457,73	179.900,75	DM	131.362,42	88.048,16
SIEMENS - RFA - ESQUEMA ÚNICO - TRANCHE "C" CR 511/00367									
Contrato assinado em 30/10/90 - Lei n. 8.066 de 13/09/90	DM	3.365.425,40	1.991.545,45	1.365.468,86	(1.617,44)	912.703,36	DM	673.085,08	451.148,06
	US$	333.893.291,13					US$	197.602.475,18	
TOTAL GERAL	DM	71.381.853,90	89.154.983,57	211.116.867,93	39.391.148,94	19.476.048,23	DM	33.393.299,39	231.031.968,64
	Sw.Fr.	16.376.241,04					Sw.Fr.	4.226.126,72	

PCDIV2

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

TAXA CAMBIAL EM 31/12/1996
DOLAR R$ 1,039400
MARCO R$ 0,670269
SWF R$ 0,771738

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC nº 15.874 - Mat. nº 209.888-1

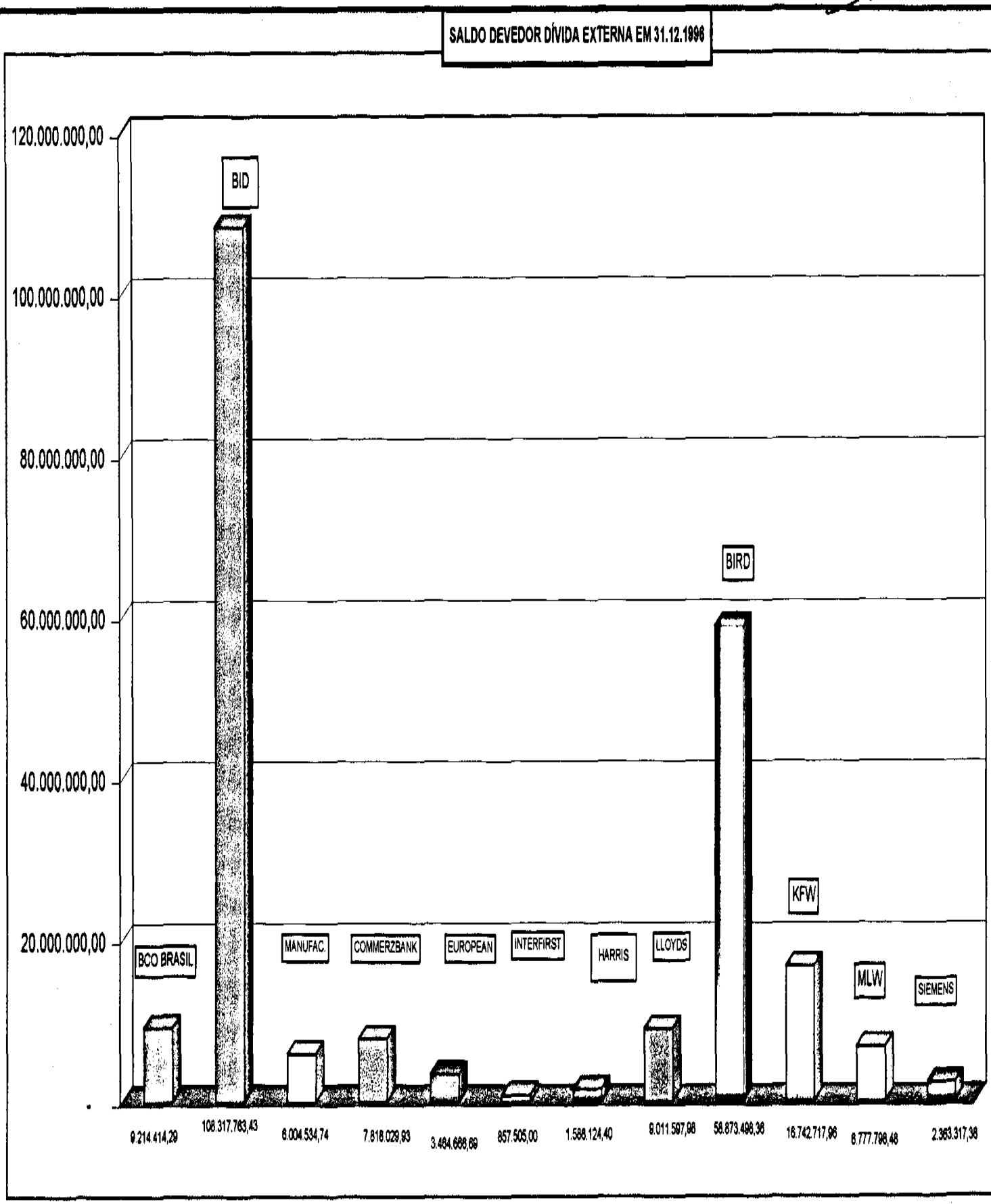
Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-3

Jaime José Silva
Supervisor da Dívida Pública
Matrícula nº 091.071-6

FOLHA Nº 00249

246

247



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00249

2747

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

248

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - GRAND CAYMAN - CR - 541/053

CONTRATO ASSINADO EM 07/02/86

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 19.946.538,54
Circulação:	Lei Estadual nº 6.470 de 30/11/1984 e Resolução do Senado Fedral nº 48 de 28/06/1985
Taxa:	2% ao ano acima da "LIBOR"para depósito a 3 meses, sobre o saldo devedor do principal, contados a partir de 17/03/1986
Prazo:	8 anos e 2 meses, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos:	9 prestações semestrais, aproximadamento iguais e consecutivos, vencendo-se a primeira em 15/04/90 e a última em 15/04/94
Vencimentos:	15/04/1994
Garantia:	Republica Federativa do Brasil
Objetivo:	Liquidação de compromissos externos já existentes e vencidos em 1984
Governo:	Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	8.865.128,24
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	8.865.128,24

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1986	0,11	0,11	0,00	0,00	0,00
1987	0,53	0,42	0,00	0,00	0,00
1988	5,49	4,96	0,00	0,04	0,04
1989	82,39	76,90	0,00	0,63	0,63
1990	1.233,50	1.151,11	0,00	150,65	150,65
1991	7.752,32	6.518,82	0,00	111,02	111,02
1992	89.850,10	82.097,78	0,00	2.179,80	2.179,80
1993	1.051.259,14	1.065.264,02	103.854,98	39.141,59	142.996,57
1994	7.535.359,00	6.484.099,86	0,00	407.781,86	407.781,86
1995	8.622.223,73	1.086.864,73	0,00	1.256.160,29	1.256.160,29
1996	**9.214.414,29**	592.190,56	0,00	1.077.291,73	1.077.291,73
TOTAL		**9.318.269,27**	**103.854,98**	**2.782.817,61**	**2.886.672,59**

PCDIV104

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE
FOLHA Nº 00250

248

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

249

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-380-0/OC/BR - CR 121/0081

CONTRATO ASSINADO EM 09/12/80

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 29.273.421,72
Circulação:	Lei Estadual nº 5.713 de 20/06/1980 e Resolução do Senado Fedral nº123 de 06/11/1980
Taxa:	8,25% a.a. s/ o saldo devedor do principal, contados a partir de cada desembolso
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos:	32 prestações semestrais, iguais e sucessivas no valor de US$ 944.303,93 vencendo-se a primeira em 24/06/1985 e a última em 24/11/2000
Vencimentos:	24/11/2000
Garantia:	Republica Federativa do Brasil
Objetivo:	Financiamento destinado a cooperar na execução do programa consistente na construção e pavimentação das rodovias alimentadoras de Santa Catarina
Governo:	Jorge Konder Bornhasen

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	9.443.039,19
Amortização em 1996:	US$	1.888.607,86
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	7.554.431,33

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1984	0,04	0,04	0,00	0,00	0,00
1985	0,16	0,12	0,00	0,00	0,00
1986	0,24	0,08	0,00	0,00	0,00
1987	1,12	0,88	0,00	0,00	0,00
1988	7,80	6,74	0,06	0,07	0,13
1989	116,50	108,93	0,23	1,72	1,95
1990	1.226,31	1.317,20	207,39	242,98	450,37
1991	6.606,15	5.816,92	437,08	319,65	756,73
1992	72.312,21	66.635,26	929,20	694,02	1.623,22
1993	1.567.705,90	1.616.059,07	120.665,38	77.929,24	198.594,62
1994	9.631.899,99	9.700.260,75	1.636.066,66	1.079.805,69	2.715.872,35
1995	9.184.299,92	1.305.500,18	1.753.100,25	836.654,47	2.589.754,72
1996	**7.852.075,92**	581.880,06	1.914.104,06	756.334,22	2.670.438,28
TOTAL		**13.277.586,23**	**5.425.510,31**	**2.751.982,06**	**8.177.492,37**

PCDIV105.0

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE CONTENCIOSO
FOLHA Nº 00251

249

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

250

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID-380-0/OC/BR - CR 121/0081
CONTRATO ASSINADO EM 09/12/80
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	DM 18.942.059,19
Circulação:	Lei Estadual nº 5.713 de 20/06/1980 e Resolução do Senado Fedral nº123 de 06/11/1980
Taxa:	8,25% a.a. s/ o saldo devedor do principal, contados a partir de cada desembolso
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos:	32 prestações semestrais, iguais e sucessivas no valor de DM 611.034,17 vencendo-se a primeira em 24/06/1985 e a última em 24/11/2000
Vencimentos:	24/11/2000
Garantia:	República Federativa do Brasil
Objetivo:	Financiamento destinado a cooperar na execução do programa consistente na construção e pavimentação das rodovias alimentadoras de Santa Catarina
Governo:	Jorge Konder Bornhasen

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	6.110.341,62
Amortização em 1996:	DM	1.222.068,34
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	4.888.273,28

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1988	2,82	2,84	0,02	0,02	0,04
1989	45,13	42,40	0,09	0,61	0,70
1990	531,37	558,36	72,12	84,94	157,06
1991	2.816,52	2.457,88	172,73	125,44	298,17
1992	29.080,99	26.639,23	374,76	279,93	654,69
1993	585.107,65	601.920,30	45.893,64	29.678,69	75.572,33
1994	4.023.418,00	4.107.838,27	669.527,92	475.051,72	1.144.579,64
1995	4.131.959,65	904.902,49	796.360,84	379.837,26	1.176.198,10
1996	**3.276.458,04**	-39.465,47	816.036,14	322.379,60	1.138.415,74
TOTAL		**5.604.896,30**	**2.328.438,26**	**1.207.438,21**	**3.535.876,47**

PCDIV105.1

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00252

254

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

251

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID-380-0/OC/BR - CR - 121/0081
CONTRATO ASSINADO EM 09/12/80
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	SwFr 16.376.241,04
Circulação:	Lei Estadual nº 5.713 de 20/06/1980 e Resolução do Senado Fedral nº123 de 06/11/1980
Taxa:	8,25% a.a. s/ o saldo devedor do principal, contados a partir de cada desembolso
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos:	32 prestações semestrais, iguais e sucessivas no valor de SWF 528.265,84 vencendo-se a primeira em 24/06/1985 e a última em 24/11/2000
Vencimentos:	24/11/2000
Garantia:	República Federativa do Brasil
Objetivo:	Financiamento destinado a cooperar na execução do programa consistente na construção e pavimentação das rodovias alimentadoras de Santa Catarina
Governo:	Jorge Konder Bornhasen

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	SwF	5.282.658,40
Amortização em 1996:	SwF	1.056.531,68
Inscrição em 1996:	SwF	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	SwF	4.226.126,72

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1988	2,88	2,90	0,02	0,03	0,05
1989	42,91	40,11	0,08	0,61	0,69
1990	538,31	569,30	73,90	85,99	159,89
1991	2.727,82	2.366,93	177,42	128,74	306,16
1992	27.818,15	25.442,77	352,44	263,24	615,68
1993	593.674,75	612.241,03	46.384,43	29.957,93	76.342,36
1994	4.110.463,97	4.202.675,18	685.885,96	484.173,99	1.170.059,95
1995	4.446.793,93	1.177.751,79	841.421,83	401.133,32	1.242.555,15
1996	**3.261.462,58**	-339.577,74	845.753,61	334.332,71	1.180.086,32
TOTAL		**5.681.512,27**	**2.420.049,69**	**1.250.076,56**	**3.670.126,25**

PCDIV105.2

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVIDA PUBLICA
FOLHA Nº 00253

253

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

252

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-624-0/SF/BR - CR 121/0082
CONTRATO ASSINADO EM 09/12/80
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 17.000.000,00
Circulação:	Lei Estadual nº 5.713 de 20/06/1980 e Resolução do Senado Fedral nº123 de 06/11/1980
Taxa:	3% a.a. calculados sobre o saldo devedor do principal contados a partir de cada desembolso
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos:	31 prestações semestrais, iguais e sucessivas no valor de US$ 548,387.10 vencendo-se a primeira em 24/11/1985 e a última em 24/11/2000
Vencimentos:	24/11/2000
Garantia:	Republica Federativa do Brasil
Objetivo:	Financiamento destinado a cooperar na execução do programa consistente na construção e pavimentação das rodovias alimentadoras de Santa Catarina
Governo:	Jorge Konder Bornhausen

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	5.483.870,90
Amortização em 1996:	US$	1.096.774,20
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	4.387.096,70

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1984	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
1985	0,06	0,05	0,00	0,00	0,00
1986	0,10	0,04	0,00	0,00	0,00
1987	0,45	0,35	0,00	0,00	0,00
1988	4,53	4,12	0,04	0,01	0,05
1989	67,66	63,37	0,24	0,67	0,91
1990	712,11	764,91	120,46	60,89	181,35
1991	3.836,40	3.378,45	254,16	67,85	322,01
1992	41.993,99	38.697,20	539,61	147,42	687,03
1993	910.416,29	938.496,50	70.074,20	16.560,57	86.634,77
1994	5.593.548,34	5.629.957,28	946.825,23	253.353,50	1.200.178,73
1995	5.333.612,84	757.267,74	1.017.203,24	178.148,65	1.195.351,89
1996	**4.559.948,31**	337.587,09	1.111.251,62	161.414,08	1.272.665,70
TOTAL		**7.706.217,11**	**3.146.268,80**	**609.753,64**	**3.756.022,44**

PCDIV106

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula Nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00254

252

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZEN
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

253

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID/0157-0/IC/BR - CR 521/007

CONTRATO ASSINADO EM 26/06/86

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 33.500.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 6.297 de 06/12/1983 e Resolução do Senado Fedral nº 03 de 02/04/1986
Taxa: Taxa estabelecida pelo BID, segundo sua política, calculada s/ o saldo devedor do principal financiado, contados a partir de cada desembolso,
Prazo: 20 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos: 32 prestações semestrais, consecutivas e tanto possível iguais, vencendo-se a primeira em 26/12/1990 e a última em 26/06/2006
Vencimentos: 26/06/2006
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Financiamento do II programa de rodovias alimentadoras do Estado de Santa Catarina
Governo: Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	30.573.563,62
Amortização em 1996:	US$	2.898.627,99
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	27.674.935,63

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1986	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00
1987	0,19	0,16	0,00	0,00	0,00
1988	4,08	3,89	0,00	0,00	0,00
1989	88,12	84,04	0,00	0,09	0,09
1990	1.855,01	1.766,89	0,00	14,32	14,32
1991	13.083,21	11.228,20	0,00	138,54	138,54
1992	175.458,63	162.375,42	0,00	2.538,94	2.538,94
1993	4.320.894,04	4.189.209,56	43.774,15	49.624,33	93.398,48
1994	28.486.285,76	25.727.446,47	1.562.054,75	1.615.582,53	3.177.637,28
1995	29.735.847,98	3.865.866,32	2.616.304,10	2.471.653,87	5.087.957,97
1996	**28.765.328,09**	1.911.048,01	2.881.567,90	2.474.190,49	5.355.758,39
TOTAL		**35.869.028,99**	**7.103.700,90**	**6.613.743,11**	**13.717.444,01**

PCDIV107

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00255

254

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

254

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID/770-0/SF/BR CR - 521/007

CONTRATO ASSINADO EM 26/06/86

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 18.500.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 6.297 de 06/12/1983 e Resolução do Senado Fedral nº 03 de 02/04/1986
Taxa: 4% a.a. calculados sobre o saldo devedor do principal financiado, contados a partir de cada desembolso
Prazo: 25 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos: 42 prestações semestrais, consecutivas e tanto possível iguais, vencendo-se a primeira em 26/12/1990 e a última em 26/06/2011
Vencimentos: 26/06/2011
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Financiamento do II programa de rodovias alimentadoras do Estado de Santa Catarina
Governo: Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	15.578.947,34
Amortização em 1996:	US$	973.684,22
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	14.605.263,12

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1986	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
1987	0,15	0,13	0,00	0,00	0,00
1988	2,47	2,32	0,00	0,00	0,00
1989	50,90	48,43	0,00	0,02	0,02
1990	930,56	879,66	0,00	0,00	0,00
1991	7.028,19	6.097,63	0,00	31,37	31,37
1992	83.334,09	76.305,90	0,00	650,85	650,85
1993	2.078.334,25	2.012.300,46	17.300,30	13.423,24	30.723,54
1994	14.069.736,83	12.528.132,72	536.730,14	415.207,10	951.937,24
1995	15.152.084,18	1.942.110,52	859.763,17	580.491,39	1.440.254,56
1996	**15.180.710,49**	994.326,32	965.700,01	612.301,03	1.578.001,04
TOTAL		**17.560.204,11**	**2.379.493,62**	**1.622.105,00**	**4.001.598,62**

PCDIV108

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00256

234

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

255

EMPRÉSTIMO: MANUFACTURERS HANOVER LIMITED - LONDRES/INGLATERRA - CR 141/24052

CONTRATO ASSINADO EM 27/09/78

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 25.000.000,00
Circulação:	Lei Estadual nº 5.433 de 08/06/1978 e Resolução do Senado Fedral nº 47 de 29/06/1978
Taxa:	1,375% a.a. acima da "LIBOR" dos Bancos de referência para depósitos a 6 meses reajustável semestralmente sobre o saldo devedor do principal, contados a partir de 29/06/1978
Prazo:	Parcela "B" 12 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência
Pagamentos:	13 prestações semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 25/10/1984 e a última em 25/10/1990
Vencimentos:	25/10/1990
Garantia:	Republica Federativa do Brasil
Objetivo:	Carrear recursos para os projetos de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
Governo:	Antonio Carlor Konder Reis

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	3.076.923,24
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	3.076.923,24

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1984	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00
1985	0,10	0,07	0,00	0,00	0,00
1986	0,13	0,04	0,01	0,03	0,04
1987	0,57	0,44	0,00	0,00	0,00
1988	6,36	5,89	0,10	0,03	0,13
1989	94,29	88,20	0,27	2.307,57	2.307,84
1990	237,85	619,74	476,18	19.106,15	19.582,33
1991	1.494,83	1.256,98	0,00	11,79	11,79
1992	17.325,17	15.830,34	0,00	0,00	0,00
1993	456.090,92	438.765,75	0,00	4.181,90	4.181,90
1994	2.615.384,75	2.322.107,81	162.813,98	80.100,67	242.914,65
1995	2.992.616,22	377.231,47	0,00	149.076,07	149.076,07
1996	**3.198.154,74**	205.538,52	0,00	344.552,56	344.552,56
TOTAL		**3.361.445,28**	**163.290,54**	**599.336,77**	**762.627,31**

PCDIV109

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00257

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

256

EMPRÉSTIMO: MANUFACTURERS HANOVER TRUST COMPANY - CR - 541/028
CONTRATO ASSINADO EM 20/09/84
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 5,400,000.00
Circulação: Lei Estadual nº 5.853 de 14/04/1981 e Resolução do Senado Fedral nº 53 de 05/04/1983
Taxa: 1,875% a.a., acima da "PRIME RATE" do credor, contados sobre o saldo devedor do principal, a partir da data de desembolso contados a partir de 29/06/1978
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 30 meses de carência
Pagamentos: 12 parcelas semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 28/03/1987 e a última em 27/03/1993
Vencimentos: 27/03/1993
Garantia: Republica Federativa do Brasil
Objetivo: Carrear recursos para o programa de Investimento do Estado de Santa Catarina
Governo: Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	2.700.000,00
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	2.700.000,00

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1985	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
1986	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
1987	0,14	0,12	0,00	0,00	0,00
1988	1,39	1,27	0,02	0,01	0,03
1989	20,66	19,32	0,05	0,43	0,48
1990	166,95	204,09	57,80	58,60	116,40
1991	1.049,35	882,40	0,00	15,37	15,37
1992	12.162,26	11.112,91	0,00	86,91	86,91
1993	320.175,81	308.013,55	0,00	2.084,75	2.084,75
1994	2.295.000,00	1.974.824,19	0,00	107.342,01	107.342,01
1995	2.626.020,00	331.020,00	0,00	149.076,07	149.076,07
1996	**2.806.380,00**	180.360,00	0,00	301.483,45	301.483,45
TOTAL		**2.806.437,87**	**57,87**	**560.147,60**	**560.205,47**

PCDIV110

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00259

256

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

257

EMPRÉSTIMO: COMMERZBANK AKTIENGESELLSCHAFT - LONDRES/INGLATERRA - CR - 141/24185

CONTRATO ASSINADO EM 17/10/79

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 30.000.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 5.540 de 07/06/1979 e Resolução do Senado Fedral nº 35 de 29/06/1979
Taxa: 0,75% a.a., acima da "LIBOR" para depósito a 6 meses reajustável semestralmente, sobre o saldo devedor do principal, contados a partir de 16/11/79
Prazo: 12 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência
Pagamentos: 13 prestações semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 16/11/1985 e a última em 16/11/1991
Vencimentos: 16/11/1991
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Recursos destinados a financiar projetos relativos aos programas de desenvolvimento social e infra-estrutura
Governo: Jorge Konder Bornhausen

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	7.521.675,90
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	7.521.675,90

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00
1985	0,11	0,08	0,00	0,00	0,00
1986	0,16	0,05	0,00	0,03	0,03
1987	0,76	0,60	0,00	0,00	0,00
1988	7,61	7,00	0,15	0,05	0,20
1989	113,75	106,20	0,06	2,81	2,87
1990	713,53	1.001,28	401,50	273,15	674,65
1991	4.484,47	3.770,94	0,00	69,05	69,05
1992	51.975,54	47.491,07	0,00	1.121,90	1.121,90
1993	891.947,67	877.617,48	37.645,35	34.020,20	71.665,55
1994	6.393.424,52	5.501.476,85	0,00	306.578,53	306.578,53
1995	7.315.581,98	922.157,46	0,00	480.273,42	480.273,42
1996	**7.818.029,93**	502.447,95	0,00	904.450,37	904.450,37
TOTAL		**7.856.076,99**	**38.047,06**	**1.726.789,51**	**1.764.836,57**

PCDIV111

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00259

2574

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

258

EMPRÉSTIMO: EUROPEAN BRAZILIAN BANK LIMITED/EUROBRAZ - CR - 541/007

CONTRATO ASSINADO EM 26/07/83

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 10.000.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 5.853 de 14/04/1981 e Resolução do Senado Fedral nº 53 de 05/04/1983
Taxa: 2,125% a.a. acima da "LIBOR" para depósito a 3 meses, reajustável trimestralmente sobre o saldo devedor do principal, contados a partir de 04/08/83
Prazo: 8 anos e 6 meses, sendo os primeiros 30 meses de carência
Pagamentos: 12 prestações semestrai, aproximadamente iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 04/02/1986 e a última em 04/08/1991
Vencimentos: 04/08/1991
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Auxiliar no financiamento de programas de desemvolvimento do Estado de Santa Catarina
Governo: Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	3.333.333,36
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	3.333.333,36

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1985	0,04	0,04	0,00	0,00	0,00
1986	0,06	0,02	0,00	0,00	0,00
1987	0,26	0,20	0,00	0,00	0,00
1988	2,58	2,35	0,03	0,02	0,05
1989	38,28	35,76	0,06	0,92	0,98
1990	206,14	316,71	148,85	94,78	243,63
1991	1.295,52	1.089,38	0,00	15,38	15,38
1992	15.015,15	13.719,63	0,00	54,72	54,72
1993	395.278,79	380.263,64	0,00	9.819,02	9.819,02
1994	2.833.333,36	2.438.054,57	0,00	72.042,52	72.042,52
1995	3.242.000,03	408.666,67	0,00	184.426,10	184.426,10
1996	**3.464.666,69**	222.666,66	0,00	387.621,58	387.621,58
TOTAL		**3.464.815,63**	**148,94**	**654.075,04**	**654.223,98**

PCDIV112

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00260

258

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

259

EMPRÉSTIMO: INTERFIRST BANK DALLAS N. A. - CR - 541/024
CONTRATO ASSINADO EM 22/06/84
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 1.650.000,00
Circulação:	Lei Estadual nº 5.853 de 14/04/1981 e Resolução do Senado Fedral nº 53 de 05/04/1983
Taxa:	1,875% a.a., acima da "PRIME RATE" do credor, contados sobre o saldo devedor do principal a partir de 29/06/1984
Prazo:	8 anos, sendo os primeiros 30 meses de carência
Pagamentos:	12 parcelas semestrais, aproximadamente iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira no trigésimo mês a partir de 29/06/1984 e a última em 29/06/92
Vencimentos:	29/06/1992
Garantia:	República Federativa do Brasil
Objetivo:	Carrear recursos para o programa de investimentos do Estado de Santa Catarina
Governo:	Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	825.000,00
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	825.000,00

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1987	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00
1988	0,41	0,39	0,01	0,00	0,01
1989	6,34	5,93	0,00	0,13	0,13
1990	51,00	62,55	17,89	5,39	23,28
1991	320,62	269,62	0,00	4,56	4,56
1992	3.716,24	3.395,62	0,00	18,51	18,51
1993	97.831,50	94.115,26	0,00	3.430,64	3.430,64
1994	701.250,00	603.418,50	0,00	17.848,65	17.848,65
1995	802.395,00	101.145,00	0,00	45.652,02	45.652,02
1996	**857.505,00**	55.110,00	0,00	86.138,12	86.138,12
TOTAL		**857.522,90**	**17,90**	**153.098,02**	**153.115,92**

PCDIV113

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00261

256

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

260

EMPRÉSTIMO: HARRIS TRUST AND SAVINGS BANK - CR - 541/026
CONTRATO ASSINADO EM 22/06/84
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 3.050.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 5.853 de 14/04/1981 e Resolução do Senado Fedral nº 53 de 05/04/1983
Taxa: 1,875% a.a., acima da "PRIME RATE" do credor, contados sobre o saldo devedor do principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 30 meses de carência
Pagamentos: 12 parcelas semestrais,sendo as 11 primeiras no valor de US$ 254,000.00 cada, e a décima segunda no valor de US$ 256,000.00, vencendo-se a primeira em 29/12/1986 e a última em 29/06/1992
Vencimentos: 29/06/1992
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Carrear recursos para o programa de investimentos do Estado de Santa Catarina
Governo: Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	1.526.000,00
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	1.526.000,00

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1987	0,07	0,07	0,00	0,00	0,00
1988	0,78	0,73	0,02	0,00	0,02
1989	11,73	10,96	0,01	0,34	0,35
1990	94,36	115,67	33,04	33,37	66,41
1991	593,08	498,72	0,00	8,70	8,70
1992	6.873,93	6.280,85	0,00	52,88	52,88
1993	180.958,62	174.084,69	0,00	1.171,51	1.171,51
1994	1.297.100,00	1.116.141,38	0,00	45.507,17	45.507,17
1995	1.484.187,60	187.087,60	0,00	86.718,78	86.718,78
1996	**1.586.124,40**	101.936,80	0,00	172.276,26	172.276,26
TOTAL		**1.586.157,47**	**33,07**	**305.769,01**	**305.802,08**

PCDIV114

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00262

260

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

261

EMPRÉSTIMO: LLOYDS MERCHANT BANK LIMITED - CR - 541/051

CONTRATO ASSINADO EM 03/02/86

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 10.000.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 6.482 de 04/12/1984 e Resolução do Senado Fedral nº 47 de 28/06/1985
Taxa: 2% a.a., acima da "LIBOR" para depósito a três meses
Prazo: 9 anos e 9 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência
Pagamentos: 9 prestações semestrais, aproximadamente iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 14/02/1991 e a última em 14/02/1995
Vencimentos: 14/02/1995
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Financiamento do programa de investimento do Estado de Santa Catarina
Governo: Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	8.669.999,98
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	8.669.999,98

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1986	0,05	0,05	0,00	0,00	0,00
1987	0,26	0,21	0,00	0,00	0,00
1988	2,75	2,49	0,00	0,03	0,03
1989	41,30	38,55	0,00	0,30	0,30
1990	618,40	577,10	0,00	71,56	71,56
1991	3.886,55	3.268,15	0,00	68,00	68,00
1992	45.045,45	41.158,90	0,00	245,39	245,39
1993	1.185.836,36	1.140.790,91	0,00	8.953,63	8.953,63
1994	7.369.499,98	6.465.172,76	281.509,14	187.998,97	469.508,11
1995	8.432.441,98	1.062.942,00	0,00	479.548,24	479.548,24
1996	**9.011.597,98**	579.156,00	0,00	1.033.659,58	1.033.659,58
TOTAL		**9.293.107,12**	**281.509,14**	**1.710.545,70**	**1.992.054,84**

PCDIV115

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00263

261

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

262

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ Nº 2633-0 BR-CR- 521/008

CONTRATO ASSINADO EM 26/06/86

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 24.500.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 6.951 de 12/06/1985 e Resolução do Senado Federal nº 29 de 10/04/1986
Taxa: 0,5% a.a., acima do "Custo de Empréstimos Qualificados" do credor, referente ao semestre antecedente ao período de juros em referência, 0,75% a.a. sobre os saldos não desembolsados de principal
Prazo: 14 anos, sendo os primeiros 24 meses de carência
Pagamentos: 24 prestações semestrais e consecutivas, sendo as 23 iniciais de US$ 1.020.000,00 e a última de US$ 1.040.000,00, vencendo-se a primeira em 01/03/1989 e a última em 01/09/2000
Vencimentos: 01/09/2000
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Financiar o programa de apoio ao desenv. urbano das cidades de pequeno e médio porte de Santa Catarina
Governo: Esperidião Amin Helou Filho

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	9.328.456,37
Amortização em 1996:	US$	2.180.231,67
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	7.148.224,70

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1987	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
1988	0,60	0,58	0,00	0,00	0,00
1989	25,21	24,72	0,11	0,19	0,30
1990	407,72	480,54	98,03	33,35	131,38
1991	3.241,61	3.088,36	254,47	75,07	329,54
1992	44.435,23	44.119,84	2.926,22	813,45	3.739,67
1993	1.680.090,03	1.697.485,11	61.830,31	21.683,88	83.514,19
1994	9.801.084,80	10.851.286,93	2.730.292,16	651.013,90	3.381.306,06
1995	9.072.856,67	1.271.732,88	1.999.961,01	954.076,90	2.954.037,91
1996	**7.429.864,75**	542.867,77	2.185.859,69	569.142,21	2.755.001,90
TOTAL		**14.411.086,75**	**6.981.222,00**	**2.196.838,95**	**9.178.060,95**

PCDIV116

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00264

262

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

263

EMPRÉSTIMO: KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU - KFW - 7265770 - CR - 121/23199

CONTRATO ASSINADO EM 19/11/74

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: DM 14.000.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 4.993 de 17/05/1974 e Resolução do Senado Fedral nº 32 de 29/08/1974
Taxa: 2% a.a. s/ saldo devedor do principal, contados a partir das datas do desembolso
Prazo: 30 anos, sendo os primeiros 120 meses de carência
Pagamentos: 40 prestações semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 30/06/1985 e a última em 31/12/2004 no valor de DM 350.000,00 cada
Vencimentos: 31/12/2004
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Melhoramento do setor saúde no Estado, incluindo-se importação de equipamentos, serviços e ingressos de divisas
Governo: Colombo Machado Salles

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	9.450.000,00
Amortização em 1996:	DM	350.000,00
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	9.100.000,00

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1985	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
1986	0,04	0,02	0,00	0,00	0,00
1987	0,23	0,19	0,00	0,00	0,00
1988	2,13	1,90	0,00	0,00	0,00
1989	33,92	31,80	0,01	0,16	0,17
1990	463,80	461,15	31,27	13,79	45,06
1991	2.868,09	2.404,29	0,00	0,00	0,00
1992	31.355,43	28.487,34	0,00	0,00	0,00
1993	766.055,56	734.700,13	0,00	6.989,09	6.989,09
1994	5.761.528,50	5.213.845,58	218.372,64	100.078,85	318.451,49
1995	6.390.316,80	1.293.893,30	665.105,00	454.533,60	1.119.638,60
1996	**6.099.447,90**	-59.378,90	231.490,00	461.564,85	693.054,85
TOTAL		**7.214.446,82**	**1.114.998,92**	**1.023.180,34**	**2.138.179,26**

PCDIV117

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00265

263

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

264

EMPRÉSTIMO: KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU - KFW - 7965924 - CR - 111/1228

CONTRATO ASSINADO EM 23/09/81

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: DM 15.000.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 5.795 de 29/10/1980 e Resolução do Senado Fedral nº 33 de 30/06/1981
Taxa: 4,5% a.a. calculados s/ o saldo devedor do principal contados a partir de cada desembolso e 0,25% de comissão de compromisso s/ os saldos não desembolsados do principal, contados a partir de 23/12/1981
Prazo: 20 anos, sendo os primeiros 60 meses de carência
Pagamentos: 31 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 31/12/1986 e a última em 31/12/2001, as 27 primeiras no valor de DM 484.000,00 e as 4 últimas de DM 483.000,00
Vencimentos: 31/12/2001
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Financiamento para construção e aqisição de equipamentos para um Hospital de 260 leitos em Chapecó, bem como a construção e equipamentos de 29 unidades sanitárias em diversos municípios de Santa Catarina
Governo: Jorge Konder Bornhausen

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	9.276.483,74
Amortização em 1996:	DM	484.000,00
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	8.792.483,74

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1986	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
1987	0,20	0,18	0,00	0,00	0,00
1988	1,95	1,75	0,00	0,00	0,00
1989	32,09	30,15	0,01	0,15	0,16
1990	484,36	482,32	30,05	14,21	44,26
1991	2.995,23	2.510,87	0,00	0,00	0,00
1992	32.745,38	29.750,15	0,00	13,50	13,50
1993	800.013,96	767.268,58	0,00	10.871,10	10.871,10
1994	5.886.901,41	5.388.865,61	301.978,16	184.891,08	486.869,24
1995	6.272.980,94	1.305.824,73	919.745,20	618.241,23	1.537.986,43
1996	**5.893.329,28**	-59.534,06	320.117,60	433.081,15	753.198,75
TOTAL		**7.435.200,30**	**1.541.871,02**	**1.247.112,42**	**2.788.983,44**

PCDIV118

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 002665

264

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

265

EMPRÉSTIMO: KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU - KFW - 8365280 - CR - 521/009

CONTRATO ASSINADO EM 29/06/87

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: DM 10.000.000,00
Circulação: Lei Estadual nº 6.515 de 29/05/1985 e Resolução do Senado Fedral nº 64 de 16/05/1986
Taxa: 4,5% a.a. aplicado s/ o saldo devedor do principal contados a partir de cada desembolso e 0,25% a.a de comissão de compromisso, aplicado sobre o valor não desembolsado do principal, contados a partir de 29/09/1987
Prazo: 20 anos, sendo os primeiros 60 meses de carência
Pagamentos: 30 prestações semestrais e consecutivas,vencendo-se a primeira em 31/12/1992 e a última em 30/06/2007 sendo as 20 primeiras de DM 333.000,00 'e as 10 últimas de DM 334.000,00
Vencimentos: 30/06/2007
Garantia: República Federativa do Brasil
Objetivo: Carrear recursos para o programa de saneamento básico do Estado de Santa Catarina
Governo: Pedro Ivo Figueiredo de Campos

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	7.419.618,62
Amortização em 1996:	DM	333.000,00
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	7.086.618,62

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1989	0,44	0,44	0,00	0,01	0,01
1990	60,14	59,70	0,00	2,38	2,38
1991	549,31	489,17	0,00	18,23	18,23
1992	8.044,53	7.495,22	0,00	51,57	51,57
1993	336.878,44	356.690,03	27.856,12	8.521,47	36.377,59
1994	4.250.063,36	4.095.835,42	182.650,50	80.376,02	263.026,52
1995	5.017.324,18	1.400.060,72	632.799,90	347.818,46	980.618,36
1996	**4.749.940,78**	-47.137,20	220.246,20	111.848,68	332.094,88
TOTAL		**5.813.493,50**	**1.063.552,72**	**548.636,82**	**1.612.189,54**

PCDIV119

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1996

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00267

265

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

266

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ Nº 3160-0 BR-CR- 521/0013

CONTRATO ASSINADO EM 22/07/91

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 33.000.000,00
Circulação:	Lei Estadual nº 8.269 de 05/06/1991 e Resolução do Senado Federal nº 88 de 15/12/1989
Taxa:	0,5% a.a., acima dos "Custo de Empréstimos Qualificados" relativos ao semestre precedente ao período de juros em referência, '0,75% a.a. sobre os saldos não desembolsados de principal
Prazo:	14 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos:	20 prestações semestrais, consecutivas e de igual valor,vencendo-se a primeira em 15/10/1995 e a última em 15/04/2005
Vencimentos:	15/04/2005
Garantia:	República Federativa do Brasil
Objetivo:	Carrear recursos para o programa de recuperação, conservação e manejo de recursos naturais em microbacias hidrográficas. Região de aplicação: Sul do Estado
Governo:	Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	14.389.099,51
Amortização em 1996:	US$	3.355.451,63
Inscrição em 1996:	US$	5.230.749,67
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	16.264.397,55

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1992	17.501,38	17.501,38	0,00	625,77	625,77
1993	834.215,67	816.714,29	0,00	24.166,05	24.166,05
1994	9.440.382,91	8.606.167,24	0,00	536.931,77	536.931,77
1995	13.994.838,18	6.268.264,35	1.713.809,08	1.045.024,74	2.758.833,82
1996	**16.905.214,81**	6.297.955,86	3.387.579,23	1.092.976,04	4.480.555,27
TOTAL		**22.006.603,12**	**5.101.388,31**	**2.699.724,37**	**7.801.112,68**

PCDIV120

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE ENTRADA
FOLHA Nº 00268

266

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

267

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ Nº 3547-0 BR-CR- 521/00017

CONTRATO ASSINADO EM 22/12/92

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 50.000.000,00
Circulação:	Lei Estadual nº 8.689 de 30/06/1992 e Resolução do Senado Federal nº 80 de 14/12/1992
Taxa:	0,5% a.a., acima docusto "QUALIFIED BORROWINGS" cotados no semestre precedente, aplicados s/ saldo devedor financiado, contados a partir da data de cada desembolso, 0,75% a.a. aplicados s/ saldos não desembolsados, a partir de 22/02/1993.
Prazo:	15 anos, sendo os primeiros 60 meses de carência
Pagamentos:	20 prestações semestrais, consecutivas e de igual valor,vencendo-se a primeira em 15/03/1998 e a última em 15/09/2007
Vencimentos:	15/09/2007
Garantia:	República Federativa do Brasil
Objetivo:	Financiamento parcial do programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais PNMER/BIRD - SC
Governo:	Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	22.981.449,80
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	10.247.738,96
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	33.229.188,76

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1993	483.270,40	483.270,40	0,00	7.839,68	7.839,68
1994	11.899.239,75	11.415.969,35	0,00	454.659,09	454.659,09
1995	22.351.758,08	10.452.518,33	0,00	1.915.946,92	1.915.946,92
1996	**34.538.418,80**	12.186.660,72	0,00	2.403.067,03	2.403.067,03
TOTAL		**34.538.418,80**	**0,00**	**4.781.512,72**	**4.781.512,72**

PCDIV121

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00269

267

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

268

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - 719-0/OC/BR - CR- 521/00016
CONTRATO ASSINADO EM 18/12/92
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 102.500.000,00
Circulação:	Lei Estadual nº 8.538 de 19/01/1992 e Resolução do Senado Federal nº 81 de 14/12/1992
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso, 0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado, contados a partir de 18/02/93
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 48 meses de carência
Pagamentos:	32 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais,vencendo-se a primeira em 18/06/1997 e a última em 18/12/2012
Vencimentos:	18/12/2012
Garantia:	República Federativa do Brasil
Objetivo:	Financiamento parcial da execução de um programa de corredores rodoviários do Estado de Santa Catarina
Governo:	Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	33.450.000,00
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	10.250.000,00
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	43.700.000,00

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1993	557.343,09	557.343,09	0,00	5.679,98	5.679,98
1994	19.720.000,00	19.162.656,91	0,00	1.330.031,70	1.330.031,70
1995	32.533.470,00	12.813.470,00	0,00	1.715.254,71	1.715.254,71
1996	**45.421.780,00**	12.888.310,00	0,00	2.965.409,77	2.965.409,77
TOTAL		**45.421.780,00**	**0,00**	**6.016.376,16**	**6.016.376,16**

PCDIV122

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00270

268

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

269

EMPRÉSTIMO: MLW INTERMED HANDELS - ALEMANHA - CR - 511/00428

CONTRATO ASSINADO EM 01/03/93

CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 2.420.042,73 - Esquema 1
Circulação: Lei Estadual nº 7.698 de 25/07/1989 e Resolução do Senado Federal nº 47 de 20/11/1990
Taxa: 7% a.a. s/ o saldo devedor, pagos na carência e semestralmente com o principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 6 meses de carência
Pagamentos: 15 prestações semestrais, sendo 14 iguais e consecutivas no valor de US$ 161.336,18 e uma de US$ 161.336,21,vencendo-se a primeira em 24/02/1995 e a última em 24/02/2002
Vencimentos: 24/02/2002
Garantia: Não há
Objetivo: Programa de reequipamento e modernização de organismos da Administração Pública.

Governo: Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	2.097.370,37
Amortização em 1996:	US$	322.672,36
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	1.774.698,01

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	2.057.036,32	2.057.036,32	0,00	96.116,92	96.116,92
1995	2.039.902,42	271.899,86	289.033,76	157.032,94	446.066,70
1996	**1.844.621,11**	127.763,08	323.044,39	151.783,32	474.827,71
TOTAL		**2.456.699,26**	**612.078,15**	**404.933,18**	**1.017.011,33**

PCDIV123

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00271

269

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

270

EMPRÉSTIMO: MLW INTERMED HANDELS - ALEMANHA - CR - 511/00428
CONTRATO ASSINADO EM 01/03/93
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 192.724,38 - Esquema 2
Circulação: Lei Estadual nº 7.698 de 25/07/1989 e Resolução do Senado Federal nº 47 de 20/11/1990
Taxa: 7% a.a. s/ o saldo devedor, pagos na carência e semestralmente com o principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 6 meses de carência
Pagamentos: 15 prestações semestrais, sendo 14 iguais e consecutivas no valor de US$ 12.848,29 e uma de US$ 12.848,32, vencendo-se a primeira em 06/05/1995 e a última em 06/05/2002
Vencimentos: 06/05/2002
Garantia: Não há
Objetivo: Programa de reequipamento e modernização de organismos da Administração Pública.

Governo: Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	167.027,80
Amortização em 1996:	US$	25.696,58
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	141.331,22

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	163.815,72	163.815,72	0,00	7.227,05	7.227,05
1995	162.451,24	22.726,06	24.090,54	13.247,28	37.337,82
1996	**146.899,67**	10.491,92	26.043,49	12.396,05	38.439,54
TOTAL		**197.033,70**	**50.134,03**	**32.870,38**	**83.004,41**

PCDIV123.1

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00272

270

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

271

EMPRÉSTIMO: MLW INTERMED HANDELS - ALEMANHA - CR - 511/00428
CONTRATO ASSINADO EM 01/03/93
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 1.858.767,89 - Esquema 3
Circulação: Lei Estadual nº 7.698 de 25/07/1989 e Resolução do Senado Federal nº 47 de 20/11/1990
Taxa: 7% a.a. s/ o saldo devedor, pagos na carência e semestralmente com o principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 6 meses de carência
Pagamentos: 15 prestações semestrais, sendo 14 iguais e consecutivas no valor de US$ 123.917,86 e uma de US$ 123.917,85,vencendo-se a primeira em 15/09/1995 e a última em 15/09/2002
Vencimentos: 15/09/2002
Garantia: Não há
Objetivo: Programa de reequipamento e modernização de organismos da Administração Pública.

Governo: Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	1.734.850,03
Amortização em 1996:	US$	247.835,72
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	1.487.014,31

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	1.579.952,71	1.579.952,71	0,00	0,00	0,00
1995	1.687.315,14	225.456,15	118.093,72	128.255,13	246.348,85
1996	**1.545.602,67**	108.229,85	249.942,32	126.868,48	376.810,80
TOTAL		**1.913.638,71**	**368.036,04**	**255.123,61**	**623.159,65**

PCDIV123.2

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião César Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.786-4

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00273

271

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

272

EMPRÉSTIMO: MLW INTERMED HANDELS - ALEMANHA - CR - 511/00428
CONTRATO ASSINADO EM 01/03/93
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 1.913.249,32 - Esquema 4
Circulação: Lei Estadual nº 7.698 de 25/07/1989 e Resolução do Senado Federal nº 47 de 20/11/1990
Taxa: 7% a.a. s/ o saldo devedor, pagos na carência e semestralmente com o principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 6 meses de carência
Pagamentos: 15 prestações semestrais, sendo 14 iguais e consecutivas no valor de US$ 127.549,95 e uma de US$ 127.550,02, vencendo-se a primeira em 08/01/1995 e a última em 08/11/2002
Vencimentos: 08/11/2002
Garantia: Não há
Objetivo: Programa de reequipamento e modernização de organismos da Administração Pública.

Governo: Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	1.785.699,37
Amortização em 1996:	US$	255.099,90
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	1.530.599,47

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	1.626.261,92	1.626.261,92	0,00	0,00	0,00
1995	1.736.771,21	233.594,64	123.085,35	134.686,64	257.771,99
1996	**1.590.905,09**	112.550,08	258.416,20	131.033,11	389.449,31
TOTAL		**1.972.406,64**	**381.501,55**	**265.719,75**	**647.221,30**

PCDIV123.3

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00274

272

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZEN
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

273

EMPRÉSTIMO: MLW INTERMED HANDELS - ALEMANHA - CR - 511/00428
CONTRATO ASSINADO EM 01/03/93
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 305.039,70 - 'Esquema 5
Circulação: Lei Estadual nº 7.698 de 25/07/1989 e Resolução do Senado Federal nº 47 de 20/11/1990
Taxa: 7% a.a. s/ o saldo devedor, pagos na carência e semestralmente com o principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 6 meses de carência
Pagamentos: 15 prestações semestrais, iguais e consecutivas no valor de US$ 20.335,98, vencendo-se a primeira em 09/12/1995 e a última em 09/12/2002
Vencimentos: 09/12/2002
Garantia: Não há
Objetivo: Programa de reequipamento e modernização de organismos da Administração Pública.

Governo: Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	284.703,72
Amortização em 1996:	US$	40.671,96
Inscrição em 1996:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	244.031,76

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1994	259.283,75	259.283,75	0,00	0,00	0,00
1995	276.902,84	37.283,98	19.664,89	21.709,30	41.374,19
1996	**253.646,61**	18.147,83	41.404,06	21.353,51	62.757,57
TOTAL		**314.715,56**	**61.068,95**	**43.062,81**	**104.131,76**

PCDIV123.4

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00275

273

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

274

EMPRÉSTIMO: MLW INTERMED HANDELS - ALEMANHA - CR - 511/00428
CONTRATO ASSINADO EM 01/03/93
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 822.653,35 - 'Esquema 6
Circulação: Lei Estadual nº 7.698 de 25/07/1989 e Resolução do Senado Federal nº 47 de 20/11/1990
Taxa: 7,5% a.a. s/ o saldo devedor, pagos na carência e semestralmente com o principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 6 meses de carência
Pagamentos: 15 prestações semestrais, iguais e consecutivas no valor de US$ 54.843,56 e uma de US$ 54,843.51, vencendo-se a primeira em 24/01/1997 e a ultima em 24/01/2004
Vencimentos: 24/01/2004
Garantia: Não há
Objetivo: Programa de reequipamento e modernização de organismos da Administração Pública.

Governo: Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	-
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	822.653,35
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	822.653,35

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1996	**855.065,89**	855.065,89	0,00	31.259,00	31.259,00
TOTAL		**855.065,89**	**0,00**	**31.259,00**	**31.259,00**

PCDIV123.5

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00276

274

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

275

EMPRÉSTIMO: MLW INTERMED HANDELS - ALEMANHA - CR - 511/00428
CONTRATO ASSINADO EM 01/03/93
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal: US$ 520.547,84 - 'Esquema 7
Circulação: Lei Estadual nº 7.698 de 25/07/1989 e Resolução do Senado Federal nº 47 de 20/11/1990
Taxa: 7,5% a.a. s/ o saldo devedor, pagos na carência e semestralmente com o principal
Prazo: 8 anos, sendo os primeiros 6 meses de carência
Pagamentos: 15 prestações semestrais, iguais e consecutivas no valor de US$ 34.703,19 e uma de US$ 34,703.18, vencendo-se a primeira em 24/05/1997 e a ultima em 24/05/2004
Vencimentos: 24/05/2004
Garantia: Não há
Objetivo: Programa de reequipamento e modernização de organismos da Administração Pública.

Governo: Vilson Pedro Kleinubing

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	US$	-
Amortização em 1996:	US$	-
Inscrição em 1996:	US$	520.547,84
Capital em circulação em 31/12/1996:	US$	520.547,84

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1996	**541.057,44**	541.057,44	0,00	20.391,04	20.391,04
TOTAL		**541.057,44**	**0,00**	**20.391,04**	**20.391,04**

PCDIV123.6

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00277

275

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

276

EMPRÉSTIMO: SIEMENS A.B.M. TECHNIK - ALEMANHA - CR - 511/00367
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	DM 1.092.697,81 - Esquema nº 1 - Tranche "A"
Circulação:	Lei Estadual nº 8.066 de 13/09/1990 e Resolução do Senado Federal nº 64 de 17/12/1990
Taxa:	7,5% a.a. s/ o saldo devedor, pagos semestralmente com o principal
Prazo:	5 anos e 6 meses
Pagamentos:	10 prestações semestrais iguais e consecutivas
Vencimentos:	10/09/1997
Garantia:	Não há
Objetivo:	Compra financiada de equipamentos médico-hospitalares
Governo:	Casildo Maldaner

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	655.618,69
Amortização em 1996:	DM	437.079,12
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	218.539,57

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	443.345,09	707.520,69	264.175,60	55.531,37	319.706,97
1996	**146.480,30**	-2.054,93	294.809,86	61.180,46	355.990,32
TOTAL		**705.465,76**	**558.985,46**	**116.711,83**	**675.697,29**

PCDIV124

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00279

276

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

277

EMPRÉSTIMO: SIEMENS A.B.M. TECHNIK - ALEMANHA - CR - 511/00367
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	DM 3.669.561,11 - Esquema nº 2 - Tranche "A"
Circulação:	Lei Estadual nº 8.066 de 13/09/1990 e Resolução do Senado Federal nº 64 de 17/12/1990
Taxa:	7,5 % a.a. s/ o saldo devedor, pagos semestralmente com o principal
Prazo:	5 anos e 6 meses
Pagamentos:	10 prestações semestrais iguais e consecutivas
Vencimentos:	17/12/1997
Garantia:	Não há
Objetivo:	Compra financiada de equipamentos médico-hospitalares
Governo:	Casildo Maldaner

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	2.201.736,67
Amortização em 1996:	DM	1.100.868,33
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	1.100.868,34

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	1.488.867,18	2.406.405,16	917.537,98	171.354,79	1.088.892,77
1996	**737.877,92**	-13.407,48	737.581,78	172.219,32	909.801,10
TOTAL		**2.392.997,68**	**1.655.119,76**	**343.574,11**	**1.998.693,87**

PCDIV124.1

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00279

277

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

278

EMPRÉSTIMO: SIEMENS A.B.M. TECHNIK - ALEMANHA - CR - 511/00367
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	DM 2.444.410,53 - Esquema nº 3 - Tranche "A"
Circulação:	Lei Estadual nº 8.066 de 13/09/1990 e Resolução do Senado Federal nº 64 de 17/12/1990
Taxa:	7,5 % a.a. s/ o saldo devedor, pagos semestralmente com o principal
Prazo:	5 anos e 6 meses
Pagamentos:	10 prestações semestrais, iguais e consecutivas
Vencimentos:	28/03/1998
Garantia:	Não há
Objetivo:	Compra financiada de equipamentos médico-hospitalares
Governo:	Casildo Maldaner

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	1.711.087,38
Amortização em 1996:	DM	977.764,20
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	733.323,18

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	1.157.078,35	1.641.634,15	484.555,80	157.633,89	642.189,69
1996	**491.523,79**	791,75	666.346,31	166.193,44	832.539,75
TOTAL		**1.642.425,90**	**1.150.902,11**	**323.827,33**	**1.474.729,44**

PCDIV124.2

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00260

278

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

279

EMPRÉSTIMO: SIEMENS A.B.M. TECHNIK - ALEMANHA - CR - 511/00367
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	DM 3.343.725,64 - Esquema nº 1 - Tranche "B"
Circulação:	Lei Estadual nº 8.066 de 13/09/1990 e Resolução do Senado Federal nº 64 de 17/12/1990
Taxa:	7,5 % a.a. s/ o saldo devedor, pagos semestralmente com o principal
Prazo:	5 anos e 6 meses
Pagamentos:	10 prestações semestrais, iguais e consecutivas
Vencimentos:	18/09/1997
Garantia:	Não há
Objetivo:	Compra financiada de equipamentos médico-hospitalares
Governo:	Casildo Maldaner

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	2.006.235,40
Amortização em 1996:	DM	1.337.490,24
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	668.745,16

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	1.356.664,53	2.294.647,02	937.982,49	197.703,66	1.135.686,15
1996	**448.239,15**	-2.275,73	906.149,65	196.819,79	1.102.969,44
TOTAL		**2.292.371,29**	**1.844.132,14**	**394.523,45**	**2.238.655,59**

PCDIV124.3

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1996

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00281

279

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZEN
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

280

EMPRÉSTIMO: SIEMENS A.B.M. TECHNIK - ALEMANHA - CR - 511/00367
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	DM 656.811,86 - Esquema nº 2 - Tranche "B"
Circulação:	Lei Estadual nº 8.066 de 13/09/1990 e Resolução do Senado Federal nº 64 de 17/12/1990
Taxa:	7,5 % a.a. s/ o saldo devedor, pagos semestralmente com o principal
Prazo:	5 anos e 6 meses
Pagamentos:	10 prestações semestrais, iguais e consecutivas
Vencimentos:	24/11/1997
Garantia:	Não há
Objetivo:	Compra financiada de equipamentos médico-hospitalares
Governo:	Casildo Maldaner

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	394.087,14
Amortização em 1996:	DM	262.724,72
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	131.362,42

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	266.491,18	436.219,79	169.728,61	30.430,88	200.159,49
1996	88.048,16	1.457,73	179.900,75	41.717,32	221.618,07
TOTAL		**437.677,52**	**349.629,36**	**72.148,20**	**421.777,56**

PCDIV124.4

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.760-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00282

280

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

281

EMPRÉSTIMO: SIEMENS A.B.M. TECHNIK - ALEMANHA - CR - 511/00367
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/90
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	DM 3.365.425,40 - Esquema único - Tranche "C"
Circulação:	Lei Estadual nº 8.066 de 13/09/1990 e Resolução do Senado Federal nº 64 de 17/12/1990
Taxa:	7,5 % a.a. s/ o saldo devedor, pagos semestralmente com o principal
Prazo:	5 anos e 6 meses
Pagamentos:	10 prestações semestrais, iguais e consecutivas
Vencimentos:	15/09/1997
Garantia:	Não há
Objetivo:	Compra financiada de equipamentos médico-hospitalares
Governo:	Casildo Maldaner

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/1995:	DM	2.019.255,24
Amortização em 1996:	DM	1.346.170,16
Inscrição em 1996:	DM	-
Capital em circulação em 31/12/1996:	DM	673.085,08

EXTRATO DE CONTA - POSIÇÃO EM 31/12/96

(em reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	1.365.468,86	2.205.730,04	840.261,18	169.331,89	1.009.593,07
1996	**451.148,06**	-1.617,44	912.703,36	224.351,95	1.137.055,31
TOTAL		**2.204.112,60**	**1.752.964,54**	**393.683,84**	**2.146.648,38**

PCDIV124.5

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1996

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00283

281

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
EXERCÍCIO DE 1996

282

(EM REAIS)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
BANCO DO BRASIL S/A - GRAND CAYMAN - Contrato assinado em 07/02/86 - CR 541/053 - Lei nº 6.470 de 30/11/84		
Juros, comissões e outras despesas	1.077.291,73	1.077.291,73
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO- BID - Contrato assinado em 09/12/80 - 380 - O/OC/BR - CR 121/0081 (US$) - Lei nº 5.713 de 20/06/80		
Amortizações	1.914.104,06	
Juros, comissões e outras despesas	756.334,22	2.670.438,28
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - Contrato assinado em 09/12/80 - 380 - O/OC/BR - CR 121/0081 (DM) - Lei nº 5.713 de 20/06/80		
Amortizações	816.036,14	
Juros, comissões e outras despesas	322.379,60	1.138.415,74
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - Contrato assinado em 09/12/80 - 380 - O/OC/BR - CR 121/0081 (SwFr) - Lei nº 5.713 de 20/06/80		
Amortizações	845.753,61	
Juros, comissões e outras despesas	334.332,71	1.180.086,32
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - Contrato assinado em 09/12/80 - 624 - O/SF/BR - CR 121/0082 - Lei nº 5.713 de 20/06/80		
Amortizações	1.111.251,62	
Juros, comissões e outras despesas	161.414,08	1.272.665,70
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - Contrato assinado em 26/06/86 - 157 - O/IC/BR - CR 521/007 - Lei nº 6.297 de 06/12/83		
Amortizações	2.881.567,90	
Juros, comissões e outras despesas	2.474.190,49	5.355.758,39
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - Contrato assinado em 26/06/86 - 770 - O/SF/BR - CR 521/007 - Lei nº 6.297 de 06/12/83		
Amortizações	965.700,01	
Juros, comissões e outras despesas	612.301,03	1.578.001,04
MANUFACTURERS HANOVER LIMITED - Contrato assinado em 27/09/78 - CR 141/24052 - Lei nº 5.433 de 08/06/78		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	344.552,56	344.552,56
MANUFACTURERS HANOVER TRUST COMPANY - Contrato assinado em 20/09/84 - CR 541/028 - Lei nº 5.853 de 14/04/81		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	301.483,45	301.483,45
COMMERZBANK AG. LONDRES - Contrato assinado em 17/10/79 - CR 141/24185 - Lei nº 5.540 de 07/06/79		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	904.450,37	904.450,37
EUROPEAN BRAZILIAN BANK LIMITED - EUROBRAZ - Contrato assinado em 26/07/83 - CR 541/007 - Lei nº 5.853 de 14/04/81		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	387.621,58	387.621,58
INTERFIRTST BANK DALLAS N. A. - Contrato assinado em 22/06/84 - CR 541/024 - Lei nº 5.853 de 14/04/81		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	86.138,12	86.138,12

PCDIV-52

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00284
FOLHA Nº

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
EXERCÍCIO DE 1996

283

(EM REAIS)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
HARRIS TRUST AND SAVINGS BANK - Contrato assinado em 22/06/84 - CR 541/026 - Lei nº 5.853 de 14/04/81		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	172.276,26	172.276,26
LLOYDS MERCHANT BANK LIMITED - Contrato assinado em 03/02/86 - CR 541/051 - Lei º 6.482 de 04/12/84		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	1.033.659,58	1.033.659,58
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃOE DESENVOLVIMENTO - BIRD - Contrato assinado em 26/06/86 - 2623 - O/BR - CR 521/008 - Lei nº 6.591 de 12/06/85		
Amortizações	2.185.859,69	
Juros, comissões e outras despesas	569.142,21	2.755.001,90
KREDITANSTALF F. WIEDERAUFBAU - KFW 7265770 - Contrato assinado em 19/11/74 - CR 121/23199 - Lei nº 4.993 de 17/05/74		
Amortizações	231.490,00	
Juros, comissões e outras despesas	461.564,85	693.054,85
KREDITANSTALF F. WIEDERAUFBAU - KFW 7965924 - Contrato assinado em 23/09/81 - CR 111/1228 - Lei nº 5.795 de 29/10/80		
Amortizações	320.117,60	
Juros, comissões e outras despesas	433.081,15	753.198,75
KREDITANSTALF F. WIEDERAUFBAU - KFW 8365280 - Contrato assinado em 29/06/87 - CR 521/009 - Lei nº 6.515 de 29/05/85		
Amortizações	220.246,20	
Juros, comissões e outras despesas	111.848,68	332.094,88
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃOE DESENVOLVIMENTO - BIRD - Contrato assinado em 22/07/91 - 3160 - O/BR - CR 521/0013 - Lei nº 8.269 de 05/06/91		
Amortizações	3.387.579,23	
Juros, comissões e outras despesas	1.092.976,04	4.480.555,27
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃOE DESENVOLVIMENTO - BIRD - Contrato assinado em 22/12/92 - 3547 - O/BR - CR 521/0017 - Lei nº 8.689 de 30/06/92		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	2.403.067,03	2.403.067,03
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - Contrato assinado em 18/12/92 - 719 - O/OC/BR - CR 521/00016 - Lei nº 8.538 de 19/01/92		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	2.965.409,77	2.965.409,77
MLW INTERMED - ESQUEMA 1 - Contrato assinado em 01/03/93 - CR 511/00428 - Lei nº 7.698 de 25/07/89		
Amortizações	323.044,39	
Juros, comissões e outras despesas	151.783,32	474.827,71
MLW INTERMED - ESQUEMA 2 - Contrato assinado em 01/03/93 - CR 511/00428 - Lei nº 7.698 de 25/07/89		
Amortizações	26.043,49	
Juros, comissões e outras despesas	12.396,05	38.439,54
MLW INTERMED - ESQUEMA 3 - Contrato assinado em 01/03/93 - CR 511/00428 - Lei nº 7.698 de 25/07/89		
Amortizações	249.942,32	
Juros, comissões e outras despesas	126.868,48	376.810,80

PCDIV-52

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00285
FOLHA Nº

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
EXERCÍCIO DE 1996

284

(EM REAIS)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
MLW INTERMED - ESQUEMA 4 - Contrato assinado em 01/03/93 - CR 511/00428 - Lei nº 7.698 de 25/07/89		
Amortizações	258.416,20	
Juros, comissões e outras despesas	131.033,11	389.449,31
MLW INTERMED - ESQUEMA 5 - Contrato assinado em 01/03/93 - CR 511/00428 - Lei nº 7.698 de 25/07/89		
Amortizações	41.404,06	
Juros, comissões e outras despesas	21.353,51	62.757,57
MLW INTERMED - ESQUEMA 6 - Contrato assinado em 01/03/93 - CR 511/00428 - Lei nº 7.698 de 25/07/89		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	31.259,00	31.259,00
MLW INTERMED - ESQUEMA 7 - Contrato assinado em 01/03/93 - CR 511/00428 - Lei nº 7.698 de 25/07/89		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	20.391,04	20.391,04
SIEMENS - ALEMANHA - ESQUEMA 1 - TRANCHE "A" - Contrato assinado em 30/10/90 - CR 511/00367 - Lei nº 8.066 de 13/09/90		
Amortizações	294.809,86	
Juros, comissões e outras despesas	61.180,46	355.990,32
SIEMENS - ALEMANHA - ESQUEMA 2 - TRANCHE "A" - Contrato assinado em 30/10/90 - CR 511/00367 - Lei nº 8.066 de 13/09/90		
Amortizações	737.581,78	
Juros, comissões e outras despesas	172.219,32	909.801,10
SIEMENS - ALEMANHA - ESQUEMA 3 - TRANCHE "A" - Contrato assinado em 30/10/90 - CR 511/00367 - Lei nº 8.066 de 13/09/90		
Amortizações	666.346,31	
Juros, comissões e outras despesas	166.193,44	832.539,75
SIEMENS - ALEMANHA - ESQUEMA 1 - TRANCHE "B" - Contrato assinado em 30/10/90 - CR 511/00367 - Lei nº 8.066 de 13/09/90		
Amortizações	906.149,65	
Juros, comissões e outras despesas	196.819,79	1.102.969,44
SIEMENS - ALEMANHA - ESQUEMA 2 - TRANCHE "B" - Contrato assinado em 30/10/90 - CR 511/00367 - Lei nº 8.066 de 13/09/90		
Amortizações	179.900,75	
Juros, comissões e outras despesas	41.717,32	221.618,07
SIEMENS - ALEMANHA - ESQUEMA ÚNICO - TRANCHE "C" - Contrato assinado em 30/10/90 - CR 511/00367 - Lei nº 8.066 de 13/09/90		
Amortizações	912.703,36	
Juros, comissões e outras despesas	224.351,95	1.137.055,31
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	**19.476.048,23**	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	**18.363.082,30**	
GERAL		**37.839.130,53**

PCDIV-52

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-4

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00289

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

285

DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO DE 1996

AUTORIZAÇÕES LEIS NÚMERO E DATA (INSTITUIÇÕES CREDORAS)	VALOR DE EMISSÃO EM REAIS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO EM REAIS	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EMISSÃO	 RESGATE	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
BANCO BMC S/A - 9176/95 Contrato de 23/02/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94	40.000.000,00	24.000.000,00	-	24.000.000,00	-
BANCO BMG S/A - 105.95.00215-0 Contrato de 23/02/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94	40.000.000,00	24.000.000,00	-	24.000.000,00	-
BANCO BMC S/A - 9323/95 Contrato de 28/09/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94	15.000.000,00	15.000.000,00	-	15.000.000,00	-
BANCO BMG S/A - 1.05.95.00902-3 Contrato de 27/09/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94	15.000.000,00	15.000.000,00	-	15.000.000,00	-
BANCO DO BRASIL S/A - 95/60273-9 Contrato de 30/11/95 - Lei nº 9.822 de 30/12/94	45.000.000,00	45.000.000,00	-	45.000.000,00	-
BANCO BMC S/A 9408/96 Contrato de 31/01/96 - Lei nº 10.056 de 29.12.95	12.175.541,65	-	12.175.541,65	4.365.367,98	7.810.173,67
BANCO BMC S/A - 9410/96 Contrato de 31/01/96 - Lei nº 10.056 de 29/12/95	49.340.238,84	-	49.340.238,84	17.463.525,07	31.876.713,77
BANCO BMG S/A -,1.05.96.00027-5 Contrato de 31/01/96 - Lei nº 10.056 de 29/12/95	59.000.000,00	-	59.000.000,00	27.089.722,48	31.910.277,52
BANCO DO BRASIL S/A - 96/00076-7 Contrato de 15/02/96 - Lei nº 10.056 de 29/12/95	45.000.000,00	-	45.000.000,00	18.405.000,00	26.595.000,00
TOTAL GERAL	**320.515.780,49**	**123.000.000,00**	**165.515.780,49**	**190.323.615,53**	**98.192.164,96**

PCDIVQ011

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1997

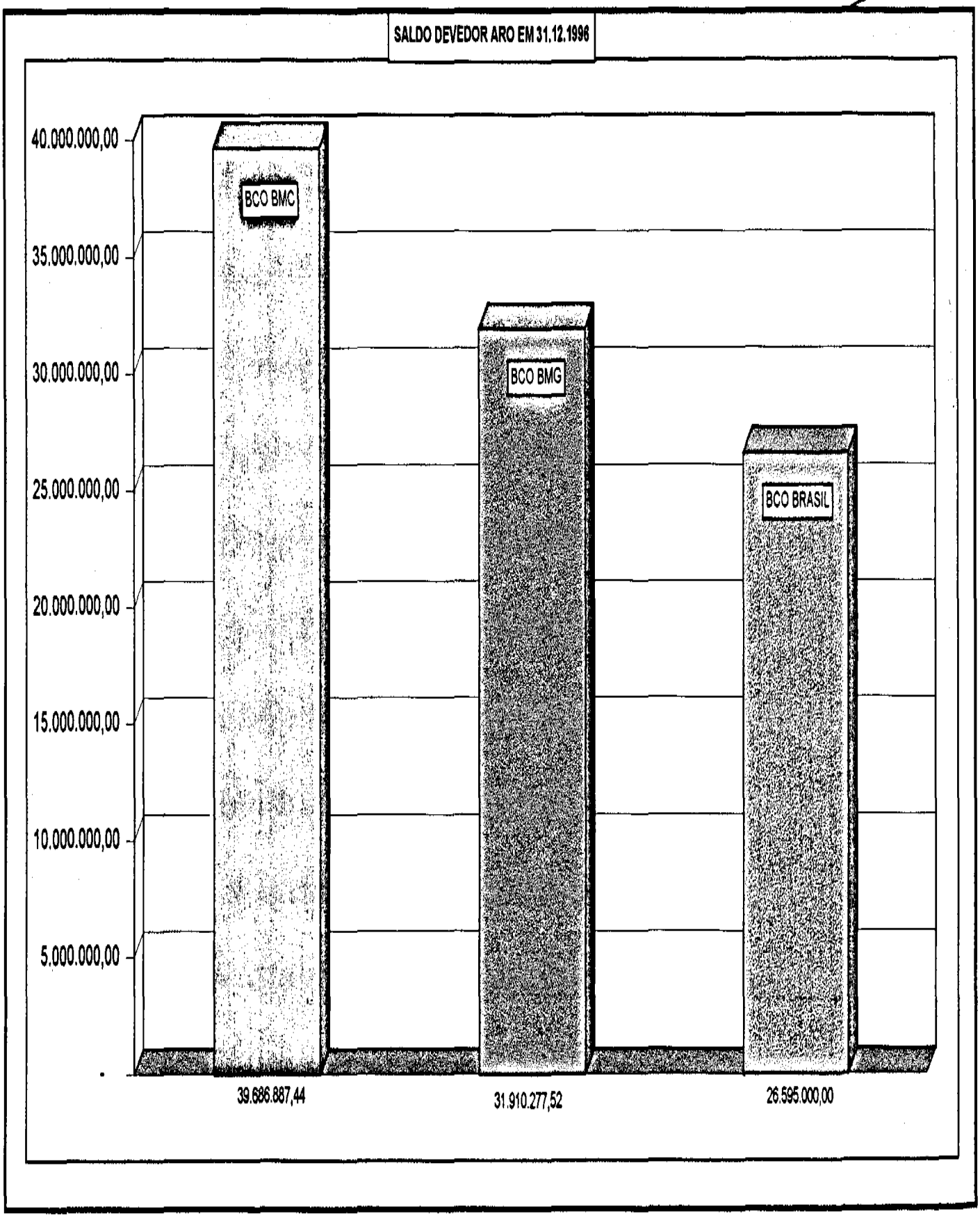
Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00267

Sebastião Cesar Klettenberg
Gerente da Dívida Pública
Matrícula nº 046.780-3

285

286

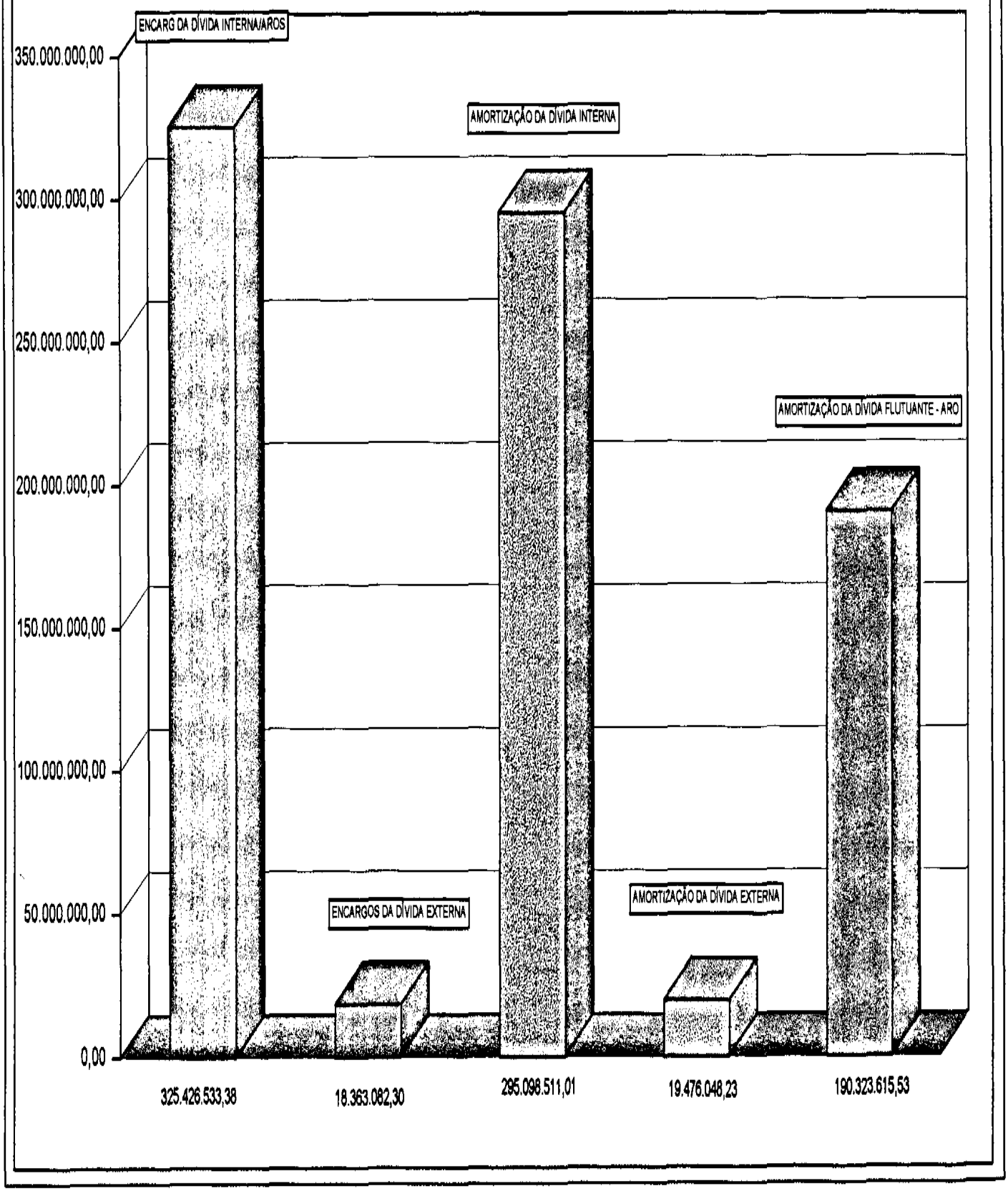


DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00288

286

287

DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA INTERNA, EXTERNA E ARO EXERCICIO DE 1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00289
FOLHA Nº

284

288

RELATÓRIO DO BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 1996

DADOS CONSOLIDADOS DAS AUTARQUIAS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0029

288

289

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Reforma Administrativa (Dec.-Lei 200/67) classificou a Administração Pública em *direta e indireta.*

A Administração Indireta é um tipo de descentralização denominada de *descentralização institucional*, sendo uma organização criada pelo Estado para com ele compor a administração pública e auxiliá-lo no exercício da atividade administrativa.

Considerando a atual estrutura do Estado de Santa Catarina que é formada pela Administração Direta e por sete (07) Autarquias, cinco (05) Fundações e vinte e dois (22) Fundos instituídos e mantidos pelo Estado, além das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, passamos a discorrer, neste relatório, sobre as entidades autárquicas.

Entidades Autárquicas - "*São pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou. Funcionam e operam na forma estabelecida na lei instituidora e nos termos de seu regulamento. As autarquias podem desempenhar atividades econômicas, educacionais, previdenciárias e quaisquer outras outorgadas pela entidade estatal-matriz, mas sem subordinação hierárquica, sujeitas apenas ao controle finalístico de sua administração e da conduta de seus dirigentes.*" (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 21ª edição, pág. 62).

O Decreto Lei 200/67, art. 5°, I, conceituou a autarquia da seguinte forma:

"***Autarquia*** *- o serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada*".

A Constituição do Estado ao tratar da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, engloba não só os órgãos da administração direta, como também as entidades da administração indireta, das quais as autarquias fazem parte.

Como se não bastasse, consoante o disposto no parágrafo único do art. 58 da Constituição do Estado, "*Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária*".

Nesse sentido, apresentamos os dados da administração contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das entidades autárquicas a seguir especificadas, com os comentários julgados convenientes para uma melhor apreciação e compreensão.

Imprensa Oficial do Estado - IOESC

Tem como objetivo executar a impressão gráfica dos Diários Oficiais dos Poderes constituídos do Estado; dos papéis padronizados e documentos oficiais do Estado e atuar no campo das artes gráficas nas modalidades de impressão, "layout", encadernação, edição de livros e material didático.

A IOESC é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Administração, sendo indispensável para o bom andamento das atividades neste campo.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00291

290

Instituto de Previdência do Estado de S.C. - IPESC

Autarquia responsável pela execução da política de assistência e previdência social dos servidores públicos, vinculada à Secretaria de Estado da Administração.

Junta Comercial do Estado - JUCESC

Vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, tem como objetivo: executar o registro do comércio; promover o assentamento dos usos e práticas mercantis; fixar o número, processar a habilitação e a nomeação, fiscalizar, punir e exonerar os tradutores públicos e intérpretes comerciais, leiloeiros, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais; organizar e revisar as tabelas de emolumentos, comissões ou honorários dos profissionais acima citados; fiscalizar os trapiches, armazéns de depósitos e empresas de armazéns gerais; responder a consultas formuladas a respeito de registro do comércio e atividades afins; desenvolver outras atividades que lhe forem deferidas em lei ou regulamento, relacionadas com o registro do comércio.

Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS

Autarquia vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, com os seguintes objetivos: administrar e explorar comercialmente o porto; executar a política portuária; arrecadar e aplicar a receita oriunda da prestação de serviços; exercer as demais competências de administração portuária e tarifária.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00292

Departamento de Estradas de Rodagem - DER:

Este Departamento é vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, e tem como objetivos: proceder os estudos para a elaboração, organização e revisão periódica do Plano Rodoviário do Estado; executar a política estadual de transporte rodoviário; elaborar estudos, projetos, especificações e orçamentos, locar, construir, conservar, restaurar, reconstruir, promover melhoramentos e administrar, diretamente ou através de terceiros, as estradas de rodagens estaduais, inclusive pontes e obras complementares; administrar os serviços relacionados com a infra-estrutura de transporte rodoviário, a cargo do Estado, em nível regional e local; executar obras de infra-estrutura aeroviária; regulamentar e fiscalizar: a) a colocação e a construção de instalações permanentes ou provisórias, de caráter particular ou público, ao longo das rodovias estaduais; b) a construção de acessos ao longo das rodovias, bem como o uso e travessia da faixa aérea por linhas de transmissão ou outras de qualquer natureza e exercer a política de tráfego nas rodovias estaduais.

Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas - DEOH

Este departamento está vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras e teve o seu funcionamento autorizado através do Decreto nº 3.422, de 04 de março de 1994.

Tem como objetivos: fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos pelo Estado e Municípios e outras instituições que tenham com objetivo a construção, reforma ou aplicação de imóveis de interesse da administração pública estadual; elaborar estudos, projetos e orçamentos com vistas a construção, adaptação, restauração dos edifícios públicos ou os de interesse do Governo do Estado; executar a política estadual de edificações e obras hidráulicas, costeiras, lacustres e fluviais, envolvendo projetos, estudos e

290

291

pesquisas, desenvolvimento e recuperação de áreas litorâneas, estuários, rios, sistemas lagunares costeiros, defesa de margens e costas, fixação de dunas, abertura e fixação de barras, dragagens e proteção de praias no Estado; monitorar os equipamentos e empreendimentos de interesse da Defesa Civil do Estado; executar os serviços de avaliação, vistoria, topografia e sondagem nos imóveis de interesse da Administração Pública.

Departamento de Transportes e Terminais - DETER

Autarquia vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, o DETER foi legalmente constituído pela seguinte legislação: Decretos números 29.281, de 16/06/86, 29.282, de 16/06/86, 30.217, de 03/09/86, 1.431, de 16/03/88 e Lei n. 9.831/95, de 17/02/95.

Tem como objetivos: executar, diretamente ou mediante delegação às empresas privadas, o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, nas seguintes modalidades:

a) concessão e permissão para o serviço regular;

b) autorização para os serviços de fretamento, viagens sem caráter de linha, viagem em caráter eventual e conexão de linhas;

c) estabelecer normas gerais e específicas sobre o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

d) fixar e reajustar as tarifas e preços dos serviços concedidos, permitidos ou autorizados, bem como dos demais serviços prestados direta ou indiretamente, bem como outras atribuições deste ramo de atividade.

EXECUÇÃO DA RECEITA

Conforme determina o Art. 11 da Lei 4.320/64, a receita classificar-se-á por categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As receitas das autarquias estaduais, segundo as categorias/subcategorias econômicas tiveram o seguinte desempenho em 1996:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - AUTARQUIAS

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS ECONÔMICAS	RECEITA		% DE	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZAÇÃO	PART.
RECEITAS CORRENTES	**222.162.495,00**	**258.263.821,81**	**116,25**	**67,93**
Receitas de Contribuições	145.645.000,00	118.766.706,76	81,55	31,24
Patrimonial	4.156.379,00	2.559.065,24	61,57	0,67
Receita Industrial	4.242.065,00	2.913.656,53	68,68	0,77
Receita de Serviços	30.564.567,00	26.451.938,81	86,54	6,96
Transferências Correntes	27.971.844,00	29.705.868,67	106,20	7,81
Outras Receitas Correntes	9.582.640,00	77.866.585,80	812,58	20,48
RECEITAS DE CAPITAL	**142.533.493,00**	**121.950.411,08**	**85,56**	**32,07**
Alienação de Bens	39.693,00	-	-	-
Amortização de Empréstimo	9.361.000,00	8.346.749,47	89,17	2,20
Transferências de Capital	122.965.800,00	113.603.661,61	92,39	29,88
Outras receitas de Capital	10.167.000,00	-	-	-
TOTAL	**364.695.988,00**	**380.214.232,89**	**104,26**	**100,00**

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00293

Conforme demonstrado acima, as Receitas Correntes das Autarquias do Estado, no exercício de 1996, corresponderam a 67,93% do total, cabendo os 32.07% restantes à Receita de Capital.

O demonstrativo evidencia uma maior arrecadação no valor de R$15.518.244,89 (quinze milhões, quinhentos e dezoito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), correspondente a 4,26% superior ao previsto.

Com relação as Receitas Correntes, cabe destacar a participação das receitas de contribuições, que corresponderam a 31,24% do total, bem como as outras receitas correntes, com 20,48% do total.

Das receitas de Capital, merece destaque as Transferências de Capital que no exercício de 1996 corresponderam a 29,88% do total das receitas das autarquias.

EXECUÇÃO DA DESPESA

Pode-se observar no demonstrativo a seguir, as despesas realizadas pelas autarquias estaduais, identificadas pelos números do Custeio, pelas Transferências Correntes, os Investimentos efetuados, as Inversões Financeiras e as Transferências de Capital:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00294

DESPESA REALIZADA - AUTARQUIAS

ESPECIFICAÇÃO	1996	
	REALIZAÇÃO	PART. %
DESPESAS CORRENTES	**197.324.384,11**	**49,63**
Despesas de Custeio	**64.476.341,80**	**16,22**
Pessoal	34.231.750,65	8,61
Material de Consumo	7.055.676,62	1,77
Serviços de Terceiros e Encargos	22.147.652,31	5,57
Diversas Despesas de Custeio	1.041.262,22	0,26
Transferências Correntes	**132.848.042,31**	**33,41**
Transferências à Pessoas	130.372.588,72	32,79
Contribuição p/ Formação do PASEP	2.411.752,79	0,61
Diversas Trasferências Correntes	63.700,80	0,02
DESPESAS DE CAPITAL	**200.270.894,19**	**50,37**
Investimentos	**185.197.920,62**	**46,58**
Obras e Instalações	151.592.148,26	38,13
Equipamento e Material Permanente	2.239.914,07	0,56
Diversos Investimentos	31.365.858,29	7,89
Inversões Financeiras	**13.399.240,26**	**3,37**
Aquisição de Imóveis	-	0,00
Aquisição de Bens Para Revenda	1.314.151,45	0,33
Aquis. Títulos Rep.Cap. já Integralizados	17.112,79	0,00
Const. ou Aum. de Cap. de Empr.C.F.	-	0,00
Concessão de Empréstimos	12.067.976,02	3,04
Transferências de Capital	**1.673.733,31**	**0,42**
Transferências Intergovernamentais	1.673.733,31	0,42
TOTAL GERAL	**397.595.278,30**	**100,00**

Do montante das despesas das Autarquias, 49,63% foram gastos correntes, sendo 16,22 % com o custeio da máquina e 33,41% com Transferências Correntes.

Em Despesas de Capital foram alocados 50,37% do montante dos gastos, sendo 46,58% em Investimentos, 3,37% em Inversões Financeiras e 0,42% em Transferências de Capital.

293

GASTOS COM PESSOAL

No decorrer do exercício de 1996, a despesa com pessoal das Autarquias, comparadas com suas receitas correntes totais, apresentou os seguintes valores (inclusive 13º salário):

COMPROMETIMENTO DA DESPESA DE PESSOAL - CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	1996	
	VALORES	%
1 - Despesas com Pessoal e Encargos	134.278.698,12	100,00
1.1 - Pessoal Civil	32.827.888,31	24,45
1.2 - Pessoal Militar	-	-
1.3 - Obrigações Patronais	1.403.862,34	1,05
1.4 - Inativos	10.856.535,08	8,09
1.5 - Pensionistas	88.847.876,49	66,17
1.6 - Salário Família	342.535,90	0,26
2 - Receitas Correntes Totais	258.263.821,81	
3 - Custo em Relação à Receita Corrente total		51,99

No demonstrativo anterior foram considerados, na despesa, os valores empenhados no itens 3111, 3112, 3113, 3251, 3252 e 3253.

Destaca-se no demonstrativo anterior o valor relativo aos Pensionistas, correspondente a 66,17% do total das despesas com pessoal das autarquias.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00295

DESPESA COM PESSOAL - POR ENTIDADE - 1996

ESPECIFICAÇÃO	1996	PARTIC. %
1 - AUTARQUIAS SUPERAVITÁRIAS	**103.810.135,59**	**77,31**
1.1 - I.P.E.S.C.	95.777.202,06	71,33
1.2 - I.O.E.S.C.	2.547.641,34	1,90
1.3 - D.E.T.E.R.	2.995.493,00	2,23
1.4 - J.U.C.E.S.C.	696.114,55	0,52
1.5 - A.P.S.F.S.	1.793.684,64	1,34
2 - AUTARQUIAS DEFICITÁRIAS	**30.468.562,53**	**22,69**
2.1 - D.E.R.	24.538.872,91	18,27
2.2 - D.E.O.H.	5.929.689,62	4,42
TOTAL GERAL	134.278.698,12	100,00

DOS BALANÇOS

Os resultados da atividade econômico-financeira são expressos através das chamadas contas finais de gestão, que encontram sua relevação sintética extrema no denominado Balanço Geral.

Nas entidades públicas o Balanço Geral é formado por um conjunto de balanços e demonstrações tendentes a relevar os resultados do exercício, a composição do patrimônio e o resumo das operações realizadas.

A Lei 4.320/64 em seu artigo 101 determina que, "os resultados gerais do exercício serão demonstrados através das seguintes peças:

1 - no Balanço Orçamentário;

2 - no Balanço Financeiro;

3 - no Balanço Patrimonial;

4 - na Demonstração das Variações Patrimoniais."

1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário consiste em uma comparação das receitas previstas e realizadas com as despesas que se autorizaram e executaram, cujos totais gerais são balanceados, evidenciando o resultado financeiro previsto e o obtido na execução orçamentária.

A diferença entre a receita prevista e a despesa fixada, quando não forem equivalentes, é igualada mediante a inclusão da parcela correspondente ao ***"superávit" ou "déficit" previsto.*** Do mesmo modo, quando as receitas e despesas efetuadas não tiverem alcançado o mesmo montante, anota-se a diferença respectiva, que indicará o **"superávit" ou "déficit" orçamentário obtido**.

Sinteticamente, o resultado da execução orçamentária das Autarquias no exercício de 1996 apresentou-se da seguinte forma:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
1 - Receita Arrecadada	380.214.232,89	100,00
2 - Despesa Realizada	397.595.278,30	104,57
3 - Déficit Orçamentário de Execução (1-2)	(17.381.045,41)	(4,57)

Pode ser apresentado ainda da seguinte forma:

1 - Receita Estimada	364.695.988,00
2 - Receita Arrecadada	380.214.232,89
3 - Maior Arrecadação (2 - 1)	15.518.244,89
4 - Despesa Fixada	364.695.988,00
5 - Despesa Realizada	397.595.278,30
5.1 - Por Crédito Orçamentário e Suplementares	397.595.278,30
5.2 - Por Créditos Especiais	-
6 - Maior Despesa (4 - 5)	(32.899.290,30)
7 - Déficit Orçamentário de Execução (3 + 6)	(17.381.045,41)

DÉFICIT/SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO - POR ENTIDADE

ENTIDADE	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT/SUPERAVIT	%
D.E.R.	211.796.847,39	219.695.159,58	(7.898.312,19)	(3,73)
D.E.O.H.	5.704.857,43	6.241.269,38	(536.411,95)	(9,40)
I.P.E.S.C.	131.456.814,32	144.600.711,44	(13.143.897,12)	(10,00)
I.O.E.S.C.	7.154.134,81	6.335.689,14	818.445,67	11,44
J.U.C.E.S.C.	2.599.115,43	2.568.320,69	30.794,74	1,18
D.E.T.E.R.	8.598.414,32	7.475.133,63	1.123.280,69	13,06
A.P.S.F.S.	12.904.049,19	10.678.994,44	2.225.054,75	17,24
TOTAL	380.214.232,89	397.595.278,30	(17.381.045,41)	(4,57)

ANEXO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00296

Os demonstrativos evidenciam o déficit orçamentário de execução das autarquias estaduais, que no seu conjunto totalizou R$ 17.381.045,41, (dezessete milhões, trezentos e oitenta e um mil, quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos). Isto significa que a realização de despesas foi superior a arrecadação de receitas em 4,57%, comprometendo as arrecadações futuras, pois esse excedente de despesas fica escriturado em Restos a Pagar nos termos da Lei 4.320/64.

2 - BALANÇO FINANCEIRO

Conforme dispõe o artigo 103 da Lei 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Pela definição acima percebe-se a importância do referido balanço, pois nele está demonstrado as disponibilidades do administrador ao iniciar um exercício financeiro, todos os recebimentos auferidos no decorrer do ano, suas destinações e o saldo restante.

Receita extra-orçamentária são aquelas que se realizam à margem do orçamento, compreendendo a movimentação a crédito do grupo denominado dívida flutuante, e das contas do ativo financeiro (excluídas as que identifiquem saldos transferidos), bem como das contas de resultados pendentes e das contas de interferências.

Por despesas extra-orçamentárias, entende-se aquelas que se realizam à margem do orçamento, compreendendo a movimentação a débito das contas citadas acima.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00297

BALANÇO FINANCEIRO - AUTARQUIAS - 1996

RECEITA		%	DESPESA		%
ORÇAMENTÁRIA	380.214.232,89	100,00	ORÇAMENTÁRIA	397.595.278,30	100,00
Receitas Correntes	258.263.821,81	67,93	Despesas Correntes	197.324.384,11	49,63
Receitas de Contribuições	118.766.706,76	31,24	Despesas de Custeio	64.476.341,80	16,22
Receita Patrimonial	2.559.065,24	0,67	Transf. Correntes	132.848.042,31	33,41
Receita Industrial	2.913.656,53	0,77			
Receita de Serviços	26.451.938,81	6,96			
Transf. Correntes	29.705.868,67	7,81			
Outras Rec. Correntes	77.866.585,80	20,48			
Receita de Capital	121.950.411,08	32,07	Despesa de Capital	200.270.894,19	50,37
Alienação de Bens	-	-	Investimentos	185.197.920,62	46,58
Amortização de Emprést.	8.346.749,47	2,20	Inversões Financeiras	13.399.240,26	3,37
Transf. de Capital	113.603.661,61	29,88	Transf. de Capital	1.673.733,31	0,42
EXTRA-ORÇAMENT.	832.456.528,37	100,00	EXTRA-ORÇAMENT.	815.629.475,23	100,00
Realizável	339.833,40	0,04	Realizável	8.367.422,19	1,03
Passivo Financeiro	832.116.474,57	99,96	Passivo Financeiro	807.261.832,64	98,97
Resultado Pendente	220,40	0,00	Resultado Pendente	220,40	0,00
Contas de Interferência	-	-	Contas de Interferência	-	-
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
SALDO TOTAL	12.770.191,90	100,00	SALDO TOTAL	12.216.199,63	100,00
Disponível:	11.694.969,54	91,58	Disponível:	10.247.753,86	83,89
Caixa	4.501,49	0,04	Caixa	6.891,55	0,06
Bcos e Correspondentes	3.883.677,06	30,41	Bcos e Correspondentes	1.933.877,12	15,83
Aplic. no Merc.Financeiro	7.806.790,99	61,13	Aplic. no Merc.Financeiro	8.306.985,19	68,00
Vincul.C/C Bancária	1.075.222,36	8,42	Vincul.C/C Bancária	1.968.445,77	16,11
Bcos C/Dep Div Origens	770.078,77	6,03	Bcos C/Dep.Div.Origens	900.684,08	7,37
Bcos C/dep Esp. do Est.	152.201,29	1,19	Bcos.C/Dep.Esp. do Est.	1.050.923,27	8,60
Bcos. C/Consig. do Est.	-	-	Bcos. C/Consig. do Est.	-	-
Aplic. no Merc.Financeiro	152.942,30	1,20	Aplic. no Merc.Financeiro	16.838,42	0,14
TOTAL	1.225.440.953,16		TOTAL	1.225.440.953,16	

296

Resumindo, o Balanço Financeiro das autarquias no exercício de 1996 evidencia a seguinte movimentação de recursos:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Saldo Inicial	12.770.191,90
2 - Recebimentos	1.212.670.761,26
2.1 - Extra-Orçamentários	832.456.528,37
2.2 - Orçamentários	380.214.232,89
3 - Total de Recursos Disponíveis	1.225.440.953,16
4 - Aplicação de Recursos	1.213.224.753,53
4.1 - Extra-Orçamentários	815.629.475,23
4.2 - Orçamentários	397.595.278,30
5 - Saldo Para o Exercício Seguinte	12.216.199,63

Os recursos extra-orçamentários apresentam-se superiores aos orçamentários face aos registros contábeis da despesa orçamentária em Despesas Empenhadas a Liquidar - DOL, bem como sua liquidação, passando para Despesas Empenhadas a Pagar, e os respectivo registros do pagamento destas.

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

No Balanço Patrimonial são relevadas as composições qualitativas e quantitativas do patrimônio à disposição da entidade ao final do exercício financeiro.

Conforme dispõe o artigo 105 da Lei 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstra:

1 - o Ativo Financeiro;

2 - o Ativo Permanente;

3 - o Passivo Financeiro;

4 - o Passivo Permanente;

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00293

5 - o Saldo Patrimonial;

6 - as Contas de Compensação.

A seguir apresentamos um quadro resumo do Balanço Patrimonial das autarquias em 31/12/96.

BALANÇO PATRIMONIAL - AUTARQUIAS - 1996

ATIVO			PASSIVO		
CONTAS	VALOR	%	CONTAS	VALOR	%
Ativo Financeiro	20.282.945,02	10,98	Passivo Financeiro	139.158.999,51	100,00
Disponível	10.247.753,86	5,55	Restos a Pagar	117.004.270,47	84,08
Caixa	6.891,55	0,00	Dep. de Div. Origens	992.856,61	0,71
Bcos e Correspondentes	1.933.877,12	1,05	Depósitos Especiais	20.971.926,82	15,07
Aplic.Merc.Financeiro	8.306.985,19	4,50	Consignações	189.943,61	0,14
Vinc.C/C Bancária	1.968.445,77	1,07			
Bcos C/ DDO	900.684,08	0,49			
Bcos.C/Dep.Especiais	1.050.923,27	0,57			
Aplic.Merc.Financeiro	16.838,42	0,01			
Realizável	8.066.745,39	4,37			
Div. Responsáveis	11.988,63	0,01			
Valores Realizáveis	8.054.078,47	4,36			
Títulos e Cauções	678,29	0,00			
Ativo Permanente	164.482.742,90	89,02	Passivo Permanente	0,12	0,00
Bens	9.119.907,04	4,94	Credores	0,12	0,00
Créditos	152.060.132,54	82,30			-
Valores	3.302.703,32	1,79			-
Soma do Ativo Real	184.765.687,92	100,00	Soma do Pas. Real	139.158.999,63	100,00
			Saldo Patrimonial		
			Ativo Real Líquido	45.606.688,29	24,68
Ativo Compensado	25.680.574,25		Passivo Compensado	25.680.574,25	
TOTAL GERAL	210.446.262,17		TOTAL GERAL	210.446.262,17	

297

Analisando o Balanço Patrimonial do exercício de 1996, verifica-se que o ativo real superou o passivo real em R$ 45.606.688,29, ou seja, as autarquias apresentaram um Ativo Real Líquido correspondente a 24,68%.

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL - AUTARQUIAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R$
Ativo Financeiro	20.282.945,02
Passivo Financeiro	139.158.999,51
Saldo Patrimonial Financeiro - SPF	(118.876.054,49)
Ativo Permanente	164.482.742,90
Passivo Permanente	0,12
Saldo Patrimonial Permanente - SPP	164.482.742,78
Saldo Patrimonial Total - SPT	45.606.688,29

Dos dados apresentados acima, podemos concluir que para cada R$ 1,00 disponível em 31/12/96 (Ativo Financeiro) no conjunto das autarquias, existe R$ 6,25 de obrigações de curto prazo (Passivo Financeiro).

A dívida flutuante está disciplinada no artigo 92 da Lei 4.320/64, da qual compreende:

1 - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

2 - os serviços da dívida a pagar;

3 - os depósitos;

4 - os débitos da tesouraria.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00299

O comprometimento financeiro a curto prazo apresentado (Dívida Flutuante), deve-se principalmente a dois grandes grupos do Passivo Financeiro: Restos a Pagar e Depósitos Especiais do Estado.

Por Restos a Pagar entende-se as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro (art. 36 da Lei nº 4.320/64).

O demonstrativo dos Restos a Pagar, por entidade, posição em 31/12/96, demonstra um crescimento em relação a 1995 da ordem de 3,21%.

RESTOS A PAGAR - AUTARQUIAS

ENTIDADE	SALDO EM 1995			SALDO EM 1996			VARIAÇÃO
	PROCES.	NÃO PROC.	TOTAL	PROCES.	NÃO PROC.	TOTAL	
D.E.R.	32.554.672	78.144.186	110.698.858	46.780.515	53.330.735	100.111.250	-9,56
D.E.O.H.	425.129	1.279	426.409	1.046.971	5.818	1.052.789	146,90
I.P.E.S.C.	775.046	-	775.046	14.288.511	-	14.288.511	1743,57
I.O.E.S.C	406.710	-	406.710	612.479	-	612.479	50,59
J.U.C.E.S.C.	32.101	-	32.101	25.123	48.600	73.723	129,66
D.E.T.E.R.	133.480	469.974	603.454	248.659	431.094	679.752	12,64
A.P.S.F.S.	83.296	336.266	419.562	135.766	50.001	185.767	-55,72
TOTAL	34.410.433	78.951.705	113.362.138	63.138.024	53.866.247	117.004.270	3,21

Os Depósitos Especiais do Estado referem-se a recursos de convênios, a serem aplicados conforme os planos de aplicações previamente definidos. Em 31/12/96, o total dos depósitos especiais estão escriturados no D.E.R. a título de convênios com a união e Convênios Diversos, conforme segue:

DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO - AUTARQUIAS

ENTIDADE	SALDO EM 1996	%
D.E.R. - Convênios com a união	18.239.666,82	86,97
D.E.R. - Convênios Diversos	2.732.262,00	13,03
TOTAL	20.971.928,82	100,00

298

ATIVO PERMANENTE

O artigo 106 da Lei 4.320/64 trata da avaliação dos elementos patrimoniais, facultando a administração pública a reavaliação de bens móveis e imóveis. Como foi facultado, e não obrigado, a administração pública não tem efetuado reavaliação de bens, salvo quando de sua baixa por alienação ou permuta.

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Os valores dos bens móveis e imóveis não merecem maiores comentários, pois estão subavaliados, o que pode ser percebido pela pouca expressão no conjunto do ativo real, correspondente a apenas 4,94% do total.

Quanto aos créditos das autarquias do Estado, que no exercício de 1996 corresponderam a 82,30% do total do ativo real, referem-se basicamente a duas autarquias: D.E.R. e I.P.E.S.C.

Os créditos das autarquias em 31/12/96 estavam assim distribuídos:

CRÉDITOS - AUTARQUIAS

ENTIDADE	SALDO EM 1996	%
D.E.R. - Dep. de Est. de Rodagem	76.814.366,30	50,52
D.E.O.H. - Dep. Edif. e Obras Hidráulicas	-	0,00
I.P.E.S.C. - Istituto de Previdência	68.709.677,37	45,19
I.O.E.S.C. - Imprensa Oficial	6.404.285,58	4,21
J.U.C.E.S.C. - Junta Comercial	2,46	0,00
D.E.T.E.R. - Depart. Transp. e Terminais	0,45	0,00
A.P.S.F.S. - Adm. Porto de São Fco.	131.800,38	0,09
TOTAL	152.060.132,54	100,00

DÍVIDA FUNDADA

Os valores obtidos pelo Estado oriundos de empréstimos e emissão de títulos são centralizados na Secretaria de Estado da Fazenda. No conjunto das autarquias percebe-se a inexistência de dívidas dessa natureza, constando apenas um valor insignificativo a título de credores, dispensando maiores comentários.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00301

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Nas contas de compensação estão registrados valores, bens, obrigações e situações não compreendidos nos demais grupos de contas e que, mediata ou imediatamente, possam vir a afetar o patrimônio, conforme dispõe o artigo 105, § 5º da Lei nº 4.320/64.

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Devedores por Títulos Caucionados	19.518.994,81	76,01
Devedores por Títulos em Custódia	5,46	0,00
Devedores por Títulos a Entregar	28.204,72	0,11
Devedores por Títulos em Cobrança	3,70	0,00
Resp. por Adm. de Bens do Estado	28.000,00	0,11
Caixa de Depósitos e Cauções	278.519,59	1,08
Caixa de Valores Pertencentes Terceiros	45.241,00	0,18
Bens em Comodato	0,02	0,00
Responsáveis por Adiantamento	1.544.238,99	6,01
Resp. por Convênios e Contratos	2.859.060,99	11,13
Responsáveis por Contribuições	1.280.253,64	4,99
Responsáveis por Auxílios	98.048,87	0,38
Guarda de Bens Móveis de Terceiros	2,46	0,00
TOTAL GERAL	25.680.574,25	100,00

299

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Este demonstrativo evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e o resultado patrimonial do exercício. Em síntese, é um quadro resumo das contas de resultados.

Sinteticamente, o resultado patrimonial das autarquias pode ser apresentado da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RESULTANTE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	403.633.276,46	RESULTANTE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	502.922.828,18
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	380.214.232,89	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	397.595.278,30
Receitas Correntes	258.263.821,81	Despesa Correntes	197.324.384,11
Receitas de Capital	121.950.411,08	Despesa de Capital	200.270.894,19
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	23.419.043,57	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	105.327.349,86
INDEPEN. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	112.658.508,82	INDEP. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	15.445.831,01
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	516.291.783,28	TOTAL DAS VAR. PASSIVAS	518.368.459,17
DÉFICIT VERIFICADO	(2.076.675,89)		
TOTAL GERAL	518.368.459,17	TOTAL GERAL	518.368.459,17

O demonstrativo evidencia as alterações sobre o patrimônio das autarquias estaduais no exercício de 1996, apontando um déficit da de R$ 2.076.675,89.

O resultado verificado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais deve ser comparado, juntamente com o saldo patrimonial do exercício anterior, com o resultado patrimonial apurado no exercício de 1996, conforme segue:

1. - Saldo Patrimonial em 31/12/95	47.683.364,18
1.1 - Ativo Real Líquido	47.683.364,18
1.1.1 - Patrimônio da Entidade	47.109.124,60
1.1.2 - Patrimônio da União	574.239,58
2. - Déficit Verificado em 1996	2.076.675,89
3. - Saldo Patrimonial em 31/12/96	45.606.688,29
3.1 - Ativo Real Líquido (1.1 - 2)	45.606.688,29

Maiores informações sobre os dados consolidados das Autarquias poderão ser obtidos nos demonstrativos anexados ao Balanço Geral do Estado.

Florianópolis, 12 de março de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00301

300

ANEXOS

DADOS CONSOLIDADOS DAS AUTARQUIAS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00302

300

301

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS

ANEXO 12, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS				DESPESAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	222.162.495,00	258.263.821,81	36.101.326,81	CRÉDITOS	495.259.892,96	397.595.278,30	97.664.614,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.645.000,00	118.766.706,76	(26.878.293,24)	ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	495.259.892,96	397.595.278,30	97.664.614,66
RECEITA PATRIMONIAL	4.156.379,00	2.559.065,24	(1.597.313,76)				
RECEITA INDUSTRIAL	4.242.065,00	2.913.656,53	(1.328.408,47)				
RECEITA DE SERVIÇOS	30.564.567,00	26.451.938,81	(4.112.628,19)				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.971.844,00	29.705.868,67	1.734.024,67				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.582.640,00	77.866.585,80	68.283.945,80				
RECEITAS DE CAPITAL	142.533.493,00	121.950.411,08	(20.583.081,92)				
ALIENAÇÃO DE BENS	39.693,00	0,00	(39.693,00)				
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.361.000,00	8.346.749,47	(1.014.250,53)				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	122.965.800,00	113.603.661,61	(9.362.138,39)				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.167.000,00	0,00	(10.167.000,00)				
SUB-TOTAL	**364.695.988,00**	**380.214.232,89**	**15.518.244,89**	**SUB-TOTAL**	**495.259.892,96**	**397.595.278,30**	**97.664.614,66**
DÉFICIT	**130.563.904,96**	**17.381.045,41**	**82.146.369,77**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**495.259.892,96**	**397.595.278,30**	**97.664.614,66**	**TOTAL**	**495.259.892,96**	**397.595.278,30**	**97.664.614,66**

RNP/PCAUT96 XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00303

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	380.214.232,89	100,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	397.595.278,30	100,00
RECEITAS CORRENTES	258.263.821,81	67,93	DESPESAS CORRENTES	197.324.384,11	49,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	118.766.706,76	31,24	DESPESAS DE CUSTEIO	64.476.341,80	16,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	118.766.706,76	31,24	PESSOAL	34.231.750,65	8,61
QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	6.237.507,34	1,64	PESSOAL CIVIL	32.827.888,31	8,26
QUOTA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	4.400.379,19	1,16	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	28.217.083,16	7,10
CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS ESTADUAIS	95.452.592,55	25,10	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	28.154.507,57	7,08
CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS MUNICIPAIS	9.534.583,43	2,51	VVF - PESSOAL CLT	62.575,59	0,02
CONTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	713.517,56	0,19	DESPESAS VARIÁVEIS	4.610.805,15	1,16
CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS FACULTATIVOS	87,38	0,00	DIÁRIAS	2.139.926,25	0,54
CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS VOLUNTÁRIOS	32.232,09	0,01	SUBSTITUIÇÃO	67.085,81	0,02
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS	2.395.807,22	0,63	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	452.468,13	0,11
RECEITA PATRIMONIAL	2.559.065,24	0,67	DESPESAS DIVERSAS PESSOAL CIVIL	1.951.324,96	0,49
RECEITA IMOBILIÁRIA	270.107,63	0,07	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.403.862,34	0,35
ALUGUÉIS	192.799,51	0,05	MATERIAL DE CONSUMO	7.055.676,62	1,77
ARRENDAMENTOS	77.308,12	0,02	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	346.452,97	0,09
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.288.957,61	0,60	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	1.443.126,99	0,36
DIVIDENDOS	34.530,56	0,01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	60.671,37	0,02
BESC S/A	17.332,64	0,00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	243.945,46	0,06
BANCO DO BRASIL S/A	500,09	0,00	PEÇAS, ACESSÓRIOS E SOBRE PARA VEÍCULOS	2.451.310,24	0,62
TELESC	16.496,68	0,00	MED.PROD.QUIM.FARM.ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	16.859,94	0,00
TELEBRÁS	201,15	0,00	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	1.174.674,53	0,30
RENDAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.254.427,05	0,59	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	1.318.635,12	0,33
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	699.713,22	0,18	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	22.147.652,31	5,57
CADERNETA DE POUPANÇA	110.397,78	0,03	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	150.275,62	0,04
APLICAÇÕES EM CDB/RDB	1.444.316,05	0,38	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	21.997.376,69	5,53
RECEITA INDUSTRIAL	2.913.656,53	0,77	ACORDOS E CONVÊNIOS	2.223.470,31	0,56
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.913.656,53	0,77	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	60.245,47	0,02
TIPOGRAFIA	2.913.656,53	0,77	COMUNICAÇÃO	933.468,88	0,23
RECEITA DE SERVIÇOS	26.451.938,81	6,96	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	1.145.715,71	0,29
SERVIÇOS COMERCIAIS	1.636.280,90	0,43	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	26.593,95	0,01
SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	1.636.280,90	0,43	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	1.171.527,27	0,29
SERVIÇOS FINANCEIROS	51.487,93	0,01	SERV. CONSERV. MANUT. BENS UTIL. COM. POVO	382.374,31	0,10
JUROS DE EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	24.769,25	0,01	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.092.667,09	0,27
JUROS DE EMPRÉSTIMOS ODONTOLÓGICOS	106,49	0,00	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	428.497,17	0,11
JUROS DE EMPRÉSTIMOS SIMPLES	42,94	0,00	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	5.033,00	0,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00302

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
SEGURO HABITACIONAL	451,93	0,00	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	442.219,99	0,11
RECEITAS EVENTUAIS	26.117,32	0,01	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	1.064.441,64	0,27
SERVIÇOS DE TRANSPORTES	7.939.691,02	2,09	PASSAGENS	120.746,65	0,03
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	7.939.691,02	2,09	RECEPÇÕES E HOSPEDAGENS	1.012,90	0,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	6.215.775,90	1,63	REFEIÇÕES	346.631,01	0,09
EMOLUMENTOS	42.981,92	0,01	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONF., EX., E OUTROS	12.489,33	0,00
MULTAS E INFRAÇÕES	69.099,08	0,02	SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	10.786.871,36	2,71
TERMINAIS RODOVIÁRIOS	1.611.834,12	0,42	SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	1.753.370,65	0,44
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	10.704.149,71	2,82	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.041.262,22	0,26
TAXA DE UTILIZAÇÃO PORTO DE EXPORTAÇÃO	2.814.716,22	0,74	SENTENÇAS JUDICIAIS	640,26	0,00
TAXA DE UTILIZAÇÃO PORTO DE IMPORTAÇÃO	559.497,47	0,15	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.040.621,96	0,26
SUPRIMENTO APARELHOS PORTUÁRIOS	433.158,99	0,11	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	132.848.042,31	33,41
REBOQUES	597.313,71	0,16	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	130.372.588,72	32,79
ARMAZENAGEM EXTERNA	173.797,91	0,05	INATIVOS	10.856.535,08	2,73
ARMAZENAGEM INTERNA	746.528,12	0,20	PROVENTOS DO PESSOAL CIVIL	10.856.535,08	2,73
TRANSPORTES	85.343,97	0,02	PENSIONISTAS	88.847.876,49	22,35
SUPRIMENTO DE ÁGUA	12.893,68	0,00	ABONOS E PENSÕES	88.847.876,49	22,35
ATRACAÇÃO	281.649,18	0,07	SALÁRIO-FAMÍLIA	342.535,90	0,09
CAPATAZIA	4.999.151,43	1,31	SALÁRIO-FAMÍLIA SERVIDORES CIVIS EM ATIVIDADE	172.893,22	0,04
TARIFA PORTUÁRIA	99,03	0,00	SALÁRIO-FAMÍLIA DE INATIVOS CIVIS	36.500,70	0,01
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	36.916,74	0,01	SALÁRIO-FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	133.141,98	0,03
PROJETOS, FISCALIZAÇÕES E CONSULTORIA DE OBRAS	36.916,74	0,01	BENF. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	29.463.330,36	7,41
SERVIÇOS DE PUBLICIDADES E OUTROS	3.636.214,26	0,96	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	862.310,89	0,22
SERVIÇOS DO REGISTRO DO COMÉRCIO	2.447.198,25	0,64	CONTRIB. P/FORM. PATRIM. DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	2.411.752,79	0,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.705.868,67	7,81	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.700,80	0,02
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	29.705.868,67	7,81	SENTENÇAS JUDICIAIS	62.812,80	0,02
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	29.705.868,67	7,81	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	888,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	29.705.868,67	7,81			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77.866.585,80	20,48			
MULTAS E JUROS DE MORA	14.403.746,05	3,79			
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	14.403.746,05	3,79			
MULTAS DE TRÂNSITO	13.223.009,13	3,48			
MULTAS DIVERSAS	1.180.736,92	0,31			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.437.222,69	0,38			
INDENIZAÇÕES	1.180.451,36	0,31			
ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR	1.168.005,35	0,31			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00301

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
OUTRAS INDENIZAÇÕES	12.446,01	0,00			
RESTITUIÇÕES	256.771,33	0,07			
RECEITAS DIVERSAS	62.025.617,06	16,31			
BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIROS	60.506.578,57	15,91			
SERV. ACES. DIVS./TX. ENERGIA/SERV. EXT. SERV.	604.466,62	0,16			
SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE ARMAZÉNS	1.177,52	0,00			
SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE TRANSPORTES	42.115,41	0,01			
OPERADOR PORTUÁRIO	342,68	0,00			
VENDAS DE EDITAIS	2.005,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	868.931,26	0,23			
RECEITAS DE CAPITAL	121.950.411,08	32,07	DESPESAS DE CAPITAL	200.270.894,19	50,37
AMORTIZACÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.346.749,47	2,20	INVESTIMENTOS	185.197.920,62	46,58
EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	277.170,91	0,07	OBRAS E INSTALAÇÕES	151.592.148,26	38,13
EMPRÉSTIMO SIMPLES	426.332,19	0,11	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.239.914,07	0,56
EMPRÉSTIMO MÉDICO HOSPITALAR	7.592.814,40	2,00	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	1.726.224,37	0,43
EMPRÉSTIMO ODONTOLÓGICO	50.431,97	0,01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1.600,70	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	113.603.661,61	29,88	MOBILIÁRIO EM GERAL	184.889,93	0,05
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	113.253.661,61	29,79	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	127.748,00	0,03
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	113.253.661,61	29,79	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	199.451,07	0,05
TRANSF. DE RECURSOS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	113.253.661,61	29,79	DIVERSOS INVESTIMENTOS	31.365.858,29	7,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	350.000,00	0,09	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31.365.858,29	7,89
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	350.000,00	0,09	INVERSÕES FINANCEIRAS	13.399.240,26	3,37
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	350.000,00	0,09	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REVENDA	1.314.151,45	0,33
			AQUIS. DE TÍTULOS REPRES. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	17.112,79	0,00
			CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.067.976,02	3,04
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.673.733,31	0,42
			TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.673.733,31	0,42
			TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.673.733,31	0,42
			AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	1.673.733,31	0,42
RECEITA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	832.456.528,37	100,00	DESPESA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	815.629.475,23	100,00
REALIZÁVEL	339.833,40	0,04	REALIZÁVEL	8.367.422,19	1,03
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	232.073,82	0,03	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	232.880,14	0,03
VALORES REALIZÁVEIS	77,86	0,00	VALORES REALIZÁVEIS	8.026.182,04	0,98
TÍTULOS E CAUÇÕES	107.681,72	0,01	TÍTULOS E CAUÇÕES	108.360,01	0,01
PASSIVO FINANCEIRO	832.116.474,57	99,96	PASSIVO FINANCEIRO	807.261.832,64	98,97
RESTOS A PAGAR	135.578.026,58	16,29	RESTOS A PAGAR	131.935.894,02	16,18

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00305

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	76.939.410,70	9,24	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	76.586.166,60	9,39
DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	20.971.928,82	2,52	CONSIGNAÇÕES	7.408.499,64	0,91
CONSIGNAÇÕES	7.295.836,09	0,88	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	368.829.396,56	45,22
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	368.829.396,56	44,31	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	214.132.174,59	26,25
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	214.132.174,59	25,72	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	8.369.701,23	1,03
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	8.369.701,23	1,01			
RESULTADO PENDENTE	220,40	0,00	RESULTADO PENDENTE	220,40	0,00
DESPESAS IMPUGNADAS	220,40	0,00	DESPESAS IMPUGNADAS	220,40	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	12.770.191,90	100,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	12.216.199,63	100,00
DISPONÍVEL	11.694.969,54	91,58	DISPONÍVEL	10.247.753,86	83,89
CAIXA	4.501,49	0,04	CAIXA	6.891,55	0,06
BANCOS E CORRESPONDENTES	3.883.677,06	30,41	BANCOS E CORRESPONDENTES	1.933.877,12	15,83
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	7.806.790,99	61,13	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	8.306.985,19	68,00
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	1.075.222,36	8,42	VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	1.968.445,77	16,11
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	770.078,77	6,03	BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	900.684,08	7,37
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	152.201,29	1,19	BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	1.050.923,27	8,60
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	152.942,30	1,20	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	16.838,42	0,14
TOTAL GERAL	1.225.440.953,16	100,00	TOTAL GERAL	1.225.440.953,16	100,00

RNP/PCAUT96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00307

305

306

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
ATIVO FINANCEIRO	20.282.945,02	100,00	PASSIVO FINANCEIRO	139.158.999,51	100,00
DISPONÍVEL	10.247.753,86	50,52	RESTOS A PAGAR	117.004.270,47	84,08
CAIXA	6.891,55	0,03	EXERCÍCIO DE 1993	25.363,79	0,02
BANCOS E CORRESPONDENTES	1.933.877,12	9,53	PROCESSADOS	25.363,79	0,02
BESC S/A	1.931.050,73	9,52	EXERCÍCIO DE 1994	394.953,02	0,28
BANCO DO BRASIL S/A	2.814,73	0,01	PROCESSADOS	327.555,71	0,24
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	11,66	0,00	NÃO PROCESSADOS	67.397,31	0,05
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	8.306.985,19	40,96	EXERCÍCIO DE 1995	3.017.474,23	2,17
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	1.563.047,00	7,71	PROCESSADOS	2.927.012,18	2,10
BESC S/A	1.563.047,00	7,71	NÃO PROCESSADOS	90.462,05	0,07
CADERNETA DE POUPANÇA	782.464,47	3,86	EXERCÍCIO DE 1996	113.566.479,43	81,61
BESC S/A	782.464,47	3,86	PROCESSADOS	59.858.092,15	43,01
APLICAÇÕES EM CDB/RDB	5.961.473,72	29,39	NÃO PROCESSADOS	53.708.387,28	38,59
BESC S/A	3.762.000,00	18,55	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	992.856,61	0,71
BANCO DO BRASIL S/A	1.591.000,00	7,84	EXERCÍCIO DE 1991	4,74	0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	608.473,72	3,00	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	0,04	0,00
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	1.968.445,77	9,70	CAUÇÕES	4,70	0,00
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	900.684,08	4,44	EXERCÍCIO DE 1992	26,75	0,00
BESC S/A	900.684,08	4,44	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	0,34	0,00
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	1.050.923,27	5,18	CAUÇÕES	26,41	0,00
BESC S/A	235,88	0,00	EXERCÍCIO DE 1993	285,82	0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.050.687,39	5,18	CAUÇÕES	285,82	0,00
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	16.838,42	0,08	EXERCÍCIO DE 1994	79.662,48	0,06
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	1.949,83	0,01	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	29.822,81	0,02
CADERNETA DE POUPANÇA	9.003,59	0,04	CAUÇÕES	49.839,67	0,04
APLICAÇÕES EM CDB/RDB	5.885,00	0,03	EXERCÍCIO DE 1995	164.359,09	0,12
REALIZÁVEL	8.066.745,39	39,77	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	45.568,92	0,03
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	11.988,63	0,06	CAUÇÕES	118.790,17	0,09
PAGAMENTOS INDEVIDOS	8.773,28	0,04	EXERCÍCIO DE 1996	748.517,73	0,54
EXERCÍCIO DE 1995	8.413,28	0,04	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	182.670,45	0,13
EXERCÍCIO DE 1996	360,00	0,00	CAUÇÕES	565.847,28	0,41
RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	3.215,35	0,02	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	20.971.928,82	15,07
EXERCÍCIO DE 1991	52,20	0,00	CONVÊNIO COM A UNIÃO	18.239.666,82	13,11
EXERCÍCIO DE 1992	0,12	0,00	CONVÊNIOS DIVERSOS	2.732.262,00	1,96
EXERCÍCIO DE 1995	1.230,03	0,01	CONSIGNAÇÕES	189.943,61	0,14
EXERCÍCIO DE 1996	1.933,00	0,01	EXERCÍCIO DE 1994	275,07	0,00
VALORES REALIZÁVEIS	8.054.078,47	39,71	EXERCÍCIO DE 1995	3.587,06	0,00

SIMILAR DE EXCELENTE
00308
FOLHA Nº

207

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
TESOURO DO ESTADO CONTA VALORES REALIZÁVEIS	8.054.078,47	39,71	EXERCÍCIO DE 1996	186.081,48	0,13
TÍTULOS E CAUÇÕES	678,29	0,00			
EXERCÍCIO DE 1996	678,29	0,00			
ATIVO PERMANENTE	164.482.742,90	100,00	PASSIVO PERMANENTE	0,12	100,00
BENS	9.119.907,04	5,54	CREDORES	0,12	100,00
BENS MÓVEIS	2.221.565,53	1,35			
BENS MÓVEIS DO ÓRGÃO	2.221.533,03	1,35			
VEÍCULOS	270.950,37	0,16			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	1.650.587,20	1,00			
MAT. BIBL., DISC., FILM., OBJ. HISTÓRICOS E DE ARTE	12.788,20	0,01			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	100.603,45	0,06			
MOBILIÁRIO	47.994,78	0,03			
UTENSÍLIOS	22.367,40	0,01			
SEMENTES	0,21	0,00			
ABRIGOS DE PASSAGEIROS	116.241,42	0,07			
BENS MÓVEIS DA UNIÃO	32,50	0,00			
VEÍCULOS	31,26	0,00			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	1,11	0,00			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	0,13	0,00			
BENS IMÓVEIS	6.011.921,77	3,66			
BENS IMÓVEIS DO ÓRGÃO	5.087.641,96	3,09			
EDIFÍCIOS	1.720.968,74	1,05			
INSTALAÇÕES	1.167.330,58	0,71			
OBRAS EM ANDAMENTO	436,28	0,00			
PRÉDIOS RESIDENCIAIS	323.882,19	0,20			
TERRENOS	1.354.154,95	0,82			
OUTROS BENS IMÓVEIS DO ÓRGÃO	520.869,22	0,32			
BENS IMÓVEIS DA UNIÃO	924.279,81	0,56			
INSTALAÇÕES	923.890,17	0,56			
OUTROS BENS IMÓVEIS DA UNIÃO	389,64	0,00			
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	886.419,74	0,54			
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL DO ÓRGÃO	886.419,74	0,54			
MÓVEIS PARA FINS INDUSTRIAIS	886.419,55	0,54			
IMÓVEIS PARA FINS INDUSTRIAIS	0,19	0,00			
CRÉDITOS	152.060.132,54	92,45			
DÍVIDA ATIVA	0,08	0,00			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,07	0,00			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00207

302

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
OUTRAS DÍVIDAS ATIVAS	0,01	0,00			
RESPONSÁVEIS POR DANOS MATERIAIS	0,37	0,00			
DEVEDORES POR AQUISIÇÃO DE BENS	150.747,30	0,09			
DEVEDORES POR ENCOMENDAS DE REPARTIÇÕES INDUSTRIAIS	6.338.186,50	3,85			
CRÉDITOS POR EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS INTERNOS	43.686.831,05	26,56			
AÇÕES INTEGRALIZADAS NÃO RECOLHIDAS A CAIXA DE VALORES	28.207,18	0,02			
IMPOSTOS A RECUPERAR	66.099,08	0,04			
EXRCÍCIO DE 1992	0,59	0,00			
EXRCÍCIO DE 1993	164,68	0,00			
EXRCÍCIO DE 1994	4.337,79	0,00			
EXRCÍCIO DE 1995	18.185,27	0,01			
EXRCÍCIO DE 1996	43.410,75	0,03			
CRÉDITOS POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PORTUÁRIOS	59.082,03	0,04			
OUTROS CRÉDITOS	101.730.978,95	61,85			
CONSIGNAÇÕES IPESC	7.384.244,72	4,49			
INDENIZAÇÕES P/TRATAMENTO DE SAÚDE	330.140,57	0,20			
CRÉDITOS P/PARCELATO CONT. IPESC PM	4.586.508,91	2,79			
CRÉDITOS CONTRIBUIÇÕES DO IPESC DEVIDAS	7.572.191,41	4,60			
CRÉDITOS JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO	4.970.808,69	3,02			
CRÉDITOS ADMINIST. DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	5,21	0,00			
CRÉDITOS DNPA/ATP	72.713,14	0,04			
DEMAIS CRÉDITOS	76.814.366,30	46,70			
VALORES	3.302.703,32	2,01			
AÇÕES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	51.042,85	0,03			
TÍTULOS E DOCUMENTOS DIVERSOS	0,27	0,00			
ALMOXARIFADO	3.251.660,20	1,98			
ALMOXARIFADO GERAL	3.251.660,20	1,98			
MATERIAL DE CONSUMO	1.239.084,35	0,75			
MATERIAL PERMANENTE	744.585,48	0,45			
MATERIAL PARA REVENDA	511.523,70	0,31			
MATÉRIA PRIMA	756.466,67	0,46			
SOMA DO ATIVO REAL	184.765.687,92	100,00	SOMA DO PASSIVO REAL	139.158.999,63	305,13
			SALDO PATRIMONIAL	45.606.688,29	100,00
			ATIVO REAL LÍQUIDO	45.606.688,29	100,00
ATIVO COMPENSADO	25.680.574,25	100,00	PASSIVO COMPENSADO	25.680.574,25	100,00
VALORES EM PODER DE TERCEIROS	19.575.208,69	76,23	CONTRAPARTIDA DE VALORES EM PODER DE TERCEIROS	19.575.208,69	76,23

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00310

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROTOCOLO NR 0145605/70
CONSELHEIRO RELATOR
SALOMAO ANTONIO RIBAS JUNIOR

DATA / /

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0012

CONSELHEIRO RELATOR _____

DISTRIBUIDO AO CONSELHEIRO _____

PROCURADOR _____

DISTRIBUÍDO AO RELATOR _____

REPARTIÇÃO DE ORIGEM

GABINETE DO GOVERNADOR

4022

INTERESSADO DE ORIGEM

DR.PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

GOVERNADOR DO ESTADO

8000

ASSUNTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

DE 1996

2º VOLUME

MOVIMENTO

DE	DATA	PARA
SEG / DIPRO	10.04.97	RELATOR
GCSRJ	05.06.97	DIDEC

DILIGÊNCIA

IDA EM _____ VOLTA EM _____

IDA EM _____ VOLTA EM _____

ANEXOS

OFÍCIO Nº 6181/97 DOCUMENTOS COMPROVANTES FLS: fls 422 a 861/97

(1085-5)

309

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
DEVEDORES POR TÍTULOS CAUCIONADOS	19.518.994,81	76,01	TÍTULOS CAUCIONADOS	19.518.994,81	76,01
DEVEDORES POR TÍTULOS EM CUSTÓDIA	5,46	0,00	TÍTULOS EM CUSTÓDIA	5,46	0,00
DEVEDORES POR TÍTULOS A ENTREGAR	28.204,72	0,11	TÍTULOS A ENTREGAR	28.204,72	0,11
DEVEDORES POR TÍTULOS EM COBRANÇA	3,70	0,00	TÍTULOS EM COBRANÇA	3,70	0,00
RESPONSÁVEIS POR ADMINISTRAÇÃO DE BENS DO ESTADO	28.000,00	0,11	BENS DO ESTADO S/ADMINISTRAÇÃO DE TERCEIROS	28.000,00	0,11
VALORES DE TERCEIROS	323.760,61	1,26	CONTRAPARTIDA DE VALORES DE TERCEIROS	323.760,61	1,26
CAIXA DE DEPÓSITOS E CAUÇÕES	278.519,59	1,08	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	278.519,59	1,08
CAIXA DE VALORES PERTENCENTES A TERCEIROS	45.241,00	0,18	DEPÓSITOS EM CAUÇÕES	45.241,00	0,18
BENS EM COMODATO	0,02	0,00	BENS EM COMODATO	0,02	0,00
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	5.781.602,49	22,51	CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	5.781.602,49	22,51
RESPONSABILIDADES POR ADIANTAMENTOS	1.544.238,99	6,01	FUNCIONÁRIOS DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	1.544.238,99	6,01
RESPONSÁVEIS POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	2.859.060,99	11,13	DEVEDORES POR EXECUÇÃO POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	2.859.060,99	11,13
RESPONSÁVEIS POR CONTRIBUIÇÕES	1.280.253,64	4,99	DEVEDORES DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	1.280.253,64	4,99
RESPONSÁVEIS POR AUXÍLIOS	98.048,87	0,38	DEVEDORES DE AUXÍLIOS RECEBIDOS	98.048,87	0,38
CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADE	2,46	0,00	RESPONSABILIDADES	2,46	0,00
GUARDA DE BENS MÓVEIS DE TERCEIROS	2,46	0,00	GUARDA DE BENS MÓVEIS DE TERCEIROS	2,46	0,00
TOTAL GERAL	210.446.262,17	100,00	TOTAL GERAL	210.446.262,17	100,00

RAP/PCAUT96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00311

308

310

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS

ANEXO 15, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	403.633.276,46	77,87	RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	502.922.628,16	97,02
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	380.214.232,89	73,35	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	397.595.278,30	76,70
RECEITAS CORRENTES	258.263.821,81	49,82	DESPESAS CORRENTES	197.324.384,11	38,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	118.766.706,76	22,91	DESPESAS DE CUSTEIO	64.476.341,80	12,44
RECEITA PATRIMONIAL	2.559.065,24	0,49	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	132.848.042,31	25,63
RECEITA INDUSTRIAL	2.913.656,53	0,56			
RECEITA DE SERVIÇOS	26.451.938,81	5,10			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.705.868,67	5,73			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77.866.585,80	15,02			
RECEITAS DE CAPITAL	121.950.411,08	23,53	DESPESAS DE CAPITAL	200.270.894,19	38,63
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.346.749,47	1,61	INVESTIMENTOS	185.197.920,62	35,73
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	113.603.661,61	21,92	INVERSÕES FINANCEIRAS	13.399.240,26	2,58
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.673.733,31	0,32
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	23.419.043,57	4,52	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	105.327.349,86	20,32
AQUISIÇÃO DE BENS	115.071,19	0,02	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	103.691.068,96	20,00
AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS	13.146.947,73	2,54	ALIENAÇÃO DE VALORES	1.636.280,90	0,32
AQUISIÇÃO DE VALORES	10.157.024,65	1,96			
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	112.658.506,82	21,73	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	15.445.831,01	2,98
INCORPORAÇÃO DE BENS	1.536.930,14	0,30	BAIXA DE BENS	320,74	0,00
INSCRIÇÕES DE CRÉDITOS	110.748.615,33	21,36	BAIXA DE CRÉDITOS	6.786.822,92	1,31
INSCRIÇÃO DE VALORES	33.831,65	0,01	BAIXA DE VALORES	8.658.687,35	1,67
REAVALIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	339.129,70	0,07			
SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	**516.291.783,28**	**99,60**	**SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**	**518.368.459,17**	**100,00**
SALDO PATRIMONIAL (DÉFICIT VERIFICADO)	**2.076.675,89**	**0,40**	**SALDO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT VERIFICADO)**	**0,00**	**0,00**
TOTAL GERAL	**518.368.459,17**	**100,00**	**TOTAL GERAL**	**518.368.459,17**	**100,00**

RNP/PCAUT96.XLS

Florianópolis, 01 de abril de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00312

310

311

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS

ANEXO 1, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES	258.263.821,81	64,96	DESPESAS CORRENTES	197.324.384,11	49,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	118.766.706,76	29,87	DESPESAS DE CUSTEIO	64.476.341,80	16,22
RECEITA PATRIMONIAL	2.559.065,24	0,64	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	132.848.042,31	33,41
RECEITA INDUSTRIAL	2.913.656,53	0,73			
RECEITA DE SERVIÇOS	26.451.938,81	6,65			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.705.868,67	7,47			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77.866.585,80	19,58			
RECEITAS DE CAPITAL	121.950.411,08	30,67	DESPESAS DE CAPITAL	200.270.894,19	50,37
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.346.749,47	2,10	INVESTIMENTOS	185.197.920,62	46,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	113.603.661,61	28,57	INVERSÕES FINANCEIRAS	13.399.240,26	3,37
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.673.733,31	0,42
SUB-TOTAL	**380.214.232,89**	**95,63**	**SUB-TOTAL**	**397.595.278,30**	**100,00**
DÉFICIT	**17.381.045,41**	**4,37**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**397.595.278,30**	**100,00**	**TOTAL**	**397.595.278,30**	**100,00**

RNP/PCAUT96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00313

311

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

312

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	364.695.988,00	380.214.232,89	15.518.244,89	
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	222.162.495,00	258.263.821,81	36.101.326,81	
1200.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.645.000,00	118.766.706,76		26.878.293,24
1210.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	145.645.000,00	118.766.706,76		26.878.293,24
1210.01.00.00	CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO	40.000.000,00	-		40.000.000,00
1210.02.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	6.300.000,00	6.237.507,34		62.492,66
1210.03.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	6.000.000,00	4.400.379,19		1.599.620,81
1210.04.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS ESTADUAIS	80.000.000,00	95.452.592,55	15.452.592,55	
1210.05.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS MUNICIPAIS	12.000.000,00	9.534.583,43		2.465.416,57
1210.06.00.00	CONTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	732.000,00	713.517,56		18.482,44
1210.07.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS FACULTATIVOS	8.000,00	87,38		7.912,62
1210.08.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS VOLUNTÁRIOS	5.000,00	32.232,09	27.232,09	
1210.09.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS	600.000,00	2.395.807,22	1.795.807,22	
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	4.156.379,00	2.559.065,24		1.597.313,76
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	483.357,00	270.107,63		213.249,37
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	147.357,00	192.799,51	45.442,51	
1312.00.00.00	ARRENDAMENTOS	336.000,00	77.308,12		258.691,88
1320.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.663.022,00	2.288.957,61		1.374.064,39
1322.00.00.00	DIVIDENDOS	30.000,00	34.530,56	4.530,56	
1322.01.00.00	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SC S/A	20.000,00	-		20.000,00
1322.02.00.00	BESC S/A	5.000,00	17.332,64	12.332,64	
1322.03.00.00	BANCO DO BRASIL S/A	5.000,00	500,09		4.499,91
1322.04.00.00	TELESC	-	16.496,68	16.496,68	
1322.05.00.00	TELEBRAS	-	201,15	201,15	
1324.00.00.00	RENDAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.633.022,00	2.254.427,05		1.378.594,95
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	1.283.022,00	699.713,22		583.308,78
1324.03.00.00	CADERNETA DE POUPANÇA	600.000,00	110.397,78		489.602,22
1324.04.00.00	APLICAÇÕES EM CDB/RDB	1.750.000,00	1.444.316,05		305.683,95
1390.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.000,00	-		10.000,00
1500.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	4.242.065,00	2.913.656,53		1.328.408,47
1520.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	4.242.065,00	2.913.656,53		1.328.408,47
1520.04.00.00	TIPOGRAFIA	4.242.065,00	2.913.656,53		1.328.408,47

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00314

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

313

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	30.564.567,00	26.451.938,81		4.112.628,19
1600.01.00.00	SERVIÇOS COMERCIAIS	1.900.000,00	1.636.280,90		263.719,10
1600.01.01.00	SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO MEDICAMENTOS	1.900.000,00	1.636.280,90		263.719,10
1600.02.00.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	217.000,00	51.487,93		165.512,07
1600.02.01.00	JUROS DE EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	40.000,00	24.769,25		15.230,75
1600.02.02.00	JUROS DE EMPRÉSTIMO ODONTOLÓGICO	20.000,00	106,49		19.893,51
1600.02.03.00	JUROS DE EMPRÉSTIMO SIMPLES	50.000,00	42,94		49.957,06
1600.02.04.00	JUROS DE EMPRÉSTIMO SAÚDE	15.000,00	-		15.000,00
1600.02.05.00	SEGURO HABITACIONAL	5.000,00	451,93		4.548,07
1600.02.06.00	RECEITA DE OPERAÇÕES DE SEGURO	14.000,00	-		14.000,00
1600.02.07.00	RECEITAS EVENTUAIS	63.000,00	26.117,32		36.882,68
1600.02.99.00	OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	10.000,00	-		10.000,00
1600.03.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTES	5.981.517,00	7.939.691,02	1.958.174,02	
1600.03.01.00	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5.981.517,00	7.939.691,02	1.958.174,02	
1600.03.01.01	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	4.308.920,00	6.215.775,90	1.906.855,90	
1600.03.01.02	EMOLUMENTOS	108.361,00	42.981,92		65.379,08
1600.03.01.03	MULTAS E INFRAÇÕES	404.948,00	69.099,08		335.848,92
1600.03.01.04	TERMINAIS RODOVIÁRIOS	1.159.288,00	1.611.834,12	452.546,12	
1600.06.00.00	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	14.486.000,00	10.704.149,71		3.781.850,29
1600.06.01.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO PORTO DE EXPORTAÇÃO	3.000.000,00	2.814.716,22		185.283,78
1600.06.02.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO PORTO DE IMPORTAÇÃO	600.000,00	559.497,47		40.502,53
1600.06.03.00	SUPRIMENTO APARELHOS PORTUÁRIOS	1.000.000,00	433.158,99		566.841,01
1600.06.04.00	REBOQUES	1.000.000,00	597.313,71		402.686,29
1600.06.05.00	ARMAZENAGEM EXTERNA	600.000,00	173.797,91		426.202,09
1600.06.06.00	ARMAZENAGEM INTERNA	800.000,00	746.528,12		53.471,88
1600.06.07.00	TRANSPORTE	200.000,00	85.343,97		114.656,03
1600.06.08.00	SUPRIMENTO DE ÁGUA	50.000,00	12.893,68		37.106,32
1600.06.09.00	ATRACAÇÃO	686.000,00	281.649,18		404.350,82
1600.06.10.00	CAPATAZIA	6.450.000,00	4.999.151,43		1.450.848,57
1600.06.12.00	TARIFA PORTUÁRIA	-	99,03	99,03	
1600.06.99.00	OUTRAS RECEITAS PORTUÁRIAS	100.000,00	-		100.000,00
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	35.000,00	36.916,74	1.916,74	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00315

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

314

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1600.13.07.00	PROJETOS/FISCALIZAÇÃO CONSULTORIAS DE OBRAS	35.000,00	36.916,74	1.916,74	
1600.22.00.00	SERVIÇOS DE PUBLICIDADES E OUTROS	4.994.750,00	3.636.214,26		1.358.535,74
1600.24.00.00	SERVIÇOS DO REGISTRO DO COMÉRCIO	2.950.300,00	2.447.198,25		503.101,75
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.971.844,00	29.705.868,67	1.734.024,67	
1710.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.671.844,00	29.705.868,67	5.034.024,67	
1712.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	24.671.844,00	29.705.868,67	5.034.024,67	
1712.01.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	23.471.844,00	29.705.868,67	6.234.024,67	
1712.05.00.00	TRANSF. DE REC. DE OPERAÇÕES CRED. EXTERNA	350.000,00	-		350.000,00
1712.06.00.00	TRANSF. DE RECURSOS AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	850.000,00	-		850.000,00
1760.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.300.000,00	-		3.300.000,00
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.582.640,00	77.866.585,80	68.283.945,80	
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	5.021.026,00	14.403.746,05	9.382.720,05	
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	5.021.026,00	14.403.746,05	9.382.720,05	
1919.01.00.00	MULTAS DE TRÂNSITO	4.590.000,00	13.223.009,13	8.633.009,13	
1919.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	431.026,00	1.180.736,92	749.710,92	
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.157.700,00	1.437.222,69		1.720.477,31
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	3.090.350,00	1.180.451,36		1.909.898,64
1921.06.00.00	SALÁRIO FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	140.000,00	-		140.000,00
1921.07.00.00	PENSÃO DE ACIDENTADO	700.000,00	-		700.000,00
1921.08.00.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR	1.310.000,00	1.168.005,35		141.994,65
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	940.350,00	12.446,01		927.903,99
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	67.350,00	256.771,33	189.421,33	
1930.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	390.000,00	-		390.000,00
1932.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	390.000,00	-		390.000,00
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.013.914,00	62.025.617,06	61.011.703,06	
1990.05.00.00	BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIRO	-	60.506.578,57	60.506.578,57	
1990.10.00.00	SERV. ACES. DIVS/TX ENERG/SERV. EXT. SERV.	500.000,00	604.466,62	104.466,62	
1990.11.00.00	SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE ARMAZENS	20.000,00	1.177,52		18.822,48
1990.12.00.00	SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE TRANSPORTE	60.000,00	42.115,41		17.884,59
1990.13.00.00	OPERADOR PORTUÁRIO	-	342,68	342,68	
1990.22.00.00	VENDAS DE EDITAIS	-	2.005,00	2.005,00	
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	433.914,00	868.931,26	435.017,26	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00316

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

3/5

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2000.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	142.533.493,00	121.950.411,08		20.583.081,92
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	39.693,00	-		39.693,00
2210.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	9.693,00	-		9.693,00
2211.00.00.00	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	5.000,00	-		5.000,00
2219.00.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	4.693,00	-		4.693,00
2220.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	30.000,00	-		30.000,00
2229.00.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	30.000,00	-		30.000,00
2300.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.361.000,00	8.346.749,47		1.014.250,53
2310.01.00.00	EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	180.000,00	277.170,91	97.170,91	
2310.02.00.00	EMPRÉSTIMO SIMPLES	650.000,00	426.332,19		223.667,81
2310.03.00.00	EMPRÉSTIMO MÉDICO HOSPITALAR	7.616.000,00	7.592.814,40		23.185,60
2310.04.00.00	EMPRÉSTIMO SAÚDE	55.000,00	-		55.000,00
2310.05.00.00	EMPRÉSTIMO ODONTOLÓGICO	850.000,00	50.431,97		799.568,03
2310.99.00.00	OUTROS EMPRÉSTIMOS	10.000,00	-		10.000,00
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	122.965.800,00	113.603.661,61		9.362.138,39
2410.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	119.665.800,00	113.253.661,61		6.412.138,39
2412.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	119.665.800,00	113.253.661,61		6.412.138,39
2412.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	17.309.000,00	-		17.309.000,00
2412.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS OP. CRÉDITO INTERNA	9.450.000,00	-		9.450.000,00
2412.06.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS OP. CRÉDITO EXTERNA	47.269.000,00	-		47.269.000,00
2412.07.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	45.637.800,00	113.253.661,61	67.615.861,61	
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	350.000,00	350.000,00	
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	350.000,00	350.000,00	
2421.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	350.000,00	350.000,00	
2460.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.300.000,00	-		3.300.000,00
2500.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.167.000,00	-		10.167.000,00
2590.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	10.167.000,00	-		10.167.000,00

receita/aut

Florianópolis, 31 de dezembro de 1996

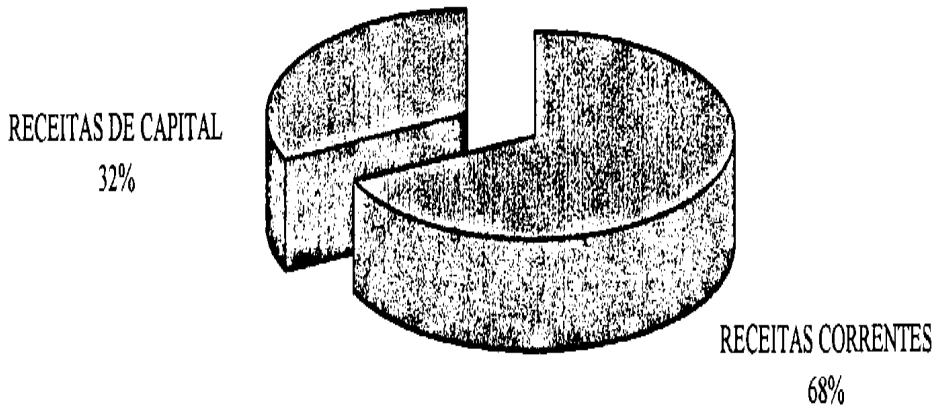
Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00317
FOLHA Nº

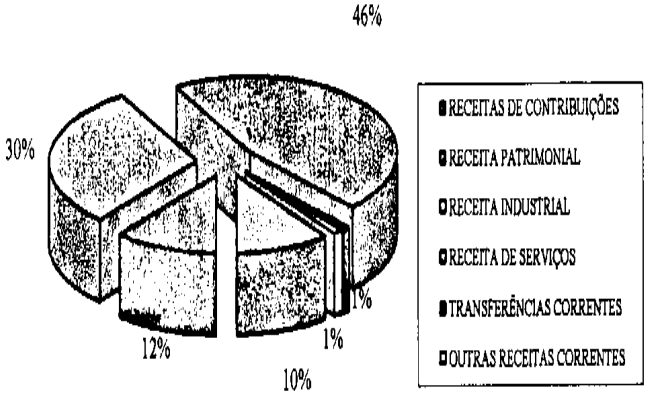
316

RECEITA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

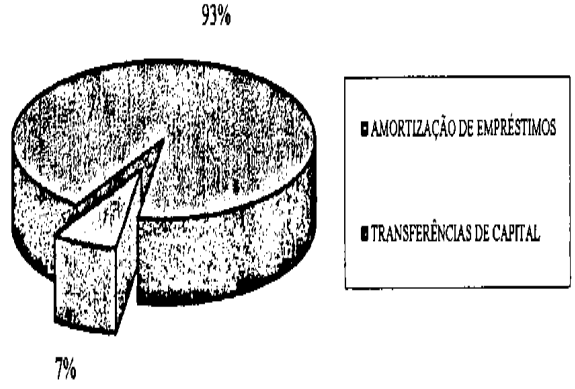


213

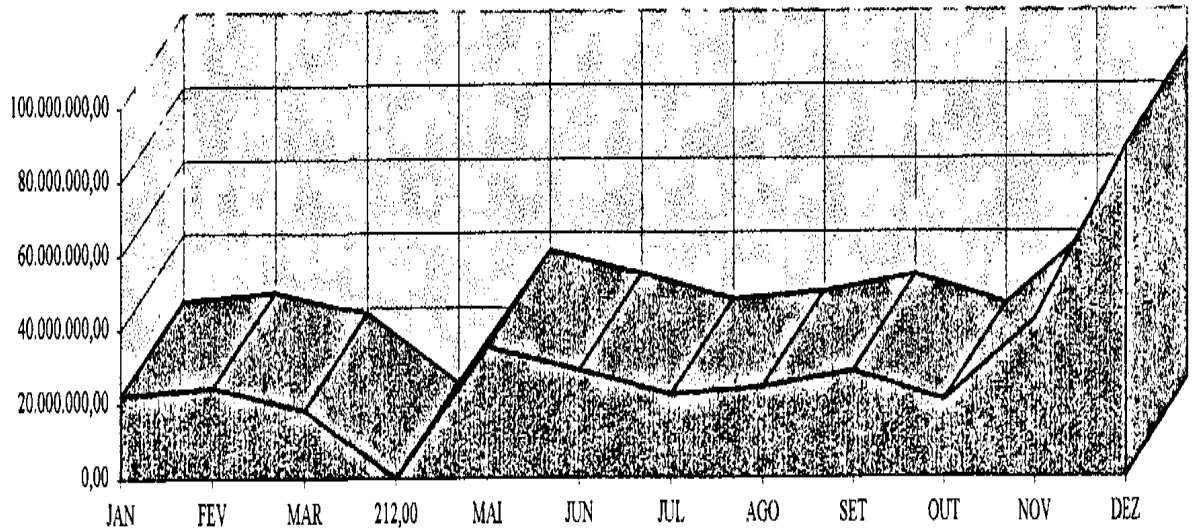
RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL



RECEITA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00313

316

317

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	22.270.613,76	24.619.817,06	18.622.462,12	22.218.362,53	35.469.749,31	29.026.299,80	22.272.992,83	24.350.206,53	28.810.862,16	20.902.472,38	42.545.189,12	89.105.205,39	380.214.232,89
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	11.027.672,33	15.131.419,26	16.552.530,90	17.064.281,19	17.771.110,27	17.567.198,94	17.050.990,09	16.026.417,44	16.759.253,82	16.752.888,32	17.904.675,33	78.655.383,70	258.263.821,81
1200.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.472.361,44	9.855.976,87	11.136.577,73	10.146.913,47	9.681.913,50	11.413.013,23	10.648.197,45	9.415.690,20	10.001.347,52	9.760.687,99	10.133.837,60	12.110.187,76	110.766.706,76
1210.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.472.361,44	9.855.976,87	11.136.577,73	10.146.913,47	9.681.913,50	11.413.013,23	10.648.197,45	9.415.690,20	10.001.347,52	9.760.687,99	10.133.837,60	12.110.187,76	110.766.706,76
1210.02.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	755.857,46	351.980,07	484.992,14	358.567,29	357.464,56	620.192,98	486.960,30	518.722,99	492.410,73	496.803,73	1.440.285,75	(126.730,66)	6.237.507,34
1210.03.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	433.557,35	478.923,75	563.776,91	496.539,04	472.302,27	382.222,14	345.430,17	284.357,87	318.784,87	233.612,83	204.223,30	186.664,67	4.400.379,19
1210.04.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS ESTADUAIS	2.303.763,15	7.595.355,36	8.604.290,33	7.932.379,58	7.617.450,63	9.280.868,54	8.751.591,29	7.704.714,20	8.227.905,60	8.299.683,02	7.762.083,16	11.370.505,79	95.452.592,55
1210.05.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS MUNICIPAIS	909.449,17	1.010.167,77	1.203.578,99	1.082.485,38	1.004.388,61	845.651,37	763.295,67	628.999,40	702.591,33	499.362,06	454.897,31	427.715,97	9.534.583,43
1210.06.00.00	CONTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	63.818,57	61.245,36	60.290,74	59.852,64	33.171,94	86.910,73	63.008,29	62.592,59	62.165,52	33.492,87	72.551,75	52.416,56	713.517,56
1210.07.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS FACULTATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	87,38	-	-	-	-	87,38
1210.08.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS VOLUNTÁRIOS	1.913,74	857,09	3.056,38	2.467,15	3.070,33	5.017,01	6.349,75	2.243,96	3.190,05	3.071,57	576,88	418,18	32.232,09
1210.09.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS	-	257.445,47	204.592,34	214.624,39	194.065,16	192.150,26	231.561,98	213.971,81	194.299,42	194.661,89	199.217,25	199.217,23	2.295.807,22
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	269.253,19	274.779,69	244.489,62	218.388,73	215.981,55	189.578,25	232.800,47	199.911,67	205.913,11	194.287,37	192.499,79	121.181,80	2.559.065,24
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	23.744,50	24.776,80	24.262,05	18.041,55	18.786,47	18.333,28	43.757,76	20.148,39	18.783,97	20.090,24	18.222,25	21.160,37	270.107,63
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	17.980,37	17.089,93	16.575,18	13.337,43	13.203,81	13.189,89	36.553,93	13.681,34	11.116,92	13.623,19	11.753,20	14.693,32	192.799,51
1312.00.00.00	ARRENDAMENTOS	5.764,13	7.686,87	7.686,87	4.704,12	5.582,66	5.143,39	7.204,83	6.467,05	7.667,05	6.467,05	6.467,05	6.467,05	77.308,12
1320.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	245.508,69	250.002,89	220.227,57	200.347,18	197.195,08	171.244,97	189.042,71	179.763,28	187.129,14	174.197,13	174.277,54	100.021,43	2.288.957,61
1322.00.00.00	DIVIDENDOS	-	9.190,85	-	-	500,09	201,15	16.496,68	-	8.141,79	-	-	-	34.530,56
1322.02.00.00	BESC S/A	-	9.190,85	-	-	-	-	-	-	8.141,79	-	-	-	17.332,64
1322.03.00.00	BANCO DO BRASIL S/A	-	-	-	-	500,09	-	-	-	-	-	-	-	500,09
1322.04.00.00	TELESC	-	-	-	-	-	-	16.496,68	-	-	-	-	-	16.496,68
1322.05.00.00	TELEBRÁS	-	-	-	-	-	201,15	-	-	-	-	-	-	201,15
1324.00.00.00	RENDAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	245.508,69	240.812,04	220.227,57	200.347,18	196.694,99	171.043,82	172.546,03	179.763,28	178.987,35	174.197,13	174.277,54	100.021,43	2.254.427,05
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	82.776,32	90.229,59	76.662,38	58.112,35	62.508,17	52.289,40	54.525,92	51.361,19	44.030,24	44.526,97	47.170,70	35.499,79	699.713,22
1324.03.00.00	CADERNETA DE POUPANÇA	10.487,91	12.746,93	8.872,91	8.043,30	8.229,83	8.814,74	7.527,18	8.080,12	8.864,93	8.128,99	10.451,07	10.149,87	110.397,78
1324.04.00.00	APLICAÇÕES EM CDB/RDB	152.244,26	137.835,52	134.692,28	134.191,53	125.956,99	109.939,68	110.492,93	120.321,97	126.072,18	121.541,17	116.655,77	54.371,77	1.444.316,05
1500.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	139.844,71	131.937,39	139.279,78	237.543,77	211.575,43	264.488,75	370.661,68	237.859,63	234.563,66	283.614,49	294.065,03	168.240,21	2.913.656,53
1520.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	139.844,71	131.937,39	139.279,78	237.543,77	211.575,43	264.488,75	370.661,68	237.859,63	234.563,66	283.614,49	294.065,03	168.240,21	2.913.656,53
1520.04.00.00	TIPOGRAFIA	139.844,71	131.937,39	139.279,78	237.543,77	211.575,43	264.488,75	370.661,68	237.859,63	234.563,66	283.614,49	294.065,03	168.240,21	2.913.656,53
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	2.145.532,75	1.646.613,18	2.162.970,72	2.128.503,16	2.815.951,47	1.776.449,50	2.096.859,07	2.478.495,70	1.950.681,51	2.325.645,21	2.335.260,38	2.589.156,16	26.451.938,81
1600.01.00.00	SERVIÇOS COMERCIAIS	141.835,09	98.482,88	86.327,72	150.159,90	149.603,36	95.040,27	175.753,10	175.532,44	155.254,89	148.524,29	145.149,15	114.617,81	1.636.280,90
1600.01.01.00	SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	141.835,09	98.482,88	86.327,72	150.159,90	149.603,36	95.040,27	175.753,10	175.532,44	155.254,89	148.524,29	145.149,15	114.617,81	1.636.280,90
1600.02.00.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	3.324,05	1.707,64	1.530,51	9.541,12	3.818,57	4.537,32	5.878,29	3.565,82	3.578,56	3.501,55	3.947,52	6.556,88	51.487,93
1600.02.01.00	JUROS DE EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	1.535,68	1.027,95	1.465,26	5.830,32	2.007,96	1.806,95	4.155,96	1.144,13	1.359,19	1.176,94	1.829,53	1.329,36	24.769,25
1600.02.02.00	JUROS DE EMPRÉSTIMOS ODONTOLÓGICOS	-	-	-	106,49	-	-	-	-	-	-	-	-	106,49
1600.02.03.00	JUROS DE EMPRÉSTIMOS SIMPLES	-	42,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42,94
1600.02.05.00	SEGURO HABITACIONAL	-	451,93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	451,93
1600.02.07.00	RECEITAS EVENTUAIS	1.788,37	184,82	65,25	3.604,31	1.810,61	2.730,37	1.722,43	2.421,69	2.219,37	2.224,61	2.117,97	5.227,52	26.117,32
1600.03.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTES	696.235,49	634.547,59	660.701,29	653.144,16	686.661,98	616.163,27	605.257,68	673.305,22	628.916,21	666.077,95	547.855,39	870.624,69	7.939.691,02
1600.03.01.00	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	696.235,49	634.547,59	660.701,29	653.144,16	686.661,98	616.163,27	605.257,68	673.305,22	628.916,21	666.077,95	547.855,39	870.624,69	7.939.691,02
1600.03.01.01	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	528.388,02	483.141,44	518.077,94	508.048,18	542.045,32	509.124,68	475.738,83	523.669,06	492.209,24	516.517,32	419.379,01	697.436,66	6.215.775,90
1600.03.01.02	EMOLUMENTOS	3.363,56	2.605,99	2.740,27	2.939,53	1.944,98	2.208,04	4.255,24	3.342,99	2.960,65	7.578,46	3.965,51	5.056,70	42.981,92
1600.03.01.03	MULTAS E INFRAÇÕES	4.884,45	3.927,54	18.414,80	1.796,36	2.163,20	3.363,24	2.189,10	3.961,12	4.534,16	12.355,09	2.882,86	8.625,16	69.099,08
1600.03.01.04	TERMINAIS RODOVIÁRIOS	159.599,46	144.872,62	121.468,28	140.340,09	140.508,48	101.463,41	123.074,31	140.522,05	129.212,16	129.626,88	121.628,01	159.506,17	1.611.834,12
1600.06.00.00	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	782.206,01	589.342,86	683.581,20	642.118,63	1.267.725,66	724.932,31	785.854,13	1.114.409,81	755.101,33	956.213,83	1.233.391,85	1.169.171,87	10.704.149,71
1600.06.01.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO PORTO DE EXPORTAÇÃO	188.503,13	144.199,46	158.019,46	109.919,98	436.463,62	225.505,61	195.282,64	332.872,67	233.223,00	256.441,39	314.058,38	220.224,88	2.814.716,22
1600.06.02.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO PORTO DE IMPORTAÇÃO	26.081,78	21.280,25	16.012,75	56.727,40	35.446,80	31.405,01	51.030,81	80.213,82	19.752,24	25.315,02	79.686,99	116.544,60	559.497,47
1600.06.03.00	SUPRIMENTO APARELHOS PORTUÁRIOS	43.127,00	27.670,83	42.569,69	28.076,88	43.485,47	28.934,19	30.115,19	37.412,67	23.593,69	42.457,66	47.168,51	38.547,21	433.158,99
1600.06.04.00	REBOQUES	31.824,56	37.014,67	21.979,12	51.514,03	63.719,95	45.004,43	49.185,95	52.866,46	63.002,60	50.484,80	65.699,19	65.017,95	597.313,71
1600.06.05.00	ARMAZENAGEM EXTERNA	35.180,26	5.337,54	12.086,22	5.464,07	5.916,93	6.736,52	13.965,67	23.876,60	10.936,04	16.987,52	26.501,12	10.809,42	173.797,91
1600.06.06.00	ARMAZENAGEM INTERNA	49.110,87	66.135,83	58.965,20	68.042,64	84.736,90	32.831,33	54.097,87	45.242,40	55.171,37	42.180,27	72.480,68	117.552,76	746.528,12
1600.06.07.00	TRANSPORTES	8.287,07	4.954,73	8.174,44	3.905,83	4.601,30	6.470,39	10.100,76	6.152,47	5.397,63	7.616,16	10.405,90	9.277,29	85.343,97
1600.06.08.00	SUPRIMENTO DE ÁGUA	2.215,74	983,40	1.763,30	623,70	1.937,10	2.022,90	475,20	-	-	-	1.340,90	1.531,44	12.893,68
1600.06.09.00	ATRACAÇÃO	19.946,16	12.365,60	18.921,76	14.462,24	28.410,72	17.626,96	18.655,32	33.606,21	17.807,92	44.050,26	30.612,23	25.183,60	281.649,18
1600.06.10.00	CAPATAZIA	377.929,44	269.400,55	345.110,26	303.381,88	563.004,87	328.394,97	362.940,49	502.166,51	326.216,84	470.780,75	583.437,15	564.387,72	4.999.151,43
1600.06.12.00	TARIFA PORTUÁRIA	-	-	-	-	-	-	4,03	-	-	-	-	95,00	99,03
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	-	-	735,00	6.720,00	-	-	-	7.384,54	5.704,39	774,36	7.174,66	8.423,79	36.916,74

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0034

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1600.13.07.00	PROJETOS, FISCALIZAÇÕES E CONSULTORIA DE OBRAS	-	-	775,00	6.720,00	-	-	-	7.384,54	5.704,39	774,36	7.174,66	8.433,79	36.916,74
1600.22.00.00	SERVIÇOS DE PUBLICIDADES E OUTROS	403.798,39	154.153,81	442.330,02	487.569,08	469.073,98	143.615,85	321.817,18	245.854,74	186.104,81	359.872,84	169.409,59	252.613,97	3.636.214,26
1600.24.00.00	SERVIÇOS DO REGISTRO DO COMÉRCIO	118.153,72	168.178,40	287.763,98	179.250,23	239.067,92	192.160,38	202.298,59	258.243,13	216.021,32	190.580,39	228.333,02	167.147,15	2.447.198,25
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.660.119,15	2.037.033,60	1.313.222,42	2.740.481,33	2.628.707,45	2.314.947,96	2.383.691,73	2.240.240,58	2.913.763,59	2.433.277,40	3.030.409,18	3.009.974,28	29.705.868,67
1710.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.660.119,15	2.037.033,60	1.313.222,42	2.740.481,33	2.628.707,45	2.314.947,96	2.383.691,73	2.240.240,58	2.913.763,59	2.433.277,40	3.030.409,18	3.009.974,28	29.705.868,67
1712.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	2.660.119,15	2.037.033,60	1.313.222,42	2.740.481,33	2.628.707,45	2.314.947,96	2.383.691,73	2.240.240,58	2.913.763,59	2.433.277,40	3.030.409,18	3.009.974,28	29.705.868,67
1712.01.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.660.119,15	2.037.033,60	1.313.222,42	2.740.481,33	2.628.707,45	2.314.947,96	2.383.691,73	2.240.240,58	2.913.763,59	2.433.277,40	3.030.409,18	3.009.974,28	29.705.868,67
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.340.541,11	1.185.278,53	1.365.990,63	1.592.446,73	2.216.980,87	1.608.721,25	1.318.799,69	1.454.219,86	1.452.984,45	1.755.376,06	1.918.603,35	60.656.643,69	77.866.585,80
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	1.143.007,91	1.012.324,58	1.069.420,92	1.140.046,79	1.125.526,07	1.000.512,50	1.219.626,23	1.093.720,16	1.138.601,37	1.335.568,15	1.392.615,84	1.732.775,53	14.403.746,05
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	1.143.007,91	1.012.324,58	1.069.420,92	1.140.046,79	1.125.526,07	1.000.512,50	1.219.626,23	1.093.720,16	1.138.601,37	1.335.568,15	1.392.615,84	1.732.775,53	14.403.746,05
1919.01.00.00	MULTAS DE TRÂNSITO	1.037.877,12	918.349,52	999.355,31	1.019.645,93	1.040.336,25	858.698,79	1.096.789,03	1.014.029,23	978.075,77	1.263.407,49	1.351.544,90	1.664.899,79	13.223.009,13
1919.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	105.130,79	73.975,06	70.065,61	120.400,86	85.189,82	141.813,71	122.837,20	79.690,93	160.525,60	92.160,66	41.070,94	67.875,74	1.180.736,92
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	123.359,06	76.322,84	7.609,15	9.756,08	3.259,60	549.059,29	9.804,10	11.656,06	247.442,07	319.450,36	43.524,02	35.980,06	1.437.222,69
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.913,14	5.652,82	1.750,00	8.978,40	215,83	549.059,29	8.171,72	1.981,82	247.359,07	319.450,36	-	35.918,91	1.180.451,36
1921.08.00.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR	1.913,14	1.610,00	1.750,00	2.019,10	-	549.040,29	8.171,72	1.981,82	247.359,07	319.450,36	-	34.709,83	1.168.005,35
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	-	4.042,82	-	6.959,30	215,83	19,00	-	-	-	-	-	1.209,06	12.446,01
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	121.445,92	70.670,02	5.859,15	777,68	3.043,77	-	1.632,38	9.674,24	83,00	-	43.524,02	61,15	256.771,33
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	74.174,14	96.631,11	288.960,56	442.643,86	1.088.195,20	39.149,46	89.369,36	348.843,44	66.940,99	100.357,55	482.463,49	58.887.887,90	62.025.617,06
1990.01.00.00	RECEITA DA LOTESC	-	-	-	-	-	-	-	-	17.976,04	-	(17.976,04)	-	-
1990.05.00.00	BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-	151.568,46	871.669,03	76.080,06	261.859,02	226,50	5.711,59	326.844,75	58.810.619,16	60.506.578,57
1990.10.00.00	SERV. ACES. DIVS./TX. ENERGIA/SERV. EXT. SERV.	48.891,34	25.253,53	30.863,17	38.468,00	52.177,89	53.500,33	33.115,65	60.730,08	40.662,90	74.386,10	85.120,05	59.297,58	604.466,62
1990.11.00.00	SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE ARMAZÉNS	20,56	97,31	127,69	55,18	100,18	260,39	336,78	-	97,40	8,97	38,22	34,84	1.177,52
1990.12.00.00	SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE TRANSPORTES	3.347,15	4.542,25	4.113,63	944,18	2.300,81	928,29	3.350,65	3.016,63	6.689,68	6.905,39	1.774,30	2.202,45	42.115,41
1990.13.00.00	OPERADOR PORTUÁRIO	-	-	-	-	-	165,74	-	-	-	-	-	176,94	342,68
1990.26.00.00	VENDAS DE EDITAIS	80,00	-	-	-	-	-	-	-	915,00	520,00	360,00	130,00	2.005,00
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	21.835,09	66.738,02	253.856,07	403.176,30	882.047,86	(867.374,22)	(25.313,78)	21.237,71	373,47	12.825,30	84.302,21	15.626,93	868.931,26
2000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	11.242.941,41	9.488.397,80	2.069.931,22	3.154.081,34	17.698.639,04	11.459.100,86	5.222.002,74	8.323.789,09	12.051.608,34	4.149.583,86	24.640.513,79	10.449.821,59	121.950.411,00
2300.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	161.985,19	552.963,91	373.774,64	399.384,39	833.933,68	880.996,28	955.161,25	809.730,09	853.133,36	1.018.635,42	869.803,61	637.225,85	8.346.749,47
2300.01.00.00	EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	10.346,12	17.872,31	17.004,63	25.564,05	20.011,16	25.272,77	27.648,99	23.033,16	34.302,59	33.779,84	20.185,89	22.148,20	277.170,91
2300.02.00.00	EMPRÉSTIMO SIMPLES	48.588,13	47.708,86	539,67	93.034,54	38.538,01	37.479,94	38.266,53	38.804,16	38.062,39	39.117,43	4.427,24	1.744,27	426.332,19
2300.03.00.00	EMPRÉSTIMO MÉDICO HOSPITALAR	99.458,34	479.414,91	350.950,18	277.735,97	772.277,03	816.736,42	884.211,32	743.641,70	776.939,64	940.763,76	840.734,73	609.950,40	7.592.814,40
2300.05.00.00	EMPRÉSTIMO ODONTOLÓGICO	3.592,60	7.967,63	5.280,16	3.049,83	3.089,28	1.507,15	5.034,41	4.249,07	3.847,74	4.975,37	4.455,75	3.382,98	50.431,97
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.080.956,22	8.935.433,89	1.696.156,58	4.754.696,95	16.864.703,56	10.578.104,58	4.266.841,49	7.514.059,00	11.198.454,98	3.130.948,44	23.770.710,18	9.812.593,74	113.603.661,61
2410.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.080.956,22	8.935.433,89	1.696.156,58	4.754.696,95	16.864.703,56	10.578.104,58	4.266.841,49	7.514.059,00	11.198.454,98	3.130.948,44	23.520.709,18	9.712.596,74	113.253.661,61
2412.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	11.080.956,22	8.935.433,89	1.696.156,58	4.754.696,95	16.864.703,56	10.578.104,58	4.266.841,49	7.514.059,00	11.198.454,98	3.130.948,44	23.520.709,18	9.712.596,74	113.253.661,61
2412.07.00.00	TRANSF. DE RECURSOS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	11.080.956,22	8.935.433,89	1.696.156,58	4.754.696,95	16.864.703,56	10.578.104,58	4.266.841,49	7.514.059,00	11.198.454,98	3.130.948,44	23.520.709,18	9.712.596,74	113.253.661,61
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.001,00	99.999,00	350.000,00
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.001,00	99.999,00	350.000,00
2421.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.001,00	99.999,00	350.000,00

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00320

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-	SALDO NÃO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL	NHADA NO ANO	UTILIZADO
0000.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	364.695.988,00	157.320.151,80	26.756.246,84	495.259.892,96	397.595.278,30	97.664.614,66
3000.00	DESPESAS CORRENTES	200.846.653,00	38.728.065,47	7.716.554,10	231.858.164,37	197.324.384,11	34.533.780,26
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	67.861.781,00	26.713.385,60	7.432.898,68	87.142.267,92	64.476.341,80	22.665.926,12
3110.00	PESSOAL	31.192.581,00	11.666.296,27	1.246.746,48	41.612.130,79	34.231.750,65	7.380.380,14
3111.00	PESSOAL CIVIL	29.731.066,00	10.671.610,90	1.210.768,42	39.191.908,48	32.827.888,31	6.364.020,17
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.461.515,00	994.685,37	35.978,06	2.420.222,31	1.403.862,34	1.016.359,97
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.438.300,00	4.126.477,12	2.253.873,70	10.310.903,42	7.055.676,62	3.255.226,80
3130.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	26.723.890,00	9.413.882,67	2.719.940,76	33.417.831,91	22.147.652,31	11.270.179,60
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	319.000,00	217.346,18	151.059,89	385.286,29	150.275,62	235.010,67
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	26.404.890,00	9.196.536,49	2.568.880,87	33.032.545,62	21.997.376,69	11.035.168,93
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.507.010,00	1.506.729,54	1.212.337,74	1.801.401,80	1.041.262,22	760.139,58
3191.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	693.008,00	37.379,83	578.650,00	151.737,83	640,26	151.097,57
3192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	814.002,00	1.469.349,71	633.687,74	1.649.663,97	1.040.621,96	609.042,01
3200.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	132.984.872,00	12.014.679,87	283.655,42	144.715.896,45	132.848.042,31	11.867.854,14
3230.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	81.100,00	26.224,13	20.978,06	86.346,07	-	86.346,07
3231.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	81.100,00	26.224,13	20.978,06	86.346,07	-	86.346,07
3250.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	129.428.261,00	10.670.678,24	238.251,82	139.860.687,42	130.372.588,72	9.488.098,70
3251.00	INATIVOS	7.801.861,00	3.904.572,83	223.297,57	11.483.136,26	10.856.535,08	626.601,18
3252.00	PENSIONISTAS	85.010.000,00	4.465.708,69	-	89.475.708,69	88.847.876,49	627.832,20
3253.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	442.400,00	80.196,42	4.954,25	517.642,17	342.535,90	175.106,27
3255.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	60.000,00	3.881,26	-	63.881,26	-	63.881,26
3256.00	BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.300.000,00	1.840.444,90	-	37.140.444,90	29.463.330,36	7.677.114,54
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	814.000,00	375.874,14	10.000,00	1.179.874,14	862.310,89	317.563,25
3260.00	ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1.220.000,00	78.919,63	-	1.298.919,63	-	1.298.919,63
3261.00	JUROS DA DÍVIDA CONTRATADA	1.210.000,00	78.272,78	-	1.288.272,78	-	1.288.272,78
3262.00	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATADA	10.000,00	646,85	-	10.646,85	-	10.646,85
3280.00	CONTRIBUIÇÕES P/FORM.DO PATR. DO SERV.PÚB.-PASEP	1.944.511,00	1.209.806,82	12.936,52	3.141.381,30	2.411.752,79	729.628,51

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00321

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-	SALDO NÃO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL	NHADA NO ANO	UTILIZADO
3290.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	311.000,00	29.051,05	11.489,02	328.562,03	63.700,80	264.861,23
3291.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	200.000,00	11.407,52	-	211.407,52	62.812,80	148.594,72
3292.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	111.000,00	17.643,53	11.489,02	117.154,51	888,00	116.266,51
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	163.849.335,00	118.592.086,33	19.039.692,74	263.401.728,59	200.270.894,19	63.130.834,40
4100.00	INVESTIMENTOS	141.915.135,00	116.092.763,60	18.736.238,41	239.271.660,19	185.197.920,62	54.073.739,57
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	121.291.500,00	81.708.448,32	14.900.909,74	188.099.038,58	151.592.148,26	36.506.890,32
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.239.835,00	3.773.834,86	2.039.545,99	11.974.123,87	2.239.914,07	9.734.209,80
4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	10.383.800,00	30.610.480,42	1.795.782,68	39.198.497,74	31.365.858,29	7.832.639,45
4192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.383.800,00	30.610.480,42	1.795.782,68	39.198.497,74	31.365.858,29	7.832.639,45
4200.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	20.088.100,00	1.132.822,82	303.454,33	20.917.468,49	13.399.240,26	7.518.228,23
4210.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	300.000,00	19.406,46	-	319.406,46	-	319.406,46
4220.00	AQUIS. DE OUTROS BENS DE CAPITAL JÁ EM UTILIZAÇÃO	100,00	6,42	-	106,42	-	106,42
4230.00	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	2.500.000,00	148.117,91	300.000,00	2.348.117,91	1.314.151,45	1.033.966,46
4240.00	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO	50.000,00	3.234,39	-	53.234,39	-	53.234,39
4250.00	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPR.DE CAP.JÁ INTEGRALIZADOS	35.000,00	29.424,99	3.454,33	60.970,66	17.112,79	43.857,87
4260.00	CONST.OU AUMENTO CAP. EMPR. COMERCIAIS OU FINANC	203.000,00	13.131,65	-	216.131,65	-	216.131,65
4270.00	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	17.000.000,00	919.501,00	-	17.919.501,00	12.067.976,02	5.851.524,98
4300.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.846.100,00	1.366.499,91	-	3.212.599,91	1.673.733,31	1.538.866,60
4320.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	958.500,00	1.309.082,68	-	2.267.582,68	1.673.733,31	593.849,37
4323.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	958.500,00	1.309.082,68	-	2.267.582,68	1.673.733,31	593.849,37
4330.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100,00	6,42	-	106,42	-	106,42
4331.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	100,00	6,42	-	106,42	-	106,42
4350.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	887.500,00	57.410,81	-	944.910,81	-	944.910,81
4351.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA	887.500,00	57.410,81	-	944.910,81	-	944.910,81

despesa.aut

Florianópolis, 13 de fevereiro de 1997

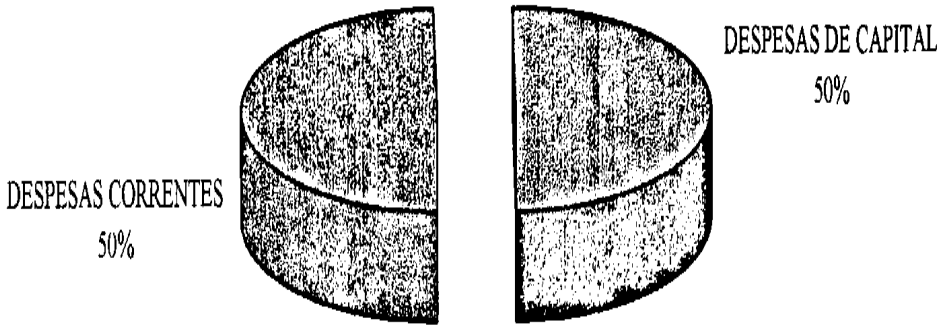
Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874 - mat.209.888-1

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097 - mat. 199.830-7

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00322

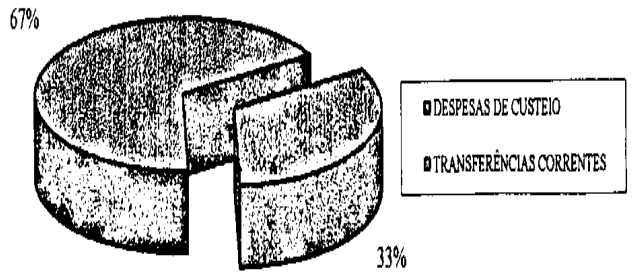
321

DESPESA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

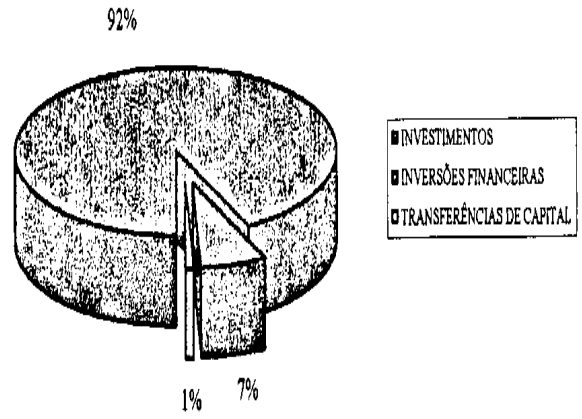


213

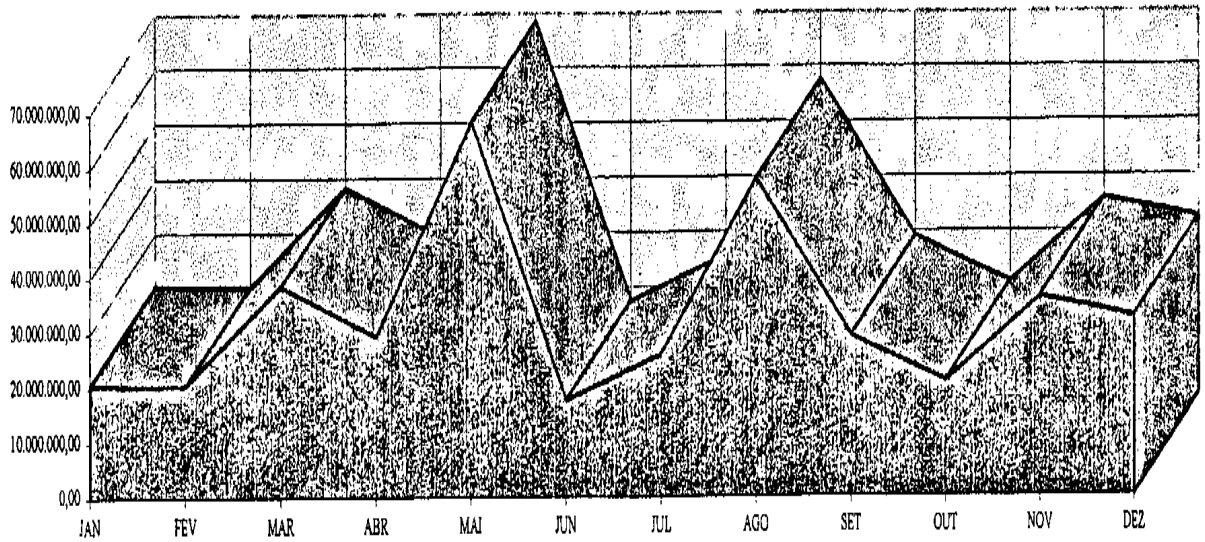
DESPESAS CORRENTES



DESPESAS DE CAPITAL



DESPESA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00327

321

322

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	20.587.003,11	20.424.405,60	38.527.611,23	29.318.953,07	68.460.356,17	17.689.883,98	25.890.017,31	57.899.964,12	29.226.486,97	20.969.962,12	36.163.645,78	32.436.988,84	397.595.278,50
3000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	19.309.117,73	13.200.872,66	8.107.254,03	14.228.096,69	27.102.078,84	14.096.802,32	7.901.109,36	23.178.214,94	14.888.121,06	15.184.472,83	13.051.134,79	24.176.308,66	197.324.584,11
3100.00.00.00	DESPESAS DE CUSTEIO	8.473.463,15	4.514.764,77	5.129.728,14	4.701.531,79	6.281.418,75	5.488.190,99	4.036.883,85	6.677.581,96	4.496.291,73	5.447.622,22	3.497.807,90	5.711.056,55	64.676.341,80
3110.00.00.00	PESSOAL	2.462.004,10	2.431.686,98	1.740.755,96	2.501.845,04	3.492.166,31	2.826.954,84	2.843.872,29	2.596.313,38	2.715.418,95	2.641.328,58	2.170.571,25	5.808.832,97	34.231.750,65
3111.00.00.00	PESSOAL CIVIL	2.419.741,92	2.325.937,24	1.637.820,86	2.408.354,33	3.379.424,11	2.720.272,84	2.734.685,33	2.491.382,69	2.518.960,09	2.604.268,93	2.058.060,79	5.528.979,18	32.827.888,31
3111.01.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	2.215.452,51	2.203.579,05	1.397.694,37	2.183.785,33	3.068.928,95	2.502.011,30	2.289.841,66	2.308.965,97	2.223.530,44	2.409.370,30	1.722.756,79	3.691.166,49	28.217.683,16
3111.01.01.00	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	2.214.632,52	2.201.349,56	1.387.394,50	2.178.450,30	3.063.662,79	2.496.128,56	2.281.360,98	2.305.043,54	2.217.065,34	2.403.940,86	1.718.814,62	3.686.664,00	28.154.507,57
3111.01.02.00	VVF - PESSOAL CLT	799,99	2.229,49	10.299,87	5.335,03	5.266,16	5.882,74	8.480,68	3.922,43	6.465,10	5.429,44	3.942,17	4.522,49	62.575,59
3111.02.00.00	DESPESAS VARIÁVEIS	204.289,41	122.358,19	240.126,49	224.569,00	310.495,16	218.261,54	444.843,67	182.416,72	295.429,65	194.898,63	335.104,00	1.837.812,69	4.610.805,15
3111.02.03.00	DIÁRIAS	182.467,50	84.377,63	209.738,75	184.202,25	237.956,51	169.863,50	163.822,37	144.107,50	257.081,75	146.430,50	270.147,50	89.740,49	2.139.936,25
3111.02.04.00	SUBSTITUIÇÃO	2.054,61	19.210,32	4.680,17	10.446,11	2.241,44	7.156,50	5.512,48	226,98	81,68	8.568,88	2.772,66	3.133,98	67.805,81
3111.02.05.00	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	19.710,46	18.770,24	25.707,57	28.657,46	69.506,65	39.151,82	34.831,05	37.514,34	37.961,25	38.723,14	41.014,63	60.917,52	452.668,13
3111.02.06.00	DESPESAS DIVERSAS PESSOAL CIVIL	56,84	-	-	1.263,18	790,56	2.089,72	240.677,77	567,90	304,97	1.184,11	20.369,21	1.684.020,70	1.951.324,96
3113.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	42.262,18	105.749,74	102.935,10	93.490,71	112.742,20	106.682,00	109.186,96	104.930,69	196.458,86	37.059,65	112.510,46	279.853,79	1.403.862,34
3120.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	410.914,33	329.782,56	808.539,82	882.158,70	765.756,97	860.888,71	539.724,13	531.233,70	526.598,77	673.948,92	507.867,04	217.262,95	7.055.676,62
3120.00.01.00	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	26.695,96	17.244,05	28.027,52	44.117,18	35.191,38	17.775,59	25.620,85	38.941,06	18.912,49	16.788,04	33.883,00	43.253,85	346.652,97
3120.00.02.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	195.205,17	53.574,98	370.356,81	233.280,22	216.032,87	210.370,49	156.382,89	61.067,39	127.615,69	27.858,84	29.426,09	(240.244,45)	1.443.126,99
3120.00.03.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	1.768,94	4.253,25	15.130,11	2.279,63	1.707,80	15.028,69	3.271,20	352,20	8.239,01	2.693,85	2.335,95	3.590,74	60.671,37
3120.00.04.00	FORRAGEM E CORRELATOS	-	-	-	-	549,71	-	-	-	-	-	-	(549,71)	-
3120.00.05.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	20.976,15	8.198,80	25.008,11	21.639,45	17.029,08	21.802,09	32.817,68	15.286,13	11.463,23	26.944,24	19.674,10	23.106,40	243.945,46
3120.00.07.00	PEÇAS, ACESSÓRIOS E SOBRE PARA VEÍCULOS	88.876,67	140.717,63	223.765,14	257.406,93	269.504,63	163.343,01	214.450,42	190.333,80	164.810,06	251.408,61	223.100,52	263.593,02	2.451.310,24
3120.00.08.00	MATERIAL PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	-	-	-	-	-	-	-	-	156,00	(156,00)	-	-	-
3120.00.09.00	MED.PROD.QUIM.FARM.ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	139,12	2.406,37	932,26	1.311,73	2.573,13	642,50	1.511,10	3.259,60	323,45	3.939,98	1.258,72	(1.438,02)	16.859,94
3120.00.10.00	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	38.106,19	26.000,89	64.301,83	95.139,77	156.683,88	286.256,39	47.163,61	52.831,59	33.598,30	249.146,05	43.318,73	82.227,30	1.174.674,53
3120.00.11.00	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	39.146,15	77.386,59	80.998,04	223.983,79	66.484,69	145.469,95	58.506,38	169.161,93	161.480,54	93.325,31	134.969,93	43.721,82	1.318.635,12
3130.00.00.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	5.538.315,36	1.676.810,27	2.560.297,80	1.293.907,99	1.892.865,29	1.857.041,46	669.370,23	2.843.098,91	1.245.322,60	2.068.686,39	819.369,61	(317.433,80)	22.147.652,31
3131.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	103.741,64	2.384,00	(11.240,68)	33.029,30	(16.818,13)	37.804,49	11.969,35	4.526,39	(2.512,29)	2.300,95	1.542,27	(18.451,87)	150.275,62
3132.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	5.434.573,72	1.674.426,27	2.571.538,48	1.259.878,69	1.909.683,42	1.819.236,97	657.400,88	2.838.572,52	1.247.834,89	2.066.385,64	817.827,34	(298.981,93)	21.997.376,69
3132.00.01.00	ACORDOS E CONVÊNIOS	773.200,00	182.381,35	778.480,00	142.196,00	(136.816,22)	152.915,68	-	437.316,00	119.378,25	160.114,99	16.129,47	(401.825,41)	2.223.670,31
3132.00.02.00	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	9.431,00	4.224,48	3.959,40	1.672,40	5.036,48	6.738,13	2.176,80	6.727,90	3.006,88	7.035,00	4.726,40	3.510,38	68.245,47
3132.00.03.00	COMUNICAÇÃO	499.468,83	5.167,87	10.512,08	3.456,47	(46.610,74)	115.312,99	102.176,83	131.037,29	117.532,99	9.926,41	9.710,15	(26.413,29)	933.468,88
3132.00.04.00	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	44.978,09	41.186,71	97.161,06	85.838,11	115.248,37	98.206,94	111.127,98	117.831,54	96.636,57	130.946,28	111.934,56	94.619,50	1.145.715,71
3132.00.05.00	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	20.960,00	36,19	54,00	648,00	(537,30)	1.500,00	-	-	1.500,00	-	1.763,76	669,30	26.593,95
3132.00.06.00	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	502.100,68	39.557,64	57.498,63	89.505,28	(32.811,77)	164.251,19	44.431,00	49.935,96	52.655,70	214.333,37	8.203,23	(32.133,44)	1.171.527,27
3132.00.07.00	SERV. CONSERV. MANUT. BENS UTIL. COM. POVO	-	-	-	640,00	-	-	-	95,00	-	213.386,72	-	168.251,59	382.374,31
3132.00.08.00	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	81.051,47	20.729,40	29.666,11	74.837,33	141.537,01	353.573,90	31.525,74	192.431,99	35.741,99	54.127,21	52.810,49	24.634,25	1.092.667,89
3132.00.09.00	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	554.473,70	6.824,00	17.281,00	6.535,84	3.093,00	4.815,80	(25.767,00)	10.783,61	312.193,30	6.706,00	3.437,00	(471.879,00)	428.497,17
3132.00.10.00	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	-	2.000,00	-	33,00	-	1.500,00	-	-	1.500,00	-	-	-	5.033,00
3132.00.12.00	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	69.578,77	12.108,69	202.451,15	102.328,44	10.212,73	52.571,98	4.329,63	10.251,01	11.120,05	-	-	(33.732,28)	442.219,99
3132.00.13.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	122.832,80	154.547,90	342.908,52	(67.234,08)	456.907,22	10.392,74	1.787,70	7.963,96	2.665,96	13.165,96	(232,54)	18.733,50	1.064.441,64
3132.00.13.00	PASSAGENS	40.308,44	2.573,42	19.402,17	(267,25)	(9.569,79)	25.277,69	1.146,36	27.681,94	882,36	(1.578,88)	14.747,44	142,55	120.746,65
3132.00.16.00	RECEPÇÕES E HOSPEDAGENS	-	-	-	-	-	-	-	-	548,60	-	382,50	81,80	1.012,90
3132.00.17.00	REFEIÇÕES	20.506,21	317.009,00	-	-	(13.924,83)	-	-	-	-	-	-	23.040,63	346.631,01
3132.00.19.00	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONF., EX., E OUTROS	-	-	-	-	4.500,00	527,49	-	-	-	1.846,00	5.613,84	-	12.487,33
3132.00.21.00	SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	1.859.838,73	880.608,38	1.003.492,90	815.342,54	1.374.422,35	576.221,67	367.848,02	1.812.676,15	491.196,91	621.751,84	417.255,05	556.216,82	10.786.871,36
3132.00.22.00	SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	835.845,00	5.471,24	8.671,46	1.346,41	38.996,89	254.230,75	12.617,82	33.838,17	1.284,13	634.624,74	161.343,99	(134.899,95)	1.753.370,65
3190.00.00.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	62.229,34	76.484,96	20.134,56	22.620,06	130.630,18	(56.694,03)	3.917,20	706.935,97	8.951,41	63.658,13	-	2.394,43	1.041.262,22
3191.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	640,26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	640,26
3192.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61.589,08	76.484,96	20.134,56	22.620,06	130.630,18	(56.694,03)	3.917,20	706.935,97	8.951,41	63.658,13	-	2.394,43	1.040.621,96
3200.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.835.654,58	10.686.107,89	2.977.525,89	9.526.564,90	20.821.460,09	8.608.611,33	3.844.225,71	16.600.632,98	10.391.829,33	9.736.850,61	10.353.326,89	18.465.252,11	132.848.042,31
3250.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	10.713.550,55	10.603.383,41	2.864.161,72	9.389.836,11	20.681.573,47	8.088.549,64	3.696.192,27	16.323.107,84	10.266.362,81	9.430.079,90	10.175.687,09	18.140.103,91	130.372.588,72
3251.00.00.00	INATIVOS	740.282,26	745.375,90	426.970,31	770.976,84	1.232.983,56	872.793,58	899.645,53	851.040,61	829.797,92	897.270,17	683.220,77	1.906.177,63	10.056.535,09
3251.00.01.00	PROVENTOS DO PESSOAL CIVIL	740.282,26	745.375,90	426.970,31	770.976,84	1.232.983,56	872.793,58	899.645,53	851.040,61	829.797,92	897.270,17	683.220,77	1.906.177,63	10.056.535,09

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00322

323

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3252.00.00.00	PENSIONISTAS	6.535.695,57	6.942.683,22	2.531,88	6.237.867,79	14.358.140,11	7.142.120,92	15.240,41	13.822.737,41	6.687.211,58	6.923.287,42	6.827.342,35	13.353.017,83	88.847.876,49
3252.00.01.00	ABONOS E PENSÕES	6.535.695,57	6.942.683,22	2.531,88	6.237.867,79	14.358.140,11	7.142.120,92	15.240,41	13.822.737,41	6.687.211,58	6.923.287,42	6.827.342,35	13.353.017,83	88.847.876,49
3253.00.00.00	SALÁRIO-FAMILIA	28.496,75	28.173,92	4.992,59	28.026,72	52.529,83	28.908,60	17.726,70	39.852,89	28.613,96	28.425,37	13.798,21	40.110,36	342.535,90
3253.00.01.00	SALÁRIO-FAMILIA SERVIDORES CIVIS EM ATIVIDADE	14.516,47	14.166,86	4.404,99	14.838,72	24.885,69	14.701,52	14.671,70	14.409,29	14.311,36	14.263,17	4.146,66	23.576,79	172.093,22
3253.00.02.00	SALÁRIO-FAMILIA DE INATIVOS CIVIS	2.969,28	2.953,60	587,60	2.953,60	5.475,60	3.134,82	3.055,00	3.073,20	3.143,40	3.049,80	598,00	5.506,80	36.500,70
3253.00.04.00	SALÁRIO-FAMILIA DE PENSIONISTAS	11.011,00	11.053,46	-	11.034,40	22.168,54	11.152,26	-	22.370,40	11.159,20	11.112,40	11.053,53	11.026,77	135.141,96
3256.00.00.00	BENF. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.705.978,07	2.882.568,86	2.427.366,25	2.348.834,11	5.034.525,36	44.136,54	2.762.380,95	1.601.106,75	2.715.984,84	1.375.776,27	2.643.893,57	2.920.778,79	29.463.330,36
3259.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	703.097,90	4.581,51	2.300,69	3.330,65	3.394,61	510,00	1.198,68	8.370,18	4.754,51	205.320,67	5.432,19	(79.980,70)	862.310,89
3280.00.00.00	CONTRIB. P/FORM. PATRIM. DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	122.104,03	49.305,22	84.274,01	135.537,41	139.886,62	520.061,69	148.033,44	277.525,14	125.466,52	306.770,71	177.639,80	325.148,20	2.411.752,79
3290.00.00.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	33.419,26	29.090,16	1.191,38	-	-	-	-	-	-	-	-	63.700,80
3291.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	-	33.419,26	28.202,16	1.191,38	-	-	-	-	-	-	-	-	62.812,80
3292.00.00.00	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	888,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	888,00
4000.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.277.885,38	5.223.532,74	30.420.357,20	15.090.856,38	41.357.477,33	3.593.081,66	17.988.907,95	34.621.749,18	14.338.365,91	5.785.489,29	22.312.510,99	8.260.680,18	200.270.894,19
4100.00.00.00	INVESTIMENTOS	189.341,38	4.027.879,96	29.262.306,17	13.367.082,60	38.960.683,84	2.534.855,57	16.688.413,91	33.796.462,63	13.077.315,16	5.114.775,18	21.207.533,70	6.971.270,32	185.197.920,62
4110.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	-	1.123.174,27	28.019.739,10	12.939.031,53	38.366.487,43	667.434,33	15.918.549,86	32.213.120,22	5.701.021,71	1.679.635,24	18.578.180,03	6.383.754,54	161.592.148,26
4120.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	128.450,10	12.119,06	74.874,68	60.308,49	190.585,49	464.486,24	98.881,66	318.420,31	94.160,13	108.196,27	344.840,76	344.590,88	2.239.914,07
4120.00.01.00	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	125.179,20	11.471,97	71.632,00	2.796,83	184.240,78	461.709,96	52.191,00	303.199,23	7.484,33	36.082,54	177.080,01	293.156,52	1.726.224,37
4120.00.02.00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-	437,10	-	-	-	214,10	64,00	672,50	-	9,00	204,00	-	1.600,70
4120.00.03.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	2.940,00	-	-	3.845,18	1.698,22	1.694,00	2.637,81	12.427,80	84.399,00	46.288,12	1.584,80	27.375,00	184.889,93
4120.00.04.00	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.808,00	103.940,00	-	127.748,00
4120.00.05.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	330,90	209,99	3.242,68	53.666,48	4.646,49	868,18	43.988,85	2.120,78	2.276,80	2.008,61	62.031,95	24.059,36	199.451,87
4190.00.00.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	60.891,48	2.890.586,63	1.167.692,39	367.742,58	10.403.610,92	1.402.935,00	670.982,39	1.264.922,10	7.282.133,32	3.326.923,67	2.284.512,91	342.924,90	31.565.858,29
4192.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.891,48	2.890.586,63	1.167.692,39	367.742,58	10.403.610,92	1.402.935,00	670.982,39	1.264.922,10	7.282.133,32	3.326.923,67	2.284.512,91	342.924,90	31.565.858,29
4200.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.088.543,80	1.142.617,78	1.137.592,27	1.074.330,14	2.133.310,26	657.537,95	1.155.464,41	640.240,94	1.301.030,75	603.407,41	1.126.048,51	1.339.096,04	13.399.248,26
4230.00.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REVENDA	-	-	147.752,63	151.128,73	-	657.555,95	-	-	184.620,26	65.000,00	3.687,73	104.405,15	1.314.151,45
4250.00.00.00	AQUIS. DE TÍTULOS REPRES. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	-	1.117,63	-	4.313,03	862,12	-	-	1.897,01	-	-	6.703,38	2.217,62	17.112,79
4270.00.00.00	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.088.543,80	1.141.500,15	989.839,64	918.885,28	2.132.448,14	(10,00)	1.155.464,41	638.343,93	1.116.430,49	538.407,41	1.115.637,40	1.232.473,27	12.067.976,02
4300.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	53.035,00	20.458,76	649.443,64	263.483,23	400.688,14	145.029,63	185.045,61	(40.000,00)	67.306,70	(21.071,22)	(49.686,18)	1.673.733,31
4320.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	53.035,00	20.458,76	649.443,64	263.483,23	400.688,14	145.029,63	185.045,61	(40.000,00)	67.306,70	(21.071,22)	(49.686,18)	1.673.733,31
4323.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	-	53.035,00	20.458,76	649.443,64	263.483,23	400.688,14	145.029,63	185.045,61	(40.000,00)	67.306,70	(21.071,22)	(49.686,18)	1.673.733,31
4323.01.00.00	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	-	53.035,00	20.458,76	649.443,64	263.483,23	400.688,14	145.029,63	185.045,61	(40.000,00)	67.306,70	(21.071,22)	(49.686,18)	1.673.733,31

REPLICAÇÃO XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00325

323

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
AUTARQUIAS
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO		TÍTULO / ENTIDADE	VALOR
2.01		**DISPONÍVEL**	**10.247.753,86**
2.01.01		**CAIXA**	**6.891,55**
	4721	Imprensa Oficial do Estado	790,35
	4722	Instituto de Previdência do Estado de SC	3.415,44
	5321	Adm. do Porto de São Francisco do Sul	2.685,76
2.01.04		**BANCOS E CORRESPONDENTES**	**1.933.877,12**
	4721	Imprensa Oficial do Estado	625.188,08
	4722	Instituto de Previdência do Estado de SC	349.949,47
	5321	Adm. do Porto de São Francisco do Sul	361.527,93
	5323	Departamento de Transportes e Terminais	589.716,69
	5324	Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas	2.287,02
	5928	Junta Comercial do Estado de SC	5.207,93
2.01.05		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**8.306.985,19**
	4722	Instituto de Previdência do Estado de SC	1.236.590,23
	5321	Adm. do Porto de São Francisco do Sul	5.961.473,72
	5324	Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas	14.223,26

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00325

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
AUTARQUIAS
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

325

CÓDIGO		TÍTULO / ENTIDADE	VALOR
	5928	Junta Comercial do Estado de SC	1.094.697,98
2.02		**VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA**	**1.968.445,77**
2.02.01		**BANCO CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**	**900.684,08**
	5322	Departamento de Estradas e Rodagem	856.804,62
	5323	Departamento de Transportes e Terminais	43.879,46
2.02.02		**BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS**	**1.050.923,27**
	5322	Departamento de Estradas e Rodagem	1.050.923,27
2.02.04		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**16.838,42**
	4722	Instituto de Previdência do Estado de SC	9.003,59
	5321	Adm. do Porto de São Francisco do Sul	7.834,83
		TOTAL GERAL	**12.216.199,63**

bancos/admd

Florianópolis, 14 de março de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00327

325

326

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1 - SALDO	12.770.191,90	23.037.538,41	15.487.588,53	16.789.540,02	16.416.149,00	16.891.434,60	17.141.085,56	17.212.552,61	16.570.371,04	16.582.531,03	18.195.777,62	18.735.249,83	12.770.191,90
2 - ENTRADAS	65.688.142,25	56.765.876,54	62.299.359,65	66.155.223,46	131.680.775,21	69.129.330,52	66.129.465,64	113.213.978,39	85.586.743,24	64.303.864,23	135.132.167,88	296.585.894,25	1.212.670.761,26
2.1 - RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA	8.367.553,20	13.094.385,66	15.239.308,48	14.323.799,86	15.142.402,82	15.252.250,98	14.667.298,36	13.786.176,86	13.845.490,23	14.319.611,12	14.874.266,15	75.645.409,42	228.557.953,14
2.1.2 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.472.361,44	9.855.976,87	11.126.577,73	10.146.915,47	9.681.913,50	11.413.013,23	10.648.197,45	9.415.690,20	10.001.347,52	9.760.687,99	10.133.837,60	12.110.187,76	118.766.706,76
2.1.2.1 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.472.361,44	9.855.976,87	11.126.577,73	10.146.915,47	9.681.913,50	11.413.013,23	10.648.197,45	9.415.690,20	10.001.347,52	9.760.687,99	10.133.837,60	12.110.187,76	118.766.706,76
2.1.3 - RECEITA PATRIMONIAL	269.253,19	274.779,69	244.489,62	218.388,73	215.981,55	189.578,25	232.800,47	199.911,67	205.913,11	194.287,37	192.499,79	121.181,80	2.559.065,24
2.1.3.1 - RECEITA IMOBILIÁRIA	23.744,50	24.776,80	24.262,05	18.041,55	18.786,47	18.333,28	43.757,76	20.148,39	18.783,97	20.090,24	18.222,25	21.160,37	270.107,63
2.1.3.01 - ALUGUÉIS	17.980,37	17.089,93	16.575,18	13.337,43	13.203,81	13.189,89	36.552,93	13.681,34	11.116,92	13.623,19	11.755,20	14.693,32	192.799,51
2.1.3.02 - ARRENDAMENTOS	5.764,13	7.686,87	7.686,87	4.704,12	5.582,66	5.143,39	7.204,83	6.467,05	7.667,05	6.467,05	6.467,05	6.467,05	77.308,12
2.1.3.2 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	245.508,69	250.002,89	220.227,57	200.347,18	197.195,08	171.244,97	189.042,71	179.763,28	187.129,14	174.197,13	174.277,54	100.021,43	2.288.957,61
2.1.3.2.02 - DIVIDENDOS	0,00	9.190,85	0,00	0,00	500,09	201,15	16.496,68	0,00	8.141,79	0,00	0,00	0,00	34.530,56
2.1.3.2.04 - RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	245.508,69	240.812,04	220.227,57	200.347,18	196.694,99	171.043,82	172.546,03	179.763,28	178.987,35	174.197,13	174.277,54	100.021,43	2.254.427,05
2.1.5 - RECEITA INDUSTRIAL	139.844,71	131.937,39	339.279,78	237.545,77	211.575,43	264.488,75	370.641,68	237.859,63	234.563,66	283.614,49	294.065,03	168.240,21	2.913.656,53
2.1.5.1 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	139.844,71	131.937,39	339.279,78	237.545,77	211.575,43	264.488,75	370.641,68	237.859,63	234.563,66	283.614,49	294.065,03	168.240,21	2.913.656,53
2.1.6 - RECEITA DE SERVIÇOS	2.145.552,75	1.646.613,18	2.162.970,72	2.128.503,16	2.815.951,47	1.776.449,50	2.096.859,07	2.478.495,70	1.950.681,51	2.325.645,21	2.335.260,38	2.589.156,16	26.451.938,81
2.1.6.01 - SERVIÇOS COMERCIAIS	141.835,09	98.482,88	86.327,72	150.159,90	149.603,36	95.040,27	175.753,10	176.532,44	155.254,89	148.524,29	145.149,15	114.617,81	1.636.280,90
2.1.6.02 - SERVIÇOS FINANCEIROS	3.324,05	1.707,64	1.530,51	9.541,12	3.818,57	4.537,32	5.878,39	3.565,82	3.578,56	3.501,55	3.947,52	6.556,88	51.487,93
2.1.6.03 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES	696.235,49	634.547,59	660.701,29	653.144,16	686.661,98	616.163,37	605.257,68	673.505,22	628.916,21	666.077,95	547.855,39	870.624,69	7.939.691,02
2.1.6.06 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS	782.206,01	589.342,86	683.582,20	642.118,65	1.267.725,66	724.932,31	785.854,13	1.114.409,81	755.101,33	956.313,83	1.233.391,05	1.169.171,87	10.704.149,71
2.1.6.13 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	735,00	6.720,00	0,00	0,00	0,00	7.384,54	5.704,39	774,36	7.174,66	8.423,79	36.916,74
2.1.6.22 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADES E OUTROS	403.798,39	154.153,81	442.330,02	487.569,08	469.073,98	143.615,85	321.817,18	245.854,74	186.104,81	359.872,84	169.409,59	252.613,97	3.636.214,26
2.1.6.24 - SERVIÇOS DO REGISTRO DO COMÉRICO	118.153,72	168.178,40	287.763,98	179.250,25	239.067,92	192.160,38	202.298,59	258.243,13	216.021,32	190.580,39	228.333,02	167.147,15	2.447.198,25
2.1.9 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.340.541,11	1.185.278,53	1.365.990,63	1.592.446,73	2.216.980,87	1.608.721,25	1.318.799,69	1.454.219,66	1.452.984,43	1.755.376,06	1.918.603,35	60.656.643,49	77.866.585,80
2.1.9.01 - MULTAS E JUROS DE MORA	1.143.007,91	1.012.324,58	1.069.420,92	1.140.046,79	1.125.526,07	1.000.512,50	1.219.626,23	1.093.720,16	1.138.601,37	1.335.568,15	1.392.615,84	1.732.775,53	14.403.746,05
2.1.9.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	123.359,06	76.322,84	7.609,15	9.756,08	3.259,60	549.059,29	9.804,10	11.656,06	247.442,07	319.450,36	43.524,02	35.980,06	1.437.222,69
2.1.9.09 - RECEITAS DIVERSAS	74.174,14	96.631,11	288.960,56	442.643,86	1.088.195,20	59.149,46	89.369,36	348.843,44	66.940,99	100.357,55	482.463,49	58.887.887,90	62.025.617,06
2.2 - RECEITAS TRANSFERIDAS	13.741.075,37	10.972.467,49	3.009.379,00	7.495.178,28	19.493.411,01	12.893.052,54	6.650.533,22	9.754.299,58	14.112.218,57	5.564.225,84	26.801.119,36	12.822.570,02	143.309.530,28
2.2.1 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.660.119,15	2.037.033,60	1.313.222,42	2.740.481,33	2.628.707,45	2.314.947,96	2.383.691,73	2.240.240,58	2.913.763,59	2.433.277,40	3.030.409,18	3.009.974,28	29.705.868,67
2.2.1.1 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.660.119,15	2.037.033,60	1.313.222,42	2.740.481,33	2.628.707,45	2.314.947,96	2.383.691,73	2.240.240,58	2.913.763,59	2.433.277,40	3.030.409,18	3.009.974,28	29.705.868,67
2.2.1.1.01 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.660.119,15	2.037.033,60	1.313.222,42	2.740.481,33	2.628.707,45	2.314.947,96	2.383.691,73	2.240.240,58	2.913.763,59	2.433.277,40	3.030.409,18	3.009.974,28	29.705.868,67
2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.080.956,22	8.935.433,89	1.696.156,58	4.754.696,95	16.864.703,56	10.578.104,58	4.266.841,49	7.514.059,00	11.198.454,98	3.130.948,44	23.770.710,18	9.812.595,74	113.603.661,61
2.2.2.1 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.080.956,22	8.935.433,89	1.696.156,58	4.754.696,95	16.864.703,56	10.578.104,58	4.266.841,49	7.514.059,00	11.198.454,98	3.130.948,44	23.520.709,18	9.712.596,74	113.253.661,61
2.2.2.1.07 - TRANSF. DE RECURSOS, AUXÍLIOS E CONVÊNIO	11.080.956,22	8.935.433,89	1.696.156,58	4.754.696,95	16.864.703,56	10.578.104,58	4.266.841,49	7.514.059,00	11.198.454,98	3.130.948,44	23.520.709,18	9.712.596,74	113.253.661,61
2.2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.001,00	99.999,00	350.000,00
2.2.2.2.99 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.001,00	99.999,00	350.000,00
2.5 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉTIMOS	161.985,19	552.963,91	373.774,64	399.384,39	833.935,48	880.996,28	955.161,25	809.730,09	853.153,36	1.018.635,42	869.803,61	637.225,85	8.346.749,47
2.3.01 - EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	10.346,12	17.872,51	17.004,63	25.564,05	20.011,16	25.272,77	27.648,99	23.035,16	34.302,59	33.778,84	20.185,89	22.148,20	277.170,91
2.3.02 - EMPRÉSTIMO SIMPLES	48.388,13	47.708,86	539,67	93.034,54	38.558,01	37.479,94	38.266,53	38.804,16	38.063,39	39.117,45	4.427,24	1.744,27	426.332,19
2.3.03 - EMPRÉSTIMO MÉDICO-HOSPITALAR	99.458,34	479.414,91	350.950,18	277.735,97	772.277,03	816.736,42	884.211,32	743.641,70	776.939,64	940.763,76	840.734,73	609.950,40	7.592.814,40
2.3.04 - EMPRÉSTIMO ODONTOLÓGICO	3.592,60	7.967,63	5.280,16	3.049,83	3.089,28	1.507,15	5.034,41	4.249,07	3.847,74	4.975,37	4.455,75	3.382,98	50.431,97
2.7 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	43.417.528,49	32.146.059,48	43.676.897,53	43.936.860,93	96.211.025,90	40.103.030,72	43.856.472,81	88.863.771,86	56.775.881,08	43.401.331,85	92.586.978,76	207.480.688,96	832.456.528,37
2.7.1 - REALIZÁVEL	2.064,06	13.368,12	32.420,98	15.678,20	93.181,19	91.666,64	782,09	4.595,03	6.766,16	1.367,57	406,58	77.536,78	339.833,40
2.7.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	1.062,83	0,00	942,93	1.000,85	75.356,44	75.236,83	172,95	730,41	520,77	567,57	245,00	76 237,24	232.073,82
2.7.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,86	77,86
2.7.1.05 - TÍTULOS E CAUÇÕES	1.001,23	13.368,12	31.478,05	14.677,35	17.824,75	16.429,81	609,14	3.864,62	6.245,39	800,00	161,58	1 221,68	107.681,72
2.7.2 - PASSIVO FINANCEIRO	43.415.464,43	32.132.691,36	43.644.476,55	43.921.182,73	96.117.844,71	40.011.364,08	43.855.690,72	88 859.176,83	56.769.114,92	43.399.964,28	92.586.572,18	207.402.931,78	832.116.474,57
2.7.2.01 - RESTOS A PAGAR	8.594.722,53	1.680.787,00	908.608,22	1.967.322,22	4.913.190,08	1.060.534,00	592.780,33	1.094.051,98	221.760,19	109.209,90	502.676,08	113.932.384,05	135.578.026,58
2.7.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	204.178,17	7.033.575,94	370.118,42	6.463.433,52	6.547.055,01	8.541.234,10	11.044.166,38	7.458.901,19	7.153.522,20	6.927.327,94	7.396.706,43	7.799.191,40	76.939.410,70
2.7.2.04 - DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	11.426.675,23	0,00	0,00	1.715.812,33	0,00	0,00	0,00	2.423.183,31	1.200.000,00	350.251,33	3.856.006,62	0,00	20.971.928,82
2.7.2.05 - CONSIGNAÇÕES	644.286,91	637.354,59	432.416,84	650.495,71	647.733,72	597.500,83	631.382,89	529.787,02	616.344,79	528.567,35	627.023,54	752.941,90	7.295.836,09
2.7.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	16.328.945,58	20.415.920,76	10.638.160,71	17.093.405,75	52.426.368,95	20.321.340,11	14.078.286,63	40 290.833,15	36.855.602,92	23.016.532,62	50.803.103,54	66.560 895,84	368.829.396,56
2.7.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	5.443.456,01	2.233.784,33	30.397.943,52	15.180.532,62	28.423.421,72	8.635.630,73	17.327.578,85	36.310 296,60	10.511.072,66	12.105.886,04	29.318 985,14	18.243.586,37	214.132.174,59
2.7.2.09 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMA	773.200,00	131.268,74	897.228,84	850.180,58	3.160.075,23	855.124,31	181.495,64	752.123,58	210.812,16	362.189,10	82.070,83	113.932,22	8.369.701,23
2.7.3 - RESULTADO PENDENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,40	220,40

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00329

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
EXERCÍCIO DE 1996

327

EM R$

2.7.3.01 - DESPESAS IMPUGNADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,40	220,40
3 - SAÍDAS	55.420.795,74	64.315.826,42	60.997.408,16	66.528.614,40	131.205.489,61	68.879.679,64	66.057.998,59	113.856.159,96	85.574.583,25	62.690.557,64	134.592.695,67	303.104.944,45	1.213.224.753,53
3.1 - DESPESAS CORRENTES	19.309.117,73	15.200.872,66	8.107.254,03	14.228.096,69	27.102.878,84	14.096.802,32	7.901.109,56	23.270.214,94	14.888.121,06	15.184.472,83	13.851.134,79	24.176.309,66	197.324.384,11
3.1.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	8.473.463,15	4.514.764,77	5.129.728,14	4.701.531,79	6.281.418,75	5.488.190,99	4.056.883,85	6.677.581,96	4.496.291,73	5.447.622,22	3.497.807,90	5.711.056,55	64.476.341,80
3.1.1.01 - PESSOAL	2.462.004,10	2.431.686,98	1.740.755,96	2.501.845,04	3.492.166,31	2.826.954,84	2.843.872,29	2.596.313,38	2.715.418,95	2.641.328,58	2.170.571,25	5.808.832,97	34.231.750,65
3.1.1.02 - MATERIAL DE CONSUMO	410.914,35	329.782,56	808.539,82	883.158,70	765.756,97	860.888,71	539.724,13	531.233,70	526.598,77	673.948,92	507.867,04	217.262,95	7.055.676,62
3.1.1.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	5.538.315,36	1.676.810,27	2.560.297,80	1.293.907,99	1.892.865,29	1.857.041,46	669.370,23	2.843.098,91	1.245.322,60	2.068.686,59	819.369,61	(317.433,80)	22.147.652,31
3.1.1.09 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	62.229,34	76.484,96	20.134,56	22.620,06	130.630,18	(56.694,02)	3.917,20	706.935,97	8.951,41	63.658,13	0,00	2.394,43	1.041.262,22
3.1.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.835.654,58	10.686.107,89	2.977.525,89	9.526.564,90	20.821.460,09	8.608.611,33	3.844.225,71	16.600.632,98	10.391.829,33	9.736.850,61	10.353.326,89	18.465.252,11	132.848.042,31
3.1.2.5 - TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	10.713.550,55	10.603.383,41	2.864.161,72	9.389.836,11	20.681.573,47	8.088.549,64	3.696.192,27	16.323.107,84	10.266.362,81	9.430.079,90	10.175.687,09	18.140.103,91	130.372.588,72
3.1.2.8 - P.A.S.E.P.	122.104,03	49.305,22	84.274,01	135.537,41	139.886,62	520.061,69	148.033,44	277.525,14	125.466,52	306.770,71	177.639,80	325.148,20	2.411.752,79
3.1.2.9 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	33.419,26	29.090,16	1.191,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.700,80
3.2 - DESPESA DE CAPITAL	1.277.885,38	5.223.532,74	30.420.357,20	15.090.856,38	41.357.477,33	3.593.081,66	17.988.907,95	34.621.749,18	14.338.365,91	5.785.489,29	22.312.510,99	8.260.680,18	200.270.894,19
3.2.1 - INVESTIMENTOS	189.341,58	4.027.879,96	29.262.306,17	13.367.082,60	38.960.683,84	2.534.855,57	16.688.413,91	33.796.462,63	13.077.315,16	5.114.775,18	21.207.533,70	6.971.270,32	185.197.920,62
3.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS	1.088.543,80	1.142.617,78	1.137.592,27	1.074.330,14	2.133.310,26	657.537,95	1.155.464,41	640.240,94	1.301.050,75	603.407,41	1.126.048,51	1.339.096,04	13.399.240,26
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	53.035,00	20.458,76	649.443,64	263.483,23	400.688,14	145.029,63	185.045,61	(40.000,00)	67.306,70	(21.071,22)	(49.686,18)	1.673.733,31
3.2.3.2 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	53.035,00	20.458,76	649.443,64	263.483,23	400.688,14	145.029,63	185.045,61	(40.000,00)	67.306,70	(21.071,22)	(49.686,18)	1.673.733,31
3.2.3.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	53.035,00	20.458,76	649.443,64	263.483,23	400.688,14	145.029,63	185.045,61	(40.000,00)	67.306,70	(21.071,22)	(49.686,18)	1.673.733,31
3.3 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	34.833.792,63	43.891.421,02	22.469.796,93	37.209.661,33	62.745.133,44	51.189.795,66	40.167.981,08	55.956.195,84	56.348.096,28	41.720.595,52	98.429.049,89	270.667.955,61	815.629.475,23
3.3.1 - REALIZÁVEL	1.001,23	89.049,66	31.584,98	827.174,65	193.809,53	162.370,76	703,70	121.719,70	106.118,04	108.055,03	882,33	6.724.952,58	8.367.422,19
3.3.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	75.629,48	0,29	1.590,45	80,00	150.333,19	219,91	447,10	520,77	1.689,45	361,50	2.008,00	232.880,14
3.3.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	0,00	0,00	55,00	811.010,55	171.201,00	0,00	0,00	113.960,86	102.917,74	105.565,58	359,25	6.721.112,06	8.026.182,04
3.3.1.05 - TÍTULOS E CAUÇÕES	1.001,23	13.420,18	31.529,69	14.573,65	22.528,53	12.037,57	483,79	7.311,74	2.679,53	800,00	161,58	1.832,52	108.360,01
3.3.2 - PASSIVO FINANCEIRO	34.832.791,40	43.802.371,36	22.438.211,95	36.382.486,68	62.551.323,91	51.027.424,90	40.167.277,38	55.834.476,14	56.241.978,24	41.612.540,49	98.427.947,16	263.943.003,03	807.261.832,64
3.3.2.01 - RESTOS A PAGAR	26.352.181,83	15.841.971,94	1.940.112,25	7.468.175,72	8.826.019,94	3.222.201,15	2.428.559,77	3.103.276,74	786.342,50	114.921,49	2.137.809,23	59.714.321,46	131.935.894,02
3.3.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	207.791,94	6.828.238,57	459.960,07	6.464.981,68	6.529.076,49	8.513.600,50	10.934.679,25	7.480.447,08	7.012.759,33	6.956.454,44	7.038.360,70	8.159.816,55	76.586.166,60
3.3.2.05 - CONSIGNAÇÕES	598.662,27	469.387,28	657.307,13	682.400,62	562.675,21	582.945,35	614.890,58	535.745,66	607.539,74	620.553,67	669.699,00	806.693,13	7.408.499,64
3.3.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	6.936.745,01	19.272.111,06	16.552.016,61	18.452.975,26	34.635.185,13	27.465.878,71	20.944.579,98	29.979.545,28	32.547.457,37	21.179.561,70	47.318.319,42	93.545.021,03	368.829.396,56
3.3.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	629.106,48	1.365.712,22	2.496.128,66	2.824.805,42	11.004.314,61	10.447.538,62	4.966.594,70	14.037.578,68	14.903.011,99	11.994.331,06	39.552.118,02	99.910.934,13	214.132.174,59
3.3.2.09 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMA	108.303,87	24.950,29	332.687,23	489.147,98	994.052,53	795.260,57	277.973,10	697.882,70	384.867,31	746.718,13	1.711.640,79	1.806.216,73	8.369.701,23
3.3.3 - RESULTADO PENDENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,40	0,00	220,40
3.3.3.01 - DESPESAS IMPUGNADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,40	0,00	220,40
4 - SALDO PARA MÊS SEGUINTE	23.037.538,41	15.407.588,53	16.789.540,02	16.416.149,08	16.891.434,68	17.141.085,56	17.212.552,61	16.570.371,04	16.582.531,03	18.195.777,62	18.735.249,83	12.216.199,63	12.216.199,63
4.1 - DISPONÍVEL	13.235.135,62	13.057.528,44	15.870.546,78	15.129.637,55	15.709.690,28	16.061.873,80	16.179.128,81	15.611.376,69	15.547.784,09	16.952.921,51	17.174.020,00	10.247.753,86	10.247.753,86
4.1.01 - CAIXA	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	3.415,44	6.891,55	6.891,55
4.1.04 - BANCOS E CORRESPONDENTES	4.627.155,77	4.405.418,12	5.170.241,41	4.745.262,48	5.360.110,38	5.118.119,26	4.912.050,53	4.383.956,35	4.761.990,26	5.081.860,95	5.311.539,97	1.933.877,12	1.933.877,12
4.1.05 - APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	8.604.564,41	8.648.694,88	9.896.889,93	10.380.959,63	10.346.164,46	10.940.339,10	11.263.662,84	11.224.004,90	10.782.378,39	11.867.645,12	11.859.064,59	8.306.985,19	8.306.985,19
4.2 - VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	9.802.402,79	2.430.060,09	1.718.993,24	1.286.511,53	1.181.744,40	1.079.211,76	1.033.423,80	958.994,35	1.034.746,94	1.242.856,11	1.561.229,83	1.968.445,77	1.968.445,77
4.2.01 - BANCOS C/DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	111.840,36	135.614,77	157.831,24	177.279,21	198.569,63	175.894,47	186.737,83	129.391,45	132.101,17	172.253,95	309.875,70	900.684,08	900.684,08
4.2.02 - BANCOS C/DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	8.604.692,27	940.148,93	243.166,24	35.457,89	0,00	1.995,21	790,59	1.465,76	1.457,37	2.213,13	929,15	1.050.923,27	1.050.923,27
4.2.04 - APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	1.085.870,16	1.354.296,39	1.317.995,76	1.073.774,43	983.174,77	901.322,08	845.895,38	828.137,14	901.188,40	1.068.389,03	1.250.424,98	16.838,42	16.838,42

RNFPCAIT96.XLS

Florianópolis, 31 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00329

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

328

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
1 - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE SALDO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
DISPONÍVEL	11.694.969,54	(1.447.215,68)	10.247.753,86	PASSIVO FINANCEIRO	114.304.357,58	24.854.641,93	139.158.999,51
CAIXA	4.501,49	2.390,06	6.891,55	RESTOS A PAGAR	113.362.137,91	3.642.132,56	117.004.270,47
BANCOS E CORRESPONDENTES	3.883.677,06	(1.949.799,94)	1.933.877,12	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	639.612,51	353.244,10	992.856,61
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	7.806.790,99	500.194,20	8.306.985,19	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	0,00	20.971.928,82	20.971.928,82
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	1.075.222,36	893.223,41	1.968.445,77	CONSIGNAÇÕES	302.607,16	(112.663,55)	189.943,61
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	770.078,77	130.605,31	900.684,08				
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	152.201,29	898.721,98	1.050.923,27				
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	152.942,30	(136.103,88)	16.838,42				
REALIZÁVEL	39.156,60	8.027.588,79	8.066.745,39				
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	11.182,31	806,32	11.988,63				
VALORES REALIZÁVEIS	27.974,29	8.026.104,18	8.054.078,47				
TÍTULOS E CAUÇÕES	0,00	678,29	678,29				
TOTAL	12.809.348,50	7.473.596,52	20.282.945,02	TOTAL	114.304.357,58	24.854.641,93	139.158.999,51

RNF/PCAUT96.XLS

Florianópolis, 25 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00330

328

329

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
2 - APURAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
12.809.348,50	7.473.596,52	20.282.945,02	114.304.357,58	24.854.641,93	139.158.999,51

RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1995	RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1996
DÉFICIT FINANCEIRO	DÉFICIT FINANCEIRO
(101.495.009,08)	(118.876.054,49)

MOVIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		RESULTADO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996		MOVIMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
2.06.01 RECEITA ORÇAMENTÁRIA	380.214.232,89	3.04.03 RESULT. PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 1996	DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (17.381.045,41)	2.06.02 DESPESA ORÇAMENTÁRIA	397.595.278,30

RNP/PCAUT96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00331

329

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
CONSOLIDADO DAS AUTARQUIAS
ANEXO Nº 17 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 1997

320

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	113.362.137,91	135.578.026,58	131.935.894,02	117.004.270,47
Exercício de 1990	17,86	0,00	17,86	0,00
Processados	15,22	0,00	15,22	0,00
Não Processados	2,64	0,00	2,64	0,00
Exercício de 1991	68,37	0,00	68,37	0,00
Processados	68,37	0,00	68,37	0,00
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício de 1992	579,03	0,00	579,03	0,00
Processados	569,14	0,00	569,14	0,00
Não Processados	9,89	0,00	9,89	0,00
Exercício de 1993	36.770,21	0,00	11.406,42	25.363,79
Processados	36.770,21	0,00	11.406,42	25.363,79
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício de 1994	2.084.619,09	410.714,44	2.100.380,51	394.953,02
Processados	393.418,26	394.255,63	460.118,18	327.555,71
Não Processados	1.691.200,83	16.458,81	1.640.262,33	67.397,31
Exercício de 1995	111.240.083,35	21.600.832,71	129.823.441,83	3.017.474,23
Processados	33.979.591,42	20.672.778,77	51.725.358,01	2.927.012,18
Não Processados	77.260.491,93	928.053,94	78.098.083,82	90.462,05
Exercício de 1996	0,00	113.566.479,43	0,00	113.566.479,43
Processados	0,00	59.858.092,15	0,00	59.858.092,15
Não Processados	0,00	53.708.387,28	0,00	53.708.387,28
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	639.612,51	76.939.410,70	76.586.166,60	992.856,61
DEPÓSITOS ESPECIAIS	0,00	20.971.928,82	0,00	20.971.928,82
CONSIGNAÇÕES	302.607,16	7.295.836,09	7.408.499,64	189.943,61
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA A PAGAR	0,00	368.829.396,56	368.829.396,56	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	0,00	214.132.174,59	214.132.174,59	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	0,00	8.369.701,23	8.369.701,23	0,00
TOTAL GERAL	114.304.357,58	832.116.474,57	807.261.832,64	139.158.999,51

DIVIDA AUT

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00332

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097

332

RELATÓRIO DO BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 1996

DADOS CONSOLIDADOS DAS FUNDAÇÕES

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00333

331

332

INTRODUÇÃO

As *fundações* sempre estiveram no domínio do Direito Civil, sendo consideradas pessoas jurídicas de Direito Privado (Dec.-Lei 200, art. 5°, IV, acrescentado pela lei 7.596/87).

Ultimamente, porém, pelo fato de o Poder Público vir instituindo fundações para a prossecução de objetivos de interesse coletivo, principalmente nas áreas de educação, ensino, pesquisa e assistência social, com personificação de bens públicos e, em alguns casos, fornecendo subsídios orçamentários para sua manutenção, passou-se a atribuir personalidade pública a essas entidades, a ponto de a própria Constituição da República de 1988, encampando a doutrina existente, ter instituído as denominações *fundações públicas*, ora chamando-as de *"fundações instituídas e mantidas pelo poder público"* (arts. 71, II, III e IV; 169, parágrafo único; 150, § 2°; 22, XXVII), ora de *"fundações mantidas pelo poder público"* (art. 37, XVII), ora, simplesmente, de *"fundação"* (art. 163).

Com esse tratamento, a Carta Magna da República transformou essas fundações em *entidades de Direito Público*, integrantes da Administração Indireta, ao lado das autarquias e das entidades paraestatais.

Características principais das *fundações públicas*:

As *fundações públicas* prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do Poder Público, mas de interesse coletivo;

São criadas por *lei específica* (CF, art.37, XIX) da entidade-matriz e estruturadas por decreto, independente de qualquer registro;

Os contratos celebrados pelas fundações públicas devem ser precedidos de licitação, nos termos do art. 37, XXI, da CF de 1988;

O *orçamento das fundações públicas* é formalmente idêntico ao das entidades estatais (Lei 4.320/64), devendo-se atender ao disposto no art. 165, § 5°, da CF;

Os *dirigentes das fundações públicas*, quando de Direito Público, são investidos nos respectivos cargos na forma que a lei ou estatuto estabelecer e seu pessoal fica sujeito ao regime jurídico único e planos de carreira instituídos pela entidade-matriz (CF, art. 39).

As proibições de acumulação remunerada de cargo, emprego ou função atingem os servidores das fundações públicas, nos expressos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da CF. Também para fins criminais, mandado de segurança e ação popular, são eles considerados, respectivamente, "funcionários públicos" (CP, art. 327) e seus dirigentes, "autoridades", no que concerne ao desempenho das funções delegadas (Lei 1.533/51, art. 1°, § 1°, e Lei 4.717/65, art. 1°).

A atual estrutura do Estado de Santa Catarina que é formada pela Administração Direta e por sete (07) Autarquias, cinco (05) Fundações e vinte e dois (22) Fundos instituídos e mantidos pelo Estado, além das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Passamos a discorrer, neste relatório, sobre as fundações estaduais, as quais passaremos a identificá-las pelas respectivas siglas, conforme segue:

Fundação Catarinense de Cultura - **FCC;**

Fundação Catarinense de Desportos - **FCD;**

Fundação Catarinense de Educação Especial - **FCEE;**

Fundação de Amparo e Tecnologia do Meio Ambiente - **FATMA;**

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - **UDESC.**

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00334

333

EXECUÇÃO DA RECEITA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - FUNDAÇÕES

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS ECONÔMICAS	RECEITA		% DE	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZAÇÃO	PART.
RECEITAS CORRENTES	45.801.115,00	48.727.557,46	106,39	93,83
Patrimonial	10.000,00	636.414,53	6.364,15	1,23
Receita de Serviços	1.920.530,00	2.480.325,40	129,15	4,78
Transferências Correntes	43.203.585,00	44.377.277,53	102,72	85,45
Outras Receitas Correntes	667.000,00	1.233.540,00	184,94	2,38
RECEITAS DE CAPITAL	10.193.513,00	3.206.208,11	31,45	6,17
Operações de Crédito	3.400.000,00	-	-	-
Transferências de Capital	6.627.513,00	3.206.208,11	48,38	6,17
Outras receitas de Capital	166.000,00	-	-	-
TOTAL	55.994.628,00	51.933.765,57	92,75	100,00

Conforme demonstrado acima, as receitas correntes das fundações do Estado, no exercício de 1996, corresponderam a 93,83% do total, cabendo os 6,17% restantes à Receita de Capital.

O demonstrativo evidencia uma menor arrecadação no valor de R$ 4.060.862,43 (quatro milhões, sessenta mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), correspondente a 7,25% inferior ao previsto.

Com relação as Receitas Correntes, cabe destacar a participação das transferências correntes que no exercício de 1996 corresponderam a 85,45% do total. O total dessas receitas são originárias de transferências intragovernamentais - transferências do Estado.

RECEITAS DE CAPITAL

O montante das receitas de capital das fundações são oriundos de transferências, sendo R$ 389.313,31 do Estado e R$ 2.816.894,80 da União.

EXECUÇÃO DA DESPESA

Pode-se observar no demonstrativo a seguir, as despesas realizadas pelas fundações estaduais, identificadas pelos números do Custeio, pelas Transferências Correntes, os Investimentos efetuados, as Inversões Financeiras e as Transferências de Capital:

DESPESA REALIZADA - FUNDAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	1996	
	REALIZAÇÃO	PART. %
DESPESAS CORRENTES	50.244.440,95	87,59
Despesas de Custeio	45.593.585,60	79,48
Pessoal	30.164.703,72	52,58
Material de Consumo	2.257.216,70	3,93
Serviços de Terceiros e Encargos	13.118.638,80	22,87
Diversas Despesas de Custeio	53.026,38	0,09
Transferências Correntes	4.650.855,35	8,11
Transferências Intergovernamentais	88.240,00	0,15
Transferências a Instituições Privadas	127.428,00	0,22
Transferências à Pessoas	4.175.541,86	7,28
Contribuição p/ Formação do PASEP	259.645,49	0,45
DESPESAS DE CAPITAL	7.120.487,53	12,41
Investimentos	6.687.388,62	11,66
Obras e Instalações	3.340.710,11	5,82
Equipamento e Material Permanente	3.346.678,51	5,83
Inversões Financeiras	32.288,15	0,06
Aquis. Títulos Rep.Cap. já Integralizados	32.288,15	0,06
Transferências de Capital	400.810,76	0,70
Transferências Intergovernamentais	400.810,76	0,70
TOTAL GERAL	57.364.928,48	100,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00335
FOLHA Nº

Do montante das despesas das Fundações, 87,59% foram gastos correntes, sendo 79,48 % com o custeio da máquina e 8,11% com Transferências Correntes.

Em Despesas de Capital foram alocados 12,41% do montante dos gastos, sendo 11,66% em Investimentos, 0,06% em Inversões Financeiras e 0,70% em Transferências de Capital

GASTOS COM PESSOAL

No tocante a despesa com pessoal, foi editada a Lei Complementar n° 82, de 17/03/95 (Lei Rita Camata) determinando que o Estado deverá limitar seus dispêndios a sessenta por cento das receitas correntes líquidas. Quando a despesa exceder esse limite deverá a ele retornar, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

No decorrer do exercício de 1996, a despesa com pessoal das fundações apresentou os seguintes valores (inclusive 13° salário):

COMPROMETIMENTO DA DESPESA DE PESSOAL - CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	1996	
	VALORES	%
1 - Despesas com Pessoal e Encargos	34.301.826,62	100,00
1.1 Pessoal Civil	30.046.906,35	87,60
1.2 Pessoal Militar	-	-
1.3 Obrigações Patronais	117.797,37	0,34
1.4 Inativos	4.090.052,70	11,92
1.6 Pensionistas	-	-
1.5 Salário Família	47.070,20	0,14
2 - Receitas Correntes Totais	48.727.557,46	
3 - Custo em Relação às Receitas Correntes Totais		70,40

No demonstrativo anterior foram considerados, na despesa, os valores empenhados no itens 3111, 3112, 3113, 3251, 3252 e 3253,

DESPESA COM PESSOAL - POR ENTIDADE - EXERCÍCIO DE 1996

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
FUNDAÇÃO CATAR. DE CULTURA-FCC	2.382.776,48	6,95%
FUNDAÇÃO UNIVERS. DO ESTADO-UDESC	25.269.557,07	73,67%
FUNDAÇÃO DE AMP. AO MEIO AMBIENTE	3.348.880,49	9,76%
FUND. CATAR. DE EDUC. ESPECIAL-FCEE	2.596.855,90	7,57%
FESPORTE	703.756,68	2,05%
TOTAL	**34.301.826,62**	**100,00%**

DOS BALANÇOS

Os resultados da atividade econômico-financeira são expressos através das chamadas contas finais de gestão, que encontram sua relevação sintética extrema no denominado Balanço Geral.

Nas entidades públicas o Balanço Geral é formado por um conjunto de balanços e demonstrações tendentes a relevar os resultados do exercício, a composição do patrimônio e o resumo das operações realizadas.

A lei 4.320/64 em seu artigo 101 determina que, "os resultados gerais do exercício serão demonstrados através das seguintes peças:

1 - no Balanço Orçamentário;

2 - no Balanço Financeiro;

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00336

335

3 - no Balanço Patrimonial;

4 - na Demonstração das Variações Patrimoniais."

1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário consiste em uma comparação das receitas previstas e realizadas com as despesas que se autorizaram e executaram, cujos totais gerais são balanceados, evidenciando o resultado financeiro previsto e o obtido na execução orçamentária.

A diferença entre a receita prevista e a despesa fixada, quando não forem equivalentes, é igualada mediante a inclusão da parcela correspondente ao *"superávit" ou "déficit" previsto.* Do mesmo modo, quando as receitas e despesas efetuadas não tiverem alcançado o mesmo montante, anota-se a diferença respectiva, que indicará o "superávit" ou "déficit" orçamentário obtido.

Sinteticamente, o resultado da execução orçamentária das fundações no exercício de 1996 apresentou-se da seguinte forma:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
1 - Receita Arrecadada	51.933.765,57	100,00
2 - Despesa Realizada	57.364.928,48	110,46
3 - Déficit Orçamentário de Execução (1-2)	(5.431.162,91)	(10,46)

Pode ser apresentado ainda da seguinte forma:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00337

1 - Receita Estimada	55.994.628,00
2 - Receita Arrecadada	51.933.765,57
3 - Menor Arrecadação (2 - 1)	(4.060.862,43)
4 - Despesa Fixada	55.994.628,00
5 - Despesa Realizada	57.364.928,48
5.1 - Por Crédito Orçamentário e Suplementares	57.364.928,48
5.2 - Por Créditos Especiais	-
6 - Maior Despesa	(1.370.300,48)
7 - Déficit Orçamentário de Execução (3+6)	(5.431.162,91)

DÉFICIT/SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO - POR ENTIDADE

ÓRGÃO	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT/SUPERÁVIT	%
FATMA	5.335.667,23	6.226.261,12	(890.593,89)	(16,69)
FCEE	3.592.837,42	3.682.990,14	(90.152,72)	(2,51)
FCC	4.602.412,81	4.600.358,08	2.054,73	0,04
FESPORTE	1.890.186,66	2.035.800,25	(145.613,59)	(7,70)
UDESC	36.512.661,45	40.819.518,89	(4.306.857,44)	(11,80)
TOTAL	51.933.765,57	57.364.928,48	(5.431.162,91)	(10,46)

2 - BALANÇO FINANCEIRO

Conforme dispõe o artigo 103 da lei 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

336

Pela definição acima percebe-se a importância do referido balanço, pois nele estão demonstradas as disponibilidades do administrador ao iniciar um exercício financeiro, todos os recebimentos auferidos no decorrer do ano, suas destinações e o saldo restante.

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDAÇÕES - 1996

RECEITA		%	DESPESA		%
ORÇAMENTÁRIA	51.933.765,57	100,00	ORÇAMENTÁRIA	57.364.928,48	100,00
Receitas Correntes	48.727.557,46	93,83	Despesas Correntes	50.244.440,95	87,59
Receita Patrimonial	636.414,53	1,23	Despesas de Custeio	45.593.585,60	79,48
Receita de Serviços	2.480.325,40	4,78	Transf. Correntes	4.650.855,35	8,11
Transf. Correntes	44.377.277,53	85,45			
Outras Rec. Correntes	1.233.540,00	2,38			
Receita de Capital	3.206.208,11	6,17	Despesa de Capital	7.120.487,53	12,41
Operações de Crédito	-	-	Investimentos	6.687.388,62	11,66
Alienação de Bens	-	-	Inversões Financeiras	32.288,15	0,06
Transf. de Capital	3.206.208,11	6,17	Transf. de Capital	400.810,76	0,70
EXTRA-ORÇAMENT.	88.424.825,51	100,00	EXTRA-ORÇAMENT.	85.934.030,32	100,00
Realizável	445.930,56	0,50	Realizável	490.846,70	0,57
Passivo Financeiro	87.978.894,95	99,50	Passivo Financeiro	85.443.183,62	99,43
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
SALDO TOTAL	4.645.044,33	100,00	SALDO TOTAL	1.704.676,61	100,00
Disponível:	4.442.971,24	95,65	Disponível:	1.565.625,31	91,84
Caixa	1.233,20	0,03	Caixa	1.190,16	0,07
Bcos e Correspondentes	354.595,03	7,63	Bcos e Correspondentes	796.059,41	46,70
Aplic.no Merc.Financeiro	4.087.143,01	87,99	Aplic.no Merc.Financeiro	768.375,74	45,07
Vinc. C/C Bancária	202.073,09	4,35	Vinc. C/C Bancária	139.051,30	8,16
Bcos C/Dep.Div.Orgens	74.883,67	1,61	Bcos C/Dep.Div.Orgens	1.405,32	0,08
Bcos.C/Dep.Esp. do Est.	45.867,56	0,99	Bcos.C/Dep.Esp. do Est.	73.798,54	4,33
Aplic.no Merc.Financeiro	81.321,86	1,75	Aplic.no Merc.Financeiro	63.847,44	3,75
TOTAL	145.003.635,41		TOTAL	145.003.635,41	

Receita extra-orçamentária são aquelas que se realizam à margem do orçamento, compreendendo a movimentação a crédito do grupo denominado dívida flutuante, e das contas do ativo financeiro, excluídas as que identifiquem saldos transferidos, bem como das contas de resultados pendentes e das contas de interferências.

Por despesas extra-orçamentárias, entende-se aquelas que se realizam à margem do orçamento, compreendendo a movimentação a débito das contas citadas acima.

Resumindo, o Balanço Financeiro das Fundações no exercício de 1996 evidencia a seguinte movimentação de recursos:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Saldo Inicial	4.645.044,33
2 - Recebimentos	140.358.591,08
2.1 - Extra-Orçamentários	88.424.825,51
2.2 - Orçamentários	51.933.765,57
3 - Total de Recursos Disponíveis	145.003.635,41
4 - Aplicação de Recursos	143.298.958,80
4.1 - Extra-Orçamentários	85.934.030,32
4.2 - Orçamentários	57.364.928,48
5 - Saldo Para o Exercício Seguinte	1.704.676,61

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00333
FOLHA Nº

336

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

No Balanço Patrimonial são relevadas as composições qualitativas e quantitativas do patrimônio à disposição da entidade ao final do exercício financeiro.

Conforme dispõe o artigo 105 da Lei 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstra:

1 - o Ativo Financeiro;

2 - o Ativo Permanente;

3 - o Passivo Financeiro;

4 - o Passivo Permanente;

5 - o Saldo Patrimonial;

6 - as Contas de Compensação.

A seguir apresentamos um quadro resumo do Balanço Patrimonial das Fundações em 31/12/96.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00333

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDAÇÕES - 1996

ATIVO			PASSIVO		
CONTAS	VALOR	%	CONTAS	VALOR	%
Ativo Financeiro	1.788.858,22	14,25	Passivo Financeiro	7.568.291,07	100,00
Disponível	1.565.625,31	12,49	Restos a Pagar	6.245.255,54	82,52
Caixa	1.190,16	0,01	Dep. de Div. Origens	24.103,28	0,32
Bancos e Corresp.	796.059,41	6,35	Depósitos Especiais	179.966,78	2,38
Aplic.Merc.Financeiro	768.375,74	6,13	Consignações	1.118.965,47	14,78
Vinc.em C/C Banc.	139.051,30	1,11	Desp. Empenhada a Pagar	-	-
Bancos c/D.D.D.	1.405,32	0,01			-
Bcos.C/Dep Especiais	73.798,54	0,59			
Aplic.Merc.Financeiro	63.847,44	0,51			
Realizável	81.979,61	0,65			
Div. Responsáveis	81.979,61	0,65			
Valores Realizáveis	-	-			
Ativo Permanente	10.751.886,56	85,75	Passivo Permanente	4,36	0,00
Bens	4.092.137,79	32,64	Credores	4,36	0,00
Créditos	6.057.102,34	48,31			
Valores	802.646,43	4,81			
Soma do Ativo Real	12.538.542,78	100,00	Soma do Passivo Real	7.568.295,43	100,00
Saldo Patrimonial					
Passivo Real Descob.		-	Ativo Real Líquido	4.970.247,35	65,67
Ativo Compensado	9.046.093,06		Passivo Compensado	9.046.093,06	
TOTAL GERAL	21.584.635,84		TOTAL GERAL	21.584.635,84	

Analisando o Balanço Patrimonial do exercício de 1996, verifica-se que ocorreu um saldo patrimonial total positivo, ou seja, um ativo real líquido de 65,67%, correspondente a R$ 4.970.247,35 (quatro milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R$
Ativo Financeiro	1.786.656,22
Passivo Financeiro	7.568.291,07
Saldo Patrimonial Financeiro	(5.781.634,85)
Ativo Permanente	10.751.886,56
Passivo Permanente	4,36
Saldo Patrimonial Permanente	10.751.882,20
Saldo Patrimonial Total	4.970.247,35

Dos dados apresentados acima, podemos concluir que para cada R$ 1,00 disponível em 31/12/96 as fundações devem aproximadamente R$ 4,24 de dívidas flutuantes.

A dívida flutuante está disciplinada no artigo 92 da Lei 4.320/64, da qual compreende:

1 - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

2 - os serviços da dívida a pagar;

3 - os depósitos;

4 - os débitos da tesouraria.

O comprometimento financeiro a curto prazo apresentado, deve-se principalmente a dois grandes grupos do Passivo Financeiro: Restos a Pagar e Consignações.

Por Restos a Pagar entende-se as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro (art. 36 da Lei nº 4.320/64).

Em 31/12/96, os Restos a Pagar estavam assim distribuídos:

RESTOS A PAGAR

ENTIDADE	SALDO EM 1995			SALDO EM 1996			VARIAÇÃO
	PROCES.	NÃO PROCES	TOTAL	PROCES.	NÃO PROCES	TOTAL	
FATMA	298.729,89	258.487,25	557.217,14	498.892,36	709.459,30	1.208.351,66	216,85%
FCEE	336.244,68	-	336.244,68	508.509,43	-	508.509,43	150,64%
FCC	517.596,79	0,60	517.597,39	1.008.580,74	8,45	1.008.589,19	194,86%
FESPORTE	42.343,48	-	42.343,48	215.236,96	-	215.236,96	508,31%
UDESC	2.128.494,30	448.819,90	2.577.314,20	1.115.473,31	2.191.094,99	3.306.568,30	128,30%
TOTAL	3.323.409,14	707.307,75	4.030.716,89	3.344.692,80	2.900.562,74	6.245.255,54	154,94%

CONSIGNAÇÕES

ENTIDADE	SALDO EM 1996
FATMA - Fund. de Amp. ao Meio Ambiente	-
FCEE - Fund. Cat. de Educação Especial	-
FCC - Fund. Cat. de Cultura	91.883,20
FESPORTE - Fund. Cat. de Desporto	-
UDESC - Fund.Universidade do Est. de SC	1.027.082,27
TOTAL	**1.118.965,47**

Consignações são retenções efetuadas nos pagamentos efetuados a terceiros, que deverão ser recolhidos a quem de direito (IPESC, INSS, Seguros, etc.).

O artigo 106 da Lei 4.320/64 trata da avaliação dos elementos patrimoniais, facultando a administração pública a reavaliação de bens móveis e imóveis. Como foi facultado, e não obrigado, a administração pública não tem efetuado reavaliação de bens, salvo quando de sua baixa.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00340

339

CRÉDITOS

Os Créditos das fundações, que no exercício de 1996 corresponderam a 48,31% do Ativo Real Líquido, referem-se basicamente a valores inscritos em Dívida Ativa não tributária, mais especificamente Créditos da Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC.

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Os valores dos bens móveis e imóveis, não merecem maiores comentários, pois estão subavaliados.

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Nas contas de compensação estão registrados valores, bens, obrigações e situações não compreendidos nos demais grupos de contas e que, mediata ou imediatamente, possam vir a afetar o patrimônio, conforme dispõe o artigo 105, § 5º da Lei nº 4.320/64.

Os valores registrados nas contas de compensação totalizam R$ 9.046.093,06 (nove milhões, quarenta e seis mil, noventa e três reais e seis centavo), apresentando-se conforme tabela abaixo:

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Responsáveis por Adiantamento	2.442.514,32	27,00
Resp. por Convênios e Contratos	3.653.237,37	40,38
Resp. por Contribuições	30.001,80	0,33
Resp. por Subvenções Recebidas	368.246,18	4,07
Resp. por Recursos e Dep. Especiais	421.920,00	4,66
Guarda de Bens Móveis de Terceiros	2.130.173,39	23,55
TOTAL GERAL	9.046.093,06	100,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0032

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Este demonstrativo evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e o resultado patrimonial do exercício. Em síntese, é um quadro resumo das contas de resultados.

Sinteticamente, o resultado patrimonial das fundações pode ser apresentado da seguinte forma:

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RESULT. DA EXEC. ORÇAM.	56.378.551,20	RESULT. DA EXEC. ORÇAM.	57.364.928,48
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	51.933.785,57	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	57.364.928,48
Receitas Correntes	48.727.557,46	Despesas Correntes	50.244.440,95
Receitas de Capital	3.206.208,11	Despesas de Capital	7.120.487,53
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	4.444.785,63	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
INDEPEN. DA EXEC. ORÇAMENT.	8.404.601,48	INDEPEN. DA EXEC. ORÇAMENT	4.201.100,84
TOTAL DAS VAR. ATIVAS	64.783.152,68	TOTAL DAS VAR. PASSIVAS	61.566.029,32
DÉFICIT VERIFICADO		SUPERÁVIT VERIFICADO	3.217.123,36
TOTAL GERAL	64.783.152,68	TOTAL GERAL	61.566.029,32

O Demonstrativo acima evidencia as alterações sobre o patrimônio das fundações no exercício de 1996. Não é conveniente denominar este demonstrativo de balanço econômico nem fazer uso da expressão resultado econômico do exercício, pois o resultado que nele obtido não expressa o verdadeiro resultado. Este é determinável quando o líquido patrimonial resulta da avaliação completa dos bens, o que não ocorre na prática, haja vista a não reavaliação de alguns

340

componentes do Ativo, nem o registro dos bens de uso comum do povo.

O relatório analisado deve ser relacionado ao Balanço Patrimonial, no tocante ao Saldo Patrimonial, que apresentou a seguinte variação:

Ativo Real Líquido de Líquido	1.753.123,99
Superávit Verificado em 1996	3.217.123,36
Ativo Real Líquido de 1996	4.970.247,35

Maiores informações sobre os dados consolidados das Fundações poderão ser obtidos nos demonstrativos anexados ao Balanço Geral do Estado.

Florianópolis, 12 de março de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador - CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00342

340

341

ANEXOS

DADOS CONSOLIDADOS DAS FUNDAÇÕES

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00343

341

342

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES

ANEXO 12, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS				DESPESAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	45.801.115,00	48.727.557,46	2.926.442,46	CRÉDITOS	68.590.040,48	57.364.928,48	11.225.112,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	636.414,53	626.414,53	ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	68.590.040,48	57.364.928,48	11.225.112,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.920.530,00	2.480.325,40	559.795,40				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.203.585,00	44.377.277,53	1.173.692,53				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	667.000,00	1.233.540,00	566.540,00				
RECEITAS DE CAPITAL	10.193.513,00	3.206.208,11	(6.987.304,89)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.400.000,00	0,00	(3.400.000,00)				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.627.513,00	3.206.208,11	(3.421.304,89)				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	166.000,00	0,00	(166.000,00)				
SUB-TOTAL	**55.994.628,00**	**51.933.765,57**	**(4.060.862,43)**	SUB-TOTAL	**68.590.040,48**	**57.364.928,48**	**11.225.112,00**
DÉFICIT	**12.595.412,48**	**5.431.162,91**	**15.285.974,43**	SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**68.590.040,48**	**57.364.928,48**	**11.225.112,00**	TOTAL	**68.590.040,48**	**57.364.928,48**	**11.225.112,00**

RNP/PCTDA96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00344

342

343

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	51.933.765,57	100,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	57.364.928,48	100,00
RECEITAS CORRENTES	48.727.557,46	93,83	DESPESAS CORRENTES	50.244.440,95	87,59
RECEITA PATRIMONIAL	636.414,53	1,23	DESPESAS DE CUSTEIO	45.593.585,60	79,48
RECEITA IMOBILIÁRIA	9.329,53	0,02	PESSOAL	30.164.703,72	52,58
ALUGUÉIS	9.329,53	0,02	PESSOAL CIVIL	30.046.906,35	52,38
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	627.085,00	1,21	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	27.840.069,87	48,53
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	627.085,00	1,21	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	27.581.993,47	48,08
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	609.421,00	1,17	VVF - PESSOAL CLT	258.076,40	0,45
APLICAÇÕES EM CDB\RDB	17.664,00	0,03	DESPESAS VARIÁVEIS	2.206.836,48	3,85
RECEITA DE SERVIÇOS	2.480.325,40	4,78	AJUDA DE CUSTO	182.132,58	0,32
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.480.325,40	4,78	DIÁRIAS	845.819,47	1,47
PARECER TÉCNICO	32.951,81	0,06	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	70.787,39	0,12
LICENÇA AMBIENTAL	1.423.230,07	2,74	DESPESAS DIVERSAS PESSOAL CIVIL	1.108.097,04	1,93
FORNECIMENTO DE CERTIDÃO	70.248,34	0,14	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	117.797,37	0,21
ANÁLISE DE RIMA	41.280,66	0,08	MATERIAL DE CONSUMO	2.257.216,70	3,93
TAXA DE SERVIÇO COMÉRCIO DE AGROTÓXICO	207,02	0,00	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	605.865,59	1,06
HONORÁRIOS ADVOGATÍCIOS	0,00	0,00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	132.170,36	0,23
TAXA REG. DIPLOMAS E OUTRAS TXAS ESCOLARES	912.407,50	1,76	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	8.615,62	0,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.377.277,53	85,45	FORRAGEM E CORRELATOS	27.692,25	0,05
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	44.377.277,53	85,45	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	181.356,50	0,32
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	44.377.277,53	85,45	MATERIAL ESCOLAR DIDÁTICO	14.454,08	0,03
RECURSOS ORDINÁRIOS	42.785.786,08	82,39	PEÇAS, ACESS. E SOBRESSALENTES PARA VEÍCULOS	109.912,93	0,19
RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.201.683,96	2,31	MATERIAL PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	177.130,74	0,31
TRANSF. DE RECURSOS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	389.807,49	0,75	MED.PROD.QUIM.FARM.ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	111.636,39	0,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.233.540,00	2,38	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	510.985,87	0,89
MULTAS E JUROS DE MORA	4.858,30	0,01	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	377.396,37	0,66
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	4.858,30	0,01	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	13.118.638,80	22,87
MULTAS DIVERSAS	4.858,30	0,01	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.772.798,64	3,09
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.254,19	0,02	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	11.345.840,16	19,78
RESTITUIÇÕES	9.254,19	0,02	ACORDOS E CONVÊNIOS	1.416.677,81	2,47
RECEITAS DIVERSAS	1.219.427,51	2,35	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	56.286,28	0,10
BAIXA DE PASSIVOS FINANCEIRO	104.994,56	0,20	COMUNICAÇÃO	596.457,00	1,04
DOAÇÕES LEGADOS CONTRIB. S/INDIVIDUAL ETC.	20.000,00	0,04	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	93.186,80	0,16
ESCOLINHA DE ARTE	8.472,00	0,02	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	16.595,68	0,03
XEROX APOIO ADMINISTRATIVO	813,56	0,00	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	1.801.523,06	3,14
XEROX BIBLIOTECA PÚBLICA	3.389,10	0,01	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.082.908,23	1,89
TAXA DE UTILIZAÇÃO TEATRO ALVARO DE CARVALHO	18.949,55	0,04	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	523.923,47	0,91
TAXA DE UTILIZAÇÃO DO CIC	70.290,72	0,14	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	893,00	0,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0034

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
INGRESSOS AO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	4.600,00	0,01	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	160.540,35	0,28
PARTIC. NA VENDA DE ARTESADOS CASA ALFÂNDEGA	5.210,55	0,01	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	215.355,85	0,38
VENDA DE LIVROS	907,99	0,00	PASSAGENS	374.846,23	0,65
OFICINAS DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA	6.103,68	0,01	RECEPÇÕES E HOSPEDAGENS	21.094,94	0,04
ATELIER CONSERVAÇÃO BENS CULTURAIS MÓVEIS	665,00	0,00	REFEIÇÕES	1.057,35	0,00
VENDA DE INGRESSO DE VISITA AO MUSEU DO MAR	5.925,00	0,01	DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES, PRÊMIOS E MEDALHAS	526.250,64	0,92
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	969.105,80	1,87	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONE., EX., E OUTROS	349.923,72	0,61
			SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	4.087.908,96	7,13
			SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	20.410,79	0,04
			DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	53.026,38	0,09
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53.026,38	0,09
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.650.855,35	8,11
			TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	88.240,00	0,15
			TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	88.240,00	0,15
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.240,00	0,15
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	127.428,00	0,22
			SUBVENÇÕES SOCIAIS	127.428,00	0,22
			TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	4.175.541,86	7,28
			INATIVOS	4.090.052,70	7,13
			PROVENTOS DO PESSOAL CIVIL	4.090.052,70	7,13
			SALÁRIO-FAMILIA	47.070,20	0,08
			SALÁRIO-FAMILIA SERVIDORES CIVIS EM ATIVIDADE	43.389,93	0,08
			SALÁRIO-FAMILIA DE INATIVOS CIVIS	3.680,27	0,01
			APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	35.534,10	0,06
			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	2.884,86	0,01
			CONTRIB. P/FORM. PATRIM. DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	259.645,49	0,45
RECEITAS DE CAPITAL	3.206.208,11	6,17	DESPESAS DE CAPITAL	7.120.487,53	12,41
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.206.208,11	6,17	INVESTIMENTOS	6.687.388,62	11,66
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	389.313,31	0,75	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.340.710,11	5,82
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	389.313,31	0,75	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.346.678,51	5,83
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	39.772,18	0,08	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	2.095.568,18	3,65
TRANSF. DE RECURSOS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	349.541,13	0,67	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	23.656,31	0,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.816.894,80	5,42	MOBILIÁRIO EM GERAL	420.519,57	0,73
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.816.894,80	5,42	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	237.307,00	0,41
TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	2.816.894,80	5,42	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	569.627,45	0,99
FUNDAÇÃO UDESC	2.367.340,80	4,56	INVERSÕES FINANCEIRAS	32.288,15	0,06
FINEP Nº 66940684	2.367.340,80	4,56	AQUIS. DE TÍTULOS REPRES. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	32.288,15	0,06
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	449.554,00	0,87	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.810,76	0,70

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00346

345

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
CONVÊNIO FCC/MEC 053/96	170.304,00	0,33	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	400.810,76	0,70
CONVÊNIO FCC/MEC 054/96	200.000,00	0,39	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	400.810,76	0,70
CONVÊNIO FCC/MEC 112/96	79.250,00	0,15	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	400.810,76	0,70
RECEITA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	88.424.825,51	100,00	DESPESA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	85.934.030,32	100,00
REALIZÁVEL	445.930,56	0,50	REALIZÁVEL	490.846,70	0,57
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	5.605,87	0,01	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	50.522,01	0,06
VALORES REALIZÁVEIS	440.324,69	0,50	VALORES REALIZÁVEIS	440.324,69	0,51
PASSIVO FINANCEIRO	87.978.894,95	99,50	PASSIVO FINANCEIRO	85.443.183,62	99,43
RESTOS A PAGAR	6.084.505,08	6,88	RESTOS A PAGAR	3.869.966,43	4,50
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	887.714,34	1,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	902.702,31	1,05
DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	1.026.950,10	1,16	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	932.215,01	1,08
CONSIGNAÇÕES	6.002.060,06	6,79	CONSIGNAÇÕES	5.760.634,50	6,70
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	57.834.528,70	65,41	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	57.834.528,70	67,30
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	15.413.187,77	17,43	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	15.413.187,77	17,94
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	729.948,90	0,83	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	729.948,90	0,85
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.645.044,33	100,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.704.676,61	100,00
DISPONÍVEL	4.442.971,24	95,65	DISPONÍVEL	1.565.625,31	91,84
CAIXA	1.233,20	0,03	CAIXA	1.190,16	0,07
BANCOS E CORRESPONDENTES	354.595,03	7,63	BANCOS E CORRESPONDENTES	796.059,41	46,70
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	4.087.143,01	87,99	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	768.375,74	45,07
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	202.073,09	4,35	VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	139.051,30	8,16
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	74.883,67	1,61	BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.405,32	0,08
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	45.867,56	0,99	BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	73.798,54	4,33
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	81.321,86	1,75	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	63.847,44	3,75
TOTAL GERAL	145.003.635,41	100,00	TOTAL GERAL	145.003.635,41	100,00

RNP/PCTDA96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00347

315

346

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
ATIVO FINANCEIRO	1.786.656,22	100,00	PASSIVO FINANCEIRO	7.568.291,07	100,00
DISPONÍVEL	1.565.625,31	87,63	RESTOS A PAGAR	6.245.255,54	82,52
CAIXA	1.190,16	0,07	EXERCÍCIO DE 1992	34,84	0,00
BANCOS E CORRESPONDENTES	796.059,41	44,56	PROCESSADOS	34,84	0,00
BESC S/A	115.462,62	6,46	EXERCÍCIO DE 1993	163,41	0,00
BANCO DO BRASIL S/A	680.496,79	38,09	NÃO PROCESSADOS	163,41	0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	100,00	0,01	EXERCÍCIO DE 1994	29.019,78	0,38
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	768.375,74	43,01	PROCESSADOS	29.019,78	0,38
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	706.135,74	39,52	EXERCÍCIO DE 1995	462.874,61	6,12
BESC S/A	340.759,73	19,07	PROCESSADOS	345.825,41	4,57
BANCO DO BRASIL S/A	241.544,43	13,52	NÃO PROCESSADOS	117.049,20	1,55
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	123.831,58	6,93	EXERCÍCIO DE 1996	5.753.162,90	76,02
CADERNETA DE POUPANÇA	62.240,00	3,48	PROCESSADOS	2.969.649,36	39,24
BANCO DO BRASIL S/A	62.240,00	3,48	NÃO PROCESSADOS	2.783.513,54	36,78
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	139.051,30	7,78	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	24.103,28	0,32
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.405,32	0,08	EXERCÍCIO DE 1993	5,03	0,00
BESC S/A	1.405,32	0,08	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	5,03	0,00
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	73.798,54	4,13	EXERCÍCIO DE 1994	910,13	0,01
BESC S/A	73.396,32	4,11	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	910,13	0,01
BANCO DO BRASIL S/A	402,22	0,02	EXERCÍCIO DE 1995	20,33	0,00
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	63.847,44	3,57	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	19,83	0,00
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	63.847,44	3,57	DEPÓSITOS ABANDONADOS	0,50	0,00
REALIZÁVEL	81.979,61	4,59	EXERCÍCIO DE 1996	23.167,79	0,31
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	81.979,61	4,59	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	377,99	0,00
PAGAMENTOS INDEVIDOS	36.961,89	2,07	CAUÇÕES	22.789,80	0,30
EXERCÍCIO DE 1991	7,16	0,00	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	179.966,78	2,38
EXERCÍCIO DE 1992	60,27	0,00	CONVÊNIO COM A UNIÃO	179.966,78	2,38
EXERCÍCIO DE 1993	0,01	0,00	CONSIGNAÇÕES	1.118.965,47	14,78
EXERCÍCIO DE 1994	29.268,57	1,64	EXERCÍCIO DE 1991	3,01	0,00
EXERCÍCIO DE 1995	6.779,31	0,38	EXERCÍCIO DE 1992	0,79	0,00
EXERCÍCIO DE 1996	846,57	0,05	EXERCÍCIO DE 1993	619,27	0,01
RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	45.017,69	2,52	EXERCÍCIO DE 1994	504.079,55	6,66
EXERCÍCIO DE 1991	0,03	0,00	EXERCÍCIO DE 1995	281.836,06	3,72
EXERCÍCIO DE 1993	101,79	0,01	EXERCÍCIO DE 1996	332.426,79	4,39
EXERCÍCIO DE 1994	248,34	0,01			
EXERCÍCIO DE 1996	44.667,53	2,50			
DEPÓSITOS PARA RECURSOS	0,03	0,00			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00343
FOLHA Nº

347

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
EXERCÍCIO DE 1991	0,03	0,00			
ATIVO PERMANENTE	10.751.886,56	100,00	PASSIVO PERMANENTE	4,36	100,00
BENS	4.092.137,79	38,06	CREDORES	4,36	100,00
BENS MÓVEIS	4.012.722,73	37,32			
BENS MÓVEIS DO ÓRGÃO	3.933.910,52	36,59			
VEÍCULOS	433.961,38	4,04			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	1.423.631,31	13,24			
MAT. BIBL., DISC., FILM., OBJ. HISTÓRICOS E DE ARTE	397.516,42	3,70			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	1.096.688,20	10,20			
MOBILIÁRIO	566.943,72	5,27			
UTENSÍLIOS	15.169,49	0,14			
BENS MÓVEIS DA UNIÃO	78.812,21	0,73			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	17.485,67	0,16			
MAT. BIBL., DISC., FILM., OBJ. HISTÓRICOS E DE ARTE	18.099,20	0,17			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	21.653,09	0,20			
MOBILIÁRIO	19.203,59	0,18			
UTENSÍLIOS	2.370,66	0,02			
BENS IMÓVEIS	79.415,06	0,74			
BENS IMÓVEIS DO ÓRGÃO	26.070,16	0,24			
EDIFÍCIOS	5,45	0,00			
OBRAS EM ANDAMENTO	179,97	0,00			
PRÉDIOS RESIDENCIAIS	25.882,67	0,24			
TERRENOS	2,07	0,00			
BENS IMÓVEIS DO ÓRGÃO	53.344,90	0,50			
EDIFÍCIOS	30.682,20	0,29			
PRÉDIOS RESIDENCIAIS	22.662,70	0,21			
CRÉDITOS	6.057.102,34	56,34			
DÍVIDA ATIVA	6.054.210,67	56,31			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	6.054.210,67	56,31			
AÇÕES INTEGRALIZADAS NÃO RECOLHIDAS A CAIXA DE VALORES	2.889,49	0,03			
OUTROS CRÉDITOS	2,18	0,00			
DEMAIS CRÉDITOS	2,18	0,00			
VALORES	602.646,43	5,61			
ALMOXARIFADO	602.646,43	5,61			
ALMOXARIFADO GERAL	602.646,43	5,61			
MATERIAL DE CONSUMO	345.533,78	3,21			
MATERIAL PERMANENTE	257.112,65	2,39			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00349

348

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
SOMA DO ATIVO REAL	12.538.542,78	100,00	SOMA DO PASSIVO REAL	7.568.295,43	100,00
			SALDO PATRIMONIAL	4.970.247,35	100,00
			ATIVO REAL LÍQUIDO	4.970.247,35	100,00
ATIVO COMPENSADO	9.046.093,06	100,00	PASSIVO COMPENSADO	9.046.093,06	100,00
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	6.915.919,67	76,45	CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	6.915.919,67	76,45
RESPONSABILIDADES POR ADIANTAMENTOS	2.442.514,32	27,00	FUNCIONÁRIOS DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.442.514,32	27,00
RESPONSÁVEIS POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	3.653.237,37	40,38	DEVEDORES POR EXECUÇÃO POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	3.653.237,37	40,38
RESPONSÁVEIS POR CONTRIBUIÇÕES	30.001,80	0,33	DEVEDORES DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	30.001,80	0,33
RESPONSÁVEIS POR SUBVENÇÕES	368.246,18	4,07	DEVEDORES DE SUBVENÇÕES RECEBIDAS	368.246,18	4,07
RESPONSÁVEIS POR RECURSOS E DEPÓSITOS ESPECIAIS	421.920,00	4,66	DEVEDORES P/RECEBIMENTO DE RECURSOS E DEPÓSITOS ESPECIAIS	421.920,00	4,66
CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADE	2.130.173,39	23,55	RESPONSABILIDADES	2.130.173,39	23,55
GUARDA DE BENS MÓVEIS DE TERCEIROS	2.130.173,39	23,55	GUARDA DE BENS MÓVEIS DE TERCEIROS	2.130.173,39	23,55
TOTAL GERAL	21.584.635,84	100,00	TOTAL GERAL	21.584.635,84	100,00

RNP/PCTDA96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00350

349

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES

ANEXO 15, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	56.378.551,20	87,03	RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	57.364.928,48	88,55
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	51.933.765,57	80,17	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	57.364.928,48	88,55
RECEITAS CORRENTES	48.727.557,46	75,22	DESPESAS CORRENTES	50.244.440,95	77,56
RECEITA PATRIMONIAL	636.414,53	0,98	DESPESAS DE CUSTEIO	45.593.585,60	70,38
RECEITA DE SERVIÇOS	2.480.325,40	3,83	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.650.855,35	7,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.377.277,53	68,50	DESPESAS DE CAPITAL	7.120.487,53	10,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.233.540,00	1,90	INVESTIMENTOS	6.687.388,62	10,32
RECEITAS DE CAPITAL	3.206.208,11	4,95	INVERSÕES FINANCEIRAS	32.288,15	0,05
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.206.208,11	4,95	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.810,76	0,62
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	4.444.785,63	6,86			
AQUISIÇÃO DE BENS	30.682,20	0,05			
AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS	668,00	0,00			
AQUISIÇÃO DE VALORES	4.413.435,43	6,81			
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8.404.601,48	12,97	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.201.100,84	6,48
INCORPORAÇÃO DE BENS	2.350.390,73	3,63	BAIXA DE BENS	30.684,32	0,05
INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS	6.054.210,67	9,35	BAIXA DE VALORES	4.170.416,52	6,44
INSCRIÇÃO DE VALORES	0,08	0,00			
SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	64.783.152,68	100,00	**SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**	61.566.029,32	95,03
SALDO PATRIMONIAL (DÉFICIT VERIFICADO)	0,00	0,00	**SALDO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT VERIFICADO)**	3.217.123,36	4,97
TOTAL GERAL	64.783.152,68	100,00	**TOTAL GERAL**	64.783.152,68	100,00

RNP/PCTDA96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00351

349

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

350

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES

ANEXO 1, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES	48.727.557,46	84,94	DESPESAS CORRENTES	50.244.440,95	87,59
RECEITA PATRIMONIAL	636.414,53	1,11	DESPESAS DE CUSTEIO	45.593.585,60	79,48
RECEITA DE SERVIÇOS	2.480.325,40	4,32	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.650.855,35	8,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.377.277,53	77,36			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.233.540,00	2,15			
RECEITAS DE CAPITAL	3.206.208,11	5,59	DESPESAS DE CAPITAL	7.120.487,53	12,41
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.206.208,11	5,59	INVESTIMENTOS	6.687.388,62	11,66
			INVERSÕES FINANCEIRAS	32.288,15	0,06
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.810,76	0,70
SUB-TOTAL	**51.933.765,57**	**90,53**	**SUB-TOTAL**	**57.364.928,48**	**100,00**
DÉFICIT	**5.431.162,91**	**9,47**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**57.364.928,48**	**100,00**	**TOTAL**	**57.364.928,48**	**100,00**

RNP/PCFDA96.XLS

Florianópolis, 21 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00352

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DAS FUNDAÇOES
EXERCÍCIO DE 1996

351

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	55.994.628,00	51.933.765,57		4.060.862,43
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	45.801.115,00	48.727.557,46	2.926.442,46	
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	636.414,53	626.414,53	
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	10.000,00	9.329,53		670,47
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	10.000,00	9.329,53		670,47
1320.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	-	627.085,00	627.085,00	
1324.00.00.00	RENDAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	-	627.085,00	627.085,00	
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	-	609.421,00	609.421,00	
1324.04.00.00	APLICAÇÕES EM CDB/RDB	-	17.664,00	17.664,00	
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.920.530,00	2.480.325,40	559.795,40	
1600.03.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTES	-	(428,51)		428,51
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.920.530,00	2.480.753,91	560.223,91	
1600.13.01.00	PARECER TÉCNICO	-	32.951,81	32.951,81	
1600.13.02.00	LICENÇA AMBIENTAL	1.158.400,00	1.423.230,07	264.830,07	
1600.13.03.00	FORNECIMENTO DE CERTIDÃO	-	70.676,85	70.676,85	
1600.13.04.00	ANÁLISE DE RIMA	-	41.280,66	41.280,66	
1600.13.05.00	TAXAS DE SERVIÇOS COMÉRCIO AGROTÓXICOS	-	207,02	207,02	
1600.13.08.00	TAXA REG. DIPLOMAS	762.130,00	912.407,50	150.277,50	
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.203.585,00	44.377.277,53	1.173.692,53	
1710.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	43.153.585,00	44.377.277,53	1.223.692,53	
1712.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	43.153.585,00	44.377.277,53	1.223.692,53	
1712.01.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	39.862.575,00	42.785.786,08	2.923.211,08	
1712.05.00.00	TRANSF. DE REC. DE OPERAÇÕES CRED. INTERNA	530.000,00	-		530.000,00
1712.06.00.00	TRANSF. DE REC. DE OPERAÇÕES CRED. EXTERNA	407.350,00	-		407.350,00
1712.08.00.00	TRANSF. DE RECURSOS AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	2.353.660,00	1.591.491,45		762.168,55
1760.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	50.000,00	-		50.000,00
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	667.000,00	1.233.540,00	566.540,00	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00353

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

352

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	1.000,00	4.858,30	3.858,30	
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	1.000,00	4.858,30	3.858,30	
1919.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	1.000,00	4.858,30	3.858,30	
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	9.254,19		745,81
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	5.000,00	-		5.000,00
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	5.000,00	-		5.000,00
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.000,00	9.254,19	4.254,19	
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	656.000,00	1.219.427,51	563.427,51	
1990.05.00.00	BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIRO	-	104.994,56	104.994,56	
1990.06.00.00	DOAÇÕES LEGADOS CONTRIB.S/INDIVIDUAL ETC	-	20.000,00	20.000,00	
1990.14.00.00	ESCOLINHA DE ARTE	9.200,00	8.472,00		728,00
1990.15.00.00	XEROX APOIO ADMINISTRATIVO	50,00	813,56	763,56	
1990.16.00.00	XEROX BIBLIOTECA PÚBLICA	5.900,00	3.389,10		2.510,90
1990.17.00.00	TX. DE UTILIZAÇÃO TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO	35.000,00	18.949,55		16.050,45
1990.18.00.00	TX. DE UTILIZAÇÃO CENTRO INT.DE CULTURA (CIC)	125.000,00	70.290,72		54.709,28
1990.19.00.00	TX. DE INSCRIÇÕES EM SEMINÁRIO DE CULTURA	1.000,00	-		1.000,00
1990.20.00.00	INGRESSOS AO MUSEU HISTÓRICO DE SC	3.500,00	4.600,00	1.100,00	
1990.21.00.00	PARTICIPAÇÃO NA VENDA DE ARTES CASA ALFÂNDEGA	15.000,00	5.210,55		9.789,45
1990.22.00.00	VENDA DE LIVROS	500,00	907,99	407,99	
1990.25.00.00	OFICINAS DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA	-	6.103,68	6.103,68	
1990.27.00.00	ATELIER CONSERVAÇÃO BENS CULTURAIS MÓVEIS	850,00	665,00		185,00
1990.30.00.00	VENDA DE INGRESSO DE VISITA AO MUSEU DO MAR	-	5.925,00	5.925,00	
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	460.000,00	969.105,80	509.105,80	
2000.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	10.193.513,00	3.206.208,11		6.987.304,89
2100.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.400.000,00	-		3.400.000,00
2110.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.400.000,00	-		3.400.000,00
2111.00.00.00	FINANC. J/FINEP/SC/UDESC L.9010/93	3.400.000,00	-		3.400.000,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 003554

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DAS FUNDAÇOES
EXERCÍCIO DE 1996

353

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.627.513,00	3.206.208,11		3.421.304,89
2410.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.267.513,00	389.313,31		5.878.199,69
2412.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	6.267.513,00	389.313,31		5.878.199,69
2412.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	4.540.313,00	39.772,18		4.500.540,82
2412.05.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS OP. CRÉDITO EXTERNA	739.700,00	-		739.700,00
2412.07.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	987.500,00	349.541,13		637.958,87
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	2.816.894,80	2.816.894,80	
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-	2.816.894,80	2.816.894,80	
2421.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE AUXILIOS E CONVÊNIOS	-	2.816.894,80	2.816.894,80	
2421.02.30.00	FUNDAÇÃO UDESC	-	2.367.340,80	2.367.340,80	
2421.02.30.01	FINEP N 66940684	-	2.367.340,80	2.367.340,80	
2421.02.31.00	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	-	449.554,00	449.554,00	
2421.02.31.01	CONV. FUND.CAT.CULT. MIN.CULT.N.E.53 96 SE	-	170.304,00	170.304,00	
2421.02.31.02	CONV. FUND.CAT.CULT. MIN.CULT.N.E.54 96	-	200.000,00	200.000,00	
2421.02.31.03	CONV. FUND.CAT.CULT. MIN.CULT.N.E.112 96	-	79.250,00	79.250,00	
2460.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	360.000,00	-		360.000,00
2500.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	166.000,00	-		166.000,00
2500.90.00.00	OUTRAS RECEITAS	166.000,00	-		166.000,00
				-	

receita.aut

Florianópolis, 31 de dezembro de 1996

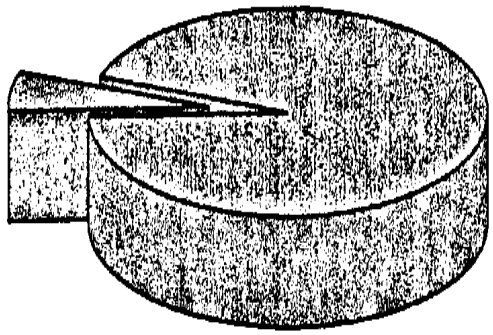
Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Marisiela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00353

354

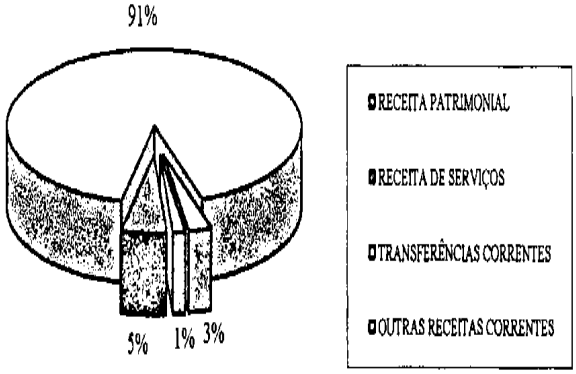
RECEITA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS



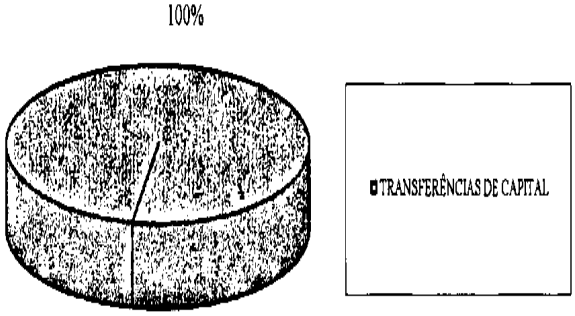
RECEITAS DE CAPITAL
6%

RECEITAS CORRENTES
94%

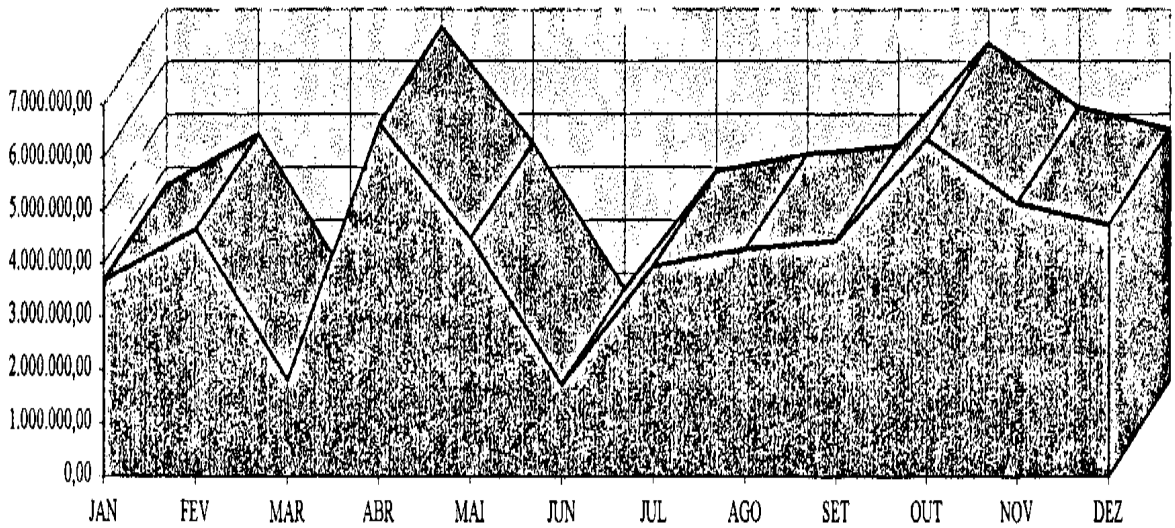
RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL



RECEITA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00356

355

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.692.056,47	4.655.022,10	1.810.690,70	6.648.957,01	4.476.650,57	1.717.922,94	3.955.932,92	4.279.285,64	4.443.622,63	6.356.765,68	5.156.716,01	4.739.943,10	51.933.765,57
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.619.101,86	847.526,41	1.101.236,17	10.845.419,77	4.474.718,51	1.627.019,37	3.910.320,89	4.212.239,10	4.127.073,68	4.437.183,44	5.152.143,24	4.373.374,82	48.727.557,66
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	73.261,79	78.855,06	66.113,74	70.627,72	61.154,10	63.919,92	50.977,23	38.595,51	41.257,60	42.369,51	35.492,04	13.788,31	636.614,53
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	533,00	452,00	752,00	1.524,00	100,00	1.105,00	1.473,00	-	1.206,33	850,52	584,68	749,00	9.329,53
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	533,00	452,00	752,00	1.524,00	100,00	1.105,00	1.473,00	-	1.206,33	850,52	584,68	749,00	9.329,53
1320.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	72.728,79	78.403,06	65.363,74	69.103,72	61.054,10	62.814,92	49.504,23	38.595,51	40.051,27	41.518,99	34.907,36	13.039,31	627.885,00
1324.00.00.00	RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	72.728,79	78.403,06	65.363,74	69.103,72	61.054,10	62.814,92	49.504,23	38.595,51	40.051,27	41.518,99	34.907,36	13.039,31	627.885,00
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	72.728,79	78.403,06	65.363,74	51.439,72	61.054,10	62.814,92	49.504,23	38.595,51	40.051,27	41.518,99	34.907,36	13.039,31	609.821,00
1324.04.00.00	APLICAÇÕES EM CDB/RDB	-	-	-	17.664,00	-	-	-	-	-	-	-	-	17.664,00
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	111.607,36	74.451,91	117.168,90	139.830,99	159.770,26	358.364,68	155.027,56	148.847,85	143.455,46	598.597,49	181.186,89	292.015,85	2.480.325,60
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	111.607,36	74.451,91	117.168,90	139.830,99	159.770,26	358.364,68	155.027,56	148.847,85	143.455,46	598.597,49	181.186,89	292.015,85	2.480.325,60
1600.13.01.00	PARECER TÉCNICO	2.305,42	628,37	1.643,89	4.082,29	2.453,00	2.305,22	3.064,28	1.924,34	4.629,15	2.880,72	2.914,15	4.200,90	32.951,81
1600.13.02.00	LICENÇA AMBIENTAL	103.353,67	67.813,51	97.051,91	107.056,06	117.725,24	124.251,63	136.958,17	131.780,55	118.581,42	161.726,65	125.545,27	131.385,99	1.423.234,07
1600.13.03.00	FORNECIMENTO DE CERTIDÃO	3.699,71	3.748,23	4.191,92	4.240,34	4.827,80	4.714,78	5.950,79	6.212,40	7.878,53	8.767,98	8.719,79	7.296,07	70.248,34
1600.13.04.00	ANÁLISE DE RINA	-	-	99,90	-	-	-	71,41	-	-	-	35,71	41.073,64	41.280,66
1600.13.05.00	TAXA DE SERVIÇO COMÉRCIO DE AGROTÓXICO	-	-	-	17.252,63	26.028,03	-	-	-	-	-	-	(41.073,64)	207,02
1600.13.06.00	HONORÁRIOS ADVOGATÍCIOS	34,05	71,10	61,92	42,08	41,55	47,00	17,10	24,56	(329,36)	-	-	-	-
1600.13.08.00	TAXA REG. DIPLOMAS E OUTRAS TXAS ESCOLARES	2.224,71	2.190,70	14.119,36	7.157,59	10.694,56	227.046,05	8.965,81	8.906,00	12.695,72	425.302,14	43.971,57	149.132,89	912.607,50
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.089.694,49	674.083,84	887.016,41	10.567.678,32	4.009.498,11	1.149.238,01	3.686.453,35	3.936.664,74	3.879.249,01	3.780.261,95	4.904.744,84	3.812.694,46	44.377.277,53
1710.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.089.694,49	674.083,84	887.016,41	10.567.678,32	4.009.498,11	1.149.238,01	3.686.453,35	3.936.664,74	3.879.249,01	3.780.261,95	4.904.744,84	3.812.694,46	44.377.277,53
1712.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	3.089.694,49	674.083,84	887.016,41	10.567.678,32	4.009.498,11	1.149.238,01	3.686.453,35	3.936.664,74	3.879.249,01	3.780.261,95	4.904.744,84	3.812.694,46	44.377.277,53
1712.01.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.089.694,49	618.319,14	887.016,41	10.474.228,72	4.009.498,11	926.913,39	3.643.651,31	3.934.164,74	3.799.249,01	3.770.261,95	4.669.455,12	2.963.333,69	42.785.786,08
1712.02.00.00	RECURSOS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	231.416,68	970.367,68	1.201.683,96
1712.08.00.00	TRANSF. DE RECURSOS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	-	55.764,70	-	93.449,60	-	222.324,62	42.802,04	2.500,00	80.000,00	10.000,00	3.873,24	(120.906,71)	389.807,49
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	344.538,02	20.135,60	30.935,12	67.282,74	244.296,04	53.496,76	18.062,75	88.131,20	63.111,61	13.954,49	30.719,47	254.876,20	1.233.540,00
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	63,00	242,00	83,50	1.548,00	-	526,00	984,80	474,00	896,00	41,00	4.858,30
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	-	-	63,00	242,00	83,50	1.548,00	-	526,00	984,80	474,00	896,00	41,00	4.858,30
1911.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	-	-	63,00	242,00	83,50	1.548,00	-	526,00	984,80	474,00	896,00	41,00	4.858,30
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.771,92	-	-	-	38,89	-	1.443,38	-	-	-	-	1.000,00	9.254,19
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.771,92	-	-	-	38,89	-	1.443,38	-	-	-	-	1.000,00	9.254,19
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	337.766,10	20.135,60	30.872,12	67.040,74	244.173,65	51.948,76	16.619,37	87.605,20	62.126,81	13.480,49	29.823,47	253.835,20	1.219.427,51
1990.05.00.00	BAIXA DE PASSIVOS FINANCEIRO	165,15	-	-	-	-	-	-	67.195,26	16.257,68	4,00	-	21.372,47	104.994,56
1990.06.00.00	DOAÇÕES LEGADOS CONTRIB. S/INDIVIDUAL ETC.	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000,00	-	-	-	20.000,00
1990.14.00.00	ESCOLINHA DE ARTE	39,00	-	1.000,50	790,00	880,00	610,00	580,00	1.015,00	1.232,50	686,50	763,50	875,00	8.472,00
1990.15.00.00	XEROX APOIO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	340,86	397,20	66,35	9,15	813,56
1990.16.00.00	XEROX BIBLIOTECA PÚBLICA	-	48,30	82,40	421,60	495,30	469,20	-	390,18	552,50	-	362,80	567,40	3.389,18
1990.17.00.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO TEATRO ALVARO DE CARVALHO	-	-	1.204,10	1.740,10	1.202,00	4.068,85	2.204,00	1.000,00	3.690,00	1.300,00	940,00	1.600,50	18.949,55
1990.18.00.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DO CIC	-	-	1.516,84	14.668,38	4.726,21	13.188,51	5.175,50	11.331,96	4.627,86	4.866,00	9.164,09	923,37	70.390,72
1990.20.00.00	INGRESSOS AO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	800,00	600,00	200,00	400,00	200,00	200,00	600,00	400,00	400,00	400,00	400,00	-	6.600,00
1990.21.00.00	PARTIC. NA VENDA DE ARTESADOS CASA ALFÂNDEGA	-	183,42	372,66	459,44	377,68	306,71	570,46	370,28	355,73	675,97	520,34	1.017,85	5.210,55

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00357

356

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1990.22.00.00	VENDA DE LIVROS	46,00	74,32	99,12	45,20	70,00	-	120,60	-	70,00	361,60	21,15	-	907,99
1990.25.00.00	OFICINAS DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA	-	-	-	1.703,75	1.034,84	576,37	629,85	-	1.115,00	300,25	436,12	307,50	6.103,68
1990.27.00.00	ATELIER CONSERVAÇÃO BENS CULTURAIS MÓVEIS	-	-	-	-	-	332,50	-	-	-	332,50	-	-	665,00
1990.30.00.00	VENDA DE INGRESSO DE VISITA AO MUSEU DO MAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.650,00	1.725,00	2.550,00	5.925,00
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	336.715,95	19.229,56	26.196,50	46.812,27	235.187,61	34.196,62	6.738,96	5.902,60	13.484,68	4.506,47	15.324,62	224.609,96	969.105,80
2000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	72.954,61	3.807.495,69	709.654,53	(4.196.462,76)	1.932,06	90.903,57	45.412,03	67.046,34	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	366.568,28	3.206.208,11
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	72.954,61	3.807.495,69	709.654,53	(4.196.462,76)	1.932,06	90.903,57	45.412,03	67.046,34	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	366.568,28	3.206.208,11
2410.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-	3.775.746,68	704.824,33	(4.284.832,42)	-	83.841,01	-	28.077,07	-	-	-	121.656,64	309.313,31
2412.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	-	3.775.746,68	704.824,33	(4.284.832,42)	-	83.841,01	-	28.077,07	-	-	-	121.656,64	309.313,31
2412.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	-	3.661.511,38	704.824,33	(4.341.382,82)	-	34.819,29	-	-	-	-	-	-	19.772,18
2412.07.00.00	TRANSF. DE RECURSOS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	-	94.235,30	-	56.550,40	-	49.021,72	-	28.077,07	-	-	-	121.656,64	349.541,13
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	72.954,61	71.749,01	4.830,20	88.369,66	1.932,06	7.062,56	45.412,03	38.969,27	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	244.911,64	2.816.894,80
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	72.954,61	71.749,01	4.830,20	88.369,66	1.932,06	7.062,56	45.412,03	38.969,27	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	244.911,64	2.816.894,80
2421.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	72.954,61	71.749,01	4.830,20	88.369,66	1.932,06	7.062,56	45.412,03	38.969,27	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	244.911,64	2.816.894,80
2421.02.30.00	FUNDAÇÃO UDESC	72.954,61	71.749,01	4.830,20	88.369,66	1.932,06	7.062,56	45.412,03	38.969,27	131.396,95	1.655.180,04	4.572,77	244.911,64	2.367.340,80
2421.02.30.01	FINEP Nº 66940684	72.954,61	71.749,01	4.830,20	88.369,66	1.932,06	7.062,56	45.412,03	38.969,27	131.396,95	1.655.180,04	4.572,77	244.911,64	2.367.340,80
2421.02.31.00	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	185.152,00	264.402,00	-	-	449.554,00
2421.02.31.01	CONVÊNIO FCC/MEC 053/96	-	-	-	-	-	-	-	-	85.152,00	85.152,00	-	-	170.304,00
2421.02.31.02	CONVÊNIO FCC/MEC 054/96	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	100.000,00	-	-	200.000,00
2421.02.31.03	CONVÊNIO FCC/MEC 112/96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.250,00	-	-	79.250,00

807.PCTO.doc 32.3

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00358

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-	SALDO NÃO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	TOTAL	NHADA NO ANO	UTILIZADO
0000.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	55.994.628,00	17.362.417,38	4.767.004,90	68.590.040,48	57.364.928,48	11.225.112,00
3000.00	DESPESAS CORRENTES	45.761.115,00	14.591.844,14	3.713.236,46	56.659.722,68	50.244.440,95	6.415.281,73
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	40.825.202,00	13.374.353,16	2.833.870,07	51.365.685,09	45.593.585,60	5.772.099,49
3110.00	PESSOAL	27.847.645,00	5.738.061,10	1.059.452,72	32.526.273,38	30.164.703,72	2.361.569,66
3111.00	PESSOAL CIVIL	27.774.645,00	5.655.824,79	1.053.471,99	32.376.997,80	30.046.906,35	2.330.091,45
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	73.000,00	82.256,31	5.980,73	149.275,58	117.797,37	31.478,21
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.748.183,00	1.268.306,17	558.604,65	3.457.884,52	2.257.216,70	1.200.667,82
3130.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	10.206.787,00	6.311.336,36	1.212.610,54	15.305.512,82	13.118.638,80	2.186.874,02
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	1.851.707,00	410.445,42	28.238,70	2.233.913,72	1.772.798,64	461.115,08
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	8.355.080,00	5.900.890,94	1.184.371,84	13.071.599,10	11.345.840,16	1.725.758,94
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	22.587,00	56.629,53	3.202,16	76.014,37	53.026,38	22.987,99
3191.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	11.000,00	711,50	0,00	11.711,50	0,00	11.711,50
3192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.587,00	55.918,03	3.202,16	64.302,87	53.026,38	11.276,49
3200.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.955.913,00	1.217.490,98	879.366,39	5.294.037,59	4.650.855,35	643.182,24
3220.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	88.487,07	0,00	88.487,07	88.240,00	247,07
3223.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	88.487,07	0,00	88.487,07	88.240,00	247,07
3230.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	539.200,00	503.124,72	710.116,39	332.208,33	127.428,00	204.780,33
3231.00	SUVENÇÕES SOCIAIS	539.200,00	503.124,72	710.116,39	332.208,33	127.428,00	204.780,33
3250.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	4.111.713,00	596.575,75	168.146,26	4.540.142,49	4.175.541,86	364.600,63
3251.00	INATIVOS	3.876.306,00	543.358,46	100.359,32	4.319.305,14	4.090.052,70	229.252,44
3252.00	PENSIONISTAS	40.000,00	2.211,25	25.000,00	17.211,25	0,00	17.211,25
3253.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	58.107,00	32.944,33	2.786,94	88.264,39	47.070,20	41.194,19
3254.00	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	75.000,00	4.464,83	10.000,00	69.464,83	35.534,10	33.930,73
3255.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	12.300,00	795,62	0,00	13.095,62	0,00	13.095,62

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00359

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
ANO DE 1996

358

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-	SALDO NÃO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	TOTAL	NHADA NO ANO	UTILIZADO
3259.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	50.000,00	12.801,26	30.000,00	32.801,26	2.884,86	29.916,40
3280.00	CONTRIBUIÇÕES P/FORM.DO PATR. DO SERV.PÚB.-PASEP	305.000,00	29.303,44	1.103,74	333.199,70	259.645,49	73.554,21
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.213.513,00	2.770.573,24	1.053.768,44	11.930.317,80	7.120.487,53	4.809.830,27
4100.00	INVESTIMENTOS	10.155.313,00	2.265.197,38	1.053.768,44	11.366.741,94	6.687.388,62	4.679.353,32
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.954.100,00	812.225,69	224.456,15	4.541.869,54	3.340.710,11	1.201.159,43
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.200.213,00	1.452.907,04	829.312,29	6.823.807,75	3.346.678,51	3.477.129,24
4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	1.000,00	64,65	0,00	1.064,65	0,00	1.064,65
4192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	64,65	0,00	1.064,65	0,00	1.064,65
4200.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	57.200,00	8.278,18	0,00	65.478,18	32.288,15	33.190,03
4250.00	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPR.DE CAP.JÁ INTEGRALIZADOS	57.200,00	8.278,18	0,00	65.478,18	32.288,15	33.190,03
4300.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000,00	497.097,68	0,00	498.097,68	400.810,76	97.286,92
4320.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	401.933,03	0,00	401.933,03	400.810,76	1.122,27
4323.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	401.933,03	0,00	401.933,03	400.810,76	1.122,27
4330.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.000,00	95.164,65	0,00	96.164,65	0,00	96.164,65
4331.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	95.164,65	0,00	96.164,65	0,00	96.164,65

despesa/fdc

Florianópolis, 13 de fevereiro de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874 - mat.209.888-1

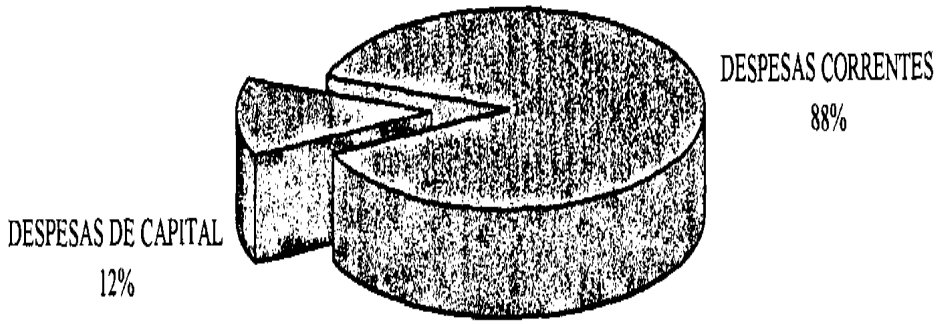
Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097 - mat. 199.830-7

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00360

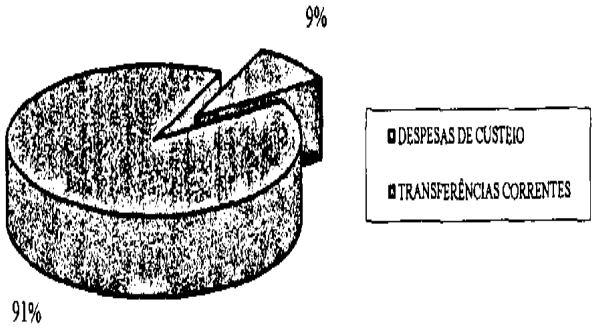
ANÁLISE GRÁFICA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - FUNDAÇÕES

359

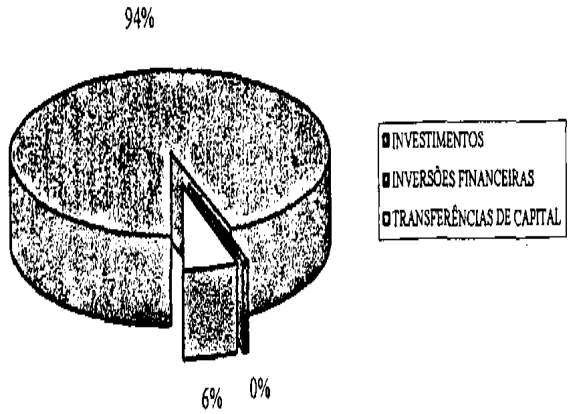
DESPESA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS



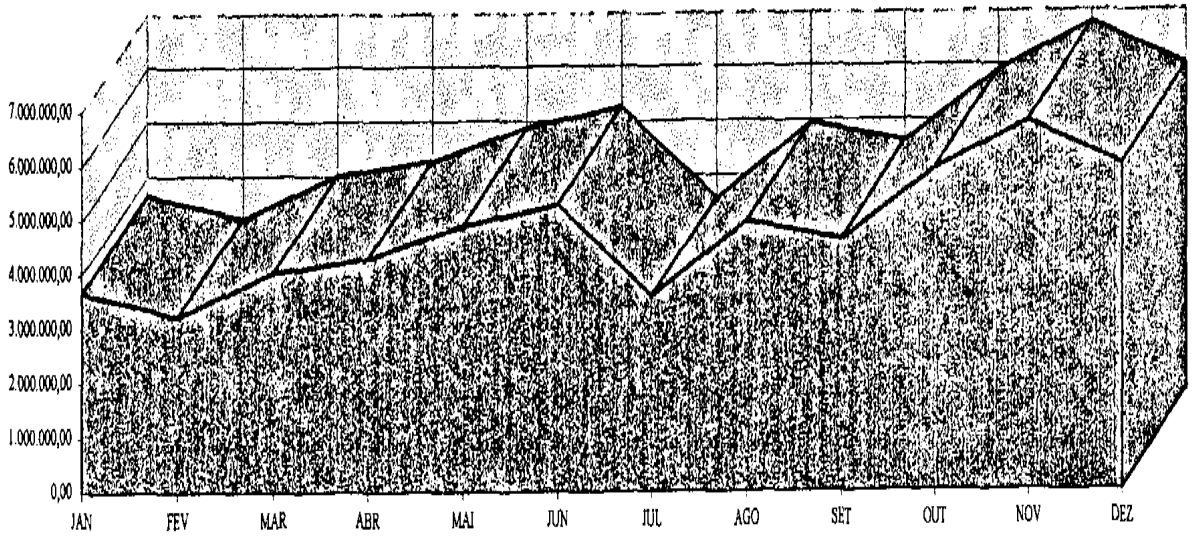
DESPESAS CORRENTES



DESPESAS DE CAPITAL



DESPESA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



DIVISÃO DE
FOLHA Nº 00361

359

360

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.676.894,70	3.242.027,47	4.040.873,44	4.305.782,77	4.899.254,53	5.279.142,84	3.590.968,01	4.977.628,70	4.635.917,93	5.929.458,95	6.787.491,01	5.999.468,03	57.364.928,48
3000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.672.481,24	2.679.419,28	3.856.421,76	3.336.591,56	4.876.904,15	4.609.333,79	3.400.626,19	3.835.122,66	3.927.531,61	4.697.470,10	6.173.577,01	5.178.959,60	50.244.440,95
3100.00.00.00	DESPESAS DE CUSTEIO	3.347.563,64	2.357.408,30	3.475.132,46	2.906.866,91	4.398.340,78	4.105.611,27	2.970.286,83	3.328.297,15	3.486.394,11	4.263.474,89	6.092.383,39	4.862.023,87	45.593.585,60
3110.00.00.00	PESSOAL	2.072.469,58	1.454.872,69	2.168.097,95	1.810.612,96	2.771.025,79	2.458.443,43	2.044.746,44	2.292.079,18	2.474.258,88	2.217.985,03	4.603.988,91	3.796.122,86	30.164.703,72
3111.00.00.00	PESSOAL CIVIL	2.066.659,02	1.450.925,05	2.157.063,37	1.802.149,79	2.755.871,00	2.443.858,32	2.031.449,41	2.283.591,25	2.463.325,62	2.208.867,00	4.595.182,42	3.787.764,10	30.046.906,35
3111.01.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	2.005.236,13	1.391.439,54	2.062.484,38	1.749.110,40	2.643.751,83	2.179.287,21	1.898.774,05	2.020.337,06	1.995.036,35	2.110.989,58	4.323.122,85	3.460.500,49	27.840.069,87
3111.01.01.00	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	1.994.554,52	1.387.528,80	2.045.326,33	1.746.028,33	2.625.970,20	2.126.699,57	1.876.463,66	1.995.247,28	1.973.038,67	2.086.699,10	4.298.795,82	3.425.642,19	27.581.993,47
3111.01.02.00	VVF - PESSOAL CLT	10.681,61	3.910,74	17.158,05	3.082,07	17.781,63	52.587,64	22.311,39	25.089,78	21.997,68	24.290,48	24.327,03	34.858,30	258.076,40
3111.02.00.00	DESPESAS VARIÁVEIS	61.422,89	59.485,51	94.578,99	53.039,39	112.119,17	264.571,11	132.675,36	263.256,19	468.489,27	97.877,42	272.059,57	327.263,61	2.206.836,48
3111.02.01.00	AJUDA DE CUSTO	1.500,00	9.642,40	13.774,40	1.228,00	2.220,80	8.894,00	3.384,00	6.976,00	12.430,24	14.285,88	10.359,16	97.437,70	182.132,58
3111.02.03.00	DIÁRIAS	59.747,50	42.898,75	70.639,00	40.407,38	102.091,25	81.126,25	113.903,25	78.062,50	106.037,50	78.791,43	78.626,66	(9.514,00)	845.819,47
3111.02.05.00	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	175,39	5.400,74	8.810,20	10.201,28	3.924,20	4.027,48	4.965,51	6.200,94	5.211,47	3.666,77	9.101,55	7.101,85	78.787,39
3111.02.06.00	DESPESAS DIVERSAS PESSOAL CIVIL	-	543,62	1.355,39	1.202,73	1.882,92	170.523,38	8.420,59	172.014,75	344.810,06	1.133,34	173.972,20	232.238,06	1.108.097,04
3113.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.810,56	3.947,64	11.034,58	8.463,17	15.154,79	14.585,13	13.297,03	8.487,93	10.733,26	9.118,03	8.806,49	8.358,76	117.797,37
3120.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	100.286,48	175.884,01	209.628,33	173.921,96	203.661,15	232.370,86	226.346,56	222.780,54	171.719,36	196.474,84	141.036,80	203.105,59	2.257.216,70
3120.00.01.00	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	1.462,94	29.311,12	38.966,46	46.036,41	87.983,10	63.155,68	26.040,32	43.153,65	109.235,58	44.205,18	41.016,66	55.298,29	605.865,59
3120.00.02.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	64.528,80	10.297,00	19.235,45	13.341,77	2.804,15	8.984,59	7.929,99	13.162,54	359,78	15.309,28	(10.113,71)	(13.669,28)	132.170,36
3120.00.03.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	-	430,15	704,95	1.147,75	1.008,88	959,56	354,33	792,15	1.541,61	640,53	764,55	271,14	8.615,62
3120.00.04.00	FORRAGEM E CORRELATOS	4,25	1.086,75	75,19	5.136,01	5.982,50	685,00	2.236,85	8.457,50	(10,00)	2.855,10	894,90	288,20	27.692,25
3120.00.05.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	7.316,90	85.027,26	5.291,52	20.251,23	5.422,39	2.974,73	3.692,08	78.913,85	13.989,38	3.846,16	5.480,38	(50.849,40)	181.356,50
3120.00.06.00	MATERIAL ESCOLAR DIDÁTICO	-	1.219,15	5.033,21	1.764,50	2.212,50	4.229,70	(3.297,00)	2.152,28	31,76	645,60	195,30	267,08	14.454,08
3120.00.07.00	PEÇAS, ACESS. E SOBRESSALENTES PARA VEÍCULOS	2.776,05	1.938,76	4.412,46	7.333,96	12.311,46	6.357,47	7.362,18	16.176,06	3.934,60	20.634,67	4.199,44	22.256,82	109.912,93
3120.00.08.00	MATERIAL PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	-	355,00	1.034,35	1.043,70	2.665,36	9.723,00	54.871,20	29.380,80	1.900,00	1.880,00	3.290,00	70.987,33	177.130,74
3120.00.09.00	MED.PROD.QUIM.FARM,ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	-	492,44	6.484,28	2.380,42	1.590,76	523,30	53.950,91	3.511,31	(13.672,82)	20.541,36	1.570,97	34.263,46	111.636,39
3120.00.10.00	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	12.253,50	34.048,10	74.172,65	53.790,19	41.471,17	51.315,38	33.350,49	33.730,78	38.648,10	59.523,40	54.510,75	34.171,36	518.985,87
3120.00.11.00	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	11.944,04	11.678,28	34.218,03	21.697,00	40.208,68	83.462,65	39.855,19	(6.650,38)	15.741,37	26.393,56	39.027,56	59.820,59	377.596,37
3130.00.00.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	1.174.643,74	726.512,86	1.095.063,09	922.331,99	1.407.323,84	1.414.460,74	699.191,83	780.813,91	840.415,87	1.849.015,02	1.346.088,49	862.795,42	13.118.638,80
3131.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	74.789,79	99.866,45	102.385,15	178.785,15	198.790,24	185.239,67	165.270,13	169.379,68	147.934,32	250.724,36	102.070,24	97.563,44	1.772.798,64
3132.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	1.099.853,95	626.646,41	992.677,94	743.546,84	1.208.533,60	1.229.221,07	533.923,68	611.434,23	692.481,55	1.598.290,66	1.244.018,25	765.231,98	11.545.860,16
3132.00.01.00	ACORDOS E CONVÊNIOS	388.155,44	106.378,00	423.498,40	6.720,00	202.358,77	267.708,10	-	(16.314,50)	(20.609,50)	29.505,75	50.000,00	(622,63)	1.416.677,81
3132.00.02.00	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	1.536,59	3.931,80	5.358,86	8.202,65	1.874,90	7.619,50	1.757,80	2.637,70	5.394,10	8.962,90	4.067,80	2.921,60	56.286,28
3132.00.03.00	COMUNICAÇÃO	134.766,15	16.697,23	31.126,16	46.657,58	73.635,85	33.265,78	46.501,18	11.456,14	34.181,10	114.716,16	2.949,31	10.482,36	596.457,00
3132.00.04.00	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	6.482,00	2.984,28	8.934,77	5.859,98	11.338,20	5.981,81	6.397,56	12.695,29	4.062,51	15.094,73	5.666,62	7.689,05	93.186,80
3132.00.05.00	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	10.692,68	232,26	-	2.062,86	(5.437,74)	5.957,31	4.450,00	-	-	254,00	-	(1.615,69)	16.595,68
3132.00.06.00	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	265.601,33	179.271,46	66.827,77	7.980,42	185.051,79	392.597,12	19.749,63	98.596,51	45.428,60	213.916,36	139.174,61	187.327,67	1.801.523,86
3132.00.08.00	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	19.496,50	17.419,05	152.753,77	84.644,59	68.974,62	66.555,27	44.619,30	38.270,24	99.475,50	90.417,55	179.185,35	221.096,49	1.082.908,23
3132.00.09.00	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	24.128,28	7.166,36	28.957,91	67.439,04	2.017,00	32.070,64	23.058,03	28.440,88	256.528,67	(3.333,88)	43.631,59	11.798,96	523.923,47
3132.00.10.00	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	-	-	-	865,00	-	-	28,00	-	-	-	-	-	893,00
3132.00.12.00	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	42.020,00	-	19.600,00	72.438,75	1.740,48	2.307,00	3.316,36	12.694,10	400,00	672,00	505,00	4.846,66	160.540,35
3132.00.13.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	66.408,96	6.310,76	2.643,80	33.150,00	(11.452,89)	24.922,41	5.400,00	17.900,00	24.001,49	300,00	2.471,04	21.300,28	215.355,85
3132.00.15.00	PASSAGENS	30.585,74	108.058,14	5.357,88	462,76	9.688,62	35.693,54	(1.707,35)	47.520,85	23.938,61	81.594,42	7.870,85	25.762,17	374.846,23
3132.00.16.00	RECEPÇÕES E HOSPEDAGENS	362,38	2.487,97	(94,40)	-	-	169,33	(1.441,70)	-	1.341,00	866,70	-	17.403,66	21.094,94
3132.00.17.00	REFEIÇÕES	300,00	-	138,00	-	-	-	-	-	-	619,35	-	-	1.057,35
3132.00.18.00	DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES, PRÊMIOS E MEDALHAS	-	-	60,00	-	-	288,15	23.605,00	48,00	21.575,52	328.679,48	81.619,72	68.374,77	526.250,64
3132.00.19.00	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONF., EX., E OUTROS	1.957,00	2.281,26	5.640,52	19.128,89	18.003,47	20.217,33	18.866,60	91.855,53	41.326,98	99.960,56	23.564,30	(2.878,72)	349.926,72

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00362

261

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3132.00.21.00	SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	107.340,90	173.527,84	233.354,50	365.934,32	638.720,53	313.867,78	337.323,61	279.372,59	135.414,97	616.064,58	699.548,51	187.439,03	4.007.908,96
3132.00.22.00	SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	-	-	8.500,00	-	-	-	-	6.260,90	-	-	1.743,53	3 906,34	20.410,79
3190.00.00.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	165,84	138,74	2.362,87	-	16.330,00	136,22	-	32.623,52	-	-	1.269,19	-	53.026,38
3192.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	165,84	138,74	2.362,87	-	16.330,00	136,22	-	32.623,52	-	-	1.269,19	-	53.026,38
3200.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	324 915,60	322.010,98	381.289,30	429.724,63	478.563,37	503.924,52	430.339,36	506.825,51	441.137,50	433.995,21	81.193,62	316.935,73	4.650.855,35
3220.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.240,00	88.240,00
3223.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.240,00	88.240,00
3223.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.240,00	88.240,00
3230.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	-	-	-	5.000,00	81.128,00	4 700,00	17.000,00	19 600,00	-	-	-	127.428,00
3231.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	-	-	-	-	5.000,00	81.128,00	4.700,00	17 000,00	19.600,00	-	-	-	127.428,00
3250.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	307.365,34	306.307,90	362.563,49	411.655,38	466.975,44	387.855,97	407.696,45	486 900,18	387.890,43	403 213,10	74.643,27	172.474,92	4.175.541,86
3251.00.00.00	INATIVOS	301.855,74	304.283,90	356.315,52	409.555,03	455.327,57	379.259,24	400.241,75	479.723,26	380.607,02	392.696,68	69.690,74	160.496,25	4.090.052,70
3251.00.01.00	PROVENTOS DO PESSOAL CIVIL	301.855,74	304.283,90	356.315,52	409.555,03	455.327,57	379.259,24	400.241,75	479.723,26	380.607,02	392.696,68	69.690,74	160.496,25	4.090.052,70
3253.00.00.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	5.059,60	1.586,00	3.079,87	1.312,85	5.846,87	5.003,23	3.767,40	3.596,92	3.702,40	4.289,36	4.952,53	4 073,17	47.870,20
3253.00.01.00	SALÁRIO-FAMÍLIA SERVIDORES CIVIS EM ATIVIDADE	4.797,00	1.445,60	2.757,47	1.060,65	5.495,87	4.094,47	3.494,40	3.349,92	3.460,60	4.021,56	4.833,82	4.558,57	43.389,93
3253.00.02.00	SALÁRIO-FAMÍLIA DE INATIVOS CIVIS	262,60	140,40	322,40	252,20	351,00	908,76	273,00	247,00	241,80	267,80	98,71	314,60	3.480,27
3254.00.00.00	APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	450,00	438,00	3.168,10	787,50	5.801,00	3.593,50	3.558,50	3.580,00	3.581,00	3.471,00	-	7.105,50	35.534,10
3259.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	-	-	-	-	-	-	128,80	-	-	2.756,06	-	-	2.884,86
3280.00.00.00	CONTRIB. P/FORM. PATRIM. DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	17.530,26	15.703,08	18.725,81	18.069,27	6.587,93	34.940,55	17.942,91	2.925,33	33 647,08	30.782,11	6.550,33	36.220,81	259.645,49
4000.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.413,54	562.608,19	184.451,68	969.191,21	22.350,38	669.807,05	190.841,82	1.142.506,04	708.406,32	1.231.988,85	613.914,00	820.508,45	7.120.487,53
4100.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.295,91	562.608,19	181.098,79	969.191,21	22.350,38	669.139,05	164.309,82	1.142.506,04	708.406,32	1.231.988,85	612.796,27	419.697,69	6.647.388,62
4110.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	-	406.395,73	36.208,00	791.976,63	(16.727,02)	145.508,77	620,40	1.068.516,38	473 823,42	218.868,89	183.233,16	30.295,73	3.340.719,11
4120.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.295,91	156.212,46	144.890,79	177.214,58	39.077,40	523.630,28	163.689,42	73.989,66	234.582,90	1.013.119,96	427.573,21	389 401,96	3.346.678,51
4120.00.01.00	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	760,00	1.830,00	90.362,70	46.982,75	15.477,86	265.609,85	11.115,46	22.585,91	66.705,06	758.906,05	405.539,65	428.692,89	2.095.568,18
4120.00.02.00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-	1.495,00	653,23	90,00	1.013,70	262,98	12.568,90	2.138,65	3.138,85	-	(788,00)	3 083,00	23.656,31
4120.00.03.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	-	145.683,96	42.496,26	5.352,87	10.026,99	29.900,07	23.717,26	54.914,21	9.619,53	13.728,94	8.786,96	76 291,52	420.519,57
4120.00.04.00	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	-	-	-	103.455,00	-	64.552,00	69 300,00	-	-	-	-	-	237.307,00
4120.00.05.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	2.535,91	7.203,50	11.378,60	21.333,94	12.558,85	183.305,38	46.987,80	(6.649,11)	155.119,46	240.484,97	14.034,60	(118.666,45)	569.627,45
4200.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.117,63	-	3.352,89	-	-	668,00	26.032,00	-	-	-	1.117,63	-	32.288,15
4250.00.00.00	AQUIS. DE TÍTULOS REPRES. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	1.117,63	-	3.352,89	-	-	668,00	26.032,00	-	-	-	1.117,63	-	32.288,15
4300.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.810,76	400.810,76
4320.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.810,76	400.810,76
4323.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.810,76	400.810,76
4323.01.00.00	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.810,76	400.810,76

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00363

362

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
FUNDAÇÕES
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO		TÍTULO / ENTIDADE	VALOR
2.01		**DISPONÍVEL**	**797.249,57**
2.01.01		**CAIXA**	**1.190,16**
	4521	Fundação Catarinense de Educação Especial	1.190,16
2.01.04		**BANCOS E CORRESPONDENTES**	**796.059,41**
	4521	Fundação Catarinense de Educação Especial	57.568,56
	4522	Fundação Universidade do Estado de SC	23.196,04
	4523	Fundação Catarinense de Desporto	230.929,36
	5421	Fundação do Meio Ambiente	9.489,30
	5821	Fundação Catarinense de Cultura	474.876,15
2.01.05		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**768.375,74**
	4521	Fundação Catarinense de Educação Especial	77.042,70
	4522	Fundação Universidade do Estado de SC	374.460,82
	5421	Fundação do Meio Ambiente	316.872,22

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00364

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
FUNDAÇÕES
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

363

CÓDIGO		TÍTULO / ENTIDADE	VALOR
2.02		VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	139.051,30
2.02.01		BANCO CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.405,32
	4522	Fundação Universidade do Estado de SC	1.405,32
2.02.02		BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS	73.798,54
	4521	Fundação Catarinense de Educação Especial	70.671,22
	5421	Fundação do Meio Ambiente	3.127,32
2.02.04		APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO	63.847,44
	4521	Fundação Catarinense de Educação Especial	63.847,44
TOTAL GERAL			936.300,87

bancos/admd

Florianópolis, 14 de março de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00363

364

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1 - SALDO	4.645.044,33	5.466.564,62	6.332.656,43	5.707.332,42	8.831.574,15	6.943.858,75	4.517.992,14	3.023.580,37	3.129.926,76	2.890.925,55	5.247.666,39	3.560.487,39	4.645.044,33
2 - ENTRADAS	8.056.926,07	9.030.663,46	6.565.621,14	12.154.362,79	12.742.251,79	9.337.471,27	9.685.860,34	11.195.378,31	10.889.202,43	15.433.035,16	14.531.877,56	20.736.840,76	140.358.591,00
2.1 - RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA	529.407,37	173.442,57	214.219,76	277.741,45	465.220,40	477.781,36	224.867,54	275.574,56	247.824,67	656.921,49	247.398,40	560.680,36	4.350.279,93
2.1.3 - RECEITA PATRIMONIAL	73.261,79	78.855,06	66.115,74	70.627,72	61.154,10	63.919,92	50.977,23	38.595,51	41.257,60	42.369,51	35.492,04	13.788,31	636.414,53
2.1.3.1 - RECEITA IMOBILIÁRIA	533,00	452,00	752,00	1.524,00	100,00	1.105,00	1.473,00	0,00	1.206,33	850,52	584,68	749,00	9.329,53
2.1.3.01 - ALUGUÉIS	533,00	452,00	752,00	1.524,00	100,00	1.105,00	1.473,00	0,00	1.206,33	850,52	584,68	749,00	9.329,53
2.1.3.2 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	72.728,79	78.403,06	65.363,74	69.103,72	61.054,10	62.814,92	49.504,23	38.595,51	40.051,27	41.518,99	34.907,36	13.039,31	627.085,00
2.1.3.2.04 - RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	72.728,79	78.403,06	65.363,74	69.103,72	61.054,10	62.814,92	49.504,23	38.595,51	40.051,27	41.518,99	34.907,36	13.039,31	627.085,00
2.1.6 - RECEITA DE SERVIÇOS	111.607,56	74.451,91	117.168,90	139.830,99	159.770,26	358.364,68	155.027,56	148.847,85	143.455,46	598.597,49	181.186,89	292.015,85	2.480.325,40
2.1.6.13 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	111.607,56	74.451,91	117.168,90	139.830,99	159.770,26	358.364,68	155.027,56	148.847,85	143.455,46	598.597,49	181.186,89	292.015,85	2.480.325,40
2.1.9 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	344.538,02	20.135,60	30.935,12	67.282,74	244.296,04	55.496,76	18.062,75	88.131,20	63.111,61	15.954,49	30.719,47	254.876,20	1.233.540,00
2.1.9.01 - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	63,00	242,00	83,50	1.548,00	0,00	526,00	984,80	474,00	896,00	41,00	4.858,30
2.1.9.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.771,92	0,00	0,00	0,00	38,89	0,00	1.443,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	9.254,19
2.1.9.09 - RECEITAS DIVERSAS	337.766,10	20.135,60	30.872,12	67.040,74	244.173,65	53.948,76	16.619,37	87.605,20	62.126,81	15.480,49	29.823,47	253.835,20	1.219.427,51
2.2 - RECEITAS TRANSFERIDAS	3.162.649,10	4.481.579,53	1.596.670,94	6.371.215,56	4.011.430,17	1.240.141,58	3.731.865,38	4.003.711,08	4.195.797,96	5.699.843,99	4.909.317,61	4.179.262,74	47.583.485,64
2.2.1 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.089.694,49	674.083,84	887.016,41	10.567.678,32	4.009.498,11	1.149.238,01	3.686.453,35	3.936.664,74	3.879.249,01	3.780.261,95	4.904.744,84	3.812.694,46	44.377.277,53
2.2.1.1 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.089.694,49	674.083,84	887.016,41	10.567.678,32	4.009.498,11	1.149.238,01	3.686.453,35	3.936.664,74	3.879.249,01	3.780.261,95	4.904.744,84	3.812.694,46	44.377.277,53
2.2.1.1.01 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.089.694,49	618.319,14	887.016,41	10.474.228,72	4.009.498,11	926.913,39	3.643.651,31	3.934.164,74	3.799.249,01	3.770.261,95	4.669.455,12	2.963.333,69	42.785.786,08
2.2.1.1.02 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.416,48	970.267,48	1.201.683,96
2.2.1.1.08 - TRANSF. DE RECURSOS, AUXÍLIOS E CONVÊNIO	0,00	55.764,70	0,00	93.449,60	0,00	222.324,62	42.802,04	2.500,00	80.000,00	10.000,00	3.873,24	(120.906,71)	389.807,49
2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	72.954,61	3.807.495,69	709.654,53	(4.196.462,76)	1.932,06	90.903,57	45.412,03	67.046,34	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	366.568,28	3.206.208,11
2.2.2.1 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	3.735.746,68	704.824,33	(4.284.832,42)	0,00	83.841,01	0,00	28.077,07	0,00	0,00	0,00	121.656,64	389.313,31
2.2.2.1.01 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	3.641.511,38	704.824,33	(4.341.382,82)	0,00	34.819,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.772,18
2.2.2.1.07 - TRANSF. DE RECURSOS, AUXÍLIOS E CONVÊNIO	0,00	94.235,30	0,00	56.550,40	0,00	49.021,72	0,00	28.077,07	0,00	0,00	0,00	121.656,64	349.541,13
2.2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	72.954,61	71.749,01	4.830,20	88.369,66	1.932,06	7.062,56	45.412,03	38.969,27	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	244.911,64	2.816.894,80
2.2.2.2.02 - TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	72.954,61	71.749,01	4.830,20	88.369,66	1.932,06	7.062,56	45.412,03	38.969,27	316.548,95	1.919.582,04	4.572,77	244.911,64	2.816.894,80
2.7 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.363.969,60	4.375.641,36	4.754.730,44	5.505.405,78	8.265.601,22	7.619.548,33	5.729.927,42	6.916.092,67	6.445.579,80	9.076.269,68	9.375.161,55	15.996.897,66	88.424.825,51
2.7.1 - REALIZÁVEL	248,55	121,32	69,20	390,34	203,47	183,94	329,89	114.567,69	82.254,54	45.116,83	45.821,78	156.623,01	445.930,56
2.7.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	248,55	121,32	69,20	390,34	203,47	183,94	329,89	338,48	0,04	0,00	0,00	3.720,64	5.605,87
2.7.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.229,21	82.254,50	45.116,83	45.821,78	152.902,37	440.324,69
2.7.2 - PASSIVO FINANCEIRO	4.363.721,05	4.375.520,04	4.754.661,24	5.505.015,44	8.265.397,75	7.619.364,39	5.729.597,53	6.801.524,98	6.363.325,26	9.031.152,85	9.329.339,77	15.840.274,65	87.978.894,95
2.7.2.01 - RESTOS A PAGAR	73.331,66	148.823,17	36.446,69	15.189,95	15.016,49	15.209,18	15.405,04	11.920,00	0,00	0,00	0,00	5.753.162,90	6.084.505,08
2.7.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	32.005,70	2.239,89	9.975,10	3.143,32	110.469,02	23.740,80	9.865,17	180.158,39	53.416,44	142.526,99	128.090,09	192.083,43	887.714,34
2.7.2.04 - DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	50.000,00	15,00	0,00	27.338,80	0,00	442,76	300.108,20	24.382,70	16.788,07	286.738,80	45.845,75	275.290,02	1.026.950,10
2.7.2.05 - CONSIGNAÇÕES	377.026,36	441.172,26	106.377,95	432.284,31	932.608,19	467.724,36	505.721,19	488.402,46	462.157,36	467.564,91	808.268,68	512.752,03	6.002.060,06
2.7.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	3.158.942,83	2.706.923,71	4.353.081,37	3.571.795,80	5.601.822,48	5.594.648,24	4.391.840,07	4.478.855,42	4.663.600,19	5.166.764,03	6.842.855,68	7.303.398,88	57.834.528,70
2.7.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	672.414,50	970.068,01	248.780,13	1.453.448,36	1.605.481,57	1.416.036,93	506.585,26	1.617.806,01	1.166.868,95	2.937.558,12	1.504.279,57	1.313.860,36	15.413.187,77
2.7.2.09 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMA	0,00	106.278,00	0,00	1.814,90	0,00	101.562,12	72,60	0,00	494,25	30.000,00	0,00	489.727,03	729.948,90
3 - SAÍDAS	7.234.505,78	8.164.571,65	7.190.945,15	9.030.121,06	14.629.967,19	11.763.347,88	10.380.262,11	11.889.031,92	11.128.203,64	13.076.294,32	16.219.056,56	22.592.651,54	143.298.958,80
3.1 - DESPESAS CORRENTES	3.672.481,24	2.679.419,28	3.856.421,76	3.336.591,56	4.876.904,15	4.609.335,79	3.400.626,19	3.835.122,66	3.927.531,61	4.697.470,10	6.173.577,01	5.178.959,60	50.244.440,95
3.1.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	3.347.565,64	2.357.408,30	3.475.132,46	2.906.866,91	4.398.340,78	4.105.411,27	2.970.286,83	3.328.297,15	3.486.394,11	4.263.474,89	6.092.383,39	4.862.023,87	45.593.585,60

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00361

365

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3.1.1.01 - PESSOAL	2.072.469,58	1.454.872,69	2.168.097,95	1.810.612,96	2.771.025,79	2.458.443,45	2.044.746,44	2.292.079,18	2.474.258,88	2.217.985,03	4.603.988,91	3.796.122,86	30.164.703,72
3.1.1.02 - MATERIAL DE CONSUMO	106.286,48	175.884,01	209.628,55	173.921,96	203.661,15	232.370,86	226.346,56	222.780,54	171.719,36	196.474,84	141.036,90	203.105,59	2.257.216,70
3.1.1.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	1.174.643,74	726.512,86	1.095.043,09	922.331,99	1.407.323,84	1.414.460,74	699.193,83	780.813,91	840.415,87	1.849.015,02	1.346.088,49	862.795,42	13.118.638,80
3.1.1.09 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	165,84	138,74	2.362,87	0,00	16.330,00	136,22	0,00	32.623,52	0,00	0,00	1.269,19	0,00	53.026,38
3.1.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	324.915,60	322.010,98	381.289,30	429.724,65	478.563,37	503.924,52	430.339,36	506.825,51	441.137,50	433.995,21	81.193,62	316.935,73	4.650.855,35
3.1.2.2 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.240,00	88.240,00
3.1.2.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.240,00	88.240,00
3.1.2.3 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	81.128,00	4.700,00	17.000,00	19.600,00	0,00	0,00	0,00	127.428,00
3.1.2.3.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	81.128,00	4.700,00	17.000,00	19.600,00	0,00	0,00	0,00	127.428,00
3.1.2.5 - TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	307.365,34	306.307,90	362.563,49	411.655,38	466.975,44	387.855,97	407.696,45	486.900,18	387.890,42	403.213,10	74.643,27	172.474,92	4.175.541,86
3.1.2.8 - P.A.S.E.P.	17.550,26	15.703,08	18.725,81	18.069,27	6.587,93	34.940,55	17.942,91	2.925,33	33.647,08	30.782,11	6.550,35	56.220,81	259.645,49
3.2 - DESPESA DE CAPITAL	4.413,54	562.608,19	184.451,68	969.191,21	22.350,38	669.807,05	190.341,82	1.142.506,04	708.406,32	1.231.988,85	613.914,00	820.508,45	7.120.487,53
3.2.1 - INVESTIMENTOS	3.295,91	562.608,19	181.098,79	969.191,21	22.350,38	669.139,05	164.309,82	1.142.506,04	708.406,32	1.231.988,85	612.796,37	419.697,69	6.687.388,62
3.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS	1.117,63	0,00	3.352,89	0,00	0,00	668,00	26.032,00	0,00	0,00	0,00	1.117,63	0,00	32.288,15
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.810,76	400.810,76
3.2.3.2 - TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.810,76	400.810,76
3.2.3.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.810,76	400.810,76
3.3 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.557.611,00	4.922.544,18	3.150.071,71	4.724.338,29	9.730.712,66	6.484.205,04	6.789.294,10	6.911.403,22	6.492.263,71	7.146.835,37	9.431.565,55	16.593.183,49	85.934.030,32
3.3.1 - REALIZÁVEL	109,64	240,91	742,46	0,00	27.067,06	474,00	70,77	114.497,47	81.986,28	48.802,08	45.892,55	170.963,48	490.846,70
3.3.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	109,64	240,91	742,46	0,00	27.067,06	474,00	70,77	0,04	0,00	3.685,25	70,77	18.061,11	50.522,01
3.3.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.497,43	81.986,28	45.116,83	45.821,78	152.902,37	440.324,69
3.3.2 - PASSIVO FINANCEIRO	3.557.501,36	4.922.303,27	3.149.329,25	4.724.338,29	9.703.645,60	6.483.731,04	6.789.223,33	6.796.905,75	6.410.279,43	7.098.033,29	9.385.673,00	16.422.220,01	85.443.183,62
3.3.2.01 - RESTOS A PAGAR	1.198.493,28	975.592,27	415.424,51	268.004,09	44.722,25	61.042,94	474.525,03	106.227,06	311.035,00	0,00	0,00	14.900,00	3.869.966,43
3.3.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.928,75	2.180,27	8.443,74	0,00	133.919,62	40.660,05	9.797,65	177.188,43	48.224,00	139.505,31	127.118,51	185.735,98	902.702,31
3.3.2.04 - DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	148.816,09	4.229,75	9.824,65	186.087,73	64.679,31	140.089,69	136.811,50	241.676,29	932.215,01
3.3.2.05 - CONSIGNAÇÕES	249.999,60	368.599,63	232.132,94	397.782,37	757.692,36	469.435,60	434.687,42	477.951,90	425.983,21	445.247,09	605.600,84	895.521,54	5.760.634,50
3.3.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	1.975.631,09	3.212.249,29	2.063.946,55	3.451.494,22	7.001.469,84	4.497.340,25	5.026.252,70	4.917.931,05	4.567.412,37	4.359.954,59	7.182.307,34	9.578.539,41	57.834.528,70
3.3.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	103.448,64	345.981,81	429.381,51	586.257,61	1.617.025,44	1.404.547,45	788.605,88	832.946,96	972.295,54	1.982.742,36	1.333.834,81	5.016.119,76	15.413.187,77
3.3.2.09 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMA	0,00	17.700,00	0,00	20.800,00	0,00	6.475,00	45.530,00	98.572,62	20.650,00	30.494,25	0,00	489.727,03	729.948,90
4 - SALDO PARA MÊS SEGUINTE	5.466.564,62	6.332.656,43	5.707.332,42	8.831.574,15	6.943.858,75	4.517.982,14	3.823.580,37	3.129.926,76	2.890.925,55	5.247.666,39	3.560.487,39	1.704.676,61	58.157.231,58
4.1 DISPONÍVEL	5.346.765,61	6.238.204,23	5.613.080,73	8.630.985,49	6.893.172,24	4.380.164,29	3.508.914,55	2.957.976,92	2.785.760,47	4.996.186,77	3.399.912,60	1.565.625,21	56.316.749,21
4.1.01 - CAIXA	1.853,95	2.697,93	1.177,25	708,16	1.825,37	1.436,26	1.055,19	593,08	1.547,93	1.024,12	1.529,42	1.190,16	16.638,82
4.1.04 - BANCOS E CORRESPONDENTES	862.485,95	209.079,39	2.677.126,53	5.065.384,52	1.688.072,85	538.860,81	724.324,83	554.641,61	510.738,05	1.309.323,71	2.122.085,67	796.059,41	17.058.183,33
4.1.05 - APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	4.482.425,71	6.026.426,91	2.934.776,95	3.564.892,81	5.203.274,02	3.839.867,22	2.783.534,53	2.402.742,23	2.273.474,49	3.685.838,94	1.276.297,51	768.375,74	39.241.927,06
4.2 - VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	119.799,01	94.452,20	94.251,69	200.588,66	50.686,51	137.817,85	314.665,82	171.949,84	105.165,08	251.479,62	160.574,79	139.051,30	1.840.482,37
4.2.01 - BANCOS C/DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	76.162,62	84.802,75	85.973,57	87.357,40	36.664,99	428,10	433,12	437,88	1.355,45	1.370,10	1.386,90	1.405,32	377.778,20
4.2.02 - BANCOS C/DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	27.226,67	9.560,45	104,46	27.443,26	14.021,52	26.678,38	54.144,97	45.513,24	26.400,94	187.562,54	38.247,56	73.798,54	530.702,53
4.2.04 - APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	16.409,72	89,00	8.173,66	85.788,00	0,00	110.711,37	260.087,73	125.998,72	77.408,69	62.546,98	120.940,33	63.847,44	932.001,64
3.1.2.5 - TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	0,00	0,00	1.592,91	1.564,89	1.871,05	1.178,75	3.848,04	4.370,14	2.716,48	1.295,95	5.549,25	3.742,96	27.730,42
3.2 - DESPESA DE CAPITAL	5.539.661,55	6.075.282,71	5.589.398,30	10.676.385,73	6.072.824,77	2.539.619,59	18.902.936,17	4.609.678,62	7.296.259,53	2.483.267,56	9.262.289,64	3.537.433,96	82.585.038,13
3.2.1 - INVESTIMENTOS	560.780,50	1.124.332,76	608.001,14	3.414.854,78	2.080.941,71	3.296.862,83	452.679,20	2.108.445,33	1.480.501,32	928.826,16	4.880.712,79	2.923.679,18	24.860.617,70

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00367

366

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS	3.778.881,05	4.657.016,95	4.725.220,82	6.991.555,26	3.703.937,18	(2.663.033,22)	18.407.177,81	1.840.733,29	5.606.758,21	819.186,47	3.668.178,41	192.353,72	51.727.965,95
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00	293.933,00	256.176,34	269.975,69	287.945,88	1.905.789,98	43.079,16	660.500,00	209.000,00	735.254,93	713.398,44	421.401,06	6.996.454,48
3.2.3.2 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.200.000,00	292.420,00	231.176,34	269.975,69	237.945,88	1.751.861,98	43.229,16	639.000,00	179.000,00	(67.803,07)	(81.961,56)	(178.403,94)	4.506.440,48
3.2.3.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.200.000,00	292.420,00	231.176,34	259.975,69	237.945,88	1.751.861,98	43.229,16	639.000,00	179.000,00	(67.803,07)	(81.961,56)	(178.403,94)	4.506.440,48
3.2.3.3 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	1.513,00	25.000,00	10.000,00	50.000,00	153.928,00	(150,00)	21.500,00	30.000,00	803.058,00	795.360,00	599.805,00	2.490.014,00
3.2.3.3.01 - AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.513,00	25.000,00	10.000,00	50.000,00	153.928,00	(150,00)	21.500,00	30.000,00	803.058,00	795.360,00	599.805,00	2.490.014,00
3.3 - DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	29.200.520,42	23.496.352,63	31.203.931,38	30.259.295,91	23.241.500,92	31.880.581,84	42.515.784,09	54.110.032,19	34.012.684,05	36.759.772,76	38.966.949,23	16.593.183,49	392.240.588,91
3.3.1 - REALIZÁVEL	6,96	3,48	0,00	650.307,07	1.485.447,45	959.270,73	5.888.224,94	1.080.729,61	635.431,22	4.496.328,01	486.970,55	170.963,48	15.853.683,50
3.3.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	6,96	3,48	0,00	750,70	211,04	8,23	27.974,74	0,00	0,84	0,00	32.177,38	18.061,11	79.194,48
3.3.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	649.556,37	1.479.028,58	959.262,50	5.860.250,20	1.080.729,61	635.430,38	4.496.328,01	454.793,17	152.902,37	15.768.281,19
3.3.1.05 - TÍTULOS E CAUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	6.207,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.422.220,01	16.428.427,84
3.3.2 - PASSIVO FINANCEIRO	29.200.513,46	23.496.349,15	31.203.931,38	29.608.988,84	21.756.053,47	30.921.311,11	36.627.559,15	53.029.302,58	33.377.252,83	32.263.444,75	38.479.978,68	14.900,00	359.979.585,40
3.3.2.01 - RESTOS A PAGAR	19.288.015,26	7.342.570,17	7.334.716,82	3.663.122,10	2.423.898,46	2.493.665,27	482.260,46	19.489.863,22	843.412,96	144.536,54	1.254.041,12	185.735,98	65.045.838,36
3.3.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.232.125,20	8.388.464,27	4.803.327,59	4.274.188,52	4.815.410,29	4.128.971,44	1.793.457,00	7.156.301,67	7.347.460,99	3.256.460,45	2.363.752,23	241.676,29	51.801.595,94
3.3.2.05 - CONSIGNAÇÕES	29.055,71	41.880,65	42.051,26	50.810,80	46.867,23	37.777,39	30.588,01	42.968,24	88.101,90	52.217,97	56.647,30	895.521,54	1.414.488,00
3.3.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	5.236.710,46	5.111.114,90	13.673.852,71	12.907.380,22	8.385.107,69	13.714.069,50	27.550.375,99	11.664.611,16	16.570.003,59	11.479.041,31	20.699.096,95	9.578.539,41	156.569.903,89
3.3.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	214.606,83	2.272.452,31	3.315.127,07	5.176.556,77	4.984.369,95	6.915.979,17	4.955.743,71	7.773.734,04	6.304.089,72	11.622.710,15	7.360.803,64	5.016.119,76	65.912.293,12
3.3.2.09 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMA	1.200.000,00	339.866,85	2.034.855,93	3.536.930,43	1.100.399,85	3.630.848,34	1.815.133,98	6.901.824,25	2.224.183,67	5.708.478,33	6.645.637,44	489.727,03	35.627.886,10
4 - SALDO PARA MÊS SEGUINTE	23.548.053,20	23.796.591,44	26.866.246,31	29.285.740,90	29.402.665,82	30.978.268,90	27.889.915,59	34.805.961,51	33.553.719,19	35.209.802,47	32.034.973,87	1.704.676,61	1.704.676,61
4.1 - DISPONÍVEL	23.325.418,42	23.543.906,84	25.553.945,06	27.663.822,31	27.528.784,46	28.771.685,16	27.488.935,52	33.421.597,44	31.478.134,65	34.239.875,97	31.280.301,22	1.565.625,31	1.565.625,31
4.1.01 - CAIXA	3.826,70	4.853,78	5.027,46	6.207,83	0,00	392,41	0,00	0,00	560,00	50,00	0,00	1.190,16	1.190,16
4.1.04 - BANCOS E CORRESPONDENTES	440.620,20	140.514,03	1.689.341,13	415.350,27	182.260,68	349.963,46	556.439,52	4.357.193,05	715.501,73	1.217.041,61	850.626,44	796.059,41	796.059,41
4.1.05 - APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	22.880.971,52	23.398.539,03	23.859.576,47	27.242.264,21	27.346.523,78	28.421.329,29	26.932.496,00	29.064.404,39	30.762.072,92	33.022.784,36	30.429.674,78	768.375,74	768.375,74
4.2 - VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	222.634,78	252.684,60	1.312.301,25	1.621.918,59	1.873.881,36	2.206.583,74	400.980,07	1.384.364,07	2.075.584,54	969.926,50	754.672,65	139.051,30	139.051,30
4.2.01 - BANCOS C/DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	13.483,12	0,00	(1.900,00)	0,00	21,25	81,67	1.405,32	1.405,32

INFORMADA [illegible]

Florianópolis, 24 de março de 1997

63847,44

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00363

367

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
1 - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE SALDO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
DISPONÍVEL	4.442.971,24	(2.877.345,93)	1.565.625,31	PASSIVO FINANCEIRO	5.032.579,74	2.535.711,33	7.568.291,07
CAIXA	1.233,20	(43,04)	1.190,16	RESTOS A PAGAR	4.030.716,89	2.214.538,65	6.245.255,54
BANCOS E CORRESPONDENTES	354.595,03	441.464,38	796.059,41	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	39.091,25	(14.987,97)	24.103,28
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	4.087.143,01	(3.318.767,27)	768.375,74	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	85.231,69	94.735,09	179.966,78
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	202.073,09	(63.021,79)	139.051,30	CONSIGNAÇÕES	877.539,91	241.425,56	1.118.965,47
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	74.883,67	(73.478,35)	1.405,32				
BANCOS CONTA DEPÓSITOS ESPECIAIS DO ESTADO	45.867,56	27.930,98	73.798,54				
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	81.321,86	(17.474,42)	63.847,44				
REALIZÁVEL	37.063,47	44.916,14	81.979,61				
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	37.063,47	44.916,14	81.979,61				
TOTAL	4.682.107,80	(2.895.451,58)	1.786.656,22	TOTAL	5.032.579,74	2.535.711,33	7.568.291,07

RNP/PCTDA96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00363

368

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
2 - APURAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
4.682.107,80	(2.895.451,58)	1.786.656,22	5.032.579,74	2.535.711,33	7.568.291,07

RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1995
DÉFICIT FINANCEIRO (350.471,94)

RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1995
DÉFICIT FINANCEIRO (5.781.634,85)

MOVIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		RESULTADO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996		MOVIMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
2.06.01 RECEITA ORÇAMENTÁRIA	51.933.765,57	3.04.03 RESULT. PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 1996	DÉFICIT (5.431.162,91)	2.06.02 DESPESA ORÇAMENTÁRIA	57.364.928,48

RNP/PCAFDA96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00370

369

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
CONSOLIDADO DAS FUNDAÇÕES
ANEXO Nº 17 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 1997

369

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	4.030.716,89	6.084.505,08	3.869.966,43	6.245.255,54
Exercício de 1991	5,91	0,00	5,91	0,00
Processados	5,91	0,00	5,91	0,00
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício de 1992	44,13	0,00	9,29	34,84
Processados	44,13	0,00	9,29	34,84
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício de 1993	308,53	0,00	145,12	163,41
Processados	308,53	0,00	145,12	163,41
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício de 1994	108.525,04	0,00	79.505,26	29.019,78
Processados	40.913,04	0,00	11.893,26	29.019,78
Não Processados	67.612,00	0,00	67.612,00	0,00
Exercício de 1995	3.921.833,28	331.342,18	3.790.300,85	462.874,61
Processados	3.282.137,53	331.128,99	3.267.441,11	345.825,41
Não Processados	639.695,75	213,19	522.859,74	117.049,20
Exercício de 1996	0,00	5.753.162,90	0,00	5.753.162,90
Processados	0,00	2.969.649,36	0,00	2.969.649,36
Não Processados	0,00	2.783.513,54	0,00	2.783.513,54
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	39.091,25	887.714,34	902.702,31	24.103,28
DEPÓSITOS ESPECIAIS	85.231,69	1.026.950,10	932.215,01	179.966,78
CONSIGNAÇÕES	877.539,91	6.002.060,06	5.760.634,50	1.118.965,47
DESPESA EMPENHADA A PAGAR	0,00	57.834.528,70	57.834.528,70	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	0,00	15.413.187,77	15.413.187,77	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	0,00	729.948,90	729.948,90	0,00
TOTAL GERAL	5.032.579,74	87.978.894,95	85.443.183,62	7.568.291,07

DIVIDA/FDC

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00371

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097

370

RELATÓRIO DO BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 1996

DADOS CONSOLIDADOS DOS FUNDOS ESPECIAIS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 003372

370

371

INTRODUÇÃO

"*Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação*" .(Art. 71 da Lei nº 4.320/64).

"*A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei do Orçamento ou em créditos adicionais*".(Art. 72 da Lei nº 4.320/64).

São características dos fundos especiais, de acordo com J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, Lei 4.320/64 Comentada, 26ª edição:

1. *receitas especificadas* - o fundo especial deve ser constituído de receitas específicas instituídas em lei ou outra receita qualquer, própria ou transferida, observando-se quanto a estas normas de aplicação estabelecidas pela entidade beneficente (A CF/88 veda a vinculação de impostos a fundos especiais, conforme art. 167, IV);

2. *vinculação à realização de determinados objetivos ou serviços* - ao ser instituído, o fundo especial deverá vincular-se à realização de programas de interesse da Administração, cujo controle é feito através dos orçamentos e contabilidade próprios. A lei que instituir o fundo especial deverá dispor sobre as despesas que serão financiadas pelas receitas;

3. *normas peculiares de aplicação* - a lei que instituir o fundo especial deverá estabelecer ou dispor sobre a destinação dos seus recursos;

4. *vinculação a determinado órgão da Administração;*

5. *descentralização do processo decisório.*

Os fundos especiais instituídos pelo Estado são os seguintes:

1. - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.
2. - Fundo Esp. de Est. Jurídicos e Reaparelhamento.
3. - Fundo Estadual de Defesa Civil.
4. - Fundo de Terras do Estado de SC.
5. - Fundo de Estímulo a Pesq. Agropecuária em SC.
6. - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural.
7. - Fundo Estadual de Habitação Popular.
8. - Fundo da Infância e da Adolescência.
9. - Fundo de Fin. de Água e Esgoto do Estado de SC.
10. - Fundo de Assistência Social.
11. - Fundo Rotativo de Materiais.
12. - Fundo Estadual de Saúde.
13. - Fundo de Melhoria da Segurança Pública.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00373

371

372

14.- Fundo Rotativo Fom. Pesq. Cient.Tecn. do Estado SC.

15.- Fundo de Apoio ao Desenv. Empresarial SC.

16.- Fundo Estadual de Transportes.

17.- Fundo Esp. de Proteção ao Meio Ambiente.

18.- Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos.

19.- Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis.

20.- Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó.

21.- Fundo de Melhoria da Polícia Militar do Estado de SC.

22.- Fundo Penitenciário SC

Neste relatório teceremos alguns comentários a respeito dos dados consolidados dos fundos especiais, objetivando tornar claro as principais informações contidas nos demonstrativos contábeis.

EXECUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação das receitas vinculadas aos fundos especiais do Estado tiveram o seguinte desempenho no exercício de 1996:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00374

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - FUNDOS

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS ECONÔMICAS	RECEITA		% DE	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZAÇÃO	PART.
RECEITAS CORRENTES	314.684.173,00	152.920.539,47	48,59	70,16
Tributária (taxas)	-	13.569.918,48		6,23
Receitas de Contribuições	-	1.462.192,70		0,67
Patrimonial	2.950.305,00	3.785.787,61	128,32	1,74
Receita Agropecuária	1.079.000,00	275.475,06	25,53	0,13
Receita Industrial	195.800,00	487.453,66	248,95	0,22
Receita de Serviços	202.432.500,00	38.664.135,35	19,10	17,74
Transferências Correntes	49.249.868,00	50.155.146,28	101,84	23,01
Outras Receitas Correntes	58.776.700,00	44.520.430,33	75,75	20,43
RECEITAS DE CAPITAL	228.132.328,00	65.047.316,74	28,51	29,84
Operações de Crédito	-	-		-
Alienação de Bens	2.375.500,00	337.652,47	14,21	0,15
Amortização de Empréstimo	3.350.000,00	19.572.342,54	584,25	
Transferências de Capital	191.267.129,00	39.282.103,23	20,54	18,02
Outras receitas de Capital	31.139.699,00	5.855.218,50	18,80	2,69
TOTAL	542.816.501,00	217.967.856,21	40,15	100,00

373

O demonstrativo comprova uma menor arrecadação no valor de R$ 324.848.644,79 (trezentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos), correspondente a 59,85 % inferior ao previsto.

Do total das receitas orçamentárias arrecadadas pelos fundos especiais no exercício de 1996, as Receitas Correntes corresponderam a 70,16% do total, cabendo os 29,84 % restantes à Receita de Capital.

Com relação as Receitas Correntes cabe destacar a participação das Receitas de Serviços, que corresponderam a 17,74 % do total, bem como das Outras Receitas Correntes com 20,43 %.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Nesta conta classificam-se recursos oriundos (transferidos) de outros órgãos ou entidades, tais como União, Estados, Municípios, de instituições privadas, ou até mesmo de pessoas.

Do montante de R$ 50.155.146,28 relativo às Transferências Correntes dos fundos, R$ 49.199.919,84 referem-se a transferências do Estado, correspondendo a 98,09 % do total Transferências Correntes obtidas.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00375

RECEITAS DE CAPITAL

FONTE	ARRECADADA	% DE PARTICIPAÇÃO	
		S/TOTAL	S/REC.CAPITAL
ALIENAÇÃO DE BENS	**337.652,47**	**0,15**	**0,52**
Móveis	337.652,47	0,15	0,52
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	**19.572.342,54**	**8,98**	**30,09**
Financiamentos Internos	17.050.201,57	7,82	26,21
Financiamentos Agrícolas	2.522.140,97	1,16	3,88
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**39.282.103,23**	**18,02**	**60,39**
Transferências do Estado	39.282.103,23	18,02	60,39
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**5.855.218,50**	**2,69**	**9,00**
Revenda de Materiais do FRM	5.855.218,50	2,69	9,00
TOTAL	**66.047.316,74**	**29,84**	**100,00**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL	**217.967.856,21**		

Destaca-se no quadro apresentado a participação das Transferências do Estado, que corresponderam a 60,39 % das Receitas de Capital e 18,02% das receitas totais. Do montante das Transferências do Estado, R$ 34.555.693,39 originam-se de recursos ordinários.

EXECUÇÃO DA DESPESA

Pode-se observar no demonstrativo a seguir, as despesas realizadas pelos fundos estaduais identificadas pelos números do Custeio, pelas Transferências Correntes, os Investimentos efetuados, as Inversões Financeiras e as Transferências de Capital.

374

DESPESA REALIZADA - FUNDOS

ESPECIFICAÇÃO	1996	
	REALIZAÇÃO	PART. %
DESPESAS CORRENTES	**117.222.247,59**	**58,67**
Despesas de Custeio	**82.904.590,55**	**41,49**
Pessoal	2.524.353,57	1,26
Material de Consumo	52.602.051,71	26,33
Serviços de Terceiros e Encargos	27.513.943,14	13,77
Diversas Despesas de Custeio	264.242,13	0,13
Transferências Correntes	**34.317.657,04**	**17,18**
Transferências Intragovernamentals	9.902.056,16	4,96
Transferências Intergovernamentais	13.398.583,39	6,71
Transferências a Instituições Privadas	10.989.287,07	5,50
Transferências a Pessoas	27.730,42	0,01
DESPESAS DE CAPITAL	**82.585.038,13**	**41,33**
Investimentos	**23.860.617,70**	**11,94**
Obras e Instalações	9.390.301,13	4,70
Equipamento e Material Permanente	14.470.316,57	7,24
Inversões Financeiras	**51.727.965,95**	**25,89**
Aquisição de Bens Para Revenda	10.106.996,62	5,06
Aquis. Títulos Rep.Cap. já Integralizados	36.318,85	0,02
Const. ou Aum. de Cap. de Empr.C.F.	23.886.719,26	11,95
Concessão de Empréstimos	17.697.931,22	8,86
Transferências de Capital	**6.996.454,48**	**3,50**
Transferências Intergovernamentais	4.506.440,48	2,26
Transf. a Instituições Privadas	2.490.014,00	1,25
TOTAL GERAL	199.807.285,72	100,00

Do montante das despesas dos fundos, 58,67% foram gastos correntes, sendo 41,49 % com o custeio da máquina e 17,18% com Transferências Correntes.

Em Despesas de Capital foram alocados 41,33% do montante dos gastos, sendo 11,94% em Investimentos, 25,89% em Inversões Financeiras e 3,50% em Transferências de Capital.

GASTOS EM DESPESAS DE PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	1996	
	VALORES	%
1 - Despesas com Pessoal e Encargos	2.524.353,57	100,00
1.1 Pessoal Civil	1.755.317,75	69,54
1.2 Pessoal Militar	757.035,82	29,99
1.3 Obrigações Patronais	12.000,00	0,48
1.4 Inativos	-	-
1.6 Pensionistas	-	
1.5 Salário Família	-	
	-	

Do montante de despesas de pessoal empenhadas pelos fundos especiais, R$ 677.804,91 referem-se a diárias de pessoal civil e R$ 320.452,52 a diárias de pessoal militar.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00376

375

DOS BALANÇOS

Os resultados da atividade econômico-financeira são expressos através das chamadas contas finais de gestão, que encontram sua relevação sintética extrema no denominado Balanço Geral.

Nas entidades públicas o Balanço Geral é formado por um conjunto de balanços e demonstrações tendentes a relevar os resultados do exercício, a composição do patrimônio e o resumo das operações realizadas.

A Lei 4.320/64 em seu artigo 101 determina que, os resultados gerais do exercício serão demonstrados através das seguintes peças:

1 - no Balanço Orçamentário;

2 - no Balanço Financeiro;

3 - no Balanço Patrimonial;

4 - na Demonstração das Variações Patrimoniais.

1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário consiste em uma comparação das receitas previstas e realizadas com as despesas que se autorizaram e executaram, cujos totais gerais são balanceados, evidenciando o resultado financeiro previsto e o obtido na execução orçamentária.

A diferença entre a receita prevista e a despesa fixada, quando não forem equivalentes, é igualada mediante a inclusão da parcela correspondente ao ***"superávit" ou "déficit" previsto.*** Do mesmo modo, quando as receitas e despesas efetuadas não tiverem alcançado o mesmo montante, anota-se a diferença respectiva, que indicará o **"superávit" ou "déficit" orçamentário obtido.**

Sinteticamente, o resultado da execução orçamentária dos fundos especiais no exercício de 1996 apresentou-se da seguinte forma:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
1 - Receita Arrecadada	217.967.856,21	100,00
2 - Despesa Realizada	199.807.285,72	91,67
3 - Superávit Orçam. de Execução (1-2)	18.160.570,49	8,33

Pode ser apresentado ainda da seguinte forma:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
1 - Receita Estimada	542.816.501,00	100,00
2 - Receita Arrecadada	217.967.856,21	40,15
3 - Menor Arrecadação (2 - 1)	(324.848.644,79)	(59,85)
4 - Despesa Fixada	542.816.501,00	100,00
5 - Despesa Realizada	199.807.285,72	36,81
5.1 - Por Crédito Orçam.e Supl.	199.807.285,72	36,81
5.2 - Por Créditos Especiais	-	
6 - Menor Despesa	343.009.215,28	63,19
7 - Superávit Orç.de Execução (3+6)	18.160.570,49	8,33

Os dados consolidados dos fundos especiais demonstram um superávit orçamentário de execução de R$ 18.160.570,49 (dezoito milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e nove centavos), ou seja, o comprometimento de despesas foi inferior às receitas arrecadadas em 8,33 %.

O demonstrativo evidencia ainda, um erro de previsão orçamentária, na receita de 59,85% e nas despesas de 63,19%, ou seja, foram arrecadados R$ 324.848.644,79 menos que o previsto, e comprometido R$ 343.009.215,28 a menor que o fixado.

O comprometimento (resultado) orçamentário dos fundos especiais no exercício de 1996 ficou assim distribuído:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00377

376

DÉFICIT/SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO

ENTIDADE	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT/ SUPERÁVIT	%
Fundo Reap.Judiciário	11.934.162,14	6.441.941,34	5.492.220,80	46,02
Fundo de Est. Jurídicos	1.438.494,58	277.204,26	1.161.290,32	80,73
Fundo de Defesa Civil	-	-	-	
Fundo de Terras	310.743,99	828.142,02	(517.398,03)	(166,50)
Fundo de Est.Pesq.Agrop.	99.032,16	2.427,39	96.604,77	97,55
Fundo de Desenv. Rural	8.375.199,76	6.586.864,17	1.788.335,59	21,35
Fundo de Hab. Popular	25.733.436,37	28.652.696,87	(2.919.260,50)	(11,34)
Fundo da Inf. e Adol-FIA	1.040.473,85	1.257.641,51	(217.167,66)	(20,87)
Fundo de Água e Esgoto	-	-	-	
Fundo de Assist. Social	20.156.226,19	24.437.464,58	(4.281.238,39)	(21,24)
Fundo Rotativo de Materiais	6.205.739,05	5.973.060,68	232.678,37	3,75
Fundo Est. de Saúde	79.928.161,53	78.160.979,96	1.767.181,57	2,21
Fundo de Melhoria da SSP	14.288.809,64	11.552.485,62	2.736.324,02	19,15
Fundo Fom.à Pesq.Cient. T.	4.525.404,59	1.168.238,00	3.357.166,59	74,18
Fundo Des.Empresarial	26.919.454,85	21.514.752,24	5.404.702,61	20,08
Fundo Est. de Transportes	763.001,76	901.518,98	(138.517,22)	(18,15)
Fundo de Prot.Meio Ambie.	51.133,77	92.770,00	(41.636,23)	(81,43)
Fundo R.Pen.Curitibanos	276.841,22	244.741,22	32.100,00	11,60
Fundo R.Pen.Florianópolis	109.382,35	52.846,58	56.535,77	51,69
Fundo R.Pen.Chapecó	237.322,49	259.240,63	(21.918,14)	(9,24)
Fundo de Melhoria da PM	15.151.990,16	10.949.282,97	4.202.707,19	27,74
Fundo Penitenciário de SC	422.845,76	452.986,70	(30.140,94)	(7,13)
TOTAL	217.967.856,21	199.807.285,72	18.160.570,49	8,33

2 - *BALANÇO FINANCEIRO*

Conforme dispõe o artigo 103 da Lei 4.320/64, "O Balanço Financeiro demonstrará a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte."

Pela definição acima percebe-se a importância do referido balanço, pois nele estão demonstradas as disponibilidades do administrador ao iniciar um exercício financeiro, todos os recebimentos auferidos no decorrer do ano, suas destinações e o saldo restante.

Resumidamente, o Balanço Financeiro dos Fundos no exercício de 1996 demonstra a seguinte movimentação de recursos:

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Saldo Inicial	19.422.904,91
2 - Recebimentos	680.770.495,35
2.1 - Extra-Orçamentários	462.802.639,14
2.2 - Orçamentários	217.967.856,21
3 - Total de Recursos Disponíveis (1 + 2)	700.193.400,26
4 - Aplicação de Recursos	669.322.897,86
4.1 - Extra-Orçamentários	469.515.612,14
4.2 - Orçamentários	199.807.285,72
5 - Saldo Para o Exercício Seguinte (4 - 3)	30.870.502,40

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00378
FOLHA Nº

377

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDOS - 1996

RECEITA		%	DESPESA		%
ORÇAMENTÁRIA	217.967.856,21	100,00	ORÇAMENTÁRIA	199.807.285,72	100,00
Receitas Correntes	152.920.539,47	70,16	Despesas Correntes	117.222.247,59	58,67
Receita Tributária	13.569.918,48	6,23	Despesas de Custeio	82.904.590,55	41,49
Receitas de Contribuições	1.462.192,70	0,67			-
Receita Patrimonial	3.785.787,61	1,74	Transf. Correntes	34.317.657,04	17,18
Receita Agropecuária	275.475,06	0,13			-
Receita Industrial	487.453,66	0,22			-
Receita de Serviços	38.664.135,35	17,74			-
Transf. Correntes	50.155.146,28	23,01			-
Outras Rec. Correntes	44.520.430,33	20,43			-
Receita de Capital	65.047.316,74	29,84	Despesa de Capital	82.585.038,13	41,33
Alienação de Bens	337.652,47	0,15	Investimentos	23.860.617,70	11,94
Amortiz. de Empréstimos	19.572.342,54	8,98	Inversões Financeiras	51.727.965,95	25,89
Transferências de Capital	39.282.103,23	18,02	Transf. de Capital	6.996.454,48	3,50
Outras Rec eitas de Capital	5.855.218,50	2,69			-
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	462.802.639,14	100,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	469.515.612,14	100,00
Realizável	1.711.383,07	0,37	Realizável	17.315.752,60	3,69
Passivo Financeiro	461.069.098,24	99,63	Passivo Financeiro	452.199.859,54	96,31
Resultado Pendente	22.157,83	0,00	Resultado Pendente	-	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
SALDO TOTAL	19.422.904,91	100,00	SALDO TOTAL	30.870.502,40	100,00
Disponível:	19.420.724,53	99,99	Disponível:	29.364.710,52	95,12
Caixa	3.826,70	0,02	Caixa	104,50	0,00
Bcos e Correspondentes	1.877.498,54	9,67	Bcos e Correspondentes	466.256,23	1,51
Aplic. no Merc.Financeiro	17.539.399,29	90,30	Aplic. no Merc.Financeiro	28.898.349,79	93,61
Vinculados em C/C	2.180,38	0,01	Vinculados em C/C	1.505.791,88	4,88
Bcos.C/Dep.Div.Origens	-	-	Bcos.C/Dep.Div.Origens	779.417,56	2,52
Aplic. Mercado Financeiro	2.180,38	0,01	Aplic. Mercado Financeiro	726.374,32	2,35
TOTAL	700.193.400,26		TOTAL	700.193.400,26	

Receita extra-orçamentária são aquelas que se realizam à margem do orçamento, compreendendo a movimentação a crédito do grupo denominado dívida flutuante e das contas do ativo financeiro, excluídas as que identifiquem saldos transferidos, bem como das contas de resultados pendentes (Despesas Impugnadas pela Diretoria de Auditoria Geral).

Analisando os demonstrativos anteriores percebe-se que a movimentação de recursos extra orçamentários foram superiores aos recursos orçamentários. Tal fato deve-se principalmente pela rotina orçamentária e contábil, através da qual toda despesa empenhada é lançada automaticamente em Despesa Empenhada a Liquidar - DOL (receita extra), sendo posteriormente, pela liquidação, transferida para Despesa Empenhada a Pagar - DEP (receita e despesa extra-orçamentária), bem como pelo débito nesta quando do respectivo pagamento (despesa extra).

O balanço financeiro dos fundos especiais evidencia, pelo balanceamento das contas de receitas e despesas, um saldo total de R$ 30.870.502,40, dos quais 95,12 % são recursos de livre movimentação (disponível) e 4,88% são recursos vinculados.

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

No Balanço Patrimonial são relevadas as composições qualitativas e quantitativas do patrimônio à disposição da entidade ao final do exercício financeiro.

Conforme dispõe o artigo 105 da Lei 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstra:

1 - o Ativo Financeiro;
2 - o Ativo Permanente;
3 - o Passivo Financeiro;
4 - o Passivo Permanente;
5 - o Saldo Patrimonial;

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00379

378

6 - as Contas de Compensação.

A seguir apresentamos um quadro resumo do Balanço Patrimonial-Consolidado dos fundos especiais do Estado em 31/12/96.

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDOS - 1996

ATIVO			PASSIVO		
CONTAS	VALOR	%	CONTAS	VALOR	%
Ativo Financeiro	47.581.439,35	23,49	Passivo Financeiro	68.205.792,12	100,00
Disponível	29.364.710,52	14,50	Restos a Pagar	63.953.081,59	93,76
Caixa	104,50	0,00	Dep. de Div. Origens	4.248.960,53	6,23
Bancos	466.256,23	0,23	Depósitos Especiais	-	-
Aplic.Merc.Financeiro	28.898.349,79	14,27	Consignações	3.750,00	0,01
Vinculados em C/C	1.505.791,88	0,74			
Bcos.C/Dep.Div. Origens	779.417,58	0,38			
Aplicações Merc. Financ.	726.374,32	0,36			
Realizável	16.733.094,78	8,26			
Div. Responsáveis	828.027,97	0,41			
Tes.Est.C/Val.Realizáveis	15.882.173,07	7,84			
Títulos e Cauções	22.874,49	0,01			
Valores a Disp. de Jus.	19,25	0,00			
Resultado Pendente	(22.157,83)	(0,01)			
Despesas Impugnadas	(22.157,83)	(0,01)			
Ativo Permanente	154.995.806,93	76,51	Passivo Permanente	0,23	0,00
Bens	9.080.054,26	4,48	Credores	0,23	0,00
Créditos	109.951.585,48	54,28			
Valores	35.964.157,19	17,75			
Soma do Ativo Real	202.577.248,28	100,00	Soma do Passivo Real	68.205.792,35	100,00
			Saldo Patrimonial	134.371.453,93	66,33
			Ativo Real Líquido	134.371.453,93	66,33
Ativo Compensado	51.703.025,23		Passivo Compensado	51.703.025,23	
TOTAL GERAL	254.280.271,51		TOTAL GERAL	254.280.271,51	

Analisando o Balanço Patrimonial do exercício de 1996, verifica-se que ocorreu um Ativo Real Líquido de R$ 134.371.453,93 (cento e trinta e quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinqüenta e três reais e noventa e três centavos), correspondente a 66,33 % do total do Ativo Real

COMPOSIÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R$
1 - Ativo Financeiro	47.581.439,35
2 - Passivo Financeiro	68.205.792,12
4 - Saldo Patrimonial Financeiro (1 - 2)	(20.624.352,77)
5 - Ativo Permanente	154.995.806,93
6 - Passivo Permanente	0,23
7 - Saldo Patrimonial Permanente (5 - 6)	154.995.806,70
8 - Saldo Patrimonial Total (7+ 4)	134.371.453,93

Dos dados apresentados acima, podemos concluir que para cada R$ 1,00 disponível em 31/12/96 o Estado deve aproximadamente R$ 1,43 de dívidas flutuantes.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00380

379

O comprometimento financeiro a curto prazo (Dívida Flutuante) apresentado deve-se principalmente a dois grandes grupos do Passivo Financeiro: Restos a Pagar e Depósitos de Diversas Origens.

A dívida flutuante está disciplinada no artigo 92 da Lei 4.320/64, da qual compreende:

1 - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

2 - os serviços da dívida a pagar;

3 - os depósitos;

4 - os débitos da tesouraria.

Por Restos a Pagar entende-se as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro (art. 36 da Lei nº 4.320/64).

São considerados processados os Restos a Pagar referentes a despesas empenhadas e liquidadas até o encerramento do exercício, faltando apenas o pagamento da despesa para extinguir a obrigação do Estado.

São considerados não processados os saldos de empenhos emitidos, cuja liquidação não ocorreu até o término do exercício financeiro.

Conforme o Art. 63 da Lei 4.320/64, *"A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito".*

O montante dos restos a pagar dos fundos especiais totalizou, em 31/12/96, R$ 63.953.081,59 (sessenta e três milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, oitenta e um reais e cinqüenta e nove centavos), dos quais R$ 40.689.718,32 (quarenta milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e dezoito reais e trita e dois centavos) são não processados e R$ 23.263.363,27 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos) são processados.

O demonstrativo dos Restos a Pagar, por entidade, posição em 31/12/96, demonstra um crescimento em relação a 1995 da ordem de 20,48%

Da totalidade dos débitos inscritos em restos a pagar, 63,59% estão escriturados no Fundo Estadual de Saúde, e 9,98% no Fundo de Melhoria da Secretaria da Segurança Pública. Os demais estão distribuídos nos diversos fundos especiais, conforme evidencia o demonstrativo a seguir.

DIVISÃO DE
FOLHA Nº 00381

379

380

RESTOS A PAGAR

ENTIDADE	POSIÇÃO EM 31/12/1995				POSIÇÃO EM 31/12/1996				VARIAÇÃO %
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% PARTICIPAÇÃO	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% PARTICIPAÇÃO	95/96
Fundo Reap.Judiciário	139.747,75	2.822.819,17	2.962.566,92	5,58	2.267.051,19	1.363.363,09	3.630.414,28	5,68	22,54
Fundo de Est. Jurídicos	541,50	-	541,50	0,00	18.459,34	-	18.459,34	0,03	3.308,93
Fundo de Defesa Civil	-	-	-	-		-	-	-	
Fundo de Terras	-	488.275,00	488.275,00	0,92	94.660,01	-	94.660,01	0,15	(80,61)
Fundo de Est.Pesq.Agrop.	-	1.593.735,74	1.593.735,74	3,00		1.362.520,85	1.362.520,85	2,13	(14,51)
Fundo de Deserv. Rural	-	1.346.194,10	1.346.194,10	2,54	213.045,64	38.080,00	251.125,64	0,39	(81,35)
Fundo de Hab. Popular	-	271.009,20	271.009,20	0,51	3.190.269,70	-	3.190.269,70	4,99	1.077,18
Fundo da Inf. e Adol-FIA	131.653,00	57.128,08	188.781,08	0,36	235.623,00	67.414,88	303.037,88	0,47	60,52
Fundo de Água e Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fundo de Assist. Social	-	-	-	-	4.165.283,03	361.015,51	4.526.298,54	7,08	
Fundo Rotativo de Materiais	550.495,37	733.884,51	1.284.379,88	2,42	137.872,49	225.207,96	363.080,45	0,57	(71,73)
Fundo Est. de Saúde	8.369.841,52	26.513.681,44	34.883.522,96	65,72	11.113.294,23	29.557.358,17	40.670.652,40	63,59	16,59
Fundo de Melhoria da SSP	343.715,78	751.272,94	1.094.988,72	2,06	1.025.022,03	5.358.323,10	6.383.345,13	9,98	482,96
Fundo Form.à Pesq.Client. T.	15.090,90	2.740.960,82	2.756.051,72	5,19	48.887,00	60.580,00	109.467,00	0,17	(96,03)
Fundo Des.Empresarial	22,76	5.405.353,94	5.405.376,70	10,18	-	674,09	674,09	0,00	(99,99)
Fundo Est. de Transportes	3.915,17	60.253,65	64.168,82	0,12	20.475,41	-	20.475,41	0,03	
Fundo de Prot.Meio Ambie.			-	-	-	-	-	-	
Fundo R.Pen.Curitibanos			-	-	-	-	-	-	
Fundo R.Pen.Florianópolis			-	-	-	-	-	-	
Fundo R.Pen.Chapecó	21.926,60		21.926,60	0,04	41.415,56	-	41.415,56	0,06	88,88
Fundo de Melhoria da PM	155.196,11	565.201,42	720.397,53	1,36	517.993,95	2.295.180,67	2.813.174,62	4,40	290,50
Fundo Penitenciário de SC			-	-	174.010,69		174.010,69	0,27	
TOTAL	9.732.146,46	43.349.770,01	53.081.916,47	100,00	23.263.363,27	40.689.718,32	63.953.081,59	100,00	20,48

DIVISÃO DE ...
FOLHA Nº 00382

380

381

Os depósitos existentes em 31/12/96, referem-se a

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

ENTIDADE	SALDO EM 1995	SALDO EM 1996	PARTICIPAÇÃO %	VAR. %
Fundo Reap.Judiciário	925.564,26	2.597.857,61	61,14	180,68
Fundo de Terras	168.316,09	703.559,35	16,56	318,00
Fundo de Desenv.Rural	39.773,45	10.692,64	0,25	(73,12)
Fundo de Assist. Social		10.007,00	0,24	
Fundo Rotativo de Materiais	252.774,51	61.501,63	1,45	(75,67)
Fundo Est. de Saúde	4.796.468,11	662.658,21	15,60	(86,18)
Fundo Melhoria da SSP		125.943,56	2,96	
Fundo de Melhoria da PM	71.740,53	76.740,53	1,81	6,97
TOTAL	6.254.636,96	4.248.960,53	100,00	(32,07)

O Demonstrativo evidencia um decréscimo do Passivo Financeiro oriundo de Depósitos de Diversas Origens - DDO, da ordem de 32,07%.

Ativo Permanente:

O artigo 106 da Lei 4.320/64 trata da avaliação dos elementos patrimoniais, facultando a administração pública a reavaliação de bens móveis e imóveis. Como foi facultado, e não obrigado, a administração pública não tem efetuado reavaliação de bens, salvo quando de sua baixa por alienação ou permuta.

Quanto aos créditos dos fundos especiais, estão distribuídos nas contas a seguir especificadas:

CRÉDITOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Créd. p/ Empréstimos ou Fin. Internos	94.085.290,71	85,57
Devedores por Aquisição de Bens	3.426.646,70	3,12
Dev. p/Aquisição de Bens do F.R.M.	28.807,26	0,03
Ações integral. não Rec. Cx. Valores	11.310.655,09	10,29
Créditos c/ órgãos da Ad. Direta	1.100.195,72	1,00
TOTAL DOS CRÉDITOS	109.951.595,48	100,00

Os Créditos por Empréstimos ou Financiamentos Internos estão distribuídos nos fundos a seguir especificados, dos quais destaca-se os créditos do Fundo de Água e Esgoto com 71,04%.

ENTIDADES	VALOR	%
Fundo de Água e Esgoto	66.842.868,01	71,04
Fundo de Terras	2.238.516,18	2,38
Fundo de Desenvolvimento Rural	729.346,18	0,78
Fundo de Habitação Popular	16.558.293,28	17,60
FADESC	7.716.267,06	8,20
TOTAL	94.085.290,71	100,00

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00383

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Os valores dos bens móveis e imóveis, não merecem maiores comentários, pois estão subavaliados.

382

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Nas contas de compensação estão registrados valores, bens, obrigações e situações não compreendidos nos demais grupos de contas do balanço patrimonial e que, mediata ou imediatamente, possam vir a afetar o patrimônio, conforme dispõe o artigo 105, § 5º da Lei nº 4.320/64.

Os valores registrados nas contas de compensação dos fundos estaduais totalizam R$ 51.703.025,23 (cinqüenta e um milhões, setecentos e três mil, vinte e cinco reais e vinte e três centavos), distribuídos conforme a tabela abaixo:

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Responsáveis por Adiantamento	2.861.291,03	5,53
Resp. por Convênios e Contratos	22.110.937,11	42,77
Responsáveis por Contribuições	15.071.830,09	29,15
Responsáveis por Auxílios	3.362.362,70	6,50
Responsáveis por Subvenções	8.296.604,30	16,05
Outras Resp. e Valores	0,00	0,00
TOTAL GERAL	**51.703.025,23**	**100,00**

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Este demonstrativo evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e o resultado patrimonial do exercício. Em síntese, é um quadro resumo das contas de resultados.

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RESULTANTE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	300.197.954,18	RESULTANTE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	226.034.352,01
Receita Orçamentária	217.967.856,21	Despesa Orçamentária	199.807.285,72
Mutações Patrimoniais	82.230.097,97	Mutações Patrimoniais	26.227.066,29
INDEPENDENTE EX. ORÇAMENTÁRIA	75.990.894,78	INDEPENDENTE EX. ORÇAMENTÁRIA	93.449.232,40
		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	56.705.264,55
TOTAL GERAL	376.188.848,96	TOTAL GERAL	376.188.848,96

O Demonstrativo acima evidencia as alterações sobre o patrimônio dos fundos especiais do Estado no exercício de 1996. Não é conveniente denominar este demonstrativo de balanço econômico nem fazer uso da expressão resultado econômico do exercício, pois o resultado que nele se apresenta não expressa o verdadeiro resultado. Este é determinável quando o líquido patrimonial resulta da avaliação completa dos bens, o que não ocorre na prática, haja vista a não reavaliação de alguns componentes do Ativo, nem o registro dos bens de uso comum do povo.

O relatório analisado deve ser relacionado ao Balanço Patrimonial, no tocante ao Saldo Patrimonial, que apresentou a seguinte variação:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00384

383

Ativo Real Líquido de 1995	77.666.189,38
Superávit Verificado em 1996	56.705.264,55
Ativo Real Líquido	134.371.453,93

Os dados que apresentamos evidenciam de uma forma didática a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos fundos especiais instituídos pelo Estado. Para maiores informações deverá ser consultado os anexos relativos aos dados consolidados dos fundos.

Florianópolis, 12 de março de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Cpontabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00385

384

ANEXOS

DADOS CONSOLIDADOS DOS FUNDOS ESPECIAIS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0036

385

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO DOS FUNDOS

ANEXO 12, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS				DESPESAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	314.684.173,00	152.920.539,47	(161.763.633,53)	CRÉDITOS	663.279.756,72	199.807.285,72	463.472.471,00
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	0,00	13.569.918,48	13.569.918,48	ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	663.279.756,72	199.807.285,72	463.472.471,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.462.192,70	1.462.192,70				
RECEITA PATRIMONIAL	2.950.305,00	3.785.787,61	835.482,61				
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.079.000,00	275.475,06	(803.524,94)				
RECEITA INDUSTRIAL	195.800,00	487.453,66	291.653,66				
RECEITA DE SERVIÇOS	202.432.500,00	38.664.135,35	(163.768.364,65)				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.249.868,00	50.155.146,28	905.278,28				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.776.700,00	44.520.430,33	(14.256.269,67)				
RECEITAS DE CAPITAL	228.132.328,00	65.047.316,74	(163.085.011,26)				
ALIENAÇÃO DE BENS	2.375.500,00	337.652,47	(2.037.847,53)				
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.350.000,00	19.572.342,54	16.222.342,54				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	191.267.129,00	39.282.103,23	(151.985.025,77)				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.139.699,00	5.855.218,50	(25.284.480,50)				
SUB-TOTAL	**542.816.501,00**	**217.967.856,21**	**(324.848.644,79)**	**SUB-TOTAL**	**663.279.756,72**	**199.807.285,72**	**463.472.471,00**
DÉFICIT	**120.463.255,72**	**0,00**	**788.321.115,79**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**18.160.570,49**	**0,00**
TOTAL	**663.279.756,72**	**217.967.856,21**	**463.472.471,00**	**TOTAL**	**663.279.756,72**	**217.967.856,21**	**463.472.471,00**

BAP/PCFD096.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00387

386

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	217.967.856,21	100,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	199.807.285,72	100,00
RECEITAS CORRENTES	152.920.539,47	70,16	DESPESAS CORRENTES	117.222.247,59	58,67
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	13.569.918,48	6,23	DESPESAS DE CUSTEIO	82.904.590,55	41,49
TAXAS	13.569.918,48	6,23	PESSOAL	2.524.353,57	1,26
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	13.068.998,05	6,00	PESSOAL CIVIL	1.755.317,75	0,88
TAXAS DE SERVIÇOS GERAIS	13.025.516,72	5,98	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	1.077.512,84	0,54
ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	43.481,33	0,02	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	1.077.512,84	0,54
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	500.920,43	0,23	DESPESAS VARIÁVEIS	677.804,91	0,34
TAXA JUDICIÁRIA	500.920,43	0,23	DIÁRIAS	677.804,91	0,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.462.192,70	0,67	PESSOAL MILITAR	757.035,82	0,38
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.462.192,70	0,67	VVF - PESSOAL MILITAR	436.583,30	0,22
CONTRIBUIÇÃO ESTADO	1.455.254,51	0,67	DESPESAS VARIÁVEIS	320.452,52	0,16
QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	6.938,19	0,00	DIÁRIAS - MILITAR	320.452,52	0,16
RECEITA PATRIMONIAL	3.785.787,61	1,74	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12.000,00	0,01
RECEITA IMOBILIÁRIA	2.666,30	0,00	MATERIAL DE CONSUMO	52.602.051,71	26,33
ALUGUÉIS	2.666,30	0,00	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	722.662,47	0,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.560.382,82	1,63	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	968.530,78	0,48
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	0,00	0,00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	487.474,47	0,24
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.560.382,82	1,63	FORRAGEM E CORRELATOS	283.815,58	0,14
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	3.522.826,20	1,62	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	8.108.223,62	4,06
APLICAÇÕES EM CDB\RDB	37.556,62	0,02	MATERIAL ESCOLAR DIDÁTICO	6.370,94	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	222.738,49	0,10	PEÇAS, ACESS. E SOBRESSALENTES PARA VEÍCULOS	1.090.255,94	0,55
RECEITA AGROPECUÁRIA	275.475,06	0,13	MATERIAL PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	7.007,50	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	119.058,89	0,05	MED.PROD.QUIM.FARM.ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	35.087.879,22	17,56
AGRICULTURA	18.600,11	0,01	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	1.754.130,91	0,88
HORTA	100.038,78	0,05	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	3.055.122,13	1,53
POMAR	420,00	0,00	FARDAMENTO	855.971,75	0,43
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	154.789,28	0,07	MUNIÇÕES E CORRELATOS	174.606,40	0,09
GRANJA	124.239,12	0,06	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	27.513.943,14	13,77
PISCICULTURA	1.000,00	0,00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	39.651,24	0,02
PECUÁRIA	8.320,26	0,00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	27.474.291,90	13,75
APICULTURA	304,39	0,00	ACORDOS E CONVÊNIOS	9.862.338,73	4,94
SUINOCULTURA	20.925,51	0,01	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	64.792,49	0,03
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.626,89	0,00	COMUNICAÇÃO	372.666,78	0,19
RECEITA INDUSTRIAL	487.453,66	0,22	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	319.467,57	0,16
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	487.453,66	0,22	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	37.682,66	0,02

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00389

387

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
MARCENARIA	63.223,94	0,03	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	4.480.204,64	2,24
TIPOGRAFIA	3.737,60	0,00	SERV. CONSERV. MANUT. BENS UTIL. COM. POVO	135,00	0,00
ALFAITARIA	19.621,20	0,01	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	2.227.910,02	1,12
VIME	3.220,00	0,00	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	167.636,51	0,08
MATERIAL DE LIMPEZA	800,00	0,00	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	1.100.603,46	0,55
TELA	19.085,63	0,01	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	769.427,89	0,39
PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	326.725,06	0,15	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	814.217,01	0,41
SERRALHERIA	19.290,63	0,01	PASSAGENS	147.362,83	0,07
SERIGRAFIA	3.375,50	0,00	REFEIÇÕES	190.426,36	0,10
FÁBRICA DE TUBOS	28.374,10	0,01	DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES, PRÊMIOS E MEDALHAS	22.722,26	0,01
RECEITA DE SERVIÇOS	38.664.135,35	17,74	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONE., EX., E OUTROS	172.767,15	0,09
SERVIÇOS DE SAÚDE	37.201.829,54	17,07	SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	6.106.091,89	3,06
CONVÊNIOS	37.201.829,54	17,07	SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	617.838,65	0,31
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.339.571,24	0,61	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	264.242,13	0,13
HONORÁRIOS ADVOGATÍCIOS	1.339.571,24	0,61	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	264.242,13	0,13
SERVIÇOS INDUSTRIAIS E UTILIDADE PÚBLICA	122.734,57	0,06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.317.657,04	17,18
ARTESANATO	100,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.902.056,16	4,96
COLCHOARIA	5.965,50	0,00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	9.902.056,16	4,96
ALFAIATARIA	4.318,50	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.902.056,16	4,96
MONTAGEM DE BOLA	19.302,90	0,01	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.398.583,39	6,71
SERRARIA	22.239,75	0,01	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	13.398.583,39	6,71
MONTAGEM DE GRAMPO	67.910,47	0,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.398.583,39	6,71
OFICINA MECÂNICA	2.756,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.989.287,07	5,50
MONTAGEM DE SACOLA	141,45	0,00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	9.045.147,74	4,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.155.146,28	23,01	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.944.139,33	0,97
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	49.199.919,84	22,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.944.139,33	0,97
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	49.199.919,84	22,57	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	27.730,42	0,01
RECURSOS ORDINÁRIOS	29.389.148,39	13,48	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	27.730,42	0,01
RECURSOS DE CONVÊNIOS	17.979.317,13	8,25			
TRANSF. REC. OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.357.937,88	0,62			
OUTROS TIPOS	473.516,44	0,22			
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	955.226,44	0,44			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.520.430,33	20,43			
MULTAS E JUROS DE MORA	31.820,29	0,01			
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	31.820,29	0,01			
MULTAS DIVERSAS	31.820,29	0,01			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 003899

388

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	89.164,84	0,04			
INDENIZAÇÕES	8.577,26	0,00			
OUTRAS INDENIZAÇÕES	8.577,26	0,00			
RESTITUIÇÕES	80.587,58	0,04			
RECEITAS DIVERSAS	44.399.445,20	20,37			
CUSTAS DE ESCRIVANIAS JUDICIAIS	6.743.064,57	3,09			
CUSTAS DE ESCRIVANIAS EXTRAJUDICIAIS	2.599.059,33	1,19			
BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIROS	12.440.676,02	5,71			
DOAÇÕES LEGADOS CONTRB.S/INDIVIDUAL ETC	493.025,61	0,23			
RENDAS DE MULTAS	25.533,70	0,01			
RECEITA HOSPITALAR DE PARTICULARES	7.974.083,81	3,66			
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	14.124.002,16	6,48			
RECEITAS DE CAPITAL	65.047.316,74	29,84	DESPESAS DE CAPITAL	82.585.038,13	41,33
ALIENAÇÃO DE BENS	337.652,47	0,15	INVESTIMENTOS	23.860.617,70	11,94
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	337.652,47	0,15	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.390.301,13	4,70
BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	145.290,00	0,07	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.470.316,57	7,24
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	(0,00)	(0,00)	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	5.156.610,07	2,58
ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	192.362,47	0,09	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	661,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	19.572.342,54	8,98	MOBILIÁRIO EM GERAL	854.386,18	0,43
EMPRÉSTIMOS P/FINANCIAMENTOS INTERNOS	17.050.201,57	7,82	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	7.285.182,80	3,65
EMPRÉSTIMOS AGRICOLAS	2.522.140,97	1,16	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	1.173.476,52	0,59
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.282.103,23	18,02	INVERSÕES FINANCEIRAS	51.727.965,95	25,89
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	39.282.103,23	18,02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REVENDA	10.106.996,62	5,06
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	39.282.103,23	18,02	AQUIS. DE TÍTULOS REPRES. DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	36.318,85	0,02
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	34.555.693,39	15,85	CONST.OU AUMENTO CAPITAL EMPR. COM. OU FINANCEIRAS	23.886.719,26	11,95
TRANSF. ESTADO OPERAÇÕES CRÉD. EXTERNAS	256.409,84	0,12	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	17.697.931,22	8,86
TRANSF. DE RECURSOS, AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	4.470.000,00	2,05	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.996.454,48	3,50
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.855.218,50	2,69	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.506.440,48	2,26
REVENDA DE MATERIAIS DO F.R.M.	5.855.218,50	2,69	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.506.440,48	2,26
			AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	4.506.440,48	2,26
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.490.014,00	1,25
			AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	2.490.014,00	1,25
			AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	2.490.014,00	1,25
RECEITA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	462.802.639,14	100,00	DESPESA EXTRA-ORCAMENTÁRIA	469.515.612,14	100,00
REALIZÁVEL	1.711.383,07	0,37	REALIZÁVEL	17.315.752,60	3,69
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	27.488,93	0,01	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	65.886,65	0,01

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00399

389

BALANÇO FINANCEIRO ANALÍTICO - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
VALORES REALIZÁVEIS	1.683.894,14	0,36	VALORES REALIZÁVEIS	17.226.991,46	3,67
			TÍTULOS E CAUÇÕES	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	461.069.098,24	99,63	PASSIVO FINANCEIRO	452.199.859,54	96,31
RESTOS A PAGAR	75.952.271,31	16,41	RESTOS A PAGAR	65.081.106,19	13,86
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	57.985.191,24	12,53	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	59.990.867,66	12,78
CONSIGNAÇÕES	587.998,22	0,13	CONSIGNAÇÕES	584.248,22	0,12
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	183.839.524,13	39,72	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	183.839.524,13	39,16
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	100.119.630,36	21,63	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR	100.119.630,36	21,32
DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	42.584.482,98	9,20	DESPESAS EMPENHADAS A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	42.584.482,98	9,07
RESULTADO PENDENTE	22.157,83	0,00			
DESPESAS IMPUGNADAS	22.157,83	0,00			
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	19.422.904,91	100,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	30.870.502,40	100,00
DISPONÍVEL	19.420.724,53	99,99	DISPONÍVEL	29.364.710,52	95,12
CAIXA	3.826,70	0,02	CAIXA	104,50	0,00
BANCOS E CORRESPONDENTES	1.877.498,54	9,67	BANCOS E CORRESPONDENTES	466.256,23	1,51
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	17.539.399,29	90,30	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	28.898.349,79	93,61
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	2.180,38	0,01	VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	1.505.791,88	4,88
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	779.417,56	2,52
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	2.180,38	0,01	APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	726.374,32	2,35
TOTAL GERAL	700.193.400,26	100,00	TOTAL GERAL	700.193.400,26	100,00

RAP/PCFTD96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00391

386

390

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DOS FUNDOS

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
ATIVO FINANCEIRO	47.581.439,35	100,00	PASSIVO FINANCEIRO	68.205.792,12	100,00
DISPONÍVEL	29.364.710,52	61,71	RESTOS A PAGAR	63.953.081,59	93,76
CAIXA	104,50	0,00	EXERCÍCIO DE 1993	11.925,67	0,02
BANCOS E CORRESPONDENTES	466.256,23	0,98	NÃO PROCESSADOS	11.925,67	0,02
BESC S/A	405.261,65	0,85	EXERCÍCIO DE 1994	868.472,04	1,27
BANCO DO BRASIL S/A	31.788,14	0,07	PROCESSADOS	132.380,50	0,19
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	29.206,44	0,06	NÃO PROCESSADOS	736.091,54	1,08
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	28.898.349,79	60,73	EXERCÍCIO DE 1995	3.913.595,53	5,74
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	27.860.793,17	58,55	PROCESSADOS	357.011,02	0,52
BESC S/A	25.548.843,69	53,69	NÃO PROCESSADOS	3.556.584,51	5,21
BANCO DO BRASIL S/A	2.311.949,48	4,86	EXERCÍCIO DE 1996	59.159.088,35	86,74
APLICAÇÕES EM CDB/RDB	1.037.556,62	2,18	PROCESSADOS	22.773.971,75	33,39
BESC S/A	1.037.556,62	2,18	NÃO PROCESSADOS	36.385.116,60	53,35
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	1.505.791,88	3,16	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.248.960,53	6,23
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	779.417,56	1,64	EXERCÍCIO DE 1991	5,74	0,00
BESC S/A	79.417,56	0,17	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	5,74	0,00
BANCO DO BRASIL S/A	700.000,00	1,47	EXERCÍCIO DE 1992	5.023,98	0,01
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	726.374,32	1,53	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	5.023,98	0,01
APLICAÇÕES NO FUNDÃO	726.374,32	1,53	EXERCÍCIO DE 1993	4.005,21	0,01
REALIZÁVEL	16.733.094,78	35,17	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	4.005,21	0,01
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	828.027,97	1,74	EXERCÍCIO DE 1994	241.261,83	0,35
PAGAMENTOS INDEVIDOS	818.803,76	1,72	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	241.261,83	0,35
EXERCÍCIO DE 1991	212,82	0,00	EXERCÍCIO DE 1995	317.882,40	0,47
EXERCÍCIO DE 1992	5.443,72	0,01	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	302.543,76	0,44
EXERCÍCIO DE 1993	169,42	0,00	FIANÇAS	15.338,64	0,02
EXERCÍCIO DE 1994	678.802,79	1,43	EXERCÍCIO DE 1996	3.680.781,37	5,40
EXERCÍCIO DE 1995	100.615,88	0,21	DEPÓSITOS A QUEM DE DIREITO	3.680.781,37	5,40
EXERCÍCIO DE 1996	33.559,13	0,07	CONSIGNAÇÕES	3.750,00	0,01
SALDOS NÃO RECOLHIDOS	4.753,28	0,01	EXERCÍCIO DE 1996	3.750,00	0,01
EXERCÍCIO DE 1996	4.753,28	0,01			
RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	4.470,93	0,01			
EXERCÍCIO DE 1995	4.240,80	0,01			
EXERCÍCIO DE 1996	230,13	0,00			
VALORES REALIZÁVEIS	15.882.173,07	33,38			
TESOURO DO ESTADO CONTA VALORES REALIZÁVEIS	15.882.173,07	33,38			
TÍTULOS E CAUÇÕES	22.874,49	0,05			
CHEQUE EM COBRANÇA	16.666,66	0,04			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00392
FOLHA Nº

4/50

391

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DOS FUNDOS

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
EXERCÍCIO DE 1993	56,90	0,00			
EXERCÍCIO DE 1994	1.545,32	0,00			
EXERCÍCIO DE 1995	2.224,48	0,00			
EXERCÍCIO DE 1996	2.381,13	0,01			
VALORES A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA	19,25	0,00			
EXERCÍCIO DE 1992	14,07	0,00			
EXERCÍCIO DE 1993	5,18	0,00			
RESULTADO PENDENTE	(22.157,83)	(0,05)			
ATIVO PERMANENTE	154.995.806,93	100,00	PASSIVO PERMANENTE	0,23	100,00
BENS	9.080.054,26	5,86	CREDORES	0,23	100,00
BENS MÓVEIS	6.157.944,06	3,97			
BENS MÓVEIS DO ÓRGÃO	6.140.639,61	3,96			
VEÍCULOS	2.971.978,85	1,92			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	2.539.093,98	1,64			
MAT. BIBL., DISC., FILM., OBJ. HISTÓRICOS E DE ARTE	36.105,23	0,02			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	249.461,23	0,16			
MOBILIÁRIO	160.983,97	0,10			
ANIMAIS	38.180,99	0,02			
UTENSÍLIOS	144.835,34	0,09			
SEMENTES	0,02	0,00			
BENS MÓVEIS DA UNIÃO	17.304,45	0,01			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	17.304,45	0,01			
BENS IMÓVEIS	2.922.107,20	1,89			
BENS IMÓVEIS DO ÓRGÃO	2.922.107,20	1,89			
EDIFÍCIOS	0,01	0,00			
INSTALAÇÕES	22.632,23	0,01			
OBRAS EM ANDAMENTO	2.899.474,95	1,87			
TERRENOS	0,01	0,00			
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	3,00	0,00			
BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL DO ÓRGÃO	3,00	0,00			
PLANTAÇÕES PERMANENTES	3,00	0,00			
CRÉDITOS	109.951.595,48	70,94			
DEVEDORES POR AQUISIÇÃO DE BENS	3.426.646,70	2,21			
DEVEDORES POR AQUISIÇÃO DE BENS DO FUNDO ROTATIVO	28.807,26	0,02			
CRÉDITOS POR EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS INTERNOS	94.085.290,71	60,70			
AÇÕES INTEGRALIZADAS NÃO RECOLHIDAS A CAIXA DE VALORES	11.310.655,09	7,30			
CRÉDITO COM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.100.195,72	0,71			

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00393

392

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO DOS FUNDOS

ANEXO 14, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
VALORES	35.964.157,19	23,20			
AÇÕES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	33.030.629,46	21,31			
ALMOXARIFADO	2.933.527,73	1,89			
ALMOXARIFADO GERAL	2.928.694,08	1,89			
MATERIAL DE CONSUMO	530.697,86	0,34			
MATERIAL PERMANENTE	31.451,49	0,02			
MATERIAL PARA REVENDA	2.366.328,12	1,53			
ALMOXARIFADO DE BENS INSERVÍVEIS POR DOAÇÃO	216,61	0,00			
ALMOXARIFADO DO SETOR INDUSTRIAL	1.787,25	0,00			
MATERIAL DE CONSUMO	1.787,25	0,00			
ALMOXARIFADO DO SETOR AGROPECUÁRIO	3.046,40	0,00			
MATERIAL DE CONSUMO	3.046,40	0,00			
SOMA DO ATIVO REL	202.577.246,28	100,00	SOMA DO PASSIVO REAL	68.205.792,35	100,00
			SALDO PATRIMONIAL	134.371.453,93	100,00
			ATIVO REAL LÍQUIDO	134.371.453,93	100,00
ATIVO COMPENSADO	51.703.025,23	100,00	PASSIVO COMPENSADO	51.703.025,23	100,00
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	51.703.025,23	100,00	CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	51.703.025,23	100,00
RESPONSABILIDADES POR ADIANTAMENTOS	2.861.291,03	5,53	FUNCIONÁRIOS DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.861.291,03	5,53
RESPONSÁVEIS POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	22.110.937,11	42,77	DEVEDORES POR EXECUÇÃO POR CONVÊNIOS E CONTRATOS	22.110.937,11	42,77
RESPONSÁVEIS POR CONTRIBUIÇÕES	15.071.830,09	29,15	DEVEDORES DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS	15.071.830,09	29,15
RESPONSÁVEIS POR AUXÍLIOS	3.362.362,70	6,50	DEVEDORES DE AUXÍLIOS RECEBIDOS	3.362.362,70	6,50
RESPONSÁVEIS POR SUBVENÇÕES	8.296.604,30	16,05	DEVEDORES DE SUBVENÇÕES RECEBIDAS	8.296.604,30	16,05
TOTAL GERAL	254.280.271,51	100,00	TOTAL GERAL	254.280.271,51	100,00

RNP/PCFD096.XLS

Florianópolis, 31 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00394

393

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO DOS FUNDOS

ANEXO 15, DA LEI 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	300.197.954,18	79,80	RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	226.034.352,01	60,09
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	217.967.856,21	57,94	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	199.807.285,72	53,11
RECEITAS CORRENTES	152.920.539,47	40,65	DESPESAS CORRENTES	117.222.247,59	31,16
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	13.569.918,48	3,61	DESPESAS DE CUSTEIO	82.904.590,55	22,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.462.192,70	0,39	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.317.657,04	9,12
RECEITA PATRIMONIAL	3.785.787,61	1,01			
RECEITA AGROPECUÁRIA	275.475,06	0,07			
RECEITA INDUSTRIAL	487.453,66	0,13			
RECEITA DE SERVIÇOS	38.664.135,35	10,28			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.155.146,28	13,33			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.520.430,33	11,83			
RECEITAS DE CAPITAL	65.047.316,74	17,29	DESPESAS DE CAPITAL	82.585.038,13	21,95
ALIENAÇÃO DE BENS	337.652,47	0,09	INVESTIMENTOS	23.860.617,70	6,34
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	19.572.342,54	5,20	INVERSÕES FINANCEIRAS	51.727.965,95	13,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.282.103,23	10,44	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.996.454,48	1,86
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.855.218,50	1,56			
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	82.230.097,97	21,86	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	26.227.066,29	6,97
AQUISIÇÃO DE BENS	556.024,53	0,15	ALIENAÇÃO DE BENS	55.492,20	0,01
AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS	18.761.422,04	4,99	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	17.392.472,33	4,62
AQUISIÇÃO DE VALORES	62.912.651,40	16,72	ALIENAÇÃO DE VALORES	8.779.101,76	2,33
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	75.990.894,78	20,20	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	93.449.232,40	24,84
INCORPORAÇÃO DE BENS	7.429.572,65	1,97	BAIXA DE BENS	3.840.633,47	1,02
INSCRIÇÕES DE CRÉDITOS	41.709.868,93	11,09	BAIXA DE CRÉDITOS	34.179.337,44	9,09
INSCRIÇÃO DE VALORES	21.954.329,09	5,84	BAIXA DE VALORES	55.429.261,49	14,73
REAVALIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	4.897.124,11	1,30			
SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	376.188.848,96	100,00	**SUB-TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**	319.483.584,41	84,93
SALDO PATRIMONIAL (DÉFICIT VERIFICADO)	0,00	0,00	**SALDO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT VERIFICADO)**	56.705.264,55	15,07
TOTAL GERAL	376.188.848,96	100,00	**TOTAL GERAL**	376.188.848,96	100,00

RNP/PCPD096.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00395

393

394

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO DOS FUNDOS

ANEXO 1, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES	152.920.539,47	70,16	DESPESAS CORRENTES	117.222.247,59	53,78
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	13.569.918,48	6,23	DESPESAS DE CUSTEIO	82.904.590,55	38,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.462.192,70	0,67	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.317.657,04	15,74
RECEITA PATRIMONIAL	3.785.787,61	1,74			
RECEITA AGROPECUÁRIA	275.475,06	0,13			
RECEITA INDUSTRIAL	487.453,66	0,22			
RECEITA DE SERVIÇOS	38.664.135,35	17,74			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.155.146,28	23,01			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.520.430,33	20,43			
RECEITAS DE CAPITAL	65.047.316,74	29,84	DESPESAS DE CAPITAL	82.585.038,13	37,89
ALIENAÇÃO DE BENS	337.652,47	0,15	INVESTIMENTOS	23.860.617,70	10,95
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	19.572.342,54	8,98	INVERSÕES FINANCEIRAS	51.727.965,95	23,73
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.282.103,23	18,02	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.996.454,48	3,21
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.855.218,50	2,69			
SUB-TOTAL	**217.967.856,21**	**100,00**	**SUB-TOTAL**	**199.807.285,72**	**91,67**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**SUPERÁVIT**	**18.160.570,49**	**8,33**
TOTAL	**217.967.856,21**	**100,00**	**TOTAL**	**217.967.856,21**	**100,00**

RSP/PCTD096.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00396

396

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

395

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	542.816.501,00	217.967.856,21		324.848.644,79
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	314.684.173,00	152.920.539,47		161.763.633,53
1100.00.00.00	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	-	13.569.918,48	13.569.918,48	
1120.00.00.00	TAXAS	-	13.569.918,48	13.569.918,48	
1121.00.00.00	TAXAS P/EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-	13.068.998,05	13.068.998,05	
1121.01.00.00	TAXAS DE SERVIÇOS GERAIS	-	13.025.516,72	13.025.516,72	
1121.01.02.00	ATOS DA SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA	-	13.025.516,72	13.025.516,72	
1121.02.00.00	ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	-	43.481,33	43.481,33	
1122.00.00.00	TAXAS P/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	500.920,43	500.920,43	
1122.01.00.00	TAXA JUDICIÁRIA	-	500.920,43	500.920,43	
1200.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	1.462.192,70	1.462.192,70	
1210.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	1.462.192,70	1.462.192,70	
1210.01.00.00	CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO	-	1.455.254,51	1.455.254,51	
1210.02.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	-	6.938,19	6.938,19	
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.950.305,00	3.785.787,61	835.482,61	
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	-	2.666,30	2.666,30	
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	-	2.666,30	2.666,30	
1320.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.020.105,00	3.560.382,82	1.540.277,82	
1324.00.00.00	RENDAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	2.020.105,00	3.560.382,82	1.540.277,82	
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	2.020.105,00	3.522.826,20	1.502.721,20	
1324.04.00.00	APLICAÇÕES EM CDB/RDB	-	37.556,62	37.556,62	
1390.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	930.200,00	222.738,49		707.461,51
1400.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.079.000,00	275.475,06		803.524,94
1410.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	480.000,00	119.058,89		360.941,11
1410.01.00.00	AGRICULTURA	260.000,00	18.600,11		241.399,89
1410.02.00.00	HORTA	190.000,00	100.038,78		89.961,22
1410.03.00.00	POMAR	30.000,00	420,00		29.580,00
1420.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	586.000,00	154.789,28		431.210,72
1420.01.00.00	GRANJA	221.000,00	124.239,12		96.760,88

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00397

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

396

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1420.02.00.00	PISCICULTURA	10.000,00	1.000,00		9.000,00
1420.03.00.00	PECUÁRIA	210.000,00	8.320,26		201.679,74
1420.04.00.00	APICULTURA	145.000,00	304,39		144.695,61
1420.05.00.00	SUINOCULTURA	-	20.925,51	20.925,51	
1490.00.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	13.000,00	1.626,89		11.373,11
1500.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	195.800,00	487.453,66	291.653,66	
1520.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	195.800,00	487.453,66	291.653,66	
1520.01.00.00	MARCENARIA	90.000,00	63.223,94		26.776,06
1520.03.00.00	VASSOURARIA	1.000,00	-		1.000,00
1520.04.00.00	TIPOGRAFIA	5.000,00	3.737,60		1.262,40
1520.05.00.00	ALFAIATARIA	28.000,00	19.621,20		8.378,80
1520.06.00.00	VIME	8.000,00	3.220,00		4.780,00
1520.07.00.00	MATERIAL DE LIMPEZA	1.000,00	800,00		200,00
1520.09.00.00	TELA	12.000,00	19.085,63	7.085,63	
1520.10.00.00	PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	800,00	326.725,06	325.925,06	
1520.11.00.00	SERRALHERIA	40.000,00	19.290,63		20.709,37
1520.12.00.00	SERIGRAFIA	10.000,00	3.375,50		6.624,50
1520.13.00.00	FÁBRICA DE TUBOS	-	28.374,10	28.374,10	
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	202.432.500,00	38.664.135,35		163.768.364,65
1600.02.00.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	2.000.000,00	-		2.000.000,00
1600.02.99.00	OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	2.000.000,00	-		2.000.000,00
1600.05.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	199.997.500,00	37.201.829,54		162.795.670,46
1600.05.01.00	CONVÊNIOS	199.997.500,00	37.201.829,54		162.795.670,46
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	300.000,00	1.339.571,24	1.039.571,24	
1600.13.06.00	HONORÁRIOS ADVOGATÍCIOS	300.000,00	1.339.571,24	1.039.571,24	
1600.25.00.00	SERVIÇOS INDUSTRIAIS E UTILIDADE PÚBLICA	135.000,00	122.734,57		12.265,43
1600.25.02.00	ARTESANATO	-	100,00	100,00	
1600.25.04.00	COLCHOARIA	35.000,00	5.965,50		29.034,50
1600.25.07.00	ALFAIATARIA	-	4.318,50	4.318,50	

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00393

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

397

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1600.25.13.00	MONTAGEM DE BOLA	35.000,00	19.302,90		15.697,10
1600.25.14.00	SERRARIA	41.000,00	22.239,75		18.760,25
1600.25.15.00	MONTAGEM DE GRAMPO	13.000,00	67.910,47	54.910,47	
1600.25.17.00	OFICINA MECÂNICA	11.000,00	2.756,00		8.244,00
1600.25.18.00	MONTAGEM DE SACOLA	-	141,45	141,45	
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.249.868,00	50.155.146,28	905.278,28	
1710.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	49.178.456,00	49.199.919,84	21.463,84	
1712.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	49.178.456,00	49.199.919,84	21.463,84	
1712.01.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	39.634.529,00	29.389.148,39		10.245.380,61
1712.06.00.00	TRANSF. DE REC. DE OPERAÇÕES CRED. EXTERNA	2.436.000,00	1.357.937,88		1.078.062,12
1712.08.00.00	RECURSOS DE CONVÊNIOS	6.049.921,00	17.979.317,13	11.929.396,13	
1712.10.00.00	RECURSOS VINCULADOS	748.006,00	-		748.006,00
1712.99.00.00	OUTROS TIPOS	310.000,00	473.516,44	163.516,44	
1730.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15.189,00	-		15.189,00
1760.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	56.223,00	955.226,44	899.003,44	
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.776.700,00	44.520.430,33		14.256.269,67
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	180.000,00	31.820,29		148.179,71
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	180.000,00	31.820,29		148.179,71
1919.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	180.000,00	31.820,29		148.179,71
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.000,00	89.164,84	66.164,84	
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.500,00	8.577,26	7.077,26	
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	1.500,00	8.577,26	7.077,26	
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	21.500,00	80.587,58	59.087,58	
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	58.573.700,00	44.399.445,20		14.174.254,80
1990.01.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANINHAS JUDICIAIS	3.900.000,00	6.743.064,57	2.843.064,57	
1990.03.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANINHAS EXTRAJUDICIAIS	2.350.000,00	2.599.059,33	249.059,33	
1990.05.00.00	BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIRO	-	12.440.676,02	12.440.676,02	
1990.06.00.00	DOAÇÕES LEGADOS CONTRIB.S/INDIVIDUAL ETC	2.200.000,00	493.025,61		1.706.974,39
1990.09.00.00	RENDAS DE MULTAS	100.000,00	25.533,70		74.466,30

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00399

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

398

CÓDIGO	TÍTULO	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1990.28.00.00	RECEITA HOSPITALAR DE PARTICULARES	350,00	7.974.083,81	7.973.733,81	
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	50.023.350,00	14.124.002,16		35.899.347,84
2000.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	228.132.328,00	65.047.316,74		163.085.011,26
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	2.375.500,00	337.652,47		2.037.847,53
2210.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.375.500,00	337.652,47		2.037.847,53
2211.00.00.00	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	2.002.000,00	145.290,00		1.856.710,00
2213.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	39.000,00	39.000,00	
2299.00.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	373.500,00	153.362,47		220.137,53
2300.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.350.000,00	19.572.342,54	16.222.342,54	
2300.06.00.00	EMPRÉSTIMOS P/FINANCIAMENTOS INTERNOS	-	17.050.201,57	17.050.201,57	
2300.08.00.00	EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS	3.350.000,00	2.522.140,97		827.859,03
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	191.267.129,00	39.282.103,23		151.985.025,77
2410.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	190.992.688,00	39.282.103,23		151.710.584,77
2412.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	190.992.688,00	39.282.103,23		151.710.584,77
2412.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	95.093.185,00	34.555.693,39		60.537.491,61
2412.06.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS OP. CRÉDITO EXTERNA	40.090.698,00	256.409,84		39.834.288,16
2412.07.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	40.116.783,00	4.470.000,00		35.646.783,00
2412.10.00.00	RECURSOS VINCULADOS	15.692.022,00	-		15.692.022,00
2430.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	18.000,00	-		18.000,00
2460.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	256.441,00	-		256.441,00
2500.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	31.139.699,00	5.855.218,50		25.284.480,50
2590.00.00.00	REVENDA DE MATERIAIS DO FRM	29.139.699,00	5.855.218,50		23.284.480,50
25.90.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	2.000.000,00	-		2.000.000,00

receita.aut

Florianópolis, 31 de dezembro de 1996

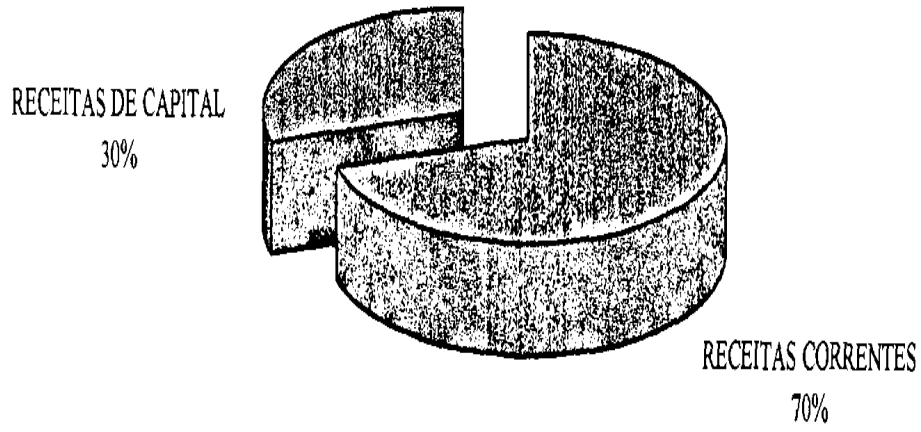
Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097

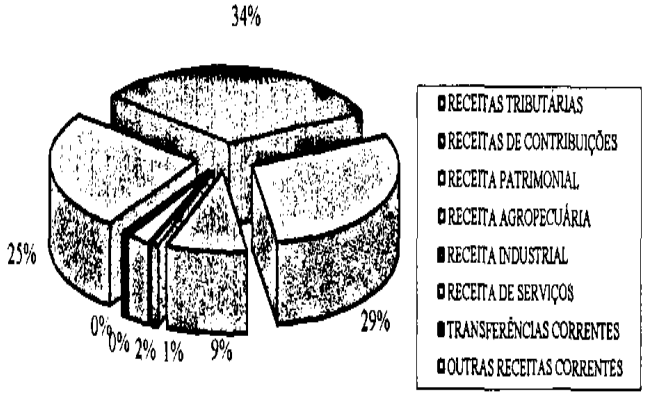
DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00400

399

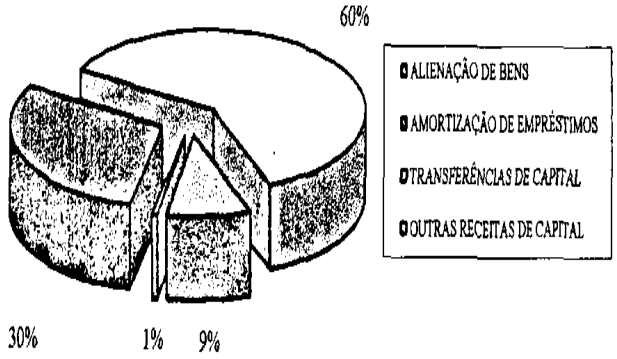
RECEITA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS



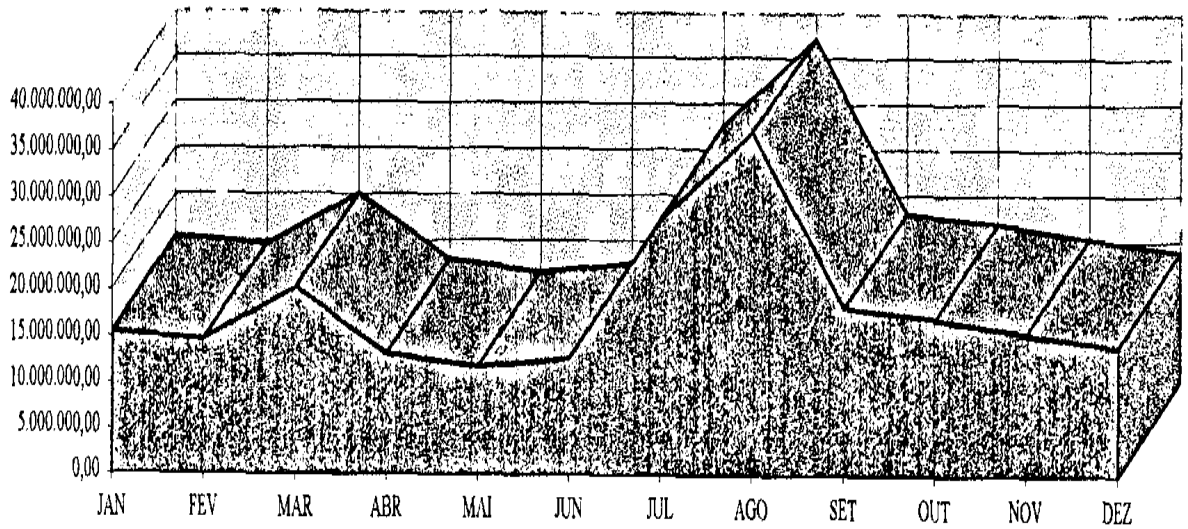
RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL



RECEITA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00401
FOLHA Nº

400

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.305.362,91	14.770.797,91	20.234.780,70	13.131.607,53	11.754.441,58	12.677.822,64	27.806.176,55	37.318.168,01	18.201.948,08	17.033.272,67	15.483.420,55	14.048.157,08	217.967.856,21
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	4.582.003,47	10.603.936,19	11.224.688,74	10.833.317,66	9.755.789,91	10.627.895,62	8.847.900,91	34.260.549,45	14.195.620,61	14.761.959,82	9.986.136,81	13.340.720,28	152.926.559,47
1100.00.00.00	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	-	-	1.038.220,76	1.354.062,47	1.802.032,86	1.237.026,66	1.529.851,11	439.034,45	1.615.505,28	1.460.807,49	1.327.537,52	1.765.839,88	13.569.918,48
1120.00.00.00	TAXAS	-	-	1.038.220,76	1.354.062,47	1.802.032,86	1.237.026,66	1.529.851,11	439.034,45	1.615.505,28	1.460.807,49	1.327.537,52	1.765.839,88	13.569.918,48
1121.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-	-	1.038.220,76	1.354.062,47	1.588.458,09	1.237.026,66	1.529.851,11	369.961,44	1.548.165,81	1.411.052,74	1.299.838,22	1.692.360,75	13.068.996,05
1121.01.00.00	TAXAS DE SERVIÇOS GERAIS	-	-	1.038.220,76	1.354.062,47	1.588.458,09	1.237.026,66	1.529.851,11	369.961,44	1.548.165,81	1.396.205,34	1.278.981,74	1.684.583,30	13.025.516,72
1121.02.00.00	ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.847,40	20.856,48	7.777,45	43.481,33
1122.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	-	-	-	213.574,77	-	-	69.073,01	67.339,47	49.754,75	27.699,30	73.479,13	500.920,43
1122.01.00.00	TAXA JUDICIÁRIA	-	-	-	-	213.574,77	-	-	69.073,01	67.339,47	49.754,75	27.699,30	73.479,13	500.920,43
1200.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	1.180.827,05	-	-	274.427,66	6.938,19	1.462.192,70
1210.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	1.180.827,05	-	-	274.427,66	6.938,19	1.462.192,70
1211.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO ESTADO	-	-	-	-	-	-	-	1.180.827,05	-	-	274.427,66	-	1.455.254,51
1210.02.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.938,19	6.938,19
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	351.044,81	358.842,29	333.970,01	329.193,43	308.202,03	342.998,70	303.034,80	313.442,91	304.172,78	291.437,88	248.519,30	300.926,67	3.785.787,61
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	183,90	183,90	30,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	620,00	620,00	668,30	2.666,30
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	183,90	183,90	30,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	620,00	620,00	668,30	2.666,30
1320.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	309.558,88	331.850,18	311.394,95	308.267,04	290.099,98	316.063,03	291.574,74	296.884,83	291.506,64	277.472,31	239.821,31	293.888,93	3.548.382,82
1321.00.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	-	163.589,08	153.076,73	-	135.025,61	129.888,83	(593.580,25)	-	-	-	-	-	-
1324.00.00.00	RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	309.558,88	166.261,10	158.318,22	308.267,04	155.074,37	176.174,20	885.154,99	296.884,83	291.506,64	277.472,31	239.821,31	293.888,93	3.560.382,82
1324.01.00.00	APLICAÇÕES NO FUNDÃO	309.558,88	166.261,10	158.318,22	308.267,04	155.074,37	176.174,20	885.154,99	296.884,83	291.506,64	277.472,31	221.256,03	276.897,59	3.522.826,20
1324.04.00.00	APLICAÇÕES EM CDB/RDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.565,28	16.991,34	37.556,62
1390.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	41.302,03	28.808,21	22.543,06	20.868,39	18.042,05	26.875,67	11.400,06	16.498,08	12.606,14	13.345,57	8.077,99	4.369,24	222.738,49
1400.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	4.686,98	41.154,56	23.356,64	20.613,37	11.511,82	9.160,90	16.815,35	14.976,89	41.397,66	10.132,78	64.096,15	17.549,96	275.475,86
1410.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	738,10	22.896,40	16.821,35	4.699,35	1.373,10	366,35	2.733,54	6.415,55	24.806,30	581,70	34.610,74	6.014,22	125.858,89
1410.01.00.00	AGRICULTURA	1,20	1.309,60	2.800,00	180,95	-	6,60	750,00	-	7.750,00	-	4.750,95	1.050,81	18.699,11
1410.02.00.00	HORTA	736,90	21.586,80	14.021,35	4.518,40	1.373,10	359,75	565,54	6.415,55	17.056,30	581,70	29.859,79	2.963,40	100.838,78
1410.03.00.00	POMAR	-	-	-	-	-	-	420,00	-	-	-	-	-	420,00
1420.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	3.947,68	18.228,87	6.509,29	15.916,02	10.138,72	8.758,55	14.042,51	8.561,34	16.240,46	9.571,08	28.539,01	13.535,75	154.789,28
1420.01.00.00	GRANJA	2.671,60	10.269,49	5.356,48	13.573,35	9.039,57	8.004,60	12.441,12	7.954,19	14.356,41	9.010,58	21.377,33	10.382,40	124.239,12
1420.02.00.00	PISCICULTURA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000,00	-	1.000,00
1420.03.00.00	PECUÁRIA	348,83	4.762,00	-	-	-	-	-	-	409,75	-	2.809,68	90,00	8.320,26
1420.04.00.00	APICULTURA	-	-	-	-	6,00	30,00	216,39	-	-	-	-	52,00	304,39
1420.05.00.00	SUINOCULTURA	1.027,25	3.197,38	1.352,81	2.340,67	1.093,15	723,95	2.185,00	607,15	1.474,30	560,50	3.352,00	1.011,35	20.925,51
1490.00.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1,20	29,29	26,00	-	-	36,00	237,30	-	350,70	-	946,40	-	1.626,89
1500.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	31.134,81	28.237,89	61.961,03	71.506,65	37.537,03	31.363,26	43.001,61	43.007,15	36.155,68	14.935,39	54.597,72	34.013,44	487.453,66
1520.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	31.134,81	28.237,89	61.961,03	71.506,65	37.537,03	31.363,26	43.001,61	43.007,15	36.155,68	14.935,39	54.597,72	34.013,44	487.453,66
1520.01.00.00	MARCENARIA	3.365,20	3.308,16	9.133,51	11.928,80	3.579,93	2.990,50	4.288,65	2.803,25	6.029,16	2.979,44	7.720,40	5.216,94	63.223,94
1520.04.00.00	TIPOGRAFIA	20,00	1.859,00	206,00	926,30	435,00	-	-	18,00	-	-	273,30	-	3.737,60
1520.05.00.00	ALFAIATARIA	-	3.101,00	3.736,00	366,50	20,00	709,50	-	1.073,80	-	-	9.996,90	617,50	19.621,20
1520.06.00.00	VIME	427,00	458,00	280,00	493,00	152,00	87,00	470,00	108,00	82,00	100,00	140,00	423,00	3.220,00
1520.07.00.00	MATERIAL DE LIMPEZA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800,00	-	800,00
1520.09.00.00	TELA	228,00	2.012,10	8.064,26	1.164,00	589,00	519,65	173,96	31,20	153,00	440,70	5.319,26	390,50	19.085,63
1520.10.00.00	PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	26.303,00	16.552,46	37.623,00	54.557,95	28.519,80	23.332,75	35.645,50	36.682,50	22.852,00	7.571,75	14.791,83	22.498,50	326.725,06
1520.11.00.00	SERRALHERIA	911,61	947,17	2.918,26	720,10	1.836,60	860,96	1.155,00	1.141,90	972,02	863,00	6.252,01	712,00	19.290,63
1520.12.00.00	SERIGRAFIA	-	-	-	-	-	-	418,00	605,00	698,00	-	573,00	1.079,30	3.373,30
1520.13.00.00	FÁBRICA DE TUBOS	-	-	-	1.350,00	2.410,70	2.864,90	850,50	743,50	5.369,50	2.980,50	8.729,00	3.075,50	28.374,10
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	2.134.957,63	6.744.159,00	2.155.513,28	2.374.234,49	3.090.774,20	3.022.400,44	408.780,91	4.830.090,57	5.712.374,54	2.316.074,57	992.232,05	4.882.543,68	38.664.135,35
1600.05.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	2.011.118,09	6.727.489,67	2.100.517,60	2.209.047,93	3.010.585,10	2.958.717,61	310.768,48	4.540.717,50	5.808.498,25	2.221.305,98	890.137,82	4.412.925,31	37.201.829,54
1600.05.01.00	CONVÊNIOS	2.011.118,09	6.727.489,67	2.100.517,60	2.209.047,93	3.010.585,10	2.958.717,61	310.768,48	4.540.717,50	5.808.498,25	2.221.305,98	890.137,82	4.412.925,31	37.201.829,54
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	112.091,01	9.963,44	48.039,27	160.640,24	73.295,16	56.526,73	87.413,89	277.741,80	(107.027,51)	84.148,39	76.810,08	459.928,74	1.339.571,24
1600.13.06.00	HONORÁRIOS ADVOGATÍCIOS	112.091,01	9.963,44	48.039,27	160.640,24	73.295,16	56.526,73	87.413,89	277.741,80	(107.027,51)	84.148,39	76.810,08	459.928,74	1.339.571,24
1600.25.00.00	SERVIÇOS INDUSTRIAIS E UTILIDADE PÚBLICA	11.748,52	6.705,89	6.956,41	4.546,32	6.893,94	7.156,10	10.598,54	11.631,27	10.903,80	10.620,20	25.284,15	9.689,45	122.734,57
1600.25.02.00	ARTESANATO	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	100,00
1600.25.04.00	COLCHOARIA	340,00	215,00	522,50	40,00	399,00	-	685,00	82,00	1.238,00	728,00	824,00	892,00	5.965,50
1600.25.07.00	ALFAIATARIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.192,50	126,00	4.318,50
1600.25.13.00	MONTAGEM DE BOLA	935,80	1.442,40	811,60	1.522,80	651,10	994,00	484,40	2.268,50	2.608,80	1.971,30	4.140,00	1.670,00	19.382,90
1600.25.14.00	SERRARIA	8.640,00	-	-	2.160,00	-	-	-	1.080,00	-	-	8.086,25	2.273,50	22.239,75

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00402

401

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1600.25.15.00	MONTAGEM DE GRAMPO	1.682,72	5.023,69	4.972,31	823,52	6.041,84	6.162,10	9.429,14	8.100,77	7.032,00	7.870,70	6.251,40	4.520,48	67.910,47
1600.25.17.00	OFICINA MECÂNICA	150,00	25,00	650,00	-	-	-	-	-	25,00	50,00	1.740,00	116,00	2.756,00
1600.25.18.00	MONTAGEM DE SACOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00	91,45	141,45
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.102.725,79	2.967.697,62	5.627.179,47	4.550.514,34	1.948.586,62	3.935.109,36	3.774.215,52	5.573.617,01	4.095.976,95	8.144.630,80	5.198.253,18	3.236.629,42	50.155.146,28
1710.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.007.471,54	2.688.862,62	5.316.490,73	4.527.114,34	1.925.366,62	3.911.859,36	3.750.395,52	5.549.707,01	4.071.371,37	8.119.715,80	5.172.608,77	3.158.953,96	49.199.919,04
1712.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.007.471,54	2.688.862,62	5.316.490,73	4.527.114,34	1.925.366,62	3.911.859,36	3.750.395,52	5.549.707,01	4.071.371,37	8.119.715,80	5.172.608,77	3.158.953,96	49.199.919,04
1712.01.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	972.971,16	2.668.972,62	3.356.272,80	2.534.951,48	1.716.760,57	1.977.116,85	1.779.877,30	1.097.410,72	2.147.202,33	6.122.882,43	4.614.611,82	400.118,31	29.389.148,39
1712.02.00.00	RECURSOS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-	-	-	-	739.257,15	-	-	-	543.765,70	1.283.092,85
1712.06.00.00	TRANSF. REC. OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	390.565,18	-	148.733,05	-	-	119.724,42	239.806,84	251.108,42	208.006,95	(6,98)	1.357.937,88
1712.08.00.00	RECURSOS DE CONVÊNIOS	-	-	1.567.749,75	1.911.739,86	-	1.934.742,71	1.969.174,41	3.593.314,72	1.413.352,00	1.742.150,90	349.990,80	2.215.098,93	16.696.314,28
1712.99.00.00	OUTROS TIPOS	34.500,38	19.890,00	5.903,00	78.423,00	59.873,00	-	1.343,81	-	271.009,20	2.574,05	-	-	473.516,44
1760.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	95.254,23	278.835,00	310.688,74	23.400,00	23.230,00	23.230,00	23.830,00	23.910,00	24.605,38	24.915,00	25.644,41	77.683,46	955.226,44
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	957.453,66	463.864,83	1.984.487,55	2.133.188,91	2.557.145,35	2.049.834,10	2.772.201,61	21.865.553,42	2.390.837,72	2.533.910,91	1.826.473,43	2.996.269,04	44.528.458,33
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	4.444,21	2.904,20	2.092,37	3.721,99	3.290,46	3.789,80	2.664,71	4.223,98	1.263,47	1.023,76	1.039,50	1.361,84	31.820,29
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	4.444,21	2.904,20	2.092,37	3.721,99	3.290,46	3.789,80	2.664,71	4.223,98	1.263,47	1.023,76	1.039,50	1.361,84	31.820,29
1919.99.00.00	MULTAS DIVERSAS	4.444,21	2.904,20	2.092,37	3.721,99	3.290,46	3.789,80	2.664,71	4.223,98	1.263,47	1.023,76	1.039,50	1.361,84	31.820,29
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.733,54	83.057,57	2.527,92	104.204,23	3.186,80	(173.679,91)	3.397,49	2.156,33	2.441,82	2.285,15	3.680,16	3.273,94	89.164,04
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	920,18	956,90	2.016,18	-	892,80	821,89	781,37	861,76	1.326,18	-	-	-	8.577,26
1921.99.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	920,18	956,90	2.016,18	-	892,80	821,89	781,37	861,76	1.326,18	-	-	-	8.577,26
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	51.813,36	82.100,67	511,74	104.204,23	2.294,00	(174.501,80)	2.616,12	1.294,57	1.115,64	2.285,15	3.680,16	3.273,94	80.587,50
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	900.275,91	377.903,06	1.979.867,26	2.025.262,69	2.550.668,09	2.219.724,21	2.766.239,61	21.859.173,11	2.386.332,43	2.520.612,00	1.821.753,77	2.991.633,26	44.399.445,20
1990.02.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANIAS JUDICIAIS	498.356,29	335.381,23	388.161,18	271.596,97	644.301,69	644.706,80	577.424,63	746.566,71	718.723,12	603.337,04	296.627,97	817.878,95	6.743.064,57
1990.03.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANIAS EXTRAJUDICIAIS	268.457,18	-	276.068,11	214.610,02	196.455,44	-	569.431,30	337.104,04	113.916,56	249.154,01	-	373.862,67	2.599.059,33
1990.05.00.00	BAIXAS DE PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-	213.118,00	268.064,23	4.030,32	11.702.696,10	(62,00)	129,67	9.616,67	242.243,03	12.440.676,02
1990.06.00.00	DOAÇÕES LEGADOS CONTRIB S/INDIVIDUAL ETC	75.048,69	85,09	41,30	154.146,11	33.512,98	39.256,79	31.921,56	31.521,30	34.410,78	34.277,16	34.313,66	24.489,99	493.025,61
1990.09.00.00	RENDAS DE MULTAS	166,81	458,10	3.039,44	121,14	601,82	1.716,29	670,85	2.957,11	441,77	8.637,49	5.196,80	1.206,08	25.533,70
1990.28.00.00	RECEITA HOSPITALAR DE PARTICULARES	57.400,34	41.978,65	70.912,03	20.234,98	21.072,71	20.948,13	49.069,03	7.486.493,87	66.700,30	62.909,58	38.053,87	38.311,32	7.974.083,81
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	646,60	-	1.041.624,20	1.364.553,47	1.441.605,45	1.245.091,97	1.533.691,72	1.551.833,78	1.452.201,90	1.562.167,03	1.437.844,80	1.492.761,23	14.124.002,16
2000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	10.923.259,44	4.166.841,72	9.010.091,96	2.298.289,87	1.998.631,67	2.049.927,02	18.958.275,64	3.057.618,56	4.006.327,47	2.273.112,85	5.497.283,74	807.436,80	65.047.516,74
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	4.084,56	283,35	40.312,64	28.253,21	15.505,11	6.738,58	3.091,77	13.789,84	89.166,23	4.621,00	36.090,11	95.716,07	337.652,47
2210.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4.084,56	283,35	40.312,64	28.253,21	15.505,11	6.738,58	3.091,77	13.789,84	89.166,23	4.621,00	36.090,11	95.716,07	337.652,47
2210.01.00.00	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	53.400,00	-	-	91.890,00	145.290,00
2210.03.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	11.790,49	17.890,00	2.647,99	-	(32.238,48)	(0,00)
2210.99.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	4.084,56	283,35	40.312,64	28.253,21	15.505,11	6.738,58	3.091,77	2.089,35	17.876,23	1.973,01	36.090,11	36.064,55	192.362,47
2300.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	90.573,62	107.719,39	104.850,27	111.905,21	127.041,64	177.347,70	17.212.695,34	846.275,48	190.479,35	181.801,68	231.087,11	190.563,75	19.572.342,54
2300.06.00.00	EMPRÉSTIMOS P/FINANCIAMENTOS INTERNOS	-	-	-	-	-	-	17.050.201,57	-	-	-	-	-	17.050.201,57
2300.08.00.00	EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS	90.573,62	107.719,39	104.850,27	111.905,21	127.041,64	177.347,70	162.493,77	846.275,48	190.479,35	181.801,68	231.087,11	190.563,75	2.522.140,97
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.394.552,82	3.434.638,44	7.876.165,20	1.476.433,67	1.605.738,26	1.631.870,91	1.394.393,57	1.487.770,48	3.421.560,81	1.871.456,16	4.370.497,27	117.025,64	39.282.103,23
2410.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10.394.552,82	3.434.638,44	7.876.165,20	1.476.433,67	1.605.738,26	1.631.870,91	1.394.393,57	1.487.770,48	3.421.560,81	1.871.456,16	4.370.497,27	117.025,64	39.282.103,23
2412.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	10.394.552,82	3.434.638,44	7.876.165,20	1.476.433,67	1.605.738,26	1.631.870,91	1.394.393,57	1.487.770,48	3.421.560,81	1.871.456,16	4.370.497,27	117.025,64	39.282.103,23
2412.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	6.124.552,82	3.434.638,44	7.876.165,20	1.296.672,48	1.288.963,98	1.625.749,61	1.340.640,50	1.487.770,48	3.421.560,81	1.871.456,16	4.670.497,27	117.025,64	34.555.693,39
2412.06.00.00	TRANSF. ESTADO OPERAÇÕES CRÉD. EXTERNAS	-	-	-	179.761,19	16.774,28	6.121,30	53.753,07	-	-	-	-	-	256.409,84
2412.07.00.00	TRANSF. DE RECURSOS, AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	4.270.000,00	-	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	(300.000,00)	-	4.270.000,00
2500.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	234.048,44	624.200,54	988.763,85	681.697,78	250.366,66	233.969,83	348.094,96	709.782,76	305.121,08	213.434,01	859.609,23	404.129,34	5.855.218,50
2590.00.00.00	REVENDA DE MATERIAIS DO F.R.M.	234.048,44	624.200,54	988.763,85	681.697,78	250.366,66	233.969,83	348.094,96	709.782,76	305.121,08	213.434,01	859.609,23	404.129,34	5.855.218,50

Florianópolis, 31 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00403

401

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-	SALDO NÃO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL	NHADA NO ANO	UTILIZADO
0000.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	542.816.501,00	179.342.286,26	58.879.030,54	663.279.756,72	199.807.285,72	463.472.471,00
3000.00	DESPESAS CORRENTES	249.041.396,00	105.698.719,85	28.053.419,08	326.686.696,77	117.222.247,59	209.464.449,18
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO	233.365.097,00	64.923.832,27	25.670.253,33	272.618.675,94	82.904.590,55	189.714.085,39
3110.00	PESSOAL	3.691.510,00	1.673.608,54	0,00	5.365.118,54	2.524.353,57	2.840.764,97
3111.00	PESSOAL CIVIL	3.670.000,00	493.769,55	0,00	4.163.769,55	1.755.317,75	2.408.451,80
3112.00	PESSOAL MILITAR	0,00	1.163.012,16	0,00	1.163.012,16	757.035,82	405.976,34
3113.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	21.510,00	16.826,83	0,00	38.336,83	12.000,00	26.336,83
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	61.429.318,00	30.007.905,24	825.000,00	90.612.223,24	52.602.051,71	38.010.171,53
3130.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	168.138.129,00	32.028.658,00	24.845.253,33	175.321.533,67	27.513.943,14	147.807.590,53
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	5.479.550,00	2.301.765,94	1.860.790,60	5.920.525,34	39.651,24	5.880.874,10
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	162.658.579,00	29.726.892,06	22.984.462,73	169.401.008,33	27.474.291,90	141.926.716,43
3190.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	106.140,00	1.213.660,49	0,00	1.319.800,49	264.242,13	1.055.558,36
3191.00	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	20,00	304.515,72	0,00	304.535,72	0,00	304.535,72
3192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	106.120,00	909.144,77	0,00	1.015.264,77	264.242,13	751.022,64
3200.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.676.299,00	40.774.887,58	2.383.165,75	54.068.020,83	34.317.657,04	19.750.363,79
3210.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	7.000.000,00	11.424.405,26	0,00	18.424.405,26	9.902.056,16	8.522.349,10
3212.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	7.000.000,00	11.424.405,26	0,00	18.424.405,26	9.902.056,16	8.522.349,10
3220.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.222.830,00	15.580.753,53	1.861.165,75	16.942.417,78	13.398.583,39	3.543.834,39
3223.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	3.222.830,00	15.580.753,53	1.861.165,75	16.942.417,78	13.398.583,39	3.543.834,39
3230.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.453.279,00	13.718.722,44	522.000,00	18.650.001,44	10.989.287,07	7.660.714,37
3231.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.812.279,00	12.733.405,27	322.000,00	15.223.684,27	9.045.147,74	6.178.536,53
3232.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.641.000,00	985.317,17	200.000,00	3.426.317,17	1.944.139,33	1.482.177,84
3250.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	60,00	50.998,28	0,00	51.058,28	27.730,42	23.327,86
3255.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	60,00	50.998,28	0,00	51.058,28	27.730,42	23.327,86
3290.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	130,00	8,07	0,00	138,07	0,00	138,07

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00404

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSOLIDADO DOS FUNDOS
ANO DE 1996

403

ITEM	TÍTULO DA CONTA	CRÉDITO				DESPESA EMPE-	SALDO NÃO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL	NHADA NO ANO	UTILIZADO
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	293.775.105,00	73.643.566,41	30.825.611,46	336.593.059,95	82.585.038,13	254.008.021,82
4100.00	INVESTIMENTOS	101.335.955,00	49.364.465,14	12.489.637,43	138.210.782,71	23.860.617,70	114.350.165,01
4110.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	51.446.134,00	20.187.012,09	4.354.045,89	67.279.100,20	9.390.301,13	57.888.799,07
4120.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	49.880.751,00	29.176.866,65	8.135.591,54	70.922.026,11	14.470.316,57	56.451.709,54
4190.00	DIVERSOS INVESTIMENTOS	9.070,00	586,40	0,00	9.656,40	0,00	9.656,40
4192.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.070,00	586,40	0,00	9.656,40	0,00	9.656,40
4200.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	151.797.500,00	13.758.596,17	2.631.974,03	162.924.122,14	51.727.965,95	111.196.156,19
4220.00	AQUISIÇÃO DE OUTROS BENS DE CAPITAL JÁ EM UTILIZAÇÃO	2.000,00	129,30	0,00	2.129,30	0,00	2.129,30
4230.00	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	32.513.500,00	5.014.526,61	107.000,00	37.421.026,61	10.106.996,62	27.314.029,99
4250.00	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPR. DE CAP. JÁ INTEGRALIZADOS	50.000,00	43.615,88	0,00	93.615,88	36.318,85	57.297,03
4260.00	CONST. OU AUMENTO CAP. EMPR. COMERCIAIS OU FINANCEIRAS	48.650.000,00	2.743.790,34	0,00	51.393.790,34	23.886.719,26	27.507.071,08
4270.00	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	70.582.000,00	5.956.534,04	2.524.974,03	74.013.560,01	17.697.931,22	56.315.628,79
4300.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.641.650,00	10.520.505,10	15.704.000,00	35.458.155,10	6.996.454,48	28.461.700,62
4320.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.476.610,00	5.754.923,82	15.104.000,00	25.127.533,82	4.506.440,48	20.621.093,34
4321.00	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	215.000,00	13.907,95	0,00	228.907,95	0,00	228.907,95
4323.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	34.261.610,00	5.741.015,87	15.104.000,00	24.898.625,87	4.506.440,48	20.392.185,39
4330.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	6.164.980,00	4.765.577,62	600.000,00	10.330.557,62	2.490.014,00	7.840.543,62
4331.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	6.164.980,00	4.765.577,62	600.000,00	10.330.557,62	2.490.014,00	7.840.543,62
4390.00	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	60,00	3,66	0,00	63,66	0,00	63,66
4392.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60,00	3,66	0,00	63,66	0,00	63,66

despesa/fundo

Florianópolis, 13 de fevereiro de 1997

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00405

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874 - mat.209.888-1

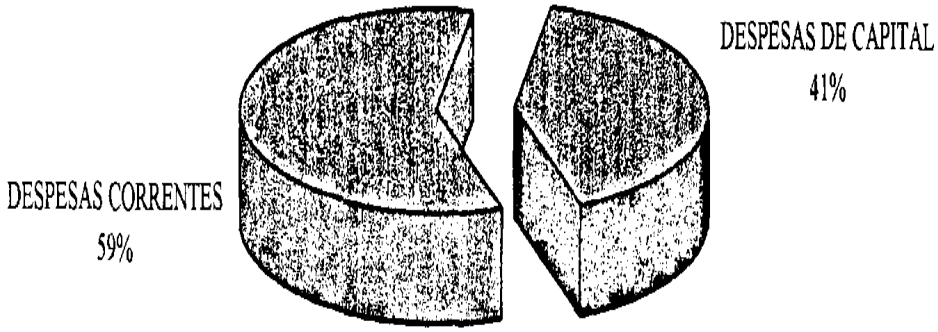
Marisete Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097 - mat. 199.830-7

403

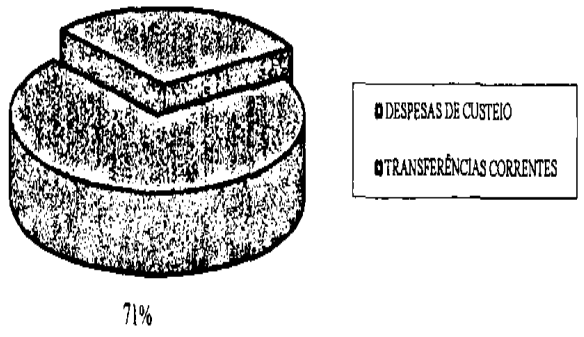
ANÁLISE GRÁFICA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - FUNDOS

404

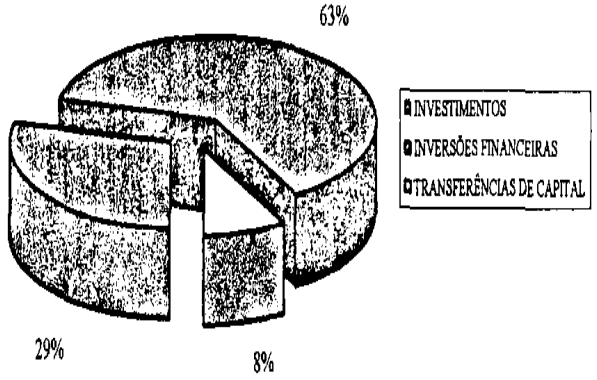
DESPESA ORÇAMENTÁRIA - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS



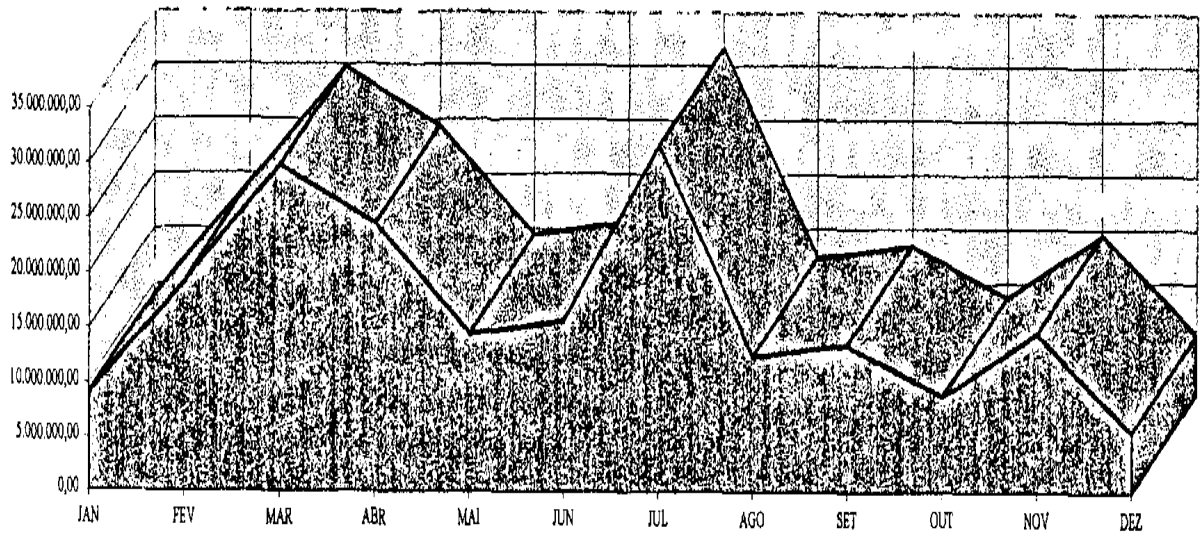
DESPESAS CORRENTES



DESPESAS DE CAPITAL



DESPESA ORÇAMENTÁRIA - EVOLUÇÃO MENSAL



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00406

405

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
0000.00.00.00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.070.072,84	19.263.201,64	29.892.757,79	24.530.912,68	14.333.208,41	15.702.503,37	31.780.855,60	12.481.756,97	13.341.029,81	8.864.977,79	14.615.861,47	5.510.147,35	199.087.285,72
3000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	3.330.411,39	13.187.918,93	24.303.359,49	13.874.526,95	8.460.383,64	13.162.883,78	12.877.919,43	7.872.078,35	6.244.770,28	6.381.710,23	5.353.571,83	1.972.713,39	117.222.247,59
3100.00.00.00	DESPESAS DE CUSTEIO	1.958.132,94	10.768.170,13	7.564.108,13	10.137.756,79	5.194.464,27	12.294.587,47	12.616.410,93	7.150.706,31	4.583.850,37	5.894.764,86	3.229.077,21	1.312.561,14	82.904.590,55
3110.00.00.00	PESSOAL	142.676,37	92.373,00	136.443,50	320.656,03	171.008,88	135.751,90	165.752,78	211.288,72	211.861,07	235.066,27	470.635,68	228.836,57	2.524.353,57
3111.00.00.00	PESSOAL CIVIL	142.676,37	89.957,50	126.443,50	103.643,33	125.858,73	109.248,13	144.975,28	187.341,22	150.339,37	177.227,52	214.057,93	183.568,87	1.755.317,75
3111.01.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	79.576,37	78.957,50	79.230,84	80.586,53	81.425,43	81.130,37	82.683,63	82.917,97	84.189,84	66.456,56	89.566,61	190.791,19	1.077.512,84
3111.01.01.00	VVF - PESSOAL ESTATUTÁRIO	79.576,37	78.957,50	79.230,84	80.586,53	81.425,43	81.130,37	82.683,63	82.917,97	84.189,84	66.456,56	89.566,61	190.791,19	1.077.512,84
3111.02.00.00	DESPESAS VARIÁVEIS	63.100,00	11.000,00	47.212,66	23.056,80	44.433,30	28.117,76	62.291,65	104.423,25	66.149,53	110.770,96	124.491,32	(7.222,32)	677.804,91
3111.02.03.00	DIÁRIAS	63.100,00	11.000,00	47.212,66	23.056,80	44.433,30	28.117,76	62.291,65	104.423,25	66.149,53	110.770,96	124.491,32	(7.222,32)	677.804,91
3112.00.00.00	PESSOAL MILITAR	-	2.417,50	10.000,00	217.012,70	45.170,15	26.503,77	20.777,50	25.947,50	61.522,50	45.838,75	256.377,73	45.367,70	757.435,82
3112.01.00.00	VVF - PESSOAL MILITAR	-	-	-	196.210,20	18.108,90	150,00	-	-	-	-	200.298,00	21.816,20	436.583,30
3112.02.00.00	DESPESAS VARIÁVEIS	-	2.417,50	10.000,00	20.802,50	27.061,25	26.353,77	20.777,50	25.947,50	61.522,50	45.838,75	56.279,73	23.451,50	320.452,52
3112.02.02.00	DIÁRIAS - MILITAR	-	2.417,50	10.000,00	20.802,50	27.061,25	26.353,77	20.777,50	25.947,50	61.522,50	45.838,75	56.279,73	23.451,50	320.452,52
3113.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000,00	-	-	12.000,00
3120.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.649.339,20	8.757.970,05	3.152.024,21	7.358.837,46	2.635.851,65	4.792.094,14	10.433.944,35	3.818.457,37	3.368.290,47	4.240.979,12	3.563.049,66	831.213,73	52.602.051,71
3120.00.01.00	ARTIGOS DE EXPEDIENTE	1.833,50	2.741,00	133.678,14	3.772,89	19.969,37	9.863,13	1.306,73	22.974,24	237.755,91	173.597,31	33.001,11	82.169,14	722.662,47
3120.00.02.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS	91.485,90	1.230,00	15.762,08	30.879,70	92.331,24	4.247,49	25.502,40	506.215,79	155.246,65	89.044,64	18.522,78	(61.939,89)	968.538,78
3120.00.03.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTROS FINS	44.569,80	55.839,00	11.950,58	325.627,09	29.168,19	(3.984,94)	3.495,23	4.429,67	5.594,20	3.002,00	6.384,04	1.399,61	487.474,47
3120.00.04.00	FORRAGEM E CORRELATOS	820,00	194.592,00	2.860,50	11.065,00	59.578,20	632,50	5.330,20	1.110,00	1.143,30	51.783,00	20.571,90	(65.671,02)	283.815,58
3120.00.05.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E CORRELATOS	1.249.344,06	986.877,12	793.673,24	3.107.447,50	561.564,52	65.987,13	18.587,06	680.534,57	471.790,06	203.332,57	332.113,61	(363.027,83)	8.108.223,63
3120.00.06.00	MATERIAL ESCOLAR DIDÁTICO	-	-	-	-	1.235,00	3.262,54	271,20	712,40	-	137,80	-	752,00	6.370,94
3120.00.07.00	PEÇAS, ACESS. E SOBRESSALENTES PARA VEÍCULOS	3.457,01	8.373,81	11.241,64	198.400,61	28.034,97	33.602,83	40.764,18	90.745,63	81.656,48	418.441,08	68.861,79	106.473,91	1.090.255,94
3120.00.08.00	MATERIAL PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	-	-	547,00	3.417,20	353,40	-	-	630,90	-	1.656,00	-	403,00	7.007,50
3120.00.09.00	MED.PROD.QUIM.FARM.ODONT.MAT.CIR.LAB. EM GERAIS	163.917,35	7.335.878,88	1.944.236,57	3.180.099,30	1.275.706,28	4.127.585,60	9.372.183,22	1.612.272,73	2.135.446,63	2.642.733,85	644.615,03	651.203,76	35.007.879,22
3120.00.10.00	MAT. E PEÇAS PARA INSTAL., CONSERV. E REPAROS	21.425,60	41.747,26	75.492,72	122.004,76	172.097,94	101.817,83	196.429,98	148.593,76	83.643,37	365.257,91	170.305,57	255.244,41	1.754.130,91
3120.00.11.00	MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS	70.346,18	130.488,98	160.036,24	281.795,49	390.526,58	448.990,84	764.307,84	157.000,68	84.179,17	284.513,99	164.853,76	118.082,38	3.055.122,15
3120.00.12.00	FARDAMENTO	140,00	-	1.545,60	72.485,38	4.308,96	19,19	5.766,31	593.237,20	68.384,61	3.460,00	2.300,25	106.124,25	855.971,75
3120.00.13.00	MUNIÇÕES E CORRELATOS	-	-	1.000,00	21.842,54	975,00	-	-	-	43.450,09	6.018,97	101.319,85	-	174.606,40
3130.00.00.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	76.604,78	1.905.507,35	4.203.686,21	2.445.071,42	2.387.265,09	7.361.454,03	2.013.529,33	3.060.018,31	1.003.602,03	1.418.364,68	1.186.329,07	452.510,84	27.513.943,14
3131.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	18.250,96	8.919,56	-	-	-	-	-	12.480,72	-	-	-	-	39.651,24
3132.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	58.353,82	1.896.587,79	4.203.686,21	2.445.071,42	2.387.265,09	7.361.454,03	2.013.529,33	3.047.537,59	1.003.602,03	1.418.364,68	1.186.329,07	452.510,84	27.474.291,90
3132.00.01.00	ACORDOS E CONVÊNIOS	-	789.000,00	515.370,00	20.000,00	1.044.509,19	4.584.035,00	1.199.543,00	1.056.276,00	311.714,04	41.972,45	276.173,00	23.746,05	9.862.338,73
3132.00.02.00	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES	5.128,00	3.278,80	4.967,00	4.731,66	3.602,40	5.454,20	9.063,10	2.787,00	6.687,60	5.477,00	8.037,64	5.576,11	64.792,49
3132.00.03.00	COMUNICAÇÃO	-	-	17.515,27	120.311,46	13.915,20	3.900,00	62.174,30	27.956,81	97.314,52	52,98	27.719,64	2.406,60	372.666,78
3132.00.04.00	CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS	457,00	2.527,74	3.739,00	35.203,22	14.173,92	12.081,43	13.390,72	36.289,69	64.012,23	20.072,60	67.631,60	47.888,42	319.467,57
3132.00.05.00	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	-	-	11.281,41	22.860,00	-	-	-	841,25	2.700,00	-	-	-	37.682,66
3132.00.06.00	SERVIÇO DE CONSERV., LIMPEZA, COPA E SEGURANÇA	-	604.841,32	815.099,26	465.826,78	62.329,42	1.823.481,92	215.995,00	295.883,61	93.277,46	45.953,19	180,00	55.336,68	4.480.204,64
3132.00.07.00	SERV. CONSERV. MANUT. BENS UTIL. COM. POVO	-	-	-	55,00	-	642,60	(452,50)	-	(190,02)	-	-	80,00	135,08
3132.00.08.00	OUTROS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	14.373,81	65.013,16	388.656,94	452.445,08	122.711,17	146.088,47	141.237,71	256.343,71	133.176,02	147.767,63	146.924,85	210.847,47	2.227.910,02
3132.00.09.00	DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	-	100.238,08	-	10.000,00	10.000,71	90,00	10.000,00	222,72	32.450,00	4.450,00	185,00	-	167.636,51
3132.00.10.00	ENCARGOS ASSISTENCIAIS	4.521,80	17.602,33	51.228,84	39.191,40	396.433,56	151.491,96	10.794,62	106.835,14	35.298,42	46.028,61	81.966,33	159.212,45	1.100.605,46
3132.00.12.00	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	-	48.183,72	1.000,00	14.762,48	11.739,42	(437,68)	-	673.881,63	2.178,00	9.000,00	66,00	8.974,52	769.427,89
3132.00.13.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	-	6.000,00	-	514.016,00	-	(128.868,58)	371,13	246.110,99	(23.075,90)	6.240,00	160.235,62	33.187,75	814.217,01
3132.00.15.00	PASSAGENS	-	2.583,21	4.632,60	79.306,33	29.421,59	1.279,15	617,38	7.750,55	998,03	11.193,82	8.074,61	1.305,56	147.362,83
3132.00.17.00	REFEIÇÕES	-	-	1.133,20	31.950,00	33.997,00	8.632,10	127.263,16	(12.467,20)	(346,90)	265,00	-	-	190.426,56
3132.00.18.00	DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES, PRÊMIOS E MEDALHAS	-	-	850,00	-	322,00	-	1.188,66	467,80	1.251,60	16.893,90	(1,70)	1.750,00	22.722,26
3132.00.19.00	PROMOÇÕES, CONG., SIM., CONF., EX., E OUTROS	1.824,74	(82,68)	10.183,00	2.459,66	19.413,95	4.513,35	18.747,30	5.406,18	16.757,53	14.615,05	75.849,65	3.279,40	172.767,15
3132.00.21.00	SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS	32.048,47	256.305,11	2.378.029,69	395.971,73	589.594,56	747.690,31	150.227,57	342.949,71	227.299,38	798.621,68	283.496,83	(6.144,15)	6.186.091,89
3132.00.22.00	SERVIÇOS DE PROC. DE DADOS E MICROFILMAGEM	-	1.075,00	-	235.980,64	35.101,00	-	31.066,26	-	-	339.759,77	49.992,00	(93.136,02)	617.838,65
3190.00.00.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	89.512,59	12.317,73	71.954,11	12.191,88	338,65	5.287,40	3.184,47	58.941,71	96,00	354,79	9.062,80	-	264.242,13
3192.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	89.512,59	12.317,73	71.954,11	12.191,88	338,65	5.287,40	3.184,47	58.941,71	96,00	354,79	9.062,80	-	264.242,13
3200.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.372.278,35	2.419.748,80	16.739.251,36	3.736.770,16	3.265.919,37	868.296,31	261.508,50	721.372,04	1.660.919,91	486.945,37	2.124.494,62	460.153,23	34.317.657,04
3210.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.555.555,00	1.944.445,00	-	583.334,45	1.161.111,12	777.777,78	194.444,46	548.333,34	1.166.666,67	194.444,44	1.575.943,90	-	9.902.056,16

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00407

406

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA - MÊS A MÊS - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ITEM	TÍTULOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3212 00.00.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.555.555,00	1.944.445,00	-	583.334,45	1.361.111,12	777.777,78	194.444,46	548.333,34	1.166.666,67	194.444,44	1.575.943,90	-	9.902.056,16
3211.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.555.555,00	1.944.445,00	-	583.334,45	1.361.111,12	777.777,78	194.444,46	548.333,34	1.166.666,67	194.444,44	1.575.943,90	-	9.902.056,16
3220 00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	93.947,00	10.217.535,04	1.811.980,68	1.262.994,48	44.442,83	(5.581,32)	-	-	-	(42.966,15)	16.230,83	13.398.583,39
3223 00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	-	93.947,00	10.217.535,04	1.811.980,68	1.262.994,48	44.442,83	(5.581,32)	-	-	-	(42.966,15)	16.230,83	13.398.583,39
3223.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	93.947,00	10.217.535,04	1.811.980,68	1.262.994,48	44.442,83	(5.581,32)	-	-	-	(42.966,15)	16.230,83	13.398.583,39
3230.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.723,35	381.356,80	6.520.123,41	1.339.890,14	639.942,72	44.896,95	68.797,32	168.668,56	491.536,76	293.204,98	585.967,62	440.178,46	10.989.287,07
3231.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	-	183.796,00	6.303.895,28	1.171.119,40	485.385,27	17.904,00	20.000,00	7.963,60	210.800,00	163.071,20	254.027,63	227.185,64	9.045.147,74
3232.00.00.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	16.723,35	197.560,80	216.228,13	168.770,74	154.557,35	26.992,95	48.797,32	160.704,96	280.736,76	128.133,78	331.940,17	212.993,02	1.944.139,33
3232.02.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.723,35	197.560,80	216.228,13	168.770,74	154.557,35	26.992,95	48.797,32	160.704,96	280.736,76	128.133,78	331.940,17	212.993,02	1.944.139,33
3250 00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	-	-	1.592,91	1.564,89	1.871,05	1.178,75	3.848,04	4.370,14	2.716,48	1.295,93	5.549,25	3.742,96	27.730,42
3255.00.00.00	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	-	-	1.592,91	1.564,89	1.871,05	1.178,75	3.848,04	4.370,14	2.716,48	1.295,93	5.549,23	3.742,96	27.730,42
4000.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.539.661,55	6.075.282,71	5.589.398,30	10.676.385,73	6.072.824,77	2.539.619,59	18.902.936,17	4.609.678,62	7.296.259,53	2.483.267,56	9.262.289,64	3.537.433,96	82.585.038,13
4100.00.00.00	INVESTIMENTOS	560.780,50	1.124.332,76	608.001,14	3.414.854,78	2.080.941,71	3.296.862,83	452.679,20	2.108.445,33	1.480.501,32	928.826,16	4.880.712,79	2.923.679,18	23.860.617,70
4110.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	-	886.526,81	413.549,49	2.778.279,12	885.144,61	655.839,13	331.682,81	1.489.034,50	684.092,53	560.111,13	568.444,19	137.596,83	9.390.301,13
4120.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	560.780,50	237.805,95	194.451,65	636.575,66	1.195.797,10	2.641.023,70	120.996,39	619.410,83	796.408,79	368.713,03	4.312.268,60	2.786.082,37	14.470.316,57
4120.00.01.00	MÁQUINAS MOTORES E EQUIPAMENTOS EM GERAL	433.186,00	9.474,26	239.614,00	209.775,10	55.860,78	82.675,85	60.900,10	499.689,65	598.122,39	165.906,60	825.110,43	1.976.294,91	5.156.610,07
4120.00.02.00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135,00	526,00	-	661,00
4120.00.03.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	126.080,50	7.791,53	16.765,10	5.431,50	1.015,00	5.505,00	11.455,31	86.847,48	78.646,83	11.052,00	164.551,89	339.244,04	854.386,18
4120.00.04.00	VEÍCULOS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES	-	-	-	58.308,00	1.125.148,80	2.527.020,00	-	28.870,00	42.730,00	-	3.303.546,00	199.560,00	7.285.182,80
4120.00.05.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS	1.514,00	220.540,16	(61.927,45)	363.061,06	13.772,52	25.822,85	48.640,98	4.003,70	76.909,57	191.621,43	18.534,28	270.983,42	1.173.676,52
4200.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.778.881,05	4.657.016,95	4.725.220,82	6.991.555,26	3.703.937,18	(2.663.031,22)	18.407.177,81	1.840.733,29	5.606.758,21	819.186,67	3.668.178,41	192.353,72	51.727.965,95
4230.00.00.00	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REVENDA	1.311.305,13	511.228,95	187.420,15	411.181,01	816.474,08	752.439,27	895.524,11	626.144,53	3.440.123,55	452.416,03	602.044,08	100.493,71	10.106.996,62
4250.00.00.00	AQUIS DE TÍTULOS REPRES DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO	1.117,63	-	-	-	5.741,63	1.370,00	13.661,92	8.075,78	-	4.470,52	509,37	1.370,00	36.318,85
4260.00.00.00	CONST OU AUMENTO CAPITAL EMPR. COM. OU FINANCEIRAS	222.223,00	1.277.777,00	2.231.670,26	3.123.776,59	583.333,34	(1.151.555,93)	17.105.757,13	225.000,00	500.000,00	83.333,34	675.404,53	-	23.806.719,26
4270.00.00.00	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	2.244.235,27	2.868.011,00	2.306.130,41	3.456.597,66	2.298.388,13	(1.263.286,36)	392.232,65	971.512,98	1.666.432,66	278.966,38	2.390.220,43	90.490,01	17.697.931,22
4300.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00	293.933,00	256.176,34	269.975,69	237.945,88	1.905.789,98	43.079,16	660.500,00	209.000,00	735.234,93	713.398,44	421.401,06	6.996.654,48
4320.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.200.000,00	292.420,00	231.176,34	259.975,69	237.945,88	1.751.861,98	43.229,16	639.000,00	179.000,00	(67.803,07)	(81.961,56)	(178.403,94)	4.586.440,48
4323.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.200.000,00	292.420,00	231.176,34	259.975,69	237.945,88	1.751.861,98	43.229,16	639.000,00	179.000,00	(67.803,07)	(81.961,56)	(178.403,94)	4.586.440,48
4323.01.00.00	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	1.200.000,00	292.420,00	231.176,34	259.975,69	237.945,88	1.751.861,98	43.229,16	639.000,00	179.000,00	(67.803,07)	(81.961,56)	(178.403,94)	4.586.440,48
4330.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	1.513,00	25.000,00	10.000,00	50.000,00	153.928,00	(150,00)	21.500,00	30.000,00	803.058,00	795.360,00	599.805,00	2.490.814,00
4331.00.00.00	AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	-	1.513,00	25.000,00	10.000,00	50.000,00	153.928,00	(150,00)	21.500,00	30.000,00	803.058,00	795.360,00	599.805,00	2.490.814,00
4331.01.00.00	AUXÍLIOS PARA INVESTIMENTOS	-	1.513,00	25.000,00	10.000,00	50.000,00	153.928,00	(150,00)	21.500,00	30.000,00	803.058,00	795.360,00	599.805,00	2.490.814,00

INFOTEC/SC.R3

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00408

406

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
FUNDOS
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO		TÍTULO / ENTIDADE	VALOR
2.01		**DISPONÍVEL**	**29.364.710,52**
2.01.01		**CAIXA**	**104,50**
	4891	Fundo Estadual de Saúde	85,00
	5693	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	19,50
2.01.04		**BANCOS E CORRESPONDENTES**	**466.256,23**
	0391	Fundo de Reaparelhamento da Justiça	199.757,05
	4191	Fundo Especial de Estudos Jurídicos e Reaparelhamento	27.267,80
	4491	Fundo de Terras do Estado de SC	1.114,04
	4692	Fundo da Infância e Adolescência	3.136,39
	4695	Fundo Estadual de Assistência Social	3.292,66
	4791	Fundo Rotativo de Materiais	9.545,09
	4891	Fundo Estadual de Saúde	89.316,87
	4991	Fundo de Melhoria da Segurança Pública	53.008,06
	5491	Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	1.361,84
	5691	Fundo Rotativo da Penitanciária de Curitibanos	33.300,00
	5692	Fundo Rotativo da Penitanciária de Fpolis	4.592,50
	5693	Fundo Rotativo da Penitanciária de Chapecó	607,63
	5694	Fundo Penitanciária do Estado de SC	38.869,09
	5891	Fundo Rotativo de Fomento	1.087,21
2.01.05		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**28.898.349,79**
	0391	Fundo de Reaparelhamento da Justiça	19.745.151,18
	4191	Fundo Especial de Estudos e Reaparelhamento	1.663.600,61
	4491	Fundo de Terras do Estado de SC	147.789,50

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00409

407

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
FUNDOS
SALDO CONTÁBIL EM 31/12/96

CÓDIGO		TÍTULO / ENTIDADE	VALOR
	4493	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	247.148,95
	4692	Fundo da Infância e Adolescência	330.629,77
	4695	Fundo Estadual de Assistência Social	218.826,67
	4791	Fundo Rotativo de Materiais	607.614,09
	4891	Fundo Estadual de Saúde	4.223.000,36
	4991	Fundo de Melhoria da Segurança Pública	988.657,61
	5391	Fundo Estadual de Transporte	441.887,07
	5491	Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	137.825,92
	5692	Fundo Rotativo da Penitanciária de Fpolis	116.574,50
	5791	Fundo Melhoria da Polícia Militar	16.275,83
	5891	Fundo Rotativo de Fomento	13.367,73
2.02		**VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA**	**1.505.791,88**
2.02.01		**BANCO CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**	**779.417,56**
	5791	Fundo Melhoria da Polícia Militar	79.417,56
	5891	Fundo Rotativo de Fomento	700.000,00
2.02.04		**APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO**	**726.374,32**
	5791	Fundo Melhoria da Polícia Militar	726.374,32
		TOTAL GERAL	**30.870.502,40**

bancos/admd

Florianópolis, 14 de março de 1997

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00410

409

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1 - SALDO	19.422.904,91	23.548.053,20	23.796.591,44	26.866.246,31	29.285.740,90	29.402.665,82	30.978.268,90	27.889.913,59	34.005.961,51	33.553.719,19	35.209.802,47	32.034.973,87	19.422.904,91
2 - ENTRADAS	42.395.741,55	43.008.092,51	64.166.344,04	57.229.703,18	37.891.634,25	49.158.688,29	71.208.286,38	73.507.835,08	46.301.471,54	47.280.833,83	50.407.982,10	98.213.882,60	680.770.695,35
2.1 - RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA	3.479.277,68	7.636.258,57	5.597.509,27	6.282.803,32	7.807.203,29	6.692.786,06	5.073.685,39	28.686.932,44	10.099.643,66	6.617.329,02	4.787.883,63	10.004.080,86	102.765.393,19
2.1.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	1.038.220,76	1.354.062,47	1.802.032,86	1.237.026,66	1.529.851,11	439.034,45	1.615.505,28	1.460.807,49	1.327.537,52	1.765.839,88	13.569.918,48
2.1.1.2 - TAXAS	0,00	0,00	1.038.220,76	1.354.062,47	1.802.032,86	1.237.026,66	1.529.851,11	439.034,45	1.615.505,28	1.460.807,49	1.327.537,52	1.765.839,88	13.569.918,48
2.1.1.2.01 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	0,00	1.038.220,76	1.354.062,47	1.588.458,09	1.237.026,66	1.529.851,11	369.961,44	1.548.165,81	1.411.052,74	1.299.838,22	1.692.360,75	13.068.998,05
2.1.1.2.02 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	213.574,77	0,00	0,00	69.073,01	67.339,47	49.754,75	27.699,30	73.479,13	500.920,43
2.1.2 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.827,05	0,00	0,00	274.427,46	6.938,19	1.462.192,70
2.1.2.1 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.827,05	0,00	0,00	274.427,46	6.938,19	1.462.192,70
2.1.3 - RECEITA PATRIMONIAL	351.044,81	358.842,29	333.970,01	329.195,43	308.202,03	342.998,70	303.034,80	313.442,91	304.172,78	291.437,88	248.519,30	380.926,67	3.785.787,61
2.1.3.1 - RECEITA IMOBILIÁRIA	183,90	183,90	30,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	620,00	620,00	668,50	2.666,30
2.1.3.01 - ALUGUÉIS	183,90	183,90	30,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	620,00	620,00	668,50	2.666,30
2.1.3.2 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	309.558,88	331.850,18	311.394,95	308.267,04	290.099,98	316.063,03	291.574,74	296.884,83	291.506,64	277.472,31	239.821,31	295.888,93	3.560.382,82
2.1.3.2.01 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	0,00	165.589,08	153.076,73	0,00	135.025,61	139.888,83	(593.580,25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3.2.04 - RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	309.558,88	166.261,10	158.318,22	308.267,04	155.074,37	176.174,20	885.154,99	296.884,83	291.506,64	277.472,31	239.821,31	295.888,93	3.560.382,82
2.1.3.9 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	41.302,03	26.808,21	22.545,06	20.868,39	18.042,05	26.875,67	11.400,06	16.498,08	12.606,14	13.345,57	8.077,99	4.369,24	222.738,49
2.1.4 - RECEITA AGROPECUÁRIA	4.686,98	41.154,56	23.356,64	20.615,37	11.511,82	9.160,90	16.815,35	14.976,89	41.397,66	10.152,78	64.096,15	17.549,96	275.475,86
2.1.4.01 - RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	738,10	22.896,40	16.821,35	4.699,35	1.373,10	366,35	1.735,54	6.415,55	24.806,50	581,70	34.610,74	4.014,21	119.958,89
2.1.4.02 - RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	3.947,68	18.228,87	6.509,29	15.916,02	10.138,72	8.758,55	14.842,51	8.561,34	16.240,46	9.571,08	28.539,01	13.535,75	154.789,28
2.1.4.09 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1,20	29,29	26,00	0,00	0,00	36,00	237,30	0,00	350,70	0,00	946,40	0,00	1.626,89
2.1.5 - RECEITA INDUSTRIAL	31.134,81	28.237,89	61.961,03	71.506,65	37.537,03	31.365,26	43.001,61	43.007,15	36.155,68	14.935,39	54.597,72	34.013,44	487.453,66
2.1.5.1 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	31.134,81	28.237,89	61.961,03	71.506,65	37.537,03	31.365,26	43.001,61	43.007,15	36.155,68	14.935,39	54.597,72	34.013,44	487.453,66
2.1.6 - RECEITA DE SERVIÇOS	2.134.957,62	6.744.159,00	2.155.513,28	2.374.234,49	3.090.774,20	3.022.400,44	408.780,91	4.830.090,57	5.712.374,54	2.316.074,57	992.232,05	4.882.543,68	38.664.135,35
2.1.6.05 - SERVIÇOS DE SAÚDE	2.011.118,09	6.727.489,67	2.100.517,60	2.209.047,93	3.010.585,10	2.958.717,61	310.768,48	4.540.717,50	5.808.498,25	2.221.305,98	890.137,82	4.412.925,51	37.201.829,54
2.1.6.13 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	112.091,01	9.963,44	48.039,27	160.640,24	73.295,16	56.526,73	87.413,89	277.741,80	(107.027,51)	84.148,39	76.810,08	459.928,74	1.339.571,24
2.1.6.25 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS E UTILIDADE PÚBLICA	11.748,52	6.705,89	6.956,41	4.546,32	6.893,94	7.156,10	10.598,54	11.631,27	10.903,80	10.620,20	25.284,15	9.689,43	122.734,57
2.1.9 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	957.453,46	463.864,83	1.984.487,55	2.133.188,91	2.557.145,35	2.049.834,10	2.772.201,61	21.865.553,42	2.390.037,72	2.523.920,91	1.826.473,43	2.996.269,04	44.520.430,33
2.1.9.01 - MULTAS E JUROS DE MORA	4.444,21	2.904,20	2.092,37	3.721,99	3.290,46	3.789,80	2.664,71	4.223,98	1.263,47	1.023,76	1.039,50	1.361,84	31.820,29
2.1.9.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.733,34	83.057,57	2.527,92	104.204,23	3.186,80	(173.679,91)	3.297,49	2.156,33	2.441,82	2.285,15	3.680,16	3.273,94	89.164,84
2.1.9.09 - RECEITAS DIVERSAS	900.275,91	377.903,06	1.979.867,26	2.025.262,69	2.550.668,09	2.219.724,21	2.766.239,41	21.859.173,11	2.386.332,43	2.520.612,00	1.821.753,77	2.991.633,26	44.399.445,20
2.2 - RECEITAS TRANSFERIDAS	11.697.278,61	6.402.336,96	12.503.344,67	6.026.948,01	3.554.324,88	5.566.990,47	5.168.609,99	7.061.387,49	7.517.537,76	10.016.086,96	9.568.750,45	3.353.665,96	89.437.249,51
2.2.1 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.102.725,79	2.967.697,62	5.627.179,47	4.550.514,34	1.948.586,62	3.935.109,56	3.774.215,52	5.573.617,01	4.095.976,95	8.144.630,80	5.198.253,18	3.236.639,42	50.155.146,28
2.2.1.1 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.007.471,54	2.688.862,62	5.316.490,73	4.527.114,34	1.925.366,62	3.911.859,56	3.750.395,52	5.549.707,01	4.071.371,37	8.119.715,80	5.172.608,77	3.158.955,96	49.199.919,84
2.2.1.1.01 - RECURSOS ORDINÁRIOS	972.971,16	2.668.972,62	3.356.272,80	2.534.951,48	1.716.760,57	1.977.116,85	1.779.877,30	1.097.410,72	2.147.202,33	6.122.882,43	4.614.611,82	400.118,31	29.389.148,39
2.2.1.1.02 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	739.257,15	0,00	0,00	0,00	543.745,70	1.283.002,85
2.2.1.1.06 - TRANSF. DE REC. DE OPER. CRÉDITO EXTERNA	0,00	0,00	390.565,18	0,00	148.733,05	0,00	0,00	119.724,42	239.896,84	251.108,42	208.006,95	(6,98)	1.357.937,88
2.2.1.1.08 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	1.563.749,75	1.913.739,86	0,00	1.934.742,71	1.969.174,41	3.593.314,72	1.413.353,00	1.743.150,90	349.990,00	2.215.098,93	16.696.314,28
2.2.1.1.99 - OUTROS TIPOS	34.500,38	19.890,00	5.903,00	78.423,00	59.873,00	0,00	1.343,81	0,00	271.009,20	2.574,05	0,00	0,00	473.516,44
2.2.1.6 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	95.254,25	278.835,00	310.688,74	23.400,00	23.220,00	23.250,00	23.820,00	23.910,00	24.605,58	24.915,00	25.644,41	77.683,46	955.226,44
2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.594.552,82	3.434.638,44	7.876.165,20	1.476.433,67	1.605.738,26	1.631.870,91	1.394.393,57	1.487.770,48	3.421.560,81	1.871.456,16	4.370.497,27	117.025,64	39.282.103,23
2.2.2.1 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10.594.552,82	3.434.638,44	7.876.165,20	1.476.433,67	1.605.738,26	1.631.870,91	1.394.393,57	1.487.770,48	3.421.560,81	1.871.456,16	4.370.497,27	117.025,64	39.282.103,23

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00411
FOLHA Nº

410

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
2.2.2 1.01 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ORDINÁRIOS	6.124.552,82	3.434.638,44	7.876.165,20	1.296.672,48	1.288.963,98	1.625.749,61	1.340.640,50	1.487.770,48	3.421.560,81	1.871.456,16	4.670.497,27	117.025,64	34.555.693,39
2.2.2 1.06 - TRANSF. DE REC. DE OPER. CRÉDITO EXTERNA	0,00	0,00	0,00	179.761,19	16.774,28	6.121,30	53.753,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256.409,84
2.2.2 1.07 - TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS E CONVÊNIOS	4.470.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(300.000,00)	0,00	4.470.000,00
2.4 - ALIENAÇÃO DE BENS	4.084,56	283,35	40.312,64	28.253,21	15.505,11	6.738,58	3.091,77	13.789,84	89.166,23	4.621,00	36.090,11	95.716,07	337.652,47
2.4.01 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4.084,56	283,35	40.312,64	28.253,21	15.505,11	6.738,58	3.091,77	13.789,84	89.166,23	4.621,00	36.090,11	95.716,07	337.652,47
2.5 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉTIMOS	90.573,62	107.719,39	104.850,27	111.905,21	127.041,64	177.347,70	17.212.695,34	846.275,48	190.479,35	181.801,68	231.087,11	190.565,75	19.572.342,54
2.3.06 - EMPRÉSTIMOS P/FINANCIAMENTOS INTERNOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.050.201,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.050.201,57
2.3.08 - EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS	90.573,62	107.719,39	104.850,27	111.905,21	127.041,64	177.347,70	162.493,77	846.275,48	190.479,35	181.801,68	231.087,11	190.565,75	2.522.140,97
2.6 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	234.048,44	624.200,54	988.763,85	681.697,78	250.366,66	233.969,83	348.094,96	709.782,76	305.121,08	215.434,01	859.609,25	404.129,34	5.855.218,50
2.6.09 - REVENDA DE MATERIAIS DO F.R.M.	234.048,44	624.200,54	988.763,85	681.697,78	250.366,66	233.969,83	348.094,96	709.782,76	305.121,08	215.434,01	859.609,25	404.129,34	5.855.218,50
2.7 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	26.890.478,64	28.237.294,60	43.931.563,34	44.098.095,65	26.137.192,47	36.480.865,65	43.402.109,83	36.189.667,07	28.099.523,46	30.245.561,16	34.924.561,55	84.165.725,52	462.902.639,14
2.7.1 - REALIZÁVEL	125.504,82	46.726,96	17.003,48	501.306,37	128.800,28	9.214,89	8,23	516.574,74	133.532,30	22.461,00	0,00	210.050,00	1.711.383,07
2.7.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	144,82	6,96	3,48	750,00	0,70	0,00	8,23	16.574,74	0,00	0,00	0,00	10.000,00	27.488,93
2.7.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	125.360,00	46.720,00	17.000,00	500.756,37	128.799,58	9.214,89	0,00	500.000,00	133.532,30	22.461,00	0,00	200.050,00	1.683.894,14
2.7.2 - PASSIVO FINANCEIRO	26.764.973,82	28.190.567,64	43.914.559,86	43.596.589,28	26.008.392,39	36.471.650,76	43.402.101,60	35.673.092,33	27.965.991,16	30.223.100,16	34.902.403,72	83.955.675,52	461.069.098,24
2.7.2.01 - RESTOS A PAGAR	8.473.897,10	2.307.409,27	2.009.201,68	1.433.267,71	543.696,95	1.101.629,99	51.574,34	40.279,80	378.985,78	14.186,42	438.473,54	59.159.668,73	75.952.271,31
2.7.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.048.947,18	3.808.074,13	5.851.003,80	4.935.573,11	4.171.019,65	3.649.159,29	4.497.364,74	7.756.042,69	4.256.069,51	3.439.989,97	4.585.545,12	6.986.402,05	57.985.191,24
2.7.2.05 - CONSIGNAÇÕES	29.055,71	41.880,65	42.051,26	50.810,80	46.867,23	37.777,39	30.610,01	43.029,14	88.303,50	51.955,47	56.804,85	68.852,21	587.998,22
2.7.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	10.288.134,14	10.613.764,05	11.893.655,15	19.957.145,39	10.683.302,38	10.523.521,95	25.221.925,97	16.466.361,83	13.137.384,65	19.147.018,42	21.901.216,10	14.006.094,10	183.839.524,13
2.7.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	2.724.939,69	9.996.124,01	6.392.039,34	12.846.697,08	7.111.705,87	13.858.989,20	12.199.472,13	9.204.373,02	9.314.708,31	7.231.217,90	6.880.273,03	2.359.090,78	100.119.630,36
2.7.2.09 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMA	1.200.000,00	1.423.315,53	17.726.608,63	4.373.095,19	3.451.800,31	7.300.572,94	1.401.154,41	2.163.005,85	790.539,41	338.731,98	1.040.091,08	1.375.567,65	42.584.482,98
2.7.3 - RESULTADO PENDENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.157,83	0,00	22.157,83
2.7.3.01 - DESPESAS IMPUGNADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.157,83	0,00	22.157,83
3 - SAÍDAS	38.270.593,26	42.759.554,27	61.096.689,17	54.810.208,59	37.774.709,33	47.583.085,21	74.296.639,69	66.591.789,16	47.553.713,86	45.624.750,55	53.582.810,70	99.378.354,07	669.322.897,86
3.1 - DESPESAS CORRENTES	3.530.411,29	13.187.918,93	24.303.359,49	13.874.526,95	8.460.383,64	13.162.883,78	12.877.919,43	7.872.078,35	6.244.770,28	6.381.710,23	5.353.571,83	1.972.713,39	117.222.247,59
3.1.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.958.132,94	10.768.170,13	7.564.108,13	10.137.756,79	5.194.464,27	12.294.587,47	12.616.410,93	7.150.706,31	4.583.850,37	5.894.764,86	3.229.077,21	1.512.561,14	82.904.596,55
3.1.1.01 - PESSOAL	142.676,37	92.375,00	136.443,50	320.656,03	171.008,88	135.751,90	165.752,78	213.288,72	211.861,87	235.066,27	470.635,68	228.836,57	2.524.353,57
3.1.1.02 - MATERIAL DE CONSUMO	1.649.339,20	8.757.970,05	3.152.024,31	7.358.837,46	2.635.851,65	4.792.094,14	10.433.944,35	3.818.457,57	3.368.290,47	4.240.979,12	1.563.049,66	831.213,73	52.602.051,71
3.1.1.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	76.604,78	1.905.507,35	4.203.686,21	2.445.071,42	2.387.265,09	7.361.454,03	2.013.529,33	3.060.018,31	1.003.602,03	1.418.364,68	1.186.329,07	452.510,84	27.513.943,14
3.1.1.09 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	89.512,59	12.317,73	71.954,11	13.191,88	338,65	5.287,40	3.184,47	58.941,71	96,00	354,79	9.062,80	0,00	264.242,13
3.1.2 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.572.278,35	2.419.748,80	16.739.251,36	3.736.770,16	3.265.919,37	868.296,31	261.508,50	721.372,04	1.660.919,91	486.945,37	2.124.494,62	460.152,25	34.317.857,04
3.1.2.1 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.555.555,00	1.944.445,00	0,00	583.334,45	1.361.111,12	777.777,78	194.444,46	548.333,34	1.166.666,67	194.444,44	1.575.943,90	0,00	9.902.056,16
3.1.2.1.02 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.555.555,00	1.944.445,00	0,00	583.334,45	1.361.111,12	777.777,78	194.444,46	548.333,34	1.166.666,67	194.444,44	1.575.943,90	0,00	9.902.056,16
3.1.2.2 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	93.947,00	10.217.535,04	1.811.980,68	1.262.994,48	44.442,83	(5.581,32)	0,00	0,00	0,00	(42.966,15)	16.230,83	13.398.583,39
3.1.2.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	93.947,00	10.217.535,04	1.811.980,68	1.262.994,48	44.442,83	(5.581,32)	0,00	0,00	0,00	(42.966,15)	16.230,83	13.398.583,39
3.1.2.3 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.723,35	381.356,80	6.520.123,41	1.339.890,14	639.942,72	44.896,95	68.797,32	168.668,56	491.536,76	291.204,98	585.967,62	440.178,46	10.989.287,07
3.1.2.3.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	183.796,00	6.303.895,28	1.171.119,40	485.385,37	17.904,00	20.000,00	7.963,60	210.800,00	163.071,20	254.027,45	227.185,44	9.045.147,74
3.1.2.3.02 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	16.723,35	197.560,80	216.228,13	168.770,74	154.557,35	26.992,95	48.797,32	160.704,96	280.736,76	128.133,78	331.940,17	212.993,02	1.944.139,33
3.1.2.5 - TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS	0,00	0,00	1.592,91	1.564,89	1.871,05	1.178,75	3.848,04	4.370,14	2.716,48	1.295,95	5.549,25	3.742,96	27.730,42
3.2 - DESPESA DE CAPITAL	5.539.661,55	6.075.282,71	5.589.398,30	10.676.385,73	6.872.824,77	2.539.619,59	18.902.936,17	4.609.678,62	7.296.259,53	2.483.267,56	9.242.289,64	3.537.433,96	85.565.038,13
3.2.1 - INVESTIMENTOS	560.780,50	1.124.332,76	608.001,14	3.414.854,78	2.080.941,71	3.296.862,83	452.679,20	2.108.445,33	1.480.501,32	928.826,16	4.880.712,79	2.923.679,18	23.860.617,70

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00412
FOLHA Nº.....

FLUXO DE CAIXA MENSAL - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3.2.2 - INVERSÕES FINANCEIRAS	3.778.881,05	4.657.016,95	4.725.220,82	6.991.555,26	5.703.937,18	(2.663.033,22)	18.407.177,81	1.840.733,29	5.606.758,21	819.186,47	3.668.178,41	192.353,72	51.727.965,95
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00	293.933,00	256.176,34	269.975,69	287.945,88	1.905.789,98	43.079,16	660.500,00	209.000,00	735.254,93	713.398,44	421.401,06	6.996.454,48
3.2.3.2 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.200.000,00	292.420,00	231.176,34	259.975,69	237.945,88	1.751.861,98	43.229,16	639.000,00	179.000,00	(67.803,07)	(81.961,56)	(178.403,94)	4.506.440,48
3.2.3.2.03 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.200.000,00	292.420,00	231.176,34	259.975,69	237.945,88	1.751.861,98	43.229,16	639.000,00	179.000,00	(67.803,07)	(81.961,56)	(178.403,94)	4.506.440,48
3.2.3.3 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	1.513,00	25.000,00	10.000,00	50.000,00	153.928,00	(150,00)	21.500,00	30.000,00	803.058,00	795.360,00	599.805,00	2.490.014,00
3.2.3.3.01 - AUXÍLIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.513,00	25.000,00	10.000,00	50.000,00	153.928,00	(150,00)	21.500,00	30.000,00	803.058,00	795.360,00	599.805,00	2.490.014,00
3.3 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	29.200.520,42	23.496.352,63	31.203.931,38	30.259.295,91	23.241.500,92	31.890.581,84	42.515.784,09	54.110.632,19	34.012.684,95	36.759.772,76	38.966.949,23	93.868.206,72	469.515.612,14
3.3.1 - REALIZÁVEL	6,96	3,48	0,00	650.307,07	1.485.447,45	959.270,73	5.888.224,94	1.080.729,61	635.431,22	4.496.328,01	486.970,55	1.633.032,58	17.315.752,60
3.3.1.01 - DIVERSOS RESPONSÁVEIS	6,96	3,48	0,00	750,70	211,04	8,23	27.974,74	0,00	0,84	0,00	32.177,38	4.753,28	65.886,65
3.3.1.04 - VALORES REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	649.556,37	1.479.028,58	959.262,50	5.860.250,20	1.080.729,61	635.430,38	4.496.328,01	454.793,17	1.611.612,64	17.226.991,46
3.3.1.05 - TÍTULOS E CAUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	6.207,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.666,66	22.874,49
3.3.2 - PASSIVO FINANCEIRO	29.200.513,46	23.496.349,15	31.203.931,38	29.608.988,84	21.756.053,47	30.921.311,11	36.627.559,15	53.029.302,58	33.377.252,83	32.263.444,75	38.479.978,68	92.235.174,14	452.199.859,54
3.3.2.01 - RESTOS A PAGAR	19.288.015,26	7.342.570,17	7.334.716,82	3.663.122,10	2.423.898,46	2.493.665,27	482.260,46	19.489.863,22	843.412,96	144.536,54	1.354.041,12	221.003,81	65.001.106,19
3.3.2.03 - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.232.125,20	8.388.464,27	4.803.327,59	4.274.188,52	4.815.410,29	4.128.971,44	1.793.457,00	7.156.301,67	7.347.460,99	3.256.460,45	2.363.752,23	8.430.948,01	59.990.867,66
3.3.2.05 - CONSIGNAÇÕES	29.055,71	41.880,65	42.051,26	50.810,80	46.867,23	37.777,39	30.588,01	42.968,24	88.101,90	52.217,97	56.647,30	65.281,76	584.248,22
3.3.2.07 - DESPESA EMPENHADA A PAGAR	5.236.710,46	5.111.114,90	13.673.852,71	12.907.380,22	8.385.107,69	13.714.069,50	27.550.375,99	11.664.611,16	16.570.003,59	11.479.041,31	20.699.096,95	36.848.159,65	183.839.524,13
3.3.2.08 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	214.606,83	2.272.452,21	3.315.127,07	5.176.556,77	4.984.369,95	6.915.979,17	4.955.743,71	7.773.734,04	6.304.089,72	11.622.710,15	7.360.803,64	39.223.457,00	100.119.630,36
3.3.2.09 - DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMA	1.200.000,00	339.866,85	2.034.855,93	3.536.930,43	1.100.399,85	3.630.848,34	1.815.133,98	6.901.824,25	2.224.183,67	5.708.478,33	6.645.637,44	7.446.323,91	42.584.482,98
4 - SALDO PARA MÊS SEGUINTE	23.548.053,20	23.796.591,44	26.866.246,31	29.285.740,90	29.402.665,82	30.978.168,90	27.889.915,59	34.805.961,51	33.553.719,19	35.209.802,47	32.034.973,87	30.870.502,40	30.870.502,40
4.1 - DISPONÍVEL	23.325.418,42	23.543.996,84	25.553.945,06	27.663.822,31	27.528.784,46	28.771.685,16	27.488.935,52	33.421.597,44	31.478.134,65	34.239.875,97	31.280.301,22	29.364.710,52	29.364.710,52
4.1.01 - CAIXA	3.826,70	4.853,78	5.027,46	6.207,83	0,00	392,41	0,00	0,00	560,00	50,00	0,00	104,50	104,50
4.1.04 - BANCOS E CORRESPONDENTES	440.620,20	140.514,03	1.689.341,13	415.350,27	182.260,68	349.963,46	556.439,52	4.357.193,05	715.501,73	1.217.041,61	850.626,44	466.256,23	466.256,23
4.1.05 - APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	22.880.971,52	23.398.539,03	23.859.576,47	27.242.264,21	27.346.523,78	28.421.329,29	26.932.496,00	29.064.404,39	30.762.072,92	33.022.784,36	30.429.674,78	28.898.349,79	28.898.349,79
4.2 - VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	222.634,78	252.684,60	1.312.301,25	1.621.918,59	1.873.881,36	2.206.583,74	400.980,07	1.384.364,07	2.075.584,54	969.926,50	754.672,65	1.505.791,88	1.505.791,88
4.2.01 - BANCOS C/DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	13.483,12	0,00	(1.000,00)	0,00	21,25	81,67	779.417,56	779.417,56
4.2.04 - APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	222.634,78	252.684,60	1.312.301,25	1.621.918,59	1.873.879,36	2.193.100,62	400.980,07	1.385.364,07	2.075.584,54	969.905,25	754.590,98	726.374,32	726.374,32

R:\RPOTOS\N.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00413

412

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
1 - MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE SALDO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	TÍTULOS	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
DISPONÍVEL	19.420.724,53	9.943.985,99	29.364.710,52	PASSIVO FINANCEIRO	59.336.553,42	8.869.238,70	68.205.792,12
CAIXA	3.826,70	(3.722,20)	104,50	RESTOS A PAGAR	53.081.916,47	10.871.165,12	63.953.081,59
BANCOS E CORRESPONDENTES	1.877.498,54	(1.411.242,31)	466.256,23	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.254.636,95	(2.005.676,42)	4.248.960,53
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	17.539.399,29	11.358.950,50	28.898.349,79	CONSIGNAÇÕES	0,00	3.750,00	3.750,00
VINCULADOS EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA	2.180,38	1.503.611,50	1.505.791,88				
BANCOS CONTA DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	779.417,56	779.417,56				
APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	2.180,38	724.193,94	726.374,32				
REALIZÁVEL	1.128.725,25	15.604.369,53	16.733.094,78				
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	789.630,25	38.397,72	828.027,97				
VALORES REALIZÁVEIS	339.075,75	15.543.097,32	15.882.173,07				
TÍTULOS E CAUÇÕES	0,00	22.874,49	22.874,49				
VALORES A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA	19,25	0,00	19,25				
RESULTADO PENDENTE	0,00	(22.157,83)	(22.157,83)				
TOTAL	20.551.630,16	27.029.809,19	47.581.439,35	TOTAL	59.336.553,42	8.869.238,70	68.205.792,12

RNP/PCFDO96.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00414

413

SÍNTESE INTERPRETATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO DOS FUNDOS
2 - APURAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1996

EM R$

ATIVO			PASSIVO		
ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996	ATÉ 1995	EM 1996	ATÉ 1996
20.551.630,16	27.029.809,19	47.581.439,35	59.336.553,42	8.869.238,70	68.205.792,12

RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1995	RESULTADO FINANCEIRO ATÉ O EXERCÍCIO DE 1996
DÉFICIT FINANCEIRO	DÉFICIT FINANCEIRO
(38.784.923,26)	(20.624.352,77)

MOVIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		RESULTADO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996		MOVIMENTO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
2.06.01 RECEITA ORÇAMENTÁRIA	217.967.856,21	3.04.03 RESULT. PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 1996	SUPERÁVIT 18.160.570,49	2.06.02 DESPESA ORÇAMENTÁRIA	199.807.285,72

RNP/PCAFD096.XLS

Florianópolis, 24 de março de 1997

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC Nº 15.874

MARISTELA REINERT
GERENTE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC-SC Nº 18.097

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00415

413

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA - GECOC

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
CONSOLIDADO DOS FUNDOS
ANEXO Nº 17 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 1997

414

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	53.081.916,47	75.952.271,31	65.081.106,19	63.953.081,59
Exercício de 1990	1,58	0,00	1,58	0,00
Processados	1,58	0,00	1,58	0,00
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício de 1991	305,00	0,00	305,00	0,00
Processados	44,67	0,00	44,67	0,00
Não Processados	260,33	0,00	260,33	0,00
Exercício de 1992	3.666,80	0,00	3.666,80	0,00
Processados	217,59	0,00	217,59	0,00
Não Processados	3.449,21	0,00	3.449,21	0,00
Exercício de 1993	260.041,44	0,00	248.115,77	11.925,67
Processados	9.661,48	0,00	9.661,48	0,00
Não Processados	250.379,96	0,00	238.454,29	11.925,67
Exercício de 1994	12.785.568,15	168.897,66	12.085.993,77	868.472,04
Processados	172.839,32	152.304,92	192.763,74	132.380,50
Não Processados	12.612.728,83	16.592,74	11.893.230,03	736.091,54
Exercício de 1995	40.032.333,50	16.624.285,30	52.743.023,27	3.913.595,53
Processados	9.549.381,82	16.465.248,07	25.657.618,87	357.011,02
Não Processados	30.482.951,68	159.037,23	27.085.404,40	3.556.584,51
Exercício de 1996	0,00	59.159.088,35	0,00	59.159.088,35
Processados	0,00	22.773.971,75	0,00	22.773.971,75
Não Processados	0,00	36.385.116,60	0,00	36.385.116,60
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.254.636,95	57.985.191,24	59.990.867,66	4.248.960,53
DEPÓSITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES	0,00	587.998,22	584.248,22	3.750,00
DESPESA EMPENHADA A PAGAR	0,00	183.839.524,13	183.839.524,13	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	0,00	100.119.630,36	100.119.630,36	0,00
DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR POR ESTIMATIVA	0,00	42.584.482,98	42.584.482,98	0,00
TOTAL GERAL	59.336.553,42	461.069.098,24	452.199.859,54	68.205.792,12

DIVIDA FUNDO

Florianópolis, 18 de fevereiro de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0416

Maristela Reinert
Gerente de Contabilidade Centralizada
Contador CRC-SC 18.097

416

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DIVISÃO DE EXAME
FOLHA Nº 00417

CONCLUSÃO

A Secretaria de Estado da Fazenda vem desenvolvendo diversas atividades em busca de uma melhor qualidade nos serviços prestados à população.

No período de 12/12/95 a 21/12/95 foi realizado o planejamento estratégico através de um workshop integrado pelo secretário, diretores, gerentes e servidores desta Secretaria.

Neste evento chegou-se a conclusão que a **missão** da Secretaria de Estado da Fazenda é a seguinte:

"Arrecadar tributos e administrar as finanças públicas visando a aplicação dos recursos financeiros nas atividades do Estado voltadas ao desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população."

Para a consecução dos objetivos foram traçadas as seguintes diretrizes básicas de atuação:

- adotar novos métodos de trabalho que simplifiquem as relações fisco contribuinte;
- estabelecer diretrizes orçamentárias, financeiras, contábeis e efetuar o controle interno, visando compatibilizar as despesas com a receita disponível;
- gerenciar a dívida pública, renegociando juros e encargos mais baixos, e perfil de pagamento mais adequado;
- qualificar os servidores em todos os níveis de graduação e serviços;
- desenvolver as atividades da Secretaria com eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, técnica e operacional;
- promover ação institucional para habituar o consumidor a exigir a nota fiscal na aquisição de mercadorias e serviços.

Inúmeros foram os resultados alcançados, quer na área da arrecadação de tributos, no contencioso administrativo, bem como no campo do controle interno.

No campo específico do controle interno, grandes avanços ocorreram no decorrer do exercício de 1996, tendo como fator positivo a integração do acompanhamento orçamentário e de todas as escritas contábeis, inclusive do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça do Estado, através de um único sistema desenvolvido pelo Centro de Informática e Automação do Estado - CIASC.

A efetiva disponibilização de dados ao Tribunal de Contas por meio magnético já foi concretizada, porém não na sua totalidade conforme dispõe a Resolução TC-16/94 e alterações posteriores; não por falta de empenho e trabalho, mas por motivos alheios a nossa vontade, e que no exercício de 1997 fatalmente serão superados.

A presença física da auditoria nos órgãos para a realização de exames detalhados e consistentes já é uma realidade.

No exercício de 1996 inúmeras auditorias foram realizadas, apesar de ser apenas 9 (nove) os auditores contratados, para uma carreira de apenas 10 (dez) vagas.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00415

Apesar de pequeno o número de Auditores Internos o trabalho realizado consolidou esta atividade como uma das mais importantes para o Estado, em especial para a boa gestão dos recursos públicos.

Por fim, reconhecemos o longo caminho que temos pela frente no intuito de organizar e tornar efetivo o controle interno do Estado. A começar pelo planejamento adequado das ações do Governo a serem consubstanciada na Lei Orçamentária, passando pela execução orçametária e financeira, pelo registro e os controles prévio, concomitante e subsequente.

Florianópolis, 12 de março de 1997.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor de Contabilidade Geral
Contador CRC-SC 15.874

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00419

418

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PAULO SÉRGIO GALLOTTI PRISCO PARAÍSO - Secretário

RENATO LUIZ HINNING -Secretário-Adjunto

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

Wanderlei Pereira das Neves - Diretor

EQUIPE TÉCNICA

Eliana Amorim Rosa

Jaison Martinho de Jesus

Mariza Silva de Freitas

Reinaldo Neri Pereira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

Wilmar Klauberg - Gerente

EQUIPE TÉCNICA

Dino Hercílio de Aguiar Filho

Marcia Bradacz Lopes

Marcus Antonio Lehmkuhl

Maria José Xavier da Silva

Miria Menezes

Nilton Pires Filho

Rogério Felipe Pereira

Zilda Maria Guimarães

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

Maristela Reinert - Gerente

EQUIPE TÉCNICA

Acioli Vieira Filho

Carlos Souza

Hipólito de Medeiros Filho

Iran Alfredo Gonçalves dos Santos

José Marcos da Silva

Myrthis Pauli Ghizoni

Nilson Nelson Pereira

Oli Rogério Neves

Ozamir João Pereira

Silvio Severiano Santana Filho

GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA

Sebastião Cesar Klettenberg - Gerente

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos de Souza

Arlei de Farias

Carlos Cesar Mattos

Fernando Schmidt

Jaime José Silva

José Carlos Abreu

Luiz Augusto Vargas de Azevedo

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00420

419

OUTROS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

DIRETORIA DE AUDITORIA GERAL

Francisco de Assis Tancredo - Diretor

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Osmar Klauberg - Diretor

DIRETORIA DE ORÇAMENTAÇÃO

Luiz Antonio Silva - Diretor

CIASC - Centro de Informática e Automação de Santa Catarina S.A.

Reinaldo Almeida Fernandes - Gerente Unid. Gov.,Faz.,Q. e Mercosul

Ronaldo Dias de Andrade - Analista

Sônia Sandrini Pizzolatti - Analista

Inês Terezinha da Silva Fernandes - Suporte técnico

Rosi Mari Ramos de Oliveira - Suporte técnico

e demais técnicos.

LAYOUT/EDITORAÇÃO

Eliana Amorim Rosa

José Carlos Abreu

Marcia Bradacz Lopes

Reinaldo Neri Pereira

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00421

419

420

ORGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL / RESPONSÁVEL PELA ESCRITA CONTÁBIL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 -	Assembléia Legislativa do Estado	Carlos Antonio Santos	Contador	CRC-SC 20.144
2 -	Tribunal de Contas do Estado	Vilmar Antonio Lazzari	Contador	CRC-SC 13.211
3 -	Tribunal de Justiça do Estado	Jonas Borges Maria	Contador	CRC-SC 12.635
4 -	Gabinete do Governador	Walcir Borges Junior	Téc.Contabilidade	CRC-SC 19.547
5 -	Gabinete do Vice-Governador	Ciro Ramon Briguente	Contador	CRC-SC 20.525
6 -	Sec. de Estado da Administração	João Batista Martins	Téc. Contabilidade	CRC-SC 45.907
7 -	Sec. de Est. do Desenv. Rural e da Agricultura	João Carlos Costa	Contador	CRC-SC 05.800
8 -	Sec. de Est. do Desenv. Social e da Família	Gilberto de Assis Ramos	Téc. Contabilidade	CRC-SC 12.321
9 -	Sec. de Est. do Desenv. Urbano e Meio Ambiente	Osmar Rosa Filho	Contador	CRC-SC 13.981
10 -	Sec. de Est. da Educação e do Desporto	Maurício Lobo	Téc. Contabilidade	CRC-SC 16.053
11 -	Sec. de Est. da Fazenda	Sandra Aparecida de Souza	Contador	CRC-SC 16.602
12 -	Sec. de Est. da Justiça e Cidadania	José Geraldo Schlischting	Téc. Contabilidade	CRC-SC 15.488
13 -	Sec. de Est. da Saúde	Irã Jamur Pedro Zanin	Téc. Contabilidade	CRC-SC 10.954
14 -	Sec. de Est. da Segurança Pública	Osnildo Stahelin	Téc. Contabilidade	CRC-SC 12.772
15 -	Sec. de Est. dos Transportes e Obras	Lauro Armando D. de Oliveira	Téc. Contabilidade	CRC-SC 19.502
16 -	Procuradoria Geral do Estado	Idalício Cipriano da Silva	Contador	CRC-SC 07.928
17 -	Polícia Militar de Santa Catarina	Elton Carioni Carsten	Contador	CRC-SC 18.947
18 -	Ministério Público	Nelcy Volpato	Téc. Contabilidade	CRC-SC 18.676
19 -	Procuradoria Geral da Fazenda J/TC	Sérgio Luiz Thiesen	Téc. Contabilidade	CRC-SC 14.354
20 -	Sec. de Estado do Governo	Nádia M. S. Quadros	Contador	CRC-SC 17.225
21 -	Sec. de Est. do Desenv. e Integr. ao Mercosul	Gelson Correia da Silva	Téc. Contabilidade	CRC-SC 10.015

AUTARQUIAS

1 -	Administração do Porto de São Francisco do Sul	Erasmo de Oliveira Couto	Contador	CRC-SC 07.748
2 -	Departamento de Estradas de Rodagem - DER	Rosana Livramento	Téc. Contabilidade	CRC-SC 08.286
3 -	Departamento de Transp. e Terminais - DETER	Nelito Francisco May	Téc. Contabilidade	CRC-SC 15.151
4 -	Imprensa Oficial do Estado	Ardete Omira do Nascimento	Téc. Contabilidade	CRC-SC 19.358
5 -	Instituto de Previdência do Estado	Olavo Oliveira	Contador	CRC-SC 03.624
6 -	Junta Comercial do Estado	Sandra Pereira Hoffmann	Contadora	CRC-SC 13.497
7 -	Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas	Juci José de Oliveira	Téc. Contabilidade	CRC-SC 18.876

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00422

420

TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA EXPEDIENTE
Fls. Nº 42117

FUNDAÇÕES

1 -	Fundação Catarinense de Cultura	Darcílio Souza Filho	Téc. Contabilidade	CRC-SC 15.324
2 -	Fundação Catarinense de Educação Especial	Osmarino Ferreira da Silva	Téc. Contabilidade	CRC-SC 09.286
3 -	Fundação de Amparo ao Meio Ambiente	Claudio Carvalho	Contador	CRC-SC 14.464
4 -	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Nilo Sérgio Dutra	Contador	CRC-SC 14.634
5 -	Fundação Catarinense de Desporto	José Carlos Teixeira	Téc. Contabilidade	CRC-SC 13.779

FUNDOS

1 -	Fundo Estadual de Habitação Popular	Gilberto de Assis Ramos	Téc. Contabilidade	CRC-SC 12.321
2 -	Fundo de Apoio ao Desenv. Empresarial de SC	Sandra Aparecida de Souza	Contador	CRC-SC16.602
3 -	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	João Carlos Costa	Contador	CRC-SC 05.800
4 -	Fundo de Estímulo a Pesquisa Agropecuária	João Carlos Costa	Contador	CRC-SC 05.800
5 -	Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	João Carlos Costa	Contador	CRC-SC 05.800
6 -	Fundo da Infância e da Adolescência	Gilberto de Assis Ramos	Téc. Contabilidade	CRC-SC 12.321
7 -	Fundo de Fin. de Água e Esgoto	Gilberto de Assis Ramos	Téc. Contabilidade	CRC-SC 12.321
8 -	Fundo Estadual de Proteção ao Meio Ambiente	Osmar Rosa Filho	Contador	CRC-SC 13.981
9 -	Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	José Geraldo Schlischting	Téc. Contabilidade	CRC-SC 15.488
10 -	Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	Angelo Kloppel	Contador	CRC-SC 17.134
11 -	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	José Geraldo Schlischting	Téc. Contabilidade	CRC-SC 15.488
12 -	Fundo Estadual de Saúde	Irã Jamur Pedro Zanin	Téc. Contabilidade	CRC-SC 10.954
13 -	Fundo de Melhoria da Segurança Pública	Osnildo Stahelin	Téc. Contabilidade	CRC-SC 12.772
14 -	Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	Jonas Borges Maria	Contador	CRC-SC 12.635
15 -	Fundo Estadual de Defesa Civil	Walcir Borges Junior	Téc. Contabilidade	CRC-SC 19.547
16 -	Fundo Rotativo de Materiais	Robélia de Fátima da Silva	Contadora	CRC-SC 11.070
17 -	Fundo de Fomento a Pesquisa Cient. Tecnológica	José Altamiro da Silva	Contador	CRC-SC 06.881
18 -	Fundo Estadual de Transportes	Lauro Amando D. de Oliveira	Téc. Contabilidade	CRC-SC 19.502
19 -	Fundo de Melhoria da Polícia Militar	Elton Carioni Carsten	Contador	CRC-SC 18.947
20 -	Fundo Esp. de Estudos Jurid. e de Reaparelhamento	Idalício Cipriano da Silva	Contador	CRC-SC 07.928
21 -	Fundo de Assistência Social	Gilberto de Assis Ramos	Téc. Contabilidade	CRC-SC 12.321
22 -	Fundo Penitenciário de SC	José Geraldo Schlischting	Téc. Contabilidade	CRC-SC 10.954

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00423

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins, que ao numerar as folhas deste Processo foi cometido erro de sequencia numérica, faltando o número 00424

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
Providenciado em:
20/02/98

TRIBUNAL DE CONTAS
Fls. Nº 422/97
Rione
Tribunal de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00425

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE *1996*, DO GOVERNO DO ESTADO

GESTÃO: GOV. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO
EXERCÍCIO DE *1996*

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00426

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO

SUMÁRIO

424

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00427

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 1996

S U M Á R I O

	Folhas
I - Considerações preliminares	8
II - Administração Direta	09
1. Introdução	11
2. Orçamento Fiscal. da Seguridade Social e de Investimentos	12
2.1 - Previsão Orçamentária	13
2.1.1 - Receita Estimada	13
2.1.2 - Despesa Fixada	14
2.2 - Execução Orçamentária	17
2.2.1 - Receita Arrecadada	17
- Receitas de Transferências	24
- Receitas de Operações de Crédito	25
- Receita Corrente Liquida e Receita Líquida Disponivel	26
2.2.2 - Alterações Orçamentárias	29
- Atualização Monetária	30
2.2.3 - Despesa Orçamentária Realizada	31
- Gastos com Pessoal	39
- Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	44
- Manutenção de Ensino Superior	47
3. Resultado Econômico-Financeiro do Exercício	50
3.1 - Patrimônio Financeiro	50
3.1.1 - Ativo Financeiro	50
3.1.2 - Passivo Financeiro	52
3.1.3 - Situação Líquida Financeira	57
3.2 - Patrimônio Permanente	58
3.2.1 - Ativo Permanente	58
3.2.2 - Passivo Permanente	59
- Dívida Pública - Flutuante e Fundada	59
- Dívida Fundada	62
- Dívida Fundada Interna	65
- Dívida Fundada Externa	68
3.2.3 - Variações Patrimoniais	70
III - Autarquias	73
1. Introdução	74
2. Analise Consolidada dos Balanços Orçamentarios	75

425

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00429

2.1 - Lei Orçamentária 75
2.2 - Receita 76
2.3 - Despesa 81
2.4 - Resultado Orçamentário 85
3. Análise Consolidada dos Balanços Financeiros 86
4. Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais 88
5. Análise Consolidada das Demonstrações das Variações Patrimoniais 95
6. Análise da Execução Orçamentária das Autarquias 98
6.1 - Administração do Porto de São Francisco do Sul 98
6.2 - Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas 108
6.3 - Departamento de Estradas de Rodagem 114
6.4 - Departamento de Transportes e Terminais 124
6.5 - Imprensa Oficial do Estado 132
6.6 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina 138
6.7 - Junta Comercial do Estado 146

IV - Fundações 151

1. Introdução 152
1.1 - Considerações Iniciais 152
1.2 - Disposições Comuns às Fundações Públicas 153
1.3 - Das Fundações Públicas e Seus Objetivos 153
2. Análise dos Balanços Orçamentários 156
3. Análise dos Balanços Financeiros 158
4. Análise dos Balanços Patrimoniais 159
5. Análise das Receitas e Despesas das Fundações 163
6. Recursos transferidos pela Administração Direta 167
7. Analise Consolidada das Fundações 168
8. Analise Sistêmica das Fundações 172
8.1 Execução Orçamentária das Fundações por Projeto/Atividade 175
8.2 Considerações Finais 178

V - Fundos Especiais 179

1. Introdução 180
2. Analise Consolidada dos Balanços Orçamentarios 184
3. Analise Consolidada dos Balanços Financeiros 190
4. Analise Consolidada dos Balanços Patrimoniais 191
5. Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia 194
6. Analise Especifica 195
6.1 - Fundo Estadual de Saúde 195
6.1.1 - Execução Orçamentária 196
6.1.2 - Analise da Situação Patrimonial 197
6.1.3 - Procedimentos Licitatórios 198
6.1.4 - Recursos Repassados por Convênios 199

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00429

6.2 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de SC 202
6.2.1 - Execução Orçamentária 202
6.2.2 - Análise da Situação Patrimonial 203
6.3 - Fundo de Melhoria da Segurança Pública 204
6.3.1 - Execução Orçamentária 204
6.3.2 - Análise da Situação Patrimonial 205
6.3.3 - Procedimentos Licitatórios 205
6.3.4 - Recursos Repassados por Convênios 206
6.4 - Fundo Estadual de Habitação Popular 207
6.4.1 - Execução Orçamentária 207
6.4.2 - Análise da Situação Patrimonial 207
6.5 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar 208
6.5.1 - Execução Orçamentária 208
6.5.2 - Análise da Situação Patrimonial 209
6.6 - Fundo Estadual de Assistência Social 209
6.6.1 - Execução Orçamentária 210
6.6.2 - Análise da Situação Patrimonial 210
7. Considerações Gerais 211

VI - Sociedades de Economia Mista e Entidades Controladas 212

1. Introdução 213
2. Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais 215
3. Análise Consolidada das Demonstrações dos Resultados do Exercício 225
4. Análise Consolidada das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos 234
5. Considerações Gerais 241
5.1 - Empresas em Liquidação 241
5.1.1 - Reflorestadora Santa Catarina S.A. - REFLORESC 241
5.1.2 - Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina S.A. - CODISC 243
5.2 - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC 246
5.3 - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.- CASAN 258
5.4 - Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC 260
5.5 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A. - COHAB 264
5.6 - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC 266
5.7 - Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz S.A. - HIDROCALDAS 267
5.8 - Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. - INVESC 268

VII - Aspectos a destacar 271

1. Obras Públicas 272
1.1 - Investimentos em Obras e Instalações 272
1.1.1 - Considerações Preliminares 272
1.1.2 - Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos 272
- Departamento de Estradas de Rodagem 275
- Obras do BID III 287

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00430

- Consultorias 290
- Via Expressa Sul 298
- Ponte Hercílio Luz 300
- Concessão para Duplicação da SC-401 301
- BR-282 - Interseção com a BR-101(Palhoça) - São José do Cerrito 303
- BR-101 - Duplicação 304
- BR-280 - Corupá/São Bento do Sul 308
- BR-470 - Gaspar/Navegantes 308
- Programa Microbacias 308
- Secretaria de Estado de Educação e do Desporto 309

1.1.3 - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - CASAN 319
1.1.4 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A. - COHAB 323
1.1.5 - Secretaria de Estado da Saúde 326

2. Despesas com Divulgação de Atos Oficiais no Ano de 1996 329
2.1 - Administração Direta 329
2.2 - Autarquias 330
2.3 - Fundações 331
2.4 - Fundos Especiais 332
2.5 - Sociedades de Economia Mista 332
2.6 - Consolidado 334
2.7. Contratos Executados pela SEGOV 334
3. Dívida Ativa 336
4. Emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado para Pagamento de Precatórios Judiciais Anteriores a 05.10.1988 336
4.1 - Breve Histórico 336
4.2 - Das Condições a serem Satisfeitas para utilizar-se do Permissivo Constitucional 337
4.2.1 - Decisão Editada pelo Poder Executivo Estadual 337
4.2.2 - Precatórios Judiciais Anteriores a 05.10.88, Pendentes de Pagamento 338
4.3 - Recursos Auferidos com a Colocação no Mercado das Letras Financeiras do Tesouro do Estado 338
4.4 - Movimentação dos Recursos da Conta do Fundo de Liquidez dos Títulos do Estado de Santa Catarina 339
4.5 - Destinação dos Recursos Transferidos para a Conta Única do Estado 340
4.6 - O Contrato Celebrado entre o BESC e o Banco Vetor 340
4.7 - Aumento do Endividamento Decorrente da Operação com as Letras 341
4.8 - A Operação das Letras e o Exercício do Controle Externo pelo Tribunal de Contas do Estado 341

VIII - Anexos Complementares 344

IX - Relatório e Proposta de Parecer Prévio do Conselheiro Relator 350
IX.1 - Proposta de Parecer Prévio do Conselheiro Relator 428
IX.2 - Declaração de Voto Contrário de Conselheiro 432

X - Parecer Prévio 434

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00431

RELATÓRIO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 1996

PARTE I

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

PARTE I - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em cumprimento ao que estabelece a Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu Art. 71, inciso IX, o Exmo. Sr. Paulo Afonso Evangelista Vieira - Governador do Estado - prestou as Contas Anuais da Administração Direta, relativas ao exercício financeiro de 1996, através do ofício GG nº 3080/978, de 08/04/96, autuados no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sob nº PC - 0145605/70.

Os relatórios e demonstrativos contábeis, pertinentes a essas Contas, foram entregues ao Tribunal de Contas do Estado, na data de 09 de abril de 1997, portanto, dentro do prazo constitucional previsto para a sua apresentação.

Na forma do Art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, cabe ao Tribunal de Contas, em auxílio à Assembléia Legislativa, apreciar as Contas Anuais e sobre elas, no prazo de sessenta dias a contar do seu recebimento, emitir PARECER PRÉVIO, encaminhando-as a seguir ao Poder Legislativo para fins de julgamento.

As Contas Anuais formam um documento básico que consolida os resultados de Receitas e de Despesas consignadas nos balancetes e balanços dos vários Órgãos integrantes da Administração Direta.

O julgamento das Contas Anuais, a ser realizado pela Assembléia Legislativa, abrange a apreciação da execução orçamentária, da demonstração contábil, financeira e patrimonial do Estado, no encerramento do exercício de 1996, que, por seu turno, resume todo o movimento anual.

Essa deliberação, a cargo da ALESC, não alcança as contas de administradores e responsáveis relativas à arrecadação de receita, à realização de despesa e à guarda e aplicação de bens, dinheiros e valores públicos. Essas contas, na forma do Art. 59, inciso II, C.E., submetem-se ao julgamento técnico-administrativo de competência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O presente relatório contém a apreciação técnico-administrativo-contábil das Contas Anuais de 1996 prestadas pelo Governador do Estado, destinando-se a subsidiar o Egrégio Tribunal Pleno na formulação do Parecer Prévio.

DIVISÃO DE EXP...
00432
FOLHA nº

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00433

PARTE II

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PARTE II - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00434

1. INTRODUÇÃO

Administração Direta é constituída pelos Órgãos que integram as estruturas centrais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Administração Indireta é integrada pelas Entidades dotadas de personalidade jurídica própria, como as Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas e mantidas pelo Estado.

As contas apresentadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, relativas ao exercício de 1996, no que concerne a observância das normas de finanças públicas estabelecidas pelo art. 120 da Constituição do Estado, retratam o cumprimento das seguintes Leis Estaduais:

- Lei nº 10.057, de 29/12/95, que instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999;
- Lei nº 9.900, de 21/07/95, que dispôs sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, para o exercício financeiro de 1996;
- Lei nº 10.056, de 29/12/95, que estimou a Receita e fixou a Despesa do Estado para o exercício de 1996.

A Lei Orçamentária do Estado (Lei nº 10.056), em conformidade com o prescrito no art. 120, parágrafo 4º da Constituição do Estado, compõe-se dos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - Estima a Receita e fixa a Despesa no montante de R$ 3.284.872.659,00 (três bilhões, duzentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil e seiscentos e cinqüenta e nove reais). Da despesa fixada, o valor de R$ 2.922.602.659,00 (dois bilhões, novecentos e vinte e dois milhões, seiscentos e dois mil e seiscentos e cinqüenta e nove reais) corresponde ao Orçamento Fiscal e a importância de R$ 362.270.000,00 (trezentos e sessenta e dois milhões e duzentos e setenta mil reais) ao da Seguridade Social;
- Orçamento de Investimentos das Empresas - A Despesa de Investimentos das Empresas foi fixada em R$ 384.172.176,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões, cento e setenta e dois mil e cento e setenta e seis reais).A Receita prevista para a cobertura da despesa fixada é decorrente das seguintes fontes de financiamento:

	Em R$ 1,00
Geração Própria	129.748.884
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	4.041.000
Operações de Crédito a Longo Prazo	229.630.090
Outras Fontes	20.752.202
TOTAL	**384.172.176**

DIVISÃO DE EXPED.
FOLHA Nº 00435

2. ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO

O Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos é definido na Lei Orçamentária anual, segundo a Constituição Estadual, artigo 120, § 4º:

" § 4º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública;

II - o orçamento de investimento das empresas cujo controle seja direta ou indiretamente, detido pelo Estado;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades, órgãos e fundos da administração pública a ela vinculados".

O Orçamento Fiscal compreende os Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública.

O Orçamento da Seguridade Social segundo a Constituição Federal, Art. 194, compreende:

"Art.194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

A Constituição Estadual por sua vez menciona através do artigo 152,§ 2º:

"Art. 152 .....

*§ 1º - A proposta de orçamento anual da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos estaduais responsáveis pela **saúde, previdência social e assistência social**, observadas as metas e prioridades estabelecidas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.*

*§ 2º - Na definição dos recursos da seguridade social, será considerada a contrapartida da União e dos Municípios para a manutenção e o desenvolvimento do **sistema único de saúde e das ações de assistência social";***

O Orçamento de Investimento é composto pelas empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto, que recebem recursos do orçamento fiscal e/ou da seguridade social a qualquer título. Portanto integram este orçamento as empresas que venham a fazer parte do orçamento fiscal e da seguridade social.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00436

2.1 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1.1 - Receita Estimada

A Receita Total do Estado, para o exercício financeiro de 1996, foi estimada a preços de junho de 1995 em R$ 3.285 bilhões.

Para fins de análise da receita da Administração Direta, excluem-se do total mencionado anteriormente, as receitas de outras fontes de Entidades da Administração Indireta, inclusive as de Fundos, no montante de R$ 615,953 milhões.

Assim sendo, a Receita total a ser considerada na Parte II do Relatório, ater-se-á à parte da estimativa da Receita do Tesouro do Estado de R$ 2,669 bilhões.

A estimativa da Receita por fontes pode ser assim demonstrada:

TABELA 01: COMPOSIÇÃO DA RECEITA PREVISTA POR FONTES - 1996

Em R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR (R$)	%
RECEITAS CORRENTES	**2.255.228.434**	**84,51**
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.791.064.828	67,11
RECEITA PATRIMONIAL	- 0 -	- 0 -
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	439.156.506	16,46
OUTRAS REC. CORRENTES	25.007.100	0,94
RECEITAS DE CAPITAL	**413.691.135**	**15,49**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	307.051.092	11,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	106.640.043	3,99
TOTAL	**2.668.919.569**	**100,00**

Fonte : Lei Orçamentária Estadual Nº 10.056, de 29/12/95.

Dentre as fontes de Receitas Previstas mais expressivas destacam-se a Receita Tributária, com a participação de 67,11% da Receita Total, seguida pela Receita de Transferências Correntes com 16,46% e a Receita de Operações de Crédito com a participação de 11,50%.

Observa-se, também, que na composição da Receita Prevista por fontes, não houve estimativa para a Receita Patrimonial, a qual, historicamente, sempre ocorreu, o que possibilita afirmar que houve uma falha técnica, pois a previsão da Receita Patrimonial não poderia ficar fora da estimativa da Receita Total Prevista.

Salienta-se que em 1996, a Receita Patrimonial representou o montante arrecadado de R$ 28,179 milhões, ou seja, 0,79% da Receita Total Arrecadada e 1,55% da Receita Líquida Disponível - RLD.

A participação percentual das Receitas Previstas mais expressivas, por fontes, no período de 1992 a 1996, apresenta-se da seguinte forma:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00437

TABELA 02: COMPORTAMENTO DAS FONTES DE RECEITA ESTIMADA NO PERÍODO DE 1992 - 1996

Em %

ANO	RECEITA TRIBUTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
1992	68,92	12,00	-o-	12,84
1993	68,20	17,03	-o-	2,82
1994	63,92	11,67	14,91	8,58
1995	60,27	25,83	7,30	6,45
1996	67,11	16,46	3,99	11,50

Fontes: Lei Orçamentária Nº 10.056, de 29/12/95.
Relatório e Parecer Prévio do TCE/SC sobre as contas do Governo do Estado 1995.

Na composição da Receita Tributária estimada o ICMS destaca-se como o mais relevante, como demonstrado a seguir:

TABELA 03: COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA NO PERÍODO DE 1992-1996

Em %

ANO	ICMS	IPVA	ITBI	TAXAS	OUTROS
1992	94,92	3,42	0,18	0,59	0,89
1993	95,18	3,16	0,19	1,08	0,36
1994	94,78	3,00	0,22	1,00	0,94
1995	94,76	3,42	0,20	1,30	0,32
1996	93,84	3,83	0,25	2,08	0,00

Fontes: Lei Orçamentária Nº 10.056, de 29/12/95.
Relatório e Parecer Prévio do TCE/SC sobre as contas do Governo do Estado 1995.

2.1.2. Despesa Fixada

A Despesa para o exercício de 1996 foi estimada em R$ 2.668 bilhões.

A Despesa Fixada para o exercício de 1996 ficou assim distribuida pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário:

TABELA 04: DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ORÇADA PARA 1996 POR INSTITUIÇÕES CONSTITUCIONAIS

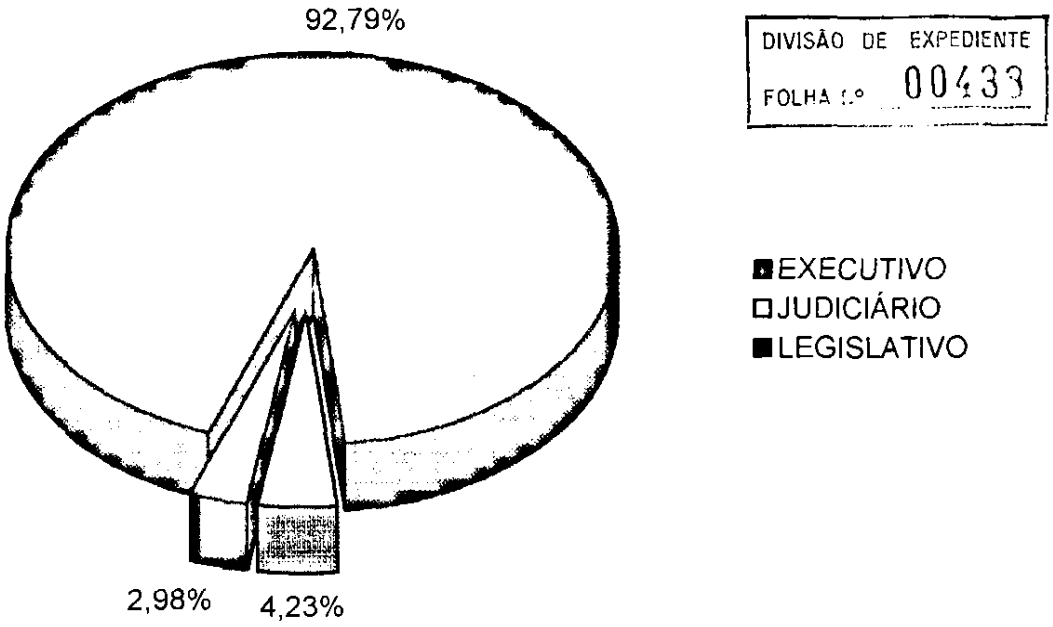
Em R$ 1,00

INSTITUIÇÕES	VALOR	PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL (%)
PODER LEGISLATIVO	**79.488.000**	**2,98**
Assembléia Legislativa	59.616.000	2,23
Tribunal de Contas do Estado	19.872.000	0,75
PODER JUDICIÁRIO	**113.008.000**	**4,23**
Tribunal de Justiça	113.008.000	4,23
PODER EXECUTIVO	**2.476.423.569**	**92,79**
Secretarias de Estado	2.443.303.569	91,55
Ministério Público	33.120.000	1,24
TOTAL	**2.668.919.569**	**100,00**

Fonte : Lei Orçamentária Nº 10.056, de 29/12/95.
Obs. A preços de junho de 1995

O gráfico a seguir possibilita a visualização da distribuição da Despesa Orçada para 1996, por Poderes:

GRÁFICO 01 - REPRESENTAÇÃO DA DESPESA ORÇADA POR PODERES - 1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00433

Fonte: Lei Orçamentária N° 10.056, de 29/12/95.

Para efeito de registro, salienta-se que em 27 de maio de 1996 foi editada pelo Governo do Estado a Medida Provisória N° 70, transformada, em 17 de julho de 1996, na Lei N° 10.185, que altera a Lei N° 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, a qual dispõe sobre a organização da Administração Pública e sobre as diretrizes para a reforma administrativa do Poder Executivo, introduzindo modificações na estrutura administrativa, ou seja, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, passou a ser denominada Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul; a Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Oeste passou a integrar a estrutura do Gabinete do Governador a nível de Órgão de assessoramento, com a denominação de Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Oeste; e foi criada a Secretaria de Estado do Governo, no lugar da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Com base na Lei Orçamentária N° 10.056, de 29/12/95, a Despesa Fixada por Órgão teve a seguinte composição:

DIVISÃO DE EXPED
FOLHA Nº 00439

TABELA 05: DESPESA FIXADA POR ÓRGÃO E COMPOSIÇÃO PERCENTUAL

Em R$ 1,00

DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃO	VALOR	%
Assembléia Legislativa do Estado	59.616.000	2,23
Tribunal de Contas do Estado	19.872.000	0,75
Tribunal de Justiça do Estado	113.008.000	4,23
Ministério Público	33.120.000	1,24
Gabinete do Governador	13.433.874	0,50
Gabinete do Vice-Governador	400.768	0,02
Procuradoria Geral da Fazenda Junto ao TCE/SC	2.780.915	0,10
Secretaria de Estado do Desenv.Rural e da Agricultura	136.622.154	5,12
Secretaria de Estado da Educação e do Desporto	476.659.605	17,86
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família	102.613.841	3,84
Secretaria de Estado da Administração	8.797.324	0,33
Secretaria de Estado da Saúde	195.275.608	7,32
Secretaria de Estado da Segurança Pública	63.592.053	2,38
Secretaria de Estado do Desenv. Econ., Cient. e Tecnológico	32.670.736	1,22
Secretaria de Estado da Cultura e Comunicação Social	14.095.528	0,53
Secretaria de Estado da Fazenda	102.098.333	3,83
Secretaria de Estado dos Transportes e Obras	157.649.765	5,92
Secretaria de Estado do Desenv. Urbano e do Meio Ambiente	20.223.007	0,76
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	21.156.442	0,79
Polícia Militar	175.985.398	6,59
Encargos Gerais do Estado	426.663.570	15,99
Transferência Constitucionais aos Municípios	490.584.648	18,38
Reserva de Contingência	2.000.000	0,07
TOTAL	**2.668.919.569**	**100,00**

Fonte: Lei Orçamentária N° 10.056, de 29/12/95 (a preços de junho de 1995).

Foram considerados como Órgãos, para fins de composição do Orçamento e distribuição de recursos, as Despesas Fixadas para atender aos "Encargos Gerais do Estado", "Reserva de Contingência" e as destinadas às "Transferências a Municípios".

Os Encargos Gerais do Estado representam 15,99% da despesa fixada e compreendem os gastos com pensões especiais; amortização e encargos de contratos e financiamentos internos e externos; participação no capital social do BRDE; BESC e BADESC/Prodem; participação do Estado em projetos municipais e comunitários; reposições e restituições de tributos; auxílio funeral; assistência médica-cirúrgica; pagamento do PASEP e das faturas de serviços da CASAN, TELESC, CELESC, CIASC, do Poder Executivo.

As despesas com inativos do Estado foram distribuídas entre as Unidades Orçamentárias de cada Órgão, já as despesas com pensionistas ficaram a cargo do IPESC, exceto as decorentes de pensões especiais, que pertecem aos Encargos Gerais do Estado.

Observa-se que as dotações orçamentárias de maior expressão foram as Transferências a Municípios, com a participação de 18,38%, seguida da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, com 17,86%, em terceiro lugar os Encargos Gerais do Estado, com 15,99%, a Secretaria de Estado da Saúde ficou em quarto lugar com a participação de 7,32% do total previsto para 1996.

As Transferências a Municípios que representaram 18,38%, da Receita Fixada, ou seja, o maior percentual verificado entre todos os Órgãos citados na Tabela anterior, referem-se a participação constitucional dos Municípios sobre impostos cuja competência de arrecadação é do Estado (ICMS e IPVA).

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00440

2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária arrecadada em 1996 alcançou o montante de R$ 3,563 bilhões que, comparativamente ao exercício de 1995, representa o crescimento real de 44,02%.

Em relação a Receita Orçada de R$ 2,669 bilhões (Receita do Tesouro do Estado) correspondeu a uma diferença de 33,51%, ou seja, R$ 894 milhões a mais que o valor previsto.

A Despesa Orçamentária realizada importou em R$ 3,340 bilhões, representando um crescimento, em relação ao exercício de 1995, da ordem de 20,37%.

Demonstra-se, a seguir, a evolução da receita e despesa, no período de 1992 a 1996:

TABELA 06: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS, EM VALORES NOMINAIS E CONSTANTES, NO PERÍODO DE 1992-96

Em Cr$/ CR$/ R$ 1.000

ANOS	RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA		RESULTADO
	Nominal	Constante	Nominal	Constante	
1992	5.644.489	1.110.601	6.605.088	1.299.608	-189.007
1993	118.099.484	1.054.467	128.808.193	1.150.081	-95.614
1994	1.475.658	1.688.752	1.617.999	1.851.649	-164.041
1995	2.335.079	2.474.250	2.618.310	2.774.361	-300.112
1996	3.563.394	3.563.394	3.339.634	3.339.634	223.760

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96.
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

O superávit da execução orçamentária ocorrido no exercício de 1996, da ordem de R$ 223.760 milhões, representou 6,56 % da Receita Orçamentária Arrecadada; comparado aos outros exercícios é único.

Verificou-se que esse superávit foi obtido através de Operação de Crédito realizada no exercício, no valor de R$ 939.023 milhões.

Assim sendo, apesar do superávit, verificou-se que a capacidade do Estado em assumir novos compromissos a médio e longo prazo ficou comprometida em função do alto grau de endividamento.

Este assunto, sobre endividamento do Estado, será demonstrado e comentado com mais profundidade no tópico deste Relatório que analisa o Resultado Econômico-Financeiro do Exercício - Item 3.

2.2.1 - Receita Arrecadada

A Receita Orçamentária arrecadada por fontes teve a seguinte composição:

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00441

TABELA 07 : RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA POR FONTES

Em R$

RECEITAS CORRENTES	VALOR	%
- Receita Tributária	1.967.970.907,52	55,23
- Receita Patrimonial	28.179.409,74	0,79
- Transferências Correntes	478.857.261,08	13,44
- Outras Rec. Correntes	117.374.203,80	3,29
SUBTOTAL	**2.592.381.782,14**	**72,75**
RECEITAS DE CAPITAL		
- Operações de Crédito	939.022.756,28	26,35
- Alienações de Bens	11.800,00	0,00
- Transferências de Capital	31.977.332,93	0,90
SUBTOTAL	**971.011.889,21**	**27,25**
TOTAL	**3.563.393.671,35**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1996.

No exercício em exame, a Receita Orçamentária importou em R$ 3,563 bilhões, constituída de Receitas Correntes no valor de R$ 2,592 bilhões, correspondente a 72,75% e de Receitas de Capital no valor de R$ 971,012 milhões, equivalente a 27,25 %.

A Receita Orçamentária Arrecadada, de R$ 3,563 bilhões, em relação à estimada de R$ 2,669 bilhões, evidencia um excesso no valor de R$ 894,474 milhões, que representa uma variação de 33,51%.

Verifica-se, ainda, que a Receita Líquida Disponível estimada para o exercício de 1996 foi de R$ 1,656 bilhão, sendo que a Receita Líquida Disponível efetivamente realizada foi de R$ 1,822 bilhão, verificando-se a ocorrência do excesso de arrecadação no montante de R$ 166,292 milhões, representando uma variação de 10,04 %.

As Operações de Crédito superaram o valor estimado de R$ 307,051 milhões, alcançando a marca histórica de R$ 939,022 milhões, ou seja, R$ 631,971 a mais, ou seja, um incremento de 205,82 % nesta fonte de receita, isso sem mencionar que o valor estimado já apresentava mais que dobro do valor realizado em 1995 de R$ 145,238 milhões.

Ressalta-se que, do total das Operações de Crédito obtidas em 1996, ou seja, R$ 939,022 milhões, R$ 604,498 milhões são provenientes da emissão das LFTSC- Lei nº 10.168/96, o que representa 64,38 % do total.

A evolução da Receita Orçamentária, em valores constantes, pode ser observada a seguir:

TABELA 08: EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, EM VALORES CONSTANTES, SEGUNDO A ORIGEM DE, 1992-96

Em R$ 1.000

ANOS	RECEITAS PRÓPRIAS				TRANSFERÊNCIAS				OPERAÇÕES DE CRÉDITO				TOTAL		
	Valor (A)	%	Índices		Valor (B)	%	Índices		Valor (C)	%	Índices		Valor (D)	Índices	
		A/D	BF	BM		B/D	BF	BM		C/D	BF	BM		BF	BM
1992	834.641	75,15	100,00	-	133.264	12,00	100,00	-	142.558	12,84	100,00	-	1.110.601	100,00	-
1993	838.086	79,51	100,41	0,41	179.658	17,04	134,81	34,81	29.754	2,82	20,87	-79,13	1.054.110	94,91	-5,09
1994	1.187.006	70,29	142,22	41,63	216.370	12,81	162,36	20,43	277.467	16,43	194,64	832,55	1.688.752	152,06	60,21
1995	1.912.924	77,31	229,19	61,16	407.430	16,47	305,73	88,30	153.894	6,22	107,95	-44,54	2.474.250	222,78	46,51
1996	2.113.536	59,31	253,23	10,49	510.834	14,34	383,33	25,38	939.023	26,35	658,70	510,17	3.563.394	320,85	44,02

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96 **Inflator utilizado**: IGP-DI (médio) **Legenda**: BF = Base fixa; BM = Base móvel

Nota: 1) Receitas Próprias = Receita Tributária + Receita Patrimonial + Outras Receitas Correntes + Receita de Alienação de Bens;
2) Não foi considerada a Alienação de Bens por apresentar valor desprezível no período 1992-1994;
3) Transferências = Transferências Correntes + Transferências de Capital; e
4) Não houve Receita de Transferências de Capital nos exercícios de 1992-93.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00442

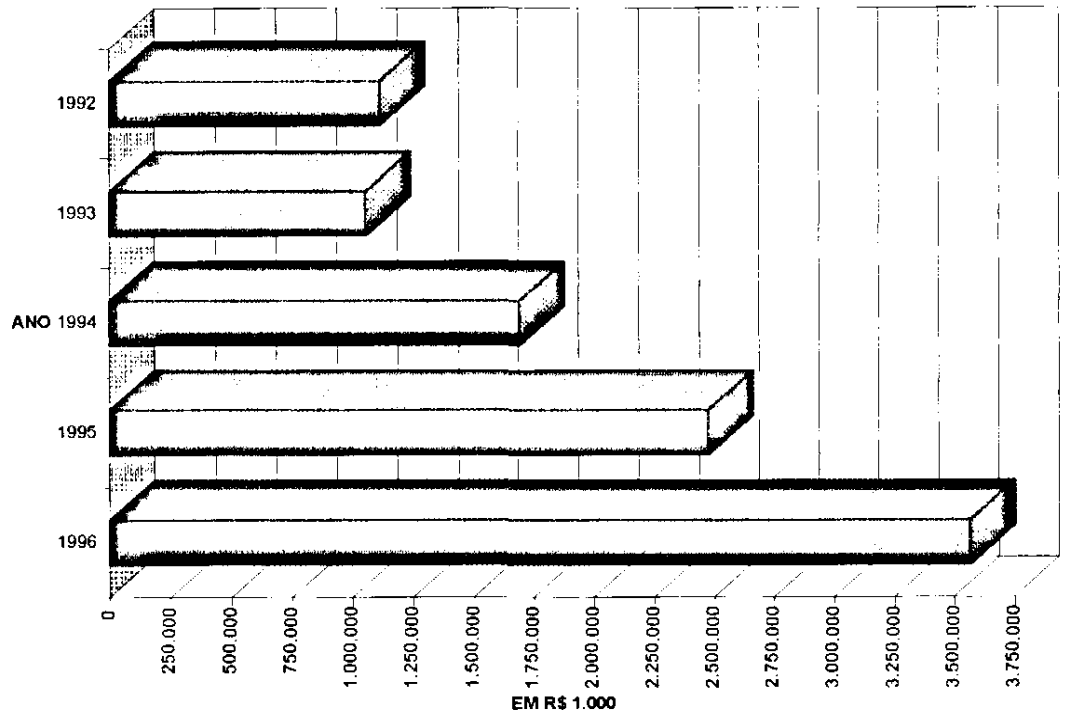
Conforme Tabela 08, as Operações de Crédito realizadas em 1996 apresentaram volume maior do que as ocorridas em 1995 em 510,17%.

Em relação a Receita Total de 1995, a participação das Operações de Crédito correspondia a 6,22%; em 1996, passou a representar 26,35% da Receita Total Arrecadada.

As Operações de Crédito passaram de terceiro lugar na arrecadação total em 1995 para segundo lugar em 1996, ultrapassando as Receitas de Transferências Correntes.

Já a participação de Recursos Próprios no exercício de 1996, em relação a 1995, sofreu um aumento equivalente 10,49%.

GRÁFICO 02 - EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, EM VALORES CONSTANTES, 1992-96



Fonte: Balanço Geral do Estado - 1992-96

A tabela a seguir demonstra a evolução da Receita Tributária no qüinqüênio 1992 - 1996:

DIVISÃO DE EXPEDI
FOLHA Nº 00443

TABELA 09: EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA EM VALORES CONSTANTES NO PERÍODO 1992-96

Em R$ 1.000

ANOS	RECEITA TRIBUTÁRIA	ÍNDICE BASE FIXA	VARIAÇÃO %
1992	765.553	100.00	-0-
1993	719.152	93,94	-6,06
1994	1.067.724	139,47	48.47
1995	1.844.014	240.87	72,71
1996	1.967.971	257.07	6.72

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Em valores absolutos observa-se que a Receita Tributária no exercício de 1996, apresentou o maior resultado do qüinqüênio em análise. Já em relação a Receita Tributária obtida em 1996, comparada a ocorrida em 1995, apresentou uma variação de 6,72 %.

Porém, a maior variação percentual constatada no quinquênio foi obtida em 1995.

Observa-se, também, que a Receita Tributária, em 1996, ficou praticamente estacionada, em termos reais de crescimento, haja vista o desempenho verificado no exercício anterior.

A composição da Receita Tributária no qüinqüênio 1992-96, em valores nominais, está demonstrada a seguir:

TABELA 10: COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA, EM VALORES NOMINAIS 1992-96

Em Cr$/ CR$/ R$ 1,00

ANOS	ICMS		IPVA		ITBI		CAUSA Mortis		TAXAS		OUTROS		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1992	3 693 075 998	94 92	133 096 884	3 42	439 767	0 01	7 055 079	0 18	22 734 373	0 59	34 425 787	0 88	3 890 827 888	100 00
1993	76 666 990	95 18	2 546 063	3.16	4 954	0 01	166 744	0.18	871 588	1 08	288 134	0.36	80 544 476	100 00
1994	893 538 499	95 77	31 549 793	3 38	48 957	0 01	2 054 790	0 22	5 802 880	0 62	0	0	932 994 919	100 00
1995	1 643 550 823	94 44	71 748 511	4 11	124 903	0 01	5 153 364	0 3	19 713 513	1 13	2 295	0 01	1 740 293 409	100 00
1996	1 873 491 071	95 20	86 478 539	4 39	131 726	0 01	5 923 536	0 30	1 946 036	0 10	-0-	-0-	1 967 970 908	100 00

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Obs.: Os valores representativos até 1993 estão expressos em CR$ mil.

Esta tabela serve como registro histórico dos valores dos tributos mencionados, verificando-se que a Receita Tributária não sofreu alterações significativas quanto a participação relativa dos tributos, sendo o ICMS a maior fonte de arrecadação verificada.

A Receita total do ICMS, em relação à Receita Tributária e às Receitas Próprias, assim se apresenta:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00444

TABELA 11: ICMS x RECEITA PRÓPRIA x RECEITA TRIBUTÁRIA, EM VALORES CONSTANTES 1992-96

Em R$ 1.000

ANOS	ICMS (A)	RECEITA PRÓPRIA (B)	RECEITA TRIBUTÁRIA (C)	A/B (D)	A/C (E)
1992	726.644	834.641	765.553	87,06	94,92
1993	684.531	838.086	719.152	81,68	95,19
1994	1.022.570	1.187.006	1.067.725	86,15	95,77
1995	1.741.506	1.912.924	1.844.014	91,04	94,44
1996	1.873.491	2.113.536	1.967.971	88,64	95,20

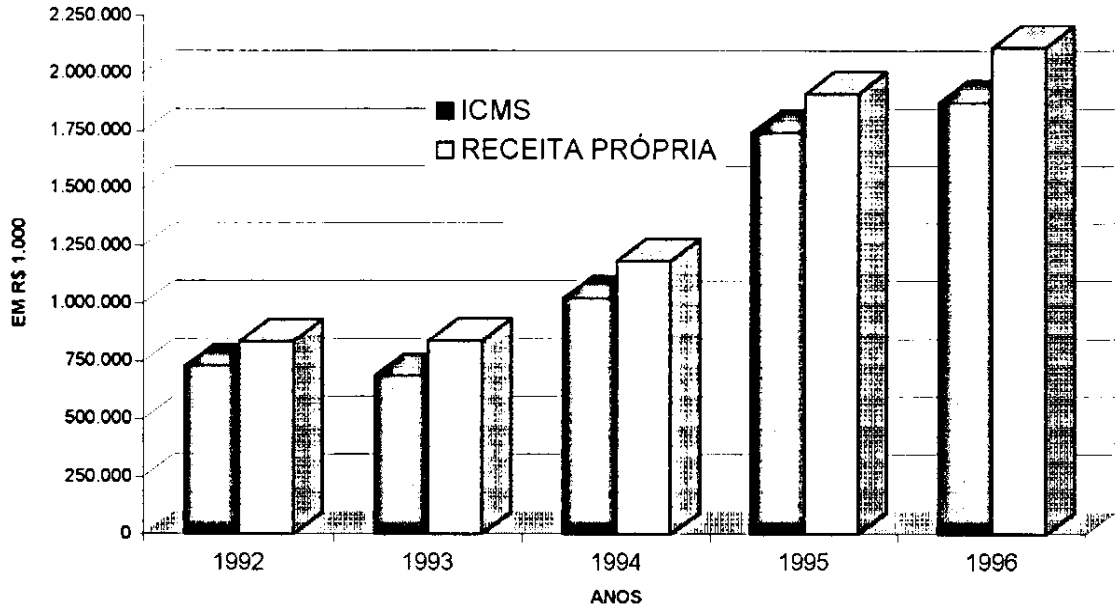
Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Observou-se que a participação do ICMS em relação à Receita Própria apresentou um decréscimo de -2,40 pontos percentuais.

Em relação à Receita Tributária, considerando o valor corrigido de 1995, o ICMS cresceu 0,76 pontos percentuais.

A representatividade do ICMS arrecadado em relação a Receita Própria no qüinqüênio 1992-96 está demonstrada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 03 - EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO ICMS E DOS RECURSOS PRÓPRIOS / 1992-96



Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96

O comportamento da arrecadação do ICMS no qüinqüênio em análise foi o seguinte:

DIVISÃO DE EXPEDI
FOLHA Nº 00445

TABELA 12: EVOLUÇÃO, EM VALORES CONSTANTES, E TAXA DE VARIAÇÃO DO ICMS ARRECADADO 1992-96

Em R$ 1.000

ANOS	VALORES	VARIAÇÃO %
1992	726.644	-0-
1993	684.531	-5,79
1994	1.022.570	49,38
1995	1.741.507	70,30
1996	1.873.491	7.58

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Quanto aos valores lançados como Receita do ICMS, não estão incluídos os relativos a juros, multas, correção monetária e, ainda, os relativos a cobrança da Dívida Ativa do ICMS, visto que são lançados como Outras Receitas Correntes.

A seguir, demonstra-se as taxas de evolução do PIB e das principais Receitas Tributárias e de Transferências, no qüinqüênio 1992-96.

TABELA 13: COMPARATIVO DA TAXA DE EVOLUÇÃO DO PIB/SC, DA RECEITA DE ICMS, IPI S/EXPORTAÇÃO E DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO QÜINQÜÊNIO 1992-1996, EM VALORES CORRENTES

ESPECIFICAÇÃO	1992 %	1993 %	1994 %	1995 %	1996 %
PIB/SC	2,25	4,25	4,44	5,10	3,11
ICMS	-6,03	-5,79	49,38	70,31	7,58
IPI S/ EXPORTAÇÃO	-21,77	106,04	-0,43	59,87	8,23
FUNDO PART. ESTADOS	-0,06	11,03	6,93	90,83	6,76

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96

Verificou-se que a economia catarinense, no exercício de 1996, cresceu 3,11% e a arrecadação do ICMS elevou-se em 7,58 % em relação ao ano de 1995.

A tabela a seguir demonstra o comportamento das Receitas Orçamentárias, Correntes e de Capital da União e dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos exercícios de 1994, 1995 e 1996.

DIVISÃO DE EXPEDI
FOLHA Nº 00446

TABELA 14: COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIA, CORRENTES E DE CAPITAL EM VALORES CONSTANTES

Em R$

RECEITA / PERÍODO	UNIÃO	%	PARANÁ	%	RIO G. DO SUL	%	SANTA CATARINA	%
ORÇAMENTÁRIA								
1994	207.740.481.824,04	-o-	1.865.932.609,99	-o-	4.054.228.291,81	-o-	1.688.752.283,03	-o-
1995	335.063.533.200,00	61,29	3.308.497.610,37	77,31	6.075.493.533,01	49,85	2.474.250.189,68	46,51
1996	293.568.386.231,66	-12,38	3.932.277.494,37	18,90	7.840.261.889,22	29,04	3.563.393.671,35	44,01
CORRENTE								
1994	122.502.353.473,74	-o-	1784785343,39	-o-	3.281.158.666,95	-o-	1.400.779.488,96	-o-
1995	206.184.385.200,00	68,31	2.986.588.449,46	67,34	5.040.055.957,40	53,61	2.307.663.782,00	64,74
1996	152.612.389.594,39	-25,98	3.351.765.694,90	12,20	5.543.145.225,34		2.592.381.782,14	12,34
CAPITAL								
1994	85.238.128.350,30	-o-	81.147.266,60	-o-	773.069.624,85	-o-	287.972.794,07	-o-
1995	128.879.148.000,00	51,20	321.909.160,90	296,70	1.035.437.575,61	33,94	166.586.407,68	-42,15
1996	140.955.996.637,27	9,37	580.511.799,47	80,30	2.297.116.663,88	21,80	971.011.889,21	482,88

Fonte: Balanços Gerais de -1993 a 1996
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Na tabela seguinte, demonstra-se a evolução da inscrição, cobrança e cancelamento da Dívida Ativa Estadual:

TABELA 15: EVOLUÇÃO DA COBRANÇA E CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA, EM VALORES NOMINAIS - 1992-96

Em Cr$/CR$/R$ 1,00

ANO	SALDO NO INICIO DO EXERCICIO (A)	INSCRIÇÃO NO EXERCICIO (B)	COBRANÇA NO EXERCICIO (C)	CANCELAMENTO NO EXERCICIO (D)	SALDO TOTAL NO FINAL DO EXERCICIO (A + B - C - D)	% C/(A+B)	% D/(A+B)
1992	8.627.095	55.126.244	28.894.434	46.898	279.776.047	45,32	0,07
1993	279.776.047	697.605.926	257.992.933	537.029	172.323	25,92	0,05
1994	172.323	324.354.649	24.604.554	6.131.333	293.791.085	7,58	1,89
1995	293.791.085	141.775.833	8.449.543	17.427.040	409.690.335	1,94	4,00
1996	409.690.335	261.445.809	13.580.171	3.943.754	653.612.219	2,02	0,59

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu Art. 39, define Dívida Ativa como sendo de ordem tributária e não tributária.

A Dívida Ativa Tributária é representada por créditos relativos a tributos lançados e não arrecadados, enquanto que a não tributária engloba todos os demais créditos líquidos e certos da Fazenda Pública.

A Dívida Ativa cobrada em 1996 representa 3,31 % do saldo inscrito em 31/12/95, cujo valor representa a cifra de R$ 13,580 milhões

Em relação a Receita Orçamentária Arrecadada pelo Estado, no ano de 1996, de R$ 3,563 bilhões, o valor cobrado a título de Dívida Ativa corresponde a 0,38%.

Ainda em relação à análise da Dívida Ativa observou-se, no Balancete Consolidado da Administração Direta (Balancete do Razão) do ano de 1996, que nas Contas de Resultado Patrimonial foi lançado como inscrição em Dívida Ativa, o valor de R$ 257.151.856,94, quando deveria ter sido de R$ 261.445.809,30, assim como consta na tabela citada anteriormente.

Observou-se, também, que a Secretaria de Estado da Fazenda utilizou o sistema extra-contábil para fins de atualização de valores.

DIVISÃO DE EXPEDI
FOLHA Nº 00447

Constata-se que, apesar da divergência detectada, o saldo dos créditos do Estado inscritos em Dívida Ativa, no valor de R$ 653.612.219,30, foi o mesmo valor registrado na prestação de contas do Governo.

Receitas de Transferências

As Receitas de Transferências são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta em bens e serviços. As Transferências ocorrem a nível intragovernamental e intergovernamental e podem ser recebidas de instituições privadas do exterior e de pessoas, sendo classificadas em Receitas de Transferências Correntes e de Capital.

A composição das Receitas de Transferências, no período de 1992/1996, acha-se demonstrada no quadro que segue, em valores constantes, ressaltando-se que o total recebido em 1996 foi o maior do qüinqüênio analisado.

TABELA 16: RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS - 1992-96, EM VALORES CONSTANTES

Em R$ 1.000

TRANSFERÊNCIAS	1992		1993		1994		1995		1996	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1) TRANSFER. CORRENTES										
- IMP. RENDA	15.498	11,62	14.573	8,11	30.928	14,30	71.999	17,67	64.083	12,54
- FUNDO PARTIC. ESTADO	46.224	34,69	51.321	28,57	54.876	25,36	104.719	25,70	111.803	21,89
- SALARIO EDUCAÇÃO	18.185	13,65	11.359	6,32	24.164	11,17	42.638	10,47	56.489	11,06
- IPI S/EXPORTAÇÃO	41.843	31,40	86.211	47,99	85.839	39,67	137.233	33,68	148.525	29,08
- OUTRAS TRANSF. CORRENTES	11.514	8,64	16.194	9,01	17.968	8,30	38.943	9,56	97.957	19,18
SUBTOTAL	133.264	100,00	179.658	100,00	213.773	98,80	395.533	97,08	478.857	93,74
2) TRANSF. DE CAPITAL	-o-	-o-	-o-	-o-	2.598	1,20	11.896	2,92	31.977	6,26
TOTAL	133.264	100,00	179.658	100,00	216.371	100,00	407.429	100,00	510.834	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)
Obs. : Foram incluídas as Receitas de Transferências Correntes que Constitucionalmente pertencem aos Municípios.

As Receitas de Transferências no ano de 1996 atingiram a importância de R$ 510.834 milhões e representam 14,34% da Receita Orçamentária Estadual.

Já no ano de 1995, as Receitas de Transferências atingiram o percentual de 16,47% da Receita Orçamentária Arrecadada pelo Estado.

Observa-se que no ano de 1996, houve um crescimento de 25,38 %, em valores constantes, em relação ao ano de 1995, das Receitas de Transferências.

A maior participação dentre as Receitas de Transferências, continua sendo o IPI s/Exportação, que em 1996 atingiu o montante de R$148.525 milhões, o correspondente a 29,07 % do total das Transferências.

Comparando-se com o ano de 1995, observa-se uma queda de 4.61 % na participação relativa do IPI s/ Exportação, no total das Transferências.

Verificou-se, também, que houve um crescimento na participação de Outras Transferências Correntes, que passou de 9,56% em 1995, para 19,17% em 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00449

A Receita de Transferências Correntes da União do Imposto de Renda/parte Estadual, que na realidade representa o total das retenções feitas pelo Tesouro do Estado do referido imposto pago pelos funcionários ativos e inativos, bem como das pessoas que realizaram serviços autônomos para o Estado, resultou em 1996, no montante de R$ 64,083 milhões e se comparado ao arrecadado em 1995, de R$ 71,999 milhões, apresentou um decréscimo de 10,99%.

O decréscimo constatado reside no fato de que o Estado não vem reajustando a base dos salários dos servidores públicos, ou seja, enquanto a tabela progressiva mensal do IRPF para 1996 foi corrigida em 13,17%, o crescimento das despesas com pessoal ativo e inativo da Administração Direta, Autarquias e Fundações apresentou um crescimento de 11,18%. Outra razão da diferença ficar reduzida em 1,99%, foi o número de servidores em condição de contribuinte, ou seja, em 1995 o montante tributado pelo IRPF foi maior que em 1996.

Receitas de Operações de Crédito

Operações de Crédito são recursos oriundos da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto a Entidades estatais ou particulares internas ou externas.

As Receitas de Operações de Crédito realizadas no exercício de 1996 importaram em R$ 939.023 milhões, como se demonstra a seguir:

TABELA 17: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
	PREVISÃO INICIAL	REALIZADAS	ÍNDICE	Variação % anual
1992	12.514	142.558	100.00	-o-
1993	2.442	29.754	20.87	-79.13
1994	2.965	277.467	194.63	832.54
1995	235.429	153.894	107.95	-44.54
1996	307.051	939.023	658.70	510.18

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Do total das Operações de Crédito realizadas em 1996, no valor de R$ 939.022 milhões, as Operações de Crédito Internas perfizeram o valor de R$ 911.784 milhões e as Operações de Crédito Externas o valor de R$ 27.238 milhões.

O quadro a seguir apresenta as Operações de Crédito Internas, realizadas em 1996:

	Em R$
- FINEP/UDESC - LEI 9010/93	1.506.465.24
- EMISSÃO DE LETSC - LEI 10.168/96	604.498.433.54
- FINANCIAMENTO J/CEF/SEF-PROER -VOTO 162/95	90.000.000.00
- ROLAGEM DE LFTSC - LEI ESTADUAL 7.546/89	215.778.858.46
TOTAL	**911.783.757.24**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA nº 00449

As Operações de Crédito Externas, realizadas em 1996, foram as seguintes:

	Em R$
- BIRD/SEAA -LEI 8.269 /91	5.216.408.40
- PROG. COR.ROD.OC/BR-BIRD III - LEI 6.591/85	10.367.900,00
- MLW-HERMES/CLEARING LEI 7.698/89	1.327.549.63
- BIRD/STO LEI 8.689/92	10.327.141.01
TOTAL	**27.238.999,04**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96

Em 1996 houve um incremento da receita com Operações de Crédito se comparada as verificadas em outros exercícios. Em relação ao ano de 1995, observa-se que a receita de Operações de Créditos realizadas em 1996 cresceu 510,18 %.

Observa-se, também, que as Receitas de Operações de Crédito do ano de 1996 foi superior a soma das receitas obtidas a esse título no período 1992 a 1995.

Cabe ressaltar que a rolagem de LFTSC no valor de R$ 215,779 milhões, não representa entrada de recursos financeiros ao Tesouro do Estado, mas sim, o seu registro no sistema orçamentário e contábil, ocasionado pelo conseqüente aumento do saldo da Dívida Pública.

Receita Corrente Líquida e Receita Líquida Disponível

A Receita Corrente Líquida, segundo a Lei Complementar Federal nº. 82 de 27 de março de 1995, com vigência a partir do ano de 1996, representa o seguinte:

> *"A Receita Corrente Líquida é entendida como sendo os totais das respectivas Receitas Correntes, deduzidos os valores das Transferências de Participações constitucionais e legais, dos Municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados"*

De acordo com este conceito, a Receita Corrente Líquida apurada no ano de 1996, perfaz um total de R$ 2.030.595.634,52, equivalente a 56,98% da Receita Orçamentária Total.

A Receita Líquida Disponível, segundo a Lei 9.900, de 21 de julho de 1995 em seu Art. 11, § 1º, é assim definida:

> *"§ 1º Entende-se por Receita Líquida Disponível aquela apurada deduzindo-se, da receita total do Tesouro do Estado, as operações de crédito, convênios, ajustes e acordos administrativos, transferências constitucionais aos municípios e a receita proveniente da contribuição social do salário-educação".*

De acordo com este conceito, a Receita Líquida Disponível arrecadada em 1996 perfez o montante de R$ 1.822.292.577,38, equivalente a 51,14% da Receita Orçamentária Total.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00450

A composição da Receita Líquida Disponível é integrada pela Receita Tributária, Receita Patrimonial, Transferências Correntes, Outras Receitas Correntes, Dívida Ativa e Receitas Diversas, arrecadadas no exercício de 1996, em valores nominais e relativos.

Observa-se que a Receita Líquida Disponível está composta das seguintes fontes de recursos e percentuais:

Receitas Tributárias	79,92%
Receita Patrimonial	1,55%
Transferências Correntes	16,43%
Outras Receitas Correntes	1,47%
Dívida Ativa	0,56%
Receitas Diversas	0,07%
Receitas de Capital	0,00%

A seguir demonstra-se a Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida, Receita Líquida Disponível e Receita Vinculada:

DIVISÃO DE EXPEDI
FOLHA Nº 00451

TABELA 18: DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL E RECEITA VINCULADA DO EXERCÍCIO DE 1996

Em R$

DESCRIÇÃO	TOTAL DA RECEITA ARRECADADA NO ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RECEITA LIQUIDA DISPONIVEL(1)	RECEITA VINCULADA
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**3.563.393.671,36**	**2.030.595.634,52**	**1.822.292.577,38**	**1.741.101.093,97**
RECEITAS CORRENTES	***2.592.381.782,14***	***2.030.595.634,52***	***1.822.280.777,38***	***770,101.004,76***
RECEITAS TRIBUTÁRIA	**1.967.970.907,52**	**1.456.302.697,36**	**1.456.302.697,36**	**511.668.210,16**
IMPOSTOS	**1.966.024.871,41**	**1.454.366.661,25**	**1.454.366.661,25**	**511.668.210,16**
IMP S/TRANSM DE BENS IMÓVEIS	131 725 76	65 863 01	65 863 01	65 862 77
ITBI - ESTADUAL	65 863 01	65 863 01	65 863 01	0 00
ITBI - MUNICIPAL	65 862 77	0 00	0 00	65 862 77
IMP S/PROPR VEICULOS AUTOMOTORES	86 478 538 92	43 239 393,26	43 239 393 26	43 239 145 66
IPVA - ESTADUAL	43 239 393 26	43 239 393 26	43 239 393 26	0 00
IPVA - MUNICIPAL	43 239 145 66	0 00	0 00	43 239 145 66
IMP SS/TRANS CAUSA MORT BENS DIR	5 923 535 65	5 923 535,65	5 923 535 65	0 00
IMP S/CIRC MERC E SERVIÇOS	1 873 491 071 06	1 405 127 869 33	1 405 127 869 33	468 363 201 73
ICMS - ESTADUAL	1 405 127 869,33	1 405 127 869,33	1 405 127 869 33	0 00
ICMS - MUNICIPAL	468 363 201 73	0 00	0 00	468 363 201 73
TAXAS	**1.946.036,11**	**1.946.036,11**	**1.946.036,11**	**0,00**
RECEITA PATRIMONIAL	**28.179.409,74**	**28.179.409,74**	**28.179.409,74**	**0,00**
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	**478.867.261,08**	**441.726.972,71**	**299.422.721,69**	**179.434.539,39**
FPE	111 803 059,49	111 803 059,49	111 803 059,49	0 00
COTA-PARTE F ESTP PETROBRAS	28 357 85	28 357 85	28 357 85	0 00
IRRF	64 083 103,67	64 083 103 67	64 083 103 67	0 00
IPI	148 525 153 74	111 393 865 37	111 393 865 37	37 131 288 37
IPI - ESTADUAL	111 393 865,37	111 393 865,37	111 393 865 37	0 00
IPI - MUNICIPAL	37 131 288,37	0 00	0 00	37 131 288 37
COTA-PARTE CONTR SAL EDUCAÇÃO	56 488 763 23	56 488 763,23	0 00	56 488 763 23
TRANSF. DE CONVÊNIO E AUXÍLIOS	85 814 487 79	85 814 487,79	0 00	85 814 487 79
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	12 114 335 31	12 114 335,31	12 114 335,31	0 00
OUTRAS REC. CORRENTES	**117.374.203,80**	**104.387.564,71**	**38.376.948,69**	**78.998.266,21**
MULTA E JUROS DE MORA DOS IMPOSTOS	33 720 130 01	24 118 683,16	24 118 683 16	9 601 446 85
ITBI - ESTADUAL	13 881 57	13 881 57	13 881 57	0 00
ITBI - MUNICIPAL	13 881 39	0 00	0 00	13 881 39
IPVA - ESTADUAL	2 384 949 20	2 384 949,20	2 384 949 20	0 00
IPVA - MUNICIPAL	2 384 598 01	0 00	0 00	2 384 598 01
ITCMD	101 924 02	101 924,02	101 924 02	0 00
ICMS - ESTADUAL	21 617 928 37	21 617 928,37	21 617 928 37	0 00
ICMS - MUNICIPAL	7 202 967 45	0 00	0 00	7 202 967 45
MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	10 670 95	10 670,95	10 670 95	0 00
ATOS DA ADM EM GERAL	7 058 06	7 058,06	7 058 06	0 00
ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	3 589 29	3 589,29	3 589 29	0 00
ATOS DA APOSENT DE SERVID AUXIL JUSTIÇA	23 60	23 60	23 60	0 00
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	760 766 37	760 766 37	760 766 37	0 00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1 989 718 32	1 989 718 32	1 989 718 32	0 00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	13 580 171 10	10 194 968 86	10 194 968 86	3 385 202 24
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ESTADUAL	10 157 456 92	10 157 456,92	10 157 456 92	0 00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	3 385 202 24	0 00	0 00	3 385 202 24
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	37 511 94	37 511,94	37 511 94	0 00
RECEITAS DIVERSAS	67 312 747 05	1 301 140,93	1 301 140 93	66 011 606 12
BAIXA DE PASSIVO FINANCEIRO (*)	66 011 606 12	66 011 606 12	0 00	66 011 606 12
RECEITA DA LOTESC	60 223 66	0 00	60 223 66	0 00
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	1 240 917 27	1 240 917,27	1 240 917 27	0 00
RECEITAS CAPITAL	***971,011.889,21***	***0,00***	***11.800,00***	***971,000.089,21***
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**939.022.766,28**	**0,00**	**0,00**	**939.022.766,28**
ALIENAÇÃO DE BENS	**11.800,00**	**0,00**	**11.800,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**31.977.332,93**	**0,00**	**0,00**	**31.977.332,93**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96

Nota: (1) Corresponde o total da receita orçamentária anual menos as receitas vinculadas.

Obs: (*) Foi excluido da coluna da Receita Líquida Disponivel o valor de RS 66.011.606,12 que corresponde a Baixa de Passivos Financeiros por tratar-se de restos a pagar.

TABELA 19: VALORES TOTAIS DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL E RECEITA VINCULADA DO EXERCÍCIO DE 1996

Em R$

DESCRIÇÃO	VALOR	%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL	3.563.393.671,35	100.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.030.595.634,52	56.98
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	1.822.292.577,38	51.14
RECEITA VINCULADA	1.741.101.093,97	48.86

Fonte: Balanço Geral do Estado de 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00452

2.2.2 - Alterações Orçamentárias

O Orçamento do Estado, para o exercício de 1996, aprovado pela Lei Nº 10.056, de 29 de dezembro de 1995, fixou a despesa no montante de R$ 3,285 bilhões, do qual, excluindo-se R$ 616 milhões destinados às despesas da Administração Indireta, apura-se que R$ 2,669 bilhões foram destinados à Administração Direta.

A execução orçamentária da despesa passa a ser demonstrada:

TABELA 20: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA - EXERCÍCIO DE 1996

Em R$

DISTRIBUIÇÃO	R$	%
LEI ORÇAMENTÁRIA No. 10.056, DE 29/12/95	2.668.919.569,00	67,64
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	1.516.742.229,91	38,44
CRÉDITOS ESPECIAIS	7.494.000,00	0,19
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00
REDUÇÃO DE DOTAÇÕES	(247.561.442,39)	(6,27)
TOTAL AUTORIZADO	**3.945.594.356,52**	**100,00**
DESPESA EMPENHADA	3.339.633.708,07	84,64
SALDO DE DOTAÇÕES	605.960.648,45	15,36
TOTAL	**3.945.594.356,52**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1996

Aos Créditos Orçamentários previstos na Lei Nº 10.056, de 29 de dezembro de 1995, no montante de R$ 2,669 bilhões, foram adicionados Créditos Suplementares no valor de R$ 1,517 bilhão e Créditos Especiais de R$ 7,494 milhões.

Do total supracitado foram reduzidas as Anulações de Dotações no valor de R$ 247,561 milhões, apurando-se Créditos Autorizados no montante de R$ 3,946 bilhões.

Os Créditos Especiais abertos no valor de R$ 7,494 milhões foram destinados à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com o objetivo de integralizar o Fundo de Assistência Social, Lei nº 10.074, de 30/01/96 e Decreto nº 666, de 08/02/96.

Dos Créditos Autorizados, foram utilizados R$ 3,340 bilhões restando o saldo de R$ 605,961 milhões que se constitui na economia orçamentária do exercício.

Com base no excesso da Receita Líquida Disponível - RLD de 1996 (RLD estimada de R$ 1,656 bilhão menos RLD realizada de R$ 1,822 bilhão), no montante de R$ 166,292 milhões, entende-se que o Estado só poderia suplementar créditos orçamentários oriundos da fonte dos Recursos Ordinários (00) até este valor.

No entanto, verificou-se abertura de créditos orçamentários suplementares da fonte dos Recursos Ordinários (00) no valor R$ 757,215 milhões.

A diferença de R$ 590,923 milhões ficou sem a devida cobertura de recursos disponíveis, conforme Art. 43, *caput* da Lei 4.320/64.

O Decreto nº 1.454, de 19/12/96, abriu crédito adicional no valor de R$ 122.107.000,00, com recursos de receita vinculada à fonte (07) - Operação de Créditos Internas. decorrentes das operações das LFTSC. para suplementar a dotação 6401.03080332.361-3264.00 - Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro. Todavia, a

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00453

destinação desses recursos para atender as despesas classificadas na dotação supra é indevida, por se tratar de recursos vinculados a despesa com pagamentos de precatórios alcançados pelo Art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal e Art. 16, § 4°, da Resolução do Senado Federal N° 69, de 14/12/95.

O Orçamento do Estado foi suplementado no montante de R$ 108.500 milhões, por conta dos recursos repassados pela INVESC, conforme os Decretos de abertura de crédito de n°s 710/961, 895/96 e 1.108/96. Esses recursos repassados pela INVESC, contabilizados como Depósitos de Diversas Origens - DDO no valor de R$ 167.562 milhões, são de natureza extra-orçamentária, não se constituindo em recursos hábeis para abertura de créditos adicionais nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/64.

Atualização Monetária

A Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996 (Lei nº 9.900, de 21/07/95), em seu artigo 6°, parágrafos 2° e 3°, indica como deve ser feita a atualização monetária em 1996 das dotações consignadas na lei orçamentária anual e dos saldos mensais.

Inicialmente, o orçamento foi atualizado em 1° de janeiro de 1996, com base na variação do IGP-DI, apurado no período de 1° de julho a 31 de dezembro de 1995, limitado ao crescimento efetivo da Receita no mesmo período.

A partir de 1° de janeiro de 1996, os valores consignados na lei orçamentária anual serão corrigidos monetariamente, mês a mês, com base no IGP-DI, apurado no mês anterior, limitada a correção ao crescimento efetivo da Receita no mesmo período, conforme demonstra a tabela seguinte:

TABELA 21 - ÍNDICE DE CORREÇÃO DOS SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM 1996

MÊS	DECRETO	ÍNDICE	No. DOE	BASE PARA ÍNDICE
JUL A DEZ/95	651/96	1.0183	15.356	VARIAÇÃO ACUMULADA DA RLD DO PERÍODO 01/07 A 31/12/95.
JAN/96	650/96	1.0027	15.356	IGP-DI DO MÊS DE DEZEMBRO/95
FEV/96	687/96	1.0179	15.377	IGP-DI DO MÊS DE JANEIRO/96
MAR/96	-o-	-o-	-o-	-o-
ABR/96	833/96	1.0022	15.418	IGP-DI DO MÊS DE MARÇO/96
MAI/96	912/96	1.0070	15.437	IGP-DI DO MÊS DE ABRIL/96
JUN/96	-o-	-o-	-o-	-o-
JUL/96	-o-	-o-	-o-	-o-
AGO/96	1.120/96	1.0109	15.497	IGP-DI DO MÊS DE JULHO/96
SET/96	1.214/96	1.0004	15.525	IGP-DI DO MÊS DE AGOSTO/96
OUT/96	1.256/96	1.0013	15.537	IGP-DI DO MÊS DE SETEMBRO/96
NOV/96	-o-	-o-	-o-	-o-
DEZ/96	1.518/96	1.0028	15.583	IGP-DI DO MÊS DE NOVEMBRO/96

Fonte: Diário Oficial do Estado/SC.

Constatou-se que, de uma forma geral, a metodologia empregada para atualização dos saldos das dotações orçamentárias mês a mês, não vem sendo corretamente aplicada, pois os índices de correção têm sido empregados sobre o montante dos créditos do início de cada mês, quando deveriam ser atualizado somente no final do mês.

Observa-se, pelo exame efetuado, que o critério de atualização de dotações utilizado não guardou conformidade com a autorização contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, repetindo-se o ocorrido no exercício anterior, em virtude dos Créditos Suplementares sofrerem acréscimo indevido.

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00454

O reflexo da operação acabou prejudicando parcialmente a execução do orçamento, quanto a realização das despesas que se baseiam nos saldos das dotações orçamentárias para fins de empenhamento. Ocasionou, também, distorções quando da verificação do excesso de arrecadação, onde a diferença entre o previsto e o arrecadado foi menor.

Contudo, verifica-se que o acréscimo indevido supracitado não comprometeu a despesa empenhada, uma vez que houve uma economia orçamentária no valor de R$ 605.960.648,45.

2.2.3 - Despesa Orçamentária Realizada

A despesa orçamentária realizada pela Administração Direta, no exercício de 1996, atingiu o montante de R$ 3,340 bilhões, assim demonstrada:

TABELA 22: COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR SUBCATEGORIAS ECONÔMICAS ORÇADAS E REALIZADAS EM 1996

Em R$

DESPESA	ORÇADA	AUTORIZADA (A)	REALIZADA (B)	SALDO (C)	% B/A	% C/A
DESPESAS CORRENTES	**1.998.747.427,00**	**2.963.568.503,81**	**2.706.299.526,43**	**257.268.977,38**	**91,32**	**8,68**
CUSTEIO	862.418.925,00	1.147.751.960,37	1.050.913.189,28	96.838.771,09	91,56	8,44
TRANSF.CORRENTES	1.136.328.502,00	1.815.816.543,44	1.655.386.337,15	160.430.206,29	91,16	8,84
DESPESAS DE CAPITAL	**668.172.142,00**	**981.891.096,26**	**633.334.181,64**	**348.556.914,62**	**64,50**	**35,50**
INVESTIMENTOS	85.133.750,00	117.673.879,09	60.885.833,29	56.788.045,80	51,74	48,26
INVERSÕES	9.514.259,00	25.551.813,52	17.619.272,19	7.932.541,33	68,96	31,04
TRANSF. CAPITAL	573.524.133,00	838.665.403,65	554.829.076,16	283.836.327,49	66,16	33,84
RESERV CONTINGÊNCIA	**2.000.000,00**	**134.756,45**	**0,00**	**134.756,45**	**0,00**	**100,00**
TOTAL DAS DESPESAS	***2.668.919.569,00***	***3.945.594.356,52***	***3.339.633.708,07***	***605.960.648,45***	***84,64***	***15,36***

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

Do total dos créditos autorizados de R$ 3,945 milhões, em 1996, 15,36% não foi executado, ou seja, R$ 605,961 milhões ficaram como saldo não utilizado, propiciando ao Estado uma economia em igual montante.

Com base no Balanço Patrimonial do Estado da Administração Direta, do total das despesas empenhadas de R$ 3,340 bilhões, R$ 363,670 milhões, ou seja, 10,89% foram lançados em Restos a Pagar.

Fazendo-se um parâmetro com a Receita Líquida Disponível, significa dizer que em 1997 o Governo do Estado tem o equivalente a dois meses de Receita Líquida Disponível para saldar os compromissos restantes de 1996.

TABELA 23: COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS E SUBCATEGORIAS ECONÔMICAS - 1996

Em R$

DESPESA	VALORES	%
DESPESAS CORRENTES	**2.706.299.526,43**	**81,03**
CUSTEIO	1.050.913.189,28	24,19
TRANSF.CORRENTES	1.655.386.337,15	49,56
DESPESAS DE CAPITAL	**633.334.181,64**	**18,97**
INVESTIMENTOS	60.885.833,29	1,83
INVERSÕES	17.619.272,72	0,53
TRANSF. CAPITAL	554.829.076,16	16,61
TOTAL DAS DESPESAS	**3.339.633.708,07**	**100,00**

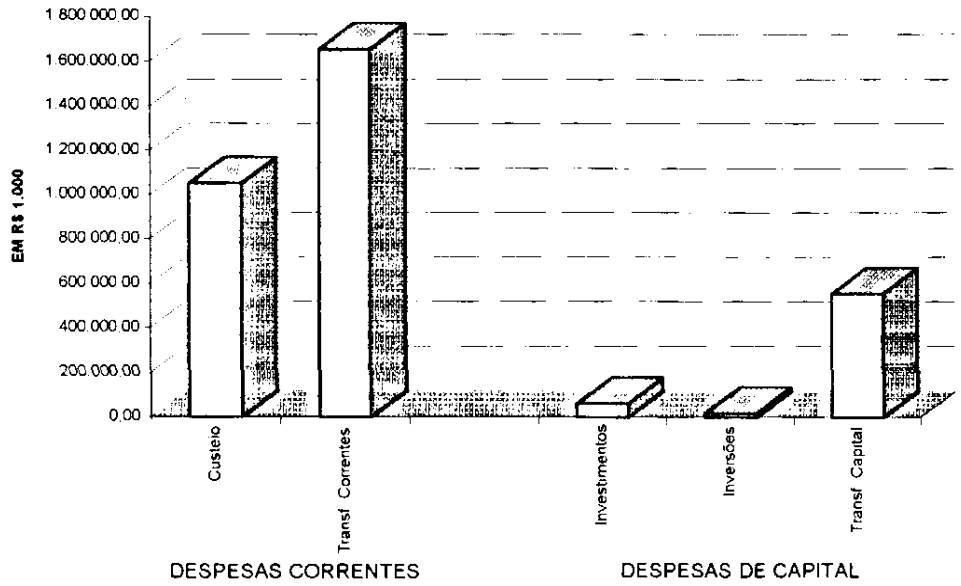
Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00455

O gráfico a seguir evidencia a composição das despesas por categorias econômicas:

GRÁFICO 04 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS -1996

Em R$ 1.000



Fonte: Balanço Geral do Estado - 1996.

Em relação a despesa realizada por subcategoria econômica, as mais expressivas foram as Transferências Correntes com 49,56%, as Despesas de Custeio com 31,47% e as Transferências de Capital com 16,61%. Todavia, as despesas de investimentos tiveram participação pouco significativa de 1,83%, em relação à Despesa Total Realizada.

Destaca-se que as despesas com Transferências Correntes foram superiores às Despesas de Custeio, contudo, ressalta-se que é através desta subcategoria econômica de despesa que o Estado repassa recursos financeiros à Administração Indireta (Autarquias, Empresas Deficitárias e Fundações).

TABELA 24: DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO - EXERCÍCIO 1996

Em R$

FUNÇÕES	EMPENHADO	%
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.464.957.566,46	43,87
EDUCAÇÃO E CULTURA	448.323.370,55	13,42
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	447.337.442,47	13,39
TRANSPORTE	205.000.404,73	6,14
DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA	184.873.814,15	5,53
JUDICIÁRIA	165.501.094,99	4,96
SAÚDE E SANEAMENTO	141.567.412,36	4,24
AGRICULTURA	139.124.180,04	4,17
LEGISLATIVA	63.823.852,22	1,91
TRABALHO	34.562.470,55	1.03
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.767.995,67	0,98
HABITAÇÃO E URBANISMO	11.492.133,88	0,35
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	301.970,00	0,01
TOTAL	**3.339.633.708,07**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00456

Os gastos por funções de Governo mais expressivos foram realizados nas funções Administração e Planejamento, com a participação de 43,87 % em relação à despesa total, Educação e Cultura com 13,42 % e Assistência e Previdência com 13,39 %.

Um dos motivos pelo qual a função Administração e Planejamento representou 43,87 %, ensejando o maior percentual em relação a despesa orçamentária ocorrida em 1996, deveu-se ao fato de que a manutenção da estrutura administrativa do Estado, ocorre, em boa parte, através das atividades denominadas de "Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos".

Destaca-se a seguir, as cinco maiores despesas realizadas a nível de elemento, que pertencem à categoria econômica "Despesas Correntes", em ordem decrescente de valores numéricos:

TABELA 25: AS CINCO MAIORES DESPESAS POR ELEMENTO

Em R$

ELEMENTO	DESPESA EMPENHADA	%
Pessoal	807.825.084,69	24,19
Transferências Intergovernamentais	572.405.990,37	17,14
Transferências a Pessoas	446.532.458,29	13,37
Encargos da Dívida Interna	325.426.533,38	9,74
Amortização da Dívida Interna	295.098.511,01	8,84
TOTAL	**2.447.288.577,74**	**73,28**

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996

A seguir apresenta-se a despesa realizada por Órgão:

TABELA 26: DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO - EXERCÍCIO DE 1996

Em R$

ORGÃOS	VALOR	%
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	62.208.782,46	1,86
TRIBUNAL DE CONTAS	21.944.048,56	0,66
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	142.643.614,23	4,27
MINISTÉRIO PÚBLICO	49.701.298,83	1,49
GABINETE DO GOVERNADOR	24.421.699,09	0,73
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	648.946,48	0,02
PROC. GERAL DA FAZENDA JUNTO AO TCE/SC	4.111.619,66	0,12
SEC. EST. DES. RURAL E AGRICULTURA	143.209.835,85	4,29
SEC. EST. EDUCAÇÃO E DESPORTO	624.924.215,93	18,71
SEC. EST. DES. SOCIAL E FAMÍLIA	95.576.777,53	2,86
SEC. EST. DA ADMINISTRAÇÃO	8.226.064,63	0,25
SEC. EST. DA SAUDE	147.852.443,11	4,43
SEC. EST. DA SEGURANÇA PUBLICA	54.538.506,12	1,63
SEC.EST. DES. ECON. CIENT. TECNOLÓGICO (*)	3.061.394,88	0,09
SEC.EST. DA CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL (*)	4.999.474,62	0,15
SEC.EST. DA FAZENDA	164.245.850,68	4,92
SEC.EST. DOS TRANSPORTES E OBRAS	211.708.672,40	6,34
SEC.EST. DES. URB. MEIO AMBIENTE	6.336.930,27	0,19
SEC.EST. JUSTIÇA E CIDADANIA	16.622.259,32	0,50
POLÍCIA MILITAR	183.248.869,71	5,49
SEC.EST. DO GOVERNO (**)	16.811.332,22	0,50
SEC.EST. DO DES. ECON. E INT. AO MERCOSUL (**)	7.281.575,07	0,22
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	784.566.893,11	23,49
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	560.742.603,31	16,79
TOTAL GERAL	**3.339.633.708,07**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1996
Nota: (*) Despesas realizadas até maio/96.
(**) Despesas realizadas de junho/96 até dezembro/96.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00457

As seis Unidades Orçamentárias que tiveram as maiores despesas, no exercício de 1996, foram:

TABELA 27: MAIORES DESPESAS POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS EM ORDEM DECRESCENTE

R$

ÓRGÃOS	VALOR	%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	784.566.893,11	23,49
SEC. EST. EDUCAÇÃO E DESPORTO	624.924.215,93	18,71
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	560.742.603,31	16,79
SEC.EST. DOS TRANSPORTES E OBRAS	211.708.672,40	6,34
POLÍCIA MILITAR	183.248.869,71	5,49
SEC.EST. DA FAZENDA	164.245.850,68	4,92
TOTAL	**2.529.437.105,14**	**75,74**

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996.

As seis Unidades Orçamentárias que realizaram os maiores gastos representam 75,74% do total das despesas realizadas pelo Estado em 1996.

Observa-se que os valores da Unidade Orçamentária "Transferências a Municípios" referem-se às transferências constitucionais de impostos, cuja competência de arrecadação é do Estado, contudo, não se constituem como despesas próprias do Estado.

Algumas despesas da Administração Direta do Poder Executivo são custeadas através da Unidade Orçamentária "Encargos Gerais do Estado", a qual centraliza os pagamentos de água, luz, telefone, pensões especiais, amortizações e encargos de contratos, financiamentos internos e externos, participação no capital social do BRDE, BESC e BADESC/Prodem, serviços do CIASC, restituição e reposições de tributos, pagamento do PASEP, participação do Estado em projetos municipais e comunitários, reposições e restituições de tributos, assistência médica-cirúrgica e auxílio funeral ao IPESC.

A seguir demonstra-se as despesas realizadas pelo Estado, por categorias econômicas, a nível de elemento:

DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00458

TABELA 28: DESPESA REALIZADA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS, A NÍVEL DE ELEMENTO - 1996

Em R$

TÍTULO DA CONTA	ORÇADO	AUTORIZADO	EMPENHADO	%
DESPESAS CORRENTES				
- CUSTEIO	**862.418.925,00**	**1.147.751.960,37**	**1.050.913.189,28**	**31,47**
Pessoal	666.328.048,00	855.375.003,37	807.825.084,69	24,19
Material de Consumo	50.293.669,00	48.779.455,73	37.399.243,42	1,12
Serviço de Terceiros e Encargos	134.134.488,00	206.843.964,65	171.524.597,27	5,14
Diversas Despesas de Custeio	11.662.720,00	36.753.536,62	34.164.263,90	1,02
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**1.136.328.502,00**	**1.815.816.543,44**	**1.655.386.337,15**	**49,57**
Transferências Intragovernamentais	219.769.876,00	304.514.941,88	247.109.565,35	7,40
Transferências Intergovernamentais	504.128.966,00	604.828.239,76	572.405.990,37	17,14
Transferências a Instituições Privadas	30.907.173,00	32.021.515,54	29.638.038,44	0,89
Transferências à Pessoas	248.880.802,00	456.693.948,58	446.532.458,29	13,37
Encargos da Dívida Interna	105.838.829,00	378.802.212,58	325.426.533,38	9,74
Encargos da Dívida Externa	14.050.068,00	22.192.160,92	18.363.082,30	0,55
PASEP	12.029.101,00	14.190.652,14	14.108.706,08	0,42
Diversas Transferências Correntes	723.667,00	2.572.872,04	1.801.962,94	0,05
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	**668.172.142,00**	**2.963.568.503,81**	**2.706.299.526,43**	**81,03**
DESPESAS DE CAPITAL				
- INVESTIMENTOS	**85.133.750,00**	**117.673.879,09**	**60.885.833,29**	**1,83**
Obras e Instalações	34.898.598,00	49.485.715,25	29.698.754,54	0,89
Equipamentos e Material Permanente	48.335.774,00	55.749.965,75	19.916.578,53	0,60
Investimentos em Regime de Execução Especial	-o-	-o-	-o-	-o-
Cons. Aumento Cap. Emp. Ind. ou Agrícolas	1.078.000,00	8.483.852,68	7.323.400,00	0,22
Diversos Investimentos	821.378,00	3.954.345,41	3.947.100,22	0,12
- INVERSÕES FINANCEIRAS	**9.514.259,00**	**25.551.813,52**	**17.619.272,19**	**0,53**
Aquisição de Imóveis	262.743,00	30.982,16	0,00	-o-
Aquisição Bens de Capital já em Utilização	40.743,00	56,31	0,00	-o-
Aquisição Tít. Rep. Cap. já Integralizados	204.753,00	603.856,41	450.617,48	0,01
Const. Aumento Cap. . Emp. Com. ou Financeiras	9.005.000,00	24.915.832,77	17.168.654,71	0,52
Diversas Inversões Financeiras	1.020,00	1.085,87	0,00	-o-
Aquisição de Bens para Revenda	-o-	-o-	-o-	-o-
Aquisição de Títulos de Crédito	-o-	-o-	-o-	-o-
Concessão de Empréstimos	-o-	-o-	-o-	-o-
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**573.524.133,00**	**838.665.403,65**	**554.829.076,16**	**16,61**
Transferências Intragovernamental	320.127.101,00	438.522.401,97	205.109.596,51	6,14
Transferências Intergovernamental	24.386.727,00	47.680.265,02	31.597.045,60	0,95
Transferências a Instituições Privadas	3.168.358,00	5.576.824,60	3.066.894,81	0,09
Amortização da Dívida Interna	213.486.617,00	325.098.420,60	295.098.511,01	8,84
Amortização da Dívida Externa	12.354.330,00	21.183.957,81	19.476.048,23	0,58
Diferença de Câmbio	-o-	-o-	-o-	-o-
Diversas Transferências de Capital	1.000,00	603.533,65	480.980,00	0,01
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	**668.172.142,00**	**981.891.096,26**	**633.334.181,64**	**18,97**
- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**2.000.000,00**	**134.756,45**	-o-	-o-
TOTAL DAS DESPESAS	**2.668.919.569,00**	**3.945.594.356,52**	**3.339.633.708,07**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996.

As Despesas Correntes envolveram recursos da ordem de R$ 2.706 bilhões e as Despesas de Capital de R$ 633.334 milhões, eqüivalendo respectivamente a 81,03 % e 18,97 % da Despesa Total.

Traçando-se uma comparação entre a Despesa Realizada pela Administração Direta, no triênio 1994-96, observa-se que os elementos de despesa onde se registraram os maiores acréscimos de dispêndios foram :

DIVISÃO DE EXPEDIE
FOLHA Nº 00459

TABELA 29: MAIORES ACRÉSCIMOS DE DISPÊNDIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA NO TRIÊNIO - 1994 - 1996

Em R$

DESPESA	1994	%	1995	%	1996	%
Total Geral da Despesa	**1.851.648.879,20**	**100,00**	**2.774.362.191,49**	**149,83**	**3.339.633.708,00**	**180,36**
Pessoal	439.014.945,57	100,00	829.996.954,41	189,06	807.825.084,00	184,01
Serv. de Terc. e Enc.	92.724.519,17	100,00	136.871.151,71	146,53	171.524.597,00	184,98
Transf. Cor. Intragov.	129.409.971,55	100,00	233.079.601,67	180,11	247.109.565,00	190,95
Transf. Cor. Intergov.	306.654.422,75	100,00	535.906.913,47	174,76	572.405.990,00	186,66
Transf. Cor. a Pessoas	178.876.117,94	100,00	367.797.812,16	205,62	446.532.458,00	249,63
Enc. da Div. Interna	57.027.825,65	100,00	101.894.534,14	178,68	325.426.533,00	570,65
Amort. Dívida Interna	281.289.434,26	100,00	187.300.568,04	66,59	295.098.511,00	104,91
Const. Aum. Capital	5.574.510,78	100,00	10.108.884,93	181,34	117.168.654,00	307,98
Emp. Coml. ou Financ.						

Fonte: Balanço Geral do Estado 1996

A evolução das despesas, a nível de Categorias Econômicas, nos últimos exercícios, assim se apresenta:

TABELA 30: EVOLUÇÃO DA DESPESA A NÍVEL DE CATEGORIAS ECONÔMICAS 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	DESPESAS CORRENTES (A)		DESPESAS DE CAPITAL (B)		TOTAL DAS DESPESAS (A+B) = (C)	
	VALORES	ÍNDICE (A/C)	VALORES	ÍNDICE (B/C)	VALORES	ÍNDICE BASE 1992
1992	961.148	73,96	338.460	26,04	1.299.608	100,00
1993	937.958	81,56	212.123	18,44	1.150.081	88,49
1994	1.281.492	69,21	570.157	30,79	1.851.649	142,48
1995	2.310.394	83,28	453.371	16,34	2.774.361	213,48
1996	2.706.299	81,04	633.334	18,96	3.339.633	256,97

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

A análise horizontal da tabela mencionada demonstra que em 1996 as Despesas Correntes foram da ordem de R$ 2,706 bilhões, eqüivalendo a 81,04 % em relação ao total das despesas realizadas, as quais atingiram o montante de R$ 3,339 bilhões.

Numa análise vertical dos dados apresentados na tabela supracitada, verifica-se que as Despesas Correntes realizadas em 1996 diminuíram 2,24 percentuais em relação a Despesa Corrente realizada em 1995.

Já as Despesas de Capital alcançaram o valor de R$ 633,334 milhões correspondendo a 18,96 % em relação a Despesa Total de 1996.

Os Investimentos e Inversões atingiram R$ 78,505 milhões, ou seja, 2,35 % da despesa total do exercício de 1996, e podem ser assim demonstrados:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00460

TABELA 31: INVESTIMENTOS E INVERSÕES REALIZADAS- 1996

Em R$ 1.000

DESPESAS	ORÇADO	AUTORIZADO	EMPENHADO	%
INVESTIMENTOS	85.133	117.674	60.885	77,56
OBRAS E INSTALAÇÕES	34.898	49.486	29.699	37,83
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	48.336	55.750	19.916	25,37
DIVERSOS INVESTIMENTOS	821	3.954	3.947	5,03
CONST. AUMENT. CAP. EMPRESAS	1.078	8.484	7.323	9,33
INVERSÕES	9.514	25.552	17.619	22,44
TOTAL	**94.647**	**143.226**	**78.504**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

Os maiores gastos observados do total de Investimentos e Inversões, foram com Obras e Instalações, 37,83 % e Constituição ou Aumento de Capital de Empresas 25,37 %.

TABELA 32: INVESTIMENTOS E INVERSÕES X DESPESA ORÇAMENTÁRIA - 1992-96 EM VALORES CONSTANTES

Em R$ 1.000

ANO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (A)		INVESTIMENTOS (B)		INVERSÕES (C)		TOTAL (B + C) = (D)		
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	D/A %
1992	1.299.608	100,00	23.193	100,00	16.219	100,00	39.412	100,00	3,36
1993	1.150.081	88,49	42.367	182,68	9.607	59,23	51.974	131,88	4,43
1994	1.851.649	161,00	58.007	136,91	11.794	122,76	69.801	134,30	5,96
1995	2.774.361	149,83	70.584	121,68	10.258	86,97	80.842	115,82	6,90
1996	3.339.633	120,37	60.885	86,26	17.619	171,76	78.504	97,11	2,36

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Os Investimentos e as Inversões revelam-se pouco significativos no ano de 1996, perfazendo o valor de R$ 78,504 milhões, o que representa 2,36 % em relação a Despesa Orçamentária do mesmo exercício.

Observa-se, também, que o percentual total dos Investimentos e das Inversões ocorridos em 1996, ou seja, 2,36 %, foi inferior a média dos últimos quatro anos, a qual foi de 5,16 %, o que significa dizer que no total dos gastos estas duas modalidades de despesas perderam sua participação relativa na execução orçamentária da Administração Direta.

As tabelas seguir detalham a evolução dos gastos do Estado com as Transferências Correntes e de Capital ocorridas no último qüinqüênio.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00461

TABELA 33: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES, EM VALORES CONSTANTES - 1992-96

Em R$ 1.000

TRANSFERÊNCIAS	1992		1993		1994		1995		1996	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
TRANS. INTRAGOVERNAMENTAIS	45.251	9,46	102.483	19,31	129.408	18,28	233.079	17,90	247.109	14,93
ENCARGOS DA DÍVIDA PUBLICA	34.245	7,16	43.288	8,16	67.321	9,51	118.835	9,13	343.789	20,76
OUTRAS TRANSF. CORRENTES	398.881	83,39	384.840	72,53	511.274	72,21	950.209	72,97	1.064.487	64,31
TOTAL	478.377	100,00	530.611	100,00	708.003	100,00	1.302.123	100,00	1.655.385	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio);
Nota: 1) Transferências Intragovernamentais = Transferências Operacionais, Subvenções Econômicas, Contribuições Correntes e Contribuições a Fundos;
2) Encargos da Dívida Pública Interna e Externa = Juros de Dívida Contratada, Outros Encargos de Dívida Contratada, Juros sobre Títulos do Tesouro, Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro, Juros e Encargos de Outras Dívidas e Correções Monetárias sobre Operações por Antecipação da Receita.
3) Outras Transferências Correntes para fins de análise das tabelas compreende: Transferências Intergovernamentais, Transferências à Instituições Privadas, Transferências à Pessoas, Contribuição para a Formação do PASEP e Diversas Transferências Correntes.

Das Transferências Correntes realizadas em 1996, a Administração Indireta e os Fundos Especiais foram destinatários de 14,93 %.

Do total das Transferências Correntes, os Encargos e Serviços da Dívida Pública compreenderam 20,76%, superior a média geral dos últimos anos, que foi 8,49%.

TABELA 34: TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL, EM VALORES CONSTANTES - 1992-96

Em R$ 1.000

TRANSFERÊNCIAS	1992		1993		1994		1995		1996	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
TRANS. INTRAGOVERNAMENTAIS	105.354	35,23	101.748	63,53	192.193	38,41	140.542	36,68	205.109	36,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PUBLICA	193.693	64,77	31.872	19,90	290.500	58,06	204.621	53,41	314.574	56,70
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	- o -	- o -	26.529	16,57	17.661	3,53	37.960	9,91	35.146	6,33
TOTAL	299.047	100,00	160.149	100,00	500.355	100,00	383.124	100,00	554.829	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)
Nota: Composição do elementos econômico, segundo a Lei 4.320/64:
Amortização da Dívida Pública Interna e Externa compreende: Amortização de Dívida Contratada, Resgate de Títulos do Tesouro e Outras Amortizações.

Das Transferências de Capital realizadas em 1996, a Administração Indireta e Fundos, foram destinatárias de 36,97% e a Amortização da Dívida, de 56,70%.

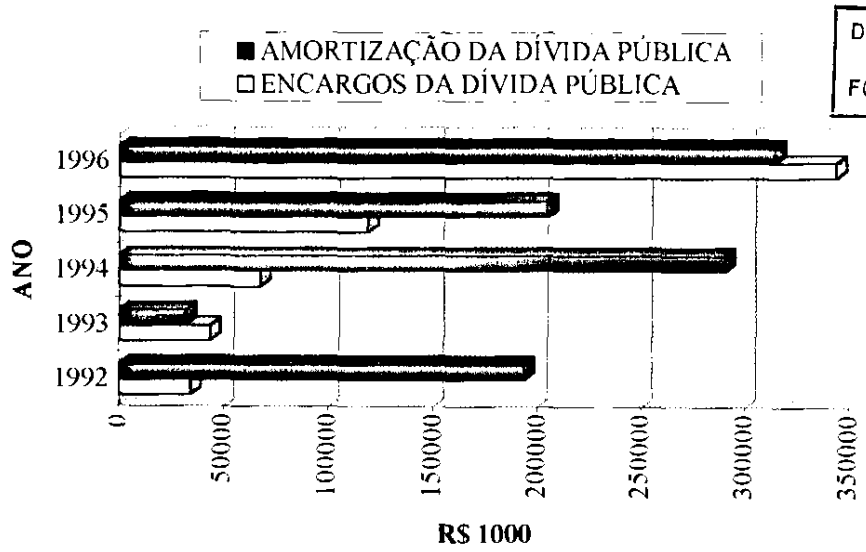
Em 1996 a Administração Indireta e Fundos Especiais receberam recursos financeiros da Administração Direta, asssim como demonsntram as Tabelas supracitadas.

No exercício em análise, constata-se que foram repassados RS 205.109 milhões contra RS 104.542 milhões do ano anterior.

O gráfico a seguir representa a composição da Dívida Pública Estadual, sendo que em 1996, assim como o ocorrido em 1993, o Estado desembolsou maior parcela de recursos financeiros para pagamento de juros, encargos, comissões, descontos e correção monetária do que para amortização do saldo da dívida.

GRÁFICO 05 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA n.º 00462



Gastos com Pessoal

A Constituição Federal promulgada em 05/10/88 estabelece, em seu Art. 169, que a Despesa com Pessoal Ativo e Inativo da União, Estados e Municípios não poderá exceder aos limites estabelecidos em Lei Complementar.

A Lei Estadual N° 8.250, de 18/04/91, fixou o limite de Despesas com Pessoal Ativo e Inativo do Estado em 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas.

Segundo o texto da Lei Estadual, consideram-se gastos com pessoal as Despesas Globais com o Pessoal Ativo e Inativo da Administração Direta, Autarquias e Fundações dos três Poderes do Estado, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, inclusive das Empresas e Entidades Civis mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público Estadual.

De acordo com este conceito, a Receita Corrente Líquida apurada no ano de 1996 perfaz um total de R$ 2.030.595.634,52.

A Lei Complementar Federal nº. 82 (Lei Rita Camata), de 27/03/95, com vigência a partir do ano de 1996, definiu as regras para efeito do cálculo dos gastos com pessoal, limitando a 60% das Receitas Correntes Líquidas, entendida como sendo os totais das respectivas Receitas Correntes, deduzidos os valores das Transferências de Participações, Constitucionais e Legais, dos Municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados.

A referida Lei estabelece que se as Despesas com Pessoal excederem no exercício da publicação da Lei (1995) aos limites fixados, ou seja, 60% das Receitas Correntes Líquidas, deverão, os Estados, retorná-las àqueles limites no prazo máximo de três exercícios financeiros, a contar daquele em que esta Lei Complementar entrasse em vigor (1996), à razão de um terço do excedente por exercício.

Já a Lei Complementar Federal de nº. 82, de 27/03/95, estabelece que os gastos com pessoal não poderão ser superiores a 60% da Receita Corrente Líquida. Para

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00463

tanto, os Estados que no ano de 1995 tiverem gastos com pessoal superiores a 60% da Receita Corrente Liquida deverão retornar àquele limite, num prazo máximo de três anos à razão de 1/3, por ano.

Os Gastos com Pessoal, no exercício de 1995, foram de R$ 1.280.988,00 eqüivalente a 79,40% das Receitas Correntes Líquidas, tendo sido ultrapassado 19,40%. Assim sendo, as despesas do Estado com Pessoal não poderiam ultrapassar o limite de 72,66% da Receita Corrente Liquida de 1996.

A evolução dos Gastos com Pessoal nos exercícios de 1992 a 1996 foi a seguinte:

TABELA 35: EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL À CONTA DO TESOURO DO ESTADO - PERÍODO 1992-96

Em R$ 1.000

ANOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA		ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		GASTO TOTAL COM PESSOAL	
	ATIVOS	INATIVOS, PENSIONISTAS E SALÁRIO FAMÍLIA	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	EMPRESAS MANTIDAS OU SUBVENCIONADAS PELO ESTADO	VALOR	ÍNDICE
1992	314.179	140.898	23.379	54.152	532.608	100,00
1993	299.428	134.913	20.774	67.038	522.153	98,04
1994	414.321	167.384	22.385	51.764	655.854	123,14
1995	783.313	343.248	35.481	118.946	1.280.988	240,51
1996	807.826	444.591	39.500	117.476	1.409.393	264,62

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

O crescimento dos Gastos com Pessoal em 1996 foi da ordem de 10,02 % em relação a 1995, constituindo-se no maior valor absoluto do qüinqüênio analisado, contudo, corresponde a segunda menor variação registrada.

Verifica-se que o decréscimo de 1,25% dos repasses às empresas deficitárias no mesmo periodo provém da queda ocasionada pela saída da COHAB/SC na participação desses repasses do Tesouro do Estado em 1996.

Em 1995, a COHAB/SC recebeu Subvenções Econômicas no valor de R$ 4,635 milhões (a preços constantes / IGP-DI médio) e, em 1996, não foi subvencionada.

TABELA 36: EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL EM 1996 EM RELAÇÃO A 1995

Em R$ 1.000

ANOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA				ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
	ATIVOS		INATIVOS, PENSIONISTAS E SAL. FAMÍLIA		AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES		EMPRESAS MANTIDAS OU SUBVENCIONADAS PELO ESTADO	
	-----	%	-----	%	-----	%	-----	%
1995	783.313	**100,00**	343.248	**100,00**	35.481	**100,00**	118.946	**100,00**
1996	807.826	**103,13**	444.591	**129,52**	39.500	**111,33**	117.476	**98,76**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96

O quadro a seguir demonstra a relação dos Órgãos, Entidades e Empresas deficitárias, com suas respectivas participações na Despesa com Pessoal:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00164

TABELA 37: ÓRGÃOS E ENTIDADES E SUAS RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES NA DESPESA TOTAL DE PESSOAL DO ESTADO

Em R$

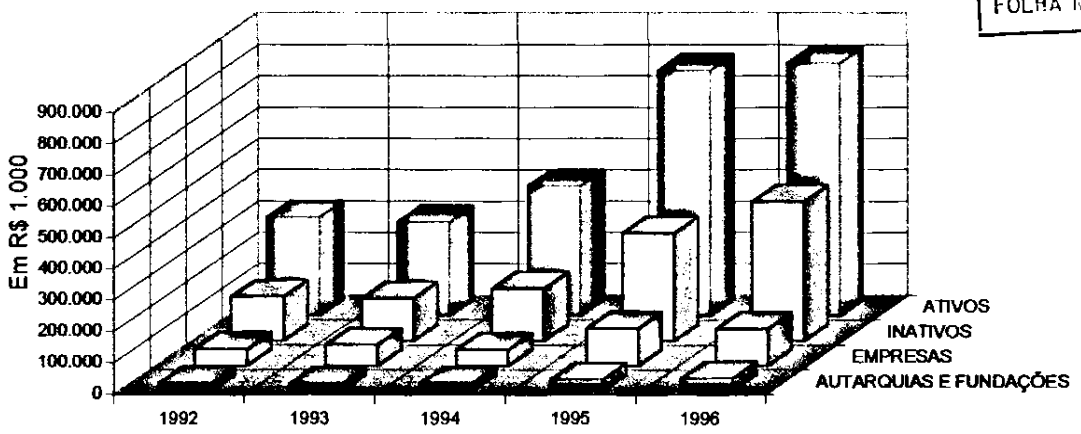
ÓRGÃOS/ENTIDADES	DESPESAS TOTAL COM PESSOAL EM 1996	%
ÓRGÃOS C/ VINC. NA RECEITA		
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	101.608.272,61	7,21
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	53.631.983,36	3,81
MINISTÉRIO PÚBLICO	42.567.747,10	3,02
TRIBUNAL DE CONTAS	19.980.743,29	1,42
TOTAL	**217.788.746,36**	**15,45**
PODER EXECUTIVO		
GABINETE DO GOVERNADOR	3.422.615,16	0,25
GAB. DO VICE-GOVERNADOR	597.409,09	0,04
PROC. GERAL DA FAZENDA J/ AO TCE/SC	3.999.587,85	0,28
PROC. GERAL DO ESTADO	7.807.793,76	0,55
SEC. EST. DES. RURAL E AGRICULTURA	7.241.011,40	0,51
SEC. EST. EDUCAÇÃO E DESPORTO	463.583.131,74	32,89
SEC. EST. DES. SOCIAL E FAMÍLIA	6.045.103,46	0,43
SEC. EST. DA ADMINISTRAÇÃO	6.683.085,92	0,47
SEC. EST. DA SAÚDE	123.103.298,38	8,73
SEC. EST. DA SEGURANÇA PÚBLICA	50.735.398,12	3,60
SEC.EST. DES. ECON. CIENT. TECN. (*)	1.373.548,25	0,10
SEC.EST.DA CULTURA E COMUN. SOCIAL (*)	355.798,43	0,03
SEC.EST. DA FAZENDA	150.662.094,55	10,69
SEC.EST. DOS TRANSPORTES E OBRAS	1.229.529,00	0,09
SEC.EST. DES. URB. MEIO AMBIENTE	1.176.284,34	0,08
SEC.EST. JUSTIÇA E CIDADANIA	10.991.536,19	0,78
POLÍCIA MILITAR	180.391.607,37	12,80
SEC.EST. DO GOVERNO (**)	809.577,14	0,06
SEC.EST.DO DES. ECON. INT. MERCOSUL (**)	2.060.911,72	0,15
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	12.358.543,65.	0,88
TOTAL	**1.034.627.865,52**	**73,41**
AUTARQUIAS DEFICITÁRIAS		
D.E.R	24.538.872,91	1,74
D.E.O.H	5.929.689,62	0,42
TOTAL	**30.468.562,53**	**2,16**
FUNDAÇÕES DEFICITÁRIAS		
F.A.T.M.A	3.348.880,49	0,24
F.C.E.E	2.596.855,90	0,18
F.C.C	2.382.776,48	0,17
FESPORTE	703.756,68	0,05
TOTAL	**9.032.269,55**	**0,64**
EMPRESAS DEFICITÁRIAS		
EPAGRI	79.182.285,22	5,62
CIDASC	36.003.919,12	2,55
COHAB	0,00	0,00
SANTUR	2.289.513,03	0,16
TOTAL	**117.475.717,37**	**8,34**
TOTAL GERAL	**1.409.393.161,33**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Nota: (*) Despesas realizadas até maio/96.
(**)Despesas realizadas de junho/96 até dezembro/96.

O grafico a seguir evidencia a composição dos Gastos com Pessoal em 1996:

GRÁFICO 06 - COMPOSIÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL EM 1992-96

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00465



Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96.

O comportamento dos Gastos com Pessoal, em relação às Receitas Correntes, demonstra-se a seguir:

TABELA 38: EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS - 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	DESPESA COM PESSOAL (A)	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS (B)	PARTICIPAÇÃO % A/B
1992	564.351	725.732,76	77,76
1993	553.273	823.867,61	67,15
1994	694.943	1.051.426	66,09
1995	1.357.335	1.709.498	79,40
1996	1.409.393	2.030.596	69,41

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Os Gastos com Pessoal, no exercício de 1996, foram de R$ 1.409.393, eqüivalendo a 69,41 % das Receitas Correntes Líquidas, o que representa uma queda em relação ao ano de 1995.

Muito embora não tenha sido observado o limite máximo de 60% das Receitas Correntes Líquidas, para Gastos com Pessoal, estabelecido na Lei Estadual Nº 8.250, de 18/04/91, tendo sido ultrapassado 9,41 %, observa-se que a relação entre Receita Corrente Líquida e Despesa com Pessoal, demonstra a tendência de ajustamento ao percentual estabelecido em lei, haja vista que em 1995 a diferença encontrada foi de 19,40 %.

A Lei Complementar Federal de nº. 82, de 27/03/95, foi atendida, pois o Estado não poderia desembolsar com pessoal mais do que 72,66% da Receita Corrente

FOLHA nº 00466

Liquida em 1996, sendo que nesse exercício o gasto realizado foi 69,41%, ou seja, menos 3,25 pontos percentuais do limite estabelecido.

A participação dos Gastos com Pessoal em relação à Receita do ICMS e às Despesas Correntes é demonstrada no quadro a seguir:

TABELA 39: DESPESAS CORRENTES, RECEITA DO ICMS LÍQUIDO E DESPESA COM PESSOAL - 1992-96

Em R$ 1.000

ANOS	DESPESAS CORRENTES (A)	ICMS LÍQUIDO (B)	DESPESA COM PESSOAL (C)	C/A (%)	C/B (%)
1992	961.148	544.994	564.351	58,71	103,55
1993	937.958	513.401	553.273	58,98	107,76
1994	1.281.493	766.933	694.941	54,22	90,61
1995	2.310.394	1.305.945	1.357.335	58,74	103,93
1996	2.706.299	1.873.491	1.409.393	52,08	75,23

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Na análise dos dados expostos, denota-se que somente em 1994 e 1996 as Despesas com Pessoal não absorveram integralmente as Receitas Arrecadadas com o ICMS, sendo que esse último ano foi o melhor resultado do período analisado.

Observa-se, ainda, que a participação dos gastos com pessoal nas Despesas Correntes no exercício de 1996 em relação ao de 1995 aumentou em 3,83%.

O quadro a seguir demonstra a evolução da Receita, Despesa, Serviço da Dívida e Gasto com Pessoal no período de 1992-96:

TABELA 40: EVOLUÇÃO DA RECEITA, DESPESA, SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA E GASTO COM PESSOAL ATIVO E INATIVO - 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	RECEITA		DESPESA		SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA		GASTO COM PESSOAL	
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE
1992	1.110.601	100,00	1.299.608	100,00	227.934	100,00	564.351	100,00
1993	1.054.467	94,95	1.150.081	88,49	75.160	32,97	553.273	98,04
1994	1.688.752	152,06	1.851.649	142,48	357.821	156,98	694.943	123,14
1995	2.474.250	222,78	2.774.361	213,48	303.563	133,18	1.357.335	240,51
1996	3.563.394	320,85	3.339.634	256,97	658.364	374,75	1.409.393	249,74

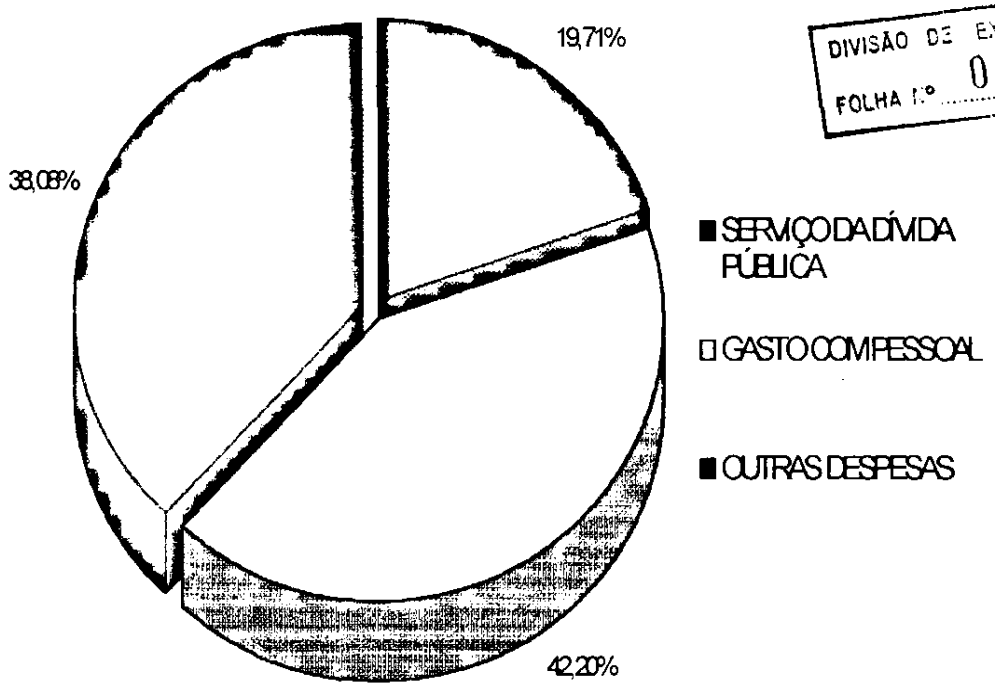
Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

O dispêndio com o Serviço da Dívida Pública e o Gasto com Pessoal correspondeu a 19,71 % e 42,20 % respectivamente do total da Despesa realizada em 1996.

Já no exercício de 1995, os dispêndios com o Serviço da Dívida Pública e o Gasto com Pessoal foi de 10,94 % e 48,78 % respectivamente em relação a Despesa de R$ 2,774 bilhões.

Desta forma, observou-se que em 1996, comparado ao ano de 1995, a participação relativa no total dos dispêndios com o Serviço da Dívida Pública apresentou um aumento de 8,77 %. Já em relação aos Gastos com Pessoal, observa-se uma redução de 6,58 %.

GRÁFICO 07 - GASTOS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA E PESSOAL COMPARADO À DESPESA TOTAL DE 1996.



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00467

Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Constituição Federal, em seu Art. 212, define que:

*"**Art. 212** - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."*

Ressalte-se que os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no Art. 208, VII e os gastos de recursos provenientes do salário educação não podem ser incluídos na aplicação constitucional antes citada.

A Constituição Estadual, em seu art. 167, referendou a aplicação obrigatória em ensino definida na Constituição Federal, estabelecendo ainda que esta aplicação seja feita prioritariamente nas escolas públicas, visando ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório.

Entre os Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino incluem-se as despesas com pagamento de Inativos, de acordo com o que estabelece o Art. 6º, alínea "g", da Lei 7.348, de 24 de julho de 1985, recepcionada pela Constituição de 1988, por ausência de legislação posterior reguladora.

A tabela a seguir demonstra a Receita de Impostos considerada no cálculo de aplicação no ensino:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00468

TABELA 41: DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS A SER OBSERVADA NA APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DESTINADO À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Em R$ 1.000

IMPOSTO	VALOR ARRECADADO	REPRESENTAÇÃO %
ESTADUAIS	**1.454.357**	**81,89**
ICMS	1.405.128	79,12
IPVA	43.239	2,43
IMP. S/CAUSA MORTIS E DOAÇÕES	5.924	0,33
ITBI	66	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**287.308**	**16,18**
FPE	111.803	6,30
IRRF	64.083	3,61
IPI S/EXP.	111.394	6,27
OUTROS IMPOSTOS	28	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**34.276**	**1,93**
MULTAS E JUROS DE MORA DE IMP.	24.119	1,36
DÍVIDA ATIVA IMPOSTOS ESTAD.	10.157	0,57
TOTAL	**1.775.941**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1996.

A Receita de Impostos arrecadada no exercício de 1996 atingiu o montante de R$ 1,776 bilhão, sendo que o percentual mínimo constitucional de aplicação em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino corresponde a R$ 443,985 milhões da Receita de Impostos.

A tabela abaixo demonstra a despesa orçamentária com educação em 1996:

TABELA 42: DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - 1996

Em R$

ÓRGÃOS	SEC.EDUCAÇÃO	REPASSE À UDESC	REPASSE À F.C.E.E.	CENTRO DE ENSINO DA PM	TOTAL
VALOR TOTAL DA DESPESA	587.530.777,49	33.012.113,17	3.239.618,82	17.171,89	623.799.681,37
DEDUÇÕES	83.475.636,01	0,00	0,00	0,00	(83.475.636,01)
(-) SALÁRIO EDUCAÇÃO	57.898.195,04				
(-) AUXÍLIOS E CONVÊNIO	25.577.440,97				
TOTAL EMPENHADO NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**504.055.141,48**	**33.012.113,17**	**3.239.618,82**	**17.171,89**	**540.324.045,36**
PERCENTUAL APLICADO DA RECEITA DE IMPOSTOS	28,38	1,86	0,18	0,001	30,42

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996.

Para efeito de cálculo percentual dos 25% com as despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, foram incluídas todas as despesas orçamentárias efetuadas pela Secretaria de Estado da Educação e Centro de Ensino da Polícia Militar, bem como os repasses financeiros efetuados à UDESC e FCEE, excluindo-se desse total, as despesas orçamentárias realizados com recursos provenientes do Salário-Educação, de Auxílios e de Convênios, haja vista que estes recursos são vinculados e provenientes de fontes adicionais, devendo, por consequência, serem integralmente aplicados na Educação.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00469

A demonstração dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino não levou em consideração as Despesas Orçamentárias Realizadas com o Desenvolvimento do Desporto, por não se enquadrar no texto Constitucional e da Lei N° 7.348, de 24/07/85.

Foram empenhados em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o montante de R$ 540,324 milhões correspondente a 30,42 % das Receitas de Impostos. Desta forma, verifica-se que o Estado comprometeu o valor de R$ 96,339 milhões a maior na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

No entanto, do total empenhado em 1996, ficaram em Restos a Pagar R$ 80,056 milhões da fonte de recursos do Tesouro do Estado (00) - Ordinários, conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 43: RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO 1996

Em R$

FONTE DE RECURSOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	75.590.089,63	4.466.806,04	**80.056.895,67**
06 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	3.220.995,22	11.738.262,75	14.959.257,97
10 - CONVÊNIOS	1.519.486,81	1.755.202,20	3.274.689,01
TOTAL	**80.330.571,66**	**17.960.270,99**	**98.290.842,65**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1995.

A tabela acima evidencia o montante lançado em Restos a Pagar totalizando R$ 98,290 milhões, sendo que desse total, R$ 80,057 milhões representa a fonte de Recursos Ordinários (00) empenhados e não pagos no exercício de 1996.

Verifica-se, portanto, que do total das Despesas Orçamentárias com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no valor de R$ 540,324 milhões, 14,82% refere-se a Restos a Pagar da fonte (00).

Deduzindo-se o valor lançado em Restos a Pagar de R$ 80,057 milhões do total das despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, observa-se que o limite mínimo constitucional de 25% foi superado, atingindo o percentual de 25,90 % do total da Receita de Impostos.

Tomando-se por base o limite mínimo obrigatório estabelecido pelas normas constitucionais anteriormente citadas, constata-se que foi aplicado o valor a maior de R$ 16,282 milhões.

No entanto, a despesa orçamentária realizada não serve de base real para se verificar qual o esforço financeiro do Estado no cumprimento da determinação constitucional de aplicar 25% das receitas provenientes de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pois conforme os comentários supracitados, existe a figura dos "Restos a Pagar", o que significa dizer que são compromissos assumidos no exercício mas não pagos, podendo ser cancelados ou pagos em outros exercícios financeiros.

Assim sendo, se for aceita a verificação orçamentaria, um Governo poderia assumir compromissos e realizar despesas orçamentárias em montantes suficientes para

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA º 00470

alcançar os 25%, sem necessariamente desembolsar o financeiro correspondente, bastando empenhar e deixar os compromissos em "Restos a Pagar".

A tabela a seguir demonstra o valor efetivamente gasto com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

TABELA 44: VALOR EFETIVAMENTE APLICADO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - 1996

Em R$

PAGAMENTOS DA FONTE (00) EM 1996	39.980.083,45
PAGAMENTO DE PESSOAL NO EXERCÍCIO	407.127.086,80
REPASSES À:	
UDESC	33.012.113,17
FCEE	3.239.618,82
CENTRO DE ENSINO DA PM	17.171,89
TOTAL	**483.376.074,13**

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto/Diretoria de Administração Financeira e Contábil

Para cálculo dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, levou-se em consideração os recursos financeiros efetivamente aplicados, conforme demonstrado na tabela mencionada anteriormente.

Neste sentido, com objetivo de verificar o real valor aplicado pelo Governo do Estado, em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, efetuou-se levantamento junto à Diretoria de Administração Financeira e Contábil da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, constatando-se que, em 1996, foi aplicado R$ 483,376 milhões por conta das receitas de impostos, ou seja, 27,22 %, representando 2,22 % aplicado a maior do que determina a Constituição Federal.

Manutenção de Ensino Superior

A Constituição Estadual, em seu Art.170, estabelece que:

"O Estado prestará, anualmente, assistência financeira às Fundações educacionais de ensino superior instituídas por lei municipal.
Parágrafo Único- Os recursos relativos à assistência financeira:
I- não serão inferiores a cinco por cento do mínimo constitucional que o Estado tem o dever de aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
II-....."

Considerando que a Receita de Impostos arrecadada em 1996 foi de R$ 1,776 bilhões e que 25% deste valor corresponde a R$ 444 milhões, aplicando-se 5% sobre o mesmo, apura-se R$ 22,2 milhões, que corresponde ao valor que o Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, deveria repassar às Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas por lei municipal.

Este valor deveria ser repartido entre as Fundações, de acordo com critérios fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 9.900, de 21/07/95, Art.19, ou

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00471

seja, 20% em partes iguais e 80% proporcionalmente ao número de alunos matriculados em agosto de 1995 em seus cursos de graduação e pós-graduação.

A tabela a seguir apresenta o que foi efetivamente aplicado na manutenção do ensino superior:

TABELA 45: GASTOS COM MANUTENÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Em R$

ENTIDADE	MUNICÍPIO	VALOR EFETIVAMENTE REPASSADO EM 1996	%
UNIVALE	ITAJAÍ	1.261.845.62	21.80
FURB	BLUMENAU	964.788.44	16.66
UNISUL	TUBARÃO	807.011.78	13.94
FUNDESTE	CHAPECÓ	442.450.31	7.64
UNOESC	JOAÇABA	221.574.33	3.83
FUCRI	CRICIÚMA	284.413.35	4.91
UNIPLAC	LAGES	272.416.80	4.71
FEMARP	VIDEIRA	123.316.97	2.13
UNC	CONCÓRDIA	144.453.79	2.50
UNC	CAÇADOR	141.597.37	2.45
UNC	CANOINHAS	101.608.93	1.74
UNC	MAFRA	109.606.63	1.89
UNC	CURITIBANOS	77.044.60	1.33
FURJ	JOINVILLE	452.447.41	7.82
FEDAVI	RIO DO SUL	137.598.56	2.38
FERJ	JARAGUÁ SUL	123.316.83	2.13
FEBE	BRUSQUE	123.888.20	2.14
TOTAL		5.789.379.92	100.00

Fonte: Relatório da Secretaria de Estado da Educação / Diretoria de Ensino Superior - DESU

Na tabela supracitada demonstra-se que o valor total efetivamente repassado às Fundações Municipais no exercício de 1996 foi de R$ 5,789 milhões. Contudo, este valor se refere ao pagamento de Restos a Pagar do exercício de 1995.

No ano de 1995 o valor que deveria ter sido repassado às Fundações Municipais R$ 19,546 millões. No entanto, constatou-se que do total empenhado, foi lançado em Restos a Pagar o valor de R$ 5.924.500,00, faltando, ainda, o montante de R$ 135.120,08, a serem pagos nos exercícios seguintes.

Com relação à análise do Orçamento de 1996, da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto-Gabinete do Secretário, foi previsto na Atividade 2217 - Assistência Financeira às Fundações Municipais, o valor de R$ 18.265.217,00, sendo que, no decorrer do exercício, foi suplementado no valor de R$ 886.821,61, perfazendo o total autorizado no valor de R$ 19.152.038,61. Deste total autorizado foi anulado o valor de R$ 19.152.000,00, ficando um saldo no valor de R$ 38,61. Diante desta situação, as Instituições Fundacionais deixaram de receber do Estado, o repasse constitucional de numerários referente ao exercício de 1996.

Cabe ressaltar que do total orçado/autorizado nada foi empenhado e por conseqüência as Instituições deixaram de receber o valor de R$ 22,2 milhões.

Diante do exposto, verifica-se que o Estado continua não cumprindo o preceito constitucional, ou seja, o Art. 170 da Constituição Estadual.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00472

A tabela a seguir identifica o Projeto e as Atividades suplementadas com recursos anulados da Atividade 2217 - Assistência Financeira às Fundações Municipais do Orçamento da Secretaria de Estado da Educação e dos Desportos:

TABELA 46 : PROJETO E ATIVIDADES SUPLEMENTADOS POR CONTA DA ANULAÇÃO DA ATIVIDADE 2217 - ASSIST. FINANANCEIRA ÀS FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Em R$

DECRETO	DATA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO / ATIVIDADE	VALOR
745	27/03/96	4501	2031 - 2662	700.000,00
916	27/05/96	4501	1216 - 2031- 2662	13.700.000,00
848	08/05/96	4501	2215	4.500.000,00
979	26/06/96	4501	2662 - 2216 - 2124 - 2660 - 2069 - 2072	250.000,00
1.387	05/12/96	4501	2031	2.000,00
TOTAL				**19.152.000,00**

Fonte: Diários Oficiais do Estado de SC de 1996/Decretos Publicados

TABELA 47 : DENOMINAÇÃO DE PROJETO E ATIVIDADES

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO DO PROJETO E DAS ATIVIDADES SUPLEMENTADAS COM OS RECURSOS ANULADOS DA ATIVIDADE 2217
1216	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS NAS UNIDADES ESCOLARES
2031	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES
2069	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
2072	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL
2124	PAGAMENTO DE ENCARGOS COM INATIVOS
2215	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
2216	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À ENTIDADES PRIVADAS DE SEGUNDO GRAU
2660	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
2662	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MUNICIPAL

Fonte: Diários Oficiais do Estado de SC de 1996/Decretos Publicados

...AO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00473

3. RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O Patrimônio do Estado, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, está representado no Balanço Patrimonial, que demonstra os efeitos das variações sofridas em conseqüência dos atos de gestão praticados.

Com a exclusão dos bens de uso comum, que não são incorporados ao Patrimônio do Estado, todos os atos de natureza econômico-financeira concorrem para alterá-lo, sejam esses originados da Execução Orçamentária ou Extra-Orçamentária.

O Patrimônio do Estado é composto pelo Patrimônio Financeiro e pelo Patrimônio Permanente.

Convém ressaltar que embora a Prestação de Contas do Governo do Estado tenha sido apresentada de forma individualizada (Administração Direta, Autarquias, Fundos e Fundações), será efetuada a análise do Patrimônio Financeiro e do Patrimônio Permanente de forma consolidada.

3.1 - PATRIMÔNIO FINANCEIRO

O Patrimônio Financeiro do Estado, em 31.12.96, segundo o Balanço Patrimonial, compreende o Ativo Financeiro no valor de R$ 533.499.693,80 e o Passivo Financeiro no valor de R$ 884.844.636,84.

A confrontação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, evidencia Déficit Financeiro no valor de R$ 351.344.943,04, que equivale a 9,86% da Receita Orçamentária Arrecadada no ano de 1996, que foi da ordem de R$ 3.563.393.671,35.

Dos recursos financeiros provenientes da operação com Letras Financeiras do Tesouro do Estado, encontravam-se vinculados em conta corrente bancária e aplicados no mercado financeiro, em 31/12/96, um valor de R$ 351.904.737,15.

3.1.1 - Ativo Financeiro

A composição do Ativo Financeiro, no quinquênio de 1992-96, em valores constantes, foi a seguinte:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00474

TABELA 48: COMPOSIÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA- 1992-96

Em R$ 1.000

TÍTULO	1992		1993		1994		1995		1996	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
DISPONÍVEL	10.088	80,76	59.602	87,59	26.774	65,47	38.938	50,13	84.687	15,87
VINCULADO	1.338	10,71	-	-	-	-	-	-	384.841	72,14
REALIZÁVEL	1.065	8,53	8.447	12,41	14.122	34,53	38.739	49,87	65.190	12,22
RES.PENDENTE	-		0		0		0		-1.219	(0,23)
TOTAL	12.491	100,00	68.049	100,00	40.896	100,00	77.677	100,00	533.499	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (dezembro)

Observa-se, pela análise da tabela acima, que houve um crescimento expressivo no saldo do Ativo Financeiro no ano de 1996, em comparação com o ano de 1995, passando de R$ 77.677 milhões em 1995, para R$ 533,499 milhões em 1996.

Demonstra-se na tabela abaixo a composição do Ativo Financeiro consolidado, da Administração Direta e Indireta:

TABELA 49: ATIVO FINANCEIRO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Em R$

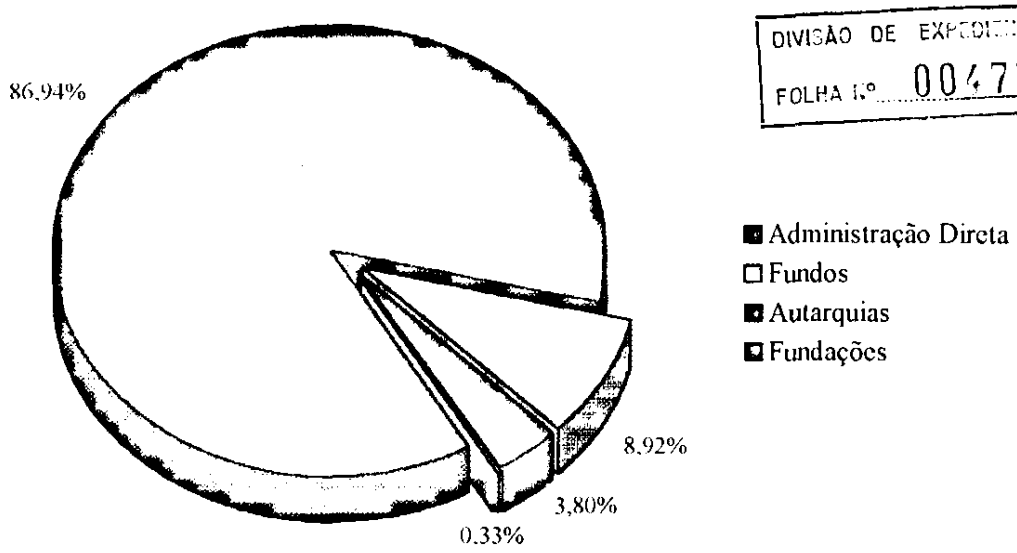
	DISPONÍVEL	VINCULADO	REALIZÁVEL	RESULTADO PENDENTE	TOTAL
Adm. Direta	43.509.726,03	381.228.106,04	40.308.538,16	-1.219.874,85	463.826.495,38
Fundações	1.565.625,31	139.051,30	81.979,61		1.786.656,22
Autarquias	10.247.753,86	1.968.445,77	8.066.745,39		20.282.945,02
Fundos	29.364.710,52	1.505.791,88	16.733.094,78		47.603.597,18
TOTAL	84.687.815,72	384.841.394,99	65.190.357,94		533.499.693,80

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

Dos valores constantes do Ativo Financeiro da Administração Direta vinculado em conta corrente bancária, cujo saldo em 31/12/96 era de R$ 381.228.106,04, R$ 351.904.737,15 referem-se a recursos obtidos com a colocação no mercado das Letras Financeiras do Tesouro do Estado que, por ocasião do encerramento do Balanço encontravam-se aplicados no mercado financeiro. Atualmente, esses recursos não podem ser utilizados, em função da decisão tomada pela CPI do Senado Federal.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, constata-se que a Administração Direta detém a maior parte do Ativo Financeiro, atingindo R$ 463.826.495,38, correspondendo a 86,94%, do total.

GRÁFICO 08 - PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA NA COMPOSIÇÃO DO SALDO ATIVO FINANCEIRO



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00475

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

3.1.2 - Passivo Financeiro

O Balanço Patrimonial da Administração Direta e Indireta apresenta, em 31/12/96, um **Passivo Financeiro da ordem de R$ 884.844.636,84**, integrado por obrigações de curto prazo, **que constituem a Dívida Flutuante**.

A Dívida Flutuante é composta pelos valores arrecadados a título de Receita Extra-Orçamentária e por Empréstimos de Antecipação da Receita, e tem como principais características a procedência nacional, o resgate programado para o curto prazo e a independência de autorização legislativa para ser realizada.

Pelo regime misto de contabilização utilizado pela Administração Pública, devem ser registrados no Passivo Financeiro os resíduos passivos do exercício, isto é, os débitos de competência apropriados como despesa e não pagos.

TABELA 50: PASSIVO FINANCEIRO CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Em R$

Contas	Ad. Direta	Autarquias	Fundos	Fundações	Total	%
Restos a Pagar	398.432.514,01	117.004.270,47	63.953.081,59	6.245.255,54	585.635.121,61	66,19
Dep. Div. Origens	150.388.643,49	992.856,61	4.248.960,53	24.103,28	155.654.563,91	17,59
Dep. Especiais	76.818,82	20.971.928,82	0	179.966,78	21.228.714,42	2,40
Consignações	22.821.412,86	189.943,61	3.750,00	1.118.965,47	24.134.071,94	2,73
Débitos Tesouraria	98.192.164,96	0	0	0	98.192.164,96	11,10
Total	669.911.554,14	139.158.999,51	68.205.792,12	7.568.291,07	884.844.636,84	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00476

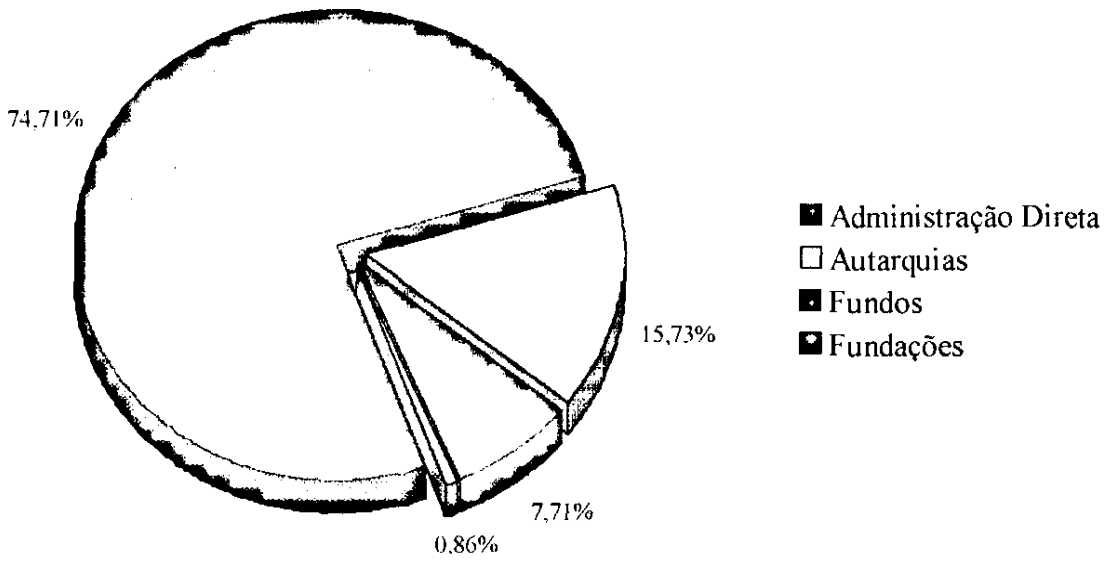
Observa-se que da composição do Passivo Financeiro a conta Restos a Pagar representa 66,19%; Débitos de Tesouraria 11,10%; Depósitos de Diversas Origens 17,59%; Consignações 2,73% e Depósitos Especiais 2,40%.

A Secretaria de Estado da Fazenda, ao receber os recursos que lhe são repassados pela INVESC, criada pela Lei 9.940 de 19 de outubro de 1995, para aplicação nos projetos para os quais foi criada e de acordo com o que estabelece a claúsula 3ª do Termo de Convênio Estado/INVESC- SEF nº. 001/96, contabiliza-os como Depósitos de Diversas Origens. Desta forma, do total inscrito em Depósitos de Diversas Origens no encerramento do exercício de 1996, constata-se que R$ 84.943.697,20 referem-se a recursos repassados pela INVESC ao Tesouro do Estado.

Contraposto o saldo de DDO- Depósitos de Diversas Origens, com o Ativo Financeiro Disponível verifica-se que para cada R$ 1,00 a pagar, existe R$ 0,56 de recursos nos cofres do Estado. Significa que recursos de terceiros recolhidos pelo Estado, foram apropriados indevidamente para outros fins, que não o transpasse para quem de direito.

Demonstra-se a seguir, a participação da Administração Direta e Indireta no Total do Passivo Financeiro:

GRÁFICO 09 - PASSIVO FINANCEIRO CONSOLIDADO/96



O Passivo Financeiro, observado em 1996, que foi da ordem de R$ 884.844.636,84 foi o maior do quinquênio analisado, crescendo 61,57% em relação a 1995.

A seguir, demonstra-se a evolução da Dívida Flutuante, nos últimos cinco (5) exercícios, a preços de 1996:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00477

TABELA 51: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - 1992-96

Em R$ 1.000

TÍTULO	1992		1993		1994		1995		1996		VARIAÇÃO ANUAL			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	1993	1994	1995	1996
Restos a Pagar	103 293	60 26	91 953	69 64	149 772	66 6	306 352	55 83	585 635	66 19	-10 98	62 88	104 55	91 16
Consignações	8 287	3 67	4 909	3 72	1 008	0 45	22 021	4 02	24 134	2 73	-21 91	-79 47	2084 38	9 60
Depositos	61 842	36 07	35 183	26 65	74 113	32 95	84 808	15 49	176 883	19 99	-43 11	110 65	14 43	108,57
Deb Tesouro	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	134 488	24 56	98 192	11 10	0 00	0 00	100 00	-26 99
Diversos	17 4944	0 01	6 5604	0 00	7 65	0,00	-0-	-0-	0,00	0 00	-62 50	16 67	0	0 00
TOTAL	171 422	100	132 046	100	224 897	100	547 670	100	884 844	100	-22 97	70 32	143 52	61 57

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (Dezembro)

Na tabela a seguir, encontra-se demonstrado a composição da conta Débitos da Tesouraria, cujo saldo em 31/12/96, alcançava a importância de R$ 98.192.164,96, o correspondente a 11.10% do total da Dívida Flutuante.

TABELA 52: DEMONSTRATIVO DA CONTA DÉBITOS DA TESOURARIA EXERCÍCIO DE 1996 - OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA- ARO -Posição em 31/12/96

Em R$

Credor	Contrato	Data	Valor Recebido	VALORES PAGOS		Valores a pagar
				PRINCIPAL	ACESSÓRIOS	(Principal)
BANCO BMC S/A	9408/96	31/01/96	12.175.541,65	4.365.367,98	668.593,43	7.810.173,67
BANCO BMC S/A	9410/96	31/01/96	49.340.238,84	17.463.525,07	2.936.778,28	31.876.713,77
BANCO BMG S A	1.05.96.00027-5	31/01/96	59.000.000,00	27.089.722,48	1.051.777,06	31.910.277,52
BANCO DO BRASIL S A	96/00076-7	15/02/96	45.000.000,00	18.405.000,00	9.334 835,53	26.595.000,00
TOTAL			165.515.780,49	67.323.615,53	13.991.984,30	98.192.164,96

Fonte: Balanço Geral do Estado- 1996

Demonstra-se a seguir, a composição da conta Restos a Pagar da Administração Direta, cujo saldo observado em 31/12/96, alcança a cifra de R$ 398.432.514,01, o correspondente a 45,03 % do Total da Dívida Flutuante.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00478

TABELA 53: DEMONSTRATIVO DA CONTA RESTOS A PAGAR DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Em R$

UNIDADE	ANO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	TOTAL	% s/ total
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA		**307.551.530,03**	**90.880.983,98**	**398.432.514,01**	**68,03**
PODER JUDICIARIO	1993	0,00	407.979,41	407.979,41	0,07
TOTAL DO ANO		**0,00**	**407.979,41**	**407.979,41**	0,07
SEC. EST. EDUCAÇÃO E DESPORTO	1994	169.881,62	1.848.850,30	2.018.731,92	0,34
SEC. EST. TRANSPORTES E OBRAS	1994	1.597.913,05	384.135,06	1.982.048,11	0,34
SECRETARIA DE EST. DA SAUDE	1994	1.115,73	0,00	1.115,73	0,00
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	1994	14.403,07	1.063.825,90	1.078.228,97	0,18
PODER LEGISLATIVO	1994	841,40	52.778,73	53.620,13	0,01
PODER JUDICIÁRIO	1994	0,00	3.812.642,10	3.812.642,10	0,65
TOTAL DO ANO		**1.784.154,87**	**7.162.232,09**	**8.946.386,96**	1,53
SEC. EST. EDUCAÇÃO E DESPORTO	1995	765.586,96	2.312.285,80	3.077.872,76	0,53
SEC. EST. DES. ECON. E INT. AO MERCOSUL	1995	0,00	20.820,00	20.820,00	0,00
GABINETE DO GOVERNADOR	1995	6.919.054,40	0,00	6.919.054,40	1,18
POLÍCIA MILITAR	1995	45.194,39	282.289,98	327.484,37	0,06
SEC. DE EST. DOS TRANSP. E OBRAS	1995	0,00	202.272,80	202.272,80	0,03
SEC. DE EST. DO DES. RURAL E AGRICULTURA	1995	16.585,80	456.937,23	473.523,03	0,08
SEC. DO DES. URBANO E MEIO AMBIENTE	1995	170.161,57	72.183,98	242.345,55	0,04
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	1995	0,00	60.000,00	60.000,00	0,01
SEC. DO DESENV. SOCIAL E DA FAMILIA	1995	24.707,32	963.176,98	987.884,30	0,17
SECRETARIA DA SAUDE	1995	3.284,66	1.076.167,36	1.079.452,02	0,18
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	1995	137.567,23	548.629,84	686.197,07	0,12
SEC. DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	1995	0,00	1.623.520,28	1.623.520,28	0,28
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	1995	18.706,47	926.000,00	944.706,47	0,16
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	1995	3.831.873,59	3.567.849,47	7.399.723,06	1,26
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1995	0,00	398,64	398,64	0,00
PODER LEGISLATIVO	1995	4.035,46	7.600,00	11.635,46	0,00
PODER JUDICIÁRIO	1995	0,00	1.351.022,75	1.351.022,75	0,23
TOTAL DO ANO		**11.936.757,85**	**13.471.155,11**	**25.407.912,96**	4,34
SEC. EST. EDUCAÇÃO E DESPORTO	1996	80.330.571,66	17.960.270,99	98.290.842,65	16,78
SEC. EST. DES. ECON. E INT. AO MERCOSUL	1996	640.618,66	1.825.000,00	2.465.618,66	0,42
GABINETE DO GOVERNADOR	1996	1.978.933,05	0,00	1.978.933,05	0,34
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1996	1.469.523,16	0,00	1.469.523,16	0,25
POLÍCIA MILITAR	1996	25.117.297,97	601.694,71	25.718.992,68	4,39
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	1996	93.405,69	0,00	93.405,69	0,02
PROCURADORIA G. DA FAZ. JUNTO AO TC	1996	611.212,30	0,00	611.212,30	0,10
SEC. DE EST. DOS TRANSP. E OBRAS	1996	75.242.397,63	0,00	75.242.397,63	12,85
SEC. DE EST. DO DES. RURAL E AGRICULTURA	1996	20.297.352,23	0,00	20.297.352,23	3,47
SEC. DE EST. DA ADMINISTRAÇÃO	1996	1.413.257,27	38.549,12	1.451.806,39	0,25
SEC. DO DES. URBANO E MEIO AMBIENTE	1996	359.400,70	375.000,00	734.400,70	0,13
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	1996	371.718,36	354.755,50	726.473,86	0,12
SEC. DO DESENV. SOCIAL E DA FAMILIA	1996	2.442.945,52	10.496.583,63	12.939.529,15	2,21
SEC. DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	1996	2.816.605,21	295.266,72	3.111.871,93	0,53
SECRETARIA DA SAUDE	1996	18.116.316,08	119.677,79	18.235.993,87	3,11
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	1996	7.404.918,84	390.017,76	7.794.936,60	1,33
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	1996	6.537.001,37	1.706.000,00	8.243.001,37	1,41
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	1996	46.887.030,30	6.574.033,92	53.461.064,22	9,13
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1996	136.731,66	0,00	136.731,66	0,02
PODER LEGISLATIVO	1996	106.746,45	22.741,50	129.487,95	0,02
PODER JUDICIÁRIO	1996	1.456.633,20	29.080.025,73	30.536.658,93	5,21
TOTAL DO ANO		**293.830.617,31**	**69.839.617,37**	**363.670.234,68**	62,10

2.ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	ANO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	TOTAL	% s/ total
2.1.FUNDOS		**24.625.964,12**	**39.327.117,47**	**63.953.081,59**	**10,92**
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	1993	0,00	11.925,67	11.925,67	0,00
TOTAL DO ANO		**0,00**	**11.925,67**	**11.925,67**	0,00
FUNDO ROT. DE PESQ. CIENT. E TECNOLÓGICA	1994	46.387,00	40.650,00	87.037,00	0,01
FUNDO ESTADUAL DA SAUDE	1994	8.462,58	475.895,84	484.358,42	0,08
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	1994	76.613,00	56.926,00	133.539,00	0,02
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	1994	0,00	149.728,85	149.728,85	0,03
FUNDO DE APOIO AO DES. EMP. DE SC	1994	0,00	674,09	674,09	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA P. MILITAR	1994	917,92	12.216,76	13.134,68	0,00
TOTAL DO ANO		**132.380,50**	**736.091,54**	**868.472,04**	0,15

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00479

476

UNIDADE	ANO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	TOTAL	% s/ total
FUNDO ROTATIVO DE EST. A PESQ. AGROPECUÁRIA	1995	1.362.520,85	0,00	1.362.520,85	0,23
FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE	1995	345.610,22	1.698.789,37	2.044.399,59	0,35
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	1995	0,00	202,08	202,08	0,00
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	1995	0,00	162.539,93	162.539,93	0,03
FUNDO P/ MELHORIA DA SEG. PÚBLICA	1995	10.830,00	316.122,08	326.952,08	0,06
FUNDO DE MELHORIA DA P. MILITAR	1995	570,80	16.410,20	16.981,00	0,00
TOTAL DO ANO		**1.719.531,87**	**2.194.063,66**	**3.913.595,53**	0,67
FUNDO ROT. DE PESQ. CIENT. E TECN.	1996	2.500,00	19.930,00	22.430,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE	1996	10.759.221,43	27.382.672,96	38.141.894,39	6,51
FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	1996	*159.010,00*	*10.286,80*	*169.296,80*	*0,03*
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	1996	2.267.051,19	1.039.168,64	3.306.219,83	0,56
FUNDO ROTATIVO DE MATERIAL	1996	137.872,49	225.207,96	363.080,45	0,06
FUNDO DE TERRAS DO ESTADO	1996	94.660,01	0,00	94.660,01	0,02
FUNDO ESTADUAL DE ASSIST. SOCIAL	1996	4.165.283,03	361.015,51	4.526.298,54	0,77
FUNDO P/ MELHORIA DA SEG. PÚBLICA	1996	1.014.192,03	5.042.201,02	6.056.393,05	1,03
FUNDO ESTADUAL DE DES. RURAL	1996	213.125,64	38.000,00	251.125,64	0,04
FUNDO ESP. DE ESTUDOS JURÍDICOS E DE REAP.	1996	18.459,34	0,00	18.459,34	0,00
FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR	1996	3.190.269,70	0,00	3.190.269,70	0,54
FUNDO DE MELHORIA DA P. MILITAR	1996	516.505,23	2.266.553,71	2.783.058,94	0,48
FUNDO ROT. DA PENIT. DE CHAPECÓ	1996	41.415,56	0,00	41.415,56	0,01
FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTES	1996	20.475,41	0,00	20.475,41	0,00
FUNDO PENITENCIÁRIO DO EST. DE SC.	1996	174.010,69	0,00	174.010,69	0,03
TOTAL DO ANO		**22.774.051,75**	**36.385.036,60**	**59.159.088,35**	10,10
2.2. AUTARQUIAS		**63.138.023,83**	**53.866.246,64**	**117.004.270,47**	**19,98**
IPESC	1993	25.363,79	0,00	25.363,79	0,00
TOTAL DO ANO		**25.363,79**	**0,00**	**25.363,79**	0,00
DER	1994	327.555,71	67.397,31	394.953,02	0,07
TOTAL DO ANO		**327.555,71**	**67.397,31**	**394.953,02**	0,07
DER	1995	2.404.637,15	41.212,45	2.445.849,60	0,42
DETER	1995	0,00	49.249,60	49.249,60	0,01
IPESC	1995	522.375,03	0,00	522.375,03	0,09
TOTAL DO ANO		**2.927.012,18**	**90.462,05**	**3.017.474,23**	0,52
DER	1996	44.048.322,61	53.222.124,79	97.270.447,40	16,61
DETER	1996	248.658,71	381.844,13	630.502,84	0,11
IOESC	1996	612.479,09	0,00	612.479,09	0,10
IPESC	1996	13.740.772,05	0,00	13.740.772,05	2,35
AD. PORTO SÃO FCO. DO SUL	1996	135.765,79	50.000,85	185.766,64	0,03
JUCESC	1996	25.122,53	48.600,00	73.722,53	0,01
DEOH	1996	1.046.971,37	5.817,51	1.052.788,88	0,18
TOTAL DO ANO		**59.858.092,15**	**53.708.387,28**	**113.566.479,43**	19,39
2.3 FUNDAÇÕES		**3.344.692,80**	**2.900.562,74**	**6.245.255,54**	1,07
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	1992	34,84	0,00	34,84	0,00
TOTAL DO ANO		**34,84**	**0,00**	**34,84**	0,00
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	1993	163,41	0,00	163,41	0,00
TOTAL DO ANO		**163,41**	**0,00**	**163,41**	0,00
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	1994	22.276,45	0,00	22.276,45	0,00
FUNDAÇÃO UDESC	1994	6.743,33	0,00	6.743,33	0,00
TOTAL DO ANO		**29.019,78**	**0,00**	**29.019,78**	0,00
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	1995	59.822,35	0,60	59.822,95	0,01
FUNDAÇÃO UDESC	1995	286.003,06	117.048,60	403.051,66	0,07
TOTAL DO ANO		**345.825,41**	**117.049,20**	**462.874,61**	0,08
FUNDAÇÃO CAT. DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	1996	506.509,43	0,00	506.509,43	0,09
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	1996	926.283,69	7,85	926.291,54	0,16
FUNDAÇÃO UDESC	1996	822.726,92	2.074.046,39	2.896.773,31	0,49
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESPORTO	1996	215.236,96	0,00	215.236,96	0,04
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1996	498.892,36	709.459,30	1.208.351,66	0,21
TOTAL DO ANO		**2.969.649,36**	**2.783.513,54**	**5.753.162,90**	0,98
TOTAL GERAL		**398.660.210,78**	**186.974.910,83**	**585.635.121,61**	**100,00**

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00480

3.1.3 - Situação Líquida Financeira

O Balanço Patrimonial demonstra uma situação financeira líquida deficitária de R$ 351,345 milhões, o que significa que, a curto prazo, o Estado não dispõe de recursos que permitam honrar os compromissos vencidos e de exigibilidade imediata, comprometendo, assim, a execução orçamentária do exercício seguinte.

O quadro a seguir demonstra o comportamento da situação líquida financeira no último qüinqüênio:

TABELA 54: EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA, EM VALORES CONSTANTES - 1992-96

Em R$ 1.000

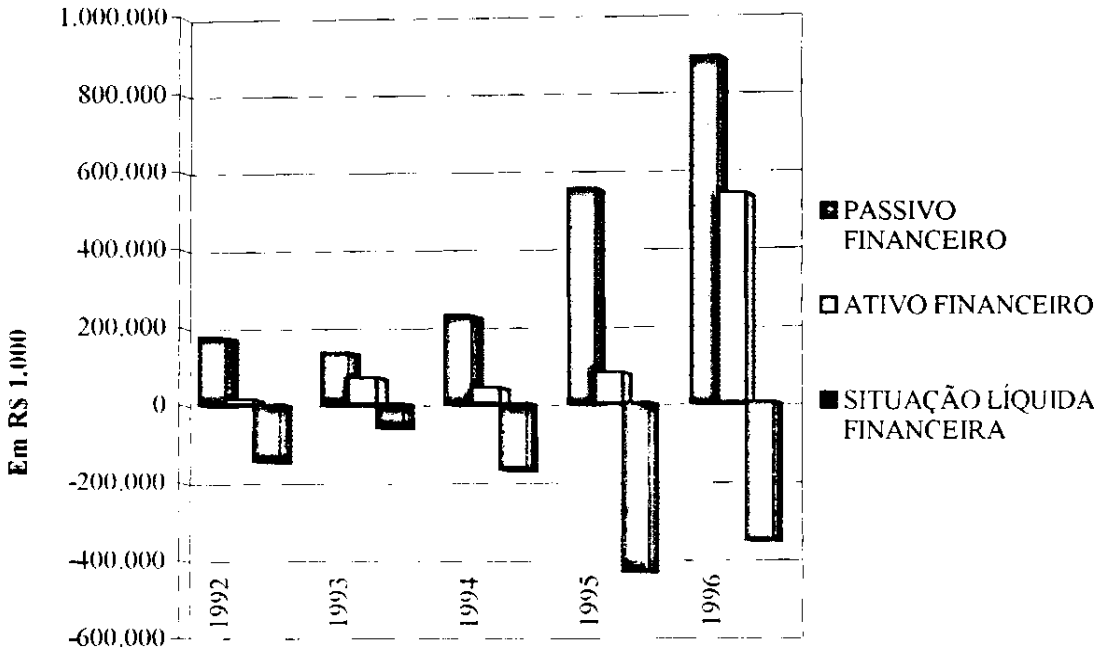
EXERCÍCIO	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA
1992	12.490	171.441	-145.373
1993	68.049	132.051	-58.536
1994	40.898	224.897	-168.283
1995	77.677	547.670	-429.845
1996	533.499	884.844	-351.345

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (Dezembro)

Constata-se que apesar do Déficit Financeiro ainda apresentar um valor expressivo, que o mesmo sofreu uma queda no ano de 1996 em relação a 1995, de 18,26%.

O gráfico a seguir permite a melhor visualização da evolução da situação líquida do qüinqüênio:

GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA (SFL)



Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00481

3.2 - PATRIMÔNIO PERMANENTE

O Patrimônio Permanente, composto pelo Ativo e Passivo Permanentes, em 31.12.96, assim se apresenta:

TABELA 55: ATIVO PERMANENTE E PASSIVO PERMANENTE

Em R$

ATIVO PERMANENTE		PASSIVO PERMANENTE	
1) BENS	**135.955.036,07**		
- Bens Móveis	111.231.678,64	1) Dívida Fund. Interna	3.081.386.197,84
- Bens Imóveis	23.836.934,69		0,00
2) CRÉDITOS	**1.023.849.586,34**	2) Dívida Fund.Externa	231.031.968,64
- Dívida Ativa	659.666.430,05		0,00
- Outros	364.183.156,29	3) Credores Ad. Direta	4.658.102,16
3) VALORES	**1.194.246.743,00**	4) Credores Ad. Indireta	4,71
TOTAL	**2.354.051.365,41**	**TOTAL**	**3.317.076.273,35**

Fonte: Balanço Geral do Estado de 1996.

3.2.1 - Ativo Permanente

O Ativo Permanente, que registra os **bens de uso especial do Estado**, os Créditos e Valores, soma em 31.12.96 R$ 2,354 bilhões.

TABELA 56: ATIVO PERMANENTE CONSOLIDADO DO ANO DE 1996

Em R$

	Administração Direta	Fundações	Autarquias	Fundos	TOTAL
1)BENS	**113.662.936,98**	**4.092.137,79**	**9.119.907,04**	**9.080.054,26**	**135.955.036,07**
MÓVEIS	98.839.446,32	4.012.722,73	2.221.565,53	6.157.944,06	111.231.678,64
IMÓVEIS	14.823.490,66	79.415,06	6.011.921,77	2.922.107,20	23.836.934,69
2) CRÉDITOS	**755.780.755,98**	**6.057.102,34**	**152.060.132,54**	**109.951.595,48**	**1.023.849.586,34**
DÍVIDA ATIVA	653.612.219,30	6.054.210,67	0,08	0,00	659.666.430,05
OUTROS	102.168.536,68	2.891,67	152.060.132,46	109.951.595,48	364.183.156,29
3) VALORES	**1.154.377.236,06**	**602.646,43**	**3.302.703,32**	**35.964.157,19**	**1.194.246.743,00**
TOTAL	**2.023.820.929,02**	**10.751.886,56**	**164.482.742,90**	**154.995.806,93**	**2.354.051.365,41**

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

Através do Decreto nº. 321, de 05 de setembro de 1995, foi criada a Comissão de identificação e cadastramento dos imóveis da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, com a competência para fazer o levantamento, a identificação e o cadastramento de todos os imóveis pertencentes ao Estado.

De acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração, foram visitados, identificados e recadastrados até o momento 813 (oitocentos e treze) imóveis.

A evolução dos saldos registrados em Dívida Ativa, no período de 1992-96, foi a seguinte:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00482

TABELA 57: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA - 1992-96

Em R$ 1.000

EXERCÍCIO	SALDO DO BALANÇO	Variação % de ano para ano	ÍNDICE
1992	5.326	-67,93	100,00
1993	2.582	-51,53	48,47
1994	368.708	14.182,59	6.922,85
1995	447.955	21,49	8.410,80
1996	659.666	67,91	12.385,88

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (Dezembro)

Em valores constantes, observa-se um aumento de 67,91% do saldo registrado em Dívida Ativa em 31.12.96, em relação ao ano anterior.

Comparando-se os dados do qüinqüênio analisado, observa-se que o ano de 1996 é o que apresenta o maior valor inscrito em Dívida Ativa, em valores constantes.

Conforme demonstrado na tabela, observa-se que no exercício de 1996 foi cobrado de Dívida Ativa, a importância de R$ 13.580.171,10, representando 2,06% do total que se encontrava inscrito em Dívida Ativa em 31/12/96 e 3,04% do total que encontrava-se inscrito em 31/12/95, em valores corrigidos pelo IGP-DI, para dezembro de 1996.

3.2.2 - Passivo Permanente

O Passivo Permanente, representado pelos saldos das Dívidas Fundadas Interna e Externa e de Outras Dívidas, registra em 31/12/96 o saldo de R$ 3.322,734 milhões.

3.2.2.1- Dívida Pública - Flutuante e Fundada

Inicialmente, convém destacar que, apesar da Dívida Flutuante não fazer parte do Passivo Permanente, far-se-á uma análise do total da Dívida Pública do Estado, considerando-se para tanto a Dívida Fundada Interna e Externa e a Dívida Flutuante.

A evolução da Dívida Pública existente, englobando os compromissos de curto e longo prazos (Flutuante e Fundada), no qüinqüênio 1992-96, a preços constantes, é a seguinte:

TABELA 58: DÍVIDA PÚBLICA TOTAL - 1992-96

Em R$

ANO	VALORES	ÍNDICE	ANUAL
1992	2.672.489	100	0
1993	2.619.953	98,03	-1,97
1994	2.598.853	97,24	-0,81
1995	3.264.263	122,14	25,6
1996	4.201.920	157,23	28,72

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (Dezembro)

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00483

Em relação ao ano de 1995, observa-se que no ano de 1996 a Dívida Pública do Estado aumentou R$ 937,657 milhões, o correspondente a 28,72%, e, em relação ao exercício de 1992, constata-se que em 1996 o saldo da Dívida Pública é superior em R$ 1,529 bilhões, representando um acréscimo de 57,32%.

O saldo da Dívida Pública em 31/12/95 era de R$ 2.985,424 milhões. Em valores nominais, constata-se que o saldo da Dívida Pública cresceu em 1996, R$ 1.216,496 milhões em relação ao ano de 1995, representando um crescimento nominal de 40,75%.

A composição da Dívida do Estado no qüinqüênio 1992-96, bem como seu comportamento, em valores constantes, é demonstrada na tabela que segue:

TABELA 59: COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA - 1992-96

Em R$ 1.000

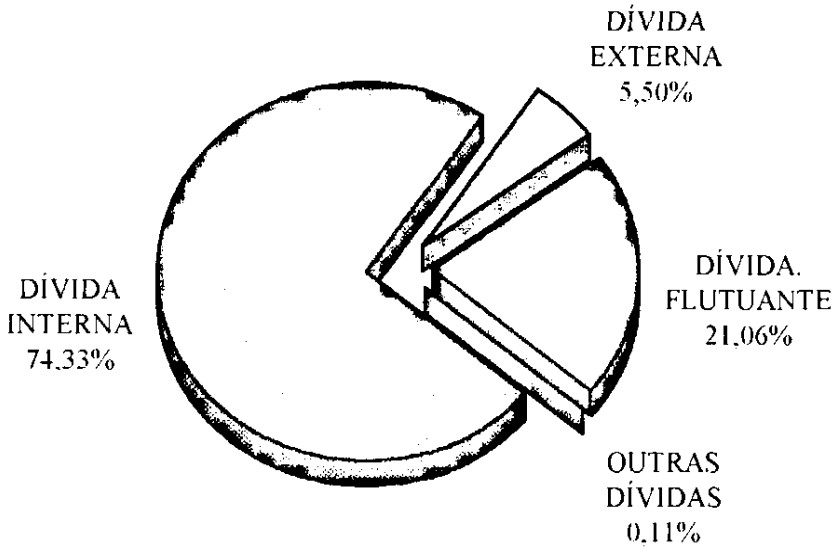
ANO	DÍVIDA FLUTUANTE	%	OUTRAS DÍVIDAS	%	DÍVIDA FUNDADA			%	TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	% de variação anual
					INTERNA	EXTERNA	TOTAL			
1992	171.454	6,42	142.377	5,32	2.000.709	357.949	2.358.658	88,26	2.672.489	2,13
1993	132.051	5,04	141.436	5,4	2.045.414	301.052	2.346.466	89,56	2.619.953	-1,97
1994	224.897	8,65	170.199	6,6	1.990.066	212.597	2.202.664	84,75	2.598.853	-0,81
1995	547.670	16,78	200.454	6,14	2.285.303	230.834	2.516.138	77,08	3.264.263	25,6
1996	884.844	21,06	4.658	0,11	3.081.386	231.032	3.317.076	78,94	4.201.920	28,72

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (Dezembro).

No Passivo Permanente, além da Dívida Fundada Interna e Externa, constam as contas Credores da Administração Direta e Indireta, cujos valores estão identificados na tabela acima, na coluna Outras Dívidas, sendo que R$ 4.658.102,16 correspondem a conta Credores da Administração Direta e R$ 4,71, correspondem aos valores lançados na conta Credores da Administração Indireta (Fundos, Autarquias e Fundações).

No gráfico a seguir demonstra-se em termos percentuais a composição da Dívida Pública total do Estado.

GRÁFICO 11- COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00484

481

Convém destacar que o Estado continua a não registrar no Saldo da Dívida Pública a dívida que tem para com o IPESC, referente a parcela patronal de 4% da folha de pagamento; inclusive, essa dívida não vem sendo contabilizada.

Os dispêndios com Amortizações e Encargos da Dívida Pública, no exercício de 1996, assim se apresentam:

TABELA 60: AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA - 1996.

Em R$

	AMORTIZAÇÃO	%	ENCARGOS	%	TOTAL	%
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	300.593.705,02	59,54	261.005.499,44	75,92	561.599.204,46	65,75
DÍVIDA FUND. EXTERNA	19.476.048,23	3,86	18.363.082,30	5,34	37.839.130,53	4,43
DÍVIDA FLUTUANTE	190.323.615,53	37,70	64.421.033,94	18,74	254.744.649,47	29,82
DÍVIDA TOTAL	510.393.368,78	100	343.789.615,68	100	854.182.984,46	100,00

FONTE: Balanço Geral do Estado-1996

Em 1996, a grande concentração de recursos dispendidos esteve voltada para as Amortizações e Encargos da Dívida Fundada Interna, visto que do Total Gasto com Amortizações 59,54% foram gastos com Amortizações da Dívida Fundada Interna e do Total Gasto com Encargos 75,92% foi gasto com Encargos da Dívida Fundada Interna.

Além disso, entende-se importante destacar, o expressivo volume de recursos dispendidos com a Dívida Flutuante no ano de 1996, resultante das operações de ARO- Antecipações de Receita Orçamentária, que correspondeu a 29,82 % do total gasto com Amortização e Encargos da Dívida Pública, alcançando a importância de R$ 254.744.649,47.

Além dos Encargos e Amortizações registrados na tabela acima, o Governo do Estado também teve um desembolso de R$ 40.387.041,09 à CELESC, para pagamento da operação de Antecipação de Receita, efetuada em 1995, conforme descreve-se a seguir.

Em 29 de novembro de 1995 e no dia 30/11/96, a CELESC repassou ao Governo do Estado R$ 25.000.000,00 e R$ 10.000.000,00, a título de antecipação de ICMS.

Para obter tais recursos, a CELESC contraiu empréstimos junto ao Banco BMC S.A. , conforme Contratos de Mútuo nºs. 8124 e 8128, nos valores de R$ 25.000.000,00 e R$ 10.000.000,00, respectivamente, conforme relatório e parecer prévio deste Tribunal sobre as Contas do Governo do exercício de 1995, às fls. 209 e 210.

Por conta dessa "antecipação de receita de ICMS" que na verdade trata-se de uma contratação indireta de uma Operação de Antecipação de Receita Orçamentária, a CELESC reteve de ICMS devido ao Governo do Estado, os seguintes valores:

- 10/10/96 - R$ 13.326.335,59;
- 12/02/96 - R$ 12.659.939,45;
- 12/03/96 - R$ 13.504.883,44;
- 12/03/96 - R$ 14.266.675,47;

TOTAL R$ 40.431.498,36;

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00485

Dos valores retidos R$ 35.000.000,00 referem-se a restituição do principal; R$ 5.431.498,36 a título de encargos financeiros.

Além disso, conforme consta da Ata da reunião de Diretoria da CELESC nº. 42/95 de 27/11/95, Deliberação nº. 334/95, ficou estabelecido que além de assumir os encargos financeiros o Estado se comprometia a repassar R$ 5.000.000,00 para futuro aumento de capital, o que ocorreu em 05/12/95.

3.2.2.2.- DÍVIDA FUNDADA

Demonstra-se, a seguir, os dispêndios com Amortização e Encargos da Dívida Pública no último qüinqüênio:

TABELA 61: AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA - 1992-96

Em R$ 1.000

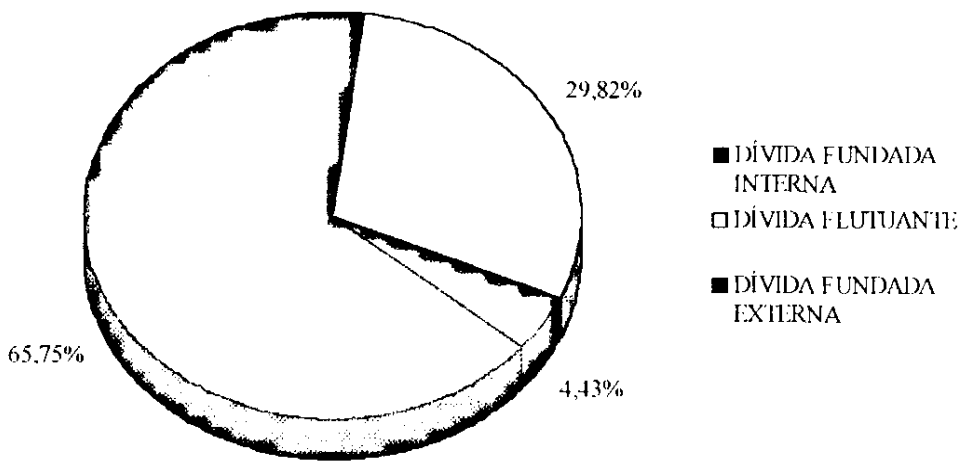
ANO	AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL	ENCARGOS S/ TOTAL %
1992	193.687	34.245	227.933	15,02
1993	31.872	43.288	75.160	57,59
1994	290.500	67.322	357.822	18,81
1995	255.634	118.835	374.469	31,73
1996	510.393	343.790	854.183	40,25

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

No quadro supra, observa-se que em 1996 os Encargos pagos representam 40,51% do Serviço da Dívida, enquanto em 1995 representou 31,73%.

A seguir demonstra-se, a participação da Dívida Interna, Externa e Flutuante no total dispendido com o serviço da Dívida Pública no ano de 1996.

GRÁFICO 12 - PARTICIPAÇÃO DOS DISPÊNDIOS COM AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA, NO ANO DE 1996.



...ÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00486

Do total de R$ 18.363.082,30 Encargos dispendidos com a Dívida Fundada Externa, o valor de R$. 480.144,83, correspondente a 2,62%, refere-se ao pagamento de comissão de compromisso (taxa de permanência) de empréstimos da Dívida Externa, dos contratos:

- BID 719 - CR/521/0016 - R$ 390.513,56;
- BIRD 3547.- CR/521/0017- R$ 53.319,42;
- BIRD-3160- CR/521/0013- R$ 36.311,85;

Os valores acima, pagos a título de comissão de compromisso (taxa de permanência), correspondem a 0,14% do total dispendido com Encargos da Dívida Pública.

A relação entre os dispêndios contabilizados com o pagamento da Dívida Pública e a evolução da Despesa Total, no qüinqüênio 1992/1996, a preços constantes, é a seguinte:

TABELA 62: EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL E DAS DESPESAS COM AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA - 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	DESPESA TOTAL	VARIAÇÃO ANUAL	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS		
			VALOR	VAR. ANUAL	PART. %
1992	1.299.608	9,33	227.934	14,54	17,53
1993	1.150.081	-11,5	75.160	-67,03	6,53
1994	1.851.650	61	357.822	378,08	19,32
1995	2.774.361	49,83	374.469	4,65	13,5
1996	3.339.634	20,37	854.183	128,11	25,58

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996
Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

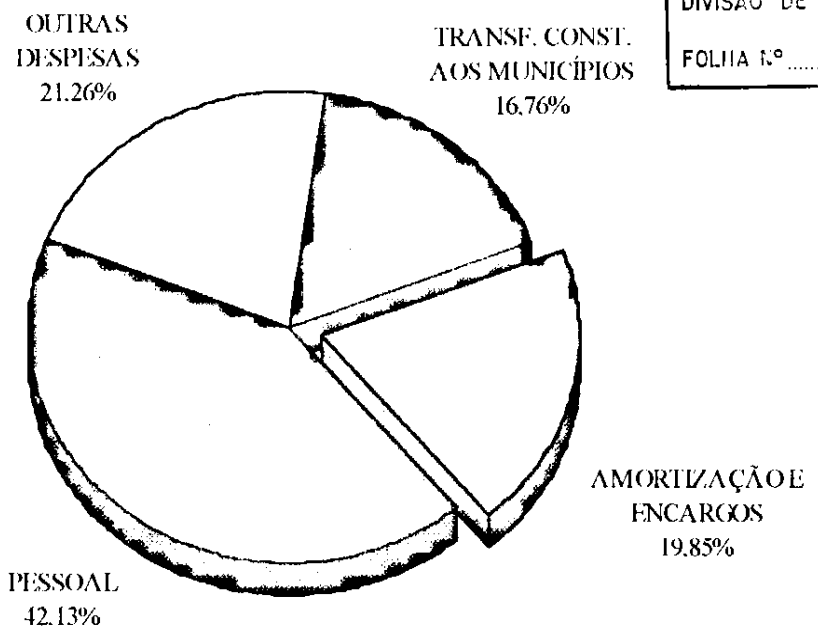
A Despesa com Amortizações e Encargos da Dívida Pública, em 1996, cresceu 128,11%, em relação ao ano de 1995, representando **25,58% do Total da Despesa Orçamentária** realizada no mesmo período.

Excluindo-se a despesa Extra-Orçamentária, que no ano de 1996 atingiu a importância de R$ 190.323.615,53, constata-se que o Estado teve uma Despesa Orçamentária com Amortização e Encargos da Dívida Pública de R$ 663.859.368,93, representando 19,85%, do total da Despesa Orçamentária.

Para demonstrar o elevado volume de recursos dispendidos com Encargos e Amortização da Dívida Pública, elabora-se gráfico representativo das despesas orçamentárias do Estado com pessoal, as transferências constitucionais aos municípios, as despesas com Encargos e Amortização da Dívida Pública e as demais despesas do Estado.

GRÁFICO 13 - PARTICIPAÇÃO DOS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA, NO TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00457



Considerando-se a Receita Líquida Disponível do Estado, cujo valor apurado no exercício de 1996 é da ordem de R$ 1.822.292.577,38, observa-se que a **Despesa Orçamentária** com Amortizações e Encargos da Dívida Pública no ano de 1996 representou 36,43% e com relação à Receita Corrente Líquida, que foi da ordem de R$ 2.030.595.634,52, a despesa representa 32,69%.

TABELA 63: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA - 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	DÍVIDA FUNDADA	ÍNDICE	% VAR. ANUAL
1992	2.358.662	100,00	0
1993	2.346.466	99.48	-0,52
1994	2.202.664	93,39	-6,13
1995	2.516.138	106,68	14,23
1996	3.317.076	140.63	31,83

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (dezembro)

Observa-se que no ano de 1994 houve uma redução da Dívida Fundada, em valores relativos, na ordem de 6,13%, em relação ao exercício de 1992. No ano de 1995, constata-se um crescimento da Dívida Fundada, da ordem de 6,68% comparado com o ano de 1992, e no ano de 1996, um crescimento de 40,63%.

A operação com Letras do Tesouro do Estado, autorizada pela Lei 10.168/96, cujo saldo em 31/112/96 era de R$ 629.644.076,12, representa 18,98% do total da Dívida Pública e foi responsável por 66,65% do total das inscrições havidas no ano de 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00483

485

As Amortizações mais Encargos da Dívida Fundada realizadas no exercício de 1996 somam R$ 658.364 milhões, enquanto que as inscrições montam em R$ 971,012 milhões.

A Dívida Fundada, quanto às Inscrições e as Amortizações, assim se apresenta:

TABELA 64: EVOLUÇÃO DAS INSCRIÇÕES E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA FUNDADA -1992-96

Em R$ 1.000

ANO	INSCRIÇÕES	AMORTIZAÇÕES PRINCIPAL + ENCARGOS	INSCRIÇÕES S/ AMORTIZAÇÕES (%)
1992	142.558	227.934	62.54
1993	29.754	75.160	39.59
1994	326.781	357.822	91.33
1995	192.951	340.562	56.66
1996	944.724	663.859	142.31

Fonte: Balanço Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (medio)

O valor lançado como Amortizações e Encargos da Dívida Fundada apresenta o seguinte desdobramento:

- R$ 561.599.204,46 -Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna;
- R$ 37.839.130,53 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada Externa;
- R$ 64.421.033,94 - Encargos da Dívida Flutuante.

Em todo o qüinqüênio analisado as Amortizações foram superiores às inscrições realizadas, com exceção do ano de 1996, onde as inscrições representaram 142,31%, das Amortizações + Encargos pagos pelo Estado.

3.2.2.2.1- DÍVIDA FUNDADA INTERNA

No ano de 1996, foram inscritos R$ 917.486 milhões de Dívida Fundada Interna, decorrentes dos seguintes fatores:

1) RS 215.778.858,46, decorreu da emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado, para renegociação da Dívida Interna com a União, de acordo com a Lei 7.546/92;

2) RS 604.498.433,54, refere-se a emissão e lançamento de Letras Financeiras do Tesouro do Estado- LFT/SC, de acordo com a Lei 10.168/96.

3) RS 90.000.000,00, relativo ao empréstimo celebrado com a Caixa Econômica Federal em 14/02/96, autorizado pela Lei 10.066 de 25/01/96;

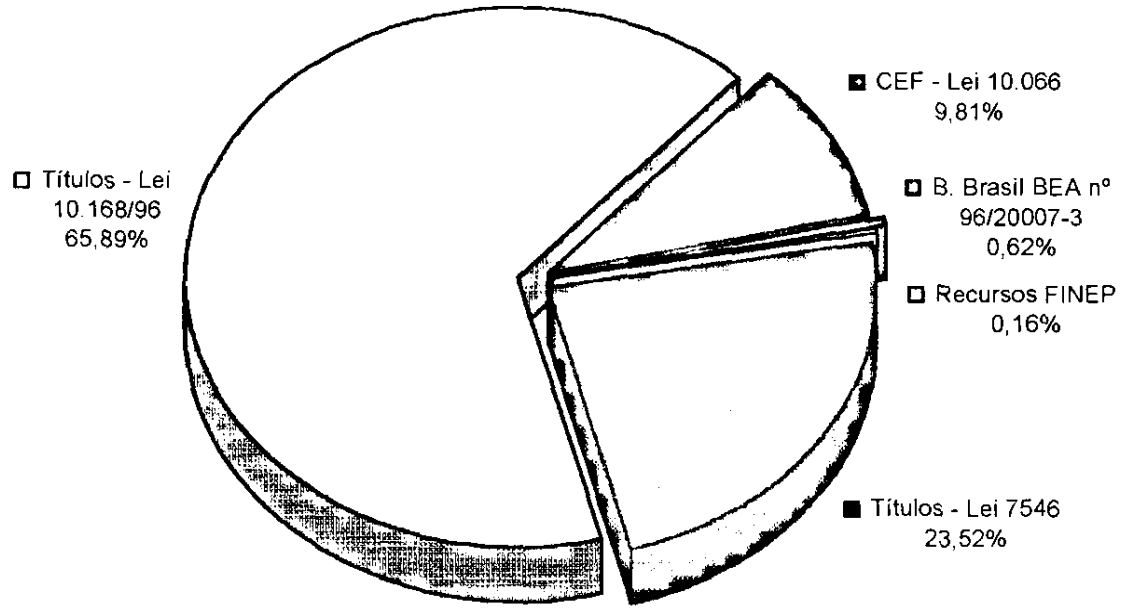
4) RS 5.701.850,99, refere-se à incorporação do Contrato com o Banco do Brasil S/A. BEA nº. 96/20007-3, por Variação Passiva Independente da Execução Orçamentária, no mês de agosto de 1996- não houve entrada efetiva de recursos;

5) RS 1.506.465,24, refere-se a recursos obtidos junto ao FINEP.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00489

Demonstra-se no gráfico a seguir a participação de cada Contrato e dos Títulos emitidos, no total das inscrições da Dívida Fundada Interna

GRÁFICO 14 - PARTICIPAÇÃO DOS TÍTULOS EMITIDOS E CONTRATOS NO TOTAL DAS INSCRIÇÕES DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA NO ANO DE 1996



De acordo com o gráfico acima, constata-se que a emissão e colocação de Letras Financeiras do Tesouro do Estado autorizados pela Lei 10.168/96 foi responsável por 64,89 % do total das inscrições de Dívida Fundada Interna, ocorridas no ano de 1996.

O endividamento, decorrente dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, no período 1992/1996, assim se apresenta:

TABELA 65: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	INDICE	VARIAÇÃO ANUAL
1992	2.000.714	100,00	0,00
1993	2.045.414	102,23	2,23
1994	1.990.066	99,47	-2,71
1995	2.285.303	114,22	14,84
1996	3.086.044	154,25	35,04

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (Dezembro)

O saldo registrado a título de Dívida Fundada Interna, que no ano de 1994, apresentou um decréscimo com relação ao ano de 1991, voltou a crescer no ano de 1995, na ordem de 14,22%, e no ano de 1996, 54,25% em relação ao saldo apresentado em 1991. Em relação ao ano de 1995, houve um acréscimo no saldo, no valor de R$ 800,741 milhões, o correspondente a 35,04%.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00490

A evolução das Inscrições e Amortizações realizadas no último qüinqüênio está demonstrada a seguir:

TABELA 66: EVOLUÇÃO DAS INSCRIÇÕES E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA. EM VALORES NOMINAIS - 1992-96.

Em R$ 1.000

ANO	INSCRIÇÕES	AMORTIZAÇÕES	INSCRIÇÕES S/ AMORTIZAÇÕES
1992	686.756.816	970.308.321	70,78
1993	0,00	1.604.504	0,00
1994	256.246	245.798	104.25
1995	150.730	191.251	78,81
1996	917.486	300.594	305.22

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-1996

As modificações do perfil da Dívida Interna ocorridas no exercício de 1996 estão demonstradas a seguir:

TABELA 67: DEMONSTRAÇÃO DAS MODIFICAÇÕES DO PERFIL DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA. EM VALORES CONSTANTES - 1996.

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Saldo em 31/12/95	2.090.088.848.80
Inscrições de Créditos	917.485.608.23
Encargos(Cor. Monetária+juros)	374.405.445.83
Amortizações e Cancelamentos	300.593.705.02
Saldo em 31/12/96	3.081.386.197.84

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

As inscrições de créditos decorrentes das operações de crédito realizadas no período, no valor de R$ 917.485.608,23, foram superiores em 205,22% às amortizações e cancelamentos havidos no período.

Do crescimento verificado no saldo da Dívida Fundada Interna no ano de 1996, comparado com o ano de 1995, observa-se que 71,01% foi decorrente da realização de Operações de Crédito e 28,99% foi decorrente de Encargos (Correção Monetária e Juros).

A Dívida Fundada Interna, por fonte de recursos, é demonstrada abaixo:

DIVISÃO DE EXPEDI
FOLHA Nº 00491

488

TABELA 68: COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA POR FONTE DE RECURSOS - 1996

Em R$

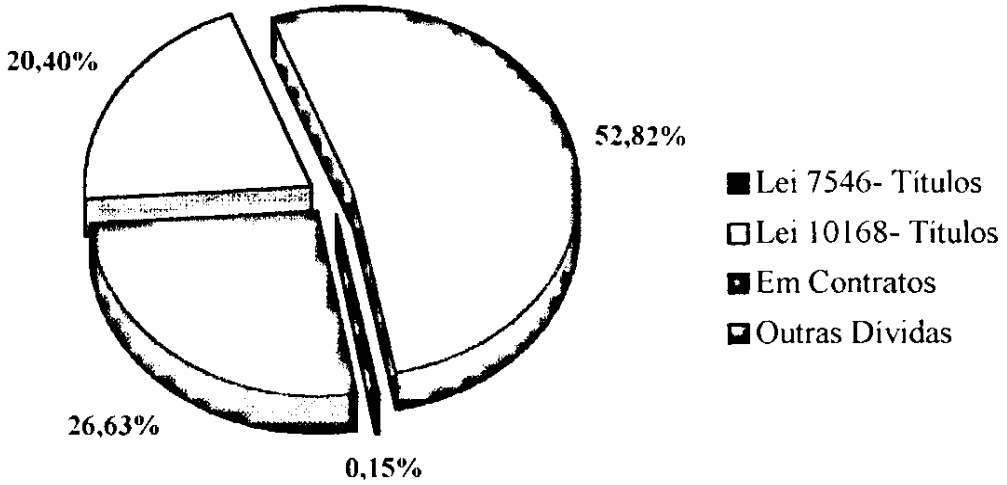
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PARTICIPAÇÃO
1)Por Títulos (LFTCS)	1.451.371.299,50	47,03
* Lei 7546	821.727.223,38	26,63
* Lei 10168/96	629.644.076,12	20,40
2)Por Contratos	1.630.014.898,34	52,82
* Banco do Brasil	1.012.833.984,94	32,82
* CELESC	351.184.653,29	11,38
* BRDE	167.327.879,62	5,42
* CEF	73.330.976,72	2,38
* BNDES	21.684.741,87	0,70
* FINEP	3.652.661,90	0,12
3) Outras Dívidas	4.658.106,87	0,15
TOTAL	3.086.044.304,71	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado- 1996

Do saldo da Dívida Fundada Interna, 47,03% referem-se a Títulos (LFTCS) e 52,82% a contratos. Entre os contratos destacam-se os firmados com o Banco do Brasil, que representam 32,82% do Saldo da Dívida Interna em 1996.

Demonstra-se no gráfico a seguir, a composição da Dívida Fundada Interna.

GRÁFICO 15 - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA



Observa-se que os Títulos Públicos emitidos através da Lei 10.168/96, representam 20,40% do total da Dívida Pública Fundada Interna.

3.2.2.2.2 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

A Dívida Fundada de origem externa, no período de 1992/1996, assim se apresenta:

DIVISÃO DE EXAME
FOLHA Nº 00492

489

TABELA 69: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA. EM VALORES CONSTANTES - 1991-95.

Em R$ 1.000

ANO	SALDO EM 31/12	VARIAÇÃO ANUAL	INDICE
1992	357.949	0.00	100.00
1993	301.052	-15.90	84.10
1994	212.597	-29.38	59.39
1995	230.834	8.58	64.49
1996	231.031	0.09	64.54

Fonte: Balanço Geral do Estado 1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (Dezembro)

Pela tabela supra, constata-se que o saldo da Dívida Fundada Externa existente em 1996, em comparação com o ano de 1992, em valores constantes, é 35,46% inferior. Comparando-se com o exercício de 1995, observa-se que no ano de 1996 a Dívida Fundada Externa sofreu um acréscimo, em valores constantes, de 0,09%.

No qüinqüênio em análise, observa-se que os saldos apresentados nos anos de 1992 e 1993, são superiores aos saldos observados nos anos de 1995 e 1996. No ano de 1996, houve um acréscimo de R$ 197 milhões no saldo da Dívida Fundada Externa, em relação ao saldo apresentado no ano de 1995

A seguir, demonstra-se a evolução das Inscrições e Amortizações realizadas no último qüinqüênio, da Dívida Fundada Externa:

TABELA 70: EVOLUÇÃO DAS INSCRIÇÕES E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA. EM VALORES CONSTANTES - 1992-96

Em R$ 1.000

ANO	INSCRIÇÕES REALIZADAS	AMORTIZAÇÕES E CANCELAMENTOS	INSCRIÇÕES S/ AMORTIZAÇÕES (%)
1992	7.432	2.772	268.12
1993	29.754	17.546	169.58
1994	33.531	11.347	295.50
1995	33.238	19.077	174.23
1996	27.239	19.476	139.86

Fonte: Balanco Geral do Estado-1992-96
Inflator utilizado: IGP-DI (medio)

O montante inscrito em Dívida Fundada Externa no exercício de 1996 foi de R$ 27.239 milhões, oriundos de Operações de Crédito, enquanto o total amortizado, no mesmo período, foi de R$ 19.476 milhões.

As modificações no perfil da Dívida Externa ocorridas no exercício de 1996 estão demonstradas a seguir:

DIVISÃO DE EXPEDI
FOLHA Nº 00493

TABELA 71: DEMONSTRAÇÃO DAS MODIFICAÇÕES DO PERFIL DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA. EM VALORES CONSTANTES - 1996

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Saldo em 31/12/95	211.116.867.93
Operações de Crédito	27.238.999.04
Variação Cambial	12.152.149.90
Amortizações	19.476.048.23
Saldo em 31/12/96	231.031.968.64

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

As baixas decorrentes de Amortizações com a Dívida Fundada Externa, no ano de 1996, no valor de R$ 19.476.048,23 corresponderam a 71,50% do valor das Operações de Crédito realizadas.

A composição do saldo da Dívida Fundada Externa, por fonte de recursos, é demonstrada no quadro seguinte:

TABELA 72: COMPOSIÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA POR FONTE DE RECURSOS - 1996

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PARTICIPAÇÃO
POR CONTRATOS:		
* Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID	108.317.763.43	46,88
* BIRD	58.873.498.36	25.48
* KFW	16.742.717.96	7,25
* Banco do Brasil	9.214.414.29	3,99
* LLOYDS MERCHANT BANK	9.011.597.98	3,90
* COMMERZBANK	7.818.029.93	3.38
* MLW INTERMED	6.777.798.48	2.93
* MANUFACTURS	6.004.534.74	2.60
* EUROPEAN BRAZILIAN BANK	3.464.666.69	1.50
* SIEMENS	2.363.317.38	1.03
* HARRIS TRUST AND SAVINGS	1.586.124.40	0.69
* INTERFITT BANK DALLES	857.505.00	0.37
TOTAL	231.031.968.64	100.00

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

Na composição do saldo da Dívida Fundada Externa, destacam-se como maiores credores do Estado, o BID, com participação percentual de 46,88%; o BIRD com 25,48%; o KFW, com 7,25%, e o Banco do Brasil, com 3,99%.

3.2.3 - Variações Patrimoniais

As variações quantitativas e qualitativas, ocorridas no patrimônio do Estado, acham-se discriminadas na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Antes da analise do resultado patrimonial convém destacar que o Saldo Patrimonial no final do exercicio de 1995, apresentava-se da seguinte forma:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0049

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R$ (790.499.323,69)
AUTARQUIAS	R$ 47.109.124,60
FUNDAÇÕES	R$ 1.753.123,99
FUNDOS	R$ 77.666.189,38
TOTAL	**R$ (663.970.885,72)**

O Resultado Patrimonial ou Econômico do Exercício de 1996 da Administração Direta apresentou um Déficit de R$ 708.841.074,69, que teve a seguinte origem:

A) Variações Resultantes da Execução Orçamentária

Em R$

Receita Total	3.563.393.671,35	
(-) Mutação Patrimonial da Receita	948.321.513,18	**2.615.072.158,17**
Despesa total	3.339.633.708,07	
(-) Mutação Patrimonial da Despesa	372.456.553,05	**2.967.177.155,02**
Déficit		**(352.104.996,85)**

B) Variações Independentes de Execução Orçamentária

Variações Ativas	672.837.550,95	
(-) Variações Passivas	1.029.573.628,79	**(356.736.077,84)**

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA EM 1996:

(=A+B) **(708.841.074,69)**

Apresenta-se a seguir, de forma resumida o resultado Patrimonial do exercício de 1996, da Administração Indireta, que apresentou um Superavit de R$ 57.845.712,02:

ADM. INDIRETA	R$
AUTARQUIAS	(2.076.675,89)
FUNDOS	56.705.264,55
FUNDAÇÕES	3.217.123,36
TOTAL	57.845.712,02

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00495

TABELA 73: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Em R$

UNIDADE	SALDO DO ANO ANTERIOR- 1995	PATRIMÔNIO DA UNIÃO	RESULTADO DO EXERCÍCIO -1996	SALDO FINAL EM 31/12/96
1.ADMINISTRAÇÃO DIRETA	(790.499.323,69)	0,00	(708.841.074,69)	**-1.499.340.398,38**
2.ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
2.1.FUNDAÇÕES	1.753.123,99	0,00	3.217.123,36	**4.970.247,35**
2.2.AUTARQUIAS	47.109.124,60	574.239,58	(2.076.675,89)	**45.606.688,29**
2.3. FUNDOS	77.666.189,38	0,00	56.705.264,55	**134.371.453,93**
TOTAL	-663.970.885,72	574.239,58	(650.995.362,67)	-1.314.392.008,81

Fonte: Balanço Geral do Estado-1996

De acordo com a tabela acima, constata-se que o Passivo Real a Descoberto em 31/12/96 atinge a importância de R$ 1.314.392.008,81. No ano de 1996, ocorreu um Déficit de R$ 650.995.362,67.

O Passivo Real a Descoberto não tem maiores reflexos na situação patrimonial do Estado, haja vista que os bens patrimoniais não são reavaliados, em função do que faculta a legislação em vigor.

Apesar do § 3º do Artigo 106 da Lei 4320/64 facultar a reavaliação dos bens móveis e imóveis, sugere-se à administração Pública Estadual para que implante a prática da reavaliação, que atualmente, em função do controle inflacionário existente, se torna mais viável de ser aplicada.

Entende-se importante essa reavaliação, para que o Patrimônio possa expressar de forma mais concreta e correta a verdadeira realidade, o que não ocorre atualmente, em virtude da faculdade da não reavaliação dos bens patrimoniais estabelecida na legislação.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00499

PARTE III

AUTARQUIAS

PARTE III - AUTARQUIAS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00497

1. INTRODUÇÃO

Para a análise das contas das Autarquias Estaduais, inicialmente torna-se recomendável a apresentação do seu conceito, estabelecido no Decreto-Lei nº 200/67, conforme segue:

"Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada" (artigo 5º, I).

Como se percebe, a Autarquia, um instrumento de descentralização do serviço público, pode ser criada por qualquer esfera de governo: federal, estadual-distrital e municipal. Para tanto, devem ser atendidos os requisitos formais e materiais de sua criação, instituição, organização e funcionamento.

Hely Lopes Meirelles ensina que "a autarquia não age por delegação; age por direito próprio e com autoridade pública, na medida do ***jus imperii*** *que lhe foi outorgado pela lei que a criou. Como pessoa jurídica de direito público interno, a autarquia traz ínsita, para a consecução de seus fins, uma parcela do poder estatal que lhe deu vida. Sendo um ente autônomo, não há subordinação hierárquica da autarquia para com a entidade estatal a que pertence, porque se isto ocorresse, anularia o seu caráter autárquico. Há mera vinculação à entidade matriz que, por isso, passa a exercer um controle legal, expresso no poder de correção finalística do serviço autárquico.*

.....

As autarquias brasileiras nascem com os privilégios administrativos (não políticos) da entidade estatal que as instituem auferindo também, as vantagens tributárias e as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, além dos que lhes forem outorgados por lei especial, como necessários ao bom desempenho das atribuições da instituição.

.....

Sendo as autarquias serviços públicos descentralizados, personalizados e autônomos, não se acham integradas na estrutura orgânica do Executivo, nem hierarquizadas a qualquer chefia, mas tão-somente vinculadas à Administração direta, compondo, separadamente, a Administração indireta do Estado com outras entidades autônomas (empresas públicas e sociedades de economia mista). Por esse motivo não se sujeitam ao controle hierárquico, mas sim a um controle diverso, finalístico, atenuado, normalmente de legalidade e excepcionalmente de mérito, visando unicamente mantê-las dentro de suas finalidades institucionais, enquadradas no plano global da Administração a que se vinculam e fiéis às suas normas regulamentares. É um controle de orientação e correção superiores, só apreciando os atos internos e a conduta funcional de seus dirigentes em condições especialíssimas, autorizadas por lei."

O Estado de Santa Catarina, em sua estrutura descentralizada, possui 07 entidades autárquicas, com funções na área administrativa, social e de infra-estrutura, que estão reguladas, quanto à sua organização, pela Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, que são:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00493

I - Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS;

II - Departamento de Estradas de Rodagem - DER;

III - Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas - DEOH;

IV - Departamento de Transportes e Terminais - DETER;

V - Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC;

VI - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC;

VII - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC.

2. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - LEI ORÇAMENTÁRIA

A Lei Estadual nº 10.056, de 29 de dezembro de 1995, que aprovou o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado, para o exercício de 1996, estimou a receita e fixou a despesa das Autarquias em R$ 364.696 milhões.

A Receita Orçamentária conjuntamente arrecadada pelas Entidades Autárquicas totalizou R$ 380,214 milhões, o que representou uma diferença a maior de 4,25% em relação às previsões iniciais, ocorrendo excesso de arrecadação da ordem de R$ 15,518 milhões, decorrente principalmente da execução do orçamento do DER e do DETER. A APSFS, assim como o DEOH, a IOESC, o IPESC e a JUCESC apresentaram queda de arrecadação.

A Despesa Orçamentária fixada, acrescida dos créditos adicionais e mais a atualização monetária, totalizou R$ 498,585 milhões, correspondendo a um acréscimo de 36,71% em relação à fixação inicial.

Na execução do orçamento da despesa, as Autarquias empenharam 79,74% do total da dotação autorizada, restando um saldo de 20,26%.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00493

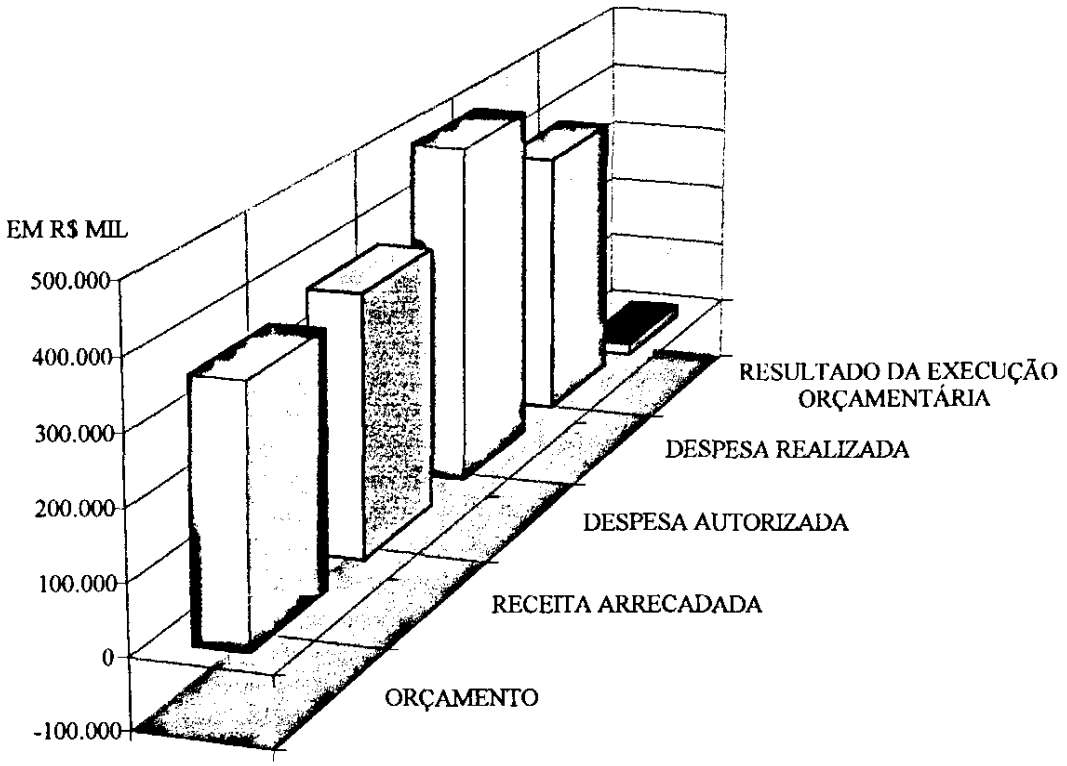
TABELA 74: RECEITA E DESPESA: BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS DAS AUTARQUIAS

Em R$ 1.000

Autarquias	Receita			Despesa					Resultado da Execução Orçamentária
	Previsão Inicial	Receita Arrecadada	Diferença	Fixação Inicial	Créditos Adicionais	Despesa * Autorizada	Despesa Realizada	Diferença	
APSFS	24.110	12.904	-11.206	24.110	4.118	28.228	10.679	17.549	2.225
DER	145.237	211.797	66.560	145.237	110.385	255.622	219.695	35.927	-7.898
DEOH	14.755	5.705	-9.050	14.755	3.056	17.811	6.241	11.570	-536
DETER	6.969	8.598	1.629	6.969	2.698	9.667	7.475	2.192	1.123
IOESC	9.385	7.154	-2.231	9.385	531	9.916	6.336	3.580	818
IPESC	161.270	131.457	-29.813	161.270	8.593	169.863	144.601	25.262	-13.144
JUCESC	2.970	2.599	-371	2.970	4.508	7.478	2.568	4.910	31
TOTAL	**364.696**	**380.214**	**15.518**	**364.696**	**133.889**	**498.585**	**397.595**	**100.990**	**-17.381**

Fonte: Balanço Orçamentário e Comparativo da Despesa das Autarquias - 1996
Obs.: * O valor apropriado é o resultado da correção monetária mais os créditos suplementares, menos as anulações de dotação.

GRÁFICO 16 -RECEITA E DESPESA: BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS DAS AUTARQUIAS



2.2 - RECEITA

Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária totalizou R$ 380,214 milhões, representando acréscimo de 15,12% em relação a 1995, 77,72% a 1994, 181,61% a 1993 e 144,53% a 1992.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00000

Receitas Correntes e de Capital

As Receitas Correntes representaram 67,93% do total das receitas das Autarquias e as Receitas de Capital 32,07%. Dentre as Receitas Correntes destaca-se a receita de Contribuições, auferida pelo IPESC, compreendendo 45,99% do total. Nas Receitas de Capital o DER individualmente contabilizou 92,86%, a título de transferências do Estado.

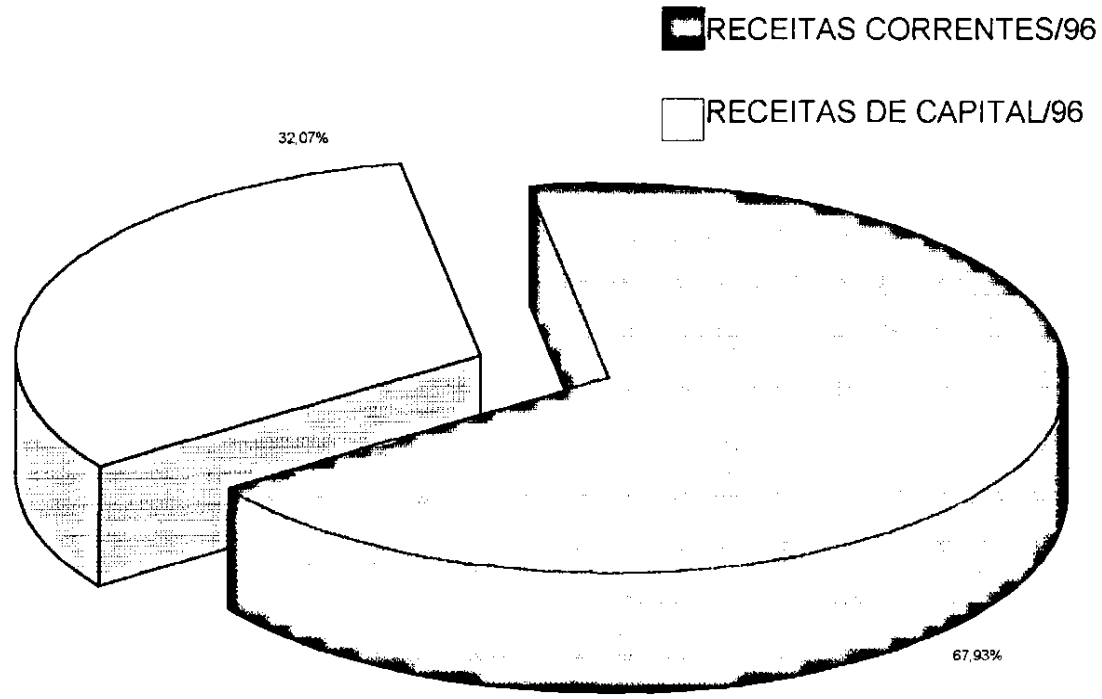
TABELA 75: RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL 1992/1996

Em R$ 1.000

Receita-Categoria Econômica	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1.996	%
Receita Corrente	76.677	49,31	71.700	53,11	103.633	48,44	244.821	74,13	258.263	67,93
Receita de Capital	78.810	50,69	63.312	46,89	110.301	51,56	85.441	25,87	121.951	32,07
Total	**155.487**	**100,00**	**135.012**	**100,00**	**213.934**	**100,00**	**330.262**	**100,00**	**380.214**	**100,00**

Fonte: Balanço das Autarquias 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 17 - RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL 1992/1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00501

Por outro lado, constatou-se que o DER arrecadou 55,70%, o IPESC 34,57% e a APSFS 3,39%, equivalentes a 93,67% da Receita Total das Autarquias, ficando os 6,33% restantes distribuídos entre as demais. No orçamento anual, 90,65% da receita estimada foram atribuídos àquelas Autarquias (DER, IPESC e APSFS), verificando-se desejável aproximação entre o valor orçado e o efetivamente arrecadado, demonstrando que o orçamento se apóia em previsões condizentes com a realidade.

Receita de Contribuições

A Receita de Contribuições, constituída basicamente da arrecadação da Quota Previdenciária e de Contribuições de Associados do IPESC, teve uma queda de 3,66% em relação a 1995. Esta queda, aliada ao aumento de 2,38% havido na despesa, no mesmo período, respondeu quase que integralmente pelo déficit de R$ 13,144 milhões no resultado da execução orçamentária do IPESC.

Receita Patrimonial

Considerando que a APSFS arrecadou 41,99%, o DETER 22,75% e a IOESC 17,71%, evidencia-se que esses Entes foram responsáveis por 82,45% da Receita Patrimonial das Autarquias. Por sua vez o IPESC arrecadou 9,77%, a JUCESC 5,67% e o DER 2,11%. Esclareça-se que esta receita constituiu-se principalmente da Receita Imobiliária (aluguéis/arrendamentos) e das Receitas de Valores Mobiliários (rendas de aplicações financeiras).

Receita de Serviços

A Receita de Serviços originou-se das atividades específicas da APSFS (40,47%), atinentes aos serviços portuários: do IPESC (6,38%), decorrentes da comercialização de medicamentos e de serviços financeiros (empréstimos habitacionais e simples, e operações de seguro); do DETER (30%), oriundos dos serviços de transporte: da IOESC (13,75%), provenientes de publicações; da JUCESC (9,26%), em face dos serviços de registro do comércio e do DEOH (0,14%).

Receita Industrial

A IOESC, que tem por objetivo principal executar a impressão gráfica dos Diários Oficiais dos Poderes constituídos do Estado e, ainda, dos papéis padronizados e dos documentos oficiais, arrecadou 100% da Receita Industrial, com incremento de 9,88% em relação a 1995.

Transferências Correntes e de Capital

As Transferências Correntes e de Capital, equivalentes a 37,69% do total das receitas das Autarquias, foram, em 1996, 30,17% maiores do que em 1995, nelas incluídos R$ 350 mil repassados pela União à APSFS. Nessas rubricas foram contabilizados 64,84% da receita total do DER e 98,40% do DEOH.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00502

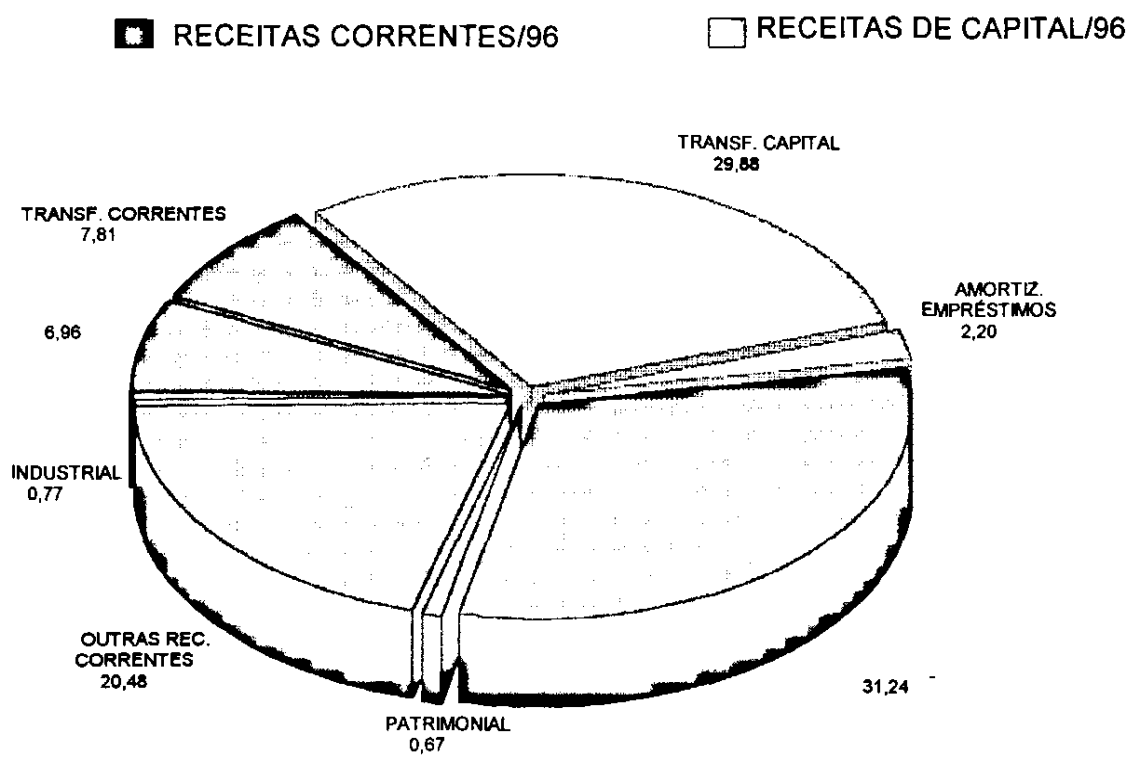
TABELA 76: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AUTARQUIAS (RECEITA) - 1992/1996

Em R$ 1.000

RECEITA	1992	1993	1994	1995	1.996
RECEITAS CORRENTES	**76.677**	**71.700**	**103.633**	**244.821**	**258.263**
CONTRIBUIÇÕES	28.182	27.694	53.296	123.272	118.767
PATRIMONIAL	6.190	15.133	10.395	3.646	2.558
INDUSTRIAL	1.132	735,3624	1.100	2.652	2.914
SERVIÇOS	12.061	9.392	12.026	24.064	26.452
TRANSF. CORRENTES	19.618	11.505	22.040	33.299	29.705
OUTRAS REC. CORRENTES	9.493	7.240	4.777	57.888	77.867
RECEITAS DE CAPITAL	**78.810**	**63.312**	**110.301**	**85.441**	**121.951**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.130	0	0	0	0
AMORTIZ. EMPRÉSTIMOS	1.799	1.857	3.289	8.643	8.347
TRANSF. CAPITAL	66.881	61.455	107.012	76.798	113.604
TOTAL DAS RECEITAS	**155.487**	**135.012**	**213.934**	**330.262**	**380.214**

Fonte: Balanço Geral das Autarquias 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 18 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AUTARQUIAS (RECEITA) - 1992/1996



Participação do Estado na Receita das Autarquias

A participação do Estado na receita das Autarquias foi de 37,60% do total arrecadado, contra 32,97% em 1995 e 60,32% em 1994, o que evidencia que nos dois últimos exercícios cresceu a autonomia financeira das Entidades Autárquicas.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00503

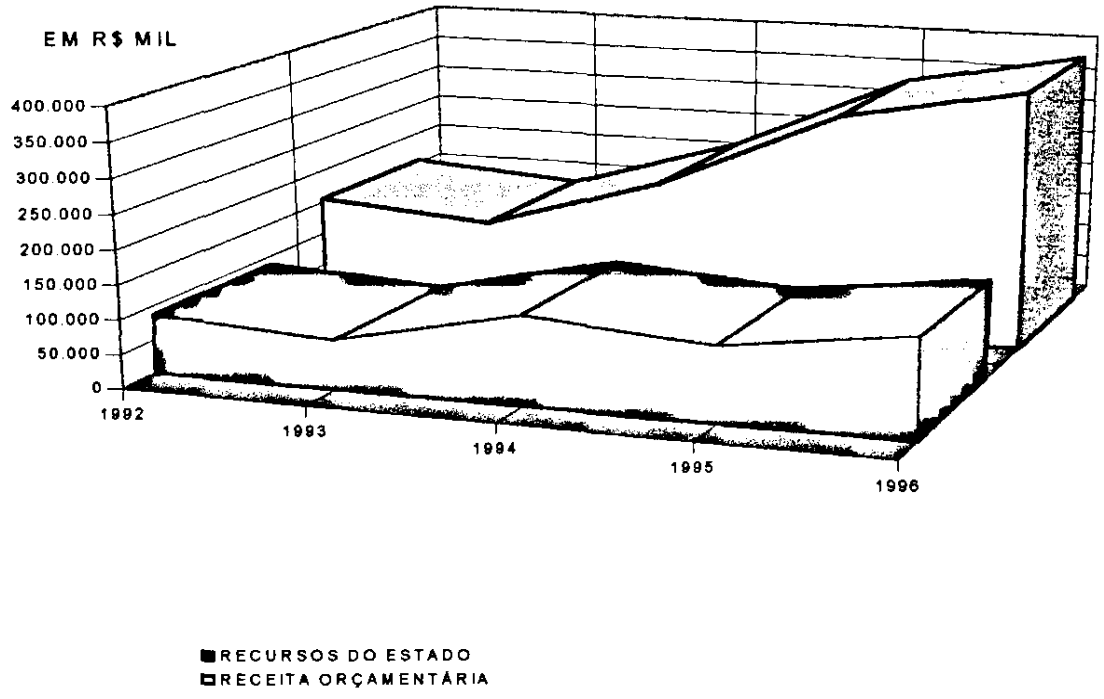
A JUCESC, a IOESC e o IPESC, no período em análise não receberam recursos do Estado a título de transferências; o DETER recebeu o equivalente a 0,51% de sua receita no exercício de 1992 e a APSFS somente 0,07% em 1996. No entanto, o DER e o DEOH receberam substanciais recursos do Estado, sob a forma de transferências, em todos os anos.

TABELA 77: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DAS AUTARQUIAS - 1996

Autarquias	Receita Orçamentária (A) (em R$ 1.000)					Recursos do Estado (B) (em R$ 1.000)					Particip. do Estado (B/A) (%)				
	1992	1993	1994	1995	1996	1992	1993	1994	1995	1996	1992	1993	1994	1995	1996
APSFS	8.217	9.524	9.001	10.731	12.904	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0,07
DER	99.234	74.708	129.211	157.262	211.797	86.353	70.964	125.417	103.670	137.336	87,02	94,99	97,06	65,92	64,84
DEOH	0	1.025	3.634	5.545	5.705	0	1.026	3.634	5.231	5.614	0	100,00	100	94,33	98,40
DETER	3.541	3.884	4.318	7.843	8.598	18	0	0	0	0	0,51	0	0	0	0,00
IOESC	4.430	2.985	3.389	8.770	7.154	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
IPESC	39.296	42.420	63.676	137.638	131.457	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
JUCESC	768	465	705	2.473	2.599	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
TOTAL	**155.486**	**135.011**	**213.934**	**330.262**	**380.214**	**86.371**	**71.980**	**129.051**	**108.901**	**142.959**	**55,55**	**53,32**	**60,32**	**32,97**	**37,60**

Fonte: Balanço das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 19 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DAS AUTARQUIAS - 1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00504

2.3 - DESPESA

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária das Autarquias, no total de R$ 397,595 milhões, apresentou aumento de 3,45% em relação a 1995, 48,32% a 1994, 86,94% a 1993 e 147,22% em relação a 1992.

O DER, com participação de 55,26% e o IPESC de 36,37%, totalizaram 91,63% da Despesa Orçamentária realizada. As demais Autarquias despenderam os restantes 8,37% do total realizado.

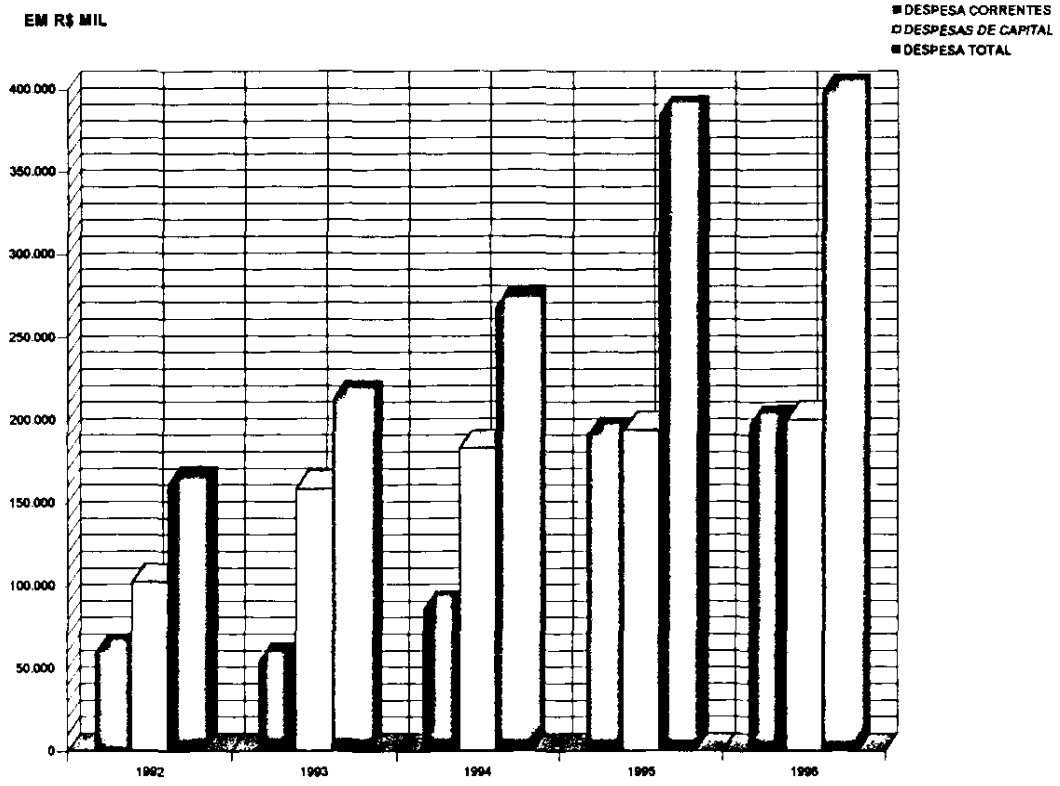
TABELA 78: DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL - 1992/1966

Em R$ 1.000

Despesa-Categoria Econômica	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%
Despesa Corrente	58.609	36,44	54.225	25,49	85.335	31,83	190.616	49,60	197.323	49,63
Despesa de Capital	102.217	63,56	158.466	74,51	182.733	68,17	193.727	50,40	200.272	50,37
Total	**160.826**	**100,00**	**212.691**	**100,00**	**268.068**	**100,00**	**384.343**	**100,00**	**397.595**	**100,00**

Fonte: Balanço das Autarquias 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 20 - DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL - 1992/1966



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00505

Despesas Correntes e de Capital

As Despesas Correntes equivaleram a 49,63% da Despesa Total, sendo o IPESC responsável por 66,44% e o DER por 19,12%, o que significa 85,56% dessas Despesas. Na sua realização, 67,32% constituíram-se de transferências correntes e 32,68% de despesas de custeio. As Despesas de Capital representaram 50,37% do Total, com o DER respondendo por 90,86% e o IPESC por 6,74%, desse percentual. O subitem Investimentos absorveu 92,47% das Despesas de Capital, compondo o principal direcionamento dos recursos despendidos. Deste total, o DER realizou 98,24% com a execução da política de Transporte Rodoviário.

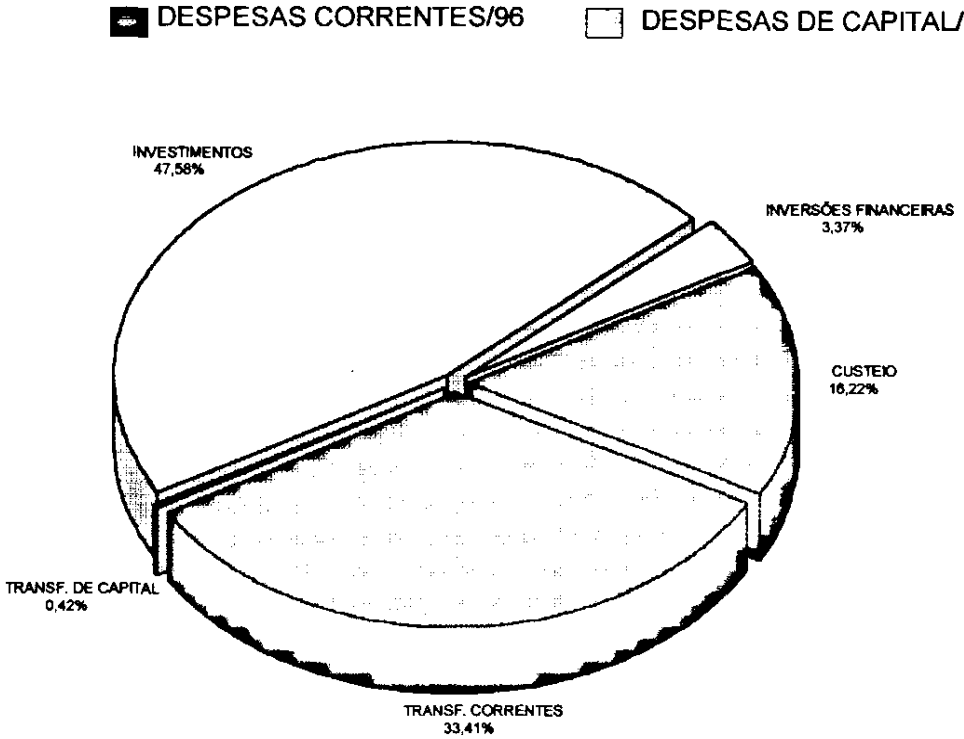
TABELA 79: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AUTARQUIAS (DESPESAS) 1992-1996

Em R$ 1.000

DESPESA	1992	1993	1994	1995	1996
DESPESAS CORRENTES	**58.609**	**54.225**	**85.334**	**190.616**	**197.323**
CUSTEIO	32.762	24.960	34.329	62.258	64.476
TRANSF. CORRENTES	25.847	29.265	51.005	128.358	132.847
DESPESAS DE CAPITAL	**102.217**	**158.466**	**182.734**	**193.727**	**200.272**
INVESTIMENTOS	91.044	148.063	172.017	178.784	185.199
INVERSÕES FINANC.	8.725	9.049	9.530	13.120	13.399
TRANSF. DE CAPITAL	2.448	1.354	1.187	1.823	1.674
TOTAL DAS DESPESAS	**160.826**	**212.691**	**268.068**	**384.343**	**397.595**

Fonte: Balanço Geral das Autarquias 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 21 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AUTARQUIAS (DESPESAS) 1992-1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00506

Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal (ativo e inativo) comprometeram 18,47% das Receitas Correntes das Autarquias, encontrando-se elas, com exceção do DEOH, perfeitamente dentro do limite constitucional fixado para dispêndios com a folha de pagamento.

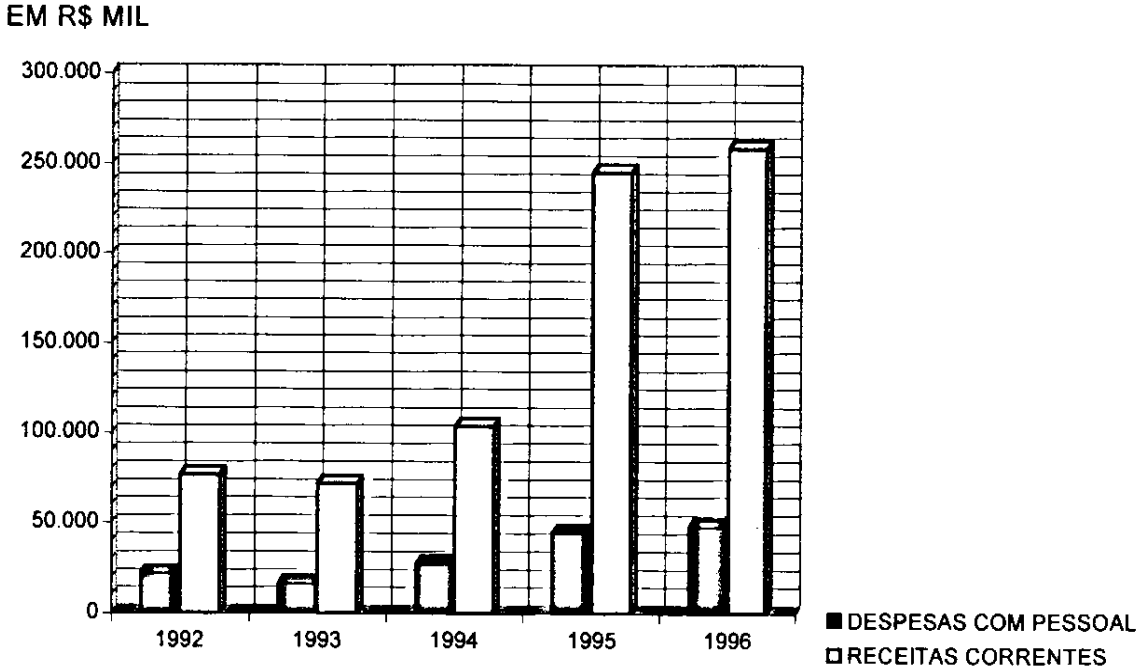
TABELA 80: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DAS AUTARQUIAS COM DESPESA DE PESSOAL - 1992/1996

Em R$ 1.000

ITEM	1992		1993		1994		1995		1996	
ORÇ.	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	20.313	26,49	14.571	20,32	19.971	19,27	33.092	13,52	34.230	13,25
3251	370	0,48	538	0,75	5.657	5,46	9.050	3,70	10.856	4,20
3253	459	0,60	221	0,31	277	0,27	377	0,15	209	0,08
3280	693	0,90	864	1,21	1.385	1,34	1.955	0,80	2.411	0,93
SOMA	**21.835**	**28,48**	**16.194**	**22,59**	**27.290**	**26,33**	**44.474**	**18,17**	**47.706**	**18,47**

Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA - 1992 - 1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 22 - COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DAS AUTARQUIAS COM DESPESA DE PESSOAL - 1992/1996



Número de Servidores

As Autarquias Estaduais totalizam 4.055 servidores, sendo desse total 61,13% lotados no DER, 10,58% no IPESC, 9,67% no DEOH, 7,15% no DETER, 5,33% na IOESC, 5,20% na APSFS e 0,94% na JUCESC.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00507
FOLHA nº.....

Teto Salarial

Detecta-se que dos 4.055 servidores autárquicos, 2,49% recebem remuneração superior ao teto salarial estadual, consumindo 17,12% do total da folha, e 97,51% encontram-se abaixo do limite remuneratório, consumindo 82,88% do valor da folha de pagamento. Considerando o teto de R$ 4.411,80, a APSFS possui 1 servidor com salário superior ao limite, o DER 66 servidores, o DEOH 25, o DETER 2, a IOESC 1 e o IPESC 7 servidores.

Participação na Folha de Pagameto

Do total da folha de pagamento de dezembro de 1996, o DER foi responsável por 51,01% da despesa, o IPESC 16,14%, o DEOH 14,44%, o DETER 6,22%, a IOESC 6,19%, a JUCESC 1,45% e a APSFS 4,55%.

Em relação ao número total de servidores das Autarquias o DEOH participa com 9,67%, a IOESC com 5,33%, o IPESC com 10,58% e a JUCESC com 0,94%, somando 26,52%. Essas mesmas Unidades, respondem por 38,22% do total da folha de pagamento.

Salário Médio dos Servidores

O salário médio pago em dezembro de 1996 pela JUCESC, pelo IPESC, pelo DEOH e pela IOESC ficou acima da média das Autarquias em sua totalidade (R$ 900,10), enquanto que o salário médio do DETER, do DER e da APSFS ficou abaixo.

Aumento do Quadro de Pessoal

Em decorrência da aplicação das disposições da Lei nº 10.034/95, que autorizou a contratação de 155 servidores sob regime administrativo especial, a APSFS, entre contratações e exonerações, teve um acréscimo de 147 servidores no seu quadro, passando de 64 para 211, o que representa aumento do quantitativo no percentual de 229,68% em relação ao exercício de 1995.

TABELA 81: DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DAS AUTARQUIAS - DEZ. 1996

Em R$ 1,00

AUTARQUIAS	SERVIDORES		REMUNERAÇÃO		SERVIDORES ACIMA DO TETO		
	Nº	%	VALOR	MÉDIA	Nº	VALOR	MAIOR REMUNERAÇÃO
APSFS	211	5,20	166.094,57	787,18	1	6.060,53	6.060,53
DER	2479	61,13	1.862.152,93	751,17	66	421.868,94	12.965,43
DEOH	392	9,67	527.232,92	1.344,98	25	156.453,40	12.226,46
DETER	290	7,15	226.542,48	781,12	2	13.284,48	7.201,19
IOESC	216	5,33	225.700,68	1.044,91	1	4.454,80	4.454,80
IPESC	429	10,58	589.270,94	1.373,59	7	36.633,88	7.428,04
JUCESC	38	0,94	52.890,76	1.391,86	0	0	0
TOTAL	**4.055**	**100,00**	**3.649.885,26**	**900,10**	**102**	**638.756,03**	**0**

Fonte: RELATÓRIO DE PESSOAL DAS AUTARQUIAS - 1996
Teto Salarial: R$ 4.411,80

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00509

2.4 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Déficit e Superávit

No exercício de 1996 as Autarquias apresentaram resultado negativo na execução orçamentária da ordem de R$ 17,381 milhões, repetindo a situação encontrada nos anos anteriores, destacando-se como fato novo a constatação de que o IPESC substituiu o DER como principal responsável pelos déficits apurados.

Ao longo do período analisado a APSFS, o DETER e a JUCESC apresentaram superávit orçamentário. O IPESC apresentou superávit nos exercícios de 1992 a 1994; o DER e o DEOH foram sempre deficitários. A IOESC foi deficitária apenas em 1994.

De 1995 para 1996, cabe ressaltar os expressivos aumentos havidos no déficit do IPESC, equivalente a 264,91% e no superávit da APSFS, correspondente a 383,70%, bem como, a marcante redução do déficit do DER no percentual de 85,69%.

TABELA 82: RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SUPERÁVIT/DÉFICIT - 1992/1996

Em R$ 1.000

AUTARQUIAS	1992	1993	1994	1995	1996
APSFS	2.169	5.359	3.599	460	2.225
DER	-10.389	-86.368	-62.556	-55.190	-7.898
DEOH	0	-158	-87	-416	-536
DETER	464	1.370	992	1.465	1.123
IOESC	673	641	-460	2.189	818
IPESC	1.507	1.468	4.335	-3.602	-13.144
JUCESC	238	8	43	1.013	31
TOTAL	**-5.338**	**-77.680**	**-54.134**	**-54.081**	**-17.381**

Fonte: Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: *IGP-DI (médio)*

GRÁFICO 23 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SUPERÁVIT/DÉFICIT - 1992/1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00509



3. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

Disponibilidade Financeira

Considerando-se o déficit orçamentário de R$ 17,381 milhões, acrescido dos valores da receita e da despesa extra-orçamentárias, constata-se que a despesa total superou a receita em R$ 554 mil, diminuindo as disponibilidades finais de R$ 12,770 milhões para R$ 12,216 milhões, suficientes para pagar apenas 8,78% do total da dívida flutuante.

Transferência de Recursos para o Tesouro do Estado

No mês de dezembro de 1996 a IOESC e o DETER transferiram para a Tesouraria Geral do Estado/SEF os valores de R$ 2.700.000,00 e R$ 3.600.000,00, respectivamente, com lançamentos no Ativo Financeiro-Realizável das Autarquias, e como Depósito de Diversas Origens na Secretaria de Estado da Fazenda. Caso não fossem efetuadas essas transferências, as disponibilidades finais das Autarquias seriam acrescidas em 51,57%.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00510

O procedimento adotado, de transferência de recursos financeiros das Autarquias para os cofres da Fazenda Estadual, além de não estar embasado em Lei, não se coaduna com o conceito e a finalidade das Autarquias.

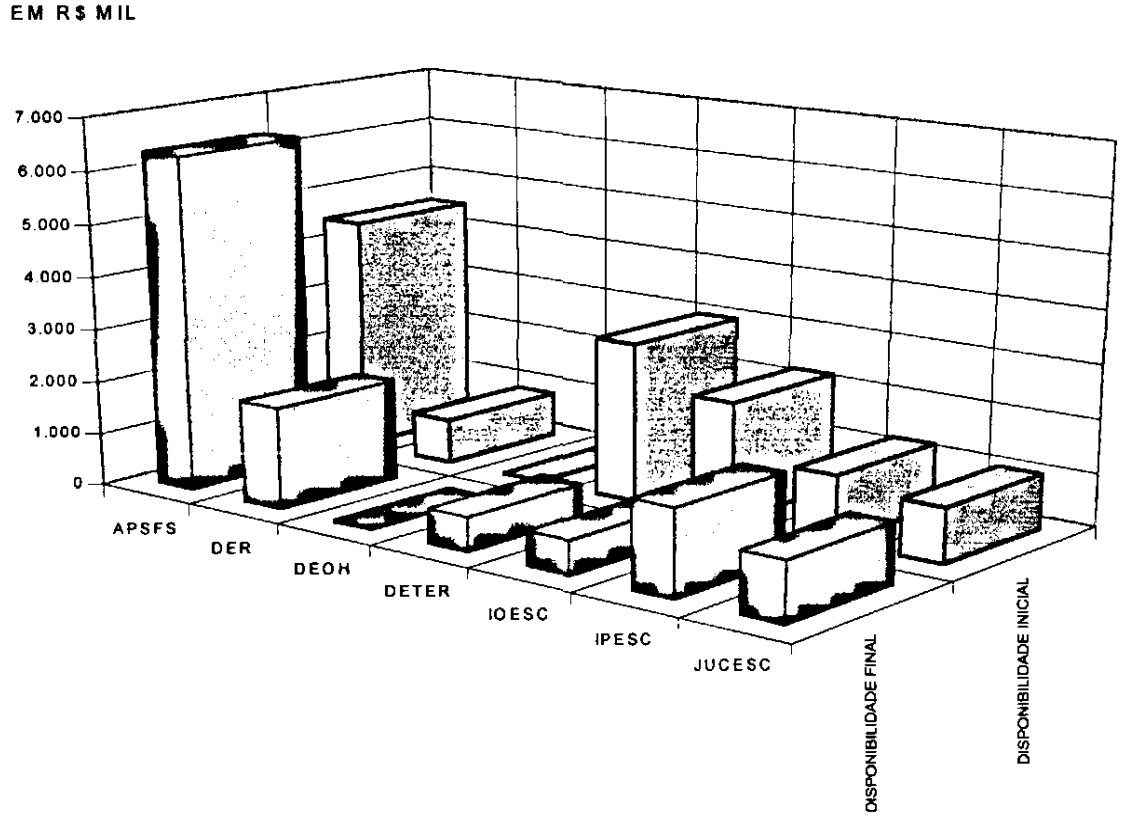
TABELA 83: FLUXO FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS - 1996

Em R$ 1.000

Autarquias	Disponibilidade inicial	Receita Arrecadada			Despesa Realizada			Disponibilidade final
		Orçamentária	Extra - Orçamentária	Soma	Orçamentária	Extra - Orçamentária	Soma	
APSFS	4.468	12.904	19.671	32.575	10.679	20.030	30.709	6.334
DER	841	211.797	526.681	738.478	219.695	517.716	737.411	1.908
DEOH	1	5.705	9.231	14.936	6.241	8.679	14.920	17
DETER	2.991	8.598	13.082	21.680	7.475	16.563	24.038	633
IOESC	2.215	7.154	13.171	20.325	6.336	15.578	21.914	626
IPESC	1.227	131.457	246.247	377.704	144.601	232.732	377.333	1.598
JUCESC	1.027	2.599	4.373	6.972	2.568	4.331	6.899	1.100
TOTAL	**12.770**	**380.214**	**832.456**	**1.212.670**	**397.595**	**815.629**	**1.213.224**	**12.216**

Fonte: Balanço Geral das Autarquias - 1996

GRÁFICO 24 - FLUXO FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS - 1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00511

Formação e Pagamento de Dívidas

A formação e o pagamento de dívidas foram, respectivamente, os elementos mais expressivos na composição da receita e da despesa extra-orçamentárias, conforme pode ser verificado no demonstrativo a seguir:

TABELA 84: RECEITAS E DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS - 1996

Em R$ 1.000

Autarquias	Receita Extra-Orçamentária			Despesa Extra-Orçamentária		
	Recebimento de Créditos	Formação de Dívidas	Total	Pagamento de Dívidas	Formação de Créditos	Total
APSFS	111	19.560	19.671	19.919	111	20.030
DER	1	526.680	526.681	516.007	1.709	517.716
DEOH	0	9.231	9.231	8.661	18	8.679
DETER	0	13.082	13.082	12.963	3.600	16.563
IOESC	227	12.944	13.171	12.649	2.929	15.578
IPESC	0	246.247	246.247	232.732	0	232.732
JUCESC	1	4.372	4.373	4.330	1	4.331
TOTAL	**340**	**832.116**	**832.456**	**807.261**	**8.368**	**815.629**

Fonte: Balanços Financeiros das Autarquias - 1996

4. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial consolidado foi positivo em R$ 45.606 milhões. Apenas o DER e o DEOH registraram Passivo Real a Descoberto. O IPESC apresentou o maior Ativo Real Líquido, seguido da IOESC, da APSFS, do DETER e da JUCESC.

Ativo Financeiro

No Ativo Financeiro foi contabilizada a importância total de R$ 20.284 milhões, sendo 31,23% correspondente à APSFS, 20,87% ao DETER, 16,42% à IOESC, 8,01% ao IPESC, 5,42% à JUCESC, 17,83% ao DER e 0,22% ao DEOH.

Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro totalizou R$ 139.160 milhões, correspondendo a 36,60% da receita arrecadada e a 35% da despesa realizada. Do montante das obrigações o percentual de 87,53% pertence ao DER, 10,27% ao IPESC, 0,22% à APSFS, 0,76% ao DEOH, 0,58% ao DETER, 0,59% à IOESC e 0,05% à JUCESC.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00512

Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante composta por Restos a Pagar (84,08%), Consignações (0,14%), Depósitos de Diversas Origens (0,71%) e Depósitos Especiais (15,07%), importou em R$ 139,160 milhões. Do total de Restos a Pagar, o DER respondeu por 85,56%, distribuindo-se os 14,44% restantes entre as demais Autarquias.

Restos a Pagar - DER

O DER, para quitar as dívidas com Restos a Pagar Processados (R$ 46,781 milhões), Consignações (R$ 120 mil), Depósitos de Diversas Origens (R$ 598 mil) e Depósitos Especiais (R$ 20,972 milhões), necessitaria de R$ 68,471 milhões, o que corresponde a 32,32% da receita arrecadada em 1996; para quitar as dívidas com Restos a Pagar Não Processados, teria que adicionar mais R$ 53,331 milhões. Estes valores somados correspondem a 33,40% do total da Receita Orçamentária e 47,16% das Receitas Correntes das Autarquias.

TABELA 85: DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DAS AUTARQUIAS DEZ/1996

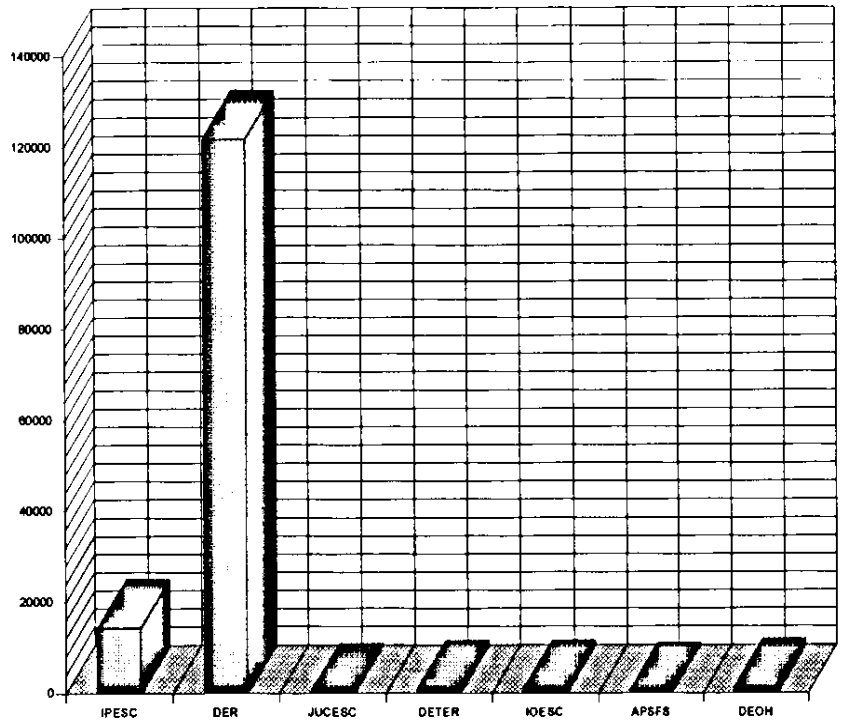
Em R$ mil

ESPECIFICAÇÃO DA DÍVIDA	APSFS	DER	DEOH	DETER	IOESC	IPESC	JUCESC	TOTAL
RESTOS A PAGAR	186	100.111	1.053	680	612	14.289	74	117.005
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	122	598	0	55	208	10	0	993
DEPÓSITOS ESPECIAIS	0	20.972	0	0	0	0	0	20.972
CONSIGNAÇÕES	0	120	0	70	0	0	0	190
TOTAL	**308**	**121.801**	**1.053**	**805**	**820**	**14.299**	**74**	**139.160**

Fonte: Balanço Financeiro de 1996

GRÁFICO 25 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DAS AUTARQUIAS DEZ/1996

EM R$ MIL



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00513

Déficit e Superávit Financeiro

Com referência ao exercício de 1996 foi apurado déficit financeiro de R$ 118,876 milhões, tendo o DER participado com R$ 118,184 milhões, o IPESC com R$ 12,674 milhões e o DEOH com R$ 1,010 milhão. Por outro lado, a APSFS, o DETER, a IOESC e a JUCESC obtiveram superávit financeiro.

Ativo Permanente

O Ativo Permanente importou em R$ 164,482 milhões, averigando-se que o DER e o IPESC contribuíram com 92,26% do total.

Passivo Permanente

O grupo do Passivo Permanente, cuja função primordial é demonstrar a dívida fundada e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate,

não apresentou saldo, significando que as Autarquias não contraíram empréstimos de longo prazo nos últimos exercícios.

Deve-se esclarecer que os projetos integrados ao Orçamento, de execução pelo DER, custeados mediante recursos financeiros auferidos através de Operações de Crédito Internas e Externas, são contabilizados diretamente na Dívida Pública do Estado, através da Diretoria Geral de Contabilidade/SEF.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00514

Saldo Patrimonial Permanente

O saldo patrimonial permanente foi de R$ 164,482 milhões, com incremento de 0,84% em relação ao exercício anterior. Ressalte-se que o DER encerrou o exercício com saldo patrimonial permanente positivo de R$ 78,569 milhões e o IPESC de R$ 73,183 milhões.

TABELA 86: ATIVO E PASSIVO DAS AUTARQUIAS DE SANTA CATARINA - 1996

Em R$ 1.000

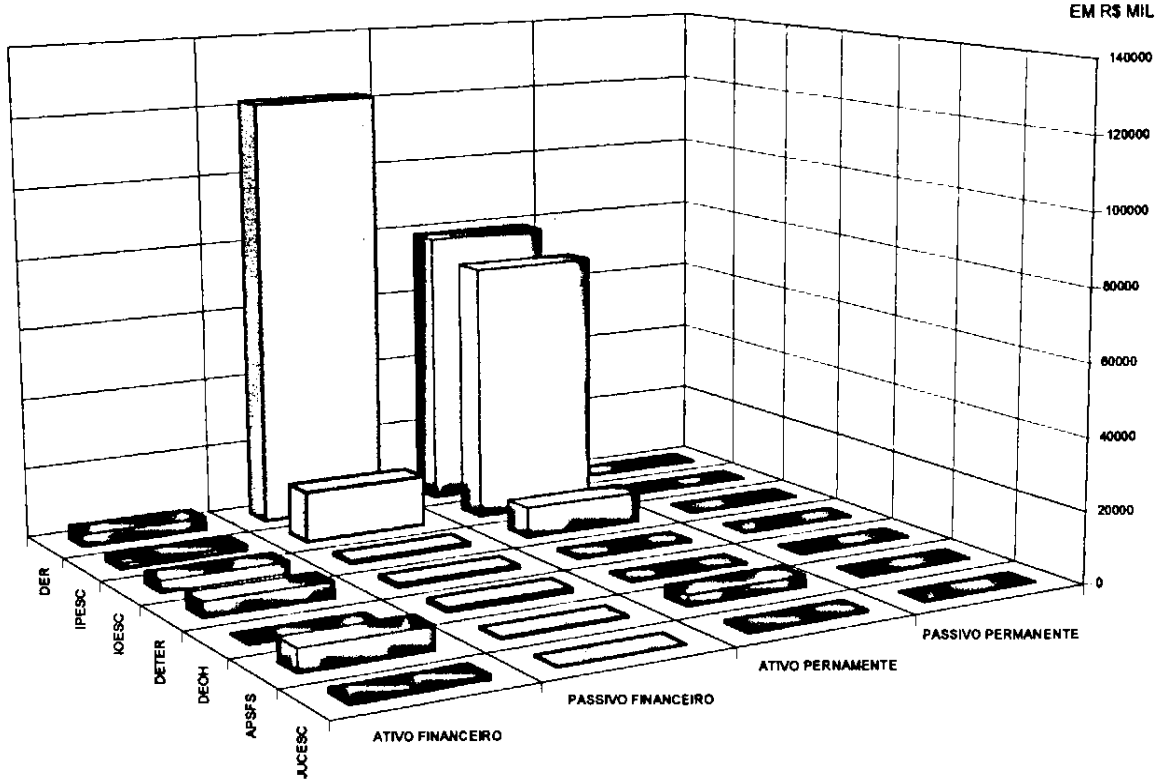
Autarquias	Ativo			Passivo			Saldo
	Financeiro	Permanente	Real	Financeiro	Permanente	Real	Patrimonial
APSFS	6.335	3.238	9.573	308	0	308	9.265
DER	3.617	78.569	82.186	121.801	0	121.801	-39.615
DEOH	43	123	166	1.053	0	1.053	-887
DETER	4.234	344	4.578	805	0	805	3.773
IOESC	3.330	8.511	11.841	820	0	820	11.021
IPESC	1.625	73.183	74.808	14.299	0	14.299	60.509
JUCESC	1.100	514	1.614	74	0	74	1.540
TOTAL	**20.284**	**164.482**	**184.766**	**139.160**	**0**	**139.160**	**45.606**

Fonte: Balanço Geral das Autarquias 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00515

512

GRÁFICO 26 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DAS AUTARQUIAS DEZ/1996



Ativo Permanente - Reavaliação

Quanto aos registros contábeis do Ativo Permanente deve-se ressaltar que os Entes Autárquicos não vêm reavaliando seus bens permanentes, inobstante, previsão constante da Lei nº 4.320/64. Não adotando o procedimento, evidenciam-se distorções nos Balanços Patrimoniais, visto que os bens são lançados pelo valor histórico, especialmente os bens imóveis, não demonstrando, portanto, o real valor dos bens públicos, em confronto com o mercado.

Quando da análise das contas mensais, instadas a se manifestar, as Unidades limitaram-se a informar que não procederam a reavaliação dos bens facultada pela Lei nº 4.320/64, em face à ausência de regulamentação do Órgão Central do Sistema de Contabilidade e Auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda.

Observa-se que a Instrução Normativa nº 001/95/DIPA/GEMOB, que dá orientação aos órgãos setoriais e seccionais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional integrantes do Sistema Estadual de Administração Patrimonial, quanto aos procedimentos para a baixa de bens móveis de caráter permanente e de consumo, com a finalidade de assegurar sua uniformização e normatização, estabelece no item 4.4.12 das Disposições Transitórias e Finais, que:

"A baixa de bens móveis fica condicionada à inspeção ***avaliatória*** *por parte da GEMOB/DIPA, e somente se efetivará com a emissão do laudo competente."*

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00516

A Lei Estadual nº 4.982, de 07 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a alienação de bens inservíveis, no parágrafo único do art. 1º c/c o art. 2º do mesmo Diploma Legal, determina que a inservibilidade será declarada em processo regular e que a alienação por venda obedecerá ao princípio da concorrência, precedida de **avaliação.**

A Lei Estadual nº 5.704, de 28 de maio de 1980, que dispõe sobre a aquisição, alienação e utilização de bens imóveis, estipula, mais precisamente, nos artigos 1º, 4º e 5º, respectivamente, o seguinte:

*"A aquisição de bens imóveis necessários à realização dos fins do Estado, por compra, doação ou permuta, será precedida de justificativa, **avaliação** e Decreto Autorizativo."*

*"A alienação será precedida de justificativa, **avaliação,** Decreto Autorizativo e, nos casos de venda, de concorrência pública."*

*"Nenhum bem imóvel do Estado será alienado por preço inferior ao seu valor **atualizado."***

RAVANELLO, em sua exposição sobre o balanço geral do Estado do Rio Grande do Sul referente ao exercício de 1953, escreve:

"O patrimônio administrativo do Estado compreende dois grandes grupos: o financeiro e o permanente.

"O primeiro é sem dúvida, o que maior significação tem na composição patrimonial, já que se constitui dos valores disponíveis, dos créditos de pronta realização, como componentes positivos, e da dívida flutuante, como componente negativo.

"A predominância do aspecto financeiro sobre o permanente do patrimônio deflui da própria natureza da azienda pública, cuja atividade principal se concentra na obtenção e aplicação de recursos numerários.

"Já o patrimônio permanente, que se forma de bens - elementos instrumentais da administração em sua maior parte - , de créditos de lenta realização e das dívidas consolidadas amortizáveis a longo prazo, tem significação secundária, quando se cogita de proceder a uma análise funcional de sua composição.

"Sabido é que as grandes inversões dos recursos produzidos pela dívida fundada se operam no campo dos bens do domínio público, enriquecendo o patrimônio da comunidade, em detrimento do patrimônio administrativo do Estado. Isto explica por que o ativo permanente não expressa, necessariamente, o destino dos capitais levantados pelo Estado, por via de empréstimos.

"Por outro lado, a dívida consolidada não será garantida ou liquidada com os bens patrimoniais. A contrapartida da dívida consolidada reside sobretudo na capacidade das Fontes derivadas do poder tributário do Estado.
"Isto não significa que se devam votar ao desprezo as contas que integram o patrimônio permanente, mas sim que elas devam ser analisadas e interpretadas em função da natureza eminentemente distributiva da azienda pública".

Os órgãos públicos estaduais, segundo se tem observado, não emprestam maior importância ao patrimônio, ainda que este se caracterize como um indispensável instru-

DE EXPEDIENTE
00517
FOLHA nº

514

mento de trabalho, porque nenhuma instituição pode prescindir do uso de bens móveis, imóveis, etc, para realizar as suas atribuições finalísticas em benefício da coletividade, que em última instância é a razão de ser da organização estatal.

Ressalte-se que as entidades públicas têm demonstrado verdadeiro desprezo pelo fenômeno da depreciação. Em conseqüência, o cômputo da amortização não é feito.

Da mesma forma, a retificação periódica do valor dos bens, em face, por exemplo, do processo inflacionário não é efetuada.

A Lei nº 4.320/64, em seu art. 106, § 3º, dispõe que: *"Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis."*

Embora a reavaliação do ativo de uma entidade de direito público não tenha a mesma significação da empreendida por uma entidade empresarial, é conveniente que a administração pública adote idêntico procedimento, para o que conta com autorização legal. Os valores reavaliados constariam dos registros contábeis, permitindo conhecer a qualquer momento a real situação patrimonial do Estado, livrando-se da incômoda situação de o patrimônio público ficar muito aquém da realidade de valor que a moeda exprime, num determinado momento.

Estes, entre outros tantos argumentos que podem ser relacionados em defesa da reavaliação patrimonial, sinalizam cada vez mais a necessidade de atualização dos bens patrimoniais do Estado, visto que para se executar determinadas operações com os bens patrimoniais é preciso fazê-las de acordo com a legislação pertinente, como por exemplo: para aquisição de bens imóveis; para baixa de bens por inservibilidade; para desapropriação de bens; para alienação de bens; quando é necessário executar prévia **avaliação**, conforme determina a legislação vigente.

Até com o intuito de facilitar o processo de avaliação para determinadas operações, os órgãos públicos deveriam tirar proveito da faculdade de reavaliação dos bens móveis e imóveis que oferece a Lei nº 4.320/64, art. 106 § 3º, e, antecipando-se às situações concretas, iniciar desde logo, um processo de **atualização** dos bens patrimoniais lançados em suas contabilidades, a fim de que estes venham a refletir o seu valor real de mercado, e conseqüentemente, proporcionar um equilíbrio no saldo patrimonial do Órgão.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial total foi de R$ 45.606 milhões, representando um decréscimo de 12,52% em relação a 1995 e 51,04% em relação a 1994; todavia, demonstra acréscimos de 178,65% em relação a 1993 e de 150,71% em relação a 1992.

O DER e o DEOH apresentaram saldo patrimonial negativo, repetindo comportamento dos exercícios anteriores. A APSFS, a IOESC, o IPESC, o DETER e a JUCESC registraram Saldo Patrimonial positivo nos cinco exercícios considerados.

DIVISÃO DE EXPED
FOLHA nº 00518

TABELA 87: SALDO PATRIMONIAL TOTAL DAS AUTARQUIAS - 1992/96

Em R$ 1.000

Autarquias	1992	1993	1994	1995	1996
APSFS	2.817	4.306	5.071	6.475	9.265
DER	-27.542	-25.206	-3.994	-35.187	-39.615
DEOH	0	-94	-52	-384	-887
DETER	414	883	1.225	2.777	3.773
IOESC	2.385	1.217	1.548	7.419	11.021
IPESC	39.887	35.246	89.293	69.929	60.509
JUCESC	230	15	57	1.103	1.540
TOTAL	**18.191**	**16.367**	**93.148**	**52.132**	**45.606**

Fonte: Balanço Orçamentário das Autarquias - 1991/95
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (Dezembro)

GRÁFICO 27 - SALDO PATRIMONIAL TOTAL DAS AUTARQUIAS - 1992/96
EM R$ MIL



5. ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a apuração, em termos quantitativos, das contas de receitas, despesas e variações ativas e passivas (contas de resultado).

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA nº 00519

O DER, o DEOH e o IPESC apresentaram déficit no Resultado Patrimonial, enquanto a IOESC, a APSFS, o DETER e a JUCESC superávit. Porém, na apuração final, considerando todas as Autarquias revelou-se uma situação líquida negativa de R$ 2.076 milhões.

O Resultado Patrimonial contabilizado pelas Autarquias pode ser demonstrado pelo Teste de Relevação Contábil, que se apresenta a seguir:

VARIAÇÕES ATIVAS (Em R$ 1.000)		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	380.214	
(-) Mutações Patrimoniais	105.324	
(=) Receita Orçamentária Efetiva	274.890	
(+) Variações Ativas Extra-Orçamentárias	112.656	387.546

VARIAÇÕES PASSIVAS (Em R$ 1.000)		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	397.595	
(-) Mutações Patrimoniais	23.419	
(=) Despesa Orçamentária Efetiva	374.176	
(+) Variações Passivas Extra-Orçamentárias	15.446	389.622

RESULTADO PATRIMONIAL - DÉFICIT	**2.076**

Variações Ativas Extra-Orçamentárias

As Variações Ativas Extra-Orçamentárias corresponderam a 21.35% das Variações Ativas Totais. O IPESC registrou 90.68% do total consolidado e a IOESC 8.08%, perfazendo 98.76%.

Variações Passivas Extra-Orçamentárias

As Variações Passivas Extra-Orçamentárias equivaleram a 2.93% das Variações Passivas Totais, tendo o IPESC participado com 45.27% e o DER com 33.52%, o que resulta na contabilização de 78.79% do total consolidado.

FOLHA Nº 00520

TABELA 88: RESULTADO PATRIMONIAL, VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS DAS AUTARQUIAS - 1996

Em R$ 1.000

Autarquias	Variações Ativas			Resultado Patrimonial Deficit Verificado	Total	Variações Passivas			Resultado Patrimonial Superavit Verificado	Total
	Result. da Execução Orçam.		Indep. da Execução Orçamentaria			Result.da Execução Orçam.		Indep. da Execução Orçamentaria		
	Receita Orçamentaria	Mutação Patrimonial				Despesa Orçamentaria	Mutação Patrimonial			
APSFS	12.904	784	990	0	14.678	10.679	8	649	3.342	14.678
DER	211.797	5.361	280	7.434	224.872	219.695	0	5.177	0	224.872
DEOH	5.705	32	4	536	6.277	6.241	0	36	0	6.277
DETER	8.598	182	118	0	8.898	7.475	0	190	1.233	8.898
IOESC	7.154	1.984	9.102	0	18.240	6.336	5.314	2.353	4.237	18.240
IPESC	131.457	14.529	102.162	3.448	251.596	144.601	100.002	6.993	0	251.596
JUCESC	2.599	547	0	0	3.146	2.568	0	48	530	3.146
TOTAL	**380.214**	**23.419**	**112.656**	**11.418**	**527.707**	**397.595**	**105.324**	**15.446**	**9.342**	**527.707**

Fonte: Balanço Geral das Autarquias - 1996

Através das Contas de Resultado Patrimonial, que abrange o conjunto das Variações Patrimoniais ocorridas durante o exercício, resultantes e independentes da execução orçamentária, por mutações patrimoniais, relativas a movimentação de bens, direitos e obrigações, se obtêm a situação líquida da Administração Pública em um determinado momento pela apuração do Saldo Patrimonial da entidade.

O Saldo Patrimonial, representa a diferença entre os componentes patrimoniais ativos (bens e direitos) e passivos (obrigações). O saldo positivo indica uma situação Patrimonial favorável, superavitária, denominada de Ativo Real Líquido, enquanto que o saldo negativo indica uma situação Patrimonial desfavorável, deficitária, denominada de Passivo a Descoberto, considerando o exercício de 1996, em relação as Autarquias, pode-se compor o seguinte quadro-resumo:

1 - Saldo Patrimonial em 31/12/95	47.682
1 - Ativo Real	184.766
2 - Passivo Real	139.159
3 - Ativo Real Líquido (1-2)	45.607
3.1.1 - Patrimônio da Entidade	47.109
3.1.2 - Patrimônio da União	574
4 - Déficit Verificado em 1996	2.076
5 - Saldo Patrimonial em 31/12/96 (1-4)	45.606

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00521

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AUTARQUIAS

6.1 - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

a) Qualificação e Objetivos

A Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS constitui-se de uma autarquia vinculada, na estrutura organizacional do Estado, à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras.

Trata-se de um Órgao com relevante participação no desenvolvimento sócio-econômico do Estado, tendo um papel histórico nesse processo, considerando sua longa existência, ainda que sob variadas estruturas e vinculação, dedicado exclusivamente ao funcionamento do porto marítimo instalado no município de São Francisco do Sul.

Os principais objetivos do Órgão estão descritos no art. 54, da Lei Estadual nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995, a qual dispõe sobre a Organização do Estado, compreendendo:

"I - executar a política portuária;
II - administrar e explorar comercialmente o Porto;
III - propor a fixação e as alterações do percentual das tarifas de serviços portuários;
IV - enquadrar, de acordo com a legislação, as tarifas referentes aos serviços prestados aos usuários do Porto;
V - arrecadar e aplicar a receita oriunda da prestação de serviços;
VI - exercer as demais competências de administração portuária e tarifária, na forma da lei ou regulamento."

Os seguintes textos normativos discorrem acerca da criação, organização e funcionamento da APSFS, sem embargos da observância aos regramentos estabelecidos pelo Governo Federal para a política portuária do País:

Lei Federal nº 4.860, de 26 de novembro de 1965
Lei nº 1.404, de 24 de novembro de 1955
Lei nº 1.452, de 04 de abril de 1956
Lei nº 9.831/95, de 17. de fevereiro de 1995
Decreto nº 6.912, de 01 de março de 1941
Decreto nº 13.956, de 12 de março de 1981
Decreto nº 16.190, de 22 de janeiro de 1982
Decreto Federal nº 87.230, de 31 de maio de 1982
Resolução nº 039/93, de 01 de março de 1994

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00522

b) RECEITA

A Receita da APSFS provém primordialmente da movimentação portuária, destacando-se que no exercíciode 1996 foram arrecadados R$ 12.904 milhões, constituindo-se esse valor em 97,22% de Receitas Correntes e 2,78% de Receitas de Capital, com incremento de 20,26% em relação ao exercício de 1995.

Movimentação do Porto

De acordo com o Sistema de Estatística Portuária, o Porto Marítimo de São Francisco do Sul, administrado pela Autarquia, durante o exercício de 1996 apresentou uma movimentação de containers na faixa de 96.983 teu's, em face dos 512 navios que passaram pelo Porto.

Extrai-se das informações do Sistema Estatístico que as mercadorias que mais influenciaram no movimento de importação são: soja em grãos, milho, arroz, trigo, óleo de soja, P.V.C., peixe congelado e bobina de aço.

As principais mercadorias exportadas corresponderam a farelo de soja, soja em grãos, óleo de soja, manufaturados, microcompressores, peças para veículos, motores elétricos, móveis, refrigeradores, papel, azulejos e maçã.

Navegação de Longo Curso

Preliminarmente, explicita-se que Navegação de Longo Curso *"É a que é realizada entre portos do Brasil e Portos estrangeiros. Tal navegação está reservada, segundo o regulamento para o Tráfego Marítimo, exclusivamente aos navios.*

Diz-se também navegação de alto-mar." (In Enciclopédia Saraiva de Direito)

A Navegação de Longo Curso apresentou uma vantagem para os embarques de 300.454 toneladas em relação aos desembarques ocorridos no exercício de 1996. Essa diferença é demonstrada quando se tem presente a informação de que 2.755.817 toneladas de mercadorias desembarcadas e originárias de diversos Portos, superam em 12,24% o número de toneladas de mercadorias embarcadas no período, conforme demonstra o quadro que segue:

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00523

TABELA 89: SISTEMA DE ESTATÍSTICA PORTUÁRIA PORTOS DE ORIGEM E DESTINO DAS MERCADORIAS

Navegação:LongoCurso — Unidade: Tonelada

Local	Desembarque		Embarque	
	Porto de Origem	Peso Acumulado	Porto de Destino	Peso Acumulado
No Cais	Estados Unidos	191.933	França	339.761
	Argentina	186.735	Dinamarca	317.700
	Uruguai	75.961	Estados Unidos	274.709
	Espanha	30.214	Alemanha	224.569
	Canadá	24.479	China	139.301
	Bolívia	19.421	Trinidad	107.518
	México	15.053	Holanda	101.927
	Bélgica	10.610	Iugoslávia	100.631
	Outras	62.701	Outras	849.247
	Subtotal	617.107	Subtotal	2.455.363
Fora do Cais	Arábia Saudita	1.086.272	-o-	0
	Argentina	745.818	-o-	0
	Argélia	126.210	-o-	0
	Bolívia	84.300	-o-	0
	Kuwait	60.084	-o-	0
	Outras	36.026	-o-	0
	Subtotal	2.138.710	Subtotal	0
Total Geral		2.755.817		2.455.363

Fonte: Relatório Estatístico APSFS

Navegação de Cabotagem

Textualmente, a Navegação de Cabotagem, também conhecida como Navegação Costeira, compreende *"O deslocamento de embarcação que se desenvolve dentro das águas territoriais de um mesmo País, margeando e escalando em pontos que se situam ao longo da mesma face continental (...). Esta atividade, em razão de seu âmbito restrito e as implicações da segurança, é deferida somente aos navios nacionais."* (Enciclopédia Saraiva de Direito)

Na Navegação de Cabotagem é significativo o desempenho do Porto, no que se refere ao desembarque de mercadorias, representado por 5.931.107 toneladas procedentes de vários portos, enquanto que o embarque de mercadorias atingiu inexpressivas 1.905 toneladas, representando 0,03% do total de toneladas desembarcado no periodo em análise, conforme demonstra o quadro abaixo:

TABELA 90: SISTEMA DE ESTATÍSTICA PORTUÁRIA PORTOS DE ORIGEM E DESTINO DAS MERCADORIAS

Navegação: Cabotagem — Unidade: Tonelada

Local	Desembarque		Embarque	
	Porto de Origem	Peso Acumulado	Porto de Destino	Peso Acumulado
No Cais	Rio Grande	21.770	Santos	1.598
	Munguba	14.407	Vitória	225
	Santos	13.574	Salvador	44
	Bahia Blanca	2.098	Esp. Santo e outras	24
	Outras	2.531	Outras	14
	Subtotal	54.380	Subtotal	1.905
Fora do Cais	Cabiunas	4.227.262	-o-	0
	Rio Janeiro e outras	687.953	-o-	0
	Campos	370.247	-o-	0
	Albacora	363.413	-o-	0
	Rio de Janeiro	92.905	-o-	0
	Outras	134.949	-o-	0
	Subtotal	5.876.727	Subtotal	0
Total Geral		5.931.107		1.905

Fonte: Relatório Estatístico APSFS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00524

Quadro Geral de Navegação

Computando-se os volumes movimentados, de uma e outra modalidade, caracteriza-se, sob o título de Navegação Geral, a superioridade do desembarque de mercadorias, conforme o número de 8.686.924 toneladas, em relação ao embarque, que atingiu apenas 2.475.268 toneladas. Esses números, traduzidos percentualmente, informam que as mercadorias desembarcadas ultrapassaram em 253,52% os embarques efetuados no exercício de 1996.

TABELA 91: SISTEMA DE ESTATÍSTICA PORTUÁRIA, PORTOS DE ORIGEM E DESTINO DAS MERCADORIAS

Navegação: Geral — Unidade: Tonelada

Local	Desembarque		Embarque	
	Porto de Origem	Peso Acumulado	Porto de Destino	Peso Acumulado
No Cais	Estados Unidos	191.933	França	339.761
	Argentina	186.735	Dinamarca	317.700
	Uruguai	75.961	Estados Unidos	274.709
	Espanha	30.214	Alemanha	224.569
	Canadá	24.479	China	139.301
	Rio grande	21.770	Trinidad	107.518
	Bolívia	19.421	Holanda	101.927
	México	15.053	Iugoslávia	100.631
	Munguba	14.407	Espanha	77.566
	Santos	13.574	Grã Bretanha	77.072
	Outras	77.940	Outras	696.514
	Subtotal	673.487	Subtotal	2.457.268
Fora do Cais	Cabiunas	4.227.262	-o-	0
	Arábia Saudita	1.086.272	-o-	0
	Argentina	745.818	-o-	0
	Rio Janeiro e outras	687.951	-o-	0
	Campos	370247	-o-	0
	Outras	897.887	-o-	0
	Subtotal	8.015.437	Subtotal	0
Total Geral		8.686.924		2.457.268

Fonte: Relatório estatístico APSFS

Receita de Serviços

A prestação de serviços portuários, que se efetiva com a utilização do Porto para exportação e importação, suprimento do aparelhamento portuário, reboques, armazenagem interna e externa, transportes, atracação, capatazia, contrato operacional e tarifa portuária, representou 82,95% do total da receita de serviços arrecadada em 1996, evidenciando *um crescimento de 44,26% em relação ao exercício de 1995.* É relevante a participação do Serviço de Capatazia que contribuiu com R$ 4,999 milhões para o montante da Receita de Serviços do Porto, representando 46,70% dos serviços portuários. A arrecadação de R$ 2,815 milhões decorrentes dos serviços de exportação, é digna de nota, considerando que representa 26,30% dos serviços prestados.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00525

Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, compõe-se do resultado de arrendamentos, de juros de títulos de renda e rendas de aplicações financeiras, contribuindo com 8,32%, do total.

Outras Receitas Correntes/Transferências de Capital

No exercício de 1996, a participação de Outras Receitas Correntes na Receita Total foi de 5,94%, enquanto que as Transferências de Capital, constituídas de recursos provenientes do Tesouro do Estado (2,51%) e recursos provenientes da União (97,49%), significaram ínfimos 2,78% do valor total arrecadado.

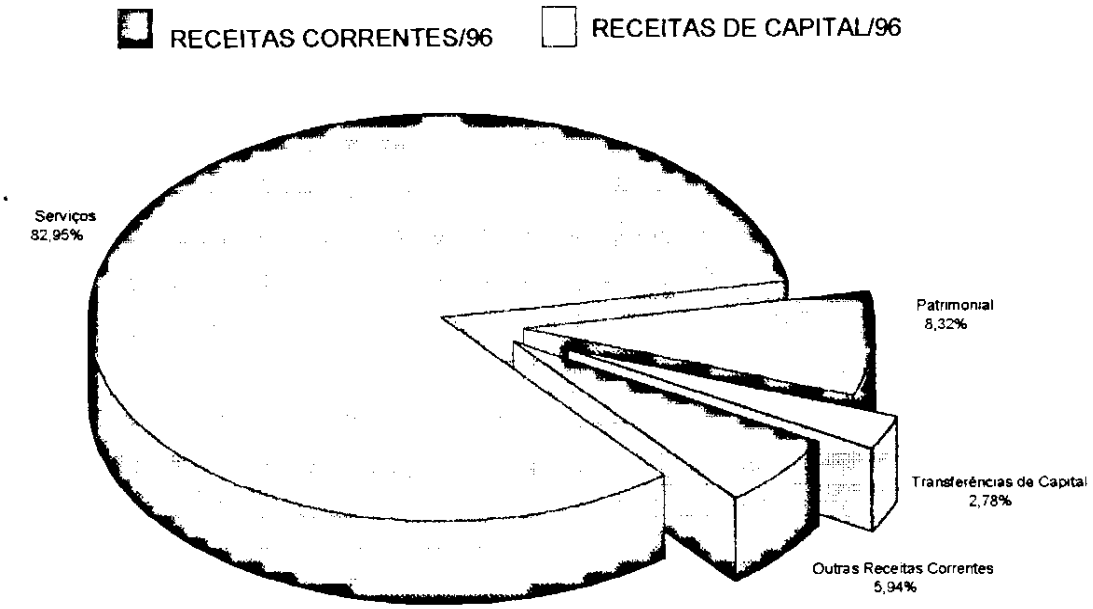
TABELA 92: DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992-96

Em R$ 1.000

	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	**8.088**	**8.553**	**9.001**	**10.730**	**12.545**
Patrimonial	3.349	4.539	3.718	1.553	1.074
Serviços	4.431	3.541	4.798	7.420	10.704
Transf. Correntes	0	0	0	1.195	0
Outras Receitas Correntes	308	473	485	562	767
RECEITAS DE CAPITAL	**128**	**971**	**0**	**0**	**359**
Operação de Crédito	0	0	0	0	0
Transferências de Capital	128	971	0	0	359
Outras Rec. de Capital	0	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS	**8.216**	**9.524**	**9.001**	**10.730**	**12.904**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 28 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00526

c) DESPESA

O comportamento das despesas da Administração do Porto de São Francisco do Sul deve ser analizado através do montante gasto, isto é, R$ 10,679 milhões, sendo 89,72% na qualidade de Despesas Correntes e 10,28% de Despesas de Capital.

Os compromissos pagos pela Autarquia consumiram 82,76% da receita arrecadada, estando aqueles inseridos nos subelementos Obras e Instalações e Serviços de Terceiros e Encargos, e correspondendo a 70,84% do total das despesas.

Considerando as despesas registradas na dotação 3130-Serviços de Terceiros e Encargos, merece destaque o item 313200.21 - Serviços e Encargos Diversos que absorveu 79,40% do recursos, destinando-os ao pagamento de empresas prestadoras de serviços na área de manutenção e vigilância.

Investimentos

Extrata-se das informações disponíveis, que a Autarquia investiu R$ 1,098 mil no exercício de 1996, caracterizando um decréscimo de 41,69% em relação ao aplicado em 1995. Do montante dos investimentos, 83,52% foram destinados ao item Obras e Instalações e 16,48% ao item Equipamentos e Material Permanente.

TABELA 93: DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992-96

Em R$ 1.000

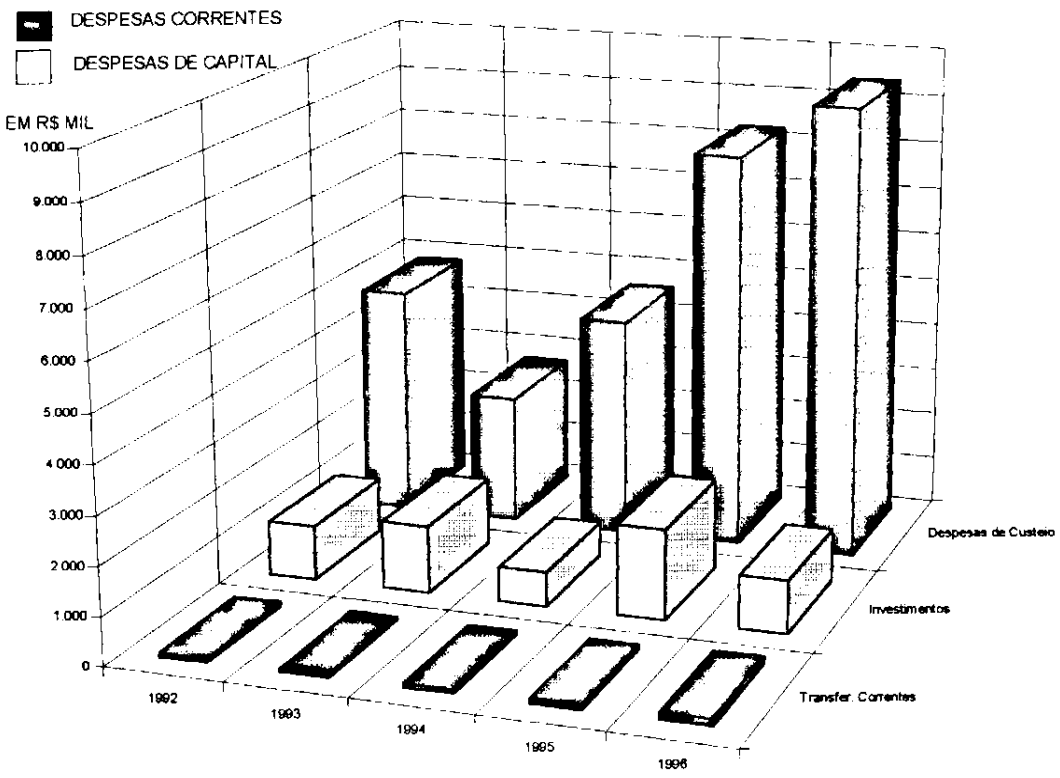
DESPESAS	1992	1993	1994	1995	1996
DEPESAS CORRENTES	**4.903**	**2.759**	**4.681**	**8.388**	**9.581**
3100-Despesas de Custeio	4.819	2.692	4.600	8.291	9.425
3110-Pessoal	1.332	386	620	1.131	1.752
3120-Material de Consumo	292	292	753	549	505
3130-Serv. de Terc. e Enc.	3.194	2.014	3.225	6.610	6.467
3190-Div. Desp. de Custeio	1	0	2	1	701
3200-Transfer. Correntes	84	67	81	97	156
3250-Transf. a Pessoas	7	3	27	38	41
3251-Inativos	0	0	24	35	33
3252-Pensionistas	0	0	0	0	0
3253-Sal. Família	7	0	2	3	8
3256-Benefícios do P. S.	0	0	1	0	0
3280-PASEP	76	64	53	59	115
DESPESAS DE CAPITAL	**1.145**	**1.405**	**721**	**1.883**	**1.098**
4100-Investimentos	1.145	1.405	721	1.883	1.098
4110-Obras e Instalações	464	1.405	14	1.832	917
4120-Equip. e Mat. Perman.	681	0	707	51	181
TOTAL DAS DESPESAS	**6.048**	**4.164**	**5.402**	**10.271**	**10.679**

Fonte : Balanço Orçamentario das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

524

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00527

GRÁFICO 29 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992/1996



Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal em 1996, comprometeram 15,20% das Receitas Correntes, apresentando uma remuneração média de R$ 787,18, sendo esta inferior à média geral das Autarquias em 12,55%. O quadro de Pessoal da APSFS é composto pelo número equivalente a 5,20% do total de servidores e responde por 4,55% da despesa com pessoal do total das Autarquicas.

Contratação de Servidores por Tempo Determinado

Houve um acréscimo de 229,69% no número de servidores da Autarquia, que passou de 64 para 211, em face as disposições da Lei nº 10.034/95, de 26/12/95, que concedeu autorização para a contratação de 155 (cento e cinquenta e cinco) servidores sob regime administrativo especial, pelo prazo de 02 (dois) anos, ou seja, até 01.03.98 (vedada a prorrogação, estabelecendo os casos e condições para a contratação desse pessoal). A contratação efetivou-se pela transferência dos prestadores de serviços (trabalhadores mensalistas), vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores, para a Administração do Porto de São Francisco do Sul, com admissão segundo a Lei, sem que houvesse a realização de prévio processo seletivo simplificado, desejável para hipóteses de contratação temporária para o preenchimento das vagas.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00528

525

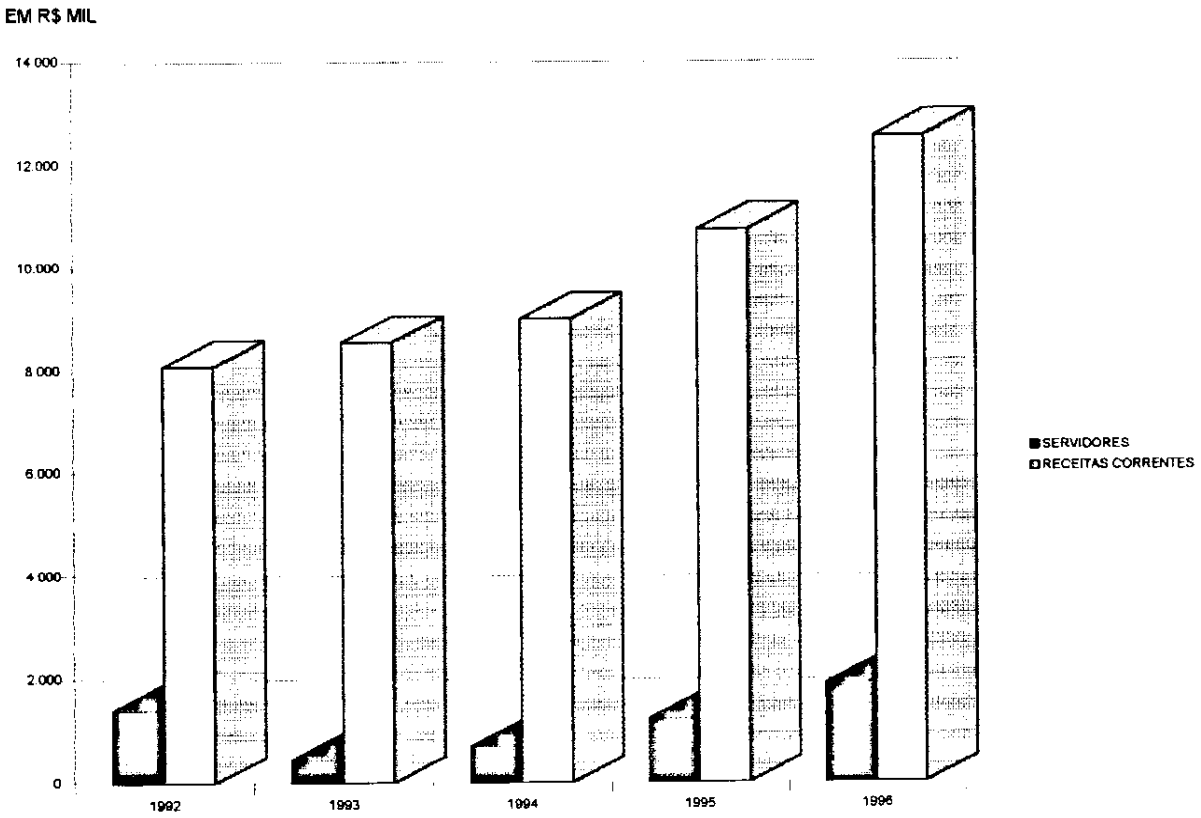
TABELA 94: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DA APSFS COM DESPESA DE PESSOAL - 1992-96

Em R$ 1.000

ITEM	1992		1993		1994		1995		1996	
	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	1.332	16,47	386	4,51	620	6,89	1.131	10,54	1.752	13,97
3251	0	0,00	0	0,00	24	0,27	35	0,33	33	0,26
3253	7	0,09	0	0,00	2	0,02	3	0,03	8	0,06
3280	76	0,94	64	0,75	53	0,59	59	0,55	114	0,91
SOMA	1.415	17,50	450	5,26	699	7,77	1.228	11,44	1.907	15,20

Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA - 1992- 1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 30 - COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DA APSFS COM DESPESA DE PESSOAL - 1992-96



DE EXPEDI
FOLHA Nº 00529

d) ORÇAMENTO

O Orçamento da APSFS apresentou para o exercício de 1996 R$ 24,110 milhões, com a receita arrecadada atingindo R$ 12,904 milhões e a despesa realizada R$ 10,679 milhões, resultando um superávit na execução orçamentária de R$ 2,225 milhões.

Execução Orçamentária

Contudo, no tocante à Despesa Autorizada, apenas 37,83% foram realizados. Os projetos 1615 - Construção, Ampliação e Reformas de Obras Portuárias, com 8,33%, e 1621 - Equipamento, Reequipamento do Porto de S.F.S., com 6,80%, comprometeram 8,04% das dotações autorizadas. Por outro lado, a Atividade 2636 - Manutenção Portuária de Cargas foi a que mais se aproximou da realidade orçamentária, com 76,33% de execução, demonstrando que foi elaborado através de técnicas e propostas realistas, sem a superestimação que se configurou nos demais projetos e atividades.

Fontes de Recursos

Quanto às fontes de recursos, verifica-se que a APSFS desenvolveu seu programa de trabalho através de recursos diretamente arrecadados, provenientes basicamente das receitas dos serviços portuários, o que demonstra que a Autarquia é auto-suficiente, haja vista que está demonstrado que dispõe de recursos próprios para viabilizar seus objetivos.

TABELA 95: COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA - 1996

Em R$ 1.000

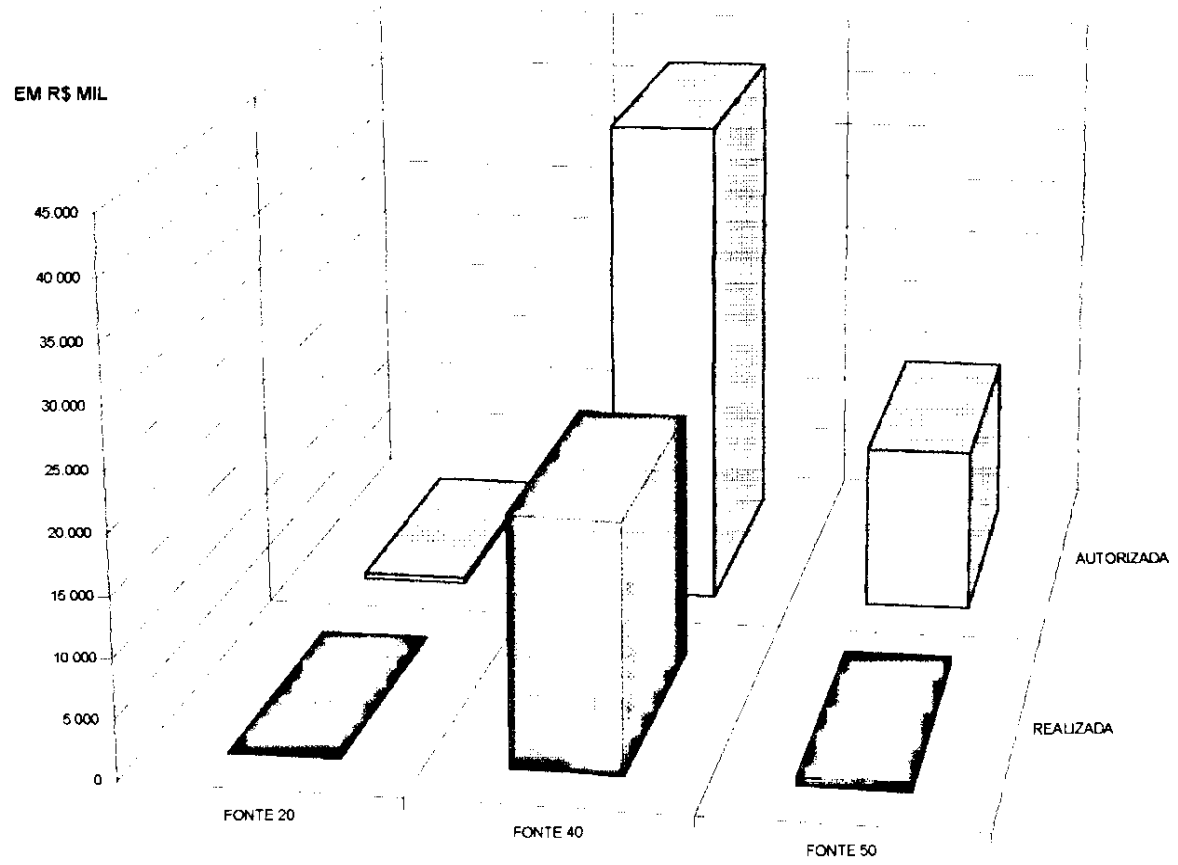
PROJETO/ATIVIDADE	FR	AUTORIZADA	REALIZADA	% DO ORÇAMENTO
1615- Construção, Ampliação e Reforma de Obras Portuárias	20	252	9	3,57
	40	3.724	558	14,98
	50	7.027	350	4.98
	SubTotal	11.003	917	8.33
1621- Equip Reequipamento do Porto de S.F.S.	40	2.660	181	6,80
2203- Coord. e Manutenção dos Serviços Administrativos	40	5.146	2.406	46,75
2636- Manutenção Portuária de Cargas	40	9.357	7.142	76,33
2156- Pagamento de Encargos com Inativos e Pensionistas	40	62	33	53,23
	20	252	9	3,57
	40	20.949	10.320	49,26
	50	7.027	350	4.98
TOTAL GERAL		**28.228**	**10.679**	**37,83**

Fonte: COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
LEGENDA
FR:Fonte de recursos
(FR)20-Transferências de Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários
(FR) 40-Recursos de Outras Fontes - Recursos Diretamente Arrecadados
(FR) 50-Recursos de Outras Fontes - Recursos de Convênios

DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00530

527

GRÁFICO 31 - COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA - 1996



6.2 - DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS HIDRÁULICAS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00531

a) Qualificação e Objetivos

O Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas - DEOH, autarquia vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, criada pela Lei Complementar nº 070, de 17 de novembro de 1992, alterada através da Lei Complementar 97, de 11 de novembro de 1993, com funcionamento autorizado através do Decreto nº 3.422, de 04 de março de 1994, tem por objetivos, segundo disposições do art. 55, da Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995:

"I - elaborar estudos, projetos e orçamentos com vistas à construção, adaptação, restauração e conservação dos edifícios públicos ou os de interesse do Governo do Estado;
II - fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos pelo Estado a Municípios e outras instituições que tenham como objetivo a construção, reforma ou ampliação de imóveis de interesse da Administração Pública Estadual;
III - monitorar os equipamentos e empreendimentos de defesa civil do Estado;
IV - executar a política estadual de edificações e obras hidráulicas, costeiras, lacustres e fluviais, envolvendo projetos, estudos e pesquisas, desenvolvimento e recuperação de áreas litorâneas, estuários, rios, sistemas lagunares costeiros, defesa de margens e costas, fixação de dunas, abertura e fixação de barras, dragagens e proteção de praias no Estado;
V - executar os serviços de avaliação, vistoria, topografia e sondagem nos imóves de interesse da Administração Pública;"

b) RECEITA

A receita do DEOH, orçada em R$ 14.755 milhões, atingiu efetivamente R$ 5,705 milhões, ou seja, com queda de arrecadação de 61,34%, tendo sido integralmente composta por Receitas Correntes, delas destacando-se as Transferências Correntes, com 98,40%, Serviços, com 0,65% e Outras Receitas Correntes, com 0,95%. Houve, no entanto, um incremento de 2,88% em relação a 1995.

Em comparação com os anos anteriores a Receita cresceu 2,88% em relação a 1995, 56,99% em relação a 1994 e 456,04% em relação a 1993.

TABELA 96: DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992-96

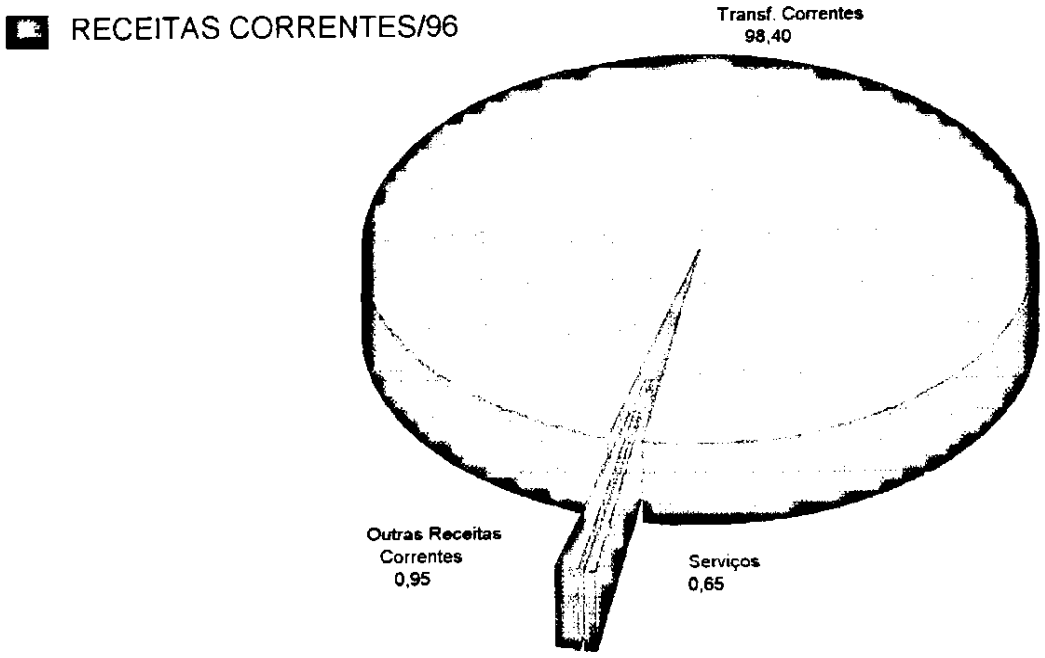
Em R$ 1.000

RECEITAS	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	**0**	**1.026**	**3.634**	**5.545**	**5.705**
Patrimonial	0	0	0	1	0
Serviços	0	0	0	0	37
Transf. Correntes	0	1.026	3.634	5.231	5.614
Outras Receitas Correntes	0	0	0	313	54
TOTAL DAS RECEITAS	**0**	**1.026**	**3.634**	**5.545**	**5.705**

Fonte : Balanco Orcamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 32 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00532



c) DESPESA

A despesa realizada pelo DEOH atingiu o montante de R$ 6,241 milhões, sendo 4,70% superior a 1995, 67,77% a 1994 e 427,56% a 1993.

A aplicação dos recursos auferidos pela autarquia concentrou-se 99,94% em Despesas Correntes, sendo 69,27% em Despesas de Custeio e 30,67% em Transferências Correntes.

Serviços Executados

Os principais serviços executados pelo DEOH para alcançar seus objetivos, foram a realização de estudos do sistema de barragens do Alto Vale do Itajaí, fiscalização de obras das Secretarias e outros órgãos do Estado (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Educação e do Desporto, da Segurança Pública, do Departamento de Transportes e Terminais e da Fundação UDESC), elaboração de processos licitatórios e participação nos projetos de dragagem do Porto de São Francisco do Sul e drenagem urbana da cidade de Xanxerê.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00533

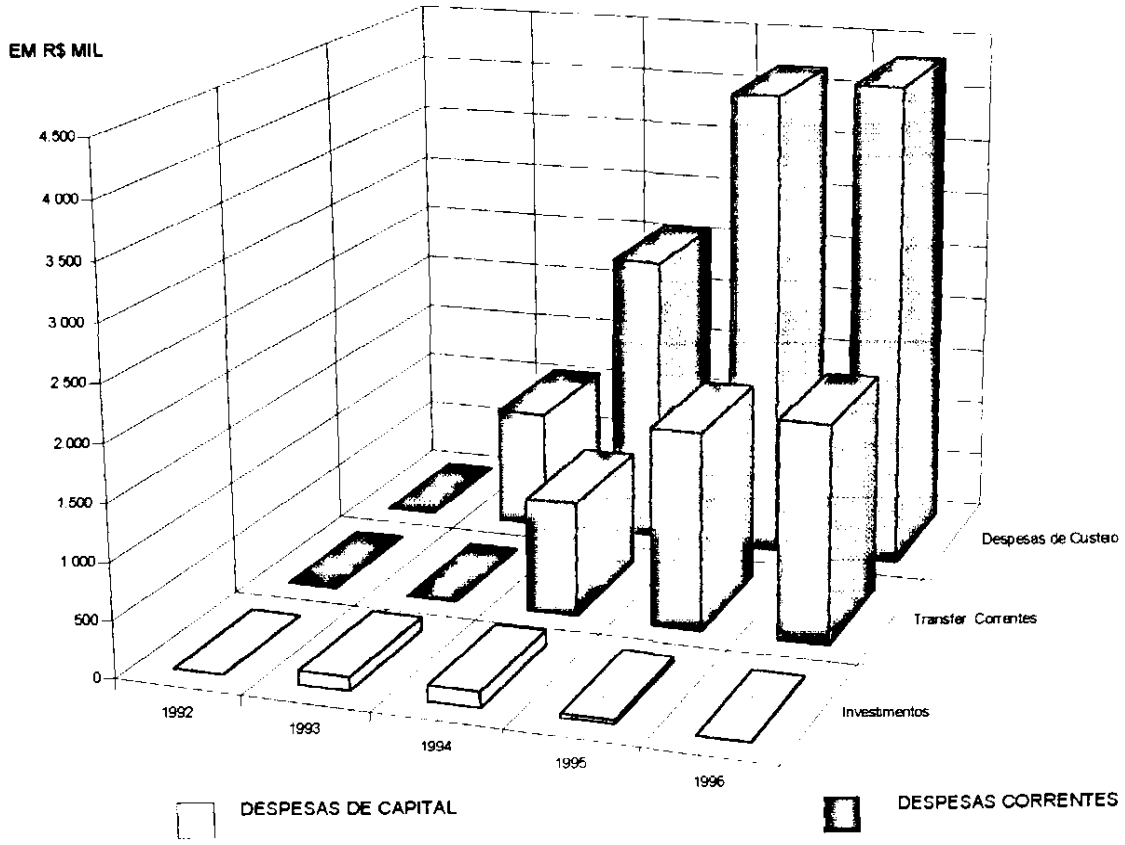
TABELA 97: DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992-96

Em R$ 1.000

DESPESAS	1992	1993	1994	1995	1996
DEPESAS CORRENTES	**0**	**1.065**	**3.588**	**5.924**	**6.237**
3100-Despesas de Custeio	0	1.059	2.582	4.181	4.323
3110-Pessoal	0	1.050	2.399	3.876	4.054
3120-Material de Consumo	0	5	41	58	39
3130-Serv. de Terc. e Enc.	0	4	142	152	230
3192-Desp. Exerc. Ant.	0	0	0	95	0
3200-Transfer. Correntes	0	6	1.006	1.743	1.914
3250-Transf. a Pessoas	0	6	1.006	1.743	1.877
3251-Inativos	0	0	967	1.207	1.861
3252-Pensionistas	0	0	0	481	0
3253-Sal. Família	0	6	13	18	15
3259-Outras Transf. a Pessoas	0	0	26	37	1
3280-PASEP	0	0	0	0	37
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**118**	**132**	**37**	**4**
4100-Investimentos	0	118	132	37	4
4110-Obras e Instalações	0	86	23	0	0
4120-Equip. e Mat. Perman.	0	32	109	37	4
TOTAL DAS DESPESAS	**0**	**1.183**	**3.720**	**5.961**	**6.241**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 33 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992-96



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00534

Despesas com Pessoal

As despesas com os 392 servidores do DEOH representaram 104,59% do valor das Receitas Correntes, constituindo-se na única Autarquia a apresentar comprometimento acima do limite constitucional.

A remuneração média dos servidores do DEOH foi de R$ 1.344,98, valor que supera a média geral das autarquias em 49,43%. A Unidade conta com 9,67% dos servidores e responde por 14,45 % da despesa total com pessoal das entidades autárquicas.

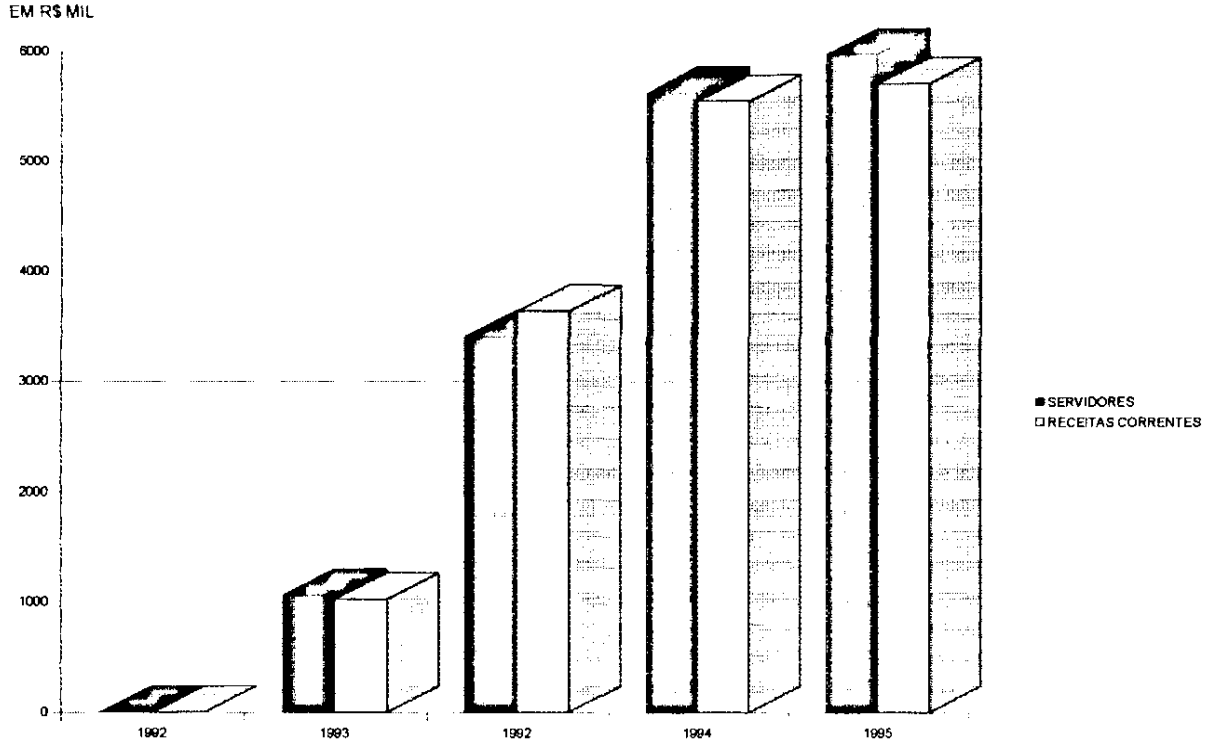
TABELA 98: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DO DEOH COM DESPESA DE PESSOAL - 1992-96

Em R$ 1.000

ITEM	1992		1993		1994		1995		1996	
ORÇ	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	0	0,00	1.050	102,34	2.399	66,02	3.876	69,90	4.054	71,06
3251/2	0	0,00	0	0,00	967	26,61	1.688	30,44	1.861	32,62
3253	0	0,00	6	0,58	13	0,36	18	0,32	15	0,26
3280	0	0,00	6	0,58	26	0,72	37	0,67	37	0,65
SOMA	**0**	**0,00**	**1.062**	**103,50**	**3.405**	**93,71**	**5.619**	**101,33**	**5.967**	**104,59**

Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA E DEPESA - 1992-1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 34 - COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DO DEOH COM DESPESA DE PESSOAL - 1992-96



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00535

d) ORÇAMENTO

Déficit Orçamentário

O orçamento do DEOH estimou a receita e fixou a despesa em R$ 14,755 milhões, tendo a receita arrecadada atingido R$ 5,705 milhões e a despesa realizada R$ 6,241 milhões, configurando-se um déficit de execução orçamentária de R$ 536 mil.

Realização do Orçamento

Da dotação autorizada foram realizados apenas 35,04%, o que evidencia não terem sido devidamente observados os critérios comumente aceitos para elaboração do orçamento público, constatando-se, na quase totalidade dos projetos, uma flagrante superestimação.

Fontes de Recursos

Com relação às fontes de recursos, o DEOH é um órgão com grande dependência de recursos transferidos pelo Tesouro do Estado.

TABELA 99: COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

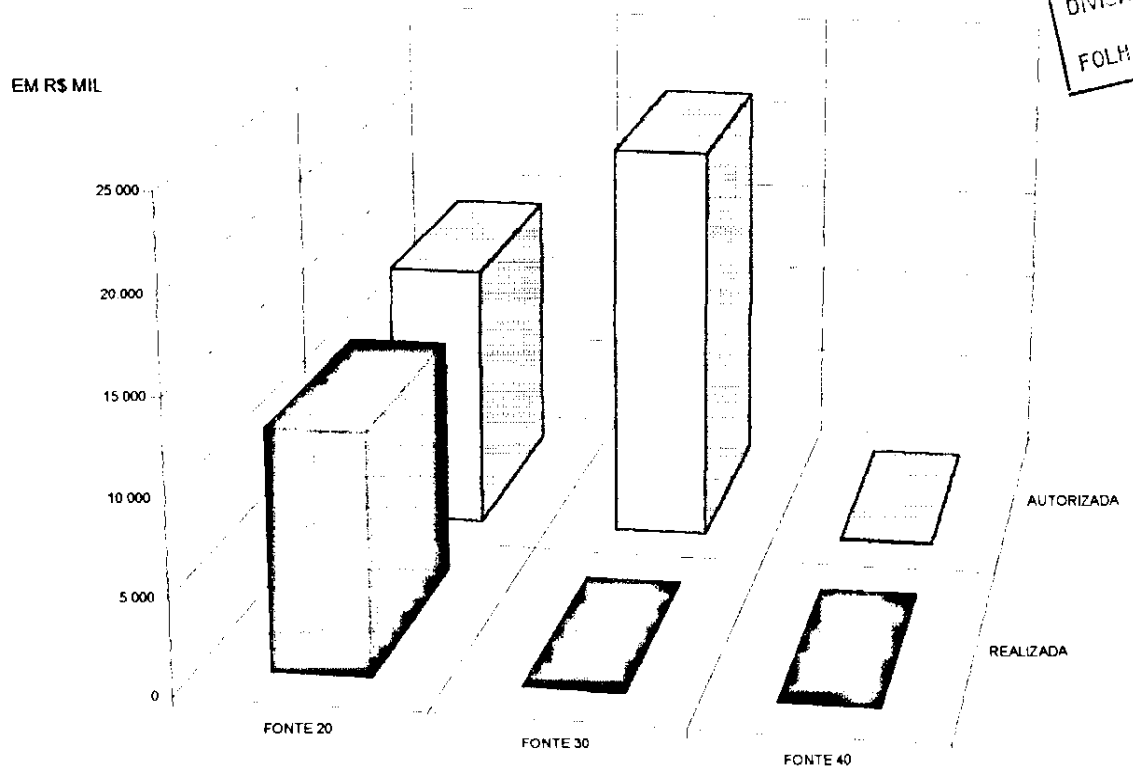
Em R$ 1.000

PROJETO/ATIVIDADE	Fonte	AUTORIZADA	REALIZADA	% DO ORÇAMENTO
1962- Construção, Ampliação e reformas de prédio públicos	20	11	0	0
1965 - Proj. Constr. Manut. de Obras Hidráulicas	20	248	133	53,63
	30	10.647	1	0,01
	Sub-Total	10.895	134	1,23
2038 - Coord. e Manutenção dos Serviços Administrativos	20	4.988	4.235	84,90
	40	37	9	24,32
	Sub-Total	5.025	4.244	84,46
2159 - Pagamento de encargo c/ inativo e pensionistas	20	1.878	1.863	99,20
1963 - Construção, ampliação e reforma de Coordenadoria Regional	20	2	0	0
	20	7.127	6.231	87,43
	30	10.647	1	0.01
	40	37	9	24,32
TOTAL GERAL		**17.811**	**6.241**	**35,04**

Fonte: COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - 1996
LEGENDA
FR : Fonte de recursos
(FR) 20-Transferências de Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários
(FR) 30-Transferências de Recursos do Tesouro - Recursos de Convênios
(FR) 40-Recursos de Outras Fontes - Recursos Diretamente Arrecadados

GRÁFICO 35 - COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00536



6.3 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00537
FOLHA nº

a) Qualificação e Objetivos

O Departamento de Estradas de Rodagem - DER, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, tem como objetivos:

I - executar a política estadual de transporte rodoviário;
II - elaborar estudos, projetos, especificações e orçamentos, locar, construir, conservar, restaurar, reconstruir, promover melhoramentos e administrar, diretamente ou através de terceiros, as estradas de rodagens estaduais, inclusive pontes e obras complementares;
III - proceder os estudos para a elaboração, organização e revisão periodica do Plano Rodoviário do Estado;
IV - administrar os serviços relacionados com a infra-estrutura de transporte rodoviário, a cargo do Estado, em nivel regional e local;
V - executar obras de infra-estrutura aeroviária;
VI - regulamentar e fiscalizar:
a) a colocação e a construção de instalações permanentes ou provisórias, de caráter particular ou público, ao longo das rodovias estaduais;
b) a construção de acessos ao longo das rodovias estaduais, bem como o uso e travessia da faixa aérea por linhas de transmissão ou outras de qualquer natureza.
VII - exercer a política de tráfego nas rodovias estaduais.

A legislação que define suas competências e estrutura compõe-se de:

Lei nº 9.831/95, de 17 de fevereiro de 1995
Decreto nº 20.848, de 14 dezembro de 1983
Decreto nº 23.392, de 24 de setembro de 1984
Decreto nº 26.320, de 10 de julho de 1985
Decreto nº 30.691, de 28 de outubro de 1986
Decreto nº 3.135, de 29 de março de 1990
Decreto nº 3.814, de 11 de setembro de 1990

b) RECEITA

Receita Orçamentária

Da Receita Orçamentária do DER, representada pelo total de R$ 211.797 milhões, 64,84% foram provenientes de Transferências do Estado, sendo 11,37% relativos a Receitas Correntes e 53,47% a Receitas de Capital. As fontes Outras Receitas Correntes e Receita Patrimonial contribuiram com os 35,16% restantes.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA º 00539

Considerando as receitas arrecadadas em 1996 em confronto com as de 1995, configura-se um aumento de 34,68%. Cotejadas com as de 1994, o aumento representa 63,92%; com as de 1993, 183,50% e com as de 1992, 113,43%. No que se refere a 1993, explicita-se que o índice de 183,50%, não deve ser tomado como exclusivamente derivado de um grande incremento na receita do exercício de 1996, uma vez que o percentual sofreu visível influência da queda havida em relação ao exercício de 1992.

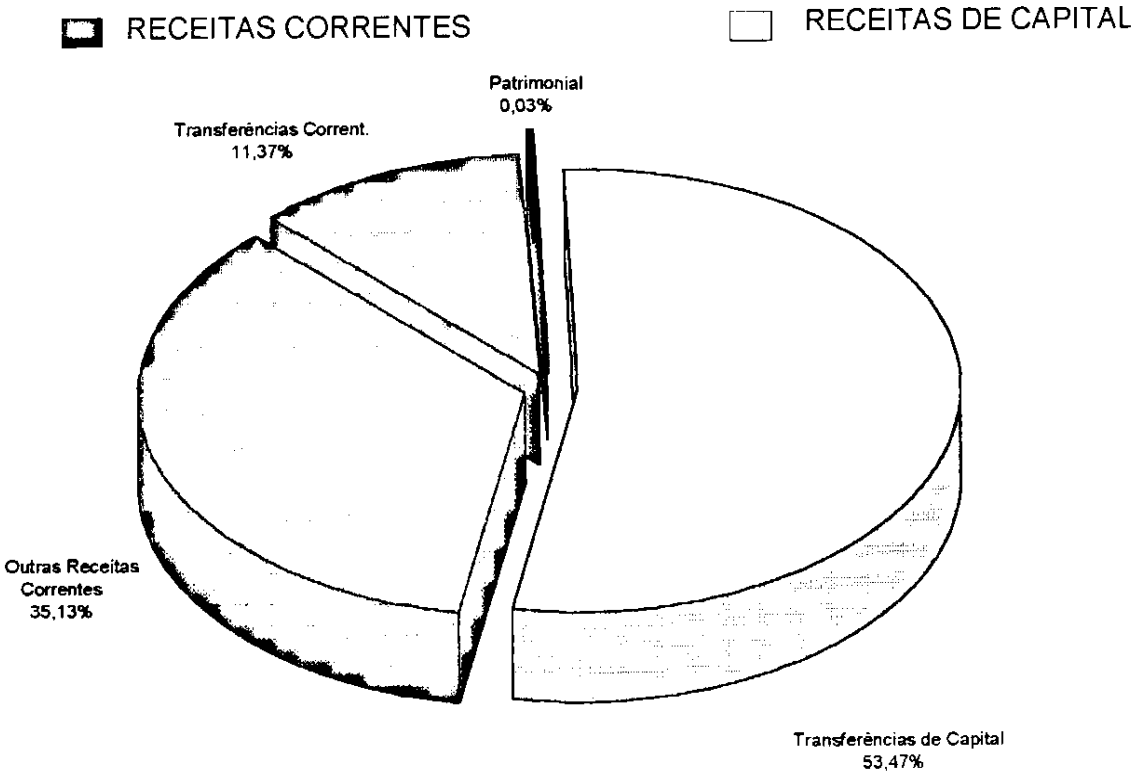
TABELA 100: DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992-96

Em R$ 1.000

RECEITAS	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	**22.357**	**14.223**	**22.199**	**80.464**	**98.552**
Patrimonial	0	788	917	177	54
Transferências Corrent.	19.606	10.479	18.405	26.873	24.091
Outras Receitas Correntes	2.751	2.956	2.877	53.414	74.407
RECEITAS DE CAPITAL	**76.877**	**60.484**	**107.012**	**76.798**	**113.245**
Operação de Crédito	10.130	0	0	0	0
Transferências de Capital	66.747	60.484	107.012	76.798	113.245
TOTAL DAS RECEITAS	99.234	74.707	129.211	157.262	211.797

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez 96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 36 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00539

c) DESPESA

Despesa Orçamentária

No exercício de 1996 a Despesa Orçamentária do DER totalizou R$ 219,695 milhões, valor esse 3,41% superior a 1995, 14,56% a 1994, 36,39% a 1993 e 100,41% a 1992.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes participaram do montante com o valor de R$ 37,734 milhões, equivalente a 17,18% dos gastos da Autarquia.

Despesas de Capital

Das Despesas de Capital, correspondentes a R$ 181,961 milhões, é ressaltável que 82,51% desse somatório foram aplicados em Obras e Instalações, implicando em decréscimos de 6,97% em relação a 1995 e 11,18% a 1994, e incrementos de 3,15% e 68,84%, com referência a 1993 e 1992, respectivamente.

TABELA 101: DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992-96

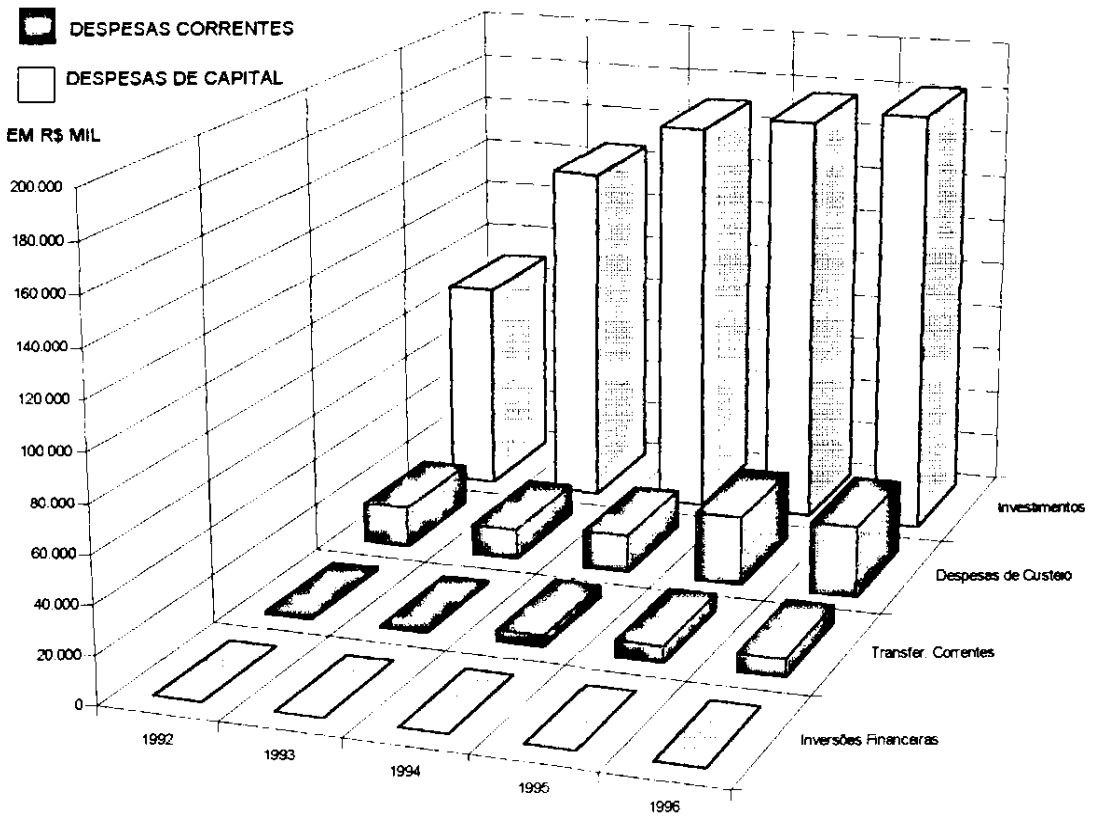
Em R$ 1.000

DESPESAS	1992	1993	1994	1995	1996
DEPESAS CORRENTES	**18.271**	**13.828**	**20.730**	**36.209**	**37.734**
3100-Despesas de Custeio	17.153	12.968	16.055	29.215	30.206
3110-Pessoal	13.269	9.017	10.657	17.644	17.928
3120-Material de Consumo	2.215	2.365	3.483	6.608	5.209
3130-Serv. de Terc. e Enc.	1.494	1.563	1.834	4.904	6.850
3190-Div. Desp. de Custeio Coord.	175	23	81	59	219
3200-Transfer. Correntes	1.118	860	4.675	6.994	7.528
3230-Transfer. a Inst. Priv.	1	0	0	0	0
3250-Transf. a Pessoas	219	106	3.737	6.143	6.623
3251-Inativos	-o-	2	3.603	5.964	6.464
3253-Sal. Família	215	104	126	162	146
3259-Outras Transf. a Pes.	4		8	17	13
3270-Encargos Dívida Int.	472	288	4	0	0
3280-PASEP	426	466	934	851	905
DESPESAS DE CAPITAL	**91.353**	**147.247**	**171.035**	**176.242**	**181.961**
4100-Investimentos	89.560	146.165	170.207	176.240	181.947
4110-Obras e Instalações	88.920	145.549	169.025	161.392	150.136
4120-Equip. e Mat. Perman.	381	520	570	87	445
4190-Div. Investimentos	259	96	612	14.761	31.366
4200-Inversões Financeiras	1	0	3	2	14
4250 - Aq. Tit. Rep. Cap. Já Integ.	1	0	3	2	14
4300-Transf. de Capital	1.792	1.082	825	0	0
4350-Amort. da Dív. Cont.	1.792	1.082	825	0	0
TOTAL DAS DESPESAS	**109.624**	**161.075**	**191.765**	**212.451**	**219.695**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00547

GRÁFICO 37 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992-96



Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal corresponderam a 67,46% das Despesas Correntes, as quais, no período, apresentaram o montante de R$ 37,734 milhões. Comparadas as Receitas Correntes com as Despesas com Pessoal (ítens orçamentários 3110, 3250 e 3280), observa-se que estas eram 25,83% daquelas em 1996, 30,60% em 1995, 69,01% em 1994, 67,42% em 1993 e 62,28% em 1992.

Traduzindo em valores, constata-se que foram gastos R$ 25.456 milhões para remunerar 2.479 servidores lotados no DER,cuja média salárial foi de R$ 751,17. Referida média foi 16,55% menor do que a média geral dos salários pagos pelas Autarquias.

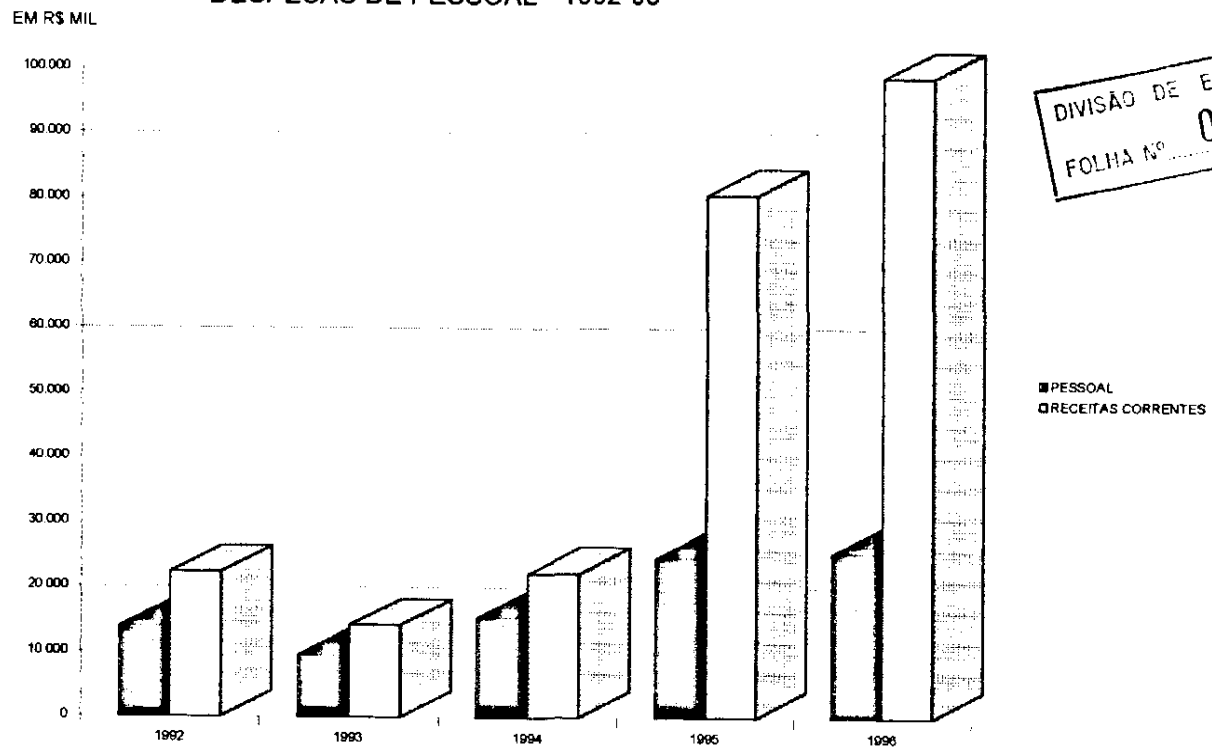
TABELA 102: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DO DER COM DESPESAS DE PESSOAL - 1992-96

Em R$ 1.000

ITEM	1992		1993		1994		1995		1996	
ORÇ	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	13.282	59,41	9.017	63,40	10.657	48,01	17.644	21,93	17.928	18,19
3251	0	0,00	2	0,01	3.603	16,23	5.964	7,41	6.464	6,56
3253	215	0,96	104	0,73	126	0,57	162	0,20	146	0,15
3259	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	13	0,01
3280	426	1,91	466	3,28	934	4,21	851	1,06	905	0,92
SOMA	**13.923**	**62,28**	**9.589**	**67,42**	**15.320**	**69,01**	**24.621**	**30,60**	**25.456**	**25,83**

Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA E DEPESA - 1992-1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 38 - COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DO DER COM DESPESAS DE PESSOAL - 1992-96



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00541

d) ORÇAMENTO

Orçamento da Receita

Para um total de R$ 145,237 milhões de Receita orçada para o DER, 89,08% foram a título de Transferências do Estado e 10,92% de Receitas Próprias, verificando-se ao final uma arrecadação 45,83% superior ao valor previsto.

Orçamento da Despesa

A despesa autorizada totalizou R$ 255,622 milhões, tendo sido efetivamente realizados 85,95%.

É de se anotar que alguns projetos/atividades tiveram inexpressiva execução orçamentária, deduzindo-se que por ocasião da elaboração do orçamento a administração não contava com projetos pré-definidos, inserindo-os na proposta com o propósito único de obter futuros recursos financeiros. Fatos dessa natureza fragilizam a verdadeira finalidade do Orçamento, qual seja, a de se apresentar como um plano efetivo de execução de ações. Como exemplo citamos a atividade 2634 - Capacitação de Recursos Humanos com 5,00% e, os projetos 1158 - Integração do Sistema Rodoviário-BNDES com 28,46% e 1150 - Restauração da Ponte Hercílio Luz com 0,65.

Quanto às fontes de recursos, o DER demonstra ser um Órgão altamente dependente das transferências governamentais, conforme evidenciado nas FRs 20 - Recursos Ordinários e 28 - Operações de Créditos Externas, as quais, juntas, somam 80,15% dos recursos realizados pela Autarquia. Com relação à FR 28, cabe ressaltar que do montante de R$ 46,951 milhões realizados, 97,01% foram canalizados para o item orçamentário 4110.00 - Obras e Instalações.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00542

TABELA 103: COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

Em R$ 1.000

PROJETO/ATIVIDADE	Fonte	AUTORIZADA	EMPENHADA	% DO ORÇAMENTO
1149 - Pavimentação de Baixo Custo	20	867	821	94,69
	40	890	880	98,88
Sub-Total		1.757	1.701	96,81
1150- Restauração da Ponte Hercilio Luz	20	42	21	50,00
	27	3.194	0	0,00
Sub-Total		3.236	21	0,65
	20	512	485	94,73
1151-Restauração Rodoviária	30	1.223	1.200	98,12
	40	827	732	88,51
Sub-Total		2.562	2.417	94,34
1152-Sistema das Travessias Continente/Ilha	20	617	616	99,84
	20	16.298	16.225	99,55
1153-Obras Conveniadas	30	30.485	19.065	62,54
	40	0	0	0,00
Sub-Total		46.783	35.290	75,43
1154- Construção do Edifício da Sede	20	0	0	0,00
	40	0	0	0,00
		0	0	0,00
1155-Desenvolvimento de Estudos e Projetos	20	3.660	3.635	99,32
	40	320	0	0,00
Sub-Total		3.980	3.635	91,33
	20	20.016	19.971	99,78
1156-Implantação da Via Expressa Sul	30	8.333	7.364	88,37
	40	0	0	0,00
Sub-Total		28.349	27.335	96,42
	20	5.332	4.721	88,54
1157-Desenvolvimento Institucional-BIRD	28	23.250	15.370	66,11
	40	6	0	0,00
Sub-Total		28.588	20.091	70,28
	20	1.057	1.056	99,91
1158-Integração dos Sist. Rod. - BNDES	27	3.407	260	7,63
	40	160	0	0,00
Sub-Total		4.624	1.316	28,46
1159-Conservação, Restauração e Seg. Rod.	20	7.939	7.698	96,96
	40	8.831	8.650	97,95
Sub-Total		16.770	16.348	97,48
	20	18.898	18.887	99,94
1316-Construção de Obras Rodoviárias	27	532	0	0,00
	40	577	555	96,19
Sub-Total		20.007	19.442	97,18
1362-Conclusão 3ªPonte	20	87	81	93,10
	20	1.949	1.787	91,69
1678-Recuperação, Cons. e Manejo - BIRD	28	3.322	3.166	95,30
	40	0	0	0,00
Sub-Total		5.271	4.953	93,98
	20	25.067	25.013	99,78
1679-Construção de Obras Rod. - BIDIII	28	30.634	28.415	92,76
	40	14	9	64,29
Sub-Total		55.715	53.437	95,91
2155-Pgto de Enc. c/inativos e Pensionistas	20	7.085	6.797	95,94
	20	21.771	21.068	96,77
2202-Coord. e Manutenção dos Serv. Adm.	27	2.928	0	0,00
	40	4.899	4.760	97,16
Sub-Total		29.598	25.828	87,26
2206-Admin. e Man. a Cargo dos Distr. Rod.	20	317	252	79,50
	40	216	132	61,11
Sub-Total		533	384	72,05
2634-Capacitação de recursos humanos	20	60	3	5,00
	40	0	0	0,00
Sub-Total		60	3	5,00
	20	131.574	129.137	98,15
	27	10.061	260	2,58
TOTAL POR Fonte DE RECURSOS	28	57.206	46.951	82,07
	30	40.041	27.629	69,00
	40	16.740	15.718	93,89
TOTAL GERAL	GERAL	255.622	219.695	85,95

Fonte: COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA 1995

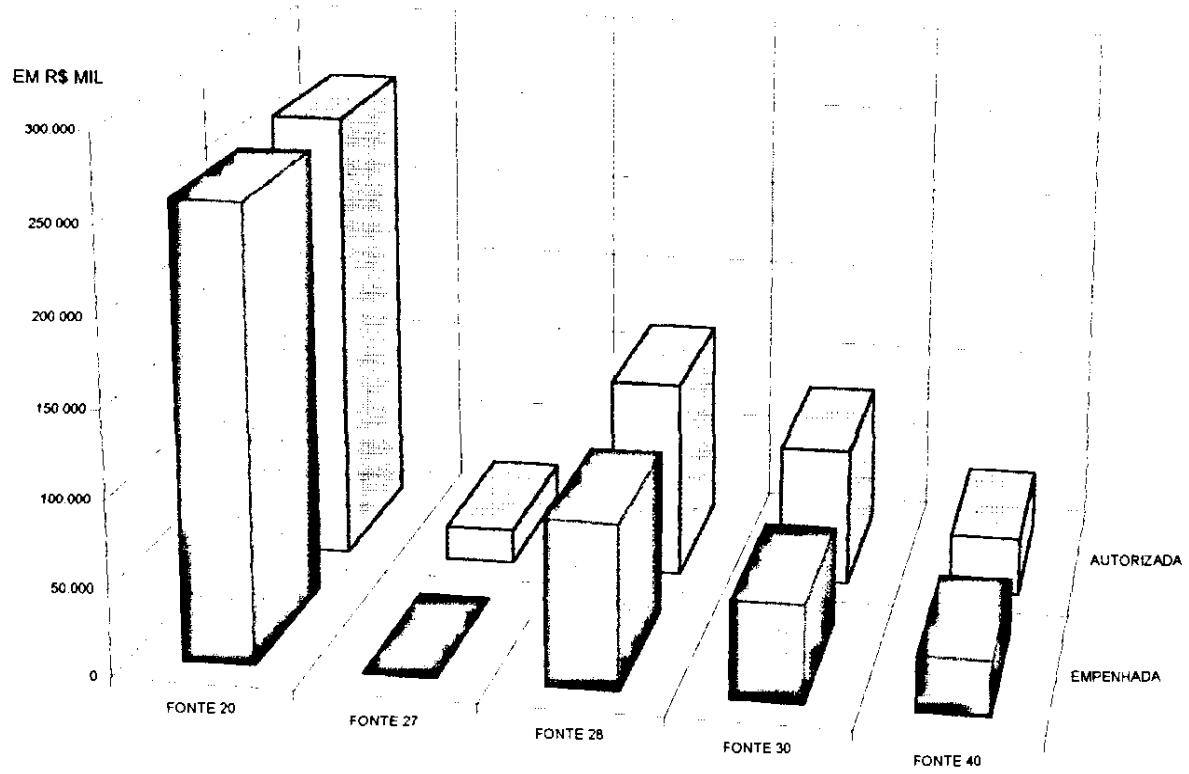
LEGENDA

FR : Fonte de recursos

(FR) 20-Transferências de Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários
(FR) 27-Transferências de Recursos do Tesouro - Operações de Crédito Internas
(FR) 28-Transferências de Recursos do Tesouro - Operações de Crédito Externas
(FR) 30-Transferências de Recursos do Tesouro - Recursos de Convênios
(FR) 40-Recursos de Outras Fontes - Recursos Diretamente Arrecadados

FOLHA Nº 00543
546

GRÁFICO 39 - COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA



e) DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante do DER, em 31 de dezembro de 1996, correspondia a R$ 121,801 milhões, constituída por Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Depósitos Especiais e Consignações, apresentando um crescimento de 9,60% em relação à dívida existente em 31 de dezembro de 1995.

A composição da Dívida Flutuante do Departamento de Estradas de Rodagem é retratada como segue:

TABELA 104: COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

R$ 1.000

Denominação	Valor	%
Restos a Pagar	100.111	82,19
Depósitos de Diversas Origens	598	0,49
Depósitos Especiais	20.972	17,22
Consignações	120	0,10
Total	**121.801**	**100,00**

Fonte: Balanço Geral do DER

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00544
541

Quando da aferição dos valores lançados em Restos a Pagar Processados (R$ 46,781 milhões) e Não Processados (R$ 53,331 milhões), constatou-se que se originam de obrigações contraídas nos exercícios de:

TABELA 105: DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

R$ 1.000

Código Contábil	Exercício	Valor
2.04.01.94	1994	395
2.04.01.95	1995	2.446
2.04.01.96	1996	97.270
Total		**100.111**

Fonte: Balanço Geral do DER

Restos a Pagar

Examinando-se o primeiro quadro, assume relevância o dado que informa que 82,19% do total contabilizado pela Autarquia, a título de Dívida Flutuante, congregam Restos a Pagar.

Os valores mais expressivos inscritos em Restos a Pagar Processados estão situados nos itens Obras e Instalações, com R$ 30,457 milhões, e Diversos Investimentos, com R$ 6,332 milhões. Por sua vez, no grupo dos Restos a Pagar Não Processados, o valor mais significativo aparece igualmente no item Obras e Instalações, com R$ 52,394 milhões.

Os Restos a Pagar Processados (36,75%) e Não Processados (52,34%), representam 89,09% dos gastos no subitem Obras e Instalações.

Depósitos de Diversas Origens

Os Depósitos de Diversas Origens, que perfazem um total de R$ 598 mil, constituem-se de depósitos de cauções e garantias diversas realizadas pelas empresas prestadoras de serviços e construtoras de obras, contratadas pelo DER.

Depósitos Especiais

O valor de R$ 20.972 mil, registrado em Depósitos Especiais, refere-se a recursos vinculados a convênios firmados com a União (86,97%) e a Caixa Econômica Federal (13,03%), para realização de obras.

Consignações

O saldo de R$ 120 mil, no título Consignações, representa valores retidos do pagamento de fornecedores e servidores, para recolhimento, entre outros, ao IPESC, Receita Federal e Prefeituras.

Tendo-se por base a Receita arrecadada pelo DER (R$ 211,797), emerge o fato de que a Dívida Flutuante comprometerá, no decorrer do exercício de 1997, encaixes financeiros da ordem de 57,51% desse montante, sendo de imediato, cerca de 22,14% relativos a Restos a Pagar Processados (R$ 46.781 milhões) e Consignações (R$ 120 mil).

DIVISÃO DE EXPEDIENTE 00545

f) CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Com referência ao exercício sob análise, deve-se ponderar que o DER mantém a política implementada nos últimos anos de restringir-se ao planejamento da execução do orçamento anual do exercício, aditando a esse procedimento as demandas mais prementes sinalizadas pela Dívida Flutuante. O déficit orçamentário apurado em exercícios anteriores originou um quadro de desordenação, ainda não equacionado, na condução dessa sensível função da Administração.

A par disso, as auditorias realizadas pelo Corpo Técnico deste Tribunal têm constatado, quando do exame dos atos e documentos da Diretoria Administrativa e Financeira da Autarquia, que os pagamentos das obrigações efetivam-se de acordo com determinações da Direção Geral do DER, inexistindo critérios objetivos e previamente estabelecidos no concernente ao pagamento de fornecedores, prestadores de serviços e executores de obras em geral.

Sabendo-se do significativo volume de recursos movimentado pela Autarquia, ante as atividades finalísticas que cumpre na estrutura governamental, são simetricamente proporcionais os interesses que se confrontam, para obter pagamentos com privilégio em relação aos demais.

Ordem Cronológica dos Pagamentos

Ademais, a manutenção de situação dessa natureza colide frontalmente com a norma do artigo 5° da Lei Federal n° 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, que verbaliza:

"Para cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente devidamente publicada."

Considerando que os princípios constitucionais da Administração Pública são infringidos, assim como direitos e garantias de pessoas e empresas são preteridos, é de se repelir veementemente a continuidade do procedimento, o que, aliás, a Corte de Contas vem reiteradamente pontificando.

g) Recursos Provenientes da Invesc

Segundo informações obtidas junto à Diretoria de Administração Financeira do DER, os recursos arrecadados pela Invesc - Santa Catarina Participações e Investimentos S.A. são liberados pelos Secretários de Estado da Fazenda e dos Transportes, de acordo com cronograma de pagamentos previamente ajustado.

A rotina de processamento desses pagamentos é iniciada com a liberação dos recursos pela Secretaria de Estado da Fazenda ao DER, procedendo a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras regularização orçamentária e contábil dos recursos.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00546

O movimento de recursos liberados no mês é variado. Sempre que há necessidade, a quantia solicitada é imediatamente depositada na conta movimento do DER, que, de acordo com o cronograma de distribuição que acompanha a liberação, faz o repasse às contas específicas.

Sob essa modelagem, no exercício de 1996 foram transferidos ao DER recursos financeiros da ordem de R$ 48,555 milhões. Esses recursos suportaram 22,10% das despesas realizadas pela Autarquia, no período, conforme demonstra o quadro a seguir:

TABELA 106: Conta Depósitos Especiais do Estado **Invesc**/Exercício de 1996

Em R$ 1.000

Código Contabil	Conta	Valor Liberado para o DER	Valor Repassado pelo DER
2.02.02.01.41	DER/Invesc/BR 101	9.900	9.900
2.02.02.01.42	DER/Invesc/SC SUL	7.794	7.794
2.02.02.01.45	DER/Invesc/MICROBACIAS	1.412	1.412
2.02.02.01.50	DER/Invesc/BR 282	918	918
2.02.02.01.53	DER/Invesc/BID III	15.556	15.556
2.02.02.01.54	DER/Invesc/BIRD	3.000	3.000
2.02.02.01.55	DER/Invesc/BNDES	500	500
2.02.02.01.56	DER/Invesc/BR 470	2.000	2.000
2.02.02.01.57	DER/Invesc/BR 280	1.107	1.107
2.02.02.01.58	DER/Invesc/OBRAS RODOV.	6.368	6.368
TOTAL		48.555	48.555

Fonte: Balanço Geral do DER

6.4 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00547

a) Qualificação e Objetivos

O Departamento de Transportes e Terminais - Deter, Autarquia Estadual vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, tem como competência:

I- executar, diretamente ou mediante delegação às empresas privadas, o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, nas seguintes modalidades:
a) concessão e permissão para o serviço regular;
b) autorização para os serviços de fretamento, viagens sem caráter de linha, viagem em caráter eventual e conexão de linhas;

II - planejar, fiscalizar e controlar a execução do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, e qualquer outro tipo de transporte de massa em nível estadual, incluídos os delegados pela União e Municípios;

III - projetar, construir, adquirir e administrar, direta ou indiretamente, terminais rodoviários de passageiros e cargas, pontos de apoio intermediários, abrigos de ônibus, terminais marítimos e fluviais;

IV - zelar pela segurança e bem-estar dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

V - estabelecer normas gerais e específicas sobre o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

V - fixar e reajustar as tarifas e preços dos serviços concedidos, permitidos ou autorizados, bem como dos demais serviços prestados direta ou indiretamente;

VII - cooperar técnica e financeiramente com os Municípios, visando à construção de obras e serviços de infra-estrutura inerentes a seus objetivos.

VIII - planejar, implantar, fiscalizar e controlar as Centrais de Informações de Frete.

Do ordenamento jurídico se colhem os seguintes textos normativos pertinentes à criação e funcionamento do Deter: Lei nº 9.831, de 17/02/95 e Decretos nºs. 29.281, de 16/06/86, 29.282, de 16/06/86, 30.217, de 03/09/86 e 1.431, de 16/03/88.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00543

b) RECEITA

Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Total no exercício sob análise compreendeu R$ 8.598 milhões, com incremento de 9,63% em relação a 1995.

Receitas Próprias

Na qualidade de responsável pela execução da política de Transporte Rodoviário do Estado, o Deter arrecadou a título de Tarifa de Administração, o correspondente a 72,30% da Receita Total e 78,29% das Receitas de Serviços.

Transferências de Recursos ao Tesouro do Estado

O Deter transferiu, em 20/12/96, ao Tesouro do Estado, R$ 3.600.000,00, procedendo apenas o registro contábil no Ativo Financeiro - Realizável, enquanto a Secretaria de Estado da Fazenda, contabilizou o ingresso desses recursos em Depósitos de Diversas Origens - DDO. Referida transferência, além de não estar embasada em lei, não se coaduna com os objetivos legalmente atribuídos à administração pública descentralizada.

Controle de Arrecadação de Receita

Conforme já verificado nas auditorias de 1995, o Tribunal de Contas tem verificado que o controle de receitas do Deter, de forma geral, é ineficiente, visto que na rubrica Receita de Serviços não há acompanhamento das informações prestadas pelas Empresas Transportadoras, que servem de base de cálculo para o recolhimento da Tarifa de Administração, Controle, Planejamento e Modernização do Sistema - TA, inclusive, muitas Empresas sequer remetem os devidos relatórios. Ainda que o Deter tenha incluído como resultado alcançado um levantamento que possibilitará o controle da Tarifa de Administração, até a presente data não houve evolução concreta das providências necessárias para implantação dos controles pertinentes à fiscalização junto às concessionárias do transporte público.

TABELA 107: DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992/96

Em R$ 1.000

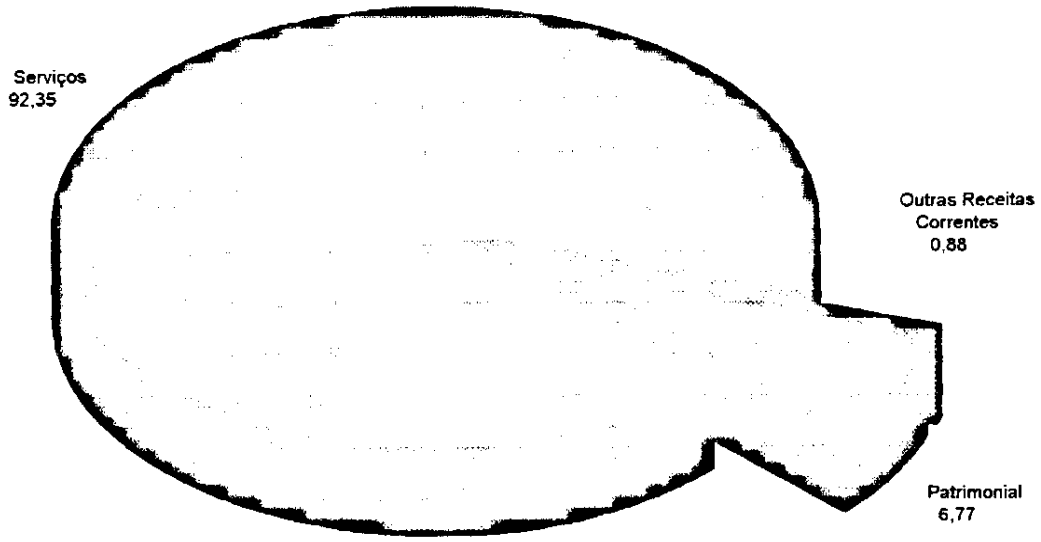
RECEITAS	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	**3.536**	**3.885**	**4.318**	**7.843**	**8.598**
Patrimonial	59	1.529	883	786	582
Serviços	2.557	2.269	3.358	7.024	7.940
Transferências Correntes	13	0	0	0	0
Outras Receitas Correntes	907	87	77	33	76
RECEITAS DE CAPITAL	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**
Transferências de Capital	5	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS	**3.541**	**3.885**	**4.318**	**7.843**	**8.598**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

ANÁLISE DE EXECUÇÃO 00549 FOLHA Nº

GRÁFICO 40 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA

RECEITAS CORRENTES/96



c) DESPESA

As despesas do Deter, no exercício sob análise, totalizaram R$ 7,475 milhões, sendo 70,89% de Despesas Correntes e 29,11% de Despesas de Capital.

Investimentos

A realização de investimentos no total de R$ 502 mil, superando em 68,46% as aplicações dessa natureza em 1995, atendeu principalmente Obras e Instalações (74,30%) e Equipamentos e Material Permanente (25,70%).

Transferências de Capital

As Transferências de Capital aos Municípios, a título de Auxílios para Investimentos, comprometeram 22,39% do total das Despesas. Os valores repassados são oriundos dos projetos 1533 - Implantação de Abrigos de Passageiros (R$ 684.533,97), 1534 - Construção, Ampliação e Reforma de Terminais Rodoviários de Passageiros (R$ 936.164,34) e 1535 - Aquisição, Construção e Manutenção de Equipamentos para Transporte Fluvial e Lacustre (R$ 53.035,00).

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00559

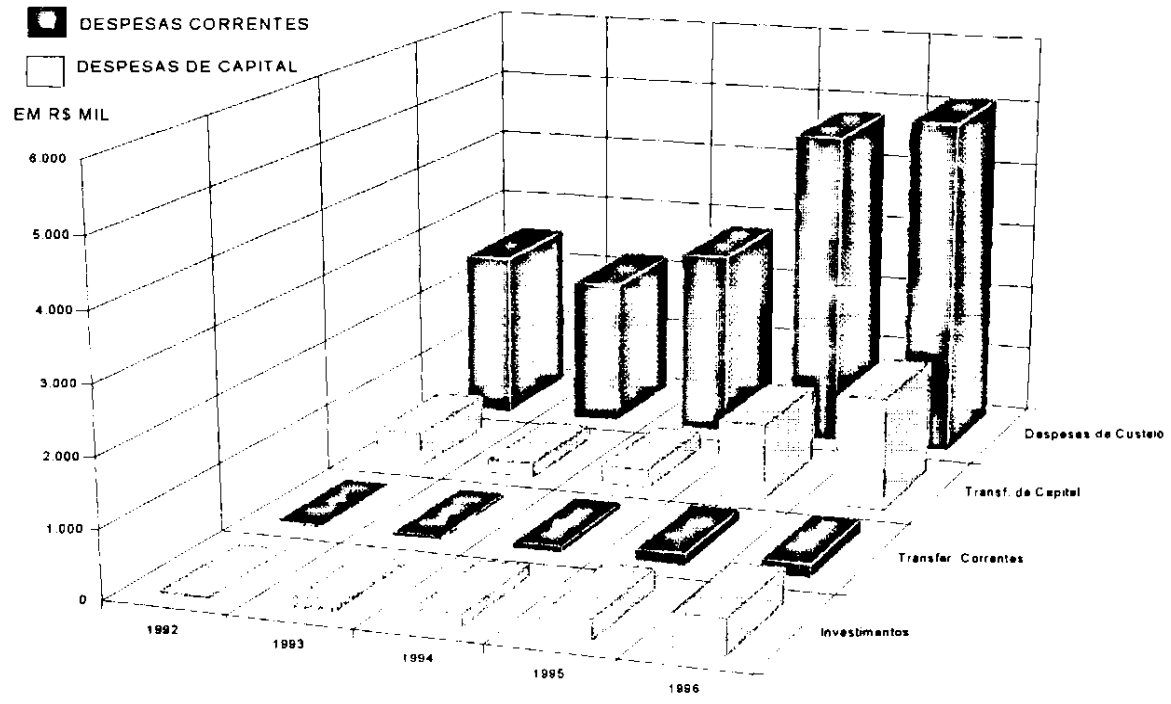
TABELA 108: DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992/96

Em R$ 1.000

DESPESAS	1.992	1993	1994	1995	1996
DEPESAS CORRENTES	**2.543**	**2.266**	**2.888**	**4.950**	**5.299**
3100-Despesas de Custeio	2.507	2.208	2.798	4.783	5.097
3110-Pessoal	1.620	1.243	1.763	2.929	2.849
3120-Material de Consumo	77	70	95	115	133
3130-Serv. de Terc. e Enc.	810	895	936	1.738	2.115
3190-Div. Desp. de Custeio	0	0	4	1	0
3200-Transfer. Correntes	36	58	90	167	202
3250-Transf. a Pessoas	16	33	65	112	146
3251-Inativos	0	23	54	97	133
3253-Sal. Família	16	10	11	15	13
3280-PASEP	20	25	25	55	56
DESPESAS DE CAPITAL	**534**	**248**	**438**	**1.428**	**2.176**
4100-Investimentos	17	41	160	298	502
4110-Obras e Instalações	0	0	105	194	373
4120-Equip. e Mat. Perman.	17	41	55	69	129
4300-Transf. de Capital	517	207	278	1.130	1.674
4320-Transf. Intergovern.	517	207	278	1.130	1.674
TOTAL DAS DESPESAS	**3.077**	**2.514**	**3.326**	**6.378**	**7.475**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 41 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992/96



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00551

Obras Realizadas em Parcerias

Executando um trabalho de parceria junto aos Municípios, o Deter, durante o exercício de 1996, aplicou recursos na ordem de R$ 2,240 milhões, através de Transferências de Recursos, resultando nas obras relacionadas a seguir:

TABELA 109: DEMONSTRATIVO DAS OBRAS REALIZADAS

Em R$ 1.000

Discriminação	Nº Municípios	Quantidade	Investimentos
Abrigos de Passageiros	77	935	1.007
Terminais Rodoviários de Passageiros	11	11	830
Terminais Rodoviários de Passageiros-ref.	2	3	93
Terminais Hidroviários de Passageiros	1	2	93
Projetos	0	1	99
Outros	0	0	118
Total			**2.240**

Fonte: Relatório estatísitco Deter

Despesa com Pessoal

As despesas com pessoal comprometeram 35,46% das Receitas Correntes, correspondendo a 290 servidores com remuneração média de R$ 781,12, a qual é inferior à média geral das Autarquias em 13,22%. A Unidade conta com 7,15% do total de servidores, e respondeu por 6,21% do gasto total com pessoal das entidades autárquicas.

TABELA 110: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DO DETER COM DESPESA DE PESSOAL - 1992-96

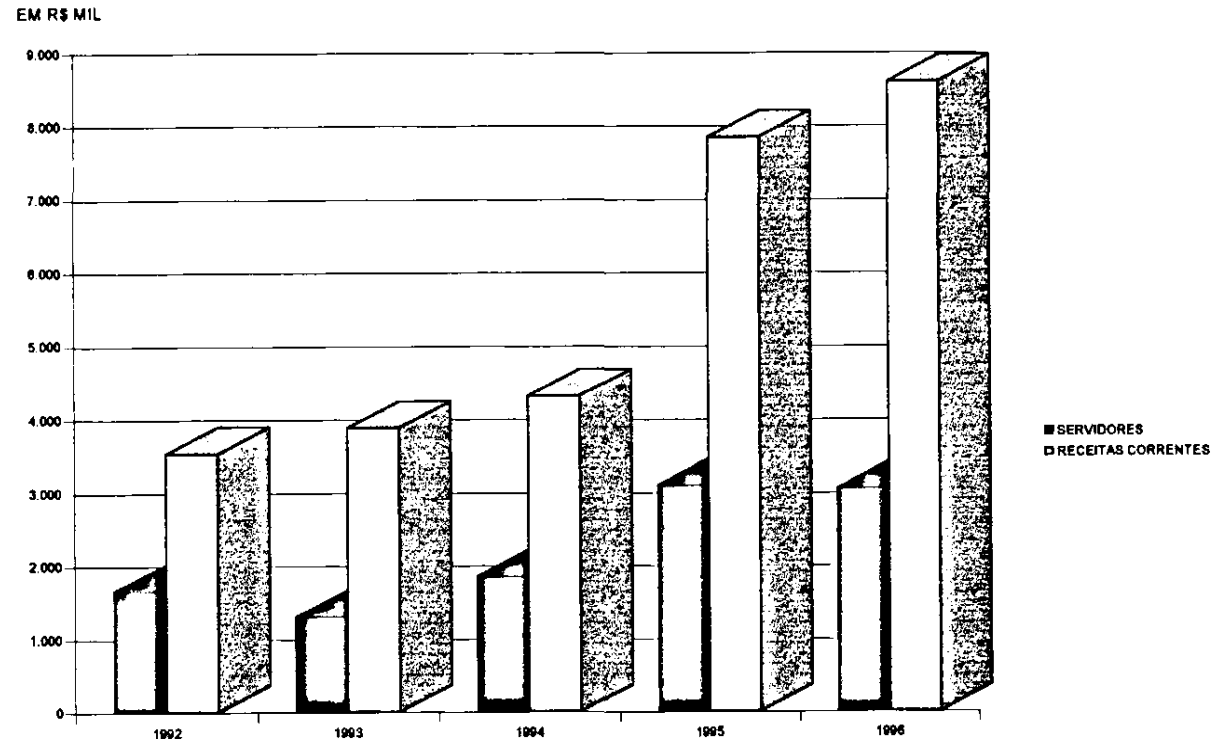
Em R$ 1.000

ITEM	1992		1993		1994		1995		1996	
ORÇ	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	1.620	45,81	1.243	31,99	1.763	40,83	2.929	37,35	2.849	33,14
3251	0	0,00	23	0,59	54	1,25	97	1,24	133	1,55
3253	16	0,45	10	0,26	11	0,25	15	0,19	13	0,15
3280	20	0,57	25	0,64	25	0,58	55	0,70	56	0,65
SOMA	**1.656**	**46,83**	**1.301**	**33,49**	**1.853**	**42,91**	**3.096**	**39,47**	**3.051**	**35,49**

Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA E DEPESA - 1992-1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
00552
FOLHA Nº

GRÁFICO 42 - COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DO DETER COM DESPESA DE PESSOAL - 1992-96



d) ORÇAMENTO

Superávit Orçamentário

O Resultado Orçamentário do exercício ora considerado apresentou superávit de R$ 1,123 milhão, comparando-se a arrecadação de R$ 8,598 milhões com as despesas de R$ 7,475 milhões.

Execução Orçamentária

Do orçamento da despesa, 77,32% do total autorizado foi empenhado. Do exame das despesas, destaca-se que o projeto 1033 - Construção de Centro de Treinamento e Convivência não apresentou movimento, ao qual se acrescentam, frente sua escassa realização, as atividades 2103 - Capacitação de Recursos Humanos da Administração Pública com 18,75% e 2510 - Desenvolvimento de Estudos e Projetos com 44,39% , que nos levam a concluir que o orçamento público ainda está longe de atingir seu nível ótimo como instrumento gerencial.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00553

Fontes de Recursos

Quanto às fontes de recursos, o Deter desenvolveu as atividades de 1996 exclusivamente apoiado nas fontes de arrecadação próprias, as quais são provenientes basicamente das receitas de serviços pertinentes ao transporte rodoviário do Estado, conforme caracterizado no quadro orçamentário abaixo.

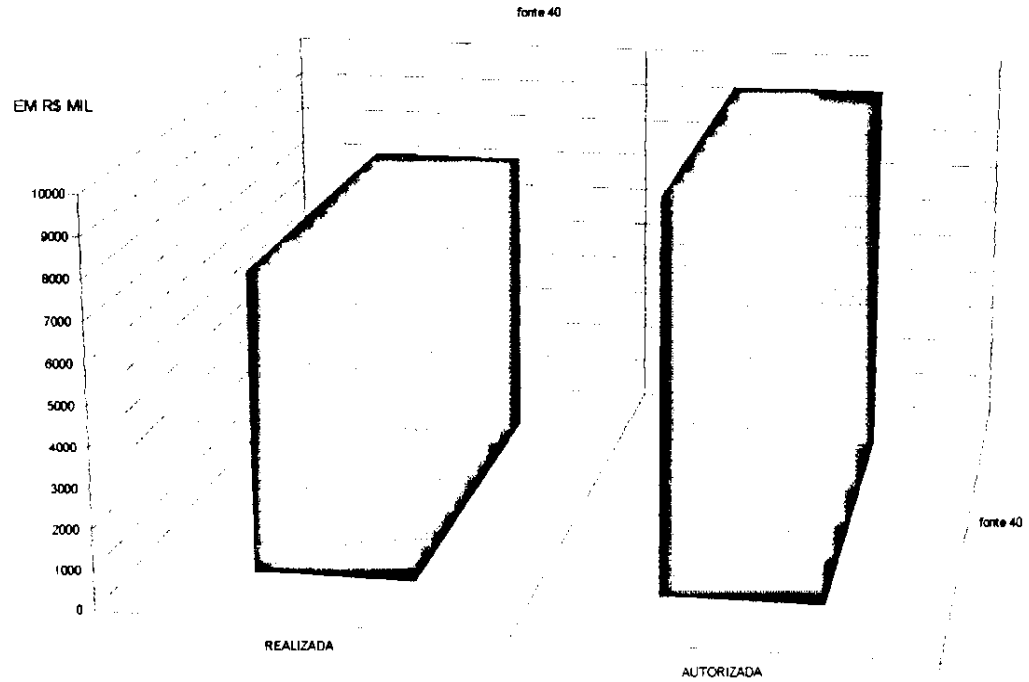
TABELA 111: COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

Em R$ 1.000

PROJETO/ATIVIDADE	Fonte	AUTORIZADA	REALIZADA	% DO ORÇAMENTO
1033 - Construçãode Centro de Treinamento e Convivência	40	2	0	0,00
1534 - Construção, Ampliação e Reforma de Terminais.Rod. de Passageiros	40	1.561	943	60,41
1533 - Implantação de Abrigos de Passageiros	40	1.210	957	79,09
1532 - Construção, Ampliação e Reforma de Terminais Hidroviários	40	141	94	66,67
1535 - Aq., Construção e Manutençaõ de Equip. para Transp.Fluv.e Lacustre	40	83	53	63,86
2103 - Capacitação de R.H. da Adm. Pública	40	16	3	18,75
2157 - Pagamento de Encargos c/Inativos e Pens.	40	138	134	97,10
2509 - Coord.e Manutenção Serv. Administrativos	40	5.298	4.230	79,84
2510 - Desenvolvimento de Estudos e Projetos	40	223	99	44,39
2512 - Adm.e Manutenção do Term.Rita Maria	40	995	962	96,68
TOTAL		9.667	7.475	77,32

Fonte: COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - 1996
LEGENDA
FR : Fonte de recursos
(FR) 40-Recursos de Outras Fontes - Recursos Diretamente Arrecadados

GRÁFICO 43 - COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00554

551

F) CONTRATOS DE PERMISSÃO DO ESPAÇO DO TERMINAL RODOVIÁRIO RITA MARIA

O Deter, através de sua antiga forma e denominação (EMCATER), celebrou, a partir de 1981, contratos de permissão de uso de áreas do Terminal Rodoviário Rita Maria de Florianópolis, para instalação de salas comerciais, lanchonetes e bancas de revistas.

Por ocasião de auditoria "in loco" realizada em agosto de 1996, verificou-se que os contratos de permissão de uso celebrados estavam com os prazos expirados desde agosto de 1995. Deve-se ressalvar que foi ajustado a destempo, em 17.04.96, Termo Aditivo para prorrogação do prazo relativa a permissão de uso para a Associação da Indústria do Vestuário de Florianópolis - ASSINVEST.

Este assunto foi tratado no processo administrativo nº DN-26469/00, cuja decisão foi prolatada na sessão de 29/04/92, e recentemente, através do processo nº AOR-02005902/66, com julgamento em 09 de abril de 1997, decidindo o Tribunal Pleno pela irregularidade do Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso firmado entre o Deter e ASSINVEST em 17/04/96, e ainda, julgar irregulares as permissões referentes às demais permissionárias, face à ausência de licitação, por caracterizar descumprimento do art. 37, XXI da Constituição Federal e Art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Na mesma oportunidade o Tribunal de Contas fez constar determinação ao Deter de imediata deflagração de processo licitatório para ocupação dos espaços do Terminal Rita Maria.

UNIDADE DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00555

6.5 - IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

a) Qualificação e Objetivos

A Imprensa Oficial do Estado - IOESC, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Administração, tem como objetivo executar a impressão gráfica:

I - dos Diários Oficiais dos Poderes constituídos do Estado;

II - dos papéis padronizados e documentos oficiais do Estado;

III - atuar, supletivamente, no campo das artes gráficas nas modalidades de impressão, lay-out, encadernação, edição de livros e material didático.

Seu funcionamento e criação estão dispostos na legislação abaixo citada:

Lei nº 7.648, de 28 de junho de 1990

Lei nº 9.831/95, de 17 de fevereiro de 1995

Decreto nº 29.285, de 16 de junho de 1986

Decreto nº 29.294, de 16 de junho de 1986

Decreto nº 30.524, de 07 de outubro de 1986

b) RECEITA

Receita Orçamentária

A Receita da IOESC totalizou R$ 7,154 milhões no exercício de 1996, verificando-se uma redução de 18,43% em relação à arrecadação de 1995. No entanto, retro-agindo no tempo, observa-se que essa receita apresenta incremento de 111,16% em relação a 1994, 139,66% a 1993 e 61,45% em relação a 1992.

Receitas Correntes

As Receitas Correntes compreenderam 100% da Receita Total, repartidas entre as seguintes rubricas de receita: Patrimonial - 6,33%, Industrial - 40,73%, Serviços - 50,83% e Outras Receitas Correntes - 2,11%.

Receita Industrial

A Receita Industrial aumentou 9,88% em relação ao exercício de 1995 e a Receita de Serviços reduziu em 32,82%, sendo resultante dos serviços de publicações e da indústria de transformação gráfica, respectivamente.

553

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00556

Outras Receitas Correntes

Na fonte Outras Receitas Correntes foram apropriadas as Multas e Juros de Mora em valor equivalente a 1,99% do montante, baixas de passivos financeiros correspondentes a 18,54% e Outras Receitas Diversas com participação de 79,47%.

Cobrança de Dívidas de Terceiros

Deve-se destacar que a partir do exercício de 1994 a Unidade tem recebido orientação para que proceda a cobrança de dívidas de terceiros com atualização monetária. Nas auditorias realizadas nas contas do exercício de 1996, constatou-se que a IOESC continua cobrando suas dívidas pelo valor histórico. Além disso a contabilidade demonstra o saldo de R$ 6.404.285,58 na conta Créditos, que se constitui de lançamentos de devedores por encomendas e outros créditos, que abrange tanto o setor público estadual, as esferas federal e municipal, como pessoas físicas e entidades privadas.

Disto resulta que o saldo da conta Créditos corresponde a 89,52% do total da receita e 101,07% da despesa do exercício, sendo impostergável a adoção de procedimentos administrativos e/ou legais para sua cobrança.

Transferências de Recursos ao Tesouro do Estado

A par dos valores lançados no Sistema Patrimonial, a IOESC é credora do Tesouro do Estado, de acordo com lançamentos efetuados nos exercícios de 1992 e 1993 no Ativo Financeiro - Realizável, valor histórico de R$ 1.454,54, ao qual devem ser somados R$ 2.700.000,00 transferidos no exercício em exame aos cofres do Estado, totalizando R$ 2.701.454,54, ou seja 37,76% da sua Receita Total. Estas transferências, além de não estarem amparadas em lei específica, escapam aos objetivos legalmente traçados para a IOESC.

TABELA 112: DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992-96

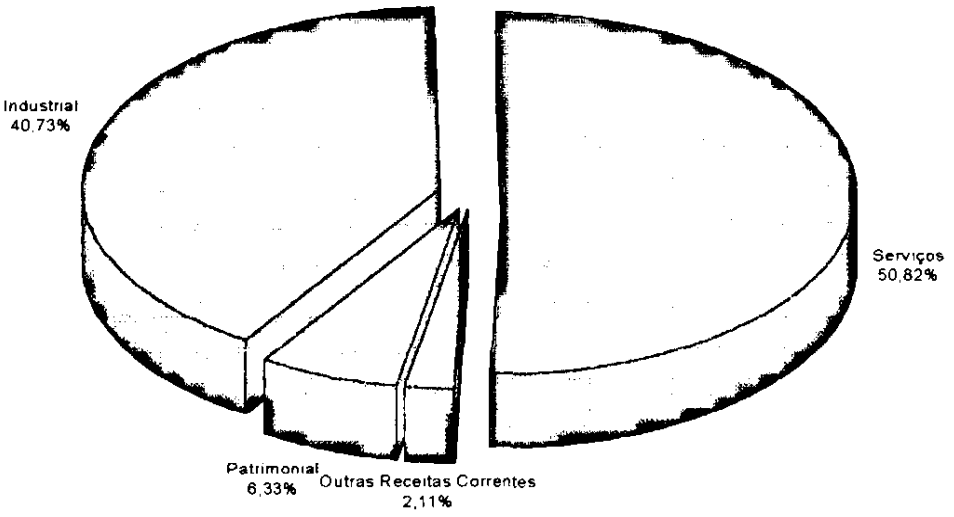
Em R$ 1.000

RECEITAS	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	**4.431**	**2.985**	**3.388**	**8.770**	**7.154**
Patrimonial	0	0	0	0	453
Industrial	1.132	735	1.100	2.652	2.914
Serviços	1.256	936	1.748	5.412	3.636
Outras Receitas Correntes	2.043	1.314	540	706	151
TOTAL	**4.431**	**2.985**	**3.388**	**8.770**	**7.154**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 44 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00557



c) DESPESA

Em 1996 a Despesa Orçamentária da IOESC alcançou a cifra de R$ 6,336 milhões, dos quais 84,12% compreendem Despesas Correntes e 15,88% Despesas de Capital.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital, representadas por Investimentos, cresceram 260,57%, de 1992 para 1996, demonstrando que a autarquia vem investindo na modernização do seu parque gráfico, principalmente, com a aquisição de máquinas para impressão.

TABELA 113: DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992/96

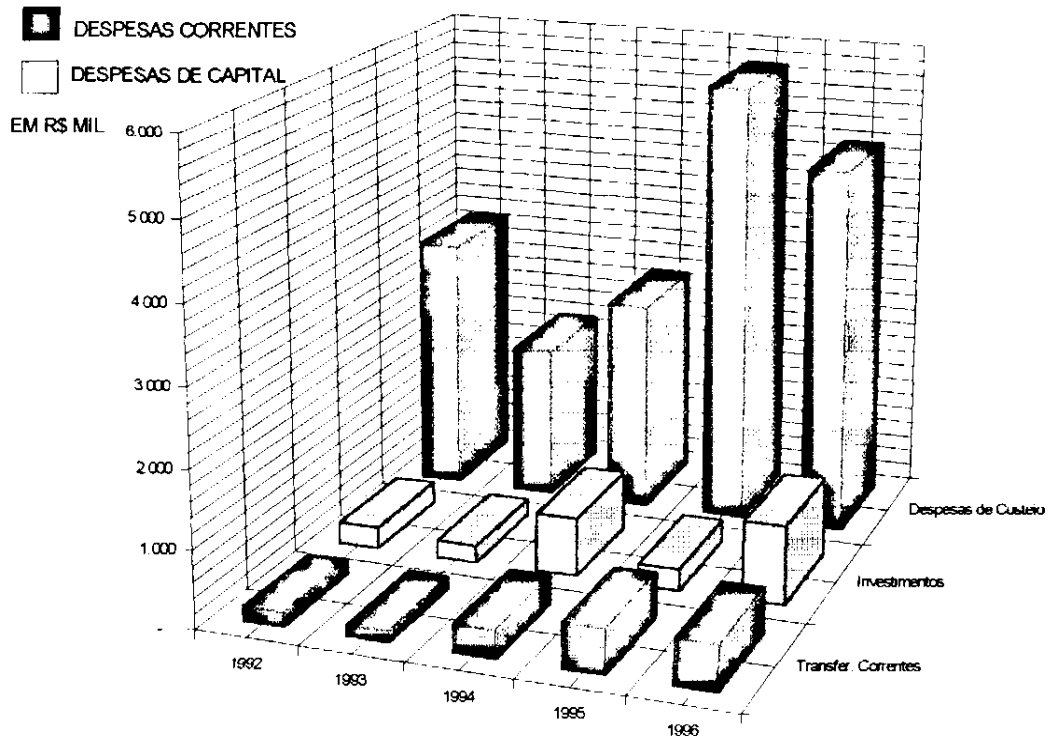
Em R$ 1.000

DESPESAS	1992	1993	1994	1995	1996
DEPESAS CORRENTES	**3.478**	**2.122**	**3.091**	**6.300**	**5.330**
3100-Despesas de Custeio	3.296	1.972	2.734	5.726	4.755
3110-Pessoal	1.517	848	1.226	2.015	2.014
3120-Material de Consumo	908	484	978	2.484	1.010
3130-Serv. de Terc. e Enc.	871	640	530	1.227	1.731
3200-Transfer. Correntes	182	150	357	574	575
3230-Transfer. a Inst. Priv.	149	19	5	7	0
3250-Transf. a Pessoas	33	131	352	567	534
3251-Inativos	0	113	327	500	525
3253-Sal. Família	13	6	8	11	8
3259-Outras Transf. a Pessoas	20	12	17	56	1
3280-PASEP	0	0	0	0	41
DESPESAS DE CAPITAL	**279**	**221**	**757**	**281**	**1.006**
4100-Investimentos	279	221	757	281	1.006
4110-Obras e Instalações	228	23	14	72	161
4120-Equip. e Mat. Perman.	51	198	743	209	845
TOTAL DAS DESPESAS Fonte : Ba	**3.757**	**2.343**	**3.848**	**6.581**	**6.336**

Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00558

GRÁFICO 45 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA



Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal comprometeram 36,18% das Receitas Correntes da IOESC, sendo destinadas à remuneração de 216 servidores, com média salarial de R$ 1.044,91 (dez/96), a qual se mostra superior à media geral das Autarquias, em 16,09%. O quadro de pessoal da Unidade é composto por 5,33% do total de servidores e respondeu por 6,18% do gasto total com pessoal das entidades autárquicas.

TABELA 114: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DA IOESC DESPESA DE PESSOAL - 1992-96

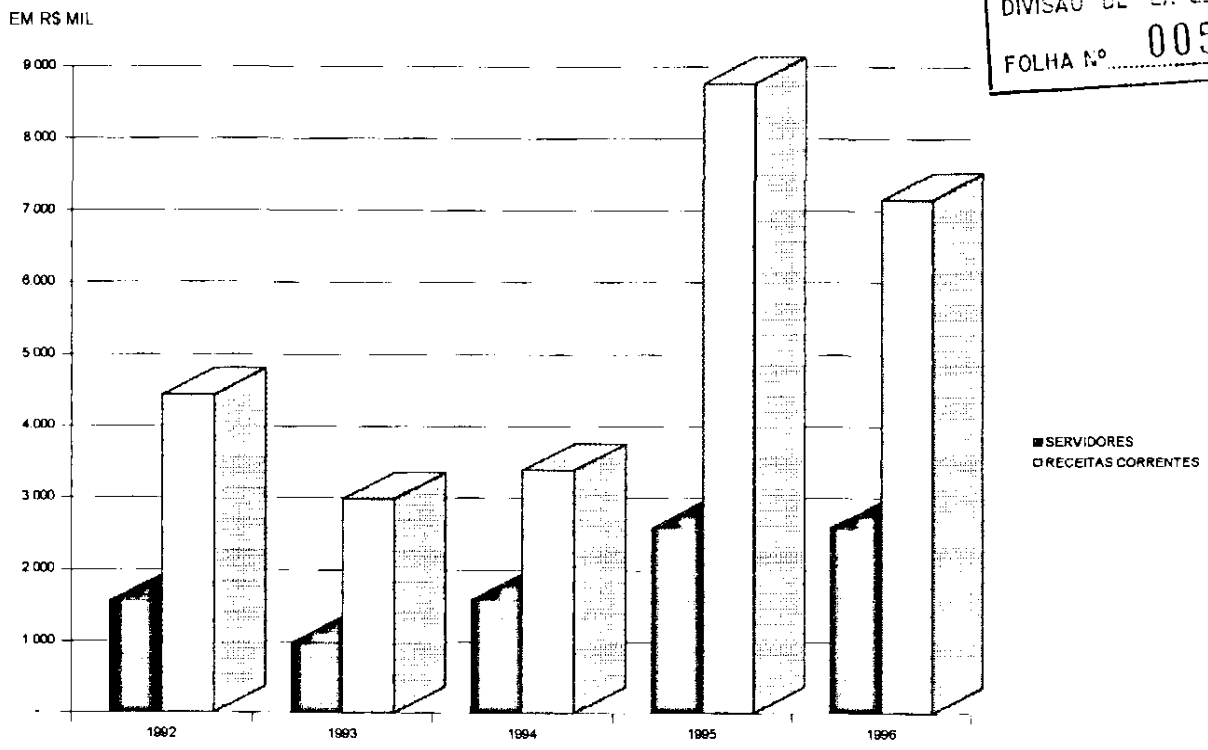
Em R$ 1.000

ITEM ORÇ.	1992		1993		1994		1995		1996	
	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	1.517	34,24	848	28,41	1.226	36,19	2.015	22,98	2.014	28,15
3251	0	0,00	113	3,79	327	9,65	500	5,70	525	7,34
3253	13	0,29	6	0,20	8	0,24	11	0,13	8	0,11
3280	20	0,45	12	0,40	17	0,50	56	0,64	41	0,57
SOMA	**1.550**	**34,98**	**979**	**32,80**	**1.578**	**46,58**	**2.582**	**29,44**	**2.588**	**36,18**

Fonte : COMPARATIVO DA RECEITA E DESPESA 1992 - 1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 46 - COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES COM DESPESA DE PESSOAL

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00552



d) ORÇAMENTO

O Orçamento para o exercício de 1996, da IOESC, estimou a receita e fixou a despesa em R$ 9,385 milhões.

Despesa Realizada - Superávit

A despesa realizada, no montante de R$ 6,336 milhões (3,74% menor do que 1995), correspondeu a 63,90% da autorizada. Tendo a receita arrecadada totalizado R$ 7,154 milhões (18,43% menor do que 1995), fica demonstrado um superávit de R$ 818 mil na execução orçamentária.

Execução do Orçamento

Considerando que a execução orçamentária ficou limitada a 63,90%, depreende-se como superestimada a previsão orçamentária inicial, o que demanda maior atenção do administrador, quando da elaboração do orçamento, para que os dados nele expressos reflitam, o mais próximo possível, a realidade.

557

JUNTADA DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00560

Fontes de Recursos

Quanto às fontes de recursos, a IOESC mantém-se exclusivamente com recursos próprios, provenientes basicamente das receitas industrial e de serviços, conforme demonstrado no quadro orçamentário abaixo:

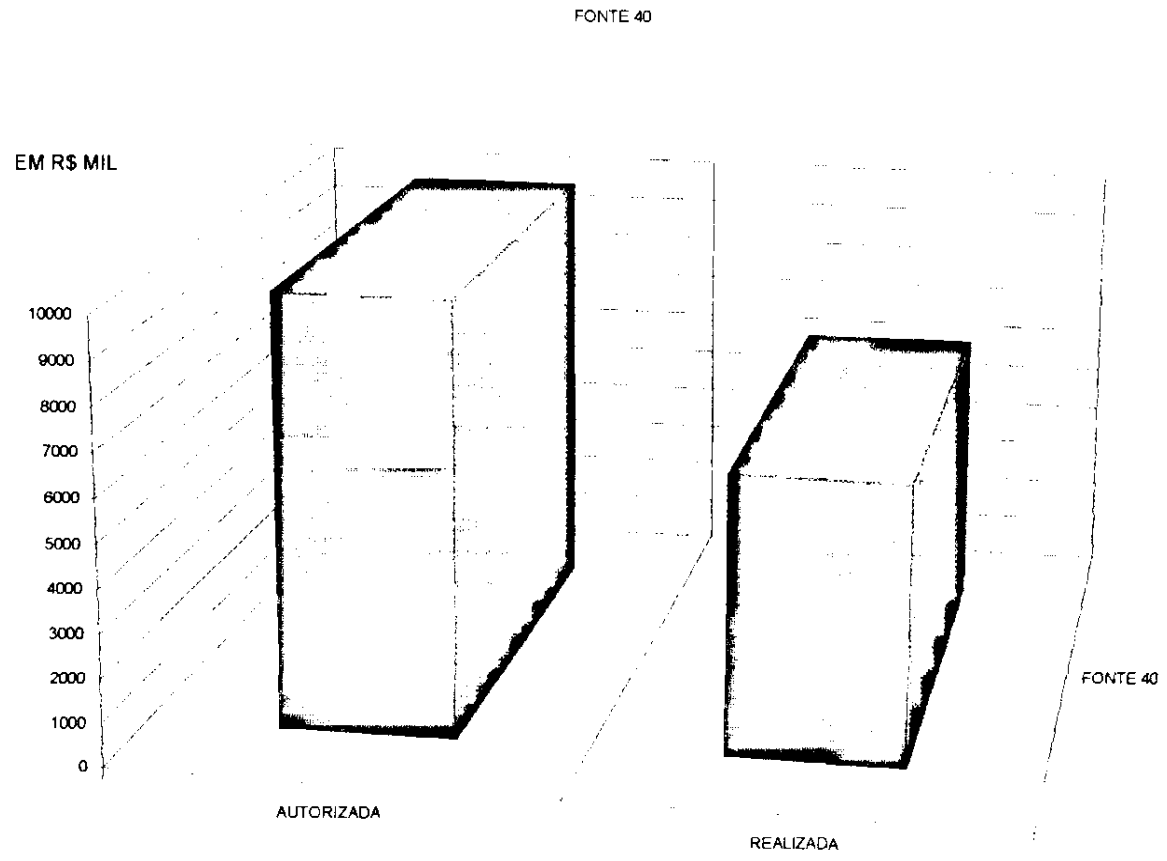
TABELA 115: COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

Em R$ 1.000

PROJETO/ATIVIDADE	FR	AUTORIZADA	REALIZADA	% ORÇAMENTO
2514- Coordenação e Manutenção dos Serviços Administ.	40	4.971	3.771	75,86
2603- Publicação e Divulgação de Serviços e Atos Oficiais do Estado	40	4.336	2.039	47,02
2171- Pagto com Encargos c/ Inativos	40	608	526	86,51
TOTAL	**40**	**9.916**	**6.336**	**63,90**

Fonte: COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA E REALIZADA - 1996
LEGENDA
FR : Fonte de recursos
(FR) 40-Recursos de Outras Fontes - Recursos Diretamente Arrecadados

GRÁFICO 47 - COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA



DIVISÃO DE CONTROLE
FOLHA nº 00561

6.6 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SC

a) QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Administração, responsável pela execução da política de assistência e previdência social dos servidores públicos estaduais, é regido pela seguinte legislação:

Lei nº 3.138, de 11 de dezembro de 1962 e alterações posteriores
Lei nº 2.549, de 30 de junho de 1976
Decreto nº 2.512, de 02 de julho de 1977
Decreto nº 3.696, de 07 de novembro de 1977
Decreto nº 4.599, de 13 de março de 1978
Decreto nº 19.296, de 15 de abril de 1983
Decreto nº 19.717, de 25 de julho de 1983
Lei nº 9.831/95, 17 de fevereiro de 1995

b) RECEITA

Receita Orçamentária

No exercício sob exame, a Receita Orçamentária do IPESC montou em R$ 131,457 milhões, sendo 93,65% relativos a Receitas Correntes e 6,35% a Receitas de Capital. Confrontada com a Receita de 1995 apresentou queda de 4,49%; comparada com os exercícios de 1994, 1993 e 1992, apresentou incrementos de 106,45%, 209,89% e 234,53%, respectivamente.

Receitas Correntes

As Receitas Correntes compuseram-se de Receitas de Contribuições (Quota de Previdência Estadual e Municipal, Contribuições das Autarquias Estaduais e Municipais; dos Auxiliares e Serventuários da Justiça e dos Associados Facultativos e Voluntários) no valor de R$ 118,767 milhões; Receitas Patrimoniais (Juros de Títulos de Renda, Dividendos e Caderneta de Poupança) - R$ 250 mil; Receitas de Serviços (Comerciais - Comercialização de Medicamentos e Financeiros - Juros de Empréstimos Habitacionais e Simples, Seguro Habitacional e operações de seguro) - R$ 1,688 milhão; e Outras Receitas Correntes (multas e juros de mora, correção monetária e Indenizações - S.F. pensionistas, pensão de acidentados e assistência médica hospitalar) - 2,405 milhões.

Receitas de Capital

As Receitas de Capital, que totalizaram R$ 8,347 milhões, decorreram da Amortização dos Empréstimos Habitacional, Simples, Médico-Hospitalar, Saúde, Odontológico e Patronal.

As auditorias ordinárias realizadas permitiram constatar que o Instituto recebeu diversos créditos, com atraso, sem os acréscimos previstos nos artigos 48 do Decreto nº 2512/77 e 72, "b" do Decreto nº 4599/78.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00562

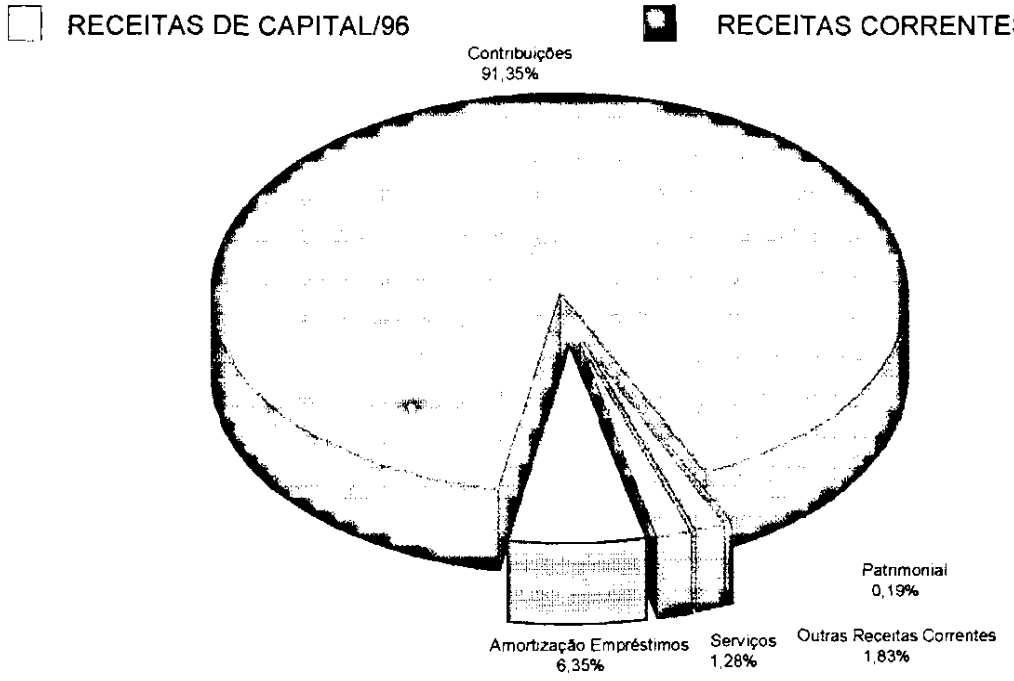
TABELA 116: DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992-96

Em R$ 1.000

RECEITAS	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	**37.497**	**40.563**	**60.387**	**128.996**	**123.110**
Contribuições	28.182	27.694	53.296	123.272	118.767
Patrimonial	2.724	8.051	4.819	953	250
Serviços	3.396	2.407	1.476	1.916	1.688
Outras Receitas Correntes	3.195	2.411	796	2.855	2.405
RECEITAS DE CAPITAL	**1.799**	**1.857**	**3.289**	**8.643**	**8.347**
Amortização Empréstimos	1.799	1.857	3.289	8.643	8.347
TOTAL DAS RECEITAS	**39.296**	**42.420**	**63.676**	**137.639**	**131.457**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 48 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA



b.1) Créditos Pendentes

b.1.1) Dívida do Estado

A dívida do Governo do Estado com o IPESC, relativa à quota de previdência, cresceu 18,01% no período de 31.12.95 a 31.12.96, passando de R$ 391.455.024,56 para R$ 461.967.343,59, conforme cálculo do Instituto. Para se aquilatar a importância dessa dívida basta apontar que este valor representa 3,2 vezes a despesa total da Autarquia em 1996.Em 1994, segundo disposições da Lei Complementar Estadual nº 129/94, ficou definido o prazo máximo de doze anos para o Governo quitar o débito, mediante:

- transferências financeiras à conta de dotações previstas nos orçamento anuais e

- transferência de bens móveis ou imóveis de propriedade do Estado para oo Inituto.

DIVISÃO DE EXPED.
FOLHA Nº 00563

560

Detendo-nos no exame das transferências financeiras, vale reiterar que a Lei Complementar estabeleceu um prazo máximo de doze anos para a dívida ser quitada, através de duas modalidades de transferências, sem que, até o final do exercício de 1996, tenha sido efetuado qualquer repasse a esse título.

Para cumprimento do segundo dispositivo, na mesma oportunidade em que a Lei foi concebida e submetida ao Legislativo, foram incluídos sete imóveis para atender os propósitos governamentais, ainda não totalmente realizados. Passados três anos, nenhuma outra medida, para dar continuidade à execução dessa norma, foi adotada pelo Governo do Estado.

Há evidente descumprimento da Lei por parte do Governo do Estado.

Destaque-se que o montante da dívida não está lançado nos balancetes *mensais do IPESC, contrariando, a Autarquia, o que determinam os artigos 83, 88 e 93 da Lei* nº 4320/64 e desatendendo às normas fixadas por este Tribunal no tocante aos procedimentos que os órgãos fiscalizados estão sujeitos para viabilizar o controle externo, como, no caso, os artigos 85 e 88, 3º, da Resolução TC-16/94, de 21/12/94.**Repasse das Consignações em Folha de Pagamento**

No que concerne ao não repasse, pelo Executivo aos cofres do IPESC, do valor das consignações retidas na folha de pagamento dos servidores da Administração Direta, o que já fora apontado no relatório relativo ao exercício de 1995, verificou-se, a partir de maio de 1996, uma positiva tendência, com diminuição de 38,92% do saldo devedor, que passou de R$ 12.118.372,08 para R$ 7.402.000,56, montante este a ser recolhido aos cofres do Instituto até o dia 10 de janeiro de 1997.

TABELA 117: CONSIGNAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA: RETENÇÃO X REPASSE AO IPESC - 1996

EM R$ 1,00

Mês	Valor Retido	Valor Repassado	Saldos
Saldo de 1995			12.836.018,76
janeiro	7.469.880,15	6.936.822,92	13.369.075,99
fevereiro	6.262.680,10	6.946.596,02	12.685.160,07
março	6.366.881,79	7.761.965,75	11.290.076,11
abril	12.724.665,64	13.048.712,90	10.966.028,85
maio	8.142.630,83	6.990.287,60	12.118.372,08
junho	7.259.313,07	8.517.609,55	10.860.075,60
julho	7.485.127,09	8.198.628,61	10.146.574,08
agosto	7.382.293,44	7.083.782,77	10.445.084,75
setembro	7.157.961,55	7.805.337,16	9.797.709,14
outubro	7.458.597,11	7.913.775,27	9.342.530,98
novembro	7.406.580,83	8.007.844,97	8.741.266,84
dezembro	7.377.790,45	8.717.056,73	7.402.000,56
Total	**92.494.402,05**	**97.928.420,25**	**7.402.000,56**

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00564

b.1.2) Prefeituras e Câmaras Municipais

Há 79 Prefeituras e 15 Câmaras Municipais que se encontram em débito com o IPESC, totalizando a dívida desses municípios, em 31.12.96, R$ 5.556.268,06, sendo R$ 5.513.263,89 de responsabilidade das Prefeituras e R$ 43.004,17 das Câmaras.

Faz-se mister apontar que o IPESC não vem inscrevendo em dívida ativa os débitos apurados junto a seus associados, inclusive os de Prefeituras e Câmaras, desrespeitando o que dispõe o artigo 77 do Decreto nº 4.599/78.

c) DESPESA

Em 1996, o IPESC realizou R$ 144,601 milhões de Despesa Orçamentária, o que representa 2,38% a mais do que em 1995, sendo 90,66% de Despesas Correntes e 9,34% de Despesas de Capital.

Despesas Correntes

Nas Despesas Correntes, verificou-se que a subcategoria econômica Transferências Correntes representou 93,33% dos dispêndios e as Despesas de Custeio 6,67%. Dá-se realce, tendo em vista a significativa modificação para mais na participação nos dispêndios, à conta Pensionistas, que em 1994 representou R$ 26,578 milhões, passando para R$ 88,328 milhões em 1995 e alcançando R$ 88,848 milhões em 1996, com incremento aproximado de 230% sobre 1994, grande parte decorrente de decisões do Supremo Tribunal Federal relativas a Mandados de Segurança impetrados por pensionistas e pela incorporação ao IPESC dos encargos do extinto IPALESC, por força do disposto na Lei Complementar nº 129/94. É perceptível que a situação está consolidada nesse patamar, não havendo previsão de que ocorra, ao menos perante o atual ordenamento jurídico, nova alteração com repercussão dessa grandeza.

Assistência Médica

Na função de promover a assistência médica a seus associados, o IPESC desembolsou R$ 395.075,85, para custear o encaminhamento de beneficiários para tratamento fora do Estado, por força de convênios de reciprocidade, e R$ 40.324.941,12 com assistência médico-hospitalar no Estado.

Despesas de Capital

Nas Despesas de Capital, as Inversões Financeiras participaram com 99,08%, sendo destinadas à Aquisição de Bens para Revenda (R$ 1,314 milhão) e Concessão de Empréstimos (R$ 12,068 milhões); a aplicação em Investimentos resumiu-se a 0,92% do total realizado.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00565

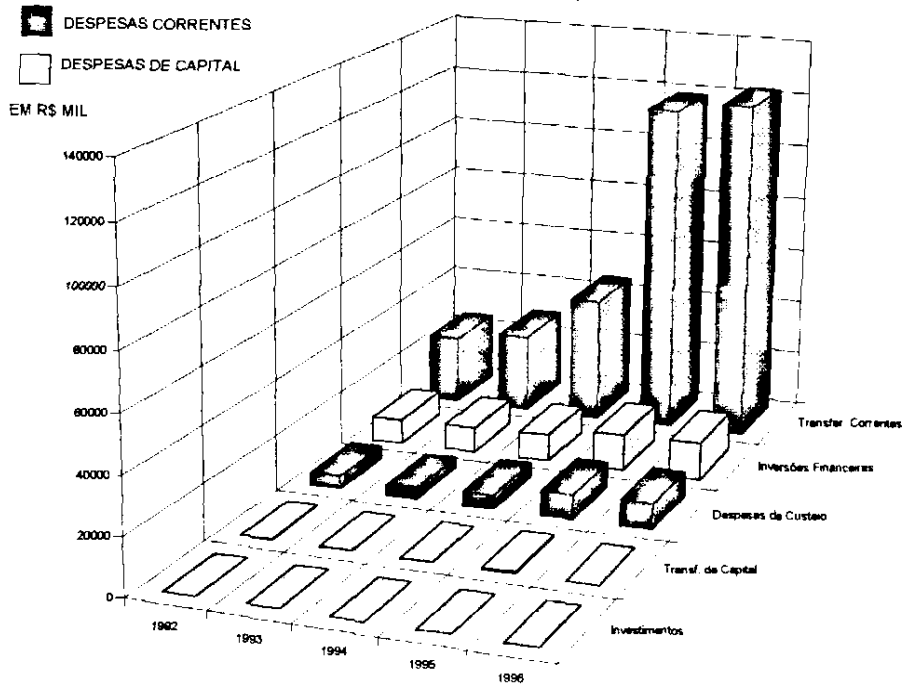
TABELA 118: DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992-96

Em R$ 1.000

DESPESAS	1992	1993	1994	1995	1996
DEPESAS CORRENTES	**28.900**	**31.752**	**49.692**	**127.409**	**131.095**
3100-Despesas de Custeio	4.482	3.664	4.973	8.748	8.744
3110-Pessoal	2.330	1.866	2.959	4.901	5.036
3120-Material de Consumo	70	101	171	199	112
3130-Serv. de Terc. e Enc.	2.079	1.694	1.841	3.306	3.478
3190-Div. Desp. de Custeio	3	3	2	342	118
3200-Transfer. Correntes	24.418	28.088	44.719	118.661	122.351
3250-Transf. a Pessoas	24.198	27.792	44.043	117.039	121.051
3251-Inativos	370	366	611	1.141	1.742
3252-Pensionistas	12.417	27.331	26.578	88.328	88.848
3253-Sal. Família	207	95	115	168	151
3256-Benefícios da P. S.	11.009	0	16.488	26.660	29.463
3259-Outras Transf. a Pes.	195	0	251	742	847
3270-Encargos da Dívida Int.	72	0	350	740	0
3280-PASEP	147	296	326	882	1.236
3290-Div. Transf. Correntes	1	0	0	0	64
DESPESAS DE CAPITAL	***8.890***	**9.201**	**9.648**	**13.831**	**13.506**
4100-Investimentos	28	86	37	20	124
4110-Obras e Instalações	12	1	0	0	5
4120-Equip. e Mat. Perman.	16	85	37	20	119
4200-Inversões Financeiras	8.723	9.049	9.527	13.118	13.382
4300-Transf. de Capital	139	66	84	693	0
4350-Amort. da Div. Cont.	139	66	84	693	0
TOTAL DAS DESPESAS	**37.790**	**40.953**	**59.340**	**141.240**	**144.601**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 49 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00566

Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal absorveram 6,63% das Receitas Correntes, sendo utilizadas para o pagamento de 429 servidores, cuja remuneração média foi de R$ 1.373,59, valor este que se situa 52,60% acima da média geral das Autarquias. O Instituto concentra 10,58 % dos servidores das entidades autárquicas e responde por 16,14% da despesa total com pessoal.

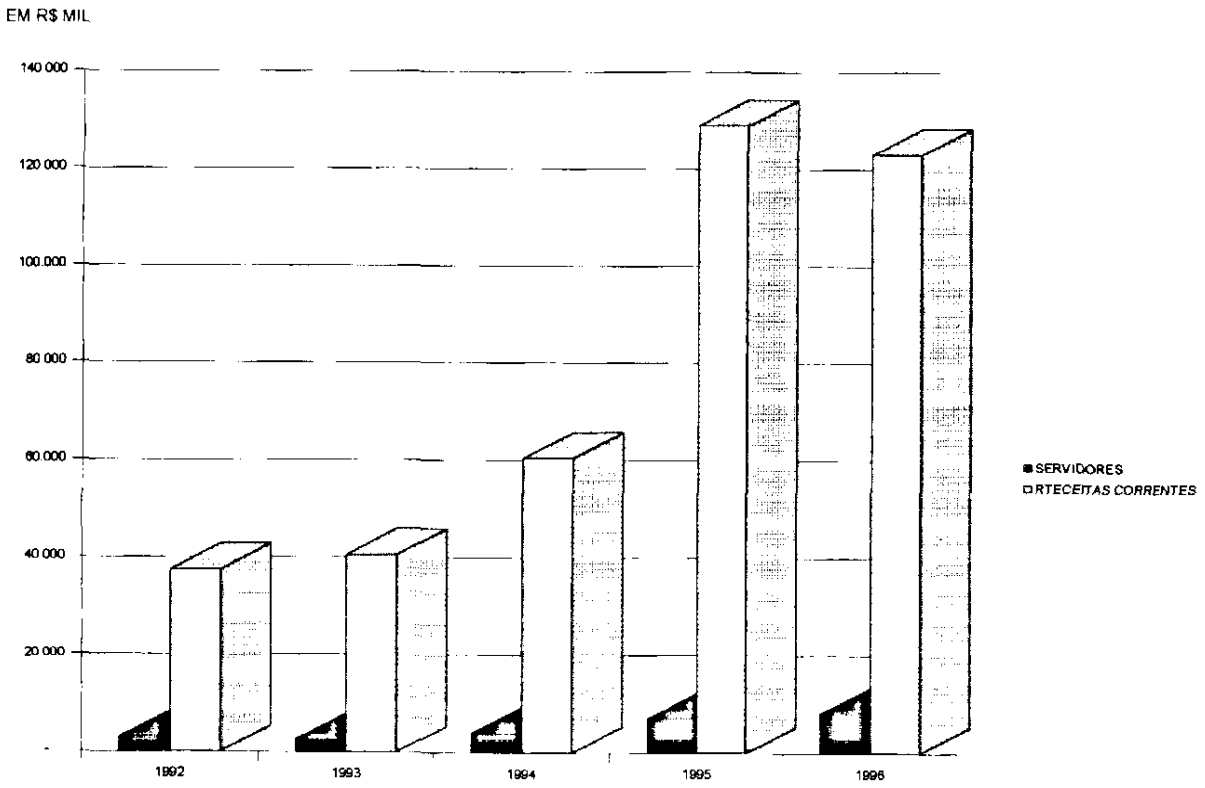
TABELA 119: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DO IPESC COM DESPESA DE PESSOAL- 1992-96

Em R$ 1.000

ITEM	1992		1993		1994		1995		1996	
ORÇ	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	2.330	6,21	1.866	4,60	2.959	4,90	4.901	3,80	5.036	4,09
3251	370	0,99	366	0,90	611	1,01	1.141	0,88	1.742	1,41
3253	207	0,55	95	0,23	115	0,19	168	0,13	151	0,12
3280	147	0,39	296	0,73	326	0,54	882	0,68	1.236	1,00
SOMA	***3.054***	***8,14***	***2.623***	***6,47***	***4.011***	***6,64***	***7.092***	***5,50***	***8.165***	***6,63***

Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA E DEPESA - 1992-1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 50 - COMPROMETIMENTO DAS DESPESAS CORRENTES COM DESPESA DE PESSOAL



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00567

d) ORÇAMENTO

Para o exercício de 1996, o Orçamento do IPESC estimou a receita e fixou a despesa em R$ 161,270 milhões, constatando-se que a receita arrecadada atingiu R$ 131,457 milhões, que correspondem a 81,51% da previsão inicial, e a despesa realizada somou R$ 144,601 milhões, isto é, 89,66% da estimada.

A despesa autorizada totalizou R$ 169,863 milhões, dos quais foram realizados 85,13%, equivalentes a 110% da receita arrecadada, configurando-se um déficit de R$ 13,144 milhões na execução orçamentária.

Da Receita de Contribuições, cuja estimativa total era de R$ 145,645 milhões, foram arrecadados 81,55%, compostos de 80,37% de contribuição de associados estaduais, 5,25% de quota de previdência estadual e 14,38% de outras contribuições (quota de previdência municipal, associados municipais, facultativos e voluntários, auxiliares da justiça e pensionistas).

A atividade 2330 - Assistência Patronal ao Servidor do IPESC não apresentou movimento e a atividade 2687 - Desenvolvimento Social utilizou apenas 9,43% da dotação autorizada. Entretanto, pode-se considerar o orçamento do IPESC como dos mais criteriosamente elaborados dentre as entidades autárquicas.

Quanto às fontes de recursos, o IPESC, para atingir seus objetivos, conta exclusivamente com recursos diretamente arrecadados, conforme demonstrado no quadro orçamentário a seguir:

TABELA 120: COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

Em R$ 1.000

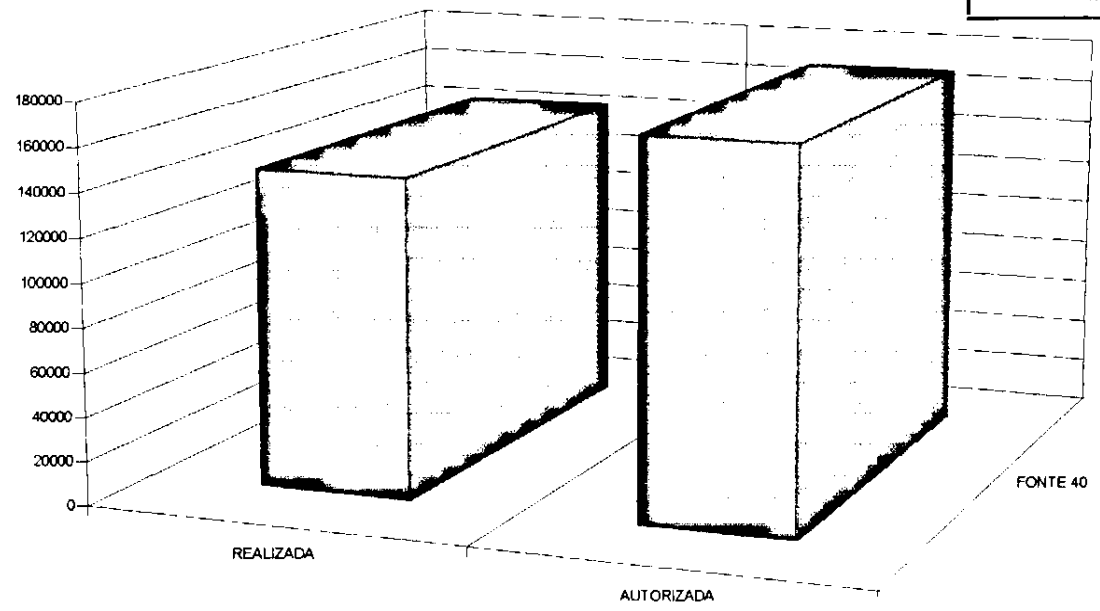
PROJETO/ATIVIDADE	FR	AUTORIZADA	REALIZADA	% DO ORÇAMENTO
2174- Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	40	21.732	12.056	55,48
2330- Assistência Patronal ao Servidor do IPESC	40	2.513	0	0,00
2687- Desenvolvimento Social	40	53	5	9,43
2267- Assist. Previdênciária ao Servidor Público	40	145.565	132.540	91,05
TOTAL		**169.863**	**144.601**	**85,13**

Fonte: COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - 1996

LEGENDA
FR : Fonte de recursos
(FR) 40-Recursos de Outras Fontes - Recursos Diretamente Arrecadados

GRÁFICO 51 - COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00569



6.7 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SC

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00569

a) Qualificação e Objetivos

A Junta Comercial do Estado de SC - JUCESC, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, tem como legislação básica organizacional as Leis 7.165, de 23/12/87 e 9.831/95, de 17 de fevereiro de 1995 e os Decretos nºs 3.048, de 27/07/77, 1.516, de 25/04/88 e 3.049, de 15/06/89.

Os objetivos da Autarquia estão resumidos conforme segue:

I - executar o registro de comércio;
II - promover o assentamento dos usos e práticas mercantis;
III - fixar o número, processar a habilitação e a nomeação, fiscalizar, punir e exonerar os tradutores públicos e intérpretes comerciais, leiloeiros, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais;
IV - organizar e revisar as tabelas de emolumentos, comissões ou honorários dos profissionais de que trata o inciso anterior;
V - fiscalizar os trapiches, armazéns de depósitos e empresas de armazéns gerais;
VI - responder a consultas formuladas sobre o registro de comércio e atividades afins;
VII - desenvolver outras atividades que lhe forem deferidas em lei ou regulamento, relacionadas com o registro de comércio.

b) RECEITA

A receita da JUCESC, orçada para o exercício ora analisado em R$ 2,970 milhões, apresentou queda de arrecadação de 12,49%, arrecadando efetivamente R$ 2,599 milhões. Constitui-se integralmente de Receitas Correntes, sendo a arrecadação proveniente dos serviços do registro de comércio, com participação de 94,15%, das Receitas Patrimoniais, compondo 5,58%, referentes aos rendimentos de aplicações financeiras, e de Outras Receitas Correntes, com 0,27%.

Receitas de Serviços

Ao longo do periodo analisado - quinqüênio de 1992 - 96 -, observa-se que as Receitas de Serviços passaram de R$ 422 mil, em 1992, para R$ 2,447 milhões, em 1996, com incremento de 479,86%.

TABELA 121: DEMONSTRATIVO DA RECEITA - 1992/96

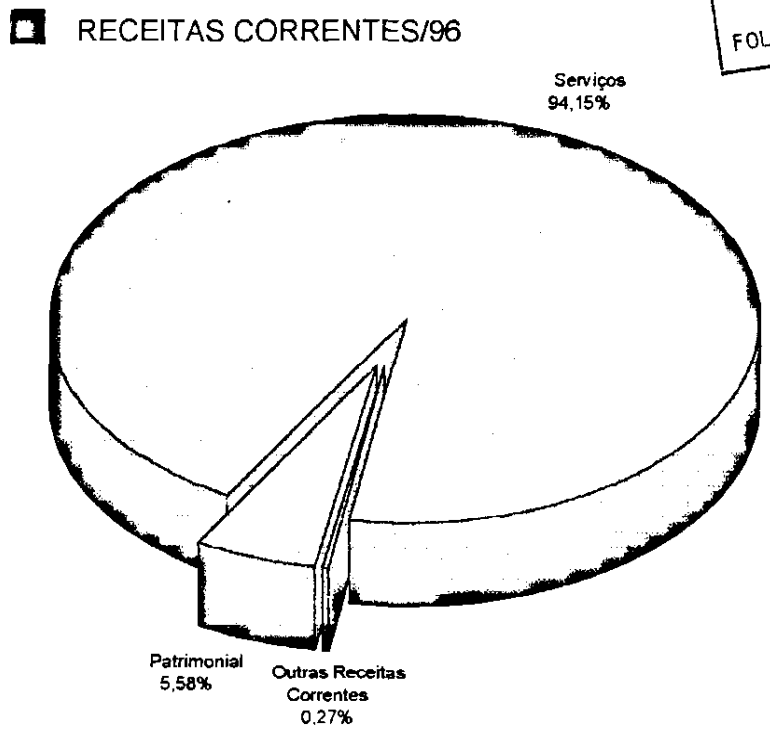
Em R$ 1.000

RECEITAS	1992	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	**768**	**465**	**705**	**2.473**	**2.599**
Patrimonial	57	226	58	176	145
Serviços	422	239	646	2.291	2.447
Outras Receitas Correntes	289	0	1	6	7
TOTAL DAS RECEITAS	**768**	**465**	**705**	**2.473**	**2.599**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 52 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00570



c) DESPESA

A despesa da JUCESC atingiu em 1996 o total de R$ 2,568 milhões, o que representa significativo aumento de 75,89% em relação a 1995.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes representaram 79,67% e as Despesas de Capital 20,33% da Despesa Total, com destaque para Serviços de Terceiros e Encargos, que consumiram 62,37% das Receitas Correntes e 49,69% da Receita Total.

Comparando-se as despesas totais empenhadas com a arrecadação contabilizada, constata-se que o comprometimento da receita no exercício de 1996 foi de 98,81%, contra 59,04% em 1995, 93,90% em 1994, 98,28% em 1993 e 69,01% em 1992.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00571

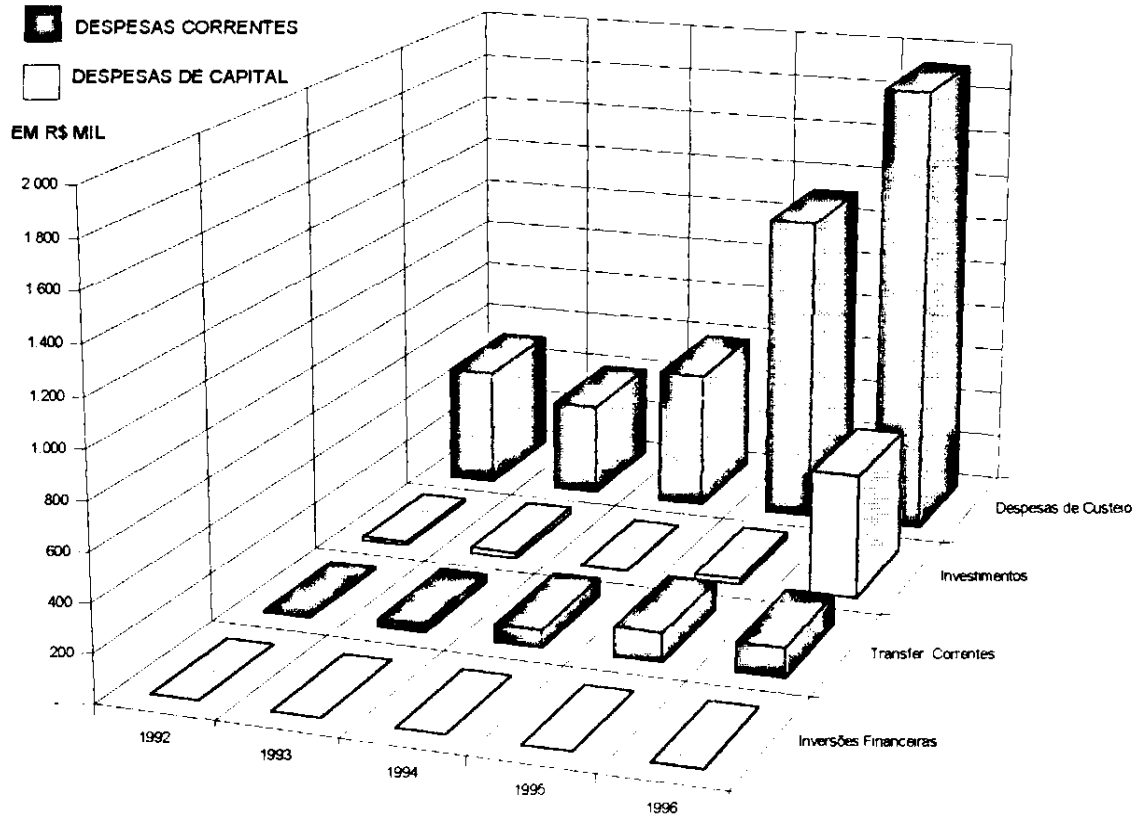
TABELA 122: DEMONSTRATIVO DA DESPESA - 1992-96

Em R$ 1.000

DESPESAS	1992	1993	1994	1995	1996
DEPESAS CORRENTES	**513**	**431**	**660**	**1.435**	**2.046**
3100-Despesas de Custeio	505	396	586	1.314	1.925
3110-Pessoal	231	161	346	597	597
3120-Material de Consumo	10	11	12	40	49
3130-Serv. de Terc. e Enc.	264	224	228	677	1.276
3190-Div. Desp. de Custeio	0	0	0	0	3
3200-Transfer. Correntes	8	35	74	121	121
3230-Transfer. a Inst. Priv.	4	0	0	0	0
3250-Transf. a Pessoas	1	34	71	106	99
3251-Inativos	0	34	70	105	98
3253-Sal. Família	1	0	1	1	1
3280-PASEP	3	1	3	15	22
DESPESAS DE CAPITAL	**17**	**26**	**2**	**25**	**522**
4100-Investimentos	16	26	2	25	519
4110-Obras e Instalações	0	26	0	0	0
4120-Equip. e Mat. Perman.	16	0	2	25	519
4190-Div. Investimentos	0	0	0	0	0
4200-Inversões Financeiras	1	0	0	0	3
TOTAL DAS DESPESAS	**530**	**457**	**662**	**1.460**	**2.568**

Fonte : Balanço Orçamentário das Autarquias - 1992-96
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 53 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00572

Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal representaram 27,63% das Receitas Correntes, suportando o pagamento de 38 servidores com remuneração média de R$ 1.391,86, a qual é superior à média geral das Autarquias em 54,63%. A Unidade tem quadro de pessoal que representa 0,94% do total de servidores e respondeu por 1,45 % do gasto total com pessoal das entidades autárquicas.

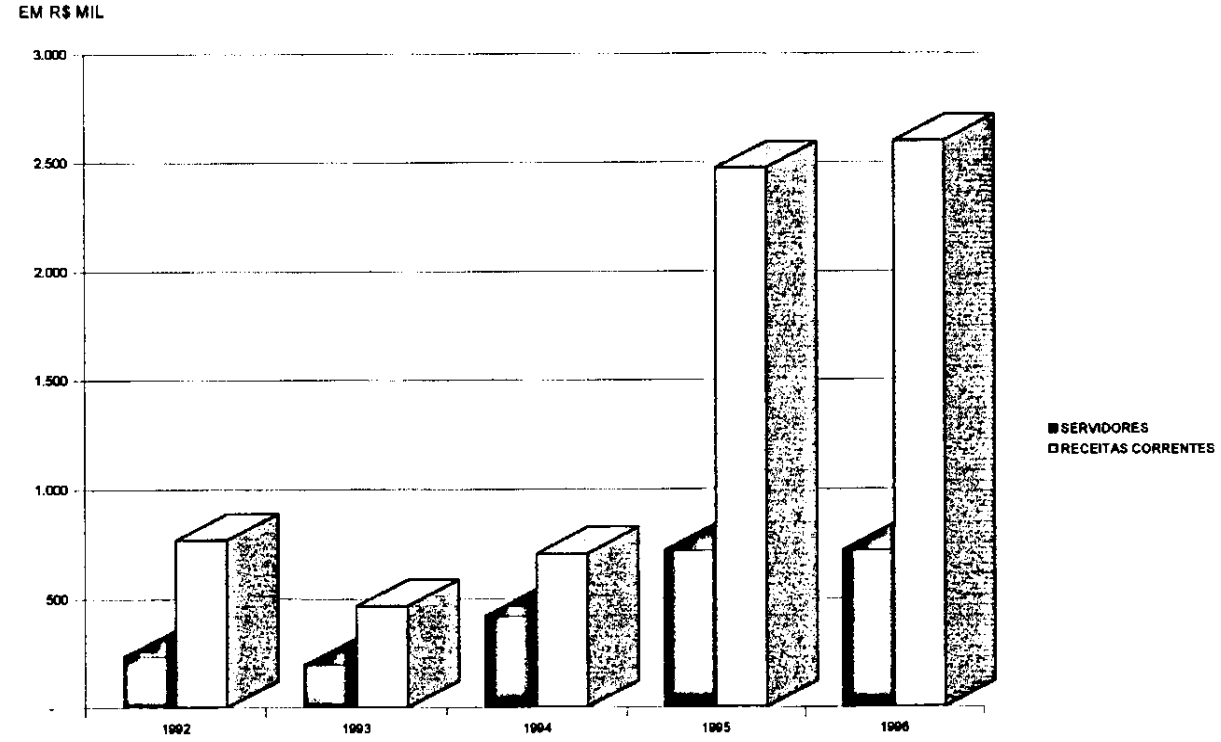
TABELA 123: COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES DA JUCESC COM DESPESA DE PESSOAL- 1992-96

Em R$ 1.000

ITEM	1992		1993		1994		1995		1996	
ORÇ.	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC	VALOR	% RC
3110	231	30,08	161	34,63	346	49,08	597	24,13	597	22,97
3251	0	0,00	34	7,30	70	9,92	106	4,25	99	3,77
3253	1	0,13	0	0,00	1	0,15	1	0,04	1	0,04
3280	3	0,39	1	0,22	3	0,42	15	0,61	22	0,85
SOMA	**235**	**30,60**	**196**	**42,15**	**420**	**59,57**	**719**	**29,03**	**719**	**27,63**

Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA E DEPESA - 1992-1996
Valores de Dez/96. Inflator: IGP-DI (médio)

GRÁFICO 54 - COMPROMETIMENTO DAS RECEITAS CORRENTES COM DESPESA DE PESSOAL



d) ORÇAMENTO

O orçamento de 1996 da JUCESC estimou a receita e fixou a despesa em R$ 2,970 milhões, tendo a receita arrecadada atingido R$ 2,599 milhões e a despesa realizada R$ 2,568 milhões, resultando num superávit de execução orçamentária de R$ 31 mil.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00573

A despesa da JUCESC onerou as dotações orçamentárias das atividades: 2197 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, 2487 - Controle e Fiscalização da Atividade Empresarial e 2178 - Pagamento de Encargos com Inativos.

Orçamento da Despesa

Repetindo 1995, a execução do orçamento da despesa, tendo atingido a apenas 34,34% da dotação autorizada, confronta-nos, uma vez mais, com a necessidade do administrador elaborar com mais critérios a sua previsão orçamentária, sem incorrer na prática da superestimação.

Fontes de Recursos

Quanto às fontes de recursos, a JUCESC depende exclusivamente de recursos diretamente arrecadados, ou seja, receitas provenientes basicamente dos serviços do registro de comércio, conforme demonstrado no quadro abaixo.

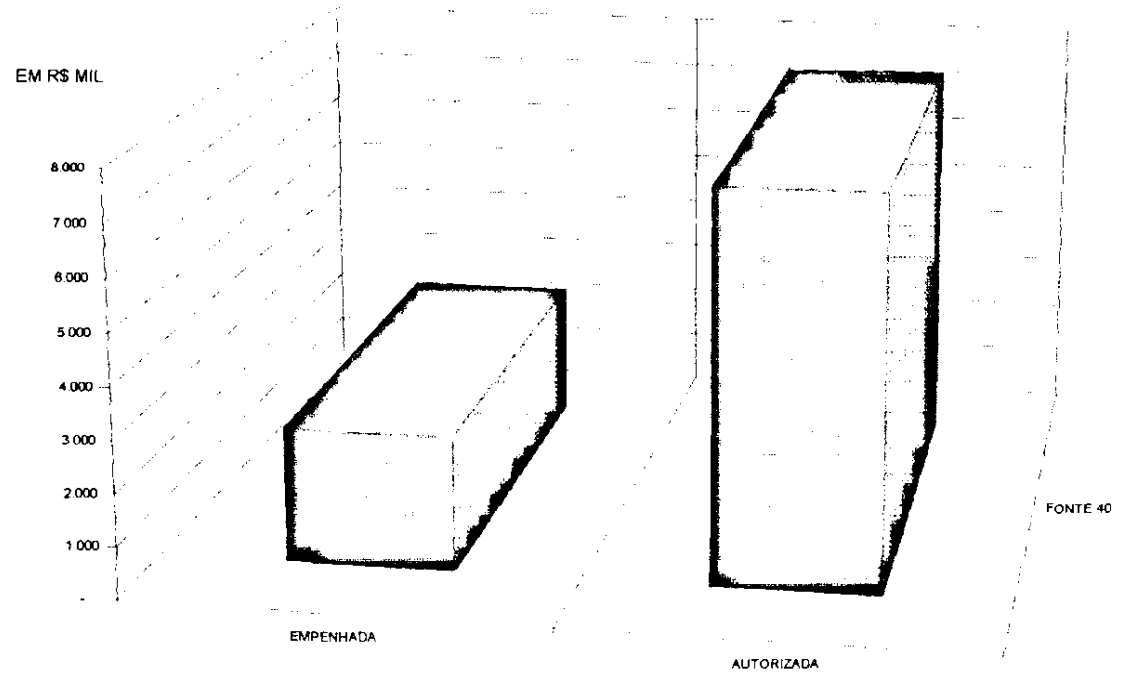
TABELA 124: COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA

Em R$ 1.000

ATIVIDADE	FR	AUTORIZADA	EMPENHADA	% DO ORÇAMENTO
2197- Coordenação e Manutenção de Serviços Administrativos	40	6.506	2.382	36,61
2487- Controle e Fiscalização da Ativ. Empr.	40	483	88	18,22
2178- Pagamento de Encargos com Inativos	40	489	98	20,04
TOTAL		**7.478**	**2.568**	**34,34**

Fonte: COMPARARTIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - 1996
LEGENDA
FR : Fonte de recursos
(FR) 40-Recursos de Outras Fontes - Recursos Diretamente Arrecadados

GRÁFICO 55 - COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA COM A REALIZADA



TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE E...MENTE
FOLHA Nº 00574

PARTE IV

FUNDAÇÕES

PARTE IV - FUNDAÇÕES

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00575

1. INTRODUÇÃO

1.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Constituição Federal de 1988 suscitou ampla discussão ao introduzir a expressão **administração fundacional** no *caput* do art. 37 que trata da Administração Pública.

Ainda hoje a Doutrina não é pacífica a respeito do tema, contudo, é majoritário o posicionamento que entende que quando se fala em fundação fala-se do gênero, do qual são espécies a fundação pública e a fundação privada.

Tem-se então caracterizada a hipótese de o Poder Público contar com entidades, com uma criação autorizada por lei (de natureza jurídica de direito privado), outra, criada por lei (com natureza jurídica de direito público), que se assemelha às autarquias, o que aliás, é outro entendimento adotado por boa parte dos demais festejados Juristas Pátrios, estudiosos do Direito Constitucional e Administrativo.

José Afonso da Silva, constitucionalista de nomeada, é significativamente percuciente ao expor que:

> **"... *Entidade fundacional* ou *administração fundacional* são expressões sinônimas de fundação instituída pelo Poder Público. Numas duas ou três vezes, a Constituição emprega a expressão *fundação pública* ou *fundações públicas*. Na maior parte das vezes (aproximadamente quinze), contudo, emprega a expressão *fundações instituídas e mantidas* pelo Poder Público. Parece-nos, porém, que essas expressões são empregadas no mesmo sentido, tendo, assim, como fundações públicas aquelas instituídas e mantidas pelo Poder Público.**
> **A regra que a Constituição estabelece é a de que (...) e as fundações públicas *somente* serão criadas por lei específica (art. 37, XIX). Nesse dispositivo, usa-se a expressão *fundação pública*, o que nos parece envolver todas as hipóteses de fundação instituída e mantida pelo Poder Público, pois o modo de instituí-las é exatamente a lei específica." (In Curso de Direito Constitucional Positivo, 13ª ed., Malheiros, p. 605).**

Em se tratando de uma entidade pública com características assemelhadas às autarquias, ao ponto de CRETELLA JR. chamá-las de *Autarquias Fundacionais* o conceito que se lhes aplica e idêntico, qual seja: devem ser criadas por lei e contar com patrimônio e administração próprios para executar um objetivo específico da Administração Pública. Nessas condições constituem-se em órgãos públicos típicos com todos os encargos que lhes são próprios.

São estes os entes que estão subordinados à fiscalização da Corte de Contas, segundo se verá a seguir.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00576

573

1.2 - DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS FUNDAÇÕES PÚBLICAS

A Lei Estadual nº 9.831, de 17/02/95, em seus artigos de nºs. 68 a 70, define as disposições comuns às Fundações Públicas Estaduais:

"Art. 68 - Os estatutos das fundações públicas serão aprovados por decreto do Chefe do Poder Executivo antes de serem inscritos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 69 - O Ministério Público velará pelas fundações.

Art. 70 - O patrimônio e a receita das fundações públicas instituídas e mantidas pelo Estado são constituídos:

I - pelos bens móveis e imóveis e também por aqueles que forem sendo constituídos ou adquiridos para instalação de seus serviços e atividades;

II - pelos bens móveis e imóveis e direitos, livres de ônus a elas transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III - por doações, heranças ou legados de *qualquer natureza*;

IV - pelas dotações que lhes forem destinadas em orçamento;

V - pelas subvenções, auxílios ou quaisquer contribuições definidas pela União, pelo Estado ou pelos Municípios;

VI - pelos recursos financeiros resultantes:

a) de receitas operacionais de suas atividades, de prestação de serviços e de administração financeira;

b) de conversão em espécie de bens e direitos;

c) de renda dos bens patrimoniais;

d) de operações de crédito e de financiamento;

e) da execução de contratos, convênios e acordos, celebrados para prestação de serviços;

f) de quaisquer outras receitas inerentes a suas atividades."

1.3 - DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS E SEUS OBJETIVOS

A mesma Lei nº 9.831, de 17/02/95, em seu artigo 62, arrola quais são as Fundações Públicas Estaduais, e em seguida, em seus artigos 63 a 67, define os objetivos de cada uma, conforme descreve-se a seguir:

FATMA - Fundação do Meio Ambiente

O artigo 84 da Lei Estadual nº 5089/75, de 30/04/75, autoriza o Poder Executivo a instituir a FATMA.

Instituída - Decreto nº GGE 662 de 30/07/75
Estatuto - Decreto nº GGE 663 de 30/07/75

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00577

574

Objetivos (Art. 66, Lei nº 9.831/95):

I- executar projetos específicos, incluídos os de pesquisa científica e tecnológica, de defesa e preservação ecológica;

II- fiscalizar, acompanhar e controlar a poluição urbana e rural;

III- participar na análise das potencialidades dos recursos naturais com vistas ao seu aproveitamento racional;

IV - promover a execução de programas visando a criação e administração de parques e reservas florestais;

V- executar as atividades de fiscalização da pesca, por delegação do Governo Federal.

FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial

Instituída - Lei Estadual nº 4.156 de 06/05/68 e mantida pela Lei nº 5.328 de 30/06/77

Estatuto - Decreto nº 8.402 de 03/08/79

Objetivos (Art. 65, Lei nº 9.831/95):

I- definir e coordenar a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa portadora de deficiência;

II- realizar estudos e pesquisas para aprimoramento de seus serviços e prevenção da deficiência;

III-formular políticas para promover a integração social da pessoa portadora de deficiência;

IV- promover a articulação entre as entidades públicas e privadas para formulação, elaboração e execução de programas, projetos e serviços integrados, com vistas ao desenvolvimento permanente do atendimento à pessoa portadora de deficiência;

V- promover a formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, remunerados ou voluntários, para a consecução de seus objetivos;

VI- prestar, direta ou indiretamente, assistência técnica a entidades públicas ou privadas, que mantenham qualquer vinculação com a pessoa portadora de deficiência;

VII- executar outras atividades relacionadas com a prevenção, assistência e integração da pessoa portadora de deficiência.

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

Instituída - Decreto nº 7.439 de 24/04/79
Estatuto - Decreto nº 7.484 de 09/05/79
Reg. Decreto nº 7.440 de 24/04/79

Objetivos (Art. 63, Lei nº 9.831/95):

I- executar a política de apoio à cultura;

II- formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artísticas;

III- preservar os valores culturais e manifestações artísticas;

IV- incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais;

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00578

575

V- estimular a pesquisa e o estudo relacionados à arte e à cultura;

VI- apoiar as instituições públicas e privadas, que visem o desenvolvimento artístico e cultural;

VII- promover a integração da comunidade, através da mobilização das escolas, associações, centros e clubes, à áreas de animação cultural.

UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina

O artigo 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garante a transformação da FESC na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Instituída - Lei Estadual nº 8092 de 01/10/90 - Transformação

Objetivos (Art. 67, Lei nº 9.831/95):

Tem por objetivos específicos o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, científica, tecnológica e artística.

FESPORTE - Fundação Catarinense de Desportos

Instituída - Lei Estadual nº 9.131 de 06/07/93

Objetivos (Art. 64, Lei nº 9.831/95):

I - estabelecer e executar a política estadual do desporto;

II- promover a articulação do Poder Público e organizações da comunidade para a formulação e execução das políticas municipais de desporto;

III-incentivar o desenvolvimento de práticas desportivas por pessoas portadoras de deficiências;

IV- estudar, projetar e executar, com recursos próprios ou transferidos, a construção, reforma ou ampliação de prédios e instalações destinados ao desenvolvimento das atividades desportivas;

V - exercer outras atividades relacionadas com o desporto e a educação física, compatíveis com suas finalidades.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00579

576

2. ANÁLISE DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

TABELA 125: ANÁLISE DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS - 1996

Em R$

FUNDAÇÕES	RECEITA			DESPESA					RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISTA	ARRECA-DADA	DIFERENÇA	FIXADA	CRÉDITOS ADICIONAIS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	
FATMA	6 351 985	5 335 667	(1 016 318)	6 351 985	2 368 243	8 720 228	6 226 261	2 493 967	(890 594)
FCC	3 486 304	4 602 413	1 116 109	3 486 304	2 161 305	5 647 609	4 600 358	1 047 251	2 055
UDESC	39 188 070	36 512 661	(2 675 409)	39 188 070	5 657 253	44 845 323	40 819 519	4 025 804	(4 306 858)
FCEE	5 513 771	3 592 837	(1 920 934)	5 513 771	1 413 313	6 927 084	3 682 990	3 244 094	(90 153)
FESPORTE	1 454 498	1 890 187	435 689	1 454 498	995 298	2 449 796	2 035 800	413 996	(145 613)
TOTAL	55 994 628	51 933 765	(4 060 863)	55 994 628	12 595 412	68 590 040	57 364 928	11 225 112	(5 431 163)

Fonte: Orçamentos e Balanços Orçamentários das Fundações

Observando o quadro acima, verifica-se que apenas a FCC e a FESPORTE arrecadaram efetivamente mais do que a previsão, o que em termos percentuais representou, respectivamente, 32,01% e 29,95% a maior. As demais Fundações tiveram suas arrecadações efetivas menores do que o inicialmente previsto, nos seguintes percentuais: FATMA: -16,01%; UDESC: -6,83% e FCEE: -34,84%.

A Receita efetiva arrecadada pela FCC teve seu incremento basicamente nas transferências do Estado, que chegou à casa de 29,86% do inicialmente previsto. A FESPORTE teve seu incremento basicamente nas Receitas Diversas.

A FATMA e a UDESC deixaram de arrecadar o inicialmente previsto devido, principalmente ao repasse parcial das transferências de capital. Já na FCEE foi devido ao repasse parcial das transferências correntes e de capital.

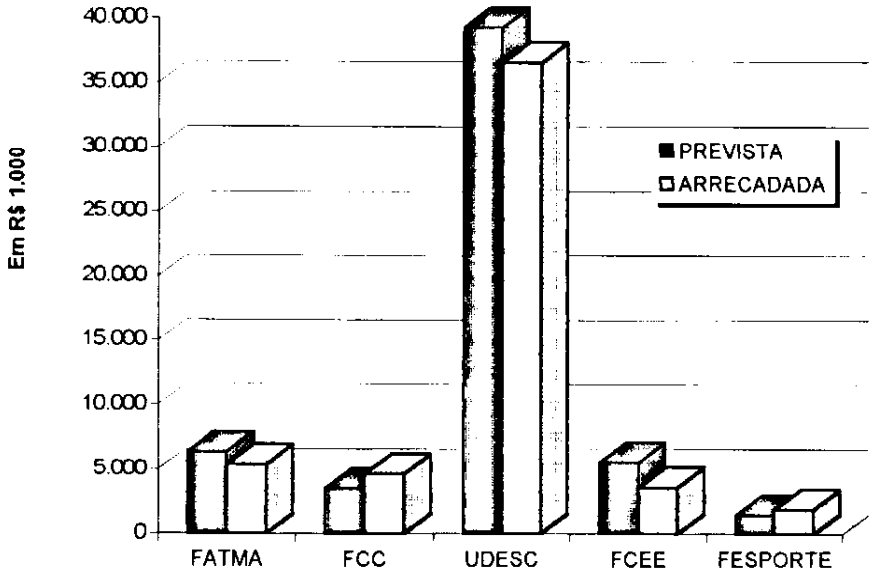
A abertura de créditos adicionais pelas Fundações, no exercício de 1996, correspondeu a: FATMA, 33,50%; FCC: 61,99%; UDESC: 14,43%; FCEE: 25,63% e FESPORTE: 58,51%, em relação aos créditos inicialmente fixados.

Do total das despesas autorizadas, as Fundações utilizaram-se dos créditos orçamentários, em termos percentuais, da ordem de: FATMA: 71,40%; FCC: 81,45%; UDESC: 91,02%; FCEE: 53,16% e a FESPORTE: 83,10%.

Quanto ao resultado da execução orçamentária, somente a FCC apresentou um pequeno superávit, basicamente equilibrando seu orçamento. As demais Fundações apresentaram déficit, sendo que a FATMA e a UDESC apresentaram os mais significativos.

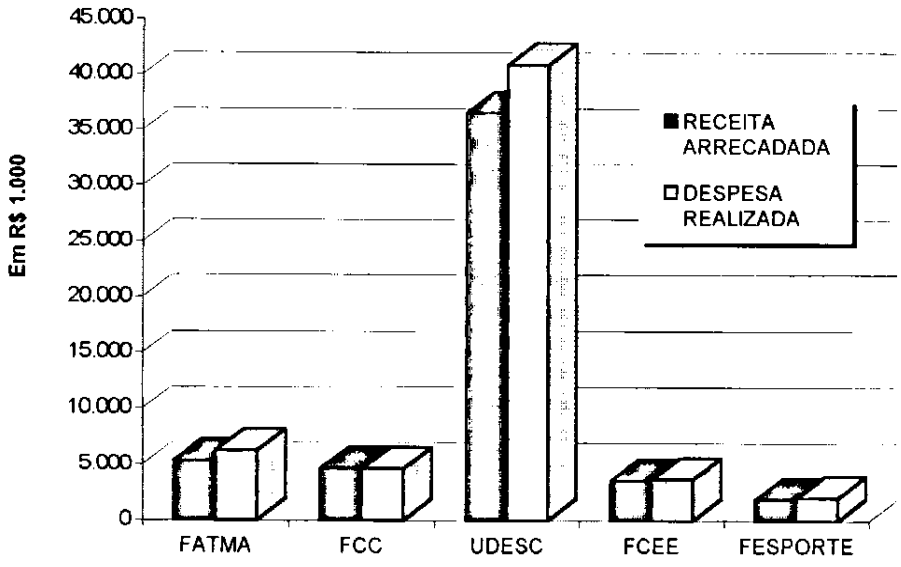
DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00580

GRÁFICO 56 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E ARRECADADA



Fonte: Balanços gerais das fundações - 1996

GRÁFICO 57 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA ARRECADADA E DESPESA REALIZADA



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00581

3. ANÁLISE DOS BALANÇOS FINANCEIROS

O fluxo de entradas e saídas orçamentárias e extra-orçamentárias das Fundações, no exercício de 1996, está assim demonstrado:

TABELA 126: ANÁLISE DOS BALANÇOS FINANCEIROS

Em R$

COMPONENTES	FATMA	FCEE	UDESC	FESPORTE	FCC	TOTAL
RECEITAS E DISP. INICIAIS	16.640.910	11.650.026	98.602.602	5.040.141	13.069.956	145.003.635
RECEITA	16.054.996	11.532.816	94.874.745	4.836.492	13.059.542	140.358.591
RECEITA ORÇAMENTARIA	5.335.667	3.592.837	36.512.861	1.890.187	4.602.413	51.933.765
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	10.719.329	7.939.979	58.362.084	2.946.305	8.457.129	88.424.826
DISPONIBILIDADES INICIAIS	585.914	117.210	3.727.857	203.649	10.414	4.645.044
DESPESA E DISPONIBILIDADE FINAIS	16.640.910	11.650.025	98.602.602	5.040.141	13.069.956	145.003.634
DESPESA	16.311.421	11.379.705	98.203.540	4.809.212	12.595.080	143.298.958
DESPESA ORÇAMENTARIA	6.226.261	3.682.990	40.819.519	2.035.800	4.600.358	57.364.928
DESPESA EXTRA-ORÇAM.	10.085.160	7.696.715	57.384.021	2.773.412	7.994.722	85.934.030
DISPONIBILIDADES FINAIS	329.489	270.320	399.062	230.929	474.876	1.704.676

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

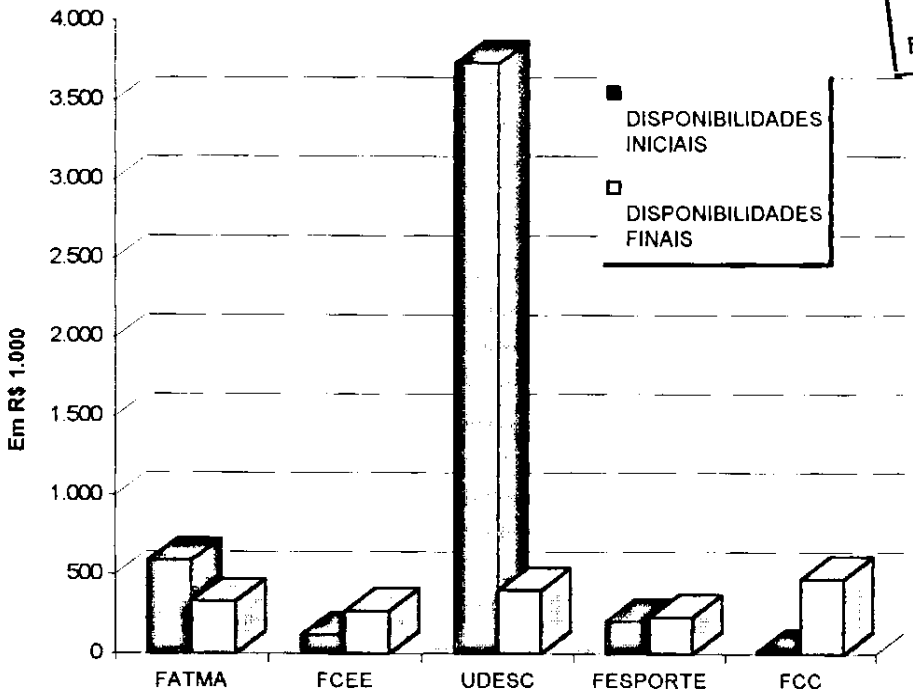
Ao analisar os balanços financeiros das Fundações Estaduais, percebe-se um grande volume de receitas e despesas extra-orçamentárias, que originaram-se, principalmente, das despesas empenhadas a pagar, que no decorrer do exercício apresentaram as seguintes movimentações: FATMA - R$ 6.034.948,21; FCEE - R$ 4.424.606,63; UDESC - R$ 39.852.260,12; FESPORTE - R$ 2.265.647,43; e, FCC - R$ 5.527.066,31.

Constata-se ao final do exercício, que a FCEE, a FESPORTE e a FCC conseguiram aumentar seus saldos financeiros em relação aos saldos financeiros iniciais. A FATMA e a UDESC terminaram o exercício com saldos financeiros inferiores ao saldo do início do exercício, destacando-se a UDESC, que iniciou o exercício com uma disponibilidade de R$ 3.727.587,00, e terminou o mesmo com apenas R$ 399.062,00 em caixa.

Em relação ao saldo financeiro total das Fundações, verifica-se que as mesmas iniciaram o exercício com uma disponibilidade de R$ 4.645.044,00, e terminaram o mesmo com R$ 1.704.676,00 disponíveis, que em termos percentuais, representa uma redução de 63,31%.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00582

GRÁFICO 58 - DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES INICIAIS E FINAIS



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

4. ANÁLISE DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

TABELA 127: ANÁLISE DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS - 1996

Em R$

COMPONENTES	FATMA	FCEE	UDESC	FESPORTE	FCC	TOTAL
ATIVO E SALDO PATRIMONIAL	1.389.198	686.476	9.120.496	624.794	1.101.540	12.922.504
FINANCEIRO	330.754	270.320	434.486	230.929	520.167	1.786.656
PERMANENTE	1.058.444	290.023	8.686.010	393.865	323.545	10.751.887
PASSIVO REAL DESC.	- o -	126.133	- o -	- o -	257.828	383.961
PASSIVO E SALDO PATRIMONIAL	1.389.198	686.476	9.120.496	624.794	1.101.540	12.922.504
FINANCEIRO	1.208.352	686.476	4.356.686	215.237	1.101.540	7.568.291
PERMANENTE	4	- o -	- o -	- o -	- o -	4
ATIVO REAL LÍQUIDO	180.842	- o -	4.763.810	409.557	- o -	5.354.209

Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

Demonstra a tabela acima que a FCEE e a FCC apresentam suas obrigações maiores que seus patrimônios e saldos financeiros, gerando assim, passivo real a descoberto. Salienta-se que, os passivos financeiros da FCEE e da FCC são oriundos, principalmente, de restos a pagar do exercício de 1996, sendo, respectivamente, R$ 506.590,43 e R$ 926.291,54.

Já a FATMA, UDESC e FESPORTE, apresentam ativo real líquido, ou seja, suas obrigações são menores que seus patrimônios e saldos financeiros.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA - 00583

580

Destaca-se a UDESC com um ativo real liquido relevante, da ordem de R$ 4.763.809,62. O crescimento do ativo real liquido da UDESC, deu-se, principalmente pelos créditos inscritos em Dívida Ativa (R$ 6.054.210,67), que ao final do exercício representou 69,70% do total do ativo permanente da UDESC.

Ressalta-se ainda, que as Fundações não apresentam passivo permanente, devido a centralização das dívidas de longo prazo na Secretaria de Planejamento e Fazenda do Estado.

TABELA 128: ANÁLISE DOS SALDOS PATRIMONIAIS DAS FUNDAÇÕES - 1996

Em R$ mil

SALDOS PATRIMONIAIS	FATMA	FCEE	UDESC	FESPORTE	FCC	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	330.754	270.320	434.486	230.929	520.167	1.786.656
PASSIVO FINANCEIRO	1.208.352	686.476	4.356.686	215.237	1.101.540	7.568.291
SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO (1)	(877.598)	(416.156)	(3.922.200)	15.692	(581.373)	(5.781.635)
ATIVO PERMANENTE	1.058.444	290.023	8.686.010	393.865	323.545	10.751.887
PASSIVO PERMANENTE	4	- o -	- o -	- o -	- o -	4
SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE (2)	1.058.440	290.023	8.686.010	393.865	323.545	10.751.883
SALDO PATRIMONIAL TOTAL (1+2)	180.842	(126.133)	4.763.810	409.557	(257.828)	4.970.248

Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

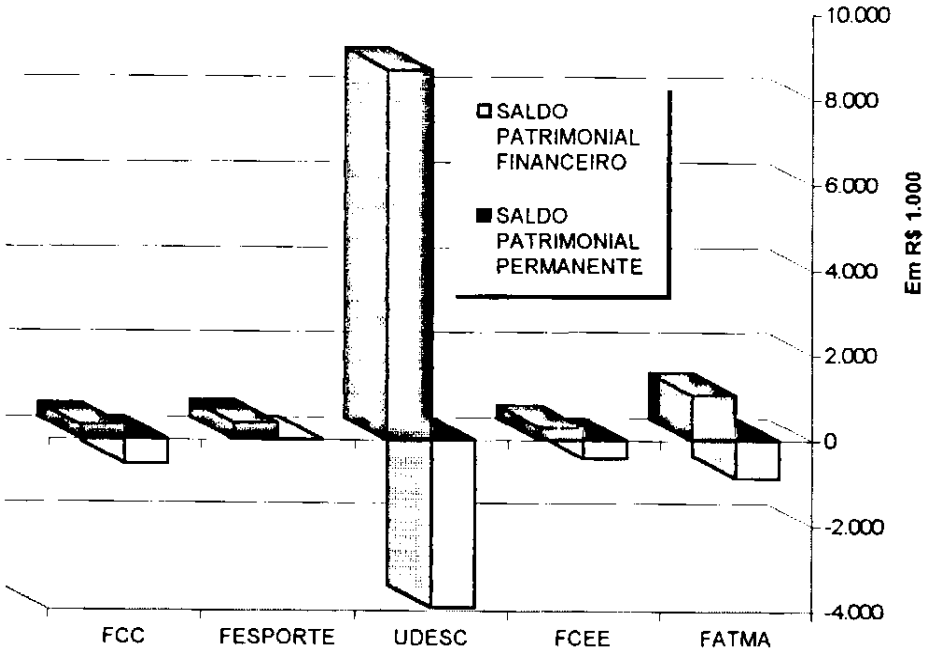
Ao confrontar os ativos e passivos financeiros das Fundações, verifica-se que apenas a FESPORTE encontra-se em situação favorável, apresentando um pequeno saldo patrimonial financeiro positivo. As demais Fundações apresentam saldo patrimonial financeiro negativo, tendo suas obrigações de curto prazo bem maiores que suas disponibilidades.

O saldo patrimonial permanente é representado pelo ativo permanente, uma vez que, as Fundações não apresentam dívidas de longo prazo.

Quanto ao saldo patrimonial total, a FCEE e a FCC apresentam saldos negativos. As demais Fundações apresentam situação positiva, tendo seus patrimônios e saldos financeiros maiores que suas obrigações.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00584

GRÁFICO 59 - DEMONSTRATIVO DOS SALDOS PATRIMONIAIS



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

TABELA 129: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ECONÔMICO DAS FUNDAÇÕES - 1996

Em R$

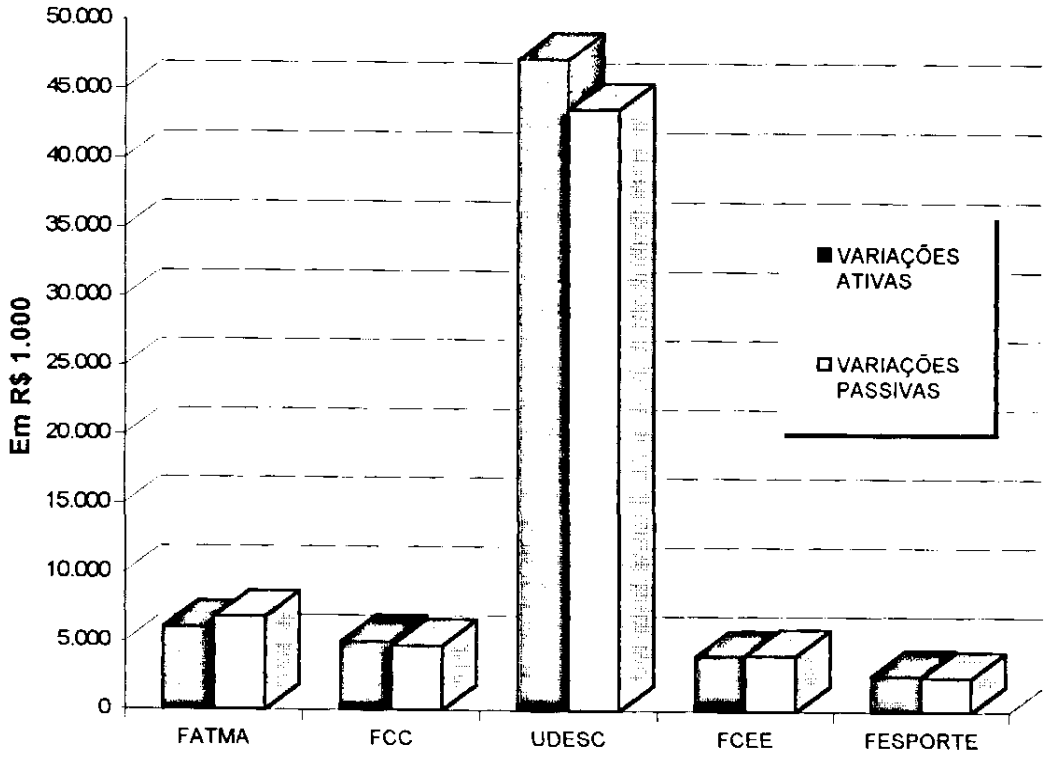
COMPONENTES	FATMA	FCC	UDESC	FCEE	FESPORTE	TOTAL
Variações Ativas	**6.032.104**	**4.984.979**	**47.158.511**	**3.974.266**	**2.633.292**	**64.783.152**
Result. da Exec. Orç.	5.335.667	4.932.064	39.279.201	3.592.837	1.890.187	55.029.956
Mutações Patrimoniais	444.975	-o-	-o-	348.225	555.395	1.348.595
Indep. da Exec. Orç.	251.462	52.915	7.879.310	33.204	187.710	8.404.601
Variações Passivas	**6.734.637**	**4.706.002**	**43.592.251**	**4.052.263**	**2.480.875**	**61.566.028**
Result. da Exec. Orç.	6.226.261	4.600.358	40.819.519	3682.990	2.035.800	57.364.928
Indep. da Exec. Orç.	508.376	105.644	2.772.732	369.273	445.075	4.201.100
RESULTADO	**(702.533)**	**278.977**	**3.566.260**	**(77.997)**	**152.417**	**3.217.124**

Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

A tabela acima evidencia que a FATMA e a FCEE tiveram seu patrimônio líquido diminuído no exercício de 1996, em R$ 702.533,00 e R$ 77.997,00, respectivamente. As demais Fundações apresentaram resultado econômico positivo no exercício, tendo suas Variações Ativas maiores que as Passivas.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00585

GRÁFICO 60 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

TABELA 130: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DAS FUNDAÇÕES - 1996

Em R$

UNIDADES	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		RESULTADO ECONÔMICO	
	SUPERÁVIT	DÉFICIT	SUPERÁVIT	DÉFICIT
FATMA	- 0 -	890.594	- 0 -	702.533
FCC	2.055	- 0 -	278.977	- 0 -
UDESC	- 0 -	4.306.858	3.566.260	- 0 -
FCEE	- 0 -	90.153	- 0 -	77.997
FESPORTE	- 0 -	145.613	152.417	- 0 -
TOTAL	2.055	5.433.218	3.997.654	780.530

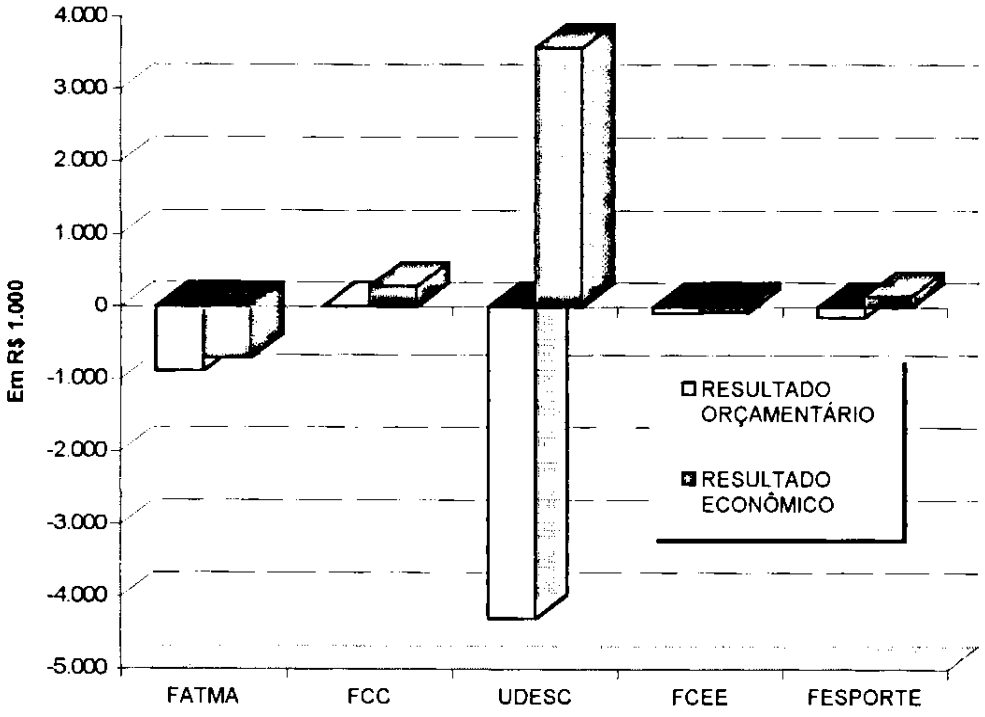
Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

Excetuando-se a FCC, que praticamente equilibrou seu orçamento, as Fundações em termos de resultado orçamentário foram deficitárias no exercício de 1996, ou seja realizaram mais despesas do que conseguiram arrecadar. As Fundações apresentaram um déficit de execução orçamentária da ordem de R$ 5.431.163,00, destacando-se a UDESC que, em termos percentuais representou 79% do total do déficit apresentado.

Quanto ao resultado econômico relativo ao exercício de 1996, a FCC, a UDESC e a FESPORTE apresentaram superávit. A FATMA e a FCEE apresentaram déficit econômico, tendo em vista que suas variações ativas foram menores que as variações passivas. Novamente destaca-se a UDESC, que teve seu resultado econômico relevante, que em termos percentuais representou um crescimento em torno de 298% no seu patrimônio líquido no decorrer do exercício.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00586

GRÁFICO 61 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO E ECONÔMICO



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

5. ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DAS FUNDAÇÕES - 1996

TABELA 131: RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA DAS FUNDAÇÕES - 1996

Em R$

RECEITA	FATMA	FCC	UDESC	FCEE	FESPORTE
RECEITAS CORRENTES	**4.984.826**	**4.152.859**	**34.111.801**	**3.592.837**	**1.885.234**
CONTRIBUIÇÕES	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
PATRIMONIAL	58.599	15.879	475.655	14.161	72.119
AGROPECUÁRIA	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
INDUSTRIAL	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
SERVIÇOS	1.567.918	- 0 -	912.407	- 0 -	- 0 -
TRANSF. CORRENTES	3.273.389	3.957.626	32.707.332	3.309.402	1.129.529
OUTRAS REC. CORRENTES	84.920	179.354	16.407	269.274	683.586
RECEITAS DE CAPITAL	**350.841**	**449.554**	**2.400.860**	**- 0 -**	**4.953**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
ALIENAÇÃO DE BENS	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
AMORTIZ. EMPRÉSTIMOS	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
TRANSF. CAPITAL	350.841	449.554	2.400.860	- 0 -	4.953
OUTRAS REC. DE CAPITAL	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
TOTAL DAS RECEITAS	5.335.667	4.602.413	36.512.661	3.592.837	1.890.187

Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

A receita orçamentária arrecadada pelas Fundações, demonstrada na tabela acima, constituiu-se, principalmente, através das transferências do Estado destinadas a manutenção. A tabela a seguir, demonstra com clareza os valores e os percentuais das origens da receita orçamentária arrecadada pelas Fundações.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00587

TABELA 132: DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA DAS FUNDAÇÕES POR ORIGEM - 1996

Em R$

UNIDADES	RECEITA				OUTRAS		TOTAL
	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	%	TRANSFERÊNCIAS	%		%	
FATMA	1.626.517	30,48	3.624.230	67,92	84.920	1,59	5.335.667
FCC	15.879	0,35	4.407.180	95,76	179.354	3,90	4.602.413
UDESC	1.388.062	3,80	35.108.192	96,15	16.407	0,04	36.512.661
FCEE	14.161	0,39	3.309.402	92,11	269.274	7,49	3.592.837
FESPORTE	72.119	3,82	1.134.482	60,02	683.586	36,16	1.890.187
TOTAL	3.116.738	6,00	47.583.486	91,62	1.233.541	2,38	51.933.765

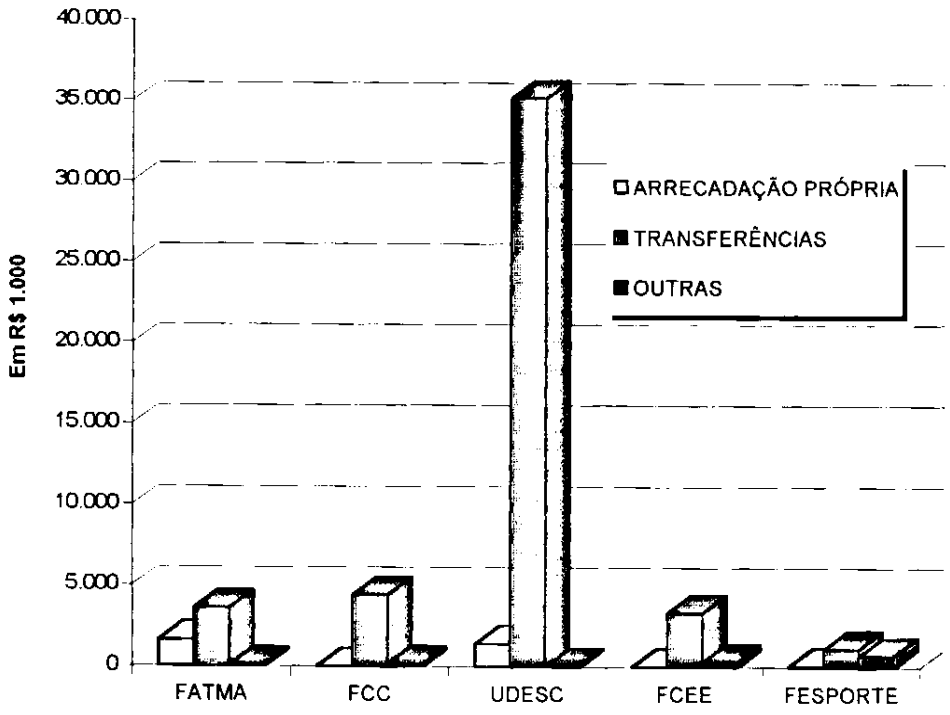
Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

Como já observado na tabela anterior (122), o grande volume das receitas orçamentárias é oriundo das transferências do Estado. Em termos percentuais, o Estado participou com 67,92% da receita orçamentária da FATMA; 95,76% da FCC; 96,15% da UDESC; 92,11% da FCEE e 60,02% da FESPORTE.

Salienta-se que a FATMA e a FESPORTE apresentaram um percentual significativo de receitas próprias, sendo que a da FATMA representou 30,48% do total arrecadado, oriundo de Receita de Serviços, principalmente da rubrica Licença Ambiental, que importou em R$ 1.423.230,07.

As receitas próprias da FESPORTE, através da rubrica Receitas Diversas, contribuiram com R$ 678.997,56 para a formação do total de sua receita orçamentária, que em termos percentuais representou 35,92% do total arrecadado.

GRÁFICO 62 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES POR ORIGEM



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00588

TABELA 133: RELAÇÃO DE PROPORCIONALIDADE ENTRE A RECEITA E A DESPESA DAS FUNDAÇÕES COM A RECEITA E DESPESA DO ESTADO (ADM. DIRETA) EM 1996

Em R$

UNIDADES	RECEITA		DESPESA	
	DA FUNDAÇÃO	PROPORÇÃO/ESTADO %	DA FUNDAÇÃO	PROPORÇÃO/ESTADO %
FATMA	5.335.667	0,29	6.226.261	0,22
FCC	4.602.413	0,25	4.600.358	0,16
UDESC	36.512.661	2,00	40.819.519	1,47
FCEE	3.592.837	0,19	3.682.990	0,13
FESPORTE	1.890.187	0,10	2.035.800	0,07
TOTAL	51.933.765	2,84	57.364.928	2,07

Fonte: Balanços Gerais das Fundações e Balanço Geral do Estado

Para fins da proporcionalidade a que se refere a tabela acima, foram utilizados os valores da Receita Líquida Disponível do Estado, R$ 1.822.292.577,00, e da Despesa Total do Estado, R$2.767.227.577,00, subtraídas as Transferências Constitucionais.

Em termos globalizados, verifica-se que a receita orçamentária total das Fundações correspondeu a 2,84% da Receita Líquida Disponível do Estado, enquanto que o total da despesa orçamentária correspondeu a 2,07% do total das despesas efetuadas pelo Estado, no exercício de 1996.

No exercício de 1995, esta proporcionalidade foi de 2,94% e 2,25%, respectivamente.

TABELA 134: DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS ECONÔMICAS DAS FUNDAÇÕES - 1996

Em R$

UNIDADES	DESPESAS CORRENTES		DESPESAS DE CAPITAL			TOTAL
	CUSTEIO	TRANSFERÊNCIAS	INVESTIMENTOS	INV.FINANC.	TRANSFERÊNCIAS	
FATMA	5.238.825	362.881	223.077	668	400.810	6.226.261
FCC	3.927.563	304.905	367.890			4.600.358
UDESC	31.328.350	3.583.527	5.880.492	27.150		40.819.519
FCEE	3.364.817	266.037	51.019	1117		3.682.990
FESPORTE	1.734.030	133.506	164.911	3.353		2.035.800
TOTAL	45.593.585	4.650.856	6.687.389	32.288	400.810	57.364.928

Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

Do total das despesas orçamentárias realizadas pelas Fundações no exercício de 1996, verifica-se que as despesas de custeio representaram, em termos percentuais, 79,48%; as transferências 8,80% e os investimentos 11,72%.

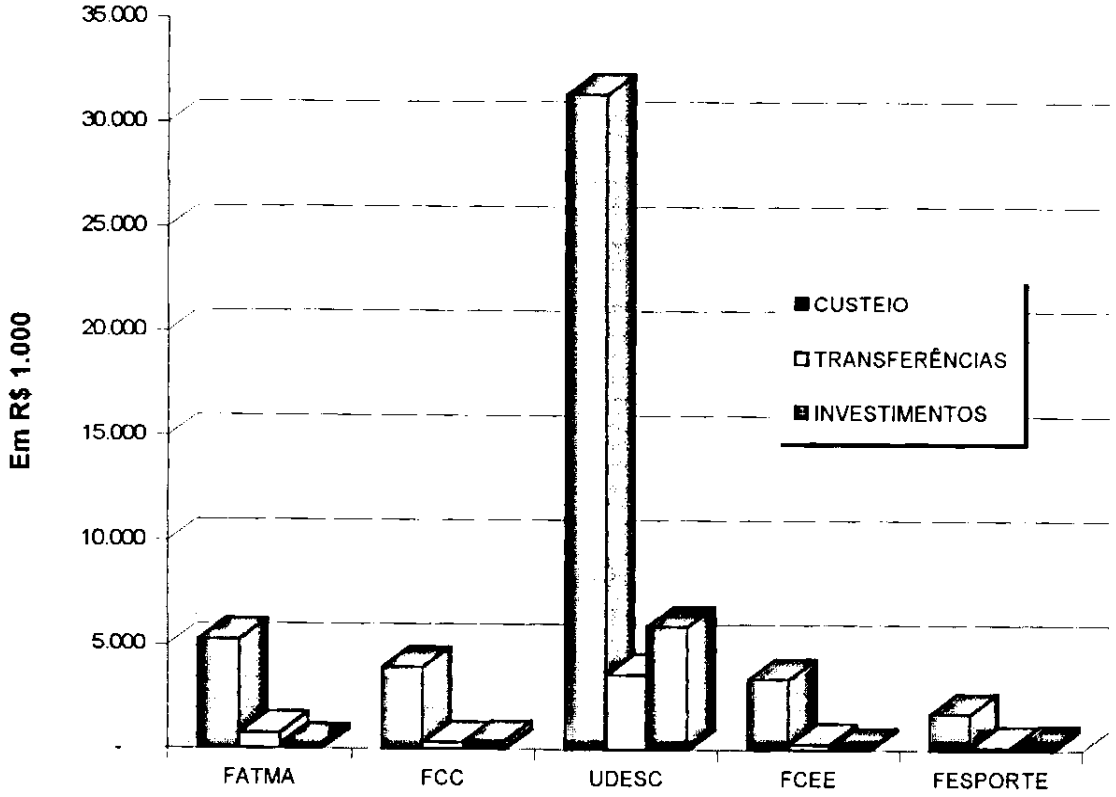
No exercício de 1995, a proporcionalidade foi de 77,92%, 8,98% e 11,82%, respectivamente.

Com estes dados, pode-se concluir que as Fundações vem realizando suas despesas em conformidade com seus objetivos inicialmente descritos, que são principalmente a manutenção e o desenvolvimento do meio ambiente, da cultura, da educação, da assistência e do desporto.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
FOLHA Nº 00589

586

GRÁFICO 63 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

TABELA 135: DESPESA COM PAGAMENTO DE PESSOAL DAS FUNDAÇÕES

Em R$

UNIDADES	DESPESAS COM PAGAMENTO DE PESSOAL	(%) PROPORÇÃO EM RELAÇÃO A			
		DESPESA TOTAL REALIZADA	RECEITA TOTAL ARRECADADA	RECEITA LÍQUIDA DO ESTADO	GASTO PELO ESTADO COM PESSOAL
FATMA	3.374.287	54,19	63,24	0,18	0,23
FCC	2.393.909	52,03	52,01	0,13	0,16
UDESC	25.464.905	62,38	69,74	1,39	1,80
FCEE	2.615.381	71,01	72,79	0,14	0,18
FESPORTE	708.889	34,82	37,50	0,03	0,05
TOTAL	34.557.371	60,24	66,54	1,89	2,45

Fonte: Balanços Gerais das Fundações e Balanço Geral do Estado

Para fins dos cálculos de proporcionalidade, foram utilizados os seguintes valores: R$ 57.364.928,00, que corresponde ao total da despesa orçamentária realizada pelas Fundações; R$ 51.933.765,00 - total da receita orçamentária arrecadada pelas Fundações; R$ 1.822.292.577,00 - Receita Líquida Disponível do Estado; e, R$ 1.409.393.161,00 - total dos Gastos com Pessoal pelo Estado, bem como o total da despesa e receita orçamentária de cada Fundação.

Analisando a tabela acima, em termos globalizados, verifica-se que do total das despesas orçamentárias realizadas pelas Fundações, 60,24% foram para pagamento de pessoal. Foram gastos com pessoal, 66,54% do total arrecadado pelas Fundações. Em relação

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00593

à Receita Líquida Disponível do Estado e Gastos com Pessoal pelo Estado, a proporção foi de 1,89% e 2,45%, respectivamente.

No exercício de 1995, verificou-se que a proporcionalidade foi de 60,09%, 60,27%, 1,77% e 2,24%, respectivamente.

6. RECURSOS TRANSFERIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A participação do Estado nas Receitas das Fundações, no exercício de 1996, encontra-se demonstrada na tabela a seguir:

TABELA 136: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DAS FUNDAÇÕES-1996

Em R$

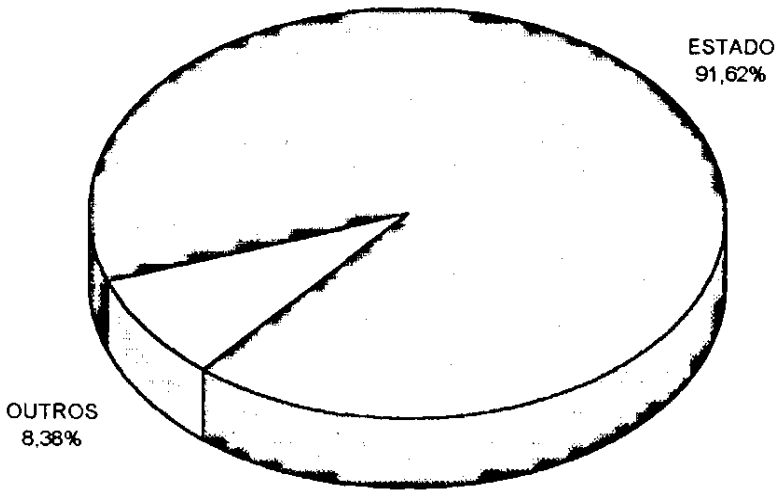
FUNDAÇÕES	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	TRANSFERIDO PELO ESTADO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
			ESTADO	OUTROS
FATMA	5.335.667	3.624.230	67,92	32,08
FCC	4.602.413	4.407.180	95,75	4,25
FCEE	3.592.837	3.309.402	92,11	7,89
UDESC	36.512.661	35.108.192	96,15	3,85
FESPORTE	1.890.187	1.134.482	60,01	39,99
TOTAL	51.933.765	47.583.486	91,62	8,38

Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

No exercício de 1996, o Estado participou com 91,62% do total arrecadado pelas Fundações. Excetuando-se a FATMA e a FESPORTE, verifica-se que as demais Fundações são mantidas pelo Estado.

A tabela acima demonstra que as Fundações Públicas do Estado não tem ou não utilizam sua capacidade de geração de receitas, subsistindo predominantemente às custas do Tesouro do Estado.

GRÁFICO 64 - DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DAS FUNDAÇÕES -1996



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1996

588

DIV... ...NTE
FOLHA 00591

7. ANÁLISE CONSOLIDADA DAS FUNDAÇÕES

TABELA 137: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NAS RECEITAS DAS FUNDAÇÕES - 1992 - 1996

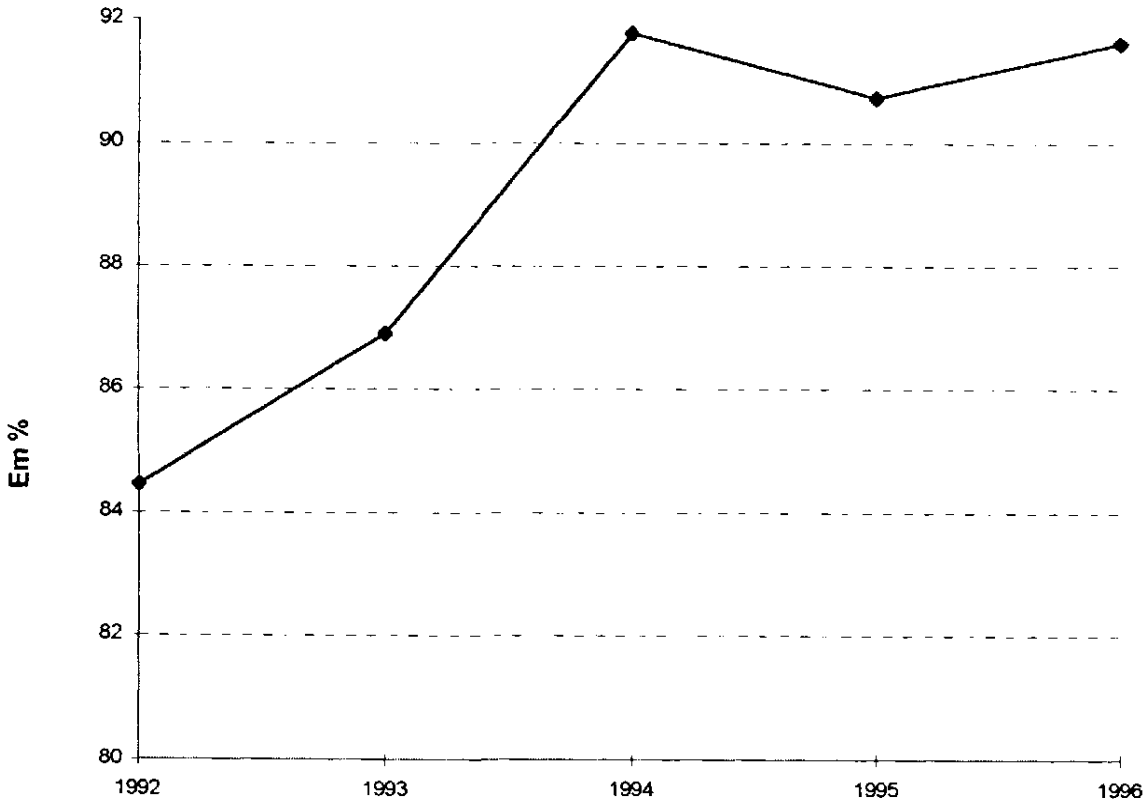
(%)

ANOS	1992	1993	1994	1995	1996
%	84,45	86,90	91,78	90,74	91,62

Fonte: Balanços Gerais das Fundações e Balanço Geral do Estado.- 1992/1996

Analisando a participação do Estado nas receitas das Fundações no quinquênio 1992/1996, verifica-se que no triênio 1994/1996, houve um acréscimo da participação do Estado na formação do total das receitas das Fundações, com um percentual médio de participação de 91,38%, contra 85,67% no biênio 1992/1993.

GRÁFICO 65 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DAS FUNDAÇÕES - 1992/1996



Fonte: Balanços Gerais das Fundações

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 0592

589

TABELA 138: ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

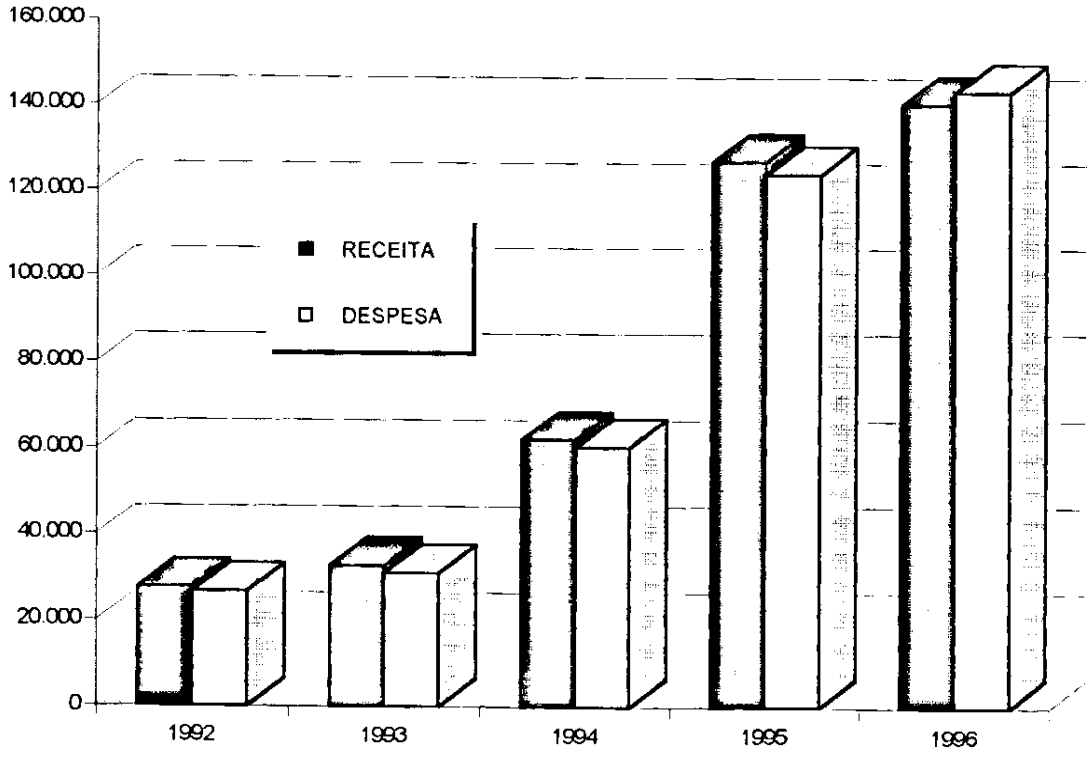
Em R$ mil

COMPONENTES	1992	1993		1994		1995		1996	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS E DISP. INICIAIS	27.733	33.900	18,26	63.830	88,29	128.718	107,39	145.004	12,65
RECEITA	27.619	32.748	18,57	61.983	89,27	126.834	104,63	140.359	10,66
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.780	14.774	-0,04	24.802	67,88	50.275	102,7	51.934	3,29
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.839	17.974	39,99	37.181	106,86	76.559	105,91	88.425	15,49
DISPONIBILIDADE INICIAL	114	1.152	-57,41	1.847	60,33	1.884	2.209,24	4.645	146,54
DESPESA E DISPONIBILIDADE FINAIS	27.733	32.797	18,26	62.065	89,24	128.718	107,39	145.004	12,65
DESPESA	26.646	31.054	16,54	60.234	93,97	123.985	105,84	143.299	15,57
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	16.819	13.386	-20,41	25.103	87,53	50.711	102,01	57.365	13,12
DESPESA EXTRA-ORÇAM.	9.827	17.668	79,79	36.131	98,84	73.274	108,57	85.934	17,27
DISPONIBILIDADES FINAIS	1.087	1.743	60,33	1.831	5,05	4.733	158,53	1.705	-63,98

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Inflator utilizado: IGP - DI (médio) - FGV

Analisando a tabela acima, verifica-se que no exercício de 1996, houve um decréscimo de 63,98% nas disponibilidades finais das Fundações, em relação ao exercício de 1995. Este fato ocorreu, principalmente, face ao déficit de execução orçamentária apresentado no exercício, da ordem de R$ 5.431.163,00, enquanto que, nos exercícios anteriores, os resultados de execução orçamentária praticamente se equilibram.

GRÁFICO 66 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS - 1992/1996



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1992/1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00593

590

TABELA 139: ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS - 1992 - 1996

Em R$ mil

COMPONENTES	1992	1993		1994		1995		1996	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
ATIVO E SALDO PATRIMONIAL	2.830	1.754	-38,07	4.068	131,99	8.059	98,14	12.923	60,33
FINANCEIRO	1.040	1.067	2,47	2.046	91,84	5.119	150,25	1.787	-65,10
PERMANENTE	325	687	111,26	1.266	84,38	2.300	81,66	10.752	429,39
PASSIVO REAL DESC.	1.465	-o-	-o-	756	-o-	640	-15,35	384	-40,00
PASSIVO E SALDO PATRIMONIAL	2.830	1.754	-38,07	4.067	131,99	8.059	98,14	12.923	60,33
FINANCEIRO	2.720	280	-89,74	2.309	726,84	5.503	138,29	7.569	37,54
PERMANENTE	110	49	-55,15	-o-	-100,00	-o-	-o-	-o-	-o-
ATIVO REAL LÍQUIDO	-o-	1.425	197,17	1.758	23,45	2.556	45,40	5.354	109,46

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Inflator utilizado: IGP-DI (dezembro)

Consolidando-se os Balanços Patrimoniais da Fundações, verifica-se que o ativo real líquido apresentou, em termos percentuais, um acréscimo de 109,46%, em relação ao exercício de 1995. Isto ocorreu, principalmente, face ao crescimento do ativo permanente das Fundações, que em termos percentuais apresentou um crescimento de 429,39% em relação ao exercício de 1995.

As Fundações, em 1996, apresentaram uma considerável redução do seu ativo financeiro, em relação ao exercício de 1995, com percentual de 65,10%.

TABELA 140: EVOLUÇÃO DOS SALDOS PATRIMONIAIS - 1992-96

Em R$ 1.000

SALDOS PATRIMONIAIS	1992	1993	1994	1995	1996
ATIVO FINANCEIRO	1.040	1.067	2.046	5.118	1.787
PASSIVO FINANCEIRO	2.720	280	2.309	5.501	7.569
SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO (1)	-1.680	787	-263	-383	-5.782
ATIVO PERMANENTE	325	687	1.266	2.300	10.752
PASSIVO PERMANENTE	110	49	-o-	-o-	-o-
SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE (2)	215	638	1.266	2.300	10.752
SALDO PATRIMONIAL TOTAL (1+2)	-1.465	1.425	1.003	1.917	4.970

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Inflator utilizado: IGP - DI (dezembro)

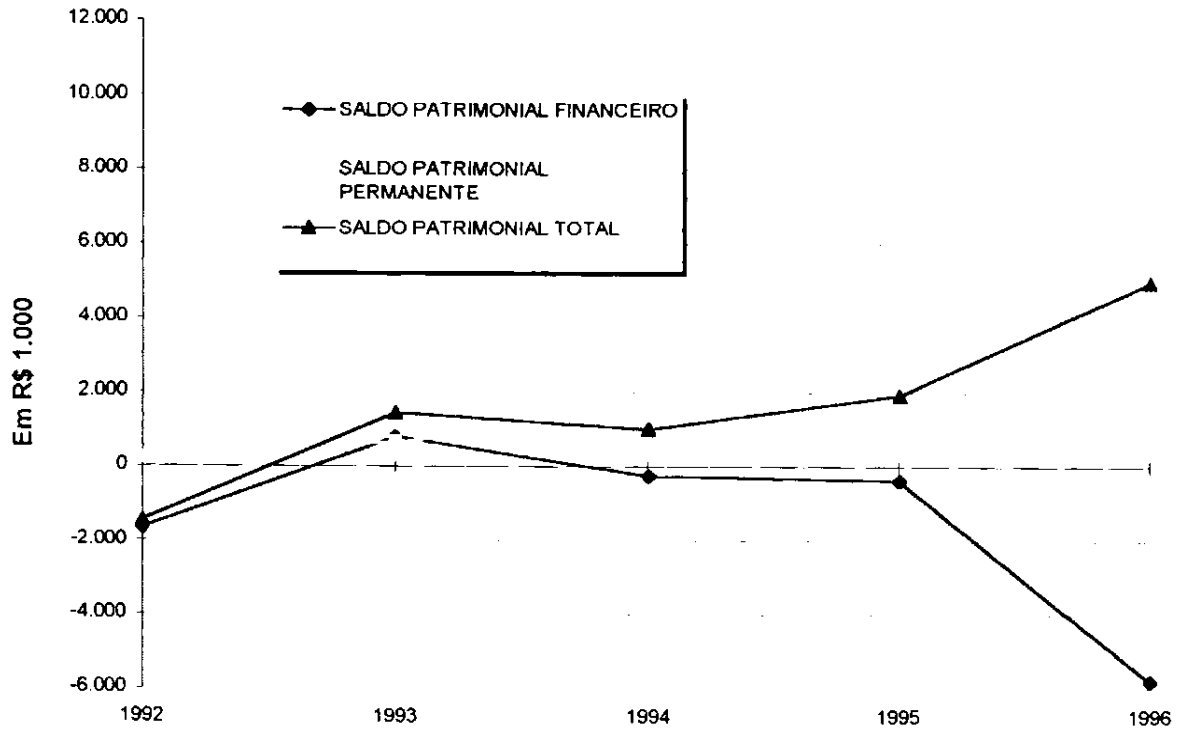
Em relação ao saldo patrimonial financeiro, as Fundações Estaduais apresentaram, no exercício de 1996, um quadro bastante desfavorável, tendo em vista que para cada R$ 1,00 de dívida, as mesmas dispõem, aproximadamente, de apenas R$ 0,24 para saldá-la.

O saldo patrimonial permanente vem apresentando crescimento no decorrer dos exercícios, tendo em 1996, apresentado um acréscimo em torno de 367,47% em relação a 1995.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA º 00594

Quanto ao saldo patrimonial total, tendo em vista o crescimento acentuado do saldo patrimonial permanente, também apresenta crescimento no decorrer dos exercícios.

GRÁFICO 67 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL - 1992-96



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1992/1996

TABELA 141: EVOLUÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DAS FUNDAÇÕES 1992/1996

Em R$ 1.000

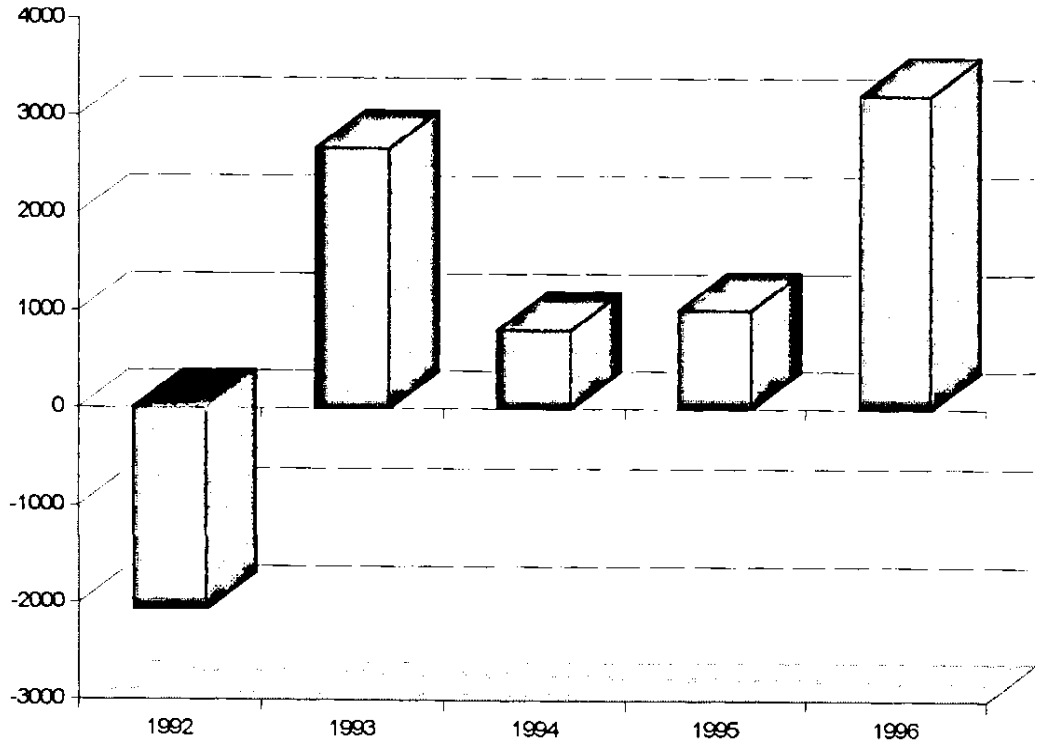
FUNDAÇÕES	1.992	1.993	1.994	1.995	1.996
FATMA	82	1.049	772	175	-702
FCC	-834	123	-2	-559	279
FCEE	-252	25	-680	577	-78
UDESC	-1.061	1.469	674	583	3.566
FESPORTE	-0-	-0-	42	233	152
TOTAL	-2.065	2.666	806	1.009	3.217

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Inflator utilizado: IGP - DI (médio)

O resultado patrimonial das Fundações Estaduais apresentou um crescimento em torno de 218,83% em relação ao exercício de 1995 e 299,13% em relação a 1994. Esta evolução no exercício de 1996, deu-se, principalmente, pelo superávit econômico apresentado pela UDESC.

DIVISÃO DE EX... TE
FOLHA Nº 00595

GRÁFICO 68 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL - 1992-96



Fonte: Balanços Gerais das Fundações - 1992/1996

8. ANÁLISE SISTÊMICA DAS FUNDAÇÕES

DESPESAS: CORRENTES X DE CAPITAL

TABELA 142: COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA COM AS DESPESAS DE PESSOAL, INVESTIMENTOS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL - 1996

Em R$

Fundações	Despesa Total Realizada	Pessoal	%	Outras Despesas Correntes	%	Investimentos	%	Outras Despesas de Capital	%
FCEE	3.682.990	2.615.381	71,01	1.015.472	27,57	51.019	1,39	1.118	0,03
FCC	4.600.358	2.393.909	52,04	1.838.559	39,97	367.890	8,00	0.00	0,00
UDESC	40.819.519	25.464.905	62,38	9.446.972	23,14	5.880.492	14,41	27.150	0,07
FESPORTE	2.035.800	708.889	34,82	1.158.647	56,92	164.911	8,10	3.353	0,16
FATMA	6.226.261	3.374.287	54,19	2.227.418	35,77	223.077	3,59	401.479	6,45
TOTAL	57.364.928	34.557.371	60,24	15.687.068	27,35	6.687.389	11,66	433.100	0,75

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Demonstra a tabela acima, que as despesas com pessoal tiveram maior representatividade no total das despesas realizadas pelas Fundações, atingindo 60,24% das despesas totais. As despesas com manutenção dos serviços (outras despesas correntes) participaram com 27,35% das despesas realizadas. A FCEE comprometeu 71,01% de suas despesas com pessoal, em contraste com a FESPORTE, que destinou 34,82% de suas despesas para pessoal.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00596

O montante de Investimentos representou 11,66% das despesas realizadas pelas Fundações. Do total investido pelas Fundações, a UDESC participou com 87,93% e a FCEE com 0,76%. A UDESC destinou 14,41% de suas despesas para investimentos apresentando o melhor desempenho entre as Fundações. Já a FATMA e a FCEE comprometeram, respectivamente, 3,58% e 1,39% de suas despesas com investimentos.

A manutenção dos serviços administrativos, bem como as despesas com pessoal foram majoritariamente financiadas pelas transferências do Estado.

RECEITAS: PRÓPRIAS X ARRECADADAS

TABELA 143: IMPACTO DAS RECEITAS PRÓPRIAS 1995/1996.

Em R$

Fundações	(A) Receitas Próprias		(B) Receitas Arrecadadas		* (A/B)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
UDESC	624.823	1.388.062	33.112.570	36.512.661	0,02	0,04
FCEE	527	14.161	4.102.367	3.592.837	0,00	0,00
FESPORTE	19.444	72.119	2.177.220	1.890.187	0,00	0,04
FCC	176.994	15.879	3.438.351	4.602.413	0,05	0,00
FATMA	915.504	1.626.517	4.751.838	5.335.667	0,19	0,30
TOTAL	1.737.292	3.116.738	47.582.346	51.933.765	0,04	0,06

Fonte: Balanços Gerais das Fundações.
* Significado do indicador: quanto mais próximo de um, maior o impacto das receitas próprias.

Aplicando-se o indicador-padrão de desempenho orçamentário acima, pode-se verificar quanto as receitas próprias representam na arrecadação total de cada Fundação.

As Fundações elevaram o percentual de receitas próprias na composição da receita total, em 1996. A FATMA mostrou o melhor índice de representatividade de receitas próprias (0,30), superando seu resultado obtido em 1995, de 0,19. As receitas próprias das demais Fundações pouco contribuiram para a composição da receita total arrecadada.

Em 1996 houve decréscimo na arrecadação própria da FCC em relação ao ano anterior.

DESPESAS: PESSOAL X TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

TABELA 144: DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS ORIGINÁRIOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO COM DESPESAS DE PESSOAL - 1995-96.

Em R$

Fundações	Receita Orçamentária		Transferências do Estado (A)		Despesas com Pessoal (B)		B/A %	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996	1995	1996
FATMA	4.751.838	5.335.667	3.602.239	3.624.230	2.755.101	3.374.287	76,48	93,10
FCC	3.438.351	4.602.413	3.261.356	4.407.180	2.164.511	2.393.909	66,37	54,32
FCEE	4.102.367	3.592.837	3.498.905	3.309.402	2.240.098	2.615.381	64,02	79,03
UDESC	33.112.570	36.512.661	30.887.441	35.108.192	20.906.833	25.464.905	67,69	72,53
FESPORTE	2.177.220	1.890.187	1.927.772	1.134.482	610.119	708.889	31,65	62,49
TOTAL	47.582.346	51.933.765	43.177.713	47.583.486	28.676.662	34.557.371	66,42	72,62

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00597

Em 1996, as transferências do Estado para as Fundações, tiveram um incremento de 10,20%

De 1995 para 1996, as despesas com pessoal, das Fundações, cresceram 20,51%.

No exercício de 1995, as Fundações comprometeram 66,42% das transferências do Estado com pagamento de pessoal. Já em 1996, as despesas com pessoal atingiram 72,62% dos recursos do Tesouro Estadual repassados às Fundações.

A FATMA, juntamente com a UDESC e FCEE, apresentaram o maior percentual de despesas com pessoal financiadas por recursos do Tesouro do Estado em 1996. A FATMA comprometeu 93,10% dos recursos transferidos pelo Tesouro Estadual com pagamento de pessoal. A UDESC e a FCEE destinaram 72,53% e 79,03% respectivamente, para gastos de pessoal.

Portanto, conclui-se dos dados acima explicitados que os recursos do Tesouro Estadual para as Fundações foram majoritariamente destinados para pagamento de pessoal.

RESTOS A PAGAR

TABELA 145: DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 1996

Em R$

Fundações	Despesas Empenhadas	%	Restos a Pagar	%
UDESC	40.819.519	100,00	3.306.568	8,10
FATMA	6.226.261	100,00	1.208.352	19,41
FCC	4.600.358	100,00	1.008.589	21,92
FCEE	3.682.990	100,00	506.509	13,75
FESPORTE	2.035.800	100,00	215.237	10,57
TOTAL	57.364.928	100,00	6.245.255	10,89

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Verificou-se que o montante de restos a pagar inscritos em 1996 foi de R$ 6.245.255,00 representando 10,89% das despesas empenhadas pelas Fundações. Os restos a pagar inscritos pela FCC e FATMA em 1996, representaram 21,92% e 19,41% das despesas empenhadas, respectivamente. As demais Fundações apresentaram níveis aceitáveis de restos a pagar inscritos.

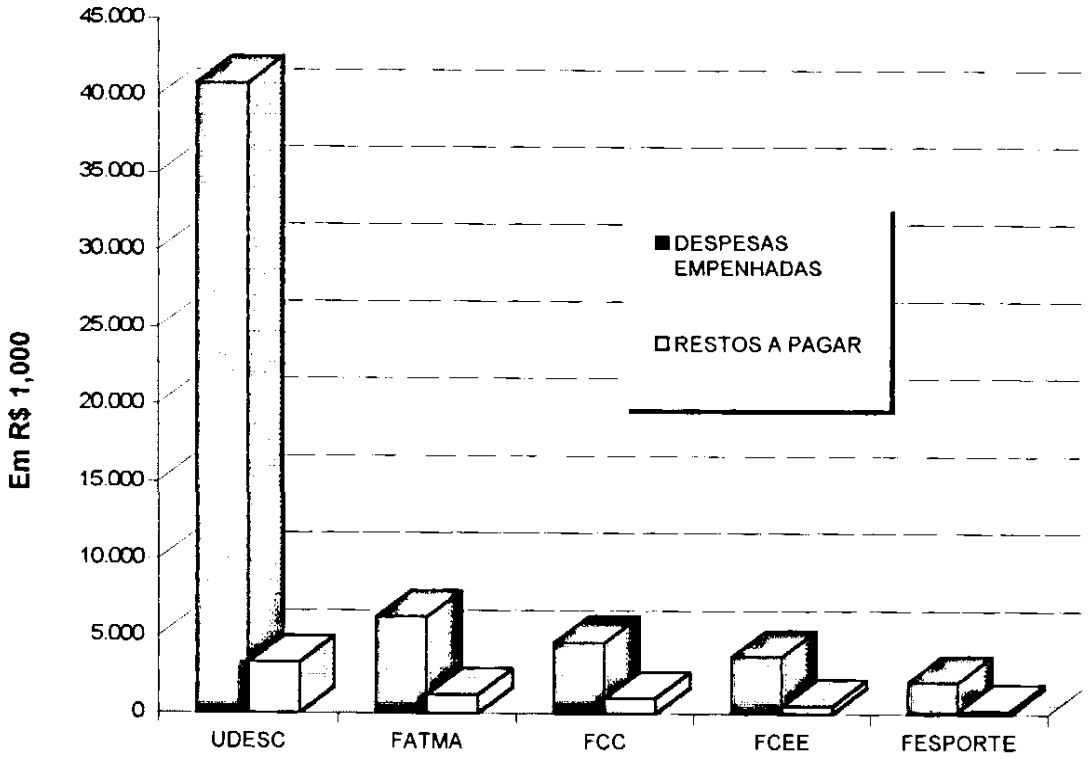
Níveis elevados de restos a pagar podem vir a afetar a credibilidade financeira de órgãos e entidades da administração pública junto ao mercado, bem como, elevam os preços, onerando o orçamento público.

Tal prática merece atenção especial dos gestores públicos, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de programação, acompanhamento e controle dos gastos públicos.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00593

595

GRÁFICO 69 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS - 1996



Fonte: Balanços Gerais das Fundações

8.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS FUNDAÇÕES POR PROJETO/ATIVIDADE

FCEE

TABELA 146: DESPESAS REALIZADAS POR PROJETO/ATIVIDADE DA FCEE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 1996

Em R$

Projeto/Atividade	Créditos Autorizados	Despesa Realizada	%
2192 - Coordenação e Manutanção dos Servicós Administrativos	5.857.301	3.384.065	91,88
1570 - Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Materiais em Geral	44.184	0,00	0,00
1569 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços para Educação Especial	34.070	0,00	0,00
2282 - Contribuições Financeiras a Instituições de Educação Especial do Estado	2.129	0,00	0,00
2577 - Capacitação de Recursos Humanos	537.069	102.058	2,77
2676 - Prevenção, Educação, Habilitação e Reabilitação da Pessoa Portadora de Deficiência	231.037	0,00	0,00
2125 - Pagamento de Encargos com Inativos e Pensionistas	221.294	196.867	5,35
TOTAL	6.927.084	3.682.990	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

A maior parcela de despesas realizadas pela FCEE foi destinada ao Projeto/Atividade 2192 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, representando 91,88% do montante empenhado, que no exercício de 1996, atingiu R$ 3.682.990,00.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00599

Em relação ao Projeto/Atividade 2676 - Prevenção, Educação, Habilitação e Reabilitação da Pessoa Portadora de Deficiência não houve realização de despesas no ano de 1996, o mesmo ocorrendo com os Projetos/Atividades 1570 - Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Materiais em geral; 1569 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços para Educação Especial; 2282 - Contribuições Financeiras a Instituições de Educação Especial do Estado.

FESPORTE

TABELA 147: DESPESAS REALIZADAS POR PROJETO/ATIVIDADE DA FESPORTE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESPORTOS - 1996

Em R$

Projeto/Atividade	Créditos Autorizados	Despesa Realizada	%
1005 - Aquisição de Equipamentos, Mobiliário e Material Esportivo	209.171	200.747	9,86
1003 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Administrativos	21.269	2.000	0,10
2148 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	863.778	751.749	36,93
2477 - Capacitação de Recursos Humanos	10.624	3.930	0,19
2479 - Supervisão e Normatização do Sistema Estadual de Desporto - CED	21.208	11.151	0,55
2480 - Jogos, Joguinhos Regionais e Abertos de Santa Catarina	306.015	305.686	15,01
2482 - Promoção e Divulgação do Esporte	1.016.312	760.537	37,36
1027 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços esportivos	1.419	0,00	0,00
TOTAL	2.449.796	2.035.800	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Aos Projetos/Atividades 2148 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos e 2482 - Promoção e Divulgação do Esporte, foram destinados o maior volume de despesas da FESPORTE, representando 36,93% e 37,36% respectivamente.

Quanto ao Projeto/Atividade 1927 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos não houve realização de despesa.

FATMA

TABELA 148: DESPESAS REALIZADAS POR PROJETO/ATIVIDADE DA FATMA - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - 1996

Em R$

Projeto/Atividade	Créditos Autorizados	Despesa Realizada	%
1024 - Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar	26.920	0,00	
1026 - Gerenciamento de Recursos Hídricos em santa Catarina	343.351	1.600,00	0,03
2169 - Coordenação e manutenção dos Serviços Administrativos	4.972.485	4.583.283	73,61
1665 - Proteção e Conservação da Floresta Pluvial Atlântica	1.268.027	517.242	8,30
1666 - Recuperação, Conservação e Manejo de Recursos Naturais de Micr. Hidrográficas - BIRD	883.989	18.051	0,29
2653 - Estudos Ambientais	515.334	498.373	8,00
1619 - Construção e Instalação de Laboratórios Ambientais	1.212	0,00	0,00
2647 - Controle de Poluição	466.444	367.678	5,91
2154 - Pagamentos de Encargos com Pessoal Inativo - FATMA	242.466	240.034	3,86
TOTAL	8.720.228	6.226.261	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Prevaleceram na FATMA, as despesas relativas à Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, Projeto/Atividade 2169, representando 73,61% das despesas realizadas no exercício de 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00600

597

Os Projetos/Atividades 1024 (Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar) e 1619 (Construção e Instalação de Laboratórios Ambientais) não foram implementados em 1996.

No que se refere aos Projetos/Atividades 1026 (Gerenciamento de Recursos Hídricos em Santa Catarina) e 1666 (Recuperação, Conservação e Manejo de Recursos Naturais de Micr. Hidrográficas - BIRD) a entidade comprometeu, respectivamente 0,03% e 0,29% do montante da despesa realizada.

O Projeto/Atividade 2647 - Controle de Poluição foi responsável por 5,91% da Despesa Realizada pela FATMA, totalizando R$ 367.678,00.

FCC

TABELA 149: DESPESAS REALIZADAS POR PROJETO/ATIVIDADE DA FCC - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA - 1996

Em R$

Projeto/Atividade	Créditos Autorizados	Despesa Realizada	%
*2808/2538 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	3.397.999	3180.417	69,13
*1048/1556 - Construção, Ampliação, Reforma e Restauração de Bens Culturais	161.909	0,00	0,00
*2809/2559 - Apoio à Execução de Ações Culturais	831.966	664.146	14,44
*2810/2713 - Equipamento e Reequipamento de Espaços Culturais	944.530	467.214	10,16
*2811/2138 - Pagamento de encargos com Inativos	311.205	288.581	6,27
TOTAL	5.647.609	4.600.358	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
*Dotações consignadas pela Secretaria de Estado do Governo/Secretaria de Estado da Cultura e Comunicação Social.

Do total de despesas realizadas pela FCC, 69,13% foram destinadas ao Projeto/Atividade 2808/2538 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos.

Relativamente ao Projeto/Atividade 1048/1556 - Construção, Ampliação, Reforma e Restauração de Bens Culturais, não houve realização de despesas.

No tocante ao Projeto/Atividade 2809/2559 - Apoio à Execução de Ações Culturais a despesa alcançou R$ 664.146,00, representando 80% dos créditos autorizados.

UDESC

TABELA 150: DESPESAS REALIZADAS POR PROJETO/ATIVIDADE DA UDESC - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE S.C. - 1996

Em R$

Projeto/Atividade	Créditos Autorizados	Despesa Realizada	%
2561 - Administração e Manutenção da Reitoria	3.553.463	3.375.685	8,27
2481 - Estudos e Pesquisas Tecnológicas, Educacionais e Sócio-Economicas	290.753	247.714	0,61
1674 - Plano de Reequipamento e Modernização de Organismos da Adm. Pública do Estado	4.169.978	2.597.614	6,36
2097 - Administração e Manutenção do Centro de Ciências Agro-Veterinárias - CAV	772.670	665.723	1,63
2098 - Administração e Manutenção do Centro de Ciências da Educação - FAEO	326.668	294.141	0,72
2099 - Administração e Manutenção do Centro de Ciências Tecnológicas - FEJ	570.418	517.175	1,27
2100 - Administração e Manutenção do Centro de Artes - CEART	254.395	219.770	0,54
2101 - Administração e Manutenção do Centro de Ciências da Administração - ESAG	242.289	236.097	0,58
2102 - Administração e Manutenção do Centro de Educação Física e Desportos - CEFID	274.588	269.123	0,66
2190 - Administração e Manutenção dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação	27.329.174	25.673.131	62,89
1241 - Construção, Ampliação e Reforma de Instalações Físicas em Campi Universitários	3.492.670	3.357.686	8,22
2172 - Pagamentos de Encargos com Inativos - UDESC	3.568.256	3.365.660	8,25
TOTAL	44.845.323	40.819.519	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00601

598

A despesa realizada referente ao Projeto/Atividade 2190 - Administração e Manutenção dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação representaram 62,89% do total empenhado pela UDESC.

As despesas relativas aos Projetos/Atividades 2098 e 2099 atingiram 90% dos créditos autorizados.

Relativamente ao Projeto/Atividade 1241 - Construção, Ampliação e Reforma de Instalações Físicas em Campi Unversitários, a UDESC empenhou despesas no montante de R$ 3.357.686, representando 96% dos créditos autorizados para o Projeto/Atividade em questão e comprometendo 8,22% das despesas totais realizadas.

Houve realização de despesas em todos os Projetos/Atividades constantes do orçamento da entidade.

8.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orçamento Público deve ser visto como importante instrumento de planejamento, orientação, controle e avaliação dos resultados, comandando toda a execução financeira e orçamentária na administração pública.

Em vista do descompasso entre os projetos constantes da Lei Orçamentária e aqueles a que efetivamente foram destinados recursos para a realização de despesas, conclui-se que carece o planejamento orçamentário de maior objetividade para que se configure em instrumento capaz de realmente demonstrar o planejamento da ação a ser desenvolvida no exercício.

O déficit de execução orçamentária, decorrente da reduzida capacidade de as Fundações gerarem receitas próprias, bem como da insuficiência de recursos repassados pelo Estado, comprometeu a implementação de projetos e ações relacionados aos objetivos fundacionais, como se verifica nas Tabelas nºs 147 a 150.

Ressalta-se a necessidade de reforçar e aperfeiçoar os mecanismos de controle interno do Sistema Fundacional do Estado com vistas à eficiência, eficácia e efetividade na gestão contábil, financeira, patrimonial e administrativa, assegurando a observância da orientação política da administração, de modo que forneça informações financeiras e administrativas seguras e oportunas.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00602

PARTE V

FUNDOS ESPECIAIS

PARTE V - FUNDOS ESPECIAIS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00603

1. INTRODUÇÃO

Os Fundos Especiais são constituídos do produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

O Fundo Especial é uma exceção ao princípio da unidade de tesouraria, por ser um fluxo paralelo ao fundo geral de recursos do Estado.

A administração dos Fundos Especiais cabe à Administração Direta ou Indireta responsável pela execução ou coordenação dos programas a eles relacionados.

Tem-se mostrado crescente, no contexto da estrutura administrativa estadual, a participação e a importância dos Fundos Especiais, visando a execução de programas específicos.

Consoante preconiza a Constituição Federal em seu art. 167, inciso IX, os Fundos Especiais somente poderão ser instituídos mediante prévia autorização legislativa.

A Lei Federal nº 4.320/64, através dos artigos 71 a 74, estebelece o regramento para constituição de Fundos Especiais, os quais apresentam as seguintes características:

- receitas e despesas especificadas pela entidade jurídica instituidora do fundo;
- vinculação à realização de determinados objetivos ou serviços;
- normas peculiares de aplicação das receitas;
- transferências para o exercício seguinte de saldo positivo apurado em balanço;
- vinculação a determinado órgão da Administração.

Os Fundos Especiais vinculados à Administração Estadual, no exercício de 1996, foram os seguintes:

1.Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário - FRJ
Lei nº 8.067, de 17 de setembro de 1990
Lei nº 8.362, de 10 de outubro de 1991
Resolução do Tribunal de Justiça nº 6/92, de 08 de abril de 1992

2.Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento - FUNJURE
Lei Complementar nº 56, de 29 de junho de 1992.
Lei Complementar nº 112, de 31 de janeiro de 1994
Lei nº 9.429, de 10 de janeiro de 1994
Lei nº 1.168, de 14 de abril de 1994
Decreto nº 2.287, de 04 de agosto de 1992

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00604

3.Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina - FT
Lei nº 6.288, de 31 de outubro de 1983
Decreto nº 20.842, de 16 de dezembro de 1983

4.Fundo Rotativo de Estímulo à Pesq. Agropec. do Estado - FEPA
Lei nº 8.519, de 08 de janeiro de 1992
Decreto nº 1.563, de 07 de abril de 1992
Decreto nº 2.911, de 09 de novembro de 1992

5.Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FDR
Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992
Decreto nº 4.162, de 30 de dezembro de 1993

6.Fundo Estadual de Habitação Popular - FEHAP
Lei Complementar nº 140, de 21 de julho de 1995
Decreto nº 287, de 21 de agosto de 1995

7.Fundo Rotativo de Material - FRM
Lei nº 4.648, de 15 de novembro de 1971(art. 6º)
Decreto nº 25, de 31 de janeiro de 1972
Decreto nº 38, de 10 de fevereiro de 1972
Decreto nº 406, de 18 de agosto de 1987
Decreto nº 1.015, de 30 de novembro de 1987
Decreto nº 1.518, de 06 de abril de 1992

8.Fundo Para Infância e Adolescência - FIA
Lei nº 8.230, de 15 de janeiro de 1991
Lei nº 8.307, de 21 de agosto de 1991
Lei nº 9.259, de 06 de novembro de 1993
Lei nº 9.883, de 19 de julho de 1995
Decreto nº 685, de 20 de setembro de 1991
Decreto nº 829, de 10 de outubro de 1991
Decreto nº 1,723, de 11 de maio de 1992
Decreto nº 794, de 05 de abril de 1993

9.Fundo Estadual de Saúde - FES
Lei nº 5.254, de 27 de setembro de 1976
Lei nº 7.548, de 17 de março de 1989
Decreto nº 3.509, de 12 de outubro de 1977
Decreto nº 3.687, de 17 de junho de 1993

10.Fundo Para Melhoria da Segurança Pública - FUMSP
Lei nº 8.451, de 11 de dezembro de 1991
Lei nº 9.797, de 26 de dezembro de 1994
Lei nº 10.149, de 08 de julho de 1996
Decreto nº 3.009, de 30 de novembro de 1992

11.Fundo de Melhoria da Polícia militar - FUMPOM
Lei nº 7.672, de 11 de julho de 1989
Lei nº 9.383, de 17 de dezembro de 1993
Decreto nº 4.749, de 19 de agosto de 1994
Decreto nº 4.953, de 10 de novembro de 1994
Decreto nº 4.690, de 26 de julho de 1994

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00605

12.Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis - FRPFL
Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978
Decreto nº 11.840, de 07 de agosto de 1980
Decreto nº 11.842, de 07 de agosto de 1980

13.Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos - FRPCT
Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978
Decreto nº 11.842, de 07 de agosto de 1980
Decreto nº 27. 438, de 23 de outubro de 1985

14.Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó - FRPCH
Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978
Decreto nº 11.841, de 07 de agosto de 1980
Decreto nº 11.842, de 07 de agosto de 1980

15.Fundo Estadual de Defesa Civil - FEDC
Lei nº 8.099, de 01 de outubro de 1990
Decreto nº 4.857, de 27 de setembro de 1994

16.Fundo Rotativo de Fomento a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FUNCITEC
Constituição Estadual, Art. 193
Lei nº 7.958, de 05 de junho de 1990
Lei nº 8.244, de 17 de abril de 1991
Lei nº 8.519, de 08 de janeiro de 1992
Lei nº 10.185, de 17 de julho de 1996
Decreto nº 5.088, de 18 de julho de 1990
Decreto nº 5.087, de 18 de julho de 1990
Decreto nº 1.563, de 09 de abril de 1992
Decreto nº 2.911, de 11 de novembro de 1992

17.Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente - FEPEMA
Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980
Decreto nº 13.381, de 21 de janeiro de 1981
Decreto nº 13.382, de 21 de janeiro de 1981
Decreto nº 484, de 23 de agosto de 1991
Decreto nº 273, de 14 de agosto de 1995

18.Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - FADESC
Lei nº 7.320, de 08 de junho de 1988
Lei nº 8.247, de 18 de abril de 1991
Lei nº 9.885, de 19 de outubro de 1995
Decreto nº 3.305, de 24 de maio de 1989
Decreto nº 255, de 08 de julho de 1991
Decreto nº 3.347, de 01 de fevereiro de 1993
Decreto nº 396, de 11 de outubro de 1995
Decreto nº 774, de 03 de abril de 1996

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO
FOLHA Nº 00606

19.Fundo Estadual de Transportes - FET
Lei nº 8.303, de 15 de julho de 1991
Decreto nº 1.798, de 25 de maio de 1992

20.Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
Lei Complementar nº 143, de 26 de dezembro de 1995
Lei nº 10.074, de 30 de janeiro de 1996
Decreto nº 666, de 08 de fevereiro de 1996

21.Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC
Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988
Lei nº 10.220, de 24 de setembro de 1996

22.Fundo de Água e Esgoto - FAE
Decreto Legislativo nº 13, de 16 de abril de 1969
Decreto-Lei nº 949, de 13 de outubro de 1969
Decreto nº 25.892, de 07 de junho de 1985
Lei nº 9.823, de 13 de janeiro de 1995

Neste Relatório será analisado o desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial, referente ao exercício de 1996, comparado com os dados dos quatro últimos exercícios, período de 1992 a 1995.

Especificamente será detalhada a análise dos Fundos Estaduais da Saúde - **FES**, Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial - **FADESC**, Fundo para Melhoria da Segurança Pública - **FUMSP**, Fundo Estadual de Habitação Popular - **FEHAP**, Fundo de Melhoria da Polícia Militar - **FUMPOM**, Fundo Estadual de Assistência Social - **FEAS**.

DIVISÃO DE EXPED...
FOLHA Nº 00607

2. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

A Lei nº 10.056, de 29 de dezembro de 1995, estimou a receita e fixou a despesa para a Administração Estadual, para o exercício financeiro de 1996, em R$ 3.284.872.659,00, sendo destinado aos Fundos Especiais R$ 572.075.498,00, correspondendo a 17,42% do total estimado.

TABELA 151: RECEITA E DESPESA - BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS - 1996

Em R$

	RECEITA			DESPESA					RESULTADO
FUNDOS	PREVISÃO INICIAL	RECEITA REALIZADA	DIFERENÇA	FIXAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	DIFERENÇA	EXECUÇÃO ORÇAMENT
FRJ	7.300.000,00	11.934.162,14	4.634.162,14	7.300.000,00	10.784.993,99	18.084.993,99	6.441.941,34	11.643.052,65	5.492.220,80
FUNJURE	362.000,00	1.438.494,58	1.076.494,58	362.000,00	319.600,73	681.600,73	277.204,26	404.396,47	1.161.290,32
FEHAP	70.000.000,00	25.733.436,37	-44.266.563,63	70.000.000,00	4.031.095,36	74.031.095,36	28.652.696,87	45.378.398,49	-2.919.260,50
FT	1.212.500,00	310.743,99	-901.756,01	1.212.500,00	67.006,95	1.279.506,95	828.142,02	451.364,93	-517.398,03
FEPA	16.621.700,00	99.032,16	-16.522.667,84	16.621.700,00	1.073.732,90	17.695.432,90	2.427,39	17.693.005,51	96.604,77
FRM	32.000.000,00	6.205.739,05	-25.794.260,95	32.000.000,00	1.995.724,48	33.995.724,48	5.973.060,68	28.022.663,80	232.676,37
FIA	2.800.000,00	1.040.473,85	-1.759.526,15	2.800.000,00	166.254,01	2.966.254,01	1.257.641,51	1.708.612,50	-217.167,66
FES	303.137.698,00	79.928.161,53	-223.209.536,47	303.137.698,00	27.238.458,07	330.376.156,07	78.160.979,96	252.215.176,11	1.767.181,57
FUMSP	18.071.122,00	14.288.809,64	-3.782.312,36	18.071.122,00	13.274.836,78	31.345.958,78	11.552.485,62	19.793.473,16	2.736.324,02
FUMPOM	2.267.418,00	15.151.990,16	12.884.572,16	2.267.418,00	15.306.696,77	17.574.114,77	10.949.282,97	6.624.831,80	4.202.707,19
FRPCT	700.000,00	276.841,22	-423.158,78	700.000,00	42.610,83	742.610,83	244.741,22	497.869,61	32.100,00
FRPCH	700.000,00	237.322,49	-462.677,51	700.000,00	42.522,99	742.522,99	259.240,63	483.282,36	-21.918,14
FRPFL	150.000,00	109.382,35	-40.617,65	150.000,00	75.033,22	225.033,22	52.846,58	172.186,64	56.535,77
FUNCITEC	16.584.000,00	4.525.404,59	-12.058.595,41	16.584.000,00	3.394.559,48	19.978.559,48	1.168.238,00	18.810.321,48	3.357.166,59
FEPEMA	250.000,00	51.133,77	-198.866,23	250.000,00	14.790,28	264.790,28	92.770,00	172.020,28	-41.636,23
FADESC	62.300.000,00	26.919.454,85	-35.380.545,15	62.300.000,00	3.629.135,58	65.929.135,58	21.514.752,24	44.414.383,34	5.404.702,61
FET	2.100.000,00	763.001,76	-1.336.998,24	2.100.000,00	126.626,63	2.226.626,63	901.518,98	1.325.107,65	-138.517,22
FAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FDR	6.219.000,00	8.375.199,76	2.156.199,76	6.219.000,00	3.197.473,04	9.416.473,04	6.586.864,17	2.829.608,87	1.788.335,59
FEDC	41.063,00	0,00	-41.063,00	41.063,00	2.655,68	43.718,68	0,00	43.718,68	0,00
FEAS	26.258.997,00	20.156.226,19	-6.102.770,81	26.258.997,00	6.932.584,41	33.191.581,46	24.437.464,58	8.754.116,88	-4.281.238,39
FUPESC	3.000.000,00	422.845,76	-2.577.154,24	3.000.000,00	7.866,49	3.007.866,49	452.986,70	2.554.879,79	-30.140,94
TOTAL	572.075.498,00	217.967.856,21	-354.107.641,79	572.075.498,00	91.724.258,72	663.799.756,72	199.807.285,72	463.992.471,00	18.160.570,49

Fonte: Balanço Orçamentário / Comparativo da Despesa e da Receita dos Fundos Especiais - 1996

Analisando os dados de forma consolidada, observa-se que a Receita Orçamentária arrecadada pelos Fundos Especiais em 1996, totalizou R$ 217.967.856,21, apresentando um decréscimo de R$ 354.107.641,79 quando consideradas às previsões iniciais. O FES, o FADESC, o FEHAP, o FEAS, o FUMPOM e o FUMSP, responderam por 83,58% (R$182.178.078,74) da Receita Orçamentária arrecadada pelos Fundos Especiais.

A Despesa Orçamentária autorizada, no exercício de 1996, foi de R$ 663,799 milhões, correspondente aos créditos fixados de R$ 572,075 milhões, acrescidos dos créditos adicionais de R$ 91,724 milhões.

Os créditos autorizados de R$ 663,799 milhões, representaram 116,03% da Despesa Orçamentária fixada (R$ 572,075 milhões).

Do total de créditos autorizados, R$ 663,799 milhões, foram realizadas despesas no montante de R$ 199,807 milhões, correspondente a 30,10% do total, evidenciando que o orçamento, como instrumento de programação das ações de governo, teve sua efetividade prejudicada.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00609

TABELA 152: RECEITAS E DESPESAS (CORRENTES E DE CAPITAIS) - 1996

Em R$

FUNDOS	RECEITA			DESPESA		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
FRJ	11.843.462,11	90.700,03	11.934.162,14	587.567,87	5.854.373,47	6.441.941,34
FUNJURE	1.438.494,58	0,00	1.438.494,58	73.492,77	203.711,49	277.204,26
FEHAP	10.173.065,36	15.560.371,01	25.733.436,37	9.902.056,16	18.750.640,71	28.652.696,87
FT	52.274,99	258.469,00	310.743,99	1.064,94	827.077,08	828.142,02
FEPA	99.032,16	0,00	99.032,16	2.427,39	0,00	2.427,39
FRM	205.230,55	6.000.508,50	6.205.739,05	750,00	5.972.310,68	5.973.060,68
FIA	749.976,24	290.497,61	1.040.473,85	955.437,86	302.203,65	1.257.641,51
FES	71.305.067,07	8.623.094,46	79.928.161,53	68.915.077,38	9.245.902,58	78.160.979,96
FUMSP	14.288.809,64	0,00	14.288.809,64	3.727.734,60	7.824.751,02	11.552.485,62
FUMPOM	15.151.990,16	0,00	15.151.990,16	7.380.282,13	3.569.000,84	10.949.282,97
FRPCT	276.841,22	0,00	276.841,22	224.891,22	19.850,00	244.741,22
FRPCH	209.042,20	28.280,29	237.322,49	255.940,63	3.300,00	259.240,63
FRPFL	81.823,32	27.559,03	109.382,35	52.846,58	0,00	52.846,58
FUNCITEC	3.568.779,55	956.625,04	4.525.404,59	1.159.867,00	8.371,00	1.168.238,00
FEPEMA	51.133,77	0,00	51.133,77	81.380,00	11.390,00	92.770,00
FADESC	29.542,96	26.889.911,89	26.919.454,85	0,00	21.514.752,24	21.514.752,24
FET	141.326,56	621.675,20	763.001,76	0,00	901.518,98	901.518,98
FAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FDR	2.675.575,08	5.699.624,68	8.375.199,76	1.959.997,78	4.626.866,39	6.586.864,17
FEDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEAS	20.156.226,19	0,00	20.156.226,19	21.488.446,58	2.949.018,00	24.437.464,58
FUPESC	422.845,76	0,00	422.845,76	452.986,70	0,00	452.986,70
TOTAL	152.920.539,47	65.047.316,74	217.967.856,21	117.222.247,59	82.585.038,13	199.807.285,72

Fonte: Balanço Orçamentário / Comparativo da Despesa e da Receita dos Fundos Especiais - 1996

Do total arrecadado pelos Fundos Especiais, as participações mais expressivas foram decorrentes do FES, com R$ 79,928 milhões (36,67%), FADESC, R$ 26,919 milhões (12,35%), FEHAP, com R$ 25.733 milhões (11,80%), FEAS com R$ 20,156 milhões (9,24%), o FUMPOM, com R$ 15,151 milhões (6,95%) e o FUMSP com R$ 14,288 milhões (6,55%).

Receitas

TABELA 153: RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES E DE CAPITAL-1992 a 1996

Em R$ 1.000

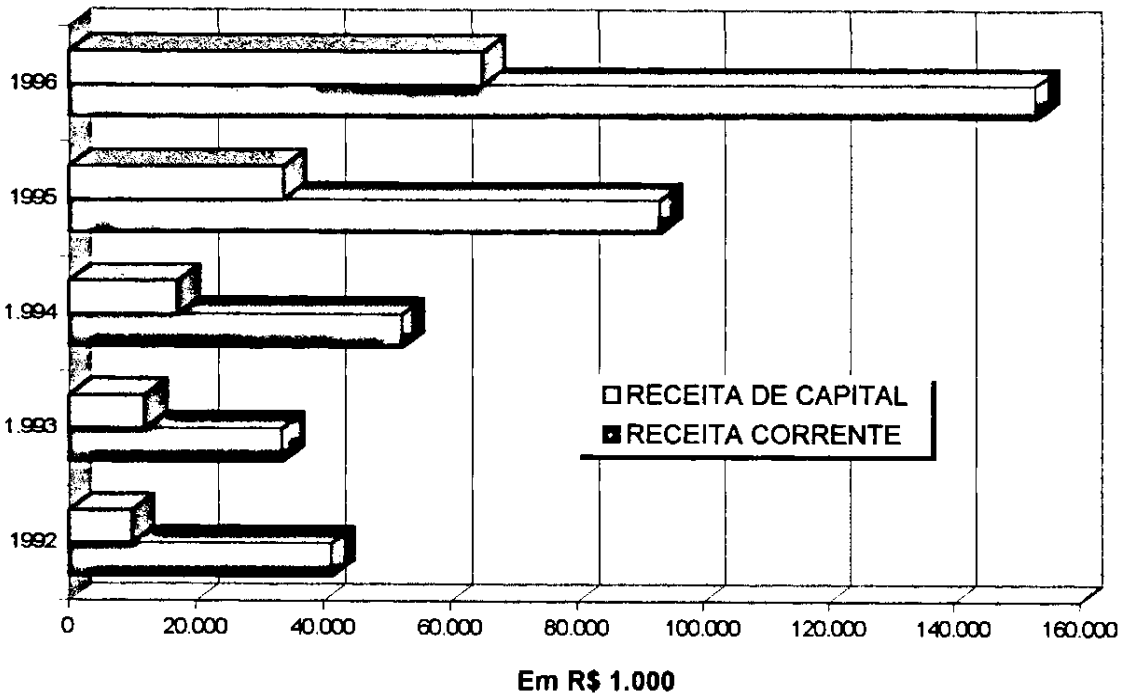
RECEITAS/CATEGORIA ECONÔMICA	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%
RECEITA CORRENTE	41.288	80,71	33.513	73,83	52.329	75,40	93.144	73,40	152.920	70,16
RECEITA DE CAPITAL	9.866	19,29	11.881	26,17	17.070	24,60	33.751	26,60	65.047	29,84
TOTAL	51.154	100,00	45.394	100,00	69.400	100,00	126.896	100,00	217.967	100,00

Fonte: Balanços dos Fundos Especiais
Inflator utilizado: IGP/DI (médio)

As Receitas Orçamentárias, no exercício de 1996, apresentaram uma elevação de R$ 91,071 milhões (71,77%) em relação a 1995; R$ 148,567 milhões (214,07%) em relação a 1994; R$ 172,573 milhões (380,17 %) em relação a 1993 e R$ 166,813 milhões (326,10 %) em relação a 1992. As Receitas Correntes representaram 70,16% das Receitas Totais, em 1996, e as Receitas de Capital, 29,84%.

FOLHA Nº 00609

GRÁFICO 70 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES E DE CAPITAL-1992 A 1996



Fonte: Balanços dos Fundos Especiais

No exercício de 1996, as Receitas Correntes e as Receitas de Capital registraram, em relação a 1995, crescimento de R$ 59,776 milhões (64,18%) e R$ 31,296 milhões (92,73%) respectivamente.

O montante das receitas realizadas pelos Fundos Especiais, corresponde a 3,87%, da receita total do Estado, que foi de R$ 3,563 bilhões, deduzidos desta os repasses realizados como Transferência aos Fundos.

TABELA 154:PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DOS FUNDOS ESPECIAIS - 1992 a 1996

Em R$ 1.000

EXERCÍCIO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	RECURSOS DO ESTADO (B)	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO (B/A) %
1992	51.154	17.271	33,76
1993	45.394	14.091	31,04
1994	69.400	41.431	59,70
1995	126.896	67.334	53,06
1996	217.968	89.368	41,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais
Inflator utilizado: IGP/DI (médio)

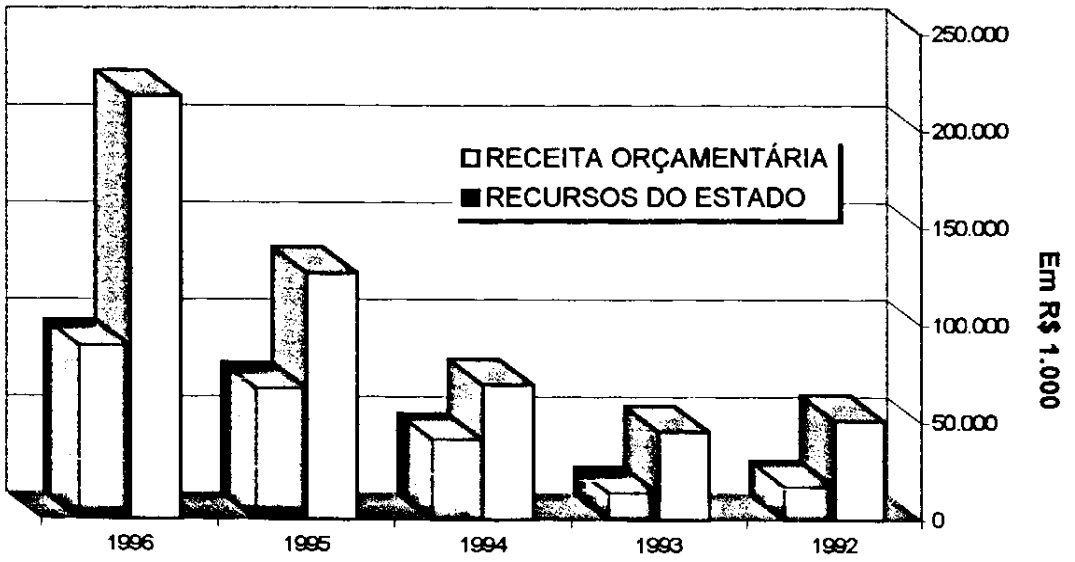
Verifica-se que os valores repassados pelo Governo Estadual para os Fundos Especiais em 1992 representaram 33,76% das receitas dos Fundos Especiais; no exercício de 1993, 31,04%; no exercício de 1994, 59,70%; no exercício de 1995, 53,06%; e no exercício de 1996, 41,0%.

Observa-se que, em 1996, os recursos do Estado representam uma parcela menor na composição das receitas dos Fundos Especiais, quando comparado com o exercício anterior, em percentuais, havendo uma queda de 12,06 pontos percentuais.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00610

Conforme demonstrado acima, verifica-se uma tendência de queda na Transferência de recursos do Estado para os Fundos Especiais quando considerado o período de 1994 a 1996.

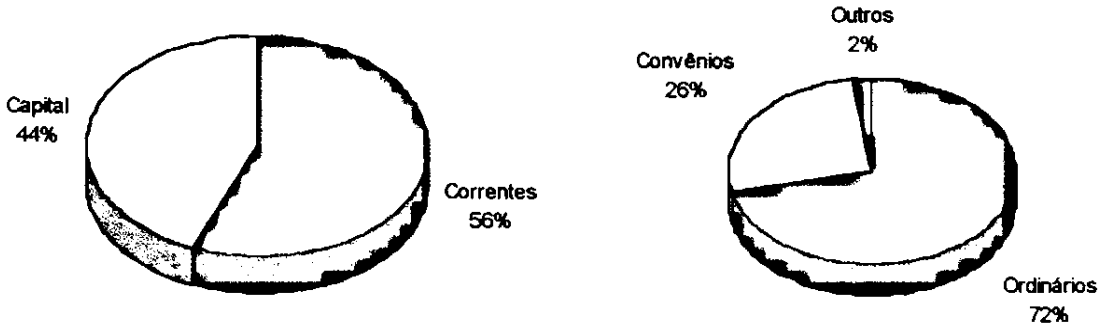
GRÁFICO 71 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DOS FUNDOS ESPECIAIS - 1992 A 96



Fonte:Balanços dos Fundos Especiais

Do total das receitas dos Fundos Especiais, decorrentes de Transferências efetivamente realizadas e contabilizadas, R$ 89,368 milhões, as Transferências Correntes, corresponderam a 56,04% (R$ 50,086 milhões) e as Transferências de Capital corresponderam a 43,96% (R$ 39,282 milhões).

GRÁFICO 72 - FORMA DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA DOS FUNDOS ESPECIAIS -1996



Fonte: Balanços dos Fundos Especiais

Do total de R$ 89,368 milhões de Transferências do Estado aos Fundos Especiais, R$ 63,875 milhões (71,48%) referem-se a recursos ordinários, R$ 23,405 milhões (26,19%) referem-se a recursos de convênios e R$ 2,088 milhões (2,34%) são provenientes de outros recursos.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00611

Despesas

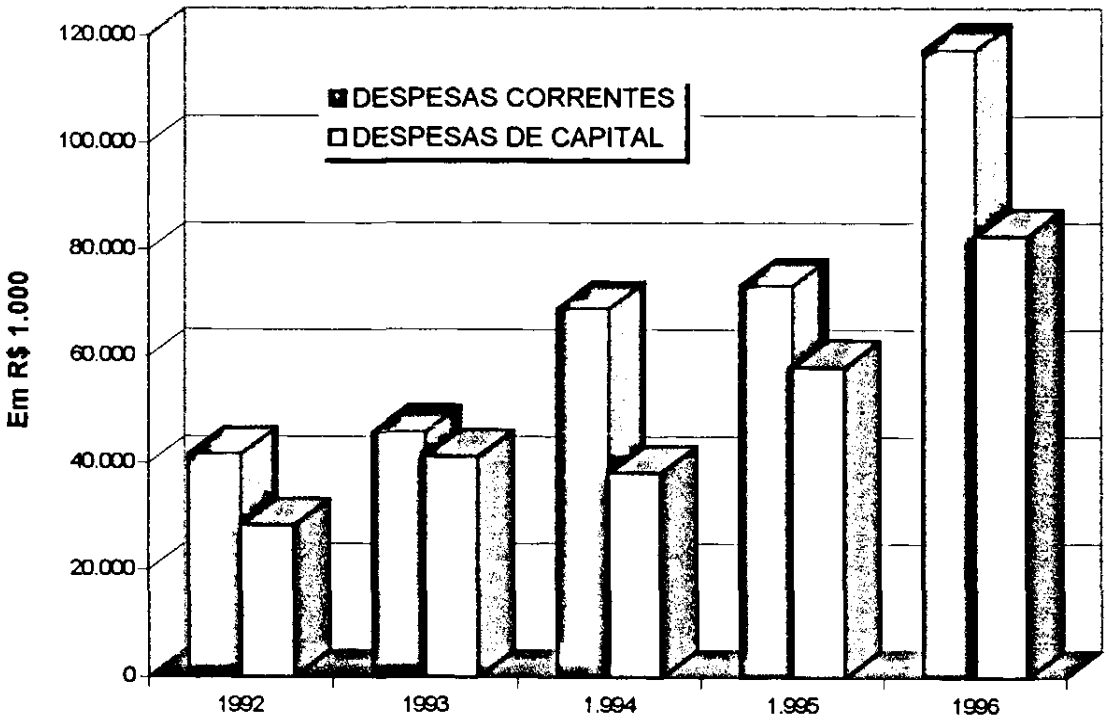
TABELA 155: DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES E DE CAPITAL-1992 a 1996

Em R$ 1.000

	1992		1993		1994		1995		1996	
DESPESA/CATEGORIA ECONÔMICA	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	41.692	59,53	45.733	52,63	68.938	64,33	73.299	55,82	117.222	58,67
DESPESAS DE CAPITAL	28.345	40,47	41.168	47,37	38.219	35,67	58.012	44,18	82.585	41,33
TOTAL	70.037	100,00	86.901	100,00	107.156	100,00	131.311	100,00	199.807	100,00

Fonte: Balanços dos Fundos Especiais
Inflator utilizado: IGP/DI (médio)

GRÁFICO 73 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES E DE CAPITAL-1992 A 1996



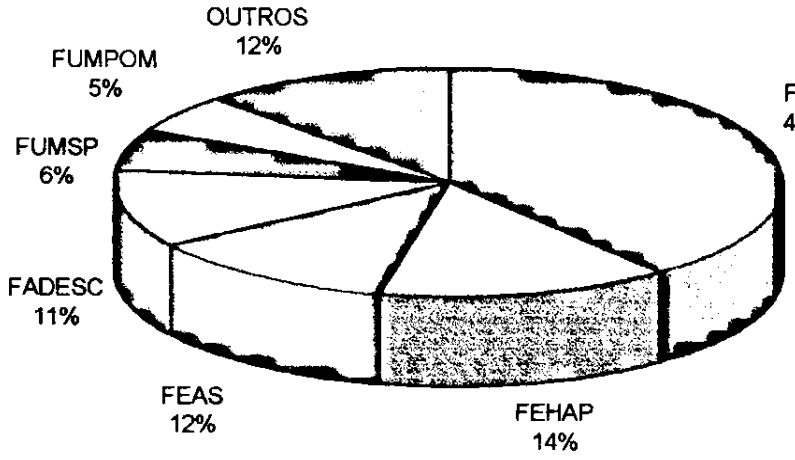
Fonte: Balanços dos Fundos Especiais

A Despesa Orçamentária, em 1996, registrou crescimento, em relação a 1995, de R$ 68,496 milhões, correspondendo a 52,16%.

Da Despesa Orçamentária realizada, as Despesas Correntes representam 58,67% (R$ 117,222 milhões) e as Despesas de Capital, 41,33% (R$ 82,585 milhões).

O montante das despesas realizadas pelos Fundos Especiais em 1996, representa 6,13%, quando comparadas com o total da despesa do Estado R$ 3,259 bilhões, deduzidos desta os repasses realizados como transferência aos Fundos Especiais. Em 1995 este percentual era de 4,85%

GRÁFICO 74 - DESPESA REALIZADA PELOS FUNDOS ESPECIAIS DO ESTADO - 1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00612

Fonte: Balanços dos Fundos Especiais

Do montante da Despesa Orçamentária realizada pelos Fundos Especiais, no exercício de 1996, o FES participou com R$ 78,160 milhões (39,11%), o FEHAP com R$ 28,652 milhões (14,33%), o FEAS com R$ 24,437 milhões (12,23%), o FADESC com R$ 21,514 milhões (10,76%) o FUMSP com R$ 11,552 milhões (5,78%) e o FUMPOM com R$ 10,949 milhões (5,47%).

Resultado da Execução Orçamentária

TABELA 156: RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1992 a 1996

Em R$1,000

RESULTADO DA	1992	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-18.883	-41.508	-119,81	-37.757	9,04	-4.415	88,31	18.160	435,81

Fonte: Balanços dos Fundos Especiais
Inflator utilizado: IGP/DI (médio)

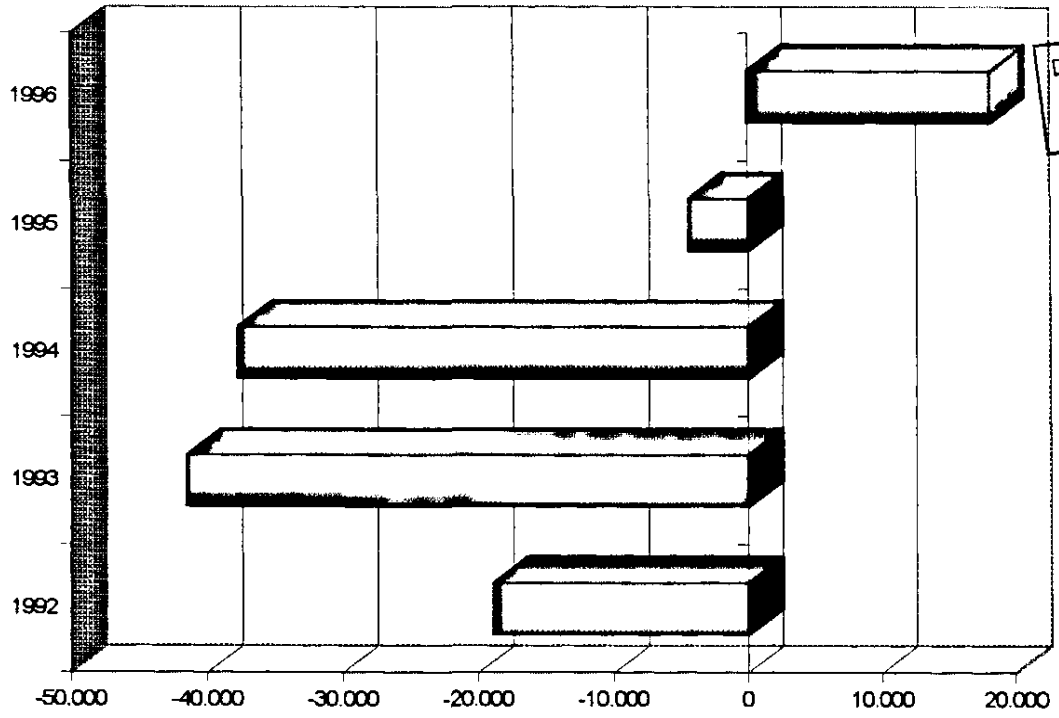
O Resultado da Execução Orçamentária, na ordem de R$ 18,160 milhões, foi 453,81% superior ao resultado da Execução Orçamentária de 1995.

Observa-se, quanto ao desempenho da execução orçamentária uma significativa melhora, quando comparados o resultado consolidado alcançado em 1996 com os exercícios anteriores.

A tabela 136 evidencia que os Fundos Especiais que apresentaram déficit orçamentário no exercício de 1996, foram o FEAS com resultado negativo de R$ 4,281 milhões, o FEHAP com R$2,919 milhões, o FT com R$ 517 mil, o FIA com 217 mil, o FET com R$ 138 mil, o FEPEMA com 41 mil, o FUPESC com R$ 30 mil, e o FRPCH com R$ 21 mil.

Para a formação do superávit orçamentário do período, o registrado pelo **FRJ**, foi o que mais contribuiu.

GRÁFICO 75 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1992 A 1996



DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00613

Fonte: Balanços dos Fundos Especiais

3. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

O Fluxo das operações de caráter financeiro, realizadas pelos Fundos Especiais no exercício de 1996, está assim evidenciado:

TABELA 157: FLUXO FINANCEIRO DOS FUNDOS ESTADUAIS - 1996

Em R$

FUNDOS	RECEITA ARRECADADA		DISPONIBILIDADE INICIAL	TOTAL	DESPESA REALIZADA		DISPONIBILIDADE FINAL
	ORÇAMENTÁRIO	EXTRA ORÇAMENTÁRIO			ORÇAMENTÁRIO	EXTRA ORÇAMENTÁRIO	
FRJ	11.934.162,14	26.085.261,41	12.108.796,72	50.128.220,27	6.441.941,34	23.741.370,70	19.944.908,23
FUNJURE	1.438.494,58	304.495,78	511.660,25	2.254.650,61	277.204,26	286.577,94	1.690.868,41
FEHAP	25.733.436,37	38.942.966,59	0,00	64.676.402,96	28.652.696,87	36.023.706,09	0,00
FT	310.743,99	2.098.418,69	318.930,77	2.728.093,45	828.142,02	1.751.047,89	148.903,54
FEPA	99.032,16	369.079,74	9.504,40	477.616,30	2.427,39	475.188,91	0,00
FRM	6.205.739,05	18.723.277,85	1.497.053,12	26.426.070,02	5.973.060,68	19.835.850,16	617.159,18
FIA	1.040.473,85	2.124.985,71	440.075,15	3.605.534,71	1.257.641,51	2.014.127,04	333.766,16
FES	79.928.161,53	217.064.246,99	1.160.047,18	298.152.455,70	78.160.979,96	215.679.073,51	4.312.402,23
FUMSP	14.288.809,64	25.870.176,51	1.404.353,88	41.563.340,03	11.552.485,62	28.969.188,74	1.041.665,67
FUMPOM	15.151.990,16	23.843.230,49	627.418,73	39.622.639,38	10.949.282,97	27.851.288,70	822.067,71
FRPCT	276.841,22	433.691,80	1.200,00	711.733,02	244.741,22	433.691,80	33.300,00
FRPCH	237.322,49	437.001,19	3.056,31	677.379,99	259.240,63	417.512,23	627,13
FRPFL	109.382,35	79.183,01	64.631,23	253.196,59	52.846,58	79.183,01	121.167,00
FUNCITEC	4.525.404,59	4.991.184,25	3.873,07	9.520.461,91	1.168.238,00	7.637.768,97	714.454,94
FEPEMA	51.133,77	222.150,00	180.823,99	454.107,76	92.770,00	222.150,00	139.187,76
FADESC	26.919.454,85	31.875.104,50	0,00	58.794.559,35	21.514.752,24	37.279.807,11	0,00
FET	763.001,76	2.024.747,26	624.097,70	3.411.846,72	901.518,98	2.068.440,67	441.887,07
FAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FDR	8.375.199,76	14.082.588,12	467.382,41	22.925.170,29	6.586.864,17	16.091.157,17	247.148,95
FEDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEAS	20.156.226,19	52.368.481,30	0,00	72.524.707,49	24.437.464,58	47.865.123,58	222.119,33
FUPESC	422.845,76	862.367,95	0,00	1.285.213,71	452.986,70	793.357,92	38.869,09
TOTAL	217.967.856,21	462.802.639,14	19.422.904,91	700.193.400,26	199.807.285,72	469.515.612,14	30.870.502,40

Fonte: Balanços dos Fundos Especiais

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00514

611

O demonstrativo supra evidencia que os Fundos Especiais, no exercício de 1996, registraram disponibilidade inicial no montante de R$ 19,422 milhões, Receita Orçamentária de R$ 217,967 milhões e Receita Extra-Orçamentária de R$ 462,802 milhões. Realizaram Despesa Orçamentária de R$ 199,807 milhões, Despesa Extra-Orçamentária de R$ 469,515 milhões, resultando no saldo de R$ 30,807 milhões de disponibilidade final.

Destaque-se o volume acentuado de recursos contabilizados no fluxo extra-orçamentário, que se revelam bem superiores aos do fluxo orçamentário. Da Receita Total, a Receita Orçamentária representa 32,02% e a Receita Extra-Orçamentária, 67,98%. De outra parte, da Despesa Total, a Despesa Orçamentária representa 29,85% e a Despesa Extra-Orçamentária 70,15%.

Os recursos movimentados através do fluxo extra-orçamentário, são básicamente provenientes de Restos a Pagar, Consignações, Depósitos de Diversas Origens e de registros intermediários de Despesa Empenhada a Pagar e Despesa Empenhada a Liquidar.

4. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

A composição do Patrimônio Financeiro e Permanente dos Fundos Especiais do Estado, bem como o Saldo Patrimonial Resultante, estão assim demonstrados:

TABELA 158: DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 1996

Em R$

FUNDOS	ATIVO			PASSIVO			SALDO
	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	PATRIMONIAL
FRJ	19.944.908,23	2.743.824,08	22.688.732,31	6.232.021,89	0,00	6.232.021,89	16.456.710,42
FUNJURE	1.690.868,41	278.365,98	1.969.234,39	18.459,34	0,00	18.459,34	1.950.775,05
FEHAP	0,00	16.558.293,28	16.558.293,28	3.190.269,70	0,00	3.190.269,70	13.368.023,58
FT	148.903,54	2.238.516,19	2.387.419,73	798.219,36	0,21	798.219,57	1.589.200,16
FEPA	4.894,28	49,20	4.943,48	1.362.520,85	0,00	1.362.520,85	-1.357.577,37
FRM	617.159,18	967.778,61	1.584.937,79	424.582,08	0,02	424.582,10	1.160.355,69
FIA	337.164,29	0,00	337.164,29	303.037,88	0,00	303.037,88	34.126,41
FES	4.605.991,09	0,00	4.605.991,09	41.355.468,44	0,00	41.355.468,44	-36.749.477,35
FUMSP	9.559.578,49	3.164.817,06	12.724.395,55	6.509.288,69	0,00	6.509.288,69	6.215.106,86
FUMPOM	6.927.903,01	3.723.783,49	10.651.686,50	2.889.915,15	0,00	2.889.915,15	7.761.771,35
FRPCT	33.300,00	33.199,72	66.499,72	0,00	0,00	0,00	66.499,72
FRPCH	788,99	22.820,78	23.609,77	41.415,56	0,00	41.415,56	-17.805,79
FRPFL	121.167,00	28.915,68	150.082,68	0,00	0,00	0,00	150.082,68
FUNCITEC	714.456,68	654.725,10	1.369.181,78	109.467,00	0,00	109.467,00	1.259.714,78
FEPEMA	139.187,76	35.512,39	174.700,15	0,00	0,00	0,00	174.700,15
FADESC	0,00	52.057.551,60	52.057.551,60	674,09	0,00	674,09	52.056.877,51
FET	441.887,07	0,00	441.887,07	20.475,41	0,00	20.475,41	421.411,66
FAE	784.850,56	66.842.868,01	67.627.718,57	0,00	0,00	0,00	67.627.718,57
FDR	1.131.651,70	5.554.760,76	6.686.412,46	261.818,28	0,00	261.818,28	6.424.594,18
FEDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEAS	255.067,15	0,00	255.067,15	4.536.305,54	0,00	4.536.305,54	-4.281.238,39
FUPESC	143.869,75	90.025,00	233.894,75	174.010,69	0,00	174.010,69	59.884,06
TOTAL	47.603.597,18	154.995.806,93	202.599.404,11	68.227.949,95	0,23	68.227.950,18	134.371.453,93

Fonte: Balanço Geral do Estado/Balanços dos Fundos

O demonstrativo apresenta a situação patrimonial dos Fundos Especiais, cujo Saldo Patrimonial em 1996 era de R$ 134,371 milhões. Do resultado consolidado apresentado deve-se salientar o desempenho o Fundo de Desenvolvimento Empresarial do Estado de SC - FADESC, e o Fundo de Agua e Esgoto - FAE, devido ao valor registrado em seus Ativos Permanente.

TABELA 159: SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO - 1992 a 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00615

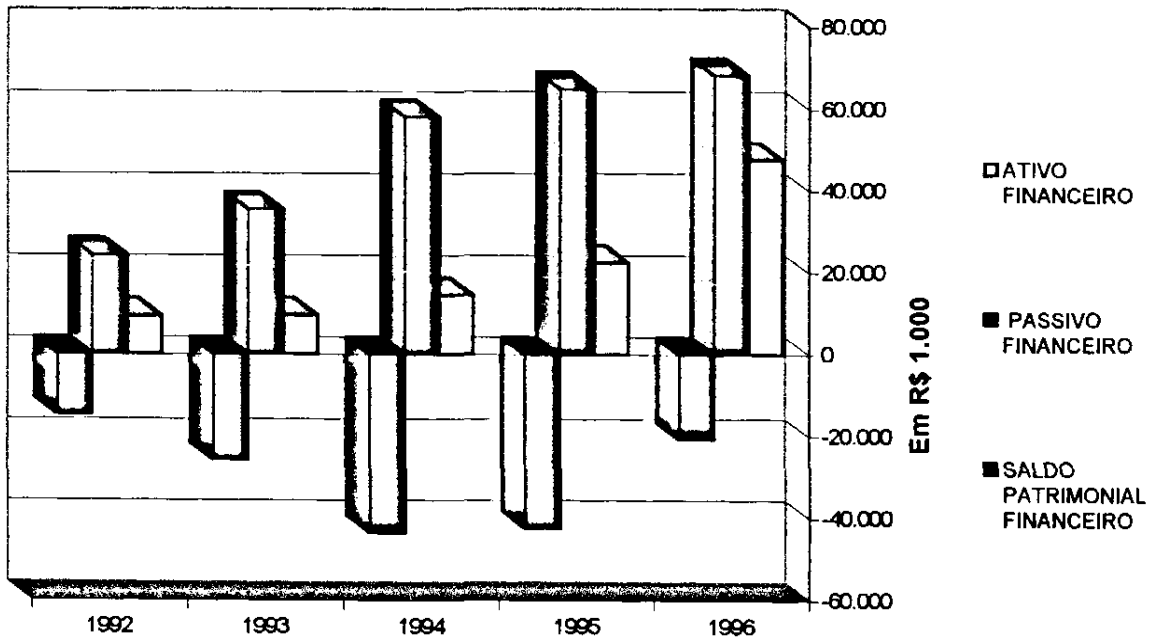
Em R$ 1.000

EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	
1992	9.385	24.223	-14.838
1993	9.588	35.453	-25.865
1994	14.528	58.099	-43.571
1995	22.432	64.879	-42.447
1996	47.603	68.228	-20.625

Fonte: Balanço Geral do Estado/Balanços dos Fundos
Inflator utilizado: IGP/DI (Dezembro)

O Saldo Patrimonial Financeiro consolidado, em 1996, foi negativo em R$20,625 milhões, sendo o FES o principal responsável por este resultado, visto que seu Passivo Financeiro, isoladamente, foi superior ao Ativo Financeiro em R$ 36,749 milhões. No período de 1992 a 1994 os Fundos Especiais apresentaram um sucessivo Saldo Patrimonial Financeiro negativo crescente. De 1994 para 1996 houve uma tendência de redução do Saldo Patrimonial Financeiro negativo, representando uma melhora no desempenho dos Fundos.

GRÁFICO 76 - SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO - 1992 A 1996



Fonte: Balanço Geral do Estado/Balanços dos Fundos

O Ativo Financeiro em 1996 foi superior ao do exercício de 1995 em 132,02% e o Passivo Financeiro foi superior ao do exercício de 1995 em 14,98%.

TABELA 160: SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE - 1992 a 1996

Em R$ 1.000

EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO PERMANENTE		SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE
	ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE	
1992	101.582	-	101.582
1993	76.142	-	76.142
1994	98.733	-	98.733
1995	127.328	-	127.328
1996	154.996	-	154.996

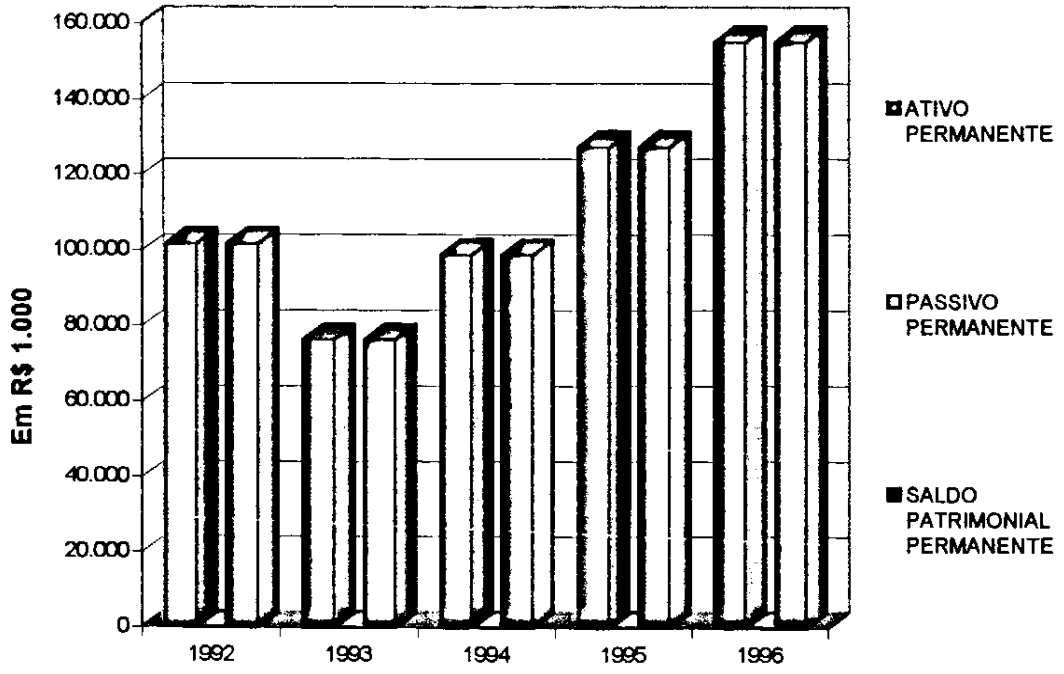
Fonte: Balanço Geral do Estado/Balanços dos Fundos
Inflator utilizado: IGP/DI (Dezembro)

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00616

613

O Saldo Patrimonial Permanente apresentou um resultado positivo no exercício de 1996 de R$ 154.996 milhões. O principal responsável por este resultado foi o FAE, visto que, o seu Saldo Patrimonial Permanente registra o valor de R$ 66,843 milhões.

GRÁFICO 77 - SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE - 1992 A 1996



Fonte: Balanço Geral do Estado/Balanços dos Fundos

O Saldo Patrimonial Permanente do exercício de 1996 comparado ao do exercício de 1995 obteve um acréscimo de 21,73%.

TABELA 161: SALDO PATRIMONIAL TOTAL - 1992 a 1996

Em R$ 1.000

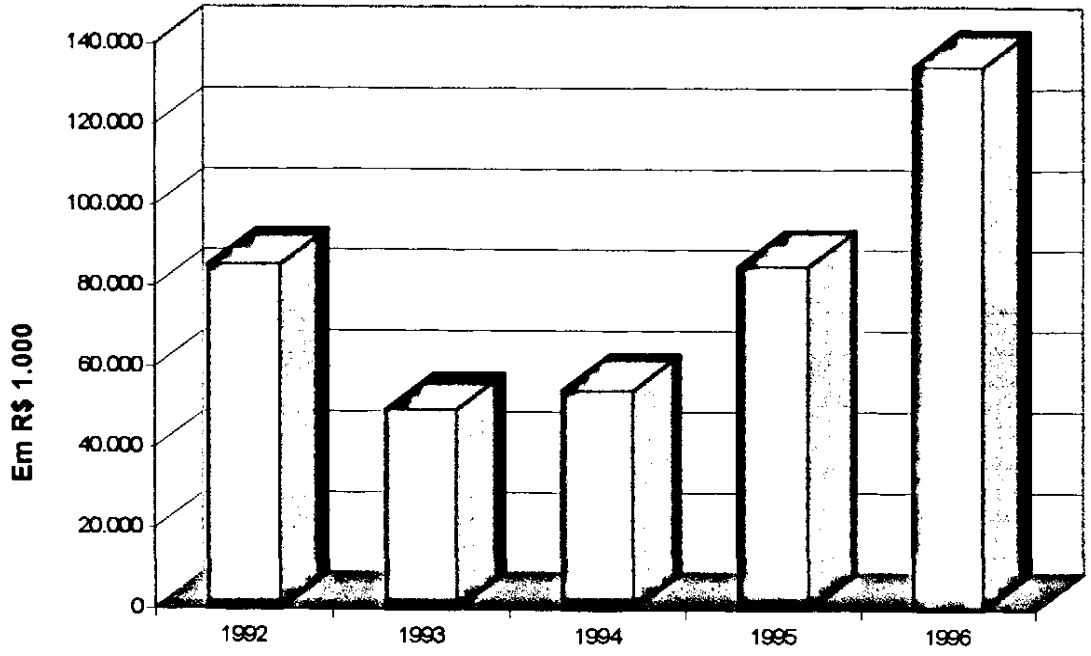
EXERCÍCIO	SALDO FINANCEIRO	SALDO PERMANENTE	TOTAL
1992	-14.838	101.582	86.744
1993	-25.865	76.142	50.277
1994	-43.571	98.733	55.162
1995	-42.447	127.328	84.881
1996	-20.625	154.996	134.371

Fonte: Balanços dos Fundos Especiais
Inflator utilizado: IGP/DI (Dezembro)

O Saldo Patrimonial Total de 1996 foi superior em R$ 49,490 milhões, representando um crescimento de 58,31% em relação a 1995.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00617

GRÁFICO 78 - SALDO PATRIMONIAL TOTAL - 1992 A 1996



Fonte: Balanço Geral do Estado/Balanços dos Fundos

5. APLICAÇÃO DE RECURSOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Constituição do Estado de Santa Catarina em seu artigo 193 destina recursos do Estado à pesquisa científica e tecnológica, prescrevendo:

"Art.193-O Estado destinará à pesquisa científica e tecnológica pelo menos dois por cento de suas receitas correntes, delas excluídas as parcelas pertencentes aos Municípios, destinando-se metade à pesquisa agropecuária, liberadas em duodécimos."

A Lei nº 7.958, de 5 de junho de 1990, alterada pela Lei nº 8.519, de 08 de janeiro de 1992, em seu artigo 4º inciso I e §1º, estabelece:

"Art. 4º...
I - dotação anual equivalente a no mínimo, 2% (dois por cento) das Receitas Correntes do Estado, consignadas no Orçamento, delas excluídas as parcelas destinadas aos municípios, na forma do artigo 193 da Constituição Estadual, assim escalonada:

a)...
b)...
c) No execício de 1992, 1,5% (um virgula cinco por cento); e
d) No exercício de 1993, e seguintes, 2% (dois por cento);

§1º -Dos recursos previstos no inciso I deste artigo, 50% (cinqüenta por cento) serão destinados ao Fundo Rotativo do Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FUNCITEC, e 50% (cinqüenta por cento) ao Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina - FEPA."

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00618

A seguir, demonstra-se os valores previstos na legislação vigente a serem aplicados e os efetivamente aplicados pelo Estado, através de seus Fundos Especiais, nas áreas de ciência e tecnologia, no período 1992/1996.

TABELA 162: APLICAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 1992 a 1996

Em R$1.000

EXERCÍCIO	RECEITAS CORRENTES DEDUZIDAS AS PARCELAS DOS MUNICÍPIOS	LIMITE MÍNIMO LEGAL DE APLICAÇÃO		RECURSOS TRANSFERIDOS AOS FUNDOS	
		VALOR	%	VALOR	%
1992	773.119	11.596	1,50	1.152	0,16
1993	835.227	16.705	2,00	339	0,04
1994	1.092.482	21.850	2,00	1.087	0,11
1995	1.790.689	35.813	2,00	2.783	0,16
1996	2.030.596	40.612	2,00	4.494	0,22

Fonte:Balanço Geral do Estado/Balanços dos Fundos
Inflator utilizado: IGP/DI (médio)

Os recursos aplicados em ciência e tecnologia, no exercício de 1996 no montante de R$ 4,494 milhões, representam 0,22% das Receitas Correntes Arrecadadas pelo Estado, deduzidas as parcelas pertencentes aos Municípios.

Não foi atendido o limite mínimo, determinado na Constituição do Estado e na Lei nº 7.958/90, deixando de ser aplicado em ciência e tecnologia o valor de R$ 36,118 milhões, equivalente a 1,78% das receitas correntes do Estado, deduzida a parcela pertencente aos Municípios.

Contudo, houve uma recuperação dos investimentos quando comparado aos exercícios de 1992 a 1995.

Quanto ao desempenho do FUNCITEC e do FEPA, verificou-se que ambos apresentaram superávit orçamentário de R$ 3.357.166,59 e R$ 96.604,77, respectivamente, situação inversa da apresentada em 1995.

As receitas decorrentes de Transferência do Estado representaram 97,12% do total das Receitas do FUNCITEC e 99,43% do total das Receitas do FEPA.

6. ANÁLISE ESPECÍFICA

Passaremos a analisar o FES, o FADESC, o FEHAP, o FEAS, o FUMPOM e o FUMSP, de forma destacada, pelo fato de representarem 83,58% (R$182.178.078,74) da Receita Orçamentária arrecadada pelos Fundos Especiais.

6.1 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES

O Fundo Estadual de Saúde, pela sua destacada influência nos resultados consolidados antes demonstrados, passa a ser analisado, a seguir, isoladamente.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00619

No exercício de 1996, a receita total realizada pelo FES foi da ordem de R$ 296,992 milhões, sendo R$ 79,928 milhões de Receita Orçamentária e R$ 217,064 milhões de Receita Extra-Orçamentária.

Realizou, no mesmo período, a despesa total de R$ 293,840 milhões, constituída de R$ 78,161 milhões de Despesa Orçamentária e R$ 215,679 milhões de Despesa Extra-Orçamentária. Estes dados encontram-se evidenciados na Tabela 142.

6.1.1 - Execução Orçamentária

Os recursos gastos com cada PROJETO/ATIVIDADE e sua participação no total das despesas do Fundo Estadual de Saúde, em 1996 são os seguintes:

TABELA 163: GASTO POR PROJETO ATIVIDADE - 1996

Em R$

P/A	VALOR	%
2700-Administração e Manutenção do Fundo Estadual de Saúde	19.215.985,78	24,59
2702-Desenvolvimento de Recursos Humanos	278.632,16	0,36
1658-Programa de Modernização da Saúde	9.245.381,58	11,83
2444-Assistência Ambulatorial e Ações Básicas de Saúde	13.692.083,87	17,51
2445-Assitência Hospitalar	35.728.896,57	45,71
TOTAL	78.160.979,96	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

Os maiores gastos realizados pelo FES, em 1996, concentram-se nos Projetos Atividades de Assistência Hospitalar, com 45,71% das despesas totais. A Assistência Ambulatorial e Ações Básicas de Saúde, representaram 17,51% do total, a Administração e Manutenção 24,59%, o Programa de Modernização da Saúde 11,83%, e Desenvolvimento de Recursos Humanos 0,36%.

Com relação a 1995 as despesas com manutenção do Fundo Estadual de Saúde elevaram-se em 10,83%, e as despesas com Assistência Hospitalar e Desenvolvimento de Recursos Humanos cairam 11,34%.

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício de 1996, por Categorias Econômicas, passa a ser assim demonstrada:

TABELA 164: PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA - 1996

Em R$

CLASSIFICAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES*	71.305.067,07	89,21
Receita Tributária	43.481,33	0,05
Receita de Contribuições	6.938,19	0,01
Receita Patrimonial	878.558,34	1,10
Receita Industrial	327.697,06	0,41
Receita de Serviços	37.201.829,54	46,54
Transferências do Estado	12.681.958,56	15,87
Outras Receitas Correntes	20.164.604,05	25,23
RECEITAS DE CAPITAL *	8.623.094,46	10,79
Transferências Intragovernamentais	8.623.094,46	10,79
TOTAL*	79.928.161,53	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00529

617

Das receitas arrecadadas pelo FES constata-se que 89,21% referem-se a Receitas Correntes e que estas são compostas em sua maior parte por receitas de Serviços, provenientes de Recursos de Convênios, R$ 9.218.098,31 e de Prestação de Serviços de AIH's(guias de atendimento e internação hospitalares) e do SIA/GAP (SIA Serviço de Internação e Atendimento, GAP Guia de Autorização de Pagamento) R$ 27.983.731,23.

As Receitas de Capital, de 10,79%, são compostas exclusivamente por receitas de Transferências Intragovernamentais.

6.1.2 - Análise Da Situação Patrimonial

A situação patrimonial do FES demonstra que o Ativo é composto exclusivamente pelo Ativo Financeiro. O Ativo Financeiro é integrado pelo Disponível, 93,63%, e pelo Realizável, 6,37%, sendo que R$ 265.168,40, estão inscritos na conta "Tesouro do Estado Conta Valores Realizáveis".

TABELA 165: SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 1996

Em R$

ESPÉCIE	ATIVO	%	ESPÉCIE	PASSIVO	%
FINANCEIRO	4.605.991,09	100,00	FINANCEIRO	41.355.468,44	100,00
Disponível	4.312.402,23	93,63	Restos a Pagar	40.670.652,40	98,34
Realizável	293.588,86	6,37	Dep. Div. Origens	662.658,21	1,60
			Despesas Impug.	22.157,83	0,06
SOMA DO ATIVO	4.605.991,09	100,00	SOMA DO PASSIVO	41.355.468,44	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

O Passivo do Fundo Estadual de Saúde é formado exclusivamente pelo Passivo Financeiro, que é composto em 98,34% por Restos a Pagar, 1,60% por Depósitos de Diversas Origens e Despesas Impuganadas 0,06%.

A Conta Despesas Impugnadas é composta por pagamentos indevidos de responsabilidade:

RESPONSÁVEL	VALOR
Ronaldo Moura Fiuza	R$ 19.635,43
Carlos C. Domelles Schoeller	R$ 2.522,40.
TOTAL	**R$ 22.157,83**

A Conta Depósitos de Diversas Origens é composta por:

CREDOR	VALOR
Ari Rocha e Outros	R$ 636.617,50
Hospital Gov. Celso Ramos	R$ 24.110,71
Hospital Reg. H.M.Gomes	R$ 1.000,00
Instituto de Cardiologia	R$ 56,54
Clinica S.C. de Reab.	R$ 550,00
Rendas a Classificar	R$ 323,46
TOTAL	**R$ 662.658,21**

A Conta Realizável está assim composta:

CRÉDITO	VALOR
Diversos Responsáveis	R$ 22.193,38
Tesouro Estado Conta Val. Realizáveis	R$ 265.168,40
Títulos e Cauções	R$ 6.207,83
TOTAL	**R$ 293.569,61**

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00521

A Conta Restos a Pagar, cujo valor é de R$ 40.670.652,40, representa 52,03% da Despesa Efetivamente Empenhada pelo Fundo Estadual de Saúde no exercício de 1996. Em 1995 o saldo de Restos a Pagar foi de R$ 34.883.522,96, sendo o movimento acumulado de baixas, R$ 37.545.086,00 e de Inscrições R$ 43.332.215,44. O crescimento do saldo em Restos a Pagar foi de 16,59%, quando comparado a 1995.

6.1.3 - Procedimentos Licitatórios

O Tribunal de Contas, no decorrer de exercícios anteriores, quando da apreciação de processos do FES vinha, sistematicamente, recomendando a adoção de medidas que visassem o cumprimento adequado das normas de licitações, estabelecidas na legislação em vigor.

Foram realizados pela Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, no período de 1993 a 1996, diversos processos licitatórios, estando assim distribuídos:

TABELA 166: MODALIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO

Em R$

ANO	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%	valor	%
CONVITE	65	6,63	117	12,62	126	13,80	29	4,43	335.073,34	0,67
TOMADA DE PREÇOS	238	24,29	152	16,40	166	18,18	52	7,95	6.158.471,98	12,36
CONCORRÊNCIA	09	0,92	19	2,05	15	1,64	48	7,34	20.421.916,58	40,97
DISP. LICITAÇÃO*	668	68,16	639	68,93	606	66,38	525	80,28	22.927.256,96	46,00
TOTAL	980	100,00	927	100,00	913	100,00	654	100,00	49.842.718,86	100,00

Fonte: Relatório de Gestão Secretaria de Estado da Saúde 1993 e 1994
Coleta de Informações Junto à Secretaria de Estado da Saúde referente aos dados de 1995 e 1996
(*)Estão consideradas as Dispensas de Licitação e Inexigibilidades

Quando considerado o exercício de 1996, podemos verificar uma significante diminuição do total de procedimentos licitatórios realizados (654), representando uma queda de 28,37% em relação a 1995(913).

Houve, contudo, uma elevação percentual nos procedimentos de Concorrência(48) e Dispensas + Inexigibilidades(525), representando respectivamente 7,34% e 80,28%. As modalidades de Convite (29) e Tomada de Preços (52) tiveram um decréscimo em relação ao período anterior, correspondendo em 1996, respectivamente, a 4,43% e 7,95%.

Os procedimentos licitatórios de Concorrência, Dispensas + Inexibilidades, representam respectivamente 40,97% e 46,00% do valor total dos procedimentos licitatórios de R$ 49.842.718,86, conforme informações apresentadas pela Secretaria Estadual de Saúde/Fundo Estadual de Saúde.

O valor total licitado em 1996 (R$ 49.842.718,86) quando comparado a Despesa Total realizada pelo Fundo Estadual de Saúde em 1996 (R$ 78.160.979,96), equivale a 63,77% do total.

Deduzindo-se da Despesa realizada aquelas sobre as quais não incidem a exigência de procedimento licitatório, como pessoal, transferências, encargos assistênciais, subvenções e remuneração de serviços pessoais, chega-se ao montante de despesa total de R$ 64.755.395,55, que comparado com valor de procedimentos licitatórios realizados, este representa 76,98% da despesa total realizada. Este ponto positivo a ser destacado, perde sua relevância se considerarmos que 46,00% do valor abrangido por procedimentos licitatórios é referente a Dispensas+Inexigibilidade de licitação.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00622

Deve-se destacar que as Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, constituem o principal procedimento utilizado, correspondendo a 80,28% dos procedimentos licitatórios realizados no exercício de 1996.

6.1.4 - Recursos Repassados por Convênio

Em 1996 o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, assumiu, mediante convênios, o compromisso de repassar a terceiros recursos no montante de R$ 11.801.282,31, destinados a manutenção e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

Para efeito de análise dos dados foi utilizado o critério de distribuição de recursos segundo a divisão por Associações de Municípios.

Do montante conveniado 19,68% foram destinados às Associações Municipais; 22,89% a Prefeituras; e 57,43% a outras Entidades Privadas conforme tabela abaixo:

TABELA 167: VALOR DE RECURSOS DISTRIBUIDOS POR ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Em R$

ASSOCIAÇÕES	VOLOR DE RECURSOS CONVENIADOS				%
	PREF.	ASSOC.	ENT. PRIV.	TOTAL	
As. Mun. Meio Oeste Catarinense - AMMOC	63.000,00	110.200,00	0,00	173.200,00	1,47
As. Mun. Alto Irani - AMAI	30.000,00	203.610,00	462.500,00	696.110,00	5,90
As. Mun. Alto Vale do Itajaí - AMAVI	93.500,00	133.549,00	8.000,00	235.049,00	1,99
As. Mun. Oeste de Santa Catarina - AMOSC	118.087,00	37.080,00	1.650.000,00	1.805.167,00	15,30
As. Mun. Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC	183.933,00	367.909,00	50.000,00	601.842,00	5,10
As. Mun. Região Serrana - AMURES	31.000,00	96.908,00	0,00	127.908,00	1,08
As. Mun. Médio Vale do Itajaí - AMMVI	48.000,00	91.032,00	10.000,00	149.032,00	1,26
As. Mun. Alto Uruguai Catarinense - AMAUC	48.000,00	136.412,00	0,00	184.412,00	1,56
As. Mun. Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC	1.220.000,00	102.210,00	461.750,87	1.783.960,87	15,12
As. Mun. Extremo Sul Catarinense - AMESC	71.500,00	298.626,00	6.000,00	376.126,00	3,19
As. Mun. Região de Laguna - AMUREL	218.000,00	78.567,00	60.000,00	356.567,00	3,02
As. Mun. Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP	117.900,00	108.727,00	1.290.000,00	1.516.627,00	12,85
As. Mun. Foz do Rio Itajaí - AMFRI	76.000,00	154.070,00	940.693,00	1.170.763,00	9,92
As. Mun. Vale do Itapocu - AMVALI	0,00	54.365,00	46.000,00	100.365,00	0,85
As. Mun. Região do Contestado - AMURC	111.667,00	100.153,00	8.000,00	219.820,00	1,86
As. Mun. Região Carbonífera - AMREC	115.000,00	81.358,00	1.390.000,00	1.586.358,00	13,44
As. Mun. Planalto Norte Catarinense - AMPLA	12.000,00	145.309,00	0,00	157.309,00	1,33
As. Mun. Grande Florianópolis - GRANFPOLIS	80.000,00	21.933,00	394.743,44	496.676,44	4,21
As. Mun. Entre-Rios - AMERIOS	64.000,00	0,00	0,00	64.000,00	0,54
TOTAL	2.701.587,00	2.322.008,00	6.777.687,31	11.801.282,31	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde

A análise da tabela acima demonstra que os recursos conveniados não mantém uma distribuição equitativa para as diversas Associações, sendo privilegiadas a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, com R$ 1.805.167,00 (15,30%); a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC, com R$ 1.783.960,87 (15,12%); a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, com R$ 1.586.358,00 (13,44%), a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, com R$ 1.516.627,00 (12,85); e a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, com R$1.170.763,00 (9,92%).

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00823

620

Dos recursos repassados a estas Associações devemos destacar que na AMOSC, Chapecó recebeu a maior destinação de recursos, principalmente para a Sociedade Beneficente Lar da Fraternidade, mantenedora do Hospital Regional de Chapecó; na AMUNESC, foi Joinville, referente a recursos repassados para a Prefeitura Municipal, destinados à aquisição de equipamentos para os Hospitais São José, Maternidade Darcy Vargas e Pronto Atendimento 24 Horas; na AMREC, foi Criciúma, referente a recursos transferidos para a FUCRI; na AMARP foi Curitibanos, proveniente de recursos repassados para a Fundação Hospitalar de Curitibanos; na AMFRI, Itajaí, decorrente de repasses para o Instituto das Pequenas Missionárias.

Constata-se que 80,32% dos recursos foram conveniados com entidades privadas, considerando-se que as Associações de Municípios são também entidades de direito privado.

Dos recursos conveniados, foram efetivamente repassados às Associações o montante de R$ 6.204.883,64, ou seja, 52,58% do inicialmente pactuado (R$ 11.801.282,31), conforme tabela a seguir:

TABELA 168:TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS E A RECEBER POR ASSOCIAÇÃO

Em R$

Associação	rec.recebidos (A)	%	rec. a receber (B)	%	total (C)	%	A/C %
AMMOC	75.115,00	1,21	98.085,00	1,75	173.200,00	1,47	43,37
AMAI	280.063,00	4,51	416.047,00	7,43	696.110,00	5,90	40,23
AMAVI	128.686,00	2,07	106.363,00	1,90	235.049,00	1,99	54,75
AMOSC	706.975,00	11,39	1.098.192,00	19,62	1.805.167,00	15,30	39,16
AMEOSC	338.773,00	5,46	263.069,00	4,70	601.842,00	5,10	56,29
AMURES	60.776,00	0,98	67.132,00	1,20	127.908,00	1,08	47,52
AMMVI	79.392,00	1,28	69.640,00	1,24	149.032,00	1,26	53,27
AMAUC	72.353,00	1,17	112.059,00	2,00	184.412,00	1,56	39,23
AMUNESC	1.510.427,00	24,34	273.533,87	4,89	1.783.960,87	15,12	84,67
AMESC	169.742,00	2,74	206.384,00	3,69	376.126,00	3,19	45,13
AMUREL	277.149,00	4,47	79.418,00	1,42	356.567,00	3,02	77,73
AMARP	724.966,00	11,68	791.661,00	14,15	1.516.627,00	12,85	47,80
AMFRI	419.630,20	6,76	751.132,80	13,42	1.170.763,00	9,92	35,84
AMVALI	28.353,00	0,46	72.002,00	1,29	100.355,00	0,85	28,25
AMURC	114.533,00	1,85	105.287,00	1,88	219.820,00	1,86	52,10
AMREC	740.544,00	11,93	845.814,00	15,11	1.586.358,00	13,44	46,68
AMPLA	74.204,00	1,20	83.105,00	1,48	157.309,00	1,33	47,17
GRANFPOLIS	339.202,44	5,47	157.474,00	2,81	496.676,44	4,21	68,29
AMERIOS	64.000,00	1,03	0,00	0,00	64.000,00	0,54	100,00
TOTAL	6.204.883,64	100,00	5.596.398,67	100,00	11.801.282,31	100,00	52,58

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde

Se compararmos o total de recursos recebidos em relação a média do Estado, considerando o total da população e o número de leitos hospitalares vinculados ao SUS, existentes em cada Associação de Municípios, teremos a situação apresentada no quadro e gráfico a seguir:

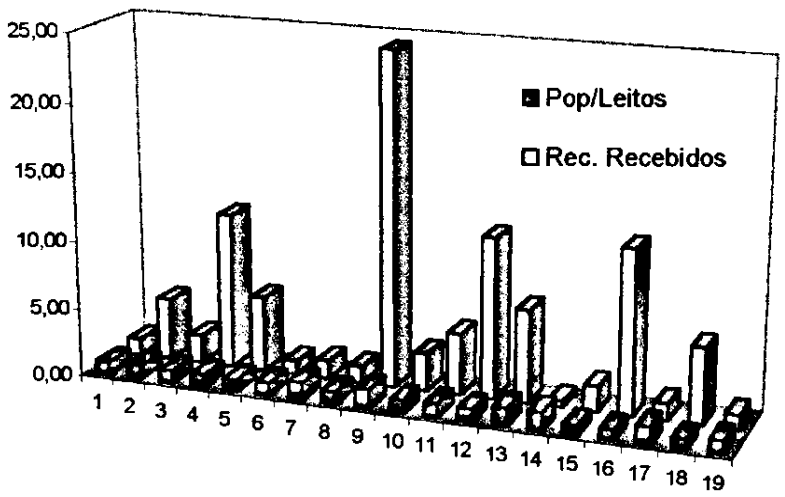
TABELA 169: RELAÇÃO POP/LEITOS X REC. RECEBIDOS POR ASSOCIAÇÃO

Associação	Número de ordem	POP/LEITOS	Rec. Recebidos
AMMOC	1	0,98	1,21
AMAI	2	0,98	4,51
AMAVI	3	0,87	2,07
AMOSC	4	0,92	11,39
AMEOSC	5	0,85	5,46
AMURES	6	0,95	0,98
AMMVI	7	1,29	1,28
AMAUC	8	0,90	1,17
AMUNESC	9	1,37	24,34
AMESC	10	0,95	2,74
AMUREL	11	0,98	4,47
AMARP	12	0,91	11,68
AMFRI	13	1,30	6,76
AMVALI	14	1,32	0,46
AMURC	15	0,72	1,85
AMREC	16	0,73	11,93
AMPLA	17	1,26	1,2
GRANFPOLIS	18	0,71	5,47
AMERIOS	19	0,96	1,03

Fonte:SES/IBGE

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00624

GRÁFICO 79 - RELAÇÃO POP/LEITOS X REC. RECEBIDOS POR ASSOCIAÇÃO



Fonte:SES/IBGE

1 - O índice ***População/Leitos*** representa a diferença entre a relação população/leitos da região e a média do Estado. Quanto maior este índice, maior a carência de leitos na região

2 - O índice ***Recursos recebidos*** representa o percentual recebido por cada região em relação ao total repassado pelo Estado.

Dos dados acima podemos inferir que as regiões mais carentes de leitos hospitalares não são as mais privilegiadas na distribuição de recursos na situação disposta.

As regiões da AMUNESC, AMREC, AMARP e AMOSC destacam-se quanto ao pecentual de recursos efetivamente recebidos, apresentando, contudo, um índice elevado em relação a média do Estado de população por leitos hospitalares existentes, a exceção da AMREC.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00525

Já regiões onde a relação população por leitos hospitalares é superior a média do Estado, como AMPLA, AMVALI, AMFRI e AMMVI, verifica-se uma desproporcional destinação de recursos em relação a outras regiões do Estado.

6.2 - FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DE S.C. - FADESC

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de S.C., pela sua destacada influência nos resultados consolidados antes demonstrados, passa a ser analisado, a seguir, isoladamente.

Conforme demonstrado na Tabela 142, no exercício de 1996, a receita total arrecadada pelo FADESC foi da ordem de R$ 58,795 milhões, sendo R$ 26,919 milhões referente a Receita Orçamentária e R$ 31,875 milhões referente a Receita Extra-Orçamentária.

Realizou, no mesmo período, a despesa total de R$ 58,794 milhões, sendo R$ 21,515 milhões referentes a Despesa Orçamentária e R$ 37,280 milhões referentes a Receita Extra-Orçamentária.

6.2.1 - Execução Orçamentária

Os recursos gastos com cada PROJETO/ATIVIDADE e sua participação no total das despesas em 1996 são os seguintes:

TABELA 170: GASTO POR PROJETO ATIVIDADE - 1996

Em R$

P/A	VALOR	%
1084-Participação no Capital Social de Empresas Financeiras	19.281.871,83	89,62
1085-Concessão de Emprestimos Através de Empresas Financeiras	2.232.880,41	10,38
TOTAL	21.514.752,24	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício de 1996, por Categorias Econômicas, passa a ser assim demonstrada:

TABELA 171: PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA - 1996

Em R$

CLASSIFICAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	29.542,96	0,11
Baixa Passivo Financeiro	29.542,96	0,11
RECEITAS DE CAPITAL *	26.889.911,89	99,89
Amortização de Empréstimo Internos	17.050.201,57	63,34
Transferências do Estado Rec. Ord.	9.839.710,32	36,55
TOTAL	26.919.454,85	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

Das receitas arrecadadas pelo FADESC constata-se que estas são compostas principalmente por Receitas de Capital, desdobrada em Amortização de Empréstimos (63,34%) e Transferências do Estado Recursos Ordinários (36,55%), demonstrando no corrente exercício uma alteração significativa em relação ao exercício de 1995, onde 94,95% dos recursos eram originados de Transferências do Estado.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00526

6.2.2 - Análise Da Situação Patrimonial

O Passivo do FADESC é formado exclusivamente pelo Passivo Financeiro, que é composto por Restos a Pagar.

TABELA 172: SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 1996

Em R$

ESPÉCIE	ATIVO	%	ESPÉCIE	PASSIVO	%
PERMANENTE	52.057.551,60	100,00	FINANCEIRO	674,09	100,00
Cred. P/ Emp. Fin. Int.	7.716.267,06	14,82	Restos a Pagar	674,09	100,00
Ações Integ. Não Rec.	11.310.655,09	21,73			
Ações Soc. Econ. Mista	33.030.629,45	63,45			
SOMA DO ATIVO	52.057.551,60	100,00	SOMA DO PASSIVO	674,09	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

O Ativo é composto exclusivamente pelo Ativo Permanente, tendo participação expressiva a Conta Ações de Sociedades de Economia Mista (63,45%).

De acordo com a Lei nº 7.320, de 08 de junho de 1988, que instituiu o PRODEC e o FADESC, em seu Art. 10, autoriza o PRODEC através do FADESC a subscrever e integralizar capital do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, nas condições de regulamento da mesma Lei.

A Conta Ações de Sociedade de Economia Mista está assim composta:

EMPRESA	VALOR R$
BADESC	33.029.889,59
BRDE	739,86
TOTAL	33.030.629,45

Conta Ações Int. Não Recolhidas a Caixa de Valores:

EMPRESA	VALOR R$
BRDE	588,81
CODESC	11.310.066,28
TOTAL	**11.310.655,09**

Conta Crédito P/ Empréstimo ou Financiamento Internos:

EMPRESAS	VALORES R$
OUTRAS EMPRESAS	5.074.580,59
BADESC	2.641.686,47
TOTAL	**7.716.267,06**

O Tribunal de Contas do Estado através do processo nº AOR 0186809/64, aponta situação irregular, quanto ao recolhimento do ICMS, de Empresas recebedoras de incentivo por parte do FADESC, contrariando o disposto nos artigos nº 23 e 26 do Decreto nº 774/96.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00527

6.3 - FUNDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA-FUMSP

No exercício de 1996, a receita total arrecadada pelo FUMSP foi da ordem de R$ 40,159 milhões, sendo R$ 14,289 milhões de Receita Orçamentária e R$ 25,870 milhões de Receita Extra-Orçamentária.

Realizou, no mesmo período, a despesa total de R$ 40,521 milhões, constituída de R$ 11,552 milhões de Despesa Orçamentária e R$ 28,969 milhões de Despesa Extra-Orçamentária. Estes dados encontram-se evidenciados na Tabela 142.

6.3.1 - Execução Orçamentária

Os recursos gastos com cada PROJETO/ATIVIDADE e sua participação no total das despesas em 1996 são os seguintes:

TABELA 173: GASTO POR PROJETO ATIVIDADE - 1996

Em R$

P/A	VALOR	%
1685-Construção e Ampliação e Reforma de Prédios da Segurança Pública	3.631.020,38	31,43
1686-Aquisição de Equipamentos e Veículos	4.193.730,64	36,30
2745-Apoio às Atividades da Segurança Pública	3.446.008,52	29,83
2744-Treinamento de Recursos Humanos	281.726,08	2,44
TOTAL	11.552.485,62	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

Os maiores gastos realizados pelo FUMSP, em 1996, concentram-se nos Projetos/ Atividades de Aquisição de Equipamentos e Veículos, com 36,30% das despesas totais, Construção e Ampliação e Reforma de Prédios da Segurança Pública, com 31,43% e Apoio às Atividades da Segurança Pública, com 29,83%.

A Receita Orçamentária arrecadada no Exercício de 1996, por Categorias Econômicas, passa a ser assim demonstrada:

TABELA 174: PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA - 1996

Em R$

CLASSIFICAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES*	14.288.809,64	100,00
Receita Tributária	12.603.049,61	88,20
Contribuições do Estado	1.455.254,51	10,18
Receita Patrimonial	202.158,16	1,41
Transferências do Estado	27.170,52	0,19
Outras Receitas Correntes	1.176,84	0,02
TOTAL*	14.288.809,64	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

Das receitas arrecadadas pelo FUMSP em 1996 constata-se que 88,20% referem-se a Receita Tributária, e 10,18% referem-se a Receitas de Contribuições do Estado.

Já no exercício de 1995, do total da receita arrecadada pelo FUMSP, 88,24% decorreram de Transferências do Estado.

Neste sentido, houve um acentuado aumento de arrecadação por parte do FUMSP no exercício de 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00628
625

6.3.2 - Análise Da Situação Patrimonial

A Situação Patrimonial do FUMSP demonstra que o Ativo é composto em 75,13% pelo Ativo Financeiro e 24,87% pelo Ativo Permanente. O Ativo Financeiro é integrado pelo Disponível,10,90%, e pelo Realizável, 89,10%. O Ativo Permanente é composto por bens, correspondendo a 85,41% e Valores, correspondendo a 14,59%.

TABELA 175: SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 1996

Em R$

ESPÉCIE	ATIVO	%	ESPÉCIE	PASSIVO	%
FINANCEIRO	9.559.578,49	75,13	FINANCEIRO	6.509.288,69	100,00
Disponível	1.041.665,67	10,90	Restos a Pagar	6.383.345,13	98,07
Realizável	8.517.912,82	89,10	D.D.O.	125.943,56	1,93
PERMANENTE	3.164.817,06	24,87			
Bens	2.702.925,39	85,41			
Valores	461.891,67	14,59			
SOMA DO ATIVO	12.724.395,55	100,00	SOMA DO PASSIVO	6.509.288,69	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

O Passivo do Fundo de Melhoria da Segurança Pública é formado exclusivamente pelo Passivo Financeiro, que é composto em 98,07% por Restos a Pagar e 1,93%, por Depósitos de Diversas Origens.

A Conta Restos a Pagar, cujo valor é de R$ 6.383.345,13 representa 55,25% da Despesa Efetivamente Realizada pelo Fundo de Melhoria da Segurança Pública.

A Conta Realizável é composta principalmente por "Valores Realizáveis - Tesouro do Estado Conta Valores Realizáveis", no montante de R$ 8.513.082,07, decorrentes de transferências do Fundo de Melhoria da Segurança Pùblica ao Tesouro do Estado, prática considerada irregular em relatórios de Auditoria Ordinária realizadas pelo Tribunal de Contas nº AOR 0279501/60, por contrariar o Decreto nº 3009/92.

6.3.3 - Procedimentos Licitatórios

O Tribunal de Contas, no decorrer de exercícios anteriores, quando da apreciação de processos do FUMSP vinha, sistematicamente, recomendando a adoção de medidas que visassem o cumprimento adequado das normas de licitações, estabelecidas na legislação em vigor.

Foram realizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/Fundo de Melhoria da Segurança Pùblica no período de 1995 e 1996 diversos processos licitatórios, assim distribuídos:

TABELA 176: MODALIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO

Em R$

ANO	1995	%	VALOR	1996	%	VALOR	%
CONVITE	31	24,80	199.419,48	11	14,29	91.739,85	4,55
TOMADA DE PREÇOS	19	15,20	1.231.174,23	09	11,69	942.702,47	46,77
CONCORRÊNCIA	41	32,80	572.072,12	27	35,06	115.595,37	5,73
DISP. LICITAÇÃO*	34	27,20	697.078,04	30	38,96	865.775,59	42,95
TOTAL	125	100,00	2.699.743,87	77	100,00	2.015.813,28	100,00

Fonte: Relatório de Auditoria Ordinária

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00629
626

A tabela acima demonstra a ocorrência de uma significante diminuição do número de procedimentos licitatórios realizados em 1996, representando uma queda de 38,40% em relação a 1995.

Em 1996, houve um aumento na quantidade de procedimentos de Concorrência(27) e de Dispensas + Inexigibilidades(30). Já as modalidades de Convite (11) e Tomada de Preços (09) tiveram um decréscimo em relação ao período anterior.

Nota-se que em 1996 as Dispensas + Inexigibilidades de licitação corresponderam a 42,95% do valor total licitado no exercício, enquanto em 1995 este percentual foi de 27,20%.

O valor total licitado (R$ 2.015.813,28) quando comparado a despesa realizada pelo Fundo de Melhoria da Segurança Pública em 1996 (R$ 11.552.485,62), equivale a 17,45% do total. Deduzindo da Despesa Total o montante referente a convênios, pessoal e remuneração de serviços pessoais, chega-se ao montante de despesa total de R$ 8.804.193,24 que comparado com o valor de procedimentos licitatórios realizados, este representa 22,89% da despesa total realizada.

6.3.4 - Recursos Repassados por Convênio

A Secretaria de Estado da Segurança Pública através do Fundo de Melhoria da Segurança Pública, realizou em 1996 diversos convênios com Prefeituras, para execução de obras na área de Segurança. O montante dos valores repassados estão distribuídos por região segundo as Associações de Municípios, conforme tabela abaixo:

TABELA 177: TOTAL REPASSADO POR ASSOCIAÇÕES DE MUNÍCÍPIOS

Em R$

	TOTAL	%.
AMMOC	79.037,00	3,20
AMAI	15.000,00	0,61
AMAVI	40.000,00	1,62
AMOSC	130.391,28	5,28
AMEOSC	133.000,00	5,38
AMURES	398.656,60	16,11
AMMVI	190.102,07	7,68
AMAUC	340.759,00	13,77
AMUNESC	41.000,00	1,66
AMESC	244.620,22	9,89
AMUREL	124.034,50	5,02
AMARP	75.192,36	4,62
AMFRI	0,00	0,00
AMVALI	135.000,00	5,49
AMURC	0,00	0,00
AMREC	64.333,42	2,60
AMPLA	0,00	0,00
GRANFPOLIS	302.723,07	12,23
AMERIOS	159.720,34	6,46
TOTAL	2.474.169,86	100,00

Fonte: Coleta de Dados na Secretaria da Segurança Pública

Na tabela acima, observa-se que as regiões que mais receberam recursos foram aquelas referentes a AMURES (16,11%), AMAUC (13,77%), GRANFPOLIS (12,23), e AMESC (9,89%).

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00530

627

6.4 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR - FEHAP

O Fundo Estadual de Habitação Popular é analisado em separado considerando sua importância na política habitacional do Governo do Estado.

No exercício de 1996, a receita total arrecadada pelo FEHAP foi da ordem de R$ 64,676 milhões, sendo R$ 25,733 milhões de Receita Orçamentária e R$ 38,943 milhões de Receita Extra-Orçamentária.

Realizou, no mesmo período, a despesa total de R$ 64,676 milhões, constituída de R$ 28,652 milhões de Despesa Orçamentária e R$ 36,024 milhões de Despesa Extra-Orçamentária.

Estes dados encontram-se evidenciados na Tabela 142.

6.4.1 - Execução Orçamentária

A Receita Orçamentária arrecadada pelo FEHAP no exercício de 1996 constituiu-se de Transferências do Tesouro do Estado no valor de R$ 25.733.436,37.

O FHEAP, no exercício de 1996, desenvolveu o seguinte projeto:

1663-Programa de Habitação Popular - Viva Casa

Os recursos gastos com o PROJETO em cada elemento de despesa e sua participação no total das despesas em 1996 são os seguintes:

TABELA 178: GASTO POR ELEMENTO - 1996

ELEMENTO	VALOR	%
321200-Subvenções Econômicas	9.902.056,16	34,56
426000-Const. Aumento. Cap. Emp. Com. Fin.	4.604.847,43	16,07
427000-Concessão de Empréstimos	14.145.793,28	49,37
432300-Transferências a Municípios	0,00	0,00
TOTAL	28.652.696,87	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

Os maiores gastos realizados pelo FEHAP, em 1996, concentram-se nos gastos com 427000-Concessão de Empréstimos, 49,37%, 321200-Subvenções Econômicas, 37,56% e 426000-Const. Aumento. Cap. Emp. Com. Fin., 16,07%.

6.4.2 - Análise Da Situação Patrimonial

A situação patrimonial do FEHAP demonstra que o Ativo é composto em 100,00% pelo Ativo Permanente.

O seu patrimônio possui um Passivo Financeiro, composto em 100,00% por Restos a Pagar, representando 11,13% da Despesa Realizada.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00631

628

TABELA 179: SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 1996

Em R$

ESPÉCIE	ATIVO	%	ESPÉCIE	PASSIVO	%
PERMANENTE	16.558.293,28	100,00	FINANCEIRO	3.190.269,70	100,00
Cred.P/Emp. Financ. Int.	*16.558.293,28*	*100,00*	*Restos a Pagar*	*3.190.269,70*	*100,00*
SOMA DO ATIVO	16.558.293,28	100,00	SOMA DO PASSIVO	3.190.269,70	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

6.5 - FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR - FUMPOM

Conforme consta da Tabela 142, no exercício de 1996, a receita total arrecadada pelo FUMPOM foi da ordem de R$ 38,995 milhões, sendo R$ 15,152 milhões de Receita Orçamentária e R$ 23,843 milhões de Receita Extra-Orçamentária.

Realizou, no mesmo período, a despesa total de R$ 38,800 milhões, constituída de R$ 10,949 milhões de Despesa Orçamentária e R$ 27,851 milhões de Despesa Extra-Orçamentária.

6.5.1 - Execução Orçamentária

Os recursos gastos com cada PROJETO/ATIVIDADE e sua participação no total das despesas em 1996 são os seguintes:

TABELA 180: GASTO POR PROJETO/ATIVIDADE - 1996

Em R$

P/A	VALOR	%
1100 - Melhoria da Polícia Ostensiva	3.258.734,81	29,76
2475 - Apoio ao Policiamento Ostensivo	7.307.518,79	66,74
1101 - Melhoria da Defesa Contra Sinistros	310.266,03	2,83
2476 - Apoio a Defesa Contra Sinistros	72.763,34	0,67
TOTAL	10.949.282,97	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

Os gastos realizados pelo FUMPOM, em 1996, concentram-se na Atividade referente a Apoio ao Policiamento Ostensivo, representando 66,74%.

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício de 1996, por Categorias Econômicas, demonstrada a seguir:

TABELA 181: PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA - 1996

Em R$

CLASSIFICAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	15.151.990,16	100,00
Receita Patrimonial	135.546,98	0,89
Outras Receitas Correntes	14.061.216,74	92,80
Transferências Correntes	955.226,44	6,31
TOTAL	15.151.990,16	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00932

Das receitas arrecadadas pelo FUMPOM constata-se que 100,00% referem-se a Receitas Correntes e que estas são compostas em sua maior parte por Outras Receitas Correntes, 92,80%.

6.5.2 - Análise Da Situação Patrimonial

A situação patrimonial do FUMPOM demonstra que o Ativo é composto em 65,04% pelo Ativo Financeiro e 34,96% pelo Ativo Permanente.

TABELA 182: SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 1996

Em R$

ESPÉCIE	ATIVO	%	ESPÉCIE	PASSIVO	%
FINANCEIRO	6.927.903,01	65,04	FINANCEIRO	2.889.915,15	100,00
Disponível	16.275,83	0,23	Restos a Pagar	2.813.174,62	97,34
Vinc. C/C	805.791,88	11,63	Dep. Div. Origens	76.740,53	2,66
Realizável	6.105.835,30	88,14			
PERMANENTE	3.723.783,49	34,96			
Bens	3.187.699,49	85,60			
Créditos	536.084,00	14,40			
SOMA DO ATIVO	10.651.686,50	100,00	SOMA DO PASSIVO	2.889.915,15	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

O Ativo Financeiro do Fundo de Melhoria da Polícia Militar é composto em 88,14% pelo Realizável, 11,63% por Recursos Vinculados em C/C e 0,23% por Disponível, e o seu Ativo Permanente é composto por 85,60% por Bens e 14,40% por Créditos (Créditos Com Órgãos da Administração Direta), referente a crédito do Fundo junto a PMSC, correspondente a valor empenhado e não repassado.

A Conta Realizável é composta especialmente por "Valores Realizáveis - Tesouro do Estado Conta Valores Realizáveis", em R$ 6.101.082,02, referente a transferência do Fundo de Melhoria da Polícia Militar ao Tesouro do Estado, prática irregular apontada no Relatório de Auditoria Ordinária do processo nº AOR 0248903/67, por contrariar o Art. 10 da Lei nº 10.056/95.

O Passivo Financeiro é composto por 97,34% de Restos a Pagar, e 2,65% por Depósitos de Diversas Origens.

A conta Restos a Pagar, cujo valor é de R$ 2.813.174,62 representa 25,69% da Despesa Efetivamente Realizada pelo Fundo de Melhoria da Polícia Militar no exercício de 1996.

6.6 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS

Na Tabela 142 consta que no exercício de 1996, a receita total arrecadada pelo FEAS foi da ordem de R$ 72,524 milhões, sendo R$ 20,156 milhões de Receita Orçamentária e R$ 52,368 milhões de Receita Extra-Orçamentária.

Realizou, no mesmo período, a despesa total de R$ 72,302 milhões, constituída de R$ 24,437 milhões de Despesa Orçamentária e R$ 47,865 milhões de Despesa Extra-Orçamentária.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00933

6.6.1 - Execução Orçamentária

Os recursos foram aplicados na Atividade 2198 - Atendimento, Proteção e Garantia dos Direitos da Família no total de R$ 24.437.464,58 e na Atividade 2167 - Assistência Social no total de R$ 186.280,10.

Os recursos do FEAS concentraram-se na Atividade de Atendimento, Proteção e Garantia dos Direitos da Família e foram aplicados segundo os seguintes elementos de despesa:

TABELA 183: GASTO POR ELEMENTO - 1996

Em R$

ELEMENTO	VALOR	%
313200-Outros Serviços e Encargos	187.600,91	0,77
322300-Transferências a Municípios	13.279.993,88	54,32
323100-Subvenções Sociais	7.999.843,20	32,74
432300-Transferências à Municípios	785.000,00	3,22
312000-Material de Consumo	21.008,59	0,09
433100-Aux. Para Despesas de Capital	2.164.018,00	8,86
TOTAL	24.437.464,58	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

A Receita Orçamentária arrecadada no Exercício de 1996, por Categorias Econômicas, está assim demontrada:

TABELA 184: PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA - 1996

Em R$

CLASSIFICAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	20.156.226,19	100,00
Receita Patrimonial	108.802,888	0,54
Outras Receitas Correntes	5,11	0,00
Transferências Correntes	20.047.418,20	99,46
TOTAL	20.156.226,19	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

Das receitas arrecadadas pelo FEAS constata-se que 100,00% referem-se a Receitas Correntes e que estas são compostas em sua maior parte pelas Transferências Correntes (Outras Receitas Correntes), 99,46%.

6.6.2 - Análise Da Situação Patrimonial

O Patrimônio do FEAS é composto exclusivamente pelo Ativo e Passivo Financeiro.

TABELA 185: SITUAÇÃO PATRIMONIAL - 1996

Em R$

ESPÉCIE	ATIVO	%	ESPÉCIE	PASSIVO	%
FINANCEIRO	255.067,15	100,00	FINANCEIRO	4.536.305,54	100,00
Disponível	222.119,33	87,08	Restos a Pagar	4.526.298,54	99,78
Realizável	32.947,82	12,92	Dep. Div. Origens	10.007,00	0,22
SOMA DO ATIVO	255.067,15	100,00	SOMA DO PASSIVO	4.536.305,54	100,00

Fonte:Balanços dos Fundos Especiais - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00534

O Ativo Financeiro do Fundo Estadual de Assitência Social é composto em 87,08% pelo Disponível, e 12,92% pelo Realizável. Seu Passivo Financeiro é composto em 99,78% por Restos a Pagar.

A conta Restos a Pagar, cujo valor é de R$ 4.526.298,54, representa 18,52% da Despesa Efetivamente Realizada pelo Fundo Estadual de Assistência Social no exercício de 1996.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Cabe destacar a situação dos seguintes Fundos:

O Fundo de Água e Esgoto deixou de figurar no orçamento do Estado, não apresentando movimentação de arrecadação nem de realização de despesas nesse período.

O Fundo Mútuo de Comunicação Social do Governo do Estado de Santa Catarina-FUMCOGESC não foi devidamente implantado, não tendo sido consignadas dotações no Orçamento do Estado para o Exercício de 1996.

Fundo Mutuo de Comunicação Social do Governo do Estado de Santa Catarina - FUMCOGESC
Lei Complementar nº 086, de 05 de maio de 1993
Lei Complementar nº 134, de 28 de dezembro de 1994
Lei nº 1.147, de 28 de junho de 1993
Decreto nº 3.688, de 21 de junho de 1993
Decreto nº 4.734, de 17 de agosto de 1994

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00635

PARTE VI

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

PARTE VI - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00936

1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública Estadual compreende os órgãos da administração direta e as seguintes entidades da administração indireta dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias; empresas públicas; sociedades de economia mista; e fundações públicas. Assim, seus atos obedecem aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (artigos 13 e 16 da C.E.), os quais regem a administração pública de qualquer dos Poderes do Estado.

As entidades da administração indireta não fazem parte das "Contas Anuais do Governador" representadas pelo Balanço Geral da Administração Direta, porém, comenta-se a situação destas entidades a título de informação, com destaque neste item, para as sociedades de economia mista e suas controladas.

As Sociedades de Economia Mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei para exploração de atividades econômicas ou serviços de interesse coletivo outorgado ou delegado pelo Estado, sob forma de Sociedade Anônima, cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao Estado ou a entidade da administração indireta.

As Empresas Controladas são Sociedades Anônimas, cuja participação do Estado depende de autorização legislativa, na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores.

O Estado de Santa Catarina, no período de 01.01.96 a 31.12.96, participou de 24 (vinte e quatro) empresas, dentre sociedades de economia mista, como sócio majoritário, e controladas ou subsidiárias, através de sociedades controladoras.

Ressalte-se que o Estado de Santa Catarina, a partir do exercício de 1991, com a constituição da EPAGRI-Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica de Santa Catarina S/A., fruto da incorporação das empresas públicas EMPASC e EMATER/SC, participa apenas em sociedades de economia mistas e suas controladas, não existindo atualmente sob seu controle Empresas Públicas.

A Organização da Administração Pública Estadual está normatizada pela Lei nº 9831, de 17 de fevereiro de 1995, que em seu artigo 71 define: São sociedades de economia mista as seguintes entidades:

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - CELESC
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC
Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A.- BADESC
Banco do Estado de Santa Catarina S/A.- BESC

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00037

634

BESC S/A. Crédito Imobiliário - BESCRI
BESC S/A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens - BESCOR
Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A. - IAZPE
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica de Santa Catarina S/A.- EPAGRI
Santa Catarina Turismo S/A. - SANTUR

O parágrafo único do artigo 71, da lei citada, traz as seguintes empresas subsidiárias do Banco do Estado de Santa Catarina S/A.-BESC:

BESC S/A. Corretora de Títulos, Valores e Câmbio - BESCAM
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. - BESCVAL
BESC Financeira S/A. Crédito, Financiamento e Investimento - BESCREDI

Por força do disposto no artigo 126, da Lei 9831/95, vários artigos da Lei 8245, de 18 de abril de 1991, foram mantidos. Assim, o artigo 99, da Lei 8245/91, autoriza o Chefe do Poder Executivo a promover a alienação aos Municípios interessados ou à iniciativa privada das ações que o Estado possui, direta ou indiretamente, nas seguintes empresas:

Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense - HIDROESTE
Companhia Hidromineral de Piratuba - HIDROPIRATUBA
Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz - HIDROCALDAS
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A. - CEASA/SC.

Autoriza também o citado art. 99 da Lei 8.245/91 a dissolução ou a venda à iniciativa privada das ações que o Estado possui através da CODESC, na Reflorestadora Santa Catarina S/A.- REFLORESC, que se encontra em liquidação desde 1991.

Dessas empresas, a HIDROPIRATUBA e a CEASA/SC são sociedades de economia mista, enquanto que a HIDROESTE, HIDROCALDAS e a REFLORESC são sociedades anônimas controladas por entidades da administração pública estadual.

Em cumprimento ao disposto no artigo acima, a HIDROESTE foi transferida ao Município de Águas de Chapecó, no mês de Junho de 1993. A HIDROCALDAS foi alienada ao Município de Santo Amaro da Imperatriz em data de 08 de novembro de 1996.

No exercício de 1995, foram instituídas as empresas: BESC S/A. Arrendamento Mercantil, com início de suas atividades em 16.02.95; e Santa Catarina Participações e Investimentos S/A.-INVESC, em 19.10.95.

Para completar a lista das empresas a serem analisadas, permanece em liquidação a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC, tendo como liquidante atual a IAZPE.

A apreciação das contas das empresas estatais foi efetuada com base nas Demonstrações Consolidadas dos Balanços Patrimoniais do exercício de 1996 e sua evolução no período de 1992 a 1996; Demonstrações Consolidadas dos Resultados dos Exercícios de 92

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00138

a 96; Demonstrações Consolidadas das Origens e Aplicações de Recursos e finalizada com a análise individual dos fatos que se destacaram no exercício de 1996.

Para melhor avaliar o desempenho das empresas, tanto as sociedades de economia mista como suas controladas foram classificadas conforme suas áreas de atuação: em financeiras, de infra-estrutura, econômicas e social, como demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 186: RELAÇÃO DAS EMPRESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

FINANCEIRA	INFRA-ESTRUTURA	ECONÔMICA	SOCIAL
BADESC	CASAN	CEASA/SC	COHAB/SC
BESC	CELESC	CIDASC	
BESCRI	CIASC	CODESC	
BESCAM	IAZPE	CODISC (1)	
BESCOR	SANTUR	EPAGRI	
BESCREDI		HIDROPIRATUBA	
BESCVAL		HIDROCALDAS (2)	
BESC S/A ARREND.MERC.		REFLORESC (1)	
INVESC		SCGÁS	

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1996
(1) Em liquidação
(2) Alienada em 08.11.96

2. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

As Sociedades de Economia Mista e suas Controladas, das quais o Estado de Santa Catarina participa direta ou indiretamente, são sociedades anônimas regulamentadas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Segundo esta Lei (Art.176), todas as sociedades anônimas têm a obrigação de elaborar, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil de cada companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação dos seus patrimônios e as mutações ocorridas no exercício:

I - Balanço Patrimonial;
II- Demonstração do Lucros ou Prejuízos Acumulados;
III-Demonstração do Resultado do Exercício; e
IV-Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Com base nas respectivas demonstrações financeiras, elaborou-se a composição consolidada do ativo e passivo das empresas do Estado, que apresentou os valores de suas participações relativas, demonstrados na tabela a seguir:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00039

TABELA 187: COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DO ATIVO E PASSIVO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1996

Em R$ 1.000

GRUPO CONTÁBIL	VALOR	PARTICIPAÇÃO%
ATIVO	6.957.102	100,00
CIRCULANTE	2.726.277	39,19
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.435.227	20,63
PERMANENTE	2.795.598	40,18
PASSIVO	6.957.102	100,00
CIRCULANTE	2.535.611	36,45
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.293.718	18,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.127.773	44,96

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1996.

A consolidação dos Balanços Patrimoniais das empresas estatais, apresentou, em 1996, um montante de R$ 6.957.102 mil. Deste total, o Ativo Circulante participa com 39,19%, o Ativo Realizável com 20,63%, e o Ativo Permanente com 40.18%.

Já o Passivo, em 1996, foi formado com 36,45% de Passivo Circulante, 18,59% de Passivo Exigível, e 44,96% de Patrimônio Líquido.

A análise da participação relativa de cada grupo, demonstra que tanto o Ativo Circulante como o Ativo Realizável a Longo Prazo têm uma participação maior do que o Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo. Isto demonstra que a capacidade de liquidez é positiva a curto e a longo prazo. Ou seja, para cada R$ 1,00 de compromisso, o Estado possuía mais do que R$ 1,00 de direitos para saldar esses compromissos.

Ressalta-se que a participação do Ativo Realizável a Longo Prazo, no exercício de 1996, passou a ser maior do que a participação do Passivo Exigível a Longo Prazo, fato este que vinha apresentando a participação inversa nos exercícios anteriores, como demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 188: EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO ATIVO E PASSIVO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1992 - 96

Em (%)

GRUPO CONTABIL	1992	1993	1994	1995	1996
ATIVO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	25,05	28,66	33,54	38,50	39,19
Realizável	19,07	17,87	23,06	21,88	20,63
Permanente	55,88	53,47	43,40	39,62	40,18
Investimento	5,81	6,51	3,87	5,26	6,00
Imobilizado	47,78	44,91	37,85	32,89	33,96
Diferido	2,29	2,05	1,68	1,47	0,22
PASSIVO E PATR. LÍQUIDO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	40,78	31,74	37,09	40,67	36,45
Exigível a L.Prazo	20,38	20,04	13,91	16,06	18,60
Result. de Exerc. Futuros				0.07	
Patrimônio Líquido	38,84	48,22	49,00	43,20	44,95

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1992-96

DIVISÃO DE EXECUÇÃO
FOLHA Nº 00940

Com relação ao Ativo, constatou-se uma evolução no Circulante, desde 1992 e decréscimo no Realizável, desde 1994.

Esses dois grupos do ativo contém os direitos das empresas para cobrir seus compromissos. Comparando-se os exercícios de 96 com 95, pode-se afirmar, que não houve praticamente nenhuma alteração.

O Ativo Permanente total das empresas estatais apresenta um decréscimo significativo nos exercícios de 92 a 95, correspondente a 16,26 pontos percentuais, porém em 1996, ocorreu um leve acréscimo, de 0,56 pontos percentuais.

No Passivo, constatou-se uma redução do Circulante em 4,22 pontos percentuais e uma elevação no Exigível a Longo Prazo, de 2,54 pontos percentuais, se comparados os exercícios de 1995 e 1996. Desta forma, os compromissos das Empresas estatais, a curto e longo prazo, neste período, reduziram em 1,68 pontos percentuais.

As obrigações a longo prazo aumentaram de 94 a 96 em 4,69 pontos percentuais.

A liquidez geral das empresas estatais, em 1996 apresentou uma leve melhora em relação a 1995.

O Patrimônio Líquido sofreu um ligeiro aumento, de 1,75 pontos percentuais, em relação a 95.

As tabelas a seguir, apresentam um detalhamento da evolução comparativa do Ativo e Passivo das empresas do Estado de Santa Catarina, no período de 1992 a 1996, por área de atuação e por empresa.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00541

TABELA 189: EVOLUÇÃO COMPARATIVA CONSOLIDADA DO ATIVO E PASSIVO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1992 - 96

Em (%)

ANO	SETOR				
CONTA	Financeiro	Infra-estrutura	Econômico	Social	Total
1992					
Ativo					
Circulante	83,66	15,67	0,67	- o -	100,00
Realizável	95,37	2,55	2,08	- o -	100,00
Permanente	3,74	84,83	11,43	- o -	100,00
Passivo					
Circulante	60,06	37,98	1,96	- o -	100,00
Exigível	54,81	41,97	3,22	- o -	100,00
Patrimônio Líquido	14,35	71,46	14,19	- o -	100,00
1993					
Ativo					
Circulante	83,09	16,21	0,61	0,09	100,00
Realizável	81,25	2,76	1,95	14,04	100,00
Permanente	3,68	76,63	19,67	0,02	100,00
Passivo					
Circulante	79,87	17,27	2,73	0,13	100,00
Exigível	46,26	40,45	1,29	12,00	100,00
Patrimônio Líquido	11,79	67,45	20,56	0,20	100,00
1994					
Ativo					
Circulante	86,91	12,45	0,53	0,11	100,00
Realizável	51,11	29,44	6,16	13,29	100,00
Permanente	3,83	80,36	15,79	0,02	100,00
Passivo					
Circulante	87,10	10,50	2,11	0,29	100,00
Exigível	33,55	44,45	1,60	20,40	100,00
Patrimônio Líquido	11,50	72,97	15,20	0,33	100,00
1995					
Ativo					
Circulante	86,34	12,12	0,62	0,92	100,00
Realizável	55,60	28,12	3,44	12,84	100,00
Permanente	7,16	76,21	16,61	0,02	100,00
Passivo					
Circulante	85,41	12,02	2,12	0,45	100,00
Exigível	42,57	37,47	2,01	17,95	100,00
Result. Exerc. Fut.	- o -	- o -	100,00	- o -	100,00
Patrimônio Líquido	15,45	69,65	14,64	0,26	100,00
1996					
Ativo					
Circulante	83,52	14,89	0,73	0,86	100,00
Realizável	56,16	28,87	0,84	14,13	100,00
Permanente	9,07	75,84	15,07	0,02	100,00
Passivo					
Circulante	85,16	12,39	2,15	0,30	100,00
Exigível	53,74	29,72	1,02	15,52	100,00
Result. Exerc. Fut.					
Patrimônio Líquido	15,41	71,67	12,32	0,60	100,00

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1992-96

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00542

A tabela apresenta a evolução comparativa consolidada do Ativo e Passivo, por setor de atuação e a participação de cada setor em relação ao total registrado nas contas do Ativo e Passivo, em cada exercício.

Destaca-se no exercício de 1996, a participação do Setor Financeiro no Ativo Circulante e Realizável a longo prazo (83,52% e 56,16%), respectivamente. Da mesma forma, verifica-se a participação relevante deste setor no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (85,16% e 53,74%), respectivamente. Este fato se deve às operações realizadas pelo público nas instituições financeiras pertencentes ao Estado de Santa Catarina, as quais são, na maioria, contabilizadas no grupo contábil circulante.

O Exigível, no Setor Financeiro vem aumentado gradativamente desde 1994, apresentando um acréscimo de 20,19 pontos percentuais, de 1994 a 1996.

Já no setor de Infra-Estrutura, o Exigível sofreu um decréscimo de 7,75 pontos percentuais, comparados com o exercicio passado.

O grupo de contas no setor de Infra-Estrutura que mais se destaca é o Permanente, com 75,45% do total do Permanente das empresas estatais. A ocorrência do elevado percentual deste setor é justificado pelas atividades desenvolvidas nesta área, onde se destacam as empresas CASAN e CELESC.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00643

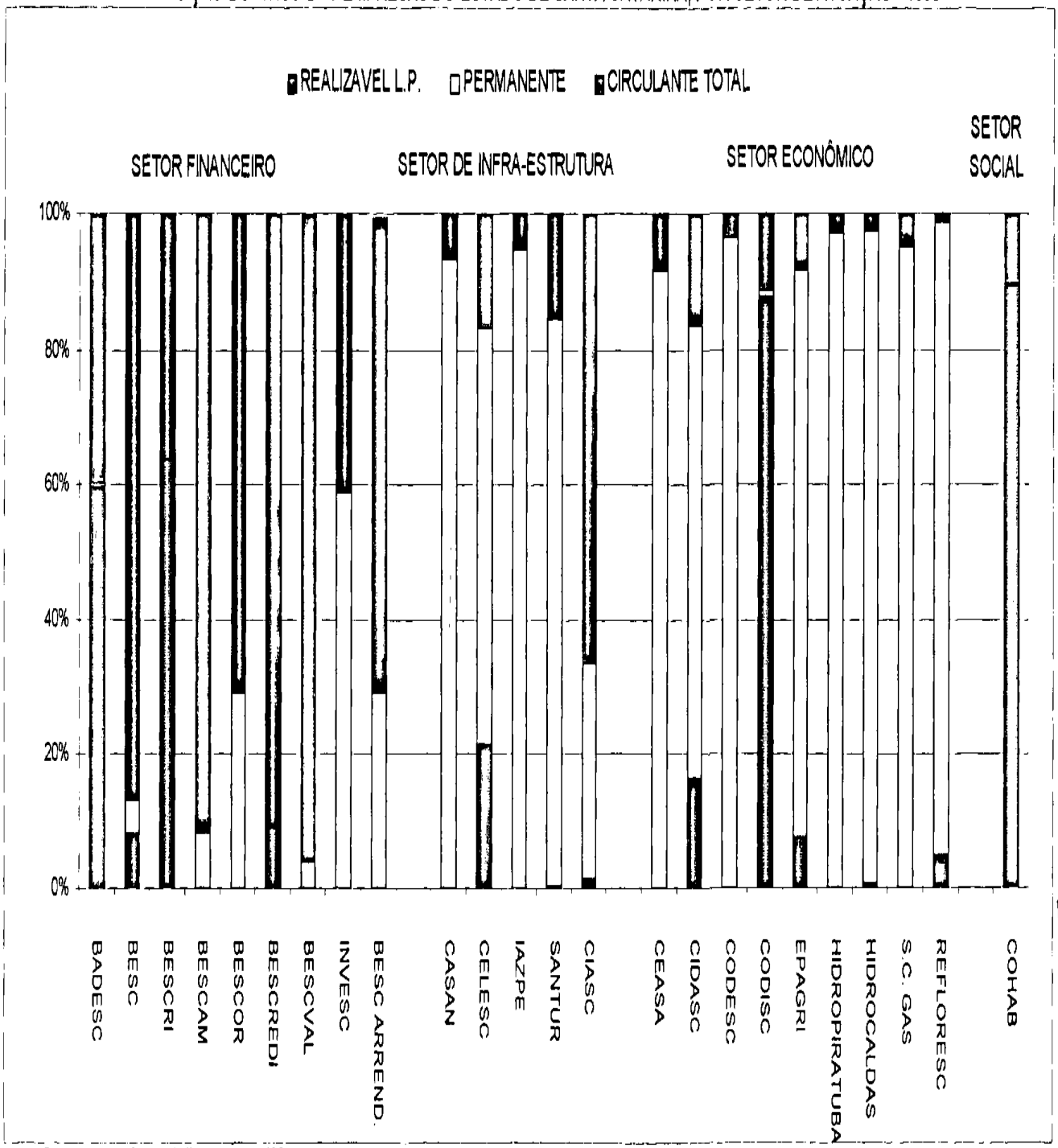
TABELA 190: COMPOSIÇÃO DO ATIVO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA , POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996

Em R$ 1.000

SETOR EMPRESA	ATIVO TOTAL	%	CIRC. TOTAL	%	REALIZ. L. PRAZO	%	PERMA-NENTE	%
FINANCEIRO								
BADESC	334.287	100,00	132.662	39,69	199.974	59,82	1.651	0,49
BESC	1.853.889	100,00	1.609.859	86,84	153.408	8,27	90.622	4,89
BESCRI	694.376	100,00	250.625	36,09	442.246	63,69	1.505	0,22
BESCAM	3.394	100,00	3.101	91,37	- o -	- o -	293	8,63
BESCOR	2.058	100,00	1.453	70,60	1	0,05	604	29,35
BESCREDI	120.030	100,00	108.742	90,59	11.183	9,32	105	0,09
BESCVAL	2.151	100,00	2.066	96,05	1	0,05	84	3,90
INVESC	211996	100,00	87.177	41,12	- o -	- o -	124.819	58,88
BESC ARRENDAMENTO	114.399	100,00	81.224	71,00	-753	-0,66	33.928	29,66
SUB-TOTAL	3.336.580	100,00	2.276.909	68,24	806.060	24,16	253.611	7,60
INFRA-ESTRUTURA								
CASAN	988.139	100,00	65.469	6,63	1.408	0,14	921.262	93,23
CELESC	1.924.097	100,00	324.275	16,85	412.615	21,45	1.187.207	61,70
IAZPE	1.328	100,00	66	4,97	- o -	- o -	1.262	95,03
SANTUR	3.299	100,00	506	15,34	12	0,36	2.781	84,30
CIASC	23.454	100,00	15.569	66,38	293	1,25	7.592	32,37
SUB-TOTAL	2.940.317	100,00	405.885	13,81	414.328	14,09	2.120.104	72,10
ECONÔMICO								
CEASA	2.397	100,00	196	8,18	- o -	- o -	2.201	91,82
CIDASC	25.463	100,00	4.178	16,41	4.179	16,41	17.106	67,18
CODESC	400.434	100,00	13.531	3,38	648	0,16	386.255	96,46
CODISC	7.131	100,00	815	11,43	6.258	87,76	58	0,81
EPAGRI	12.776	100,00	1.026	8,03	961	7,52	10.789	84,45
HIDROPIRATUBA	1.868	100,00	49	2,62	- o -	- o -	1.819	97,38
HIDROCALDAS	1.758	100,00	41	2,33	13	0,74	1.704	96,93
S.C. GAS	312	100,00	15	4,81	- o -	- o -	297	95,19
REFLORESC	989	100,00	11	1,11	48	4,86	930	94,03
SUB-TOTAL	453.128	100,00	19.862	4,38	12.107	2,67	421.159	92,95
SOCIAL								
COHAB	227.077	100,00	23621	10,40	202.732	89,28	724	0,32
SUB-TOTAL								
TOTAL	6.957.102	100,00	2.726.277	39,19	1.435.227	20,63	2.795.598	40,18

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras -1996

GRÁFICO 80 - COMPOSIÇÃO DO ATIVO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996



Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 005644

641

FOLHA Nº 00645

No Ativo estão registrados todos os bens e direitos da empresa.

Na composição do Ativo das Empresas do Estado de Santa Catarina, por Setor de Atuação, constatou-se a maior contribuição do Setor Financeiro, com R$ 3.336.580 mil, sendo o BESC o responsável por 55,56% deste valor. Seguindo este Setor encontramos o Setor de Infra-estrutura, com R$ 2.940.317 mil, onde a CELESC participa com 65,44%. E finalmente, os setores Econômico e Social contribuiram com R$ 453.128 mil e R$ 227.077 mil, respectivamente, onde no Setor Econômico encontra-se a CODESC, que participa com 88,37% do valor citado.

No setor Financeiro, os valores do Ativo se concentram mais no Circulante, representando, 68,24% do total do seu Ativo, enquanto que nos setores de Infra-estrutura e Econômico os valores se concentram mais no Permanente, representando 72,10% e 92,95%, respectivamente, do total dos seus Ativos.

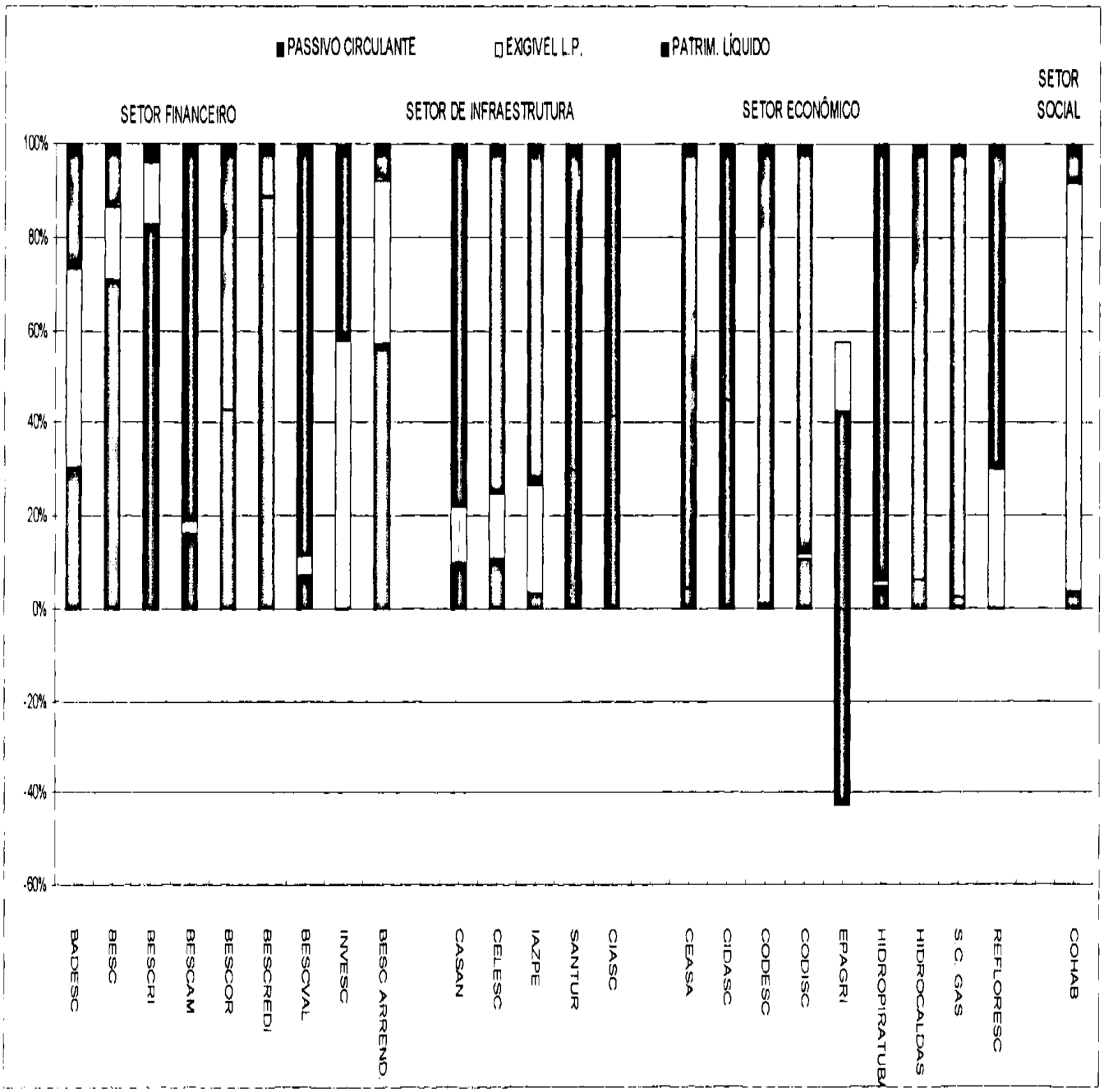
TABELA 191: COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996

Em R$ 1.000

SETOR EMPRESA	PASSIVO TOTAL	%	PASSIVO CIRC.	%	EXIG. LONGO PRAZO	%	PATRIM. LÍQUIDO	%
FINANCEIRO								
BADESC	334.287	100,00	101.066	30,23	143.832	43,03	89.389	26,74
BESC	1.853.889	100,00	1.310.831	70,71	294.229	15,87	248.829	13,42
BESCRI	694.376	100,00	574.240	82,70	93.920	13,52	26.216	3,78
BESCAM	3.394	100,00	551	16,23	94	2,77	2.749	81,00
BESCOR	2.058	100,00	882	42,86	- o -	- o -	1.176	57,14
BESCREDI	120.030	100,00	106.169	88,45	699	0,58	13.162	10,97
BESCVAL	2.151	100,00	150	6,97	92	4,28	1.909	88,75
INVESC	211.996	100,00	28	0,01	122.589	57,83	89.379	42,16
BESC ARREND.	114.399	100,00	65.405	57,17	39.757	34,76	9.237	8,07
SUB-TOTAL	3.336.580	100,00	2.159.322	64,72	695.212	20,83	482.046	14,45
INFRA-ESTRUTURA								
CASAN	988.139	100,00	97.642	9,88	117.641	11,91	772.856	78,21
CELESC	1.924.097	100,00	205.765	10,69	266.586	13,86	1.451.746	75,45
IAZPE	1.328	100,00	43	3,24	312	23,49	973	73,27
SANTUR	3.299	100,00	979	29,68	- o -	- o -	2.320	70,32
CIASC	23.454	100,00	9.739	41,52	- o -	- o -	13.715	58,48
SUB-TOTAL	2.940.317	100,00	314.168	10,68	384.539	13,08	2.241.610	76,24
ECONÔMICO								
CEASA	2.397	100,00	106	4,42	7	0,29	2.284	95,29
CIDASC	25.463	100,00	11.555	45,38	- o -	- o -	13.908	54,62
CODESC	400.434	100,00	4.899	1,22	4	- o -	395.531	98,78
CODISC	7.131	100,00	752	10,54	74	1,04	6.305	88,42
EPAGRI	12.776	100,00	37.027	289,82	12.841	100,51	-37.092	-290,33
HIDROPIRATUBA	1.868	100,00	85	4,55	21	1,12	1.762	94,33
HIDROCALDAS	1.758	100,00	108	6,14	- o -	- o -	1.650	93,86
S.C. GAS	312	100,00	7	2,24	- o -	- o -	305	97,76
REFLORESC	989	100,00 -			300	30,33	689	69,67
SUB-TOTAL	453.128	100,00	54.539	12,04	13.247	2,92	385.342	85,04
SOCIAL								
COHAB	227.077	100,00	7.582	3,34	200.720	88,39	18.775	8,27
SUB-TOTAL								
TOTAL	6.957.102	100,00	2.535.611	36,45	1.293.718	18,60	3.127.773	44,95

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1996

GRÁFICO 81 - COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO ESTADO, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996



Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00646

643

DIVISÃO DE ... TE
FOLHA Nº 00547

No Passivo encontram-se registradas todas as obrigações das empresas. O Passivo representa o Capital de Terceiros. Da diferença existente entre Ativo e Passivo resulta o Patrimônio Líquido, que representa o Capital Próprio da Empresa.

As empresas do Setor Financeiro operam na maior parte com capital de terceiros. Neste setor somente as empresas BESCAN, BESCOR, BECVAL e INVESC, possuiam capital próprio para garantir os Capitais de Terceiros, representados pelo Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo.

Nos setores de Infra-Estrutura e Econômico a situação é diferente: as empresas possuem capital próprio suficiente para garantir o capital de terceiros nelas investidos, com exceção da EPAGRI.

A EPAGRI apresentou um patrimônio líquido negativo de R$ 37.092 mil, resultante dos prejuízos acumulados desde 1991.

Das Demonstrações Contábeis apresentadas pela EPAGRI, conclui-se que os seus recursos são insuficientes até mesmo para saldar os compromissos com Terceiros.

No Setor Social, representado pela COHAB, observa-se que a mesma utiliza-se de capital de terceiros para gerir suas atividades.

Na composição consolidada do Ativo e Passivo das Empresas do Estado de Santa Catarina, constatou-se que as mesmas apresentam índices de liquidez corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) e Geral (Ativo Circulante + Realizável/Passivo Circulante + Exigível) de 1,075 e 1,087, respectivamente, demonstrando que as empresas do Estado de Santa Catarina, no exercício de 1996, de um modo geral apresentaram saúde financeira boa.

Porém, individualmente, as tabelas e gráficos em análise demonstram que no Setor Financeiro, a BESCRI, apresentou índice de liquidez corrente de 0,43, ou seja, a empresa apresentou dívidas de curto prazo, sem recursos também de curto prazo para saldá-las, porém analisando o índice de liquidez geral, onde englobamos o longo prazo, constatou-se o índice de 1,037, deixando claro que os direitos da empresa estão mais concentrados a longo prazo.

No setor de Infra-Estrutura, duas empresas apresentam situações financeiras delicadas, isto é, suas dívidas, a curto e longo prazos, são maiores que os direitos, também de curto e longo prazo.

A CASAN apresentou índice de liquidez corrente de 0,67 e índice de liquidez geral de 0,31.

A SANTUR apresentou índice de liquidez corrente de 0,52, e índice de liquidez geral de 0,53.

Está claramente demonstrando que as duas empresas, CASAN e SANTUR, não possuem recursos para cobrir seus compromissos de curto e longo prazos.

...AÇÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00648

645

No setor Econômico, 4 empresas: CIDASC, EPAGRI, HIDROPIRATUBA e HIDROCALDAS também não possuem recursos para cobrir seus compromissos de curto e longo prazos..

Destas, a que mais se destaca neste aspecto negativo é a EPAGRI, cujos índices de liquidez corrente e geral foram de 0,03 e 0,04 respectivamente, caracterizando situação de insolvência da empresa.

3. ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO (D.R.E)

A Lei nº 6404 de 15.12.76, em seu art. 176, inciso III, obriga as empresas de Sociedade Anônima a elaborarem as Demonstrações de Resultado no final de cada exercício social.

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação em forma resumida das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, cujo objetivo é fornecer aos usuários das Demonstrações Financeiras da empresa os dados básicos e essenciais da formação do resultado.

O Art.187 do mesmo diploma legal estabelece a ordem de apresentação das receitas, custos e despesas, nessa Demonstração, para fins de publicação.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00649

646

TABELA 192: EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO, EM VALORES CONSTANTES, DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1992 - 96

Em R$ mil

SETOR EMPRESAS	1992(A)	1993(B)	B / A %	1994(C)	C / B %	1995(D)	D / C %	1996(E)	E / D %
FINANCEIRO									
BADESC	202	2.263	1.018,32	2.930	29,45	-12.621	-530,78	-13.204	-4,62
BESC	28.321	47.172	66,56	22.279	-52,77	26.515	19,01	25.382	-4,27
BESCRI	731	3.281	348,70	2.326	-29,10	3.144	35,17	3.740	18,96
BESCAM	796	424	-46,74	298	-29,75	772	159,43	239	-69,06
BESCOR	272	106	-61,09	352	232,00	274	-21,99	547	99,32
BESCREDI	4.034	2.669	-33,83	3.278	22,83	1.671	-49,03	3.298	97,37
BESCVAL	737	286	-61,21	202	-29,26	159	-21,47	279	75,54
BESCARREN.	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	633	- o -	1.065	68,36
INVESC	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	-3.512	- o -	8.077	330,01
INFRA-ESTRUTURA									
CASAN	-41.542	-99.380	-139,23	-18.479	81,41	-28.285	-53,06	-19.817	29,94
CELESC	-101.242	-61.208	39,54	47.769	178,04	-85.334	-278,64	61.984	172,64
CIASC	782	767	-1,90	1.460	90,33	2.148	47,10	2.022	-5,86
SANTUR	-440	150	134,22	3	-97,89	-440	-13.933,33	61	113,87
IAZPE	- o -	- o -	- o -	-5	- o -	-350	-6.500,00	-413	-18,11
ECONÔMICO									
CEASA/SC	-35	-141	-303,03	-132	6,02	-361	-172,80	-76	78,97
CIDASC	4.150	2.266	-45,39	-79	-103,51	-3.984	-4.913,33	-1.099	72,42
CODESC	40.165	97.063	141,66	-16.353	-116,85	13.883	184,90	3.274	-76,42
CODISC	-1.295	-2.104	-62,52	-14	99,35	-251	-1.723,08	-1.581	-529,57
HIDROPIRATUBA	-16	77	586,67	17	-78,08	164	868,75	88	-46,42
HIDROCALDAS	1	-41	-4.000,00	- o -	- o -	-94	- o -	-81	14,11
REFLORESC	128	-42	-133,06	95	325,00	-320	-435,56	-50	84,37
EPAGRI	-1.458	1.367	193,75	-8.282	-705,89	-8.654	-4,49	-9.218	-6,52
SCGAS	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -
SOCIAL									
COHAB	- o -	-733	- o -	3.444	569,65	-3.875	-212,52	-1.588	59,02
TOTAL	**-65.709**	**-5.758**	**-91,24**	**41.109**	**813,95**	**-98.718**	**-340,14**	**62.929**	**163,75**

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1992 - 96
Inflator: IGPDI (médio) base - 1996

A presente análise tem por objetivo demonstrar a evolução do resultado líquido das empresas estatais no periodo compreendido entre 1992 e 1996.

Comparando os resultados líquidos das empresas do Estado de Santa Catarina, no periodo supra citado, constata-se que somente os exercícios de 1994 e 1996 apresentaram resultado líquido positivo, nos demais exercícios, os resultados foram negativos, com destaque para o exercício de 1995, com R$ 98.718 mil de prejuízo.

No Exercício de 1996, as empresas do Estado obtiveram um resultado positivo (lucro) de R$ 62.929 mil, apresentando um crescimento, em relação ao exercício de 1995, de 163,75%.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00650

A Empresa que mais se destaca nesta evolução positiva é a CELESC, que passou de R$ 85.334 mil de prejuízo em 1995 para um lucro líquido de R$ 61.984 mil em 1996, apresentando um crescimento de 172,64% em relação ao exercício anterior.

A INVESC é outra empresa que se destaca pelo seu crescimento, passando de R$ 3.512 mil de prejuízo para R$ 8.077 mil de lucro, apresentando um crescimento de 330,01% em relação ao exercício de 1995.

A CODESC, apesar de apresentar um resultado líquido positivo, sofreu uma queda de 76,42% em relação ao resultado líquido do exercício de 1995.

A CODISC, empresa em fase de liquidação, vem apresentando resultados líquidos negativos desde 1992. Foi a empresa, em termos percentuais, que mais decresceu em relação ao exercício anterior, alcançando um percentual de 529,57% (negativo).

A EPAGRI foi outra empresa que só apresentou resultado positivo no exercício de 1993; nos demais, a empresa estatal apresentou resultados líquidos negativos.

GRÁFICO 82: EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1992 - 96



Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1992 - 96

O Gráfico acima evidencia a evolução dos resultados líquidos nos exercícios de 1992 a 1994. No exercício de 1995 ocorre uma queda acentuada de 340,14%. Em 1996 há uma recuperação significativa, com um resultado líquido positivo de R$ 62.929 mil.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00651

As Empresas que mais se destacaram para a formação desse resultado positivo em 1996 foram: CELESC, BESC e INVESC, com R$ 61.984 mil, R$ 25.382 mil e R$ 8.077 mil, respectivamente.

TABELA 193: EVOLUÇÃO DOS LUCROS, EM VALORES CONSTANTES, DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1992 - 96.

Em R$ 1.000

SETOR EMPRESAS	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%
FINANCEIRO										
BADESC	202	0,25	2.262	1,43	2.930	3,47	- o -	- o -	- o -	- o -
BESC	28.322	35,23	47.172	29,88	22.279	26,38	26.515	53,71	25.382	23,06
BESCRI	731	0,91	3.281	2,08	2.326	2,75	3.144	6,37	3.740	3,40
BESCAM	796	0,99	424	0,27	298	0,35	772	1,56	239	0,22
BESCOR	272	0,34	106	0,07	352	0,42	274	0,56	547	0,50
BESCREDI	4.034	5,02	2.669	1,69	3.278	3,88	1.671	3,39	3.298	3,00
BESCVAL	737	0,92	286	0,18	202	0,24	159	0,32	279	0,25
BESC ARREND.	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	633	1,28	1.065	0,97
INVESC	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	8.077	7,34
INFRA-ESTRUTURA										
CELESC	- o -	- o -	- o -	- o -	47.769	56,56	- o -	- o -	61.984	56,32
CIASC	783	0,97	767	0,49	1.460	1,73	2.148	4,35	2.022	1,84
SANTUR	- o -	- o -	149	0,09	3	0,01	- o -	- o -	61	0,05
ECONÔMICO										
CIDASC	4.149	5,16	2.265	1,43	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -
CODESC	40.165	49,95	97.063	61,47	- o -	- o -	13.883	28,13	3.274	2,97
HIDROESTE	83	0,10	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -
HIDROPIRATUBA	- o -	- o -	77	0,05	17	0,02	164	0,33	88	0,08
HIDROCALDAS	1	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -
REFLORESC	128	0,16	- o -	- o -	95	0,11	- o -	- o -	- o -	- o -
EPAGRI	- o -	- o -	1.368	0,87	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -
SOCIAL										
COHAB	- o -	- o -	- o -	- o -	3.444	4,08	- o -	- o -	- o -	- o -
TOTAL	**80.403**	**100,00**	**157.889**	**100,00**	**84.453**	**100,00**	**49.363**	**100,00**	**110.056**	**100,00**

Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras 1992 - 96
Inflator: IGP-DI (médio) base 1996

A Tabela acima apresenta a evolução dos lucros das empresas do Estado de Santa Catarina e a composição percentual de cada exercício, em relação ao lucro total do mesmo exercício.

As Empresas que mais se destacaram para a formação do montante do lucro no exercício de 1996 foram a CELESC, BESC e INVESC, com 56,32%, 23,06% e 7,34% respectivamente.

O BESC, desde 1993, vem sofrendo uma redução em seu lucro, atingindo 46,19% desse período até 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00552

649

TABELA 194: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POSITIVO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996

Em R$ 1.000

SETOR / EMPRESA	RECEITA OPERACIONAL	DESPESA OPERACIONAL	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITA NÃO OPERACIONAL	DESPESA NÃO OPERACIONAL	PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA	PARTICIP. E CONTRIB.	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
FINANCEIRO								
BESC	736.926	697.485	39.441	- o -	2.491	4.541	7.027	25.382
BESCRI	148.257	143.360	4.897	31	- o -	1.188	- o -	3.740
BESCAM	2.005	1.648	357	- o -	38	80	- o -	239
BESCOR	4.468	3.476	992	21	23	144	299	547
BESCREDI	34.214	29.593	4.621	- o -	22	1.301	- o -	3.298
BESCVAL	570	183	387	3	- o -	111	- o -	279
INVESC	36939	28.862	8.077	- o -	- o -	- o -	- o -	8.077
BESC ARREND.	23.588	21.895	1.693	- o -	- o -	628	- o -	1.065
SUB TOTAL	986.967	926.502	60.465	55	2.574	7.993	7.326	42.627
INFRA-ESTRUTURA								
CELESC	1.028.605	949.530	79.075	3.074	3.401	9.572	7.192	61.984
SANTUR	4.614	4.534	80	- o -	- o -	19	- o -	61
CIASC	38.463	35.300	3.163	17	- o -	554	604	2.022
SUB TOTAL	1.071.682	989.364	82.318	3.091	3.401	10.145	7.796	64.067
ECONÔMICO								
CODESC	47.065	40.068	6.997	- o -	3.723	- o -	- o -	3.274
HIDROPIRATUBA	692	589	103	1	- o -	11	5	88
SUB TOTAL	47.757	40.657	7.100	1	3.723	11	5	3.362
TOTAL	2.106.406	1.956.523	149.883	3.147	9.698	18.149	15.127	110.056

Fonte: Demonstrações Contábeis / DRE - 1996

A Tabela acima apresenta as empresas do Estado de Santa Catarina que obtiveram resultados positivos no exercício de 1996.

Das empresas estatais, aproximadamente 60% apresentaram durante o exercício de 1996, resultados líquidos positivo, num total de R$ 110.056 mil.

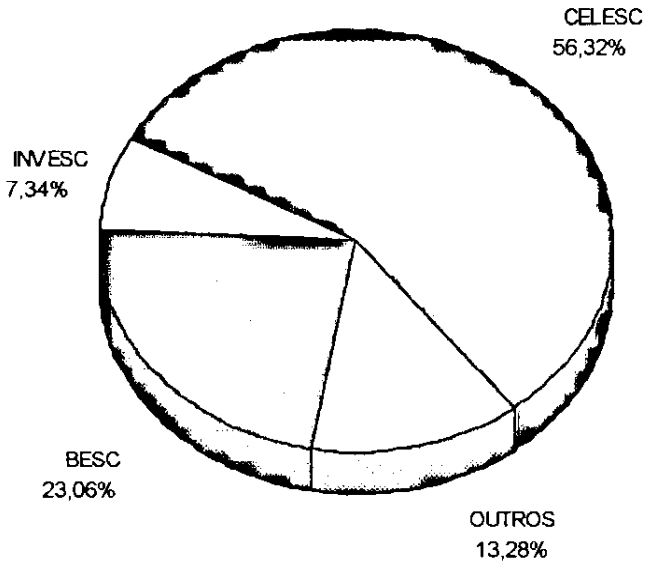
Deste montante, o Setor Financeiro, contribuiu com R$ 42.627 mil, com destaque para as empresas BESC e INVESC.

O Setor de Infra-Estrutura foi o que mais participou para a formação do total do resultado positivo, com R$ 64.067 mil, com destaque para a empresa CELESC.

O Setor Econômico participou com R$ 3.362 mil.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00653
650

GRÁFICO 83: COMPOSIÇÃO DO LUCRO REAL DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1996



Fonte: Demonstrações Contábeis Financeiras - 1996

Obs: Outros (BESCRI, BESCAM, BESCOR, BESCREDI, BESCVAL, BESC ARRENDAMENTO MERCANTIL, CIASC, SANTUR, CODESC, HIDROPIRATUBA)

O Gráfico acima demonstra a participação de cada empresa no lucro do exercício de 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00554

651

TABELA 195: EVOLUÇÃO DOS PREJUÍZOS, EM VALORES CONSTANTES, DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1992 - 96

Em R$ 1.000

SETOR EMPRESAS	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%
FINANCEIRO										
BADESC	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	12.621	8,52	13.204	28,02
INVESC	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	3.512	2,37	- o -	- o -
INFRA-ESTRUTURA										
CASAN	41.542	28,45	99.380	60,73	18.479	42,63	28.285	19,10	19.817	42,05
CELESC	101.243	69,33	61.208	37,40	- o -	- o -	85.334	57,63	- o -	- o -
SANTUR	440	0,30	- o -	- o -	- o -	- o -	440	0,30	- o -	- o -
IAZPE	- o -	- o -	- o -	- o -	5	0,01	350	0,24	413	0,88
ECONÔMICO										
CEASA/SC	35	0,02	141	0,09	132	0,31	361	0,24	76	0,16
CIDASC	- o -	- o -	- o -	- o -	79	0,18	3.984	2,69	1.099	2,33
CODESC	- o -	- o -	- o -	- o -	16.353	37,73	- o -	- o -	- o -	- o -
CODISC	1.296	0,89	2.104	1,29	14	0,03	251	0,17	1.581	3,35
HIDROPIRATUBA	16	0,01	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -
HIDROCALDAS	- o -	- o -	41	0,03	- o -	- o -	94	0,06	81	0,17
REFLORESC	- o -	- o -	42	0,03	- o -	- o -	320	0,22	50	0,11
EPAGRI	1.458	1,00	- o -	- o -	8.282	19,11	8.654	5,84	9.218	19,56
SOCIAL										
COHAB	- o -	- o -	733	0,45	- o -	- o -	3.875	2,62	1.588	3,37
TOTAL	**146.027**	**100,00**	**163.649**	**100,00**	**43.345**	**100,00**	**148.080**	**100,00**	**47.127**	**100,00**

Fonte: Demonstrações Contábeis 1992 - 96
Inflator: IGP-DI (médio) base 1996.

A Tabela acima apresenta a evolução dos prejuízos das empresas do Estado de Santa Catarina e a composição percentual de cada exercício, em relação ao prejuízo total do mesmo exercício.

Das empresas que apresentaram prejuízo no exercício de 1996, as que mais se destacaram foram: CASAN, BADESC e EPAGRI, com 42,05%, 28,02% e 19,56%, respectivamente.

Com relação ao exercício de 1995, as empresas deficitárias que aumentaram seus prejuízos foram BADESC, IAZPE e EPAGRI.

A CASAN, desde 1992, vem acumulando prejuízos atingindo um montante nos cinco últimos exercícios de R$ 217.503 mil.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00655

652

TABELA 196: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NEGATIVO DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996

Em R$ 1.000

SETOR EMPRESAS	RECEITA OPERACIONAL	DESPESA OPERACIONAL	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITA NÃO OPERACIONAL	DESPESA NÃO OPERACIONAL	PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO	PREJUÍZO EXERCÍCIO
FINANCEIRO							
BADESC	64.097	77.310	-13.213	9	- o -	- o -	13.204
SUB TOTAL	64.097	77.310	-13.213	9	- o -	- o -	13.204
INFRA-ESTRUTURA							
CASAN	189.863	198.408	-8.545	1.480	11.893	859	19.817
IAZPE	70	483	-413	- o -	- o -	- o -	413
SUB TOTAL	189.933	198.891	-8.958	1.480	11.893	859	20.230
ECONÔMICO							
CEASA	851	927	-76	- o -	- o -	- o -	76
CIDASC	49.463	50.586	-1.123	90	66	- o -	1.099
CODISC	952	2.533	-1.581	- o -	- o -	- o -	1.581
HIDROCALDAS	562	643	-81	- o -	- o -	- o -	81
REFLORESC	30	80	-50	- o -	- o -	- o -	50
EPAGRI	79.980	89.213	-9.233	15	- o -	- o -	9.218
SUB TOTAL	131.838	143.982	-12.144	105	66	- o -	12.105
SOCIAL							
COHAB	24.718	28.437	-3.719	2.142	11	- o -	1.588
SUB TOTAL	24.718	28.437	-3.719	2.142	11	- o -	1.588
TOTAL	410.586	448.620	-38.034	3.736	11.970	859	47.127

Fonte: Demonstração Contábil / DRE - 1996

A Tabela acima apresenta as empresas do Estado de Santa Catarina que obtiveram resultados liquidos negativo(prejuízos) no exercicio de 1996.

Das empresas estatais, aproximadamente 40% delas apresentaram resultados líquidos negativo, num total de R$ 47.127 mil, no exercício de 1996.

Deste montante, o Setor Financeiro participou com R$ 13.204 mil (negativo), representado pelo BADESC.

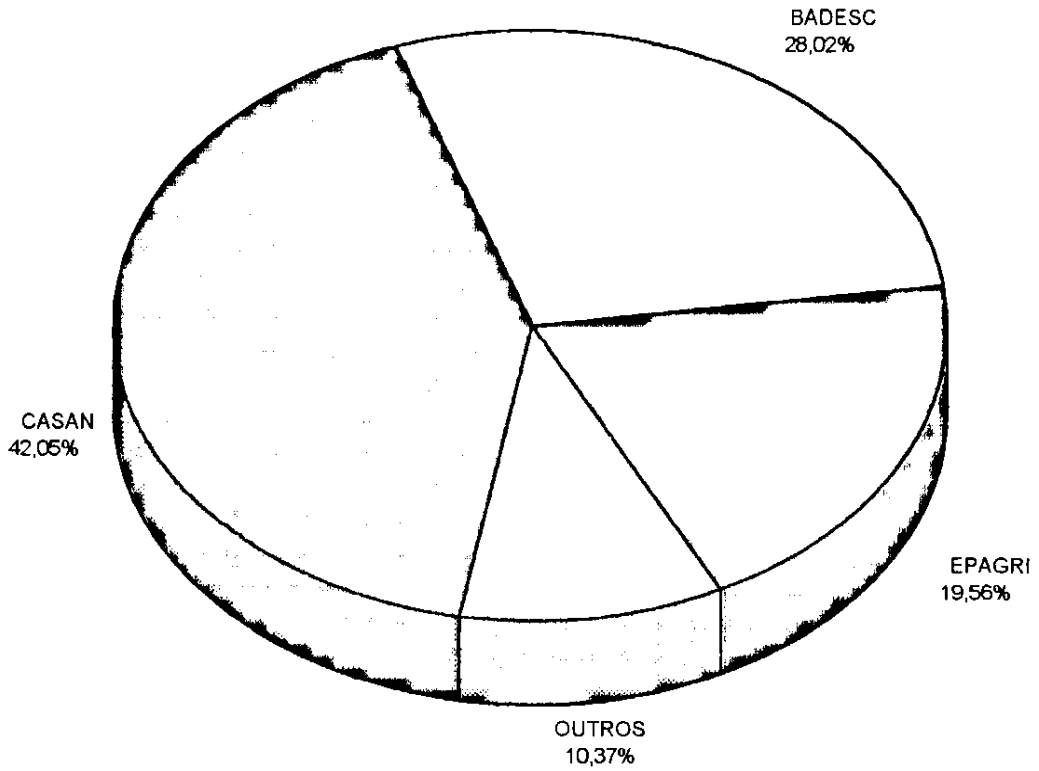
O Setor de Infra-Estrutura foi o que mais participou para a formação do total dos prejuízos das empresas estatais, com R$ 20.230 mil, com destaque para a CASAN, com R$ 19.817 mil.

O Setor Econômico contribuiu com R$ 12.105 mil, com destaque para a empresa EPAGRI, com R$ 9.218 mil.

O Setor Social, representado pela COHAB, obteve um prejuízo de R$ 1.588 mil.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00556
653

GRÁFICO 84 - COMPOSIÇÃO DO PREJUÍZO GLOBAL DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1996



Fonte: Demonstração Financeira - 1996

Obs: Outros (IAZPE, CEASA, CIDASC, CODISC, HIDROCALDAS, REFLORESC, COHAB)

O Gráfico acima demonstra a participação de cada empresa no resultado negativo total apresentado pelas empresas estatais.

Pelo que ficou demonstrado na Tabela 178, apura-se que os prejuízos vêm variando nas seguintes proporções:

- de 1992 a 1993 ocorreu aumento no total dos prejuízos de 12,07%;
- de 1993 a 1994 ocorreu uma redução no total dos prejuízos de 73,51%;
- de 1994 a 1995 ocorreu aumento no total dos prejuízos de 241,63%;
- de 1995 a 1996 ocorreu uma redução no total dos prejuízos de 68,17%.

O prejuízo total das empresas estatais no exercício de 1996, em relação ao exercício de 1995, sofreu uma redução significativa de R$100.953 mil, correspondente a 68,17%, conforme se verifica na Tabela 178.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00537

4. ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada principalmente as informações relativas às operações de financiamentos e investimentos da empresa durante o exercício, e evidenciar as alterações na sua posição financeira.

Esta peça contábil é de muita utilidade, pois fornece dados importantes que não constam das demais demonstrações financeiras; está relacionada tanto com o Balanço como com a Demonstração do Resultado do Exercício, sendo complementar para ambas, fornecendo as modificações na posição financeira da empresa e de sua evolução no tempo.

Essa demonstração é também muito utilizada no acompanhamento do desenvolvimento de novos projetos, comparando os seus valores realizados com os orçados, não só para fins internos da administração e de seus acionistas, como também pelos agentes financiadores dos projetos.

A Lei 6.404/76 tornou obrigatória essa demonstração para todas as companhias, conforme disposto no seu art. 176, IV.

Cabe ressaltar que, com o advento da Lei 9.249/95, dentre outras determinações, foi eliminada a possibilidade de adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço, para fins societários e fiscais.

A CVM-Comissão de Valores Mobiliários, consoante a nova legislação em vigor, através da Instrução nº 248/96 e Parecer de Orientação 2.996, adaptou suas normas relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a partir de 1996, facultando a apresentação de informações complementares em moeda de capacidade aquisitiva constante.

TABELA 197: DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DE RECURSOS - 1996

Em R$ mil

EMPRESAS	TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	LUCRO LIQUIDO	DEPREC. / AMORTIZ. / EXAUSTAO	REALIZ. CAPITAL SOCIAL	OUTRAS	AUMENTO P.E.L.P	DIMINUIÇAO A.R.L.P	REDUÇAO ATIVO PERMAN.	AJUSTE DO EXERC.	RESERVAS DIVERSAS
BADESC	28.251	-0-	936	21.762	37	945	3.941	630	-0-	
BESC ARREND.	54.219	1.065	-0-	-0-	2.935	49.524	588	107	-0-	
BESC	663.225	25.382	-0-	45.018	2.072	507.871	82.882	-0-	-0-	
BESCRI	155.804	3.740	-0-	-0-	91	149.043	2.916	14	-0-	
CASAN	434.627	-0-	21.331	-0-	17.389	27.417	-0-	10.522	10.979	346.9
CEASA	331	-0-	142	188	-0-	1	-0-	-0-	-0-	
CELESC	311.514	61.984	55.743	136.020	12.484	27.053	18.022	-0-	-0-	2
CIASC	3.352	2.022	1.296	-0-	-0-	-0-	-0-	34	-0-	
CIDASC	4.960		2.430	1.591	-0-	-0-	-0-	529	410	
CODESC	169.436	3.274	40	21.320	38.277	11.310	44.842	50.373	-0-	
CODISC	2.236	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	498	1.738	-0-	
COHAB	69.966	-0-	125	4.641	9.364	39.584	16.236	16	-0-	
EPAGRI	7.688	-0-	1.620	304	-0-	5.675	-0-	89	-0-	
HIDROPIRATUBA	161	88	45	-0-	21	-0-	2	-0-	-0-	
SANTUR	141	61	65	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	15	
S.C. GAS	97	-0-	1	96	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	
EMPR.CONTROL										
BESCAM	363	239	-0-	-0-	17	-0-	106	1	-0-	
BESCOR	566	548	16	-0-	-0-	-0-	-0-	2	-0-	
BESCREDI	97.497	3.298	-0-	-0-	30	94.130	39	-0-	-0-	
BESCVAL	394	278	-0-	-0-	1	63	52	-0-	-0-	
HIDROCALDAS	59	-0-	59	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	
REFLORESC	122	-0-	1	-0-	85	-0-	36	-0-	-0-	
IAZPE	317	-0-	5	-0-	312	-0-	-0-	-0-	-0-	
INVESC	48.751	8.077	1.121	22.297	-0-	17.256	-0-	-0-	-0-	
TOTAL	2.054.077	110.056	84.976	253.237	83.115	929.872	170.160	64.055	11.404	347.2

Fonte: Demonstrações Contábeis 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00538

657

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00659

656

O total das origens de recursos das Empresas de Economia Mista do Estado, durante o exercício de 1996 alcançou o montante de R$ 2.054.077 mil, demonstrando uma variação positiva de 19,96% em relação ao exercício anterior 1995.

Dentre as origens dos recursos, os itens que mais contribuiram foram:

Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo - 45,27%
Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo - 8,28%
Realização de aumento de capital - 12,33%
Reservas Diversas - 16,90%

Porém o aumento do Passivo Exigível de Longo Prazo destacou-se como grande formador das Origens de Recursos num montante de R$ 929.872 mil.

Tal acréscimo é conseqüência de empréstimos e financiamentos contraídos pelas estatais durante o exercício, principal fator na composição das Origens de Recursos, ocasionando acréscimo em 1996 comparado com 1995 de 7,56%.

TABELA 198: DEMONSTRAÇÃO DE APLICAÇÕES DE RECURSOS - 1996

Em R$ mil

EMPRESAS	APLICAÇÃO DE RECURSOS	PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	DIVIDENDO	OUTROS	AUMENTO A.R.L.P	AUMENTO DO A. PERMAN.	REDUÇÃO DO P.E.L.P.	AJUSTE DO EXERCÍCIO	AUMENTO/ REDUÇÃO CAP.CIRC. LÍQUID.
BADESC	28.119	13.204	-0-	-0-	7.340	1.804	5.771		132
BESC ARREND.	54.603	-0-	253	1.093	32.104	21.153	-0-		-384
BESC	634.222	-0-	11.476	1.362	284.114	32.464	304.806		29.003
BESCRI	156.642	-0-	888	-0-	150.761	165	4.828		-838
CASAN	436.756	19.818	-0-	14.801	-0-	401.445	692		-2.129
CEASA	262	76	-0-	-0-	-0-	186	-0-		69
CELESC	205.612	-0-	14.721	41.891	38.078	104.962	5.960		105.902
CIASC	1.766	-0-	604	9	285	868	-0-		1.586
CIDASC	7.657	1.099	-0-	3.247	113	3.198	-0-		-2.697
CODESC	163.114	-0-	-0-	-0-	14.411	127.346	21.357		6.322
CODISC	1.633	1.581	-0-	31	-0-	-0-	21		603
COHAB	63.911	1.588	-0-	14.012	46.080	304	1.927		6.055
EPAGRI	10.641	9.218	-0-	-0-	252	1.171	-0-		-2.953
HIDROPIRATUBA	113	-0-	-0-	39	74	-0-	-0-		48
SANTUR	43	-0-	-0-	-0-	1	27	15		98
S.C. GAS	122	-0-	-0-	-0-	-0-	122	-0-		-25
EMPR.CONTROL									
BESCAM	404	-0-	56	-0-	1	26	321		-41
BESCOR	680	-0-	158	-0-	0	522	-0-		-114
BESCREDI	97.497	-0-	783	-0-	96.694	18	2		-0-
BESCVAL	395	-0-	65	-0-	330	-0-	-0-		-1
HIDROCALDAS	97	81	-0-	-0-	13	3	-0-		-38
REFLORESC	120	50	-0-	-0-	11	-0-	59		2
IAZPE	787	413	-0-	-0-	-0-	374	-0-		-470
INVESC	60.573	-0-	-0-	-0-	-0-	60.573	-0-		-11.822
TOTAL	1.925.769	47.128	29.004	76.485	670.662	756.731	345.759		128.308

Fonte: Demonstrações Contábeis 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00669

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00661

As aplicações de recursos no exercício de 1996 somaram um total de R$ 1.925.769 mil, resultando acréscimo em relação ao exercício de 1995 num total de R$ 306.245 mil, o que representa o percentual de 18,91%.

Na composição das Aplicações dos Recursos, os itens com maior participação foram:

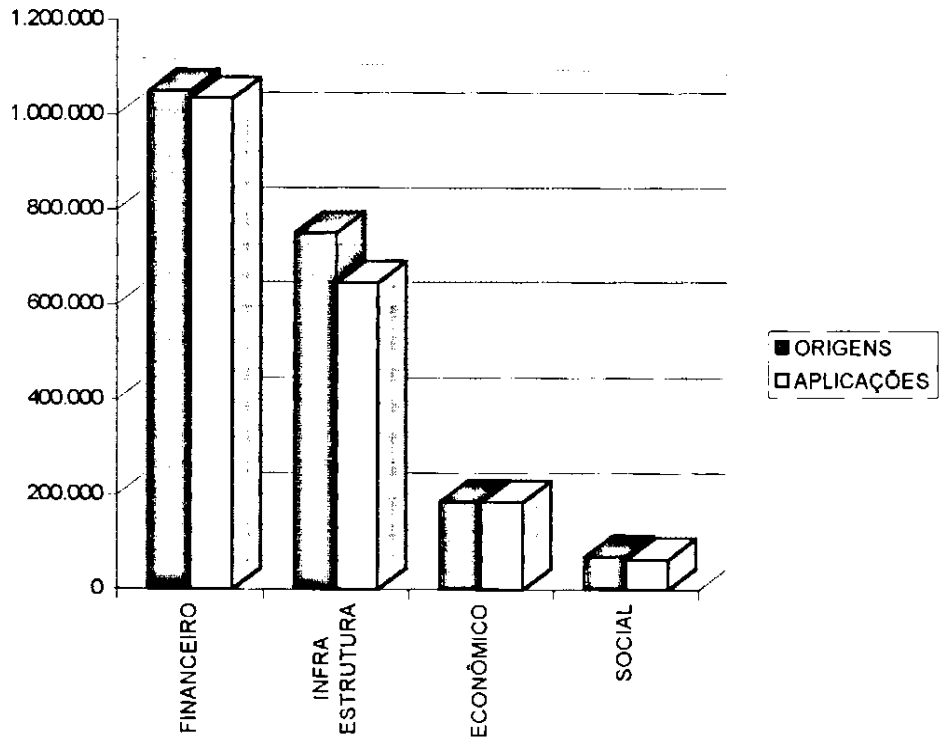
Aumento no Ativo Realizável a Longo Prazo - 34,83%
Aumento no Ativo Permanente - 39,30%
Diminuição no Passivo Exigível a Longo Prazo - 17,95%

Observa-se que o item Aumento do Ativo Permanente, no montante de R$ 756.731 mil, foi o que teve maior participação nas Aplicações de Recursos no exercício de 1996, equivalendo a 39,30% do total das Aplicações.

Já o item Prejuizo, no montanete de R$ 47.128 mil, correspondeu a 2,41% do total das Aplicações, o que representa uma redução na ordem de 296,53% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 85 - COMPOSIÇÃO SETORIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DAS EMPRESAS DO ESTADO POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996

Em R$ 1.000



Fonte: Demonstrações das Origens e Aplicações dos Recursos - 1996

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00662

659

TABELA 199: DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SETOR DE ATUAÇÃO - 1996

Em R$ 1.000

SETORES	RESULTADO DAS ORIGENS	%	RESULTADO DAS APLICAÇÕES	%	AUMENTO/ REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES
FINANCEIRO					
BADESC	28.251	1,38	28.119	1,46	132
BESC	663.225	32,29	634.222	32,93	29.003
BESCRI	155.804	7,59	156.642	8,13	-838
BESCAM	363	0,02	404	0,02	-41
BESCOR	566	0,03	680	0,04	-114
BESCREDI	97.497	4,75	97.497	5,06	0
BESCVAL	394	0,02	395	0,02	-1
INVESC	48.751	2,37	60.573	3,15	-11.822
BESC ARREND.	54.219	2,64	54.603	2,84	-384
SUB TOTAL	1.049.070	51,07	1.033.135	53,65	15.935
INFRA-ESTRUTURA					
CASAN	434.627	21,16	436.756	22,68	-2.129
CELESC	311.514	15,17	205.612	10,68	105.902
IAZPE	317	0,02	787	0,04	-470
SANTUR	141	0,01	43	0,00	98
CIASC	3.352	0,16	1.766	0,09	1.586
SUB TOTAL	749.951	36,51	644.964	33,49	104.987
ECONÔMICO					
REFLORESC	122	0,01	120	0,01	2
CEASA	331	0,02	262	0,01	69
CIDASC	4.960	0,24	7.657	0,40	-2.697
CODESC	169.436	8,25	163.114	8,47	6.322
CODISC	2.236	0,11	1.633	0,08	603
EPAGRI	7.688	0,37	10.641	0,55	-2.953
HIDROPIRATUBA	161	0,01	113	0,01	48
HIDROCALDAS	59	0,00	97	0,01	-38
S.C. GAS	97	0,00	122	0,01	-25
SUB TOTAL	185.090	9,01	183.759	9,54	1.331
SOCIAL					
COHAB	69.966	3,41	63.911	3,32	6.055
SUB TOTAL	69.966	3,41	63.911	3,32	6.055
TOTAL	2.054.077	100,00	1.925.769	100,00	128.308

Fonte: Demonstrações Contábeis 1996

Este quadro examina qual a participação de cada setor nas aplicações e origens dos recursos durante o exercício de 1996.

O setor financeiro foi o que mais contribuiu, tanto nas aplicações como nas origens de recursos com 51,07% e 53,65% respectivamente.

O Banco do Estado de Santa Catarina - BESC se destacou neste setor contribuindo com 32,29% das origens de recursos e 32,93% nas aplicações.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00563

No setor de infra-estrutura as empresas estatais que mais contribuiram foram CASAN com 21,16% nas origens e 22,68% nas aplicações, e CELESC 15,17% nas origens e 10,68% nas aplicações.

A CELESC mostrou sua recuperação no Capital Circulante Líquido em 1996 com variação positiva.

TABELA 200: DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, EM VALORES CONSTANTES, DAS EMPRESAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA 1992 - 96

Em R$ 1.000

	1992	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%
ORIGEM DOS RECURSOS	2.687.995	4.082.543	51,88	2.255.987	-44,74	1.814.316	-19,58	2.054.077	13,21
LUCRO LÍQ. DO EXERCÍCIO	80.405	157.891	96,37	84.452	-46,51	49.364	-41,55	110.056	122,95
DEPREC. AMORT. EXAUST.	45.455	40.167	-11,63	42.478	5,75	65.735	54,75	84.976	29,27
REALIZ. CAPITAL SOCIAL	16.362	48.952	199,18	20.571	-57,98	118.110	474,16	253.237	114,41
CONT. P/RESERVAS	6.440	8	-99,87	-o-	-o-	-o-	-o-	347.202	-o-
AUMENTO P.E.L.P.	2.362.742	3.160.483	33,76	1.289.975	-59,18	916.070	-28,99	929.872	1,51
DIMINUIÇÃO A.R.L.P.	7.422	227.902	2.970,42	159.007	-30,23	241.766	52,05	170.160	-29,62
REDUÇÃO ATIVO PERM.	15.644	639	-95,92	84.268	13.088,72	39.281	-53,38	64.055	63,07
OUTRAS	85.581	329.877	285,46	509.936	54,58	355.860	-30,21	83.115	-76,64
AJUSTE EXERCICIO	22	852	3.728,57	25	-97,01	10.509	41.225,00	11.404	8,52
CORREÇÃO MONETARIA	67.921	115.774	70,45	65.273	-43,62	17.620	-73,01	-o-	-o-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	3.292.112	4.153.156	26,15	2.259.674	-45,59	1.716.048	-24,06	1.925.769	12,22
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	146.028	163.649	12,07	43.345	-73,51	148.080	241,63	47.128	-68,17
DIVIDENDOS	8.016	14.062	75,43	8.949	-36,36	10.655	19,06	29.004	172,21
AUMENTO A.R.L.P.	1.971.679	2.975.841	50,93	1.636.127	-45,02	847.841	-48,18	670.662	-20,90
AUMENTO AT. PERM.	125.059	133.335	6,62	144.841	8,63	318.562	119,94	756.731	137,55
REDUÇÃO P.E.L.P.	38.723	90.304	133,21	161.851	79,23	325.772	101,28	345.759	6,14
OUTROS	40.309	111.843	177,46	54.568	-51,21	19.836	-63,65	76.485	285,59
AJUSTE EXERCÍCIO	439	-o-	-o-	-o-	-o-	1.070	-o-	-o-	-o-
CORREÇÃO MONETÁRIA	961.860	664.121	-30,95	209.992	-68,38	43.697	-79,19	-o-	-o-
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	-604.116	-70.613	-88,31	-3.687	-94,78	98.268	2.764,97	128.308	30,57

Fonte: Demonstrações Contábeis - 1992 - 96
Inflator: IGP-DI (médio) base 1996

Neste quadro, pode-se destacar o item Lucro Líquido do Exercício, onde apresentou um crescimento de 122,95% em relação ao exercício anterior.

Conseqüêntemente, o item Prejuízo do Exercício apresentou significativa redução na ordem de 68,17%.

No que diz respeito a Realização de Capital Social, esta apresentou evolução de 114,41% em relação ao exercício de 1995.

No item "outros", da Tabela acima registra-se uma evolução de 285,59%, na aplicação de recursos, destacando-se a CELESC, pela elevação de depósitos judiciais de R$ 7.986 mil em 1995, para R$ 16.070 mil em 1996 e variações monetárias que passaram de R$ 13.264 mil (positiva) em 1995, para R$ 20.326 mil (negativa) em 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA 00504

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na seqüência são apresentados pontos relativos a fatos ocorridos nas empresas estatais do Poder Executivo Catarinense durante o exercício de 1996, e que merecem destaque.

5.1 - EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO

5.1.1 - Reflorestadora Santa Catarina S/A -REFLORESC

A Reflorestadora Santa Catarina S/A - REFLORESC, instituída em 25/09/79 como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, foi transformada em Sociedade Anônima em 25/07/80 como subsidiária da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC. Seu objeto principal centrou-se no exercício de atividades de florestamento e reflorestamento, bem como as atividades pertinentes ao campo da engenharia florestal.

O Decreto Estadual nº 440, de 26 de agosto de 1987, dispunha sobre a convocação de Assembléia Geral da REFLORESC, para fins de desativação da Empresa.

A Lei Estadual nº 8.245 de 18 de abril de 1991, em seu art. 99, inciso V, autoriza o Chefe do Poder Executivo, através da CODESC, a promover a dissolução ou a venda à iniciativa privada, mediante licitação pública, das ações que o Estado possui na Reflorestadora Santa Catarina S/A - REFLORESC.

No exercício de 1993 a Diretoria da REFLORESC pautou suas ações no sentido de viabilizar a venda do controle acionário à iniciativa privada, porém, as tratativas feitas diretamente com os maiores investidores, no sentido de capitalizar a Empresa através da transferência da administração de alguns projetos, não surtiram os efeitos desejados, inviabilizando tal iniciativa.

Assim, através de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/10/93, foi autorizada a dissolução para posterior liquidação da REFLORESC, sendo nomeada liquidante a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, acionista majoritária da Empresa.

A REFLORESC vem tentando realizar o seu Ativo e pagar o Passivo, na forma estabelecida pela Lei das Sociedades Anônimas (nº 6404/76), encontrando-se a seguinte situação em 31/12/96:

DIVISÃO DE ... DIENTE
FOLHA Nº 00965

662

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/96 (em R$ 1,00)

ATIVO	
Circulante	10.770.00
Realizável a Longo Prazo	48.751,00
Permanente	929.628,00
Total Ativo	989.149,00
PASSIVO	
Circulante	-o-
Exigível a Longo a Prazo	299.642.00
Patrimônio Líquido	689.507.00
- Capital Social	3.348.048.00
- Prejuízos Acumulados	(2.658.543,00)
Total do Passivo	989.149.00

DETALHAMENTO

a) Ativo Circulante:

- Disponivel	R$ 1.236,00
- Valores a Receber	R$ 9.534,00

Os valores a receber correspondem a IRRF a Recuperar no valor de R$ 2.529,00, e Encargos Sociais a Recuperar no valor de R$ 7.005,00.

b) Ativo Realizável a Longo Prazo:

- Créditos Diversos	R$ 1.715,00
- SCP DL 1134/70	R$ 47.036,00

O SCP-DL 1134/70 corresponde aos créditos relativos à comercialização do Projeto V de Reflorestamento.

c) Ativo Permanente:

- Investimentos	R$ 130.842,00
- Imobilizado	R$ 798.786,00

Os investimentos correspondem à participação da REFLORESC no Projeto VI, relativo ao reflorestamento efetuado em terreno de sua propriedade.

O imobilizado corresponde ao valor do terreno devidamente corrigido, com área de 62.166.307 m^2, localizado no Municipio de São João Batista-SC.

d) Passivo Exigivel:

- Obrigações Societárias	R$ 299.642,00

As obrigações societárias correspondem ao total da divida da Empresa, tendo como credor único a CODESC. Através de conta contábil "Adiantamentos Recebidos de Acionistas" são registrados os recebimentos oriundos de repasses da CODESC para suprimento de caixa.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00966

Os valores não ressarcidos no final do exercício são lançados no Passivo Exigível a Longo Prazo.

e) Patrimônio Líquido - O Capital Social da REFLORESC é de R$ 3.348.048,00, do qual a CODESC participa com 99,92% do total das ações. O restante da participação equivalente a 0,08%, está dividido entre as Companhias Financeiras do Estado de Santa Catarina, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Posição acionária da REFLORESC aprovada em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30/04/96

ACIONISTAS	POSIÇÃO ANTES DA A.G.O. (R$ 1,00)	AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS	POSIÇÃO APOS A A.G.O. (R$ 1,00)
CODESC	2.732.027,00	613.668	3.345.695,00
BESC	593,00	133	726,00
BADESC	593,00	133	726,00
BESCREDI	297,00	66	363,00
BESCOR	107,00	24	131,00
BESCAM	107,00	24	131,00
BESCVAL	107,00	24	131,00
CIASC	107,00	24	131,00
IVAN LUIS DE MATTOS	12,00	2	14,00
TOTAL	2.733.950,00	614.098	3.348.048,00

A Demonstração do Resultado do Exercício de 1996 apresentou um Prejuízo Líquido de R$ 49.743,00, tendo como Despesa Administrativa o total de R$ 79.483,00, como Receitas de Encargos Financeiros Líquidos o valor de R$ 2.168,00 e de Outras Receitas Operacionais na importância de R$ 27.572,00.

As despesas administrativas correspondem à manutenção da Empresa, cabendo destaque para os gastos com pessoal, na ordem de R$ 48.808,23, mais os encargos sociais no valor de R$ 22.981,89.

As Receitas realizadas no exercício de 1996 demonstram que, além dos Encargos Financeiros Líquidos no valor de R$ 2.168,00, a Empresa obteve receitas no total de R$ 27.572,00, oriundas da transferência administrativa de projetos à Portobelo - Projeto VII, e à SEREDI - Projetos X e XI.

Da análise das Demonstrações Financeiras observa-se, que, enquanto o ativo da Empresa apresenta apenas uma pequena redução do Realizável a Longo Prazo, o Passivo sofreu alterações mais acentuadas com o aumento das dívidas da Empresa, representadas pelo Passivo Exigível a Longo Prazo, apresentando como conseqüência um aumento nos Prejuízos Acumulados, apesar do aumento realizado no Capital Social, integralizado no exercício de 1996.

Isso demonstra que o Processo de Liquidação da REFLORESC não evoluiu no exercício de 1996, porém as dívidas aumentaram, aumentando, em conseqüência, os Prejuízos da Empresa e do Estado, que a mantém através da CODESC.

5.1.2 - Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC

A Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC é uma Sociedade de Economia Mista em que o Estado de Santa Catarina participa com 99,52% do

DIVISÃO DE ... SEDENTE
FOLHA Nº 00667
664

capital social realizado. Foi instituída com o objetivo principal de comercialização de áreas pertencentes aos Distritos Industriais espalhados em vários municípios do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Geral Extraordinária de 11.02.88, aprovou a liquidação da Companhia, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. A Lei Estadual nº 7724/89, publicada em 14.09.89, autoriza o Poder Executivo a promover a extinção da CODISC, com a seguinte definição expressa no §1º, do art. 1º:

> *"ultimados os negócios da Companhia em liquidação, realizado o Ativo e pago o Passivo, os bens, direitos e obrigações remanescentes, inclusive os decorrentes de ações judiciais, serão absorvidos e incorporados pelo Estado."*

A Lei nº 6.404/76, no Capítulo XVII dispõe sobre a Dissolução, Liquidação e Extinção de empresas. Em seus artigos define sobre a nomeação de liquidante; da realização de Assembléias; dos atos necessários à realização do Ativo e pagamento do Passivo etc.

Em cumprimento a estas disposições foram nomeados liquidantes da CODISC: de 11.02.88 até 31.12.89 o Sr. Ildemar Cassias Pereira; de 01.01.90 a 26.04.95 o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC, através do seu Diretor Presidente; a partir de 26.04.95 a Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A - IAZPE.

Relativamente às Assembléias Gerais, a Lei nº 6.404/76, art. 213, define que o liquidante convocará Assembléia Geral a cada 6 (seis) meses, para prestar contas dos seus atos e o balanço do estado de liquidação, podendo este período ser alterado para o período mínimo de 3 (três) meses e não superior a 12 (doze) meses. Este procedimento legal não vem sendo observado pela Liquidante da Companhia.

Na definição dos Poderes do Liquidante a Lei das Sociedades Anônimas, artigo 211, diz que compete ao liquidante representar a Companhia e praticar todos os atos necessários à liquidação, inclusive alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação. Porém, no parágrafo único deste artigo determina que, sem expressa autorização da Assembléia Geral o liquidante não poderá gravar bens e contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis ao pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, ainda que para facilitar a liquidação, na atividade social.

A CODISC vem dando continuidade às atividades da sociedade desde o início do processo de liquidação. A autorização que tem sido dada para a comercialização dos Distritos Industriais não define o tipo de operação nem o prazo de sua duração.

Os bens relativos à atividade social da CODISC estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo. Este grupo contábil apresentou os seguintes saldos no encerramento dos exercícios de 1995 e 1996, distribuídos pelos Distritos Industriais (DI):

DIVISÃO DE ... FOLHA Nº 00968 665

SALDOS DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS EM m^2

Distritos Industriais	Posição em	
	1995	1996
P.C.E. de Blumenau	5.400,00	0,00
P.C.E. de Gaspar	58.713,00	58.713,00
P.C.E. de Rio do Sul	1.377,40	1.377,40
D.I. de Imbituba	3.891.087,26	3.879.303,90
D.I. de Joinville	4.872.615,26	4.608.907,60
D.I. de Laguna	807.793,84	807.793,84
D.I. de São José	128.615,99	128.615,99
TOTAIS	9.765.602,75	9.484.711,73

FONTE: Demonstrações Contábeis de 1995 e 1996 da CODISC

Pela diferença verificada, de 280.891,02 m^2, constata-se que a Companhia comercializou áreas pertencentes aos seus Distritos Industriais, o que corrobora que continuou com sua atividade social, apesar de estar em processo de liquidação, obtendo receitas com esta comercialização no total de R$ 907.329,74.

Inobstante a autorização constante da Lei nº 7724/89, de liquidação da CODISC, a Companhia teve despesas no exercício de 1996 no montante de R$ 2.532.886,89, correspondentes a: R$ 497.800,10 de Custo Distritos Industriais; R$ 1.297.243,00 de Despesas Administrativas e R$ 737.843,79 de Despesas Financeiras. Assim, a Companhia apresentou um prejuízo no exercício, de R$ 1.581.136,51.

Do total das despesas realizadas pela Companhia destacamos as despesas com "Indenizações Trabalhistas", no montante de R$ 1.061.273,65. Deste total, R$ 900.000,00 correspondem aos Autos nº 9.720/90, de Execução Provisória de Sentença onde a CODISC é devedora-executada em ação contra um terreno junto ao Distrito Industrial de São José. As Despesas Financeiras correspondem ao deságio ocorrido na comercialização das ações da HIDROCALDAS, entre o valor contábil e o valor obtido na operação.

Outra despesa que se distingue, tendo em vista o processo de liquidação da CODISC, é a despesa com pessoal a título de "Salários e Férias" no valor total de R$ 24.734,23. Esta despesa refere-se ao pagamento de gratificação a 02 (dois) empregados à disposição da Companhia.

O Balanço Patrimonial da Companhia, encerrado em 31.12.96, apresenta um ativo total de R$ 7.130.779,59, composto por R$ 815.200,46 de Ativo Circulante; R$ 6.257.844,55 de Realizável a Longo Prazo e R$ 57.734,58 de Ativo Permanente. No Circulante destaca-se o Disponível com R$ 177.139,70 e os Imóveis para Revenda no total de R$ 623.331,62. No Realizável, a sua totalidade corresponde a Imóveis para Revenda a longo prazo. No Permanente, ressalta-se a Participação Acionária no valor de R$ 57.028,75 nas empresas TELESC, Modo Batistela, Cia. Catarinense de Álcool e Santivest S/A.

A redução ocorrida no Ativo Permanente - Participações Acionárias, decorre da alienação das ações da Hidromineral Caldas da Imperatriz - HIDROCALDAS, à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina -CODESC, efetuada em 05.03.96, no valor de R$ 1.000.000,00. Os recursos foram destinados ao pagamento de despesas com a execução da sentença constante dos Autos Judiciais nº 9.720/90.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00669

O Passivo Circulante da Companhia é composto de R$ 751.685,04 e o Passivo Exigível a Longo Prazo de R$ 73.848,00. Enquanto o Circulante corresponde a Empréstimo de Acionista- Governo do Estado, o Exigível corresponde a uma dívida junto ao IPUF - Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Da análise do processo de liquidação da CODISC, constata-se que: a Companhia vem acumulando prejuízos ano a ano; tem como acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina com 99,52% da participação no Capital Social; o Ativo é representado pelas contas "Imóveis para a Revenda" a curto e longo prazo, com 96,49% do total dos seus direitos e , um Passivo representado pela Conta "Empréstimo de Diretores e Acionistas", com 86,63% do total de suas obrigações, que contempla empréstimos obtidos junto ao acionista majoritário: a CODESC.

O processo de liquidação deve igualmente atender a solução dos processos judiciais em andamento, relativos à Rescisão de Contrato de Compra e Venda de Imóveis, por falta de pagamento do comprador (02 processos) e de Reintegração de Posse de imóveis invadidos (02 processos)

5.2 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC

a) COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31/12/96 o Capital Social atualizado da CELESC, subscrito e integralizado, era de R$ 693.323 mil. O Capital Social está subdividido em Ações Preferenciais Nominativas tipo "A" (PNA) e "B" (PNB) e Ações Ordinárias Nominativas (ON).

Naquela data a composição acionária estava representada conforme demonstra o quadro a seguir:

ACIONISTAS	ON	PNA	PNB	TOTAL	ON %	PNA %	PNB %	TOTAL%
ESTADO DE SANTA CATARINA	155 820 205	3 838		155 824 043	50.18	0.01	0 00	20 25
INVESC	93 832 620	9 544 524	16 382 238	119 759 382	30 22	15 61	4 12	15 56
CAIXA PREV B BRASIL (PREVI)	39 090 811		19 933 201	59 024 012	12 59	0 00	5 01	7 67
LEHMAN BROTHERS SPECIAL		50 000 000		50 000 000	0 00	81 77	0 00	6 50
CODESC	2 773 486			2 773 486	0,89	0,00	0 00	0,36
ELETROBRAS	84 662		82 855 527	82 940 189	0 03	0 00	20 82	10 78
FUNDO DE PART SOCIAL-BNDES			21 296 000	21 296 000	0 00	0 00	5 35	2 77
CITIBANK N A ADR DEPARTAMENT			114 901 000	114 901 000	0 00	0 00	28 88	14 93
INVESTIDORES ESTRANGEIROS	10 904 771		107 150 054	118 054 825	3,51	0 00	26 93	15 34
PREFEITURAS MUNICIPAIS (*)	180 536	31 388	105 293	317 217	0 06	0 05	0 03	0 04
OUTROS	7 855 643	1 570 064	35 275 554	44 701 261	2 53	2 57	8 87	5 81
TOTAL	**310.642.734**	**61.149.814**	**397.898.867**	**769.691.416**	**40,36**	**7,95**	**51,70**	**100,00**

Capital Social:R$693.322.626,43
Capital Autorizado:R$920.000.000,00
* Refere-se a diversas Prefeituras Municipais do Estado de Santa Catarina que detêm ações da CELESC

As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no recebimento de dividendos proporcionais à sua participação no Capital Social, calculados à base de 25% do lucro líquido ajustado, não cumulativos. No caso de não pagamento de dividendos por três anos consecutivos, as ações preferenciais de classe "A" adquirem direito a voto, até o pagamento de dividendos, enquanto as de classe "B" têm preferência na devolução de capital em caso de dissolução.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00570
667

Vale lembrar que desde 1989, a CELESC não distribui dividendos.

Em 1996, a CELESC contratou os Bancos J. P. Morgan, Kleinwort Benson e Garantia Inc., para coordenarem a operação de oferta de ações no mercado internacional de capitais.

Em setembro de 1996, a Empresa Estatal lançou no mercado externo 91 milhões de ações preferenciais, representadas por 910 mil "Global Depositary Shares" (GDS). Enquanto isso, no âmbito do Mercosul foram lançadas 49 milhões de ações.

Além disso, na primeira quinzena de outubro, através dos bancos coordenadores, a CELESC vendeu um lote adicional de 21 milhões de ações, representadas por 210 mil GDS.

As operações resultaram numa captação líquida de R$ 128 milhões.

Destaque-se aqui que nessas operações praticamente todas as ações vendidas pertenciam ao Governo do Estado de Santa Catarina, dentre as quais venderam-se todas as ações PNB, num total de 16.382.238, e quase a totalidade de ações PNA, num montante de 9.544.524 que, em 1996, correspondiam, respectivamente, a 7,83% e 10,67% das ações da Companhia em ambas as classes.

Registre-se ainda que o segundo maior acionista da CELESC, qual seja, a INVESC, que detinha 92.000.000 em ações ordinárias em dezembro de 1995, equivalendo 29,63% do total de ações da Empresa nessa classe, passou, em 1996, a deter 93.832.620, ou o equivalente a 30,22%.

Além disso, a INVESC passou a deter ações da CELESC, da classe PNA e PNB, durante o exercício de 1996, modificando a situação do ano anterior, em montantes, respectivamente, correspondentes a 9.544.524 ou 15, 61% do total e a 16.382.238 ou 4,12% do total de ações da CELESC.

Finalmente, informe-se que a Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI) passou a constituir-se no terceiro maior acionista da CELESC em 1996, tendo um representante no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal da Estatal Catarinense.

Ainda com respeito à composição acionária da CELESC, impõe-se salientar pela sua singularidade, a participação, como detentores do capital social da Empresa, um grupo de investidores estrangeiros com 3,51% do capital votante e o CITIBANK que, apesar de não dispor de ações com direito a voto, detém 14,93% do total das ações da Estatal Catarinense.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
Fls. nº 00571
668

b) CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SANTA CATARINA

O consumo total de energia elétrica em Santa Catarina durante 1996, foi de 9.508.669.015 KWh, distribuído por classes de consumidores, da seguinte forma:

Classes de Consumidores	Total de consumo (KWh)	Participação Relativa Sobre o Total (%)
Residencial	2.390.676.967	25,15
Industrial	4.263.803.647	44,86
Comercial	1.082.937.433	11,39
Rural	921.676.377	9,70
Poder Público	193.795.830	2,03
Iluminação Pública	325.446.830	3,42
Empresas de Serviços Públicos	165.365.361	1,73
Consumo Próprio	12.842.108	0,13
Suprimento	152.124.462	1,59
TOTAL	**9.508.669.015**	**100,00**

Considerando-se o consumo discriminado, segundo os subgrupos primário ou de alta tensão e secundário ou de baixa tensão, são passíveis de destaque os aspectos que se seguem:

- as classes de consumidores Industrial e Empresas de Serviço Público, têm quase a totalidade de seus consumos de energia, enquadrados no subgrupo primário ou de alta tensão - respectivamente 4.030.588.534 (94,53% de seu total) e 140.870.732 (85,19% de seu total) -, com destaque ainda para a classe Suprimento, cuja totalidade - 100,00% - de consumo está incluída nesse subgrupo;

- o inverso ocorre com as classes de consumidores Residencial e Iluminação Pública, que apresentam um consumo integralmente enquadrado no subgrupo secundário ou de baixa tensão no caso da segunda classe - Iluminação Pública-, ou ao menos precipuamente ai situado, no caso da primeira classe - Residencial -, com 99,83% de seu consumo sendo secundário;

- as demais classes de consumidores guardam um equilíbrio entre os dois subgrupos, sendo que em duas predomina o consumo de energia primária ou de alta tensão - Rural (57,37% de seu consumo) e Poder Público (53,73%) - enquanto nas duas classes restantes predomina o subgrupo de tipo de energia secundário ou de baixa tensão - Consumo Próprio (61,84%) e Comercial (57,58%).

c) EVOLUÇÃO DE PREÇOS TARIFÁRIOS DE ENERGIA ELÉTRICA

No exercício sob exame, não se registrou qualquer reajuste nas tarifas de energia elétrica administradas pela CELESC.

Em outras palavras, durante 1996 permaneceram inalterados os preços das tarifas estabelecidos pela Portaria DNAEE nº 449/95, de 06.11.95.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00572

669

Os preços por KWh, são os que seguem:

Subgrupos	Preço Mínimo (R$ 1,00)	Preço Máximo (R$ 1,00)	Preço Único (R$ 1,00)
Residencial (baixa renda)	0,03762	0,09674	-o-
Residencial (normal)	-o-	-o-	0,10749
Rural não Cooperativa	-o-	-o-	0,06386
Indústria, Comércio, Poderes Públicos, Serviços de Água e Esgoto - Saneamento	-o-	-o-	0,10189
Iluminação Pública	-o-	-o-	0,05250
Indústrias Horo-Sazonais	0,02299	6,23 (1)	-o-
Indústrias e Demais Classes em Alta Tensão Normais e Horo-Sazonais (2)	0,02357	10,13 (1)	-o-

(1) Os preços máximos referem-se ao preço do KWh Ponta, os quais mostram-se excessivamente elevados em relação aos demais preços da mesma classe que, em regra, permanecem aproximados aos preços mínimos indicados;
(2) Inclui esta classe os seguintes subgrupos: A3 AZUL; A3A AZUL; A3A VERDE; A4 AZUL; e A4 VERDE.

d) INADIMPLÊNCIA DE CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O problema da inadimplência de clientes da CELESC no pagamento de contas de energia elétrica vem sendo apontado a vários exercícios nos relatórios ordinários de auditoria deste TCE, sem que a Empresa jamais tivesse adotado medidas que corrigissem efetivamente a irregularidade.

Recorde-se que a CELESC tem como um de seus objetivos a cobrança de tarifas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, como previsto no artigo 72, inciso V da Lei Estadual nº. 9.831, de 17/02/95.

Além disso, a Companhia contraria o disposto no artigo 155, incisos II, da Lei Federal nº. 6.404, de 15/12/76, que dispõe:

> *"Art. 155 - O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, sendo-lhe vedado:*
>
> *(...)*
>
> *II - omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidade de negócio de interesse da companhia;"*

Finalmente, desconsidera a CELESC, o estabelecido na Portaria DNAEE nº. 222, de 22/12/87, em seu artigo 75, inciso I, que dispõe:

> *"Art. 75 - O concessionário poderá suspender o fornecimento:*
>
> *I - Por atraso no pagamento da conta após o decurso de 10 (dez) dias de seu vencimento para a Unidade consumidora do Grupo A e 30 (trinta) dias para a Unidade do Grupo B."*

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00573
670

O valor vencido de contas de energia elétrica em atraso, acrescido das multas decorrentes, em 31/12/96, aproximava-se de R$ 160.583 mil, sendo que apenas R$ 36.466 mil estavam sendo reivindicados pela Estatal na esfera judicial. Sobre o restante do montante da inadimplência - aproximadamente R$ 124.117 mil - a CELESC tem restringido suas providências à esfera administrativa.

Considerando que a Receita Total da CELESC no exercício de 1996, equivaleu a aproximadamente R$ 1.031.679 mil, a inadimplência acumulada correspondia a 15,56% deste montante.

e) CONTA A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em outubro de 1994 a CELESC firmou contrato com o Governo do Estado de Santa Catarina, repassando o saldo remanescente da CRC - Contas de Resultado a Compensar - existente em agosto daquele ano, no montante original de R$ 203.921.000,00, o qual foi corrigido pelo IPCR até junho de 1995, quando este indicador foi extinto, sendo substituído pelo INPC. Os juros são de 6,828% ao ano.

Em síntese, a operação constituiu-se numa transferência de crédito originalmente existente entre a CELESC e o Governo Federal para o Governo do Estado, o qual se valeu desse crédito para abater parte de sua dívida com a União.

Em contrapartida o Governo Estadual passou a ser o devedor e deveria retornar os recursos financeiros à Estatal Catarinense, conforme o estabelecido no Contrato, em valores corrigidos como anteriormente exposto, e num prazo total de 20 anos, o qual prevê 02 anos de carência e 18 anos de amortização com pagamentos de parcelas mensais e sucessivas, a iniciar em agosto de 1996.

Na seqüência apresenta-se um quadro consolidando a movimentação financeira relativa a este tópico verificada ao longo de 1996.

MESES	AMORTIZAÇÃO R$	JUROS R$	VAR. MONETÁRIA R$	SALDO CONTÁBIL R$
Dez/95	-	-	-	308.512.719,04
Jan/96	-	1.727.853,87	4.504.285,70	314.744.858,61
Fev/96	-	1.749.727,10	2.234.688,50	318.729.274,21
Mar/96	-	1.764.487,81	924.314,90	321.418.076,92
Abr/96	-	1.790.728,10	2.989.188,12	326.197.993,14
Mai/96	-	1.823.660,77	4.175.334,31	332.196.988,22
Jun/96	-	1.858.115,95	4.418.219,94	338.473.324,11
Jul/96	-	1.890.793,22	4.061.679,89	344.425.797,22
Ago/96	(2.733.662,21)	1.910.736,55	1.722.128,99	345.325.000,55
Set/96	(2.747.336,41)	1.906.575,24	69.065,00	344.553.304,38
Out/96	(2.747.857,62)	1.909.161,59	1.309.302,56	345.023.910,90
Nov/96	-	1.911.007,40	1.173.081,30	348.107.999,60
Dez/96	-	1.927.897,29	1.148.756,40	351.184.653,29

Obs.: agosto/96 erro na contabilização devido ao início da amortização
outubro/96 acerto contabil referente ao mês de agosto/96

Da análise do quadro supra extrai-se que o Governo do Estado não repassou à CELESC o valor devido de acordo com o Contrato firmado, uma vez que deixou de pagar as parcelas relativas aos meses de novembro e dezembro de 1996.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00674

671

Além disso, as parcelas de amortização referentes aos meses de setembro e outubro, respectivamente, de R$ 2.747.336,41 e de R$ 2.747.857,62, não representaram efetiva amortização da dívida, haja vista constituírem-se, simultaneamente, em reserva para aumento de capital da Empresa, revestindo-se de uma dupla finalidade contábil, o que, em matéria financeira, indica que referidas parcelas não serviram efetivamente para satisfazer o compromisso ajustado.

f) ANTECIPAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO ICMS

No exercício de 1996, a CELESC voltou a repassar ao Governo do Estado recursos financeiros a título de antecipação do ICMS.

Em 1995, semelhante procedimento ocasionou a realização de uma auditoria específica, protocolada sob o nº AOR-0223008/69, cuja conclusão da Instrução apresentou restrições claras à operação que envolve empréstimo financeiro para as concessões da antecipação do ICMS.

No entanto, reitera-se, em 1996 a Empresa Estatal efetivou transação transferindo um volume maior de recursos financeiros ao Estado, em mais de uma oportunidade, a título de antecipação do ICMS, como segue:

REPASSES DA CELESC AO GOVERNO DO ESTADO EM 1996
A TÍTULO DE ANTECIPAÇÃO DO ICMS

Dia da Antecipação	Valor Antecipado (R$ 1,00)
05/08/96	13.000.000,00
02/09/96	5.000.000,00
03/09/96	10.500.000,00
16/09/96	7.500.000,00
16/09/96	7.500.000,00
23/09/96	7.500.000,00
23/09/96	7.500.000,00
TOTAL GERAL	58.500.000,00

No encontro de contas efetuado ainda no exercício sob exame, a CELESC reteve do ICMS devido, resgatando a antecipação do recolhimento ao Governo do Estado, os seguintes valores:

Dia da Dedução	Receita Financeira
12/08/96	13.039.000,00
10/09/96	5.028.619,56
10/09/96	10.551.494,19
11/11/96	7.886.435,33
10/12/96	8.094.107,49
11/11/96	7.833.716,31
10/12/96	8.049.801,44
TOTAL	60.483.174,32

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA 00375 672

g) EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CELESC

Em 1996 foi implantado um novo Plano de Cargos e Salários, na CELESC, com vigência a partir de 01 de março daquele ano.

Informe-se, preliminarmente, que as alterações havidas na remuneração e conseqüentes encargos sociais, em decorrência do aludido Plano, não guardaram proporção entre os percentuais destinados a cada empregado.

As diferenças, segundo apurado, foram motivadas pelo estabelecimento de critérios, como data de admissão, tempo de permanência em cada cargo ocupado na Empresa, entre outros.

Os aumentos remuneratórios decorrentes desse novo Plano têm seus custos divididos em quatro parcelas: abril, maio e setembro de 1996 e maio de 1997.

A título de ilustração, observando a totalidade de dispêndios com pessoal na CELESC e considerando apenas três itens que compõem a remuneração (Salário Fixo, Produtividade e Participação em CCQs) e dois referentes aos encargos sociais (INSS e FGTS), evidenciava-se os seguintes acréscimos percentuais nos três meses de 1996, anteriormente aludidos:

Em R$ 1.000

Itens de Remuneração e Encargos	Meses e Indicadores									
	Março	%	Abril	%	Maio	%	Agosto	%	Setembro	%
Salário Fixo	4.926	-	5.109	3,72	5.289	3,52	5.208	-	5.374	3,19
Produtividade	550	-	571	3,82	591	3,50	580	-	598	3,10
Participação CCQs	530	-	551	3,96	570	3,45	561	-	578	3,03
INSS	1.796	-	1.921	6,96	1.961	2,08	1.896	-	2.003	5,64
FGTS	742	-	785	5,80	834	6,24	773	-	814	

OBS.: Abstraem-se da definição dos valores dos diversos itens de remuneração e encargos sociais, nos vários meses, as outras variações, tais como aposentadorias e demissões, as quais na realidade, se consideradas, em regra apenas fariam ampliar os acréscimos percentuais.

O quadro apresentado e como dito anteriormente, tem caráter ilustrativo, considerando que, analisadas as realidades individuais de cada empregado, as alterações decorrentes da implantação do Plano de Cargos variam acentuadamente.

Essa realidade pode ser constatada através da análise das informações contidas no Processo PDI-120405/64, do TCE, em que cinco casos individuais são estudados, cujas margens de acréscimo, considerando-se apenas o Salário Fixo, variam de 2,07% a 15,99% de março a abril, de 2,03% a 13,78% de abril a maio e de 2,91% a 13,22% de agosto a setembro de 1996.

Importa no momento, todavia, questionar a legalidade da implantação e implementação do Plano de Cargos e Salários.

A Lei Estadual nº 9.831, de 17.02.95, prevê:

"Art 38 - Ao Conselho de Política Financeira, (...), compete assessorar o Governador do Estado:

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00576
673

I - na tomada de decisões sobre o encaminhamento à Assembléia Legislativa de projetos de lei sobre matéria financeira e orçamentária, ou que impliquem aumento de despesa ou comprometimento do patrimônio público;
(...)
IV - na definição da política salarial a ser observada pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias ou controladas."

Diz ainda o mesmo artigo em seu Parágrafo único:

"Parágrafo único: As decisões do CPF, que tenham caráter normativo ou autorizativo, revestirão a forma de resolução, produzindo efeitos após sua homologação pelo Governador do Estado e publicação no Diário Oficial do Estado."

Na presente situação, tendo em conta que o Governo do Estado é o acionista majoritário da CELESC, ao não se processar a homologação do novo Plano de Cargos e Salários da Estatal, segundo a norma transcrita (art. 38, parágrafo único) dá-se motivos a que seja questionada a validade e a eficácia desse plano.

O Diretor-Presidente da Empresa não possui competência nem autoridade para, isoladamente, e sem a autorização prevista em Lei, homologar a implantação de um Plano como o ora analisado, que geraria, como de fato gerou, repercussões acentuadas na situação econômico-financeira da Estatal.

Com efeito, a CELESC restringe a base legal para dar suporte ao ato em tela, à Portaria nº 25, de 18.04.96, da Delegacia Regional do Trabalho/SC, com vigência a partir de 01.03.96.

Independente do novo Plano Salarial em implantação, mais um reajuste salarial foi concedido pela CELESC a seus empregados durante o exercício de 1996, sobre o qual cabem as mesmas considerações acima expostas

Trata-se de um reajuste de 6,00% concedido em outubro de 1996, decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho de nº 96/97, também não homologado pelo CPF.

Acrescente-se aqui, o descumprimento do estabelecido na Resolução CPF nº p - 279/86/127/86, de 23.04.86, ainda em vigor e que trata da mesma matéria, como segue:

"I - Nenhum acordo coletivo de trabalho de natureza econômica, poderá ser celebrado por Empresa Estatal sem prévia autorização do Conselho de Política Financeira."

Dessa forma, a reposição de perdas salariais, na ordem de 6%, aplicado em outubro de 1996 sobre a tabela salarial do Plano de Cargos e Salários/96, deve também ser entendida como ato de liberalidade da Diretoria Executiva da CELESC.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00677

674

h) FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL (CELOS)

A CELESC é a patrocinadora da CELOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico, a complementação de aposentadoria dos empregados da Empresa Estatal, igual a diferença de 100% entre a média salarial corrigida e o valor da aposentadoria da previdência social oficial.

Inicialmente registre-se que a CELESC sendo uma sociedade de economia mista, cujo controle acionário pertence ao Estado de Santa Catarina, deve seguir o estabelecido no art. 52, § 3°, da Lei Estadual n°. 9.831, de 17/02/95, que diz:

"Art. 52 -

(...)

§ 3° - Os recursos financeiros, os bens e direitos das entidades da Administração indireta serão administrados e aplicados, exclusivamente, na execução de seus objetivos".

Essa regra é de máxima amplitude e estabelece os parâmetros que o Poder Executivo deve acatar na formulação e manutenção dos Estatutos Sociais de suas companhias.

Especificamente no caso da CELESC, seus fins sociais são previstos no mesmo Diploma Legal supra, em seu art. 72, incisos I a VII, sendo que não diz respeito às finalidades da Empresa, nem seu estatuto ou a legislação trabalhista ou previdenciária exige-lhe, celebrar acordo com entidade de Previdência Privada, com vistas à concessão de benefícios a seus empregados.

A CELESC para assumir compromissos dessa natureza deve ser amparada por Lei autorizativa da Assembléia Legislativa, o que não ocorre de fato, a qual deveria estabelecer claramente a capacidade da empresa para contribuir com seus recursos financeiros para esse tipo de entidade.

Além do questionamento anterior, cabe ressaltar outro de igual relevância, mas que se mostra frontalmente irregular e ilegal, qual seja, o fato de que a CELESC vem, sistemáticamente, cobrindo as insuficiências patrimoniais da CELOS.

A título de exemplo e como se poderá verificar no quadro apresentado a seguir, a CELESC vem, ela própria, complementando a aposentadoria de seus empregados, encargo esse que é de responsabilidade do órgão de previdência privada, conforme os repasses realizados pela CELESC à CELOS sob a forma de Contribuição do Mantenedor.

Sobre isso, adite-se que em 12/04/93 foi firmado o Convênio n°. 001/93 de Gestão Administrativa entre a CELESC e CELOS, e que tem por objeto o pagamento de complementação de aposentadoria feita da seguinte forma:

Piso CELESC - Benefício CELOS = Complementação.

O pagamento dessa complementação de proventos, que originariamente se caracteriza como incumbência principal da CELOS, a partir de então, ficou a cargo da

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00678
675

Empresa Estatal, o que contraria os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade na Administração Pública previstos no "*caput*" do art. 37, da Constituição Federal.

A Corte de Contas tem observado ao longo dos anos que a CELESC vem progressivamente assumindo responsabilidades e funções próprias da CELOS, contudo, mantendo integralmente os repasses de recursos para a Entidade, destinados à concessão de benefícios dos empregados da Empresa.

Isso se verificou em 1993, quando o Fundo de Pensão transferiu à Empresa Estatal a complementação dos proventos dos aposentados, como anteriormente exposto; no Acordo Coletivo de Trabalho ajustado para 1993/1994, quando o auxílio-doença passou a ser obrigação da CELESC; também se confirma quando a Empresa Estatal faz o pagamento dos salários, encargos sociais e outros benefícios de seus empregados que prestam serviços exclusivamente à CELOS.

Maiores detalhes e considerações sobre a questão dos Fundos de Pensão e Previdência são expostos no item 6.4.c - Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC.

RELAÇÃO DE REPASSES DA CELESC À CELOS - VALOR TOTAL CONSOLIDADO DE 1996

TIPOS DE REPASSES	VALORES (R$ 1,00)
Contribuição do Mantenedor	15.988.000,00
Assistência Médica	297.578,92
Assistência Odontológica	1.966.187,88
Plano AMHOR (*)	4.944.830,85
Reembolso Diretores da CELOS	5.444,00
Empregados da CELESC que prestam serviços exclusivamente à CELOS	466.788,40
Complementação da Aposentadoria Repassada pela CELESC à CELOS	6.581.000,00
TOTAL GERAL	30.249.830,05

* Plano de complementação à assistência médica já oferecida pela CELOS.

Relacionando-se os repasses financeiros da CELESC à CELOS durante 1996 - R$ 30.249 mil - com a Receita Total realizada pela Estatal - R$ 1.031.679 mil - nota-se que a Empresa comprometeu 2,93% de sua arrecadação no exercício com esses gastos.

i) PAGAMENTO DE PERICULOSIDADE

A CELESC paga a uma fração de seus servidores auxílio-periculosidade, dos quais, uma parte recebe esse benefício de forma fixa e outra, de forma variável.

Traduzindo em números esse fato, tem-se que dos aproximadamente 5000 empregados da Estatal, cerca de 2000 deles recebem auxílio-periculosidade. Esta proporção, em torno de 40% do quadro de pessoal, revela a necessidade de um levantamento crítico sobre os benefícios existentes e um melhor acompanhamento das concessões futuras, principalmente, porque a CELESC "terceiriza" grande parte dos serviços considerados como "de risco".

O gasto total da CELESC com o pagamentosde auxílio-periculosidade a seus empregados, durante o exercício de 1996, montou em R$ 8.069.328,53, representando o segundo maior dispêndio da Estatal com parcelas remuneratórias do seu quadro de servidores, sendo inferior apenas, observadas as remunerações desses empregados, aos salários-fixos pagos.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00979

j) PROGRAMA VIVALUZ

O Programa Catarinense de Eletrificação Rural - VIVALUZ, foi instituído através do Decreto nº 395, de 10 de outubro de 1995, com objetivo de levar energia elétrica para cerca de 210.000 catarinenses da área rural, até o final do ano de 1998.

O Programa está vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, sendo operacionalizado através da Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC, que também é responsável pela elaboração dos projetos de engenharia e pela construção das redes de eletrificação rural.

O VIVALUZ projetou a construção de 14.000 Km de rede de eletrificação rural da seguinte forma: 3.000 Km em 1995; 3.500 Km em 1996; 3.500 Km em 1997 e 4.000 Km em 1998.

Os recursos para a execução das obras são resultado da participação do Governo do Estado de S.C. com 62,50 %, da CELESC com 12,50 %, e, dos consumidores com a participação de 25 %.

Para dar efetividade à participação do Estado foi firmado o Termo de Convênio nº 001/95 entre a Secretaria de Estado da Casa Civil e a CELESC, em 29 de dezembro de 1995, prevendo o repasse de recursos no valor de R$ 10.000.000,00, com prazo de vigência de 12 meses, a contar da data de publicação.

A execução do Programa, de incumbência da CELESC, materializou-se com a abertura de processo licitatório na modalidade de Concorrência de nº 017/95, e posterior assinatura de contrato com a empresa vencedora: Companhia Técnica de Engenharia Elétrica. O contrato foi assinado em 21/05/96 no valor global de R$ 106.336.684,65 (Cento e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), com vigência máxima prevista de 34 (trinta e quatro) meses.

DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 017/95

A CELESC abriu processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, sob o nº 017/95, com o objetivo de :

- Contratação de empresa para fornecimento de materiais e equipamentos e execução de obras para sistemas de distribuição de energia elétrica para o atendimento de comunidades rurais;

Em 21/03/96, os Sindicatos SINERGIA, SINTRESC, SINDINORTE, SINDILAGES, SINTEVI e o Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina, ofereceram REPRESENTAÇÃO contra a CELESC, por vislumbrar ilegalidade no procedimento licitatório. Esta representação foi autuada neste Tribunal sob o número REP-0164304/64.

Em 08/04/96 os Sindicatos acima arrolados oferecem nova representação contra a CELESC, desta vez, por supostas irregularidades no processo licitatório na modalidade de Concorrência de nº 004/96. Esta nova representação foi autuada sob o número REP-0073105/64, tendo sido apensado ao processo nº REP-0164304/64, para transitar em conjunto.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00680

677

O processo nº REP-0164304/64 foi a julgamento na Sessão do dia 07/08/96, quando o Tribunal Pleno decidiu:

> "1) Conhecer da Representação contra a Concorrência nº 004/94, da CELESC - Processo nº REP. 0073105/64, negar-lhe provimento, determinando o seu arquivamento.
>
> 2) Conhecer da Representação contra a Concorrência nº 017/95, da CELESC - Processo nº REP. 0164304/64, dar-lhe provimento, para :
>
> 2.1) Julgar ilegal a Concorrência, tendo em vista que o julgamento econômico procedido pela CELESC, quando à proposta apresentada pela Empresa vencedora do certame, consolidou preço excessivo, segundo demonstrado pela Instrução, em R$ 9.273.611,00 (Nove milhões, duzentos e setenta e três mil, seiscentos e onze reais), com infringência aos Arts. 3º, 43, inciso IV e V, 44, "caput", da Lei Federal nº 8666/93.
>
> 2.2) Determinar à CELESC qua adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei, segundo estabelece o Inciso IX, do Art. 59, da Constituição Estadual, comunicando-as a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do conhecimento desta decisão.
>
> 2.3) Remeter cópia dos presentes autos ao Ministério Público, para as providências que entender cabíveis.
>
> 3) Dar ciência desta Decisão aos autores das Representações.
>
> Sala da Sessões, 07/08/1996."

Em vista da decisão do Tribunal de Contas, a CELESC, valendo-se das normas da LC nº 31/90 interpôs recurso sob a forma de Pedido de Reconsideração, autuado nesta Corte de Contas em 12/11/96, sob o nº REC-0277301/63. Este processo encontra-se em tramitação, pendente de julgamento.

Oportuno mencionar que tramita no Tribunal de Contas o Processo nº CO-0205105/68, cujo assunto contempla o Contrato de Fornecimento de Obras e Serviços no Sistema de Distribuição da CELESC para atendimento às comunidades Rurais, firmado em 21/05/96 entre a CELESC e Alusa Engenharia - Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, decorrente da Concorrência Pública nº 017/95.

Em resumo, constata-se: a Concorrência nº 017/95 apreciada no Processo nº REP-0164304/64 foi julgada ilegal em Sessão do Tribunal Pleno de 07/08/96; a CELESC, com base nessa concorrência, contratou a empresa Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, em 21/05/96, efetuando os primeiros pagamentos relativo ao contrato no mês de fevereiro de 1997.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00681

5.3 - Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN

a) COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A propósito da composição do Capital Social da CASAN, em 30.04.96, - data da realização da 25ª Assembléia Geral Ordinária da Empresa -, cabem os registros que seguem:

- Na Assembléia supra deliberou-se pela aprovação da nova expressão do Capital Social da Estatal, no montante total expresso na tabela abaixo e decorrente da correção monetária do capital atual. Essa correção decorre do fato de o Balanço Geral da entidade registrara uma reserva constituída a título de correção monetária do Capital no valor de R$ 74.042.680,00;

- Na mesma Assembléia foi autorizada a elevação do Capital Social, por deliberação do Conselho de Administração e com parecer do Conselho Fiscal, no montante de R$ 24.746.609,00, por subscrição pública e conseqüente emissão de ações.

Após as deliberações elencadas o mapa de distribuição do Capital Social em Ações ficou consolidado conforme a tabela seguinte, considerando o valor paritário de R$ 1,00 por ação.

Mapa de Distribuição do Capital Social em Ações (posição em 30/04/96)

ACIONISTAS DA CASAN	AÇÕES		EXPRESSÃO DA COMPOSIÇÃO
	ORDINÁRIA	PREFERENCIAL	
Governo do Estado de Santa Catarina	431.535.501	238.339	431.773.840
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.288	8.288
CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado	16.226.949	-	16.226.949
Pessoas Físicas	250	-	250
TOTAL	447.762.700	246.627	448.009.327

b) CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO EM SANTA CATARINA DURANTE 1996

Na seqüência é apresentado um quadro consolidado da evolução do consumo de água e esgoto em Santa Catarina, com serviços fornecidos pela CASAN, durante o exercício de 1996.

MÊS	VOLUME FATURADO EM M^3	
	ÁGUA	ESGOTO
Janeiro	14.886.382	1.812.074
Fevereiro	14.683.233	1.783.567
Março	14.556.186	1.723.201
Abril	14.166.489	1.679.204
Maio	13.608.482	1.570.454
Junho	13.428.089	1.560.143
Julho	13.312.866	1.656.736
Agosto	13.038.380	1.539.583
Setembro	13.475.622	1.602.025
Outubro	13.440.736	1.611.648
Novembro	13.771.190	1.616.791
Dezembro	14.543.085	1.749.306
TOTAL	**166.910.740**	**19.904.732**

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00582

679

c) EVOLUÇÃO DE PREÇOS TARIFÁRIOS DE ÁGUA E ESGOTO

Formula-se abaixo um quadro consolidado da evolução das tarifas de água e esgoto praticados pela CASAN durante o ano de 1996.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA TARIFÁRIA DE ÁGUA E ESGOTO (1996)[1]

CATEGORIA	FAIXA	CONSUMO (M3) ATÉ MAIO/96	ÁGUA (R$/M3) ATÉ MAIO/96	CONSUMO (M3) A PARTIR DE JUNHO/96	ÁGUA (R$/M3) A PARTIR DE JUNHO/96	VARIAÇÃO EM R$ 1,00[2]	VARIAÇÃO (%)[2]
RESIDENCIAL "A"(SOCIAL)	1	0 a 10	0,20	0 a 10	0,24	0,04	20,00
	2	11 a 25	0,35	MAIOR 10	0,42	-	-
	3	26 a 50	0,89	-	-	-	-
	4	MAIOR 50	1,33	-	-	-	-
RESIDENCIAL "B"	1	0 a 10	0,60	0 a10	0,84	0,24	40,00
	2	11 a 25	0,89	11 a 25	1,33	0,44	33,08
	3	26 a 50	1,33	MAIOR 25	1,88	-	-
	4	MAIOR 50	1,57	-	-	-	-
COMERCIAL,INDUSTRIAL e PODER PUBLICO	1	0 a 10	1,02	0 a 10	1,22	0,20	19,60
	2	MAIOR 10	1,57	MAIOR 10	1,88	0,31	19,74

Obs.: 1) - A tarifa de esgoto equivale a 80% do valor da conta de água;
- O subgrupo Público Especial (asilos, orfanatos, credores e APAES,sem fins lucrativos), tem o preço de tarifa estabelecido em 30% da tarifa pública normal, pela Resolução Deliberativa nº 023, de 01/03/95;
2) A título de ilustração são representadas as variações em valores absolutos e proporcionais apenas naquelas faixas que permaneceram com o mesmo consumo de água por m^3 ao longo de todo o ano de 1996.

A partir de junho de 1996 os preços da água e esgoto foram majorados pela Resolução de Diretoria da CASAN de nº 269, de 28/05/96.

Mencionada Resolução, todavia, foi revogada pela de nº 446, de 16/07/96, que estabeleceu os parâmetros definitivos expostos no quadro acima.

A Resolução revogadora resultou de Acordo firmado entre a CASAN e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por seu Centro de Promotorias da Coletividade, através da Coordenadoria das Promotorias de Defesa do Consumidor, que, considerou a forma como foi realizado o reajuste das tarifas de água e esgoto, causadora de excessivo gravame ao consumidor, além de prática abusiva no fornecimento dos serviços, bem como para garantir a efetiva prevenção e reparação dos danos patrimoniais, morais e individuais, coletivos e difusos (art.6º, incisos IV,VI e VII, do Código de Defesa do Consumidor), e prática abusiva nas relações de consumo com a elevação sem justa causa de preço de serviços (art. 39, X, do mesmo Código e art. 21, XXIV, da Lei nº 8.884/94).

Nos termos do Acordo celebrado em 17/07/96, a CASAN se comprometeu a rever os valores das tarifas de água relativos às economias residenciais normais e a manter a estrutura tarifária no tocante à categoria residencial "A" (social), à comercial, à industrial e ao poder público tal qual estipulado pelo anexo da Resolução nº 269.

Além disso, a CASAN comprometeu-se a abater das faturas a partir de agosto, cobradas no mês de setembro, os valores que foram cobrados a maior no período que medeia a assinatura do Acordo e a vigência da Resolução nº 269, de 28/05/96.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00583
680

d) INADIMPLÊNCIA DE CONTAS DE ÁGUA E DE ESGOTO

Na CASAN, em 31/12/96, as pendências no pagamento de faturas de água, pelos consumidores dos serviços da Empresa, equivaliam a R$ 25.557 mil.

A inadimplência, apresentada aqui em valores históricos, compunha-se de:

- Faturas vencidas com menos de 30 dias -..... R$ 4.135 mil;
- Faturas vencidas a mais de 30 dias -..... R$ 4.862 mil;
- Devedores duvidosos (ligações com ramal retirado) -... R$ 4.823 mil;
- Órgãos centralizados (exceto prefeituras)-..... R$ 5.323 mil;
- Prefeituras Municipais com Termo de Compromisso (parcelamento de débitos passados) -..... R$ 194 mil;
- Prefeituras Municipais sem termo de Compromisso -.... R$ 3.118 mil;
- Hospitais -..... R$ 102 mil.

Relacionando a pendência total com o faturamento da CASAN no exercício de 1996 - R$ 137.128 mil - constata-se que a inadimplência acumulada de clientes com a CASAN, até dezembro de 1996, corresponde a 18,63% da totalidade das receitas da Estatal no ano.

5.4 - Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC

a) COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31/12/96 a composição do Capital Social do BESC era a seguinte:

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM AÇÕES
(POSIÇÃO EM 31/12/96)

ACIONISTAS	CAPITAL VOTANTE 10.805.138.970				CAPITAL VOTANTE	NÃO VOTANTE		TOTAL CAPITAL	EM %
	Ordinária	%	Preferencial "A"	%	%	Preferencial "B"	%		
	3.785.950.641	35,06	7.019.188.329	32,74	-	10.631.927.450	89,60	21.440.066.420	
CODESC	3.305.505.121	87,31	3.308.751.475	47,14	61,21	5.278.827.196	49,64	11.893.083.792	55,47
FUSESC	-	-	1.869.227.984	26,63	17,30	1.424.153.968	13,39	3.293.381.952	15,36
ESTADO DESANTA CATARINA	-	-	697.541.778	9,94	6,46	1.307.923.381	12,30	2.005.465.159	9,35
BRDE	176.209.909	12,58	338.737.626	4,83	7,54	788.036.910	4,59	1.303.583.445	6,08
BOVESPA - CUST. FIDUC	-	-	109.395.870	1,56	1,01	562.939.591	5,29	672.335.461	3,14
ANTONIO DIAS DOS SANTOS	-	-	201.804.671	2,88	1,87	445.135.062	4,19	646.939.733	3,02
OUTROS	4.235.611	0,11	493.728.925	7,02	4,59	1.127.311.342	10,60	1.625.275.878	7,58
TOTAL	3.785.950.641	100,00	7.019.188.329	100,00	100,00	10.631.927.450	100,00	21.440.066.420	100,00

No exercício sob exame, o BESC registrou um aumento de capital, que foi deliberado na Assembléia Geral Extraordinária de 24 de junho, num valor total de R$ 25.000.000,00, concretizado em 14 de novembro de 1996, data da homologação pelo BACEN.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00584

681

Desse montante, o Estado de Santa Catarina teve participação com R$ 10.027.325,79, passando a constar como terceiro principal acionista do BESC.

Em dezembro de 1995, é importante salientar, o Estado não detinha, diretamente, qualquer ação do Banco Estadual.

Outra parte substancial do aumento de capital da CASAN proveio da participação da CODESC, num valor de R$ 9.953.188,74.

Sobre a CODESC, aliás, aponte-se que, apesar de a empresa manter-se em 1996 como a principal acionista do BESC, sua participação relativa na composição do capital votante do Banco decresceu de 1995 para 1996 na proporção de 62,47% para 47,14%.

Como em 1996 o Governo do Estado passou a deter, ele próprio, ações do tipo Preferencial "A", o controle acionário com direito a voto permaneceu com o Estado, considerando que, somadas suas próprias ações às da CODESC, passou a controlar 57,08% do total.

Ao término do exercício em análise, o Capital Social realizado do Banco somou R$ 158,1 milhões, representado por 21.440.066.420 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 3.785.950.641 ordinárias e 17.654.115.779 preferenciais.

Importa registrar, que em 1996, o BESC distribuiu dividendos à CODESC e ao Governo do Estado de Santa Catarina, num total de R$ 6.561.449,84, cabendo à primeira R$ 6.183.314,58 e ao segundo R$ 378.135,26.

b) CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O BESC lançou como Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R$ 179,2 milhões. Referido valor foi deduzido dos Ativos, Resultados e Patrimônio Líquido de dezembro/94.

Além disso, foi efetuada Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R$ 69,9 milhões, com o objetivo de cobrir os valores inscritos em Créditos em Liquidação e pouco mais de 85% dos créditos em atraso.

Com a procedimento contábil adotado, o valor de Créditos em Liquidação, em 31/12/96, era de R$ 36.449.081,02, com a Provisão da rubrica de Créditos em Liquidação atingindo a cifra de R$ 33.510.840,78.

A par desses valores, os créditos das operações registradas na rubrica de Créditos em Liquidação vem sendo executados mediante ajuizamento de ações através de advogados credenciados na rede de Agências, quando se trata de valores até R$ 108.000,00; quando superiores a estes, os valores a serem executados estão sendo ajuizados pelo Departamento Jurídico do Banco.

c) FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL (FUSESC)

O BESC é uma das patrocinadoras da FUSESC, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação de

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00585
682

aposentadoria dos empregados do Banco, além de ofertar a estes e a seus dependentes assistência médica e odontológica (Plano SIM/FUSESC e UNIODONTO)

Durante o exercício de 1996 os repasses efetuados pelo BESC à FUSESC, são os que seguem:

REPASSES BESC/FUSESC PATROCINADORA

MÊS	CONTRIBUIÇÃO	SIM/FUSESC	UNIODONTO
JANEIRO/96	1.157.414,16	434.040,21	43.404,02
FEVEREIRO/96	997.144,87	387.262,43	38.726,25
MARÇO/96	971.840,86	380.380,41	38.038,05
ABRIL/96	949.674,83	368.026,55	36.802,66
MAIO/96	942.040,62	365.238,46	36.523,84
JUNHO/96	933.399,27	361.475,11	36.147,51
JULHO/96	938.180,76	363.444,37	36.344,43
AGOSTO/96	926.383,58	358.758,68	35.875,86
SETEMBRO/96	918.991,88	355.940,78	35.593,18
OUTUBRO/96	1.099.666,48	464.534,64	46.453,46
NOVEMBRO/96	1.009.868,47	391.370,82	39.137,08
DEZEMBRO/96	1.016.036,26	405.334,48	40.533,45
13º SALÁRIO	958.612,76	351.099,15	- o -
TOTAIS	12.819.254,80	4.986.906,09	463.579,79

Cabe aqui teve algumas considerações sobre a FUSESC, as quais, resguardadas as particularidades entre uma e outra, valem igualmente para a Fundação CELOS-Fundo de Pensão dos Empregados da CELESC e que foi abordado no item "6.2.h." do presente trabalho.

Preliminarmente, relacionando os repasses totais do BESC à FUSESC no ano de 1996, à Receita Total realizada pelo Banco em idêntico exercício, observa-se que aqueles representam aproximadamente 2,48% da arrecadação total do BESC.

Sobre outro aspecto, a nível Federal tem-se a Lei nº 8.020, de 12/04/90, que dispõe sobre as relações entre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras no âmbito da Administração Pública Federal. Essa Lei, veda certas condutas e permite outras com restrições, destacando-se o art. 6º:

> *"Art. 6º - As patrocinadoras somente poderão assumir as contribuições previstas nos respectivos planos de custeio, sendo-lhes vedada a assunção de quaisquer encargos destinados à operação e ao funcionamento das entidades fechadas de previdência privada, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.*
>
> *§ 1º - É facultada às patrocinadoras a cessão de pessoal às entidades, desde que ressarcidos os respectivos custos.*
>
> *§ 2º - O descumprimento do disposto neste artigo implicará responsabilidade civil, administrativa e pessoal do infratores."*

Aqui fazem-se oportunas duas ponderações.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00686

A primeira delas diz respeito a inexistência de lei estadual que verse sobre a regulamentação das patrocinadoras em relação às entidades de previdência privada fechadas, o que se constitui num grave problema.

Sobre a questão o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em sessão de 30/10/95, ao julgar o Processo nº 0279420, da BESCRI-BESC-Crédito Imobiliário, assim decidiu:

> *"2) Apresentar a proposição ao Exmo. Governador do Estado, Paulo Afonso Evangelista Vieira, recomendando a sua Excelência que proceda a normatização no âmbito estadual - a exemplo do ocorrido na esfera federal, que editou a Lei nº 8020, de 12 04 90- das relações entre as entidades de previdência privada e suas patrocinadoras, por que injustificável a manutenção de despesas que privilegiem servidores, com recursos das estatais, com exceção, da contribuição patronal."*

A segunda questão, tomando-se por analogia a Lei Federal, permite afirmar que se constitui de prática comum, tanto da FUSESC quanto da CELOS, a utilização de empregados de suas respectivas patrocinadoras sem o ressarcimento dos custos.

Acerca dessa matéria, há inclusive normatização estadual, tanto pela Lei nº 8.488/91 quanto pela Resolução nº 06, de 27/01/81, a qual estabelece em seu art. 18:

> *"Art. 18 - Em caso de cedência de servidor, constituirá obrigação, para a empresa cessionária, ressarcir a empresa cedente pela remuneração por esta paga ao servidor cedido, acrescendo-se ao montante do ressarcimento os valores correspondentes aos respectivos encargos previdenciários e sociais."*

Em seguimento, elaborou-se tabela indicando os gastos mensais do BESC com salários, encargos sociais e outros benefícios de empregados seus cedidos à FUSESC, durante 1996.

MÊS (1996)	CUSTOS MENSAIS DO BESC COM EMPREGADOS SEUS CEDIDOS À FUSESC (R$ 1.00)
JANEIRO	26.000,25
FEVEREIRO	30.179,94
MARÇO	22.989,27
ABRIL	22.196,00
MAIO	20.689,50
JUNHO	24.078,18
JULHO	23.234,69
AGOSTO	31.091,78
SETEMBRO	24.001,22
OUTUBRO	38.534,52
NOVEMBRO	25.952,82
DEZEMBRO	32.692,52
TOTAL	321.640,69

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00587

684

5.5 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina -COHAB

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC é uma Sociedade de Economia Mista por Ações, criada pela Lei Estadual N° 3.698, de 12 de julho de 1965. Tem por objetivo principal a execução da Política Estadual de Habitação Popular, com a elaboração de projetos e construção de casas tipo popular.

Entre as sociedades de economia mista do Estado, a COHAB/SC é a única companhia que atua na área social. Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família, teve um Orçamento Fiscal previsto para aplicação no exercício de 1996, no montante de R$ 49.860.000,00, oriundo das seguintes origens:

- Geração Própria	R$	716.000,00
- Recursos do Tesouro do Estado	R$	1.000.000,00
- Operação de Crédito a Longo Prazo	R$	48.150.000,00

Os recursos arrolados tinham a seguinte especificação:

Administração Geral	R$	1.000.000,00
Habitação		
- Desenvolvimento Estudos e Projetos	R$	716.000,00
- Habitações Populares	R$	48.150.000,00

a) CONSIDERAÇÕES SOBRE PROJETOS E ATIVIDADES DA COHAB

Para a execução de suas atividades, a Companhia recebeu recursos do Estado e da Caixa Econômica Federal, nos seguintes valores:

TABELA 201: RECURSOS REPASSADOS À COHAB/SC

FINALIDADE		VALORES EM R$ 1,00
INVESTIMENTO (FEHAP)		14.145.793.29
AUMENTO DE CAPITAL (FEHAP)		1.414.577,71
CUSTEIO E REAPARELHAMENTO (FEHAP)		2.829.159.49
SUBSÍDIO (FEHAP)		7.072.896.68
	SUB-TOTAL	**25.462.427,17**
PARA ATENDER RETORNO DO B.B.(SEC.FAMÍLIA)		4.641.328.93
	SUB-TOTAL	**4.641.328,93**
CONJ.HAB. FRAGOSOS (CEF/FGTS)		2.539.310.22
CONJ. HAB. PORTO UNIÃO (CEF/FGTS)		72.738,00
UNIDADES ISOLADAS 1.448 UNID. (CEF/FGTS)		2.831.854.20
UNIDADES ISOLADAS 950 UNID. (CEF/FGTS)		819.251.72
	SUB-TOTAL	**6.263.154,14**
	TOTAL	**36.366.910,24**

FONTE: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1996
COHAB/SC

A comparação efetuada entre os valores propostos no Orçamento de Investimentos destinado à aplicação na COHAB/SC e os valores recebidos demonstrou um déficit nos investimentos de R$ 12.785.089.76.

A COHAB/SC tem como funções básicas o atendimento ao Programa de Habitação Popular - VIVACASA, cuja coordenação das ações de planejamento e execução

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00688

está a cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família; o Programa Pró-Moradia em parceria com as Prefeituras Municipais do Estado de Santa Catarina, com recursos oriundos da CEF/FGTS; e do Programa de Financiamento Individual à Moradia através de Carta de Crédito, visando oferecer financiamentos individuais, apresentou na Demonstração de Resultado um prejuízo na ordem de R$ 1.588.279,67, resultado das receitas obtidas no total de R$ 26.860.514.55 e das despesas realizadas no total de R$ 28.448.794,22.

A atuação na área de construção de Conjuntos Habitacionais resultou na conclusão de 09 (nove) Conjuntos Habitacionais, somando 432 unidades, com recursos exclusivos do Governo do Estado.

A construção de unidades habitacionais isoladas, cujo Programa consubstancia-se na concessão de financiamento para construção a pessoas que possuem seus próprios terrrenos, atingiu a soma de 503 unidades concluídas e 257 unidades em processo de construção, espalhadas em diversos municípios do Estado, com recursos originários da Caixa Econômica Federal.

O Programa Trava Bloco, que se destina à construção de unidades isoladas com recursos do Governo do Estado, através de convênios com Municípios, no exercício de 1996 construiu 321 unidades em 22 Municípios, sendo 113 casas na região da Grande Florianópolis.

O Programa Pró-Moradia executado em parceria com os Municípios do Estado, atendeu a 1.584 famílias em 14 Municípios, através de financiamento (Carta de Crédito) cujas casas são destinadas às famílias com faixa de renda de até 12 (doze) salários mínimos mensais.

b) INADIMPLÊNCIA DE MUTUÁRIOS

No caso da COHAB, a inadimplência existente com a empresa deriva dos mutuários em atraso com o pagamento de seus financiamentos imobiliários.

Preliminarmente, esclarece-se, que durante o exercício de 1996, o número de mutuários inadimplentes aumentou aproximadamente em 25%, passando de 9.298 em janeiro para 11.667 no mês de dezembro do exercício em exame.

Dentre as 9 (nove) Regionais da COHAB, o maior acréscimo na inadimplência no período considerado, verificou-se na Regional de Canoinhas, onde ocorreu uma ampliação de 67% no número de mutuários descumpridores de suas obrigações.

Em termos monetários e em valores correntes, o montante financeiro que a COHAB deixou de arrecadar até dezembro de 1996 com a inadimplência, correspondia aproximadamente a R$ 9.960 mil, tendo crescido proporcionalmente, entre janeiro e dezembro, na ordem aproximada de 90%.

Os maiores acréscimos relativos verificados nos montantes financeiros em inadimplência entre janeiro e dezembro de 1996, foram observados nas regionais de Joinville (212%), de Canoinhas (153%) e de Joaçaba (114%).

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA Nº 00589

686

Comparativamente ao faturamento da COHAB em 1996, correspondente a R$ 26.860 mil, a inadimplência acumulada de mutuários com a empresa representa 37,08%.

5.6 - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC

INADIMPLÊNCIA DE MUTUÁRIOS

Os niveis de inadimplência dos mutuários do BADESC mostravam-se excessivamente elevados até o exercício de 1996.

O volume financeiro da inadimplência em 1996 alcançou R$ 242.234 mil, equivalendo a 295,96% do faturamento total de 1996, ou seja, a inadimplência representava praticamente três anos de arrecadação do Banco.

Do montante de financiamentos inadimplentes, R$ 229.015 mil já foram conduzidos pelo BADESC para a esfera judicial, enquanto R$ 13.219 mil continuam na esfera administrativa.

Importante destacar que dentre as seis regionais do BADESC - Florianópolis, Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó e Criciúma - os maiores valores de inadimplências de contratos de financiamento de seus mutuários, tanto na esfera administrativa, quanto na judicial, são registrados na regional de Criciúma, que montam, respectivamente, em R$ 74.898 mil e em R$ 4.838 mil, representando, também de forma respectiva, 36,60% e 32,71% do total da empresa.

Outro aspecto relevante e que demonstra o lapso temporal de atrasos é a participação relativa da Correção Monetária na composição dos volumes totais de inadimplência.

Na esfera administrativa, a correção monetária representava, em dezembro de 1996, 14,51% de inadimplência total dos mutuários com o BADESC.

Acima desse percentual, apenas a regional de Chapecó apresentava índice maior - 20,76% do total da regional - o que indica um atraso maior do que a média de tempo de cobrança verificada nas demais regionais.

Na esfera judicial, o volume financeiro representado pela correção monetária eleva-se significativamente devido ao maior tempo que tais processos permanecem sem solução.

Assim, no conjunto da empresa, 86,08% do total da inadimplência com o banco de fomento era representado pela correção monetária destes ativos, em dezembro de 1996. Enquadram-se acima desse índice três regionais, quais sejam: Lages - 87,04% -; Chapecó - 87,16% -, e Florianópolis - 90,59%.

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
FOLHA nº 00690

5.7 - Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz - HIDROCALDAS

A Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz - Hidrocaldas, tem sua constituição autorizada pelo Decreto Estadual nº 3.004/77, sendo subsidiária integral da Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC. É uma sociedade anônima de direito privado, constituída através de Escritura Pública, nos termos dos arts. 88 e 251, da Lei Federal nº 6.404/76, cujo objetivo principal é a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais em todo o território nacional, de modo particular jazidas de águas minerais no Estado de Santa Catarina, bem como sua industrialização, hotelaria, lazer e demais atividades afins.

Em 05 de março de 1996, a CODISC, em liquidação, detentora integral das ações da Hidrocaldas no total 161.671.674 (cento e sessenta e hum milhões, seiscentos e setenta e hum mil e seiscentos e setenta e quatro) ações, vende estas ações à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC por R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

A CODESC de posse do controle integral das ações da Hidrocaldas e amparada nas disposições constantes da Lei Estadual nº 8.245/91 - alínea "c" do inciso I do artigo 99, combinado com o art. 126, da Lei nº 9.831/95 e no Decreto Estadual nº 1.063/96, vende estas ações à Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, pelo valor de R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), com proposta de recebimento nas seguintes condições: o valor de R$ 337.605,72, pago com a transferência de 10.474.500 (dez milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e quinhentos) ações ordinárias nominativas do Hotel Plaza Caldas da Imperatriz S/A, com valor unitário de R$ 0,03223120136, efetuado na data da alienação; o saldo de R$ 662.394,28 (seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos) será pago em parcelas mensais consecutivas, com vencimento no dia 10 (dez) de cada mês, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) da receita bruta da Hidrocaldas, até sua inteira quitação, limitado ao prazo de 24 (vinte e quatro) meses, corrigido monetariamente nas mesmas datas e critérios utilizados para o reajuste dos débitos fiscais do Estado de Santa Catarina.

Na descrição das alienações efetuadas se observa que a CODESC adquiriu da CODISC as ditas ações, com pagamento à vista, realizado em 05/03/96. Em 08/11/96, portanto, seis meses após, a CODESC vendeu essas ações ao Município de Santo Amaro da Imperatriz, recebendo, como parte do pagamento, a participação acionária que a Hidrocaldas - objeto de alienação, detinha na empresa Hotel Plaza Caldas da Imperatriz S/A. Ao saldo a receber de R$ 662.394,28, foi dado condições de pagamento em até 24 meses.

As ações do Hotel Plaza Caldas de Imperatriz S/A correspondem à participação que o Estado de Santa Catarina possuía através da Hidrocaldas com a cessão do terreno para a construção do dito hotel. Esta participação foi transferida à CODESC como parte do pagamento da alienação da própria Hidrocaldas.

A Hidrocaldas, na data da alienação, apresentou um ativo total de R$ 1.758.247,72, composto por: Circulante de R$ 40.604,33, Realizável a Longo Prazo de R$ 13.282,66, e um Permanente de R$ 1.704.359,73, incluídas aí as jazidas de água mineral e o complexo hoteleiro através do Hotel Caldas da Imperatriz. O Passivo era de apenas R$ 107.659,11, todo representado pelo Circulante, e o Patrimônio Líquido era de R$